



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2976

Segunda-feira - 11 de Novembro de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agronômica	3	Faxinal dos Guedes.....	319	Luiz Alves	635
Água Doce.....	4	Formosa do Sul	328	Luzerna	637
Águas de Chapecó.....	7	Forquilha.....	332	Macieira.....	643
Alfredo Wagner	33	Fraiburgo.....	334	Mafra	684
Alto Bela Vista.....	35	Frei Rogério	338	Maracajá	688
Anchieta	43	Garopaba.....	339	Marema.....	692
Angelina	54	Garuva	344	Massaranduba.....	694
Anitápolis.....	56	Gaspar	349	Matos Costa.....	716
Antônio Carlos	57	Governador Celso Ramos	350	Meleiro	717
Apiuna.....	63	Grão Pará	352	Modelo	719
Arabutã	69	Gravatal	357	Mondaí	721
Arroio Trinta.....	76	Guaraciaba	367	Monte Castelo	724
Arvoredo	77	Guaramirim.....	369	Morro da Fumaca	732
Atalanta.....	88	Guarujá do Sul	374	Navegantes.....	750
Balneário Arroio do Silva	89	Guatambú	376	Nova Erechim.....	760
Balneário Piçarras.....	94	Herval d'Oeste	377	Nova Trento	780
Balneário Rincão	103	Ibiam	380	Nova Veneza	787
Bandeirante	106	Ibirama	396	Novo Horizonte	788
Barra Bonita.....	113	Ilhota	398	Orleans	790
Barra Velha.....	115	Imbituba	400	Otaclio Costa.....	791
Bela Vista do Toldo.....	116	Imbuia	405	Ouro	792
Benedito Novo	117	Indaial.....	440	Palhoça	794
Biguaçu	119	Ipira	441	Palma Sola.....	808
Blumenau	121	Iporã do Oeste.....	480	Palmeira	809
Botuvera.....	134	Ipumirim	486	Papanduva.....	814
Braço do Trombudo	136	Iraceminha	490	Passo de Torres.....	815
Brusque.....	177	Irani	492	Paulo Lopes	818
Caçador.....	187	Irineópolis	494	Penha.....	820
Campo Alegre	191	Itá	495	Peritiba.....	824
Campo Erê.....	198	Itaiópolis	497	Petrolândia	832
Campos Novos.....	201	Itapema	498	Pinhalzinho	834
Canoinhas.....	210	Itapiranga.....	503	Pinheiro Preto	839
Capinzal	243	Itapoá	516	Piratuba.....	844
Catanduvas.....	245	Ituporanga	526	Planalto Alegre.....	846
Caxambu do Sul.....	246	Jaborá	548	Pomerode.....	850
Chapadão do Lageado	248	Jacinto Machado	549	Ponte Serrada	866
Chapecó	249	Jaraguá do Sul	551	Porto Belo.....	871
Cocal do Sul.....	251	Joaçaba	597	Porto União.....	876
Concórdia	265	José Boiteux	605	Pouso Redondo	877
Cordilheira Alta	269	Jupia	606	Presidente Castello Branco	878
Coronel Freitas.....	283	Lacerdópolis.....	609	Presidente Getúlio	885
Coronel Martins.....	290	Lages	611	Presidente Nereu.....	889
Corupá	291	Laguna	612	Princesa	896
Cunha Porã.....	296	Lajeado Grande.....	619	Quilombo.....	903
Descanso.....	299	Lauro Muller	622	Rio das Antas.....	909
Dionísio Cerqueira	300	Lebon Regis	623	Rio do Campo	910
Dona Emma	309	Leoberto Leal.....	627	Rio do Oeste.....	913
Doutor Pedrinho.....	311	Lindóia do Sul	632	Rio do Sul.....	915
Eral Velho	312	Lontras.....	634	Rio Negrinho.....	946

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2976

Segunda-feira - 11 de Novembro de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

Rodeio.....	955	São José.....	1087	Timbó Grande.....	1219
Romelândia.....	956	São José do Cedro.....	1092	Três Barras.....	1220
Salto Veloso.....	962	São Lourenço do Oeste.....	1096	Treviso.....	1221
Santa Rosa do Sul.....	969	São Miguel da Boa Vista.....	1101	Trombudo Central.....	1224
Santa Terezinha do Progresso.....	970	São Miguel do Oeste.....	1102	Tunápolis.....	1226
Santo Amaro da Imperatriz.....	973	São Pedro de Alcântara.....	1140	Turvo.....	1228
São Bento do Sul.....	976	Saudades.....	1144	União do Oeste.....	1229
São Bernardino.....	1030	Schroeder.....	1155	Urussanga.....	1230
São Bonifácio.....	1032	Seara.....	1188	Vargeão.....	1231
São Carlos.....	1036	Siderópolis.....	1192	Vidal Ramos.....	1232
São Domingos.....	1038	Sombrio.....	1193	Videira.....	1233
São Francisco do Sul.....	1045	Sul Brasil.....	1194	Xanxerê.....	1255
São João Batista.....	1057	Tigrinhos.....	1195	Xavantina.....	1263
São João do Oeste.....	1066	Tijucas.....	1196	Xaxim.....	1264
São João do Sul.....	1067	Timbé do Sul.....	1197	Zortéa.....	1268
São Joaquim.....	1068	Timbó.....	1198		

Associações

AMOSC.....	1276	AMURES.....	1277
------------	------	-------------	------

Consórcios

AGIR.....	1278
ARIS.....	1281
CIGA.....	1283
CINCATARINA.....	1284
CIS/AMARP.....	1284
CIS/AMVI.....	1285
CISNORDESTE.....	1290
CODEPLAN.....	1295
CVC.....	1295
CIS/AMERIOS.....	1298
CONDER.....	1315



Agrônômica

PREFEITURA

Nº 479/2019

Publicação Nº 2221079

PORTARIA N.º 479/2019 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/91 de 16/04/91, todas com alterações posteriores.

Considerando concurso público efetuado por esta municipalidade (edital 01/2019), objetivando preencher vagas de caráter efetivo de vínculo definitivo para com esta municipalidade e existentes no quadro de carreira, cujo provimento é de vital importância quando na prestação dos serviços públicos a que está incumbida esta fazenda pública municipal,

Considerando que quando da realização daquele tudo correu dentro da normalidade, ainda, o resultado se encontra homologado através do Decreto nº 040/2019 de 31/05/2019.

Considerando o atendimento das necessidades que urgem, haja vista ação desenvolvida por esta fazenda municipal, promove-se o chamamento dos aprovados em concurso público e pela ordem de classificação,

Considerando o disposto nos Arts.13 e 14 da lei municipal Nº 001/90 de 31 de outubro de 1990,

Considerando ainda, o disposto no Art. 37, seus incisos e Parágrafos, Art. 39 e parágrafos da CF/88, bem como as Emendas Constitucionais correlatas,

RESOLVE:

1-) Fica convocado por este ato a partir de 11/11/2019 (onze de novembro de dois mil e dezenove), o Sr. CLEITON CARLOS WESTPHAL, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 4.390.874, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.628.249-07, que obteve a 4º (quarta) classificação no concurso público Nº 01/2019 desta municipalidade, para ocupar o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA – TSA 3.02, do quadro de carreira e lotação no Departamento de Educação, com jornada laboral integral de 40 (quarenta) horas semanais.

2) Estabelece o prazo de 30 dias para a posse do devido cargo.

3-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 153/2019

Publicação Nº 2222571

DECRETO Nº 153/2019 – DE 08 DE NOVEMBRO 2019

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 26 § I, da Lei nº 2.623, 11 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.623 de 11 de dezembro de 2018, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.464,14 (três mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais e quatorze centavos), para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa no orçamento vigente Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.302.0027.2.074 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.90.00.0.1.0709/29 Aplicações Diretas	R\$ 3.464,14
TOTAL	R\$ 3.464,14

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o provável excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0709 – Transf. Média e Alta Complexidade - APAE.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 08 de novembro de 2019.

VILSON ANTONIO VERONA

Prefeito em exercício

METAS DE ARRECAÇÃO - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2220760

**AValiação DO CUMPRIMENTO DE ARRECAÇÃO 5º BIMESTRE 2019
DETERMINAÇÃO OU NÃO DA LIMITAÇÃO DE EMPENHO (ART. 9º DA LRF)**

ESPECIFICAÇÃO	ATÉ BIMESTRE ANTERIOR 4º			NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA 5º			ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA 5º		
	META	REALIZADA	DIFERENÇA	META	REALIZADA	DIFERENÇA	META	REALIZADA	DIFERENÇA
REC CORRENTE.	22.099.515,36	26.972.829,98	+4.873.314,62	6.060.735,84	6.709.485,84	+648.750,00	28.160.251,20	33.682.315,82	+5.522.064,62
IMPOSTOS/TAXAS E CONT.MELHORIA	1.413.030,08	2.566.351,42	+1.153.321,34	650.257,52	377.045,77	-273.211,75	2.063.287,60	2.943.397,19	+880.109,59
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	503.717,84	608.699,41	+104.981,57	125.929,46	154.136,05	+28.206,59	629.647,30	762.835,46	+133.188,16
RECEITA PATRIMONIAL	181.566,72	223.626,04	+42.059,32	45.391,68	38.703,92	-6.687,76	226.958,40	262.329,96	+35.371,56
RECEITAS AGROPECÁRIAS	200,00	836,59	+ 636,59	0,00	184,96	+184,96	200,00	1.021,55	+821,55
TRANSF.	19.727.804,48	23.339.753,15	+3.611.948,67	5.171.858,96	6.087.421,55	+915.562,59	24.899.663,44	29.427.174,70	+ 4.527.511,26
CORRENTES									
OUTRAS RECEITAS									
CORRENTES	273.196,24	233.563,37	-39.632,87	67.298,22	51.993,59	-15.304,63	340.494,46	285.556,96	-54.937,50
RECEITAS DE CAPITAL	271.319,76	2.868.491,02	+2.597.171,26	47.829,94	611.735,31	+563.905,37	319.149,70	3.480.226,33	+3.161.076,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	2.196.993,11	+2.196.993,11	0,00	197.080,00	+197.080,00	0,00	2.394.073,11	+2.394.073,11
ALIEAÇÃO DE BENS	93.333,28	0,00	-93.333,28	3.333,32	207.550,00	+204.216,68	96.666,60	207.550,00	+110.883,40
TRANSF.DE CONVÊNIOS	177.986,48	671.497,91	+493.511,43	44.496,62	207.105,31	+162.608,69	222.483,10	878.603,22	+656.120,12
RECEITAS INTRAS	173.393,20	172.309,16	-1.084,04	43.348,30	44.480,62	+1.132,32	216.741,50	216.789,78	+48,28
DEDUÇÕES	2.931.565,92	3.558.630,12	+627.064,20	732.891,58	923.663,29	+190.771,71	3.664.457,50	4.482.293,41	+817.835,91
TOTAL	19.612.662,40	26.455.000,04	+6.842.337,64	5.419.022,50	6.442.038,48	+1.023.015,98	25.031.684,90	32.897.038,52	+7.865.353,62

ADM.DIRETA (SÓ PREF.) NO 5º BIMESTRE		ADM.CONSOLIDADA NO 5º BIMESTRE	
Receita Orçada	R\$ 4.827.960,60	Receita Orçada	R\$ 5.419.022,50
Receita Realizada	R\$ 5.503.299,57	Receita Realizada	R\$ 6.442.038,48
a maior	R\$ 675.338,97		R\$ + 1.023.015,98
Desp.cfe. Cronog.	R\$ 3.348.506,61	Desp.Cronograma	R\$ 4.895.869,69
Despesa Realizada	R\$ 4.890.902,28	Desp.Realizada	R\$ 7.469.990,91
a maior	R\$ 1.542.395,67	a maior	R\$ 2.574.121,22
Receita Real.	R\$ 5.503.299,57	Receita Real.	R\$ 6.442.038,48
Despesa Real.	R\$ 4.890.902,28	Despesa Real.	R\$ 7.469.990,91
Transf.ao Fundos	R\$ 1.638.876,26		
Déficit 5ºBim.	R\$ 1.026.478,97	Déficit 5ºBim.	R\$ 1.027.952,43
Superávit 1ºBim./19	R\$ 1.192.784,90	Superávit 1ºBim	R\$ 803.302,16
Superávit 2ºBim/19	R\$ 1.310.940,34	Superávit 2ºBim	R\$ 1.500.596,82
Déficit 3ºBim/19	R\$ 2.115.103,68	Déficit 3ºBim	R\$ 1.927.054,51
Déficit 4ºBim/19	R\$ 103.811,99	Superávit 4ºBim	R\$ 80.174,14
Déficit 5ºBim/19	R\$ 1.026.478,97	Déficit 5ºBim	R\$ 1.027.952,43
Déficit até 5 Bim /19	R\$ 741.669,40	Déficit até 5ºBim	R\$ 570.933,82

Considerando que a arrecadação no 5ºBim/2019 foi a maior do que o orçado em **R\$ 1.023.015,98** e apesar da despesa ser maior do que estimado para 5º Bim/2019 em **R\$ 2.574.216,22**, o **Déficit Orçamentário Consolidado** até 5ºBim/2019 ser de **R\$ 570.933,82**, não se faz necessário a limitação de empenhos para 6ºBim/2019 justificado pelas suplementações que tiveram como fonte de recursos o Superávit do exercício anterior no valor de **R\$ 3.719.133,27**. Como recomendação para 6º Bim/2019 devemos equilibrar a despesa, em dezembro/2019 temos a segunda parcela do 13ºSalário e 1/3 de férias da Educação para empenhar devendo assim diminuir as despesas de manutenção .

Água Doce, 08 de novembro de 2019

OBS: Cópias para: Câmara Municipal, Prefeito Mun. e Coord. Controle Interno

Joseli A.S.M.R.Trento
CRC/SC 022069/O-8

Águas de Chapecó

PREFEITURA

DECRETO M. Nº 123 - 2019, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221709

DECRETO Nº 123/2019 De 08 de novembro de 2019	DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII, e Art. 90, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal n.º 1957/2018, Artigo 5º, § 1º Inciso II e demais disposições legais vigentes;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no orçamento da Entidade nº 01 – MUNICÍPIO DE AGUAS DE CHAPECÓ, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	5
Unidade	Setor de Esporte e Lazer	3
Função	Desporto e Lazer	27
Sub-função	Desporto Comunitário	812
Programa	Esporte Para Todos	11
Atividade	Manutenção das Atividades Esportivas e Lazer	2.018
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(147)	3.3.90.00.00 - Aplicação Direta	3.000 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		10.000,00

Art. 2º Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Geral do exercício de 2018, conforme Decreto n.º 003/2018, na Destinação de Recurso Superávit Financeiro 3.000 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
Águas de Chapecó/SC, em 08 de novembro de 2019.
LEONIR ANTONIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se.

PORTARIA Nº 331, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2222578

PORTARIA Nº 331/2019 De 11 de Novembro de 2019	NOMEIA, NOS TERMOS DA LEI, ADRIANO SCHMITZ, PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE SETOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal, Lei Complementar nº 055/2018 e 058/2018, e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. ADRIANO SCHMITZ para o Cargo em Comissão de Chefe de Setor – CC07, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, carga horária dedicação integral, percebendo o vencimento constante no nível CC07 do Anexo II do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, da Lei que dispõe sobre Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 11 de Novembro de 2019.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

TERMO DE POSSE

Aos onze dias do mês de Novembro de 2019, nas dependências da Prefeitura Municipal, compareceu o Senhor ADRIANO SCHMITZ, a fim de tomar posse em Comissão de Chefe de Setor (Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos), nível CC-07, nomeado pela Portaria nº 331/2019. O cerimonial de posse foi conduzido pelo Prefeito Municipal, comprometendo-se o empossado a desempenhar suas funções com eficiência, dignidade, disciplina, honradez, impessoalidade e moralidade, bem como respeitar as Leis e cumprir com os deveres e responsabilidades previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação vigente. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo de posse, sendo devidamente assinado pelas partes.

ADRIANO SCHMITZ
Nome do Empossado

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 332, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2222581

PORTARIA Nº 332/2019 De 11 de Novembro de 2019	CONTRATA, NOS TERMOS DA LEI, SANDRA TERESINHA STEIN, PARA EXERCER O CARGO DE VIGIA, 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o inciso I do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do Art. 18 da Lei Orgânica Municipal, Art. 2º, inciso VI da Lei Municipal nº 1.586/2007 e Processo Seletivo nº 001/2019, demais disposições legais vigentes, e justificativa da Secretaria;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. SANDRA TERESINHA STEIN, para o cargo de Vigia, 40 (quarenta) horas semanais noturnas – jornada de trabalho especial de 12 (doze) horas ininterruptas, com intervalo para repouso de 36 (trinta e seis) horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo suas funções na Unidade de Saúde 24 h.

Art. 2º - O período de vigência do contrato é de 11 de Novembro 2019 a 10 de Novembro de 2020.

Art. 3º - Fica-lhe assegurado o direito de perceber o vencimento atribuído ao cargo, fixado em Lei Municipal.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 11 de Novembro de 2019.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Contrata servidora para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Em cumprimento a Lei Municipal n.º 1.586/2007, Edital do Processo Seletivo Nº 001/2019, e justificativa da Secretaria, a Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó-SC, inscrita no CGC/MF sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, LEONIR ANTÔNIO HENTGES, doravante denominado CONTRATANTE e SANDRA TERESINHA STEIN, brasileira, solteira, portadora do RG 57.898.316-3 SSP/SP e do CPF 072.923.759-10, residente na Rua Porto União, 746, Centro, Águas de Chapecó/SC doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Tem por objeto o presente, a contratação por prazo determinado, da servidora acima qualificada, aprovada em Processo Seletivo, para desempenhar as atribuições do cargo de Vigia, 40 (quarenta) horas semanais noturnas – jornada de trabalho especial de 12 (doze) horas ininterruptas, com intervalo para repouso de 36 (trinta e seis) horas, para atuar junto a Unidade de Saúde 24 h.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR:

A Contratante e o (a) CONTRATADO (a) sujeitam-se ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Águas de Chapecó e Lei Municipal Nº 1.586/2007, Decreto nº 115/2019 e quando omissa a legislação local, à Constituição federal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME:

A relação de emprego entre a Contratante e o(a) CONTRATADO(a), reger-se-á pelo regime Jurídico Estatutário, conforme disposto no Art. 39 da Constituição Federal. O(a) contratado(a) nos termos da legislação supracitada e por este contrato é segurado obrigatório do Regime Previdenciário: Regime Geral Previdenciário Social.

CLÁUSULA QUARTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO:

O contrato cumprirá o horário estabelecido pela chefia imediata, compreendendo uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais noturnas.

CLÁUSULA QUINTA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:

Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará a(o) Contratado(a) o valor correspondente ao cargo contratado, em conformidade com a legislação municipal vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O presente Contrato terá a duração de 11 de Novembro de 2019 até 10 de Novembro de 2020, podendo ser renovado conforme os dispositivos da Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TEMPO DE SERVIÇO:

A Contratante, a pedido do(a) CONTRATADO(a), fornecerá certidão de tempo de serviço, em cumprimento a Constituição Federal.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVOGAÇÃO:

Esse Contrato deixará de vigorar, sempre que Lei ou disposições em contrário determinar, quitando-se as partes, pelos seus respectivos direitos, até a data de sua revogação, cessando seus efeitos.

Parágrafo Único – A rescisão do contrato, por iniciativa do contratado, deverá ser comunicada pelo mesmo com a antecedência mínima de trinta dias.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:

O descumprimento do estipulado neste Contrato Administrativo, autoriza a parte ofendida a distratá-lo e sujeita o infrator a responsabilidade civil, penal, administrativa e demais disposições estatutárias pertinentes e correlatas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:

Para dirimir quaisquer dúvidas jurídicas resultantes deste Termo de Contrato Administrativo, fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

Os Contratantes declaram o perfeito conhecimento e compreensão de todas as cláusulas e condições do presente Termo de Contrato Administrativo, que leram, entenderam e o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Águas de Chapecó-SC, 11 de Novembro de 2019.

SANDRA TERESINHA STEIN
Servidora

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Testemunhas:

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019, ANEXO I

Publicação Nº 2220695

**ANEXO I****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****CONHECIMENTOS BÁSICOS
ALFABETIZADO****Língua Portuguesa:**

Compreensão e interpretação de palavra, frase ou texto. Ortografia: divisão silábica, vírgula, acentuação gráfica, mas e mais, bem e bom, mal e mau, uso de x, ch, ss, s, sc, ç, g, j. Singular, plural, masculino e feminino. Morfologia: artigo, adjetivo, pronome, substantivo, verbo. Sintaxe: concordância nominal e verbal. Fonologia: sílabas, encontros consonantais e vocálicos (ditongo, tritongo, hiato). Semântica: sinônimo, antônimo.

Matemática:

Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com frações. Operações com números naturais. Problemas. Regra de três. Raiz quadrada. Números primos. Sistema métrico decimal: comprimento, metro quadrado e cúbico, litro, grama, quilograma, área e volume. Transformação em dias, horas, minutos e segundos. Porcentagem. Sistema Monetário Brasileiro. Raciocínio lógico.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS
ENSINO FUNDAMENTAL****Língua Portuguesa:**

Compreensão e interpretação de palavra, frase ou texto. Ortografia: divisão silábica, vírgula, acentuação gráfica, mas e mais, bem e bom, mal e mau, uso de x, ch, ss, s, sc, ç, g, j. Singular, plural, masculino e feminino. Morfologia: artigo, adjetivo, pronome, substantivo, verbo. Sintaxe: concordância nominal e verbal. Fonologia: sílabas, encontros consonantais e vocálicos (ditongo, tritongo, hiato). Semântica: sinônimo, antônimo.

Matemática:

Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com frações. Operações com números naturais. Problemas. Regra de três. Raiz quadrada. Números primos. Sistema métrico decimal: comprimento, metro quadrado e cúbico, litro, grama, quilograma, área e volume. Transformação em dias, horas, minutos e segundos. Porcentagem. Sistema Monetário Brasileiro. Raciocínio lógico.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS
ENSINO MÉDIO****Língua Portuguesa:**

Compreensão e interpretação de palavra, frase ou texto, estrutura textual, coesão e coerência, recursos coesivos, ponto de vista do autor, ideia central e ideias convergentes. Ortografia: divisão silábica, pontuação, uso do hífen, acentuação gráfica, crase, uso dos Porquês, mas e mais, bem e bom, mal e mau, uso de x, ch, ss, s, sc, ç, g, j. Morfologia: processos de formação de palavras, artigo, adjetivo, advérbio, pronome, preposição, substantivo, verbo, conjunção, numeral, interjeição, flexões, conjugação verbal, sentido próprio e figurado. Sintaxe: sintaxe da oração e do período composto, voz passiva e ativa,

Página 1 de 8

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de**ÁGUAS DE CHAPECÓ**www.aguasdechapeco.sc.gov.br

concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, colocação pronominal. Semântica: relações de significados entre palavras e orações, polissemia, sinônimo, antônimo, homônimos e parônimos, figuras de linguagem, conotação, denotação. Fonologia: fonemas e letras, sílabas, encontros consonantais e vocálicos (ditongo, tritongo, hiato). Literatura: períodos e estilos da literatura brasileira, estilos dos escritores, gêneros literários. Novo acordo ortográfico.

Matemática:

Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com números naturais e números racionais. Teoria dos conjuntos. Operações com frações, mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Funções exponenciais. Análise Combinatória e binômio de Newton. Matrizes. Determinantes. Sistemas lineares. Números complexos. Raciocínio lógico. Polinômios. Produtos notáveis. Equações de 1º e 2º Grau. Problemas. Probabilidades. Fatoração. Potenciação. Regra de três simples e composta. Juros simples e composto. Razão e proporção. Porcentagem. Grandezas proporcionais. Sistema de medidas decimais: metro, metro quadrado e cúbico, litro, grama. Média aritmética simples e ponderada. Geometria: Forma, perímetro, área, volume e ângulo. Geometria analítica. Logaritmos. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Análise combinatória. Sistema Monetário Brasileiro.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS
ENSINO SUPERIOR****Língua Portuguesa:**

Compreensão e interpretação de palavra, frase ou texto, reconhecimento e compreensão de diferentes tipos e gêneros textuais, coesão e coerência, recursos coesivos, ponto de vista do autor, ideia central e ideias convergentes, informações literais e inferências, intertextualidade e extratextualidade. Ortografia: divisão silábica, pontuação, uso do hífen, acentuação gráfica, crase, uso dos Porquês, mas e mais, bem e bom, mal e mau, uso de x, ch, ss, s, sc, ç, g, j, adequação vocabular. Morfologia: processos de formação de palavras, artigo, adjetivo, advérbio, pronome, preposição, substantivo, verbo, conjunção, numeral, interjeição, flexões, conjugação verbal, sentido próprio e figurado. Sintaxe: sintaxe da oração e do período composto, voz passiva e ativa, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, colocação pronominal. Semântica: relações de significados entre palavras e orações, polissemia, sinônimo, antônimo, homônimos e parônimos, figuras de linguagem, conotação, denotação, ambiguidades. Fonologia: fonemas e letras, sílabas, encontros consonantais e vocálicos (ditongo, tritongo, hiato). Literatura: períodos e estilos da literatura brasileira, estilos dos escritores, gêneros literários. Novo acordo ortográfico.

Matemática:

Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com números naturais, números racionais e números complexos. Teoria dos conjuntos. Operações com frações, mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Funções exponenciais. Análise Combinatória e binômio de Newton. Matrizes. Determinantes. Sistemas lineares. Números complexos. Raciocínio lógico. Polinômios. Produtos notáveis. Equações e inequações de 1º e 2º Grau. Problemas. Probabilidades. Fatoração.

Página 2 de 8

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de**ÁGUAS DE CHAPECÓ**

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

Potenciação. Regra de três simples e composta. Juros simples e composto. Razão e proporção. Porcentagem. Grandezas proporcionais. Sistema de medidas decimais: metro, metro quadrado e cúbico, litro, grama. Média aritmética simples e ponderada. Geometria: Forma, perímetro, área, volume, ângulo e Teorema de Pitágoras. Geometria analítica. Logaritmos. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Análise combinatória. Sistema Monetário Brasileiro. Equações logarítmicas, exponenciais e trigonométricas. Derivada. Trigonometria.

CONHECIMENTOS GERAIS (PARA TODOS OS CARGOS/FUNÇÕES)

Aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Brasil, do Estado e do Município. Símbolos nacionais, estaduais e municipais. Atualidades nos assuntos relacionados com economia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, religião, esportes, inovações tecnológicas e científicas, do Município, do Estado, do Brasil e do mundo.

CONTEÚDOS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- Legislação (para todos os cargos/funções):

Constituição Federal. Estatuto dos Servidores do **Município de Águas de Chapecó (SC)**. Lei Orgânica do **Município de Águas de Chapecó (SC)**.

- Auxiliar de Serviços Gerais:

Cuidados elementares com o patrimônio. Noções básicas de higiene no trabalho inerentes às atividades a serem desenvolvidas. Noções de serviços de limpeza. Produtos apropriados para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos, entre outros. Limpeza interna e externa de prédios, banheiros, laboratórios, escolas, bem como de móveis e utensílios. Relacionamento humano no trabalho. Noções básicas de qualidade e produtividade. Noções de atendimento, comportamento, qualidade e responsabilidade no serviço público. Coleta e reciclagem de lixo e detritos. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Noções básicas de segurança no trabalho. Simbologia dos produtos químicos e de perigo. Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio. Primeiros socorros. Ética e Cidadania. Boas maneiras. Trabalhos de cozinha. Conhecimentos básicos de informática. Atribuições do cargo.

- Agente de Manutenção e Conservação:

Cuidados elementares com o patrimônio. Noções básicas de higiene no trabalho inerentes às atividades a serem desenvolvidas. Noções de serviços de limpeza. Relacionamento humano no trabalho. Noções básicas de qualidade e produtividade. Noções de atendimento, comportamento, qualidade e responsabilidade no serviço público. Coleta seletiva e reciclagem de lixo e detritos. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Simbologia dos produtos químicos e de perigo. Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio. Primeiros socorros. Ética e Cidadania. Correspondências oficiais. Noções básicas de segurança no trabalho. Noções de mecânica, carpintaria, jardinagem, elétrica, hidráulica, asfalto e calçamento. Atribuições do cargo.

Página 3 de 8

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de

ÁGUAS DE CHAPECÓ

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

- Motorista:

Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503/97 e suas alterações. Sistema Nacional de Trânsito. Sinalização de trânsito. Direção defensiva. Primeiros socorros. O cidadão e o trânsito. O trânsito e o meio ambiente. Mecânica básica: painel de instrumentos, motor, combustível, lubrificante, refrigeração, sistema elétrico, câmbio e embreagem, direção, suspensão, freios, pneus, manutenção preventiva. Equipamentos obrigatórios. Conservação e limpeza do veículo. Direção econômica. Segurança. Simbologia. Telefones de emergência. Relações humanas no trabalho. Atribuições do cargo.

- Operador de Máquinas:

Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503/97 e suas alterações. Sistema Nacional de Trânsito. Sinalização de trânsito. Direção defensiva. Primeiros socorros. O cidadão e o trânsito. O trânsito e o meio ambiente. Cargas Perigosas. Mecânica básica: painel de instrumentos, motor, combustível, lubrificante, refrigeração, sistema elétrico, câmbio e embreagem, direção, suspensão, freios, pneus, manutenção preventiva. Equipamentos obrigatórios. Conservação e limpeza da máquina. Direção econômica. Segurança. Simbologia. Conhecimento das máquinas (Tratores de esteira, trator de pneus, com equipamentos como: rolo compactador, perfuratriz, ensiladeira, carretão, distribuidor de adubos líquidos e sólidos, distribuidor de calcário, roçadeira e demais equipamentos acopláveis, motoniveladora, pá-carregadeira, retroescavadeira e similares). Telefones de emergência. Relações humanas no trabalho. Atribuições do cargo.

- Agente Bibliotecário:

Noções de biblioteca, leitura e formação de leitores. Biblioteca: conceito, o livro, leitor/leitura. Serviço de referência: princípios fundamentais, segredos do atendimento, solução de problemas, orientação ao usuário, utilização e disseminação de informação. Biblioteca pública: história, conceito, tratamento técnico do acervo, serviços, preservação do acervo e conservação. Correspondência oficial: aspectos gerais, elaboração de documentos: ata, mensagem, memorando, ofício, requerimento, telegrama, fax, correio eletrônico. Organização e Administração de Bibliotecas. Documentação e Informação: conceito, desenvolvimento de coleções, estrutura da documentação. A informática na biblioteconomia e na documentação. Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio. Acervo, noções básicas de seleção/aquisição e tratamento técnico, guarda e preservação do acervo. Tipos de catálogos. Noções básicas de registro de obras (tombamento). Preparo físico do material. Obras de referência. Bases de dados bibliográficas. Atendimento ao usuário. Conhecimentos básicos de circulação e empréstimo. Levantamentos bibliográficos. Orientação a consulta e pesquisa. Serviços de referência e sistema de classificação. Noções básicas de normatização de documentos conforme ABNT. Conhecimentos básicos de informática. Atribuições do cargo.

- Agente de Combate às Endemias:

Lei Federal nº 11.350/2006 e alterações posteriores (Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências). Noções básicas sobre saneamento básico e meio ambiente. Processo

Página 4 de 8

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de**ÁGUAS DE CHAPECÓ**www.aguasdechapeco.sc.gov.br

saúde doença e seus determinantes. Uso de defensivos agrícolas e suas consequências para a saúde humana. Doenças de notificação compulsória. Doenças infecciosas e parasitárias. Tuberculose, Leptospirose, Dengue, Zika, Chikungunya, Febre amarela, AIDS, Malária, Leishmaniose, Doença de Chagas, Esquistossomose, Hepatite B/C, Sarampo, Tétano, Hanseníase, Meningite, etc. Noções básicas sobre doenças transmissíveis e não transmissíveis. Noções básicas sobre medidas de prevenção para controle de doenças transmissíveis. Noções básicas sobre as doenças transmitidas por vetores e as medidas de prevenção dessas doenças. Ética e relações humanas no trabalho. Programa Nacional de Controle da Dengue. Conceitos e noções de surto, endemia, epidemia e pandemia. Controle de endemia, epidemia e pandemia. Segurança no trabalho e biossegurança. Legislação e ética profissional. Conhecimentos básicos de informática. Atribuições do cargo.

- Secretário da Junta de Serviço Militar e Identificação:

Constituição Federal. Lei do Serviço Militar e alterações posteriores - Lei n.º 4.375, de 17 de agosto de 1964. Conhecimentos de: "arrimo de família", "notoriamente incapaz", "adiamento de incorporação", "preferência de Força Armada", "transferência de Força Armada", "reabilitação", "Certificado de Reservista", "Serviço Alternativo", "recusa à prestação do Serviço Militar", "anulação de eximção" e "reciprocidade do Serviço Militar", CSM, CAM, CDI. Normas e documentos necessários para expedição de Carteira de Identidade. Normas e documentos necessários para expedição da CTPS. Técnicas de Secretariado. Redação Oficial. Administração Pública. Documentos Oficiais. Formas de tratamento. Relacionamento humano no trabalho. Noções de atendimento, comportamento, qualidade e responsabilidade no serviço público. Serviços e rotinas de protocolo, expedição e arquivo. Processos administrativos: formação, autuação e tramitação. Gestão de material e controle de estoques. Organização administrativa dos serviços do Órgão Municipal. Finalidades dos órgãos. Qualidade no atendimento ao público. A imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura. Conhecimentos básicos de informática. Atribuições do cargo. Atualidades profissionais.

- Técnico em Enfermagem:

Lei n.º 8.080/90 (Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências). Fundamentos de enfermagem: anatomia, fisiologia, semiologia; procedimentos e técnicas. Relações interpessoais no trabalho em saúde e em equipe. Assistência de enfermagem em Centro-Cirúrgico e atuação em Central de Material: montagem da sala cirúrgica; controle de material; conceitos e técnicas de desinfecção e esterilização; paramentação e assepsia cirúrgica. Assistência de enfermagem em Clínica Médico-Cirúrgica e em Unidade de Terapia Intensiva, considerando a fisiopatologia, sinais e sintomas, diagnóstico e assistência de enfermagem. Assistência de enfermagem na urgência e emergência: suporte básico de vida, métodos e técnicas de atendimento pré-hospitalar. Assistência de Enfermagem em Saúde Mental. Enfermagem materno infantil. Assistência de enfermagem ao pré-natal, puerpério e aleitamento materno. Crescimento e desenvolvimento. Vacinação. Programas de atenção à saúde da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso. Processo de enfermagem no trabalho em equipe: atuação do técnico de enfermagem na coleta de dados, diagnóstico da situação de saúde,

Página 5 de 8

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de**ÁGUAS DE CHAPECÓ**www.aguasdechapeco.sc.gov.br

planejamento, implementação e anotações de enfermagem. Enfermagem em saúde pública. Atendimento à pessoa com hipertensão arterial sistêmica, diabetes, doenças cardiovasculares, obesidade, doença renal crônica, hanseníase, tuberculose, dengue e doenças sexualmente transmissíveis. Noções de epidemiologia, prevenção e controle de infecções em serviços de saúde e na comunidade: doenças transmissíveis, doenças de notificação compulsória, doenças preveníveis por vacinas, orientações aos pacientes e familiares nos casos de doenças contagiosas. Esquema básico de imunização do Distrito Federal e noções da Política Nacional de Humanização. Rede de frios, conservação e manipulação das vacinas. Medidas gerais de precauções universais (biossegurança). Limpeza e desinfecção de superfícies e artigos. Lavagem das mãos e utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs). Manuseio e separação dos resíduos dos serviços de saúde. Farmacologia aplicada à enfermagem: princípios básicos de farmacologia; cálculos, diluições e interações medicamentosas. Noções básicas de enfermagem aplicadas à realização de exames e à coleta de materiais. Noções de nutrição e dietética. Conhecimentos básicos de informática. Atribuições do cargo. Atualidades profissionais.

- Farmacêutico:

Sistema Único de Saúde. Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Programa Estratégia Saúde da Família – ESF. Química de compostos heterocíclicos farmacologicamente ativos; Vias de administração, absorção eliminação/metabolização de fármacos; Técnicas analíticas utilizadas no estudo de compatibilidade de fármacos; tecnologia de fabricação de produtos farmacêuticos, líquidos, semi-sólidos, sólidos orais, produtos estéreis e produtos cosméticos; Desenvolvimento de novas formulações farmacêuticas; Nanotecnologia farmacêutica; Análise Farmacêutica - Critérios analíticos para avaliação da qualidade dos medicamentos, ensaio-limite, identificação de funções e grupos químicos, análise de grupos funcionais, preparação e aferição de soluções tituladas. Fundamentos e aplicações dos processos volumétricos de neutralização, oxirredução e precipitação, análise de matérias-primas e de formas farmacêuticas. Metodologias analíticas aplicadas à análise de fármacos: Colorimetria, Espectrofotometria, Potenciometria, Condutimetria, Cromatografia Líquida de Alta Eficiência (HPLC) cromatografia líquida em Camada Fina; Análise titrimétrica; Titulações de neutralização, oxi-redução e precipitação; Técnicas de amostragem e estatística aplicada à análise química de medicamentos; e Boas Práticas de Armazenamento e Estocagem. Biossegurança, Riscos gerais de substâncias químicas e biológicas, segurança no preparo de soluções e meios de cultura e produtos biológicos ou químicos. Descarte de substâncias químicas e biológicas. Informações toxicológicas relevantes. Conhecimento de Logística Farmacotécnica- Formas farmacêuticas destinadas à aplicação nas mucosas: supositórios, óvulos e colírios; formas farmacêuticas para uso parenteral; formas farmacêuticas obtidas por divisão mecânica: pós, comprimidos e drágeas; formas farmacêuticas obtidas por dispersão mecânica: suspensões, emulsões e colóides; formas farmacêuticas líquidas para uso oral; formas

Página 6 de 8

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de**ÁGUAS DE CHAPECÓ**www.aguasdechapeco.sc.gov.br

farmacêuticas para uso tópico: pastas, pomadas, cremes, ungüentos. Farmacologia-vias de administração de drogas, farmacocinética, farmacologia do sistema nervoso autônomo, farmacologia do sistema nervoso central, anestésicos locais, antitérmicos, analgésicos, anti-inflamatórios não esteroidais, anti-ulcerosos, farmacologia cardiovascular, antibióticos, antifúngicos, antivirais, quimioterápicos, antiparasitários, anticoagulantes, antianêmicos e vitaminas. Farmácia Hospitalar - Estrutura organizacional, funções clínicas, garantia da qualidade, padronização de medicamentos para uso hospitalar e ambulatorial, formas de aquisição de medicamentos, central de abastecimento farmacêutico, indicadores de consumo, planejamento e controle de estoque de medicamentos e correlatos, medicamentos controlados, controle de infecção hospitalar, suporte nutricional parenteral. Teorias organizacionais e de gestão em farmácia hospitalar, assistência farmacêutica hospitalar, farmácia hospitalar no Ministério da Saúde. Terapêutica anti-retroviral, drogas anti-retrovirais usadas no tratamento de infecções pelo HIV em adultos, principais interações medicamentosas; Hepatites Virais. Soluções tituladas, diluições, normalidade e molaridade. Legislação Farmacêutica, Código de Ética, Leis, Portarias e RDCs. Conhecimentos básicos de informática. Atribuições do cargo. Atualidades Profissionais.

- Médico (Clínico Geral):

Sistema Único de Saúde. Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Programa Estratégia Saúde da Família – ESF. Atenção Básica na Saúde. Doenças cardiovasculares: hipertensão arterial, cardiopatia isquêmica, insuficiência cardíaca, miocardiopatias e valvulopatias, arritmias cardíacas. Doenças Hematológicas: anemias, leucemias, linfomas, discrasias sanguíneas. Doenças pulmonares: asma brônquica e doença pulmonar obstrutiva crônica, embolia pulmonar, pneumonias e abscessos pulmonares, doença pulmonar intersticial, hipertensão pulmonar, tuberculose, sarcoidose, câncer de pulmão. Doenças do Sistema Nervoso: acidentes vasculares cerebrais, comas, convulsões, epilepsia, infecções do sistema nervoso, distúrbios do sistema nervoso periférico, miastenia, doença de Parkinson, demência e depressão. Doenças gastrointestinais e hepáticas: câncer do esôfago, esofagites, úlcera péptica, câncer gástrico, pancreáticos e colônico, doença de Crohn, doenças intestinais inflamatórias e parasitárias, diarreia, colestase e colecistite, pancreatite, apendicite, obstrução intestinal, diverticulite, hepatites e hepatopatias tóxicas, insuficiência hepática crônica. Doenças renais: insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, síndrome nefrótica, litíase renal. Doenças endócrinas: diabetes mellitus, hipotireoidismo e hipertireoidismo, tireoidite e nódulos tireoidianos, distúrbios das glândulas supra-renais, distúrbios das glândulas paratireóides, desidratação hiper e hipotônica, hiper e hipocalemia, acidose e alcalose metabólicas e respiratórias, desnutrição, hiper e hiponatremia, hiper e hipocalcemia. Doenças reumáticas: artrite reumatóide, espondiloartropatias, collagenoses, gota, lúpus eritematoso sistêmico, artrite séptica, dermatomiosite, osteoporose. Doenças Infecciosas e Parasitárias: febre de origem indeterminada, septicemia, infecções bacterianas e virais, doenças sexualmente transmissíveis e AIDS. Cólera, coqueluche, dengue, difteria, doença de chagas,

Página 7 de 8

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de

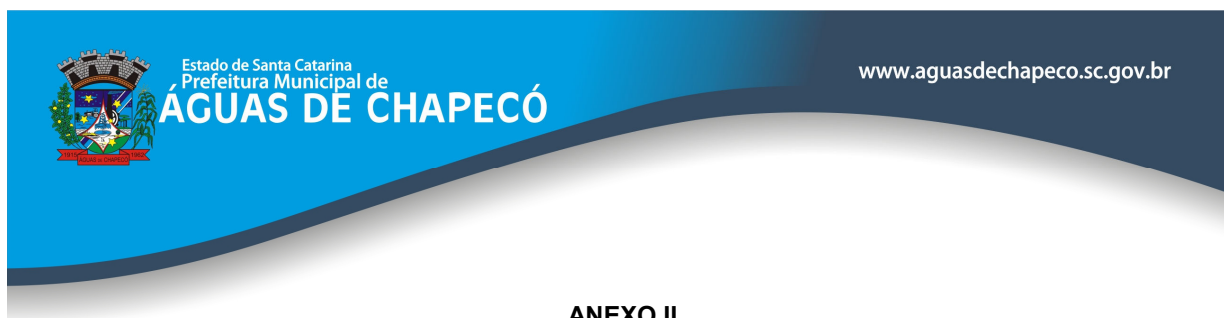
ÁGUAS DE CHAPECÓ

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

escabiose, esquistossomose, febre amarela, filariose, hanseníase, herpes, histoplasmosse, leishmaniose, leptospirose, malária, meningite, peste, poliomielite, raiva, rubéola, sarampo, tétano, toxoplasmose. Farmacologia. Doenças de notificação compulsória. Exames complementares invasivos e não-invasivos de uso corriqueiro na prática clínica diária. Emergências médicas: parada cardiorrespiratória, insuficiência respiratória aguda, choques, queimaduras, afogamentos, fraturas em geral, intoxicações e envenenamentos, mordedura e picadas de animais peçonhentos. Usos e abusos de substâncias psicoativas. Programa Nacional de Imunização. Normas de biossegurança. Bioética. Código de Ética Médica. Código de Processo Ético-Profissional. Conhecimentos básicos de informática. Atribuições do cargo. Atualidades Profissionais.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019, ANEXO II

Publicação Nº 2220696

**ANEXO II****ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS/FUNÇÕES****- Auxiliar de Serviços Gerais:**

- Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão;
- Executar trabalhos braçais;
- Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos;
- Conservar áreas externas;
- Executar serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação das máquinas;
- Executar instalações e reparos de manutenção em geral;
- Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão;
- Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos;
- Receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa;
- Limpar recintos e acessórios;
- Requisitar material necessário aos serviços;
- Controlar o almoxarifado;
- Processar cópia de documentos;
- Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do órgão;
- Receber e transmitir mensagens;
- Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão;
- Encarregar-se da limpeza e polimento de veículos e máquinas;
- Relatar as anormalidades verificadas;
- Atender telefone e transmitir ligações;
- Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

- Agente de Manutenção e Conservação:

- Executar serviços simples ou complementares de montagem, reparo e ajustagem de máquinas operatrizes, linotipos, impressoras, escavadeiras, guindastes, guinchos, máquinas de refrigeração, carpintaria, serraria, lavanderia, cozinha em geral, agrícolas e outras;
- Ser responsável pela limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação de máquinas e serviços de borracharia em geral.
- Executar trabalhos simples de mecânica de motores a combustão de baixa e alta compressão, movidos a gasolina, óleo diesel e outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, motoniveladoras, rolo compressor, máquinas agrícolas e outros;
- Executar trabalhos simples de confecção e reparo de matrizes, ferramentas, formas e peças para máquinas de torno, fresa, plainadeiras, retífica, forja e bigorna;
- Desmontar, montar e lubrificar ferramentas;
- Executar serviços de eletricidade em geral;

Página 1 de 11

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de

ÁGUAS DE CHAPECÓ

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

- Montar e desmontar motores e aparelhos elétricos diversos, em fase de reparação ou manutenção;
- Executar serviços simples ou complementares de desmontagem, reparo, montagem e ajustamento de aparelhos de comunicação;
- Executar trabalhos simples de carpintaria e marcenaria, à vista de instruções;
- Executar tarefas simples ou complementares de manuseio e fabricação de explosivos, munições, ácidos e solventes;
- Executar trabalhos simples de acabamento, encadernação, douração e restauração, de acordo com as instruções recebidas;
- Executar trabalhos simples e complementares gráficos-mecânicos e gráfico-eletrônicos;
- Executar serviços de serralheria, compreendendo trabalhos simples e complementares, como confecção de peças e reparos;
- Executar trabalhos simples ou complementares de solda;
- Auxiliar nos trabalhos de topografia, engenharia e outros serviços.
- Executar serviços simples de hidráulica;
- Executar serviços simples de pedreiro; Trabalhar com instrumentos de nivelamento e prumo; Construir e reparar alicerces, paredes, muros, pisos e similares; Preparar argamassa, fazer reboco, preparar e aplicar caiações, fazer blocos de cimento; Construir formas e armações de ferro para concreto; Colocar telhas, azulejos, ladrilhos, armar andaimes; Assentar e recolocar aparelhos sanitários, tijolos, telhas e outros; Trabalhar com qualquer tipo de massa a base de cal, cimento e outros materiais de construção; Cortar pedras; Armar formas para fabricação de tubos; Remover materiais de construção; Responsabilizar-se pelo material utilizado; Calcular orçamentos e organizar pedidos de material; Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução do serviço;
- Desempenhar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do cargo.

- Motorista:

- Dirigir veículos oficiais, transportando materiais e equipamentos;
- Zelar pela conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade;
- Promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo;
- Verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção;
- Providenciar a lubrificação quando indicada;
- Verificar o grau de densidade e nível de água da bateria, bem como a calibração dos pneus;
- Efetuar pequenos reparos, ou reparos de emergência no veículo sob sua responsabilidade;
- Recolher os veículos à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito porventura existente;
- Manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento;
- Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade;

Página 2 de 11

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de

ÁGUAS DE CHAPECÓ

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

- Proceder o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral;
- Proceder o mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada;
- Auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento;
- Encarregar-se do transporte e entrega de correspondência ou de carga que lhe for confiada;
- Auxiliar médicos e enfermeiros na assistência a pacientes, conduzindo caixas de medicamentos, tubos de oxigênio, macas, etc;
- Auxiliar Portadores de Necessidades Especiais (PNEs), idosos, pessoas doentes, no embarque e desembarque do veículo, bem como acomodação de cadeiras de rodas, muletas e outros;
- Tratar os passageiros com respeito e urbanidade;
- Manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo;
- Executar outras tarefas afins, de acordo com as peculiaridades do setor.

- Operador de Máquinas:

- Zelar pela conservação da máquina ou equipamento que lhe for entregue;
- Realizar a manutenção básica das máquinas ou equipamentos;
- Providenciar a lavagem, o abastecimento de combustível, água e óleo, e a lubrificação da máquina;
- Efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade;
- Dirigir/operar máquinas como: trator de pneus, rolo compactador, perfuratriz, moto niveladora, trator de esteira, trator de pneu, pás carregadeiras, e outros equipamentos rodoviários, industriais e agrícolas;
- Recolher as máquinas ou equipamentos à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito porventura existente;
- Manter as máquinas ou equipamentos em perfeitas condições de funcionamento;
- Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade;
- Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral;
- Planejar o trabalho ou serviços a ser realizados;
- Proceder ao mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária;
- Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina;
- Efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências;
- Executar outras tarefas afins.

- Agente Bibliotecário:

- Organizar e dirigir bibliotecas;
- Promover o controle e registro do material e documentos diversos;
- Executar trabalhos de catalogação e classificação;
- Executar serviços de referência bibliográfica;

Página 3 de 11

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de

ÁGUAS DE CHAPECÓ

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

- Executar o sistema de arquivos, fichários e códigos;
- Utilizar os recursos de processamento de dados nos sistemas de biblioteca e serviços de informação;
- Classificar e selecionar o material bibliográfico e não bibliográfico;
- Orientar os consulentes e eleitores, prestando-lhe assistência técnica;
- Zelar pela manutenção do material documental sob sua guarda;
- Elaborar relatórios;
- Executar serviços de digitação em geral;
- Estimular e orientar corretamente para a leitura;
- Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão;
- Realizar estudos, pesquisas, relatórios, pareceres, resumos, índices e bibliografias sobre assuntos compreendidos no seu campo profissional;
- Atender ao serviço de referência e tomar medidas necessárias ao seu aperfeiçoamento;
- Recomendar a aquisição de livros e periódicos; registrar e apresentar dados estatísticos relativos a movimentação em geral;
- Orientar a preparação do material destinado à encadernação;
- Orientar o servidor de limpeza e conservação dos livros e documentação;
- Estabelecer serviços de intercâmbio para atualização do acervo bibliográfico;
- Extrair e distribuir cópias de matéria de interesse das Repartições;
- Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

- Agente de Combate às Endemias:

- Desenvolver ações educacionais e de mobilização da comunidade relativas ao controle das doenças/agravos;
- Executar ações de controle de doenças/agravo interagindo com os Agentes Comunitários de Saúde e equipe de Atenção Básica;
- Identificar casos suspeitos dos agravos/doenças e encaminhar os pacientes para a Unidade de Saúde de referência e comunicar o fato ao responsável pela Unidade de Saúde;
- Orientar a comunidade sobre sintomas, riscos e agente transmissor de doenças e medidas de prevenção individual e coletiva;
- Executar ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e/ou coleta de reservatórios de doenças;
- Realizar cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de intervenção;
- Executar ações de controle de doenças utilizando as medidas de controle químico, biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores;
- Executar ações de campo em projetos que visem avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças;
- Registrar as informações referentes às atividades executadas;
- Realizar identificação e cadastramento de situações que interferem no curso de doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais;

Página 4 de 11

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de

ÁGUAS DE CHAPECÓ

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

- Mobilizar a comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores;
- Atualizar o cadastro de imóveis, por intermédio do reconhecimento geográfico, e o cadastro de pontos estratégicos (PE);
- Realizar pesquisa larvária em imóveis, para levantamento de índices e descobrimento de focos, bem como em armadilhas e em pontos estratégicos, conforme orientação técnica;
- Identificar criadouros contendo formas imaturas do mosquito;
- Orientar moradores e responsáveis para a eliminação e/ou proteção de possíveis criadouros;
- Executar a aplicação focal e residencial, quando indicado, como medida complementar ao controle mecânico, aplicando os larvicidas indicados, conforme orientação técnica;
- Registrar nos formulários específicos, de forma correta e completa, as informações referentes às atividades executadas;
- Vistoriar e tratar os imóveis cadastrados e informados pelos Agentes Comunitários de Saúde que necessitam do uso de larvicidas, bem como, vistoriar depósitos de difícil acesso informado pelo Agente Comunitário de Saúde;
- Encaminhar os casos suspensos de dengue à Unidade de Atenção Primária em Saúde, de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Saúde;
- Atuar junto aos domicílios, informando os seus moradores sobre a doença, seus sintomas e riscos, o agente transmissor e medidas de prevenção;
- Promover reuniões com a comunidade com o objetivo de mobilizá-la para as ações de prevenção e controle de dengue, sempre que possível em conjunto com a equipe de Agentes Comunitários de Saúde da sua área;
- Reunir-se sistematicamente com a equipe de Atenção Primária de Saúde, para trocar informações sobre febris suspeitos das doenças transmitidas pelo *Aedes*, a evolução dos índices de infestação por *Aedes aegypti* da área de abrangência, os índices de pendências e as medidas que estão sendo, ou deverão ser, adotadas para melhorar a situação;
- Comunicar os supervisores os obstáculos para a execução de sua rotina de trabalho, durante as visitas domiciliares,
- Registrar, sistematicamente, as ações realizadas nos formulários apropriados, conforme já referido, com o objetivo de alimentar o sistema de informações vetoriais.

- Secretário da Junta de Serviço Militar e Identificação:

- Cooperar no preparo e execução da mobilização de pessoal, de acordo com as normas baixadas pela 5ª Região Militar;
- Efetuar o alistamento militar dos brasileiros, procedendo de acordo com as normas vigentes;
- Informar ao cidadão alistado sobre as providências a serem tomadas quando de sua mudança de domicílio;
- Solicitar, por intermédio da Delegacia de Serviço Militar, a cópia da Ficha de Alistamento Militar (FAM) do alistado que tenha transferido residência para o município;

Página 5 de 11

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de

ÁGUAS DE CHAPECÓ

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

- Providenciar a atualização dos dados cadastrais do cidadão, relativos à mudança de domicílio, no Portal do SERMILMOB, via internet;
- Orientar os brasileiros que não possuam registro civil a comparecerem a um cartório de registro civil, a fim de possibilitar o seu alistamento;
- Realizar o carregamento dos arquivos de alistamento no Portal do SERMILMOB na internet, no caso de JSM informatizada;
- Manter atualizado um livro registro contendo as datas e números dos arquivos de alistamento carregados no Portal do SERMILMOB na internet;
- Realizar as consultas de cidadão no Portal do SERMILMOB, sempre que julgar necessário;
- Providenciar a retificação dos dados cadastrais do cidadão no Portal do SERMILMOB;
- Validar os dados cadastrais dos cidadãos que realizarem o pré-alistamento pela internet, conferindo-os com a documentação apresentada;
- Restituir aos interessados os documentos apresentados para fins de alistamento militar, depois de extraídos os dados necessários;
- Fornecer cópias dos documentos militares requeridos, após o pagamento da(s) multa(s) ou da comprovação de isenção da(s) mesma(s) (declaração de pobreza);
- Fazer a entrega dos certificados militares mediante recibo passado nos respectivos livros;
- Organizar os processos de “arrimo de família”, “notoriamente incapaz”, “adiamento de incorporação”, “preferência de Força Armada”, “transferência de Força Armada”, “reabilitação”, “2ª via de Certificado de Reservista”, “Serviço Alternativo”, “recusa à prestação do Serviço Militar”, “anulação de eximção” e “reciprocidade do Serviço Militar”, encaminhando-os à CSM, por intermédio da 161ª Delegacia de Serviço Militar;
- Revalidar o Certificado de Alistamento Militar (CAM);
- Averbar, no CAM, nas FAM ou no SERMILMOB, as anotações referentes à situação militar do alistado, no que lhe couber;
- Determinar o pagamento de taxa e multas militares, quando for o caso;
- Informar ao cidadão, por ocasião do alistamento, os seus direitos e deveres com relação ao Serviço Militar;
- Participar à CSM, por intermédio da Del SM, as infrações à Lei do Serviço Militar (LSM) e ao seu Regulamento;
- Organizar e: a. realizar as cerimônias para entrega de CDI; e b. executar os trabalhos de relações públicas e publicidade do Serviço Militar no Município;
- Verificar a situação militar do brasileiro que deseje obter passaporte, fornecendo o respectivo documento militar a que o referido cidadão fizer jus;
- Recolher à Del SM os certificados militares inutilizados;
- Efetuar o registro e expedir a Carteira de Identidade (CI) seja a primeira ou segunda via, de acordo com as normas vigentes;
- Passar a orientação aos interessados dos procedimentos e documentos necessários para emissão da CI;
- Fazer a entrega da Carteira de Identidade mediante normas vigentes;
- Efetuar o registro e expedir a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), de acordo com as normas vigentes;

Página 6 de 11

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de

ÁGUAS DE CHAPECÓ

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

- Passar a orientação aos interessados dos procedimentos e documentos necessários para emissão da CTPS;
- Fazer a entrega da CTPS mediante normas vigentes;
- Realizar a rotina de orientação, emissão e entrega de qualquer outro documento de identificação, que o município venha a instituir como serviço de sua responsabilidade.

- Técnico em Enfermagem:

- Prestar assistência de enfermagem ao indivíduo, família e comunidade visando a promoção, proteção e recuperação da saúde;
- Fazer previsão de equipamento e material para prestar assistência de enfermagem, segundo as normas estabelecidas;
- Fazer atendimento de enfermagem, de acordo com programação estabelecida pela Instituição;
- Participar na orientação à saúde do indivíduo e a grupos da comunidade;
- Participar das atividades de capacitação e educação em saúde para grupos da população;
- Executar outros procedimentos de enfermagem de acordo com as normas técnicas;
- Administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização a técnica de aplicação adequada;
- Participar na execução de programas de vacinação, de acordo com o esquema adotado pelo Departamento da Saúde;
- Fazer coleta de material para exames complementares e proceder a sua identificação e registro;
- Fazer notificação de doenças transmissíveis;
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- Fazer visita domiciliar;
- Supervisionar e coordenar o pessoal de enfermagem na ausência do enfermeiro, quando designado, na execução de tarefas estabelecidas;
- Realizar cortes histológicos e inclusão;
- Preparar peças anatômicas para serem examinadas e/ou conservadas;
- Controlar o estoque de material, visando a provisão das necessidades;
- Requisitar material de laboratório e verificar a sua correta especificação e acondicionamento;
- Receber e encaminhar para análise as amostras de alimentos, bem como acondicionar e armazenar adequadamente as contraprovas;
- Preparar as amostras de alimentos para análise;
- Auxiliar o bioquímico no encaminhamento e arquivo de laudos de análise de alimentos;
- Orientar e supervisionar as atividades de coloração de lâminas desenvolvidas pelos auxiliares do setor;
- Participar na organização dos arquivos das lâminas e de laudos, orientando os responsáveis;
- Orientar e executar os serviços de lavagem, esterilização, montagem de materiais e equipamentos utilizados no setor;
- Preparar reagentes, soluções, corantes e meios de cultura utilizados em laboratórios.

Página 7 de 11

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de

ÁGUAS DE CHAPECÓ

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

- Executar etapas intermediárias de análises laboratoriais, sob supervisão e orientação do profissional responsável;
- Auxiliar a equipe técnica em procedimentos específicos;
- Realizar instrumentação cirúrgica;
- Promover a saúde mental;
- Organizar o ambiente de trabalho;
- Executar outras tarefas semelhantes, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

- Farmacêutico:

- Aviar, classificar e arquivar receitas;
- Registrar saída de medicamentos sob regime de controle sanitário especial, em livro próprio;
- Apresentar mapas e balanços periódicos dos medicamentos utilizados e em estoque;
- Controlar receitas e serviços de rotulagem, realizando periodicamente o balanço de entorpecentes e equiparados;
- Adquirir e controlar estoque de medicação clínica principalmente psiquiátrica de entorpecentes e equiparados;
- Cadastrar informações sobre unidades de distribuição de medicamentos e vacinas;
- Supervisionar e assessorar a análise física e química de embalagens, recipientes e invólucros dos medicamentos a fim de evitar que os mesmos alterem suas características farmacodinâmicas;
- Assessorar autoridades superiores, preparando informes e documentos sobre legislação e assistência farmacêutica a fim de servirem de subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros;
- Coordenar, supervisionar ou executar todas as etapas de realização dos trabalhos de análises clínicas, análises bromatológicas, ou determinações laboratoriais relacionadas com sua área de competência;
- Orientar, supervisionar e dar assistência aos técnicos e auxiliares de laboratório na execução de suas atividades;
- Responsabilizar-se pelos aparelhos e equipamentos de laboratório, bem como, orientar a sua correta utilização;
- Assinar todos os documentos elaborados nos laboratórios;
- Articular-se com a chefia da unidade, visando o bom desempenho das atividades laboratoriais, e o bom relacionamento de pessoal;
- Realizar nos laboratórios de análises clínicas especialidade de administração laboratorial, utilizando-se de todas as técnicas preconizadas pela administração de empresas e hospitais;
- Desempenhar funções de dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopéicas;
- Fiscalização profissional sanitárias;
- Participar da elaboração e ou fazer cumprir normas e disposições gerais relativas ao armazenamento, controle de estoque e distribuição de medicamentos, germicidas e produtos correlatos, garantindo sua qualidade e otimizando a terapia medicamentosa;

Página 8 de 11

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de

ÁGUAS DE CHAPECÓ

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

- Participar de discussões técnicas para seleção e aquisição de medicamentos, germicidas e produtos correlatos, garantindo sua qualidade e otimizando a terapia medicamentosa;
- Elaborar manuais de procedimentos, manuais técnicos, formulários e lista de medicamentos, buscando normatizar e operacionalizar o funcionamento da assistência farmacêutica, criando padrões técnicos e sanitários de acordo com a legislação;
- Gerir racionalmente recursos materiais e humanos, de forma a dar garantia de qualidade aos serviços prestados na área de medicamentos;
- Atender os receituários médicos, observando a legalidade da receita, avaliando a compatibilidade física e química, bem como averiguando a dose, via de administração, duração do tratamento e dose cumulativa dos medicamentos prescritos;
- Informar de forma clara e compreensiva, sobre o modo correto de administração dos medicamentos, alertando sobre reações adversas e interações medicamentosas com alimentos e/ou produtos ingeridos concomitantemente;
- Atuar na promoção da educação dos profissionais de saúde e de pacientes; atuar como fonte de informação sobre medicamentos aos outros profissionais de saúde;
- Participar de equipe multidisciplinar, colaborando na elaboração, execução e avaliação de programas de saúde pública;
- Executar funções como: reconstituição de medicamentos, preparo de misturas intravenosas e nutrição parenteral, fracionamento de doses, produção de medicamentos, e outras atividades passíveis de serem realizadas e atribuições do farmacêutico;
- Atuar junto a central de esterilização na orientação de processos de desinfecção e esterilização de materiais;
- Atuar em farmácia clínica;
- Participar como membro de comissões de sua competência como: comissão de farmácia e terapêutica, padronização de medicamentos, comissão de controle de infecção hospitalar, licitações e pareceres técnicos;
- Atuar no controle de qualidade de águas de consumo humano, residuárias e controle de operações de estação de tratamento de águas e esgotos domésticos e industriais de piscinas, praias e balneários, desde a coleta de amostras, análises físico químicas e microbiológicas, até emissão e assinatura de laudos e pareceres técnicos;
- Executar e ou supervisionar análises físico-químicas, sensoriais, microscópicas, toxicológicas, microbiológicas, fitas químicas, ensaios biológicos e outras, fazendo uso de metodologias e equipamentos necessários;
- Atuar em farmácia homeopática, desde que devidamente habilitado;
- Programar, supervisionar, inspecionar, bem como responder tecnicamente pela realização de exames laboratoriais, controle de qualidade de insumos de natureza biológica, química e física, emitindo laudos, pareceres e diagnósticos;
- Fazer pesquisas quantitativas e qualitativas em amostras de materiais, dos exames requisitados;
- Coordenar, executar e supervisionar atividades específicas do laboratório de análises clínicas, desde a coleta do material para análise, até entrega do laudo final ao cliente;

Página 9 de 11

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de

ÁGUAS DE CHAPECÓ

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

- Executar e/ou supervisionar análises hematológicas, sorológicas, bacteriológicas, parasitológicas, coprológicas e outras, utilizando-se de aparelhos e técnicas específicas;
- Prever, prover e controlar materiais e equipamentos, emitindo opinião técnica em sua aquisição;
- Participar da equipe multidisciplinar, colaborando na elaboração de programas de saúde pública;
- Zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela conservação e manutenção de materiais e equipamentos de seu ambiente de trabalho;
- Participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela secretaria municipal de saúde;
- Executar outras atividades semelhantes, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

- Médico (Clínico Geral):

- Executar atividades inerentes à promoção, proteção e recuperação da saúde, seja individual ou coletiva;
- Realizar consulta clínica e atendimento ambulatorial aos usuários;
- Participar dos programas de atendimento às populações, inclusive dos atingidas por calamidades públicas;
- Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento;
- Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados;
- Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva;
- Participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias do Departamento da Saúde;
- Emitir laudos e pareceres, quando solicitado;
- Participar de eventos que visem seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses da Instituição;
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
- Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior;
- Proceder à notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local;
- Prestar à clientela assistência médica especializada, através de diagnóstico, Tratamento, prevenção de moléstias e educação sanitária;
- Opinar à respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade;
- Resolver os problemas de saúde do nível de atenção básica;
- Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;
- Realizar o pronto atendimento nas urgências e emergências;
- Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso;
- Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento, assegurando seu acompanhamento;
- Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;

Página 10 de 11

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de

ÁGUAS DE CHAPECÓ

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

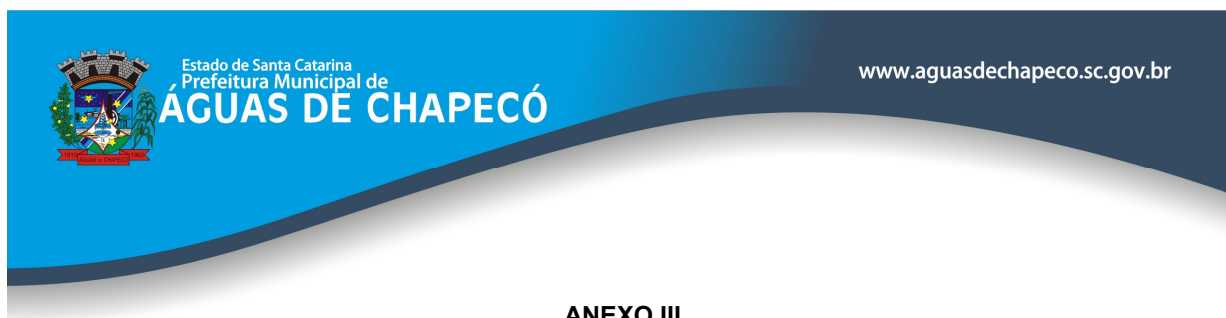
- Indicar internação hospitalar;
- Solicitar exames complementares;
- Desempenhar outras atividades afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

Página 11 de 11

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019, ANEXO III

Publicação Nº 2220698

**ANEXO III****FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE VAGA PARA
CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA****À Alternative Concursos****DADOS DO CANDIDATO****Nome:** _____**Cargo/função pretendido:** _____**N.º da Identidade:** _____

De acordo com o Item 3.1 do Edital de **Processo Seletivo 002/2019** do **Município de Águas de Chapecó (SC)**, embasado no art. 37, VIII da Constituição Federal e Lei n.º 7.853 de 24 de outubro de 1989, venho requerer reserva de vaga a candidato portador de deficiência, apresentando laudo médico com CID em anexo, conforme deficiência abaixo:

☐ Física☐ Auditiva☐ Visual☐ Mental☐ Múltipla☐ Outra: _____

Necessita de condições especiais para a realização da prova? ☐ Sim ☐ Não
Qual? _____

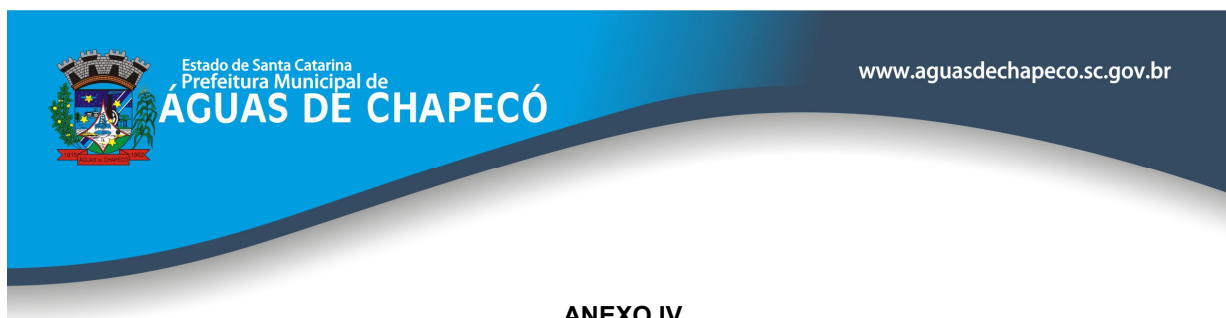
Pede Deferimento.

Águas de Chapecó (SC), _____ de _____ de 20____._____
Assinatura do Requerente**Página 1 de 1**

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019, ANEXO IV

Publicação Nº 2220699

**ANEXO IV****FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE
ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO****À Alternative Concursos****DADOS DO CANDIDATO****Nome:** _____**Cargo/função pretendido:** _____**N.º da Identidade:** _____

De acordo com o Item 5.1 do Edital de **Processo Seletivo 002/2019 do Município de Águas de Chapecó (SC)**, embasado na Lei Estadual n.º 10.567, de 07 de novembro de 1997, alterada pela Lei n.º 17.457/18, venho requerer a isenção da taxa de inscrição por enquadrar-me na condição de doador de sangue/medula.

Comprovo ter realizado 03 doações de sangue/medula nos últimos 12 meses que antecederam a abertura do presente Edital, conforme documento anexo.

Descrição das doações:

Data da doação:	Entidade:	Para uso da Banca Examinadora:
1º ____/____/____	_____	<div style="text-align: center;"><input type="checkbox"/> 1 - Deferido 2 - Indeferido</div>
2º ____/____/____	_____	
3º ____/____/____	_____	

Pede Deferimento.

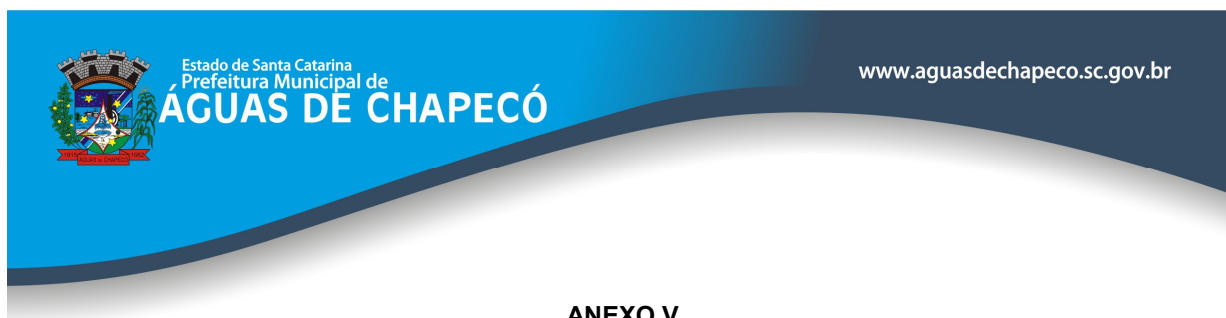
Águas de Chapecó (SC), ____ de ____ de 20____.

Assinatura do Requerente**Página 1 de 1**

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019, ANEXO V

Publicação Nº 2220700



ANEXO V

FORMULÁRIO DE RECURSO

À Alternative Concursos

DADOS DO CANDIDATO

Nome: _____

Cargo/função pretendido: _____

N.º da Identidade: _____

Tipo de Recurso:

☐

- 1 – Indeferimento de inscrição;
- 2 – Questão da prova escrita objetiva;
- 3 – Gabarito Preliminar;
- 4 – Ata de Classificação Preliminar;
- 5 – Incorreções ou irregularidades do **Processo**

Seletivo;

6 – Outros: _____

Para uso da Banca Examinadora:

☐

- 1 - Deferido
- 2 - Indeferido

Fundamentação:

Águas de Chapecó (SC), _____ de _____ de 20____.

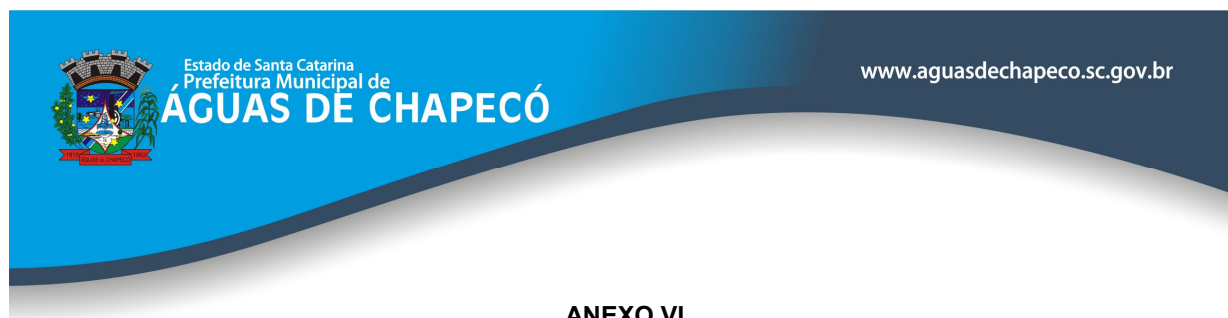
Assinatura do Candidato

Página 1 de 1

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019, ANEXO VI

Publicação Nº 2220703

**ANEXO VI****CRONOGRAMA**

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	PERÍODO
1. Período de Inscrição	11 a 28 de novembro de 2019
2. Último dia para efetuar o pagamento do boleto bancário	29 de novembro de 2019
3. Período de inscrição com isenção da taxa de inscrição (doadores de sangue/medula)	11 a 18 de novembro de 2019
4. Publicação da relação dos candidatos com pedidos de isenção da taxa de inscrição	26 de novembro de 2019
5. Período de pagamento do valor da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram o pedido de isenção indeferido	26 a 29 de novembro de 2019
6. Publicação da homologação das inscrições	06 de dezembro de 2019
7. Divulgação dos pedidos de condições especiais para realização da prova escrita/objetiva	06 de dezembro de 2019
8. Prazo para interposição de recurso quanto a não homologação das inscrições	09 e 10 de dezembro de 2019
9. Publicação da homologação das inscrições após apreciação dos recursos	12 de dezembro de 2019
10. Divulgação do Ensalamento dos Candidatos	12 de dezembro de 2019
11. Prova escrita/objetiva	15 de dezembro de 2019
12. Prova prática	15 de dezembro de 2019
13. Divulgação do Gabarito Preliminar e das provas escritas/objetivas	16 de dezembro de 2019
14. Prazo para interposição de recurso contra o Gabarito Preliminar e questões das provas escritas/objetivas	17 e 18 de dezembro de 2019
15. Divulgação do Gabarito Definitivo	20 de dezembro de 2019
16. Divulgação da Ata de Classificação Preliminar	20 de dezembro de 2019
17. Prazo para interposição de recurso contra a Ata de Classificação Preliminar	23 e 24 de dezembro de 2019
18. Divulgação da Ata de Classificação Final	27 de dezembro de 2019

Página 1 de 1

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br

Alfredo Wagner

PREFEITURA

4381

Publicação Nº 2220992

DECRETO Nº 4381/2019

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FHIS.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item VIII, da Lei Orgânica do Município nº 170/90 de 05/04/90 e Lei nº. 731/2008 de 13/05/2008.

DECRETA:

Art. 1º - Fica por este ato nomeado os membros efetivos e suplentes do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS, de acordo com a Lei Municipal nº 731/2008 de 13 de maio de 2008, conforme discriminados abaixo:

MEMBROS:

Representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário, Promoção e Assistência Social:

Titular: Izabel Cristina Andersen Kretzer

Suplente: Rejane Kuster

Representante da Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: Reginaldo Silveira

Suplente: Ednilson Rodrigues de Souza

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: Eduardo Silveira

Suplente: Paulo Cesar Rossi

Representante do Sindicato do Produtor Rural:

Titular: Ivan Dorneles Andersen

Suplente: Pedro Menezes

Representante da APAE:

Titular: Debora Farias

Suplente: Felícia Gabriela Fermino

Representante da Associação Cultural Nascente do Vale:

Titular: Max Edson Figueiredo

Suplente: Cleusa Telles

Representante do Lions Clube:

Titular: Terezinha gerber

Suplente: Maria Emilia Figueiredo

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 07 de novembro de 2019.

Naudir Antonio Schmitz

Prefeito Municipal

PUBLICADO NESTA DATA

ORDEM CRONOLÓGICA Nº06/2019

Publicação Nº 2221589

SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 5º, JUSTIFICA a alteração na Ordem Cronológica de Pagamentos a saber:

BAGIO 7 ENGENHEIROS ASSOCIADOS S/S LTDA		
EMPENHO Nº	DATA	VALOR R\$
3894/2019	29/08/2019	17.333,33

Justificativa:

1. Trata-se de pagamento efetuado fora da Ordem Cronológica, relacionado a contratação de empresa para elaboração de Projeto Executivo de acessos as Pontes de São Wendelino e Passo da Limeira. A necessidade se ampara com base na urgência para apresentação do referidos projetos junto ao Defesa Civil Nacional, para garantir a aprovação e desembolso para conclusão das Pontes.

Alfredo Wagner em 08 de novembro de 2019.

João Anésio Cechetto
Secretário Municipal de Infraestrutura

PROCESSO ADMINISTRATIVO – ORDEM CRONOLÓGICA Nº 06/2019

1. A Secretaria de Infraestrutura encaminhou pedido para que seja examinada a possibilidade de excepcionar-se a regra de observância da ordem cronológica de exigibilidade para o pagamento de fatura, ponderando que estariam presentes as relevantes razões de interesse público que justificam a medida, tal como admitida na parte final do art. 5º da Lei Federal 8.666/93, tratando-se, no caso, de pagamento relacionado a elaboração de Projeto Executivo de acessos as Pontes de São Wendelino e Passo da Limeira.

2. O referido crédito em favor da pessoa jurídica de BAGIO & ENGENHEIROS ASSOCIADOS S/S LTDA, originou-se do Processo de Dispensa de Licitação nº 05/2019, Autorização de Fornecimento nº 2481/2019 de 29/08/2019, no valor total parcial de R\$ 17.333,33.

3. A pessoa jurídica por sua vez, cumpriu com o estabelecido no contrato, conforme atestado pelo próprio Secretário solicitante.

O TCE/SC em seu entendimento firmou posição:

Prejulgado 505

Para a efetivação dos pagamentos da Administração, deve ser respeitada a ordem cronológica determinada pelo artigo 5º da Lei n. 8.666/93. Para que a ordem cronológica seja quebrada, faz-se necessária a demonstração de relevantes razões de interesse público e a devida publicação dessas razões.

Compete à autoridade administrativa, no caso o Prefeito, reconhecer a ocorrência dos motivos que justificam a ofensa à ordem cronológica dos pagamentos e dar-lhes publicidade.

5. Com vistas a dar transparência aos atos administrativos, em 01/07/2005, foi editado o Decreto Municipal nº 2758/2005, que trata da matéria, porém não aprofundando o tema as respectivas diretrizes propostas pela ATRICON.

6. Por fim, a excepcionalidade no pagamento fora da ordem cronológica de exigibilidade, não está incorrendo em prejuízo a outros contratos, sendo que os demais não ultrapassam o intervalo de 90 dias, o que poderia trazer ônus financeiros as partes.

CONCLUSÃO: O artigo 5º da Lei 8666/93 tem por objetivo salvaguardar princípios da administração pública, o da isonomia, que evita o tratamento diferenciado entre fornecedores, da impessoalidade, nada mais é que o princípio da finalidade, o qual o administrador só pratique o ato para o seu fim legal, e da economicidade, o qual, sabedor do recebimento, o proponente não incluirá no custo dos produtos ou serviços os valores decorrentes da demora do pagamento.

Então, diante das exposições e vislumbrando o cumprimento certo e objetivo dos atos administrativos, sem prejuízo de afetar os demais credores, que por sua vez encontram-se dentro da programação financeira de exigibilidade de pagamento, resta a mim, considerar cabível na excepcionalidade do interesse público.

É o Parecer.

Alfredo Wagner, 08 de novembro de 2019.

ASSINATURA NO PROCESSO ORIGINAL

DECISÃO: Acolho o parecer e autorizo o pagamento imediato, nos termos do art. 5º, parte final, da Lei nº 8.666/93.

ASSINATURA NO PROCESSO ORIGINAL

Alto Bela Vista

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2019

Publicação Nº 2221272

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 003/2019

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2019, PARA FINS DE SELECIONAR ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA FIRMAR PARCERIA POR MEIO DE TERMO DE FOMENTO, NA ÁREA CULTURAL, DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 13.019/2014.

O MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA/SC, pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito no CNPJ nº 01.614.374/0001-60, com sede administrativa situada a Rua do Comércio, 1015, Centro de Alto Bela Vista – SC, através de sua Prefeita Municipal, e no uso de suas atribuições legais, torna público às Organizações da Sociedade Civil interessadas, que através deste, está procedendo o CHAMAMENTO PÚBLICO, VISANDO A SELEÇÃO DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS EM DIVERSAS ÁREAS PARA FIRMAR PARCERIA POR MEIO DE TERMO DE FOMENTO, nos termos e condições estabelecidas neste Edital.

1 – OBJETO:

1.1 – Formalização de Parceria, através de Termo de Fomento, com Organizações da Sociedade Civil (OSC) para execução de atividades em regime de mútua cooperação com a administração pública, no exercício de 2019, que apresentarem o Plano de Trabalho que melhor se adequar ao objeto a ser pactuado:

Item	Área Beneficiada	Valor Máximo (R\$)
01	Área Cultural	10.000,00
Total		10.000,00

1.2 - Todos os serviços ou atividades a serem desenvolvidas deverão constar no Plano de Trabalho de acordo com o art. 22, incisos I ao IV, da Lei Federal nº 13.019/2014.

2 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

2.1 - Poderão participar do presente CREDENCIAMENTO as Organizações da Sociedade Civil – OSC's, nas respectivas áreas de atividade, e que:

I – possua no mínimo 03 (três) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (certidão extraída da internet);

II – possua experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

III – possua capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas;

IV – esteja ciente de que a simples participação no Chamamento Público, pressupõe seu conhecimento prévio e sua concordância com o atendimento das disposições deste edital e da Lei Federal nº 13.019/2014;

V - não tenha como dirigente Agente Político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheira, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o segundo grau.

2.2 – É vedada a participação dos interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do Artigo 87 da Lei 8666/93.

3 – FORMA DE INSCRIÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

3.1 - Os interessados deverão apresentar todos os documentos elencados no item 4 deste Edital até às 17 horas do dia 11 de dezembro de 2019, junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, não sendo aceitos documentos enviados por meio de correspondência.

3.2 - A efetivação do credenciamento dar-se-á somente quando da apresentação de todos os documentos enumerados no item 4.2, sendo que a falta de qualquer um deles resultará na inabilitação da entidade.

4 – DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

4.1 – A documentação deverá ser protocolada, contendo na parte externa/frente os seguintes dados: CREDENCIAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DO TERCEIRO SETOR EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2019. ENTIDADE: ENDEREÇO: TELEFONE CNPJ ÁREA PRETENDIDA:

4.2 – DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA:

4.2.1 – Ofício do Representante da Entidade solicitando a celebração da parceria para execução do Plano de Trabalho;

4.2.2 - Cópia do Estatuto registrado e certidão de registro;

4.2.3 - Ata de eleição e posse da diretoria em exercício;

4.2.4. – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

4.2.5 - CPF e identidade do representante, conforme ata de eleição;

4.2.6 - Certidão de regularidade junto à Secretaria da Receita Federal, Estadual e Municipal;

4.2.7 - Certidão de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

4.2.8 - Certidão Negativa de Débito no INSS;

4.2.9 - Declaração contendo os nomes dos dirigentes e conselheiros da entidade, bem como o período de atuação e CPF de cada membro;

4.2.10 - Certidão contendo o nome do contador responsável pela entidade e indicação do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade;

4.2.11 - Declaração contendo o nome de um gestor indicado pela entidade para ser o responsável pelo controle administrativo, financeiro e de execução da parceria;

4.2.12 - Declaração informando se a entidade aplica nas atividades fins ao menos 80% de sua receita;

4.2.13 - Declaração de capacidade administrativa, técnica e gerencial para execução ou manutenção das ações previstas no projeto;

4.2.14 - Declaração de abertura de conta bancária específica;

4.2.15 - Declaração de que os dirigentes da entidade não são agentes políticos, conforme item 2.1 – V;

4.2.16 - Declaração informando se o Termo de Parceria representa vantagem econômica para a Administração Municipal em detrimento da realização direta do seu objeto;

4.2.17 - Declaração que a entidade se compromete a atender a Lei Federal nº 12.527/2011 e dar publicidade ao objeto pactuado;

- 4.2.18 - Declaração que a entidade não contratará parentes ou empresas, inclusive por afinidade, de dirigentes da proponente ou de membros do poder público concedente;
- 4.2.19 - Declaração informando a data de Início das atividades da Entidade;
- 4.2.20 - Declaração que a entidade se compromete em aplicar os recursos repassados de acordo com o art. 51 da Lei 13019/2014 bem como prestar contas na forma dos art.(s) 63 a 68 da mesma lei; e,
- 4.2.21 - Plano de Trabalho em conformidade com o art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 22 da Lei 13.019/2014.

5 – CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OU ATIVIDADES DA OSC

5.1 – Os serviços e atividades serão prestados mediante atendimento aos termos da Lei 13.019/2014.

6 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 – A Administração Municipal constituirá uma Comissão de Seleção que analisará os documentos propostos pela OSC e uma Comissão de Avaliação e Monitoramento que apreciará todos os Planos de Trabalhos e documentos apresentados a fim de selecionar as entidades que atenderam os requisitos previstos na Lei Federal 13.019/2014;

6.2 - O Plano de Trabalho também será analisado por um Gestor nomeado pelo Poder Público Municipal, bem como, pelo Controle Interno, que emitirão parecer quanto a execução e viabilidade do objeto;

6.3 - A Administração Municipal deverá até o dia 12.12.2019 divulgar as OSC selecionadas para execução dos serviços e atividades.

6.4 - Caberá recurso no prazo de 03 (três) dias contados a partir da data de publicação do resultado da seleção, sendo julgado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

6.5 - A Comissão de Seleção Monitoramento e Avaliação utilizará os critérios citados na tabela abaixo para classificação dos projetos, bem como, dará devolutiva a entidade proponente da avaliação realizada e pontuação obtida.

6.6 - Em caso de empate serão adotados os seguintes critérios para desempate: I - Projeto com maior número de pessoas a serem atendidas; II - Maior equipe envolvida com melhor currículo.

6.7 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO GERAL

	Peso	Plenamente Satisfatório	Satisfatório
1 - Viabilidade dos Objetivos e Metas	1		
2 - Metodologia e Estratégia de Ação	2		
3 - Viabilidade de Execução	2		
4 - Coerência no Plano de Aplicação de Recursos	1		
5 - Experiência da Entidade no Serviço e no Município	2		

6 - Localização e Infraestrutura física:	2		
7 - Viabiliza a garantia de exercício dos direitos sociais básicos	3		
Total			

Descrição dos Critérios de Avaliação e Seleção dos Projetos:

- 1. Viabilidade dos Objetivos e Metas:** Se os objetivos específicos são viáveis e exequíveis. Se as metas estão de acordo com o solicitado pelo Chamamento. Peso: 1.
- 2. Metodologia e Estratégia de Ação:** Se o projeto demonstra clareza na forma como vai se desenvolver; deve descrever o caminho escolhido, os métodos, técnicas e estratégias pensadas para cada objetivo proposto. Peso: 2.
- 3. Viabilidade de Execução:** Se o projeto demonstra proximidade com realidade do território; se há coerência metodológica que viabilize a execução do projeto. Peso: 2.
- 4. Coerência no Plano de Aplicação de Recursos:** Se há compatibilidade na aplicação dos recursos com a proposta de trabalho. Peso: 1.
- 5. Experiência da Entidade no Serviço e no Município:** Se a proposta traz conhecimento sobre realidade da comunidade ou do público-alvo; e se demonstra experiência com o serviço proposto. Peso: 2.
- 6. Localização e Infraestrutura física:** Descrever se o local e a infraestrutura prevista atende as necessidades do projeto. Peso: 2.
- 7. Viabiliza a garantia de exercício dos direitos sociais básicos:** Prevê ações que garantam o acesso a direitos sociais básicos (saúde, educação, habitação, alimentação, cultura, segurança, comunidade de convivência entre outros). Peso: 3

6.8 - CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE CADA ÁREA.

Cultura	Peso	Pontuação
Mérito, originalidade e relevância da proposta para o planejamento das ações e desenvolvimento cultural, e se entidade esta inserida num ponto cultural do Plano Municipal da Cultura.	30	
Histórico de projetos do proponente na área afim do projeto e nº quantitativo de pessoas atendidas (crianças, adolescentes, jovens, 3º idade...);	30	
Promove atividades que garantam a perpetuação da cultura das etnias que colonizaram o Município.	30	
Representam o Município em eventos culturais, promovendo o nome da cidade na região, estado e País;	10	
Soma	100	

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A programação orçamentária que autoriza e fundamenta a celebração das parcerias deverá constar em legislação própria do Poder Executivo a fim de assegurar a transferência dos recursos financeiros pactuadas.

8. DA VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO

8.1 - Os Termos de Fomento a serem celebrados para o ano de 2019 terão início na data de sua assinatura, com vigência até 31 de dezembro de 2019 (ou menor tempo, caso assim conste no Plano de Trabalho), com a devida prestação de contas nos termos da lei 13.019/2014.

8.2 - Em caso de desistência da organização social em celebrar o Termo de Colaboração, após a entrega da documentação solicitada neste edital, deverá a intenção ser manifestada por escrito através de ofício devidamente assinado pelo responsável da organização proponente, expondo os motivos do pedido.

8.3 - Os casos não previstos neste edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção, Avaliação e Monitoramento.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

Demais informações sobre critérios e condições para participação do presente Edital de Chamamento Público, poderão ser obtidas diretamente na sede da administração municipal, junto a Gerência de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico.

Alto Bela Vista/SC, em 08 de novembro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 2.904, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221865

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos, do art. 5º, letra "a", da Lei Municipal nº 773, de 11 de dezembro de 2018;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 67.300,00 (sessenta e sete mil, trezentos reais), nas seguintes ações orçamentárias:

7000	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
7001	Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
301	Atenção Básica
34	Atendimento Equitativo e Universalizado
2.57	Atividades Gerais da atenção Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.1.0102	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
2.60	Serviços Médicos, Hospitalares e de Diagnóstico
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.71.00.00.1.0102	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio
	R\$ 1.300,00
3.3.93.00.00.1.0102	Aplicação Direta Decorrente de Operação de órgãos, fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe
	R\$ 30.000,00
36	Agentes Comunitários de Saúde
2.65	Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.1.0102	Aplicações Diretas
	R\$ 4.000,00
38	Farmácia Básica
2.67	Assistência Farmacêutica Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.1.0102	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldo na seguinte ação orçamentária:

7000	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
7001	Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
301	Atenção Básica
34	Atendimento Equitativo e Universalizado
2.57	Atividades Gerais da atenção Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.1.0102	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
2.60	Serviços Médicos, Hospitalares e de Diagnóstico

3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.00.1.0102	Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos
	R\$ 31.300,00
36	Agentes Comunitários de Saúde
2.65	Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.1.0102	Aplicações Diretas
	R\$ 4.000,00
38	Farmácia Básica
2.67	Assistência Farmacêutica Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.1.0102	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 04 de novembro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER

Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº 2.905, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221868

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos, do art. 5º, letra "C", da Lei Municipal nº 773, de 11 de dezembro de 2018;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), nas seguintes ações orçamentárias:

7000	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
7001	Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
301	Atenção Básica
34	Atendimento Equitativo e Universalizado
2.58	Manutenção e reforma das Unidades Básicas de Saúde
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.3.0896	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
2.59	Manutenção de Veículos
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.3.0896	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do:

Superávit do exercício de 2018, no vínculo abaixo:

a) "0.1.0805" - Transf. FNS - Custeio (Emenda Individual)
- R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 06 de novembro de 2019.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº 2.906, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221870

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos, do art. 5º, letra "a", da Lei Municipal nº 773, de 11 de dezembro de 2018;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte ação orçamentária:

8000	GERENCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
8007	Esporte e Lazer
27	DESPORTO E LAZER
812	Desporto Comunitário
51	Esportes como Ação de Integração e de Formação
2.92	Atividades Gerais de Esportes
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.100	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldo na seguinte ação orçamentária:

8000	GERENCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
8007	Esporte e Lazer
27	DESPORTO E LAZER
812	Desporto Comunitário
51	Esportes como Ação de Integração e de Formação
2.92	Atividades Gerais de Esportes
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.100	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 07 de novembro de 2019.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável Pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

04. EDITAL CMDCA 002. INSCRICOES_DEFERIDAS_CANDIDATOS

Publicação Nº 2221609

EDITAL 002/2019/CMDCA

Divulga inscrições deferidas de candidatos da eleição suplementar ao cargo de Conselheiro Tutelar de Anchieta/SC, após o prazo para interposição de recursos, e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Anchieta/SC, no uso de suas atribuições legais e considerando a decisão da Comissão Especial Eleitoral, designada pela Resolução 001/2019/CMDCA, RESOLVE:

Art. 1 Divulgar as inscrições deferidas de candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar de Anchieta/SC, Eleição Suplementar:

1. Rosane Sissgler
2. Salete Contini
3. Patricia Lucian
4. Jussara Lasch
5. Juliana de Souza Machado Mantovani
6. Blecaute Teufanis Ribas
7. Cristian Regina Tremarin

Art. 2 Divulgar que os candidatos cujas inscrições foram deferidas estão aptos a participar da capacitação e da prova, conforme cronograma do Edital divulgado.

PUBLIQUE-SE.

Anchieta – SC, 08 de novembro de 2019.

Ione Teresinha Presotto
Presidente do CMDCA

COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL:

Lijane Teresinha Provin Jozane de Paula Bard Maria Lisete Junges

Siria Maldaner Camila Baronio Kellin Dal Ri

CONTRATO 024/2019 - FMS

Publicação Nº 2221105

CONTRATO 024/2019

Aquisição de Veículo

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Olímpio Dal Magro, nº 587, inscrito no CNPJ sob nº 11.243.552/0001-47, neste ato representado pelo seu Gestor o Sr. MARTINHOS SCANTAM-BURLO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF: 950.525.859-34, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa BREGOMAR VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito a RUA WILLY BARTH, 2777, BAIRRO SÃO GOTARDO, CEP 89900-000, na cidade de SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.838.979/0001-70, neste ato representada pelo Senhor BOLES LAU KOVALSKI NETO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, portado do CPF: 503.191.329-00, RG 1020030068-SSP/RS, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, firmam o presente Contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/93 e legislação pertinente, nos termos do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019 e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO, E DESCRIÇÃO:

1.1. Constitui objeto do presente Aquisição de veículo novo para Secretaria Municipal de Saúde do município de Anchieta/SC. Pago com Recursos do PMAQ, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

“Veículo automotor novo (CHEVROLET SPIN PREMIER); Combustível flex; Zero km; Motorização mínima de 1.8; Capacidade mínima de 7 lugares; Com 4 cilindros em linha; Ano/modelo mínimo: 2019; Transmissão manual mínima de 05 velocidades a frente e 01 a ré; Cor branca; Com 04 portas; Potência mínima 106 cv; Ar condicionado quente/frio; Direção elétrica ou hidráulica; Vidros elétricos; Trava elétrica das portas; Freios ABS; Rodas mínima de 15" com pneus novos; Air bag duplo; Rádio com USB com 4 autofalantes; Película em todos os vidros; Proteção do motor; Quatro tapetes emborrachados. Demais equipamentos obrigatórios previstos no código de trânsito e com homologação do DENATRAN. Garantia de no mínimo 12 meses sem limite de quilometragem”.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL:

2.1. A CONTRATADA compromete-se, com relação ao disposto na cláusula primeira, entregar o objeto licitado, rigorosamente dentro do prazo de no máximo de 30 (trinta) dias, após solicitação através de ordem de compra, nos locais discriminados na ordem de compra, de segunda a sexta feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, na Prefeitura Municipal de Anchieta, devendo ser expedida a nota fiscal, na execução do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

3.1. Fazem parte deste contrato, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da Contratada, Edital de Pregão Presencial 018/2019-FMS, Homologação, além das normas e instruções legais vigentes no país, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO:

4.1. O preço do contrato tem como certo e ajustado o valor Total da Proposta de R\$ 86.500,00 (Oitenta e Seis Mil e Quinhentos Reais), correspondente ao objeto total descrito e caracterizado na cláusula primeira do presente instrumento.

Parágrafo único: O objeto licitado não poderá sofrer reajuste.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

5.1 O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, até o 30º dia do mês subsequente ao da entrega do objeto, e mediante apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Primeiro – o pagamento está facultado a liberação do recurso do convenio pelo governo do estado através da secretaria de desenvolvimento regional de Dionísio Cerqueira.

Parágrafo Segundo - Caso as datas estipuladas nesta Cláusula, ocorram em dia sem expediente na Prefeitura o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.2 O índice aplicável caso ocorra atrasos no pagamento é aquela utilizada pelo município URFM, para a sua atualização.

5.3 O pagamento será efetuado na conta bancária especificada pela licitante na proposta comercial, que deverá ser expressa no corpo da nota fiscal ou outro documento anexo a esta.

5.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

5.4.1. A nota fiscal/fatura deve conter no campo Informações Complementares:

CLÁUSULA SEXTA – DAS DESPESAS E RECURSOS:

6.1. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária do ano corrente de 2019.

Despesa: 51 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PACIENTES

Órgão: 9 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 24 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Projeto/Atividade: 1.100 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PACIENTES

Elemento: 44905248000000 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 295 - Transf.Sistema Unico de Saúde-SUS-PMAQ - R\$: 86.500,00 **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS MULTAS E PENALIDADES:**

7.1. Pelo não cumprimento das condições estabelecidas no presente contrato, a Contratada fica sujeita, a critério da Administração e, garantida a defesa prévia, às penalidades previstas no art. 87, incisos e parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Parágrafo primeiro - Pela falta injustificada do fornecimento do objeto, ficará a Contratada sujeita a multa de 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor total da obrigação.

Parágrafo segundo - Se a falta do objeto for superior a 10 (dez) dias, a multa será em dobro.

Parágrafo terceiro - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei Federal que rege este instrumento e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

Parágrafo quarto - Ocorrendo multas, estas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

Parágrafo quinto - A aplicação da multa fica condicionada à prévia defesa da Contratada, que deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva notificação.

Parágrafo sexto - Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORÇA MAIOR:

8.1. No caso de impossibilidade de cumprimento por parte da CONTRATADA do previsto neste contrato, devido à força maior, conforme definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato ao CONTRATANTE e ratificar por escrito em até 05 (cinco) dias essa comunicação, descrevendo as ocorrências.

Parágrafo primeiro - As obrigações contratuais da CONTRATADA serão suspensas enquanto perdurar a situação.

Parágrafo segundo - O CONTRATANTE e a CONTRATADA, reciprocamente não serão responsáveis, por atrasos de qualquer natureza, causados por motivos de força maior.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1. A rescisão contratual poderá ser:

9.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.1.2 - A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos itens de penalidades deste Edital;

9.1.3 - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

9.1.4 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

10.1. A empresa vencedora obriga-se a:

10.1.1 - Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

10.1.2 - Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Município de Anchieta e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

10.1.3 - Entregar o objeto licitado, rigorosamente dentro do prazo de no máximo de 30 (trinta) dias, após solicitação através de ordem de compra, nos locais discriminados na ordem de compra, de segunda a sexta feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, na Prefeitura Municipal de Anchieta, devendo ser expedida a nota fiscal.

10.1.4 - Arcar com quaisquer despesas com frete e de carga e descarga para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

10.1.5 - Os produtos entregues com características diferentes da especificação técnica, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

10.1.6 – A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo I ou superior.

10.1.7 - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

10.1.8- Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE.

10.1.9 - Fornecer, no ato de entrega, todos os documentos relativos ao veículo, como manuais de operação e certificados de garantia;

10.1.10 - Garantir a qualidade técnica do objeto oferecidos, comprometendo-se a fornecer informações técnicas necessárias à sua utilização, bem como as peças de reposição necessárias à manutenção durante o período de garantia, sem nenhum ônus para o Município de Anchieta, desde que tal manutenção decorra de vícios ao produto.

10.1.11 - Proceder às revisões periódicas do veículo, conforme especificado no manual do fabricante, durante o período de garantia do mesmo, de forma gratuita para o município.

10.1.12 - Garantia mínima de 12 (doze) sem limite de quilometragem.

10.1.13 - A empresa vencedora deverá fornecer treinamento sobre o funcionamento e noções de manutenção preventiva e corretiva do veículo a ser adquirido.

10.1.14 A licitante deverá disponibilizar assistência técnica 24hrs.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

11.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

11.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado na cláusula "5" desta Minuta de Contrato.

11.3. Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto nesta minuta de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1. Este contrato e o Edital de Pregão Presencial 018/2019 - FMS e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

13.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Anchieta/SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

14.1. O objeto do presente contrato tem vigência até 31/12/2019, a contar da assinatura do termo contratual.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Anchieta/SC, 11 de Novembro de 2019.

MARTINHOS SCANTAMBURLO Gestor do FMS
CPF 950.525.859-34

BOLES LAU KOVALSKI NETO Contratada/Responsável
CPF 503.191.329-00

TESTEMUNHAS:

IDENES M. F. SCHENA
CPF: 034.116.669-35

NERI WILBRANTZ
CPF: 853.985.199-72

CONTRATO 042/2019-PM

Publicação Nº 2221102

CONTRATO.042/2019

Execução de Obra – Pavimentação Asfáltica

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO 080/2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q, SOBRE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA (CALÇAMENTO EXISTENTE), COM ÁREA TOTAL DE 9.626,73M² NA RUA PROFESSOR VALDIR ROBERTO SCHOLTZE, RUA OLÍMPIO DAL MAGRO, RUA 7 DE SETEMBRO E RUA DOMINGOS DAL RI, NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC, NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE ANCHIETA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.687/0001-22, com sede a Avenida Anchieta, nº 838, Centro, Anchieta, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVAN JOSÉ CANCI, brasileiro, casado, residente na Linha São Marcos, Interior desse município, inscrito no CPF nº 625.835.909-44, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro, a empresa E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP, com sede na Rua 15 de Novembro, 110 - Sala 01, Centro, CEP: 89900-000, na cidade de São Miguel do Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.588.912/0001-38, neste ato representada pelo Responsável Legal/Procurador Sr: JONATAS LIMA DA LUZ, brasileiro, casado, residente na cidade de São Miguel do Oeste/SC, inscrito (a) no CPF sob o nº 010.126.529-80, doravante denominada CONTRATADA, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo de Licitação nº 080/2019, instaurado sob a modalidade Tomada de Preços nº 005/2019 de 01 de Novembro de 2019.

As partes acima identificadas pactuam o presente contrato, regido pela Lei Federal nº 8666/93, e suas diversas alterações legais, em especial a Lei Federal nº. 8883/94, tanto quanto pelas cláusulas e condições do Processo Licitatório nº 080/2019, Tomada de Preços nº 005/2019, que passa a fazer parte integrante do presente contrato, bem como as seguintes avenças:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente Contrato tem por objeto a Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários, para Pavimentação Asfáltica em C.B.U.Q, sobre pavimentação poliédrica (calçamento existente), com área total de 9.626,73m² na Rua Professor Valdir Roberto Scholtze, Rua Olímpio Dal Magro, Rua 7 de Setembro e Rua Domingos Dal Ri, no município de Anchieta/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA, LOCAL E DO PRAZO DE EXECUÇÃO, CONTRA PARTIDA.

2.1. A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma Indireta, em regime de Empreitada por Preço Global em conformidade com o projeto básico constante no Anexo "VII" do Edital para Pavimentação Asfáltica em C.B.U.Q, sobre pavimentação poliédrica (calçamento existente), com área total de 9.626,73m² na Rua Professor Valdir Roberto Scholtze, Rua Olímpio Dal Magro, Rua 7 de Setembro e Rua Domingos Dal Ri, no município de Anchieta/SC.

2.1.2. Os serviços de que tratam o presente contrato deverão ser dirigidos por engenheiro civil, com registro no CREA, presente diariamente no local da obra.

2.2. A CONTRATADA obriga-se a entregar a obra, objeto deste Contrato, completamente concluída, no prazo máximo de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de recebimento da Autorização de Início da Obra, podendo este prazo ser prorrogado nos casos em que alude o Art. 57, § 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

2.2.1. A obra deverá ser iniciada, obrigatoriamente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data de assinatura do Contrato e emissão da Autorização de Início, sob pena de notificação.

2.3. Deverá ser apresentada, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução de obra (recolhida sobre o valor do contrato e assinada pelo mesmo profissional que forneceu os acervos técnicos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O presente Contrato terá vigência de 6 (seis) meses contados da data de sua assinatura, podendo este prazo ser revistos nos casos previstos na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL E DE SEU REAJUSTE

4.1. Pela execução da obra prevista na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o Valor Total Global de R\$ 557.707,15 (Quinhentos e Cinquenta e Sete Mil, Setecentos e Sete Reais e Quinze Centavos), constante da proposta vencedora do Processo Licitatório Nº 080/2019 – Tomada de Preços Nº 005/2019, entendido como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

4.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, com a execução do objeto licitado, deverão estar inclusos nos preços a serem pagos, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

4.3. O preço pelo qual será contratado o objeto do presente contrato não sofrerá reajuste.

CLÁUSULA QUINTA - DAS MEDIÇÕES DAS ETAPAS DA OBRA

5.1. As medições serão realizadas conforme cronograma físico-financeiro mediante requerimento da contratada, que deverá entregar juntamente com este, a Planilha Orçamentária, referente à etapa concluída.

5.2. As etapas da obra serão consideradas executadas mediante a emissão de relatórios de medição, relativos à sua execução, pelo Setor de Engenharia, os quais serão emitidos em até 10 (dez) dias úteis após solicitação da empresa vencedora, para o fim estabelecido na Clausula Sexta do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Expedido os relatórios de medição a que se refere a Clausula Quinta do presente contrato, os mesmos serão encaminhados ao agente financeiro, que atestará a execução física das etapas correspondentes e, se for o caso, autorizará a liberação da(s) parcela(s) dos recursos financeiros vinculados à execução do objeto deste contrato para pagamento à empresa contratada, a qual deverá apresentar à Prefeitura de Anchieta, no prazo de 02 (dois) dias úteis a partir do recebimento do(s) relatório(s) de medição aprovado(s) pelo agente financeiro, a(s) respectiva(s) nota(s) fiscal (is), constando de seu(s) corpo(s) o número do Convênio citado na Clausula Primeira, item 1.2, bem como informar os dados (CNPJ, Endereço, Nome da Contratada) conforme dados constantes da proposta de preço apresentada durante o certame

licitatório.

6.2. O pagamento será desembolsado em parcelas conforme cronograma financeiro, após o recebimento das notas fiscais, obedecida a ordem cronológica de sua exigibilidade, se cumprido o disposto na Clausula Quinta, item 6.1 da presente cláusula e aos seguintes requisitos:

6.2.1. 1ª Parcela:

- a) Comprovação da matrícula da obra (cadastro específico do INSS);
- b) Cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs);
- c) Guia de Recolhimento da Previdência Social (GRPS/GPS);
- d) Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP);
- e) Guia de Recolhimento do ISS;
- f) Declaração da empresa, de que está com a escrituração contábil atualizada, assinada pelo contabilista e administrador responsável, bem como os demonstrativos do último exercício social da empresa.

6.2.2. A liberação das demais parcelas fica condicionada à apresentação dos documentos mencionados nas letras: c, d, e, f do item 6.2.1 desta Cláusula.

6.2.3. A última parcela fica condicionada à apresentação dos documentos elencados nas letras c, d, e, f, item 6.2.1 desta Cláusula, Certidão Negativa de Débito INSS referente obra executada e ao recebimento provisório da obra.

6.2.4. Todos os documentos deverão ser autenticados ou conferidos com os originais.

6.3. O contrato não sofrerá qualquer tipo de alteração em seu valor, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8666/93.

6.4. A contratada deverá, com base no art. 71, da Lei Federal nº 8666/93, comprovar o recolhimento prévio das contribuições previdenciárias incidentes sobre a remuneração dos segurados, incluídas em Nota Fiscal ou Fatura correspondente aos serviços executados, quando do pagamento da referida nota, nos termos do art. 31, §§ 3º e 4º da Lei Federal nº 8212/91.

6.5. Na eventual hipótese de problemas orçamentários e ou financeiros por parte do Município de Anchieta - SC, a entrega dos produtos/serviços poderá vir a ser suspensa até a devida adequação, ou mesmo cancelada, sem que isso represente quebra de contrato a ensejar rompimento de avença e ou justificar pagamento de multa.

6.6 - A contratada deverá disponibilizar, obrigatoriamente, a contratante o número da Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

CLAUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

7.1 - Dos Recursos Orçamentários

7.1.1 - Os recursos orçamentários para o cumprimento do objeto lícito são os seguintes:

Despesa: 124 - EQUIP/OBRAS/PAVIMENTAÇÃO, REVITALIZAÇÃO DE PASSEIO
Órgão: 7 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Unidade: 1 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos
Programa: 16 - INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL
Projeto/Atividade: 1.004 - EQUIP/OBRAS/PAVIMENTAÇÃO, REVITALIZAÇÃO DE PASSEIO
Elemento: 44905199000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 131 - Recursos Ordinarios - Orçamentos Municipais

Despesa: 201 - EQUIP/OBRAS/PAVIMENTAÇÃO, REVITALIZAÇÃO DE PASSEIO
Órgão: 7 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Unidade: 1 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos
Programa: 16 - INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL
Projeto/Atividade: 1.004 - EQUIP/OBRAS/PAVIMENTAÇÃO, REVITALIZAÇÃO DE PASSEIO
Elemento: 44905199000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 2279 - Cota-Parte Fundo Especial Petróleo-FEP-SUPERAVIT

Despesa: 217 - EQUIP/OBRAS/PAVIMENTAÇÃO, REVITALIZAÇÃO DE PASSEIO
Órgão: 7 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Unidade: 1 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos
Programa: 16 - INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL
Projeto/Atividade: 1.004 - EQUIP/OBRAS/PAVIMENTAÇÃO, REVITALIZAÇÃO DE PASSEIO
Elemento: 44905199000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 64 - Secretaria Estado da Infraestrutura Proposta 22049

Despesa: 218 - EQUIP/OBRAS/PAVIMENTAÇÃO, REVITALIZAÇÃO DE PASSEIO
Órgão: 7 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Unidade: 1 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos
Programa: 16 - INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL
Projeto/Atividade: 1.004 - EQUIP/OBRAS/PAVIMENTAÇÃO, REVITALIZAÇÃO DE PASSEIO
Elemento: 44905199000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 73 - Secretaria Estado da Infraestrutura Proposta 21954

7.2 - Dos Recursos Financeiros:

7.2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto licitado serão do Fundo Especial do Petróleo-FEP, Programa de Transferência 2019008262/Contrapartida do Município e Programa de Transferência 2019008228, conforme exigências deste ato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

8.1.1. Nos termos do § 1º, do art. 65 da Lei Federal nº 8666/93 a contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da sua proposta, os acréscimos ou supressões, mediante aditamento contratual.

8.1.2. Fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, do objeto do contrato quando constatados vícios, defeitos ou incorreções de execução ou de materiais empregados.

8.1.3. Fica responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa possibilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

8.1.4. Caberá a contratada cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor, relativa à Segurança e Medicina do Trabalho, objetivando a prevenção de acidentes pessoais e/ou materiais, bem como a preservação da saúde de seus trabalhadores, inclusive em relação à mão-de-obra contratada de terceiros.

8.1.5. A contratada deverá manter permanentemente na obra um engenheiro civil, durante todo o período de execução, devidamente credenciado para receber, como seu representante, ordem de execução, dar andamento às providências nelas contidas ou delas decorrentes e tudo o mais necessário à boa execução dos serviços e obras objeto deste contrato, somente podendo substituí-lo por elemento de igual, ou melhor, experiência profissional e mediante prévia autorização escrita do município.

8.1.6. Caberá ainda a contratada treinar seus funcionários para a prática de prevenção de acidentes, fornecer os equipamentos de proteção individual necessários, bem como tornar obrigatória e fiscalizar sua utilização, responsabilizando-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, durante a execução da obra, objeto do presente Contrato.

8.1.7. Sempre que necessário, a contratada poderá reforçar a sua equipe de técnicos na obra para permitir a execução dos serviços dentro dos prazos previstos, se ficarem constatada tal necessidade.

8.1.8. Ao final da obra, deverá a contratada proceder à recomposição do local da obra, demolindo as construções do canteiro, promovendo a limpeza e a remoção de todo o material indesejável.

8.1.9. Terá a contratada que reforçar o seu parque de equipamentos se for constatada inadequação para realizar os serviços de acordo com cronograma ou se, em virtude de atraso em uma das suas fases, for necessário esse aumento de equipamentos para recuperação de tempo perdido.

8.1.10. Se necessário, a contratada praticará a substituição dos equipamentos defeituosos ou que estiverem em más condições de funcionamento.

8.1.11. Somente após o término da utilização dos equipamentos em face do plano de trabalho desenvolvido ou mediante autorização escrita do Município, poderá a contratada retirá-los do canteiro de obras.

8.1.12. A contratada deverá executar rigorosamente o serviço, sendo vedada qualquer alteração ou acréscimo sem a competente autorização escrita do Município.

8.1.13. A contratada obriga-se a impedir que o seu pessoal ou equipamento ingresse em terras de terceiros sem autorização do Município, respondendo por qualquer dano que tal procedimento originar.

8.1.14. A contratada deverá submeter à aprovação do Município, amostras de materiais a serem utilizados na execução das obras.

8.1.15. Correrão por conta e risco da contratada todas as despesas, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.1.16. A contratada deverá apresentar, antes do recebimento pelos serviços prestados, os holerites, guias de FGTS (GFIP) e INSS (GPS) de todos os empregados que efetivamente tenham prestado o serviço objeto do presente contrato durante os meses a que se refere à respectiva medição a ser efetuada;

8.1.16.1. A não apresentação dos documentos mencionados nos itens anteriores ensejará a retenção do pagamento devido até que os mesmos sejam regularmente apresentados, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato anexo e na Lei Federal nº. 8666/93.

8.1.16.2. Se a contratada omitir-se e não apresentar os respectivos documentos no prazo de 30(trinta) dias depois de intimada pela Administração Municipal ficará sujeita a rescisão unilateral do contrato, nos termos do art. 78, I, c/c o art. 79 da Lei Federal nº. 8666/93, sem prejuízo das sanções contratuais e legais pertinentes e da denúncia da situação ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego para providências pertinentes.

8.1.17. Apresentar a A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução, devidamente quitada, no início da execução da obra objeto deste Contrato.

8.1.18. Requerer a matrícula da obra objeto deste Contrato junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, antes do início da execução da mesma.

8.1.19. Registrar a retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor da mão-de-obra, para recolhimento ao INSS, quando da apresentação da nota fiscal/fatura à CONTRATANTE, a qual deverá discriminar o quantitativo e os valores do material e da mão-de-obra empregados na execução do objeto deste Contrato, conforme a Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14 de julho de 2005, encaminhando, juntamente com a nota fiscal/fatura, a GRPS devidamente preenchida.

8.1.20. Recolher o ISSQN devido na base territorial da execução da obra e sobre o valor total da mesma.

8.1.21. Providenciar a sinalização de segurança de trânsito para o canteiro de obras e/ou ruas envolvidas na execução da obra objeto deste Contrato.

8.1.22. Confeccionar e colocar placa de identificação da obra e do valor deste Contrato, de acordo com modelo a ser fornecido pela CONTRATANTE.

8.1.23. Disponibilizar o "Diário de Obra" e mantê-lo em local apropriado do canteiro de obras, conforme orientação do Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, em cumprimento ao disposto no Art. 67, § 1º da Lei 8.666/93.

8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

8.2.1. Entregar os relatórios de medição das etapas de execução da obra objeto deste Contrato no prazo estabelecido na Cláusula Quinta.

8.2.2. Efetuar o pagamento no prazo estabelecido no subitem 6.2, cumprido o disposto no item 6.1 da Cláusula Sexta.

8.2.3. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato;

8.2.4. Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

8.2.5. Rescindir o contrato, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;

8.2.6. Fiscalizar-lhes a execução.

8.2.7. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

8.2.8. Fornecer as máquinas, veículos e funcionários de acordo com o disposto no item 2.4.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município de Anchieta – SC exercerá a mais ampla fiscalização e supervisão dos trabalhos referentes ao objeto contratado, sem prejuízo da responsabilidade da contratada, designando para tanto engenheiro civil e/ou prepostos, devidamente credenciados, aos quais caberá fiscalizar em todos os seus aspectos a execução dos mencionados trabalhos.

9.2. A fiscalização terá acesso a todas as etapas e dependências referentes às operações de execução do objeto licitado, cabendo-lhe, ainda:
I - Agir e decidir soberanamente perante a contratada acerca da execução do objeto contratado, inclusive rejeitando os trabalhos que estiverem em desacordo com os projetos básicos e executivos e proposta vencedora, com as normas de especificações ou com a melhor técnica consagrada pelo uso;

II - Ordenar a imediata retirada do local, do empregado, do equipamento e no máximo em 48 (quarenta e oito) horas do material rejeitado, por dificultar a realização dos trabalhos referentes ao objeto contratado ou à fiscalização feita;

III - Notificar por escrito a contratada e comunicar seus superiores acerca de todas as ocorrências especificadas nos itens anteriores.

IV – A contratada manterá, no local da obra, o diário de obra ou diário de ocorrência, com todas as folhas devidamente rubricadas pelo seu representante e pela Fiscalização, onde serão registrados:

a) Pela Contratada:

I - As condições prejudiciais ao andamento dos trabalhos;

II - As consultas à fiscalização;

III - As datas de conclusão das etapas no cronograma aprovado;

IV - Os acidentes ocorridos no decurso do trabalho;

V - Números de empregados presentes;

VI - Outros fatos que, a critério do responsável, devam ser anotados.

b) Pela Fiscalização:

I - Atestação da veracidade dos apontamentos efetuados pela contratada;

II - Soluções às consultas formuladas ou providências solicitadas;

III - Juízos ou restrições a respeito do andamento da obra;

IV - Outros fatos que, a critério do responsável, devam ser anotados.

9.3 - A contratada é obrigada a permitir a fiscalização dos materiais, da execução das obras e serviços, além de facultar o acesso a todas as partes das obras contratadas.

9.4. É assegurado à FISCALIZAÇÃO o direito de ordenar a suspensão das obras e serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita à Contratada e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da entrega da ordem de serviço correspondente, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviços executados ou em material posto na obra.

9.5. A contratada obriga-se a retirar da obra, imediatamente, após o recebimento da ordem de serviço correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que, a critério da FISCALIZAÇÃO, venha a demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica, ou mantiver atitude hostil para com os fiscais ou prepostos do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DA OBRA

10.1. A contratada responderá pela solidez e segurança das obras, objeto do presente contrato, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o art. 618, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02), ficando responsável, neste período, por reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os serviços e obra empreitada, toda vez que forem apontados vícios ou irregularidade pelo município, contados da data do recebimento definitivo do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DA OBRA

11.1 - Para o recebimento da obra observar-se-á o procedimento a seguir:

11.1.1 - A fiscalização do município verificará se a obra está concluída de acordo com estabelecido nas especificações técnicas e, em caso positivo, proporá a sua aceitação provisória, mediante a emissão do Termo de Recebimento Provisório, nos termos do art. 73, inc. I, "a" da Lei 8.666/93.

11.1.2 - Após a entrega da última medição será dado prazo de 90 (noventa) dias para a observação do objeto contratado, ao final do qual a mesma será recebida definitivamente através do Departamento de Engenharia, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo das mesmas, nos termos do art. 73, inc. I, "b" da Lei 8.666/93.

11.1.3 - A contratada responderá pela solidez e segurança das obras, objeto do presente contrato, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o art. 618, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02), ficando responsável, neste período, por reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os serviços e obra empreitada, toda vez que forem apontados vícios ou irregularidade pelo município, contados da data do recebimento definitivo do objeto contratado.

11.1.4 - Antes da assinatura do Termo de Recebimento, quer provisório quer definitivo, a CONTRATADA deverá atender todas as exigências da fiscalização do CONTRATANTE, relacionadas com qualquer defeito ou imperfeição verificado, que deverão ser corrigidos pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;

11.1.5 - A assinatura do Termo de Recebimento em definitivo não implica em eximir a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações a que se refere o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

12.2. A rescisão contratual poderá ser:

12.2.1. determinada por ato unilateral da CONTRATANTE, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

12.2.2. amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 - Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

13.2 - Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

13.2.1 - multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);

13.3 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

13.3.1 - advertência

13.3.2 - multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

13.3.3 - multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

13.3.4 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

13.3.5 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 13.3.4.

13.4 - O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 13.3.2 e 13.3.3 será o valor inicial do Contrato.

13.5 - As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura de Anchieta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

14.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, sempre através de termos aditivos, enumerados em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

16.1. O presente contrato está vinculado ao Edital de Tomada de Preço nº 005/2019, de acordo com o Art. 55, inciso XI da Lei Federal nº 8666/93 e a proposta da contratada.

16.2. A empresa contratada será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao contratante, ao meio ambiente e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, respondendo por si e por seus sucessores.

16.3. A Prefeitura Municipal de Anchieta reserva-se o direito de deixar de executar o objeto do presente contrato, no todo ou em parte, conforme sua necessidade e disponibilidade financeira, sem prévio acordo com o contratado, não cabendo a este qualquer tipo de indenização.

16.4. Não será permitida terceirização e a sub-empregada da obra, no todo ou em parte, sem a expressa anuência do Município.

16.5. É vedado à contratada caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município;

16.6. Caso a contratada seja de estado diverso do Estado de Santa Catarina, deverá a mesma comprovar, para fins de assinatura do presente contrato, o visto ou registro no CREA/SC demonstrando que tem condição legal de atuar neste Estado, nos termos da Resolução nº 336/89 do CONFEA.

16.7. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, Lei Complementar 123, de 15/12/2006, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Para as questões que se suscitarem entre os eventuais interessados e a Administração Municipal de Anchieta – SC na interpretação das cláusulas do presente edital e que não forem resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca de Anchieta – SC para a solução judicial, desistindo os interessados de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram.

Anchieta, SC, 11 de Novembro de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

JONATAS LIMA DA LUZ

Representante Legal da Empresa

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

IDENES M. F.

CPF: 034.116.669-35

SCHENA NERWILBRANTZ

CPF: 853.985.199-72

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO - FMS - PP 018/2019

Publicação Nº 2221104

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo nº 032/2019 – Pregão Presencial nº 018/2019

O Fundo Municipal de Saúde de Anchieta - SC, por meio do Gestor Municipal, torna público que Homologou a Adjudicação do Processo Licitatório nº 032/2019, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial, Menor Preço Por Item, para: Aquisição de veículo novo para a Secretaria Municipal de Saúde do município de Anchieta/SC. Pago com Recursos do PMAC.

EMPRESA VENCEDORA:

BREGOMAR VEICULOS LTDA.

Valor Total R\$: 86.500,00 (Oitenta e Seis Mil e Quinhentos Reais).

Veículo: CHEVROLET SPIN 1.8 PREMIER.

Anchieta, 11 de Novembro de 2019.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor FMS.

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO - PM -TP 005/2019

Publicação Nº 2221100

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo Licitatório nº 080/2019 – Tomada de Preços nº 005/2019

A Prefeitura Municipal de Anchieta, por meio de seu Prefeito, torna público que Homologou a Adjudicação do Processo Licitatório nº 080/2019, instaurado sob a modalidade Tomada de Preços, Menor Preço Global, para: Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários, para Pavimentação Asfáltica em C.B.U.Q, sobre pavimentação poliédrica (calçamento existente), com área total de 9.626,73m² na Rua Professor Valdir Roberto Scholtze, Rua Olímpio Dal Magro, Rua 7 de Setembro e Rua Domingos Dal Ri, no município de Anchieta/SC. Recursos do FEP, Programa de Transferência 2019008262 e 2019008228 Contrap. Mun.

EMPRESA VENCEDORA:

E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA – EPP.

Valor Total Global R\$: 557.707,15 (Quinhentos e Cinquenta e Sete Mil, Setecentos e Sete Reais e Quinze Centavos)

Anchieta, 11 de Novembro de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal.

JUSTIFICATIVA À QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Publicação Nº 2221071

JUSTIFICATIVA À QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Global Assessoria e Serviços S/S Eireli, possui valores pendentes do Município de Anchieta/SC, estando o Município em mora com suas obrigações, considerando que o serviço prestado revela-se de suma importância; levando em conta que o pagamento desses débitos vai ao encontro do interesse público primário do Município de Anchieta/SC, justifica-se o pagamento desses débitos fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor – Global Assessoria e Serviços S/S Eireli.

Empenho nº 1573.

Valor – R\$ 5.910,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Anchieta (SC), 08 de novembro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Justificativa no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.
Camila Baronio – Secretária de Administração e Gestão.

JUSTIFICATIVA À QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Publicação Nº 2221075

JUSTIFICATIVA À QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, considerando que a empresa V P Bortoncello Serviços de Consultoria e Contabilidade, possui valores pendentes do Município de Anchieta/SC, estando o Município em mora com suas obrigações, considerando que o serviço prestado revela-se de suma importância; levando em conta que o pagamento desses débitos vai ao encontro do interesse público primário do Município de Anchieta/SC, justifica-se o pagamento desses débitos fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor – V P Bortoncello Serviços de Consultoria e Contabilidade.

Empenho nº 1410.

Valor – R\$ 5.800,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Anchieta (SC), 08 de novembro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Justificativa no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.
Camila Baronio – Secretária de Administração e Gestão.

JUSTIFICATIVA À QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Publicação Nº 2221073

JUSTIFICATIVA À QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, considerando que a empresa MKANET Serviços e Comércio de Informática Eireli, possui valores pendentes do Município de Anchieta/SC, estando o Município em mora com suas obrigações, considerando que o serviço prestado revela-se de suma importância; levando em conta que o pagamento desses débitos vai ao encontro do interesse público primário do Município de Anchieta/SC, justifica-se o pagamento desses débitos fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor – MKANET Serviços e Comércio de Informática Eireli.

Empenho nº 63 e 2639.

Valor – R\$ 199,80 e R\$ 4.429,80.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Anchieta (SC), 08 de novembro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Justificativa no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.
Camila Baronio – Secretária de Administração e Gestão.

CÂMARA MUNICIPAL**2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 003/2019**

Publicação Nº 2221906

2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 003/2019

Pelo presente termo fica aditado o contrato de Prestação de Serviço de nº 003/2019 que entre si fazem de um lado a Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Vereador Geraldo Garlet, 01, centro, Anchieta/SC, inscrito no CNPJ sob nº 06.054.817/0001-29, neste ato representado pela Presidente, Sra. MARIA HELENA TRENTIN, brasileira, separada, residente e domiciliada na SC 305, Linha São Roque, s/n, Anchieta/SC inscrita no CPF sob nº 385.306.199-00, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e por outro lado a empresa Ortolan Construtora e Incorporadora Eireli- EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 01.114.903/0001-66, estabelecida na Avenida Brasil, 372, sala 03 Centro, Anchieta-SC, neste ato representado pelo Sr. Marcos Antonio Ortolan, inscrito no CPF sob nº 806.616.139-91, residente e domiciliado à Linha São Luiz, Município de Anchieta-SC, doravante denominado CONTRATADO, de acordo comum e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, e Processo Licitatório Nº 077/2018, Tomada de Preços Nº 003/2018, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO DE MATERIAL, SERVIÇO

Conforme descrição do orçamento e memorial descritivo da obra, fica agregado ao serviço em questão a Substituição de área verde e árvore ornamental por pavimentação em placa de concreto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DOTAÇÕES DO PREÇO/ FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Nos pagamentos seguem as parcelas e metas definidas no cronograma físico-financeiro com acréscimo de R\$ 508,15 (quinhentos e oito reais e quinze centavos) em razão desse aditivo de material e serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor até o prazo contratual de 25/11/2019.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, em 2(duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas, obrigando seus sucessores legais a cumpri-lo mutuamente.

Anchieta – SC, 08 de novembro de 2019.

MARIA HELENA TRENTIN
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF: 385.306.199-00

MARCOS ANTONIO ORTOLAN
Contratado
CNPJ: 01.114.903/0001-66

Angelina

PREFEITURA

PORTARIA Nº 103/2019

Publicação Nº 2220984

PORTARIA Nº 103/2019
Concede Função Gratificada.

Gilberto Orlando Dorigon, Prefeito Municipal de Angelina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 64 da lei complementar nº 020/2013 de 23/12/2013,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Gratificação de Administrador Distrital ao servidor Valdeci Heck matrícula funcional nº 1363 ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação I.

Art. 2º - A referida função será exercida no distrito de Garcia.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Angelina, 05 de novembro de 2019.
Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 104/2019

Publicação Nº 2220985

PORTARIA Nº 104/2019
Concede Gratificação de Agente de Correio Comunitário.

Gilberto Orlando Dorigon, Prefeito Municipal de Angelina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 138 da lei complementar nº 021/2013 de 23/12/2013,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Gratificação de Agente de Correio Comunitário à servidora Janete Terezinha Fuck Alexandre, matrícula funcional nº 947 e cargo de Auxiliar de Serviços Gerais em substituição a servidora titular que se encontra em períodos de férias.

Art. 2º - A referida gratificação será paga para um período de 60 (sessenta) dias, sendo retroativa ao mês de outubro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Angelina, 05 de novembro de 2019.
Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 105/2019

Publicação Nº 2220987

PORTARIA Nº 105/2019
CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal de Angelina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 021/2013 art. 221;

DECIDE:
Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Arlete Garcia Martins, matrícula funcional nº 786 ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Angelina no período de 01/11/2019 à 31/01/2019, referente ao período aquisitivo de 11/06/2011 à 10/06/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos ao dia 01/11/2019.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Angelina, 05 de novembro de 2019.

Gilberto Orlando Dorigon

Prefeito Municipal

Anitápolis

PREFEITURA

PORTARIA 164/2019

Publicação Nº 2221703

PORTARIA Nº 164/2019
CONCEDE LICENÇA

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção I, inciso I do Art. 58 da Lei 504/00 e Seção II, Inciso VIII, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido ao servidor GILMOR TONDOLO, matrícula nº 1077, ocupante do cargo de Motorista II do quadro permanente de pessoal desta Prefeitura, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, do quadro permanente de pessoal desta Prefeitura Municipal, licença de suas atividades profissionais pelo período previsto de 60 (sessenta) dias para tratamento de saúde, conforme Laudo Pericial anexo, firmado por junta médica oficial do município, nomeados através da nomeados através da Portaria nº 029/2018 de 01.03.18, a partir de 09 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 08 de novembro de 2019.
Rogério Hasse
Prefeito Municipal em Exercício

Antônio Carlos**PREFEITURA****DECRETO Nº 182/2019**

Publicação Nº 2222582

DECRETO Nº 000182/19 de 8 de Novembro de 2019

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001605/18 de 12 de Dezembro de 2018.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 650,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES

06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES

06.01.06.181.0009.2.018-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 650,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES

06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES

06.01.06.181.0009.2.018-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 650,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 8 de Novembro de 2019

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

Publicação Nº 2221306

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

GERALDO PAULI, PREFEITO MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO as ISENÇÕES DA TAXA DE INSCRIÇÃO, DEFERIDAS E INDEFERIDAS, do Edital de Processo seletivo nº 01/2019, conforme segue:

ISENÇÕES

DOADOR DE SANGUE/MEDULA

AGENTE DE COMBATES AS ENDEMIAS

Inscrição	Candidato	Situação
000041	JOICE KOERICH	INDEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 1 AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Inscrição	Candidato	Situação
000543	GISLAINE DE LIMA FARIAS DA SILVA	INDEFERIDO(A)
000250	RAQUEL OLIVEIRA	INDEFERIDO(A)
000597	SABRINA MOLMELSTET MACHADO DOS SANTOS	INDEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 3 ASSISTENTE SOCIAL

Inscrição	Candidato	Situação
000464	ADRIANA SALUSTRIANO GOMES	DEFERIDO(A)
000614	AMANDA ELLEN MACEDO	DEFERIDO(A)
000064	ANA PAULA ANTUNES DA SILVA	DEFERIDO(A)
000292	ANDRESSA PASINATTO CLEIN BURIN	DEFERIDO(A)
000555	CÉLIA REGINA MORAIS BETIOLO	DEFERIDO(A)
000544	EDVIRGEN PEREIRA	DEFERIDO(A)

000394	ELAINE CRISTINA MINA	DEFERIDO(A)
000652	ELVIRA CHESANI ARAÚJO BURTET	DEFERIDO(A)
000147	GABRIEL PIANOSKI INACIO	DEFERIDO(A)
000185	GRAZIELA DA ROSA VIEIRA ATAIDE	INDEFERIDO(A)
000409	LAIZE CRISTINA MINA	DEFERIDO(A)
000356	MANUELA DAROSCI	DEFERIDO(A)
000151	MAYLA VIEIRA CANGUSSU	DEFERIDO(A)
000222	NATHALIE BARÉA SILVEIRA	DEFERIDO(A)
000371	PATRÍCIA FELICIDADE CATARINA BARON	DEFERIDO(A)
000307	PAULINA MARIA DO NASCIMENTO	DEFERIDO(A)
000604	PRICILLA FALCONI VIEIRA	DEFERIDO(A)
000134	ROSANGELA DE FATIMA MACEDO PADILHA	DEFERIDO(A)
000566	ROSEANE ROSANA DA SILVA	DEFERIDO(A)
000019	ROSIVANE SOUSA DOS PASSO	DEFERIDO(A)
000239	RUTHE RODRIGUES DE SILVA	INDEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 21 AUXILIAR ADMINISTRATIVO I

Inscrição	Candidato	Situação
000419	CAMILA FABIANE CENTENO	INDEFERIDO(A)
000413	DIENIFER NUNES	INDEFERIDO(A)
000397	JULIANA AMARO SALM WEBER	INDEFERIDO(A)
000152	PRISCILA LICHTENFELS FERREIRA	DEFERIDO(A)
000188	WALDEMAR DE JESUS COSTA JEITO JÚNIOR	INDEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 5 AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Inscrição	Candidato	Situação
000025	GABRIELA DE SOUZA MARTINS PAULI	DEFERIDO(A)
000201	ROSANE SCHERER MÜNICH	DEFERIDO(A)
000207	THAINARA NEIS	INDEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 3 ENFERMEIRO 20 HORAS

Inscrição	Candidato	Situação
000596	CAMILA WROBEL RENNA	DEFERIDO(A)
000027	ETHIELLY MENDES	DEFERIDO(A)
000457	JOSIANI GOMES	DEFERIDO(A)
000125	SÍLVIA SILVANO	DEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 4 ENFERMEIRO 40 HORAS

Inscrição	Candidato	Situação
000489	ALINE DA SILVA DAMÁSIO	DEFERIDO(A)
000253	AMANDA DE SOUZA VIEIRA	DEFERIDO(A)
000363	DJONATAN CESAR CORREA	DEFERIDO(A)
000076	FERNANDA HOFFMANN	INDEFERIDO(A)
000097	GABRIELA BEIMS GAPSKI	DEFERIDO(A)
000627	GEISA CAMPOS DOS SANTOS	DEFERIDO(A)
000505	GISELLE CHRISTINE BARTOSIAK	DEFERIDO(A)
000372	MICHELE ARIANA DA SILVA	DEFERIDO(A)
000071	VITORIA CAROLINE DE LIMA HAVENSTRIN	DEFERIDO(A)
000641	VITÓRIA CORRÊA DEL MONEGO	INDEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 10 ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Inscrição	Candidato	Situação
000217	DIEGO SCHERER DE BISPO	DEFERIDO(A)
000420	EDSON BLATTMANN	DEFERIDO(A)
000112	GISELLE MARI SPECK	DEFERIDO(A)
000671	JULIA DA SILVA BEHS	INDEFERIDO(A)
000044	MARCELINO PEDRO FORMIGA	INDEFERIDO(A)
000458	SARA JORGE DE QUEIROZ	DEFERIDO(A)
000423	VICTOR HUGO BUZZI	DEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 7 ENGENHEIRO CIVIL

Inscrição	Candidato	Situação
000082	ALESSANDRA NATIELE MATIAS	DEFERIDO(A)
000493	BRUNO CHRISTOFF SILVEIRA	DEFERIDO(A)

000320	CARLOS EDUARDO CAVALLI	DEFERIDO(A)
000171	CLAUDINEI ADUCIO PEREIRA	DEFERIDO(A)
000646	EDUARDA APARECIDA OLIVEIRA LEMOS	INDEFERIDO(A)
000126	GERSON THIAGO ALVES DE CAMARGO	DEFERIDO(A)
000485	GUILHERME NUERNBERG DE FREITAS	DEFERIDO(A)
000231	HUGO TOMAZ DE CARVALHO	DEFERIDO(A)
000128	ISABELA DE CAMPOS SILVA	DEFERIDO(A)
000521	IVAN RAFAEL ZIMLICH	DEFERIDO(A)
000203	JONATHAN DE SOUZA NUNES	DEFERIDO(A)
000329	JUELMIR BAUER DE AGUIAR	DEFERIDO(A)
000056	KAMILLA BRAZ HENRIQUE GONÇALVES	DEFERIDO(A)
000509	NICOLLI DAYANE MULLER	DEFERIDO(A)
000191	PATRICIA CABRAL CECHINEL	DEFERIDO(A)
000158	PAULO HENRIQUE RODRIGUES	DEFERIDO(A)
000186	TIAGO IZAIAS ALBINO	DEFERIDO(A)
000029	TICIANE ALINE BOSAK	DEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 18 FARMACÊUTICO

Inscrição	Candidato	Situação
000115	ALECKSSANDRA BECKER	DEFERIDO(A)
000606	BRUNA TOBIAS	DEFERIDO(A)
000452	MÁRCIO DIAS DE OLIVEIRA	DEFERIDO(A)
000138	MARIVANIA SALETE CONTE	DEFERIDO(A)
000177	MAUREN KRUGER	DEFERIDO(A)
000620	MAYARA ALESSANDRA SCHMITZ	DEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 6 FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

Inscrição	Candidato	Situação
000446	CESAR AUGUSTO MOLINETT	INDEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 1 FISCAL DE TRIBUTOS

Inscrição	Candidato	Situação
000174	ANA CAMILA NOBRE XAVIER NUNES	DEFERIDO(A)
000453	ARLLESON LIMA DE QUEIROZ	DEFERIDO(A)
000700	CÉSAR ALESSANDRO AZEVEDO	DEFERIDO(A)
000091	GILSON JEAN AMARAL DE MELO	DEFERIDO(A)
000474	GILVAN DE SOUZA	DEFERIDO(A)
000265	JOÃO BEZERRA GOMES NETO	DEFERIDO(A)
000673	JOELMA ALMEIDA FRANÇA AZEVEDO	DEFERIDO(A)
000473	JULIANA SILVA	DEFERIDO(A)
000059	LUCIANE DECKER	DEFERIDO(A)
000575	LUIZ AUGUSTO NAGEL HULSE	DEFERIDO(A)
000233	LUIZ HENRIQUE BENEVENUTO	DEFERIDO(A)
000373	MARLUCI CORREIA	DEFERIDO(A)
000359	ORLEANE CARVALHO FERREIRA	DEFERIDO(A)
000490	RAFAEL DE AZEVEDO DAVILA	DEFERIDO(A)
000512	RENATO PEDRO DA SILVA	DEFERIDO(A)
000234	ROBSON DAVID	DEFERIDO(A)
000662	TARIK DE ALMEIDA ELID	DEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 17 FONOAUDIÓLOGO

Inscrição	Candidato	Situação
000449	EMÍLIA CARLA FONSECA DULEBA VAZZI	DEFERIDO(A)
000220	GABRIEL DE LIMA QUEIROZ	DEFERIDO(A)
000445	MARCELA AUGUSTA DE OLIVEIRA MORAIS	DEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 3 MECÂNICO

Inscrição	Candidato	Situação
000362	SONGER DIONE MACHADO	DEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 1 MÉDICO VETERINÁRIO

Inscrição	Candidato	Situação
000480	MARCOS JESUS DE SANTANNA	DEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 1 MOTORISTA

Inscrição	Candidato	Situação
000691	ÉDIO PRIM	INDEFERIDO(A)
000465	HEVELIN VANESSA ROSA	DEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 2 NUTRICIONISTA

Inscrição	Candidato	Situação
000679	JULIA CRISTINA DOS SANTOS	DEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 1 ODONTÓLOGO

Inscrição	Candidato	Situação
000244	ANTONIO CARLOS ARAUJO MESQUITA	DEFERIDO(A)
000411	BIANCA CARLA BIANCO	INDEFERIDO(A)
000619	BRUNO MEGLIATO BERTIPAGLIA	INDEFERIDO(A)
000577	CAMILA DE PRETES PEGORARO	DEFERIDO(A)
000349	CÁSSIA MENDES DA SILVA	INDEFERIDO(A)
000599	DAYARA KELLYN SEIDLER	DEFERIDO(A)
000020	DIEGO LEONARDO DE SOUZA	DEFERIDO(A)
000277	DOUGLAS DANIEL SOARES DE LIMA	INDEFERIDO(A)
000417	JENNIFER MATOS MENDES	DEFERIDO(A)
000476	JOÃO PAULO DA CRUZ LEMOS	DEFERIDO(A)
000053	JOÃO PAULO STEFFEN RONCADA	DEFERIDO(A)
000232	KARIN YURICA COLOMBO KULYK	DEFERIDO(A)
000468	MAIARA KESSIN GERALDI	DEFERIDO(A)
000455	MARINA PEREIRA HÜPPI	DEFERIDO(A)
000414	OTÁVIO HENRIQUE KLEY VAZZI	DEFERIDO(A)
000318	SINARA ANTUNES MIGUEL	DEFERIDO(A)
000675	VITOR HUGO KOPSCH MEDEIROS	DEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 17 PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO

Inscrição	Candidato	Situação
000337	LUCIANA ANTUNES CUNHA	DEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 1 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	Situação
000252	DOGLAS MANOEL MARTINS	DEFERIDO(A)
000248	EDILBERTO ALVES PASSOS	DEFERIDO(A)
000246	SIBELI ROCHA LINHARES DE SOUZA	INDEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 3 PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 30 HORAS - HABILITADO

Inscrição	Candidato	Situação
000016	LUCILENE SOARES ESPEZIM	DEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 1 PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 40 HORAS - HABILITADO

Inscrição	Candidato	Situação
000136	FABIOLA JULIETA MARIA	INDEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 1 PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 40 HORAS - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	Situação
000047	RODRIGO OSVALDO PEREIRA	DEFERIDO(A)
000643	TALITA DE MELO RODRIGUES	DEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 2 PSICÓLOGO

Inscrição	Candidato	Situação
000236	ANA PAULA SCHMITT MALUF	DEFERIDO(A)
000036	EDUARDO TRENTA TURRA	DEFERIDO(A)
000308	FLAVIA ANDREIA PEREIRA UMPIERRE	DEFERIDO(A)
000422	GABRIELA BETONI OLIVEIRA LUZ	DEFERIDO(A)
000355	KAROLINE BIZATTO	DEFERIDO(A)
000046	LEIDYANE GREICE DE SOUZA	DEFERIDO(A)
000002	LIVIA CASTRO BERRO	DEFERIDO(A)
000070	MANOELA LUCIANO DE AMORIM	DEFERIDO(A)
000155	MANOELA ZIEGLER HUBER	DEFERIDO(A)
000400	MARIANA VOGT MICHAELSEN	DEFERIDO(A)
000141	NATAN PINTO DO NASCIMENTO	DEFERIDO(A)

000077	THAIS DUTRA ALVES FENNER	DEFERIDO(A)
--------	--------------------------	-------------

TOTAL DE CANDIDATOS: 12 TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Inscrição	Candidato	Situação
000137	ELIZABETH JORDELINA CRISTOVÃO	INDEFERIDO(A)
000309	LETÍCIA MADEIRA	DEFERIDO(A)
000497	LUANA ROSELI CARDOZO	DEFERIDO(A)
000010	PAULA ADRIANE LOMBARDI	DEFERIDO(A)

TOTAL DE CANDIDATOS: 4 Município de Antônio Carlos, 08 de novembro de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 532/2019

Publicação Nº 2220934

PORTARIA Nº 532/2019
Concede férias a servidores.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS aos servidores abaixo discriminados:

.NOME	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
LINETE RITA VIEIRA NIEHUES DE FARIAS	MÉDICA PEDIATRA	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	03/11/2018 a 02/11/2019	09/12/2019 a 07/01/2020
DANIELLE FONTANA PEREIRA DALMARCO	FARMACÊUTICA	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06/08/2018 a 05/08/2019	11/12/2019 a 20/12/2019
KARINA SILVA SCHAEFER	BIBLIOTECÁRIA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	10/07/2017 a 09/07/2018	11/12/2019 a 20/12/2019
ANA CARLA PRIM	TÉCNICO DE CONTABILIDADE	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03/06/2017 a 02/06/2018	02/12/2019 a 11/12/2019

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 07 de novembro de 2019.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de novembro de 2019.

PORTARIA N 536/2019

Publicação Nº 2220937

PORTARIA Nº 536/2019
Concede adicional a servidores efetivos.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, aos servidores ocupantes de cargos efetivos a partir do mês de novembro de 2019, conforme relacionado abaixo:

NOME	MATRIC.	NIVEL	ADICIONAL
OSVALDO GUESSER	87	-	78%
BERNARDINO CONRAT	1703	02	06%
SAMARA PAULI	1704	-	06%
FERNANDA ALVES GUESSER KOCH	1705	02	06%

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 08 de novembro de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de novembro de 2019.

PORTARIA N 537/2019

Publicação Nº 2221325

PORTARIA Nº 537/2019

Readaptação de servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo como artigo 27 da Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Autorizar a readaptação do (a) servidor (a) municipal CARMEN LUCIA PITZ RASVEILER, ocupante dos cargos de PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALISTA 20H (matrículas 622 e 807), lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em virtude de modificação em seu estado de saúde, conforme Avaliação Médica realizada pelo perito Dr. Jorge Luiz Tramuja, passando a atuar como auxiliar de Direção Escolar (secretária) no NEM Cônego Dr. Raulino Reitz e NEM Profª Xênia Goedert Kremer, a contar de 29 de outubro de 2019.

Artigo 2º - A readaptação de que trata o artigo 1º desta Portaria, será pelo prazo de 90 dias, podendo ser revisto, revogado ou alterado em qualquer momento, caso haja alteração no quadro clínico do servidor.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29/10/2019.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 08 de novembro de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de novembro de 2019.

PORTARIA N 538/2019

Publicação Nº 2221327

PORTARIA Nº 538/2019

Prorroga contratação de servidor ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar a contratação temporária de CAMILA BESEN no cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO/LICENCIATURA PLENA 20H, a partir de 29 de outubro de 2019 até 13 de dezembro de 2019, em substituição à servidora efetiva Carmen Lucia Pitz Rasveiler, readaptada.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29/10/2019.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 08 de novembro de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 11 de novembro de 2019.

Apiuna

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA 132/2019

Publicação Nº 2220729

Prefeitura Municipal de Apiúna

Extrato de Dispensa de Licitação nº 132/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, GESTORES E ATPS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Contratado: FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL

CNPJ: 03.354.241/0001-27

Valor Total: R\$ 5.999,84 (cinco mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos)

Fundamento: Art. 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Marcelo Doutel da Silva/Prefeito em Exercício de Apiúna

PORTARIA Nº 0750/2019

Publicação Nº 2221522

PORTARIA Nº 0750/2019

De 08 de outubro de 2019

CONCEDE LICENÇA PARA A SERVIDORA ALINE SCHULTZ

PARA CUIDAR DE MEMBRO DA FAMÍLIA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, Art. 130,

RESOLVE

Art. 1º Conceder, licença de 07 (sete) dias para a servidora ALINE SCHULTZ, a partir de 24/09/2019 a 30/09/2019, para cuidar de seu filho CAETANO SCHULTZ DE OLIVEIRA SANTOS, que necessita de cuidados devido doença.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de setembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 04 de outubro de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0775/2019

Publicação Nº 2220925

PORTARIA Nº 0775/2019

De 24 de outubro de 2019

ALTERA CARGA HORÁRIA DE JAKELINY BURINI

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 169/17 de 20/09/2017,

RESOLVE

ALTERAR a carga horária de funcionária contratada temporariamente, JAKELINY BURINI, contrato 171867-1, ocupante do cargo de PROFESSOR – 20H semanais passando a exercer o total de 30H semanais a partir de 01 de novembro de 2019, em substituição a Pamela Schneider, que está em licença maternidade.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 24 de outubro de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0776/2019

Publicação Nº 2222500

PORTARIA Nº 0776/2019

De 25 de outubro de 2019

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES DA
SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008

de 01/09/2008, art. 117,
RESOLVE

Art. 1º Conceder 20 dias de férias para a servidora JULIANA DAMASIO DOS REIS, referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019, com 10 dias de abono.

Art. 1º Conceder 30 dias de férias para a servidora ROSELENE MACHADO COSTA, referente ao período aquisitivo de 18/06/2018 a 17/06/2019.

Art. 1º Conceder 30 dias de férias para o servidor ROQUE PETTERS, referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019.

Art. 1º Conceder 20 dias de férias para a servidora EDLEIVANE DA ROCHA, referente ao período aquisitivo de 10/01/2018 a 09/01/2019, com 10 dias de abono.

Art. 1º Conceder 30 dias de férias para a servidora SIRLEI SCHMITT MUNIZ, referente ao período aquisitivo de 01/02/2016 a 31/01/2017.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 25 de outubro de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0777/2019

Publicação Nº 2222501

PORTARIA Nº 0777/2019

De 25 de outubro de 2019

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR DA SECRETARIA DE
AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna em Exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 117,
RESOLVE

Conceder 20 dias de férias para o servidor PEDRO COMANDOLLI, referente ao período aquisitivo de 03/09/2017 a 02/09/2018, com 10 dias de abono.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 25 de outubro de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0778/2019

Publicação Nº 2222503

PORTARIA Nº 0778/2019

De 25 de outubro de 2019

CONCEDE FÉRIAS PARA O SERVIDOR
LUCAS XAVIER DOS REIS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 159/92 de 29 de outubro de 1992;
RESOLVE

CONCEDER 10 dias de férias para o servidor LUCAS XAVIER DOS REIS, referente ao período aquisitivo de 01/09/2018 a 31/08/2019, com 20 dias de férias indenizado, com base na Lei 159/1992, por ser cargo em comissão.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 25 de outubro de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0779/2019

Publicação Nº 2222504

PORTARIA Nº 0779/2019

De 25 de outubro de 2019

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORAS DA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,
RESOLVE

Art. 1º - Conceder 30 dias de férias para a servidora CARLA DA SILVA, referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019.

Art. 2º - Conceder 30 dias de férias para a servidora JOSEANE DOS SANTOS SOUSA, referente ao período aquisitivo de 12/01/2017 a 11/01/2018.

Art. 3º - Conceder 30 dias de férias para a servidora SUELI HASCKEL SCHMIDT, referente ao período aquisitivo de 14/08/2017 a 13/08/2018.

Art. 4º - Conceder 30 dias de férias para a servidora FABIANA BAMBINETTI, referente ao período aquisitivo de 01/08/2016 a 31/07/2017.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 25 de outubro de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0780/2019

Publicação Nº 2222505

PORTARIA Nº 0780/2019

De 25 de outubro de 2019

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES DA
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 117 da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 20 dias de férias para o servidor VALDEIR DOMINGOS DE OLIVEIRA, referente ao período aquisitivo de 02/07/2018 a 01/07/2019, com 10 dias de abono.

Art. 2º - Conceder 30 dias de férias para o servidor ROGÉRIO HASCKEL, referente ao período aquisitivo de 01/08/2018 a 31/07/2019.

Art. 3º - Conceder 30 dias de férias para o servidor JOSÉ PEREIRA, referente ao período aquisitivo de 01/08/2017 a 31/07/2018.

Art. 4º - Conceder 20 dias de férias para o servidor MAICON JOSÉ BROGNI, referente ao período aquisitivo de 25/09/2018 a 24/09/2019, com 10 dias de abono.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 25 de outubro de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0785/2019

Publicação Nº 2221150

PORTARIA Nº 0785/2019

De 29 de outubro de 2019

DEMITE SERVIDORA CONTRATADA TEMPORARIAMENTE
VANDRESSA ENDER

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017,

RESOLVE

Art. 1º Demitir em 31 de outubro de 2019, funcionária contratada em caráter temporário via Processo Seletivo nº 001/2019, VANDRESSA ENDER, contrato 156515-3, ocupante do cargo de PROFESSOR, por iniciativa do servidor.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de outubro de 2019.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 29 de outubro de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0787/2019

Publicação Nº 2221410

PORTARIA Nº 0787/2019

De 29 de outubro de 2019

REVOGA PORTARIA Nº 0740/2019
DE 04 DE OUTUBRO DE 2019

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 30 §4º da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,

RESOLVE

Art. 1º - Revogar Portaria nº 0787/2018 de 04 de outubro de 2018 que dispensa o registro em ponto biométrico ao servidor VANDERLEI LUIZ HEIDRICH.

Art. 2º - Estabelecer novo horário de trabalho ao servidor efetivo VANDERLEI LUIZ HEIDRICH, ocupante do cargo de Motorista, a partir de 29 de outubro de 2019, da seguinte forma:

Segunda feira à Sexta-feira:

Das 06:00 às 10:00

Das 11:00 às 15:00

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 29 de outubro de 2019.
José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0791/2019

Publicação Nº 2221457

PORTARIA Nº 0791/2019
De 31 de outubro de 2019

REVOGA FUNÇÃO GRATIFICADA DE
MARIO MORETTI JUNIOR

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 78/2005 de 08/12/2005,
RESOLVE

Revogar a Função Gratificada III, concedida através da portaria nº 032/2013 de 17 de janeiro de 2013, de MARIO MORETTI JUNIOR, a partir de 01/11/2019.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 14 de outubro de 2019.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0792/2019

Publicação Nº 2222499

PORTARIA Nº 0792/2019
De 31 de outubro de 2019
CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORA
DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 117,
RESOLVE

Conceder 30 dias de férias para a servidora CLAUDIA ROSA DOS SANTOS DA SILVA, referente ao período aquisitivo de 03/11/2018 a 02/11/2019.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 31 de outubro de 2019.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0796/2019

Publicação Nº 2221479

PORTARIA Nº 0796/2019
De 01 de novembro de 2019
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE PARA
ANA CLAUDIA DALRI

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 Art. 131 e, Lei Complementar nº 147/2014 de 16/12/2014,
RESOLVE

Art. 1º - Conceder licença maternidade de 120 dias a ANA CLAUDIA DALRI, a partir de 03/11/2019 à 01/03/2020, conforme atestado médico.

Art. 2º - Conceder licença especial de 60 dias conforme art. 139 da Lei Complementar 147/14, para ANA CLAUDIA DALRI de 02/03/2020 à 30/04/2020.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de novembro de 2019.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0801/2019

Publicação Nº 2221613

PORTARIA Nº 0801/2019
De 08 de novembro de 2019

DESIGNA JAISON GUILHERME VENDRAMIN COMO
FISCAL DE CONTRATO Nº 66/2019

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna em exercício, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor efetivo JAISON GUILHERME VENDRAMIN, matrícula n. 9359-9, ocupante do cargo de Professor, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
66/2019	Contratação de formação de Professores, Gestores e ATPS para a Secretaria de Educação e Cultura - Dispensa nº 132/2019.	Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul

Art. 2º - Fica também designada com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado a servidora a seguir:

SETOR DE RECURSOS HUMANOS

Servidor: Marileia Rezini Merini

Cargo: Professora

Matricula: 14770-4

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado a Servidora Marileia Rezini Merini, matrícula 14770-4, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de novembro de 2019.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 0802/2019

Publicação Nº 2222498

PORTARIA Nº 0802/2019
De 08 de novembro de 2019

DESIGNA ANDREA MARTENDAL COMO
FISCAL DE CONTRATO Nº 67/2019

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna em exercício, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora efetiva ANDREA MARTENDAL, matrícula n. 102652, ocupante do cargo de Assistente Social para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
67/2019	Credenciamento de pessoas jurídicas, constituídas como mercearias, açougues, minimercados, mercados, supermercados, hipermercados e demais relacionados ao gênero, para comercialização de gêneros alimentícios, material de limpeza e gás de cozinha, aos usuários do auxílio Vale Cidadania instituído pela Lei Municipal nº 861/2018 – Inexigibilidade - Credenciamento – no 107/2019	Marilete Rezini Peters

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

Servidor: Andressa Blauth

Cargo: Psicólogo

Matrícula: 120421

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado a Servidora Andressa Blauth, matrícula 120421, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogada a Portaria nº 430/2019.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de novembro de 2019.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal em exercício

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA 269/2019

Publicação Nº 2221545

PORTARIA Nº 269/2019

DESIGNA O SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei; Considerando a edição da Lei Complementar nº. 109, de 19 de outubro de 2011, Lei Complementar nº134 de 02 de outubro 2013, a Lei Complementar 172 de 23 de outubro 2015 e a LC 201, de 05 de outubro de 2017;

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, a partir do dia 08 de novembro até o dia 31 de dezembro de 2019, VANDERLEI VORTMANN, inscrito no CPF-MF sob nº. 867.397.439-91, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, 40 horas semanais, para atuar na Secretaria de Municipal de Saúde, na função de Motorista de Ambulância.

Art. 2º. No período de designação, o servidor será remunerado segundo os vencimentos do cargo.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 08 de novembro de 2019.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

PORTARIA 270/2019

Publicação Nº 2221549

PORTARIA Nº. 270/2019

ALTERA A ESCALA DE SOBREAVISO PARA O PERÍODO DE 01 A 31 DE NOVEMBRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leani Kapp Schmitt Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei especialmente nos termo do art. 96, da Lei Complementar nº. 159, de 29 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. A escala de sobreaviso para o mês de novembro de 2019 é a que consta nos incisos seguintes:

I – Para atendimentos de urgência e emergência, na saúde, conforme quadro seguinte:

Nome	Cargo	Data de sobreaviso
PAULO FRITSCH	Motorista	01 a 08/11/2019
MARCELO KIEKOW	Motorista	09 a 17/11/2019
WAGNER ROEGELIN	Motorista	18 a 26/11/2019
VANDERLEI VORTMANN	Motorista	27 a 30/11/2019

Art. 2º. O pagamento dos dias de sobre aviso compreendidos nesta portaria, serão pagos na folha de pagamento do mês subsequente.

Art. 3º. Os efeitos desta portaria retroagem a data de 01 de novembro de 2019.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã (SC), 08 de novembro de 2019.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

CONTRATO 10/2019 ADM

Publicação Nº 2220705

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos - Mês: Outubro/2019

Contratado: RODO VIAS TINTAS E SINALIZACAO VIARIA EIRELI

CNPJ: 11.607.641/0001-25

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 49/2019 Número do Processo: 68/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 119/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de TINTA DEMARCATÓRIA VIÁRIA

Data da Assinatura: 01/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 01/10/2019

Vigência: 01/10/2019 Término: 30/09/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 32.500,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA - ME

CNPJ: 10.926.473/0001-78

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 52/2019 Número do Processo: 71/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 120/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Solicitação de licitação de materiais para iluminação pública

Data da Assinatura: 03/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/10/2019

Vigência: 03/10/2019 Término: 02/10/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 113.136,70 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: BTM COMERCIO DE BRINDES LTDA - ME

CNPJ: 08.027.382/0001-59

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 52/2019 Número do Processo: 71/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 121/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Solicitação de licitação de materiais para iluminação pública

Data da Assinatura: 03/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/10/2019

Vigência: 03/10/2019 Término: 02/10/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 2.491,50 Forma de Pagamento: Conforrme cronograma de pagamentos

Contratado: AUTO POSTO ZANETTI LTDA - EPP

CNPJ: 20.897.131/0001-20

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 80/2018 Número do Processo: 110/2018 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 005/19 12Adt

Fundamento Legal:

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam reajustados os valores unitários do Item 03 (Diesel S10) em 6,9732% (seis inteiros e nove mil, setecentos e trinta e dois milésimos por cento), nos seguintes termos:

a)Reequilíbrio Econômico-financeiro no Item 03 - Diesel S10, passando o preço unitário de R\$ 3,613 (três reais com seiscentos e treze centavos) por litro para R\$ 3,82 (três reais com oitenta e dois centavos) por litro;

Data da Assinatura: 03/10/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 03/10/2019
Vigência: 03/10/2019 Término: 17/01/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: ODILA GRANDO - ME
CNPJ: 03.523.498/0001-65
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 1/2019 Número do Processo: 2/2019 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 015/19 1ºAdt
Fundamento Legal:
Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de quantitativos ao inicialmente contratado conforme a seguinte quantidade:
Item Quantidade Acrescida Unid. Especificação Preço Unit. Preço Total
96 62 PAC Presunto Cozido Sem Capa de Gordura 6,64 411,68
Total 411,68

Data da Assinatura: 03/10/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 03/10/2019
Vigência: 03/10/2019 Término: 31/01/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 411,68 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: CBS TRANSPORTES E COMERCIO DE PLANTAS LTDA
CNPJ: 19.054.917/0001-05
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 50/2019 Número do Processo: 69/2019 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 122/2019
Fundamento Legal:
Objeto: Possível aquisição de mudas de flores

Data da Assinatura: 04/10/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/10/2019
Vigência: 04/10/2019 Término: 03/10/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 44.961,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: ODILA GRANDO - ME
CNPJ: 03.523.498/0001-65
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 51/2019 Número do Processo: 70/2019 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 123/2019
Fundamento Legal:
Objeto: Possível aquisição de carne de frango, bovina, suína e linguiça.

Data da Assinatura: 04/10/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/10/2019
Vigência: 04/10/2019 Término: 03/10/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 55.480,40 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: ASSOCIAÇÃO DESP. DE ÁRBITROS DO OESTE CATARINENSE
CNPJ: 09.664.373/0001-31
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 53/2019 Número do Processo: 75/2019 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 124/2019
Fundamento Legal:

Objeto: Arbitragem

Data da Assinatura: 14/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 14/10/2019

Vigência: 14/10/2019 Término: 13/10/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 181.400,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: CESAR MURILO FLORES

CNPJ: 29.081.571/0001-80

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 47/2019 Número do Processo: 66/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 059/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Conserto Diferencial da Motoniveladora CASE 845B Nº serie NEAFO3927, PAT: Nº 002531 patrimonio nº 002531

Data da Assinatura: 16/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 16/10/2019

Vigência: 16/10/2019 Término: 15/01/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 21.490,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: EVANGELISTA - ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

CNPJ: 80.119.514/0001-08

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 54/2019 Número do Processo: 76/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 125/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de material de construção

Data da Assinatura: 18/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 18/10/2019

Vigência: 18/10/2019 Término: 17/10/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 252.462,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: PRE-FABRICADOS SGANZERLA LTDA

CNPJ: 10.535.603/0001-41

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 54/2019 Número do Processo: 76/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 126/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de material de construção

Data da Assinatura: 18/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 18/10/2019

Vigência: 18/10/2019 Término: 17/10/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 93.814,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: SEMEX DO BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO

CNPJ: 00.593.476/0001-83

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 56/2019 Número do Processo: 78/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 127/2019

Fundamento Legal:

Objeto: aquisição de semen bovino

Data da Assinatura: 21/10/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 21/10/2019
Vigência: 21/10/2019 Término: 20/10/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 6.096,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA
CNPJ: 19.278.326/0001-03
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 56/2019 Número do Processo: 78/2019 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 128/2019
Fundamento Legal:
Objeto: aquisição de semen bovino

Data da Assinatura: 21/10/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 21/10/2019
Vigência: 21/10/2019 Término: 20/10/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 6.840,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: PISO CLIMA CLIMATIZACAO LTDA - EPP
CNPJ: 22.410.193/0001-91
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 57/2019 Número do Processo: 79/2019 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 129/2019
Fundamento Legal:
Objeto: Execução do PMOC

Data da Assinatura: 21/10/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 21/10/2019
Vigência: 21/10/2019 Término: 20/10/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 2.680,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: JCS ELETROREFRIGERACAO EIRELI
CNPJ: 27.595.696/0001-00
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 57/2019 Número do Processo: 79/2019 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 130/2019
Fundamento Legal:
Objeto: Execução do PMOC

Data da Assinatura: 21/10/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 21/10/2019
Vigência: 21/10/2019 Término: 20/10/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 11.550,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

CONTRATOS 10/2019 SAUDE

Publicação Nº 2220706

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos - Mês: Outubro/2019

Contratado: PISO CLIMA CLIMATIZACAO LTDA - EPP

CNPJ: 22.410.193/0001-91

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 57/2019 Número do Processo: 79/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 129/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Execução do PMOC

Data da Assinatura: 21/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 21/10/2019

Vigência: 21/10/2019 Término: 20/10/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 5.360,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: JCS ELETROREFRIGERACAO EIRELI

CNPJ: 27.595.696/0001-00

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 57/2019 Número do Processo: 79/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 130/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Execução do PMOC

Data da Assinatura: 21/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 21/10/2019

Vigência: 21/10/2019 Término: 20/10/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 6.130,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: Gente Seguradora S/A

CNPJ: 90.180.605/0001-02

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 24/2019 Número do Processo: 36/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: 033/2019 1º Adt

Fundamento Legal:

Objeto: Fica incluindo o item 36 (Seguro de veículo Renault Sandeiro Life).

Data da Assinatura: 29/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 29/10/2019

Vigência: 29/10/2019 Término: 17/06/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 901,63 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CONCORD

CNPJ: 83.076.232/0001-50

Modalidade: null

Número da Licitação: 0/0 Número do Processo: null/null Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: TC 03-2019 adt01

Fundamento Legal:

Objeto: Ao recurso financeiro repassado ao PARTÍCIPE para execução do objeto no valor de R\$ 9.336,00, fica acrescido o valor de R\$ 2.334,00, corresponde a um acréscimo de 25% ao valor originalmente pactuado

Data da Assinatura: 22/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 22/10/2019

Vigência: 22/10/2019 Término: 31/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 2.334,00 Forma de Pagamento: Duas parcelas

Arroio Trinta

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0052/2019

Publicação Nº 2221655

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Pregão PRESENCIAL Nº 0052/2019 - PR.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Global.

OBJETO: Aquisição de materiais diversos para efetuar Ornamentação Natalina da Praça Municipal do Município de Arroio Trinta.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 do dia 21/11/2019.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30 do dia 21/11/2019.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 8 de novembro de 2019.

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 309 - EXONERAÇÃO LUCELIA

Publicação Nº 2221132

PORTARIA Nº 309, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar, a pedido a servidora municipal, senhora LUCELIA DE FATIMA SCHEIS BRANDALISE, e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, admitido por contrato por prazo determinado, para exercer a função de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, conforme Portaria de Prorrogação de Contrato de Trabalho nº 305, de 21 de agosto de 2018, a partir de 03 de novembro de 2019.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de novembro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Arvoredo

PREFEITURA

DECRETO 2.375

Publicação Nº 2221415

Decreto nº 2.375, de 22 de outubro de 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.160, de 13 de novembro de 2018 e Lei Municipal nº 1.192, de 22 de outubro de 2019;

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil reais), para suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

06.00	GERÊNCIA DE SAÚDE / FMS
06.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0031	Atenção, equitativa e Universalizada
10.301.0031.2.065	Atividades Gerais de Atenção Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
10.301.0031.2.066	Manutenção e Reforma da UBS
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
10.301.0031.2.069	Serviços Médicos, Hospitalares, Laboratoriais, Imagens e Outros
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 108.000,00

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, será utilizado os recursos provenientes da redução de saldo das seguintes ações orçamentárias:

06.00	GERÊNCIA DE SAÚDE / FMS
06.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0031	Atenção, equitativa e Universalizada
10.301.0031.2.065	Atividades Gerais de Atenção Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 80.000,00
10.301.0031.2.067	Manutenção de Ambulâncias e Veículos AB
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas

	R\$ 10.000,00
10.301.0032	Estratégia Saúde da Família – ESF
10.301.0032.2.070	Atividades dos Programas SF/SB/NASF/PMAQ
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 6.000,00
10.301.0033	Agentes Comunitários de Saúde
10.301.0033.2.073	Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 15.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 4.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica
10.305.0037	Serviços de Vigilância da Saúde
10.305.0037.2.078	Atividades de Vigilância em Saúde
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 4.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 4.000,00

Art. 3º Este decreto em entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo – SC, 22 de outubro de 2019.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em data supra

JACIR NARDI

Responsável pela publicação

DECRETO 2.376

Publicação Nº 2221417

Decreto nº 2.376, de 30 de outubro de 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ARVOREDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.160, de 13 de novembro de 2018 e Lei Municipal nº 1.193, de 30 de outubro de 2019;

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento vigente do Município de Arvoredo, crédito adicional especial no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para abertura da seguinte nova dotação orçamentária:

05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.1.017	Mobiliário e Equipamentos para a Educação
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.01.0116	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional especial, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado, no vínculo (01.0116) - Recursos vinculados ao FUNDEB, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo – SC, 30 de outubro de 2019.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra

JACIR NARDI

Responsável pela publicação

DECRETO 2.377

Publicação Nº 2221418

Decreto nº 2.377, de 30 de outubro de 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.160, de 13 de novembro de 2018;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 135.656,00 (cento e trinta e cinco mil seiscientos e cinquenta e seis reais), para atender as seguintes ações orçamentárias:

01.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE
01.02	Controladoria Geral do Município
04	Administração
04.122	Administração Geral
04.122.0001	Gestão Superior do Município
04.122.0001.2.001	Atividades do Gabinete da Prefeita e Vice
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.00.01.0000	Transf. Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
	R\$ 21.656,00
02.00	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
4	Administração
4.122	Administração Geral
4.122.0003	Gestão Administrativa, Patrimonial e Operacional
4.122.0003.2.004	Atividades Administrativas e Patrimoniais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
4.122.0003.2.008	Manutenção e Reforma do Centro Administrativo
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 7.000,00
03.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
03.02	Fundo Municipal de Agricultura – FMA
17	Saneamento
17.511	Saneamento Básico Rural
17.511.0006	Programa de Água Saneamento Rural
17.511.0006.2.013	Atividades de Saneamento Rural
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
20	Agricultura

20.606	Extensão Rural
20.606.0008	Serviço de Extensão Rural
20.606.0008.2.019	Manut. Veículos da Assist. Agrotécnica e Extensão Rural
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
04.00	GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA
04.01	Gerência de Infraestrutura
26	Transporte
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0011	Sistema Rodoviário de Qualidade
26.782.0011.2.020	Atividades Gerais de Infraestrutura Rodoviária
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.2.028	Atividades Gerais de Educação Básica/Ensino Fundamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 6.000,00
12.361.0016.2.029	Manutenção e Reforma dos Prédios Escolares/Ens. Fundamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 2.000,00
07.00	GERÊNCIA DE URB. E DESENV. ECONÔMICO
07.01	Ações e Atividades de Urbanismo
15	Urbanismo
15.452	Serviços Urbanos
15.452.0018	Cidade com Qualidade de Vida
15.452.0018.2.039	Atividades Gerais de Urbanismo
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
07.04	Ações e Atividades de Urbanismo
23	Comércio e Serviços
23.695	Turismo
23.695.0026	Desenvolvimento do Turismo
23.695.0026.2.040	Ações para Iluminação Natalina e Eventos Tradicionais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 8.000,00
08.00	DIRETORIA DE ESPORTE E LAZER
08.01	Diretoria de Esporte e Lazer
27	Desporto e Lazer
27.812	Desporto Comunitário
27.812.0022	Fomento do Esporte e Atividades de Lazer
27.812.0022.2.047	Atividades Gerais de Esporte e Lazer
3	DESPESAS CORRENTES

3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 8.000,00
27.812.0022.2.088	Manutenção Predial Cent. Int. Desporto e Lazer/ Campo Municipal
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
10.00	DIRETORIA DE HABITAÇÃO
10.01	Diretoria de Habitação
16	Habitação
16.482	Habitação Urbana
16.482.0027	Habitação Adequada aos Arvoreduenses
16.482.0027.2.061	Projetos Habitacionais Rurais
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.5	Investimentos
4.5.90.00.00.01.0000	Inversões Financeiras
	R\$ 10.000,00
12.00	GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
12.02	Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS
8	Assistência Social
8.244	Assistência Comunitária
8.244.0023	Assistência Social Geral aos Arvoreduenses
8.244.0023.2.051	Atividades Gerais de Assistência Social
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
8.244.0023.1.032	Mobiliário e Equipamentos para o CRAS
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 9.000,00
8.244.0023.2.055	Manutenção Veículos/ Assistência Social
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado e do provável excesso de arrecadação, nos vínculos;

I - (01.0000) - Recursos não Vinculados - Orçamentos Municipais, no valor de R\$ 127.656,00 (cento e vinte sete mil e seiscentos e cinquenta e seis reais);

II - (01.0206) - Rec. Vinculados à Educação Básica, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 30 de outubro de 2019.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicado em data supra.

Jacir Nardi

Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.378

Publicação Nº 2221421

Decreto nº 2.378, de 05 de novembro de 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.160, de 13 de novembro de 2018;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 24.477,72 (vinte e quatro mil quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e dois centavos), para atender as seguintes ações orçamentárias:

06.00	GERENCIA DE SAÚDE/ FMS
06.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0031	Atenção, Equitativa e Universalizada
10.301.0031.2.065	Atividades Gerais de Atenção Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0501	Aplicações Diretas
	R\$ 8.000,00
10.301.0033	Agentes Comunitários de Saúde
10.301.0033.2.073	Atividades os Agentes Comunitários de Saúde
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0503	Aplicações Diretas
	R\$ 3.048,00
10.301.0035	Assistência Farmacêutica
10.301.0035.2.075	Atividades de Farmácia Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0544	Aplicações Diretas
	R\$ 10.554,86
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0505	Aplicações Diretas
	R\$ 1.133,72
3.3.90.00.00.01.0508	Aplicações Diretas
	R\$ 1.741,14

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado e do provável excesso nos vínculos;

I - (01.0501) Recursos Vinculados ao PAB FIXO, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

II - (01.0544) Recursos Vinculados - NASF, no valor de R\$ 10.554,86 (dez mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e seis centavos);

III - (01.0503) Recursos Vinculados – PAB Var. ACS, no valor de R\$ 3.048,00 (três mil e quarenta e oito reais);

IV - (01.0508) Recursos Vinculados – Farmácia Básica Estado, no valor de R\$ 1.741,14 (um mil setecentos e quarenta e um reais e quatorze centavos);

V - (01.0505) Recursos Vinculados – Farmácia Básica União, no valor de R\$ 1.133,72 (um mil cento e trinta e três reais e setenta e dois centavos).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 05 de novembro de 2019.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicado em data supra.

Jacir Nardi

Gerente de Administração e Gestão

LEI 1193

Publicação Nº 2221458

Lei Municipal nº 1.193, de 30 de outubro de 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ARVOREDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento vigente do Município de Arvoredo, crédito adicional especial no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para abertura da seguinte nova dotação orçamentário:

05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.1.017	Mobiliário e Equipamentos para a Educação
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.01.0116	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional especial, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado, no vínculo (01.0116) - Recursos vinculados ao FUNDEB, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo – SC, 30 de outubro de 2019.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra
JACIR NARDI
Responsável pela publicação

PORTARIA 201/2019

Publicação Nº 2221370

PORTARIA Nº. 201, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado, e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII e,

Considerando o que prevê, do Inciso III, do Art. 2º., da Lei Complementar Nº. 14; de 30 de setembro de 2005,

Considerando, a necessidade de contratação por tempo determinado de servidora para atender demanda de recepção e telefonia nas repartições municipais.

RESOLVE,

Art. 1º. Contratar a Senhora, JOSE MARIA CAOILLA CARDOSO, brasileira, casada, do lar, portador do RG. 3.572.154-5 e CPF. 031.159.559-60, residente e domiciliado na Rua do Campo Nº. 133 - Centro Arvoredo, para o cargo de Recepcionista/Telefonista, do Quadro Geral de Cargos do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Admitido em Caráter Temporário, com carga horária de 35 horas semanais e vencimentos referentes ao cargo.

Parágrafo Único. O servidor ora nomeado fica, vinculado ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arvoredo, sujeito ao Direito Administrativo e filiado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de novembro, com vigência de seis meses, até

em tempo de realizar o processo seletivo.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2019.
JANETE PARAVIZI BIANCHIN JOSE MARIA CAOVILO CARDOSO
PREFEITA MUNICIPAL CONTRATADA

Publicada em
data supra

MIRIAM MENEGUZZI PADOVA
Agente Administrativa

PORTARIA 202/2019

Publicação Nº 2221398

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 202, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.
Concede férias ao servidor e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o período em que o servidor foi convocado para trabalhar,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 13 de 30 de setembro de 2005,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido ao servidor NEUDI LUIZ GIOMBELLI que ocupa o cargo de Técnico em Contabilidade, do Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 20/12/2019 até 26/12/2019.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período em que o servidor foi convocado a trabalhar nas férias (07 dias).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de dezembro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2019.
JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativo

PORTARIA 203/2019

Publicação Nº 2221401

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 203, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.
Concede férias ao servidor e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o período em que o servidor foi convocado para trabalhar,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 13 de 30 de setembro de 2005,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido ao servidor NEUDI LUIZ GIOMBELLI que ocupa o cargo de Técnico em Contabilidade, do Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 27/12/2019 até 31/12/2019.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período em que o servidor foi convocado a trabalhar nas férias (05 dias).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de dezembro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativo

PORTARIA 204/2019

Publicação Nº 2221403

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 204, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Concede férias a servidor e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o vencimento de período de Férias,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 13 de 30 de setembro de 2005,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido a servidora MIRIAM MENEGUZZI PADOVA, que ocupa o cargo de Agente administrativa, do Quadro Geral de Cargo de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 08-11-2019 até 27-11-2019.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período aquisitivo 08-05-2013 Á 07-05-2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de novembro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Jacir Nardi
Gerente de Administração e Gestão

PORTARIA 205/2019

Publicação Nº 2221406

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 205, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.
Concede férias a servidor e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o vencimento de período de Férias,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 13 de 30 de setembro de 2005,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido a servidora CATIA MARCELA BIANCHIN, que ocupa o cargo de Professor II, do Quadro Geral de Cargo de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 19-12-2019 até 17-01-2020.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período aquisitivo 01-11-2018 Á 01-08-2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de dezembro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 08 DE NOVEMBRO DE 2019.
JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Jacir Nardi
Gerente de Administração e Gestão

PORTARIA 206/2019

Publicação Nº 2221409

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 206, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.
Concede férias a servidor e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o vencimento de período de Férias,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 13 de 30 de setembro de 2005,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido a servidora GRACIELI CAOVILO, que ocupa o cargo de Professor II, do Quadro Geral de Cargo de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 16-12-2019 até 15-01-2020.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período aquisitivo 03-05-2018 Á 02-05-2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de dezembro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 08 DE NOVEMBRO DE 2019.
JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Jacir Nardi
Gerente de Administração e Gestão

PORTARIA 207/2019

Publicação Nº 2221411

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 207, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.
Concede férias a servidor e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o vencimento de período de Férias,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 13 de 30 de setembro de 2005,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido a servidora LEILA PICCOLI, que ocupa o cargo de Agente Administrativo, do Quadro Geral de Cargo de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 19-12-2019 até 17-01-2020.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período aquisitivo 01-09-2018 Á 31-08-2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de dezembro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 08 DE NOVEMBRO DE 2019.
JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Jacir Nardi
Gerente de Administração e Gestão

Atalanta

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 37/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 26/2019

Publicação Nº 2221009

EDITAL DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 37/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 26/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará o Processo Licitatório nº 37/2019 na modalidade Pregão Presencial nº 26/2019, para o seguinte objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E DEMAIS MATERIAIS COMO: CÂMERAS, NOBREAKS, SWITCHS, GRAVADOR DIGITAL DE IMAGEM, TV SMART E CAIXA DE CABO, PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE VÍDEOMONITORAMENTO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE ATALANTA – SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL. Julgamento: Menor Preço por item. Entrega dos envelopes até às 08:45 horas do dia 22 de novembro de 2019 e abertura as 09:00 horas no mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Avenida XV de novembro, nº 1030, centro na cidade de Atalanta - SC, ou pelo e-mail licitacao@atalanta.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3535-0015. Atalanta, 11 de outubro de 2019. JUAREZ MIGUEL RODERMEL – Prefeito Municipal

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2019

Publicação Nº 2221537

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 38/2019

1. **PREÂMBULO:** O Município de Balneário Arroio do Silva/SC torna público que, o Prefeito Municipal, através deste e de acordo com o art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, expede o presente Processo de Inexigibilidade de Licitação, cujo objeto é a contratação dos serviços constantes do Item 3 – OBJETO, nos termos da fundamentação legal e das justificativas aduzidas. Os serviços objeto do presente termo serão prestados para a Administração Municipal de Balneário Arroio do Silva.

2. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** O processo de inexigibilidade tem fundamentação na Lei nº. 8.666/93, a qual estabelece:

Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: (...)

III - Para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Neste sentido, Hely Lopes Meirelles esclarece que “o essencial para legitimar a dispensa do procedimento licitatório é que o artista seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública”.

Ainda, conforme parecer do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público – CAOPP, do Ministério Público de Minas Gerais, emitido em 08 de abril de 2013: (...)

Diante disso, é possível traçar alguns parâmetros para que se verifique a conformidade da contratação de artistas (para a realização de “shows” e eventos) com a Constituição da República e com a Lei nº 8.666/93, quais sejam:

- i) contrato firmado pelo próprio contratado ou por meio de empresário exclusivo;
- ii) consagração do artista pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- iii) razão da escolha do profissional do setor artístico;
- iv) justificativa de preço;
- v) publicidade da contratação; e
- vi) comprovação da aplicação do mínimo constitucional nas áreas de saúde e educação.

Cabe tecer algumas considerações sobre os requisitos listados nos itens “ii” e “iv”.

A contratação do artista, por inexigibilidade, visa a prestigiar o caráter personalíssimo do seu trabalho, o que inviabiliza a adoção de critérios objetivos para a realização do certame.

Quanto ao item “ii”, há grande dificuldade em se realizar o devido controle sobre os seus requisitos, pois as expressões legais são termos jurídicos indeterminados, o que muitas vezes pode encobrir intenções escusas e facilitar a dilapidação do patrimônio público.

Sobre a relatividade da análise da consagração do artista, escreve José dos Santos Carvalho Filho:

Entendemos que consagração é fator de extrema relatividade e varia no tempo e no espaço. Pode um artista ser reconhecido, por exemplo, apenas em certos locais, ou por determinado público ou críticos especializados. Nem por isso deverá ele ser alijado de eventual contratação. A nosso sentir, quis o legislador prestigiar a figura do artista e de seu talento pessoal, e, sendo assim, a arte a que se dedica acaba por ter prevalência sobre a consagração.

De fato, não há um conceito padrão sobre o que seria “consagração pela crítica especializada” ou “consagração pela opinião pública”. Como afirmado alhures, são termos jurídicos indeterminados, que possibilitam certa dose de subjetivismo, dificultando a atuação dos órgãos de controle.

No entanto, é possível visualizar uma zona de certeza positiva e uma zona de certeza negativa sobre o conteúdo dessas expressões. A título de exemplo, há um consenso positivo quanto ao preenchimento do requisito legal a cantora Ivete Sangalo. Sem sombra de dúvidas, refere-se a uma cantora consagrada nacionalmente.

Por outro lado, haverá um campo de certeza negativa quanto a ausência de consagração em relação ao neófito na carreira, que ainda não realizou um número considerável de eventos. Nessa situação, não poderá haver a contratação por inexigibilidade, com base no inciso III do art. 25, da Lei nº 8.666/93.

Nesse ponto, oportuna a seguinte indagação: a “crítica especializada” ou a “opinião pública” devem ser local, regional ou nacional?

Não há previsão legal para a resposta. Porém, Diógenes Gasparini sugere a adoção de um critério interessante, a depender do valor da contratação. Se o valor do contrato estiver dentro dos limites da modalidade convite, será local; se estiver dentro dos limites da tomada de preço, será regional; e, nos limites da concorrência, será nacional. São as suas palavras:

In Direito Administrativo. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 323.

Por força do estabelecido no inciso III do art. 25 do Estatuto Federal Licitatório, é inexigível a licitação para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. O dispositivo em apreço não traz grandes dificuldades de interpretação, salvo no que concerne à consagração pela crítica especializada. Qual é essa crítica especializada? A local? A regional? A nacional? Cremos que se pode dizer que é a crítica local, regional (estadual) ou nacional, em razão do valor do contrato. Assim, se o contrato estiver dentro do limite de convite, será local; se estiver dentro do limite da tomada de preços, será regional; se estiver dentro do limite de concorrência, será nacional. O mesmo deve-se afirmar em relação à opinião pública.

Com efeito, a consagração do artista, se não for notória, deve ser devidamente comprovada nos autos do processo de inexigibilidade, seja

mediante a juntada de noticiários de jornais, seja pela demonstração de contratações pretéritas para atrações relevantes junto a entes públicos ou à iniciativa privada, ou por outros meios idôneos. Se não houver tal comprovação, a contratação é ilegal.

(...)

Assim, tem-se que em havendo contratação de personalidades artísticas que não preencham os requisitos legais (certeza negativa), haverá grave crise de legalidade, cabendo o acionamento judicial do administrador público. No entanto, caso a hipótese de contratação se localize numa zona de penumbra (alguns entendem que a personalidade artística é consagrada, outros entendem que não), deve-se deixar a critério da Administração, cabendo o controle apenas quanto aos demais requisitos, sobretudo a legitimidade da despesa (incidência do princípio da proporcionalidade), conforme mencionado alhures.

Assim, preenchidos os requisitos legais e constitucionais, e respeitada a necessidade de formalização do respectivo processo para a aferição das exigências (todas as exigências devem estar devidamente demonstradas nos autos da inexigibilidade), é possível a contratação de personalidades do setor artístico por inexigibilidade de licitação, amparada no art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

Portanto, diante das fundamentações legais e doutrinárias acima demonstradas, a contratação por inexigibilidade da empresa TIAGO HERCULES DA SILVA detentora da exclusividade da dupla "Hugo & Tiago", tem base legal.

2.1. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: Justificamos a contratação dos serviços através de Inexigibilidade de Licitação, onde a escolha recai sobre a empresa TIAGO HERCULES DA SILVA, apresentando esta, documentos que comprovam possuir a mesma competência técnica necessária e exclusividade para realização do show do artista "Hugo & Tiago". Desta forma não há que se falar em procedimento licitatório, tendo em vista estarmos diante de um caso de contratação de profissionais do setor artístico, através de empresário exclusivo, sendo este consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, adotando-se para tal caso o Procedimento Administrativo de Inexigibilidade de Licitação; Proporcionar momentos de diversão e lazer aos munícipes arroiosilvenses e demais visitantes; Incrementar o desenvolvimento econômico e turístico do município de Balneário Arroio do Silva com a realização deste grandioso evento. A contratação em questão deve estar vinculada ao cumprimento das exigências de regularidade fiscal da empresa a ser CONTRATADA. Diante do exposto, justifica-se a Inexigibilidade de Licitação para a contratação dos serviços de empresa especializada para realização do evento este reconhecido em âmbito Nacional, que será realizado entre os dias 31 de dezembro de 2019 e 01 de janeiro de 2020, baseada no que se prescreve o art. 25, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e propõe que SEJA RATIFICADA pelo Prefeito Municipal a presente justificativa de inexigibilidade de licitação.

2.2. JUSTIFICATIVA DO PREÇO: O preço contratado está de acordo com os praticados no mercado pertinente ao ramo de atividade artística. Ficando o valor estimado previsto para a realização do show conforme descrito abaixo: "Hugo & Tiago". VALOR GLOBAL - R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais).

3. OBJETO: Tem por objeto a presente inexigibilidade, a contratação da empresa TIAGO HERCULES DA SILVA, que detém representação e exclusividade para as apresentações de Shows Artísticos do "Hugo & Thiago", reconhecida e consagrada pela crítica especializada e pela opinião pública no âmbito Nacional, com duração mínima de 01h:50min, que abrillhará o tradicional MEGA REVEILLON 2020, evento este reconhecido regionalmente, que será realizado entre os dias 31 de dezembro de 2019 e 01 de janeiro de 2020, neste Município. A referida empresa está inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.555.367/0001-68, com sede e foro na Avenida Bons Ares, nº 461, Bairro Recanto Azul, Botucatu/SP, representada neste ato pelo Sr. Tiago Hercules da Silva, brasileiro, solteiro, inscrito no RG sob o nº 41.049.002-7 SSP/SP e no CPF/MF sob o nº 327.558.878-85, residente e domiciliado na Avenida Bons Ares, nº 461, Bairro Recanto Azul, Botucatu/SP.

3.1. LOCAL DE ENTREGA (execução dos serviços): Os serviços serão executados no Palco Central da Praça Augustinelli, Bairro Centro, CEP: 88914-000 no Município de Balneário Arroio do Silva/SC.

4. PRAZOS E DATAS: O serviço objeto deste Processo de Inexigibilidade de Licitação será realizado entre os dias 31 de dezembro de 2019 e 01 de janeiro de 2020.

4.1. O contrato terá sua validade a partir da data de sua assinatura até o dia 28 de fevereiro de 2020.

5. CONTRATADA: TIAGO HERCULES DA SILVA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11. 32.555.367/0001-68, com sede e foro na Avenida Bons Ares, nº 461, Bairro Recanto Azul, Botucatu/SP, representada neste ato pelo Sr. Tiago Hercules da Silva, brasileiro, solteiro, inscrito no RG sob o nº 41.049.002-7 SSP/SP e no CPF/MF sob o nº 327.558.878-85, residente e domiciliado na Avenida Bons Ares, nº 461, Bairro Recanto Azul, Botucatu/SP.

6. PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO: O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pela realização dos serviços, o valor global de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais). Dos valores acima especificados será descontado o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme Lei Municipal que regulamente este tributo.

6.1. Será Responsabilidade da Contratante os encargos do ECAD.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente processo de inexigibilidade de licitação estão contempladas na dotação orçamentária do ano de 2019.

ÓRGÃO	05	Secretaria de Turismo Pesca, Agric. Meio Ambiente
UNIDADE	05.01	Departamento de Turismo, Eventos e Lazer
FUNÇÃO	23	Comércio e Serviços
PROGRAMA	07	Gestão do Desenvolvimento Turístico
SUBFUNÇÃO	695	Turismo
RECURSO	0.1.5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.012	Organização de Festas Trad. e Eventos do Município

ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	78	

8. DISPOSIÇÕES FINAIS: Para formalização do contrato a empresa fica obrigada a apresentar a Comissão de Licitação os seguintes documentos: a) Cópia autenticada do Ato Constitutivo, Estatuto ou do Contrato Social da empresa, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, provando que a mesma pode fornecer os serviços a ser contratado; b) Documento de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ); c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros); d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos Estaduais, expedida por órgão da Secretaria da Fazenda Estadual); e) Certidão Negativa da Fazenda Municipal, da sede da licitante, através de certidão expedida pelo órgão competente, no máximo há 60 (sessenta) dias da abertura das propostas, ou que esteja dentro do prazo de validade, expresso na própria certidão; f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990. g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT). h) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelos distribuidores da sede do juízo da comarca da pessoa jurídica.

Este processo de Inexigibilidade de Licitação será remetido de imediato à Assessoria Jurídica Municipal para que dele emita o seu parecer, após será remetido à autoridade superior para ratificação e posteriormente ser publicado na imprensa oficial, no prazo máximo de cinco dias, como condição para eficácia do ato.

9. ANEXOS: Integra o presente Termo de Inexigibilidade, como se nele estivesse transcrita a Minuta do Contrato.

10. FORO: O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição administrativa, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Araranguá/SC.

Balneário Arroio do Silva/SC, 08 de novembro de 2019.

PEDRO EUGÊNIO COELHO

DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E CONTROLE DE PATRIMÔNIO

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico expedido pela assessoria jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o Art. 26, da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

Balneário Arroio do Silva/SC, 08 de novembro de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

MINUTA DE CONTRATO Nº XX/2019

Processo Licitatório Nº 89/2019

Inexigibilidade Nº 38/2019

Ao xx dias do mês de xx ano de 2019 o Município de Balneário Arroio do Silva, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Santa Catarina nº 1122, Centro, Balneário Arroio do Silva SC, inscrito no CNPJ sob o nº 01.605.479/0001-52, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES, portador da Cédula de Identidade nº 8.734.305 e CPF sob o nº 571.763.106-53, residente à Rua Fortaleza, 469, Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC, e a Empresa, xxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxx, com sede e foro xxxxxxxxxx, representada neste ato pelo xxxxxxxxxx, brasileiro, estado civil, portador da Cédula de Identidade nº xxxxxxxxxx, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxx, residente e domiciliado xxxxxxxxxx doravante denominada de CONTRATADA, celebram este termo de Contrato, em conformidade com o Processo Licitatório nº 89/2019 e Inexigibilidade de Licitação nº 38/2019, de 11 de novembro de 2019, regulada pela lei federal nº 8.666 de 21/06/1993 e demais alterações posteriores, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Tem por objeto a presente inexigibilidade, a contratação da empresa TIAGO HERCULES DA SILVA, que detém representação e exclusividade para as apresentações de Shows Artísticos do "Hugo & Thiago", reconhecida e consagrada pela crítica especializada e pela opinião pública no âmbito Nacional, com duração mínima de 01h:50min, que abrillhantará o tradicional MEGA REVEILLON 2020, evento este reconhecido regionalmente, que será realizado entre os dias 31 de dezembro de 2019 e 01 de janeiro de 2020, neste Município. A referida empresa está inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.555.367/0001-68, com sede e foro na Avenida Bons Ares, nº 461, Bairro Recanto Azul, Botucatu/SP, representada neste ato pelo Sr. Tiago Hercules da Silva, brasileiro, solteiro, inscrito no RG sob o nº 41.049.002-7 SSP/SP e no CPF/MF sob o nº 327.558.878-85, residente e domiciliado na Avenida Bons Ares, nº 461, Bairro Recanto Azul, Botucatu/SP.

SHOWS ARTÍSTICOS:

a) Realização de show artístico-musical com Hugo & Thiago, com duração mínima de 01h50min.

b) O serviço objeto deste Processo de Inexigibilidade de Licitação será realizado entre os dias 31 de dezembro de 2019 e 01 de janeiro de

2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR: Em pagamento ao objeto referido na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais).

Parágrafo Primeiro – Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias corridos da prestação dos serviços, após apresentação por parte da CONTRATADA de Nota Fiscal / Fatura, contendo a quantidade fornecida no período, devendo a mesma ser entregue no Departamento de Tesouraria da Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva.

Parágrafo Segundo – Fica expressamente estabelecido que no preço constante da cláusula segunda estão incluídos todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto, constituindo-se na única remuneração devida.

Parágrafo Terceiro – O pagamento será efetuado na Praça do CONTRATANTE, mediante cheque nominal e cruzado, ou depositado em conta bancária indicada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO: O presente instrumento contratual terá vigência até 28 de fevereiro de 2019, contados da data em que for firmado, e encerrando-se com a execução e o pagamento total dos serviços descritos na cláusula primeira, após o qual será rescindido automaticamente sem que haja necessidade de aviso, notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Os pagamentos decorrente da execução do presente Contrato Administrativo correrão por conta dos recursos da dotação orçamentária do Município de Balneário Arroio do Silva, para o exercício de 2019, assim discriminadas: 3.3.90.39.99.00.00.00 (78)

CLÁUSULA QUINTA - DA VINCULAÇÃO: Fica a CONTRATADA mutuamente vinculada às sanções previstas em Lei Federal nº. 8.666/93 e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO: A execução do presente Contrato Administrativo dar-se-á diretamente com a Secretaria Municipal de Turismo, Agricultura Pesca e Meio Ambiente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES: O inadimplemento de qualquer das partes, implicará no pagamento de multa administrativa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo a ser instaurado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO: Caberá rescisão do presente instrumento contratual, sem que assista direito a indenização de qualquer espécie quando:

- a) A CONTRATADA não cumprir com as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte inadimplente o prazo de 5 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;
- b) A CONTRATADA transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, observado o que dispõe a Clausula, sem a prévia e expressa autorização por parte da CONTRATANTE;
- c) Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.
- d) São prerrogativas da CONTRATANTE àquelas previstas no artigo 58 da Lei 8.666/93, que as exercerá nos termos da referida lei.

CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO: O presente Contrato Administrativo está vinculado ao disposto no artigo 25, III da Lei nº 8.666/93, alterações e demais legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO: Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Araranguá/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS: Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93, e, na lacuna também desta, pelas regras de Direito Administrativo e demais disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, mandam digitar o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Balneário Arroio do Silva (SC), xx de xx de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES Prefeito Municipal	xxxxxxxxxxxxxxxxx Contratada
Testemunhas	Visto

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2019

Publicação Nº 2221665

PROCESSO LICITATÓRIO 90/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2019

O Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, vem abrir o presente processo de dispensa de licitação para a Contratação de publicação no Diário Oficial do Estado dos atos da Prefeitura Municipal, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração/ Fundo de Materiais, publicações e impressos oficiais, inscrito no CNPJ sob nº 14.284.430/0001-97, com sede na Rodovia SC 401, KM 05, nº 4600, Bloco II, Saco Grande II, Florianópolis/SC.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente dispensa de licitação tem como fundamento o art. 24, inciso XVI, e o parágrafo único, do art. 26, da Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores. Assim descritas:

Art. 24. É dispensável a licitação:

XVI - para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A ausência de licitação, no caso em questão, deriva da inexistência de outro Diário Oficial no Estado de Santa Catarina. E considerando, que por se tratar de contrato formalizado com o Estado de Santa Catarina para publicações de atos oficiais, e ainda, a obrigatoriedade do artigo 21, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Assim sendo, a dispensa da licitação encontra amparo no artigo 24, inciso XVI da Lei nº 8.666/93, e justifica-se pela obediência a todos os requisitos exigidos pelo dispositivo mencionado.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O preço é determinado pela Secretaria de Estado da Administração/Fundo de Materiais, publicações e impressos oficiais, órgão responsável pelas publicações dos atos oficiais, de acordo com a Tabela de Fundo de Materiais e Atos Oficiais. As publicações serão cobradas individualmente, até o limite dos respectivos contratos.

Ficam estimados os Valores: Secretaria Municipal de Administração e Finanças: 10.000,00 (dez mil reais).

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Balneário Arroio do Silva (SC), 11 de novembro de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ERRATA 01 TERMO DE REFERENCIA TOMADA 001/2019

Publicação Nº 2221731

TERMO DE REFERÊNCIA – 03 ERRATA 01

ONDE SE LÊ:

[...]

2. Da atividade a ser desenvolvida

[...]

Nesse contexto, de acordo com a Resolução do CONSEMA 99/2017, é possível determinar que para a recuperação de áreas contaminadas (área útil geral – AU(3) \geq 0,5 hectare) o porte é classificado como grande(G) e o potencial poluidor/degradador é classificado como médio(M). A resolução ainda dispõe que essa atividade será licenciada por meio da expedição de Autorização Ambiental – AuA, independente do porte que estiver enquadrada.

[...]

3. Objeto

[...]

• Formalização de processo¹ de Recuperação de Áreas Contaminadas(atividade 71.80.01 da Resolução CONSEMA 98/2017 em continuidade ao Formulário de Caracterização do Empreendimento Integrado – FCEI – n. 532184 no SinFAT) com Elaboração² e apresentação de Relatório de Avaliação Preliminar e de Relatório de Investigação Confirmatória (ambos devidamente instruídos com fotos), que atendam ao conteúdo estipulado pela Decisão de Diretoria CETESB 038/2017/C e pela Instrução Normativa n. 74, do IMA, com responsabilidade pela execução das atividades;

[...]

1 As taxas de licenciamento ambiental serão pagas pelo Município.

2 Todos esses documentos devem estar acompanhados de sua respectiva ART.

• Laudos de análises³ físico-químicas das amostras coletadas⁴ em todos os poços de monitoramento e em curso d'água (a montante e a jusante da área do antigo lixão), dos seguintes parâmetros: pH, Óleos e Graxas, Condutividade, Potencial de Oxirredução (ORP), Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), Demanda Química de Oxigênio (DQO), Oxigênio Dissolvido (OD), Nitrato (NO₃-), Ferro (Fe+2), Sulfato (SO₄-2), Acetato, Metano e todos os demais parâmetros da Resolução CONAMA 420/2009. Os laudos devem ser apresentados juntamente com: a) Apresentação da metodologia de purga dos poços e de coleta de amostras; b) Cadeia de Custódia referente às amostras coletadas de água subterrânea; c) Planilha de recebimento das amostras emitida pelo laboratório (check list) contendo informações sobre a amostra como: ausência de bolhas, temperatura, e estado de conservação dos frascos, aprovação da amostra dentre outras características e assinatura do responsável; d) Os laudos devem estar assinados pelo profissional responsável pelas análises, conter a identificação do local investigado, a identificação do ponto de amostragem, a data em que a coleta e análise foram realizadas, e a indicação dos métodos analíticos adotados, dos fatores de diluição e dos limites de quantificação.

[...]

LEIA-SE:

[...]

2. Da atividade a ser desenvolvida

[...]

Nesse contexto, de acordo com a Resolução do CONSEMA 98/2017, é possível determinar que para a recuperação de áreas contaminadas (área útil geral – AU(3) \geq 0,5 hectare) o porte é classificado como grande(G) e o potencial poluidor/degradador é classificado como médio(M). A resolução ainda dispõe que essa atividade será licenciada por meio da expedição de Autorização Ambiental – AuA, independente do porte que estiver enquadrada.

3 As análises devem ser realizadas por laboratórios acreditados para ABNT/NBR ISO/IEC 17.025:2005 pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) ou em laboratórios reconhecidos pelo IMA, para os parâmetros de Interesse. Esse serviço poderá ser realizado mediante subcontratação.

4 As coletas de amostras para análises devem ser realizadas por profissionais habilitados.

[...]

3. Objeto

• Formalização de processo⁵ de Recuperação de Áreas Contaminadas (atividade 71.80.01 da Resolução CONSEMA 98/2017 em continuidade ao Formulário de Caracterização do Empreendimento Integrado – FCEI – n. 532184 no SinFAT) com Elaboração⁶ e apresentação de Relatório de Avaliação Preliminar e de Relatório de Investigação Confirmatória (ambos devidamente instruídos com fotos), que atendam ao conteúdo estipulado pela Decisão de Diretoria CETESB 038/2017/C e pela Instrução Normativa n. 74, do IMA, com responsabilidade pela execução das atividades.

Obs.: A execução das etapas de Avaliação Preliminar e Investigação Confirmatória, com respectivos relatórios técnicos elaborados, deverão conter dados, informações e sua interpretação conforme todos os itens descritos na Instrução Normativa n. 74, do IMA – Instruções Específicas 6.2 e 6.3.

[...]

• Laudos de análises⁷ físico-químicas das amostras coletadas⁸ em todos os poços de monitoramento, dos seguintes parâmetros: pH, Óleos e Graxas, Condutividade, Potencial de Oxirredução (ORP), Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), Demanda Química de Oxigênio (DQO), Oxigênio Dissolvido (OD), Nitrato (NO₃-), Ferro (Fe+2), Sulfato (SO₄-2), Acetato, Metano e todos os demais parâmetros da Resolução CONAMA 420/2009. Os laudos devem ser apresentados juntamente com: a) Apresentação da metodologia de purga dos poços e de coleta de amostras;

b) Cadeia de Custódia referente às amostras coletadas de água subterrânea; c) Planilha de recebimento das amostras emitida pelo laboratório (check list) contendo informações sobre a amostra como: ausência de bolhas, temperatura, e estado de conservação dos frascos, aprovação da amostra dentre outras características e assinatura do responsável; d) Os laudos devem estar assinados pelo profissional responsável pelas análises, conter a identificação do local investigado, a identificação do ponto de amostragem, a data em que a coleta e análise foram realizadas, e a indicação dos métodos analíticos adotados, dos fatores de diluição e dos limites de quantificação.

5 As taxas de licenciamento ambiental serão pagas pelo Município.

6 Todos esses documentos devem estar acompanhados de sua respectiva ART.

7 As análises devem ser realizadas por laboratórios acreditados para ABNT/NBR ISO/IEC 17.025:2005 pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) ou em laboratórios reconhecidos pelo IMA, para os parâmetros de Interesse. Esse serviço poderá ser realizado mediante subcontratação.

8 As coletas de amostras para análises devem ser realizadas por profissionais habilitados.

• Laudos de análises⁹ físico-químicas das amostras coletadas¹⁰ em curso d'água (amontante e a jusante da área do antigo lixão), dos seguintes parâmetros: pH, Óleos e Graxas, Condutividade, Potencial de Oxirredução (ORP), Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), Demanda Química de Oxigênio (DQO), Oxigênio Dissolvido (OD), Nitrato (NO₃-), Ferro (Fe+2), Sulfato (SO₄-2), Acetato e todos os demais parâmetros da Resolução CONAMA 357/2005, conforme Classe de Qualidade do curso hídrico. Os laudos devem ser apresentados juntamente com: a) Apresentação da metodologia de purga dos poços e de coleta de amostras; b) Cadeia de Custódia referente às amostras coletadas de água subterrânea; c) Planilha de recebimento das amostras emitida pelo laboratório (check list) contendo informações sobre a amostra como: ausência de bolhas, temperatura, e estado de conservação dos frascos, aprovação da amostra dentre outras características e assinatura do responsável; d) Os laudos devem estar assinados pelo profissional responsável pelas análises, conter a identificação do local investigado, a identificação do ponto de amostragem, a data em que a coleta e análise foram realizadas, e a indicação dos métodos analíticos adotados, dos fatores de diluição e dos limites de quantificação.

[...]

Balneário Piçarras, 8 de novembro de 2019.

Marcos Zaleski de Matos

Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Balneário Piçarras – FUNDEMA

9 As análises devem ser realizadas por laboratórios acreditados para ABNT/NBR ISO/IEC 17.025:2005 pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) ou em laboratórios reconhecidos pelo IMA, para os parâmetros de Interesse. Esse serviço poderá ser realizado mediante subcontratação.

10 As coletas de amostras para análises devem ser realizadas por profissionais habilitados.

ERRATA II - EDITAL - TOMADA DE PREÇOS 001/2019

Publicação Nº 2221784

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2019 – FUNDEMA
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019 – FUNDEMA

ERRATA II

ONDE SE LÊ

2. DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS AMBIENTAIS, ESTUDOS, RELATÓRIOS, PLANOS, ANÁLISES, LAUDOS, COMPLEMENTAÇÕES E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO DE LICENCIAMENTO

AMBIENTAL, DESDE A FASE DE PROTOCOLO, JUNTO AO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – IMA, OBJETIVANDO: A INVESTIGAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE PASSIVO AMBIENTAL NA ÁREA QUE ABRIGAVA O ANTIGO LIXÃO DE PIÇARRAS, COM FORMALIZAÇÃO DE PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS CONTAMINADAS, ESTANDO ESTIMADA A ÁREA DO REFERIDO LIXÃO EM 1,2 HECTARE, SITUADA A OESTE DA BR-101, LOCALIDADE DE LAGOA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC, conforme especificações e memoriais anexos, conforme especificações descritas no Anexo I deste Edital.

LEIA-SE

2. DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS AMBIENTAIS, ESTUDOS, RELATÓRIOS, PLANOS, ANÁLISES, LAUDOS, COMPLEMENTAÇÕES E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, DESDE A FASE DE PROTOCOLO, JUNTO AO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – IMA, OBJETIVANDO: A INVESTIGAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE PASSIVO AMBIENTAL NA ÁREA QUE ABRIGAVA O ANTIGO LIXÃO DE PIÇARRAS, COM FORMALIZAÇÃO DE PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS CONTAMINADAS, ESTANDO ESTIMADA A ÁREA DO REFERIDO LIXÃO EM 1,2 HECTARE, SITUADA A OESTE DA BR-101, LOCALIDADE DE LAGOA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC, conforme termo de referência.

Balneário Piçarras, 08 de novembro de 2019

Allan Diego Eleuterio
Departamento de Compras

PORTARIA 412/2019

Publicação Nº 2221614

PORTARIA N.º 412/2019

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, CONCEDE LICENÇA PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO EM OUTRO ÓRGÃO, conforme estabelecido na Lei Complementar 079/2004, Capítulo V, Art. 107, inciso X, a servidora, Sra. FABIANE ENGELMANN QUINTINO, brasileira, maior, casada, portadora do CPF nº 018.176.189-03, RG nº 3.710.154-4 SSP/SC, ocupante do cargo efetivo de Contadora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula 3221, lotada na Secretaria de Saúde, sem ônus à Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, a partir de 11 de novembro de 2019.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Balneário Piçarras (SC), 08 de novembro de 2019.
Leonel José Martins
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO Nº 010/2019 - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**

Publicação Nº 2220848

TERMO DE COMPROMISSO Nº 010/2019

Origem: Auto de Infração Ambiental - AIA Nº 036/2019

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, CNPJ: 83.102.335/0001-48, através da FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA, criada pela Lei nº 121/2017, inscrita no CNPJ nº 29.957.183/0001-10, dotada de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com sede na Rua Eulálio da Trindade, nº 76, Centro, Balneário Piçarras – SC, neste ato representada pelo Presidente Sr. Marcos Zaleski de Matos, o GP LITORAL HOTÉIS LTDA. ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 83.388.280/0001-84, sediada na Av. Nereu Ramos, nº 670, Bairro Centro, município de Balneário Piçarras/SC, neste ato representado por Genivaldo Pereira, portador do CPF nº 652.216.309-82, doravante denominado COMPROMISSÁRIO, nos termos do § 6º, do artigo 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 e artigo 87 da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, artigo 79-A da Lei nº 9.605/1998 e os artigos 85 a 92 da Portaria nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC, firmam o presente TERMO DE COMPROMISSO, o qual se regerá pelas cláusulas abaixo descritas:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 225 da Constituição Federal, o qual estabelece que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”;

CONSIDERANDO que se encontra em trâmite nesta Fundação de Meio Ambiente o processo administrativo proveniente do Auto de Infração Ambiental nº 036/2019, referente ao dano ambiental ocasionado pelo compromissário GP LITORAL HOTÉIS LTDA. ME, no imóvel situado na Av. Nereu Ramos, nº 670, Bairro Centro, município de Balneário Piçarras/SC, CEP 88.380-000, no qual as fiscais de meio ambiente constatarem a existência da infração capitulada no artigo 62 do Decreto Federal nº 6.514/2008;

CONSIDERANDO que o não cumprimento da legislação ambiental, além de constituir conduta penal e administrativa, causa enorme prejuízo ao equilíbrio ambiental e ao ecossistema local;

CONSIDERANDO que o Compromissário fora autuado com indicativo de multa no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) e o AIA entregue ao autuado em 07/02/2019;

CONSIDERANDO que em sede de defesa o autuado requer a concessão dos benefícios legais referentes à redução do valor da multa ora aplicada, nos termos dos artigos 85 a 92 da Portaria nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC;

CONSIDERANDO que o autuado manifestou no trâmite do processo administrativo interesse na celebração de Termo de Compromisso visando a regularização ambiental da atividade;

CONSIDERANDO o interesse público de que os processos de definição e aplicação das medidas ambientais compensatórias ocorram de maneira tecnicamente motivada, colegiada e transparente;

CONSIDERANDO que o presente termo de compromisso tem o objetivo a regularização ambiental do objeto do Auto de Infração Ambiental mencionado;

CONSIDERANDO trata-se a FUNDEMA de instituição jurídica de direito público, responsável pelo licenciamento de atividades potencialmente poluidoras de impacto local e pela proteção e conservação do Meio Ambiente;

CONSIDERANDO os artigos 85 a 92 da Portaria nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC, segundo os quais “A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” possibilitando aplicar o desconto de 40% (quarenta por cento) sobre o valor da multa consolidada”;

CONSIDERANDO que conforme disposto no art. 89 da Portaria nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC: “O valor dos custos dos serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente não poderá ser inferior ao valor da multa convertida”.

CONSIDERANDO as funções institucionais da FUNDEMA, dentre as quais se encontra a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, podendo subscrever, para tanto, com os interessados, Termos de Compromisso para ajustamento de conduta.

RESOLVEM

Celebrar o presente Termo de Compromisso mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objeto a regularização ambiental da atividade do compromissário e melhoramento da viabilidade ambiental de seus empreendimentos, através de ações e procedimentos que resultem na reparação dos danos causados, em atinência à legislação ambiental vigente com base nos artigos 85 e 86 da Portaria nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC, nos termos do que dispõe o §

4º do art. 72 da Lei nº 9.605, de 1998, sendo convertida a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES

I- DA FUNDEMA

- a) Acompanhar, orientar e fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Compromisso, procedendo as diligências que forem cabíveis;
- b) Suspender as penalidades aplicadas, tão logo seja homologado o presente Termo de Compromisso;
- c) Não adotar qualquer medida administrativa ou judicial em face do compromissário caso o Termo de Compromisso esteja sendo devidamente cumprido, não se impedindo o pleno exercício do poder de polícia ambiental;
- d) Aplicar o benefício estabelecido no Art. 89, § 3º pela aplicação do desconto de 40% (quarenta por cento) sobre o valor da multa consolidada.

II- DO COMPROMISSÁRIO

O Compromissário assume, neste ato, total responsabilidade pelos serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente constantes neste Termo de Compromisso, incluindo todos os seus custos, para manutenção das atividades de fiscalização ambiental e execução de projetos ambientais de proteção e conservação do meio ambiente, desenvolvidos pela FUNDEMA de Balneário Piçarras.

PROJETO AMBIENTAL 1

Projeto Ambiental Recicla Aí - Coleta Seletiva do Município de Balneário Piçarras/SC:

a) 900 copos personalizados com volume de 300mL para divulgação do programa de Coleta Seletiva do município. Conforme orçamentos realizados pela FUNDEMA, o preço estimado por unidade é de R\$ 2,55 (dois reais e cinquenta e cinco centavos), assim o orçamento para execução deste projeto é de R\$ 2.295,00 (dois mil duzentos e noventa e cinco reais).

b) 500 adesivos, nas dimensões de 10 x 15cm, para conscientização dos usuários do programa de Coleta Seletiva do município. Conforme orçamentos realizados pela FUNDEMA, o preço estimado por unidade é de R\$ 0,60 (sessenta centavos), assim o orçamento para execução deste projeto é de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

O orçamento para esse projeto é de R\$ 2.895,00 (dois mil oitocentos e noventa e cinco reais). Valores discrepantes do preço estimado (>15%) devem ser justificados por meio da apresentação de três orçamentos.

PROJETO AMBIENTAL 2

Projeto Ambiental para Arborização Urbana e Revitalização da Avenida Beira Rio:

- a) Aquisição de 10 (dez) galões tinta para piso 20L nas cores branca e preta.
- b) Conforme orçamentos realizados pela FUNDEMA, o preço estimado é de R\$ 250,50 (duzentos e cinquenta reais e cinquenta centavos) por unidade, assim o total para execução deste projeto é de R\$ 2.505,00 (dois mil quinhentos e cinco reais). Valores discrepantes do preço estimado (> 15%) devem ser justificados por meio da apresentação de três orçamentos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

- a) No caso de rescisão, ou na hipótese do não cumprimento, parcial ou total, deste Termo de Compromisso, salvo em condições alheias à vontade do Compromissário, o mesmo estará sujeito às penalidades previstas em Lei, implicando na suspensão imediata do presente;
- b) O Compromissário expressamente renuncia à ação judicial de qualquer espécie, em face das cláusulas estabelecidas no presente, bem como, em relação às penas decorrentes da inadimplência. Os efeitos da renúncia continuam vigorando mesmo no caso de rescisão do presente Termo de Compromisso;
- c) A FUNDEMA poderá suspender os efeitos do presente Termo de Compromisso em caso fortuito, força maior ou por determinação judicial;
- d) A celebração do presente Termo de Compromisso não impede a aplicação de quaisquer sanções administrativas, civis, penais e judiciais frente a futuro descumprimento pelo Compromissário das normas ambientais vigentes;
- e) No caso de rescisão, ou na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de cessar, corrigir a degradação ambiental e/ ou regularizar a atividade, por decisão da autoridade ambiental ou culpa do infrator, o valor da multa atualizada monetariamente deverá ser pago integralmente pelo compromissário.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

- a) O prazo para execução do Termo de Compromisso é de 60 (sessenta) dias para o Projeto Ambiental 1 e 30 (trinta) dias para o projeto

Ambiental 2, contados da data da assinatura, podendo ser ampliado ou reduzido se devidamente justificado.

b) O arquivamento do processo administrativo – Auto de Infração Ambiental nº 0036/2019, que deu origem a este Termo de Compromisso, está condicionado à conclusão dos serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente referente ao valor de 60% do valor indicativo da multa constante no auto de infração.

CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE E PUBLICAÇÃO

a) O presente Termo de Compromisso entra em vigor na data da sua assinatura e terá validade de 24 meses (vinte e quatro meses), salvo convenção entre partes.

b) Sob pena de ineficácia, o presente instrumento deverá ser publicado no Diário Oficial do Município, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a homologação.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Eventuais litígios oriundos dos termos do presente instrumento serão dirimidos no Foro da Comarca de Balneário Piçarras, renunciando as partes a qualquer outro.

A FUNDEMA não arcará em qualquer ônus financeiro decorrente da assinatura do presente Termo de Compromisso, nem poderá ser responsabilizada na hipótese de inadimplência pelo Compromissário.

O firmamento do presente não obsta a possibilidade de firmar possíveis Termos de Compromissos futuros, decorrentes de Autos de Infração Ambiental diversos dos presentes.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produzam, entre si, os legítimos efeitos de direito.

Balneário Piçarras, 01 de novembro de 2019

Marcos Zaleski de Matos

Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras - FUNDEMA

Genivaldo Pereira, portador do CPF 652.216.309-82

GP LITORAL HOTÉIS LTDA. - CNPJ 12.441.145/0001-07

Compromissário

Testemunha 01 Testemunha 02:

Nome: Nome:

RG: RG:

MODELO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

Extrato do Termo de Compromisso nº 010/2019 – Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras – FUNDEMA e GP LITORAL HOTÉIS LTDA. ME, inscrito no CNPJ nº 83.388.280/0001-84, informam que celebraram Termo de Compromisso, em 01/11/2019, tendo por objeto a regularização ambiental da atividade do compromissário e melhoramento da viabilidade ambiental de seus empreendimentos, através de ações e procedimentos que resultem na reparação dos danos causados, em atinência à legislação ambiental vigente com base nos art. 85 e 86 da Portaria nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC, nos termos do que dispõe o § 4º do art. 72 da Lei nº 9.605, de 1998, sendo convertida a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. Vigência: o presente Termo de Compromisso entra em vigor da data da sua assinatura e terá validade de 24 meses (vinte e quatro) meses, salvo convenção entre as partes.

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO Nº 011/2019 - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 2220853

TERMO DE COMPROMISSO Nº 011/2019

Origem: Auto de Infração Ambiental - AIA Nº 034/2019

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, CNPJ: 83.102.335/0001-48, através da FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA, criada pela Lei nº 121/2017, inscrita no CNPJ nº 29.957.183/0001-10, dotada de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com sede na Rua Eulálio da Trindade, nº 76, Centro, Balneário Piçarras – SC, neste ato representada pelo Presidente Sr. Marcos Zaleski de Matos, a Dunquer e cia. LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 052.654.30000-159, sediada na Rua Itaiópolis, nº 547, América, município de Joinville/SC, neste ato representada por Orlando Dunquer Júnior, CPF 920.790.089-00, doravante denominado COMPROMISSÁRIA, nos termos do § 6º, do artigo 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 e artigo 87 da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, artigo 79-A da Lei nº 9.605/1998 e os artigos 80 a 84 da Portaria nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC, firmam o presente TERMO DE COMPROMISSO, o qual se regerá pelas cláusulas abaixo descritas:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 225 da Constituição Federal, o qual estabelece que: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever

de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”;

CONSIDERANDO que se encontra em trâmite nesta Fundação de Meio Ambiente o processo administrativo proveniente do Auto de Infração Ambiental nº 034/2019, referente ao dano ambiental ocasionado pela compromissária Dunquer e Cia. LTDA ME, no terreno situado na Rua Vereador Antônio Pereira, S/N, Inscrição Imobiliária 01.09.009.2251, Bairro Santo Antônio, município de Balneário Piçarras/SC, CEP 88.380-000, no qual as fiscais de meio ambiente constataram a existência da infração capitulada no artigo 62 do Decreto Federal nº 6.514/2008;

CONSIDERANDO que o não cumprimento da legislação ambiental, além de constituir conduta penal e administrativa, causa enorme prejuízo ao equilíbrio ambiental e ao ecossistema local;

CONSIDERANDO que a Compromissária fora autuada com indicativo de multa no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) e entregue a autuada em 07/02/2019;

CONSIDERANDO que em sede de defesa a autuada requer a concessão dos benefícios legais referentes à redução do valor da multa ora aplicada, nos termos dos artigos 80 a 84 da Portaria nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC;

CONSIDERANDO que a autuada manifestou no trâmite do processo administrativo interesse na celebração de Termo de Compromisso visando a regularização ambiental da atividade;

CONSIDERANDO o interesse público de que os processos de definição e aplicação das medidas ambientais compensatórias ocorram de maneira tecnicamente motivada, colegiada e transparente;

CONSIDERANDO que o presente Termo de Compromisso tem como objetivo a regularização ambiental do objeto do Auto de Infração Ambiental mencionado;

CONSIDERANDO trata-se a FUNDEMA de instituição jurídica de direito público, responsável pelo licenciamento de atividades potencialmente poluidoras de impacto local e pela proteção e conservação do Meio Ambiente;

CONSIDERANDO o artigo 80 da Portaria nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC, segundo o qual “A multa estabelecida na decisão poderá ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso, obrigar-se à adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental”;

CONSIDERANDO que conforme disposto no art. 80 da Portaria nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC “§ 5º Cumpridas integralmente as obrigações assumidas pelo infrator, a multa será reduzida em 90% (noventa por cento) do valor de multa imposta”;

CONSIDERANDO as funções institucionais da FUNDEMA, dentre as quais se encontra a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, podendo subscrever, para tanto, com os interessados, Termos de Compromisso para ajustamento de conduta.

RESOLVEM

Celebrar o presente Termo de Compromisso mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objeto a regularização ambiental da atividade do compromissária e melhoramento da viabilidade ambiental de seus empreendimentos, através de ações e procedimentos que resultem na reparação dos danos causados, em atinência à legislação ambiental vigente com base nos artigos 80 e 84 da Portaria nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC, sendo o valor da multa simples reduzido em 90% (noventa por cento) após cumpridas integralmente as obrigações assumidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES

I- DA FUNDEMA

- a) Acompanhar, orientar e fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Compromisso, procedendo as diligências que forem cabíveis;
- b) Suspender as penalidades aplicadas, tão logo seja homologado o presente Termo de Compromisso;
- c) Não adotar qualquer medida administrativa ou judicial em face da compromissária caso o Termo de Compromisso esteja sendo devidamente cumprido, não se impedindo o pleno exercício do poder de polícia ambiental;
- d) Aplicar o benefício estabelecido no Art. 80, § 5º, da Portaria nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC, pela redução de 90% (noventa por cento) sobre o valor da multa consolidada.

II- DA COMPROMISSÁRIA

RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA

A recuperação da área foi realizada pela autuada, que cumpriu as medidas para cessar ou atenuar os efeitos advindos da infração, indicadas

no Auto de Infração Ambiental nº 034/2019. A autuada retirou o resíduo depositado irregularmente no local e encaminhou para empresa certificada responsável pela destinação correta, conforme documentos entregues à FUNDEMA.

DO PAGAMENTO

A Dunquer e cia. LTDA ME se compromete a realizar o pagamento de boleto bancário no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), referente ao Auto de Infração Ambiental nº 034/2019, correspondente ao recolhimento de 10% do valor total da penalidade de multa aplicada. O boleto será entregue no ato da assinatura deste termo e a compromissária deverá efetuar o pagamento dentro do prazo de 20 (vinte) dias, conforme especificado no artigo 84 da Portaria 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC-2013.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

a) No caso de rescisão, ou na hipótese do não cumprimento, parcial ou total, deste Termo de Compromisso, salvo em condições alheias à vontade da Compromissária, essa estará sujeita às penalidades previstas em Lei, implicando na suspensão imediata do presente;

b) A Compromissária expressamente renuncia à ação judicial de qualquer espécie, em face das cláusulas estabelecidas no presente, bem como, em relação às penas decorrentes da inadimplência. Os efeitos da renúncia continuam vigorando mesmo no caso de rescisão do presente Termo de Compromisso;

c) A FUNDEMA poderá suspender os efeitos do presente Termo de Compromisso em caso fortuito, força maior ou por determinação judicial;

d) A celebração do presente Termo de Compromisso não impede a aplicação de quaisquer sanções administrativas, civis, penais e judiciais frente a futuro descumprimento pela Compromissária das normas ambientais vigentes;

e) No caso de rescisão, ou na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de cessar, corrigir a degradação ambiental e/ ou regularizar a atividade, por decisão da autoridade ambiental ou culpa do infrator, o valor da multa atualizada monetariamente deverá ser pago integralmente pela compromissária.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

a) O prazo para execução do Termo de Compromisso é de 30 (trinta) dias, contados da data da assinatura, podendo ser ampliado ou reduzido se devidamente justificado.

b) O arquivamento do processo administrativo - Auto de Infração Ambiental nº034/2019- que deu origem a este Termo de Compromisso está condicionado ao pagamento de 10% do valor indicativo da multa constante no auto de infração.

CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE E PUBLICAÇÃO

a) O presente Termo de Compromisso entra em vigor na data da sua assinatura e terá validade de 90 (noventa) dias, salvo convenção entre partes.

b) Sob pena de ineficácia, o presente instrumento deverá ser publicado no Diário Oficial do Município, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a homologação.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Eventuais litígios oriundos dos termos do presente instrumento serão dirimidos no Foro da Comarca de Balneário Piçarras, renunciando as partes a qualquer outro.

A FUNDEMA não arcará em qualquer ônus financeiro decorrente da assinatura do presente Termo de Compromisso, nem poderá ser responsabilizada na hipótese de inadimplência pela Compromissária.

O firmamento do presente não obsta a possibilidade de firmar possíveis Termos de Compromissos futuros, decorrentes de Autos de Infração Ambiental diversos do presente.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produzam, entre si, os legítimos efeitos de direito.

Balneário Piçarras, 29 de outubro de 2019

Marcos Zaleski de Matos

Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras - FUNDEMA

Orlando Dunquer Júnior – CPF 920.790.089-00

Dunquer e cia. LTDA ME - CNPJ nº 052.654.30000-159

Compromissária

Testemunha 01 Testemunha 02:

Nome: Nome:

RG: RG:

MODELO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

Extrato do Termo de Compromisso nº 010/2019 – Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras – FUNDEMA e Dunquer e cia. LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 052.654.30000-159, informam que celebraram Termo de Compromisso, em 29/10/2019, tendo por objeto a regularização ambiental da atividade do compromissária e melhoramento da viabilidade ambiental de seus empreendimentos, através de ações e procedimentos que resultem na reparação dos danos causados, em atinência à legislação ambiental vigente com base nos art. 80 a 84 da Portaria nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC, sendo o valor da multa simples reduzido em 90% (noventa por cento) após cumpridas integralmente as obrigações assumidas. Vigência: o presente Termo de Compromisso entra em vigor da data da sua assinatura e terá validade de 90 (noventa) dias, salvo convenção entre as partes.

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO Nº 110/2019

Publicação Nº 2221604

DECRETO/GP/Nº. 110, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO PARA VAGAS NA CRECHE DO CEI PEIXINHO DOURADO BAIRRO CENTRO DESTA MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do Artigo 84 da Lei Orgânica do Município, e:

CONSIDERANDO: O disposto no Plano Municipal de Educação, Meta 1 – Estratégia 1.4, a qual estabelece que o município deve priorizar, para crianças de 0 a 3 anos beneficiárias dos programas de transferência de renda e mediante análise do perfil socioeconômico a oferta de vagas nas creches municipais;

CONSIDERANDO: Que a oferta de vagas na Educação Infantil até 3 anos de idade, está sendo implantada de forma gradativa, com novas construções e ampliação dos espaços educativos existentes no município, porém ainda não atende toda a demanda;

CONSIDERANDO: A publicação do Edital de Matrícula nº 02/2019 para vagas em creche no CEI Peixinho Dourado, estabelece diretrizes para processo de inscrições e matrícula, e que as vagas disponíveis, serão de acordo com a capacidade de atendimento da Unidade de Ensino,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Instituída e Nomeada a Comissão para acompanhamento e avaliação das inscrições para vaga na Creche do CEI Peixinho Dourado localizada no Bairro Centro deste Município, constituída pelos seguintes membros:

I – Viviane Crispim da Rosa - Diretora do CEI Peixinho Dourado ;

II –Regiani Reck de Lima - Conselho Fiscal da APP do CEI Peixinho Dourado I;

III – Maria Helena Vieira - Professora Efetiva do CEI Peixinho Dourado;

IV- Maira dos Santos Costa - Assistente Social da Secretaria de Educação e Assistência Social;

V- Mônica Joaquim Fernandes - Membro do Conselho Municipal de Educação.

Art. 2º - Compete à comissão de matrícula:

I – Zelar pela transparência do processo;

II – Garantir o sigilo das informações pessoais da criança;

III – Analisar os documentos entregues pelos responsáveis legais;

IV – Deferir/indeferir as matrículas das crianças conforme os critérios estabelecidos neste Edital;

V – Solicitar aos responsáveis legais, esclarecimentos ou documentos que complementem a análise do processo;

VI – Receber denúncias sobre irregularidades a respeito das vagas e investigar a veracidade dos fatos, possuindo autoridade de indeferir as mesmas;

VII – Registrar em livro ata todo o processo de análise da documentação, assim como, registrar as crianças selecionadas para a matrícula integral e as que serão registradas na lista de espera.

Art. 3º - A Comissão será presidida pelo representante indicado no inciso I do art. 1º deste Decreto.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão – SC, 08 de novembro de 2019.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 08 de novembro de 2019.

RAMIRES LINO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 111/2019

Publicação Nº 2221607

DECRETO/GP/Nº. 111, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO PARA VAGAS NA CRECHE DO CEI SONHO INFANTIL BAIRRO PEDREIRAS DESTE MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do Artigo 84 da Lei Orgânica do Município, e:

CONSIDERANDO: O disposto no Plano Municipal de Educação, Meta 1 – Estratégia 1.4, a qual estabelece que o município deve priorizar, para crianças de 0 a 3 anos beneficiárias dos programas de transferência de renda e mediante análise do perfil socioeconômico a oferta de vagas nas creches municipais;

CONSIDERANDO: Que a oferta de vagas na Educação Infantil até 3 anos de idade, está sendo implantada de forma gradativa, com novas construções e ampliação dos espaços educativos existentes no município, porém ainda não atende toda a demanda;

CONSIDERANDO: A publicação do Edital de Matrícula nº 02/2019 para vagas em creche no CEI Sonho Infantil, estabelece diretrizes para processo de inscrições e matrícula, e que as vagas disponíveis, serão de acordo com a capacidade de atendimento da Unidade de Ensino,

DECRETA

Art. 1º - Fica Instituída e Nomeada a Comissão para acompanhamento e avaliação das inscrições para vaga na Creche do CEI Sonho Infantil localizada no Bairro Pedreiras deste Município, constituída pelos seguintes membros:

I – Fernanda Sales - Diretora do CEI Sonho Infantil;

II – Francielle da Silva Padilha Teixeira - Presidente da APP do CEI Sonho Infantil;

III – Margarete Garcia Silvestre - Professora Efetiva do CEI Sonho Infantil;

IV- Simone Serafim Abreu Gonçalves - Assistente Social da Secretaria de Educação e Assistência Social;

V- Marcia da Silva - Membro do Conselho Municipal de Educação.

Art. 2º - Compete à comissão de matrícula:

I – Zelar pela transparência do processo;

II – Garantir o sigilo das informações pessoais da criança;

III – Analisar os documentos entregues pelos responsáveis legais;

IV – Deferir/indeferir as matrículas das crianças conforme os critérios estabelecidos neste Edital;

V – Solicitar aos responsáveis legais, esclarecimentos ou documentos que complementem a análise do processo;

VI – Receber denúncias sobre irregularidades a respeito das vagas e investigar a veracidade dos fatos, possuindo autoridade de indeferir as mesmas;

VII – Registrar em livro ata todo o processo de análise da documentação, assim como, registrar as crianças selecionadas para a matrícula integral e as que serão registradas na lista de espera.

Art. 3º - A Comissão será presidida pelo representante indicado no inciso I do art. 1º deste Decreto.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão – SC, 08 de novembro de 2019.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 08 de novembro de 2019.

RAMIRES LINO

Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 32/2019

Publicação Nº 2221307

LEI COMPLEMENTAR Nº: 32, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Altera o caput do art. 142 do Código Tributário Municipal e dá outras providências.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Balneário Rincão, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º.O art. 142 do Código Tributário Municipal passa a ter a seguinte redação:

"Art. 142. O montante arrecadado da COSIP será destinado ao Fundo Especial de Iluminação Pública, ora instituído, vinculado ao custeio do serviço, consumo, instalação, manutenção, melhoramento, expansão da rede de iluminação pública e ainda iluminação especial de datas comemorativas."

Art.2. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Balneário Rincão, 07 de novembro de 2019.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 07 de novembro de 2019.

RAMIRES LINO

Secretário de Administração e Finanças

Bandeirante

PREFEITURA

DECRETO Nº 043/2019

Publicação Nº 2221769

DECRETO Nº 043, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

Altera o Decreto nº 042, de 22 de outubro de 2019, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 1.326, de 27 de setembro de 2019 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 042, de 22 de outubro de 2019 que nomeia os membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, de acordo com os prescritos neste ato.

Art. 2º Fica alterada a ementa do Decreto nº 042/2019, passando a vigor integralmente com a seguinte redação:

“Institui o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina e nomeia seus membros, e contém outras providências.”

Art. 3º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 042/2019, passando a vigor integralmente com a seguinte redação:

“Art. 1º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA será composto por 06 (seis) membros, com seus respectivos suplentes, nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, indicados pelas entidades a seguir:

I – Representantes Governamentais:

- a) dois representantes da Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
- b) um representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

II – Representantes não Governamentais:

- a) um representante do Amigos do Arroio Bandeirante
- b) um representante da APP da Escola Municipal Bandeirante
- c) um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais”

Art. 4º Fica alterado o art. 2º do Decreto nº 042/2019, passando a vigor integralmente com a seguinte redação:

“Art. 2º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, com a função de assessorar, estudar e propor ao Poder Executivo as diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, a seguir:

I – Representantes do Governamentais:

- a) dois representantes da Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

Titular: Paula Andrea Stringhini

Suplente: Edison Scaravonatto

Titular: Marcos Roberto Grizzon

Suplente: Alexandro Rodrigo Trampusch

- b) um representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Titular: Graciele Lucia Bagnara

Suplente: Eder Luiz Marcon

II – Representantes não Governamentais:

- a) um representante do Amigos do Arroio Bandeirante

Titular: Walney Biasi

Suplente: Francisca Freiburger

- b) um representante da APP da Escola Municipal Bandeirante

Titular: Gilberto Carlos Basso

Suplente: Eliete Bagnara

- c) um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Lírio Lino Wathier

Suplente: Julma Grizzon”

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,
em 22 de outubro de 2019.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 044/2019

Publicação Nº 2221771

DECRETO Nº 044, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a homologação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente-COMDEMA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 1.326, de 27 de setembro de 2019 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, conforme consta em Ata datada de 22 de outubro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, de conformidade com o Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,
em 08 de novembro de 2019.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

COMDEMA

REGIMENTO INTERNO

Índice

Capítulo I Do Objetivo

Capítulo II Da Competência

Capítulo III Da Composição

Capítulo IV Da Organização

Capítulo V Das Assembléias

Capítulo VI Da Presidência

Capítulo VII Da Secretaria

Capítulo VIII Das Reuniões

Capítulo IX Dos Atos

Capítulo X Disposições Finais

CAPÍTULO I DO OBJETIVO

Art. 1º Este regimento estabelece normas de organização e funcionamento do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, órgão consultivo e deliberativo, criado pela Lei nº 1326 de 27 de setembro de 2019, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Prefeito Municipal de Bandeirante, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 2º Compete ao COMDEMA:

I - Estudar, propor e atualizar a Política Ambiental do Município;

II - Exigir o pleno cumprimento da Política Ambiental, denunciando qualquer desrespeito à lei;

III – Fiscalizar as ações do órgão ambiental municipal e a utilização do Fundo Municipal de Meio Ambiente;

IV - Deliberar, apresentando sugestões sobre:

a) as diretrizes de desenvolvimento do Município;

b) as alterações nas leis de uso do solo no Município;

c) as definições relativas à coleta e ao tratamento de resíduos de qualquer natureza;

d) a instalação ou expansão de empreendimentos de qualquer natureza, potencialmente causadores de impacto ambiental, em qualquer magnitude;

e) as definições relativas ao uso e proteção dos recursos hídricos; e,

f) imunização do corte de árvores ou área de relevante interesse ecológico e paisagístico.

V - Propor campanhas educativas para formar consciência pública da necessidade de proteger, conservar e melhorar o meio ambiente;

VI - Propor e acompanhar a implantação de novas unidades de conservação e assessorar a efetiva implantação das existentes;

VII - Manter intercâmbio com órgãos da Administração Federal, Estadual, Municipal e com entidades não governamentais para receber e fornecer subsídios técnicos, úteis na defesa e recuperação do meio ambiente;

VIII - Decidir, como última instância administrativa em grau de recurso, sobre multas e outras penalidades impostas pelo órgão executor da política municipal do meio ambiente;

IX - Responder consultas sobre matéria de sua competência, orientando os interessados e a população sobre as normas de proteção ambiental;

X - Acompanhar, examinar e opinar sobre a implementação de normas, políticas e legislação do meio ambiente, no Município;

XI - Elaborar ou alterar seu Regimento Interno; e,

XII – Deliberar sobre a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos envolvidos as informações necessárias, nos termos do Decreto n. 2.663, de 09 de fevereiro de 2012.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O COMDEMA será composto por 06 (seis) membros, nomeados por ato do Prefeito Municipal, indicados pelas entidades a seguir:

I – Representantes Governamentais:

a) Poder Público

b) Poder Público

c) Poder Público

II – Representantes Não Governamentais:

a) Amigos do Arroio Bandeirante

b) APP da Escola Municipal Bandeirante

c) Sindicato dos Trabalhadores Rurais

§ 1º Para cada membro titular será indicado um suplente.

§ 2º A composição dos membros do COMDEMA é instituída, observando-se os critérios de paridade fixados na legislação pertinente, bem como pela Lei 1.326, de 27 de setembro de 2019.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º O mandato dos membros do COMDEMA será de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 5º O COMDEMA ficará diretamente vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 6º O suporte administrativo e técnico, em caráter permanente ou eventual, indispensável ao funcionamento do COMDEMA será prestado diretamente pela Prefeitura Municipal, tanto em relação às instalações e material de consumo, como aos recursos humanos e financeiros.

Art. 7º O COMDEMA terá a seguinte estrutura:

- I - Assembleia;
- II - Presidência; e,
- III - Secretaria.

CAPÍTULO V DAS ASSEMBLÉIAS

Art. 8º A Assembléia se constitui no órgão superior deliberativo e normativo do COMDEMA, encarregado de compatibilizar os planos, programas, projetos e atividades de proteção ambiental com as normas pertinentes.

Art. 9º A Assembléia é composta pelos membros titulares do COMDEMA, e seus respectivos suplentes, havendo ausência do titular, com direito a voto nos atos e deliberações do Conselho.

Art. 10. A Assembléia Geral Ordinária ocorrerá uma vez por mês, conforme calendário aprovado na primeira reunião do ano;

Art. 11. A Assembléia Geral Extraordinária poderá ocorrer quantas vezes se fizer necessário, por convocação do presidente ou de 1/3 dos membros;

Art. 12. As Assembléias são abertas a participação do público em geral, com direito de manifesto e sem direito a voto.

Art. 13. As decisões do Conselho poderão ser formalizadas através de resoluções aprovadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, em razão de empate.

Art. 14. As decisões e atos do COMDEMA, aprovados em Assembléia, sob a forma de Resoluções, tem efeito normativo e executivo nas ações da Administração Pública, após baixados sob a forma de Decretos pelo Executivo Municipal.

Art. 15. Compete à Assembléia:

- I - Eleger o Presidente, o Vice-Presidente, o Secretário Geral e o Vice-Secretário do COMDEMA;
- II - Destituir ou requisitar a substituição de membros às entidades;
- III - Apreciar e deliberar sobre temas da competência do COMDEMA;
- IV - Deliberar sobre normas e atos relativos ao Regimento Interno ou ao funcionamento do COMDEMA a qualquer título; e,
- V - Aprovar resoluções e propostas, encaminhando ao Executivo Municipal.

CAPÍTULO VI DA PRESIDÊNCIA

Art. 16. A Presidência é composta de um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos em votação secreta entre os membros do COMDEMA, com mais da metade dos votos válidos, para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

Parágrafo Único. Na ausência ou impedimento do Presidente, a presidência será exercida pelo seu Vice-Presidente e na falta de ambos, pelo Secretário.

Art. 17. Compete à Presidência do COMDEMA:

- I - Representar o Conselho em juízo ou fora dele;
- II - Estabelecer a pauta, convocar e presidir as reuniões e assembléias;
- III - Assinar as Resoluções, correspondências e outros documentos;
- IV - Fazer cumprir as decisões da assembléia e o regimento interno;
- V - Constituir comissões e propor a designação de relatores para matérias;
- VI - Tomar decisões de urgência, submetendo a Assembléia seguinte;
- VII - Propor o calendário anual das Assembléias Ordinárias;
- VIII - Adotar as providências necessárias ao andamento dos processos;

IX - Encaminhar votação das matérias submetidas a apreciação; e,

X - Exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pela Assembléia.

CAPITULO VII DA SECRETARIA

Art. 18. A Secretaria é composta de um Secretário e um Vice-Secretário, eleitos entre os membros do COMDEMA, da mesma forma e na mesma Assembléia de eleição da Presidência.

Art. 19. A Secretaria é órgão auxiliar da Assembléia, das Comissões e da Presidência, desempenhando atividades de gabinete e de assessoramento administrativo.

Art. 20. Quando necessário, a Secretaria com a anuência prévia da Presidência, poderá requisitar junto ao Gabinete do Prefeito Municipal, apoio técnico, operacional e administrativo dos órgãos da Administração Direta e Indireta, bem como requisitar servidores, para a execução de atividades relacionadas ao COMDEMA.

Art. 21. Os documentos enviados ao Conselho serão recebidos, registrados e protocolados junto ao protocolo geral da Prefeitura Municipal, que os encaminhará ao órgão municipal do Meio Ambiente, e complementados com todas as informações disponíveis relacionadas ao assunto neles abordado, sendo em seguida encaminhados ao Presidente do Conselho, como elementos de pauta da próxima Assembléia, para análise e deliberação imediata ou eventual distribuição a um relator.

Art. 22. Compete a Secretaria do COMDEMA:

I - Secretariar as reuniões e assembléias;

II - Organizar e Arquivar documentos e correspondências;

III - Manter sob sua guarda os livros de atas, de presenças e de protocolo;

VI - Substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;

V - Relatar as matérias encaminhadas ao COMDEMA;

VI - Executar os trabalhos que lhe forem atribuídos pela Presidência;

VII – Preparar e remeter a convocação e a pauta das reuniões do COMDEMA, 7 (sete) dias antes de cada Assembléia;

VIII - Elaborar as atas das reuniões e a redação final de todas as Resoluções, e documentos que forem expedidos pelo Conselho;

IX - Assinar em conjunto com a Presidência, toda a documentação do COMDEMA; e,

X - Disponibilizar aos Conselheiros, cópias da documentação referente a assuntos da pauta, que exijam tomadas de decisões, se solicitado, vedada a divulgação do conteúdo do material.

CAPÍTULO VIII DAS REUNIÕES

Art. 23. As reuniões da Assembléia obedecerão a seguinte ordem:

I - Abertura dos trabalhos pelo Presidente do Conselho;

II - Apresentação da pauta em curso, pela secretária;

III - Deliberação individual dos assuntos da pauta;

IV - Designação de relatores;

V - Agenda livre, para serem debatidos ou levados ao conhecimento do Plenário, assuntos de interesse geral;

VI - Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião, facultados os pedidos de retificação; E,

VII - Encerramento da reunião pelo Presidente.

Art. 24. A presença de metade mais um dos Conselheiros formalizará a maioria simples e estabelecerá “quorum” para a realização das reuniões e deliberações.

Art. 25. Os relatórios a serem apresentados à Assembléia, deverão ser elaborados por escrito pelo Relator e entregues à Secretaria, com 10 (dez) dias de antecedência à data da reunião, para fins de processamento e inclusão na pauta.

Art. 26. A inclusão de assuntos na pauta de reuniões, não previstos na súmula encaminhada com antecedência aos conselheiros, somente será possível por aprovação da Assembléia, na reunião em curso, a pedido do Presidente.

Art. 27. Qualquer Conselheiro poderá apresentar assuntos em reuniões ordinárias, devendo para tanto propor ao Presidente sua inclusão na súmula da pauta de reuniões, com a antecedência necessária, objetivando cientificar os demais Conselheiros.

Art. 28. As decisões do Conselho serão tomadas por maioria dos membros presentes, excluído o voto do Presidente, a não ser quando houver necessidade de uso do voto de qualidade, em razão de empate.

Parágrafo único. Se o assunto em votação estiver relacionado diretamente a qualquer dos Conselheiros, o mesmo deverá se retirar no momento da discussão e votação.

Art. 29. Das reuniões da Assembléia serão lavradas atas, das quais constarão:

I - Local, data e hora da reunião;

II - O nome dos Conselheiros presentes;

III - A justificativa dos Conselheiros ausentes;

IV - Sumário do expediente, relação de matérias lidas, registro das proposições apresentadas e das comunicações recebidas e ou emitidas;

V - Resumo das matérias incluídas na pauta, com a indicação dos Conselheiros que participaram dos debates, designações e encaminhamentos de relatores;

VI - Declaração de voto, se requerido;

VII - Deliberações e atos do Conselho.

Parágrafo Único. A ata será lavrada ainda que não haja reunião por falta de "quorum", nela constando, neste caso, o exposto nos incisos I, II e III acima.

CAPÍTULO IX DOS ATOS

Art. 30. São atos do COMDEMA:

I - Resoluções;

II - Normas e Padrões de proteção do Meio Ambiente; e,

III - Propostas.

Art. 31. Resolução é a manifestação do Conselho sobre a matéria que lhe seja submetida.

Art. 32. Normas e padrões de proteção e melhoria do meio ambiente são atos do Conselho de caráter geral;

Art. 33. Propostas são encaminhamentos de medidas que visam cumprir as atribuições do Conselho e cuja adoção esteja além das suas competências.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. O comparecimento dos Conselheiros às assembleias ordinárias e extraordinárias é obrigatório e ocorrerá a perda do mandato sempre que se verifique a ausência, sem justificativa, da representação por mais de 3 (três) sessões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas no período de 01 (um) ano.

Art. 35. Em caso de omissão do órgão representado, em suprir a falta de seus representantes, após a devida comunicação, poderá ser proposto em Assembléia a alteração da composição do COMDEMA, conforme disposto pela Lei nº 1.326, de 27 de setembro de 2019.

Art. 36. Nas atividades do COMDEMA fica expressamente proibida qualquer manifestação político partidária.

Art. 37. O exercício das funções de membro do Conselho é gratuito e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município.

Art. 38. Em caso de votação, o Presidente do Conselho ouvirá os demais Conselheiros acerca do interesse e conveniência na ocorrência de voto aberto ou fechado.

Art. 39. O presente regimento poderá ser alterado por proposição do Conselho, com aprovação por maioria absoluta dos seus membros.

Art. 40. O presente Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Bandeirante, SC, em 22 de outubro de 2019.

Conselheiros:

Barra Bonita**PREFEITURA****DECRETO Nº1160/2019**

Publicação Nº 2221725

DECRETO Nº 1.160/2018.

Procede a abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$. 46.000,00 (Quarenta e Seis Mil Reais) e contém outras providências.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Nº. 835/2018, de 21 de dezembro de 2018:

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$. 46.000,00 (Quarenta e Seis Mil Reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações abaixo especificadas:

ÓRGÃO: 12.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNID/ORÇ: 12.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV: 010.301.0009.2302 – Manut.das Ativid. de Assist. Médica e Sanitária
CAT.ECON.: 4490000000000 – Aplicações Diversas - Investimentos
FONTE/REC: 01880088 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde.R\$. 46.000,00
Total R\$. 46.000,00

Art. 2º - Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o provável excesso de arrecadação nas receitas abaixo especificadas:

RECEITA: 20000000000000 – Receita de Capital
22000000000000 – Alienação de Bens
22100000000000 – Alienação de Bens Móveis
22130000000000 - Alienação de Bens Móveis Semoventes
22130011000000 – Alienação de Bens Móveis Semoventes – Principal
22130011030000 – Alien.de Bens Móveis Rec.Imp.Transf. Impostos para Saúde
FONTE/REC: 01880088 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde.R\$. 46.000,00
Total R\$. 46.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, SC em 08 de novembro de 2019.
MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 436, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220871

PORTARIA N.º 436, de 07 de novembro de 2019

“Admite servidor e dá outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 20/2004 e alterações, de 05 de março de 2004, e Processo Seletivo edital nº001/2019

Resolve;

Art. 1º - Admitir em caráter temporário, a senhora, Jaqueline Fabb, CPF nº012.431.089-32, para ocupar o Cargo de Orientador Social, Anexo Único, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com jornada de trabalho de 30 horas semanal, pelo período de 07 de novembro de 2019 até 11 de agosto de 2020, sob regime estatutário e Regime Geral da Previdência Social,e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 07 de novembro de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e, Publicada na forma da Lei.

PORTARIA Nº 437, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220916

PORTARIA Nº 437, de 08 de novembro de 2019.

“Concede diária, adiantamento e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 2,5 (duas e meia) diárias a servidora Gabriela Guaragni matrícula nº335802, ocupante do cargo de Assistente Social, no valor de R\$432,50 (quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), para viagem a cidade de Florianópolis – SC, para participar da 12ª Conferencia de Assistência Social, conforme memorando nº020/2019 e roteiro de viagem nº020/2019 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º Conceder ADIANTAMENTO a servidora acima citada, na importância de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), para despesas da delegada que irá representar o município, conforme Memorando nº21/2019, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 08 de novembro de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 438, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220966

PORTARIA Nº 438, de 08 de novembro de 2019

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Vanderlei Ferronato, Matrícula nº 420601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de alunos, na cidade de Cascavel/PR, conforme Memorando Nº14/2019 e Roteiro de Viagem nº12/2019 da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda .

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 08 de novembro de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 090 A 92/2019 PMBV

Publicação Nº 2221317

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 090/2019 - PMBV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2019 - PMBV

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2019

Contratada: CLEIA MERI MACHADO

Valor da Ata: R\$8.286,00 LOTE 01

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2019

Contratada: MARCOS ANDRÉ REICHERT E CIA LTDA-EPP

Valor da Ata: R\$9.450,00 LOTE 02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2019

Contratada: CLEVERSON JEAN DARTORA EXTINSETO

Valor da Ata: R\$5.499,90 LOTE 03

Objeto - Contratação de empresa especializada para serviços de dedetização e desratização, limpeza de caixa d'agua e gordura, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência.

Valor total: R\$23.235,90

Data de Assinatura: 06/11/2019

Data de Vencimento: 06/11/2020

Barra Velha, 06 de novembro de 2019.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

PORTARIA Nº 2193-GAB, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221067

PORTARIA Nº 2193-GAB, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a pedido no dia 05/11/2019 o Sr. LEANDRO HAUPT, inscrito no CPF sob o nº 058.856.319-64, do cargo comissionado de DIRETOR PRESIDENTE, junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 05 de novembro de 2019.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

LEI 1346

Publicação Nº 2221062

LEI Nº 1.346/2019, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

“AUTORIZA O EXECUTIVO A RECEBER DAÇÃO EM PAGAMENTO, MODALIDADE DE TRANSAÇÃO, EM BENS IMÓVEIS PARA O FIM DE EXTINGUIR CRÉDITO TRIBUTÁRIO, CONFORME PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 05, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a receber Dação em Pagamento dos débitos de ALBINO OSSOWSKI, descrito no artigo segundo desta Lei, para o fim de extinguir créditos tributários através da modalidade de transação, conforme previsão da Lei Complementar n.º 05, de 25 de Outubro de 2017.

Art. 2º - O bem imóvel de propriedade de Albino Ossowski, objeto da transação através de dação em pagamento, com área de 7.336,60 m², considerado sua avaliação mediante legislação municipal vigente, é suficiente para quitação dos débitos existentes.

Art. 3º - A dação em pagamento em bens imóveis a que se refere esta lei deve compreender todos os débitos de Albino Ossowski, incluídos juros, multa e despesas judiciais, conforme extrato de débito em anexo, vedado renúncia fiscal ou a diminuição de receita para o Município.

Art. 4º - Fica a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda autorizada a efetuar as medidas necessárias a transferência de propriedade do bem, passando este para a titularidade do Município de Bela Vista do Toldo.

Art. 5º. Para viabilizar a transação através de dação em pagamento, em bens imóveis, o interessado devedor deverá apresentar o documento comprobatório da titularidade do imóvel, com certidão que comprove que este esteja livre de quaisquer ônus e de débitos tributários, exceto os débitos objeto desta lei.

Art. 6º. Compete à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, o recebimento, o processamento e a decisão da transação através de dação em pagamento em bens imóveis.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo/SC, 08 de novembro de 2019.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Benedito Novo**PREFEITURA****ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 157/2019**

Publicação Nº 2220825

ATA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 157/2019
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 157/2019
DATA: 06/11/2019 - HORA DE INÍCIO: 9 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 001/2019 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação acima citado, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTO DE REDES DE PROTEÇÃO DOS GINÁSIOS DE ESPORTES. Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa. Da análise destes documentos, observa-se que a empresa GOLAO SOCCER LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 15.179.370/0001-05, se encontra com a documentação de habilitação regular. Nada mais havendo, a Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOICE APARECIDA COSTA Presidente	MARILIA PANOCH Membro	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Membro
-------------------------------------	--------------------------	-------------------------------------

ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 158/2019

Publicação Nº 2221101

ATA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2019
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 158/2019
DATA: 06/11/2019 - HORA DE INÍCIO: 10 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 001/2019 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação acima citado, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS FLORAIS PARA SEREM UTILIZADOS NA DECORAÇÃO DA FESTA DAS TRADIÇÕES. Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa. Da análise destes documentos, observa-se que a empresa TATI PRESENTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.334.510/0001-07, se encontra com a documentação de habilitação regular. Nada mais havendo, a Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOICE APARECIDA COSTA Presidente	MARILIA PANOCH Membro	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Membro
-------------------------------------	--------------------------	-------------------------------------

ATA DA INEXIGIBILIDADE - IN 156/2019

Publicação Nº 2220820

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC
PROCESSO LICITÓRIO Nº 156/2019
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO (83.102.780/0001-08).
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO O PEQUENO MÚSICO (08.322.710/0001-40).
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL COM A BANDA CRUZEIRO PARA O ENCONTRO MUNICIPAL DOS GRUPOS DA ME-LHOR IDADE
VALOR TOTAL: R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 25, INCISO III DA LEI 8.666/93.
DATA DA APRESENTAÇÃO: 15/11/2019.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 30/11/2019.
Benedito Novo, 05 de novembro de 2019.
JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 153/2019

Publicação Nº 2221023

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 08/11/2019 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 153/2019

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 153/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PARA O ENCONTRO MUNICIPAL DOS GRUPOS DA MELHOR IDADE E PARA AUTORIDADES, FUNCIONÁRIOS, COLABORADORES, GRUPOS CULTURAIS E DEMAIS ENVOLVIDOS NA ORGANIZAÇÃO DA FESTA DAS TRADIÇÕES

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio JOICE APARECIDA COSTA e MAURICIO STEFFEN, todos nomeados através da Portaria nº 002/2019. Aberta a sessão, verificou-se que protocolaram e entregaram os envelopes até o horário estipulado as empresas MARCO AURELIO BERTOLDI e TOMAS BAADE. Foram conferidos com os presentes todos os envelopes protocolados para certificar-se de que os mesmos permanecem lacrados, sem nenhum tipo de violação. Em seguida, iniciou-se a fase de credenciamento, tendo as empresas apresentado os respectivos documentos. Após a análise e rubrica da documentação do credenciamento por parte do Pregoeiro, assim como pela Equipe de Apoio, a mesma foi disponibilizada aos demais presentes para análise e rubrica. Encerrada a análise por parte dos representantes, o Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve qualquer questionamento sobre a referida documentação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação do Credenciamento foi apresentada conforme exigido no edital, estando os representantes presentes credenciados e podendo manifestar-se durante a sessão, conforme a seguir:

Empresa	Representante
MARCO AURELIO BERTOLDI	MARCO AURELIO BERTOLDI
TOMAS BAADE 53353331972	TOMAS BAADE

Ambas as empresas são microempreendedores individuais e automaticamente poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. As empresas apresentaram a Declaração de Habilitação conforme exigido no Edital, podendo ser acessados seus envelopes. Encerrou-se a fase de Credenciamento, sendo iniciada a fase de abertura das Propostas de Preços. Procedida à abertura dos envelopes identificados como de Proposta de Preços, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram os seus conteúdos e em seguida disponibilizaram as propostas para que os representantes presentes fizessem o mesmo. O Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve manifestações. Todas as propostas foram consideradas aceitas e classificadas. Na sequência foram inseridos os valores das propostas no sistema para classificação e impresso o relatório Anexo da ATA. Dando continuidade à sessão, iniciou-se a fase de Lances e negociação, passando-se à fase competitiva, tendo as licitantes efetuado lances e atingido seus limites máximos de desconto. Finalizada a fase competitiva da sessão, foi impresso o relatório Anexo da ATA onde constam todos os lances ofertados e o respectivo vencedor. A seguir, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio procederam à abertura do envelope de Habilitação da licitante classificada como primeira colocada. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram todos os documentos de Habilitação, submetendo os mesmos à análise e rubrica dos representantes presentes. Após análise de todos o Pregoeiro abriu espaço para manifestação referente aos documentos de Habilitação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação de habilitação apresentada pelas empresas vencedoras encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim as licitantes esta HABILITADA e, portanto, DECLARADA VENCEDORA do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O Pregoeiro questionou aos interessados se há à intenção de interpor recurso contra algum ato praticado durante a sessão. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro ADJUDICOU os lotes do certame a empresa vencedora. O pregoeiro solicita a empresa vencedora que apresente nova proposta de preços readequando o valor dos itens ao valor global do lote vencido. Em seguida lavrou-se a presente ATA. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio
------------------------------------	--	-------------------------------------

LICITANTES PRESENTES:

MARCO AURELIO BERTOLDI

TOMAS BAADE

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 249/2019

Publicação Nº 2221943

DECRETO Nº 249/2019 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3890/2018 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3895/2018 - Lei Orçamentária para 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2019, Lei Municipal nº 3895/2018:

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1001.10.302.0004.2034	Manutenção da UPA	2.949,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	2.949,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras despesas correntes/Aplicação Direta	2.949,00
1001.10.301.0004.2040	Núcleos de Apoio à Saúde da Família - PABV/NASF	134.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.2.28.000050	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	134.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.2.28.000050	Outras despesas correntes/Aplicação Direta	134.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 08 de novembro de 2019.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

DECRETO Nº 250/2019

Publicação Nº 2221944

DECRETO Nº 250/2019 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2019.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3890/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 37.554,81 (Trinta e sete mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e um centavos) por conta do provável excesso de arrecadação nas fontes de recursos 0.1.01.000000, 0.2.28.000240 e 0.1.17.000000 nas dotações abaixo relacionadas:

09. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0902.12.361.0003.2020	Manutenção do Ensino Fundamental	805,00
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	805,00

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1001.10.301.0004.2035	Ações de Atenção Básica - PABF	23.749,81
3.3.90.00/0.2.28.000240	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	23.749,81

25. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2501.15.452.0011.2084	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	13.000,00
3.3.30.00/0.1.17.000000	Outras Despesas Correntes/Transf. ao Estado	13.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 08 de novembro de 2019.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

PP 155/2019 - PMB

Publicação Nº 2221519

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 155.2019 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LONAS/BANNER, PLACAS EM MDF, PLACAS DE SINALIZAÇÃO E ADESIVOS PARA SECRETARIA DO GOVERNO: até as 15:45 horas, do dia 25 de novembro de 2019, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 25 de novembro de 2019, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8022.

Biguaçu, 8 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 228/2018

Publicação Nº 2221701

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 228/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O Sr. ABNER SANLAY CYPRIANO

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 32/2017, ÁREA DANÇA, MODALIDADE MOSTRA, INTITULADO "FORA DA CAIXA – 1ª PROPOSIÇÃO (MOSTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÃO) DE DANÇAS ESCAPADAS DA MESMICE".

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 228/2018

Publicação Nº 2221704

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 228/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A Sra. ANA PAULA MARCELLINO

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 38/2017, ÁREA CINEMA E VÍDEO, MODALIDADE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL, INTITULADO "ARTE EM PLANO"

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017

ALTERAÇÃO: Altera-se 1) O CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau); 2) A redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)" 3) Inclusão de 03 (três) "Exibições do Documentário Arte em Plano", para público aproximado de 200 pessoas.

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 230/2018

Publicação Nº 2221706

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 230/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A Sra. ANGELINA CAMARGO RODRIGUES WITTMANN

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 15/2017, ÁREA BIBLIOTECA LITERATURA E LIVRO, MODALIDADE PUBLICAÇÃO, INTITULADO "FACHWERK – A TÉCNICA CONSTRUTIVA ENXAIMEL".

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 243/2018

Publicação Nº 2221707

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 243/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O MAURÍCIO HUBER NUNES

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 29/2017, ÁREA ARTES VISUAIS, DESIGN E MODA, MODALIDADE PRODUÇÃO, INTITULADO "LENDAS E MITOS ORIENTAIS NA TATUAGEM – UM ESTUDO EM PINTURA ACRÍLICA SOBRE TEMAS DA TATUAGEM ORIENTAL".

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017.

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 246/2018

Publicação Nº 2221711

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 246/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O SR. RAFAEL MARCINIAK

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 010/2017, ÁREA MÚSICA, MODALIDADE GRAVAÇÃO, INTITULADO "HI-FI"

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017.

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 247/2018

Publicação Nº 2221714

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 247/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A SOCIEDADE CULTURAL AMIGOS DO CENTRO BRAILLE DE BLUMENAU (ACBB)

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 43/2017, ÁREA CULTURA POPULAR E ARTESANATO, MODALIDADE AQUISIÇÃO, INTITULADO "GRAVADORA PARA MADEIRA E CRISTAL"

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017.

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

PORTARIA PGM Nº 008/2019

Publicação Nº 2221716

PORTARIA PGM Nº 008, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA KARINE CRISTINA PEREIRA BRANCO PARA PRESTAR ASSESSORIA JURÍDICA JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - COPLAN.

JULIO AUGUSTO SOUZA FILHO, Procurador Geral do Município, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.235, de 06/06/2019, e de conformidade com o §1º, artigo 4º, da Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011 e alterações posteriores, resolve:

DESIGNAR

KARINE CRISTINA PEREIRA BRANCO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procuradora do Município, matrícula nº 1601217, lotada nesta Procuradoria Geral do Município - PGM, para prestar Assessoria Jurídica junto ao Conselho Municipal de Planejamento Urbano - COPLAN, com as atribuições previstas no artigo 9º da Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011, em substituição a PAULA PADILHA PENTEADO KLEIN, nomeada pela Portaria nº 001, de 19 de fevereiro de 2019.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO, em 07 de novembro de 2019.

JULIO AUGUSTO SOUZA FILHO
Procurador Geral do Município

PORTARIA PGM Nº 009/2019

Publicação Nº 2221721

PORTARIA PGM Nº 009, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA KARINE CRISTINA PEREIRA BRANCO PARA PRESTAR ASSESSORIA JURÍDICA JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE BLUMENAU - COPE.

JULIO AUGUSTO SOUZA FILHO, Procurador Geral do Município, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.235, de 06/06/2019, e de conformidade com §2º, artigo 4º, da Lei Complementar nº 794, de 19 de abril de 2011 e alterações posteriores e o artigo 3º, IV, do Decreto nº 9.676, de 16 de abril de 2012, resolve:

DESIGNAR

KARINE CRISTINA PEREIRA BRANCO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procuradora do Município, matrícula nº 1601217, lotada nesta Procuradoria Geral do Município – PGM, para prestar Assessoria Jurídica junto ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural Edificado de Blumenau - COPE, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 794, de 19 de abril de 2011 e alterações posteriores e do Decreto nº 9.676, de 16 de abril de 2012, em substituição a PAULA PADILHA PENTEADO KLEIN, nomeada pela Portaria nº 002, de 19 de fevereiro de 2019.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO, em 07 de novembro de 2019.

JULIO AUGUSTO SOUZA FILHO
Procurador Geral do Município

INTIMAÇÃO COMEX - PEED 003/2019

Publicação Nº 2221727

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO - COMEX

PEEP Nº 003/2019

SERVIDOR: R.L.C.L.C.

ADVOGADO: DR. MARCELO SCHUSTER BUENO - OAB/SC Nº 14.948

DESPACHO: Intime-se o Procurador do servidor avaliado, para tomar ciência da designação do Exame Médico Pericial, conforme requerido, que acontecerá no dia 25 de novembro de 2019, às 08 horas, na sede do Serviço de Saúde Ocupacional do Servidor – SESOSP, sito à Praça Victor Konder, 02, sala 48, 4º andar, prédio da PMB, conforme Portaria nº 23.554, de 07 de novembro de 2019 (fls.94/95). Fica intimado ainda para formular QUESITOS e, caso queira, nomear Assistente Técnico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

INTIMAÇÃO 2º CSPAD - PAD Nº 004/2018

Publicação Nº 2221728

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
2ª COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO - 2ª CSPAD
PAD Nº 004/2018
INDICIADO: J.V.S.
ADV. JAIRO VIEIRA DOS SANTOS - OAB/SC nº 37.728
DESPACHO: Intime-se o advogado de defesa para ciência da alteração do horário das audiências abaixo:

Dia 20/11/2019, interrogatório:
- J.P.D. servidor indiciado -10:00h
- J.V.S. servidor indiciado -15:00h

OBS: As demais oitivas permanecem com os horários inalterados.

INTIMAÇÃO 2º CSPAD - PAD Nº 004/2018

Publicação Nº 2221729

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
2ª COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO - 2ª CSPAD
PAD Nº 004/2018
INDICIADOS: N.I.R., J.P.D. A.T.F.C.S. e C.O.
ADV. NOÊMIA OSMARINA DA SILVA REITZ - OAB/SC nº 40.131

DESPACHO: Intime-se a advogada de defesa para ciência da alteração do horário das audiências abaixo:

Dia 20/11/2019, interrogatório:
- J.P.D. servidor indiciado -10:00h
- J.V.S. servidor indiciado -15:00h

OBS: As demais oitivas permanecem com os horários inalterados.

DECRETO Nº 12.393/2019

Publicação Nº 2221730

DECRETO Nº 12.393, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.663, de 17 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão, duzentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
0903 – Diretoria de Educação Básica
Atividade 09.03.12.365.0049.2413 – Manut. Ativ. Educ. Infantil – Creche
Modalidade 3.3.90 (229) Aplicações Diretas R\$ 1.200.000,00
Fonte de Recursos 0101.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.365.0049.2413 – Manut. Ativ. Educ. Infantil – Creche

Modalidade 4.4.90 (233) Aplicações Diretas R\$ 1.200.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

republicado por incorreção

PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/2019

Publicação Nº 2221732

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº123/2019

Objeto: Registro de Preços para serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva e serviços de borracharia, balanceamento, serralheria e outros, com fornecimento de peças (sem exclusividade), para a frota do Corpo de Bombeiros (3º BBM), Polícia Militar (10º BPM) e Defesa Civil pelo período de 01 ano - SEDECI. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 25 de novembro de 2019, até às 09h00min. Início da sessão: dia 25 de novembro de 2019, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: flavioaraujo@blumenau.sc.gov.br ou no site oficial do município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes> Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Blumenau, 07/11/2019 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

CONVITE Nº 11/2019

Publicação Nº 2221733

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

CONVITE nº. 11/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços de segurança desarmada, para o evento Reveillon 2020 e Sommerfest 2020, conforme especificações constantes neste edital - PROEB. ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 18 de novembro de 2019 às 14 horas. EDITAL COMPLETO, sem custas via e-mail: licitacoes@blumenau.sc.gov.br e/ou site oficial do Município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Lei nº 8.666/93 e alterações, Lei Complementar nº 123/06 e alteração. Blumenau, 08/11/2019. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2019

Publicação Nº 2221736

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2019

Objeto: Registro de Preços para Prestação de Serviços de Alimentação sendo café da manhã, almoço, jantar e lanche, durante os eventos esportivos para delegação de Blumenau, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 1(um) ano - SME. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 25 de novembro de 2019, até às 09h00min. Início da sessão: dia 25 de novembro de 2019, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: taianamello@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Blumenau, 11/11/2019 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 536/2019 - GABSEMUS

Publicação Nº 2221737

PORTARIA Nº 536 / 2019 / GABSEMUS

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, Secretário Municipal de Promoção da Saúde, no uso das atribuições, CONFERIDAS EM VIRTUDE DA MUNICIPALIZAÇÃO DA SAÚDE, através da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, como Gestor de Saúde e com base no Artigo 14 da Lei Complementar nº 1.234 de 06 de junho de 2019:

DESIGNAR

A servidora pública municipal abaixo e participante do Processo Seletivo Interno nº 002/2019, para exercer as atribuições de Preceptor do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade da Secretaria Municipal de Saúde:

MAT	NOME
229421	Rafaela Zaroni Andrioni Buchinski

Art. 1º Esta Portaria possui validade de 02 (dois) anos e entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, em 01 de novembro de 2019.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK
Secretário Municipal de Promoção da Saúde

PORTARIA Nº 12/2019 - SEMUDES

Publicação Nº 2221738

PORTARIA Nº. 12 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

OSCAR GUILHERME GROTMANN FILHO, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria GAPREF nº. 20.432, de 13 de fevereiro de 2017, e o artigo 75, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o Decreto nº. 12.387, de 25 de outubro de 2019, que alterou dispositivos do Decreto nº. 11.308, de 22 de maio de 2017, o qual instituiu a Comissão Permanente de Políticas Intersectoriais Integradas sobre Drogas,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Gerência de Gestão do SUAS e equipe como órgão responsável pela Coordenação dos trabalhos do Plano Municipal Intersectorial de Políticas sobre Drogas – PAMIPED do município de Blumenau.

Parágrafo Único. Para subsidiar os trabalhos junto à Gerência de Gestão do SUAS, ficam nomeadas as seguintes servidoras:

I – VANESSA RAQUEL CARDOSO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Diretoria Geral, e

II - CAROLINE MARIA MERINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Gerência de Apoio aos Conselhos;

III - DIANA APARECIDA SCHVARTZ VIEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Diretoria de Políticas sobre Drogas e Reintegração Social.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 07 de novembro de 2019.

OSCAR GUILHERME GROTMANN FILHO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

PORTARIA SEDEAD Nº 34.386/2019

Publicação Nº 2221742

PORTARIA SEDEAD Nº 34.386/2019

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES AO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) ANDREIA GESSER.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES.

De acordo com o artigo 139, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

ANDREIA GESSER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Higiene Dental, lotado(a) na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, sem remuneração, de até dois (02) anos, a contar de 20 de novembro de 2019, de conformidade com o Processo nº 2019/10/008686.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de outubro de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 34.360/2019

Publicação Nº 2221744

PORTARIA SEDEAD Nº 34.360/2019

CONTA TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM ATIVIDADE PÚBLICA MUNICIPAL, A FAVOR DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) ALINE MARTINS HEMKEMAIER.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.464, de 29 de abril de 2013, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

De acordo com o Artigo 146, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

A favor de ALINE MARTINS HEMKEMAIER, servidor(a) público(a) municipal desde 08 de OUTUBRO de 2019, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Higiene Dental, lotado (a) na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS, sob o regime jurídico Estatutário, o tempo de serviço prestado ao Município de Blumenau, nos termos do Processo nº 2019/10/008937, no(s) período(s) de 04.05.2015 A 07.10.2019 no cargo em provimento efetivo de auxiliar de Consultório Dentário, totalizando 1604 dias, correspondendo a 04 anos 05 meses e 04 dias, para fins de Licença Prêmio e contagem de tempo de serviço.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de outubro de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 34.378/2019

Publicação Nº 2221747

PORTARIA SEDEAD Nº 34.378/2019

AUTORIZA O RETORNO DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL PAOLO ADRIANO FERRACIN AO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ENGENHEIRO CIVIL, LOTADO(A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - SEPLAN.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.049, de 23 de julho de 2013, resolve:

AUTORIZAR

o retorno do(a) servidor(a) público(a) municipal PAOLO ADRIANO FERRACIN, ao exercício do cargo efetivo de Engenheiro Civil, lotado(a) na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, a contar de 13 de agosto de 2019, conforme Processo Administrativo nº 2019/10/009482.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de outubro de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 34.348/2019

Publicação Nº 2221748

PORTARIA SEDEAD Nº 34.348/2019

ALTERA A PORTARIA Nº 33.939/2019, QUE CONCEDEU LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES DE 02 (DOIS) ANOS AO(A) SERVIDOR(A) LEANDRO ROBERTO CANESI FERREIRA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR

De acordo com o Artigo 139, "caput" e Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

A Portaria nº 33.939 que concedeu licença para tratar de assuntos particulares de até 02 (dois) anos, para 196 (cento e noventa e seis dias), concedida no período de 13.05.2019 a 24.11.2019, ao(a) servidor(a) público(a) municipal LEANDRO ROBERTO CANESI FERREIRA, Médico Veterinário, lotado(a) na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS, de conformidade com o Processo nº 2019/10/009192.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de outubro de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 34.376/2019

Publicação Nº 2221749

PORTARIA SEDEAD Nº 34.376/2019

ALTERA A PORTARIA Nº 22.747/2006, QUE CONCEDEU LICENÇA PARA ACOMPANHAR O CÔNJUGE, SEM REMUNERAÇÃO, POR PRAZO INDETERMINADO, A CONTAR DE 06 de FEVEREIRO de 2006 AO(A) SERVIDOR(A) HELOISE VANUSA PRESTES SCHMUTZLER DE OLIVEIRA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013, resolve:

ALTERAR

De acordo com o artigo 145, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

A Portaria nº 22.747/2006 que concedeu licença para acompanhar o cônjuge, sem remuneração, por prazo indeterminado, a contar de 06 de fevereiro de 2006 até 28 de outubro de 2019, ao(a) servidor(a) público(a) municipal HELOISE VANUSA PRESTES SCHMUTZLER DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, de conformidade com o Processo nº 2019/10/009434.

Blumenau, 28 de outubro de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 34.375/2019

Publicação Nº 2221751

PORTARIA SEDEAD Nº 34.375/2019

CEDÊNCIA DO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL VALMIR ROBERTO VENERA DOS SANTOS AO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013, resolve:

CEDE

com ônus para o Município, o servidor público municipal VALMIR ROBERTO VENERA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Combate a Endemias, lotado(a) na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, a contar de 20 de setembro de 2019, de acordo com o Processo Administrativo nº 2019/10/008695.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 28 de outubro de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 04/2019 - PROEB

Publicação Nº 2221752

PORTARIA EVENTOS Nº 04/2019

NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DOS DESFILES DA 37ª OKTOBERFEST.

MARCELO GREUEL, Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9.º, inciso III e IX, da Lei Complementar n. 10 de 21 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º. Nomear Comissão para coordenar e avaliar os desfiles da Oktoberfest 2020, a partir de janeiro de 2020 a dezembro de 2020, composta pelos seguintes membros:

ADENIR MARIA BARBIERI, Gerente de Captação e Recepção de Eventos da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB;

GEORGIA ANDREIA RUBLESCH, Agente Administrativo da Secretaria Municipal de Turismo e Lazer - SECTUR;

LARISSA INDIANARA ANDRADE, Assessora de Promoção da Secretaria Municipal de Turismo e Lazer – SECTUR;

LINCON FERNANDO VINOTTI, Auxiliar de Controle Interno da Secretaria Municipal de Turismo e Lazer – SECTUR e da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB;

LUIZ CLÁUDIO KOERICH, Diretor de Eventos e Operações da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB;

VANIA MARIA GAYO RIBEIRO, Gerente de Planejamento da Secretaria Municipal de Turismo e Lazer – SECTUR;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Fundação Promotora de Exposições De Blumenau - PROEB, em 08 de novembro de 2019.

MARCELO GREUEL

Presidente

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2242/2019 - SAMAE

Publicação Nº 2221757

PREGÃO PRESENCIAL 06-2242/2019.

Objeto: Registro de preço para aquisição de materiais hidráulicos (Tubo de PVC, tubo extrudado, torneira, válvula redutora de pressão, lacre plástico 1/2 e 3/4, porca p/ hidrômetro, dispositivo de supressão tipo OB, tubete pvc bitola 1/2 e 3/4, vedante para torneira 1/2 e 3/4, registro tipo de esfera, registros de gaveta, tubo de ferro galvanizado), para uso na manutenção do sistema de abastecimento de água.

HOMOLOGAÇÃO

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelos Pregoeiros, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Empresas:

REFLO COMÉRCIO DE FERROS

CNPJ: 83.496.810/0001-08

Valor total: R\$ 17.625,00

RD COMÉRCIO DE FERRAGENS E FERRAMENNAS EIRELI - ME

CNPJ: 23.037.457/0001-76

Valor total: R\$ 35.204,76

SAINT GOBAIN CANALIZAÇÕES LTDA

CNPJ: 28.672.087/0001-62

Valor total: R\$ 20.572,00

CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA

CNPJ: 67.731.091/0001-06

Valor total: R\$ 99.626,16

SANEMARCK COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS

CNPJ: 08.164.724/0001-82

Valor total: R\$ 39.654,85

AVK – VALVULAS DO BRASIL LTDA

CNPJ: 08.714.102/0001-80

Valor total: R\$ 82.314,60

LOT METAIS LTDA – ME

CNPJ: 16.801.162/0001-69

Valor total: R\$ 3.512,00

LUPY BRASIL VÁLVULAS E EQUIPAMENTOS

CNPJ: 26.133.037/0001-81

Valor total: R\$ 12.775,00

VTR TUBOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 15.868.550/0001-02

Valor total: R\$ 22.167,00

GUIMARÃES COMERCIAL EIRELI – ME

CNPJ: 28.436.122/0001-44

Valor total: R\$ 24.225,00

DANISAN MATERIAIS HIDRAULICOS E ELETRICOS

CNPJ: 27.548.246/0001-59

Valor total: R\$ 20.700,00

NAVODAP COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS

CNPJ: 33.540.866/0001-44

Valor total: R\$ 8.598,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 05 de novembro de 2019.

André Espezim

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7574/2019 - SAMAE

Publicação Nº 2221759

PORTARIA Nº 7574/19

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO OS SERVIDORES PÚBLICOS AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019, RESOLVE:

E X O N E R A R

Com base no artigo 46, inciso I, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007:

ADILSON DE SOUZA, cadastro 2130-0, do cargo de provimento em comissão de Gerente de ETA I, no dia 06 de novembro de 2019;
ARNOLDO PAHL, cadastro 2129-6, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Resíduos Sólidos, no dia 06 de novembro de 2019.

Samae, 06 de novembro de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

EXTRATO Nº 602/2019 - FURB

Publicação Nº 2221761

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 602/2019

Inexigibilidade de Licitação nº. 437/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Dispensa de Licitação o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 547/2019/PROGEF e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE PEÇA PARA O EQUIPAMENTO POCH (ROCHE SYSMEX) UTILIZADO PELO DEPARTAMENTO DE VETERINÁRIA DA UNIVERSIDADE. Setor solicitante: HOSPITAL ESCOLA VETERINÁRIO. Pedido de Compra: 3195 e 4663/2019. Contratada(s): LABORSYS PROSUTOS DIAGNOSTICOS E HOSPITALARES LTDA (CNPJ: 04.013.726/0001-10). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 547/2019/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 30 dias após a entrega dos materiais com NF. Prazo de Entrega: Em até 20 dias após o recebimento da Ordem de Compra. Local da Prestação do serviço: Almoxarifado DAM, Sala K-004, Bloco K, Campus I da Universidade. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) / 01.34.10.304.0110.2014 (Manutenção das Atividades Hospitalares e Ambulatoriais Vet.)/ 3.3.90 (Outras Despesas Correntes)/ 3.3.90.30.40 (Material Biológico).

Blumenau/SC, 08 de novembro de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola

Reitora da FURB

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 501**

Publicação Nº 2221484

RESOLUÇÃO Nº 501

CONSTITUI COMISSÃO LEGISLATIVA TEMPORÁRIA ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DA FILA DE ESPERA DOS ATENDIMENTOS NO HOSPITAL SANTO ANTONIO .

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Legislativa Temporária Especial, nos termos dos artigos 66 e 67 do Regimento Interno, formada por 5 (cinco) Vereadores com assento na Câmara Municipal, com a finalidade de acompanhamento da fila de espera dos atendimentos no âmbito do Hospital Santo Antônio e cobrar agilidade no atendimento, conforme Requerimento nº 1.426, de 5 de setembro de 2019.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros Vereadores:

I – Jovino Cardoso Neto (Autor) – Bancada do PROS - Minorias;

II – Sylvio Zimmermann – (Bloco Parlamentar PSDB/DEM);

III – Oldemar Becker – (Bloco Parlamentar PSDB/DEM);

IV – Cezar João Cim – Bancado do PP;

V – Adriano Pereira (PT) - Minorias.

Art. 3º Os membros da Comissão elegerão, entre si, o Presidente e o Relator, sendo fixado o prazo de 90 (noventa dias) – contado a partir da data de sua instalação - para a conclusão dos seus trabalhos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

MARCELO LANZARIN BRUNO CUNHA
Presidente Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA
1º Secretário 2º Secretário

RESOLUÇÃO 502

Publicação Nº 2221492

RESOLUÇÃO Nº 502

DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE OUVIDORIA-GERAL NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º A gestão e o funcionamento do Serviço de Ouvidoria-Geral da Câmara Municipal de Blumenau ficam regulados na forma desta Resolução.

Art. 2º O Serviço de Ouvidoria-Geral é vinculado administrativamente à Diretoria-Geral e se constitui como mediador das questões que envolvam a competência legislativa e fiscalizatória do Poder Legislativo e a comunidade blumenauense, relacionadas à Câmara Municipal de Blumenau.

Parágrafo único. O Serviço de Ouvidoria-Geral será coordenado por um Coordenador de Ouvidoria, cargo de Provimento em Comissão, nomeado pela Mesa Diretora.

Art. 3º Compete a Ouvidoria-Geral da Câmara Municipal de Blumenau:

I – receber, analisar, registrar e encaminhar aos órgãos e unidades competentes da Câmara Municipal as manifestações de cidadãos ou pessoas jurídicas, a respeito de quaisquer assuntos relacionados com as funções institucionais do Poder Legislativo Municipal, seu funcionamento e suas atividades, bem como:

a) violação ou qualquer forma de discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais;

b) ilegalidades ou abuso de poder;

c) funcionamento ineficiente de serviços legislativos e administrativos da Câmara Municipal;

II – cobrar a resposta do gabinete ou setor responsável pela demanda dentro do prazo estabelecido nesta resolução;

III – encaminhar ao Diretor-Geral as denúncias recebidas para que sejam analisadas e despachadas;

IV – elaborar relatório quadrimestral e anual das atividades da Ouvidoria-Geral, a ser encaminhado ao Diretor-Geral para deliberação e, no caso de aprovação, ao Presidente da Câmara Municipal e ao setor que administra o site da Câmara Municipal para divulgação na página da Ouvidoria-Geral;

V – encaminhar aos cidadãos e as entidades as respostas dadas pelos órgãos competentes, quanto às providências tomadas pela Câmara Municipal sobre os procedimentos legislativos e administrativos de seus interesses.

Art. 4º Compete ao Diretor-Geral quando informado pela Ouvidoria-Geral:

I – remeter para o Presidente da Câmara Municipal a proposição de medidas para sanar as violações de direito, as ilegalidades e os abusos de poder constatados na Câmara Municipal de Blumenau, podendo sugerir a instauração de processo administrativo disciplinar ou de sindicância;

II – apreciar e deliberar sobre decisões da Ouvidoria-Geral.

Art. 5º O Serviço de Ouvidoria-Geral tem a função de garantir o direito da sociedade de se manifestar sobre os trabalhos da Câmara Municipal, com respeito aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, observando as normas do Regimento Interno da Câmara Municipal, podendo, no exercício de suas funções:

I – arquivar, de forma fundamentada, manifestação recebida que, por qualquer motivo não deva ser respondida;

II – solicitar informações ou cópias de documentos a quaisquer órgão ou unidades da Câmara Municipal;

III – responder as solicitações recebidas ou encaminhá-las a outros órgãos do Poder Público Municipal, Estadual ou Federal;

IV – reclassificar as manifestações recebidas, conforme a sua tipologia, após a devida apreciação.

§ 1º A Ouvidoria-Geral terá como indicador de qualidade dos serviços prestados, o tempo de resposta ao cidadão.

§ 2º No elogio ou denúncia entende-se como conclusiva a resposta que informe ao cidadão do encaminhamento de sua manifestação ao órgão competente.

Art. 6º O Serviço de Ouvidoria-Geral deverá propor medidas para ampla divulgação de sua existência e finalidade, por meio da Coordenação de Comunicação e por todos os veículos de comunicação existentes ou utilizados pela Câmara Municipal, observadas as sugestões da Diretoria-Geral.

Art. 7º Os dados dos usuários dos serviços da Ouvidoria-Geral devem ser mantidos sob sigilo, sendo permitida a divulgação somente mediante autorização do solicitante.

Parágrafo único. Para efeito de registro junto à Ouvidoria-Geral, os dados exigidos do usuário para manifestação que se enquadra na Lei de Acesso à Informação (LAI) são os seguintes:

I - nome;

II – data de nascimento;

III - CPF;

IV – telefone;

V - e-mail; e

VI - endereço.

Art. 8º Em razão de vedação ao anonimato, expressa no Regimento Interno, no caso de denúncia contra Vereador, o denunciante será informado de que precisa se identificar.

Art. 9º Qualquer cidadão ou pessoa jurídica, devidamente identificado, ao formular sua petição poderá fazê-lo pessoalmente, por telefone, por correio eletrônico, por correspondência ou pelo formulário do site da Câmara Municipal.

Art. 10. Os órgãos e unidades da Câmara Municipal terão prazo de 20 (vinte) dias para responder às requisições e solicitações feitas pela

Ouvidoria-Geral, prazo esse que poderá ser prorrogado, por 10 (dez) dias, em razão da complexidade do assunto.

§ 1º Os órgãos e unidades serão responsáveis pelo atendimento das solicitações que forem encaminhadas pela Ouvidoria-Geral.

§ 2º O descumprimento do prazo estabelecido neste artigo deverá ser comunicado ao Diretor-Geral para providências.

Art. 11. O Serviço de Ouvidoria-Geral não receberá denúncias, reclamações, críticas, sugestões, elogios e pedidos relacionados à (LAI), anônimos.

§ 1º O Serviço de Ouvidoria-Geral poderá registrar pedidos de informações que não sejam relacionados à LAI sem a obrigatoriedade do registro dos dados do usuário.

§ 2º Em casos de denúncias, estas deverão conter elementos suficientes para investigação e apuração dos fatos.

Art. 12. Ficam incorporados ao Serviço de Ouvidoria-Geral, os serviços previstos no artigo 2º da Resolução nº 475, de 13 de outubro de 2016.

Art. 13. Fica revogada a Resolução nº 430, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

MARCELO LANZARIN BRUNO CUNHA

Presidente Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA

1º Secretário 2º Secretário

Botuvera**PREFEITURA****EDITAL P.L. Nº 409 P.P 50 AQUISIÇÃO DE MINI CARREGADEIRA**

Publicação Nº 2221338

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 409/2019-PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2019

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público, que se encontra aberto Processo Licitatório para Aquisição de Mini Carregadeira para atendimento da demanda do Setor de Agricultura e Meio Ambiente deste Município, referente ao convênio SICONV nº 849564/2017 firmado com o Ministério do Desenvolvimento Regional. Recebimento da documentação e propostas: 22/11/2019, até as 14:00 Horas. Abertura da sessão as 14:30, na mesma data e horário. Local, Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao1@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br.

Botuverá-SC, 11 de novembro de 2019.

.....
MARCIO FRANCISCO COLOMBI
Secretário de Agricultura e meio Ambiente

EXTRATO DA A.R.P. 34/2019 - MERENDA ESCOLAR

Publicação Nº 2221412

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2019

Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96

Contratados:

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME - CNPJ: 18.531.205/0001-69, Situada na Rua José de Anchieta, Nº 175, bairro Centro, CEP: 88.450-000, cidade de Alfredo Wagner/SC, Fone: (48) 3276-1138, e-mail: cleitondesouza26@gmail.com

MERCADO KMP LTDA ME - CNPJ Nº 22.468.860/0001-97, Rua 09 de Junho, 460, CEP: 88295-000, centro, Botuverá/SC, Fone (47)3359-1328, E-mail: mercadoribeirao@hotmail.com

MERCADO LAGEADO LTDA ME - CNPJ: 19.438.029/0001-88, Situada na Estrada Geral Lageado Central, Nº 3030, Bairro Lageado, CEP: 88.295-000, fone (47) 3359-1120, mercadolageado@hotmail.com

VALOR: R\$ 152.600,00 (Cento e Cinquenta e Dois Mil e Seiscentos Reais)

Objeto: MERENDA ESCOLAR

Fundamento Legal:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 398/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2019-SRP

PORTARIA 170 2019 NOMEIA CARGO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 2220728

PORTARIA Nº 0170/2019

“Nomeia Servidor Para o Cargo de Encarregado de Compras para o Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, VII, X, XV da Lei Orgânica Municipal;

Resolve:

Art. 1º- Nomear o (a) Sr (a). MELISSA PAULINI, brasileiro (a), para o cargo de ENCARREGADO DE COMPRAS, a partir de 07/11/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 07 de Novembro de 2019.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA 1712019 DEMITE SERVIDOR TEMPORARIO CONTRATO

Publicação Nº 2220739

PORTARIA Nº 171/2019

“Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) MARCIA ADRIANA FELAÇO, ocupante do cargo temporário de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 07/11/2019.

Art. 2º - A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Botuverá (SC), 07 de Novembro de 2019.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº. 0122/2019.

Publicação Nº 2221143

DECRETO Nº. 0122/2019.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0909, de 11 de dezembro de 2018,
DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.091 – Coofinanciamento da Atenção Básica -ESF

(41) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0164 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTALR\$ 30.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2018 do recurso 0164 – Atenção Básica - Superávit.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 06 de Novembro de 2019.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 0123/2019.

Publicação Nº 2221147

DECRETO Nº. 0123/2019.

Anula e Suplementa no Orçamento do Município de Braço do Trombudo.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0909, de 11 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezenove, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 2.788,88 (Dois mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos), conforme segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(6) – 3.3.90.00.00.00.00.00 3105 – Aplicações Diretas R\$ 2.788,88

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 2.788,88 (Dois mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos), conforme segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(11) – 4.4.90.00.00.00.00.00 3105 – Aplicações Diretas R\$ 2.788,88

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 06 de Novembro de 2019.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS 8 2019

Publicação Nº 2193181

Página: 1/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019

REGISTRO Nº 8/2019
PROCESSO Nº 3/2019

Data de Abertura: 06/02/2019

Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
1	APONTADOR FORMA DE TUBO,	UND	MASTER		0,75	0,00 %	0,00(8623)	0,00 (9789)	0,00 (9790)	0,00 8623 9789	9790
2	APONTADOR DE METAL	UND	leonora		1,11	0,00 %	0,78(8623)	0,97 (9789)	0,75 (9790)	0,00 9790 8623	9789
3	CANETAS ESFEROGRÁFICAS. Caixa com 50 unidades. Cor azul.	CX	BIC		33,96	0,00 %	30,00(8623)	33,15 (9789)	33,20 (9790)	0,00 8623 9789	9790
4	CANETAS ESFEROGRÁFICAS. Caixa com 50 unidades. Cor preto.	CX	BIC		28,37	0,00 %	28,00(8623)	29,98 (9789)	27,50 (9790)	0,00 9790 9326	8623
5	CANETAS ESFEROGRÁFICAS. Caixa com 50 unidades. Cor vermelho.	CX	BIC		33,86	0,00 %	33,00(8623)	33,95 (9789)	33,50 (9790)	0,00 8623 9790	9789
6	LÁPIS DE COR - longos, para desenho, caixa com 12 cores	CX	MULTICOLOR		7,06	0,00 %	4,75(8623)	15,50 (9789)	4,00 (9790)	0,00 9326 9790	8623
7	LÁPIS DE COR AQUARELÁVEL. Caixa com 24 unidades.	CX	TRIS		35,66	0,00 %	36,00(8623)	35,50 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790 9326	9789
8	LÁPIS PRETO. Madeira reflorestada. Ponta MAX resistente.	CX	MULTICOLOR		31,48	0,00 %	31,00(8623)	33,95 (9789)	30,50 (9790)	0,00 9326 9790	8623
9	RÉGUA DE MADEIRA. 1 metro	UND	CAGEMA		5,10	0,00 %	5,20(8623)	0,00 (9789)	5,00 (9790)	0,00 9789 9790	9326
10	RÉGUA ACRÍLICO RÍGIDO, transparente, 1 metro	UND	waleu		1,06	0,00 %	1,33(8623)	0,78 (9789)	0,80 (9790)	0,00 9789 9790	8623
11	PINCEL CHATO, cerdas Brasil, nº 04.	UND	LEONORA		1,11	0,00 %	1,10(8623)	0,00 (9789)	1,05 (9790)	0,00 9789 9790	8623
12	PINCEL CHATO, cerdas Brasil, nº 10.	UND	LEONORA		1,68	0,00 %	1,72(8623)	0,00 (9789)	1,60 (9790)	0,00 9789 9790	8623
13	PINCEL CHATO, cerdas Brasil, para contorno, nº 0.	UND	LEONORA		0,92	0,00 %	0,88(8623)	0,00 (9789)	0,87 (9790)	0,00 9789 9790	8623

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8

REGISTRO Nº 8/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019

PROCESSO Nº 3/2019

Data de Abertura: 06/02/2019

Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO		
								Menor Preço	1º	2º
14	PINCEL CHATO, cerda Brasil, nº 02.	UND	LEO E LEO		1,08	0,00 %	1,13 (9326) 1,00 (8623)	0,00 (9789)	1,10 (9790)	0,00 9789 8623 9790
15	PINCEL CHATO, cerda Brasil, nº 08.	UND	LEO E LEO		1,53	0,00 %	1,53 (9326) 1,53 (8623)	0,00 (9789)	1,53 (9790)	0,00 9789 8623 9326
16	PINCEL CHATO, cerda Brasil, nº 12.	UND	LEO E LEO		1,28	0,00 %	1,48 (9326) 1,18 (8623)	0,00 (9789)	1,19 (9790)	0,00 9789 8623 9790
17	PINCEL CHATO, cerda Brasil, nº 18.	UND	LEONORA		2,41	0,00 %	2,50 (9326) 2,39 (8623)	0,00 (9789)	2,35 (9790)	0,00 9789 9790 8623
18	PINCEL CHATO, cerda Brasil, nº 14.	UND	LEO E LEO		2,16	0,00 %	2,28 (9326) 2,00 (8623)	0,00 (9789)	2,20 (9790)	0,00 9789 8623 9790
19	PAPEL DOBRADURA, brilhante, folha 50x60cm,	UND	RST		0,66	0,00 %	0,67 (9326) 0,00 (8623)	0,00 (9789)	0,65 (9790)	0,00 8623 9789 9790
20	PAPEL DOBRADURA, brilhante, folha 50x60cm, cor azul,	UND	RST		0,72	0,00 %	0,73 (9326) 0,00 (8623)	0,00 (9789)	0,70 (9790)	0,00 8623 9789 9790
21	PAPEL DOBRADURA, brilhante, folha 50x60cm, cor vermelha,	UND	RST		0,64	0,00 %	0,64 (9326) 0,00 (8623)	0,00 (9789)	0,63 (9790)	0,00 8623 9789 9790
22	PAPEL DOBRADURA, brilhante, folha 50x60cm, cor amarela,	UND	VMP		0,73	0,00 %	0,73 (9326) 0,00 (8623)	0,00 (9789)	0,73 (9790)	0,00 8623 9789 9326
23	PAPEL DOBRADURA, brilhante, folha 50x60cm, cor preto,	UND	RST		0,72	0,00 %	0,73 (9326) 0,00 (8623)	0,00 (9789)	0,70 (9790)	0,00 8623 9789 9790
24	PAPEL DOBRADURA, brilhante, folha 50x60cm, cor laranja,	UND	RST		0,72	0,00 %	0,73 (9326) 0,00 (8623)	0,00 (9789)	0,70 (9790)	0,00 8623 9789 9790
25	PAPEL DOBRADURA, brilhante, folha 50x60cm, cor branca,	UND	VMP		0,73	0,00 %	0,73 (9326) 0,00 (8623)	0,00 (9789)	0,73 (9790)	0,00 8623 9789 9326
26	PAPEL DOBRADURA, brilhante, folha 50x60cm, cor roxo,	UND	RST		0,72	0,00 %	0,73 (9326) 0,00 (8623)	0,00 (9789)	0,70 (9790)	0,00 8623 9789 9790

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8**REGISTRO Nº 8/2019****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019****PROCESSO Nº 3/2019****Data de Abertura: 06/02/2019****Data de Julgamento: 07/02/2019****Objeto:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO
									1º 2º 3º
27	PAPEL CREPOM. Tamanho 0,48x2,00m. Cor Azul,	UND	RST		0,76	0,00 %	0,00(8623) 0,74 (9789) 0,83 (9326) 0,72 (9790)	0,00 8623 9790 9789	
28	PAPEL CREPOM. Tamanho 0,48x2,00m. Cor Branco,	UND	VMP		0,83	0,00 %	0,00(8623) 0,83 (9789) 0,83 (9326) 0,83 (9790)	0,00 8623 9326 9789	
29	PAPEL CREPOM. Tamanho 0,48x2,00m. Cor Azul Claro,	UND	RST		0,77	0,00 %	0,00(8623) 0,75 (9789) 0,83 (9326) 0,72 (9790)	0,00 8623 9790 9789	
30	PAPEL CREPOM. Tamanho 0,48x2,00m. Cor amarelo,	UND	vmp		0,83	0,00 %	0,00(8623) 0,82 (9789) 0,83 (9326) 0,83 (9790)	0,00 8623 9789 9326	
31	PAPEL CREPOM. Tamanho 0,48x2,00m. Cor marrom,	UND	RST		0,78	0,00 %	0,00(8623) 0,76 (9789) 0,83 (9326) 0,75 (9790)	0,00 8623 9790 9789	
32	PAPEL CREPOM. Tamanho 0,48x2,00m. Cor preto,	UND	RST		0,78	0,00 %	0,00(8623) 0,77 (9789) 0,83 (9326) 0,75 (9790)	0,00 8623 9790 9789	
33	PAPEL CREPOM. Tamanho 0,48x2,00m. Cor verde,	UND	RST		0,74	0,00 %	0,00(8623) 0,77 (9789) 0,74 (9326) 0,72 (9790)	0,00 8623 9790 9326	
34	PAPEL CREPOM. Tamanho 0,48x2,00m. Cor verde claro,	UND	vmp		0,79	0,00 %	0,00(8623) 0,77 (9789) 0,83 (9326) 0,78 (9790)	0,00 8623 9789 9790	
35	PAPEL CREPOM. Tamanho 0,48x2,00m. Cor vermelho,	UND	RST		0,77	0,00 %	0,00(8623) 0,74 (9789) 0,83 (9326) 0,73 (9790)	0,00 8623 9790 9789	
36	CARTOLINA, tamanho 48x66 cm. Cor branca,	UND	multiverde		0,98	0,00 %	1,13(8623) 0,82 (9789) 0,83 (9326) 1,13 (9790)	0,00 9789 9326 8623	
37	FOLHA ALMAÇO PAUTADA, Pacote com 10 folhas,	PCT			1,31	0,00 %	1,25(8623) 1,30 (9789) 1,50 (9326) 1,20 (9790)	0,00 9790 8623 9789	
38	PAPEL LAMINADO, tamanho 45x59cm. Cor amarelo,	UND	RST		1,05	0,00 %	0,00(8623) 0,98 (9789) 1,23 (9326) 0,95 (9790)	0,00 8623 9790 9789	

Página: 4/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8

REGISTRO Nº 8/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019

PROCESSO Nº 3/2019

Data de Abertura: 06/02/2019

Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO			
								Menor Preço	1º	2º	3º
39	PAPEL LAMINADO, tamanho 45x59cm. Cor azul,	UND	RST		1,00	0,00 %	1,22 (9326) 0,00 (8623)	0,90 (9789)	0,87 (9790)	0,00 8623 9790 9789	
40	PAPEL LAMINADO, tamanho 45x59cm. Cor prata,	UND	VMP		1,10	0,00 %	1,09 (9326) 0,00 (8623)	1,10 (9789)	0,00 (9790)	0,00 8623 9790 9326	
41	PAPEL LAMINADO, tamanho 45x59cm. Cor verde,	UND	vmp		1,19	0,00 %	1,23 (9326) 0,00 (8623)	1,10 (9789)	1,23 (9790)	0,00 8623 9789 9326	
42	PAPEL LAMINADO, tamanho 45x59cm. Cor vermelha,	UND	vmp		1,09	0,00 %	1,10 (9326) 0,00 (8623)	1,08 (9789)	1,10 (9790)	0,00 8623 9789 9326	
43	PAPEL CAMURÇA, tamanho 40x60cm, na cor amarela,	UND	RST		0,72	0,00 %	0,71 (9326) 0,00 (8623)	0,74 (9789)	0,70 (9790)	0,00 8623 9790 9326	
44	PAPEL CAMURÇA, tamanho 40x60cm, na cor branca,	UND	RST		1,04	0,00 %	1,27 (9326) 0,00 (8623)	0,94 (9789)	0,92 (9790)	0,00 8623 9790 9789	
45	PAPEL CAMURÇA, tamanho 40x60cm, na cor verde,	UND	RST		0,99	0,00 %	1,27 (9326) 0,00 (8623)	0,86 (9789)	0,85 (9790)	0,00 8623 9790 9789	
46	PAPEL CAMURÇA, tamanho 40x60cm, na cor vermelho,	UND	VMP		0,99	0,00 %	1,27 (9326) 0,00 (8623)	0,84 (9789)	0,85 (9790)	0,00 8623 9789 9790	
47	PAPEL CAMURÇA, tamanho 40x60cm, cor preto,	UND	RST		1,17	0,00 %	1,27 (9326) 0,00 (8623)	1,14 (9789)	1,10 (9790)	0,00 8623 9790 9789	
48	PAPEL CAMURÇA, tamanho 40x60cm, na cor laranja,	UND	RST		0,70	0,00 %	0,69 (9326) 0,00 (8623)	0,74 (9789)	0,68 (9790)	0,00 8623 9790 9326	
49	PAPEL CAMURÇA, tamanho 40x60cm, na cor rosa,	UND	vmp		1,22	0,00 %	1,27 (9326) 0,00 (8623)	1,19 (9789)	1,20 (9790)	0,00 8623 9789 9790	
50	PAPEL CAMURÇA, tamanho 40x60cm, na cor azul claro,	UND	vmp		0,92	0,00 %	1,27 (9326) 0,00 (8623)	0,74 (9789)	0,75 (9790)	0,00 8623 9789 9790	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8**REGISTRO Nº 8/2019****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019****PROCESSO Nº 3/2019****Data de Abertura: 06/02/2019****Data de Julgamento: 07/02/2019****Objeto:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO
									1º 2º 3º
51	PAPEL CAMURÇA, tamanho 40x60cm, na cor roxo,	UND	RST		0,72	0,00 %	0,00(8623) 0,72 (9326) 0,74 (9789) 0,71 (9790)	0,00 8623 9790 9326	
52	PAPEL CARTÃO. Tamanho 50x70cm, 240g. Cor amarelo	UND	VMP		0,95	0,00 %	0,85(8623) 1,18 (9326) 0,89 (9789) 0,88 (9790)	0,00 8623 9790 9789	
53	PAPEL CARTÃO. Tamanho 50x70cm, 240g. Cor azul claro	UND	RST		0,74	0,00 %	0,73(8623) 0,70 (9326) 0,87 (9789) 0,65 (9790)	0,00 9790 9326 8623	
54	PAPEL CARTÃO. Tamanho 50x70cm, 240g. Cor azul escuro	UND	RST		0,74	0,00 %	0,73(8623) 0,70 (9326) 0,88 (9789) 0,65 (9790)	0,00 9790 9326 8623	
55	PAPEL CARTÃO. Tamanho 50x70cm, 240g. Cor vermelho	UND	RST		0,74	0,00 %	0,73(8623) 0,70 (9326) 0,88 (9789) 0,65 (9790)	0,00 9790 9326 8623	
56	PAPEL CARTÃO. Tamanho 50x70cm, 240g. Cor branco	UND	RST		0,74	0,00 %	0,73(8623) 0,69 (9326) 0,88 (9789) 0,65 (9790)	0,00 9790 9326 8623	
57	PAPEL CARTÃO. Tamanho 50x70cm, 240g. Cor preto	UND	RST		0,76	0,00 %	0,73(8623) 0,72 (9326) 0,88 (9789) 0,70 (9790)	0,00 9790 9326 8623	
58	PAPEL CARTÃO. Tamanho 50x70cm, 240g. Cor laranja	UND	RST		0,89	0,00 %	0,73(8623) 1,33 (9326) 0,81 (9789) 0,70 (9790)	0,00 9790 8623 9789	
59	PAPEL CARTÃO. Tamanho 50x70cm, 240g. Cor rosa	UND	RST		0,89	0,00 %	0,73(8623) 1,33 (9326) 0,81 (9789) 0,70 (9790)	0,00 9790 8623 9789	
60	PAPEL CARTÃO. Tamanho 50x70cm, 240g. Cor verde,	UND	RST		0,90	0,00 %	0,73(8623) 1,33 (9326) 0,84 (9789) 0,70 (9790)	0,00 9790 8623 9789	
61	PAPEL SEDA. Tamanho 48x60 cm. Cor amarelo, de 1º qualidade.	UND	vmp		0,82	0,00 %	0,00(8623) 1,33 (9326) 0,57 (9789) 0,57 (9790)	0,00 8623 9789 9790	
62	PAPEL SEDA. Tamanho 48x60 cm. Cor azul	UND	RST		0,40	0,00 %	0,00(8623) 0,57 (9326) 0,34 (9789) 0,30 (9790)	0,00 8623 9790 9789	

Página: 6/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8**REGISTRO Nº 8/2019****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019****PROCESSO Nº 3/2019****Data de Abertura: 06/02/2019****Data de Julgamento: 07/02/2019****Objeto:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
63	PAPEL SEDA. Tamanho 48x60 cm. Cor azul claro,	UND	RST		0,50	0,00 %	0,00(8623) 0,57 (9326) 0,47 (9789) 0,45 (9790)	0,00 8623 9790 9789			
64	PAPEL SEDA. Tamanho 48x60 cm. Cor verde bandeira,	UND	vmp		0,51	0,00 %	0,00(8623) 0,57 (9326) 0,47 (9789) 0,48 (9790)	0,00 8623 9789 9790			
65	PAPEL SEDA. Tamanho 48x60 cm. Cor vermelho	UND	RST		0,25	0,00 %	0,00(8623) 0,20 (9326) 0,35 (9789) 0,19 (9790)	0,00 8623 9790 9326			
66	PAPEL SEDA. Tamanho 48x60 cm. Cor laranja,	UND	RST		0,31	0,00 %	0,00(8623) 0,30 (9326) 0,34 (9789) 0,28 (9790)	0,00 8623 9790 9326			
67	PAPEL SEDA. Tamanho 48x60 cm. Cor rosa,	UND	RST		0,24	0,00 %	0,00(8623) 0,20 (9326) 0,34 (9789) 0,19 (9790)	0,00 8623 9790 9326			
68	PAPEL SEDA. Tamanho 48x60 cm. Cor lilás,	UND	VMP		0,32	0,00 %	0,00(8623) 0,30 (9326) 0,34 (9789) 0,31 (9790)	0,00 8623 9326 9790			
69	PAPEL CELOFONE. Tamanho 90x100cm. Na cor vermelho,	UND	RST		1,04	0,00 %	0,00(8623) 1,08 (9326) 0,00 (9789) 1,00 (9790)	0,00 8623 9789 9790			
70	PAPEL CELOFONE. Tamanho 90x100cm. Na cor azul	UND	RST		1,04	0,00 %	0,00(8623) 1,07 (9326) 0,00 (9789) 1,00 (9790)	0,00 8623 9789 9790			
71	PAPEL CELOFONE. Tamanho 90x100cm. Na cor verde,	UND	RST		1,04	0,00 %	0,00(8623) 1,08 (9326) 0,00 (9789) 1,00 (9790)	0,00 8623 9789 9790			
72	PAPEL CELOFONE. Tamanho 90x100cm. Na cor branca,	UND	RST		0,92	0,00 %	0,00(8623) 0,94 (9326) 0,00 (9789) 0,89 (9790)	0,00 8623 9789 9790			
73	PAPEL CELOFONE. Tamanho 90x100cm. Na cor amarelo,	UND	VMP		1,00	0,00 %	0,00(8623) 0,99 (9326) 0,00 (9789) 1,00 (9790)	0,00 8623 9789 9326			
74	PAPEL CELOFONE. Tamanho 90x100cm. Na cor verde escuro,	UND	RST		0,92	0,00 %	0,00(8623) 0,94 (9326) 0,00 (9789) 0,89 (9790)	0,00 8623 9789 9790			
75	PAPEL CELOFONE. Tamanho 90x100cm. Na cor verde claro,	UND	VMP		1,00	0,00 %	0,00(8623) 0,99 (9326) 0,00 (9789) 1,00 (9790)	0,00 8623 9789 9326			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8**REGISTRO Nº 8/2019****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019****PROCESSO Nº 3/2019****Data de Abertura: 06/02/2019****Data de Julgamento: 07/02/2019****Objeto:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO			
								Menor Preço	1º	2º	3º
76	PAPEL CELOFONE. Tamanho 90x100cm. Na cor roxo,	UND	RST		0,92	0,00 %	0,00(8623)	0,00 (9789)	0,89 (9790)	0,00 8623 9789 9790	
77	PAPEL PARANÁ. Tamanho 100x80cm, espessura 1mm,	PCT			0,00	0,00 %	0,00(8623)	0,00 (9789)	0,00 (9790)	0,00 8623 9789 9790	
78	PAPEL MICRO-ONDULADO. Tamanho 50x80cm. Cor vermelho,	UND	RST		1,81	0,00 %	0,00(8623)	0,00 (9789)	1,75 (9790)	0,00 8623 9789 9790	
79	PAPEL MICRO-ONDULADO. Tamanho 50x80cm.	UND	RST		1,81	0,00 %	0,00(8623)	0,00 (9789)	1,75 (9790)	0,00 8623 9789 9790	
80	PAPEL MICRO-ONDULADO. Tamanho 50x80cm	UND	RST		1,81	0,00 %	0,00(8623)	0,00 (9789)	1,75 (9790)	0,00 8623 9789 9790	
81	PAPEL DUPLEX. Cor amarela. Tamanho 48X66cm.	UND	RST		0,70	0,00 %	0,62(8623)	0,77 (9789)	0,61 (9790)	0,00 9790 8623 9789	
82	PAPEL DUPLEX. Cor azul. Tamanho 48X66cm.	UND	RST		0,86	0,00 %	1,10(8623)	0,77 (9789)	0,75 (9790)	0,00 9790 9789 9326	
83	PAPEL DUPLEX. Cor preto. Tamanho 48X66cm.	UND	RST		0,86	0,00 %	1,10(8623)	0,77 (9789)	0,75 (9790)	0,00 9790 9789 9326	
84	PAPEL DUPLEX. Cor verde. Tamanho 48X66cm.	UND	RST		0,70	0,00 %	0,60(8623)	0,79 (9789)	0,59 (9790)	0,00 9790 8623 9789	
85	PAPEL DUPLEX. Cor roxo. Tamanho 48X66cm.	UND	RST		0,86	0,00 %	1,10(8623)	0,78 (9789)	0,75 (9790)	0,00 9790 9789 9326	
86	PAPEL DUPLEX. Cor lilás. Tamanho 48X66cm.	UND	RST		0,86	0,00 %	1,10(8623)	0,77 (9789)	0,75 (9790)	0,00 9790 9789 9326	
87	PAPEL DUPLEX. Cor laranja. Tamanho 48X66cm.	UND	vmp		1,00	0,00 %	1,10(8623)	0,95 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790 9789 9326	

Página: 8/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8

REGISTRO Nº 8/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019

PROCESSO Nº 3/2019

Data de Abertura: 06/02/2019

Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO
									1º 2º 3º
88	PAPEL DUPLEX, Cor vermelha. Tamanho 48X66cm.	UND	vnp		1,10	0,00 %	1,10 (8623) 1,09 (9789) 0,00 (9790)	0,00 9790 9789 8623	
89	BOBINA DE PAPEL PRESENTE. Tamanho 0,60cm. 5 quilos. Estampa	UND	vnp		73,18	0,00 %	80,00 (8623) 69,75 (9789) 69,80 (9790)	0,00 9326 9789 9790	
90	TINTA GUACHE, tinta lavável. Composição: Resina, água, pigmento	UND	SPLASH		3,35	0,00 %	3,87 (8623) 3,09 (9326) 3,10 (9790)	0,00 9789 9326 9790	
91	TINTA GUACHE, tinta lavável. Composição: Resina, água, pigmento	UND	SPLASH		3,39	0,00 %	3,87 (8623) 3,14 (9326) 3,15 (9790)	0,00 9789 9326 9790	
92	TINTA GUACHE, tinta lavável. Composição: Resina, água, pigmento	UND	SPLASH		3,35	0,00 %	3,87 (8623) 3,09 (9326) 3,08 (9790)	0,00 9789 9790 9326	
93	TINTA GUACHE, tinta lavável. Composição: Resina, água, pigmento	UND	SPLASH		3,85	0,00 %	3,87 (8623) 3,87 (9326) 3,80 (9790)	0,00 9789 9790 8623	
94	TINTA GUACHE, tinta lavável. Composição: Resina, água, pigmento	UND	SPLASH		3,85	0,00 %	3,87 (8623) 3,87 (9326) 3,80 (9790)	0,00 9789 9790 8623	
95	TINTA GUACHE, tinta lavável. Composição	UND	SPLASH		2,93	0,00 %	3,09 (9326) 0,00 (9789) 2,90 (9790)	0,00 9789 8623 9790	
96	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor preto	UND	ACRILEX		2,61	0,00 %	2,63 (8623) 2,60 (9789) 2,59 (9790)	0,00 9790 9789 8623	
97	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor amarelo	UND	ACRILEX		2,44	0,00 %	2,63 (8623) 2,29 (9789) 2,20 (9790)	0,00 9790 9789 8623	
98	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor laranja	UND	ACRILEX		2,43	0,00 %	2,63 (8623) 2,24 (9789) 2,20 (9790)	0,00 9790 9789 8623	
99	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor vermelho	UND	ACRILEX		2,15	0,00 %	1,87 (8623) 2,24 (9789) 1,86 (9790)	0,00 9790 8623 9789	
100	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor vermelho fogo	UND	ACRILEX		2,42	0,00 %	2,63 (8623) 2,21 (9789) 2,20 (9790)	0,00 9790 9789 8623	

Página: 9/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8

REGISTRO Nº 8/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019

PROCESSO Nº 3/2019

Data de Abertura: 06/02/2019

Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO
									1º 2º 3º
101	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor vinho	UND	acrilex		2,44	0,00 %	2,63 (8623) 2,24 (9789) 2,25 (9790)	0,00 9789 9790 8623	
102	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor violeta	UND	ACRILEX		2,16	0,00 %	2,63 (9326) 2,24 (9789) 1,85 (9790)	0,00 9790 8623 9789	
103	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor azul cobalto	UND	ACRILEX		2,17	0,00 %	2,63 (9326) 2,24 (9789) 1,85 (9790)	0,00 9790 8623 9789	
104	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor verde musgo	UND	ACRILEX		2,17	0,00 %	2,63 (9326) 2,24 (9789) 1,85 (9790)	0,00 9790 8623 9789	
105	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor verde bandeira	UND	ACRILEX		2,17	0,00 %	2,63 (9326) 2,24 (9789) 1,85 (9790)	0,00 9790 8623 9789	
106	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor branco.	UND	ACRILEX		2,17	0,00 %	2,63 (9326) 2,24 (9789) 1,85 (9790)	0,00 9790 8623 9789	
107	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Corturquesa.	UND	ACRILEX		2,17	0,00 %	2,63 (9326) 2,24 (9789) 1,85 (9790)	0,00 9790 8623 9789	
108	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor azul celeste. Validade mínima	UND	ACRILEX		2,17	0,00 %	2,63 (9326) 2,24 (9789) 1,85 (9790)	0,00 9790 8623 9789	
109	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor marrom. Validade mínima de 2 an	UND	ACRILEX		2,17	0,00 %	2,63 (9326) 2,24 (9789) 1,85 (9790)	0,00 9790 8623 9789	
110	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor azul marinho. Validade mínima d	UND	ACRILEX		2,15	0,00 %	2,63 (9326) 2,24 (9789) 1,85 (9790)	0,00 9790 8623 9789	
111	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor ciclame. Validade mínima de 2 a	UND	ACRILEX		2,15	0,00 %	2,63 (9326) 2,24 (9789) 1,85 (9790)	0,00 9790 8623 9789	
112	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor verde folha. Validade mínima de	UND	ACRILEX		2,42	0,00 %	2,63 (9326) 2,25 (9789) 2,20 (9790)	0,00 9790 9789 8623	
113	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor lilás. Validade mínima de 2 ano	UND	ACRILEX		2,62	0,00 %	2,63 (9326) 2,63 (9789) 2,60 (9790)	0,00 9790 8623 9326	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8**REGISTRO Nº 8/2019****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019****PROCESSO Nº 3/2019****Data de Abertura: 06/02/2019****Data de Julgamento: 07/02/2019****Objeto:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO			
								Menor Preço	1º	2º	3º
114	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor violeta cobalto. Validade mínima	UND	ACRILEX		2,44	0,00 %	2,63 (9326) 2,30 (9789) 2,20 (9790)	0,00	9790	9789	8623
115	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor verde bandeira. Validade mínima	UND	ACRILEX		2,44	0,00 %	2,63 (8623) 2,30 (9789) 2,20 (9790)	0,00	9790	9789	8623
116	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor verde oliva. Validade mínima de	UND	ACRILEX		2,44	0,00 %	2,63 (8623) 2,30 (9789) 2,20 (9790)	0,00	9790	9789	8623
117	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor azul mar. Validade mínima de 2	UND	ACRILEX		2,40	0,00 %	2,63 (8623) 2,20 (9789) 2,15 (9790)	0,00	9790	9789	8623
118	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor coral. Validade mínima de 2 ano	UND	ACRILEX		2,40	0,00 %	2,63 (8623) 2,20 (9789) 2,15 (9790)	0,00	9790	9789	8623
119	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor rosa escuro. Validade mínima de	UND	ACRILEX		2,62	0,00 %	2,63 (8623) 2,63 (9789) 2,60 (9790)	0,00	9790	8623	9326
120	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor rosa bebê. Validade mínima de 2	UND	ACRILEX		2,62	0,00 %	2,63 (8623) 2,63 (9789) 2,60 (9790)	0,00	9790	8623	9326
121	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor amarelo bebê. Validade mínima d	UND	ACRILEX		2,40	0,00 %	2,63 (8623) 2,20 (9789) 2,15 (9790)	0,00	9790	9789	8623
122	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor amarelo limão. Validade mínima	UND	ACRILEX		2,49	0,00 %	2,63 (8623) 2,39 (9789) 2,30 (9790)	0,00	9790	9789	8623
123	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor púrpura. Validade mínima de 2 a	UND	ACRILEX		2,44	0,00 %	2,63 (8623) 2,29 (9789) 2,20 (9790)	0,00	9790	9789	8623
124	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor salmão. Validade mínima de 2 an	UND	ACRILEX		2,44	0,00 %	2,63 (8623) 2,29 (9789) 2,20 (9790)	0,00	9790	9789	8623
125	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor amarelo pele. Validade mínima d	UND	ACRILEX		2,44	0,00 %	2,63 (8623) 2,29 (9789) 2,20 (9790)	0,00	9790	9789	8623

Página: 11/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8

REGISTRO Nº 8/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019

PROCESSO Nº 3/2019

Data de Abertura: 06/02/2019

Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO		
								Menor Preço	1º	2º 3º
126	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor vermelho escarlate. Validade 12 meses	UND	acrilex		2,51	0,00 %	2,63 (9326)	2,38 (9789)	2,40 (9790)	0,00 9789 9790 8623
127	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor cinza. Validade mínima de 2 anos	UND	ACRILEX		2,44	0,00 %	2,63 (8623)	2,28 (9789)	2,20 (9790)	0,00 9790 9789 8623
128	TINTA SPRAY. De uso geral e externo, 200ml	UND	MUNDIAL		14,47	0,00 %	13,79 (9326)	0,00 (9789)	13,00 (9790)	0,00 9789 9790 9326
129	TINTA SPRAY De uso geral e externo, 200ml	UND	MUNDIAL		14,46	0,00 %	13,74 (9326)	0,00 (9789)	13,00 (9790)	0,00 9789 9790 9326
130	TINTA SPRAY. De uso geral e externo, 200 ml.	UND	MUNDIAL		14,81	0,00 %	13,99 (8623)	0,00 (9789)	13,80 (9790)	0,00 9789 9790 9326
131	TINTA SPRAY. De uso geral e externo,	UND	MUNDIAL		14,47	0,00 %	13,79 (9326)	0,00 (9789)	13,00 (9790)	0,00 9789 9790 9326
132	TINTA SPRAY. De uso geral e externo, 200	UND	MUNDIAL		14,81	0,00 %	13,99 (8623)	0,00 (9789)	13,80 (9790)	0,00 9789 9790 9326
133	TINTA SPRAY. De uso geral e externo	UND	MUNDIAL		14,47	0,00 %	13,78 (8623)	0,00 (9789)	13,00 (9790)	0,00 9789 9790 9326
134	TINTA SPRAY. De uso geral	UND	MUNDIAL		14,60	0,00 %	13,68 (8623)	0,00 (9789)	13,50 (9790)	0,00 9789 9790 9326
135	TINTA SPRAY. De uso geral e externo, ,	UND	MUNDIAL		14,44	0,00 %	13,68 (8623)	0,00 (9789)	13,00 (9790)	0,00 9789 9790 9326
136	TINTA SPRAY. De uso geral e externo, 200,	UND	MUNDIAL		15,87	0,00 %	15,98 (8623)	0,00 (9789)	15,00 (9790)	0,00 9789 9790 9326
137	TINTA SPRAY. De uso geral e externo, 200 ml. Cor rosa.	UND	MUNDIAL		14,47	0,00 %	13,79 (9326)	0,00 (9789)	13,00 (9790)	0,00 9789 9790 9326
138	TINTA SPRAY. De uso geral e externo, 200 ml. Cor laranja.	UND	MUNDIAL		14,47	0,00 %	13,79 (9326)	0,00 (9789)	13,00 (9790)	0,00 9789 9790 9326

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8**REGISTRO Nº 8/2019****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019****PROCESSO Nº 3/2019****Data de Abertura: 06/02/2019****Data de Julgamento: 07/02/2019****Objeto:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO
									1º 2º 3º
139	MARCADOR PARA RETROPROJETOR, ponta fina 1,0mm,	UND	CIS		2,82	0,00 %	4,00(8623) 2,39(9326) 2,70(9789) 2,20(9790)	0,00 9790 9326 9789	
140	MARCADOR PARA RETROPROJETOR,	UND	CIS		2,76	0,00 %	4,00(8623) 2,19(9326) 2,68(9789) 2,15(9790)	0,00 9790 9326 9789	
141	MARCADOR PARA RETROPROJETOR, ponta fina 1,0mm	UND	CIS		2,91	0,00 %	4,00(8623) 2,09(9326) 3,56(9789) 2,00(9790)	0,00 9790 9326 9789	
142	MARCADOR PARA RETROPROJETOR, ponta fina 1,0mm, cor preto,	UND	CIS		3,80	0,00 %	4,00(8623) 3,89(9326) 3,70(9789) 3,60(9790)	0,00 9790 9789 9326	
143	MARCADOR PARA RETROPROJETOR 2,0, cor vermelha,	UND	JOCAR		2,05	0,00 %	3,10(8623) 1,69(9326) 1,80(9789) 1,60(9790)	0,00 9790 9326 9789	
144	MARCADOR PARA RETROPROJETOR 2,0, cor verde,	UND	JOCAR		3,01	0,00 %	3,10(8623) 2,99(9326) 0,00(9789) 2,95(9790)	0,00 9789 9790 9326	
145	MARCADOR PARA RETROPROJETOR 2,0, cor preto,	UND	JOCAR		2,06	0,00 %	3,10(8623) 1,69(9326) 1,80(9789) 1,65(9790)	0,00 9790 9326 9789	
146	Marcador para retroprojektor 2,0, cor azul, ponta políester,	UND	JOCAR		2,31	0,00 %	3,10(8623) 2,39(9326) 1,90(9789) 1,85(9790)	0,00 9790 9789 9326	
147	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL. Ponta macia para	UND	pilot		9,49	0,00 %	9,77(8623) 9,39(9326) 9,30(9789) 0,00(9790)	0,00 9790 9789 9326	
148	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL. Ponta macia par	UND	pilot		9,61	0,00 %	9,77(8623) 9,77(9326) 9,40(9789) 9,50(9790)	0,00 9789 9790 8623	
149	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL. Ponta macia pa	UND	JOCAR		8,29	0,00 %	9,77(8623) 7,48(9326) 8,90(9789) 7,00(9790)	0,00 9790 9326 9789	
150	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL. Ponta macia	UND	JOCAR		7,12	0,00 %	9,77(8623) 4,99(9326) 8,90(9789) 4,80(9790)	0,00 9790 9326 9789	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8**REGISTRO Nº 8/2019****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019****PROCESSO Nº 3/2019****Data de Abertura: 06/02/2019****Data de Julgamento: 07/02/2019****Objeto:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO			
								Menor Preço	1º	2º	3º
151	REFIL PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO –(WBS-VBM); Embalage	CX	JOCAR		42,11	0,00 %	46,97 (9326) 39,50 (9789) <u>35,00 (9790)</u>	0,00	9790	9789	8623
152	REFIL PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO –(WBS-VBM); Em	CX	JOCAR		35,41	0,00 %	46,97 (8623) 39,50 (9789) <u>27,55 (9326)</u> 27,60 (9790)	0,00	9326	9790	9789
153	REFIL PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO –(WBS-VBM); Embal	CX	JOCAR		42,11	0,00 %	46,97 (8623) 39,50 (9789) <u>35,00 (9790)</u>	0,00	9790	9789	8623
154	REFIL PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO –(WBS-VBM); Embal	CX	JOCAR		45,22	0,00 %	46,97 (8623) 44,40 (9789) <u>0,00 (9790)</u>	0,00	9790	9326	9789
155	CANETA PARA CD, ideal para CD e DVDs Tinta resistente a luz	CX	BRW		25,44	0,00 %	41,38 (9326) 18,19 (9789) <u>18,17 (8623)</u> 24,00 (9790)	0,00	8623	9789	9790
156	CANETA PARA CD, ideal para CD e DVDs. Tinta resistente,	CX	BRW		25,57	0,00 %	39,98 (9326) 19,28 (9789) <u>19,00 (8623)</u> 24,00 (9790)	0,00	8623	9789	9790
157	CANETA PARA CD, ideal para CD e DVDs. Tinta resistente a luz	CX	BRW		29,79	0,00 %	38,47 (9326) 21,00 (8623) <u>0,00 (9789)</u> 29,90 (9790)	0,00	9789	8623	9790
158	CANETA PARA CD, ideal para CD e DVDs. Tinta,	CX	BRW		24,55	0,00 %	38,48 (9326) 17,90 (9789) <u>17,80 (8623)</u> 24,00 (9790)	0,00	8623	9789	9790
159	E.V.A Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico,	UND	DUBFLEX		1,24	0,00 %	1,17 (9326) 1,36 (9789) <u>0,00 (9790)</u>	0,00	9790	9326	8623
160	E.V.A Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico, emborrachado,	UND	leonora		1,60	0,00 %	1,62 (9326) 1,58 (9789) <u>0,00 (9790)</u>	0,00	9790	9789	8623
161	E.V.A Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico, emborrachado.	UND	leonora		1,59	0,00 %	1,59 (9326) 1,58 (9789) <u>0,00 (9790)</u>	0,00	9790	9789	9326
162	E.V.A Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico, emborrachado,,	UND	HAITI		1,33	0,00 %	1,30 (9326) 1,40 (9789) <u>0,00 (9790)</u>	0,00	9790	8623	9326

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8

REGISTRO Nº 8/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019

PROCESSO Nº 3/2019

Data de Abertura: 06/02/2019

Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO			
								Menor Preço	1º	2º	3º
163	E.V.A Tamanho 480x400x1,5mm, atóxico, emborrachado,.	UND	HAITI		1,27	0,00 %	1,23 (9326) 1,22(8623)	1,37 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790	8623 9326
164	E.V.A Tamanho 480x400x1,5mm, atóxico, emborrachado,.	UND	DUBFLEX		1,25	0,00 %	1,17 (9326) 1,18(8623)	1,39 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790	9326 8623
165	E.V.A Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico,.	UND	DUBFLEX		1,72	0,00 %	1,70 (9326) 1,71(8623)	1,75 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790	9326 8623
166	E.V.A Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico, -	UND	HAITI		1,27	0,00 %	1,24 (9326) 1,22(8623)	1,36 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790	8623 9326
167	E.V.A Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico, .	UND	DUBFLEX		1,23	0,00 %	1,17 (9326) 1,18(8623)	1,34 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790	9326 8623
168	E.V.A. Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico, .	UND	DUBFLEX		1,23	0,00 %	1,17 (9326) 1,18(8623)	1,34 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790	9326 8623
169	E.V.A Tamanho 45X60 2cm	UND	leonor		1,58	0,00 %	1,48 (9326) 1,80(8623)	1,47 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790	9789 9326
170	E.V.A Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico,.	UND	DUBFLEX		1,44	0,00 %	1,43 (9326) 1,45(8623)	1,44 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790	9326 9789
171	E.V.A. Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico, .	UND	DUBFLEX		1,28	0,00 %	1,22 (9326) 1,23(8623)	1,38 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790	9326 8623
172	E.V.A Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico,/	UND	HAITI		1,80	0,00 %	1,80 (8623)	1,80 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790	8623 9326
173	E.V.A. Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico, emborrachado,	UND	DUBFLEX		1,24	0,00 %	1,17 (9326) 1,18(8623)	1,36 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790	9326 8623
174	E.V.A Tamanho, 45X60 2cm espessura, atóxico, .	UND	leonor		1,64	0,00 %	1,58 (9326) 1,80(8623)	1,55 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790	9789 9326
175	E.V.A Tamanho 45X60 2cm, espessura, atóxico, .	UND	DUBFLEX		1,24	0,00 %	1,16 (9326) 1,21(8623)	1,36 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790	9326 8623

Página: 15/38

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019

Data de Abertura: 06/02/2019

REGISTRO Nº 8/2019

PROCESSO Nº 3/2019

Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
176	E.V.A Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxica.	UND	HAITI		1,80	0,00 %	1,80 (8623) 1,80 (9326) 1,80 (9789) 0,00 (9790)	0,00 (9790) 8623 9326			
177	E.V.A ESTAMPADO COM BOLINHA, cores variadas, .	UND	HAITI		4,86	0,00 %	4,49 (8623) 4,98 (9326) 4,50 (9789) 0,00 (9790)	0,00 (9790) 8623 9789			
178	E.V.A ESTAMPADO COM ESTRELAS, cores variadas	UND	seller		4,83	0,00 %	5,00 (8623) 4,98 (9326) 4,50 (9789) 0,00 (9790)	0,00 (9790) 8623 9326			
179	E.V.A ESTAMPADO COM CORAÇÃO, .	UND	DUBFLEX		3,93	0,00 %	3,90 (8623) 3,88 (9326) 4,00 (9789) 0,00 (9790)	0,00 (9790) 8623			
180	E.V.A ESTAMPADO COM PRIMAVERA cores variadas, .	UND	seller		4,83	0,00 %	5,00 (8623) 4,98 (9326) 4,50 (9789) 0,00 (9790)	0,00 (9790) 8623 9326			
181	E.V.A LISTRADO, cores variadas, tamanho 600X400X2mm,	UND	HAITI		5,00	0,00 %	5,00 (8623) 5,00 (9326) 5,00 (9789) 0,00 (9790)	0,00 (9790) 8623 9326			
182	E.V.A PLUSH. Tamanho 480X400X1,5,	UND	MILLY		4,67	0,00 %	4,80 (8623) 4,59 (9326) 4,80 (9789) 4,50 (9790)	0,00 (9790) 8623			
183	E.V.A PLUSH. Tamanho 480X400X1,5, atóxica, emborrachada,	UND	MILLY		4,47	0,00 %	4,40 (8623) 4,39 (9326) 4,80 (9789) 4,30 (9790)	0,00 (9790) 8623			
184	E.V.A PLUSH. Tamanho 45X60 2cm espessura,,	UND	MILLY		4,72	0,00 %	4,80 (8623) 4,69 (9326) 4,80 (9789) 4,60 (9790)	0,00 (9790) 8623			
185	E.V.A PLUSH. Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxica,	UND	MILLY		4,24	0,00 %	3,99 (8623) 4,18 (9326) 4,80 (9789) 3,98 (9790)	0,00 (9790) 8623 9326			
186	E.V.A PLUSH. Tamanho 45X60 2cm espessura..	UND	MILLY		4,72	0,00 %	4,80 (8623) 4,69 (9326) 4,80 (9789) 4,60 (9790)	0,00 (9790) 8623			
187	E.V.A PLUSH. Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxica.	UND	MILLY		4,72	0,00 %	4,80 (8623) 4,69 (9326) 4,80 (9789) 4,60 (9790)	0,00 (9790) 8623			
188	E.V.A PLUSH. Tamanho 45X60 2cm espessura,	UND	MILLY		4,27	0,00 %	4,09 (8623) 4,19 (9326) 4,80 (9789) 4,00 (9790)	0,00 (9790) 8623 9326			

Página: 16/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019
Data de Abertura: 06/02/2019

REGISTRO Nº 8/2019
PROCESSO Nº 3/2019
Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço		
								1º	2º	3º
189	E.VA PLUSH. Tamanho 45X60 2cm	UND	HAITI		3,56	0,00 %	2,85(8623)	3,69 (9326)	4,80 (9789)	2,89 (9790)
190	E.VA PLUSH. Tamanho 45X60 2cm espessura...	UND	HAITI		3,59	0,00 %	2,95(8623)	3,64 (9326)	4,80 (9789)	2,97 (9790)
191	E.VA PLUSH. Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxica -	UND	HAITI		4,80	0,00 %	4,80(8623)	4,80 (9326)	4,80 (9789)	4,80 (9790)
192	E.VA PLUSH. Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxica /	UND	MILLY		4,78	0,00 %	4,80(8623)	4,80 (9326)	4,80 (9789)	4,70 (9790)
193	E.VA PLUSH. Tamanho 45X60 2cm espessura -	UND	MILLY		4,78	0,00 %	4,80(8623)	4,80 (9326)	4,80 (9789)	4,70 (9790)
194	E.VA PLUSH. Tamanho 45X60 2cm espessura --	UND	MILLY		4,78	0,00 %	4,80(8623)	4,80 (9326)	4,80 (9789)	4,70 (9790)
195	E.VA PLUSH. Tamanho 45X60 2cm espessura --	UND	MILLY		4,78	0,00 %	4,80(8623)	4,80 (9326)	4,80 (9789)	4,70 (9790)
196	PAPEL A4, colorido; 75g/m², pacote com	PCT	CJAMEX		7,77	0,00 %	7,77(8623)	7,77 (9326)	0,00 (9789)	0,00 (9790)
197	PAPEL A4, colorido; 75g/m², pacote com 100 folhas,	PCT	ITAPEL		7,75	0,00 %	7,77(8623)	7,77 (9326)	0,00 (9789)	7,70 (9790)
198	PAPEL A4, colorido; 75g/m², pacote	PCT	ITAPEL		7,75	0,00 %	7,77(8623)	7,77 (9326)	0,00 (9789)	7,70 (9790)
199	PAPEL A4, colorido; 75g/m², pacote com 100 folhas	PCT	ITAPEL		7,74	0,00 %	0,00(8623)	7,77 (9326)	0,00 (9789)	7,70 (9790)
200	PAPEL A4, colorido; 75g/m², pacote com,	PCT	ITAPEL		7,75	0,00 %	7,77(8623)	7,77 (9326)	0,00 (9789)	7,70 (9790)
201	FOLHAS COLORIDAS. Tamanho ofício A4, cor salmão/	PCT	CHAMEX		12,47	0,00 %	0,00(8623)	12,47 (9326)	0,00 (9789)	12,47 (9790)

Página: 17/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8**REGISTRO Nº 8/2019****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019****PROCESSO Nº 3/2019****Data de Abertura: 06/02/2019****Data de Julgamento: 07/02/2019****Objeto:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO					
								Menor Preço	1º	2º	3º		
202	PAPEL IMPRESSÃO - tamanho A4, com folhas ultra brancas,	PCT	RINO		17,49	0,00 %	17,48 (9326)	0,00 (9789)	17,50 (9790)	0,00	8623	9789	9326
203	PAPEL A3, 297 X 420mm, 75g/m², alcalino, resma		CHAMEX		40,99	0,00 %	40,98 (9326)	0,00 (9789)	41,00 (9790)	0,00	8623	9789	9326
204	CLIPS niquelado, caixa com 500 gramas, nº 2/0.	CX	RAFA		11,72	0,00 %	11,73 (9326)	11,73 (9789)	11,70 (9790)	0,00	9790	8623	9326
205	CLIPS niquelado, caixa com 500 gramas, nº 8/0.	CX	RAFA		10,99	0,00 %	11,73 (9326)	11,73 (9789)	10,20 (9790)	0,00	9790	9326	8623
206	CLIPS niquelado, caixa com 500 gramas, nº 4/0.	CX	RAFA		11,72	0,00 %	11,73 (9326)	11,73 (9789)	11,70 (9790)	0,00	9790	8623	9326
207	CLIPS niquelado, caixa com 500 gramas, nº 0.	CX	RAFA		11,72	0,00 %	11,73 (9326)	11,73 (9789)	11,70 (9790)	0,00	9790	8623	9326
208	CLIPS niquelado, caixa com 500 gramas, nº 6/0.	CX	RAFA		11,72	0,00 %	11,73 (9326)	11,73 (9789)	11,70 (9790)	0,00	9790	8623	9326
209	PERFURADOR DE PAPEL Capacidade: 20 folhas.	UND	BRW		15,14	0,00 %	14,00 (9623)	17,97 (9789)	14,30 (9790)	0,00	8623	9326	9790
210	PERFURADOR DE PAPEL, capacidade de 50	UND	leonora		58,32	0,00 %	0,00 (9623)	46,63 (9789)	70,00 (9790)	0,00	8623	9326	9789
211	PERFURADOR DE PAPEL Capacidade: 100 folhas.	UND	CAVIA		116,00	0,00 %	109,99 (9623)	130,00 (9789)	108,00 (9790)	0,00	9326	9790	8623
212	PERFURADO DE PAPEL, capacidade de 10 folhas.	UND	MASTER		11,00	0,00 %	11,30 (9623)	11,30 (9789)	10,70 (9790)	0,00	9326	9790	8623
213	GRAMPEADOR metal preto, com capacidade de 20 folhas	UND	MASTER		12,97	0,00 %	12,97 (9623)	12,97 (9789)	12,97 (9790)	0,00	9326	8623	9789
214	GRAMPEADOR metal preto, com capacidade de 25 folhas	UND	JOCAR		14,88	0,00 %	1,93 (9326)	19,30 (9789)	19,00 (9790)	0,00	9326	9790	8623

Página: 18/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8

REGISTRO Nº 8/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019

PROCESSO Nº 3/2019

Data de Abertura: 06/02/2019

Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO
									1º 2º 3º
215	COLA BRANCA ESCOLAR, a base de água e PVA;	UND	PIRATININGA		6,46	0,00 %	5,39(8623) 8,65 (9326) 0,00 (9789) 5,35 (9790)	0,00	9789 9790 8623
216	COLA BRANCA ESCOLAR, a base de água e PVA;	UND	PIRATININGA		2,07	0,00 %	2,07(8623) 2,06 (9326) 0,00 (9789) 2,07 (9790)	0,00	9789 9326 8623
217	COLA COLORIDA - Atóxica, lavável, cores vivas e brilhantes;	UND	PIRATININGA		4,36	0,00 %	4,00(8623) 5,09 (9326) 0,00 (9789) 3,98 (9790)	0,00	9789 9790 8623
218	COLA PARA E.V.A E ISOPOR. 35 gramas	UND	PIRATININGA		3,24	0,00 %	3,24(8623) 3,23 (9326) 3,24 (9789) 3,24 (9790)	0,00	9326 8623 9789
219	COLA instantânea, linha artesanato nº 2, 20gr.	UND	TEKBOND		8,23	0,00 %	8,23(8623) 8,22 (9326) 8,23 (9789) 8,23 (9790)	0,00	9326 8623 9789
220	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e de largura 1,40m,	RL	SANTA FÁ?		55,65	0,00 %	55,00(8623) 57,95 (9326) 0,00 (9789) 54,00 (9790)	0,00	9789 9790 8623
221	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e de largura 1,40m	UND	SB		52,15	0,00 %	51,20(8623) 51,25 (9326) 0,00 (9789) 54,00 (9790)	0,00	9789 8623 9326
222	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e de largura	RL	SB		50,82	0,00 %	49,20(8623) 49,25 (9326) 0,00 (9789) 54,00 (9790)	0,00	9789 8623 9326
223	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e	RL	ACP		53,32	0,00 %	53,00(8623) 52,96 (9326) 0,00 (9789) 54,00 (9790)	0,00	9789 9326 8623
224	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e,	RL	SB		52,95	0,00 %	52,40(8623) 52,45 (9326) 0,00 (9789) 54,00 (9790)	0,00	9789 8623 9326
225	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e de largura 1,40m -	RL	ACP		50,47	0,00 %	48,72(8623) 48,70 (9326) 0,00 (9789) 54,00 (9790)	0,00	9789 9326 8623
226	TNT, rolo, com 50 metros de comprimento e	RL	SB		74,63	0,00 %	70,00(8623) 74,00 (9326) 0,00 (9789) 79,90 (9790)	0,00	9789 8623 9326
227	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e de largura, 1,40m	RL	ACP		57,02	0,00 %	55,60(8623) 55,45 (9326) 0,00 (9789) 60,00 (9790)	0,00	9789 9326 8623

Página: 19/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8

REGISTRO Nº 8/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019

PROCESSO Nº 3/2019

Data de Abertura: 06/02/2019

Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO		
								Menor Preço	1º	2º
228	TNT, rolo com 50	RL	SB		51,63	0,00 %	50,40 (8623) 54,00 (9790)	0,00 (9789)	54,00 (9790)	0,00 9789 8623 9326
229	TNT, rolo com 50 metros	RL	SB		53,22	0,00 %	52,85 (9326) 55,00 (9790)	0,00 (9789)	55,00 (9790)	0,00 9789 8623 9326
230	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e de largura, 1,40m,	RL	ACP		51,13	0,00 %	49,70 (8623) 54,00 (9790)	0,00 (9789)	54,00 (9790)	0,00 9789 9326 8623
231	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e de largura 1,40m.	RL	SB		70,72	0,00 %	70,59 (9326) 71,00 (9790)	0,00 (9789)	71,00 (9790)	0,00 9789 8623 9326
232	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e de largura 1,40m,.	RL	ACP		72,92	0,00 %	72,87 (9326) 73,00 (9790)	0,00 (9789)	73,00 (9790)	0,00 9789 9326 8623
233	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e de largura,	RL	SB		68,72	0,00 %	65,58 (8623) 71,00 (9790)	0,00 (9789)	71,00 (9790)	0,00 9789 8623 9326
234	CD-RW VIRGEM REGRAVAVEL 700MB 80 MINUTOS C/CAPA	UND	ELGIN		3,50	0,00 %	3,50 (8623) 0,00 (9790)	0,00 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9789 9790 8623
235	CD-R VIRGEM 700 MB 80 MINUTOS C/CAPA	UND	ELGIN		1,28	0,00 %	1,46 (9326) 0,00 (9790)	1,20 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790 8623 9789
236	Pendrive, 8GB.	UND	MULTILASER		28,36	0,00 %	28,30 (8623) 28,35 (9789)	28,35 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790 8623 9789
237	DVD/R VIRGEM 120 min, 4.7GB.com capa	UND	maxprint		2,09	0,00 %	2,23 (9326) 0,00 (9790)	2,00 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790 9789 8623
238	DVD/RW VIRGEM, regravável, 120 min, 4.7GB	UND	maxprint		3,58	0,00 %	3,58 (8623) 0,00 (9790)	3,57 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790 9789 8623
239	PLACA DE POLIESTIRENO (ISOPOR) com 110cmx50cmx15mm.	UND	PLACTERM		4,00	0,00 %	0,00 (8623) 0,00 (9790)	0,00 (9789)	0,00 (9790)	0,00 8623 9789 9790
240	PLACA DE POLIESTIRENO (ISOPOR) com 110cmx50cmx10mm.	UND	PLACTERM		3,67	0,00 %	0,00 (8623) 0,00 (9790)	0,00 (9789)	0,00 (9790)	0,00 8623 9789 9790

Página: 20/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8**REGISTRO Nº 8/2019****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019****PROCESSO Nº 3/2019****Data de Abertura: 06/02/2019****Data de Julgamento: 07/02/2019****Objeto:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
241	PLACA DE POLIESTIRENO (ISOPOR) com 100cmx50cmx10mm.	UND	PLACTERM		3,33	0,00 %	3,33 (9326) 0,00(8623)	0,00 (9789)	0,00 (9790)	0,00 8623 9789	9790
242	BOLA DE ISOPOR 100 mm,	UND	knauf		2,17	0,00 %	2,19 (9326) 0,00(8623)	2,15 (9789)	0,00 (9790)	0,00 8623 9790	9789
243	BOLA DE ISOPOR 150 mm,	UND	STYROCORT		2,92	0,00 %	2,92 (9326) 0,00(8623)	0,00 (9789)	0,00 (9790)	0,00 8623 9789	9790
244	BOLA DE ISOPOR 200 mm,	UND	STYROCORT		3,35	0,00 %	3,35 (9326) 0,00(8623)	0,00 (9789)	0,00 (9790)	0,00 8623 9789	9790
245	BOLA DE ISOPOR 250 mm,	UND	STYROCORT		3,83	0,00 %	3,83 (9326) 0,00(8623)	0,00 (9789)	0,00 (9790)	0,00 8623 9789	9790
246	BOLA DE ISOPOR 35 mm,,	UND	STYROCORT		0,90	0,00 %	0,90(8623) 0,00(8623)	0,90 (9789)	0,00 (9790)	0,00 8623 9790	9326
247	BOLA DE ISOPOR 50 mm, material	UND	knauf		1,17	0,00 %	1,17 (9326) 0,00(8623)	1,16 (9789)	0,00 (9790)	0,00 8623 9790	9789
248	BOLA DE ISOPOR 75 mm, material de polipropileno	UND	knauf		1,54	0,00 %	1,54 (9326) 0,00(8623)	1,53 (9789)	0,00 (9790)	0,00 8623 9790	9789
249	CADERNO BROCHURA\ Capa dura lisa 1/4,	UND	PANAMERICA ^A		2,10	0,00 %	1,95(8623) 1,95 (9326)	2,39 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790 9326	8623
250	CADERNO UNIVERSITÁRIO, 200 folhas	UND	PANAMERICA ^A		8,95	0,00 %	8,52(8623) 8,53 (9326)	9,80 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790 8623	9326
251	CADERNO DE CALIGRAFIA, 40 folhas,	UND	PANAMERICA ^A		2,84	0,00 %	2,82 (9326) 2,54(8623)	2,55 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790 8623	9789
252	CADERNO QUADRICULADO, 5x5mm, 96	UND	PANAMERICA ^A		3,96	0,00 %	3,95(8623) 3,96 (9326)	0,00 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9789 9790	8623
253	TESOURA,aco inox 4 , ambidestra, pequena, ponta arredondada,	UND	ACRILEX		3,29	0,00 %	3,28(8623) 3,29 (9326)	0,00 (9789)	3,30 (9790)	0,00 9789 8623	9326
254	TESOURA, 8 polegadas ,cabo totalmente nas cores preto,branco	UND	masterprint		7,02	0,00 %	7,20(8623) 6,98 (9326)	6,90 (9789)	7,00 (9790)	0,00 9789 9326	9790

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019
Data de Abertura: 06/02/2019

REGISTRO Nº 8/2019
PROCESSO Nº 3/2019
Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO			
								Menor Preço	1°	2°	3°
255	TESOURA COM LÂMINA DE PICOTAR	UND	CLASSE		28,26	0,00 %	27,89 (8623)	29,86 (9326)	0,00 (9789)	27,00 (9790)	0,00 9789 9790 8623
256	ESTILETE - corpo totalmente de aço	UND	BRW		5,63	0,00 %	5,63 (8623)	0,00 (9326)	0,00 (9789)	5,63 (9790)	0,00 9326 9789 8623
257	ESTILETE -corpo totalmente de aço	UND	BRW		5,03	0,00 %	5,00 (8623)	0,00 (9326)	0,00 (9789)	5,05 (9790)	0,00 9326 9789 8623
258	PERCEVEJO, caixa com 100 unidades,	CX	BRW		2,66	0,00 %	2,53 (8623)	2,54 (9326)	0,00 (9789)	2,90 (9790)	0,00 9789 8623 9326
259	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR, caixa	UND	MASTER		2,56	0,00 %	2,50 (8623)	2,57 (9326)	0,00 (9789)	2,60 (9790)	0,00 9789 8623 9326
260	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR, caixa,	CX	brw		9,03	0,00 %	7,74 (8623)	12,92 (9326)	7,70 (9789)	7,75 (9790)	0,00 9789 8623 9790
261	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR, caixa c/3000	CX	BRW		10,53	0,00 %	9,48 (8623)	11,94 (9326)	11,18 (9789)	9,50 (9790)	0,00 8623 9790 9789
262	ALFINETE DE CABEÇA DE USO PARA MAPAS Nº 01.	CX	BRW		2,15	0,00 %	2,02 (8623)	2,14 (9326)	2,37 (9789)	2,05 (9790)	0,00 8623 9790 9326
263	MASSA DE MODELAR - TEXTURA SUPER MACIA,	CX	LEONORA		2,67	0,00 %	2,25 (8623)	2,98 (9326)	3,25 (9789)	2,21 (9790)	0,00 9790 8623 9326
264	BALÃO LISO Nº 6,5, cores sortidas, pacote	PCT	RIBERBAL		4,45	0,00 %	2,97 (8623)	5,96 (9326)	5,87 (9789)	3,00 (9790)	0,00 8623 9790 9789
265	BARBANTE, 8 fios, 100% algodão, com 300	UND	CORBATEX		8,92	0,00 %	7,48 (8623)	9,95 (9326)	10,75 (9789)	7,50 (9790)	0,00 8623 9790 9326
266	BARBANTE 8 fios, 100% algodão, com 300	UND	CORBATEX		8,29	0,00 %	6,96 (8623)	10,90 (9326)	0,00 (9789)	7,00 (9790)	0,00 9789 8623 9790
267	LANTEJOUILA em formato de estrela	PCT	HONEY		1,90	0,00 %	0,00 (8623)	1,89 (9326)	0,00 (9789)	1,90 (9790)	0,00 8623 9789 9326
268	LANTEJOUILA em formato redondas lisa,	PCT	LANTECOR		1,90	0,00 %	0,00 (8623)	1,99 (9326)	0,00 (9789)	1,80 (9790)	0,00 8623 9789 9790

Página: 22/38

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8

REGISTRO Nº 8/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019

PROCESSO Nº 3/2019

Data de Abertura: 06/02/2019

Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO
									1º 2º 3º
269	LASTEX, elástico látex natural, rob com 10 metros.	UND	COATS		4,97	0,00 %	0,00(8623) 4,97 (9326) 0,00 (9789) 0,00 (9790)	0,00 8623 9789 9790	
270	PALITO DE PICOLÉ com extremidade arredondadas, pacote com 10	PCT	GABOARDI		4,19	0,00 %	4,08(8623) 4,54 (9326) 4,15 (9789) 4,00 (9790)	0,00 9790 8623 9789	
271	PALITO PARA ESPETINHO, pacote	PCT	itecto		5,31	0,00 %	5,30(8623) 5,60 (9326) 5,15 (9789) 5,20 (9790)	0,00 9789 9790 8623	
272	FITA BEBÊ, rob com comprimento 100m,	RL	MERITA		14,00	0,00 %	0,00(8623) 13,99 (9326) 0,00 (9789) 14,00 (9790)	0,00 8623 9789 9326	
273	FITA BEBÊ, rob com comprimento 100m, largura 7mm,,	RL	GITEK		13,45	0,00 %	0,00(8623) 13,49 (9326) 0,00 (9789) 13,40 (9790)	0,00 8623 9789 9790	
274	FITA ADESIVA DUPLA FACE,papel adesivo acrílico a base da água	UND	EMBALANDO		7,48	0,00 %	7,48(8623) 7,47 (9326) 0,00 (9789) 7,50 (9790)	0,00 9789 9326 8623	
275	FITA ADESIVA KRAFT - papel Kraft Iso	UND	EUROCELL		12,93	0,00 %	12,60(8623) 12,65 (9326) 12,68 (9789) 13,80 (9790)	0,00 8623 9326 9789	
276	FITA ADESIVA TRANSPARENTE - medindo aproximadamente 48mmX40	UND	FLAX		2,55	0,00 %	2,22(8623) 2,23 (9326) 3,25 (9789) 2,50 (9790)	0,00 8623 9326 9790	
277	FITA ADESIVA TRANSPARENTE - larga, transparente, medindo 25m	UND	FLAX		2,81	0,00 %	2,78(8623) 2,83 (9326) 2,80 (9789) 2,83 (9790)	0,00 8623 9789 9326	
278	PASTA COM ABA ELÁSTICA OFÍCIO DE	UND	ALAPLAST		1,35	0,00 %	1,18(8623) 1,49 (9326) 1,53 (9789) 1,20 (9790)	0,00 8623 9790 9326	
279	PASTA CATÁLOGO com 50 envelopes,	UND	ACP		7,38	0,00 %	6,40(8623) 9,18 (9326) 7,95 (9789) 6,00 (9790)	0,00 9790 8623 9789	
280	PASTA MINI TRANSPARENTE C/ELÁSTICO, fechamento	UND	ACP		2,41	0,00 %	2,40(8623) 2,39 (9326) 2,45 (9789) 0,00 (9790)	0,00 9790 9326 8623	
281	PASTA A a Z registrador AZ global, encapados com filme de PV	UND	FRAMA		12,82	0,00 %	12,70(8623) 12,96 (9326) 0,00 (9789) 12,80 (9790)	0,00 9789 8623 9790	

Página: 23/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8**REGISTRO Nº 8/2019****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019****PROCESSO Nº 3/2019****Data de Abertura: 06/02/2019****Data de Julgamento: 07/02/2019****Objeto:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO			
								Menor Preço	1º	2º	3º
282	REFIL PLÁSTICO, PARA PASTA CATÁLOGO.	UND	plastifilme		0,19	0,00 %	0,14 (9326) 0,00 (8623)	0,13 (9789)	0,29 (9790)	0,00	8623 9789 9326
283	CANETINHA HIDROCOLOR, estojo com 12 unidades. Cores variadas	estoj	LEO & LEO		7,90	0,00 %	7,89 (9326) 0,00 (8623)	7,90 (9789)	0,00 (9790)	0,00	8623 9790 9326
284	CANETINHA HIDROCOLOR gigante caixa	estoj	LEO E LEO		9,43	0,00 %	9,43 (9326) 9,42 (8623)	9,45 (9789)	0,00 (9790)	0,00	9790 8623 9326
285	FITA CORRETIVO – 4,2mmX8m, não tóxica, secagem rápida, com t	UND	JOCAR		8,14	0,00 %	8,63 (8623) 7,99 (9326)	0,00 (9789)	7,80 (9790)	0,00	9789 9790 9326
286	Pistola cola quente, bastão FINO, plug de acordo com as norm	UND	JOCAR		90,00	0,00 %	90,00 (8623) 89,99 (9326)	0,00 (9789)	90,00 (9790)	0,00	9789 9326 8623
287	Pistola cola quente, bastão GROSSO, plug de acordo com as no	UND	JOCAR		95,11	0,00 %	95,33 (8623) 94,99 (9326)	0,00 (9789)	95,00 (9790)	0,00	9789 9326 9790
288	REFIL PARA PISTOLA COLA QUENTE, SILICONE FINO,	PCT	RENDICOLA		26,86	0,00 %	31,97 (8623) 25,28 (9326)	25,20 (9789)	25,00 (9790)	0,00	9790 9789 9326
289	REFIL PARA PISTOLA COLA QUENTE, SILICONE GROSSO.	PCT	RENDICOLLA		19,96	0,00 %	19,60 (8623) 19,59 (9326)	19,65 (9789)	21,00 (9790)	0,00	9326 8623 9789
290	PAPEL CONTACT, Laminado de PVC autoadesivo, protegido no ver	RL	POLIFIX		46,99	0,00 %	46,30 (8623) 46,25 (9326)	46,40 (9789)	49,00 (9790)	0,00	9326 8623 9789
291	PAPEL CONTACT cor de madeira natural,	RL	VMP		41,00	0,00 %	0,00 (8623) 41,00 (9326)	0,00 (9789)	41,00 (9790)	0,00	8623 9789 9326
292	PAPEL CONTACT ESTAMPADO (INFANTIL),	RL	VMP		41,00	0,00 %	0,00 (8623) 41,00 (9326)	0,00 (9789)	41,00 (9790)	0,00	8623 9789 9326
293	GIZ DE CERA. Atóxica, caixa com 12 cores diferentes, triângu	CX	LEONORA		4,63	0,00 %	0,00 (8623) 0,00 (9326)	0,00 (9789)	4,63 (9790)	0,00	8623 9326 9789
294	GIZ DE CERA. Atóxica, caixa com 12 cores,	CX	PIRATININGA		2,25	0,00 %	1,59 (8623) 2,89 (9326)	2,95 (9789)	1,55 (9790)	0,00	9790 8623 9326

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019
Data de Abertura: 06/02/2019

REGISTRO Nº 8/2019
PROCESSO Nº 3/2019
Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
295	MATRIZ AZUL. Caixa com 100 folhas, no	CX	RADEX		35,00	0,00 %	35,00(8623)	0,00(9326)	0,00(9789)	0,00(9790)	0,00 9326 9789 9790
296	ALMOFADA PARA CARIMBO, tamanho	UND	JAPAN		4,33	0,00 %	4,33(8623)	4,33(9326)	4,33(9789)	4,33(9790)	0,00 8623 9326 9789
297	ALMOFADA PARA CARIMBO, tamanho ,	UND	JAPAN		3,24	0,00 %	2,67(8623)	3,29(9326)	4,33(9789)	2,68(9790)	0,00 8623 9790 9326
298	CALCULADORA 12 dígitos, e visor grande,	UND	CLASSE		14,21	0,00 %	20,30(8623)	2,03(9326)	0,00(9789)	20,30(9790)	0,00 9789 9326 8623
299	Bloco Adesivo - para anotação de recados;	Bloco	3M		13,94	0,00 %	13,95(8623)	13,98(9326)	0,00(9789)	13,90(9790)	0,00 9789 9790 8623
300	CAIXA ARQUIVO - aplicação: arquivo de documentos,	fardo	SC		67,31	0,00 %	50,97(8623)	100,00(9326)	0,00(9789)	50,97(9790)	0,00 9789 8623 9790
301	LIVRO ATA vertical, tamanho mínimo 203x298mm ,certificacao f	UND	PB		15,07	0,00 %	13,18(8623)	15,47(9326)	18,63(9789)	13,00(9790)	0,00 9790 8623 9326
302	LIVRO ATA vertical, tamanho mínimo 203x298mm ,certificacao	UND	SD		7,81	0,00 %	6,25(8623)	8,47(9326)	10,21(9789)	6,30(9790)	0,00 8623 9790 9326
303	ENVELOPE TIPO SACO, Kraft natural,	UND	FORONI		24,61	0,00 %	48,90(8623)	0,52(9326)	0,53(9789)	48,50(9790)	0,00 9326 9789 9790
304	ENVELOPE BRANCO 12x16.	UND	IPECOL		0,08	0,00 %	0,06(8623)	0,07(9326)	0,10(9789)	0,08(9790)	0,00 8623 9326 9790
305	HELANCA, tecido 100% poliéster, cor branca.,	MTS	center		14,63	0,00 %	0,00(8623)	0,00(9326)	14,63(9789)	0,00(9790)	0,00 8623 9326 9790
306	HELANCA, tecido 100% poliéster, cor verde.,	MTS	center		14,63	0,00 %	0,00(8623)	0,00(9326)	14,63(9789)	0,00(9790)	0,00 8623 9326 9790
307	HELANCA, tecido 100% poliéster, cor vermelho..	MTS	center		14,63	0,00 %	0,00(8623)	0,00(9326)	14,63(9789)	0,00(9790)	0,00 8623 9326 9790
308	TINTA GUACHE, tinta lavável. Composição: Resina, água, pigmento	UND	SPLASH		2,76	0,00 %	2,59(8623)	3,08(9326)	0,00(9789)	2,60(9790)	0,00 9789 8623 9790

Página: 25/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8

REGISTRO Nº 8/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019

PROCESSO Nº 3/2019

Data de Abertura: 06/02/2019

Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO		
								Menor Preço	1°	2°
309	TINTA GUACHE, tinta lavável. Composição: Resina, água	UND	PIRATININGA		2,79	0,00 %	3,08 (9326) 2,69(8623)	0,00 (9789)	2,60 (9790)	0,00 9789 9790 8623
310	TINTA GUACHE, tinta lavável. Composição: Resina, água	UND	SPLASH		2,75	0,00 %	3,08 (9326) 2,56(8623)	0,00 (9789)	2,60 (9790)	0,00 9789 8623 9790
311	COLA EMBASTÃO, colagem eficiente,	UND	LEO E LEO		1,83	0,00 %	1,84 (9326) 1,74(8623)	1,75 (9789)	2,00 (9790)	0,00 8623 9789 9326
312	EXTRATOR DE GRAMPOS - em aço inox:	UND	NEW		2,09	0,00 %	2,03 (9326) 2,06(8623)	0,00 (9789)	2,17 (9790)	0,00 9789 9326 8623
313	PINTURA ESPECIAL PARA ROSTO - em pasta;	KIT	ROSTINHO		13,60	0,00 %	14,44 (9326) 12,98(8623)	14,47 (9789)	12,50 (9790)	0,00 9790 8623 9326
314	REFIL PARA PLASTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS,	CX			0,00	0,00 %	0,00(8623)	0,00 (9789)	0,00 (9790)	0,00 8623 9326 9789
315	PRANCHETA - tamanho ofício	UND	siab		5,87	0,00 %	5,48 (8623) 5,48(8623)	5,40 (9789)	6,67 (9790)	0,00 9789 8623 9326
316	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO -	UND	CARBRINK		10,26	0,00 %	10,23 (9326) 10,25(8623)	0,00 (9789)	10,30 (9790)	0,00 9789 9326 8623
317	Espiral preto 07mm até 25 folhas, para	PCT	pc		18,39	0,00 %	19,84 (9326) 17,84(8623)	17,50 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790 9789 8623
318	Espiral preto 09mm até 50 folhas, para	PCT	pc		22,17	0,00 %	21,84 (9326) 22,00(8623)	21,82 (9789)	23,00 (9790)	0,00 9789 9326 8623
319	Espiral preto 17mm até 100 folhas, para	PCT	EJR		23,90	0,00 %	23,90 (9326) 23,50(8623)	23,85 (9789)	24,33 (9790)	0,00 8623 9789 9326
320	Capa para encadernação, tamanho A4, pacote para encader	PCT	pc		32,16	0,00 %	36,48 (9326) 25,30(8623)	25,20 (9789)	41,67 (9790)	0,00 9789 8623 9326
321	Capa para encadernação, tamanho A4, pacote	PCT	OFFICE		27,61	0,00 %	39,85 (9326) 23,18(8623)	24,40 (9789)	23,00 (9790)	0,00 9790 8623 9789

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 26/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8
REGISTRO Nº 8/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019
PROCESSO Nº 3/2019
Data de Abertura: 06/02/2019
Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO
									1º 2º 3º
322	ETIQUETA AUTOADESIVO – branca, 14 etiquetas por folhas, certi	CX	LINK		34,28	0,00 %	23,90 (8623) 39,45 (9326) 0,00 (9789) 39,50 (9790)	0,00 9789 8623 9326	
323	FITA CETIM, nº 2, 1cm X 10m, Cores:	UND	progresso		9,62	0,00 %	0,00 (8623) 9,88 (9326) 8,00 (9789) 10,97 (9790)	0,00 8623 9789 9326	
324	BLOCO DE ESPUMA laminado de	UND			0,00	0,00 %	0,00 (8623) 0,00 (9326) 0,00 (9789) 0,00 (9790)	0,00 8623 9326 9789	
325	VELGRO DUPLA FACE, rolo 2 cm de	RL	SAO JOSE		30,93	0,00 %	0,00 (8623) 0,00 (9326) 0,00 (9789) 30,93 (9790)	0,00 8623 9326 9789	
326	Velcro Dupla Face Preto Rolo 2 cm de	RL	SAO JOSE		28,33	0,00 %	0,00 (8623) 0,00 (9326) 0,00 (9789) 28,33 (9790)	0,00 8623 9326 9789	
327	ELÁSTICO, COR PRETO, largura,	RL			0,00	0,00 %	0,00 (8623) 0,00 (9326) 0,00 (9789) 0,00 (9790)	0,00 8623 9326 9789	
328	ELÁSTICO, COR CRU, largura,	RL			0,00	0,00 %	0,00 (8623) 0,00 (9326) 0,00 (9789) 0,00 (9790)	0,00 8623 9326 9789	
329	Elastico Nº 14, largura 9mm, rolo com 10m. Composição de al	UND			0,00	0,00 %	0,00 (8623) 0,00 (9326) 0,00 (9789) 0,00 (9790)	0,00 8623 9326 9789	
330	FIO DE SILICONE, rolo com 100m.	RL			0,00	0,00 %	0,00 (8623) 0,00 (9326) 0,00 (9789) 0,00 (9790)	0,00 8623 9326 9789	
331	BOBINA PAPEL PARDO, Rolo largura 120 cm, entre 13 a 15 kilos	RL	NSL		150,33	0,00 %	150,00 (8623) 149,99 (9326) 0,00 (9789) 151,00 (9790)	0,00 9789 9326 8623	
332	LAPIS BORRACHA (12 UN)	CX			0,00	0,00 %	0,00 (8623) 0,00 (9326) 0,00 (9789) 0,00 (9790)	0,00 8623 9326 9789	
333	Aportador de lápis pequeno em plástico, com um turo, sem est	UND	LEONORA		0,27	0,00 %	0,19 (8623) 0,49 (9326) 0,20 (9789) 0,18 (9790)	0,00 9790 8623 9789	
334	CANETA ESFEROGRÁFICA BPS GRIP F 0,7 MM AZUL	UND	CIS		3,70	0,00 %	0,00 (8623) 3,70 (9326) 0,00 (9789) 3,69 (9790)	0,00 8623 9789 9790	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019
Data de Abertura: 06/02/2019

REGISTRO Nº 8/2019
PROCESSO Nº 3/2019
Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO
									1º 2º 3º
335	CANETA ESFEROGRÁFICA BPS GRIP F 0,7 MM PRETA	UND	CIS		3,70	0,00 %	0,00 (8623)	3,69 (9790)	0,00 8623 9789 9790
336	CANETA ESFEROGRÁFICA BPS GRIP F 0,7 MM VERMELHA	UND	CIS		3,70	0,00 %	0,00 (8623)	3,69 (9790)	0,00 8623 9789 9790
337	CANETA ESFEROGRÁFICA BPS GRIP F 1,0 MM AZUL	UND	CIS		3,70	0,00 %	0,00 (8623)	3,69 (9790)	0,00 8623 9789 9790
338	Caneta esferográfica. Caixa com 50 unidades. Cor azul esfer	CX	bic		65,86	0,00 %	65,90 (8623)	66,67 (9790)	0,00 9326 9789 8623
339	Caneta esferográfica. Caixa com 50 unidades. Cor a preta, es	CX	bic		65,47	0,00 %	64,90 (8623)	66,67 (9790)	0,00 9326 9789 8623
340	CANETA CORRETIVO	UND	JOCAR		2,28	0,00 %	2,15 (8623)	2,19 (9790)	0,00 8623 9790 9326
341	Lapiseira com ponta de aço inox (retátil) cor preta (tipo s	UND	CIS		7,84	0,00 %	7,80 (8623)	7,87 (9790)	0,00 9789 8623 9326
342	Lapiseira com ponta de aço inox (retátil) cor preta (tipo	UND	TRIS		6,86	0,00 %	6,18 (8623)	6,00 (9790)	0,00 9789 9790 8623
343	Grafite extra macia - 0,5mm c/ 24und	TUBO	faber castell		9,77	0,00 %	17,50 (8623)	7,50 (9790)	0,00 9789 9326 9790
344	Grafite extra macia - 0,7mm c/ 24und	TUBO	faber castell		8,27	0,00 %	6,94 (8623)	7,00 (9790)	0,00 9789 8623 9790
345	BORRACHA BRANCA Nº 20 (C/20 UND)	CX	REDBOR		6,84	0,00 %	6,14 (8623)	6,88 (9789)	0,00 9790 8623 9789
346	Caneta marca texto, amarela fluorescente, papel, fax e cópia	UND	MASTER		1,32	0,00 %	1,40 (8623)	1,40 (9790)	0,00 9326 9789 8623
347	COLA EMBASTÃO, que contém 20g. Aprovado pelo INMETRO.	UND	LEO E LEO		1,41	0,00 %	1,23 (8623)	1,40 (9790)	0,00 8623 9789 9790

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019
Data de Abertura: 06/02/2019

REGISTRO Nº 8/2019
PROCESSO Nº 3/2019
Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço		
								1º	2º	3º
348	FITA ADESIVA durex transparente 12mm x 50m - 3M, resistente	UND	adelbras		2,01	0,00 %	1,98(8623)	2,09(9326)	1,95(9789)	2,00(9790)
349	FITA ADESIVA transparente - larga medindo 25mm x 50m. Dorso	UND	FLAX		3,22	0,00 %	3,14(8623)	3,24(9326)	3,15(9789)	3,33(9790)
350	Fita adesiva de papel marrom, altura: 48 mm comprimento: 5	UND	EMBALANDO		10,53	0,00 %	10,43(8623)	10,42(9326)	10,75(9789)	10,50(9790)
351	GRAMPEADOR GRANDE de mesa 26/6 - grampo 26/6, grampela ate 4	UND	JOCAR		71,67	0,00 %	0,00(8623)	71,67(9326)	0,00(9789)	0,00(9790)
352	GRAMPO TRILHO 80MM (PCT C/50 UND) PLASTICO	PCT	IARA		8,21	0,00 %	7,28(8623)	9,09(9326)	9,47(9789)	7,00(9790)
353	Pendrive 4 GB	UND	MULTILASER		25,52	0,00 %	24,50(8623)	24,49(9326)	28,07(9789)	25,00(9790)
354	TESOURA, 8 polegadas cabo totalmente nas cores preto,bran	UND	BRW		5,07	0,00 %	4,78(8623)	4,98(9326)	5,73(9789)	4,80(9790)
355	Tesoura grande, 21 cm, lâmina de aço Inoxidável, corpo plást	UND	BRW		17,22	0,00 %	16,90(8623)	16,99(9326)	18,00(9789)	17,00(9790)
356	CALCULADORA 12 dígitos, eletrônica, cor preta.	UND	CLASSE		19,61	0,00 %	19,90(8623)	18,99(9326)	21,06(9789)	18,50(9790)
357	ENVELOPE KRAFT 310 X 410	UND	IPECOL		0,25	0,00 %	0,23(8623)	0,24(9326)	0,27(9789)	0,25(9790)
358	ENVELOPE KRAFT 240 X 340	UND	IPECOL		0,23	0,00 %	0,16(8623)	0,42(9326)	0,17(9789)	0,15(9790)
359	CARTAO PONTO KRAFT 86X180 MM	UND	SÃO domingo		8,38	0,00 %	0,00(8623)	8,50(9326)	8,25(9789)	0,00(9790)
360	PAPEL CARTÃO, tamanho A4, na cor amarela, 240 gr	UND	DNA		0,75	0,00 %	0,00(8623)	1,00(9326)	0,00(9789)	0,50(9790)

Página: 29/38

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8
REGISTRO Nº 8/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019
Data de Abertura: 06/02/2019
Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
361	PAPEL CARTÃO, tamanho A4, na cor branco, 240 gr	UND	DNA		0,75	0,00 %	1,00 (9326) 0,00 (8623)	0,00 (9789) 0,50 (9790)	0,00 8623 9789 9790		
362	PAPEL CARTÃO, tamanho A4, na cor bege, 240 gr	UND	DNA		0,75	0,00 %	1,00 (9326) 0,00 (8623)	0,00 (9789) 0,50 (9790)	0,00 8623 9789 9790		
363	PAPEL CARTÃO, tamanho A4, na cor areia, 240 gr	UND	DNA		0,75	0,00 %	1,00 (9326) 0,00 (8623)	0,00 (9789) 0,50 (9790)	0,00 8623 9789 9790		
364	PAPEL IMPRESSÃO ofício 2, tam. 216 x 330mm (75g/m²) resma	UND	REPORT		26,33	0,00 %	0,00 (9326) 0,00 (8623)	0,00 (9789) 26,33 (9790)	0,00 8623 9326 9789		
365	PASTA PLÁSTICA POLIAMIDA C/ABAS ELÁSTICAS 335X250X35M	UND	ACP		2,08	0,00 %	0,00 (9326) 1,84 (8623)	2,61 (9789) 1,80 (9790)	0,00 9326 9790 8623		
366	PASTA CATÁLOGO com 100 envelopes, parafuso, plástico super g	UND	ACP		17,32	0,00 %	18,49 (9326) 16,98 (8623)	0,00 (9789) 16,50 (9790)	0,00 9789 9790 8623		
367	PASTA SUSPENSÃO kraft caixa com 50 unidades completa visor e	UND	FRAMA		59,33	0,00 %	57,89 (9326) 55,78 (8623)	68,33 (9789) 55,30 (9790)	0,00 9790 8623 9326		
368	PASTA C/ABAS ELÁSTICO, PAPEL (23X33 CM)	UND	THUR		1,15	0,00 %	1,37 (9326) 0,89 (8623)	1,50 (9789) 0,85 (9790)	0,00 9790 8623 9326		
369	CAIXA DE ARQUIVO MORTO, de polímda medidas mínimas 394x185x	UND	ALAPLAST		2,92	0,00 %	3,37 (9326) 2,69 (8623)	0,00 (9789) 2,70 (9790)	0,00 9789 8623 9790		
370	Carbono filme manual formato A4 21x29,7 cm, caixa com 100 fo	CX	RADEX		39,00	0,00 %	0,00 (9326) 39,00 (8623)	0,00 (9789) 39,00 (9790)	0,00 9326 9789 8623		
371	Bloco para recado em papel 90g/m² com	UND	LYKE		3,78	0,00 %	2,39 (9326) 2,38 (8623)	2,55 (9789) 7,80 (9790)	0,00 8623 9326 9789		
372	BLOCO PARA RECAIDO, em papel 90g/m² com aplicação de adesivo	UND	LYKE		7,29	0,00 %	7,24 (9326) 7,23 (8623)	0,00 (9789) 7,40 (9790)	0,00 9789 8623 9326		
373	Caderno pequeno 96 folhas capa dura	UND	JANDAIA		2,86	0,00 %	2,86 (9326) 2,67 (8623)	0,00 (9789) 2,65 (9790)	0,00 9789 9790 9326		

Página: 30/38

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8

REGISTRO Nº 8/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019

PROCESSO Nº 3/2019

Data de Abertura: 06/02/2019

Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
374	Porta canetas, borracha, clips etc	UND	WALEU		6,12	0,00 %	5,67 (9326) 5,60 (8623)	0,00 (9326) 7,45 (9789)	5,75 (9790)	0,00 8623 9326 9790	
375	Bandeja plástica 30x20, com bordas mais altas e em cores	UND	VAMBEL		12,00	0,00 %	0,00 (8623)	0,00 (9326) 0,00 (9789)	12,00 (9790)	0,00 8623 9326 9789	
376	Suporte para copos, para afixar na parede, poupa copos, 180	UND	JSN		33,33	0,00 %	0,00 (8623)	0,00 (9326) 0,00 (9789)	33,33 (9790)	0,00 8623 9326 9789	
377	PINCEL ANATÔMICO, ponta de feltro, escrita de 8mm, tinta a ba	UND	MASTER		2,12	0,00 %	1,78 (8623)	3,42 (9789) 1,64 (9326)	1,65 (9790)	0,00 9326 9790 8623	
378	PINCEL ANATÔMICO, ponta de feltro, escrita de 8mm, tinta a	UND	MASTER		2,84	0,00 %	2,62 (8623)	3,42 (9789) 2,61 (9326)	2,70 (9790)	0,00 9326 8623 9790	
379	PINCEL ANATÔMICO, ponta de feltro, escrita de 8mm, tinta a	UND	PILOT		2,86	0,00 %	2,66 (8623)	3,42 (9789) 2,67 (9326)	2,70 (9790)	0,00 8623 9326 9790	
380	PINCEL ANATÔMICO, ponta de feltro, escrita de 8mm, tinta	UND	MASTER		1,79	0,00 %	1,36 (8623)	3,42 (9789) 1,19 (9326)	1,20 (9790)	0,00 9326 9790 8623	
381	Pincel lixado número 2.	UND	CASTELO		6,97	0,00 %	0,00 (8623)	0,00 (9326) 0,00 (9789)	6,97 (9790)	0,00 8623 9326 9789	
382	Pincel lixado número 4.	UND	CASTELO		7,11	0,00 %	0,00 (8623)	0,00 (9326) 0,00 (9789)	7,11 (9790)	0,00 8623 9326 9789	
383	Pincel lixado número 6.	UND	CASTELO		7,30	0,00 %	0,00 (8623)	0,00 (9326) 0,00 (9789)	7,30 (9790)	0,00 8623 9326 9789	
384	Pincel lixado número 10.	UND	CASTELO		7,47	0,00 %	0,00 (8623)	0,00 (9326) 0,00 (9789)	7,47 (9790)	0,00 8623 9326 9789	
385	Cola Locite Power Flex Gel, tubo de 3 gramas, ideal para ap	UND	HENKEL		6,50	0,00 %	6,50 (8623)	0,00 (9326) 0,00 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9326 9789 9790	
386	Prendedor de Papel tipo "Binder Clip" com 25mm, embalado em	CX	BRW		9,97	0,00 %	9,97 (8623)	9,97 (9789) 9,97 (9326)	9,97 (9790)	0,00 8623 9326 9789	

Página: 31/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8

REGISTRO Nº 8/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019

PROCESSO Nº 3/2019

Data de Abertura: 06/02/2019

Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO			
								Menor Preço	1º	2º	3º
387	Prendedor de Papel tipo "Binder Clip" com 32mm, embalado em	CX	bw		11,41	0,00 %	11,97 (8623)	11,18 (9326)	11,00 (9789)	11,50 (9790)	0,00 9789 9326 9790
388	Prendedor de Papel tipo "Binder Clip" com 41mm, embalado em	CX	bw		10,78	0,00 %	10,58 (8623)	10,75 (9326)	10,57 (9789)	11,20 (9790)	0,00 9789 8623 9326
389	Prendedor de Papel tipo "Binder Clip" com 51mm, embalado em	CX	BRW		13,88	0,00 %	13,92 (8623)	13,89 (9326)	13,90 (9789)	13,80 (9790)	0,00 9790 9326 9789
390	ENVELOPE, Kraft natural, com aproximadamente 9,5cmx15,5cm. C	CX	FORONI		32,29	0,00 %	32,90 (8623)	31,98 (9326)	0,00 (9789)	32,00 (9790)	0,00 9789 9326 9790
391	ENVELOPE, Kraft natural, com aproximadamente 20,5cmx25,5cm.	CX	FORONI		34,19	0,00 %	33,90 (8623)	33,89 (9326)	34,96 (9789)	34,00 (9790)	0,00 9326 8623 9790
392	Agenda telefone lam 21 x 15 cm	UND	kit		29,67	0,00 %	0,00 (8623)	0,00 (9326)	29,67 (9789)	0,00 (9790)	0,00 8623 9326 9790
393	BALÃO colorido (pct c/50 unid) nº 9	PCT	RIBERBAL		8,40	0,00 %	8,39 (8623)	0,00 (9326)	0,00 (9789)	8,40 (9790)	0,00 9326 9789 8623
394	BALÃO cor de rosa claro (pct c/50 unid) nº 9	PCT	RIBERBAL		8,35	0,00 %	8,34 (8623)	0,00 (9326)	0,00 (9789)	8,35 (9790)	0,00 9326 9789 8623
395	BALÃO cor de rosa escuro com bolinhas brancas (pct c/50 unid)	PCT	RIBERBAL		11,89	0,00 %	11,88 (8623)	0,00 (9326)	0,00 (9789)	11,90 (9790)	0,00 9326 9789 8623
396	BALÃO azul marinho com bolinhas brancas (pct c/50 unid)	PCT	RIBERBAL		11,89	0,00 %	11,88 (8623)	0,00 (9326)	0,00 (9789)	11,90 (9790)	0,00 9326 9789 8623
397	BALÃO azul claro (pct c/50 unid) nº 9	PCT	RIBERBAL		8,49	0,00 %	8,48 (8623)	0,00 (9326)	0,00 (9789)	8,50 (9790)	0,00 9326 9789 8623
398	BALÃO branco (pct c/50 unid) nº 9	PCT	JOY		8,35	0,00 %	8,39 (8623)	0,00 (9326)	0,00 (9789)	8,30 (9790)	0,00 9326 9789 9790
399	BALÃO vermelho com bolinhas brancas(pct c/50 unid)	PCT	RIBERBAL		13,38	0,00 %	13,35 (8623)	0,00 (9326)	0,00 (9789)	13,40 (9790)	0,00 9326 9789 8623

Página: 32/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8

REGISTRO Nº 8/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019

PROCESSO Nº 3/2019

Data de Abertura: 06/02/2019

Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)		Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
										1º	2º	3º
400	BALÃO amarelo (pct.c/50 unid) nº 9	PCT	JOY		9,16	0,00 %	9,17 (8623)	0,00 (9326)	0,00 (9789)	9,15 (9790)	0,00 9326 9789 9790	
401	BALÃO preto com bolinha branca (pct.c/50 unid)	PCT	RIBERBAL		13,15	0,00 %	13,14 (8623)	0,00 (9326)	0,00 (9789)	13,15 (9790)	0,00 9326 9789 8623	
402	BALÃO verde (pct.c/50 unid) nº 9	PCT	RIBERBAL		8,69	0,00 %	8,68 (8623)	0,00 (9326)	0,00 (9789)	8,70 (9790)	0,00 9326 9789 8623	
403	Bloco p/ recado em papel 90g/m² com aplicação de adesivo rep	Bloco	LYKE		9,98	0,00 %	9,97 (8623)	9,98 (9326)	0,00 (9789)	10,00 (9790)	0,00 9789 8623 9326	
404	Bloco p/ recado em papel 90g/m² PAUTADO com aplicação de ade	Bloco	JOCAR		9,50	0,00 %	9,50 (8623)	9,49 (9326)	0,00 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9789 9790 9326	
405	Bloco p/ recado em papel 90g/m² com aplicação de	Bloco	LYKE		6,12	0,00 %	2,14 (8623)	10,10 (9326)	0,00 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9789 9790 8623	
406	Bloco p/ recado em papel 90g/m² com a	Bloco	JOCAR		9,48	0,00 %	8,85 (8623)	8,84 (9326)	10,33 (9789)	9,90 (9790)	0,00 9326 8623 9790	
407	Bolha saco plástico 20x30 cm plotado, bobina com aproximad	UND	ORLEPLAST		25,00	0,00 %	0,00 (8623)	0,00 (8623)	0,00 (9326)	0,00 (9789)	0,00 8623 9326 9789	
408	Caderno brochura capa dura 48 fls. Capa azul	UND	PANAMERICA ^A		2,84	0,00 %	2,74 (8623)	2,75 (9326)	2,93 (9789)	2,92 (9790)	0,00 8623 9326 9790	
409	Caderno brochura capa dura 96 fls. Capa azul	UND	PANAMERICA ^A		3,77	0,00 %	3,77 (8623)	3,76 (9326)	3,77 (9789)	3,77 (9790)	0,00 9326 8623 9789	
410	Caixa de arquivo morto lam 25,5 cm(altura), 36,5 cm (largura)	UND	ACP		1,68	0,00 %	1,58 (8623)	1,71 (9326)	1,91 (9789)	1,50 (9790)	0,00 9790 8623 9326	
411	CANETA esferográfica cristal na cor azul ponta média de 1.6	CX	BIC		59,20	0,00 %	59,00 (8623)	0,00 (9326)	0,00 (9789)	59,40 (9790)	0,00 9326 9789 8623	
412	CANETA esferográfica cristal na cor preta ponta média de 1.6	CX	BIC		59,75	0,00 %	59,50 (8623)	0,00 (9326)	0,00 (9789)	60,00 (9790)	0,00 9326 9789 8623	

Página: 33/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8

REGISTRO Nº 8/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019

PROCESSO Nº 3/2019

Data de Abertura: 06/02/2019

Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO			
								Menor Preço	1°	2°	3°
413	CANETA esferográfica cristal na cor vermelha ponta média de	CX	BIC		60,75	0,00 %	<u>0,00</u> (9326) 60,50(8623) 0,00 (9789) 61,00 (9790)	0,00	9326	9789	8623
414	CANETA ESFEROGRÁFICA BPS GRIP F 1,0 MM VERMELHA	UND	CIS		3,83	0,00 %	0,00 (9326) 0,00 (9789) 3,83 (9790)	0,00	8623	9326	9789
415	CANETA ESFEROGRÁFICA BPS GRIP F 1,0 MM PRETA	UND	CIS		3,83	0,00 %	<u>0,00</u> (8623) 0,00 (9326) 3,83 (9790)	0,00	8623	9326	9789
416	CANETA marca texto, amarela fluorescente, papel, fax e cópi	CX	MASTER		10,83	0,00 %	<u>8,74</u> (9326) 12,94 (9789) 12,90 (9790)	0,00	9326	8623	9790
417	Cola Bastão, não tóxica, lavável, aprovado pelo Inmetro (40	UND	LEONROA		1,69	0,00 %	1,64 (9326) 1,84 (9789) <u>1,62</u> (9790)	0,00	9790	9326	8623
418	EVA GLITER vermelho 45x60 2cm	UND	MILLY		3,09	0,00 %	3,49 (9326) 3,78 (9789) <u>2,50</u> (9790)	0,00	9790	8623	9326
419	EVA GLITER verde bandeira 45x60 2cm	UND	MILLY		3,23	0,00 %	3,49 (9326) 3,78 (9789) <u>2,80</u> (9790)	0,00	9790	8623	9326
420	EVA GLITER preto 45x60 2cm	UND	MILLY		3,76	0,00 %	3,49 (9326) 5,67 (9789) <u>2,90</u> (9790)	0,00	9790	8623	9326
421	EVA GLITER branco 45x60 2cm	UND	MILLY		3,91	0,00 %	4,89 (9326) 5,67 (9789) <u>2,50</u> (9790)	0,00	9790	8623	9326
422	EVA GLITER azul escuro 45x60 2cm	UND	MILLY		3,69	0,00 %	4,97 (9326) 4,00 (9789) <u>2,80</u> (9790)	0,00	9790	8623	9789
423	EVA GLITER bege 45x60 2cm	UND	MILLY		3,63	0,00 %	4,97 (9326) 3,75 (9789) <u>2,80</u> (9790)	0,00	9790	8623	9789
424	EVA GLITER amarelo 45x60 2cm	UND	MILLY		3,49	0,00 %	4,44 (9326) 4,25 (9789) <u>2,60</u> (9790)	0,00	9790	8623	9789
425	EVA GLITER Dourado 45x60 2cm	UND	MILLY		3,51	0,00 %	4,94 (9326) 3,80 (9789) <u>2,60</u> (9790)	0,00	9790	8623	9789
426	EVA GLITER prata 45x60 2cm	UND	MILLY		3,22	0,00 %	3,89 (9326) 3,90 (9789) <u>2,50</u> (9790)	0,00	9790	8623	9326

Página: 34/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8**REGISTRO Nº 8/2019****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019****PROCESSO Nº 3/2019****Data de Abertura: 06/02/2019****Data de Julgamento: 07/02/2019****Objeto:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO				
									1º	2º	3º		
427	EVA GLITER rosa claro 45x60 2cm	UND	MILLY		3,29	0,00 %	3,77 (9326)	3,78 (9789)	2,60 (9790)	0,00	9790	8623	9326
428	EVA GLITER pink 45x60 2 cm	UND	MILLY		3,34	0,00 %	3,97 (9326)	3,78 (9789)	2,60 (9790)	0,00	9790	8623	9789
429	FITA CORRETIVO – 4,2mmX8m, não tóxico, secagem rápida, com	UND	MASTER		7,58	0,00 %	7,57 (9326)	0,00 (9789)	0,00 (9790)	0,00	9789	9790	9326
430	GRAMPEADOR grande de mesa 26/6 – Grampos: 26/6 – Grampeador	UND	MASTER		22,36	0,00 %	21,74 (9326)	23,94 (9789)	22,00 (9790)	0,00	9326	8623	9790
431	Balão cor de rosa escuro (pct c/ 50 unit)	PCT	RIBEBALL		17,07	0,00 %	5,24 (9326)	5,84 (9789)	52,00 (9790)	0,00	8623	9326	9789
432	PENDRIVE 16 GB,Dimensões 17 x 57 x 9 mm,cor preta	UND	MULTILASER		30,91	0,00 %	29,85 (8623)	33,95 (9789)	30,00 (9790)	0,00	9326	8623	9790
433	PENDRIVE 32 GB,Dimensões 17 x 57 x 9 mm,cor preta	UND	SANDISK		47,91	0,00 %	48,33 (8623)	48,33 (9789)	47,00 (9790)	0,00	9790	9326	8623
434	Perfurador de papel de dois furos, estrutura de metal, escal	UND	leonora		18,34	0,00 %	18,32 (9326)	18,25 (9789)	18,50 (9790)	0,00	9789	8623	9326
435	PERFURADOR de papel de dois furos, estrutura de metal, capa	UND	JOCAR		40,70	0,00 %	45,00 (9326)	48,00 (9789)	18,00 (9790)	0,00	9790	9326	9789
436	PERFURADOR de papel grande de dois furos, estrutura de metal	UND	MASTER		79,67	0,00 %	79,67 (9326)	0,00 (9789)	79,67 (9790)	0,00	8623	9789	9326
437	Prancheta acrílica ofício. Prancheta cristal, em plástico po	UND	NOVACRIL		8,45	0,00 %	8,29 (9326)	0,00 (9789)	8,80 (9790)	0,00	9789	8623	9326
438	PASTA A a Z registrador AZ global, encapados com filme de P	UND	FRAMA		11,33	0,00 %	11,25 (8623)	0,00 (9789)	11,50 (9790)	0,00	9789	9326	8623
439	PASTA A a Z registrador AZ global, encapados com filme de	UND	FRAMA		11,35	0,00 %	11,29 (8623)	0,00 (9789)	11,50 (9790)	0,00	9789	8623	9326

Página: 35/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8

REGISTRO Nº 8/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019

PROCESSO Nº 3/2019

Data de Abertura: 06/02/2019

Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO			
								Menor Preço	1º	2º	3º
440	PASTA A a Z registrador AZ global, encapados com filme d	UND	FRAMA		12,30	0,00 %	12,19 (9326) 12,20 (8623)	0,00 (9789)	12,50 (9790)	0,00 9789	9326 8623
441	PASTA A a Z registrador AZ global, encapados com film	UND	FRAMA		12,78	0,00 %	12,65 (9326) 12,70 (8623)	0,00 (9789)	13,00 (9790)	0,00 9789	9326 8623
442	PASTA A a Z registrador AZ global, encapados com fil	UND	FRAMA		13,83	0,00 %	13,72 (9326) 13,78 (8623)	0,00 (9789)	14,00 (9790)	0,00 9789	9326 8623
443	TINTA para alinofada de carimbo 42 ml na cor preta ótima cob	UND	RADEX		5,88	0,00 %	5,82 (9326) 5,83 (8623)	6,00 (9789)	0,00 (9790)	0,00 9790	9326 8623
444	Grafite para uso em lapiseiras 0,5 mm B mado, máximo resist	TUBO	CIS		3,05	0,00 %	3,00 (8623) 2,99 (9326)	0,00 (9789)	3,17 (9790)	0,00 9789	9326 8623
445	Grafite para uso em lapiseiras 0,7 mm B mado, máximo resist	TUBO	LEO E LEO		3,13	0,00 %	3,10 (8623) 3,11 (9326)	0,00 (9789)	3,17 (9790)	0,00 9789	8623 9326
446	Prendedor de papel tipo Binder clip com 15 mm, produzido em	CX	CIS		8,56	0,00 %	8,50 (8623) 8,49 (9326)	8,63 (9789)	8,63 (9790)	0,00 9326	8623 9789
447	Prendedor de papel tipo Binder clip com 19 mm, produzido em	CX	brw		7,68	0,00 %	6,45 (8623) 9,04 (9326)	6,00 (9789)	9,23 (9790)	0,00 9789	8623 9326
448	Prendedor de papel tipo Binder clip com 25 mm, produzido em	CX	brw		9,25	0,00 %	8,95 (8623) 9,18 (9326)	8,90 (9789)	9,97 (9790)	0,00 9789	8623 9326
449	Prendedor de papel tipo Binder clip com 32 mm, produzido em	CX	BRW		10,09	0,00 %	9,40 (8623) 9,54 (9326)	9,45 (9789)	11,97 (9790)	0,00 8623	9789 9326
450	Prendedor de papel tipo Binder clip com 41 mm, produzido em	CX	brw		13,01	0,00 %	12,60 (8623) 12,98 (9326)	12,50 (9789)	13,97 (9790)	0,00 9789	8623 9326
451	Prendedor de papel tipo Binder clip com 51 mm, produzido em	CX	BRW		14,55	0,00 %	13,45 (8623) 13,47 (9326)	15,63 (9789)	15,63 (9790)	0,00 8623	9326 9789

Página: 36/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8

REGISTRO Nº 8/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019

PROCESSO Nº 3/2019

Data de Abertura: 06/02/2019

Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO			
								Menor Preço	1º	2º	3º
452	Afinete de cabeça de uso para mapas nº1 caixa com 50und cor	CX	HELOMAX		3,67	0,00 %	0,00 (9326) 3,67 (8623) 3,67 (9789) 0,00 (9790)	0,00	9326	9790	8623
453	Afinete de cabeça de uso para mapas nº1 caixa com 50und	CX	HELOMAX		3,67	0,00 %	0,00 (9326) 3,67 (8623) 3,67 (9789) 0,00 (9790)	0,00	9326	9790	8623
454	Afinete de cabeça de uso para mapas nº1 caixa com 50un	CX	HELOMAX		3,67	0,00 %	0,00 (9326) 3,67 (8623) 3,67 (9789) 0,00 (9790)	0,00	9326	9790	8623
455	Afinete de cabeça de uso para mapas nº1 caixa com 50u	CX	HELOMAX		3,67	0,00 %	0,00 (9326) 3,67 (8623) 3,67 (9789) 0,00 (9790)	0,00	9326	9790	8623
456	Afinete de cabeça de uso para mapas nº1 caixa com 5	CX	HELOMAX		2,57	0,00 %	0,00 (9326) 2,55 (8623) 2,59 (9789) 0,00 (9790)	0,00	9326	9790	8623
457	PILHA; TIPO ALCALINA; NA VOLTAGEM DE 1,5V, NO TAMANHO PALITO	cart	elgin		6,97	0,00 %	6,89 (9326) 5,99 (8623) 5,00 (9789) 10,00 (9790)	0,00	9789	8623	9326
458	PILHA; TIPO ALCALINA; NA VOLTAGEM DE 1,5V, NO TAMANHO PEQUEN	cart	elgin		11,70	0,00 %	10,27 (9326) 9,98 (8623) 9,95 (9789) 16,60 (9790)	0,00	9789	8623	9326
459	BATERIA, TIPO ALCALINA, COM VOLTAGEM DE 9V, APRESENTAÇÃO: B	UND	ELGIN		19,69	0,00 %	19,55 (8623) 19,54 (9326) 0,00 (9789) 19,97 (9790)	0,00	9789	9326	8623
460	Pasta sanfonada com divisórias para arquivos e documentos 1	UND	acp		21,16	0,00 %	19,99 (9326) 23,33 (8623) 18,00 (9789) 23,33 (9790)	0,00	9789	9326	8623
461	Pasta sanfonada com divisórias para arquivos e documentos 31	UND	ACP		35,67	0,00 %	35,66 (9326) 35,67 (9789) 35,67 (9790)	0,00	9326	8623	9789
462	AGENDA mesa diária dimensões aproximadas (AXLXP) 2,1x15x21 c	UND	PANAMERICA		28,53	0,00 %	28,45 (8623) 28,47 (9326) 0,00 (9789) 28,67 (9790)	0,00	9789	8623	9326
463	PAPEL couche Gramatura: 180g/M²; Formato: A4 210x297mm; Em	PCT	OFFPAPER		20,67	0,00 %	0,00 (9326) 20,67 (8623) 0,00 (9789) 20,67 (9790)	0,00	9326	9789	8623

Página: 37/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8

REGISTRO Nº 8/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019

PROCESSO Nº 3/2019

Data de Abertura: 06/02/2019

Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
464	Caneta para escrever em tecido cores variadas	UND	ACRILEX		3,16	0,00 %	0,00 (9326) 3,16 (8623) 0,00 (9789) 3,16 (9790)	0,00 9326 9789 8623			
465	Tinta acrílica a base de água	UND	ACRILEX		3,83	0,00 %	0,00 (9326) 3,83 (8623) 0,00 (9789) 3,83 (9790)	0,00 9326 9789 8623			
466	Tinta acrílica fosca várias cores	UND	ACRILEX		3,30	0,00 %	0,00 (9326) 3,30 (8623) 0,00 (9789) 3,30 (9790)	0,00 9326 9789 8623			
467	Tinta spray para vidro cores variadas	UND	TEKBOND		18,97	0,00 %	0,00 (9326) 18,97 (8623) 0,00 (9789) 0,00 (9790)	0,00 9326 9789 9790			
468	Tinta acrílica decorativa fosca, cores variadas	UND	ACRILEX		3,50	0,00 %	0,00 (9326) 3,50 (8623) 0,00 (9789) 3,50 (9790)	0,00 9326 9789 8623			
469	Grampo galvanizado 23/10 de primeira qualidade caixa com 5,0	CX	GRAMP LINE		19,00	0,00 %	18,99 (9326) 19,00 (8623) 19,00 (9789) 19,00 (9790)	0,00 9326 8623 9789			
470	Grampeador profissional, capacidade de grampear até 100 folhas	UND	MASTER		78,63	0,00 %	77,28 (8623) 76,90 (9326) 77,00 (9789) 83,33 (9790)	0,00 9326 9789 8623			
471	Cola instantânea, aplicação acrílica / vidro / plástico / couro	UND	TEKBOND		4,83	0,00 %	0,00 (9326) 4,74 (8623) 4,75 (9789) 5,00 (9790)	0,00 9326 8623 9789			
472	Aramito encaixado com plástico	KG			0,00	0,00 %	0,00 (8623) 0,00 (9326) 0,00 (9789) 0,00 (9790)	0,00 8623 9326 9789			
473	Gíster granulado seco várias cores	PCT	LANTECOR		19,33	0,00 %	0,00 (8623) 0,00 (9326) 0,00 (9789) 19,33 (9790)	0,00 8623 9326 9789			
474	Primer artesanal 250ml, a base de água para metal, pet, vidro	UND	ACRILEX		15,00	0,00 %	0,00 (8623) 0,00 (9326) 0,00 (9789) 15,00 (9790)	0,00 8623 9326 9789			
475	ETIQUETA AUTOADESIVO branca, 10 etiquetas por folhas, taman	CX	LINK		42,82	0,00 %	42,08 (8623) 42,09 (9326) 42,10 (9789) 45,00 (9790)	0,00 8623 9326 9789			
476	ETIQUETA AUTOADESIVO - branca, 5 etiquetas por folhas, tamanh	CX	LINK		17,04	0,00 %	7,50 (8623) 26,24 (9326) 8,50 (9789) 25,90 (9790)	0,00 8623 9789 9790			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 38/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº8

REGISTRO Nº 8/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019

PROCESSO Nº 3/2019

Data de Abertura: 06/02/2019

Data de Julgamento: 07/02/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO		
								Menor Preço	1º	2º
477	Umedecedor de dedo em pasta Com glicerina, CX não tóxico e que	CX	RADEX		24,80	0,00 %	24,80(8623) <u>24,73</u> (9326)	24,83 (9789)	24,83 (9790)	0,00 9326 8623 9789
478	Fibra siliconizada para enchimento	KG	DNA		26,33	0,00 %	0,00(8623) <u>0,00</u> (9326)	<u>0,00</u> (9789)	26,33 (9790)	0,00 8623 9326 9789
479	Manta acrílica	MTS			0,00	0,00 %	0,00(8623) <u>0,00</u> (9326)	0,00 (9326)	<u>0,00</u> (9789)	0,00 8623 9326 9789
480	Tecido algodão cru	MTS			0,00	0,00 %	0,00(8623)	<u>0,00</u> (9789)	0,00 (9790)	0,00 8623 9326 9789
481	Tecido 100 % algodão diversas cores liso	MTS			0,00	0,00 %	<u>0,00</u> (8623)	0,00 (9326)	<u>0,00</u> (9789)	0,00 8623 9326 9789
482	Tecido 100 % algodão diversas estampas	MTS			0,00	0,00 %	0,00(8623)	<u>0,00</u> (9789)	0,00 (9790)	0,00 8623 9326 9789
483	Linha nylon 4,45mm rolo com 100 metros	RL			0,00	0,00 %	<u>0,00</u> (8623)	0,00 (9326)	0,00 (9789)	0,00 8623 9326 9789
484	Helanca cor laranja	MTS	center		16,33	0,00 %	0,00(8623)	16,33 (9789)	<u>0,00</u> (9790)	0,00 8623 9326 9790
485	Helanca cor rosa	MTS	center		16,33	0,00 %	0,00(8623)	16,33 (9789)	<u>0,00</u> (9790)	0,00 8623 9326 9790
486	Feltro varias cores	MTS	santa fã©		17,46	0,00 %	<u>0,00</u> (8623)	17,43 (9789)	17,50 (9790)	0,00 8623 9789 9326

Página: 1/1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2019****PROCESSO Nº 3/2019**

(8623) - INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP

(9326) - IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME

(9789) - DAGEAL - COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA

(9790) - ZERO5 DISTRIBUIDORA EIRELI

Braço do Trombudo, 11 de Fevereiro de 2019.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8484 -2019

Publicação Nº 2221917

DECRETO N. 8.484, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre horário especial nas Unidades Básicas de Saúde Poço Fundo e Ponta Russa.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município,

Considerando que compete ao Chefe do Poder Executivo estabelecer a organização e o funcionamento dos órgãos da administração pública, de acordo com o art. 82, VIII, da Lei Orgânica do Município de Brusque;

Considerando as obras de reforma nas Unidades Básicas de Saúde Poço Fundo e Ponta Russa, iniciadas, respectivamente, em 11 de setembro e em 18 de março do corrente ano;

Considerando que os servidores lotados nas referidas Unidades Básicas de Saúde estão cumprindo jornada de trabalho no prédio da Policlínica no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira;

Considerando o Memorando n. 1153/2019, de 31 de outubro de 2019, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde, no qual informa que com a homologação do Processo Seletivo n. 018/2019 e a contratação/substituição dos médicos para o Pronto Atendimento, os consultórios serão novamente ocupados a partir das 13h, locais estes utilizados atualmente pelas equipes das Unidades Básicas de Saúde supramencionadas;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido horário especial aos servidores lotados nas Unidades Básicas de Saúde Poço Fundo e Ponta Russa, em turno único de seis horas diárias, de segunda a sexta-feira, das 7h às 13h, na Policlínica, a partir de novembro até o término das obras de reforma das referidas Unidades.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de novembro de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

CAMILA FERNANDA VALLE PEREIRA

Diretora-Geral respondendo interinamente pela
Secretaria de Saúde

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8485-2019

Publicação Nº 2221918

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE**DECRETO Nº. 8.485, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.****“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 21º da Lei nº 4.186 de 19/12/2018, a Lei nº 4.153 de 04/09/2018, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 980.042,36 (novecentos e oitenta mil, quarenta e dois reais e trinta e seis centavos), para atender a programação abaixo especificada:

02.00	Gabinete do Prefeito
02.001	DGI – Departamento Geral de Infraestrutura
0015.0451.0220.2330	Diretoria Geral de Infraestrutura - DGI
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 42.000,00
03.00	Procuradoria Geral do Município
03.001	Procuradoria Geral do Município
0004.0062.005.2005	Manutenção da Procuradoria Geral do Município
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 17.000,00
10.00	Secretaria Municipal de Turismo
10.001	Secretaria Municipal de Turismo
0023.0695.0170.2310	Manutenção da Secretaria de Turismo
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 60.000,00
11.00	Secretaria de Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda
11.001	Secretaria de Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda
0022.0122.0165.2026	Manut. Da Secretaria de Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 25.000,00
11.002	Depto. da Agricultura e Apoio à Agricultura Familiar
0020.0606.0155.2028	Manut. Depto. de Agricultura e Apoio à Agricultura Familiar
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 40.000,00
13.00	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0451.0125.2036	Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.39.44	Fundo Especial do Petróleo
VALOR	R\$ 122.900,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimentos
0.3.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 118.142,36
0015.0452.0125.2037	Manutenção Geral da Secretaria de Obras
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 100.000,00
19.00	Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001	Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0121.0010.2015	Manutenção do Depto. de Finanças e Contabilidade
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 100.000,00
21.00	Secretaria de Trânsito e Mobilidade
21.001	Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0006.0452.0325.2303	Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urbanos
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 30.000,00
22.00	Fundação Municipal de Esportes
22.001	Fundação Municipal de Esportes
0027.0812.0070.2025	Apoio ao Esporte Amador, Competições Oficiais e JASC
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047)351-1833 - Centro - 88350-000 - Brusque - SC

2221918.odt - Pág.: 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

VALOR	R\$ 170.000,00
0027.0812.0070.2065	Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Esportes
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 20.000,00
40.00	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
40.001	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
0018.0541.0160.2252	Manutenção da Fundação Ecológica e Zoobotânica
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 50.000,00
50.00	Instituto Brusquense de Planejamento
50.001	Instituto Brusquense de Planejamento
0015.0122.0245.2018	Manut. Ativ. Instituto Brusquense de Planejamento
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 30.000,00
65.00	Fundação Cultural de Brusque
65.001	Fundação Cultural de Brusque
0013.0122.0060.2221	Manutenção Administrativa da Fundação Cultural
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 50.000,00
0013.0392.0060.2222	Manutenção da Biblioteca
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 5.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

02.00	Gabinete do Prefeito
02.001	DGI – Departamento Geral de Infraestrutura
0015.0451.0220.2330	Diretoria Geral de Infraestrutura - DGI
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 10.000,00
3.3.93.00	Aplic. Diretas Dec. Oper. Enter Órgãos – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 19.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 13.000,00
03.00	Procuradoria Geral do Município
03.001	Procuradoria Geral do Município
0004.0062.005.2005	Manutenção da Procuradoria Geral do Município
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 17.000,00
10.00	Secretaria Municipal de Turismo
10.001	Secretaria Municipal de Turismo
0023.0695.0170.2310	Manutenção da Secretaria de Turismo
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 20.000,00
3.3.91.00	Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 40.000,00
11.00	Secretaria de Desenvol. Econômico Trabalho e Renda
11.001	Secretaria de Desenvol. Econômico Trabalho e Renda
0022.0122.0165.2026	Manut. Da Secretaria de Desenvol. Econômico Trabalho e Renda
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 25.000,00
11.002	Depto. da Agricultura e Apoio à Agricultura Familiar
0020.0606.0155.2028	Manut. Depto. de Agricultura e Apoio à Agricultura Familiar
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 13.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 27.000,00
13.00	Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047)351-1833 - Centro - 88350-000 - Brusque - SC

2221918.odt - Pág.: 2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

13.001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0452.0125.2037	Manutenção Geral da Secretaria de Obras
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 100.000,00
19.00	Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001	Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0121.0010.2015	Manutenção do Depto. de Finanças e Contabilidade
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 100.000,00
21.00	Secretaria de Trânsito e Mobilidade
21.001	Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0006.0452.0325.2303	Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urbanos
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 30.000,00
22.00	Fundação Municipal de Esportes
22.001	Fundação Municipal de Esportes
0027.0812.0070.2025	Apoio ao Esporte Amador, Competições Oficiais e JASC
3.3.50.00	Transf. A Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 170.000,00
0027.0812.0070.2065	Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Esportes
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 20.000,00
40.00	Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque
40.001	Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque
0018.0541.0160.2252	Manutenção da Fundação Ecológica e Zootécnica
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 50.000,00
50.00	Instituto Brusquense de Planejamento
50.001	Instituto Brusquense de Planejamento
0015.0122.0245.2018	Manut. Ativ. Instituto Brusquense de Planejamento
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 30.000,00
65.00	Fundação Cultural de Brusque
65.001	Fundação Cultural de Brusque
0013.0122.0060.2221	Manutenção Administrativa da Fundação Cultural
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 50.000,00
0013.0392.0060.2222	Manutenção da Biblioteca
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 5.000,00

II - Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2018
21.744-1	B.b. Comp. Finan. Export.	0.1.00.00	21.050,63
60.837-8	B.b. Pmb/Defesa Civil Reconstrução	0.1.00.00	11.332,82
16.902-1	Banco do Brasil Diversos	0.1.00.00	244.790,97
283.141-4	B.b. Desoneração ICMS	0.1.00.00	17.322,35
73.071-8	B.b. FPM	0.1.00.00	1.096.371,85
26.051-7	B.b. Previ	0.1.00.00	1.892,44
42.403-x	B.b. Sna/Simples Nacional	0.1.00.00	478.824,30
49.419-x	B.b Pmb/ICMS	0.1.00.00	1.326.345,10
49.329-5	B.b Pmb/IPVA	0.1.00.00	106.949,08
15972	B.b Pmb/IPI Exportação	0.1.00.00	33.268,64
48.812-7	B.b Pmb/IRRF Dep. Judiciais	0.1.00.00	71.401,20
170.002-6	Besc C/C	0.1.00.00	198.366,71
75.142-1	B.b. Conv. Rua P. Antônio Eising	0.1.00.00	561,75

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047)351-1833 - Centro - 88350-000 - Brusque - SC

2221918.odt - Pág.: 3

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

79.815-0	B.B Prolongamento Beira Rio Margem Direita - Convênio	0.1.00.00	67.603,23
79.235-7	B.b Pmb/ISSQN (Cartões)	0.1.00.00	44.471,19
143-0	Pmb – Fundo M. Procuradoria Geral	0.1.00.00	100.965,77
142-1	Pmb – Fundo Reserva Dep. Judiciais	0.1.00.00	30,67
647.009-1	Cef – Pmb/ Obras PAC OGU	0.1.00.00	349,88
192-8	Cef – PMB PAG FGTS	0.1.00.00	4.892,19
	Cef – Pmb/Fundo Procon	0.1.00.00	267.256,01
223-1	Cef - PMB/FIA	0.1.00.00	90.744,84
4-2	Cef - C/C	0.1.00.00	1.346.577,08
		0.3.00.00	15.335,50
66-2	Cef – Contribuições para Melhoria	0.1.00.00	1.186,18
6700.	Cef Plano de Habitação	0.1.00.00	18.170,21
65-4	Cef Tributos	0.1.00.00	791.446,01
153-7	Cef Rua 24hs	0.1.00.00	32.320,62
6-9	Cef Pmb - Previ	0.1.00.00	476,92
188-0	Cef Pmb Serv. Funeral	0.1.00.00	47.006,33
0124980-2	Cef Pmb – Conta Poupança	0.1.00.00	8.653,48
72-7	Cef – F. Turismo	0.1.00.00	58.208,53
246-0	Cef Pmb – Convênio Folha Pgto.	0.1.00.00	6.520,54
249-5	Cef Pmb Multas	0.1.00.00	100.000,00
647.039-	Cef Pmb/Const. 3º Etapa Vila Germânica	0.1.00.00	31,66
647.037-7	Cef – Pmb/ Praça Azambja	0.1.00.00	358,49
	Cef Pmb/Outorga Onerosa	0.1.00.00	61.507,28
253-3			
34.140-2	Pmb Tributos	0.1.00.00	19.218,48
105.005-2	Pmb Tributos	0.1.00.00	4.728,76
29409-8	Pmb Tributos	0.1.00.00	6.701,30
18.408-0	Pmb Tributos	0.1.00.00	12.919,50
TOTAL GERAL			6.716.158,49
Valores Comprometidos		Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar		0.1.00.00/0.3.00.00	966.907,70
DDO à Pagar		0.1.00.00/0.3.00.00	4.963,74
Restos à Pagar		0.1.00.00/0.3.00.00	54.821,74
TOTAL		0.1.00.00/0.3.00.00	1.026.693,18
Saldo		Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro		0.3.00.00	5.689.465,31
Valor Utilizado Decreto nº 8311/2019		0.3.00.00	95.200,00
Valor Utilizado Decreto nº 8384/2019		0.3.00.00	9.500,00
Valor Utilizado Decreto nº 8393/2019		0.3.00.00	178.819,12
Valor Utilizado Decreto nº 8398/2019		0.3.00.00	80.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8406/2019		0.3.00.00	1.000.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8408/2019		0.3.00.00	13.609,00
Valor Utilizado Decreto nº 8440/2019		0.3.00.00	57.848,82
Valor Utilizado Decreto nº 8448/2019		0.3.00.00	313,74
Valor Utilizado Decreto nº 8453/2019		0.3.00.00	28.149,36
Valor Utilizado Decreto nº 8456/2019		0.3.00.00	200.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8461/2019		0.3.00.00	300.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8470/2019		0.3.00.00	5.000,00

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047)351-1833 - Centro - 88350-000 - Brusque - SC

2221918.odt - Pág.: 4

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Valor Utilizado Decreto nº 8479/2019	0.3.00.00	189.000,00
Saldo a Utilizar	0.3.00.00	3.562.025,27

III – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.39.44	Fundo Especial do Petróleo
Valor Orçado	R\$ 730.000,00
Valor arrecadado até a data de 07/11/2019.	R\$ 1.232.530,54
Excesso de arrecadação até a data de 07/11/2019.	R\$ 502.530,54
Valor Utilizado Decreto nº 8414/2019.	R\$ 146.128,75
Valor Utilizado Decreto nº 8443/2019.	R\$ 114.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8466/2019.	R\$ 119.500,00
Valor a Utilizar	R\$ 122.901,79

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 07/11/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 de novembro de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

Dr. EDSON RISTOW
Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria da Fazenda

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047)351-1833 - Centro - 88350-000 - Brusque - SC

2221918.odt - Pág.: 5

EDITAL Nº 022-2019-RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2221919

**RETIFICAÇÃO Nº 01/2019 DO EDITAL Nº 022/2019**

A diretora, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,

Resolve:

Retificar o Edital nº 022/2019, aumentando um cargo para as inscrições e do Processo Seletivo, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

Cargo	Requisitos
OPERADOR DE MÁQUINAS: Retroescavadeira	Ter Formação Completa em Ensino Fundamental. Carteira Nacional de Habilitação. Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.
OPERADOR DE MÁQUINAS: Patrola	Ter Formação Completa em Ensino Fundamental. Carteira Nacional de Habilitação. Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.
OPERADOR DE MÁQUINAS: Carregadeira	Ter Formação Completa em Ensino Fundamental. Carteira Nacional de Habilitação. Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

LEIA-SE:

Cargo	Requisitos
OPERADOR DE MÁQUINAS: Retroescavadeira	Ter Formação Completa em Ensino Fundamental. Carteira Nacional de Habilitação. Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.
OPERADOR DE MÁQUINAS: Patrola	Ter Formação Completa em Ensino Fundamental. Carteira Nacional de Habilitação. Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.
OPERADOR DE MÁQUINAS: Carregadeira	Ter Formação Completa em Ensino Fundamental. Carteira Nacional de Habilitação. Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.
OPERADOR DE MÁQUINAS: Escavadeira	Ter Formação Completa em Ensino Fundamental. Carteira Nacional de Habilitação. Outros, estabelecidos nas leis Municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

Brusque, 08 de Novembro de 2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 018-2018-FMAS

Publicação Nº 2221916

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 018-2018-FMAS

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 018/2018 entre o Município de Brusque e CAGERE CASA ASSISTENCIAL LTDA EPP Objeto: termo aditivo de prorrogação 23/11/2019 a 22/11/2020 .Origem inexigibilidade nº 004/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Deivis da Silva e Maria De Lourdes Dalago

PORTARIA Nº 2304-2019

Publicação Nº 2221920

PORTARIA Nº 2304/2019, de 08 de novembro de 2019.

“Instaura Processo Administrativo de Sindicância, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo de Sindicância, com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, considerando e tendente a apurar os fatos constantes do expediente encaminhado mediante ocorrência / denúncia constante junto ao Memorando nº 050/2019/SDETR, de 06/11/2019; e anexos para apuração dos fatos envolvendo o(a) caso / ocorrência supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo; objetivando apurar autoria e materialidade de tais fatos / condutas, bem como na verificação de que amoldam-se ou não, aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos dispositivos: Art. 174 (São deveres do servidor:); I (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função); VI (observar as normas legais e regulamentares); IX (zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público); Art. 175 (Ao servidor público é proibido:); XIII (valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública); XVI (receber propina, presente, comissão ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições); e Art. 188 (A demissão será aplicada nos seguintes casos:); I (crime contra a Administração Pública); VIII (corrupção); todos previstos na Lei Complementar nº 147/2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque); com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade.

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo: Ademir Maurício Brehm (matrícula nº 2461-0); Carlos Alberto Rodrigues de Almeida (matrícula 4243129-0), e Helena Karing Assunção (matrícula nº 776904-00);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O(s) ora indiciado(s) poderão ser representado(s) por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de novembro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

RESOLUÇÃO Nº 03-2019-SEME

Publicação Nº 2221921

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, nomeada através da Portaria nº 12.301/2018, no uso de suas atribuições legais, constitui UM GRUPO DE TRABALHO de acompanhamento e monitoramento do PROGRAMA TODOS NA ESCOLA.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal preleciona em seu Art. 6º que a educação é um direito social;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal de Brusque nº 3887 de 24 de junho de 2015, em seu Art. 5º, preceitua que compete à Secretaria de Educação do Município de Brusque realizar o acompanhamento e a avaliação da execução do PME, estabelecendo mecanismos necessários ao acompanhamento do cumprimento das metas constantes no plano;

CONSIDERANDO que compete aos estados e aos municípios proporcionar meios de acesso à educação, que é direito de todos e dever do Estado, da Sociedade e da Família;

CONSIDERANDO as estratégias previstas no Plano Nacional de Educação, em especial as estratégias constantes nos itens 1.15 e 2.4 do Plano Municipal de Educação, que asseveram que o município deve promover a busca ativa de crianças e adolescentes em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

CONSIDERANDO os termos do Ofício Circular TC/GAP n. 008/2019 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que orienta o Chefe do Poder Executivo Municipal sobre as estratégias dos Planos Estadual e Municipais de Educação relacionadas à busca ativa de crianças e adolescentes;

RESOLVE:

Art. 1º Constituir um GRUPO DE TRABALHO INTERSETORIAL PARA MONITORAR E ACOMPANHAR AS AÇÕES DO PROGRAMA TODOS NA ESCOLA, do Município de BRUSQUE, com intuito de atender as estratégias 1.15 e 2.4 do Plano Municipal de Educação.

Art. 2º Para a efetivação do Programa TODOS NA ESCOLA, será utilizada ferramenta tecnológica, desenvolvida pelo setor de Tecnologia da Informação da Secretaria de Educação de Brusque para o Programa Todos Na Escola.

Art. 3º Os Coordenadores Institucionais indicados por cada uma das secretarias/órgãos envolvidos no Programa Todos Na Escola, levando-se em conta a conexão direta ou indireta, serão responsáveis por:

I- Participar das atividades e planejamentos inerentes ao Programa Todos Na Escola, principalmente no que condiz à customização da ferramenta tecnológica, à realidade local;

II - Identificar, no quadro funcional da sua secretaria, a existência de possíveis agentes de saúde, que farão a busca ativa em campo, e de técnicos verificadores, que farão o aprofundamento das informações e a emissão de análise técnica sobre cada caso encontrado;

III - Realizar formação inicial com os agentes de saúde e técnicos que estiverem sob sua coordenação;

IV - Acessar o painel da ferramenta tecnológica para gerenciar os casos que lhe forem atribuídos, a fim de proceder os encaminhamentos necessários para a (re)matrícula das crianças e adolescentes que estão fora da escola;

V- Articular os esforços intersetoriais para resolução dos casos sob sua responsabilidade;

VI- Monitorar os casos sob sua responsabilidade, conforme as orientações da cada órgão/entidade, num período de no mínimo 6 meses à 1(um) ano, dependendo de cada situação;

VII- Acionar o gestor político para resolução de casos com grande incidência, isto é, quando um mesmo fator atingir um número grande de crianças/adolescentes, ou de alto risco.

Art. 4º O Grupo de Trabalho de que trata o artigo 1º, será composto por 2(dois) representantes dos seguintes Órgãos abaixo relacionados:

I- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

TITULAR: Deise Freitas de Oliveira Pereira

SUPLENTE: Gladis da Silva Vale dos Santos

II - SECRETARIA DE SAÚDE

TITULAR: Patrícia Fidélis Sophiatti

SUPLENTE: Carmen Sylvia Schnaider Pedrini

III - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TITULAR: Flávia Zen Martins Nakao

SUPLENTE: Viviane Reis Odebrecht

IV- CONSELHO TUTELAR

TITULAR: Norberto Boss

SUPLENTE: Neide Dalmolin

Parágrafo único. Na hipótese de afastamento, por impedimento legal ou eventual de qualquer membro da equipe, a Secretária de Educação fará nomeação de outro membro. Quando for relacionado a outras secretarias, será também a Secretária de Educação que articulará com o(a) secretário(a) da determinada pasta, para que se faça uma nova nomeação.

Art. 5º Poderão ser convidados para elaboração do Plano de Trabalho, sua execução e fiscalização, Instituições, Órgão e Organizações da Sociedade Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Legislativo e Conselho Tutelar.

Art. 6º Esta RESOLUÇÃO, entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque – SC, de 08 de novembro de 2019.

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2019

Publicação Nº 2221285

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 151/2019 – PREGÃO PRESENCIAL – 90/2019-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA DESTINADOS AS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 25/11/2019 às 14hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 25/11/2019 às 14h15min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador-SC, 08 de novembro de 2019.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 8.465

Publicação Nº 2221903

DECRETO Nº 8.465, de 8 de novembro de 2019.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 15, da Lei nº 3.484, de 13 de dezembro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), na seguinte dotação do Orçamento Geral do Município de Caçador em favor do Fundo Municipal de Saúde.

4000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

4001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.303.18.2.64 – Manutenção da Assistência Farmacêutica

3.3.90.00.00 – 0.1.38 – Aplicações Diretas (213) R\$ 120.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, fica anulada parcialmente a dotação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

4000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

4001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.302.10.2.63 – Manutenção do MAC

3.3.90.00.00 – 0.1.38 – Aplicações Diretas (208) R\$ 120.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 8 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 8.466

Publicação Nº 2221904

DECRETO Nº 8.466, de 8 de novembro de 2019.

Suplementa Crédito Adicional no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 17, da Lei nº 3.484, de 13 de dezembro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2019,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em favor do Fundo Municipal de Saúde, conforme segue:

4000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.302.10.2.90 - Manutenção das Unidades de Pronto Atendimento - UPA

3.3.90.00.00 – 0.1.38 – Aplicações Diretas (342) R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na Fonte de Recurso TCE – 0.1.38 – Transferências do SUS/União.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 8 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 8.467

Publicação Nº 2221956

DECRETO Nº 8.467, de 8 de novembro de 2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar nas dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 15, da Lei nº 3.484, de 13 de dezembro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2019, na importância de R\$ 620.000,00 (seiscentos e vinte mil reais), conforme segue:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2005 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

12.306.11.2.42 – MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

3.3.90.00.00 – 0.1.00 - Aplicações Diretas (120) R\$ 620.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no exercício corrente, na fonte de recurso TCE - 0.1.00 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 620.000,00 (seiscentos e vinte mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 8 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019

Publicação Nº 2221476

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 002/2019

Fundamento Legal: Artigos 31 e 32 da Lei Federal n. 13.019/14 e Lei Municipal n. 3.547, de 22 de agosto de 2019.

Referência: Inexigibilidade de chamamento público – Organização da Sociedade Civil – Termo de Fomento

Organização da Sociedade Civil parceira: ASSOCIAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DO ALTO VALE DO CONTESTADO - AMPE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.717.886/0001-40, com sede na Av. Santa Catarina, 556, sala 01, centro, na cidade de Caçador – Estado do Santa Catarina.

Objeto da parceria: Repasse de recursos pelo Município de Caçador à Associação das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais do Alto Vale do Contestado - AMPE, para fomentar a continuidade dos trabalhos do Balcão do Empreendedor tem como objetivo prestar atendimento e auxílio à população Empreendedora do Município de Caçador

Tipo de Parceria: Termo de Fomento

Valor total do repasse: R\$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais).

Execução: 12 (doze) meses

Publique-se.

Caçador, SC, 08 de Novembro de 2019.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 73, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221885

PORTARIA Nº 73, de 07 de novembro de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, da Resolução nº 04/2016, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador,

CONSIDERANDO o previsto no art. 124 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a conversão de 2/3 (dois terços) da licença prêmio em pecúnia, referente ao período aquisitivo de 02/01/2014 a 31/12/2018, à Servidora ILVAITA MARIA FAORO BARON, ocupante do cargo efetivo de Contadora, conforme despacho da Presidência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 07 de novembro de 2019.

Alcedir Ferlin – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 74, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221886

PORTARIA Nº 74, de 07 de novembro de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, da Resolução nº 04/2016, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador,

CONSIDERANDO o previsto no art. 93 da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a conversão de 1/3 (um terço) de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo de 06/11/2018 a 05/11/2019, à Servidora JULIANA MACIEL KOHL, ocupante do cargo efetivo de Advogada.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 07 de novembro de 2019.

Alcedir Ferlin – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 75, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221888

PORTARIA Nº 75, de 07 de novembro de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, da Resolução nº 04/2016, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador,

CONSIDERANDO o previsto no art. 93 da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a conversão de 1/3 (um terço) de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo de 01/08/2018 a 31/07/2019, ao Servidor DANIEL HEBERLE, ocupante do cargo efetivo de Assistente Legislativo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 07 de novembro de 2019.

Alcedir Ferlin – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.362 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221595

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.362 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o artigo 91 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, o Servidor Público Municipal JAIME LUIZ DAVID JUNIOR, matrícula funcional nº 000837, registro no sistema sob nº 955519, ocupante do Cargo Público Agente Operacional III, na Função de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, transporte e Obras.

Parágrafo único. A exoneração de que trata o caput deste artigo a partir de 11 de novembro de 2019, em atenção ao requerimento devidamente assinado pelo Servidor Público Municipal, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de novembro de 2019, sob nº 009595.

Art. 2º Fica a partir desta data declarada a vacância do Cargo Público de Agente Operacional III, na Função de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 (quarenta horas) semanais, em decorrência do pedido de exoneração do Servidor Público Municipal mencionada no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de novembro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.363 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221596

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.363 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos incisos e parágrafos do artigo 29 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Nomear o Sr. MOACIR JUNIOR MUZIOL, matrícula funcional nº 000988, registro no sistema sob nº 955959, no Cargo Público e para exercer a Função de Instrutor de Educação Física, a partir de 11 de novembro de 2019, Categoria Funcional ANIS – Atividades de Nível Intermediário Superior, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, as atribuições e responsabilidades constam no Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 073 de 10 de março de 2010 a qual autorizou a criação do Cargo Público e respectiva Função.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006/2002, e suas alterações, é o de Nível 5A Sub-Nível 51A Referência A, no valor de R\$ 2.561,29 (dois mil, quinhentos e sessenta e um reais, vinte e nove centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. MOACIR JUNIOR MUZIOL, aprovado em 4º lugar no Concurso Público nº 01/2017, homologado pelo Decreto nº 10.463 em data de 24 de abril de 2017, prorrogado pelo Decreto nº 11.616 de 22 de abril de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 11 de novembro de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.364 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221597

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.364 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos incisos e parágrafos do artigo 29 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Nomear o Sr. CARLOS ROBERTO QUOST, matrícula funcional Nº 000989, registro no sistema sob nº 955960 ao Cargo Público de Agente Operacional III, para exercer a Função de Operador de Veículos Pesados, Categoria Funcional Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou a criação DO Cargo Publico e respectiva Função.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 3 Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 1.317,83 (um mil, trezentos e dezessete reais, oitenta e três centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. CARLOS ROBERTO QUOST, aprovado em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 01/2019, homologado pelo Decreto nº 12.157 em data de 13 de agosto de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de novembro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.365 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221963

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.365 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos incisos e parágrafos do artigo 29 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Nomear a Srª. TATIANE FABIOLA ARENHART, matrícula funcional nº 000990, registro no sistema sob nº 955961, ao Cargo Público e para exercer a Função de Enfermeira, Categoria Funcional Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal

nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou a criação do Cargo Público e respectiva Função.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 6 Sub-Nível 61, Referência A, no valor de R\$ 3.940,50 (três mil, novecentos e quarenta reais e cinquenta centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. TATIANE FABIOLA ARENHART, aprovada em 4º lugar no Concurso Público Municipal nº 01/2017, homologado pelo Decreto 7.026 em data de 16 de abril de 2012.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de novembro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/11/2019

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2221987

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

GEOVANE TADEU CANDIDO

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove o Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. GEOVANE TADEU CANDIDO, nomeado pelo Decreto Municipal nº 12.293 de 08 de outubro de 2019 no Cargo Público Efetivo de Agente Operacional II, para exercer a Função de Vigia, com vencimentos no Nível 2 Sub-Nível 21 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

O Servidor público Municipal ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidões Negativas expedidas pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor Público Municipal empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

GEOVANE TADEU CANDIDO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2221970

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MOACIR JUNIOR MUZIOL

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. MOACIR JUNIOR MUZIOL, nomeado pelo Decreto Municipal nº 12.363 de 11 de novembro de 2019, no Cargo Público de Instrutor de Educação Física, na Função de Instrutor de Educação Física, Regime Estatutário, Nível 5A, Sub-Nível 51A Referência A, Categoria Funcional ANIS – Atividades de Nível Intermediário Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, cargo

criado pela Lei Complementar Municipal nº 073 de 10 de março de 2010.

O Servidor Público Municipal ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor Público Municipal empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MOACIR JUNIOR MUZIOL
Servidor Público Municipal

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2221983

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARCIA SEMPTICOWSKI OGLIARI

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. MARCIA SEMPTICOWSKI OGLIARI, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.346 de 04 de novembro de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012.

Em cumprimento as alíneas, § 2º, incisos I, II, III do artigo 31, e suas alterações da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARCIA SEMPTICOWSKI OGLIARI

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2221979

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CARLOS ROBERTO QUOST

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove o Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. CARLOS ROBERTO QUOST, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.126 de 11 de novembro de 2019 ao Cargo Público Efetivo de Agente Operacional III, para exercer a Função de Operador de Veículos Pesados, com vencimentos Nível 3 Sub-Nível 31 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

O Servidor Público Municipal ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas, incisos I, II, III do § 2º do artigo 31e suas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor Público Municipal empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CARLOS ROBERTO QUOST
Servidor Público Municipal

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2221985

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ANNIE EVELYN DE LIMA WITT

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. ANNIE EVELYN DE LIMA WITT, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.327 de 24 de outubro de 2019, no Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professor de Educação Física, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANNIE EVELYN DE LIMA WITT

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2221986

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CINTIA PILAT

Ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. CINTIA PILAT, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.343 de 1º de novembro de 2019 no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CINTIA PILAT

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2221981

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CLAIR PERPÉTUA ROCHA FERRAZ

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. CLAIR PERPÉTUA ROCHA FERRAZ, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.358 de 07 de novembro de 2019, no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º, do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Contratada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CLAIR PERPÉTUA ROCHA FERRAZ

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2221980

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

TATIANE FABIOLA ARENHART

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. TATIANE FABIOLA ARENHART, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.365 de 11 de novembro de 2019 ao Cargo Público e para exercer a Função de Enfermeira, Regime Estatutário, Nível 6, Sub-Nível 61 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, a qual autorizou o referido Cargo Público lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

A Servidora Pública Municipal ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Municipal empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

TATIANE FABIOLA ARENHART
Servidora Pública Municipal

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2221982

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LINDAMIR DELLA JUSTINA DOS SANTOS

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. LINDAMIR DELLA JUSTINA DOS SANTOS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.199 de 02 de setembro de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Municipal ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012.

Em cumprimento as alíneas, § 2º incisos I, II, III artigo 31, e suas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Municipal empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LINDAMIR DELLA JUSTINA DOS SANTOS

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2221984

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LUCIENE APARECIDA VIEIRA BRÊTAS

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. LUCIENE APARECIDA VIEIRA BRÊTAS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.347 de 04 de novembro de 2019, no Cargo Público de Professor V, para exercer a Função de Professor de Língua Portuguesa “não habilitada”, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio “Piso Nacional”, com carga horária de 30 (trinta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas, § 2º, incisos I, II, III do artigo 31, e suas alterações da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Contratada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCIENE APARECIDA VIEIRA BRÊTAS

Campo Erê

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO CONTRATO 43/2018

Publicação Nº 2221635



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 43/2018

TERMO ADITIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ E A EMPRESA ANGEL GRAFICA LTDA, OBJETIVANDO O ACRESCIMO QUANTITATIVO AO CONTRATO.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Campo Erê, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Bandeirantes, 145, Centro – Campo Erê – SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.307.776/0001-75, neste ato representado por sua Gestora, Sra. **Elizandra da Silva**, brasileira, residente e domiciliada na Rua Jasmim, Bairro Azaleia, na cidade de Palma Sola – SC, CEP 89.985-000, inscrita no RG nº 3430799/SSP/SC e CPF nº 004.827.689-83, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **ANGEL GRAFICA LTDA**, pessoa jurídica, de direito privado, inscrita no CNPJ-MF sob o nº **07.120.949/0001-74**, com sede na Rua Giacomo Cassol, 236, Centro, Município de Campo Erê/SC, CEP 89.980-000, representada pelo Sr. Clovis Antonio Scariot, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Campo Erê - SC, portador do CPF nº 824.432.979-34 e inscrita no RG nº 1.949.857/SSP/PR, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, celebram o presente **TERMO ADITIVO ao Contrato 43/2018**, oriundo do **Processo Licitatório nº 337/2018** modalidade **Pregão Presencial nº 20/2018**, com fundamento no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e Lei 10.520/02 e demais normas pertinentes, e nas condições a seguir mencionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento do quantitativo do item 13 do Contrato nº 43/2018 no percentual máximo de 25 % conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Quantidade licitada	Quantidade aditivada	Valor aditivado
13	ENVELOPAMENTO PARCIAL CARRO DE PASSEIO DA SAÚDE, IMPRESSÃO DIGITAL TOTALIZANDO 2,73 M2 DE IMPRESSÃO (APROXIMADAMENTE, VER MEDIDAS DE CADA ADESIVO E SEGUIR AS NORMAS ESTABELECIDAS PARA A IDENTIFICAÇÃO DOS CARROS DA SAÚDE DO MUNICÍPIO) OBRIGATÓRIA APRESENTAÇÃO DE PROVA UNITÁRIA PARA APROVAÇÃO.	5	1,25	362,50

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Fica acrescido o valor de R\$ 362,50 (trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) ao contrato, totalizando-se o novo valor GLOBAL em R\$ 9.496,75 (nove mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos) ao que deve ser pago, pelo FMS à contratada

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato

Rua 1º de Maio, 736 – CNPJ 83.026.765/0001-28 – Fone/Fax (0xx49) 3655-3035 – CEP 89980-000
Campo Erê – Santa Catarina – e-mails: licitacao@campoere.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

Original, as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos da Lei.

Campo Erê - SC, aos 08 de novembro de 2019.

ELIZANDRA DA SILVA
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL
DE SAÚDE
CONTRATANTE

ANGEL GRAFICA LTDA
CNPJ-MF 07.120.949/0001-74
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Leonice De Fatima Comin
CPF nº 991.321.509-97

Thais Caniel Salvador
CPF nº 067.474.659-70

Visto da assessoria jurídica

MATHEUS BRUNO POLI VALGOI
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 54.780

EXTRATO CONTRATO 58/2019

Publicação Nº 2221644

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 58/2019.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Campo Erê, CNPJ nº 11.307.776/0001-75. CONTRATADA: POSSATTO E POSSATTO LTDA EPP, CNPJ 72.150.550/0001-06. OBJETO: O objeto do presente Instrumento de Contrato é a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ/SC. PROPOSTA MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 25000083709201809. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 1313/2019, Pregão Presencial nº 45/2019. DOTAÇÃO: 12.01-2.036-4490-10954-338 e 12.01-2.036-4490-7972-138. VALOR: R\$ 22.239,50 (vinte e dois mil, duzentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: 12 meses a partir da data de sua assinatura, Campo Erê/SC, em 08/11/2019. SIGNATÁRIOS: Elizandra da Silva pela Contratante e Rogerio Possatto pela Contratada.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2019

Publicação Nº 2221777

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 163/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2019

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 28 de novembro de 2019 às 14 horas Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, UTENSÍLIOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA E EDUCAÇÃO E DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAMPOS NOVOS.

Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 08 de novembro de 2019.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 2405/19

Publicação Nº 2221473

PORTARIA Nº 2405/19 de 11/09/19

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO BRUNA LUIZA DEMETRIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c 4.547/19, Edital 05/2019,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, BRUNA LUIZA DEMETRIO para exercer o cargo de professor regente. Sendo a Vaga vinculada a servidora DAYANE ROBERTA PENSO NEVES que encontra-se em auxílio doença no INSS. Através da chamada Pública nº05/2019 e nos termos do contrato nº317, junto ao EMEF SANTA JULIA BILLIART, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
11 de setembro de 2019.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA 2481/19

Publicação Nº 2221467

PORTARIA Nº 2481/19 de 01/10/19

NOMEIA EM CARGO DE COMISSÃO LETICIA PICCOLI CAIPER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art-1º Nomeia LETICIA PICCOLI CAIPER, para o cargo em comissão de DIRETOR DE TURISMO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de outubro de 2019.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA 2517/19

Publicação Nº 2221465

PORTARIA Nº 2517/19 de 31/10/2019

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 100 – inciso VIII da Lei Orgânica, considerando a homologação dos requerimentos publicados pelo Edital 35/2019 – SMEC, atribuindo a referência citada sobre salário base do nível, referente a 10, 20, 30 e 40 horas, com amparo no Art. 25 e 26, &1º e 2º e seguintes da Lei Complementar 9/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação, aos Profissionais da Educação do Município, conforme quadro a seguir:

Nome	Cargo	Carga Horária	Nível	Referência
ADELITA JULIANA WERLE SCAPINI	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ADRIANA BESEN VARELA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ADRIANA DE FATIMA RODRIGUES SPCART ZANATTA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ADRIANA SURDI CORONETTI	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ALAERCIO MECABO	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ALEXANDRINA GOIS SPADER	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ALICE DOS SANTOS GARCIA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ANA PAULA DE LIMA ALMEIDA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ANA PAULA DE MATIA GALLI	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ANA PAULA GHIGGI	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ANDREA CRISTIANE PIRES	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ANDRESA LUCHETTA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ANGELA APARECIDA PETRI TESSER	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ANGELA CARLA DORINI	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ANGELA MARIA DALBERTO	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ANTONIO SALVADOR MARQUES	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ARLETE TEREZINHA DE SOUZA CAMASSOLA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
BRUNA DE GODOY	Professor Regente	40 h	Especialização	B
CAMILA E SA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
CARLA APARECIDA LOPES	Professor Regente	40 h	Especialização	B
CARMEN REGINA DE MATOS	Professor Regente	40 h	Especialização	B
CAROLINE MARIA WAGNER DE OLIVEIRA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
CELIA APARECIDA BITENCOURT COELHO DOS REIS	Professor Regente	40 h	Especialização	B
CELIA FERNANDA PETRI BIOLO	Professor Regente	40 h	Especialização	B
CELIA LUZIA MENA BARRETO	Professor Regente	40 h	Especialização	B
CLAUDETE PEREIRA BARROS	Professor Regente	40 h	Especialização	B
CLAUDIA KLEIN	Professor Regente	40 h	Especialização	B
CLEOCI DE FATIMA FRANCONI DOS PASSOS	Professor Regente	40 h	Especialização	B
CLEUZA DE LOURDES PADILHA VALANDRO	Professor Regente	40 h	Especialização	B
CRISTIANE APARECIDA DOS SANTOS REDANTE	Professor Regente	40 h	Especialização	B
DEIZE RAMELA ROVEDA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
DELICIO PEREIRA ANTUNES	Professor Regente	40 h	Especialização	B
DERCY PEREIRA ANTUNES DA SILVA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
DIEGO ECCO	Professor Regente	20 h	Especialização	B
EDSON RICARDO MAXIMINIANO	Professor Regente	40 h	Especialização	B
EDMILSON SERGIO CASSIANO	Professor Regente	40 h	Graduação	B
EDIBA LUCIR CATARINA BALDISSERA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
EDINEIA RIBEIRO SILVA DALPIVA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
EDITTE TONIN GASPERIM	Professor Regente	40 h	Magistério	B
ELAINE CRISTINA RODRIGUES ARRUDA DE SOUZA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ELAINE SALETE PICCOLI	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ELENICE APARECIDA CAMARGO BERNARDELLI	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ELISABETH SILOCHI DA SILVA ANTUNES	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ELIZABETE APARECIDA DE LIMA FAGUNDES	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ELIZABETE DE OLIVEIRA MACHADO	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ELIZANGELA DA SILVA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ELIZETE APARECIDA KUSTER	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ELIZETE CORREA DA SILVEIRA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ELOIR CARVALHO DE MATOS FERREIRA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ELZA CARLOS DO NASCIMENTO OLIVEIRA	Professor Regente	40 h	Especialização	B

EUNICE TEREZINHA STEFANES	Professor Regente	40 h	Especialização	B
EVANDRA APARECIDA FIORIN VIEIRA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
EVERALDO BARBOSA	Professor Regente	40 h	Magistério	B
FABIANA CAVAZZOLA LOPES	Professor Regente	40 h	Especialização	B
FABIELE CORADIN	Professor Regente	40 h	Especialização	B
GIZELE APARECIDA WERLE MANFROI	Professor Regente	40 h	Especialização	B
GRACIELE HELT TIEPO	Professor Regente	20 h	Especialização	B
HERTA MARIA TELLES DURLI	Professor Regente	40 h	Especialização	B
HILARIO CARLOS STEFANES	Professor Regente	40 h	Magistério	B
IJANARA ADRIANA DUTRA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ILDO DALPIVA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ILIANE MASSON	Professor Regente	40 h	Especialização	B
INES APARECIDA LOPES DE SOUZA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
IONE CRISTINA PEREIRA FIORESE	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ITAESE DE FATIMA DEON	Professor Regente	10 h	Especialização	B
IVONETE KEMER COMERLATTO	Professor Regente	40 h	Especialização	B
IZABEL CRISTINA ANTUNES RECH	Professor Regente	40 h	Especialização	B
JACINTA DE FATIMA ALBERTTI	Professor Regente	40 h	Especialização	B
JANAINA DENISE DA SILVA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
JANE APARECIDA CARVALHO	Professor Regente	40 h	Especialização	B
JANETE LUCIA BEVILAQUA	Professor Regente	20 h	Especialização	B
JANICE APARECIDA BITTENCOURT	Professor Regente	40 h	Especialização	B
JOAO CARLOS SILVA AROMI	Professor Regente	10 h	Especialização	B
JOCEIA RODRIGUES MOREIRA DOS PASSOS	Professor Regente	40 h	Especialização	B
JOCELI DE FATIMA PRATO	Professor Regente	40 h	Especialização	B
JOSE JOACIR GOMES DA SILVA	Professor Regente	40 h	Graduação	B
JOSIANE MARIN	Professor Regente	40 h	Especialização	B
JUSCELENE FATIMA ANTUNES FAGUNDES FIORIN	Professor Regente	40 h	Especialização	B
JUSCINEY MARTINAZO DE VARGAS	Professor Regente	40 h	Especialização	B
JUVILDE GONCALVES PADILHA	Professor Regente	40 h	Mestrado	B
KELLY CRISTINA DE MATTOS VARELA RODRIGUES	Professor Regente	40 h	Especialização	B
LEONIDE LOVATO TEIXEIRA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
LETICIA FURTADO TITON	Professor Regente	20 h	Especialização	B
LUCIANA FRANÇA CIMADON	Professor Regente	30 h	Especialização	B
LURDES REGINA BABY	Professor Regente	40 h	Especialização	B
MAIRI SUZANA RIBEIRO	Professor Regente	40 h	Especialização	B
MARCIA REGINA GASPERIM	Professor Regente	40 h	Especialização	B
MARCIA REGINA MOREIRA DE MELO	Professor Regente	40 h	Especialização	B
MARCOS GUSTAVO ALMEIDA	Professor Regente	20 h	Especialização	B
MARIA APARECIDA DA SILVA	Professor Regente	20 h	Especialização	B
MARIA ELAINE MARCON	Professor Regente	40 h	Especialização	B
MARIA ELIANE SIMON LAZZARI	Professor Regente	40 h	Especialização	B
MARIA REGINA PANISSON SCARABOTTO	Professor Regente	40 h	Especialização	B
MARIA SANDRA MARA MACIEL	Professor Regente	40 h	Especialização	B
MARIANGELA SANDRI DA SILVA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
MARIASINHA BUENO CRUZ DA SILVA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
MARILENE BOTARI SOARES BORGES	Professor Regente	40 h	Especialização	B
MARILEY LOPES THIBES	Professor Regente	40 h	Especialização	B
MARILICE PEGORINI GAUGER	Professor Regente	40 h	Especialização	B
MARIONICE CEREGATTI CORREIA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
MARISA HENKEL	Professor Regente	40 h	Especialização	B
MARISTELA MARTENDAL MENEGAZZO	Professor Regente	40 h	Especialização	B
MARISTELA MENEGUZZO DE ANDRADE	Professor Regente	20 h	Especialização	B
MARIZA ROVEDA TREVISOL	Professor Regente	40 h	Especialização	B
MARLEN ANGELA FORGIARINI	Professor Regente	40 h	Especialização	B
MARLENE APARECIDA MARTINSON BERLANDA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
MARLI TEREZINHA DORINI PADILHA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
MAURICIO JORGE DE AZEVEDO	Professor Regente	20 h	Especialização	B
MIGUELA APARECIDA DE SOUZA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
MIRIA BATISTA DOS SANTOS	Professor Regente	40 h	Especialização	B
NADIA DORINI	Professor Regente	40 h	Especialização	B
NADIR DOS ANJOS STEFANES DA SILVA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
NEIVA IZABEL CAVASIN DALAZEN	Professor Regente	40 h	Especialização	B
NEREU SUTIL	Professor Regente	40 h	Especialização	B

NEUSA APARECIDA DE SOUZA BECKER	Professor Regente	40 h	Especialização	B
NEUZA MARIA PINHEIRO	Professor Regente	40 h	Especialização	B
NIDIA SALETE POLESE	Professor Regente	40 h	Especialização	B
NILZA PEREIRA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
PANDORA BIARZI VALENTE	Professor Regente	40 h	Especialização	B
PAULA ANDREIA DI DOMENICO LIMA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
RAFAEL QUEIROZ DE CARVALHO	Professor Regente	40 h	Especialização	B
REJANE DE FATIMA TONHOLI DE LIMA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
RICIELI APARECIDA VARELA LUCCHESI	Professor Regente	40 h	Especialização	B
RITA DE CASSIA DA SILVA PINTO	Professor Regente	40 h	Especialização	B
RITA MARIA DE LOURDES MAFFIOLETTI FACHIN	Professor Regente	40 h	Especialização	B
RITA SIMONE DEMENECK PETRIKOSKI	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ROSANA DE FATIMA CORDEIRO	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ROSANE APARECIDA PEREIRA PIRES	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ROSANE APARECIDA SAMPAIO	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ROSANE MARIA BAGATINI	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ROSANGELA SCHUSTER LUFT	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ROSANI APARECIDA BITARELLO	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ROSELY MARTINS LISTON	Professor Regente	40 h	Especialização	B
SANDRA MARA BOM	Professor Regente	40 h	Especialização	B
SILVANA PETRY THIBES	Professor Regente	40 h	Especialização	B
SINCLAIR APARECIDA PISANI ZOTTI	Professor Regente	40 h	Especialização	B
SIUMARA TERESINHA CAPISTRANO DELUCA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
SOLEETE APARECIDA SURDI	Professor Regente	40 h	Especialização	B
SONIA APARECIDA PADILHA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
SONIA DA SILVA BRESSAN	Professor Regente	40 h	Especialização	B
SUELI TEREZINHA CORONA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
SUELY APARECIDA FAGUNDES	Professor Regente	40 h	Especialização	B
TANIA CRISTINA MAIA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
TATIAIA APARECIDA SAIFERT BOEIRA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
TERESINHA INES BALDISSERA FERREIRA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
TEREZINHA APARECIDA FAGUNDES DE SOUZA	Professor Regente	40 h	Especialização	B
TEREZINHA DE OLIVEIRA CORREA FAVARETTO	Professor Regente	40 h	Especialização	B
TEREZINHA PARENTI	Professor Regente	40 h	Especialização	B
VERA LUCIA DE VARGAS	Professor Regente	40 h	Especialização	B
VIVIANE APARECIDA DOS SANTOS	Professor Regente	40 h	Especialização	B
VONECY DAROLD FRANZEN	Professor Regente	40 h	Especialização	B
ZULMA APARECIDA DE JESUS	Professor Regente	40 h	Especialização	B

Art. 2º - Aplica-se às referências mencionadas no Art.25 e 26,& 1ºe2º da Lei Complementar 9/2018, sobre o salário base do nível.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
31 de outubro de 2019.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA 2519/19

Publicação Nº 2221466

PORTARIA Nº 2519/19 de 31/10/19

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO E/OU CAPACITAÇÃO AOS SERVIDORES EFETIVOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 35 da Lei Complementar nº 10 de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Progressão por Curso de Aperfeiçoamento e/ou Capacitação aos servidores efetivos que menciona:

Prefeitura
Adair Jose Spiassi
Adelaide Ferreira Lourenci
Adenilso Tonholi
Adriana Aparecida Almeida
Adriana Aparecida dos Santos
Adriana Helena Rossa
Ana Cristina Pedroso
Ana Eliza Mara Marcon
Ana Lucia Pinto
Ana Paula Bittencourt Walter
Ana Paula da Silva Roveda
Anderson Luiz Soares
Andreia de Fatima Ribeiro Antunes
Andreia Zanotto Fagundes
Antonio Jesus Viater
Atílio Pinto
Carla Denise Garbin
Catiane Stefanos Santos
Celita Aparecida Southier Souza
Clarice Aparecida Fagundes
Clarice Rodrigues Arruda
Claudemir da Fonseca
Claudete Salete Rosa de Chaves
Cleia Malcorra de Almeida
Cleonice Aparecida Ribeiro
Cleonice de Oliveira Fagundes
Cristiane Carezia
Daniela Cristina Gonçalves Zanotto
Daniela Gonçalves da Silva Dallamico
Daniela Guzatti Martendal
Deise Salmoria Pires
Dilse Bortoli
Dionei Machado
Donizete Francisco de Assis
Edenilson Patrick Moresco
Edson Martins
Einor Luiz Fae
Elenita Aparecida Granzotto
Eliane Lopes
Eliane Torri Furtado

Elizangela Busnelo Dalpiva
Fabio Cesar Antunes
Fatima Lorena dos Santos Matos
Fernanda Germano dos Santos
Francisco Edaro Laercio Garcia
Gesiel Ribeiro
Gilvane Aparecida Paganini
Glauciane Pinto França
Gorete de Fatima dos Reis
Grazielli Cristina Kemer
Hayett Sarkis Kanaan Milanez
Helena Lucia Granzotto Devila
Inara Salete Durigon Surdi
Ivo Arnildo Moreira
Ivone Maria Zambon
Ivori Antonio Trombeta
James Adalcio dos Santos
Janayna Bugança Cordeiro
Jane Alves de Oliveira
Jean Carlo Petry
Jhonatas Ismael Marques
Joana Zanotto Fagundes
João Carlos Cordeiro
João Carlos de Lima
Joceane Gonçalves Walter
Jorge Alex Moraes
José Altair dos Santos
Jossania Aparecida Lopes dos Santos Ferreira
Jossuí Helena Nogueira
Juliana Aparecida Bernabe Rossi
Kely Cristina Harz
Leamar Dallamico Pereira
Leila Aparecida Lins de Lima Gabrielli
Lenir Alves Pinto
Lenir Fernandes Padilha
Leticia Piccoli Caiper
Lindamir Shereiber Ferreira
Liziane dos Santos
Lorena Foscarini
Lucia Francisca de Oliveira
Luciane Gomes de Almeida
Lucimar Maria Baldissera Walter de Deus
Luiz Fernando Ferreira
Lurdes Claudete Surdi Bertelli
Marcia Aparecida Almeida
Marcia Eliza Canali Kaiper
Marcia Gonçalves de Mattos Macedo
Marcia Rita Silva
Marcia Terezinha Fialho Righes
Marcia Tolomeotti

Marco Aurelio Padilha
Marcos Antonio Hermes
Marcos Emir Moreira
Marcos Pinheiro
Marcos Rodrigues
Margarete Terezinha Nicolotti
Margarida Moreira
Maria Aparecida Pereira Rosa
Maria Das Graças de Oliveira Almeida
Maria Izabete Fabro de Carvalho
Maria Rosalina Antunes
Marinez da Silva Pereira Todeschini
Mario Arthur Favretto
Nathalia Deodato Cardoso
Nelli Terezinha Paganini
Nilva Maria Fabro Sarmento
Omar Junior Antunes
Orly de Jesus Matos
Osvaldo de Souza
Patrícia Elizandra de Lima
Paulo Cesar Santos
Paulo Roberto Barbosa
Paulo Roberto de Souza
Renato Collet Metz
Rosalina Rodrigues de Lima
Rosangela Fátima Alves de Sá Baldin
Roseli de Fatima Bevilaqua Schimite
Roseli de Fatima Kemer Fagundes
Rosivete Gonçalves Dias
Sandra Aparecida de Andrade
Sandra Pelentir Dissegna
Soeli Fatima Duarte
Solange Aparecida Nohatto
Soneide de Fatima Moreira
Sonia Aparecida Trucolo
Susana Aparecida de Oliveira
Susane Dias de Deus
Valdilene Nichelle de Souza
Vanderleia Scapini
Vanessa Aparecida Torres
Vanilde Conradi
Vilma Padilha Mecabo
Viviane Cristina Junho de Oliveira
Viviane Kemer Pandolpho Maciel

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2019.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
31 de outubro de 2019.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA 2556/19

Publicação Nº 2221469

PORTARIA Nº 2556/19 DE 01/11/2019
NOMEIA JULIANE MATTOS DA ROSA, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear JULIANE MATTOS DA ROSA, aprovado (a) em Concurso Público, na forma do Edital nº 001/2018, para exercer o cargo de PSICOLOGO com a carga horária de 40 horas semanais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de novembro de 2019.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA 2560/19

Publicação Nº 2221470

PORTARIA Nº 2560/19 DE 05/11/2019
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA VIVIANE APARECIDA MOCELLIN DE OLIVEIRA.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao (a) servidor (a) VIVIANE APARECIDA MOCELLIN DE OLIVEIRA, pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
05 de novembro de 2019.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA 2561/19

Publicação Nº 2221471

PORTARIA Nº 2561/19 DE 05/11/2019
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA DAIANE ISABEL CARDOSO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao (a) servidor (a) DAIANE ISABEL CARDOSO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
05 de novembro de 2019.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO MD Nº 07/2019**

Publicação Nº 2221932

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

RESOLUÇÃO MD Nº 7/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores do município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos Arts. 57 e 61 da LOM, combinado com os Art. 63 e 109 do Regimento Interno...

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de irregularidades no gerenciamento, operacionalização e na execução da administração da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio pelo IMAS - Instituto Maria Schimitt.

Art. 2º Farão parte da referida comissão os vereadores Irineu Armando Osório Júnior, Adavilson Telles, Maurilio Castro Campagnoni, José Adelar Carpes e Dirceu José Kaiper, obedecido o princípio da proporcionalidade, mediante indicação da liderança partidária.

Art. 3º A comissão ora instituída disporá de todos os meios legais previstos em lei para o fiel cumprimento de suas finalidades.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos, na forma da lei, será de 120 dias a contar desta instalação conforme artigos 109 § 2º do Regimento Interno e artigo 61 da Lei Orgânica Municipal, sendo que se necessário a comissão requererá em tempo hábil prorrogação dos trabalhos.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 17 de outubro de 2019.

Darcy Rodrigo Pedroso
Presidente da Mesa

e-mail: administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br
www.camaracamposnovos.sc.gov.br



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site www.legislador.com.br/verifica, informe o código: 2#1#3#6#2#4#7#2019#1#0#0#1

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 250/2019

Publicação Nº 2221350

DECRETO Nº. 250/2019

“REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR Nº 070/2019 EM RELAÇÃO À AVALIAÇÃO DO ESTAGIO PROBATÓRIO”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o que dispõe a LC 070/2019 em seu artigo 31, de que o Município deve regulamentar a avaliação do estágio probatório;
CONSIDERANDO o que determina o artigo 201, da LC 070/2019 de que cabe ao Prefeito regulamentar via decreto o que dispõe a referida lei, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - O cumprimento do estágio probatório de que trata o §4º do art. 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 05 de junho de 1998, obedecerá ao disposto neste Decreto.

Art. 2º - Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório pelo período de três (03) anos, durante o qual a sua aptidão, capacidade e desempenho serão objeto de avaliação por Comissão Especial designada para esse fim, como condição para a aquisição da estabilidade.

Art. 3º - A avaliação de desempenho do servidor público municipal em estágio probatório, com vista à aquisição de estabilidade, observará os seguintes fatores:

- I – Assiduidade- comparecimento do servidor no local de trabalho, dentro do horário estabelecido para o expediente da unidade;
- II – Disciplina - comportamento quanto aos aspectos de observância aos regulamentos e orientação da chefia;
- III - Capacidade de Iniciativa - capacidade de tomar providências por conta própria dentro de sua competência);
- IV – Produtividade – rendimento compatível com as condições de trabalho produzido e atendimento a prazos estabelecidos;
- V – Responsabilidade - assunção de tarefas que lhe são propostas dentro dos prazos e condições estabelecidas, conduta moral e ética profissional).

Parágrafo único. O período do estágio probatório será obrigatoriamente cumprido no exercício das atribuições do cargo efetivo para o qual o servidor foi nomeado.

Art. 5º - A contar do primeiro dia do exercício no cargo efetivo o desempenho do servidor será objeto de avaliações, durante os três anos de duração do estágio probatório, observado o seguinte cronograma:

- I - Primeira avaliação: até o último dia do terceiro mês de exercício.
- II - Segunda avaliação: até o último dia do sexto mês de exercício;
- III - Terceira avaliação: até o último dia do décimo segundo mês de exercício.
- IV - Quarta avaliação: até o último dia do décimo oitavo mês de exercício;
- V - Quinta avaliação: até o último dia do vigésimo quarto mês de exercício.
- VI - Sexta avaliação: até o primeiro dia do trigésimo sexto mês de exercício;

Art. 6º - A Comissão Especial de Avaliação do Estágio Probatório será composta por 03 (três) membros nomeados pelo Prefeito Municipal.

Art. 7º - Compete à Comissão Especial de Avaliação do Estágio Probatório:

- I - Orientar todo o processo de Avaliação do estágio probatório ou nele intervir em qualquer fase, atuando junto aos grupos de avaliação sempre que solicitado ou ocorrer divergência entre seus componentes;
- II - Solicitar a assistência de qualquer órgão técnico da Prefeitura Municipal, principalmente de perícias médicas, sempre que necessária ao bom termo do processo de avaliação;
- III - Analisar e julgar os recursos recebidos, podendo requisitar quaisquer peças, documentos ou processos e entrevistar o servidor, seus colegas de trabalho, as chefias ou os servidores por ela designados para a avaliação bimestral, se assim for necessário para a melhor instrução do relatório final;
- IV - Receber instrumentos de avaliação devidamente preenchidos;
- V - Propor justificadamente ao Prefeito Municipal, com base nos relatórios e documentos do processo, bem assim nas suas próprias diligências e convicções, a declaração de estabilidade ou a exoneração do servidor avaliado.

Art. 8º - As avaliações previstas no artigo 5º serão realizadas por Grupos de Avaliação, designados pelos Secretários das respectivas áreas de atuação, compostos de três (03) membros efetivos.

§1º. Não poderá fazer parte da Comissão Especial de Avaliação e nem de Grupo de Avaliação o servidor em estágio probatório.

§2º. Caso o servidor em estágio probatório tenha exercido suas funções em mais de uma unidade, seu desempenho será submetido ao grupo avaliador constituído naquela onde o trabalho tenha-se desenvolvido pelo maior número de dias, prevalecendo, em caso de empate, a última unidade.

§3º. Compete às chefias imediatas dos servidores em estágio probatório e aos Secretários Municipais a que o servidor estiver subordinado, o cumprimento dos prazos e formalidades estabelecidos nesta Lei, cumprindo-lhes provocar o início dos processos de avaliação, sob pena de responsabilidade administrativa.

§4º. No desempenho de suas atribuições, os Grupos de Avaliação poderão ser assistidos pelo serviço médico do Município, nos casos de afastamentos em razão de prescrição médica do servidor em estágio probatório.

§5º. Concluída cada avaliação, será a mesma datada e assinada por todos os membros do grupo avaliador, pelo Secretário da respectiva área de atuação e pelo próprio servidor avaliado, que concordará ou não com os resultados apresentados, remetendo-se após à Comissão Especial de Avaliação do Estágio Probatório.

§6º. Na hipótese de o servidor não concordar com as conclusões da avaliação, manifestará suas razões no formulário próprio a ser disponibilizado pela Administração e, caso sejam necessários mais esclarecimentos, deverá prestá-los no prazo de 10 (dez) dias contados da data de sua notificação, ao fim do qual, com ou sem esclarecimentos, será o processo remetido à Comissão Especial de Avaliação do Estágio Probatório, para decisão.

Art. 9º - Fica estabelecido o limite máximo de 100 (cem) pontos para cada avaliação, distribuídos entre os fatores definidos no artigo 4º, nas seguintes proporções:

- I - Assiduidade - 15 (quinze) pontos;
- II – Disciplina - 20 (vinte) pontos;
- III – Capacidade de Iniciativa – 15 (quinze) pontos;
- IV – Produtividade - 25 (vinte e cinco) pontos;
- V – Responsabilidade - 25 (vinte e cinco) pontos.

Art. 10 - Será aprovado no estágio probatório e considerado apto para obter a estabilidade no serviço público municipal e confirmação no cargo, o servidor que obtiver, no mínimo, 70 (setenta) pontos na média aritmética de suas avaliações.

§1º. O servidor que não preencher alguns dos requisitos do estágio probatório deverá receber orientação adequada para que possa corrigir as deficiências.

§2º. Verificado, em qualquer fase do estágio probatório, resultado insatisfatório por duas avaliações consecutivas ou intercaladas, será processada a exoneração do servidor.

Art. 11 - Na avaliação do servidor deficiente físico serão levadas em consideração as limitações e restrições médicas constantes de seu laudo pré-admissional.

Parágrafo Único. As limitações e restrições médicas suportadas pelo servidor deficiente físico não poderão interferir na avaliação de seu desempenho, sendo vedado considerá-las como elementos redutores de pontos.

Art. 12 - A avaliação do servidor em estágio probatório não prejudica a apuração de sua responsabilidade por faltas disciplinares nem a aplicação das penalidades previstas na Lei Complementar 070/2019, assegurado o direito de ampla defesa.

Art. 13 - Não se concederá ao servidor em estágio probatório:

- I - transferência de local de trabalho a próprio pedido;
- II - licença por motivo de interesse particular.
- III - qualquer tipo de progressão funcional;
- IV - gratificação de função;

Art. 14 - Suspende-se o período de estágio probatório, voltando a correr no dia estabelecido para o retorno do servidor ao exercício do cargo ou do dia seguinte ao de sua liberação, nas hipóteses de:

- I – licença gestante ou adoção;
- II – licença para tratamento de saúde;
- III – licença em virtude de acidente ou doença profissional;
- IV – licença para acompanhamento de doença em pessoa da família;
- V – afastamento para exercer atividade política e mandato eletivo;
- VI – licença para exercer mandato sindical;
- VII - autorização para prestar serviço ao Poder Legislativo ou órgão da Administração Pública Indireta do município.

Parágrafo Único. No caso de condenação criminal, que acarrete perda de cargo público, o servidor será exonerado.

Art. 15 - Se em qualquer fase do estágio probatório for constatada a ausência ou déficit da capacidade física ou mental do servidor, de modo a comprometer o desempenho adequado das funções do seu cargo, ou a segurança do trabalho e dos colegas, o servidor será submetido a exames médicos pelo Serviço Médico do Município, que emitirá um laudo, o qual será encaminhado à Comissão Especial de Avaliação do Estágio Probatório, que decidirá sobre a exoneração.

Art. 16 - O servidor em estágio probatório poderá ser designado para exercer Cargo em Comissão, suspendendo-se o período de avaliação do estágio probatório.

Art. 17 - Fica criada a Comissão de Recursos, composta pelo Secretário de Administração, Procurador do Município e outro membro designado pelo Prefeito Municipal.

Art. 18 - Indicada a exoneração do servidor avaliado, a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho redigirá o seu relatório circunstanciado, cópia do qual será entregue ao mesmo, mediante recibo, junto com a notificação dos resultados da avaliação.

Art. 19 - Recebida a notificação e o relatório da Comissão Especial de Avaliação, o servidor avaliado terá 10 (dez) dias para a apresentação de defesa, junto à própria Comissão Especial, fazendo-se representar por advogado, se assim desejar.

Art. 20 - Produzida a defesa e vindo a Comissão Especial de Avaliação a decidir pelo acolhimento de suas razões, proporá a confirmação do servidor no cargo, se encerrado o período do estágio probatório ou a continuação do estágio, se for o caso.

Art. 21 - Se a Comissão Especial de Avaliação decidir pela improcedência da defesa, relatará seus motivos e dará ciência ao servidor avaliado, abrindo-se a este, a partir da data da ciência, prazo de 10 (dez) dias para apresentação de recurso junto à Comissão de Recursos, cuja decisão encerrará o processo, mantendo o servidor ou recomendando a sua exoneração.

Art. 22 - Na contagem dos prazos para prestação de esclarecimentos, apresentação de defesa e interposição de recurso referidos neste Regulamento, exclui-se o dia do começo e inclui o dia do vencimento.

Art. 23 - O servidor será considerado estável no serviço público municipal somente após a edição da portaria de declaração de estabilidade pelo Prefeito Municipal, cumpridas as formalidades de avaliação e obtido o parecer favorável a sua permanência no exercício do cargo.

Art. 24 - O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado mediante portaria do Prefeito Municipal.

Art. 25 - Aplicam-se as disposições deste Decreto, no que couber, a todos os servidores públicos municipais que, na data da publicação, estiverem em estágio probatório.

Art. 26 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27 - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/11/2019.

DECRETO Nº 253/2019

Publicação Nº 2221348

DECRETO Nº. 253/2019

“NOMEIA OS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SINALIZAÇÃO”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 4.933 de 22/02/2012 que Inclui Órgão de Deliberação no DETRACAN, resolve:

DECRETAR

ART. 1º - Ficam nomeados os representantes que farão parte conforme do Conselho Municipal de Trânsito, Transportes e Sinalização, conforme relacionados abaixo:

I – CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia:

- Titular: Idimar Roberto Cenci;

- Suplente: Aloisio Melati Scultetus.

II – Assessoria Jurídica do Município:

- Titular: Winston Beyersdoff Lucchiari;
- Suplente: Bianca Roberta Coser Neppel.

III – Sindicato dos Motoristas de Canoinhas:

- Titular: João Vitor de Lima Rodrigues;
- Suplente: Ézio João Rodrigues.

IV – Secretaria Municipal de Planejamento:

- Titular: Rafael Rottili Roeder;
- Suplente: Patrícia Marques Weil.

V – Polícia Militar:

- Titular: Ricardo de Jesus Machado;
- Suplente: Jorge Henrique Ferreira.

VI - Câmara de Dirigentes Lojistas:

- Titular: Cirineu Novack;
- Suplente: Danilo David Godoi Rosa.

VII – CIRETRAN:

- Titular: Everton Cesar Gonchorovski;
- Suplente: Angela Maria Alberti.

VIII – ACIC – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CANOINHAS:

- Titular: Marcos Adolar Thiem;
- Suplente: Nelson Revay.

IX – Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento:

- Titular: Marilene Wittlich;
- Suplente: Danielle Ludka.

X – DETRACAN:

- Titular: Luiz Alceu Witt Junior;
- Suplente: Andreia Correia da Silva Fontana Kauva.

XI – CORPO DE BOMBEIROS:

- Titular: Nauro Ricardo Muck;
- Suplente: Clemente Stähelin Michels.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 305/2018.

Canoinhas/SC, 01 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/11/2019.

EDITAL Nº. 93/2019 - CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 004/SMS/2019.

Publicação Nº 2221355

EDITAL Nº. 93/2019

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 004/SMS/2019.

O Chefe do Poder Executivo Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 004/SMS/2019.

Considerando a necessidade de convocação de candidato aprovado para preencher o cargo de Psicólogo.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II e IX, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para contratação temporária, a candidata FERNANDA SILVA DA COSTA, aprovada no Processo Seletivo previsto no Edital nº.

004/SMS/2019, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 15 (quinze) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

2. O não comparecimento da candidata ora convocada no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Fica a candidata, convocada para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento de Pessoal.

3.1. O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Processo Seletivo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. A candidata, convocada por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 04 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO PMC 1-105/2019

Publicação Nº 2220894

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-105/2019

Outros

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Concorrência N.º PMC CC14/2019

Data de assinatura: 24/10/2019.

Contratada: ENERGIZA MONTAGENS ELETRICAS LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 31.136.357/0001-25

Objeto Contratado: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO A TÍTULO GRATUITO DE TERRENO PÚBLICO, LOCALIZADO NO BAIRRO INDUSTRIAL I, COM ÁREA DE 2.129,518 M², PARA INSTALAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE INDÚSTRIA OU EMPRESA NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS – ÁREA 01.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do prazo: A concessão de uso vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos a critério da concedente.

Onde se lia: "O presente termo poderá não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte", leia-se "O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte".

Fica suprimido o Parágrafo Terceiro da Cláusula 8ª.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO PMC 1-106/2019

Publicação Nº 2220918

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-106/2019

Outros

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Concorrência N.º PMC CA15/2019

Data de assinatura: 24/10/2019.

Contratada: SANGON COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 30.937.666/0001-31
Objeto Contratado: CONCESSÃO DE USO GRATUÍTO DE TERRENO PÚBLICO LOCALIZADO NO BAIRRO INDUSTRIAL I, COM ÁREA DE 1.671,212 M², PARA INSTALAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE INDÚSTRIA OU EMPRESA NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS – ÁREA 02, CONFORME AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 6.385/2019, DE 21/06/2019 E DESCRIÇÃO PRESENTE NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do prazo: A concessão de uso vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos a critério da concedente.

Onde se lia: “O presente termo poderá não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte”, leia-se “O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte”.

Fica suprimido o Parágrafo Terceiro da Cláusula 8ª.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO PMC 1-95/2019

Publicação Nº 2220952

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-95/2019

Outros

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Concorrência N.º PMC CC06/2019

Data de assinatura: 16/10/2019.

Contratada: EVANI LEFFER DA CRUZ, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 046.307.649-41

Objeto Contratado: CONCESSÃO DE USO REMUNERADO, POR TEMPO DETERMINADO, DE 01 (UMA) SALA COMERCIAL, LOCALIZADA NA RUA PAUL HARRYS, CENTRO – CANOINHAS, ANEXO AO TERMINAL RODOVIÁRIO, PARA IMPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTE OU LANCHONETE, DO TIPO MAIOR OFERTA POR ITEM. CONTRATO Nº PMC 95/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do prazo: A vigência que era até 21/08/2029, passará a ser até 30/11/2029.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 071/2019

Publicação Nº 2221368

LEI COMPLEMENTAR Nº 071/2019

“ALTERA E ACRESCE DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR Nº. 054/2016, DE 29 DE ABRIL DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. Fica alterado o § 2º do art. 22 da Lei Complementar nº. 054, de 29 de abril de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º Os servidores efetivos nomeados para os cargos de Diretor Executivo e Diretor Administrativo-Financeiro, farão jus a um vencimento mensal, inclusive gratificação natalina e férias, conforme estabelecido no Anexo I desta Lei Complementar, podendo ambos optarem pela remuneração do cargo efetivo caso esta seja de maior valor.”

Art. 2º. Fica acrescido o § 7º ao art. 22 da Lei Complementar nº. 054, de 29 de abril de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 7º Os vencimentos constantes do Anexo I desta Lei Complementar poderão ser reajustados periodicamente de modo a preservar-lhes o poder aquisitivo, mediante reposição salarial anual, oriunda de ato do Chefe do Poder Executivo, devidamente aprovado junto à Câmara de Vereadores do Município.

Art. 3º. Fica acrescido o "Anexo I" à Lei Complementar nº. 054, de 29 de abril de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 054 DE 29/04/2016

QUADRO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS DIRETORES

CARGO	SÍMBOLO	VAGAS	VENCIMENTOS
Diretor Executivo	DE1	01	R\$ 10.614,37
Diretor Administrativo-Financeiro	DAF1	01	R\$ 4.253,05

Observação: Vencimentos vigentes no Exercício de 2019.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/11/2019.

LEI Nº 6.442 DE 07/11/2019

Publicação Nº 2221364

LEI Nº 6.442 DE 07/11/2019

"INSTITUI O PROGRAMA "CONSTRÓI CANOINHAS" E AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CANOINHAS A FIRMAR CONVÊNIO COM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA E MINISTÉRIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica instituído no âmbito do Município de Canoinhas o Programa "Constrói Canoinhas".

Art. 2º. O Programa tem por objetivo revitalizar as calçadas do centro urbano, utilizando-se da mão de obra fornecida pelos beneficiados com penas alternativas de prestação de serviços à comunidade e do material de construção produzido pelos apenados da Unidade Prisional Avançada de Canoinhas.

Art. 3º. Fica autorizado o Município de Canoinhas a celebrar convênio com o Tribunal de Justiça de SC (Juízo da Execução Penal de Canoinhas), bem como com o Ministério Público, no sentido de viabilização do programa Constrói Canoinhas.

Art. 4º. É facultada a participação no convênio das polícias Militar e Civil e Conselho da Comunidade.

Art. 5º. A administração municipal poderá regulamentar as regras do Programa via decreto.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/11/2019.

LEI Nº 6.443 DE 07/11/2019

Publicação Nº 2221360

LEI Nº 6.443 DE 07/11/2019

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder, na forma da Lei Orgânica Municipal, incentivos, com a finalidade precípua de acelerar o Desenvolvimento do Município de Canoinhas e obter resultados socioeconômicos a curto, médio e longo prazo, por meio da cessão de 300 m³ (trezentos metros cúbicos) de brita graduada, em favor de TPL TRANSPORTES EIRELI, inscrito no CNPJ sob nº. 04.869.739/0001-95.

Art. 2º. O incentivo de que trata o art. 1º dar-se-á para melhorias na estrutura física da empresa e na execução de seus serviços, em especial quanto à entrada e saída das frotas, ficando vedada a utilização para outros fins, sob pena de sanções administrativas.

Art. 3º. O carregamento e transporte do material de que trata o art. 1º desta Lei, dar-se-á por conta da empresa TPL TRANSPORTES EIRELI.

Art. 4º. A empresa deverá atender aos seguintes requisitos:

I – Comprovar inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município de Canoinhas, Fazenda Estadual e Receita Federal;

II – Comprovar regularidade fiscal com a União, Estado e Município.

Art. 5º. Todos os serviços deverão ser realizados respeitando-se a legislação ambiental, cabendo à empresa a responsabilidade pela elaboração e aprovação dos projetos ambientais junto aos órgãos competentes, caso necessário.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/11/2019.

LEI Nº 6.444 DE 07/11/2019

Publicação Nº 2221357

LEI Nº 6.444 DE 07/11/2019

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CEDER O USO DE BEM IMÓVEL AO GRUPO ESCOTEIRO ITAPEBA”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a cessão de uso de uma área de 3.518,90 m² (três mil, quinhentos e dezoito metros e noventa decímetros quadrados), e uma área de 1.266,30 m² (um mil, duzentos e sessenta e seis metros e trinta decímetros quadrados), integrantes, respectivamente, das matrículas nos. 32.346 e 32.347, conforme planta de localização que passa a ser parte integrante da presente lei, em favor do GRUPO ESCOTEIRO ITAPEBA, inscrito no CNPJ sob o nº. 30.073.481/0001-26, declarado de utilidade pública por meio da Lei nº. 6.398, de 29 de agosto de 2019.

Art. 2º. A cessão de uso de que trata o art. 1º desta lei se destina exclusivamente para a instalação da sede do GRUPO ESCOTEIRO ITAPEBA e ampliação das atividades sociais, esportivas e de lazer desenvolvidas em prol da comunidade, sendo vedada a destinação do imóvel para fins diversos.

Art. 3º. A cessionária terá o prazo de 3 (três) anos para execução e implantação do projeto, a contar da data de assinatura do termo de cessão de uso, sob pena de rescisão da cessão de uso e reversão do imóvel em favor do município.

Art. 4º. A cessão de uso de que trata esta lei vigorará pelo prazo determinado de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 5º. Ao termo final de vigência, as construções e benfeitorias realizadas no imóvel passarão a integrar o patrimônio público, sem qualquer direito à indenização.

Art. 6º. Fica a cessionária obrigada a disponibilizar a futura sede ao Município de Canoinhas, sempre que solicitado.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em sentido contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/11/2019.

PORTARIA Nº 1528/2019

Publicação Nº 2221133

PORTARIA Nº. 1528/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a SOLANGE DE JESUS CORREA BARBOZA, efetiva no cargo de Professor de Arte, no CEI Carlos Drummond de Andrade e na EBM Prof. Alzirinha Da Silva Correa, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/10/2019 a 23/11/2019, conforme Memorando nº 13.382/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/10/2019.

PORTARIA Nº 1529/2019

Publicação Nº 2221191

PORTARIA Nº. 1529/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, as Leis Municipais 5.528 de 25/03/2015 e Lei nº 4.851 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/SME/2017, Edital nº 006/SME/2017 de 08/12/2017, resolve:

CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO/2019

Art. 1º - Fica contratada ECILDA APARECIDA GREIM, no cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 25% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Guilhermina Maria da Veiga Ferreira, no período de 01/11/2019 a 13/12/2019. Vaga vinculada a servidora efetiva Selma Franz, qual está em processo de readaptação. Vaga ocupada pela servidora ACT Jolsimari Erzinger, qual encontra-se em licença gestação, conforme Memorando nº 13.310/SME/2019.

Art. 2º - Fica contratada MARIA APARECIDA RODRIGUES LOIK, no cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 25% de regência, 40 horas semanais, para atuar no CEI Landi Ama Neppel, no período de 01/11/2019 a 13/12/2019. Vaga vinculada a servidora efetiva Michele Aparecida Leite, qual encontra-se em licença gestação, conforme Memorando nº 13.310/SME/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/10/2019.

PORTARIA Nº 1530/2019

Publicação Nº 2221333

PORTARIA Nº. 1530/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação de KATRINE CERUTTI, que exerce o cargo de Desenhista, junto a Secretaria Municipal de Planejamento, no período de 07/11/2019 a 06/05/2020, conforme Memorando nº 12.767/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/10/2019.

PORTARIA Nº 1531/2019

Publicação Nº 2221310

PORTARIA Nº. 1531/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerada a servidora MARIA CELINA MURARO, efetiva no cargo de Professor, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/10/2019, por motivo de Aposentadoria Junto ao ICPREV, conforme Memorando nº 12.571/ICPREV/2019.

Art. 2º - Fica exonerada a servidora MARLI DE FÁTIMA GOMES, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/10/2019, por motivo de Aposentadoria Junto ao ICPREV, conforme Memorando nº 12.571/ICPREV/2019.

Art. 3º - Fica exonerada a servidora MARILZA BERNADETE PRESTES DE MEDEIROS, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/10/2019, por motivo de Aposentadoria Junto ao ICPREV, conforme Memorando nº 12.571/ICPREV/2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/10/2019.

PORTARIA Nº 1532/2019

Publicação Nº 2221318

PORTARIA Nº. 1532/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora MARIA APARECIDA CHAVES CUSTODIO, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir 30/10/2019 a 29/04/2020, conforme Memorando nº 13.462/SMAFO/2019 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/11/2019.

PORTARIA Nº 1533/2019

Publicação Nº 2221297

PORTARIA Nº. 1533/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação de FABIANE RUCHINSKI, que exerce o cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, no CEI Emília Ferrero, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 14/12/2019 a 30/10/2020, conforme Memorando nº 13.450/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/11/2019.

PORTARIA Nº 1534/2019

Publicação Nº 2221330

PORTARIA Nº. 1534/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido EMELIN TAIANE GOESTEMEIER, que exerce o cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, no CEI Cecília Meirelles, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/11/2019, conforme Memorando nº 13.461/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/11/2019.

PORTARIA Nº 1535/2019

Publicação Nº 2221332

PORTARIA Nº. 1535/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido EVANIRA APARECIDA TACHESKI GONÇALVES, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, no GEM Reinaldo Kruger e no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/11/2019, conforme Memorando nº 13.472/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de novembro de 2019.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/11/2019.

PORTARIA Nº 1536/2019

Publicação Nº 2221305

PORTARIA Nº. 1536/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90, resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação a VERIDIANA DE SOUZA TRINDADE, que exerce o cargo de Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, cuja licença será gozada no período de 28/10/2019 a 24/04/2020, conforme Memorando nº 13.515/SMA-FO/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de novembro de 2019.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/11/2019.

PORTARIA Nº 1537/2019

Publicação Nº 2221311

PORTARIA Nº. 1537/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias a servidora CAROLINE ERHARDT STRELECKI, efetiva no cargo de Psicólogo, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 02/12/2019 a 31/12/2019, conforme Memorando nº 12.064/SEMAS/2019.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias a servidora PATRICIA BARBOSA DA SILVA, efetiva no cargo de Educador Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 01/12/2019 a 30/12/2019, conforme Memorando nº 12.064/SEMAS/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de novembro de 2019.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 01/11/2019.

PORTARIA Nº 1538/2019

Publicação Nº 2221314

PORTARIA Nº. 1538/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias ao servidor LUIZ MATHEUS TREVISANI, efetivo no cargo de Médico Veterinário, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 02/12/2019 a 21/12/2019, conforme Memorando nº 10.022/SMDR/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 01/11/2019.

PORTARIA Nº 1539/2019

Publicação Nº 2221334

PORTARIA Nº. 1539/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora ANGELA APARECIDA DA ROCHA, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 10/12/2019 a 19/12/2019, conforme Memorando nº 12.481/SEMAS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 01/11/2019.

PORTARIA Nº 1540/2019

Publicação Nº 2221298

PORTARIA Nº. 1540/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias a servidora ADRIANE JACK MOISSA, efetiva no cargo de Cuidador, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 02/12/2019 a 31/12/2019, conforme Memorando nº 12.894/SEMAS/2019.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias a servidora BIANCA WZOREK, efetiva no cargo de Psicólogo, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 02/12/2019 a 31/12/2019, conforme Memorando nº 12.894/SEMAS/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/11/2019.

PORTARIA Nº 1541/2019

Publicação Nº 2221302

PORTARIA Nº. 1541/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias ao servidor JOÃO CARLOS DA SILVA FILHO, que exerce o cargo de Agente de Combate as Endemias, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 02/12/2019 a 21/12/2019, conforme Memorando nº 13.498/SMS/2019.

Art. 2º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias a servidora ANTONIA LUCACHINSKI MARCONDES, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 09/12/2019 a 23/12/2019, conforme Memorando nº 13.498/SMS/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/11/2019.

PORTARIA Nº 1542/2019

Publicação Nº 2221319

PORTARIA Nº. 1542/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor GLAUCIO JOSE RODRIGUES DA SILVA, efetivo no cargo de Educador Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 18/12/2019 a 01/01/2020, conforme Memorando nº 12.956/SEMAS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/11/2019.

PORTARIA Nº 1543/2019

Publicação Nº 2221324

PORTARIA Nº. 1543/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias a servidora THALITA CRISTINA POKRYVIECKI, efetiva no cargo de Médico Generalista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 02/12/2019 a 21/12/2019, conforme Memorando nº 13.200/SMS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/11/2019.

PORTARIA Nº 1544/2019

Publicação Nº 2221290

PORTARIA Nº. 1444/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a MARILENE WITTLICH, que exerce o cargo de Supervisor II, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 30/09/2019, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social -INSS, conforme Memorando nº 12.138/SMAFO/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de setembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/09/2019.

PORTARIA Nº 1545/2019

Publicação Nº 2221293

PORTARIA Nº. 1545/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90, resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação a CAMILA PUTTKAMER CARVALHO, que exerce o cargo de Agente Comunitário, junto a Secretaria Municipal de Saúde, cuja licença será gozada no período de 14/10/2019 a 10/02/2020, conforme Memorando nº 13.574/SMS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/11/2019.

PORTARIA Nº 1546/2019

Publicação Nº 2221292

PORTARIA Nº. 1546/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho da servidora JOSIANE APARECIDA ARTNER, que exerce o cargo de Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, na EBM Reinaldo Kruger, junto a Secretaria Municipal de Educação, para agora atuar no Gem Menino Jesus, 40 horas semanais, à partir de 04/11/2019, conforme Memorando nº 13.386/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/11/2019.

PORTARIA Nº 1547/2019

Publicação Nº 2221295

PORTARIA Nº. 1547/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90, resolve:

PRORROGAR LICENÇA MATERNIDADE

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Maternidade à CAMILA PUTTKAMER CARVALHO, que exerce o cargo de Agente Comunitário, junto a Secretaria Municipal de Saúde, cuja licença será gozada no período de 11/02/2020 a 11/04/2020, conforme Memorando nº 13.578/SMS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/11/2019.

PORTARIA Nº 1549/2019

Publicação Nº 2221291

PORTARIA Nº. 1549/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Art. 1º - Fica autorizada a averbação nos assentamentos funcionais, de WILSON DOURIVAL DEMBINSKI, detentor da matrícula nº 296 e do cargo efetivo de Operador de Máquina, na qual se extraiu, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS, sob o nº 20024010.1.00045/19-3, o período de 25 (vinte e cinco) anos, 08 (oito) meses, 10 (dez) dias no período de 12/03/1980 a 03/08/1980, 06/10/1980 a 02/03/1982, 02/01/1983 a 19/02/1983, 28/02/1983 a 31/07/1990, 01/04/2000 a 31/07/2016, e conforme Certidão de Tempo de Serviço Militar, sob o nº 015/2019-PRM-05-004, o período de 10 (dez) meses e 10 (dez) dias, no período de 05/02/1979 a 15/12/1979, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de novembro de 2019.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/11/2019.

PORTARIA Nº 1550/2019

Publicação Nº 2221326

PORTARIA Nº. 1550/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias a servidora CLAUDETE APARECIDA FRANCISCO, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 03/12/2019 a 01/01/2020, conforme Memorando nº 13.510/SMS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de novembro de 2019.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/11/2019.

PORTARIA Nº 1551/2019

Publicação Nº 2221328

PORTARIA Nº. 1551/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor WANDERLEY BELUK, que exerce o cargo de Motorista Socorrista - SAMU, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 01/12/2019 a 30/12/2019, conforme Memorando nº 13.594/SMS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de novembro de 2019.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/11/2019.

PORTARIA Nº 1552/2019

Publicação Nº 2221288

PORTARIA Nº. 1552/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho da servidora LEDIANE PEREIRA DA CRUZ, que exerce o cargo de Servente, 40 horas semanais, no CEI Cecília Meirelles, junto a Secretaria Municipal de Educação, para agora atuar no CEI Rodolfo Linzmeier, 40 horas semanais, à partir de

04/11/2019, conforme Memorando nº 13.670/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/11/2019.

PORTARIA Nº 1553/2019

Publicação Nº 2221287

PORTARIA Nº. 1553/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, as Leis Municipais 5.528 de 25/03/2015 e Lei nº 4.851 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/SME/2017, Edital nº 006/SME/2017 de 08/12/2017, resolve:

CONTRATAR PROFISSIONAL PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO/2019

Art. 1º - Fica contratada CLAUDIANA RODRIGUES GRAVI GONÇALVES, no cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, para atuar no CEI Vinicius de Moraes, no período de 04/11/2019 a 13/12/2019. Vaga vinculada a servidora efetiva Nataniele Leite, a qual se encontra em licença gestação, conforme Memorando nº 13.558/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/11/2019.

PORTARIA Nº 1554/2019

Publicação Nº 2221207

PORTARIA Nº. 1554/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a TAIS BILINSKI, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, na EBM Evaldo Dranka e na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/10/2019, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições, competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, conforme Memorando nº 13.569/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/11/2019.

PORTARIA Nº 1555/2019

Publicação Nº 2221205

PORTARIA Nº. 1555/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação de ANGELA MARIA MAIORKI VOIGT, que exerce o cargo de Professor de Arte, 20 horas semanais, no CEI Rodolfo Linzmeier, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 02/11/2019 a 03/12/2020, conforme Memorando nº 13.642/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/11/2019.

PORTARIA Nº 1556/2019

Publicação Nº 2221206

PORTARIA Nº. 1556/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho da servidora JAQUELINE DE OLIVEIRA LIMA, que exerce o cargo de Chefe de Setor, na UBS Central, junto a Secretaria Municipal de Saúde, para agora atuar na Policlínica Municipal, à partir de 04/11/2019, conforme Memorando nº 13.634/SMS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/11/2019.

PORTARIA Nº 1557/2019

Publicação Nº 2221208

PORTARIA Nº. 1557/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho da servidora PATRICIA PEREIRA GRACILIANO DE ARAUJO, efetiva no cargo de Servente Feminino, no CAPS, junto a Secretaria Municipal de Saúde, para agora atuar na UPA - 24 horas, conforme Memorando nº 13.699/SMS/2019.

Art. 2º - Fica alterado o local de trabalho da servidora ALINE CRISTINA HEIDEN FIRAKOSKI, efetiva no cargo de Servente Feminino, na UBS do Campo da Água Verde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, para agora atuar na UBS Eurico Paul do Bairro Cristo Rei, conforme Memorando nº 13.699/SMS/2019.

Art. 3º - Fica alterado o local de trabalho da servidora CRISTI ELAINE SCHPAK, efetiva no cargo de Servente, na UBS da Cohab I, junto a Secretaria Municipal de Saúde, para agora atuar na Policlínica Municipal, conforme Memorando nº 13.699/SMS/2019.

Art. 4º - Fica alterado o local de trabalho da servidora CINTIA SCREPEC, efetiva no cargo de Servente, na UPA – 24 horas, junto a Secretaria Municipal de Saúde, para agora atuar na Policlínica Municipal, conforme Memorando nº 13.699/SMS/2019.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/11/2019.

PORTARIA Nº 1558/2019

Publicação Nº 2221196

PORTARIA Nº. 1558/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o artigo 1º e 2º da Portaria nº. 1507/2019, passando a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica concedido a servidora MICHELI HANEMANN, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, junto a Secretaria Municipal de Educação, a Progressão Funcional Vertical, em razão da conclusão de "Graduação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 10% (dez por cento), conforme Memorando nº 12.005/SME/2019.

Art. 2º - Fica concedido a servidora MICHELI HANEMANN, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, junto a Secretaria Municipal de Educação, a Progressão Funcional Vertical, em razão da conclusão do "Curso Técnico Profissionalizante", incorporando em seus vencimentos o percentual de 20% (vinte por cento), conforme Memorando nº 12.005/SME/2019.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/11/2019.

PORTARIA Nº 1559/2019

Publicação Nº 2221209

PORTARIA Nº. 1559/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Municipal nº 038 de 14/11/2011, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL

Art. 1º - Fica concedido a servidora ANA PAULA ALVES VIEIRA, efetiva no cargo de Monitor de Biblioteca, junto a Secretaria Municipal de Educação, a Progressão Funcional Vertical, em razão da conclusão do "Curso Técnico Profissionalizante", incorporando em seus vencimentos o percentual de 20% (Vinte por cento), conforme Memorando nº 13.585/SME/2019.

Art. 2º - Fica concedido a servidora ANA PAULA ALVES VIEIRA, efetiva no cargo de Monitor de Biblioteca, junto a Secretaria Municipal de Educação, a Progressão Funcional Vertical, em razão da conclusão de "Graduação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 10% (dez por cento), conforme Memorando nº 13.585/SME/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/11/2019.

PORTARIA Nº 1560/2019

Publicação Nº 2221211

PORTARIA Nº. 1560/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Municipal nº 038 de 14/11/2011, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL

Art. 1º - Fica concedido a servidora DANIELA ORACZ FRANÇA, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, junto a Secretaria Municipal de Educação, a Progressão Funcional Vertical, em razão da conclusão do "Curso Técnico Profissionalizante", incorporando em seus vencimentos o percentual de 20% (Vinte por cento), conforme Memorando nº 13.587/SME/2019.

Art. 2º - Fica concedido a servidora DANIELA ORACZ FRANÇA, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, junto a Secretaria Municipal de Educação, a Progressão Funcional Vertical, em razão da conclusão de "Graduação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 10% (dez por cento), conforme Memorando nº 13.587/SME/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/11/2019.

PORTARIA Nº 1561/2019

Publicação Nº 2221212

PORTARIA Nº. 1561/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Municipal nº 038 de 14/11/2011, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL

Art. 1º - Fica concedido a servidora VEREDIANE FRANCO DE OLIVEIRA, efetiva no cargo de Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE), junto a Secretaria Municipal de Educação, a Progressão Funcional Vertical, em razão da conclusão do "Pós-Graduação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 35% (trinta e cinco por cento), conforme Memorando nº 13.590/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/11/2019.

PORTARIA Nº 1562/2019

Publicação Nº 2221220

PORTARIA Nº. 1562/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 14 do Decreto Municipal nº 118/2004, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO

Art. 1º - Fica concedido a servidora ALEXANDRA PATRICIA VIEIRA, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a Progressão por Titulação, em razão da conclusão de "Pós-Graduação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 20% (vinte por cento), a partir do mês de novembro de 2019, conforme Decisão Judicial nos Autos nº 0302920-53.2018.8.24.0015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/11/2019.

PORTARIA Nº 1562/2019

Publicação Nº 2221281

PORTARIA Nº. 1562/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 14 do Decreto Municipal nº 118/2004, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO

Art. 1º - Fica concedido a servidora ALEXANDRA PATRICIA VIEIRA, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a Progressão por Titulação, em razão da conclusão de "Pós-Graduação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 20% (vinte por cento), a partir do mês de novembro de 2019, conforme Decisão Judicial nos Autos nº 0302920-53.2018.8.24.0015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/11/2019.

PORTARIA Nº 1563/2019

Publicação Nº 2221214

PORTARIA Nº. 1563/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Municipal nº 038 de 14/11/2011, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL

Art. 1º - Fica concedido a servidora KARINE APARECIDA PADILHA DE MORAES NAISSER, efetiva no cargo de Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE), junto a Secretaria Municipal de Educação, a Progressão Funcional Vertical, em razão da conclusão de "Pós-Graduação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 35% (trinta e cinco por cento), conforme Memorando nº 13.664/SME/2019.

Art. 2º - Fica concedido a servidora DAIANE PAPE TEIXEIRA DA SILVA, efetiva no cargo de Professor de Ciências, junto a Secretaria Municipal de Educação, a Progressão Funcional Vertical, em razão da conclusão de "Pós-Graduação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 35% (trinta e cinco por cento), conforme Memorando nº 13.664/SME/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/11/2019.

PORTARIA Nº 1564/2019

Publicação Nº 2221224

PORTARIA Nº. 1564/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 8º do Decreto Municipal nº 118/2004, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO

Art. 1º - Fica concedido a servidora ALEXANDRA PATRICIA VIEIRA, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a Progressão por Titulação, em razão da conclusão de "Curso de Capacitação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 2,5% (dois vírgula cinco por cento), a partir do mês de novembro de 2019, conforme Decisão Judicial nos Autos nº 0302920-53.2018.8.24.0015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/11/2019.

PORTARIA Nº 1564/2019

Publicação Nº 2221217

PORTARIA Nº. 1564/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 8º do Decreto Municipal nº 118/2004, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO

Art. 1º - Fica concedido a servidora ALEXANDRA PATRICIA VIEIRA, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a Progressão por Titulação, em razão da conclusão de "Curso de Capacitação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 2,5% (dois vírgula cinco por cento), a partir do mês de novembro de 2019, conforme Decisão Judicial nos Autos nº 0302920-53.2018.8.24.0015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/11/2019.

PORTARIA Nº 1565/2019

Publicação Nº 2221222

PORTARIA Nº. 1565/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora GILCE APARECIDA BECKER, que exerce o cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 11/12/2019 a 20/12/2019, conforme Memorando nº 13.567/SMS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/11/2019.

PORTARIA Nº 1565/2019

Publicação Nº 2221215

PORTARIA Nº. 1565/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora GILCE APARECIDA BECKER, que exerce o cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 11/12/2019 a 20/12/2019, conforme Memorando nº 13.567/SMS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/11/2019.

PORTARIA Nº 1566/2019

Publicação Nº 2221219

PORTARIA Nº. 1566/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a RAFAELA APARECIDA MARQUES DOS SANTOS, que exerce o cargo de Monitor de Educação Infantil, no CEIR Rodolfo Lizmeier, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/10/2019, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições, competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, conforme Memorando nº 13.726/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/11/2019.

PORTARIA Nº 1566/2019

Publicação Nº 2221283

PORTARIA Nº. 1566/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a RAFAELA APARECIDA MARQUES DOS SANTOS, que exerce o cargo de Monitor de Educação Infantil, no CEIR Rodolfo Lizmeier, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/10/2019, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições, competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, conforme Memorando nº 13.726/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/11/2019.

PORTARIA Nº 1567/2019

Publicação Nº 2221221

PORTARIA Nº. 1567/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação de JANAINA APARECIDA GODOY, que exerce o cargo de Professor de Arte, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 01/12/2019 a 16/08/2020, conforme Memorando nº 13.752/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/11/2019.

PORTARIA Nº 1567/2019

Publicação Nº 2221286

PORTARIA Nº. 1567/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação de JANAINA APARECIDA GODOY, que exerce o cargo de Professor de Arte, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 01/12/2019 a 16/08/2020, conforme Memorando nº 13.752/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/11/2019.

PORTARIA Nº 1568/2019

Publicação Nº 2221204

PORTARIA Nº. 1568/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora CARLA BENEDITA DOS SANTOS DIAS DE LIMA, efetiva no cargo de Odontólogo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir 08/11/2019 a 18/01/2020, conforme Memorando nº 13.898/SMAFO/2019 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/11/2019.

PORTARIA Nº 1569/2019

Publicação Nº 2221202

PORTARIA Nº. 1569/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Fica concedidos 20 (vinte) dias de Férias a servidora ADRIANA FARIAS, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 18/11/2019 a 07/12/2019, conforme Memorando nº 13.858/SMS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/11/2019.

PORTARIA Nº 1570/2019

Publicação Nº 2221195

PORTARIA Nº. 1570/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a LUCIMARA APARECIDA DE FARIAS MARTINHAK, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15/10/2019 a 12/01/2020, conforme Memorando nº 13.928/SMAFO/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/11/2019.

PORTARIA Nº 1571/2019

Publicação Nº 2221194

PORTARIA Nº. 1571/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido DAYANA PIRES, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06/11/2019, conforme Memorando nº 13.977/SMAFO/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/11/2019.

PORTARIA Nº 1572/2019

Publicação Nº 2221164

PORTARIA Nº. 1572/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 100 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**PRORROGAR LICENÇA POR MOTIVO DE
DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**

Art. 1º - Fica prorrogado por 30 (trinta) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora ELIETE APARECIDA DE SOUZA PRESTES CUSTODIO, efetiva no cargo de Auxiliar de Odontólogo, junto a Secretaria Municipal de Saúde, no período de 06/11/2019 a 05/12/2019, conforme Memorando nº 13.980/SMAFO/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/11/2019.

PORTARIA Nº 1573/2019

Publicação Nº 2221308

PORTARIA Nº. 1573/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, as Leis Municipais 5.528 de 25/03/2015 e Lei nº 4.851 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/SME/2017, Edital nº 006/SME/2017 de 08/12/2017, resolve:

CONTRATAR PROFISSIONAL PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO/2019

Art. 1º - Fica contratada VERIDIANA WAGNER DE BARROS, no cargo de Professor de Ano Iniciais, MAG I, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, no período de 07/11/2019 a 13/12/2019. Vaga vinculada a servidora efetiva Viviane Suchara Radke Gluszkowski, a qual encontra-se em licença tratamento de saúde, conforme Memorando nº 13.985/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/11/2019.

PORTARIA Nº 1574/2019

Publicação Nº 2221193

PORTARIA Nº. 1574/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação de INDIAMARA DE FATIMA FRANCO IENDRAS, que exerce o cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, junto a Secretaria Municipal de Saúde, no período de 06/11/2019 a 05/12/2019, conforme Memorando nº 13.995/SMS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/11/2019.

PORTARIA Nº 1575/2019

Publicação Nº 2221165

PORTARIA Nº. 1575/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor Social, a profissional DAYANA PIRES, aprovado em hábil e competente concurso público Edital nº 001/2018, e convocado conforme Edital nº 90/2019, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, iniciando suas atividades a partir de 07/11/2019, conforme Memorando nº 13.982/SMAFO/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/11/2019.

PORTARIA Nº 1576/2019

Publicação Nº 2221162

PORTARIA Nº. 1576/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora VIVIANE SUCHARA RADKE GLUSZKOWSKI, que exerce o cargo de Professor de anos iniciais, no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir 02/11/2019 a 29/01/2020, conforme Memorando nº 13.984/SME/2019 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/11/2019.

PORTARIA Nº 1577/2019

Publicação Nº 2221157

PORTARIA Nº. 1577/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a JOCILDA CLARICE DA SILVA, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/11/2019 a 13/01/2020, conforme Memorando nº 13.986/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/11/2019.

PORTARIA Nº 1578/2019

Publicação Nº 2221160

PORTARIA Nº. 1578/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora VACILA ANA ZUCCO STANISZEWSKI, que exerce o cargo de Assistente técnico Administrativo, na EBM Castelo Branco, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir 11/11/2019 a 18/12/2019, conforme Memorando nº 13.991/SME/2019 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/11/2019.

PORTARIA Nº 1579/2019

Publicação Nº 2221153

PORTARIA Nº. 1579/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora ELISA LOCH VIEIRA DE OLIVEIRA, efetiva no cargo de Professor de Arte Readaptada, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir 01/11/2019 a 27/02/2020, conforme Memorando nº 13.990/SME/2019 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/11/2019.

PORTARIA Nº 1580/2019

Publicação Nº 2221137

PORTARIA Nº. 1580/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido KEROLAY KARPAVICIUS TORQUATO, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, na EBM Gertrudes Muller, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/11/2019, conforme Memorando nº 13.926/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/11/2019.

PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 125/2019 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2220976

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 125/2019 (ELETRÔNICO)

ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 22/11/2019, ficando estipulado os seguintes horários: às 14h00min (entrega) e 15h00min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE INTENÇÃO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PMC 100/2019 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2221477

MUNICÍPIO DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA
PREGAO ELETRÔNICO Nº. PMC 100/2019
AVISO DE INTENÇÃO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Canoinhas - SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna publico a INTENCAO DE REVOGACAO DA PRESENTE LICITAÇÃO. Motivo: Será lançado novo Edital com alteração no descritivo dos itens. Desta forma, abre-se o prazo de 03 (três) dias uteis após a publicação deste aviso para manifestação dos interessados, nos termos de art. 49, § 3º da Lei 8.666/93. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE CANOINHAS - COMTUR

Publicação Nº 2221431

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE CANOINHAS - COMTUR

TÍTULO I**CAPÍTULO I****DA NATUREZA**

Art. 1º O Conselho Municipal de Turismo de Canoinhas, doravante denominado COMTUR, é um órgão normativo com caráter deliberativo, autônomo, consultivo e fiscalizador das ações de Turismo no âmbito municipal de Canoinhas – SC.

CAPÍTULO II**DAS FINALIDADES**

Art. 2º O COMTUR tem como finalidade elaborar propostas, deliberar, fiscalizar e emitir pareceres a consultas, podendo sugerir ações à Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Canoinhas sobre matérias relacionadas à Política Municipal de Turismo.

TÍTULO II**DAS COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO, ELEIÇÕES, ORGANIZAÇÃO, PRESIDÊNCIA E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS****CAPÍTULO I****DAS COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO**

Art. 3º Nos termos da Lei Nº 6.319, de dezembro de 2018, são competências do COMTUR:

I – Definir prioridades na área do Turismo;

II – Sugerir diretrizes a serem observadas quando da elaboração da proposta do Plano Municipal de Turismo;

III – Atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política do Turismo;

IV – Propor critério para a programação e as execuções financeiras do Fundo Municipal de Turismo;

V – Analisar o mercado turístico, definindo os empreendimentos e ações prioritárias a serem estimuladas e desenvolvidas;

VI – Elaborar seu regimento interno.

Art. 4º O Conselho é constituído por 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) suplentes, indicados pelas entidades relacionadas nos incisos I e II do art. 3º da Lei n.º 6.319/2018.

I - 06 (seis) conselheiros titulares e 06 (seis) conselheiros suplentes representantes da Administração Pública;

II - 06 (seis) conselheiros titulares e 06 (seis) conselheiros suplentes oriundos de segmentos turísticos ou afins e atuantes no município.

Art. 5º Os conselheiros e seus respectivos suplentes serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para um mandato de 02 (dois) anos, podendo cada membro ser reconduzido para igual período.

Parágrafo Único– Em caso de impedimento de algum conselheiro ou outro motivo que exija seu afastamento, caberá ao respectivo órgão, instituição ou segmento representado, escolher, no prazo de 30 (trinta) dias, um substituto a ser nomeado para completar o mandato.

Art. 6º A renovação do COMTUR far-se-á a cada 02 (dois) anos.

CAPÍTULO II**DAS ELEIÇÕES**

Art. 7º O presidente e o vice-presidente do COMTUR serão eleitos, em votação secreta, entre seus 12 conselheiros titulares.

§1º O candidato a presidente deverá indicar seu vice, compondo uma chapa, a qual se dará um número, conforme a ordem de inscrição, o qual será utilizado na cédula de votação.

§2º Em caso de existir apenas uma chapa e não havendo impugnações ou impedimentos será esta considerada eleita, sem a necessidade de realização de votação.

§3º Havendo mais de 02 (duas) chapas, será considerada eleita aquela que na primeira votação obtiver a maioria absoluta dos votos ou em havendo apenas 02(duas) a que tiver mais votos.

§4º Em caso de haver mais de 02 (duas) chapas e na apuração nenhuma obtiver a maioria absoluta, será realizado um segundo turno entre as duas chapas que tiveram mais votos.

§5º Caso ocorra empate será considerada eleita a chapa em que o candidato a presidente tiver maior idade, aplicando-se esta regra como parâmetro de desempate em quaisquer outras questões.

Art. 8º No caso de ausência ou impedimento do presidente o vice assumirá automaticamente.

§1º No caso de afastamento definitivo, por qualquer motivo, do presidente e do vice presidente, será realizada nova eleição visando a complementação do mandato.

§2º Sendo provisório o afastamento, o membro que tiver mais idade assumirá a presidência do Conselho, por tempo não superior a 10(dez) dias.

Art. 9º. As datas de inscrição das chapas e de votação devem ser estabelecidas pelo Plenário.

Art. 10. Em caso de o presidente e o vice-presidente do COMTUR não mais pertencerem às entidades indicadas no incios I, II do Art. 3.º da

Lei n. 6.319/2018, serão afastados imediatamente de suas atribuições, perdendo, inclusive, a condição de membro do Conselho.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 11. São atribuições dos membros do Conselho:

I - Participar das reuniões;

II - Relatar e discutir os processos que forem atribuídos e sobre eles proferir voto;

III - Participar das discussões e deliberações do Conselho;

IV - Determinar, quando relator, as providências necessárias à boa instrução de cada processo, inclusive solicitar diligência;

V - Solicitar ao Presidente, quando julgar necessário, a presença em sessão do postulante ou titular de qualquer órgão público ou privado que tenha relação com os objetivos deste conselho, para prestar informações e também colaborar com o Turismo no município de Canoinhas;

VI - Solicitar, em plenário, esclarecimentos que julgar necessários;

VII - Pedir vista de processo e requerer adiamento de votação;

VIII - Fazer indicações, requerimentos e propostas relativas a assuntos de exclusiva competência do COMTUR;

IX - Propor emendas ou reformas deste regimento;

X - Declarar-se impedido ou suspeito em caso de votação;

XI - Sugerir a instalação de comissões especiais para assuntos específicos;

XII - Exercer outras atribuições que forem determinadas pela Presidência.

Parágrafo único. Poderá ser concedida licença temporária ao Conselheiro, em caso de problema de saúde, licença maternidade, missão relevante, realização de estudos ou de assuntos particulares, por aprovação da Plenária, podendo na mesma sessão tomar posse o suplente.

XIII - A licença a que se refere o parágrafo único terá duração máxima de até 04 (quatro) meses.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos em Plenário, por maioria simples dos Conselheiros.

Art. 13. São órgãos integrantes do COMTUR:

I – Plenário;

I – Presidência;

Art. 14. Ao plenário compete:

I - Deliberar sobre assuntos de sua competência legal e regimental, constantes da ordem do dia da reunião, convocada, por qualquer meio idôneo, com antecedência de no mínimo 05 (cinco) dias;

II - Julgar e decidir sobre os assuntos encaminhados pela presidência;

III - Dispor sobre normas e baixar atos relativos ao seu funcionamento, na forma de sua competência;

IV - Aprovar cronograma anual de trabalho, na primeira sessão de cada ano;

V - Aprovar alterações deste regimento por meio da maioria absoluta dos seus membros titulares.

Art. 15. As decisões do COMTUR serão expressas por resoluções, assinadas pelo presidente.

§ 1º As resoluções do COMTUR devem ser assinadas pelo Presidente, no prazo máximo de 10 (dez) dias após as deliberações do Plenário, e têm eficácia normativa e executiva no âmbito deste Conselho, podendo servir com sugestões de ações junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Canoinhas

§ 2º As resoluções do COMTUR devem ser arquivadas em arquivo próprio, por ordem cronológica e terão a maior publicidade possível.

Art. 16. As reuniões ordinárias ou extraordinárias serão realizadas com a presença da maioria absoluta dos membros titulares e não havendo este quórum será realizada segunda chamada 15 (quinze) minutos após o horário marcado inicialmente e, após este período a reunião, poderá ocorrer com qualquer número de membros, porém, sem deliberações.

Art. 17. O COMTUR reunir-se-á ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, em sessão plena, mediante convocação do Presidente ou de 1/3 (um terço) dos membros do Conselho.

§1º As decisões do COMTUR são passíveis de recurso devidamente fundamentado, no prazo de até 05(cinco) dias após a realização da sessão, que devem ser interpostos perante o Presidente.

§2º O Recurso obrigatoriamente será encaminhado a um membro que elaborará um relatório no prazo de até 15(quinze) dias e apresentará seu voto favorável ou não à admissibilidade do recurso, o qual será votado na próxima sessão ordinária pelo Pleno.

§3º Não serão admitidos recursos quando a votação de qualquer matéria tiver resultado superior a 70% (setenta por cento) do total dos seus membros titulares.

§4º Nas reuniões extraordinárias o COMTUR deliberará apenas para os assuntos que for convocada.

Art. 18. As sessões da Plenária serão públicas, podendo ser assistidas por terceiros interessados, com direito a voz, a critério da plenária, e no tempo estabelecido por esta, sem direito a voto.

Parágrafo único: A solicitação de manifestação, por terceiros, deverá ser feita ao Presidente do COMTUR, a qualquer momento, e a solicitação de inclusão de pauta deverá ser feita impreterivelmente antes da sessão.

Art. 19. Em cada sessão haverá:

I – Leitura da Pauta

II – Deliberações das proposições

III – Outras manifestações.

Art. 20. O tempo de exposição e discussão de cada assunto a cada reunião será determinado pelo Presidente.

Parágrafo único. A Pauta será estabelecida pela Presidência e comunicada aos conselheiros com antecedência mínima de 03 (três) dias, salvo quando se tratar de convocação extraordinária por iniciativa dos conselheiros.

Art. 21. O Conselheiro e/ou suplente que faltar deixando destituída a representatividade da área ou instituição, durante o ano, sem motivos justificados, a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 05(cinco) intercaladas no período do mandato será destituído de ofício.

Parágrafo único. No ato de destituição de Conselheiro, o Presidente convocará o suplente do conselheiro destituído e oficiará a entidade para que indique um novo representante no prazo de até 30 (trinta) dias.

Art. 22. As justificativas de ausência deverão ser encaminhadas ao Presidente, por meio idôneo, no prazo de até 03 (três) dias após a realização da sessão da qual restou ausente.

Art. 23. Independentemente das reuniões ordinárias, o COMTUR reunir-se-á uma vez ao ano para avaliação das atividades e dos serviços prestados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Canoinhas ao Turismo.

**CAPÍTULO IV
DA PRESIDÊNCIA**

Art. 24. O presidente do COMTUR tem como atribuições:

I - Convocar e presidir o Conselho;

II - Instituir comissões especiais para assuntos específicos e determinando relator;

III - Acompanhar o desenvolvimento das políticas e atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Canoinhas relacionadas ao Turismo;

IV - Baixar resoluções das decisões do COMTUR;

V - Em caso de urgência, tomar decisões ou providências, submetendo-as ao Plenário para apreciação e deliberação na primeira reunião subsequente, ou convocar reunião extraordinária para tal fim.

VI - Exercer o poder disciplinar na forma da lei e deste regimento.

VII - Convidar qualquer pessoa ou entidade para prestação de esclarecimento ou a título de colaboração sobre assuntos de interesse do conselho.

VIII - Convocar qualquer um dos membros titulares do COMTUR para secretariar trabalhos, incluindo sessões, podendo obter ajuda de terceiros na elaboração de atas e redação de outros documentos.

**CAPÍTULO V
DAS OUTRAS DELIBERAÇÕES**

Art. 25. As sessões da Plenária do COMTUR terão duração máxima de até 03 (três) horas.

Art. 26. Quando da convocação da reunião plenária do COMTUR, os Conselheiros deverão receber síntese das matérias, para decisão em plenária, sendo-lhes possibilitado o acesso à íntegra das referidas matérias.

Parágrafo único: Os processos e pareceres ficarão à disposição dos conselheiros para consulta e análise, na Secretaria do Conselho.

Art. 27. Este Regimento foi aprovado pelo COMTUR em reunião realizada no dia 07 de novembro de 2019.

Canoinhas, 07 de novembro de 2019.

Anni Scultetus Tokarski

Presidente Interina - COMTUR Canoinhas

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA PMC 13/2019

Publicação Nº 2220978

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 13/2019
1ª REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 06/01/2020, às 08h45min, licitação para CONCESSÃO DE USO GRATUITO DE TERRENO PÚBLICO LOCALIZADO NO BAIRRO INDUSTRIAL I, COM ÁREA DE 1.671,212 M², PARA INSTALAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE INDÚSTRIA OU EMPRESA NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS – ÁREA 03, CONFORME AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 6.385/2019, DE 21/06/2019 E DESCRIÇÃO PRESENTE NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. Recebimento de propostas até às 08h30min do dia 06/01/2020. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

RESOLUÇÃO N.º 12/2019 CMAS

Publicação Nº 2221353

RESOLUÇÃO N.º 12/2019

Dispõe sobre o Demonstrativo Sintético da Execução Físico-Financeira – Exercício 2018 – do Município de Canoinhas.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 7 de novembro de 2019, no uso de suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 4.852 de 14 de novembro de 2011 que institui o Conselho Municipal de Assistência Social,

Considerando o Decreto Municipal nº. 241/2012, de 14 de dezembro de 2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;

Considerando a apreciação do Demonstrativo Sintético da Execução Físico-Financeira dos recursos de 2018;

Considerando a deliberação do Plenário do Conselho Municipal da Assistência Social reunido Ordinariamente em 7 de novembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Demonstrativo Sintético da Execução Físico-Financeira – Exercício 2018 – de Canoinhas;

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 7 de novembro de 2019.

Vilcéia Regina Tavares Magalhães

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Capinzal

PREFEITURA

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 039/2018 - MAICON ANTONIO DA SILVA

Publicação Nº 2220928

TERMO DE CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO EDITAL 039/2018

Nome: MAICON ANTONIO DA SILVA
Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

O candidato deverá manifestar-se junto à Diretoria de Recursos Humanos e trazer cópia da documentação abaixo, num prazo de até cinco (05) dias a contar da publicação desta no Diário Oficial dos Municípios:

- 1) Identidade - RG
- 2) Cadastro de Pessoa Física - CPF
- 3) Título de Eleitor e comprovante da última votação
- 4) Certidão de Casamento ou Nascimento
- 5) Certidão de Nascimento de Filhos (até 21 anos)
- 6) Carteira de Trabalho – CTPS
- 7) Comprovante de Residência
- 8) Certificado de Quitação com as obrigações militares (em caso de sexo masculino)
- 9) Habilitação para o cargo – Comprovação nos termos do Edital 039/2018.
- 10) Certidão antecedentes criminais – www.esaj.tjsc.jus.br
- 11) CPF dependentes

E ainda,

- 12) Uma (01) Foto 3x4 recente (colorida)
- 13) Conta para receber – Caixa Econômica (operação 037)
- 14) Exame médico admissional – Engmed

O não cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação no prazo acima estielado impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 039/2018 - TAISE DA CRUZ MORAIS

Publicação Nº 2220777

TERMO DE CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO EDITAL 039/2018

Nome: TAISE DA CRUZ MORAIS
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

O candidato deverá manifestar-se junto à Diretoria de Recursos Humanos e trazer cópia da documentação abaixo, num prazo de até cinco (05) dias a contar da publicação desta no Diário Oficial dos Municípios:

- 1) Identidade - RG
- 2) Cadastro de Pessoa Física - CPF
- 3) Título de Eleitor e comprovante da última votação
- 4) Certidão de Casamento ou Nascimento
- 5) Certidão de Nascimento de Filhos (até 21 anos)
- 6) Carteira de Trabalho – CTPS
- 7) Comprovante de Residência
- 8) Certificado de Quitação com as obrigações militares (em caso de sexo masculino)
- 9) Habilitação para o cargo – Comprovação nos termos do Edital 039/2018.
- 10) Certidão antecedentes criminais – www.esaj.tjsc.jus.br
- 11) CPF dependentes

E ainda,

- 12) Uma (01) Foto 3x4 recente (colorida)

13) Conta para receber – Caixa Econômica (operação 037)

14) Exame médico admissional – Engmed

O não cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação no prazo acima estipulado impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

Catanduvas

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2019

Publicação Nº 2221967

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2019

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas – SC, no uso das suas atribuições legais, CONVOCA para tomar posse no respectivo cargo, os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público de Edital nº 01/2019:

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
1ª	306137	JESSICA LUANA DA COSTA

CARGO: ENGENHEIRO AMBIENTAL		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
1ª	311483	CAROLINE GABRIELA HOSS

I -Os convocados deverão comparecer ao Setor de Recursos Humanos, na Prefeitura Municipal de Catanduvas, localizada na Rua Felipe Schmidt, 1.435, Centro, até o dia 14 de Novembro de 2019, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30, para manifestar o seu interesse em tomar posse ou manifestar a sua desistência da vaga.

II- Os convocados poderão tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente convocação, prorrogável, a pedido do interessado, por mais 30 (trinta) dias.

III- Os convocados têm o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente convocação, para apresentar todos os documentos relacionados no item 13.4 do Edital e os que forem exigidos pelo Setor de RH, comprovar o cumprimento dos requisitos para investidura do cargo ou pedir prorrogação do prazo para tomar posse, sob pena de perder o seu direito de nomeação no cargo em que foi aprovado.

IV- O exercício do cargo público deverá acontecer imediatamente após o ato de posse, sob pena de exoneração.

V- Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas, 08 de novembro de 2019

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 104/2019

Publicação Nº 2221034

DECRETO 104/2019

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor ASSIS SERGIO DE MENESES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-00, portador da cédula de identidade nº 2.652.425, para exercer o cargo de GERENTE DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria Municipal Saúde do Município de Caxambu do Sul.

Art. 2º. Para o exercício do cargo, o servidor ora nomeado fará jus a remuneração de acordo com Anexo I da Lei Complementar 001/2005.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01/11/19.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul, 01 de novembro de 2019.

Glauber Burtet

Prefeito

DECRETO Nº 105/2019

Publicação Nº 2221113

DECRETO Nº 105/2019

"Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal e dá outras providências."

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso II, da Lei Orgânica do Município;

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2019, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital nº 003/2019;

Considerando a homologação do mencionado concurso público através do Decreto nº 093/2019;

Considerando a necessidade de preenchimento do cargo de provimento efetivo;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado(a) por concurso público para o Cargo de AGENTE DE CONTROLE INTERNO (A), com lotação junto à Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, o(a) Sr(a). PAULA CAMILA CATTANI.

Art. 2º. Será considerado desistente o candidato nomeado que não comparecer no prazo de 30(trinta) dias a contar da publicação ou afixação do presente decreto, para tomar posse no cargo, salvo justificativa amparada pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se.

Caxambu do Sul/SC, 08 de novembro de 2019.

GLAUBER BURTET

Prefeito

EDITAL 09/2019, PROCESSO SELETIVO 02/2019

Publicação Nº 2220887

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2019

O Prefeito do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Fica CONVOCADO o candidato aprovado no Processo Seletivo nº 002/2019, para comparecer junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Caxambu do Sul, sito à Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 615, Centro, conforme se especifica a seguir:

CARGO: PSICÓLOGA			
Nº DE CLASSIFICAÇÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA	NOME
1º	431	40 HS SEMANAIS	SUSAN MICHELI LAZZARETTI MAYOLO

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital, este

- perderá o direito a vaga;
- III. A contratação dar-se-á nas condições da Administração Municipal;
- IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.
- V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Caxambu do Sul/SC, 08 de novembro de 2019.
GLAUBER BURTET
Prefeito

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2019

Publicação Nº 2220714

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2019 – PM

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 22 de novembro de 2019, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto formação de registro de preços para a aquisição de tubos de concreto a serem utilizados nas obras, fontes d'água e esgotamento sanitário do Município de Chapadão do Lageado, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 11 de novembro de 2019.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 326/2019

Publicação Nº 2220866

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 326/2019

- CONSIDERANDO, que as férias podem ser interrompidas por conveniência do serviço público;

- CONSIDERANDO, a necessidade de serviço;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Suspende o gozo das férias concedidas, através da Portaria nº. 318/2019 e, convocar o Servidor Público, FLAVIO DA SILVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos na Secretaria da Fazenda, devendo o período remanescente de 04 (quatro) dias, a serem usufruídos em época oportuna, de acordo com a conveniência e oportunidade da administração e o interesse público.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de novembro de 2019.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL N.º 002/2019 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO Nº 2

Publicação Nº 2221762

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Edital n.º 002/2019
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO Nº 2

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, comunica a retificação do Edital nº 002/2019 - Processo Seletivo Público destinado à contratação em caráter temporário de Professores visando ao preenchimento de vagas existentes no Magistério Público Municipal no ano letivo de 2020, nos seguintes itens:

PRIMEIRO – Retifica o subitem 2.8 que passa a ter o seguinte teor:

1.8 O candidato que for contratado por intermédio deste Edital para atuar como Intérprete de Libras deverá realizar a interpretação em eventos promovidos pelo Município quando assim determinado pela Secretaria de Educação, respeitada sua carga horária.

SEGUNDO – Sem alteração aos demais, retifica dois cargos abaixo e insere outro, descritos no subitem 3.1.1, com o seguinte teor:

Professor	Educação Especial/ Intérprete de Libras	Licenciatura de Graduação Plena na área Letras/Libras* ou Licenciatura de Graduação Plena na área da Educação mais comprovante de aprovação no exame de proficiência em PROLIBRAS/MEC ou no mínimo 120h de capacitação/formação continuada em LIBRAS. *Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005.
Professor	Educação Especial/ Instrutor de Libras	Licenciatura de Graduação Plena na área Letras/Libras* ou Licenciatura de Graduação Plena na área da Educação mais comprovante de aprovação no exame de proficiência em PROLIBRAS/MEC ou no mínimo 120h de capacitação/formação continuada em LIBRAS. *Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005.
Professor	Educação Especial / Profesor Bilíngue	Licenciatura de Graduação Plena na área Letras/Libras* ou Licenciatura de Graduação Plena na área da Educação mais comprovante de aprovação no exame de proficiência em PROLIBRAS/MEC ou no mínimo 120h de capacitação/formação continuada em LIBRAS. *Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

TERCEIRO – Retifica o subitem 6.6, que passa a ter o seguinte teor:

5.6 Os candidatos com deficiência que tenham dificuldade de realizar a sua inscrição deverão agendar pelo telefone (48) 39531032 e por e-mail chapeco@fepese.org.br, até 31 de outubro de 2019, um horário especial de atendimento, informando a ajuda de que necessitam. A FEPESE disponibilizará ao candidato sem qualquer ônus, respeitando o critério da razoabilidade, os meios e ajuda requerida.

QUARTO - Insere no item 16 o subitem 16.24 com o seguinte teor:

16.24 – Será contratado, preferencialmente, o candidato surdo aprovado para o cargo de: Professor – Educação Especial/ Instrutor de Libras (subitem 3.1.1). A comprovação da deficiência dar-se-á no momento da escolha de vagas, pela apresentação de laudo médico especialista otorrinolaringologista, nos termos do Art. 2º, Parágrafo Único do Decreto 5.626/2005, sem prejuízo às demais exigências de que trata este certame acerca da comprovação da deficiência perante o SASSM (Serviço de Atendimento à Saúde do Servidor Municipal).

QUINTO – Retifica o subitem 10.4, que passa a ter o seguinte teor:

9.4 A prova escrita será realizada no dia 14 de dezembro de 2019, com a duração de 04 (quatro) horas, conforme o cronograma abaixo, em locais que serão divulgados na data de 09 de dezembro de 2019, no sítio do Processo Seletivo Público na Internet: <http://chapecoeduca2019.fepese.org.br/>.

SEXTO – Insere o subitem 7.3.1, com o seguinte teor:

7.3.1 Os candidatos que por motivo de convicção religiosa necessitem realizar a prova posterior ao pôr-do-sol deverão assinalar esta opção no requerimento de inscrição, juntar comprovante de tal condição, conforme determina a Lei Estadual 11.225/1999, regulamentada pela Lei Estadual 14.607/2009, e entregar à FEPESE até o último dia das inscrições, nas formas estabelecidas neste Edital.

SÉTIMO - Insere no ANEXO 1, em PROGRAMA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS, CARGO DE PROFESSOR - 1ª a 5ª SÉRIE E EJA, os seguintes conteúdos:

Conteúdo 2 – 1ª a 5ª série

Língua Portuguesa e seu Ensino conforme as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Básica de Chapecó. Matemática e seu Ensino conforme as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Básica de Chapecó. História e seu Ensino conforme as Diretrizes

Curriculares Municipais para a Educação Básica de Chapecó: História do Brasil, História de Santa Catarina, História do município de Chapecó. Geografia e seu Ensino conforme as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Básica de Chapecó: Geografia do Brasil, Geografia de Santa Catarina, Geografia do Oeste de Santa Catarina e Geografia do município de Chapecó. Ciências e seu Ensino conforme as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Básica de Chapecó. O processo de alfabetização e letramento (BNCC/SC).

Chapecó, 11 de novembro de 2019.

Luciano José Buligon

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 81 DE 2019

Publicação Nº 2221952

Portaria Nº 81/19

Constitui Comissão Especial para a revisão do Código de Posturas do Município de Chapecó.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial para revisar e discutir a Lei Municipal nº 04/1990, que dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Chapecó, conforme Resolução MD nº 05, de 07 de novembro de 2019, composta pelos seguintes Vereadores:

Titulares:

CLEITON FOSSÁ

DIEGO FERNANDO ALVES

VALMOR JÚNIOR SCOLARI

Suplentes:

MARCILEI ANDREA VIGNATTI

ASTRIT MARIA SAVARIS TOZZO

NEURI LUIZ MANTELLI

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, em 07 de novembro de 2019

ILDO ADÃO ANTONINI

Presidente

RESOLUÇÃO MD Nº 05 DE 2019

Publicação Nº 2221953

Resolução MD Nº 5/19

Dispõe sobre a criação da Comissão Especial para revisão do Código de Posturas do Município de Chapecó.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial para revisar e discutir a Lei Municipal nº 04/1990, que dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Chapecó.

Art. 2º A Comissão Especial terá a seguinte formação: Presidente, Relator e Membro.

Art. 3º A Comissão Especial será eleita em Plenário priorizando representação de bancadas.

Art. 4º A Comissão Especial terá o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos e apresentação do relatório.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, 07 de novembro de 2019.

ILDO ADÃO ANTONINI

Presidente

DIEGO FERNANDO ALVES

Vice-Presidente

CLEBER CECCON

2º Secretário

VALDEMIR ANTONIO STOBÉ

1º Secretário

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 492/19

Publicação Nº 2220860

DECRETO SAF/N. 492/19, de 01 de novembro de 2019.

SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - CMDE DE COCAL DO SUL.

O PRFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

SUBSTITUIR

André Mafioletti por Estefano Luiz Costa como membro titular, e Estefano Luiz Costa por Heverton Antunes de Medeiros como membro suplente, para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Cocal do Sul, a partir desta data.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 493/19

Publicação Nº 2220863

DECRETO SAF/ Nº 493/19, de 04 de novembro de 2019.

SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.454, de 19 de dezembro de 2018, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria de Obras Viárias e Edificações

Saneamento Básico

1.015 – Construção, Reconstrução Bueiros, Pontes e Drenagem Pluvial	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.83.0049 – Aplicações Diretas	2.350.000,00

Órgão: 10 – Secretaria de Des. Econômico, Meio Ambiente, Tur. e Comunic.

1.023 – Aquisição, Ampliação e Infraestrutura de Área Industriais	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.83.0049 – Aplicações Diretas	1.250.000,00

TOTAL. R\$ 3.600.000,00

Art. 2º A suplementação acima, se dá por excesso ou provável excesso de arrecadação para o exercício de 2019, na fonte de recursos 83 – Recursos de Operações de Crédito Internas do financiamento FINISA, conforme Lei Municipal nº. 1.498, de 18 de setembro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 04 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 494/19

Publicação Nº 2220864

DECRETO SAF/Nº. 494/19, de 05 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

NOMEAR

HELGA GISELE BITTENCOURTN FRANCISCO, portadora do CPF nº. 025.757.119-60, Professor ACT 30 horas, na Instituição de Educação Infantil Lenita Isabel da Silva, a partir de 01 de novembro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

LEI 1.512

Publicação Nº 2220854

LEI N. 1.512, de 06 de novembro de 2019.

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO PARA REPASSE FINANCEIRO A APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio para repasse financeiro a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cocal do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.086.376/0001-60.

Art. 2º O Município fica autorizado a repassar recurso financeiro à CONVENIADA, por conta de rubricas orçamentárias próprias, correspondente a cobertura dos custos com folha de pagamento, salários e encargos legais. A cobertura dos custos, relativos à folha de pagamento incidem sobre a quantidade, cargos/função e carga horária, conforme Tabela Única abaixo:

	TABELA ÚNICA		
Quantidade	Cargo/Função	Horas/Semana	Salário Bruto – R\$
01	Psicóloga	20 horas	2.330,91
02	Motorista	44 horas	2.026,02
01	Servente de Limpeza 1	40 horas	1.204,54
01	Servente de Limpeza 2	40 horas	1.204,54
01	Merendeira	40 horas	1.204,54
01	Fonoaudióloga	20 horas	2.428,92
01	Assistente Social	20 horas	2.428,92
01	Fisioterapeuta	20 horas	2.428,92

§ 1º. Os salários dos profissionais contratados conforme Tabela Única acima, seguem para reajustes de salários do Acordo Coletivo de Trabalho de sua Categoria Profissional.

§ 2º. Caso o acordo coletivo não tenha ocorrido até a assinatura do Convênio, o reajuste será retroativo da data base, repassando o município os valores correspondentes de forma retroativa.

§ 3º. Para dar suporte ao presente Convênio, que será utilizada a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura:

2.059 – Manutenção da Educação Especial

3.3.50.00.00.00.00.0.1.01.0001 – Transf., a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

§ 4º. O Convênio mencionado no artigo 1º desta Lei terá prazo e vigência até 31 de dezembro de 2020.

Art. 3º A CONVENIADA deverá realizar mensalmente a prestação de contas ao Município de Cocal do Sul, dos valores utilizados nos termos do Convênio e ou da cobertura total dos custos referente a folha de pagamento, conforme Tabela constante no Art. 2º desta Lei.

Art. 4º O Executivo Municipal, através do departamento competente deverá observar todos os procedimentos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal para realização do referido repasse, bem como na Lei Federal 8.666, 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Art. 5º O Convênio firmado entre o Município e a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, passa a fazer parte integrante da presente Lei, devendo o mesmo ser cumprido na sua íntegra.

Art. 6º A forma de prestação de consta, será realizada com base na Lei federal n. 13.019/2014.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

LEI 1.513

Publicação Nº 2220857

LEI N. 1.513, de 06 de novembro de 2019.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DO PÁTIO DE MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Passa a denominar-se oficialmente "PÁTIO DE MÁQUINAS LUIZ HONÓRIO" a garagem da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, localizada na SC 442, nº. 2.995, área industrial II, neste município.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

CÂMARA MUNICIPAL**CONTROLE INTERNO 09/2019**

Publicação Nº 2221072

CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL
CONTROLE INTERNO MÊS SETEMBRO DE 2019.

Relatório de Controle Interno da análise circunstanciada dos dados informados no mês em epígrafe, relativo a movimentação orçamentária e financeira, da Câmara Municipal de Cocal do Sul, conforme determina o § 3º art. 2º da Resolução nº TC-11/2004, que alterou o art. 5º da Resolução TC 16/94.

DETALHAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS

<u>Títulos</u>	Orçado	Arrecadada		Percentual
		No Mês	Até o Mês	
Transf.Recebida	2.050.000,00	170.833,33	1.540.500,05	75,146 %

Em nossa análise, foi constatado que o Executivo Municipal enviou ao Legislativo Municipal as transferências financeiras devidas dentro do prazo.

DETALHAMENTO DA DESPESA FIXADA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Títulos	Orçado	Realizada		Percentual
		No Mês	Até o Mês	
CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL	2.050.000,00	119.594,00 – 986.785,39		48.135 %
CÂMARA DE VEREADORES	2.050.000,00	119.594,00 – 986.785,39		48.135 %
TOTAL DA ENTIDADE	2.050.000,00	119.594,00 – 986.785,39		48.135 %

A despesa Orçamentária liquidada até o mês importou o valor de R\$ 986.785,39 (novecentos e oitenta e seis mil, setecentos e oitenta e cinco reais e trinta e nove centavos), Correspondendo a 48,135% do orçamento anual e 75,146% das transferências recebidas até o mês.

E em nossa análise, e por amostragem, não constatamos quaisquer irregularidades sobre as despesas empenhadas até o mês.

REMUNERAÇÃO DO VEREADOR

MÊS	REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES	REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS	%
Janeiro	5.887,23	25.322,25	23,25
Fevereiro	5.887,23	25.322,25	23,25
Março	5.887,23	25.322,25	23,25
Abril	5.887,23	25.322,25	23,25
Maio	6.185,71	25.322,25	24,43
Junho	6.185,71	25.322,25	24,43
Julho	6.185,71	25.322,25	24,43
Agosto	6.185,71	25.322,25	24,43
Setembro	6.185,71	25.322,25	24,43

A Remuneração dos Vereadores não ultrapassou o limite de 30% referente ao numero de seus habitantes sobre a remuneração dos Deputados Estaduais ficando assim em acordo com o Art. 29, inciso V alínea b da CF/88.

b)= Em Município de 10.001 a 50.000 habitantes, os Subsídios maximo dos Vereadores corresponderá a 30% dos Subsídios dos Deputados Estaduais.

Limite máximo de 6% da Receita Corrente Líquida para gastos com pessoal do Poder Legislativo Municipal – Câmara Municipal – conforme especifica o Art. 20, II, 'a' da Lei Complementar 101/2000.

Componentes	Valor (R\$)	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	60.399.248,81	
-Transf. obrigatórias da União relativas as emendas individuais (V)(\$13,art.166 da cf)	716,215,00	
=RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	59.683.033,81	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (VII) = (III a + III b)	1.188.921,96	1,99
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II, art. 20 da LRF)	3.580.982,03	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (paragrafo único do art. 22 da LRF)	3.401.932,93	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º. Do art. 59 da LRF)	3.222.883,83	5,40

O Demonstrativo do **Poder Legislativo Municipal** identifica que foi aplicado 1,99 % do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal estando assim em cumprimento com as normas estabelecidas no Art. 20, III 'a' da Lei complementar 101/2000.

a) – 6% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de contas do Município,quando houver.

DEMONSTRATIVO DAS SUPLEMENTAÇÕES REALIZADAS

	No Mês	Até o Mês
Pela Reserva de Contingência	0,00	0,00
Pela Reserva Legal	0,00	0,00
Pelo Excesso de Arrecadação	0,00	0,00
Por Anulação de Dotações Orçamentárias	0,00	0,00
Por Outros Casos	0,00	0,00
Outros Casos	0,00	0,00

O Demonstrativo da Dívida Fundada Interna teve no mês, teve a seguinte movimentação

Saldo do Mês Anterior	0,00
Nova Formação da Dívida no Mês	0,00

Amortização Verificada no Mês	0,00
Saldo Para o Mês Seguinte	0,00
Total Geral	0,00

O Balanço Financeiro Apresenta a seguinte movimentação empenhada até o mês

RECEITA ORÇAMENTARIA	0,00	DESPESA ORÇAMENTARIA	11.674,53
ORDINARIA	0,00	ORDINARIA	11.674,53
		RECURSOS ORDINARIOS MUNICIPAIS	11.674,53
VINCULADA	0,00	VINCULADA	0,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA RECEBIDA	170.833,33	TRANSF. FINANC.CONCEDIDA	0,00
EXTRAORDIANARIAS	-79.718,26	EXTRAORDINARIAS	7.047,63
INSC. DE RESTOS A PAGAR NÃO PROC.	-107.919,47	PAGTS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROC	0,00
INSC. DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	11.741,91	PAGTS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00
DEP. RESTITUIVEIS E VALORES VINCUL.	16.459,96	DEP. RESTITUIVEIS VALORES VINCULADOS	7.047,63
SALDO ANTERIORES	553.643,04	SALDO ATUAIS	626.035,95
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
CONTA CORRENTE	0,00	CONTA CORRENTE	0,00
APLICAÇÃO	553.643,04	APLICAÇÃO	626.035,95
TOTAL	644.758,11	TOTAL	644.758,11

O Balanço Patrimonial ate o mês teve a seguinte movimentação

BALANÇO PATRIMONIAL

	EXERCICIO ATUAL
ATIVO	762.237,52
ATIVO CIRULANTE	626.035,95
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	626.035,95
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	626.035,95
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL – CONSOLIDAÇÃO	626.035,95
BANCO CONTA MOVIMENTO – DEMAIS CONTA	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	626.035,95
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	626.035,95
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	148.942,89
VARIAÇÃO PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS A PAGAR ANTECIPADAMENTE	0,00
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	0,00
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	136.201,57
IMOBILIZADO	136.201,57
BENS MOVEIS	223.408,18

BENS MOVEIS – CONSOLIDADO	223.408,18
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIP., E FERRAMENTAS	12.187,00
EQUIP. DE PROTECAO, SEGURANÇA E SOCORRO	8.811,00
OUTRAS MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	3.376,00
OUTRAS MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	3.376,00
BENS DE INFORMATICA	58.977,46
EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	58.977,46
EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	58.977,46
MOVEIS E UTENSILIOS	104.400,72
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	1.549,90
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	28.405,97
MOBILIARIO EM GERAL	74.444,85
MATERIAL CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	47.843,00
BANDEIRAS, FLAMULAS, E INSIGNIAS	3.880,00
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	590,00
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTOS	36.073,00
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSICAO	7.300,00
(-) DEPRECIACÃO, EXASTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULDAS	-87.206,61
(-) DEPRECIACÃO, EXASTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULDAS – CONSOLIDAÇÃO	-87.206,61
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA BENS MOVEIS	-87.206,61
PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	762.237,52
PASSIVO CIRCULANTE	150.516,37
OBRIGAÇÃO TRAB., PREVIDENCIARIAS, ASSISTENCIAS A PAGAR A CURTO PRAZO	61.029,13
PESSOAL A PAGAR	59.501,37
PESSOAL A PAGAR – CONSOLIDADO	59.501,37
PESSOAL A PAGAR NO EXERCICIO	59.501,37
DÉCIMO TERCEIRO SALARIO	16.232,73
FERIAS	43.268,64
ENCARGOS SOCIAS A PAGAR	1.527,76
ENCARGOS SOCIAS A PAGAR – INTER OFSS-UNIÃO	1.527,76
FGTS	1.527,76
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	13.388,06
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	13.388,06
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO – CONSOLIDAÇÃO	13.388,06
FORNECEDORES NACIONAIS	13.388,06
FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PÁGAR	13.388,06
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	76.099,18
VALORES RESTITUIVEIS	76.099,18
VALORES RESTITUIVEIS – CONSOLIDAÇÃO	76.099,18
CONSIGNAÇÕES	71.552,90
IMPOSTO SOBRE A RENDA NA FONTE - IRRF	71.321,93
ISS	230,97
DEPOSITOS NÃO JUDICIAS	4.546,28
OUTROS DEPOSITOS	4.546,28
PATRIMONIO LIQUIDO	611.721,15
PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	127.809,37
PATRIMONIO SOCIAL	127.809,37
PATRIMONIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	127.809,37
RESULTADOS ACUMULADOS	483.911,78
SUPERATIVS OU DEFICITS ACUMULADOS	483.911,78
SUPERATIVS OU DEFICITS ACUMULADOS – CONSOLIDAÇÃO	-5.385.426,73
SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	-1.012.330,42
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIO ANTERIORES	-4.373.096,31
SUPERATIVS OU DEFICITS ACUMULADOS – INTRA OFSS	6.606.509,62
SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	1.537.500,01
SUPETAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIO ANTERIORES	5.069.009,61
SUPERATIVS OU DEFICITS ACUMULADOS – INTRA OFSS – UNIÃO	-445.379,39
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIO ANTERIORES	-445.379,39
SUPERATIVS OU DEFICITS ACUMULADOS – INTRA OFSS – ESTADO	-291.791,72

SUPERAVIDS OU DEFICITS DE EXERCICIO ANTERIORES	-291.791,72
---	--------------------

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

	EXERCICIO ATUAL
ATIVO (I)	765.127,50
ATIVO FINANCEIRO	626.035,95
ATIVO PERMANENTE	139.091,55
PASSIVO (II)	628.372,71
PASSIVO FINANCEIRO	568.871,34
PASSIVO PERMANENTE	59.501,37
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I-II)	136.754,79

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

	EXERCICIO ATUAL
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	42.536,10
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	42.536,10
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FIANCEIRO
--

	EXERCICIO ATUAL
TOTAL POR FONTES DE RECURSOS	57.164,61
01000000 - RECURSOS ORDINARIOS MUNICIPAIS	87.990,58
01000010 - RECURSOS PROPRIOS	-30.825,97

TOTAL DA REMUNERAÇÃO COM VEREADORES

RECEITA TOTAL DO MUNICIPIO	REMUNERAÇÃO TOTAL DOS VEREADORES	%
43.633.720,35	490.297,23	1,123

O Total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% da receita do Município

O Montante gasto com a remuneração dos Vereadores até o mês foi de R\$ 490.297,23 (Quatrocentos e noventa mil, duzentos e noventa e sete reais e vinte e tres centavos) representando assim 1,123% da receita do Município desta forma fica estabelecido o Art. 29, VII da CF/88.

DEMONSTRATIVO DAS DIARIAS CONCEDIDAS

EMPENHO/DATA	SERVIDORES / AGENTES POLITICOS	ROTEIRO DA VIAGEM	PRESTAÇÃO DE CONTAS

28 – 08/02/2019	ADRIANO POSSAMAI DELLA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/28 FEVEREIRO A 01 MARÇO DE 2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE REGIMENTO INTERNO E LEI ORGANICA A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL, CONFORME ROTEIRO DE VIAGEM NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/28 FEVEREIRO A 01 MARÇO DE 2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE REGIMENTO INTERNO E LEI ORGANICA A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL.	OK
29 - 08/02/2019	MOISES DOS SANTOS VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/28 FEVEREIRO A 01 MARÇO DE 2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE REGIMENTO INTERNO E LEI ORGANICA A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL, CONFORME ROTEIRO DE VIAGEM NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/28 FEVEREIRO A 01 MARÇO DE 2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE REGIMENTO INTERNO E LEI ORGANICA A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL.	OK
30 – 08/02/2019	DIORGINIS CASTAGNEL ASSESSOR JURIDICO	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/28 FEVEREIRO A 01 MARÇO DE 2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE REGIMENTO INTERNO E LEI ORGANICA A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL, CONFORME ROTEIRO DE VIAGEM NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/28 FEVEREIRO A 01 MARÇO DE 2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE REGIMENTO INTERNO E LEI ORGANICA A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL.	OK
44 – 20/03/2019	LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP	OK
45 – 20/03/2019	AGENOR BENATI PEDROSO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP	OK
46- 20/03/2019	ADRIANO POSSMAI DELLA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A	OK

		PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP	
47 - 20/03/2019	ERIK PEREIRA ZEFERINO VEREADOR-PRESIDENTE	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP	OK
48 - 20/03/2019	LUCIANE TROMBIN NIEHUES OFICIAL LEGISLATIVO	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP	OK
49 - 20/03/2019	MOISES DOS SANTOS VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP	OK
51 - 20/03/2019	RICHARDSON VIEIRA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP	OK
52 - 20/03/2019	ROSENY CITTADIN BARBOSA VEREADORA	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27/03/2019 A 29/03/2019 PARA PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE TECNICAS LEGISLATIVAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE LEIS A SER RELAIZADO PELO CEAP	OK
85 - 03/06/2019	ADRIANO POSSAMAI DELLA	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 26/06/2019 A 28/06/2019 PARA PARTICIPAR	

	VEREADOR	CURSO SOBRE ORÇAMENTO 2020 E EMENDAS IMPOSITIVAS A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL	OK
86 – 03/06/2019	MOISES DOS SANTOS VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 26/06/2019 A 28/06/2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE ORÇAMENTO 2020 E EMENDAS IMPOSITIVAS A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL	OK
87 – 03/06/2019	LUIZ HENRIQUE BITTENCOURT VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 26/06/2019 A 28/06/2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE ORÇAMENTO 2020 E EMENDAS IMPOSITIVAS A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL	OK
88 – 03/06/2019	RICHARDSON VIEIRA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 26/06/2019 A 28/06/2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE ORÇAMENTO 2020 E EMENDAS IMPOSITIVAS A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL	OK
89 – 03/06/2019	AGENOR BENATI PEDROSO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 26/06/2019 A 28/06/2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE ORÇAMENTO 2020 E EMENDAS IMPOSITIVAS A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL	OK
90 – 03/06/2019	ERIK PEREIRA ZEFERINO VEREADOR-PRESIDENTE	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 26/06/2019 A 28/06/2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE ORÇAMENTO 2020 E EMENDAS IMPOSITIVAS A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL	OK
91 – 03/06/2019	LUIZ CARLOS GONÇALVES TEC,CONTABIL	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 26/06/2019 A 28/06/2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE ORÇAMENTO 2020 E EMENDAS IMPOSITIVAS A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL	OK
104 - 01/07/2019	AGENOR BENATI PEDROSO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24/07/2019 A 26/07/2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE GESTÃO AMBIENTAL NAS CAMARAS DE VEREADORES : LOTEAMENTOS, ENCOSTAS E CODIGO FLORESTAL A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTEL HOTEL.	OK
105 – 01/07/2019	LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24/07/2019 A 26/07/2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE GESTÃO AMBIENTAL NAS CAMARAS DE VEREADORES : LOTEAMENTOS, ENCOSTAS E CODIGO FLORESTAL A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTEL HOTEL.	OK
106 – 01/07/2019	RICHARDSON VIEIRA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24/07/2019 A 26/07/2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE GESTÃO AMBIENTAL NAS CAMARAS DE VEREADORES : LOTEAMENTOS,	OK

		ENCOSTAS E CODIGO FLORESTAL A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTEL HOTEL.	
107 - 01/07/2019	ROSENY CITTADIN BARBOSA VEREADORA	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24/07/2019 A 26/07/2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE GESTÃO AMBIENTAL NAS CAMARAS DE VEREADORES : LOTEAMENTOS, ENCOSTAS E CODIGO FLORESTAL A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTEL HOTEL.	OK
108 - 01/07/2019	LUCIANE TROMBIM NIEHUS OFICIAL LEGISLATIVO	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24/07/2019 A 26/07/2019 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE GESTÃO AMBIENTAL NAS CAMARAS DE VEREADORES : LOTEAMENTOS, ENCOSTAS E CODIGO FLORESTAL A SER REALIZADO PELO CEAP NO CASTEL HOTEL.	OK
115 - 01/08/2019	ADRIANO POSSAMAI DELLA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PERIODO DE 05/08/2019 PARA PARTICIPAR DE UMA REUNIÃO NA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PESCA E DESENVOLVIMENTO RURAL REPRESENTANDO O CONSELHO DE AGRICULTURA COM O SECRETARIO DE ESTADO SR.RICARDO DE GOUVEA PARA TRATAR ASSUNTOS SOBRE ALIQUOTA ICMS	OK
116 - 01/08/2019	ERIK PEREIRA ZEFERINO VEREADOR PRESIDENTE	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PARA ENCONTRO COM O SENADOR JORGINHO MELO PARA A LIBERAÇÃO DE VERBA NO VALOR DE R\$ 300.000,00 DE RECURSOS DA UNIÃO PARA DESTEAR DESPESAS BASICAS COM SAUDE NO INCREMENTO TEMPORARIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTENCIA AMBULATORIAL DO MUNICÍPIO	Ok

DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS E ADITIVOS VIGENTES

CONTRATO / DATA	CONTRATADA	OBJETO DO CONTRATO	VALOR
006 = 01/07/2017	BETHA SISTEMAS LTDA	CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO O LICENCIAMENTO DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PUBLICA PARA USO TEMPORARIO NÃO EXCLUSIVO DE CONTABILIDADE PUBLICA, PATRIMONIO, COMPRAS E LICITAÇÃO, FOLHA DE PAGAMENTO E FLY TRNANSPARENCIA PELO PERIODO DE 12 MESES.	16.572,00
001 = 01/01/2019	SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA	CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO PORTAL WEB CAMARA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONFIGURAÇÃO E PARÂMETRIZAÇÃO CONFORMES PROCEDIMENTOS	9.876,00
002 = 01/01/2019	VIGILANCIA RADAR LTDA	CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO MONITORAMENTO REMOTO DE ALARME 24H	1.673,16

		DURANTE O PERIODO DE 24H DE SEGUNDA FEIRA A DOMINGO PELO PERIODO DE 12 MES	
003 = 01/01/2018	VIGILANCIA RADAR LTDA	CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MONITORAMENTO REMOTO 24 H	334,80
004 – 01/01/2019	INFOWAY COM.DE INFORMATICA E TELECOM LTDA	A CONTRATADA FORNECERÁ PELO PRESENTE CONTRATO UM PONTO DE IP FIXO E UM UPGRADE DO PLANO FIBERWAY 20 MBPS E PARA O,PLANO INFOFIBRA 50 MBPS (TAXA DE DOWNLOD DE 50 MBPS) E TAXA DE 25 MBPS DE UPLOD DE ACESSO A INTERNET LIVRE DE LINHA TELEFONICA,PROVEDOR E MODEM	2.158,80
005 – 01/06/2019	JORNAL COCAL NOTICIAS	CONSTITUI OBJETO DESTE INSTRUMENTO CONTRATUAL A CONTRATAÇÃO DE IMPRESSÃO EM JORNAL ESCRITO(PUBLICAÇÃO) DOS ATOS OFICIAIS DO PODER LEGISLATIVO, COM OBJETIVO DE DIVULGAÇÃO POPULAR DESDE PROJETOS DE LEIS EM ANALISES E OS APROVADOS, TRAMITAÇÃO LEGAIS NA CAMARA, INFORMAÇÕES DE INTERESSE PUBLICO EM GERAL, COMO REUNIÕES, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS NA CAMARA POR INICIATIVAS DE VEREADORES OU NÃO E ATOS DEBUTADOS EM PLENARIO.	2.000,00
006 – 01/06/2019	ASSOCIAÇÃO DIFUSÃO COMUNITARIA COCAL DOS SUL	CONSTITUI OBJETO DESTE INSTRUMENTO CONTRATUAL A CONTRATAÇÃO DE (DIVULGAÇÃO) DOS ATOS DO PODER LEGISLATIVO, COM OBJETIVO DE DIVULGAÇÃO POPULAR DESDE PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO LEGAIS NA CAMARA, INFORMAÇÕES DE INTERESSE PUBLICO EM GERAL, COMO REUNIÕES REALIZADAS NA CAMARA POR INICIATIVA DOS VEREADORES, ATOS DO PLENARIO, INDICAÇÃO E TRANSMISSÃO DA SEÇÃO NA INTEGRA NA QUARTA FEIRA E NA SEXTA FEIRA SUBSEQUENTE A SEÇÃO.	
002- 01-07-2018	BETHA SISTEMAS LTDA TERMO ADITIVO	O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DA VIGENCIA E O REAJUSTE DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES EM 01-07-2018 ATÉ 30-06-2019 CONTRATO 6/2017	8.638,98

Demonstrativo da despesa realizada com folha de pagamento

Transferência Financeira Orçada	Liquidado com Folha de Pagamento	%
2.050.000,00	857.318,36	41,820

O total da despesa com folha de pagamento do Poder Legislativo Municipal, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluindo os gastos com inativos não ultrapassará os 70% de sua receita com folha de pagamento, incluindo os gastos com subsídios de seus Vereadores conforme Art. 29-A § 1º. Da C.F.

ERIK PEREIRA ZEFERINO
PRESIDENTE

LUIZ CARLOS GONÇALVES
RESPONSÁVEL TEMPORÁRIO PELO CONTROLE INTERNO

Concórdia

PREFEITURA

ADENDO 02 AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 7/2019 - PMC

Publicação Nº 2221026

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC
ADENDO 02 AO EDITAL DE
CONCORRÊNCIA Nº 7/2019 PMC

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, SC, por intermédio do Secretário Municipal de Educação, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é a contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra), para execução de obra de construção da edificação destinada a abrigar o Grupo Escolar Maria Melânia Siqueira, localizada na Rua 29 de julho, bairro Nazaré, neste Município, com recursos advindos do Contrato nº 2623.0504.452-48/2017, firmado com a Caixa Econômica Federal, através do FINISA – Programa de Financiamento à infraestrutura e saneamento, foi alterado. Consequentemente, o protocolo da documentação de habilitação e a proposta de preço dos interessados, dar-se-á até às 09h00min do dia 11 de dezembro de 2019, no Protocolo Geral. A abertura dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO dar-se-á às 09h15min do dia 11 de dezembro de 2019.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 08 de novembro de 2019.

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019 – FMC

Publicação Nº 2221513

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019 – FMC

Objeto: Contratação de serviços de sonorização, iluminação e locação e montagem de palco, visando à realização da Mostra Anual de Oficina Artística de Dança de Rua 2019, a ser realizada no dia 01 de dezembro de 2019, no espaço da Rua Coberta, neste Município, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 22/11/2019.

Início da Sessão: dia 22/11/2019 as 08 h e 30 min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2198.

Concórdia, SC, 8 de novembro de 2019.

JÚLIO GOMES
Diretor Superintendente da FMC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 158/2019 – PMC

Publicação Nº 2221582

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 158/2019 – PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de geologia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 22/11/2019.

Abertura: dia 22/11/2019 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link

"Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2187.

Concórdia, SC, 8 de novembro de 2019.

DANIEL FAGANELLO
Assessor de Planejamento

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2019 – PMC

Publicação Nº 2221516

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2019 – PMC
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de serviços de empresa do ramo de construção civil, em regime de empreitada por preços unitários (material e mão-de-obra), para reforma e ampliação do CMEI Sonhos de Criança, localizado na SC-283, Santo Antônio, neste Município, através do programa nº 2019008042, Proposta nº 21735, recursos oriundos de convênio com o Governo Estadual e contrapartida de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 2/12/2019 AS 16h00min.

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 05/12/2019 AS 08h30min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 05/12/2019 AS 08h30min.

Abertura: dia 05/12/2019 às 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2198.

Concórdia, SC, 8 de novembro de 2019.

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 04/2019 DE 02 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2221776

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO
AO TERMO DE FOMENTO Nº 04/2019 DE 02 DE AGOSTO DE 2019

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA através do FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, inscrito no CNPJ sob nº 17.827.393/0001-04, com sede na Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 926, 3º Andar, Edifício Office Concórdia, Centro, Concórdia, SC, neste ato representado pelo sua Gestora, senhora DENISE JUSTI LOPES, doravante denominado FUNDO MUNICIPAL e o ESPORTE CLUBE CANARINHO, inscrito no CNPJ sob nº 80.641.137/0001-64, com sede na Travessa Dionisio Boff, nº 71, Bairro Centro, neste ato representado pelo seu Presidente, senhor ROBERTO GUILHERME DETONI, inscrito no CPF sob nº 352.647.309-97, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado PARTÍCIPE, ajustam celebrar o presente Termo de Fomento, com fundamento na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, Decreto Municipal nº 6.183 de 06 de abril de 2017, conforme procedimentos documentados no processo administrativo nº 1122/2019, sujeitando-se, no que couber, às normas das Leis Federais nºs. 13.019/2014, de 31 de julho de 2014 e alterações e Decreto Municipal nº 6.183 de 06 de abril de 2017, para alteração de plano de trabalho nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA COMPLEMENTAÇÃO

1.1. Para fins de alteração do plano de trabalho, visando complemento ao termo de fomento inicial, dando continuidade a parceria tem por objeto a conjugação de esforços no sentido de executar o projeto Formando Cidadãos e Atletas, através do repasse financeiro, para o PARTÍCIPE, na forma do Plano do trabalho apresentado, conforme art. 42, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, passando a vigorar a partir dessa data o plano de trabalho em anexo a esse termo.

Concórdia/SC, 01 de novembro de 2019.

DENISE JUSTI LOPES
Gestora do Fundo Municipal

IPRECON - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**BALANCETE FINANCEIRO OUTUBRO DE 2019 - IPRECON**

Publicação Nº 2221108

IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Prestação de Contas
Balancete Financeiro
Período de Referência: Outubro / 2019

Pág 1 / 2



BALANÇO FINANCEIRO		
INGRESSOS		
	Nota	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)		5.791.853,71
Ordinária		0,00
Vinculada		5.791.853,71
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		150.703,78
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		(50.312,88)
Inscrição de Restos a Pagar Processados		499,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		200.517,66
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		195.281.480,14
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.370,42
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		195.276.109,72
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		201.224.037,63

DISPÊNDIOS		
	Nota	Exercício Atual
Despesa Orçamentária (VI)		1.132.181,12
Ordinária		0,00
Vinculada		1.132.181,12
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		200.517,66
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		200.517,66
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		199.891.338,85

IPW Sistemas Ltda
Atende Net - WPR v2013.01

Identificador: WPR1491103-1735-ATID-310902992 - Emitido por: ONEIDE BERTOLINI

08/11/2019 08:56:32 -03:00

**IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

Prestação de Contas
Balancete Financeiro
Período de Referência: Outubro / 2019

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS		
	Nota	Exercício Atual
Caixa e Equivalentes de Caixa		13.841,51
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		199.877.497,34
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		201.224.037,63

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, Data Emissão 08/11/2019, Hora emissão 08:56:42

Notas:

ONEIDE BERTOLINI
Contadora
CRC/SC 027.452/O-5

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN
Diretora-Presidente

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WPR v:2013.01

Identificador: WPR1491103-1735-ATID-310902992 - Emitido por: ONEIDE BERTOLINI

08/11/2019 08:56:32 -03:00

Cordilheira Alta

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROC. 140/2019 CONCORRÊNCIA 04/2019

Publicação Nº 2221440

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, no regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, do tipo MENOR PREÇO, de acordo com a Lei 8.666/93 e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 140/2019

Concorrência n. 04/2019

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA NA ÁREA CENTRAL DE CORDILHEIRA ALTA, CONTEMPLANDO A EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM, DE ESGOTO, DE ÁGUA E DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, conforme especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 12/12/2019.

Abertura dos Envelopes: 09:30 horas do dia 12/12/2019.

O Edital contendo as especificações e condições de participação poderão ser retiradas no local onde será realizado a licitação, no Centro Administrativo Municipal, junto à Divisão de Licitações, e/ou pelo site: www.pmcordi.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone nº (49) 335891000.

Cordilheira Alta - SC, 08 de novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 316/2019

Publicação Nº 2221257

DECRETO Nº 316/2019

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.265/2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2019 no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 17.512.2516.2.084 – Manutenção da Secretaria de Água e Saneamento Básico.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 167

Fonte de Recursos: 1000 – Ordinários R\$ 15.000,00

Art. 2º Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será utilizado recurso do superávit financeiro de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 06 de novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

EXTRATO PROC. 141/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO 52/2019

Publicação Nº 2222561

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público a dispensa de licitação conforme abaixo:

PROCESSO: 141/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 52/2019

SOLICITANTES: Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento; Sec. De Educação; Sec. De Agricultura; Sec. De Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para planejamento e execução de processo seletivo, compreendendo todas as etapas, destinado a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária e de excepcional interesse público.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais).

CONTRATADO: ALTERNATIVE CONCURSOS EIRELI

Cordilheira Alta, SC, em 08 de novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 581/2019

Publicação Nº 2221746

PORTARIA Nº 581/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 45 (quarenta e cinco) dia de licença para tratamento de saúde a servidora municipal MICHELE BASTOS VARGAS, matrícula 1361503, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 08 de outubro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

TF OUTUBRO/2019

Publicação Nº 2220964

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 01/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.644,20
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	986,52
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	657,68

Cordilheira Alta, 08/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 02/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		10.162,09
4.1.7.1.8.05.41.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	7.327,36
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.700,84
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	1.133,89

Cordilheira Alta, 08/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 03/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		15.094,52
4.1.7.1.8.03.11.42.00	Icentivo Financeiro combate endemias - Vig em Saúde	2.500,00
4.1.7.1.8.03.31.01.00	Ações Estruturantes em Vigilância Sanitária	2.000,00
4.1.7.1.8.03.31.02.00	Teto Financ.de Vigilância em Saúde- TFVS	3.959,31
4.1.7.1.8.03.41.01.00	Programa de Assist. Farmácia Básica	1.977,64
4.1.7.1.8.05.31.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	1.187,20
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	2.082,22
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	1.388,15

Cordilheira Alta, 08/11/2019

 CARLOS ALBERTO TOZZO
 PREFEITO MUNICIPAL

 EMANUELLE CELLA TOZZO
 CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 04/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		21.687,28
4.1.7.1.8.03.11.01.00	Piso de Atenção Básica- PAB	9.214,83
4.1.7.1.8.03.11.47.00	Transf MAC - Rede Cegonha	2.542,86
4.1.7.1.8.03.21.02.00	Transf. do FNS BLMAC	3.533,43
4.1.7.1.8.05.31.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	4.927,00
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	881,50
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	587,66

Cordilheira Alta, 08/11/2019

 CARLOS ALBERTO TOZZO
 PREFEITO MUNICIPAL

 EMANUELLE CELLA TOZZO
 CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 07/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.099,73
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	659,84
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	439,89

Cordilheira Alta, 08/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 08/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.753,06
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.651,84
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	1.101,22

Cordilheira Alta, 08/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 09/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		64.044,28
4.1.7.1.8.03.11.02.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	12.500,00
4.1.7.1.8.03.11.03.00	Saúde da Família - SF	11.130,00
4.1.7.1.8.03.11.07.00	Saúde Bucal - SB	2.230,00
4.1.7.1.8.03.11.10.00	PMAQ(RAB-PMAQ-SM)	11.119,13
4.1.7.1.8.03.11.11.00	Transferência de Recursos do SUS NASF	8.000,00
4.1.7.1.8.03.11.18.00	PAB VARIÁVEL	12.676,00
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	3.833,49
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	2.555,66

Cordilheira Alta, 08/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO
 PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
 CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 10/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		200.543,42
4.1.7.1.8.01.21.01.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	117.369,00
4.1.7.1.8.01.21.02.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	58.684,50
4.1.7.1.8.01.21.03.00	Cota Parte Fundo de Participação dos Municípios	41.296,50
4.1.7.1.8.01.51.01.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	3.546,47
4.1.7.1.8.01.51.02.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	1.773,23
4.1.7.1.8.01.51.03.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	1.247,83
4.1.7.1.8.02.21.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minera	3.243,22
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	10.899,70
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	7.266,46
9.1.7.1.8.01.21.01.00	Dedução Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios	-43.469,99
9.1.7.1.8.01.51.00.00	Dedução Cota - Parte ITR	-1.313,50

Cordilheira Alta, 08/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO
 PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
 CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 11/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		28.866,66
4.1.7.1.8.02.21.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minera	3.794,73
4.1.7.1.8.05.11.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	16.401,79
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	5.202,08
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	3.468,06

Cordilheira Alta, 08/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 14/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		30.024,34
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	18.014,60
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	12.009,74

Cordilheira Alta, 08/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 15/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		46.257,71
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	27.754,63
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	18.503,08

Cordilheira Alta, 08/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 16/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.551,51
4.1.7.1.8.12.11.02.00	Transf. de Recurso FNAS- IGD-BF	1.430,00
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.272,91
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	848,60

Cordilheira Alta, 08/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 17/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.585,56
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	951,34
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	634,22

Cordilheira Alta, 08/11/2019

 CARLOS ALBERTO TOZZO
 PREFEITO MUNICIPAL

 EMANUELLE CELLA TOZZO
 CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 18/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		67.995,97
4.1.7.1.8.01.21.01.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	38.863,48
4.1.7.1.8.01.21.02.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	19.431,74
4.1.7.1.8.01.21.03.00	Cota Parte Fundo de Participação dos Municípios	13.674,19
4.1.7.1.8.01.51.01.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	78,41
4.1.7.1.8.01.51.02.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	39,20
4.1.7.1.8.01.51.03.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	27,59
4.1.7.1.8.03.31.02.00	Teto Financ.de Vigilância em Saúde- TFVS	2.126,50
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	4.906,67
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	3.271,11
9.1.7.1.8.01.21.01.00	Dedução Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios	-14.393,88
9.1.7.1.8.01.51.00.00	Dedução Cota - Parte ITR	-29,04

Cordilheira Alta, 08/11/2019

 CARLOS ALBERTO TOZZO
 PREFEITO MUNICIPAL

 EMANUELLE CELLA TOZZO
 CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 21/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		6.806,93
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	4.084,16
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	2.722,77

Cordilheira Alta, 08/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 22/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		16.306,59
4.1.7.1.8.02.61.01.00	Cota parte fundo especial do petróleo - FEP	9.622,54
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	4.010,43
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	2.673,62

Cordilheira Alta, 08/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 23/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		20.775,10
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	12.465,06
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	8.310,04

Cordilheira Alta, 08/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 24/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		17.569,15
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	10.541,49
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	7.027,66

Cordilheira Alta, 08/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 25/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		11.788,79
4.1.7.1.8.03.31.02.00	Teto Financ.de Vigilância em Saúde- TFVS	682,64
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	6.663,69
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	4.442,46

Cordilheira Alta, 08/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 28/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.162,39
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	697,43
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	464,96

Cordilheira Alta, 08/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 29/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.767,23
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.060,34
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	706,89

Cordilheira Alta, 08/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 30/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		162.668,12
4.1.7.1.8.01.21.01.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	99.174,16
4.1.7.1.8.01.21.02.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	49.587,08
4.1.7.1.8.01.21.03.00	Cota Parte Fundo de Participação dos Municípios	34.894,61
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	9.446,06
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	6.297,37
9.1.7.1.8.01.21.01.00	Dedução Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios	-36.731,16

Cordilheira Alta, 08/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Data do Recebimento: 31/10/2019

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.579,16
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	947,50
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	631,66

Cordilheira Alta, 08/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

CÂMARA MUNICIPAL**RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2019**

Publicação Nº 2221369

Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE CORDILHEIRA ALTA SC
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta, SC, através do seu Presidente, torna público a todos aos interessados, que RATIFICA A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2019 de acordo com a Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 010/2019

Dispensa de licitação n. 010/2019

Tipo: Menor preço global

Objeto: A presente dispensa de licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas nacionais, incluindo reserva, emissão, transferência, marcação/remarcação e reembolso de bilhetes, visando atender as necessidades da câmara de Vereadores de Cordilheira Alta-SC.

Valor: R\$ 7.804,80 (sete mil oitocentos e quatro reais e oitenta centavos)

Empresa: Big Golden Tour Viagens Eireli

CNPJ: 00.838.999/0002-23

Data 06 de novembro de 2019.

EVANDRO PEDERSSETTI

Presidente

Coronel Freitas

PREFEITURA

DECRETO 8558/2019

Publicação Nº 2221556

DECRETO Nº. 8.558, 29 de Outubro de 2019.

DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE VERBA POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Srº. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º. Fica decretado a movimentação de verba por anulação de dotação no orçamento vigente do Município, o valor de R\$ 1.955,06 (um mil novecentos e cinquenta e cinco reais e seis centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.

Função: 08 – Assistência Social.

Sub - função: 244 – Assistência Comunitária.

Programa: 0026 – Gestão Social.

Ação: 2.105 – Manutenção da Assistência Social.

De: Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 250,00

De: Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 505,06

Para: Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 755,06

Órgão: 05.01 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade: 05.01 – Departamento De Agricultura.

Função: 20 – Agricultura.

Sub - função: 606 – Extensão Rural.

Programa: 0010 – Programa de Incentivo a Produção Agropecuária.

Ação: 2.037 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura.

De: Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.100,00

Para: Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.100,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Outubro de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO 8559/2019

Publicação Nº 2221557

DECRETO Nº. 8.559, 29 de Outubro de 2019.

DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE VERBA POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL FREITAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Srº. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º. Fica decretado a movimentação de verba por anulação de dotação no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município, o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento De Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Sub - função: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0019 – Saúde para Todos.

Ação: 2.091 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

De: Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0002 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 60.000,00

Para: Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0002 – Superávit Financeiro do Exercício Anterior R\$ 60.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Outubro de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO 8560/2019

Publicação Nº 2221559

DECRETO Nº. 8.560, 29 de Outubro de 2019.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. IZEU JONAS TOZETTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.308/2019.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.02 – Secretaria de Administração e Finanças.

Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças.

Função: 04 – Administração.

Subfunção: 122 – Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 2.003– Manutenção das Atividades de Administração do Município.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000– Aplicações diretas R\$ 50.000,00

Órgão: 06.01 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.

Função: 15 – Urbanismo.

Sub - função: 451 – Infra- Estrutura Urbana.

Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública.

Ação: 2.050 – Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos.

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º. A fonte de recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação das dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

Órgão: 05.01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura.

Função: 20 – Agricultura.

Sub - função: 606 – Extensão Rural.

Programa: 0010 – Programa de Incentivo a Produção Agroindustrial.

Ação: 1.056 – Realização de Eventos e Feiras.

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão: 03.02 – Secretaria de Administração e Finanças.

Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças.

Função: 04 – Administração.

Subfunção: 122 – Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 0000 – Amortização de Dívidas, Precatórios e Sentenças Judiciais.

Elemento: 4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000– Aplicações diretas R\$ 60.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Outubro de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO 8561/2019

Publicação Nº 2221561

DECRETO Nº. 8.561, 29 de Outubro de 2019.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. IZEU JONAS TOZETTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.309/2019.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Subfunção: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0022 – Programa Saúde da Família.

Ação: 2.004– Manutenção do Programa ESF.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002– Aplicações diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º. A fonte de recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação das dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Subfunção: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0019 – Saúde para Todos.

Ação: 2.084– Manutenção do Programa das ACS.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002– Aplicações diretas R\$ 60.000,00

Órgão: 05.01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura.

Função: 20 – Agricultura.

Subfunção: 606 – Extensão Rural.

Programa: 0011 – Agricultura para o Futuro.

Ação: 2.011– Incentivar e ampliar a Produção de Frutas – Programa da Frutricultura.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000– Aplicações diretas R\$ 12.011,00

Órgão: 05.01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura.

Função: 20 – Agricultura.

Subfunção: 122 – Administração Geral.

Programa: 0011 – Agricultura para o Futuro.

Ação: 2.035– Capacitar os Agricultores nas Diversas Áreas.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000– Aplicações diretas R\$ 14.352,80

Órgão: 05.01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura.

Função: 20 – Agricultura.

Subfunção: 608 – Promoção da Produção Agropecuária.

Programa: 0010 – Programa de Incentivo a Produção Agroindustrial.
Ação: 2.043– Firmar Parcerias com Instituições para Qualificação do Produtor.
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000– Aplicações diretas R\$ 2.000,00

Órgão: 11.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico.
Unidade: 11.01 – Departamento de Desenvolvimento Econômico e Turismo.
Função: 23 – Comércio e Serviços.
Subfunção: 692 – Comercialização.
Programa: 0031 – Desenvolvimento Econômico.
Ação: 1.051– realização da EFAICEL.
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000– Aplicações diretas R\$ 100.000,00

Órgão: 06.01 – Secretaria de transportes, Obras e Serviços Urbanos.
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.
Função: 27 – desporto e Lazer.
Subfunção: 813 – Lazer.
Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública.
Ação: 1.050 – Construção e Manutenção de Pequenas Praças de Lazer nos Bairros.
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000– Aplicações diretas R\$ 11.636,20

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Outubro de 2019.
Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal
Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO 8562/2019

Publicação Nº 2221563

DECRETO Nº. 8.562, 29 de Outubro de 2019.
DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA

Art. 1º. O Conselho Municipal de Habitação - CMH passa a ter a composição a seguir especificada, com a representatividade determinada pela Lei Municipal Nº. 1.602/2008 art.8º, com duração de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos mediante a indicação dos seus órgãos representativos.

I – 2 (dois) Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Alexandra Peretti - Titular.
Davi Samuel Chaves Da Silva - Suplente.
Patricia Chemin – Titular.
Simone Guerreiro Toso – Suplente.

II – 2 (dois) Representantes Da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Sediane Lunardi Marafon - Titular.
Andrey Maffisoni - Suplente.
Marlova Grando Cipriani – Titular.
Carolina Rosalen Piva – Suplente.

III - 1 (um) Representante da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos:

Dalberto Bernardi - Titular.
Claudecir Brunetto - Suplente.

IV - 1 (um) Representante da Secretaria de Agricultura e Meio ambiente:

Diego Luis Varnier- Titular.
Gilberto Cordazzo - Suplente.

V – 1 (um) Representante da Associação Comunitária:

Maria Rosalen Piva - Titular.

Sandra Zanardi – Suplente.

VI – 1 (um) Representante do Clube de Idosos:

Ivone Bée - Titular.

Elza Forest i- Suplente.

VII – 1 (um) Representante do Clube de Mães:

Cirlei Peretti - Titular.

Eloide Grando - Suplente.

VIII – 1 (um) Representante da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL:

Roberto Carlos Cordazzo – Titular.

Benhur Ferrari – Suplente.

IX – 1 (um) Representante do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – SINTRAF:

Letícia Carpenedo Machado – Titular.

Dalvana Cordazzo - Suplente

X – 1(um) Representante de Entidades Religiosas:

Magali Teresinha Battistella – Titular

Silvete Tondo - Suplente

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Outubro de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon.

Secretária de Administração e Finanças.

LEI 2308/2019

Publicação Nº 2221579

LEI MUNICIPAL Nº 2.308, 25 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. IZEU JONAS TOZETTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz Saber – que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.02 – Secretaria de Administração e Finanças.

Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças.

Função: 04 – Administração.

Subfunção: 122 – Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 2.003– Manutenção das Atividades de Administração do Município.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000– Aplicações diretas R\$ 50.000,00

Órgão: 06.01 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.

Função: 15 – Urbanismo.

Sub - função: 451 – Infra- Estrutura Urbana.

Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública.

Ação: 2.050 – Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos.

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º. A fonte de recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação das dotações

orçamentárias a seguir discriminadas:

Órgão: 05.01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura.

Função: 20 – Agricultura.

Sub - função: 606 – Extensão Rural.

Programa: 0010 – Programa de Incentivo a Produção Agroindustrial.

Ação: 1.056 – Realização de Eventos e Feiras.

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão: 03.02 – Secretaria de Administração e Finanças.

Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças.

Função: 04 – Administração.

Subfunção: 122 – Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 0000 – Amortização de Dívidas, Precatórios e Sentenças Judiciais.

Elemento: 4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000– Aplicações diretas R\$ 60.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de Outubro de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

LEI 2309/2019

Publicação Nº 2221580

LEI MUNICIPAL Nº 2.309, 25 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. IZEU JONAS TOZETTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz Saber – que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Subfunção: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0022 – Programa Saúde da Família.

Ação: 2.004– Manutenção do Programa ESF.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002– Aplicações diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º. A fonte de recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação das dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Subfunção: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0019 – Saúde para Todos.

Ação: 2.084– Manutenção do Programa das ACS.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002– Aplicações diretas R\$ 60.000,00

Órgão: 05.01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura.

Função: 20 – Agricultura.

Subfunção: 606 – Extensão Rural.

Programa: 0011 – Agricultura para o Futuro.

Ação: 2.011– Incentivar e ampliar a Produção de Frutas – Programa da Frutricultura.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000– Aplicações diretas R\$ 12.011,00

Órgão: 05.01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura.
Função: 20 – Agricultura.
Subfunção: 122 – Administração Geral.
Programa: 0011 – Agricultura para o Futuro.
Ação: 2.035– Capacitar os Agricultores nas Diversas Áreas.
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000– Aplicações diretas R\$ 14.352,80

Órgão: 05.01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura.
Função: 20 – Agricultura.
Subfunção: 608 – Promoção da Produção Agropecuária.
Programa: 0010 – Programa de Incentivo a Produção Agroindustrial.
Ação: 2.043– Firmar Parcerias com Instituições para Qualificação do Produtor.
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000– Aplicações diretas R\$ 2.000,00

Órgão: 11.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico.
Unidade: 11.01 – Departamento de Desenvolvimento Econômico e Turismo.
Função: 23 – Comércio e Serviços.
Subfunção: 692 – Comercialização.
Programa: 0031 – Desenvolvimento Econômico.
Ação: 1.051– realização da EFAICEL.
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000– Aplicações diretas R\$ 100.000,00

Órgão: 06.01 – Secretaria de transportes, Obras e Serviços Urbanos.
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.
Função: 27 – desporto e Lazer.
Subfunção: 813 – Lazer.
Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública.
Ação: 1.050 – Construção e Manutenção de Pequenas Praças de Lazer nos Bairros.
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000– Aplicações diretas R\$ 11.636,20

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de Outubro de 2019.
Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2019 E PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019

Publicação Nº 2220856

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS – SC
PROCESSO LICITATÓRIO N. 58/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

O Município de Coronel Martins – SC comunica que em observância aos princípios da administração pública, principalmente o princípio da publicidade, e em razão do Pregão Presencial visar à concorrência que será republicado e recontado o prazo de abertura de certames deste Processo Licitatório nº 58/2019, pregão Presencial nº 32/2019, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM E EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO E FORNECIMENTO DE FIGURANTE DE PAPAI NOEL, DESTINADOS A REALIZAÇÃO DO EVENTO DO NATAL 2019 ORGANIZADO PELO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC. Sendo assim, o presente certame ficará remarcado para a data do dia 22/11/2019 e seguirá as normas do edital quanto recebimento e abertura das propostas.

Coronel Martins - SC, 08 de novembro de 2019.

Kaue Paulo Schuster
Pregoeiro

Corupá

PREFEITURA

CONTRATO 060/19

Publicação Nº 2221080

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO LICITATÓRIO 97/19
INEXIGIBILIDADE nº 015/19
CREDENCIAMENTO 009/19
CONTRATO Nº 060/19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.094.645/0001-29, estabelecida na Rua Eugênio Moreira, nº 187, bairro Anita Garibaldi, município de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP 89202-100.

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DESTINADOS À PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, DE ACORDO COM O PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, EM REGIME DE MUTIRÃO POR MEIO DE PARCERIA ENTRE A COMUNIDADE E O PODER PÚBLICO MUNICIPAL, de acordo com os critérios e condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.

VALOR:

Item	Serviço	Unid.	Quant.	Preço SINAPI	BDI = 22,18%	Preço Unitário	Preço Total
PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO CBUQ							
1.0	PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO CBUQ						
1.1	Fornecimento, transporte e Execução de Camada de Brita Graduada (Base)	m³	1,00	R\$ 107,00	R\$ 23,73	R\$ 130,73	R\$ 130,73
1.2	Imprimação de Base para Pavimentação com Emulsão CM-30	m²	1,00	R\$ 6,20	R\$ 1,38	R\$ 7,58	R\$ 7,58
1.3	Pintura de Ligação com Emulsão RR-1C	m²	1,00	R\$ 1,50	R\$ 0,33	R\$ 1,83	R\$ 1,83
1.4	Fabricação e transporte de Concreto Betuminoso Usinado a Quente(CBUQ),CAP 50/70 (densidade 2,50ton/m³)	ton	1,00	R\$ 259,95	R\$ 57,66	R\$ 317,61	R\$ 317,61
1.5	Fornecimento e transporte de meio fio pré-moldado de 25 x 15 x12 cm	m²	1,00	R\$ 28,00	R\$ 6,21	R\$ 34,21	R\$ 34,21
TOTAL DO ITEM MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO =>							R\$ 491,96
2.0	MÃO DE OBRA APLICAÇÃO ASFALTO CBUQ						
2.1	Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente(CBUQ),CAP 50/70 (densidade 2,50ton/m³)	m²	1,00	R\$ 12,25	R\$ 2,72	R\$ 14,97	R\$ 14,97
2.2	Mão de obra para instalação do meio fio pré moldado de concreto de 25 x 15 x 12 cm	m	1,00	R\$ 15,00	R\$ 3,33	R\$ 18,33	R\$ 18,33
TOTAL DO ITEM MÃO DE OBRA ASFALTO CBUQ =>							R\$ 33,30

Data da Assinatura: 05/11/2019

Data da Vigência: 12 MESES

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1781/19

Publicação Nº 2221238



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br**DECRETO Nº 1781/19****AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOAO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2372/2019 de 08 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1 - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizar e abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 106.482,00 (cento e seis mil e quatrocentos e oitenta e dois reais)

Código	Classificação	Valor
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.0081.2041	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA	
01020029	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - Tesouro-Ex.Cor.	
33371000000000000000	Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 10.744,25
65	Referência Dotação	
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.0081.2041	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA	
01020029	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - Tesouro-Ex.Cor.	
33171000000000000000	Transf. a Consórcios Públicos	R\$ 737,56
64	Referência Dotação	
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.0080.2009	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SAUDE	
01020029	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - Tesouro-Ex.Cor.	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 95.000,19
50	Referência Dotação	
TOTAL R\$		106.482,00

Art. 2 - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município a saber:

Código	Classificação	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	
002	DIVISÃO DE FINANÇAS	
0004.0122.0009.2004	MANUT. ATIV. DIV. TESOURARIA, CONTAB. E TRIBUTAÇÃO	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 106.482,00
16	Referência Dotação	
TOTAL R\$		106.482,00

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br

Art. 3 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 11 de novembro de 2019.



Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

PORTARIA 5448/19

Publicação Nº 2221187

PORTARIA Nº 5448/19

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 060/19.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 060/19, o senhor JULIANO MILLNITZ, matrícula funcional nº 1547001, ocupante do cargo de Secretário de Infraestrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, cujo objeto do contrato visa A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DESTINADOS À PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, DE ACORDO COM O PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, EM REGIME DE MUTIRÃO POR MEIO DE PARCERIA ENTRE A COMUNIDADE E O PODER PÚBLICO MUNICIPAL, de acordo com os critérios e condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

11 de novembro de 2019.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

PRIMEIRO TERMO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO 015/19

Publicação Nº 2221203

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Processo de Licitação nº 004/19

Concorrência Pública: nº 001/19

PRIMEIRO TERMO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO 015/19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: TATIANE LETICIA DE CASTRO KLASENER 08233043966, inscrita no CNPJ sob o nº 33.019.659/0001-49, estabelecida na Rua Vicente Brugneti, nº 158, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUPRESSÃO Conforme disposto na Cláusula Terceira do Contrato firmado, realiza-se a SUPRESSÃO de valor de R\$ 1.588,84 (um mil, quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), correspondente a R\$ 397,21 (trezentos e noventa e sete reais e vinte e um centavos) mensal, referentes aos meses de maio, junho, julho e agosto, período em que a churrasqueira do ginásio estava impossibilitada de utilização devido à reforma.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA COMPENSAÇÃO O valor de R\$ 1.588,84 (um mil, quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), será compensado com o debito da PERMISSÃO no valor de R\$ 4.059,71 (quatro mil, cinquenta e nove reais e setenta e um centavos), atualizados no dia 07/11/2019, com o setor de tributação.

Data da Assinatura: 07/11/2019.

Data da Vigência: 28/03/2024.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 169/15

Publicação Nº 2221236

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 169/15.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas,

443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.620.927/0001-12 e Inscrição Estadual nº 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, bairro Figueirinha – CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Décima Primeira do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 01 de setembro de 2019 até 26 de janeiro de 2020.

Data da Assinatura: 29/08/2019

Data da Vigência: 26/01/2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2019, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220880

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2019

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESAS SABOREAR DOCES E SALGADOS LTDA – ME; AGA SUPERMERCADO LTDA – ME; SCS COMÉRCIO LTDA – EPP; NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME; A.E.M. OESTE COMERCIAL LTDA – ME; ABATEDOURO SANTA FÉ LTDA – ME.

PROCESSO LICITATÓRIO: 1444/2019

PREGÃO PRESENCIAL: 66/2019

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS PARA USO NA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ATENDER AS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ – SC

EMPRESAS PROPONENTES VENCEDORAS	VALOR TOTAL
ABATEDOURO SANTA FE LTDA – ME	R\$ 8.440,00
SCS COMÉRCIO LTDA – EPP	R\$ 10.243,70
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME	R\$ 2.693,70
SABOREAR DOCES E SALGADOS LTDA – ME	R\$ 10.400,00
AGA SUPERMERCADO LTDA – ME	R\$ 31.327,75
A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI – ME	R\$ 3.145,10

DATA DA ATA: 06 DE NOVEMBRO DE 2019

JAIR RIVELINO EBELING – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2019, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220882

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2019****DAS PARTES:** MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESAS GILMAR JOSÉ MARTIM E CIA LTDA – ME; MARIVANI ANGELA PIASSON 91857392949 – MEI; LONIR JOSÉ BRUTSCHER 93425490125 – MEI.**PROCESSO LICITATÓRIO:** 1445/2019**PREGÃO PRESENCIAL:** 67/2019**DO OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, VANS/MINIBUS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS E MÁQUINAS PESADAS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ – SC

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	PROP. VENCEDOR
2	30	SV	LAVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO COMPLETA (INTERNA/EXTERNA), COM DESMONTAGEM E MONTAGEM INTERNA, RETIRADA DE BANCOS E CARPETES DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE/PASSEIO, PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC.	R\$ 270,00	R\$ 8.100,00	GILMAR JOSE MARTIM & CIA LTDA - ME
3	50	SV	LAVAÇÃO COMPLETA (INTERNA/EXTERNA) DE CAMINHÕES BASCULANTES (CAÇAMBAS), PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC.	R\$ 130,0000	R\$ 6.500,00	GILMAR JOSE MARTIM & CIA LTDA - ME
5	30	SV	LAVAÇÃO COMPLETA (LIMPEZA INTERNA/EXTERNA) DAS MÁQUINAS COMPREENDIDAS COMO: MOTONIVELADORAS (PATROLA), ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, QUE COMPÕE A FROTA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ	R\$ 395,00	R\$ 11.850,00	GILMAR JOSE MARTIM & CIA LTDA - ME
6	30	SV	LAVAÇÃO COMPLETA (INTERNA/EXTERNA) DAS RETROESCAVADEIRAS, PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC.	R\$ 265,00	R\$ 7.950,00	GILMAR JOSE MARTIM & CIA LTDA - ME
7	30	SV	LAVAÇÃO COMPLETA (INTERNA/EXTERNA) DOS TRATORES AGRÍCOLAS E ROLO COMPACTADOR, PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC.	R\$ 145,00	R\$ 4.350,00	GILMAR JOSE MARTIM & CIA LTDA - ME
8	100	SV	LAVAÇÃO COMPLETA (LIMPEZA INTERNA/EXTERNA) DOS VEÍCULOS COMPREENDIDAS COMO: ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, QUE COMPÕE A FROTA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ.	R\$ 150,00	R\$ 15.000,00	GILMAR JOSE MARTIM & CIA LTDA - ME
1	350	SV	LAVAÇÃO COMPLETA (INTERNA/EXTERNA) DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE/PASSEIO, PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC.	R\$ 19,98	R\$ 6.993,00	MARIVANI ANGELA PIASSON - MEI
4	100	SV	LAVAÇÃO COMPLETA (INTERNA/EXTERNA) DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES E SERVIÇOS DE SOCORRO – VANS E AMBULÂNCIAS, PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC.	R\$ 43,00	R\$ 4.300,00	LONIR JOSE BRUTSCHER - MEI

DATA DA ATA: 06 DE NOVEMBRO DE 2019**JAIR RIVELINO EBELING – PREFEITO MUNICIPAL.**

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 189/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220876

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 189/2019.

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA SIGMA EMPREENDIMENTOS LTDA.

Do Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL – EXECUÇÃO INDIRETA DA PRIMEIRA ETAPA DO PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL NÚCLEO NÚMERO UM, LOCALIZADA NA RUA FERNANDO FERRARI, BAIRRO CIDADE ALTA, MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC, COM ÁREA TOTAL DE 167,13 M², TUDO EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

Processo Licitatório: 1285/2019

Modalidade: Tomada de Preços nº 09/2019

Data do Contrato: 04/11/2019

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 190/2019, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220878

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 190/2019.

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA TERRA VIVA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI – EPP

Do Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS – CENTRÍFUGA PARA EXTRAÇÃO DE MEL, MESÁ DESOPERCULADORA, DESOPERCULADOR ELÉTRICO, TANQUE DECANTADOR, DESCRISTALIZADOR, BALDE E PENEIRAS PARA USO NO PROGRAMA DE INCENTIVO À APICULTURA, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC

Processo Licitatório: 1437/2019

Modalidade: Pregão Presencial nº 65/2019

Data do Contrato: 06/11/2019

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2019

Publicação Nº 2221884

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2019

O Município de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que fará realizar o Processo Licitatório nº 1527/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 70/2019, com julgamento do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – FÓRMULAS ESPECIAIS DE COMPOSTOS LÁCTEOS PARA RECÉM-NASCIDOS, LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA E ADULTOS QUE NECESSITEM DE DIETAS ESPECIAIS, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC". Os envelopes contendo as propostas comerciais e habilitação das empresas proponentes deverão ser entregues e protocolados impreterivelmente até às 14h:00min. do dia 25 de novembro de 2019 na sala do Departamento de Compras e Licitações, junto ao Paço Municipal situado à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, município de Cunha Porã/SC. A sessão pública de abertura e julgamento das propostas comerciais e habilitações dos proponentes será realizada a partir das 14h:15min. do dia 25 de novembro de 2019, no mesmo local da entrega e protocolo. Maiores informações podem ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, pelo e-mail: licitacao@cunhapora.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3646-3505. A íntegra do edital se encontra disponível no site: www.cunhapora.sc.gov.br. Cunha Porã/SC, 08 de novembro de 2019. Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

Descanso

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2019 - PMD

Publicação Nº 2221514

MUNICIPIO DE DESCANSO

Dispensa de Licitação Nº 23/2019

Fundamento Legal: Art.24, XXVI, da Lei 8.666/93

Objetivo: Concessão para prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Descanso, para o período de 30(trinta) anos.

Concessionaria: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASA, CNPJ: 82.508.433/0001-17

Concedente: Município de Descanso

Informações: Prefeitura Municipal de Descanso, Av. Marechal Deodoro, 146, Centro, das 07:30 as 17:00 horas. Fone: (49) 36230161, e-mail: administracao@descanso.sc.gov.br.

Descanso/SC, 11 de Novembro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2019 - PMD

Publicação Nº 2221677

MUNICIPIO DE DESCANSO-PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2019

Objeto: Aquisição de bombons e embalagens para Alunos da Rede Municipal de Ensino e Grupos de Idosos, por ocasião do Natal, com base na Lei Municipal nº 33/90, de 31 de maio de 1990, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h30min do dia 22/11/2019, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia. A íntegra do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 11 de Novembro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

EXTRATO TOMADA DE PREÇOS 103/2019 - PMDC

Publicação Nº 2220768

MUNICIPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 103/2019.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 103/2019, Edital de Tomada de Preços Nº 103/2019, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NO TERMINAL RODOVIARIO INTERESTADUAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, CONFORME ORÇAMENTO, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EM ANEXO. CONTRATO DE REPASSE Nº 1.059.059-09/2018 – CONVENIO Nº 872.020/2018. O recebimento dos envelopes de habilitação e propostas fica até às 10:00 horas do dia 27/11/2019. Abertura dos envelopes às 10:00 horas do mesmo dia, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Santos Dumont, nº 413, Dionísio Cerqueira – SC, maiores informações, www.dionisiocerqueira.sc.gov.br, pelo e-mail– comprasdionisiocerqueira@hotmail.com, pelo telefone: 0xx49-36436700, no Depto de Compras, das 07:00h às 13:00h. Dionísio Cerqueira - SC. Thyago W. G. Gonçalves – Prefeito Municipal.

HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 97-2019 - PMDC

Publicação Nº 2221046

PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/19

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/19

HOMOLOGAÇÃO: 08/11/19

CONTRATADO: JOAO P DUTRA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO

CERQUEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A PARTE ELETRICA E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PARTE ELÉTRICA, para VEICULOS LEVES, PESADOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS SETORES, POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS, SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, DE ACORDO COM O ANEXO I, E TERMO DE REFERÊNCIA DO PRESENTE EDITAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 450.700,00 (quatrocentos e cinquenta mil e setecentos reais)

DATA: 08/11/19 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES - Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 46/2019 - PREGÃO 97-2019 - PMDC

Publicação Nº 2220969

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 1/8
 Processo Nº.: 97/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 97/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 46/2019

No dia 8 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.026.773/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA SANTOS DUMONT 413, bairro CENTRO, CEP nº. 89950-000, nesta cidade de Dionísio Cerqueira/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº. 796.689.179-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 97/2019, Processo Licitatório nº. 97/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A PARTE ELÉTRICA E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PARTE ELÉTRICA, para VEÍCULOS LEVES, PESADOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS SETORES, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS, SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ACORDO COM O ANEXO I, E TERMO DE REFERÊNCIA DO PRESENTE EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11873	JOAO P DUTRA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
JOAO P DUTRA	15.151.338/0001-11	JOAO PAULO DUTRA	006.729.689-08

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A PARTE ELÉTRICA E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PARTE ELÉTRICA, para VEÍCULOS LEVES, PESADOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS SETORES, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS, SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ACORDO COM O ANEXO I, E TERMO DE REFERÊNCIA DO PRESENTE EDITAL.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MAIOR DESCONTO SOBRE TABELA, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11873 - JOAO P DUTRA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO/CONSERTOS PARTE ELÉTRICA PARA VEÍCULOS, TIPO CAMINHÕES	HRA	ELETRICA PA	250,000	0,0000	0,00
2	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO/CONSERTOS PARTE ELÉTRICA PARA MÁQUINAS, DA LINHA PESADA.	HRA	ELETRICA PA	200,000	0,0000	0,00
3	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO/CONSERTOS PARTE ELÉTRICA PARA TRATOR DE PNEU.	HRA	ELETRICA PA	20,000	0,0000	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 2/8
 Processo Nº.: 97/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 97/2019

Fornecedor: 11873 - JOAO P DUTRA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO/CONCERTOS PARTE ELÉTRICA PARA VEÍCULOS, TIPO VAN, ONIBUS E MICRO ONIBUS.	HRA	ELETRICA PA	200,000	0,0000	0,00
5	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO/CONCERTOS PARTE ELÉTRICA PARA VEÍCULOS DA LINHA LEVE.	HRA	ELETRICA PA	200,000	0,0000	0,00
6	SERVIÇO ELETRICO/ELETRONICO - ESCANEAMENTO MAQUINAS LINHA PESADA.	HRA	ELETRICA PA	80,000	0,0000	0,00
7	SERVIÇO ELETRICO/ELETRONICO - ESCANEAMENTO PARA VEÍCULOS, TIPO VAN, ONIBUS, MICRO ONIBUS E CAMINHÕES.	HRA	ELETRICA PA	50,000	0,0000	0,00
8	SERVIÇO ELETRICO/ELETRONICO - ESCANEAMENTO PARA VEÍCULOS DA LINHA LEVE.	HRA	ELETRICA PA	50,000	0,0000	0,00
9	PEÇAS PARA CONCERTOS DA PARTE ELÉTRICA DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE MARCA FIAT.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
10	PEÇAS PARA CONCERTOS DA PARTE ELÉTRICA DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE MARCA GM.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
11	PEÇAS PARA CONCERTOS DA PARTE ELÉTRICA DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE MARCA RENAULT.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
12	PEÇAS PARA CONCERTOS DA PARTE ELÉTRICA DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE MARCA VOLKSWAGEN.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
13	PEÇAS PARA CONCERTOS DA PARTE ELÉTRICA DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE MARCA HYUNDAI.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
14	PEÇAS PARA CONCERTOS DA PARTE ELÉTRICA DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE MARCA FORD.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
15	PEÇAS PARA CONCERTOS DA PARTE ELÉTRICA DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE MARCA NISSAN.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
16	PEÇAS PARA CONCERTOS DA PARTE ELÉTRICA DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE MARCA MITSUBISHI.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
17	PEÇAS PARA CONCERTOS DA PARTE ELÉTRICA DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE MARCA TOYOTA.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
18	PEÇAS PARA CONCERTOS DA PARTE ELÉTRICA DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE MARCA CHEVROLET.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
19	PEÇAS PARA CONCERTOS DA PARTE ELÉTRICA DE VEÍCULOS DA LINHA TIPO VAN MARCA FIAT.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
20	PEÇAS PARA CONCERTOS DA PARTE ELÉTRICA DE VEÍCULOS DA LINHA TIPO VAN MARCA PEUGEOT.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
21	PEÇAS PARA CONCERTOS DA PARTE ELÉTRICA DE VEÍCULOS DA LINHA TIPO VAN MARCA RENAULT.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
22	PEÇAS PARA CONCERTOS PARTE ELÉTRICA PARA VEÍCULOS, TIPO CAMINHOS DA MARCA FORD.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
23	PEÇAS PARA CONCERTOS PARTE ELÉTRICA PARA VEÍCULOS, TIPO CAMINHOS DA MARCA MERCEDES BENZ.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
24	PEÇAS PARA CONCERTOS PARTE ELÉTRICA PARA VEÍCULOS, TIPO CAMINHOS DA MARCA VOLKSWAGEN.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
25	PEÇAS PARA CONCERTOS PARTE ELÉTRICA PARA MAQUINAS, DA LINHA PESADA DA MARCA CATERPILLAR.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
26	PEÇAS PARA CONCERTOS PARTE ELÉTRICA PARA MAQUINAS, DA LINHA PESADA DA MARCA JCB.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
27	PEÇAS PARA CONCERTOS PARTE ELÉTRICA PARA MAQUINAS, DA LINHA PESADA DA MARCA DOOSAN.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
28	PEÇAS PARA CONCERTOS PARTE ELÉTRICA PARA MAQUINAS, DA LINHA PESADA DA MARCA MICHIGAN.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
29	PEÇAS PARA CONCERTOS PARTE ELÉTRICA PARA MAQUINAS, DA LINHA PESADA DA MARCA RANDON.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
30	PEÇAS PARA CONCERTOS PARTE ELÉTRICA PARA TRATOR DE PNEU, DA MARCA NEW HOLLAND.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
31	PEÇAS PARA CONCERTOS PARTE ELÉTRICA PARA VEÍCULOS, TIPO ONIBUS E MICRO ONIBUS, DA MARCA MERCEDES BENZ.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
32	PEÇAS PARA CONCERTOS PARTE ELÉTRICA PARA VEÍCULOS, TIPO ONIBUS E MICRO ONIBUS, DA MARCA VOLKSWAGEN.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00
33	PEÇAS PARA CONCERTOS PARTE ELÉTRICA PARA VEÍCULOS, TIPO ONIBUS E MICRO ONIBUS, DA MARCA IVECO.	UN	ORIG/GENUII	1,000	0,0000	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 3/8

Processo Nº.: 97/2019**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 97/2019**

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 4/8
Processo Nº.: 97/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 97/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 5/8
Processo Nº.: 97/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 97/2019

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 6/8
Processo Nº.: 97/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 97/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 7/8
Processo Nº.: 97/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 97/2019

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Página: 8/8
Processo Nº.: 97/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 97/2019

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Dionísio Cerqueira, 8 de Novembro de 2019.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

JOAO P DUTRA

CNPJ: 15.151.338/0001-11 _____

Dona Emma

PREFEITURA

RESUMO EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 005/2019

Publicação Nº 2216628



MUNICIPIO DE DONA EMMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2019

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que se encontram abertas as inscrições, no período de **15 de novembro de 2019 à 29 de novembro de 2019**, do **PROCESSO SELETIVO** destinado à contratação de professores em caráter temporário de excepcional interesse público, para atuarem na educação básica da rede municipal de ensino do Município de Dona Emma, e para contratação de assistente social e psicólogo em caráter temporário de excepcional interesse público para a Secretaria Municipal da Assistência Social e ou CRAS do município, para os seguinte cargos:

CARGO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO NECESSÁRIA	REMUNERAÇÃO INICIAL – R\$	TIPO DE PROVA
Professor Educação Infantil/Séries Iniciais	1	40 horas	Habilitado: Graduação em Pedagogia, com habilitação para Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, ou Curso Superior em Normal Superior. Não Habilitado: Certidão de frequência em curso de Licenciatura Plena na área de atuação do cargo, a partir do 2º semestre.	2.557,74 2.301,97*	Escrita/ Títulos
Professor Educação Física	1	40 horas	Habilitado: Diploma de conclusão em Licenciatura em Educação Física. Não Habilitado: Certidão de frequência em curso de Licenciatura Plena na área de atuação do cargo, a partir do 2º semestre.	2.557,74 2.301,97*	Escrita/ Títulos
Professor Artes	1	40 horas	Habilitado: Diploma de conclusão em Licenciatura em Artes Não Habilitado: Certidão de frequência em curso de Licenciatura Plena na área de atuação do cargo, a partir do 2º semestre.	2.557,74 2.301,97*	Escrita/ Títulos
Psicóloga	CR**	40 horas	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior em Psicologia, com Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão	4.109,68	Escrita
Assistente Social	CR**	30 horas	Ensino Superior na área de Serviço Social e Diploma com registro no Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina – CRESS/SC.	3.066,81	Escrita

* Remuneração para os não habilitados será o equivalente da 90% do piso estabelecido aos professores formados.

** CR – Cadastro Reserva.

As inscrições serão realizadas no período de **15 de novembro de 2019 à 29 de novembro de 2019**, podendo ser efetuada via Internet, no endereço www.donaemma.sc.gov.br, via postal, por procuração ou ainda presencial.

O edital completo contendo todas as instruções e sistemas de provas encontra-se afixado no mural de publicações oficiais do Município de Dona Emma e/ou disponível no site: www.donaemma.sc.gov.br.

Os interessados poderão obter todas as informações necessárias junto à Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento (Setor de Pessoal), à Rua Alberto Koglin nº 3493, Centro, Município de Dona Emma – SC, através do telefone (47) 3364-2800, ou pelo e-mail prefeitura@donaemma.sc.gov.br.

Dona Emma (SC), 01 de novembro de 2019

NERCI BARP
Prefeito Municipal

RESUMO EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 006/2019

Publicação Nº 2216638

**MUNICIPIO DE DONA EMMA
ESTADO DE SANTA CATARINA****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2019**

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que se encontram abertas as inscrições, no período de **15 de novembro de 2019 à 29 de novembro de 2019**, do **PROCESSO SELETIVO** destinado à seleção de estudantes do ensino superior, para realização de estágio não obrigatório junto à Secretaria da Educação, Cultura e Desporto e a Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento do Município de Dona Emma, para os seguinte cargos:

CARGO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO NECESSÁRIA	REMUNERAÇÃO INICIAL – R\$
Estagiário	01	6 horas diárias	Atestado de matrícula e/ou frequência em curso de nível superior, a partir do 1º semestre nos cursos de Licenciatura, Bacharelado ou Tecnólogo, em geral.	1.322,29

As inscrições serão realizadas no período de **15 de novembro de 2019 à 29 de novembro de 2019**, podendo ser efetuada via Internet, no endereço www.donaemma.sc.gov.br, via postal, por procuração ou ainda presencial.

O edital completo contendo todas as instruções e sistemas de provas encontra-se afixado no mural de publicações oficiais do Município de Dona Emma e/ou disponível no site: www.donaemma.sc.gov.br.

Os interessados poderão obter todas as informações necessárias junto à Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento (Setor de Pessoal), à Rua Alberto Koglin nº 3493, Centro, Município de Dona Emma – SC, através do telefone (47) 3364-2800, ou pelo e-mail prefeitura@donaemma.sc.gov.br.

Dona Emma (SC), 01 de novembro de 2019

NERCI BARP
Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 66/2019.

Publicação Nº 2221678

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2019
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO, CNPJ: 79.373.775/0001-62.

CONTRATADA: WORK IMPRESSORAS LTDA, CNPJ: 08.331.596/0001-14

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL NOVA, A LASER, MONOCROMÁTICA, CÓPIA/IMPRESSÃO/SCANNER COM FRANQUIA MENSAL DE ATÉ 6.000 PÁGINAS, FORNECIMENTO DE TONER ORIGINAL + RESERVA, SUPORTE TÉCNICO LOCAL OU VIA REMOTO, DESTINADA AO SETOR DE DOCUMENTOS, MARCA: RICOH, MODELO: MP 305

SPF A3VALOR TOTAL: R\$ 4.320,00 (quatro mil, trezentos e vinte reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO II DA LEI 8.666/93.

Doutor Pedrinho/SC, 07 de novembro de 2019.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO, Nº 014 / 085 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220899

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 085/2019
Edital de Tomada de Preços nº 014/2019

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS a ser Processada e Julgada em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Pavimentação Asfáltica com CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado Quente) em Ruas do Município de Erval Velho, conforme projeto e memorial descritivo constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 02 de dezembro de 2019.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

LEI Nº 1509 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220993

Lei nº 1509/2019 de 15 de outubro de 2019.

Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2018/2021, instituído pela Lei nº 1444/2017 do Município de ERVAL VELHO e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas nos anexos do PPA, com adequação de metas e valores para os exercícios de 2020 e 2021, e estruturação de acordo com as fontes e detalhamento de recursos, conforme anexos integrantes ao Projeto de revisão do PPA.

Art. 2º Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento das destinações de recursos.

Art. 3º Foram atualizados os valores para o exercício de 2020 e 2021, de maneira a adequar os programas e fontes de recursos, e manter o equilíbrio entre as receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico, de cada ente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Erval Velho (SC), 15 de outubro 2019.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 15 de outubro de 2019.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1510, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221036

Lei nº 1510, de 15 de outubro de 2019.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2020, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I - metas e prioridades da administração municipal;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - das metas fiscais; e
- VII - das disposições gerais.

CAPÍTULO I DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterà, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;
- II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.
- III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.
- IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com as Portarias conjuntas do STN, e despesas em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;
- II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;
- III - Resumo Geral da Despesa;
- IV - Programa de Trabalho;
- V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;
- VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;
- VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
- VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade;
- IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;
- X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;
- XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;
- XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles

vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portarias conjuntas do STN.

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Poder Executivo com Fundos centralizados e Fundos descentralizados abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);
- Fundo Municipal de Assistência Social (centralizado);
- Fundo Municipal da Infância e Adolescência (centralizado);
- Fundo Municipal de Habitação (centralizado);

Art. 6º - mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2016 a 2018, fixada para 2019 e 2020, e projetada para 2021;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2018 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2020 a 2021;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2016 a 2018;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2020;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2016 a 2019, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2020 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2020, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar a definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2020, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - redução dos investimentos programados;

V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;

VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2020 a 10%(Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2020.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2019.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2020, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexos desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:
I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;
II - publicar, até 30 (trinta) dias, após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;
III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2020, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal, a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica ou Chamamento Público conforme Lei Federal 13.019 (conforme o caso).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento, de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar documentação conforme preceituado na Lei Federal 13.019 de 31/07/2014 e alterações.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2020, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites, estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2020, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO VI**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

CAPÍTULO VII**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2020, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 - Até o dia 30 de Outubro de 2019, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício

Financeiro de 2020.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2019, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativos das receitas e despesas.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ERVAL VELHO (SC), 15 de outubro de 2019.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 15 de outubro de 2019.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1511, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221049

Lei nº 1511 de 05 de novembro de 2019.

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1442 de 28 de julho de 2017 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica alterado na Lei nº 1442 de 28 de julho de 2017 que constituiu o CONCIDADE ERVAL VELHO – Conselho da Cidade o art 5º, "caput" e incisos I e II, os quais passam a ter a seguinte redação:

"Art 5º - O CONCIDADE ERVAL VELHO – Conselho Municipal da Cidade, será integrado por representantes da Sociedade Civil e do Poder Público, por seus titulares e respectivos suplentes na proporção de 60% (sessenta por cento) para a Sociedade Civil e 40% (quarenta por cento) para o Poder Público assim distribuídos:

I - PODER PÚBLICO:

- 1 Representante da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação.
- 1 Representante da Secretária Municipal de Saúde.
- 1 Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
- 1 Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.
- 1 Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Saneamento Ambiental.
- 1 Representante da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos.
- 1 Representante CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

II - SOCIEDADE CIVIL:

- a) Movimentos Sociais e Populares:
 - 1 Representante das Associações de Moradores de Bairros.
 - 2 Representante das Associações de Produtores Rurais.

b) Área Empresarial:

2 Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas –CDL de Erval Velho

c) Área Trabalhadora:

1 Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Erval Velho

d) Entidades Profissionais:

2 Representantes, do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU

2 Representante da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil estabelecido com escritório ou vínculo profissional em Erval Velho. ”

Art. 2º- Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a consolidação da presente Lei com o texto da Lei 1442, de 28 de julho de 2017.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 05 de novembro de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 05 de novembro de 2019.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1512, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221059

Lei n. 1512, de 05 de novembro de 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal de Erval Velho a Contratar operação de crédito com a CAIXA ECONOMICA FEDERAL, com a Garantia FPM ou Garantia de União e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, até o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), no âmbito do programa FINISA – Modalidade Apoio Financeiro, destinados à Pavimentação Asfáltica, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - No caso de a operação de crédito de que trata essa lei seja contratada SEM GARANTIA DA UNIÃO, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia da operação de crédito de que trata esta lei, as cotas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos decorrentes desta lei. No caso de a operação de crédito de que trata essa lei seja contratada COM GARANTIA DA UNIÃO, fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contra garantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo “pro solvendo”, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b”, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 05 de novembro de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 05 de novembro de 2019.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EDITAL Nº 001/2019 MATRICULAS PARA O ANO LETIVO 2020

Publicação Nº 2221263



FAXINAL DOS GUEDES - SC

GOVERNO MUNICIPAL

Av. Rio Grande do Sul, 458. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - www.faxinal.sc.gov.br
CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EDITAL Nº 001/2019 MATRICULAS PARA O ANO LETIVO DE 2020

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Capítulo III, Seção I da Constituição Federal e com o que está disposto na LDB e em conformidade com a resolução 4/2010 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação que define as diretrizes da Educação Básica no país, torna público pelo presente Edital as normas que estabelece as diretrizes de procedimento para preenchimento de vagas e realização de matrículas nas Escolas Municipais de Educação – e no Centro Municipal de Educação Infantil –CMEI da rede municipal de ensino, para o ano letivo de 2020.

1. DA MATRÍCULA

A Educação Básica e obrigatório e gratuito dos 4 aos 17 anos de idade.

1.1 -DO ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR

1.1.1 - É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental. Obrigatório e gratuito com duração de nove anos, é tratado e organizado em duas fases: a dos cinco anos iniciais fundamental e a dos quatro anos finais fundamental.

1.1.2 - Critérios para as matrículas referentes ao ano letivo de 2020:

1º -Será observado o zoneamento relativo à residência do estudante e a área de cobertura de cada unidade escolar da rede municipal de ensino, desde que haja vaga e roteiro do transporte escolar;

2º- Local de trabalho dos pais ou responsáveis, sendo que o transporte do aluno fica sob responsabilidade dos mesmos;

3º - Durante o ano letivo, havendo vaga disponível em determinada Unidade, o aluno poderá ser matriculado, mesmo não pertencendo ao zoneamento.

1.1.3 - Não será permitido abrir turmas no ensino fundamental com menos de 20 alunos, exceto em unidades escolares que não comportem número de alunos conforme



FAXINAL DOS GUEDES - SC

GOVERNO MUNICIPAL

Av. Rio Grande do Sul, 458. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - www.faxinal.sc.gov.br
CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

metragem.

1.14 Quanto a metragem da sala de aula, seguiremos o parecer técnico nº 27\2013\CIP\GAM, oficializado pelo Ministério Público de Santa Catarina, que está de acordo com a legislação vigente.

1.15 Quando o número de alunos matriculados na turma for inferior a 20 os mesmos serão transferidos para outra unidade escolar mais próxima, a qualquer tempo, desde que possua vaga na turma correspondente, sendo observado o roteiro do transporte escolar se necessário for.

1.16 - Para o ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental, a criança deverá ter seis anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano de ingresso, conforme determina o Ofício Circular nº 7/2016/SE/CNE/CNE-MEC.

1.1.7- Para os alunos com frequência regular nas unidades escolares municipais no ano de 2019, a matrícula será garantida no turno em que o estudante está matriculado no ano corrente, na data prevista neste edital, **exceto unidades escolares que não possuem turmas em dois turnos. Renovada mediante confirmação dos pais ou responsáveis, e, para isto é necessário que o mesmo compareça à unidade escolar na data estipulada, afim de atualizar os dados cadastrais do aluno e assinar a ficha de matrícula.**

1.1.8 – Da mudança de turno: os pais ou responsáveis legais que, no ato da renovação da matrícula, solicitarem mudança de turno e esta mudança não seja possível por falta de vaga, deverão deixar o nome do aluno na fila de espera, providenciada pela própria unidade escolar.

1.1.9 – Preenchida estas etapas, será publicado o montante de vagas existentes para novos conforme data prevista neste edital.

1.1.10 - Para a realização das matrículas no Ensino Fundamental, será observada a capacidade de atendimento que possuem, em termos de quantitativo de vagas, conforme determina o Artigo 21 da Lei Complementar 0084/2011:

I – 25 (vinte e cinco) alunos por turma nos cinco primeiros anos do ensino fundamental;

II – 30 (trinta) alunos por turma nos quatro últimos anos do ensino fundamental.

§ 1º - O desdobramento de turmas do ensino fundamental ocorrerá quando o número de alunos ultrapassar em 20% os referenciais de que dispõe o presente artigo e houver a disponibilidade de espaço físico apropriado na



FAXINAL DOS GUEDES - SC

GOVERNO MUNICIPAL

Av. Rio Grande do Sul, 458. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - www.faxinal.sc.gov.br
CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

própria instituição escolar, levando em consideração o número de crianças matriculadas em todas as turmas do mesmo segmento, na mesma instituição de ensino.

1.1.11 – Para matrículas novas de alunos que residem no interior do município, antes de procederem a sua matrícula, deverão dirigir-se ao setor de Transporte Escolar na Secretaria Municipal de Educação, para conferir em qual Unidade Escolar haverá transporte oriundo de sua localidade.

1.2 - DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil compreende: a creche, englobado as diferentes etapas do desenvolvimento da criança de 04 meses a 3 anos e 11 meses; e a pré-escola com alunos dos 4 aos 5 anos, 11 meses e 29 dias até 31 de março do ano de ingresso.

1.2.1 - A matrícula em turma de Educação Infantil Pré-Escolar I e II é obrigatório nos 4 e 5 anos.

1.2.2- O Berçário e Maternal I, II, III em período parcial, destina-se a crianças a partir de 4 meses até 03(três) anos de idade completos ou a completar até 31 de março de 2020.

1.2.3– Serão aceitas matrículas no Pré Escolar I de crianças com 04 (quatro) anos completos ou a completar até o dia 31 de março de 2020;

1.2.4 - Serão aceitas matrículas no Pré Escolar II de crianças com 05 (cinco) anos completos ou a completar até 31 de março de 2020.

1.2.5 - A matrícula de crianças no Centro Municipal de Educação Infantil– CMEI, ocorrerá de acordo com a disponibilidade de vagas, seguindo a ordem de chegada.

1.2.6 Da lista de espera: a inscrição para a lista de espera cessará no mês de novembro de 2019, período em que se inicia a matrícula para o próximo ano letivo, sendo que só retornará após o fechamento de todas as vagas.

1.2.7 A matrícula para o atendimento integral será ofertado somente aos alunos matriculados no Berçário e Maternal I, II e III cujos os responsáveis apresentarem o Parecer Técnico favorável da Assistência Social conforme a disponibilidade de vaga.



FAXINAL DOS GUEDES - SC

GOVERNO MUNICIPAL

Av. Rio Grande do Sul, 458. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - www.faxinal.sc.gov.br
CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

1.2.8 - Para a realização das matrículas no **CMEI Doce Encanto**, será observado a capacidade de atendimento que possuem, em termos de quantitativo de vagas e do número de alunos por professor, conforme determina Artigo 21 da Lei Complementar 0084/2011.

- a) **Berçário I**, atendimento de 08 crianças de 4 meses até 12 meses de idade por professor;
- b) **Maternal I**, atendimento de 12 crianças de 12 meses até 24 meses idade por professor;
- c) **Maternal II**, atendimento de 15 crianças de 25 meses até 36 meses de idade por professor.
- d) **Maternal III**, atendimento de 15 crianças de 37 meses até 48 meses de idade por professor
- e) **Turma Mista**, havendo vaga e não existindo lista de espera do grupo, deverão ser agrupadas crianças de diferentes idades, respeitando o número máximo de crianças por grupo, visando o preenchimento de todas as vagas. Podendo agrupar no máximo dois grupos, sendo estes subsequentes.

II – Pré-escolar:

- a) pré-escolar I, atendimento de 20 até 25 crianças com 04 anos de idade;

§ 1º - O desdobramento de turmas ocorrerá quando o número de crianças ultrapassar em 30% os referenciais de que dispõe o presente artigo e houver a disponibilidade de espaço físico apropriado na própria instituição escolar, levando em consideração o número de crianças matriculadas em todas as turmas do mesmo segmento, na mesma instituição de ensino.

1.2.9 - Preferencialmente as vagas de CMEI serão destinadas às crianças cujos pais comprovem trabalhar em período parcial e integral, sendo que as vagas no período integral seguem o perfil definido no Regimento Escolar regulamentado através do decreto nº 146 de 27 de Abril de 2018.

1.2.10– O período reservado para Parecer Técnico da Assistência Social para alunos que necessitem de atendimento integral é de 11 à 21 de novembro de 2019, nos seguintes horários 7h às 13h, no endereço: Rua Santa Catarina, telefone para contato (49) 3436-0368.



FAXINAL DOS GUEDES - SC

GOVERNO MUNICIPAL

Av. Rio Grande do Sul, 458. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - www.faxinal.sc.gov.br
CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

1.2.11– Após esse período, a qualquer tempo, os pais ou responsáveis que necessitarem de atendimento integral poderão dirigir-se a Assistência Social para solicitar Parecer Técnico e somente após a concessão deste, poderão requerer a vaga de período integral, havendo vaga disponível;

1.2.12– Serão efetivadas as matrículas das crianças em período integral cujo os pais apresentarem toda a documentação exigida no ato da matrícula, com exceção do comprovante de trabalho dos pais deverá ser atualizado no início do ano letivo juntamente com o atestado médico comprovando estar apto para frequentar o CMEI;

1.2.13 Lista de documentos (originais) necessários para solicitação de vagas de período integral para o ano de 2020:

- a) Certidão de Nascimento e CPF da criança e documento de Identidade se possuir;
- b) Comprovante de residência, compreendendo fatura de energia elétrica ou água;
- c) Cópia da carteira de vacinação atualizada;
- d) Cartão do SUS;
- e) Documento de Identidade e CPF dos pais;
- f) Comprovante de renda e ou declaração de renda;
- g) Comprovante de trabalho dos pais;
- h) Comprovante de recebimento do Bolsa Família, se for beneficiário.

1.3 - Será cancelada a matrícula de criança em Educação Infantil do CMEI, que compreende alunos de até 3 anos e 11 meses, que não comparecer por 15 (quinze) dias letivos consecutivos sem apresentar justificativa.

2. DA FORMALIZAÇÃO DA MATRÍCULA

2.1 Cronograma de Matrículas

2.1.1- As matrículas novas de alunos de 4 a 17 anos e maternal no CMEI Doce Encanto para a rede pública municipal de ensino, serão realizadas nas Unidades Escolares, de acordo com o seguinte cronograma:

2.1.2- Da Educação Infantil, Pré I e II, e Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais:



FAXINAL DOS GUEDES - SC

GOVERNO MUNICIPAL

Av. Rio Grande do Sul, 458. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - www.faxinal.sc.gov.br
CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

- a) **De 11 a 14 de novembro de 2019:** período destinado a renovação de matrículas, sendo:
- ***11 de novembro:** Pré II, 1º e 2º ano;
 - ***12 de novembro:** 3º, 4º e 5º ano;
 - ***13 de novembro:** 6º ao 9º ano.
- b) **De 18 a 20 de novembro de 2019:** período destinado à matrícula de alunos novos nas Unidades Escolares, em horário de expediente, sendo:
- ***18 de novembro:** Pré I, Pré II, 1º e 2º ano;
 - ***19 de novembro:** 3º, 4º e 5º ano;
 - ***20 de novembro:** 6º ao 9º ano.

2.1.3- Da Educação Infantil (Berçário, Maternal I, II e II):

- c) **De 11 a 14 de novembro de 2019:** período destinado renovação no CMEI Doce Encanto, sendo:
- ***11 de novembro: Integral** (criança com idade de 4 meses a 3 anos 11 meses e 29 dias completos até 31/03/2020);
 - * **12 de novembro: Berçário e Maternal I** (criança com idade com 4 meses a 1 ano 11 meses e 29 dias completos até 31/03/2020);
 - * **13 de novembro: Maternal II** (criança com 2 anos a 2 anos 11 meses e 29 dias completos até 31/03/2020);
 - ***14 de novembro: Maternal III** (crianças com idade 3 anos a 3 anos 11 meses e 29 dias completos até 31/03/2020).
- d) **De 8 a 21 de novembro de 2019:** período destinado a matrícula dos alunos novos no CMEI Doce Encanto, sendo:
- * **19 de novembro: Berçário e Maternal I** (criança com idade com 4 meses a 1 ano 11 meses e 29 dias completos até 31/03/2020);
 - * **20 de novembro: Maternal II** (criança com 2 anos a 2 anos 11 meses e 29 dias completos até 31/03/2020);
 - ***21 de novembro: Maternal III** (crianças com idade 3 anos a 3 anos 11 meses e 29 dias completos até 31/03/2020).
- e) **Para as matrículas novas de alunos deverão ser observados os critérios de zoneamento definidos neste Edital e o cronograma de vagas reais por turma nas unidades escolares, a partir da data supracitada.**



FAXINAL DOS GUEDES - SC

GOVERNO MUNICIPAL

Av. Rio Grande do Sul, 458. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - www.faxinal.sc.gov.br
CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

2.1.4- Para a definição do turno no qual o aluno deverá frequentar aula, será de acordo com a disponibilidade de vagas e com os critérios de zoneamento.

2.1.5- A matrícula deverá ser realizada pelo pai, mãe ou responsável legal do aluno (a).

2.1.6 - Após o fechamento das rematrículas, as Unidades Escolares deverão encaminhar para a Secretaria Municipal de Educação, relatório de alunos por turma para divulgação de vagas reais e composição de turmas.

2.3 -Da Documentação

2.3.1 - Para a formalização da matrícula, o requerente deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Formulário de matrícula devidamente preenchido na unidade escolar;
- b) cópia da Certidão de Nascimento ou Documento de Identidade e CPF do (a) aluno (a), se possuir;
- c) histórico escolar do aluno que irá efetuar matrícula no ensino fundamental que comprove a escolaridade anterior, exceto para matrículas no 1º ano;
- d) comprovante de residência, compreendendo cópia de fatura de energia elétrica, água ou telefone correspondente a um dos dois meses anteriores a data de matrícula e ou declaração de endereço do trabalho;
- e) cópia da carteira de vacinação atualizada do (a) aluno (a);
- f) atestado de trabalho dos pais de crianças para matrícula em Educação Infantil, que compreende creche (sendo que o mesmo deverá ser atualizado no início do ano letivo);
- g) comprovante de recebimento do Bolsa Família, se for beneficiário;
- h) cópia do Documento de Identidade e CPF do pai, mãe ou responsável.
- i) cópia do cartão do SUS.
- j) atestado médico do(a) pediatra comprovando aptidão para frequentar o CMEI, a ser entregue no início do ano letivo.
- i) parecer técnico (período integral).

3. DO ZONEAMENTO

3.1- De acordo o que dispõe o art. 53, inciso V, da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de



FAXINAL DOS GUEDES - SC

GOVERNO MUNICIPAL

Av. Rio Grande do Sul, 458. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - www.faxinal.sc.gov.br
CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

1990, para a realização da matrícula será observado o critério de zoneamento relativo à área de cobertura de cada unidade escolar da rede municipal de ensino, conforme Anexo I do presente Edital. O critério local de trabalho dos pais deve ser utilizado somente depois de atendidos os alunos que residem próximo à escola.

3.2- A comprovação do endereço de residência do aluno, para o atendimento ao disposto no item 3.1, dar-se-á mediante apresentação de cópia de fatura recente de energia elétrica, água ou telefone e ou declaração de endereço do trabalho dos pais ou responsáveis com assinatura autenticada.

3.3 - Caso exceda as vagas disponíveis na Unidade Escolar que fizer parte do zoneamento do aluno, poderá ser autorizado pela Secretaria de Educação a matrícula em outra Unidade Escolar, observando o roteiro do transporte escolar.

3.4 - Os alunos de 4 a 17 anos que residirem no interior do município, antes de procederem a sua matrícula, deverão dirigir-se ao setor de Transporte Escolar na Secretaria Municipal de Educação, para conferir em qual Unidade Escolar haverá transporte oriundo de sua localidade.

4. DA COMPOSIÇÃO DAS TURMAS

4.1–A composição das turmas do Ensino Fundamental e da Educação Infantil seguirá o que determina o Sistema Municipal de Ensino - art. 21, da Lei Complementar nº. 0084/2011, de 21 de Setembro de 2011.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1- A matrícula em Unidade Escolar da rede municipal de ensino para crianças com deficiência que tiverem diagnóstico médico deverão apresentá-lo no ato da efetivação da matrícula, bem como informar, quando possuir a matrícula no atendimento educacional atualizado (AEE).

5.2- Em caso de reprovação, o aluno, não terá garantia a escolha do turno, o mesmo será rematriculado de acordo com a disponibilidade de vaga.

5.3- Para efeitos deste Edital, a realização das matrículas, a organização e desdobramento de turmas, a definição do quadro pessoal e a disponibilização de espaço físico serão acompanhadas pela Secretaria Municipal de Educação, a quem cabe deliberar conclusivamente sobre encaminhamentos, observada a Legislação



FAXINAL DOS GUEDES - SC

GOVERNO MUNICIPAL

Av. Rio Grande do Sul, 458. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - www.faxinal.sc.gov.br

CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

vigente.

5.4–A Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares, em articulação com a comunidade escolar e local, promoverão a divulgação das informações relativas às matrículas para o ano letivo de 2020.

5.5- É vedada a realização de matrícula simultânea em mais de uma unidade escolar da rede municipal de ensino.

5.6- Eventuais alterações nos dados cadastrais do(a) aluno(a) devem ser comunicados pelos pais à escola onde estiver matriculado, e esta comunicar a Secretaria Municipal de Educação.

5.7- Concluído o período de matrículas de que dispõe este Edital, caberá a Secretaria Municipal de Educação elaborar relatório final do programa de matrículas 2019.

5.8- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação vigente, e acompanhamento do Conselho Municipal de Educação.

6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes (SC), 07 de novembro de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito de Faxinal dos Guedes

PEDRO PAULO RAMILO
Secretário de Educação

Formosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

Publicação Nº 2221756

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

O Município FORMOSA DO SUL com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 580, Centro, cidade de Formosa do Sul, SC, CEP 89.859/000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 80.637.424/0001 09, Telefone (49) 3343 0043, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09 horas do dia 03 de DEZEMBRO de 2019, tendo como local a AUDITÓRIO SEC. DE EDUCAÇÃO, localizado na Rua Maravilha, esquina com Rua Curitiba, s/nº, B. Alberto Menegatti, cidade de Formosa do Sul, SC. O leilão será conduzido pelos Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162, JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site WWW.JULIORAMOSLEILOES.COM.BR ou WWW.LEILOADOR.COM.BR ou WWW.FORMOSADOSUL.SC.GOV.BR ou ainda pelos telefones Fone (49) 3343 0043 na Prefeitura ou (47) 3525 4742 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Formosa do Sul (SC), em 08 de novembro de 2019.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

TERMO DE DOAÇÃO BEM MÓVEL CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHA TRANÇADO DE GUAPO

Publicação Nº 2220891

TERMO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL

O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 580, centro, nesta cidade de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 80.637.424/0001-09, representado, neste ato, por seu Prefeito, Senhor Rudimar Conte, com amparo no art. 94, II, 'a', da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal n.º 751, de 06 de novembro de 2019, e considerando o interesse público na doação à entidade, especialmente pelo trabalho de recreação e lazer na área do esporte realizado no âmbito desse município, faz a DOAÇÃO de: 20 reatores, braços e lâmpadas para iluminação, 43 cadeiras escolares, 38 cadeiras estofadas e cadeiras giratórias, 34, carteiras escolares, 01 fogão industrial com 06 bocas e 01 caixa de amplificação, para o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHA TRANÇADO DE GUAPO, localizado na cidade de Formosa do Sul – SC.

A entidade donatária, por seu representante Legal, DECLARA aceitar a doação do(s) bem(ns) acima descrito(s), no estado em que se encontra(m), comprometendo-se zelar e manter, bem como utilizá-lo(s) exclusivamente em benefício dos munícipes integrantes da referida sociedade.

E, assim, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo de Doação, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma.

Formosa do Sul, 08 de novembro de 2019.

Rudimar Conte Rafael Júnior Spagnollo

Prefeito Municipal Donatário

TERMO DE DOAÇÃO BEM MÓVEL COMUNIDADE DE LINHA NOVA ARATIBA

Publicação Nº 2220888

TERMO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL

O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 580, centro, nesta cidade de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 80.637.424/0001-09, representado, neste ato, por seu Prefeito, Senhor Rudimar Conte, com amparo no art. 94, II, 'a', da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal n.º 751, de 06 de novembro de 2019, e considerando o interesse público na doação à entidade, especialmente pelo trabalho de recreação e lazer na área do esporte realizado no âmbito desse município, faz a DOAÇÃO de 03 REATORES, BRAÇOS E LÂMPADAS PARA ILUMINAÇÃO para a COMUNIDADE DE LINHA NOVA ARATIBA: localizada na Linha Nova Aratiba.

A entidade donatária, por seu representante Legal, DECLARA aceitar a doação do(s) bem(ns) acima descrito(s), no estado em que se encontra(m), comprometendo-se zelar e manter, bem como utilizá-lo(s) exclusivamente em benefício dos munícipes integrantes da referida sociedade.

E, assim, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo de Doação, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma.

Formosa do Sul, 08 de novembro de 2019.

Rudimar Conte Lucivane F. Werner Pavão

Prefeito Municipal Donatário

TERMO DOAÇÃO BEM MÓVEL ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA VETERANOS DE FORMOSA DO SUL

Publicação Nº 2220935

TERMO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL

O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 580, centro, nesta cidade de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 80.637.424/0001-09, representado, neste ato, por seu Prefeito, Senhor Rudimar Conte, com amparo no art. 94, II, 'a', da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal n.º 751, de 06 de novembro de 2019, e considerando o interesse público na doação à entidade, especialmente pelo trabalho de recreação e lazer na área do esporte realizado no âmbito desse município, faz a DOAÇÃO de 03 REATORES, BRAÇOS E LÂMPADAS PARA ILUMINAÇÃO para a ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA VETERANOS DE FORMOSA DO SUL: localizada na cidade de Formosa do Sul.

A entidade donatária, por seu representante Legal, DECLARA aceitar a doação do(s) bem(ns) acima descrito(s), no estado em que se encontra(m), comprometendo-se zelar e manter, bem como utilizá-lo(s) exclusivamente em benefício dos munícipes integrantes da referida sociedade.

E, assim, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo de Doação, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma.

Formosa do Sul, 08 de novembro de 2019.

Rudimar Conte Fernando Cella

Prefeito Municipal Donatário

TERMO DOAÇÃO BEM MÓVEL ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DE FORMOSA DO SUL

Publicação Nº 2220872

TERMO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL

O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 580, centro, nesta cidade de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 80.637.424/0001-09, representado, neste ato, por seu Prefeito, Senhor Rudimar Conte, com amparo no art. 94, II, 'a', da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal n.º 751, de 06 de novembro de 2019, e considerando o interesse público na doação à entidade, especialmente pelo trabalho de recreação e lazer na área do esporte realizado no âmbito desse município, faz a DOAÇÃO de 06 REATORES, BRAÇOS E LÂMPADAS PARA ILUMINAÇÃO para a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DE FORMOSA DO SUL: localizada na cidade de Formosa do Sul.

A entidade donatária, por seu representante Legal, DECLARA aceitar a doação do(s) bem(ns) acima descrito(s), no estado em que se encontra(m), comprometendo-se zelar e manter, bem como utilizá-lo(s) exclusivamente em benefício dos munícipes integrantes da referida sociedade.

E, assim, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo de Doação, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma.

Formosa do Sul, 08 de novembro de 2019.

Rudimar Conte Genir Chemin

Prefeito Municipal Donatário

TERMO DOAÇÃO BEM MÓVEL ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA BARÃO DO TRIUNFO

Publicação Nº 2220904

TERMO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL

O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 580, centro, nesta cidade de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 80.637.424/0001-09, representado, neste ato, por seu Prefeito, Senhor Rudimar Conte, com amparo no art. 94, II, 'a', da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal n.º 751, de 06 de novembro de 2019, e considerando o interesse público na doação à entidade, especialmente pelo trabalho de recreação e lazer na área do esporte realizado no âmbito desse município, faz a DOAÇÃO de 10 REATORES, BRAÇOS E LÂMPADAS PARA ILUMINAÇÃO para a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA BARÃO DO TRIUNFO: localizada na Linha Barão do Triunfo.

A entidade donatária, por seu representante Legal, DECLARA aceitar a doação do(s) bem(ns) acima descrito(s), no estado em que se encontra(m), comprometendo-se zelar e manter, bem como utilizá-lo(s) exclusivamente em benefício dos munícipes integrantes da referida sociedade.

E, assim, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo de Doação, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma.

Formosa do Sul, 08 de novembro de 2019.

Rudimar Conte Altemir José Bianchetti

Prefeito Municipal Donatário

TERMO DOAÇÃO BEM MÓVEL ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA PALMEIRAS

Publicação Nº 2220924

TERMO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL

O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 580, centro, nesta cidade de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 80.637.424/0001-09, representado, neste ato, por seu Prefeito, Senhor Rudimar Conte, com amparo no art. 94, II, 'a', da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal n.º 751, de 06 de novembro de 2019,

e considerando o interesse público na doação à entidade, especialmente pelo trabalho de recreação e lazer na área do esporte realizado no âmbito desse município, faz a DOAÇÃO de 04 REATORES, BRAÇOS E LÂMPADAS PARA ILUMINAÇÃO para a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA PALMEIRAS: localizada na Linha Serra Alta.

A entidade donatária, por seu representante Legal, DECLARA aceitar a doação do(s) bem(ns) acima descrito(s), no estado em que se encontra(m), comprometendo-se zelar e manter, bem como utilizá-lo(s) exclusivamente em benefício dos munícipes integrantes da referida sociedade.

E, assim, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo de Doação, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma.

Formosa do Sul, 08 de novembro de 2019.

Rudimar Conte Jucimar Lorensen

Prefeito Municipal Donatário

TERMO DOAÇÃO BEM MÓVEL ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA SEGALIN

Publicação Nº 2220922

TERMO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL

O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 580, centro, nesta cidade de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 80.637.424/0001-09, representado, neste ato, por seu Prefeito, Senhor Rudimar Conte, com amparo no art. 94, II, 'a', da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal n.º 751, de 06 de novembro de 2019, e considerando o interesse público na doação à entidade, especialmente pelo trabalho de recreação e lazer na área do esporte realizado no âmbito desse município, faz a DOAÇÃO de 04 REATORES, BRAÇOS E LÂMPADAS PARA ILUMINAÇÃO para a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA SEGALIN: localizada na Linha Segalin.

A entidade donatária, por seu representante Legal, DECLARA aceitar a doação do(s) bem(ns) acima descrito(s), no estado em que se encontra(m), comprometendo-se zelar e manter, bem como utilizá-lo(s) exclusivamente em benefício dos munícipes integrantes da referida sociedade.

E, assim, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo de Doação, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma.

Formosa do Sul, 08 de novembro de 2019.

Rudimar Conte Felisberto Segalin

Prefeito Municipal Donatário

TERMO DOAÇÃO BEM MÓVEL ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA SÃO CRISTOVÃO

Publicação Nº 2220927

TERMO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL

O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 580, centro, nesta cidade de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 80.637.424/0001-09, representado, neste ato, por seu Prefeito, Senhor Rudimar Conte, com amparo no art. 94, II, 'a', da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal n.º 751, de 06 de novembro de 2019, e considerando o interesse público na doação à entidade, especialmente pelo trabalho de recreação e lazer na área do esporte realizado no âmbito desse município, faz a DOAÇÃO de 10 REATORES, BRAÇOS E LÂMPADAS PARA ILUMINAÇÃO para a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA SÃO CRISTOVÃO: localizada na Linha Tope da Serra.

A entidade donatária, por seu representante Legal, DECLARA aceitar a doação do(s) bem(ns) acima descrito(s), no estado em que se encontra(m), comprometendo-se zelar e manter, bem como utilizá-lo(s) exclusivamente em benefício dos munícipes integrantes da referida sociedade.

E, assim, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo de Doação, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma.

Formosa do Sul, 08 de novembro de 2019.

Rudimar Conte

Prefeito Municipal Donatário

TERMO DOAÇÃO BEM MÓVEL COMUNIDADE DE LINHA VILLA

Publicação Nº 2220931

TERMO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL

O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 580, centro, nesta cidade de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 80.637.424/0001-09, representado, neste ato, por seu Prefeito, Senhor Rudimar Conte, com amparo no art. 94, II, 'a', da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal n.º 751, de 06 de novembro de 2019, e considerando o interesse público na doação à entidade, especialmente pelo trabalho de recreação e lazer na área do esporte realizado no âmbito desse município, faz a DOAÇÃO de 04 REATORES, BRAÇOS E LÂMPADAS PARA ILUMINAÇÃO para a COMUNIDADE DE LINHA VILLA: localizada na Linha Villa.

A entidade donatária, por seu representante Legal, DECLARA aceitar a doação do(s) bem(ns) acima descrito(s), no estado em que se encontra(m), comprometendo-se zelar e manter, bem como utilizá-lo(s) exclusivamente em benefício dos munícipes integrantes da referida sociedade.

E, assim, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo de Doação, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma.

Formosa do Sul, 08 de novembro de 2019.
Rudimar Conte Gilberto Bregalda
Prefeito Municipal Donatário

TERMO DOAÇÃO BEM MÓVEL COMUNIDADE LINHA BEIRA RIO

Publicação Nº 2220909

TERMO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL

O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 580, centro, nesta cidade de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 80.637.424/0001-09, representado, neste ato, por seu Prefeito, Senhor Rudimar Conte, com amparo no art. 94, II, 'a', da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal n.º 751, de 06 de novembro de 2019, e considerando o interesse público na doação à entidade, especialmente pelo trabalho de recreação e lazer na área do esporte realizado no âmbito desse município, faz a DOAÇÃO de 07 REATORES, BRAÇOS E LÂMPADAS PARA ILUMINAÇÃO para a COMUNIDADE LINHA BEIRA RIO: localizada na Linha Beira Rio.

A entidade donatária, por seu representante Legal, DECLARA aceitar a doação do(s) bem(ns) acima descrito(s), no estado em que se encontra(m), comprometendo-se zelar e manter, bem como utilizá-lo(s) exclusivamente em benefício dos munícipes integrantes da referida sociedade.

E, assim, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo de Doação, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma.

Formosa do Sul, 08 de novembro de 2019.
Rudimar Conte Elza Giachini Comin
Prefeito Municipal Donatário

TERMO DOAÇÃO BEM MÓVEL SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA INDEPENDENTE

Publicação Nº 2220911

TERMO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL

O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 580, centro, nesta cidade de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 80.637.424/0001-09, representado, neste ato, por seu Prefeito, Senhor Rudimar Conte, com amparo no art. 94, II, 'a', da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal n.º 751, de 06 de novembro de 2019, e considerando o interesse público na doação à entidade, especialmente pelo trabalho de recreação e lazer na área do esporte realizado no âmbito desse município, faz a DOAÇÃO de 04 REATORES, BRAÇOS E LÂMPADAS PARA ILUMINAÇÃO para a SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA INDEPENDENTE: localizada na Linha Canela.

A entidade donatária, por seu representante Legal, DECLARA aceitar a doação do(s) bem(ns) acima descrito(s), no estado em que se encontra(m), comprometendo-se zelar e manter, bem como utilizá-lo(s) exclusivamente em benefício dos munícipes integrantes da referida sociedade.

E, assim, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo de Doação, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma.

Formosa do Sul, 08 de novembro de 2019.
Rudimar Conte Edeimar Deconto
Prefeito Municipal Donatário

TERMO DOAÇÃO BEM MÓVEL SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA ONZE GAROTOS

Publicação Nº 2220919

TERMO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL

O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 580, centro, nesta cidade de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 80.637.424/0001-09, representado, neste ato, por seu Prefeito, Senhor Rudimar Conte, com amparo no art. 94, II, 'a', da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal n.º 751, de 06 de novembro de 2019, e considerando o interesse público na doação à entidade, especialmente pelo trabalho de recreação e lazer na área do esporte realizado no âmbito desse município, faz a DOAÇÃO de 03 REATORES, BRAÇOS E LÂMPADAS PARA ILUMINAÇÃO para a SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA ONZE GAROTOS: localizada na Linha Conte.

A entidade donatária, por seu representante Legal, DECLARA aceitar a doação do(s) bem(ns) acima descrito(s), no estado em que se encontra(m), comprometendo-se zelar e manter, bem como utilizá-lo(s) exclusivamente em benefício dos munícipes integrantes da referida sociedade.

E, assim, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo de Doação, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma.

Formosa do Sul, 08 de novembro de 2019.
Rudimar Conte Ademir Bressiani
Prefeito Municipal Donatário

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº. 069, DE 16 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 2221250

DECRETO Nº. 069, DE 16 DE ABRIL DE 2019.

DECLARA A UTILIDADE PÚBLICA AS ÁREAS TERRAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarada de utilidade pública, os imóveis abaixo relacionados, conforme anexa único deste Decreto, para oportuna aquisição pelo Município por compra, doação, permuta, cessão, compensação ou desapropriação amigável ou judicial, para implantação de pavimentação asfáltica no trecho correspondente a Rua Reditário de Bona, ligação entre os bairros Vilas Lourdes e Santa Cruz, com as seguintes áreas de terra:

- a) Terras de propriedade de Albertino Vicente, situado neste Município e Comarca de Forquilha-SC, em Santa Cruz, com área de 1.551,38m² (um mil e quinhentos e cinquenta e um metros quadrados e trinta e oito decímetros quadrados) e as seguintes confrontações: ao -NORTE, com Albertino Vicente; ao -SUL, a rua Reditário de Bona, ao -LESTE, com Flavio Accordi; e ao -OESTE, com Antônio Orestes, correspondente a uma fração da matrícula 11023;
- b) Terras de propriedade de Antônio Oreste, situado neste município e comarca, Santa Cruz, com área de 1.616,36 m² (um mil e seiscentos e dezesseis metros trinta e seis decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: -NORTE, com Antônio Orestes; -SUL com a rua Reditário de Bona; -LESTE, com Albertino Vicente e o -OESTE, com Loteamento Leandro, correspondente a uma fração da matrícula 52213;
- c) Terras de propriedade de Claudimir Mazzuco Mateus, situado neste município e comarca, no lugar Santa Cruz, com a área de 7.229,83m² (Sete mil e duzentos e vinte e nove metros e oitenta e três decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: -Norte, com a rua Reditário de Bona; -Sul, com Egídio Vânio de Bona e Vanderlei Antônio de Bona; -Leste, com Loteamento Marias; -Oeste, com a rua Reditário de Bona, correspondente a uma fração da matrícula 1210;
- d) Terras de propriedade de Edgar Loch, Clovis Molon e Jefferson Molon Benedit, situado neste município e comarca, no lugar Vila Lourdes, com a área de 700,87 m² (setecentos metros e oitenta e sete decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: -Norte, com Egídio Vânio de Bona e Vanderlei Antônio de Bona; -Sul, com Novelina Manenti Carradore; -Leste, com Edgar Loch e outros; -Oeste, com a rua Reditário de Bona, correspondente a uma fração da matrícula 10498;
- e) Terras de propriedade de Egídio Vânio de Bona e Vanderlei Antônio de Bona, situado neste município e comarca, no lugar Vila Lourdes, com a área de 763,62 m² (setecentos e sessenta e três metros e sessenta e dois decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: -Norte, com Claudimar Mazzuco Mateus; -Sul, com Edgar Loch e outros; -Leste, com Egídio Vânio de Bona e Vanderlei Antônio de Bona; -Oeste, com rua Reditário de Bona, correspondentes a uma fração da matrícula 8432;
- f) Terras de propriedade de Flavio Accordi, situado neste município e comarca, no lugar Santa Cruz, com a área de 7.090,33 m² (sete mil e noventa metros e trinta e três decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: -Norte, com Flavio Accordi; -Sul, com a rua Reditário de Bona; -Leste, com a Rodovia Josephphina Lodetti Vassoler; -Oeste, com as terras de Albertino Vicente, correspondente a uma fração da matrícula 52064;
- g) Terras de Propriedade de Maria de Fatima Silveira Zanoni, situado neste município e comarca, no lugar Vila Lourdes, com a área de 9.004,70m² (nove mil e quatro metros e setenta decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: -Norte, com a rua Eugenio Silveira; -Sul, com Maria de Fatima Silveira Zanoni; -Leste, com Novelina Manenti Carradore; -Oeste, com loteamento José Back, correspondente a uma fração da matrícula 2760;
- h) Terras de Propriedade de Novelina Manenti Carradore, situado neste município e comarca, no lugar Vila Lourdes, com a área de 260,14 m² (duzentos e sessenta metros e quatorze decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: -Norte, com Edgar Loch e outros; -Sul, com Novelina Manenti Carradore; -Leste, com Novelina Manenti Carradore; -Oeste, com a rua Reditário de Bona, correspondente a uma fração da matrícula 10499.

Art. 2º Fica o Município de Forquilha autorizado a tomar as providências decorrentes de ações administrativas e judiciais para fazer valer a execução deste decreto, correndo às suas expensas todas as despesas decorrentes das presentes medidas que se fizerem necessárias para aquisição das citadas áreas.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto estão amparadas pelas dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de abril de 2019.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de abril de 2019.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

RESOLUÇÃO Nº 004, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220874

RESOLUÇÃO Nº 004, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONVOCA OS CONSELHEIROS ELEITOS PARA ATUAREM COMO SUPLENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 64 e seguintes da Lei Municipal n. 1.488/2009 e suas alterações:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 227, assegura à criança, ao adolescente e ao jovem, seus direitos fundamentais, com absoluta prioridade, sendo dever da família, da sociedade e do Estado tal garantia;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/1990, dispõe sobre a proteção integral conferida constitucionalmente à criança e ao adolescente;

CONSIDERANDO que com o objetivo de garantir a proteção integral o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê em seu artigo 131 e seguintes que o Conselho Tutelar "é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente";

CONSIDERANDO que o artigo 132 do o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que todos os municípios devem ter, no mínimo, um Conselho Tutelar, composto de cinco membros;

CONSIDERANDO que a Resolução CONANDA 170/2017 prevê, em seu artigo 16 que ocorrendo vacância e suplência dos cargos de Conselheiros Tutelares serão convocados imediatamente os suplentes para preenchimento da vaga;

CONSIDERANDO que atualmente o Conselho Tutelar é composto por apenas 03 (três) conselheiros, sendo que um conselheiro está afastado por atestado médico e não há suplentes na atual gestão, estando prejudicado o colegiado;

CONSIDERANDO que na inexistência de suplentes caberá ao Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e do Adolescente de Forquilha realizar processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas;

CONSIDERANDO que não há tempo hábil para elaboração do processo de escolha suplementar para o preenchimento de vagas;

CONSIDERANDO que foi realizado Processo de Escolha Unificado no dia 06 de outubro de 2019 para escolha dos membros para os próximos quatro anos;

RESOLVE:

Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e do Adolescente de Forquilha, em reunião extraordinária realizada no dia 08 de novembro de 2019, para este fim, considerando o atual contexto e a recém ocorrência da eleição unificada, à luz dos princípios da razoabilidade, a economicidade e da eficiência administrativa, decide convocar como suplentes os primeiros colocados na Eleição Unificada para compor o Conselho Tutelar.

Art. 2º Os eleitos serão chamados para atuarem como suplentes, seguindo a ordem de votação da eleição unificada.
Parágrafo único. A aceitação é facultativa aos candidatos, sem prejuízo da posse em 10 de janeiro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 08 de novembro de 2019.

ANA PAULA DE LUCA

Presidente do Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente

Publicado no mural e registrado em 08 de novembro de 2019.

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 274 - 2019

Publicação Nº 2221890

DECRETO Nº 274, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2428 de 05 de Dezembro de 2018.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2019, no valor de R\$ 9.013,64 (nove mil, treze reais e sessenta e quatro centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
10.02 – Segurança Pública		
06.181.0017.2.054 – Manutenção da Segurança Pública		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (132)	R\$	9.013,64
TOTAL	R\$	9.013,64

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
10.02 – Segurança Pública		
06.181.0017.2.054 – Manutenção da Segurança Pública		
4.4.30.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (133)	R\$	9.013,64
TOTAL	R\$	9.013,64

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 08 DE NOVEMBRO DE 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2976 e 11/11/2019, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

DECRETO Nº 275 - 2019

Publicação Nº 2221891

DECRETO Nº 275, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.**DISPÕE SOBRE CRÉDITO
ADICIONAL SUPLEMENTAR.**

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os Artigos 14 e 16 da Lei 2428 de 05 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2019 no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nas seguintes dotações:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
10.01 - Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
15.451.0016.1.018 – Pavimentação e Urbanização		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (114)	R\$	5.000,00
TOTAL	R\$	5.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício de acordo com cada fonte de recurso.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº **2976** e **11/11/2019**, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

EDITAL DE CM Nº 001-2019 - RUA DAS ROSAS - DETERMINAÇÃO VALOR INICIAL

Publicação Nº 2221700

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2019

Determina valor dos imóveis localizados na área de abrangência impactada pela obra de pavimentação da Rua das Rosas no bairro Jardim das Hortênsias neste município.

O Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, nos termos do Art. 362 e seguintes da Lei Complementar Municipal 053/2003 (CTM), publica o presente edital, elaborado de acordo com a ata da Comissão Mista de Avaliação nomeada pelo Decreto Municipal nº 016, de 15 de janeiro de 2019, da obra de pavimentação da Rua das Rosas no bairro Jardim das Hortênsias neste município, que servirá de base para apuração da valorização dos imóveis após a conclusão da obra.

Art. 1º Serve o presente edital para dar conhecimento aos proprietários de imóveis dentro da área de abrangência impactada pela obra de pavimentação da Rua das Rosas no bairro Jardim das Hortênsias neste município, determinada pela Lei Municipal nº 254 de 04 de setembro de 2019, do valor atribuído a seus imóveis, através da avaliação elaborada pela Comissão Mista de Avaliação designada para este fim, que segue como Anexo I deste edital.

Art. 2º A descrição dos imóveis, bem como Cadastros Imobiliários, Inscrições Imobiliárias e seus valores, fazem parte do Anexo I do presente edital.

Art. 3º Os valores apresentados levam em consideração os valores médios negociados na região. A presente avaliação considera a situação do imóvel anterior ao início da obra.

Art. 4º Impugnações ao presente edital deverão ser efetuadas no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste edital, cujo procedimento obedecerá as disposições do Processo Contencioso Fiscal previsto nos art. 609 e seguintes do Código Tributário Municipal.

Art. 5º O presente edital é elaborado nos termos da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, que instituiu a cobrança da Contribuição de Melhoria em face da valorização imobiliária decorrente de obra pública.

Fraiburgo (SC), 07 de novembro de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
PREFEITA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO/SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 146-2019 (AUXILIAR EDUCACIONAL EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O MÊS DE JANEIRO DE 2020)

Publicação Nº 2221697

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.146/2019

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O MÊS DE JANEIRO DE 2020, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0013/2019.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0013/2019, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0013/2019 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2019:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
01	Auxiliar Educacional Educação Infantil	1º ao 40º	08-11-2019 às 13:30
01	Auxiliar Educacional Educação Infantil	41º ao 65º	11-11-2019 às 08:00

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2019.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 20 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0013/2019 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0013/2019, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- p) Carteira de saúde atualizada

2.3 – As exigências de escolaridade devem ser cumpridas de acordo com o Edital 0013/2019.

2.4 – De acordo com o item 3.8 do Edital de Contratação nº 0013/2019: "No ato da contratação o candidato deverá apresentar:

I – Atestado de aptidão para o desempenho da atividade, fornecido por Médico do Trabalho ou pela equipe multiprofissional do município, conforme dispuser o regulamento específico;

II – Declaração que o exercício da função pública de professor não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;

III – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pelo Departamento de Gestão de Pessoal."

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 08 de novembro de 2019.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº. 1077/2019 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

Publicação Nº 2221336

DECRETO Nº. 1077/2019, 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Frei Rogério, art. 12, inciso II da Lei nº 904/2018 de 28/11/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 1.048,00 (hum mil e quarenta reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	03	Secretaria de Administração e Finanças	
Unidade:	01	Secretaria de Administração e Finanças	
Proj./Ativ.	2.004	Manutenção das Atividades Administrativas e Financeiras	
10	3.3.71.00.00.00.00.0.1100	Aplicações Diretas	R\$ 1.048,00
	Total		R\$ 1.048,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 1.048,00 (Hum mil e quarenta reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	03	Secretaria de Administração e Finanças	
Unidade:	01	Secretaria de Administração e Finanças	
Proj./Ativ.	2.004	Manutenção das Atividades Administrativas e Financeiras	
7	3.1.71.00.00.00.00.0.1100	Aplicações Diretas	R\$ 1.048,00
	Total		R\$ 1.048,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 08 de novembro de 2019.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

ATA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA JARI MUNICIPAL

Publicação Nº 2221923

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 2019

Aos seis (06) dias do mês de novembro de dois mil e dezenove (2019), reuniram-se na sala do DEMUTRAN, na Rua Prefeito João Orestes de Araújo nº 276, bairro centro, das 09:00h às 11:15h, os membros da 1ª Junta Administrativa de Recurso de Infração – JARI Municipal de Garopaba, relacionados abaixo:

REPRESENTANTE DO ORGÃO QUE IMPÕS A PENALIDADE

PRESIDENTE: JOÃO CARLOS BATISTA
SUPLENTE: TACIANA CARLA TEIXEIRA

REPRESENTANTE COM CONHECIMENTO NA ÁREA DE TRÂNSITO

TITULAR: ANDERSON FERNANDO VOSS
SUPLENTE: FERNANDO FLORES

ENTIDADE REPRESENTATIVA DA SOCIEDADE LIGADA A ÁREA DE TRÂNSITO

TITULAR: HAROLDO ALVES DO NASCIMENTO
SUPLENTE: ADÍLIO JOSÉ DE ABREU

SECRETÁRIA JARI MUNICIPAL
MARIA ZENAIDE MAIA MONTEIRO

Ao iniciar a reunião o presidente João Carlos Batista cumprimentou os membros presentes e em seguida distribuiu os recursos para os conselheiros; dando seqüência assim aos trabalhos, na pauta recursos do município de Garopaba para apreciação. Com todos os membros presente: titulares e suplentes formou-se três duplas, de acordo com as suas representatividades, para julgamento dos recursos.

Foram apreciados, discutidos e julgados pelos relatores, OS SEGUINTE RECURSOS QUE FORAM DEFERIDOS POR UNANIMIDADE, APRESENTANDO EMBASAMENTO LEGAL:

- PROCESSO 162/2019: Proprietário/ Condutor Sr. Carlos Fernandes, base legal 181 XIX, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo FIAT/ PALIO ATTRACT 1.4,2014/2015 placa MMH6587/SC;

- PROCESSO 166/2019: Proprietário/ Condutor Joel Pedro de Amorim-ME, base legal Inc.I ART.3 Resolução 151, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo HIUNDAI/HR HDB, 2012/2013 placa MKQ0677/SC;

- PROCESSO 167/2019: Proprietário/ Condutor Joel Pedro de Amorim-ME, base legal 181 XVIII, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo HIUNDAI/HR HDB, 2012/2013 placa MKQ0677/SC;

- PROCESSO 170/2019: Proprietário/ Condutor Sr. Nilo da Silva, base legal 181XX, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo RENAULT/ LOGAN EXP16, 2008/2009 placa AQX3198/SC;

- PROCESSO 184/2019: Proprietário/Condutor Coral Comércio e Confeccões do Vestuário, base legal 181 I, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo CITROEN JUMPY/FURGAO, 2019/2019 placa OKD6534/SC;

- PROCESSO 190/2019: Proprietário/ Condutor Sr. Selio Menegaz, base legal 181 IX, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo SANDERO RENAULT EXPR 10, 2018/20129– placa QJQ1377/SC;

-PROCESSO 191/2019: Proprietário/ Condutor Sr. Lúcio Flavio Correa, base legal 181 XV, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo VW/ FOX CL MCV, 2016/2017 – placa QIB6165/SC;

Foram apreciados, discutidos e julgados pelos relatores OS SEGUINTE RECURSOS, QUE FORAM INDEFERIDOS POR UNANIMIDADE, NÃO APRESENTANDO EMBASAMENTO LEGAL:

- PROCESSO 163/2019: Proprietário/ Condutor Joel Pedro de Amorim-ME, base legal Inc.I ART.3 Resolução 151, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo HIUNDAI/HR HDB, 2012/2013 placa MKQ0677/SC;

- PROCESSO 164/2019: Proprietário/ Condutor Joel Pedro de Amorim-ME, base legal Inc.I ART.3 Resolução 151, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo HIUNDAI/HR HDB, 2012/2013 placa MKQ0677/SC;
- PROCESSO 165/2019: Proprietário/ Condutor Joel Pedro de Amorim-ME, base legal Inc.I ART.3 Resolução 151, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo HIUNDAI/HR HDB, 2012/2013 placa MKQ0677/SC;
- PROCESSO 168/2019: Proprietário/ Condutor Sra Jocélia do Nascimento, base legal 167, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo VW GOL 1.0 GIV, 2008/2009 – placa MGC8249/SC;
- PROCESSO 171/2019: Proprietário/ Condutor Sr. Marcos Rene Von Mengden, base legal 167, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo FIAT PUNTO ATTRACTIVE, 2013/2013 placa IUE7243/RS;
- PROCESSO 172/2019: Proprietário/ Condutor Sra Marcia de Fátima Natal Costa, base legal 168, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo TOYOTA COROLLA XEI, 2001/2001 – placa AJV7089/SC;
- PROCESSO 175/2019: Proprietário/ Condutor Sr. Valdomiro Bento Garcia, base legal 181 XVII, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo CHEVROLET MONTANA LS, 2014/2015– placa FYS6920/SC;
- PROCESSO 176/2019: Proprietário/ Condutor Sra. Marcia Rosiane Abreu Fernandes, base legal 208, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo VW GOL 1.0, 2009/2009 – placa MGL1293/SC;
- PROCESSO 177/2019: Proprietário/ Condutor Sra. Lucas Brazzalle Barros, base legal 167, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo VW GOL 1.6, 2012/2013 – placa ISX76353/RS;
- PROCESSO 178/2019: Proprietário/ Condutor Sra. Lucas Brazzalle Barros, base legal 230 II, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo VW GOL 1.6, 2012/2013 – placa ISX76353/RS;
- PROCESSO 179/2019: Proprietário/ Condutor Sra. Lucas Brazzalle Barros, base legal 231 VII, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo VW GOL 1.6, 2012/2013 – placa ISX76353/RS;
- PROCESSO 180/2019: Proprietário/ Condutor Município de Garopaba, base legal 167, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo GM S10 COLINA S 4X4, 2011/2011 – placa MIR8017/SC;
- PROCESSO 185/2019: Proprietário/ Condutor Sra. Juliana Keila Passarini Granzoto, base legal 167, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo FIAT PALIO FIRE, 2003/2003 – placa CQN3693/SC;
- PROCESSO 186/2019: Proprietário/ Condutor Sr. Felipe Correa Gonçalves Severo, base legal 167, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo FIESTA FORD 1.6, 2014/2014 – placa IUI6423/SC;
- PROCESSO 187/2019: Proprietário/ Condutor Sr. Joel Bueno Ienerich, base legal 181 XVIII, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, 2007/2008 – placa IOE5369/RS;
- PROCESSO 194/2019: Proprietário/ Condutor Sra. Elizabete Leite de Vasconcellos, base legal 181 XX, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo FIESTA FORD SEDAN 1.6 FLEX, 2012/2013 – placa ITE7325/RS;
- PROCESSO 195/2019: Proprietário/ Condutor Sr. Gilberto Gonçalves de Amorim, base legal 167, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo FORD FOCUS HC FLEX, 2011/2011 – placa MIN1473/SC;
- PROCESSO 196/2019: Proprietário/ Condutor Sr. Marcelo Ribeiro Ullmann, base legal 167, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo FIAT UNO VIVACE 1.0, 2013/2014 – placa OPX1437/RS;
- PROCESSO 197/2019: Proprietário/ Condutor Sr. Eduardo de Jesus Lopes, base legal 252 VI, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo FIAT SIENA ATTRACTIV 1.4, 2015/2015 – placa QHM7406/SC;
- PROCESSO 198/2019: Proprietário/ Condutor Sr. Eduardo de Jesus Lopes, base legal 228, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), veículo FIAT SIENA ATTRACTIV 1.4, 2015/2015 – placa QHM7406/SC;

Foram apreciados 27 recursos, todos analisados e julgados com embasamento legal no Código de Trânsito Brasileiro.

Nada mais a relatar, nenhuma observação a infrações de trânsito, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente reunião, da qual eu Maria Zenaide Maia Monteiro, lavrei o presente termo depois de lido, discutido e aprovado, que será por mim assinado e ao final assinado por todos os membros da 1ª Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI).

Garopaba/ SC, 08 de novembro de 2019.

REPRESENTANTES DO ORGÃO QUE IMPÕS A PENALIDADE

JOÃO CARLOS BATISTA
PRESIDENTE

TACIANA CARLA TEIXEIRA
SUPLENTE

REPRESENTANTE COM CONHECIMENTO NA ÁREA DE TRÂNSITO

ANDERSON FERNANDO VOSS
TITULAR

FERNANDO FLORES
SUPLENTE

ENTIDADE REPRESENTATIVA DA SOCIEDADE LIGADA A ÁREA DE TRÂNSITO

HAROLDO ALVES DO NASCIMENTO
TITULAR

ADÍLIO JOSÉ DE ABREU
SUPLENTE

MARIA ZENAIDE MAIA MONTEIRO
SECRETÁRIA DA JARI MUNICIPAL

Publicado a presente Ata no DOM/SC em 11/11/2019, de acordo
com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

AVISO DE LICITAÇÃO PE073/2019

Publicação Nº 2221515

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2019
PROCESSO Nº 023/2019

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP – Atendimento ao inciso I do Artigo 48 da LC147/2014

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de Registro de Preço, para aquisição de materiais odontológicos para atender demanda das unidades básicas de saúde do município de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 22/11/2019. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 22/11/2019, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 08 de novembro de 2019.

Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 281/2019

Publicação Nº 2221938

DECRETO N.º 281, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E NOMEIA LEILOEIRO OFICIAL.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, especialmente do artigo 51 da Lei 8.666/93, de 21/06/1993 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Permanente de Licitações para o período de 09/11/2019 à 08/11/2020.

Art. 2º. São membros titulares da Comissão Permanente de Licitações os servidores municipais: ANA CAROLINA PEREIRA, FERNANDO DA SILVA FERREIRA e SIMONE VERA WOLFF e como suplente RAFAEL TONVILDES DE ABREU.

§1º. A Comissão Permanente de Licitações será presidida pela Senhora ANA CAROLINA PEREIRA.

§2º. "Na ausência do Presidente da Comissão Permanente de Licitações, a presidência dos trabalhos caberá ao membro mais idoso."

Art. 3º. Ficam definidas como funções da Comissão Permanente de Licitações, o recebimento, a análise e julgamento de propostas apresentadas nas diversas modalidades de licitações e todos os demais assuntos relacionados ao bom andamento dos serviços para o cumprimento da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21/06/1993 e suas alterações posteriores.

Art. 4º. Fica nomeado o servidor municipal RAFAEL TONVILDES DE ABREU para atuar, sem qualquer ônus para o município, como Leiloeiro Oficial em todas as licitações na modalidade de leilão, a serem realizadas no período de 09/11/2019 à 08/11/2020.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 106, de 20 de maio de 2019.

Garopaba, 08 de novembro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 11/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/2017 ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA

Publicação Nº 2221294

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 001/2017 PROCESSO Nº 092/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA; CNPJ SOB O Nº 09.008.659/0001-69 OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO QUANTITATIVO TEM COMO OBJETO O ACRÉSCIMO DE R\$ R\$ 212.203,59 (DUZENTOS E DOZE MIL DUZENTOS E TRÊS REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS) AO VALOR DO CONTRATO DATA DA ASSINATURA: 07/03/2019.

PERDA DA VAGA DA CONVOCAÇÃO 034/2019 – CONCURSO PÚBLICO 001/2015.

Publicação Nº 2221591

PERDA DA VAGA DA CONVOCAÇÃO 034/2019

CONCURSO PÚBLICO 001/2015

RAFAEL LENZI

Candidato(a): 254198

Cargo: TÉCNICO EM PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES

Classificação: 03º LUGAR

CONSIDERANDO que foi encaminhada Convocação por correspondência registrada, postada em 27/06/2019, às 15:45 horas sob o código de rastreio JU267686113BR;

CONSIDERANDO que a convocação encaminhada em 27/06/2019 ficou a disposição do candidato para retirada e não foi recebida, retornando ao remetente em 31/07/2019;

CONSIDERANDO que foi reencaminhada Convocação por correspondência registrada, postada em 12/08/2019, às 15:46 horas sob o código de rastreio JU645463526BR;

CONSIDERANDO que a convocação encaminhada em 12/08/2019 ficou a disposição do candidato para retirada e não foi recebida, retornando ao remetente em 10/09/2019;

CONSIDERANDO que foi encaminhada novamente a Convocação por correspondência registrada, postada em 30/09/2019, às 15:50 horas sob o código de rastreio JU568392290BR;

CONSIDERANDO que a convocação encaminhada em 30/09/2019 ficou a disposição do candidato para retirada e não foi recebida, retornando ao remetente em 05/11/2019;

Fica o(a) Sr(a). RAFAEL LENZI, Candidato sob o nº. 254198, em atenção ao item 16.9 e ao item 18.3 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, EXCLUÍDO e conseqüentemente DESCLASSIFICADO da vaga de TÉCNICO EM PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES, para a qual tinha se classificado em 03º lugar.

Garopaba, 08 de novembro de 2019.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 049/2019 – CONCURSO PÚBLICO 001/2015.

Publicação Nº 2221590

PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 049/2019
CONCURSO PÚBLICO 001/2015

MARIA APARECIDA LOPES
Candidato(a): 250159
Cargo: RECEPCIONISTA
Classificação: 15º LUGAR

CONSIDERANDO o Decreto nº. 110/2011, que estabelece que o expediente externo da Prefeitura Municipal de Garopaba é das 13:00 as 18:00 horas

CONSIDERANDO que, conforme estabelece o item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, a manifestação de interesse na vaga pelo candidato deverá se dar num prazo máximo de 2 (dois) dias após o correspondente recebimento do Aviso de Recebimento;

CONSIDERANDO que foi encaminhada Convocação por correspondência registrada, postada em 30/10/2019, às 12:30 horas sob o código de rastreio JU568390078BR;

CONSIDERANDO que em 01/11/2019 foi realizada a entrega da convocação encaminhada em 30/10/2019;

CONSIDERANDO que o candidato não se manifestou no prazo a ele determinado, cujo decurso se deu às 18:00 horas do dia 05/11/2019;

Fica o(a) Sr(a). MARIA APARECIDA LOPES, Candidato sob o nº. 250159, em atenção ao item 16.8 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, EXCLUÍDO e conseqüentemente DESCLASSIFICADO da vaga de RECEPCIONISTA para a qual tinha se classificado em 15º lugar.

Garopaba, 08 de novembro de 2019.
Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 052/2019 – CONCURSO PÚBLICO 001/2015.

Publicação Nº 2221594

PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO – CONCURSO PÚBLICO 001/2015

MARA REGINA LOPES CAETANO
Candidato(a): 247781
Cargo: MERENDEIRA
Classificação: 33º LUGAR

CONSIDERANDO o Decreto nº. 110/2011, que estabelece que o expediente externo da Prefeitura Municipal de Garopaba é das 13:00 as 18:00 horas

CONSIDERANDO que em 04/10/2019 o Candidato se manifestou no prazo a ele determinado;

CONSIDERANDO que em 04/10/2019 o Candidato solicitou o prazo de 30 dias para entrega de documentos;

CONSIDERANDO que o Candidato não realizou a entrega dos documentos exigidos no anexo II da carta de convocação no prazo a ele determinado, cujo decurso se deu às 18:00 horas do dia 04/11/2019;

Fica o(a) Sr(a). MARA REGINA LOPES CAETANO, Candidato sob o nº. 247781, em atenção ao item 16.8 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, EXCLUÍDO e conseqüentemente DESCLASSIFICADO da vaga de MERENDEIRA, para a qual tinha se classificado em 33º lugar.

Garopaba, 08 de novembro de 2019.
Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 201/2019

Publicação Nº 2220766

DECRETO Nº 201, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

“Indica membros para composição e dá publicidade aos demais membros do Conselho da Cidade - CONCIGA”.

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei, Considerando a necessidade de indicação dos membros do Poder Executivo Municipal para a composição do Conselho das Cidades, Considerando a necessidade de dar publicidade aos demais membros indicados pelo Poder Legislativo e Sociedade Civil, eleitos na 2ª Fórum Eleitoral do CONCIGA,

DECRETA:

Art. 1º - O Conselho da Cidade de Garuva - CONCIGA será composto pelos seguintes membros:

Representantes da Associação Comunitária do Palmital

Titular: Klaus Lennertz Filho

Suplente: Dorival Cipola

Câmara dos Dirigentes Logistas de Garuva

Titular: Adelmo Gava

Suplente: Elesabeth Radwanski

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

Titular: Fernando Küster

Suplente: Ronald Roder

Representantes da Associação dos Produtores Rurais;

Titular: Silvio Kruger

Suplente: Adolar Froehlich

Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos e ou Associação dos Servidores Públicos;

Titular: Odirlei Magri

Suplente: Heloíse Gonçalves Nunes Lemos

Representantes indicados pela Associação Empresarial, Comercial e Industrial de Garuva nos segmentos:

a) Industrial:

Titular: Waldemar Arndt

Suplente: José de Medeiros Nandi

b) Comercial:

Titular: Alexandre Catapan

Suplente: Eduardo Dalalio do Nascimento

c) Serviços:

Titular: José Chaves

Suplente: Júlio César Alves

d) Minerário:

Titular: Heinrich Hosang

Suplente: Geovani Bitencourt

Representantes das entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais:

Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/SC

Titular: Dione Romanzini

Suplente: Mateus Szomorovsky

Representantes do Conselho Regional de Imóveis – CRECI

Titular: Laércio de Bona

Suplente: Gesiel Eggea Menezes

Rotary Club de Garuva

Titular: Clésio Machado

Suplente: Marno Roberto Wachholz

Representando a Sociedade Civil Voluntária – Urubuquara, Três Barras, Baraharas, Barrancos e Quiriri

Titular: Ingwaldo Krutzsch

Suplente: Lebon Luis Duvousin Neto

Representantes da Sociedade Civil Voluntária – São João Abaixo, Divisa, Caovi e Região Central;

Titular: Sandro Boeing

Suplente: Paulo Kuchlik

Representantes da Sociedade Civil Voluntária – Sol Nascente, Minas Velha e Bom Futuro

Titular: Aroldo Acordi

Suplente: Gilberto Hass

Representantes do Poder Público - Executivo Municipal:

Titular: Marcio Kuchlik

Suplente: Gilsemar Mett

Titular: Christine Zwettler Teixeira

Suplente: Rhuan Santos de Souza

Titular: Rolf Rothbarth

Suplente: Claudimar Roberto Brunetto

Titular: Rogério Martinho Thomas

Suplente: Antônio Dinis De Ramos

Titular: Luciana Romanzini

Suplente: Monise Nagel Moreira Da Silva

Titular: Marcio Ricardo Herpich

Suplente: Bárbara Romanzini Aguilera

Titular: Suzileine Silva Rosa

Suplente: Marcia Solange Burei

Titular: Lauro Felipe Raizer

Suplente: Iasmyn Rochadel Sapelli

Representantes do Poder Público – Poder Legislativo Municipal:

Titular: Daniel Fernando Zamadei

Suplente: Henrique Fontoura da Rosa

Titular: Joelcio Lopes Antunes

Suplente: Zenilda Miranda de Paula Jacques

Art. 2º - Nos termos da Lei Federal 8.906 de 04 de julho de 1954, fica assegurado a representatividade da Ordem dos Advogados do Brasil no presente Conselho, através da pessoa da Dra. Carolina Michels Severiano, OAB/SC 43230.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial, o Decreto nº 157/2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 202/2019

Publicação Nº 2220775

DECRETO Nº 202 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

“Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de saúde, e dá outras providências.”

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de saúde, com os seguintes servidores com mandato até abril de 2021:

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

- Titular: Roland Ristow Junior

- Suplente: Isabela Aragão Pereira

Representantes da Unidade de Pronto Atendimento:

- Titular: Nelise Dias Vieira da Silva

- Suplente: Marilsa das Dores de Araújo

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- Titular: Marilene Santos de Oliveira Duarte

- Suplente: Marcia Solange Burei

Representantes da Secretaria Municipal de Estratégias Rurais:

- Titular: Elaine Cristina Zietz

- Suplente: Márcia Maria Ferreira

Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação:

- Titular: Marina Paula Muller

- Suplente: Eduardo dos Santos Licetti

Representantes da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças:

- Titular: Paulo Afonso Pereira da Rocha

- Suplente: Marcelo Eduardo Person

Representantes dos Laboratórios de Análises Clínicas:

- Titular: Maurício Fracasso

- Suplente: Luís Stenger

Representantes do Instituto Vidas:

- Titular: Ana Paula Pereira
- Suplente: Fábio Eduardo Castlaen

Representantes da Classe Médica:

- Titular: Emmanuelle Vervloet Reis Bosco
- Suplente: Moisés de Oliveira

Representantes da Classe Odontológica:

- Titular: Marlene Terezinha Roder
- Suplente: Heloísa Steffens Fernandes

Representantes da Classe de Enfermagem:

- Titular: Cecília Senke Ruekert
- Suplente: Rosane Pacheco

Representantes da Classe Farmacêutica:

- Titular: Thiago Francisco Backes
- Suplente: Magda Cardoso

Representantes da ACIG:

- Titular: Eduardo Dalailo Nascimento
- Suplente: Adolar Umlauf

Representantes da APAM:

- Titular: Ana Telma Guimarães
- Suplente: Luiz Ricardo das Almas

Representantes da Comunidade de Barrancos e Baraharas:

- Titular: Osni de Amorim Vieira
- Suplente: Sonara Jadiane de Souza

Representantes da Comunidade Bom Futuro:

- Titular: Amilton Pereira
- Suplente: Terezinha Pereira

Representantes da Comunidade Garuva Acima:

- Titular: Valdir Korn
- Suplente: Elaine Aparecida G. Korn

Representantes da APAE:

- Titular: Gislaine Alves Fladzinski
- Suplente: Rafael Martins Rubio

Representantes da Pastoral da Criança:

- Titular: Ursula Schawartz
- Suplente: Tania Regina Pilz Hubner

Representantes do Rotary Club de Garuva:

- Titular: Priscila Radwanski Peixe
- Suplente: Maria Marlene Moreira

Representantes da Comunidade do Palmital:

- Titular: Débora Romi Teles Nunes
- Suplente: Bruna Jéssica de Oliveira

Representantes da Comunidade São João Abaixo e Caovi:

- Titular: Adryel Pabst
- Suplente: Thalia de Miranda

Representantes da Comunidade de Urubuquara e Três Barras:

- Titular: Eliane Hattenhauer
- Suplente: Barbara Umlauf Hettenhauer

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

- Titular: Eduardo Reinert
- Suplente: Ronald Roder

Parágrafo único. Fica nomeado como membro nato deste Conselho o Sr Roland Ristow Junior, Secretário Municipal de Saúde.

Art. 2º - Nos termos da Lei Federal 8.906 de 04 de julho de 1954, fica assegurado a representatividade da Ordem dos Advogados do Brasil no presente Conselho, através da pessoa do Dra. Juliana de Farias Ghisi, OAB/SC 38772.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, o Decreto nº 058/2019.
Rodrigo Adrianly David
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 203/2019

Publicação Nº 2220778

DECRETO Nº 203 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

“Dispõe sobre a comissão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.”

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composta com os seguintes membros com mandato até maio de 2021:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- Titular: Silvana Mews
- Suplente: Adriano Dierchnabel

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

- Titular: Elisely Romão
- Suplente: Thalia de Miranda

Representantes da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social:

- Titular: Diaime Elizandra Hacker da Rocha
- Suplente: Dirciane Ferreira

Representantes da Divisão de Esportes e Cultura

- Titular: Clinton Luiz Severiano
- Suplente: Rhuan Santos de Souza

Representantes do Governo Municipal - Assessoria Direta do Prefeito:

- Titular: Márcio Kuchlik
- Suplente: Reginaldo Hattenhauer

Representantes das Associações de Moradores do Município

- Titular: Ursula Schwarz
- Suplente: Maria Tussi Fay

Representantes da APAM _ Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente

- Titular: Luiz Ricardo das Almas
- Suplente: Ana Telma Gomes Guimarães

Representantes da ACIG – Associação Comercial e Industrial de Garuva

- Titular: Geferson da Silva Polsin
- Suplente: Agostinho Eidt

Representantes da Associação de Pais e Professores do Município

- Titular: João Wolmar Melo
- Suplente: Nilton Schorr

Representantes da Pastoral da Criança

- Titular: Deotila Berta Rech
- Suplente: Gizeli Cristina Silveira

Art. 2º - Os membros deste Conselho serão regidos pela Lei Federal 8069/90, com seus anexos e legislação correlata.

Art. 3º – Nos termos da Lei Federal 8.906 de 04 de julho de 1954, fica assegurado a representatividade da Ordem dos Advogados do Brasil no presente Conselho, através da pessoa do Dr. Sheyla Cristina Chaves, OAB/SC 21428.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 187/2019.
Rodrigo Adrianly David
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 208/2019

Publicação Nº 2220907

PORTARIA Nº. 208, de 07 de novembro de 2019.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA ANA CRISTINA KRÜEGER BEILKE MEIER, PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL;

RESOLVE:

Art. 1o. – Nomear a senhora ANA CRISTINA KRÜEGER BEILKE MEIER, brasileira, casada, portadora do RG nº 7.420.531 e CPF nº 090.584.509-96, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde, com provimento de caráter efetivo, para atuar na Microárea 02, localidade do Urubuquara, cujas atribuições e responsabilidades constam dos anexos III e IV da Lei Complementar 046/2009.

Art. 2o – O padrão de vencimentos, de acordo com a referida Lei Complementar, é o da referência A, de classe I, da Carreira de Suporte, com carga horária de 220 horas/mês.

Art. 3o – A presente nomeação se dá em razão da classificação obtida pela referida nomeada no Teste Seletivo Simplificado nº 004/2018, autorizado pela Portaria Municipal nº 39 de 15/03/2018, homologado em 20/04/2018.

Art. 4o - Esta Portaria entra em vigor a contar de 07 de novembro de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 06/2019

Publicação Nº 2220998

RESOLUÇÃO Nº DE 006/2019

Aprova o Demonstrativo Físico- Financeiro 2018 da Política Municipal de Assistência Social de Garuva/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, de Garuva, em Reunião Plenária Ordinária de 05 de novembro de 2019, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e pela Lei Municipal nº 876 de 15 de agosto de 1996, que dispõe sobre a Política de Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o demonstrativo físico financeiro do ano de 2018 da Política Municipal de Assistência Social;

I – Valor total executado: R\$1.447.933,82 (hum milhão quatrocentos e quarenta e sete mil novecentos e trinta e três reais e oitenta e dois centavos);

II – Do co-financiamento:

- Recursos Próprios R\$ 388.777,77 (trezentos e oitenta e oito mil setecentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos)

- Recursos transferidos pelo FEAS R\$ 0,00 (zero)

Art.2º - Aprovar a reprogramação de saldos:

I – Proteção Social Especial R\$ 24.379,15 (vinte e quatro mil trezentos e setenta e nove reais e quinze centavos) ;

II – Proteção Social Básica R\$ 27.753,79 (vinte e sete mil setecentos e cinquenta e três reais e setenta e nove centavos);

III – IGD – SUAS R\$ 32.607,50 (trinta e dois mil seiscentos e sete reais e cinquenta centavos);

IV – IGD – PBF R\$ 101.342,39 (cento e um mil trezentos e quarenta e dois reais e trinta e nove centavos);

V – BPC na Escola R\$ 131,15 (cento e trinta e um reais e quinze centavos)

Art. 3º - Essa publicação entra em vigor na data da sua publicação.

Garuva/SC, 05 de novembro de 2019.

Nelise Dias Vieira da Silva

Presidente do CMAS

Gaspar

PREFEITURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2019

Publicação Nº 2221599

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 257/2019

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2019

OBJETO: Credenciamento de empresa especializada para regularização fundiária. Interessados deverão apresentar a documentação exigida a qualquer tempo, das 8h às 12h e das 13h às 17h, no Departamento de Compras, no Edifício Edson Elias Wieser, 2º andar, Rua São Pedro, nº 128, Centro, Gaspar/SC. Íntegra do EDITAL disponível no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar, 06 de novembro de 2019.

CLEVERTON JOÃO BATISTA

Secretário de Planejamento Territorial

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

PORTARIA 971 2019 - GISELE SAGÁS DE AZEVEDO CAMPOS

Publicação Nº 2221914

Portaria nº 971/2019

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 012 de 06 de Fevereiro de 2017 e o disposto no Decreto nº 032 de 21 de Março de 2019,

Resolve:

1º Exonerar a Sra. GISELE SAGÁS DE AZEVEDO CAMPOS do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DIREITOS INDIVIDUAIS E CIDADANIA do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

2º Nomear a Sra. GISELE SAGÁS DE AZEVEDO CAMPOS para o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 05 de Novembro de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

TERMO DE FOMENTO 002/2019 - APP DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL MARIA AMÁLIA CARDOSO

Publicação Nº 2221391

TERMO DE FOMENTO 002/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE

TERMO DE FOMENTO 002 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Objeto: Transferência de recursos financeiros na forma de subvenção social, destinados a custear parte das despesas de manutenção da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e assim contribuir para assegurar o seu permanente funcionamento, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Fomento.

APP da Escola de Educação Básica Municipal Maria Amália Cardoso, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 28.200.206/0001-84, estabelecida na Rua geral da Costeira, s/nº, Bairro Costeira da Armação, cidade de Governador Celso Ramos / SC neste ato representado por seu Presidente, Jeane Teresina Teixeira, portador do RG nº 3.630.514/SSP-SC, CPF nº 028.186.529/95, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

O valor deste Termo de Fomento é de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais) para pagamento em parcela única;

DATA DA ASSINATURA: 31/10/2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS**PORTARIA 103/2019 - EXONERAÇÃO Á PEDIDO**

Publicação Nº 2221001

Portaria nº 103/2019

DANILO VALDENIR MARTINS, Diretor Geral do SAMAE de Governador Celso Ramos-SC, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Artigo 100 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, e a lei 369/1991 de 05 de setembro de 1991, e lei 1242/2018 de 19 de janeiro de 2018,

Resolve:
Exonerar A Sr Sr. JEDSON ANTONIO BENTO, filho de SEBERINA ALZIRA BENTO, portador da Carteira de Identidade nº 316931, do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE OPERAÇÕES, Matricula Funcional nº 346, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, Conforme Pedido de Exoneração.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 08 de Novembro de 2019.

DANILO VALDENIR MARTINS

Diretor Geral do SAMAE

Grão Pará

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 26-2019 BELLA

Publicação Nº 2221264

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 26/2019, DATADO DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A BELLA – COMÉRCIO DE ARTIGOS DE ARMARINHO LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATO PARA O GRUPO GERAÇÃO DE RENDA DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de Contratante, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e empresa BELLA – COMÉRCIO DE ARTIGOS DE ARMARINHO LTDA, empresa estabelecida na Rua Julieta Della Giustina Meurer, n. 330, Lado da União, Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 11.186.099/0001-84, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por sua administradora Senhora ROSANE BELARMINDA FAUSTINA (brasileira), casada, inscrita no CNPJ n. 025.037.749-70, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 26/2019, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar as quantidades dos itens abaixo especificados:

ITEM 19 – FOLHAS PARA TRANSFERÊNCIA EM TECIDO – MARCA LUIZ MOREIRA – 300 FLS, passa para 375 FLS;

ITEM 41 – RAFIA BRANCA 3M LARGURA – MARCA BRANIL – 100 M, passa para 125 M.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 06 de novembro de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS ROSANE BELARMINDA FAUSTINA
Prefeito Municipal Administradora da Vendedora

TESTEMUNHAS

DECRETO DF 066/2019 - ORÇAMENTO

Publicação Nº 2221259

PREFEITURAMUNICIPALDEGRÃOOPARÁESTADODESANTACATARINA

SecretariaMunicipaldeAdministraçãoeFazenda

DECRETONº000066/19de6deNovembrede2019

OPREFEITOMUNICIPALDEGRÃOOPARÁnoexercíciadasatribuiçõesquelheforamconferidaspelaaLeiOrgânicadoMunicípiodeGRÃOOPARÁeautorizaçãointerdanaleiMunicipalnº002151/19de29deOutubrode2019.

DECRETA:

Art.1º-FicaabertonocorrenteexercícioCréditoparaa(s)seguinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN. IND. COM. E DESENV. URBANO

04.01 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO

(256)3.3.90.00.00.00.00.2.005-0024 - Aplicacoes Diretas 31.336,43

Total Suplementação: 31.336,43

Art.2º-ParaatendimentodaSuplementaçãoqueatrataoartigoanteriorserãoutilizadosrecursosprovenientedaanulaçãoouparcial/outotalda(s)seguinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN. IND. COM. E DESENV. URBANO

04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

(024)4.4.90.00.00.00.00.1.004-0024 - Aplicacoes Diretas 31.336,43

Total Anulação: 31.336,43

Art.3º-

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 6 de Novembro de 2019.

MARCIO BORBA BLASIIUS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 6 de Novembro de 2019.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Página: 1/1

PORTARIA N. 320/2019 REURB

Publicação Nº 2221383

PORTARIA N. 320 /2019

DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

MARCIO BORBA BLASIIUS, Prefeito Municipal de Grão Pará, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO requerimento de instauração de Processo Administrativo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb, conforme disposições da Lei nº 13.465/2017, referentemente ao núcleo urbano informal denomino COHAB, neste Município, bem como o Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica do Município de Grão-Pará,

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR a instauração de Processo Administrativo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb, conforme disposições da Lei nº 13.465/2017, referentemente ao núcleo urbano informal denomino COHAB, neste Município.

Art. 2º. A Comissão Técnica ora nomeada deverá:

I - No prazo de máximo de 180 (cento e oitenta) dias, promover estudo para definição da modalidade de Regularização Fundiária Urbana – Reurb que será aplicada ao caso, nos termos dos artigos 13 e 30, inciso I, da Lei nº 13.465/2017;

II - Promover a classificação da modalidade de Reurb aplicável ou, sendo o caso, emitir manifestação, fundamentada, pelo indeferimento do requerimento;

III - Discriminar os recursos orçamentários a serem utilizados, sendo que os recursos devem estar previstos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária;

IV - Proceder a realização de audiências públicas, apresentando à população, sobremaneira, à comunidade que constitui o núcleo urbano informal, o projeto de regularização fundiária, com suas especificidades;

V - dar ampla publicidade sobre a instauração e demais atos relativos ao processamento deste Processo Administrativo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb, por meio de edital, com prazo de, no mínimo, 30 (trinta) dias, e notificando-se, pessoalmente, os confinantes e demais interessados, concedendo-lhes prazo de 30 (trinta) dias para impugnação, contado da data de recebimento da notificação, nos termos do artigo 28, inciso II, da Lei nº 13.465/2017 e artigo 24, §1º, do Decreto nº 9.310/18;

VI - Elaborar estudo preliminar (artigo 35, inciso III, da Lei nº 13.465/2017) e indicar as medidas de adequação das desconformidades existentes no projeto de regularização fundiária (artigo 36, incisos VI e VII, da Lei nº 13.465/2017);

VII – Promover a elaboração de Projeto de Regularização Fundiária e Projeto Urbanístico de Regularização Fundiária, em conformidade com o artigo 35 e seguintes da Lei nº 13.465/2017;

Art. 3º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Técnica será composta pelos servidores ALEXANDRE BONIN BAGGIO, que a presidirá, LIANDRA HILMANN PAZETO, DAIANA MICHELS JUNKES, ROSILDA PERIN BÖGER e EDMAR KEMPER NANDI, todos servidores e integrantes do Quadro desta instituição.

Parágrafo único. Serão suplentes os servidores JOSELI VENITO PICKLER SCHMIDT, KAROLINI MONTEIRO DA CORREGGIO e OSMAR LUIZ DA COREGIO.

Art. 4º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda infraestrutura disponível na sede da Prefeitura.

Art. 5º. A Comissão ora constituída, que exercerá seu múnus sem ônus para a Administração, terá duração de 1 (um) ano, a partir da publicação desta Portaria.

Art. 6º. Revogam-se os efeitos da Portaria nº 140, de 16/04/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,

01 de novembro de 2019.

MARCIO BORBA BLASIIUS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 01 de novembro de 2019.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA N. 321/2019 REURB

Publicação Nº 2221387

PORTARIA N. 321 /2019
DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão Pará, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO requerimento de instauração de Processo Administrativo de Regularização Fundiária Urbana – REURB, conforme disposições da Lei nº 13.465/2017, referentemente ao núcleo urbano informal denomino VILA ESPERANÇA LADO ESQUERDO, neste Município, bem como o Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica do Município de Grão-Pará, RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR a instauração de Processo Administrativo de Regularização Fundiária Urbana – REURB, conforme disposições da Lei nº 13.465/2017, referentemente ao núcleo urbano informal denomino VILA ESPERANÇA LADO ESQUERDO, neste Município.

Art. 2º. A Comissão Técnica ora nomeada deverá:

I - No prazo de máximo de 180 (cento e oitenta) dias, promover estudo para definição da modalidade de Regularização Fundiária Urbana – REURB que será aplicada ao caso, nos termos dos artigos 13 e 30, inciso I, da Lei nº 13.465/2017;

II - Promover a classificação da modalidade de REURB aplicável ou, sendo o caso, emitir manifestação, fundamentada, pelo indeferimento do requerimento;

III - Discriminar os recursos orçamentários a serem utilizados, sendo que os recursos devem estar previstos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária;

IV - Proceder a realização de audiências públicas, apresentando à população, sobremaneira, à comunidade que constitui o núcleo urbano informal, o projeto de regularização fundiária, com suas especificidades;

V - dar ampla publicidade sobre a instauração e demais atos relativos ao processamento deste Processo Administrativo de Regularização Fundiária Urbana – REURB, por meio de edital, com prazo de, no mínimo, 30 (trinta) dias, e notificando-se, pessoalmente, os confinantes e demais interessados, concedendo-lhes prazo de 30 (trinta) dias para impugnação, contado da data de recebimento da notificação, nos termos do artigo 28, inciso II, da Lei nº 13.465/2017 e artigo 24, §1º, do Decreto nº 9.310/18;

VI - Elaborar estudo preliminar (artigo 35, inciso III, da Lei nº 13.465/2017) e indicar as medidas de adequação das desconformidades existentes no projeto de regularização fundiária (artigo 36, incisos VI e VII, da Lei nº 13.465/2017);

VII – Promover a elaboração de Projeto de Regularização Fundiária e Projeto Urbanístico de Regularização Fundiária, em conformidade com o artigo 35 e seguintes da Lei nº 13.465/2017;

Art. 3º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Técnica será composta pelos servidores ALEXANDRE BONIN BAGGIO, que a presidirá, LIANDRA HILMANN PAZETO, DAIANA MICHELS JUNKES, ROSILDA PERIN BÖGER e EDMAR KEMPER NANDI, todos servidores e integrantes do Quadro desta instituição.

Parágrafo único. Serão suplentes os servidores JOSELI VENITO PICKLER SCHMIDT, KAROLINI MONTEIRO DA CORREGGIO e OSMAR LUIZ DA COREGIO.

Art. 4º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda infraestrutura disponível na sede da Prefeitura.

Art. 5º. A Comissão ora constituída, que exercerá seu múnus sem ônus para a Administração, terá duração de 1 (um) ano, a partir da publicação desta Portaria.

Art. 6º. Revogam-se os efeitos da Portaria nº 145, de 16/04/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
01 de novembro de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 01 de novembro de 2019.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA N. 322/2019 REURB

Publicação Nº 2221395

PORTARIA N. 322 /2019
DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão Pará, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO requerimento de instauração de Processo Administrativo de Regularização Fundiária Urbana – REURB, conforme disposições da Lei nº 13.465/2017, referentemente ao núcleo urbano informal denomino VILA ESPERANÇA LADO DIREITO, neste Município, bem como o Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica do Município de Grão-Pará, RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR a instauração de Processo Administrativo de Regularização Fundiária Urbana – REURB, conforme disposições da Lei nº 13.465/2017, referentemente ao núcleo urbano informal denomino VILA ESPERANÇA LADO DIREITO, neste Município.

Art. 2º. A Comissão Técnica ora nomeada deverá:

I - No prazo de máximo de 180 (cento e oitenta) dias, promover estudo para definição da modalidade de Regularização Fundiária Urbana – REURB que será aplicada ao caso, nos termos dos artigos 13 e 30, inciso I, da Lei nº 13.465/2017;

II - Promover a classificação da modalidade de REURB aplicável ou, sendo o caso, emitir manifestação, fundamentada, pelo indeferimento

do requerimento;

III - Discriminar os recursos orçamentários a serem utilizados, sendo que os recursos devem estar previstos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária;

IV - Proceder a realização de audiências públicas, apresentando à população, sobremaneira, à comunidade que constitui o núcleo urbano informal, o projeto de regularização fundiária, com suas especificidades;

V - dar ampla publicidade sobre a instauração e demais atos relativos ao processamento deste Processo Administrativo de Regularização Fundiária Urbana – REURB, por meio de edital, com prazo de, no mínimo, 30 (trinta) dias, e notificando-se, pessoalmente, os confinantes e demais interessados, concedendo-lhes prazo de 30 (trinta) dias para impugnação, contado da data de recebimento da notificação, nos termos do artigo 28, inciso II, da Lei nº 13.465/2017 e artigo 24, §1º, do Decreto nº 9.310/18;

VI - Elaborar estudo preliminar (artigo 35, inciso III, da Lei nº 13.465/2017) e indicar as medidas de adequação das desconformidades existentes no projeto de regularização fundiária (artigo 36, incisos VI e VII, da Lei nº 13.465/2017);

VII – Promover a elaboração de Projeto de Regularização Fundiária e Projeto Urbanístico de Regularização Fundiária, em conformidade com o artigo 35 e seguintes da Lei nº 13.465/2017;

Art. 3º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Técnica será composta pelos servidores ALEXANDRE BONIN BAGGIO, que a presidirá, LIANDRA HILMANN PAZETO, DAIANA MICHELS JUNKES, ROSILDA PERIN BÖGER e EDMAR KEMPER NANDI, todos servidores e integrantes do Quadro desta instituição.

Parágrafo único. Serão suplentes os servidores JOSELI VENITO PICKLER SCHMIDT, KAROLINI MONTEIRO DA CORREGGIO e OSMAR LUIZ DA COREGIO.

Art. 4º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda infraestrutura disponível na sede da Prefeitura.

Art. 5º. A Comissão ora constituída, que exercerá seu múnus sem ônus para a Administração, terá duração de 1 (um) ano, a partir da publicação desta Portaria.

Art. 6º. Revogam-se os efeitos da Portaria nº 140, de 16/04/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,

01 de novembro de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 01 de novembro de 2019.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2221760

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores de que trata este dispositivo; considerando que os produtos/serviços fornecidos pela referida empresa vão ao encontro do interesse público do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 34.940,04 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Ordem de Pagamento nº 3897/2019.

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 07 de novembro de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ**4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 11-2019 LA DALLA**

Publicação Nº 2221268

QUARTO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 11/2019, DATADO DE 08 DE MARÇO DE 2019, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A LA DALLA PORTA JUNIOR, VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de Contratante, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASÍUS, e empresa LA DALLA PORTA JUNIOR estabelecida na Rua Pascoal Gomes Librelotto, n. 20, Andar Primeiro, Bairro Parque Don Antonio, Santa Maria/RS, inscrita no CNPJ/MF sob n. 11.145.401/0001-56 doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu representante legal Senhor Luis Alberto Dalla Porta Junior, brasileiro, inscrito no CNPF n. 016.047.580-58, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 11/2019, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar as quantidades dos itens abaixo especificados:

ITEM 65 - GAZE - GAZE 13 FIOS DESCRIÇÃO TÉCNICA: COMPRESSAS DE GAZE 13 FIOS HIDRÓFILASÃO CONFECCIONADAS EM FIOS 100% ALGODÃO EM TECIDO TIPO TELA, COM OITO CAMADAS E CINCO DOBRAS, COM DIMENSÃO DE 10 X 10 CM, QUANDO FECHADAS. SÃO ALVEJADAS, PURIFICADAS E ISENTAS DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS, AMIDO, CORANTES CORRETIVOS, ALVEJANTES ÓPTICOS. SÃO DOBRADAS PARA DENTRO EM TODA A SUA EXTENSÃO PARA EVITAR O DESFIAMENTO. PACOTE C/ 500UN. COM REG. ANVISA. – MARCA MDA – 500 PCT, passa para 625 PCT;

ITEM 66 - GAZE - GAZE QUEIJO DESCRITIVO, GAZE HIDRÓFILA TIPO QUEIJO, 100% FIBRAS DE ALGODÃO, ALTO PODER DE ABSORÇÃO, NÃO ESTÉRIL, ROLO MEDINDO 9,1 CM X 91 M NA COR BRANCA, 3 DOBRAS, 13 FIOS DE POR CMN, ISENTA DE QUALQUER DEFEITO PREJUDICIAL A SUA PERFEITA UTILIZAÇÃO, COM REGISTRO NA ANVISA E MINISTÉRIO DA SAÚDE. – MARCA MDA – 50 PCT, passa para 62 PCT.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 07 de novembro de 2019.

MARCIO BORBA BLASÍUS
Prefeito Municipal

LUIS ALBERTO DALLA PORTA JUNIOR
Administrador da Vendedora

TESTEMUNHAS

Gravatal

PREFEITURA

EXTRATO 7º ADT AO CONTRATO Nº 12/2017 - ALVES & MENDES LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA - FMS

Publicação Nº 2221087

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL
FUNDO DE SAÚDE

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2017
CREDENCIAMENTO Nº 02/2017

OBJETO: "VII TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO Nº 12/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATAL E A EMPRESA ALVES E MENDES LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, ABAIXO INDICADA, CREDENCIADA NOS TERMOS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2017, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS".

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CNPJ: 11.347.518/0001-12.

CONTRATADO: ALVES E MENDES LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA.

ENDEREÇO: Rua Antônio Pedro Mendonça, nº 3303, sala 04, bloco B - Bairro Termas do Gravatal.

CNPJ: 24.717.248.0001-36.

Cláusula I - Fica a presente avença prorrogada até o dia 31/12/2019.

Cláusula II – O valor do contrato permanece inalterado, sendo o valor mensal do teto financeiro de até R\$ 3.698,08 (Três mil seiscentos e noventa e oito Reais e oito centavos), totalizando R\$ 7.396,00 (Sete mil, trezentos e noventa e seis Reais).

Cláusula III – As despesas decorrentes deste correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

(27) 3.3.90.00.00.00.00.0065 – Teto Mun. Da Média e Alta Complexidade e Hospitalar

Cláusula IV - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula IX do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 30 de outubro de 2019.

FRANCISMARI ROSSI LESSA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA 598/2019 - CRISTIELE DA ROCHA MACHADO - PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

Publicação Nº 2220738

PORTARIA Nº 598/2019 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, o resultado final da eleição do conselho tutelar através do edital nº 01/2019 onde os mesmos tomarão posse em 10 de janeiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada a Portaria nº 539, de 23 de agosto de 2019, de nomeação em caráter temporário de CRISTIELE DA ROCHA MACHADO, Processo Seletivo nº 03/2019, classificação nº 03, para o cargo de Conselheira Tutelar, passando a vigorar até o dia 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 15 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 599/2019 - FRANCISCO LUIZ FERNANDES - PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

Publicação Nº 2220741

PORTARIA Nº 599/2019 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, o resultado final da eleição do conselho tutelar através do edital nº 01/2019 onde os mesmos tomarão posse em 10 de janeiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada a Portaria nº 540, de 23 de agosto de 2019, de nomeação em caráter temporário de FRANCISCO LUIZ FERNANDES, Processo Seletivo nº 03/2019, classificação nº 01, para o cargo de Conselheiro Tutelar, passando a vigorar até o dia 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,

em 15 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 600/2019 - JUAN ZEFERINO SERAFIM - PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

Publicação Nº 2220742

PORTARIA Nº 600/2019 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, o resultado final da eleição do conselho tutelar através do edital nº 01/2019 onde os mesmos tomarão posse em 10 de janeiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada a Portaria nº 312, de 15 de março de 2019, de nomeação em caráter temporário de JUAN ZEFERINO SERAFIM, para o cargo de Conselheiro Tutelar, 2º suplente da eleição ocorrida em 04 de outubro de 2015, passando a vigorar até o dia 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,

em 15 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 601/2019 - MAYARA CORREA DOS SANTOS - PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

Publicação Nº 2220746

PORTARIA Nº 601/2019 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, o resultado final da eleição do conselho tutelar através do edital nº 01/2019 onde os mesmos tomarão posse em 10 de janeiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada a Portaria nº 541, de 23 de agosto de 2019, de nomeação em caráter temporário de MAYARA CORREA DOS SANTOS, Processo Seletivo nº 03/2019, classificação nº 02, para o cargo de Conselheira Tutelar, passando a vigorar até o dia 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,

em 15 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 602/2019 - SIMONE GOMES DA SILVA - PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

Publicação Nº 2220747

PORTARIA Nº 602/2019 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, o resultado final da eleição do conselho tutelar através do edital nº 01/2019 onde os mesmos tomarão posse em 10 de janeiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada a Portaria nº 516, de 09 de agosto de 2019, de nomeação em caráter temporário de SIMONE GOMES DA SILVA, para o cargo de Conselheira Tutelar, 5ª suplente da eleição ocorrida em 04 de outubro de 2015, passando a vigorar até o dia 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,

em 15 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 603/2019 - ANDREA APARECIDA DOS SANTOS DE AGUIAR - REVOGA PORTARIA 69/2018

Publicação Nº 2220748

PORTARIA N.º 603/2019 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria 69/2018 de 02 de janeiro de 2018 que concedeu a servidora ANDREA APARECIDA DOS SANTOS DE AGUIAR, gratificação de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,

em 15 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 604/2019 - GISLAINE ROSA FERNANDES - EXONERAR

Publicação Nº 2220751

PORTARIA Nº 604/2019 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido GISLAINE ROSA FERNANDES, da função do cargo de Professora Educação Infantil, de provimento temporário, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,

em 15 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 605/2019 - TANIA PINHEIRO GOULART - CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 2220754

PORTARIA Nº 605/2019 DE 16 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que a servidora Elisangela Correa Medeiros Pereira, ocupante do cargo efetivo de Professora Ensino Fundamental, encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde, ocasionando a vacância da vaga de Professora Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professora Ensino Fundamental, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 009/2018 e chamada pública nº 35.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário TANIA PINHEIRO GOULART, Processo Seletivo nº 009/2018, classificação nº 54, para a função do cargo temporário de Professora Ensino Fundamental, com carga horária de 20 horas semanais, na EEB Joaquim Cardoso Duarte, localizado no Bairro Pouso Alto, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 16 de outubro de 2019 até o término da Licença para Tratamento de Saúde da Titular e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 16 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 606/2019 - DANUBIA FIGUEIREDO M. B. FIDELIS - EXONERAR

Publicação Nº 2220756

PORTARIA Nº 606/2019 DE 17 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido DANUBIA FIGUEIREDO MENDES BATISTA FIDELIS, da função do cargo de Professora Ensino Fundamental, de provimento temporário, com carga horária de 20 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 17 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 607/2019 - JOELMA DE MEDEIROS - FÉRIAS

Publicação Nº 2220757

PORTARIA Nº 607/2019 DE 17 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a servidora municipal JOELMA DE MEDEIROS, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 01/07/2018 a 30/06/2019, devendo ser gozadas entre 17/10/2019 a 15/11/2019;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 17 de outubro de 2019.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 608/2019 - DANUBIA FIGUEIREDO MENDES BATISTA FIDELIS - CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 2220759

PORTARIA Nº 608/2019 DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que a servidora ACT Gislaíne Rosa Fernandes, ocupante do cargo temporário de Professora Educação Infantil, pediu exoneração do cargo, ocasionando a vacância da vaga de Professora Educação Infantil;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professora Educação Infantil, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 009/2018 e chamada pública nº 36.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário DANUBIA FIGUEIREDO MENDES BATISTA FIDELIS, Processo Seletivo nº 009/2018, classificação nº 146, para o cargo temporário de Professora Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, no Centro Educacional Infantil Prof. Almerinda dos Santos Mendes, localizado no bairro Pouso Alto, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 18 de outubro de 2019 a 13 de dezembro de 2019 e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 18 de outubro de 2019.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 609/2019 - GECINEIA DE SOUZA MARTINS MENDES - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2220762

PORTARIA Nº 609/2019 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 01 (um) mês de Licença Prêmio a servidora municipal GECINEIA DE SOUZA MARTINS MENDES, matrícula nº 1000/01, ocupante do cargo de Professora Ensino Fundamental - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2003 a 04/12/2008, devendo ser gozada no período de 21/10/2019 a 19/11/2019.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 21 de outubro de 2019.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se e Cumpra-se.

PORTARIA 610/2019 - KAROLAINÉ MACHADO DE MEDEIROS - CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 2220763

PORTARIA Nº 610/2019 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que a servidora Danubia Figueiredo Mendes Batista Fidelis, ocupante do cargo temporário de Professora Ensino Fundamental, pediu exoneração do cargo, ocasionando a vacância da vaga de Professora Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professora Ensino Fundamental, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 009/2018 e chamada pública nº 37.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário KAROLAINÉ MACHADO DE MEDEIROS, Processo Seletivo nº 009/2018, classificação nº 23, para a função do cargo temporário de Professora Ensino Fundamental, com carga horária de 20 horas semanais, na EEB David Fileti, localizado no Bairro São Roque, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 21 de outubro de 2019 até 13 de dezembro de 2019 e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 21 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 611/2019 - HORA EXTRA OUTUBRO 2019

Publicação Nº 2220765

PORTARIA Nº 611/2019 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO: A Autorização de Pagamento de Horas Extras/Ponto, enviada mensalmente pelos secretários municipais, indicando os funcionários que fazem jus ao direito e a quantidade de horas extras que devem ser pagas;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER horas extras aos servidores abaixo relacionados, trabalhadas durante os meses de setembro e outubro do ano corrente com as vantagens estabelecidas em Lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Alexsandro Magaroto de Oliveira	30,00
Ana Claudia da Silva	60,00
Jose Nazareno Fidelis	30,00
Maria Aparecida Martins da Silva	30,00
Muriel Marcon Cardoso	30,00
Nilson Ribeiro Fernandes	30,00
Raquel Martins Mendes	60,00

SECRETARIA DE SAÚDE	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Andrea Felipe Fidelis	17,00
Cassio Ferreira Bitencourt	18,00
Clayton Cardoso Pereira	40,00
Cristini Martins Ferreira	30,00
Eduardo Fernandes Mendonça	20,00
Fernanda Silva Medeiros	25,00
Francieli Guimaraes Rabello	8,42
Gilmar Comeli Rodrigues	40,00
Gustavo Alvarez da Cunha	7,00
Jose Carlos Alves da Silva	40,00

Juliano Fagundes de Araujo	30,00
Marcio Laurentino Mendonça	40,00
Rafael Fernandes Machado	12,00
Ramon Santana Balbino	20,00
Rosimar Vicenzi de Assunção Mendes	60,00
Tatiane Pacheco dos Passos	7,00
Verenice Philippi Correa	20,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Cedoir Martins de Souza	57,51
Celio Batista	59,51
Deyvid da Silva dos Santos	30,00
Eder Soares da Silva	59,28
Jose Carlos Beckhauser Mendes	58,47
Marlei Mendes dos Santos Martins	30,00
Rodinei Mendes Monteiro	59,49

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Alex Martins da Silva	59,59
Daniel May Maciano	9,38
Fabricio de Oliveira Machado	30,00
Jose Marangoni Furlan	14,21
Jose Rodrigues Fernandes	4,18
Paulo Melo da Silva	28,37
Salesio Veronez	13,22
Valerio Fileti	17,45
Wilson Mendes	30,00

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Paulo Martins da Rosa	22,08
Silvio Veronez	27,53
Zenilton Nascimento	26,03

GABINETE DO PREFEITO	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Alex Candido Claudino	30,00

SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Franciane da Silva Gonçalves	20,00
Harlei Becker do Prado Lima	30,00
Israel Fernandes Inacio	30,00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gravatal/SC, 22 de outubro de 2019.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 612/2019 - BERNADETE MENDES CORREA - FÉRIAS

Publicação Nº 2220767

PORTARIA Nº 612/2019 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a servidora municipal BERNADETE MENDES CORREA, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 03/01/2018 a 02/01/2019, devendo ser gozadas entre 23/10/2019 a 21/11/2019;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 23 de outubro de 2019.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 613/2019 - REMANEJAMENTO DE VEÍCULO YAMAHA-XTZ150 CROSSER E QHJ6228

Publicação Nº 2220769

PORTARIA N.º 613/2019 DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de remanejamento da frota do Município, baixa a seguinte portaria:

Art. 1º- O veículo abaixo identificado fica remanejado da seguinte forma:

Veículo	Placa	Origem	Destino Patrimônio
Yamaha/XTZ150 Crosser e	QHJ-6228	Fundo Municipal de Saúde	Secretaria de 8798 Administração

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 24 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se

E publique-se

PORTARIA 614/2019 - MARIELLI DE ALMEIDA GONÇALVES VIANA - EXONERAR

Publicação Nº 2220771

PORTARIA Nº 614/2019 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar por término de contrato MARIELLI DE ALMEIDA GONÇALVES VIANA, da função do cargo de Professora Ensino Fundamental, de provimento temporário, com carga horária de 20 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 25 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 615/2019 - ROSA SELMA DOS SANTOS - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2220772

PORTARIA Nº 615/2019 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 02 (dois) meses de Licença Prêmio a servidora municipal ROSA SELMA DOS SANTOS, matrícula nº 10200/06, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2003 a 04/12/2008, devendo ser gozada no período de 25/10/2019 a 23/12/2019.

Art. 2º- CONCEDER 02 (dois) meses de Licença Prêmio a servidora municipal ROSA SELMA DOS SANTOS, matrícula nº 10200/11, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 01/07/2004 a 01/07/2009, devendo ser gozada no período de 25/10/2019 a 23/12/2019.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 25 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se e Cumpra-se.

PORTARIA 616/2019 - ANDREZA DE OLIVEIRA DA SILVA - CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 2220773

PORTARIA Nº 616/2019 DE 28 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que a servidora municipal titular, Bruna de Oliveira de Souza, ocupante do cargo efetivo de Professora Ensino Fundamental – Educação Física, encontra-se afastada para exercer o cargo de Coordenadora de Ensino na Secretaria de Educação, ocasionando a vacância da vaga de Professora Ensino Fundamental – Educação Física;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professora Ensino Fundamental – Educação Física, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 009/2018 e chamada pública nº 21.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário ANDREZA DE OLIVEIRA DA SILVA, Processo Seletivo nº 009/2018, classificação nº 18, para a função do cargo temporário de Professora Ensino Fundamental – Educação Física, com carga horária de 20 horas semanais, na EEB Joaquim Cardoso Duarte, localizado no bairro Pouso Alto, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 28 de outubro de 2019 à 13 de dezembro de 2019 e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 28 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 617/2019 - SAMANTA MACHADO MADEIRA NASCIMENTO - EXONERAR

Publicação Nº 2220776

PORTARIA Nº 617/2019 DE 28 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido SAMANTA MACHADO MADEIRA NASCIMENTO, da função do cargo de Auxiliar Serviços Gerais, de provimento temporário, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 28 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 618/2019 - CASSIA DE MEDEIROS LAURINDO NUNES - EXONERAR

Publicação Nº 2220779

PORTARIA Nº 618/2019 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido CASSIA DE MEDEIROS LAURINDO NUNES, da função do cargo de Professora Educação Infantil, de provimento temporário, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 29 de outubro de 2019.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 619/2019 - AILTON BITENCOURT - FÉRIAS

Publicação Nº 2220780

PORTARIA Nº 619/2019 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal AILTON BITENCOURT, ocupante do cargo de Agente de Vigilância em Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 17/05/2018 a 16/05/2019, devendo ser gozadas entre 29/10/2019 a 27/11/2019;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 29 de outubro de 2019.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 620/2019 - SALESIO VERONEZ - FÉRIAS

Publicação Nº 2220784

PORTARIA Nº 620/2019 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal SALESIO VERONEZ, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 20/05/2018 a 19/05/2019, devendo ser gozadas entre 29/10/2019 a 27/11/2019;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 29 de outubro de 2019.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATOS ADITIVOS AD06.19 CONT 34.17.DOCX

Publicação Nº 2221848

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad06/19Cont34/17 - Contrato Nº: 34/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: CELSO PARISOTTO - ME

Valor : 521,70 (quinhentos e vinte e um reais e setenta centavos)

Vigência : Início: 08/11/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS, KOMBI E MICRO-ONIBUS) DESTINADO PARA O TRAJETOS ESCOLARES, GARANTINDO O ACESSO E A PERMANÊNCIA NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2019. ACRÉSCIMO DE QUILOMETRAGEM.

EXTRATOS CONTRATOS 109 E 110.2019.DOCX

Publicação Nº 2221592

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 109/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: DILCE TERESINHA NADIN MULLER 01526452928

Valor : 12.990,00 (doze mil novecentos e noventa reais)

Vigência : Início: 08/11/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 126/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS (ARMÁRIOS, MESAS, BANCO, MESA IMPRESSORA E OUTROS) PARA A ESCOLA MUNICIPAL PEDRO THEOBALDO RITTER E ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER, ONDE ESTUDAM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Contrato Nº.: 110/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: VICTOR MOVEIS PLANEJADOS LTDA

Valor : 16.800,00 (dezesesseis mil oitocentos reais)

Vigência : Início: 08/11/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 126/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS (ARMÁRIOS, MESAS, BANCO, MESA IMPRESSORA E OUTROS) PARA A ESCOLA MUNICIPAL PEDRO THEOBALDO RITTER E ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER, ONDE ESTUDAM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 152.2019 PMGBA.DOCX

Publicação Nº 2221588

PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2019

PROCESSO Nº 152/2019 HOMOLOGAÇÃO: 08/11/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS (ARMÁRIOS, MESAS, BANCO, MESA IMPRESSORA E OUTROS) PARA A ESCOLA MUNICIPAL PEDRO THEOBALDO RITTER E ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER, ONDE ESTUDAM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

CONTRATADO: VICTOR MOVEIS PLANEJADOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil oitocentos reais)

CONTRATADO: DILCE TERESINHA NADIN MULLER 01526452928

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.990,00 (doze mil novecentos e noventa reais)

=====

Guaramirim

PREFEITURA

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2019 - FMAS

Publicação Nº 2221376

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2019 - FMAS

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A REVISÃO PERIÓDICA PREVENTIVA DO VEÍCULO FORD KA DE PLACA QIZ-7425 DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, incisos XVII, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratada: VIEL COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, sob o CNPJ nº 27.852.911/0001-01, estabelecida na Henrique Piazero, nº 199, CEP 89.252-060, bairro Centro, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina.

Valor: R\$ 529,00 (quinhentos e vinte e nove reais).

Guaramirim (SC), 08 de novembro de 2019.
LUIS ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 242/2019 – PMG

Publicação Nº 2221498

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 242/2019 – PMG

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE LIVRO PEDAGÓGICO E PARADIDÁTICO SOBRE A HISTÓRIA DE GUARAMIRIM PARA OS ALUNOS DO 3º ANO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

Modalidade de Licitação: Inexigibilidade de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Contratada: EDITORA CAMUS LTDA, sob o CNPJ nº 10.269.291/0001-71, estabelecida na Rua Vicenzo Righes, nº 122, Bairro Centro, Curitiba - SC, CEP: 89.520-000.

Valor: R\$ 26.012,00 (vinte e seis mil e doze reais).

Guaramirim (SC), 08 de novembro de 2019.
LUIS ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 69/2019 - FMS

Publicação Nº 2221058

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 69/2019- FMS
Processo Licitatório nº: 043/2019 - FMS

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS PARA O AMBULATORIO MUNICIPAL DE ESPECIALIDADES - AME, ATENDENDO A PROPOSTA MINISTÉRIO DA SAÚDE, RECURSO DE EMENDA PARLAMENTAR.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 09.253.952/0001-91, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratado: MARCOS JEFFERSON BORGES SANTOS ME, inscrita no CNPJ sob o nº 24.473.719/0001-08 , estabelecida na Rua: Bahia nº 06 - casa 28 – Campo Pequeno, cidade de Colombo -PR – CEP: 83.404-350

Valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais)

Data da Assinatura: 06/11/2019 Vigência: 31/12/2019

GUARAMIRIM (SC), 08/11/2019

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 70/2019 - FMS

Publicação Nº 2221061

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO 70/2019- FMS

Processo Licitatório nº: 043/2019 - FMS

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS PARA O AMBULATORIO MUNICIPAL DE ESPECIALIDADES - AME, ATENDENDO A PROPOSTA MINISTÉRIO DA SAÚDE, RECURSO DE EMENDA PARLAMENTAR.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 09.253.952/0001-91, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratado: SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 24.537.9450001-05 , estabelecida na Rua: Ricardo Georg, nº 1115 – Itoupava Central, cidade de Blumenau- SC– CEP: 89.069.100

Valor: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 06/11/2019 Vigência: 31/12/2019

GUARAMIRIM (SC), 08/11/2019

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 71/2019 - FMS

Publicação Nº 2221066

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO 71/2019- FMS

Processo Licitatório nº: 043/2019 - FMS

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS PARA O AMBULATORIO MUNICIPAL DE ESPECIALIDADES - AME, ATENDENDO A PROPOSTA MINISTÉRIO DA SAÚDE, RECURSO DE EMENDA PARLAMENTAR.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 09.253.952/0001-91, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratado: CIRURGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 07.626.776/0001-60 , estabelecida na Rod. dos Minerios, nº 403 – Jardim Monterrey, cidade de Almirante Tamandaré- PR – CEP: 83.507-000

Valor: R\$ R\$ 1.440,00 (mil e quatrocentos e quarenta reais).

Data da Assinatura: 06/11/2019 Vigência: 31/12/2019

GUARAMIRIM (SC), 08/11/2019

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR 160/2019

Publicação Nº 2221367

LEI COMPLEMENTAR Nº. 160/2019

Acrescenta dispositivo na Lei Complementar nº. 007/2001, que dispõe sobre o plano de cargos e salários dos servidores públicos do Município de Guaramirim.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A lei complementar nº. 07/2001 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 55.

§ 4º A comissão terá dedicação prioritária para a resolução do processo, sendo que os membros não terão prejuízo em seu vencimento e demais vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas por lei.” (NR)

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de novembro de 2019.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR 161/2019

Publicação Nº 2221365

LEI COMPLEMENTAR Nº. 161/2019

Altera a Lei Complementar nº. 07/2001, que dispõe sobre o plano de cargos e salários dos servidores públicos do Município de Guaramirim.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Anexo VI da Lei Complementar nº. 07/2001 passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

ANEXO VI

.....

“GRUPO I - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS

TÍTULO DO CARGO: HISTORIADOR

.....

Atividades Típicas:

.....

Executar a Lei do Sistema Municipal de Cultura e a lei do tombamento em conjunto com o Conselho Municipal de Política Cultural de Guaramirim - CMPCG, e o equipe da Fundação Cultural de Guaramirim.”

“GRUPO I - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS

TÍTULO DO CARGO: BIBLIOTECÁRIO

.....

Atividades Típicas:

.....

Executar a Lei do Sistema Municipal de Cultura e a lei do tombamento em conjunto com o Conselho Municipal de Política Cultural de Guaramirim - CMPCG, e o equipe da Fundação Cultural de Guaramirim.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de novembro de 2019.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 495/2019

Publicação Nº 2221358

PORTARIA Nº. 495/2019

Concede licença saúde para Giovanni Fernandes.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde para Giovanni Fernandes, Motorista de Caminhão, vinculado à Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 06 de novembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de novembro de 2019.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 496/2019

Publicação Nº 2221359

PORTARIA Nº. 496/2019

Designa funções à servidora Doris Marcellino.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa Doris Marcellino, Agente Administrativo II, vinculada à Secretaria de Administração e Finanças, para desempenhar suas funções nos Cemitérios Municipais, na Capela Mortuária e na Junta de Serviço Militar, a partir de 10 de junho de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de novembro de 2019.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 497/2019

Publicação Nº 2221362

PORTARIA Nº. 497/2019

Transfere Margarete da Silva Boeira de Meneses.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Transferir Margarete da Silva Boeira de Meneses, Agente de Serviços Gerais, da Secretaria de Educação à Secretaria de Administração, a partir de 01 de outubro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de novembro de 2019.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

RESOLUÇÃO Nº 21/2019 CMDCA DISPÕE DA AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS CUSTEADOS COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA

Publicação Nº 2221528

RESOLUÇÃO Nº 21/2019 CMDCA

Dispõe da avaliação de execução dos Projetos custeados com recursos do Fundo Municipal da Infância e adolescência - FIA

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guaramirim - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 3.638/2009;

Considerando a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guaramirim - CMDCA, realizada no dia 07 de novembro de 2019, às 08h30min, no auditório da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação. Sob ata nº 16/2019;

Resolve:

Art. 1º. Aprovar a prestação de contas, em relação à execução, referente à parcela única no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Sendo o recurso utilizado para custear o Projeto Segurança é Preciso, da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, sob convênio nº. 024/2016, autorizado pela Lei Municipal nº. 4.367/2016.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim, 08 de novembro de 2019.

RUDI SANO

Presidente do CMDCA

Guarujá do Sul

PREFEITURA

161/2019

Publicação Nº 2221124

DECRETO Nº 161/2019
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.608/2018 de 22 de novembro de 2018.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.000,00(dois mil reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2019, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 07- SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Unidade 01- Departamento de Indústria e Comércio:

Função 22 – Indústria

Subfunção 661 – Promoção Industrial

Programa 36 – Incentivo a Indústria e Comércio

Atividade: 2.071 – Manutenção da Secretaria de Indústria e Comércio

3.3.90.00.00.00.118-Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido o Superavit Financeiro do Exercício de 2018, referente aos recursos Próprios o valor de R\$ 2.000,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 08 de novembro de 2019.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Franciane Baseggio

Secretário Administração e Fazenda

162/2019

Publicação Nº 2221724

DECRETO Nº 162/2019
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.644/2019 de 08 de novembro de 2019.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2019, destinado a inclusão do seguinte item orçamentário:

Órgão 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS:

Unidade 01- Departamento de Urbanismo:

Função 15 – Urbanismo

Subfunção 451 – Infra Estrutura Urbana

Programa 19 – Vias Públicas

Projeto: 1.007 – Pavimentação de Ruas

4.4.90.00-00.00.026- Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Soma R\$ 150.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica utilizado o recurso do Programa 2019008352, firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura, para Execução de Perfilagem Asfáltica, no valor de R\$ 150.000,00.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Franciane Baseggio

Secretário Administração e Fazenda

2644/2019

Publicação Nº 2221722

LEI Nº 2.644/2019

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudio Junior Weschenfelder, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Faço saber a Todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2019, destinado a inclusão do seguinte item orçamentário:

Órgão 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS:

Unidade 01- Departamento de Urbanismo:

Função 15 – Urbanismo

Subfunção 451 – Infra Estrutura Urbana

Programa 19 – Vias Públicas

Projeto: 1.007 – Pavimentação de Ruas

4.4.90.00-00.00.026- Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Soma R\$ 150.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica utilizado o recurso do Programa 2019008352, firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura, para Execução de Perfilagem Asfáltica, no valor de R\$ 150.000,00.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Franciane Baseggio

Secretário Administração e Fazenda

Guatambú

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO AVISO PREGÃO PRESENCIAL RP 43/2019

Publicação Nº 2221088

Estado de Santa Catarina
Município de Guatambu
Retificação de Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 532/2019.

Pregão Presencial RP n. 43/2019.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE GUATAMBU - SC, de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos no Anexo I deste edital.

Justificativa: Decreto de Luto Oficial 245/2019

Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 13/11/2019.

Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 13/11/2019.

O Edital poderá ser obtido no site www.guatambu.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manuel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3336-0102.

Guatambu, SC, 11 de novembro de 2019.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº 072/2019

Publicação Nº 2221758

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0123/2019
EXTRATO CONTRATO Nº 072/2019
CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:
ZANARDO SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: Prestação de Serviços de Segurança Patrimonial Preventiva Privada, através de Vigilância Eletrônica com Fornecimento, Instalação, Manutenção e Monitoramento 24 horas, em sistema de comodato, com pronto atendimento de ocorrências com a manutenção se for necessário, sem ônus a contratante, a ser instalado em todas as unidades da Administração Municipal.

VALOR R\$ 18.999,09 (dezenove mil novecentos e noventa e nove reais e nove centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2019, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.313/2018 de 28/12/2018.

Herval d'Oeste (SC), 04 de novembro de 2019.
Américo Lorini
Prefeito.

Ivan Zanardo
Pela Contratada

NOTIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2019

Publicação Nº 2221755

NOTIFICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0124/2019
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2019

OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para execução de reformas na Escola Básica Municipal Estação Luzerna, Centro Municipal de Educação Pequeno Príncipe, com fornecimento de material e mão de obra

NOTIFICANTE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES do município de Herval d'Oeste, com sede administrativa na Rua Nereu Ramos, 389 – Centro Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, por sua presidente Senhora TAILANA CRISTINA DE BORBA, inscrita no CPF sob nº. 082.099.219-40

NOTIFICADOS: B& Construtora Eireli CNPJ 07.052.006/0001-51; Ampliar Construções e Pré Moldados Ltda. CNPJ 10.834.674/0001-45; Strahl Engenharia Eireli – ME CNPJ 20.554.701/0001-80 e Egito Engenharia Ltda. EPP. CNPJ 09.306.253/0001-62; pessoas jurídicas de direito privado, participantes do processo licitatório nº 124/2019, na pessoa do seu representante legal, A Comissão Permanente de Licitações do Município de Herval d'Oeste, através de seu representante já qualificado, desejando prover a conservação e ressalva de seus direitos, bem como manifestar intenção de modo formal e prevenir responsabilidade, em conformidade com o capítulo XIII, item 13.6 do edital que rege o processo licitatório nº 00124/2019 Tomada de Preços nº 011/2019 vem:

NOTIFICAR:

Os Licitantes acima identificados, e a quem interessar possa, nos termos que a seguir articula:

Tendo em vista que que não houve interposição de recurso administrativo contra a decisão da comissão de licitação, na fase de habilitação, do processo licitatório acima epigrafado, NOTIFICAMOS Vossa Senhoria, para a sessão pública de abertura das propostas que ocorrerá dia 11/11/2019 às 16h00min horas na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Herval d'Oeste, em 08 de novembro de 2019.
TAILANA CRISTINA DE BORBA
Presidente da Comissão

PORTARIA Nº 1569/2019

Publicação Nº 2221741

PORTARIA Nº 1569/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar de 08 de novembro de 2019, a servidora PATRÍCIA JAKES DAVERSA (MATRÍCULA 4847), a qual exerce a função de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de Novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2019

Publicação Nº 2221710

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0133/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2019

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE.

OBJETO.

Registro de Preços para a futura e/ou eventual Contratação de Empresa(s) especializada(s) na Prestação de Serviços de Operação e/ou Manutenção, envolvendo serviços elétricos, hidro sanitários, vidraçaria, lógica e telefonia, de construção civil, esquadrias e estruturas metálicas, instalação e manutenção de divisórias, manutenção e aplicação de gesso e serviços de pinturas, podendo ser esta(s) operação (ões) e/ou atividade(s): preventivas, corretivas e preditivas, com fornecimento de mão de obra, visando ao atendimento nos sistemas, equipamentos e instalações prediais utilizados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, e em quaisquer novas instalações que venham a ser ocupadas por este(s) Órgão(s), respeitando os termos e condições conforme descrições e quantitativos pelo período de 12(doze) meses. ENTREGA DOS ENVELOPES.

Até às 09h00min do dia 25 de Novembro de 2019.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizadas.

EDITAL NA ÍNTEGRA.

O edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, ao custo de R\$ 21,50 (vinte e um reais e cinquenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional.

Outras informações pelo fone: (49) 3554-0922.

Herval d'Oeste, 06 de Novembro de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal.

IPREVI/HO**RESOLUÇÃO Nº 038/2019**

Publicação Nº 2221734

RESOLUÇÃO Nº 038/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COMUM, COM PROVENTOS INTEGRAIS EQUIVALENTES À ÚLTIMA REMUNERAÇÃO E PARIDADE, A SERVIDORA REMECILDA TERESINHA DOS SANTOS.”

LOREDÍ DE DEUS E SILVA, Presidente do Conselho de Administração, e BRUNNA KARLA COSTENARO PROVENCÍ, Diretora de Gestão Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o pedido de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – Comum, formalizado pela servidora em 30/09/2019;

Considerando que o requerimento foi protocolado junto ao Setor de Recursos Humanos sob o nº 1230/2019, estando devidamente formalizado e com todos os procedimentos regulares;

Considerando a Portaria nº 1565/2019 de 08/11/2019;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder nos termos do Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2005, Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – Comum, a servidora REMECILDA TERESINHA DOS SANTOS (Matrícula nº 50), ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, cargo em extinção, 40 horas semanais, com proventos integrais equivalentes à última remuneração e paridade; a partir de 06 de novembro de 2019;

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data da concessão do benefício.

Herval d'Oeste/SC, 08 de novembro de 2019.
BRUNNA KARLA COSTENARO PROVENCÍ
Diretora de Gestão
Administrativa

LOREDÍ DE DEUS E SILVA
Presidente do Conselho
de Administração

Ibiam**PREFEITURA****DECRETO Nº 3340/2019**

Publicação Nº 2221278

DECRETO Nº 3340, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0620/2018:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), no orçamento de 2019 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão:	02	Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária:	0202	Sec. Mun. De Administração e Fazenda
Função:	04	Administração
Sub-Função:	122	Administração Geral
Programa:	0402	Administração Geral
Projeto/Atividade:	2004	Manut. das Atividades Administrativas
Modalidade de Aplicação:	31900000	Aplicações Diretas
Fonte:	1100	Recursos Ordinários
Valor:	R\$	25.000,00
Red.:	4	

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, fica anulada a importância de no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) , no orçamento de 2019 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte rubrica orçamentaria:

Órgão:	02	Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária:	0202	Sec. Mun. De Administração e Fazenda
Função:	04	Administração
Sub-Função:	122	Administração Geral
Programa:	0402	Administração Geral
Projeto/Atividade:	2004	Manut. das Atividades Administrativas
Modalidade de Aplicação:	33900000	Aplicações Diretas
Fonte:	1100	Recursos Ordinários
Valor:	R\$	25.000,00
Red.:	8	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 31 DE OUTUBRO DE 2019.

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

DECRETO Nº 3341/2019

Publicação Nº 2221280

DECRETO Nº 3342 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam , Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0620/2018:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), no orçamento de 2019 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão:	02	Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária:	04	Sec. Mun. De Infraestrutura, Obras e Transp.
Função:	26	Transporte
Sub-Função:	782	Transporte Rodoviário
Programa:	2601	Estradas Vicinais
Projeto/Atividade:	2013	Manut. das Ativ. De Infraestrutura, Obras e Transp.
Modalidade de Aplicação:	3190	Aplicações Diretas
Fonte de Recursos:	1300	Super.Recursos Ordinários
Valor:		30.000,00
Red.: 182		

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro na Fonte 00 apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 31 DE OUTUBRO DE 2019.

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

DECRETO Nº 3342/2019

Publicação Nº 2221282

DECRETO Nº. 3242, DE 21 DE JANEIRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0620/2018:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 1.125,70 (Hum mil, cento e vinte e cinco reais e setenta centavos), no orçamento de 2019 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão:	02	CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária:	0205	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO
Função:	10	SAÚDE
Sub-Função:	306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
Programa:	1002	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Projeto/Atividade:	2014	PROGR.SUPL. DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Modalidade de Aplicação:	33900000	APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte:	1337	SUPERÁVIT DO PNAE
Valor:		1.125,70
Red.: 158		

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 21 DE JANEIRO DE 2019.

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art.

20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretario de Administração e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 026-19

Publicação Nº 2221460

PORTARIA Nº 026 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

(CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DANIEL VINICIUS RAMOS)

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Ibiam – SC, no uso de suas atribuições e competências que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Art 1º Conceder férias ao servidor Daniel Vinicius Ramos, ocupante do cargo de Contador - Nível 3 - Referência E - Anexo I-A da Lei Municipal 052/97 de 11 de agosto de 1997. Férias referente ao período aquisitivo de 18/11/2018 à 17/11/2019. O Funcionário gozará férias no período de 01/11/2019 à 30/11/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Ibiam- SC, 31 de outubro de 2019	
SÉRGIO ANTONIO RAMOS	JOSÉ HENRIQUE R. MOREIRA
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE

MIGUEL FELICETTI	JOCIMAR T DE OLIVEIRA
2º VICE-PRESIDENTE	1º SECRETÁRIO

MARCIA AP. G. DE OLIVEIRA
2º SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO DA MESA Nº 001/2019

Publicação Nº 2221854

RESOLUÇÃO DA MESA Nº 001, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES, Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando a necessidade de adequação à legislação vigente acerca do patrimônio público.

Com amparo no artigo 65, inciso I, da Lei Orgânica Municipal e artigo 47, inciso I do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º. Regulamenta a avaliação inicial do patrimônio, o inventário patrimonial, a depreciação e gestão dos bens móveis e imóveis do Poder Legislativo Município de Ibiam SC.

Art. 2º. Os bens patrimoniais do Poder legislativo Município de Ibiam SC serão administrados e controlados em conformidade com a legislação pertinente à matéria e o que dispõe este Decreto.

**CAPÍTULO I
AVALIAÇÃO INICIAL**

Art. 3º. A avaliação inicial dos bens móveis e imóveis serão realizadas por comissão especial designada por meio de Portaria.

§ 1º. Para a realização da avaliação patrimonial e obtenção do valor contábil do bem a comissão especial fará o inventário patrimonial.

§ 2º. Os bens deverão ser cadastrados e identificados quanto à sua localização física em centros de custos, bem como a identificação do usuário responsável pelo bem e o seu chefe imediato.

§ 3º. O índice usado para atualização dos bens móveis e imóveis será INPC.

Art. 4º. Serão considerados bens móveis para efeitos de Inventário Patrimonial e registro contábil, aquele cujo valor de aquisição ou de reavaliação sejam superiores a R\$ 80,00 (Oitenta Reais), e ainda aos seguintes critérios para caracteriza-lo como Ativo Permanente:

I – durabilidade: necessidade do bem perdurar dois anos com utilização normal;

II – fragilidade: refere-se à estrutura do bem, não podendo ser quebradiço ou deformável;

III – perecibilidade: possibilidade de modificação física ou química através do tempo;

IV – incorporabilidade: incorporação a outro bem não podendo ser removido sem prejuízo do bem principal;

V – transformabilidade: quando o bem adquirido para fins de transformação, devendo ser analisada a finalidade da aquisição;

VI – custo-benefício: quando o custo do controle for incompatível para realizar seu registro.

Parágrafo Único. Os bens que possuem as mesmas características, mesma localização no centro de custo, mesma utilização e mesmo valor unitário, podem ser cadastradas em conjunto, podendo ser apenas um código de patrimônio e no cadastro constar as quantidades, ou um intervalo de códigos que corresponda às quantidades.

Art. 5º. Serão considerados bens móveis em relação carga, aqueles que tiverem previsão de durabilidade possível superior a 2 anos, mas que não reúnam as condições para controle patrimonial e ativo contábil.

§ 1º. A relação carga é o arrolamento de todos os materiais que não satisfazem às condições para controle patrimonial e registro no ativo da entidade, mas que precisam de controle quanto ao seu uso e conservação.

Art. 6º. Serão considerados bens imóveis, os terrenos, as edificações e as obras em andamento.

Parágrafo Único. Os bens imóveis não conterão plaqueta, todavia, a matrícula deve ser identificada com o código do Patrimônio.

Art. 7º. A avaliação inicial somente será levada a efeito após o levantamento de inventário, onde serão reclassificados os bens que não são considerados permanentes, mas, sim, controlados em relação carga.

Art. 8º. Para efeitos de avaliação, a Comissão de inventário deve aplicar sobre o valor de mercado do bem os seguintes redutores, conforme o estado de conservação destes:

I – 80% ótimo;em condições de uso.

II – 50% bom;Pode ser utilizado.

V - 10% péssimo.Sem condição de uso.

Art. 9º. Na execução do inventário patrimonial a Comissão deverá identificar o bem e fixar a plaqueta com o código do bem, correspondendo ao registro no Cadastro Geral de Bens Patrimoniais do Município.

Art. 10. O resultado do inventário será apresentado em relatório identificando:

I – as ocorrências, onde serão registradas as não conformidades encontradas no inventário;

II – as providências sugeridas;

III – ata de encerramento dos trabalhos;

IV - registro de inventário patrimonial, conforme Anexo I deste Decreto.

Parágrafo Único. O Relatório de inventário será disponibilizado ao Setor de Patrimônio e à Unidade de Controle Interno.

Art. 11. A data de corte para efeitos da primeira avaliação a valores e mercado ou a valor justo, para efeitos do início da depreciação, fica estabelecida em 31/12/2019.

CAPÍTULO II

DO REGISTRO PATRIMONIAL

Art. 12. Encerrado o processo de inventário, o setor de patrimônio procederá:

I – aos registros no controle patrimonial dos bens arrolados e não conforme com o cadastro no que diz respeito à localização, responsabilidades, código contábil e estado de conservação;

II – à emissão dos Termos de Responsabilidade;

III – ao encaminhamento à autoridade superior e a Unidade de Controle Interno para apuração de responsabilidade em relação às ocorrências encontradas.

Art. 13. Para as novas aquisições, a partir da data corte estabelecida no **Art. 11** o setor de patrimônio de posse da Nota Fiscal, cópia da [Nota de Empenho](#) e demais documentos comprobatórios da aquisição fará a incorporação no Cadastro Geral de

Bens Patrimoniais do Município.

§ 1º. Toda e qualquer aquisição de bens móveis deverá ter sua entrada pelo setor de patrimônio, que fará o cadastro e o registro da responsabilidade pelo uso do bem.

§ 2º. O setor de patrimônio definirá se determinado bem deve ser cadastrado no patrimônio, ter seu controle por meio de relação carga ou ser classificado como de consumo, obedecidas as regras deste Decreto.

§ 3º. Os bens imóveis serão cadastrados pelo setor de patrimônio após o recebimento da cópia do Termo de Recebimento Definitivo de Obra e/ou da escritura pública.

§ 4º. As cópias de Nota de Empenho, Nota Fiscal e demais documentos pertinentes ao bem adquirido, deverá ser arquivado em pasta própria, sobre a guarda do setor de patrimônio.

Art. 14. O Setor de Contabilidade somente registrará um bem no ativo após este ter sido cadastrado pelo Setor de Patrimônio.

Parágrafo Único. O bem somente estará apto a ser entregue para utilização mediante seu cadastro no setor de patrimônio, registro contábil e lavratura do termo de responsabilidade de uso.

CAPÍTULO III

DEPRECIAÇÃO DOS BENS

Art. 15. A depreciação será apurada pelo setor de patrimônio individualmente por bem patrimonial e informada à Contabilidade conforme as contas contábeis do PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

Art. 16. Para efeitos de depreciação mensal será utilizado o método linear, obtido pelo resultado entre o valor contábil do bem menos o valor residual, dividido pela vida útil em meses.

Parágrafo Único – A depreciação cessa quando o valor contábil é igual ao valor residual.

Art. 17. A vida útil em meses e o valor residual ficam definidos conforme Anexo I.

Art. 18. O registro da depreciação começa a ocorrer a partir do momento em que os bens estiverem em condições de uso, instalados, conferidos com a documentação que lhe deu origem, proporcional aos dias do mês.

§1º. Os bens retirados temporariamente do uso para manutenção, ou tornam-se

obsoletos, não têm cessados os efeitos da depreciação.

§2º. É obrigatório o registro mensal da depreciação pelo setor de patrimônio e pela Contabilidade em razão da aplicação integral ao setor público do princípio contábil da competência.

CAPÍTULO IV
GESTÃO DOS BENS
Seção I
Responsabilidade Patrimonial

Art. 19. A responsabilidade pelos bens será firmada de forma individual, por servidor público, usuário do bem, de que zelará pelo uso, guarda e conservação dos bens, respondendo pela negligência, imperícia ou imprudência.

Parágrafo Único. Para a formalização da responsabilidade o Setor de Patrimônio utilizará o Termo de Responsabilidade Patrimonial – TRP, **Anexo II.**

I – O Termo de Responsabilidade deve ser emitido para o agente público que utilizará o bem diretamente, sendo emitido para o chefe do setor apenas nas situações em que não for possível identificar o usuário direto.

Seção II
Transferência de responsabilidade de bens

Art. 20. A transferência de responsabilidade é a modalidade de movimentação com troca de responsabilidade, de uma unidade organizacional para outra, dentro do mesmo órgão ou entidade, ou de um responsável para outro.

Art. 21. A cada alteração, permanente ou provisória, de local de trabalho do servidor, de chefia, de secretário ou alteração no comando do Órgão deve ser precedido de alteração pela responsabilidade dos bens devendo haver a transferência formal da responsabilidade.

Parágrafo único. Na Transferência deve-se conferir os dados cadastrados fisicamente com o bem transferido, sob pena de o adquirente arcar com a responsabilidade por danos causados ao bem, mesmo antes de possuir a sua posse.

Seção III

Baixa de bens patrimoniais

Art. 22. Baixa patrimonial é o procedimento de exclusão de bens do controle analítico do patrimônio, bem como do controle sintético contábil do ativo imobilizado.

Art. 23. A baixa patrimonial pode ser total ou parcial e ocorrerá quando da perda do domínio por parte da Administração.

Art. 24. Somente podem ser baixados:

I - os bens imprestáveis, ou seja, aqueles que não são mais bens por perderem a capacidade de uso em condições normais.

II – os bens alienados por quaisquer modalidades;

III – bens que foram extraviados após processo de apuração de responsabilidade.

Art. 25. A baixa patrimonial é precedida de laudo técnico ou ata de baixa à vista de ao menos três servidores, onde conste as condições de uso e os motivos da baixa, bem como as partes que foram retiradas para reaproveitamento.

§1º. A baixa se dará de forma motivada embasada em documentação comprobatória.

§2º. Quando a motivação para a baixa for a alienação haverá documento fiscal, termo de cessão ou contrato que comprovem a operação.

§3º. Em sendo a motivação para a baixa o sinistro, furto ou roubo, o documento que embasa o registro é o boletim de ocorrência.

§4º. Quando a motivação se der por estar o bem imprestável a documentação é a ata ou laudo de baixa.

§ 5º. Sendo a baixa motivada pela transformação do bem em uso comum do povo, a modificação na matrícula do bem é o documento hábil.

Art. 26. Para a realização de seus trabalhos o Setor de Patrimônio utilizará os documentos do **anexo I,II,III,IV,V**, desta instrução, que são:

I – Registro de Bem Patrimonial;

II – Termo de Responsabilidade Patrimonial;

III – Termo de Movimentação de Bens Patrimoniais;

IV – Termo de Produção e Nascimento;

Art. 27. Quando for necessária a avaliação ou reavaliação de bens patrimoniais, a comissão devidamente constituída fará uso do Laudo de Avaliação Patrimonial, **anexo II desta Instrução**.

Art. 28. Para os trabalhos realizados pela Controladoria, será utilizado o Termo de Ocorrência do Ativo Permanente.

Sala da Sessões – SC, 05 de novembro de 2019.

SÉRGIO ANTÔNIO RAMOS
Presidente

JOSÉ HENRIQUE RAMOS MOREIRA
1º Vice-Presidente

MIGUEL FELICETTI
2º Vice-Presidente

JOCIMAR TESCK DE OLIVEIRA
1º Secretário

MÁRCIA AP. GOMES DE OLIVEIRA
2ª Secretária

ANEXO I
Tabela de Vida Útil e Valor Residual

Classificação	Grupo Contábil	Vida útil em meses	Valor Residual s/ valor contábil
1.2.3.1.1.01	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	72	10%
1.2.3.1.1.02	BENS DE INFORMÁTICA	48	5%
1.2.3.1.1.03	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	72	10%
1.2.3.1.1.04	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	48	30%
1.2.3.1.1.05	VEÍCULOS	120	30%
1.2.3.1.1.06	PEÇAS E CONJUNTOS DE REPOSIÇÃO	72	10%
1.2.3.1.1.09	ARMAMENTOS	240	20%
1.2.3.1.1.99	DEMAIS BENS MÓVEIS	84	10%
1.2.3.2.1.01.01	IMÓVEIS RESIDENCIAIS	600	50%
1.2.3.2.1.01.02	IMÓVEIS COMERCIAIS	600	50%
1.2.3.2.1.01.03	EDIFÍCIOS	600	50%
1.2.3.2.1.01.05	ARMAZÉNS/GALPÕES	360	30%
1.2.3.2.1.01.06	AQUARTELAMENTOS	600	50%
1.2.3.2.1.01.07	AEROPORTOS/ESTAÇÕES/AERÓDROMOS	600	50%
1.2.3.2.1.01.08	IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	600	50%
1.2.3.2.1.01.09	REPRESAS/AÇUDES	600	50%
1.2.3.2.1.01.11	IMÓVEIS DE USO RECREATIVO	600	50%
1.2.3.2.1.01.12	FARÓIS	600	50%
1.2.3.2.1.01.13	MUSEUS/PALÁCIOS	600	50%
1.2.3.2.1.01.14	LABORATÓRIOS/OBSERVATÓRIOS	360	30%
1.2.3.2.1.01.15	HOSPITAIS E UNIDADES DE SAÚDE	360	30%
1.2.3.2.1.01.16	HOTÉIS	360	30%
1.2.3.2.1.01.17	PRESÍDIOS/DELEGACIAS	360	30%
1.2.3.2.1.01.18	PORTOS/ESTALEIROS	360	30%
1.2.3.2.1.01.19	COMPLEXOS/FÁBRICAS/USINAS	360	30%
1.2.3.2.1.01.20	CEMITÉRIOS	1200	80%
1.2.3.2.1.01.21	ESTACIONAMENTOS E GARAGENS	600	50%
1.2.3.2.1.01.22	POSTOS DE FISCALIZAÇÃO	600	50%
1.2.3.2.1.04.01	EDIFÍCIOS	600	50%
1.2.3.2.1.04.02	APARTAMENTOS	360	30%
1.2.3.2.1.04.03	ARMAZÉNS	360	30%
1.2.3.2.1.04.04	CASAS	360	30%
1.2.3.2.1.04.05	CEMITÉRIOS	1200	80%
1.2.3.2.1.04.06	EDIFÍCIOS	600	50%

1.2.3.2.1.04.07	GARAGENS E ESTACIONAMENTOS	600	50%
1.2.3.2.1.04.09	GALPÕES	360	30%
1.2.3.2.1.04.11	LOJAS	360	30%
1.2.3.2.1.04.12	SALAS	360	30%
1.2.3.2.1.04.99	OUTROS BENS DOMINICAIS	360	30%
1.2.3.2.1.05.01	RUAS	1200	80%
1.2.3.2.1.05.02	PRAÇAS	1200	80%
1.2.3.2.1.05.03	ESTRADAS	1200	80%
1.2.3.2.1.05.04	PONTES	1200	80%
1.2.3.2.1.05.05	VIADUTOS	1200	80%
1.2.3.2.1.05.06	SISTEMAS DE ESGOTO E/OU DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1200	80%
1.2.3.2.1.05.07	SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA	1200	80%
1.2.3.2.1.05.08	REDES DE TELECOMUNICAÇÕES	1200	80%
1.2.3.2.1.05.09	BENS DO PATRIMONIO CULTURAL	1200	80%
1.2.3.2.1.05.99	OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO	1200	80%
1.2.3.2.1.99.00	DEMAIS BENS IMÓVEIS	360	30%
1.2.3.2.1.99.01	BENS IMÓVEIS LOCADOS PARA TERCEIROS	360	30%
1.2.3.2.1.99.02	IMÓVEIS EM PODER DE TERCEIROS	360	30%
1.2.3.2.1.99.03	MATERIAIS TEMPORARIAMENTE SEPARADOS DE IMÓVEIS	360	30%
1.2.3.2.1.99.05	BENS IMÓVEIS A CLASSIFICAR	360	30%
1.2.3.2.1.99.06	BENS IMÓVEIS A ALIENAR	360	30%
1.2.3.2.1.99.99	OUTROS BENS IMÓVEIS	360	30%

Município de Ibiam-SC
Poder Legislativo
Setor de Patrimônio

ANEXO II**TERMO DE RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL – TRP**

Unidade Administrativa:

Órgão Usuário:

Responsável:

Co-responsável:

Item	Nº Cadastro	Especificação do Bem	Valor R\$

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E RESPONSABILIDADE

Pelo presente instrumento e de acordo com a **legislação municipal**, assumo total responsabilidade pelos bens patrimoniais acima relacionados, comprometendo-me a informar de imediato quaisquer alterações e/ou irregularidades ocorridas, bem como zelar pela guarda e o bom uso do patrimônio público.

Local/Data: _____/_____/_____

Unidade Administrativa
Co-responsável

Usuário
Responsável pelo Patrimônio

Município de Ibiam-SC
Poder Legislativo
Setor de Patrimônio

ANEXO III**TERMO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS – TMBP nº**

Unidade Administrativa:

Órgão Usuário:

Responsável:

Para:

Responsável:

Assunto:

- ☐ Transferência Definitiva ☐ Transferência com prazo determinado ____/____/____
- ☐ Transferência para Conserto ☐ Solicitação de Baixa ☐

Justificativa:

Item	Nº Cadastro	Especificação do Bem	Valor R\$

Remetente:
Data: ____/____/____

Destinatário:
Data: ____/____/____

Visto Setor Patrimônio
Data: ____/____/____

Assinatura/Carimbo

Assinatura/Carimbo

Assinatura/Carimbo

Município de Ibiã-SC
Poder Legislativo
Setor de Patrimônio

ANEXO IV**TERMO DE PRODUÇÃO E NASCIMENTO**

Nome da Unidade Produtora:

Descrição/Especificação	Código (se houver)	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$

Data Término da Produção ou Nascimento:

____/____/____

Unidade Administrativa Solicitante:

Órgão Usuário:

Emitido em:

Unidade produtora
(carimbo e assinatura)

Comissão de Avaliação: Portaria nº ____ de ____/____/____

Assinatura dos Membros:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

USO EXCLUSIVO DO SETOR DE PATRIMÔNIO

Recebi o(s) bem (ns) acima especificado(s) em: ____/____/____

(Carimbo e assinatura)

Município de Ibiá-SC
Poder Legislativo
Setor de Patrimônio

ANEXO V

REGISTRO DE BEM PATRIMONIAL - RBP Imóvel				
Nº Cadastro:				Data:
Tipo do Imóvel:			Nome do Imóvel:	
Localização:				Bairro:
Proprietário Anterior:			Data de Aquisição:	
Escritura Pública nº			Data:	
Área do Terreno:			Área Construída:	
Forma de Aquisição:				
Item	Documentos Necessários	Anexo		Comentários
		Sim	Não	
01	Laudo de avaliação			
02	Lei autorizativa			
03	Termo de Compromisso de doação entre as partes			
04	Escritura Pública			
05	Requerimento de desapropriação			
06	Decreto de Utilidade Pública			
07	Carta de Habite-se			
08	Termo de recebimento definitivo da obra			
09	Nota de Empenho			
10	Memorial Descritivo			
11	Planta de Situação ou Localização			
12	Certidão Negativa de Débitos com INSS			
13				
Fotografia do Imóvel		Mapa de Localização		
Responsável pelo Setor de Patrimônio				
Assinatura e Carimbo				
Baixa do Patrimônio				
Tipo de Baixa				
Item	Documentos Necessários	Anexo		Comentários
		Sim	Não	
01	Laudo de Avaliação			
02	Declaração de Inservibilidade do bem			
03	Termo de Doação			
04	Lei autorizativa			
05				
06				
Responsável pelo Setor de Patrimônio				
Assinatura e Carimbo				

Ibirama

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.421, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019 - NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2221621

DECRETO nº 4.421, de 07 de novembro de 2019.

“NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019 da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 2º A Comissão a que se refere o art. 1º, fica assim composta:

Presidente: Rogério Eskelsen;
Secretária: Elvira Schulze Männchen;
Membro: Iago Felipe Tottene;
Membro: Suely Sandra Silva;
Membro: Cristiane Schattenberg.

§ Único. A Comissão Coordenadora poderá funcionar somente com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º Compete a Comissão Coordenadora promover a realização das provas escritas, emitir julgamento mediante a atribuição de notas e deliberar sobre os casos omissos.

§ Único. Em sendo contratada empresa especializada para a elaboração, aplicação e correção das provas, caberá a Comissão Coordenadora, a fiscalização da aplicação das provas.

Art. 4º As decisões da Comissão Coordenadora serão tomadas por maioria simples dos votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for necessário.

Art. 5º Compete ao Presidente da Comissão Coordenadora presidir as reuniões.

Art. 6º Compete ao Secretário da Comissão Coordenadora:

I – lavrar as atas dos trabalhos da Comissão, assinando-as em conjunto com os demais membros;

II – coordenar o exame da documentação apresentada pelos candidatos;

III – propor ao Presidente as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;

IV – elaborar os relatórios, assinando-os em conjunto com os demais membros.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 07 de novembro de 2019.

ADRIANO POFFO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.420, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019 - NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA DO CONCURSO PÚBLICO E EMPREGO PÚBLICO Nº 004/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2221617

DECRETO nº 4.420, de 07 de novembro de 2019.

"NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA DO CONCURSO PÚBLICO E EMPREGO PÚBLICO Nº 004/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público e Emprego Público nº 004/2019 da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 2º A Comissão a que se refere o art. 1º, fica assim composta:

Presidente: Rogério Eskelsen;
Secretária: Elvira Schulze Männchen;
Membro: Iago Felipe Tottene;
Membro: Suely Sandra Silva;
Membro: Cristiane Schattenberg.

§ Único. A Comissão Coordenadora poderá funcionar somente com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º Compete a Comissão Coordenadora promover a realização das provas escritas, emitir julgamento mediante a atribuição de notas e deliberar sobre os casos omissos.

§ Único. Em sendo contratada empresa especializada para a elaboração, aplicação e correção das provas, caberá a Comissão Coordenadora, a fiscalização da aplicação das provas.

Art. 4º As decisões da Comissão Coordenadora serão tomadas por maioria simples dos votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for necessário.

Art. 5º Compete ao Presidente da Comissão Coordenadora presidir as reuniões.

Art. 6º Compete ao Secretário da Comissão Coordenadora:

- I – lavrar as atas dos trabalhos da Comissão, assinando-as em conjunto com os demais membros;
- II – coordenar o exame da documentação apresentada pelos candidatos;
- III – propor ao Presidente as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;
- IV – elaborar os relatórios, assinando-os em conjunto com os demais membros.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 07 de novembro de 2019.
ADRIANO POFFO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO 079 - 2019 SAMAE - REGISTRO DE PREÇO - GERADORES ELÉTRICOS

Publicação Nº 2221098

PROCESSO Nº 512/2019

PREGÃO PRESENCIAL – Nº 079/2019 - SAMAE

REGISTRO DE PREÇO

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR LOTE
OBJETO	DO OBJETO - REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE LOCAÇÃO DE GERADORES ELÉTRICOS PARA UTILIZAÇÃO EM UNIDADES OPERACIONAIS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, conforme anexo I do edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 22/11/2019 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 22/11/2019 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 8826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08 às 12:00 das 13:00 às 17:00

MAYRA MIRANDA ROSSETTI
DIRETORA DO SAMAE

Ilhota, 08 de Novembro de 2019.

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO 082 - 2019 - PREGÃO - MUL - PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES

Publicação Nº 2221535

PROCESSO Nº 515/2019

PREGÃO PRESENCIAL – Nº 082/2019 – MUL

REGISTRO DE PREÇO

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	DO OBJETO – REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES NOVOS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, DA POLÍCIA MILITAR, E DA AUTARQUIA ÁGUAS DE ILHOTA, conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 25/11/2019 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 25/11/2019 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 8826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08 às 12:00 das 13:00 às 17:00

ERICO OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 08 de novembro de 2019.

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO 084 - 2019 MUL - REGISTRO DE PREÇO - RECAPAGEM

Publicação Nº 2221696

PROCESSO Nº 517/2019

PREGÃO PRESENCIAL – Nº 084/2019 – MUL

REGISTRO DE PREÇO

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	DO OBJETO – REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 26/11/2019 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 26/11/2019 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 8826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08 às 12:00 das 13:00 às 17:00

ERICO OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 08 de novembro de 2019.

QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO - Nº 5 - ADITIVO 05 - PRAZO - CONTRATO 42-2019 - TP 09-2019 - SLM

Publicação Nº 2221109

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 042/2019, firmado em 10 de junho de 2019, com vigência a partir de 25 de junho de 2019 da data da ordem de serviço.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP Nº 88320-000 NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, E ASLM Transporte e Construção Eireli EPP SITUADA NA RUA Carlos Riescgghbiter, 1974 – Bairro Boa Vista – Blumenau, com Registro no CNPJ SOB NÚMERO 18.806.639/0001-24, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI Nº 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NO:

Processo de Licitação: TP09/2019.

Contrato:042/2019

Objeto: Reforma da Quadra da Escola Domingos Jose Machado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO – O presente aditivo terá sua prorrogação a partir de 09/11/2019 até 09/12/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA - E, por estarem em pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem um FORÚM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 08 de Novembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
CONTRATANTE
SLM TRANSPORTES E CONTRUÇÕES EIRELI - EPP
CONTRATADA

Antonio Schöpping Filho
Fiscal do Contrato
CREA 116263-6

TESTEMUNHAS:

Imbituba

PREFEITURA

CONTRATO 2015/04 -A/07 PROC 07/2015 SEMUSA

Publicação Nº 2221723

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEMUSA 2015/04 – A/07

Locador : ADELIR PEREIRA DOS SANTOS
CPF: 290.249.009-72

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo o reajuste de 7,5521%, referente ao Contrato 2015/04 –A/00, cujo objeto é a “LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL MEDINDO NO TOTAL 417,01 M² NO PISO SUPERIOR SITUADA A RUA NEREU RAMOS, Nº 316 E PISO TÉRREO COM 197 M² NA RUA DUQUE DE CAXIAS Nº 316 CENTRO PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE CAPACITAÇÃO E SALA DE APOIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE”.

Valor total do reajustado: R\$ 4.460,47
Fundamento: Processo nº 07/2015 Dispensa 02/2015
Imbituba, 30 de outubro de 2019.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Locatário

ADELIR PEREIRA DOS SANTOS
Representante legal
Locador

CONTRATO 2017/06 -A/04 PROC 26/2017 PMI SEAD

Publicação Nº 2221915

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEAD 2017/06 – A/04

Locador: ALAMIR PIRES DE MELO
CPF: 432.897.979-53

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo o reajuste de 8,6555%, referente ao Contrato PMI SEAD 2017/06 –A/04, cujo objeto é a “LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL MEDINDO NO TOTAL 34,5M², SITUADO À RUA: VERGILINO SOARES, S/Nº, BAIRRO GUAIUBA, PARA ATENDER AS ATIVIDADES DA SUB-AGÊNCIA DE CORREIOS VINCULADA A SEAD – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.”

Valor total reajustado: R\$ 814,92
Fundamento: Processo nº 26/2017 Dispensa 06/2017
Imbituba, 14 de outubro de 2019.

Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração
Secretária Interina
Locatário

ALAMIR PIRES DE MELO
Representante legal
Locador

CONTRATO 2018/11 -A/01 PROC 11/2018 SEMUSA

Publicação Nº 2221898

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEMUSA 2018/11– A/01

Locador : MARCOS LONDERO
CPF: 018.394.089-01

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do prazo por mais 12 (doze) meses, referente ao Contrato 2018/11 –A/00, cujo objeto

é a "LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL MEDINDO NO TOTAL 375,00 M², SITUADO À RUA: IRINEU BORNHAUSEN, Nº 390, CENTRO, PARA INSTALAÇÃO DA COORDENAÇÃO DO ESF E VIGILÂNCIA EM SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE".

Prazo: 12 (doze) meses Valor: 7.800,00

Fundamento: Processo nº 11/2018 Dispensa 02/2018

Imbituba, 16 agosto de 2019.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Locatário

MARCOS LONDERO
Representante legal
Locador

CONTRATO 2018/11 -A/02 PROC 11/2018 SEMUSA

Publicação Nº 2221902

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEMUSA 2018/11- A/02

Locador : MARCOS LONDERO

CPF: 018.394.089-01

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo o reajuste de 6,4113%, referente ao Contrato 2018/11 –A/00, cujo objeto é a "LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL MEDINDO NO TOTAL 375,00 M², SITUADO À RUA: IRINEU BORNHAUSEN, Nº 390, CENTRO, PARA INSTALAÇÃO DA COORDENAÇÃO DO ESF E VIGILÂNCIA EM SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE".

Valor total reajustado: R\$: 8.300,08

Fundamento: Processo nº 11/2018 Dispensa 02/2018

Imbituba, 21 outubro de 2019.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Locatário

MARCOS LONDERO
Representante legal
Locador

EDITAL Nº 017/2019/SEFAZ/CFT

Publicação Nº 2221883

EDITAL Nº 017/2019/SEFAZ/CFT

RESULTADO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS APRECIADOS PELA COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

A Coordenadoria de Fiscalização Tributária, em conformidade com o que dispõe os artigos 182 da Lei Complementar Municipal nº 3019/2006 (Código Tributário Municipal – CTM), após esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, COMUNICA, pelo presente edital, os contribuintes abaixo relacionados dos resultados dos Processos Administrativos submetidos à apreciação deste órgão e decididos, em primeira instância, pelo Secretário da Fazenda.

A íntegra das decisões poderão ser consultadas diretamente pelo site da Prefeitura Municipal de Imbituba (<http://www.imbituba.sc.gov.br>), através do link "Protocolo On Line", ou ainda na Coordenadoria de Fiscalização Tributária, diretamente no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, ou pelo e-mail fiscalizacao@imbituba.sc.gov.br.

O contribuinte poderá, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste edital, recorrer da decisão de primeira instância, conforme dispõem os arts. 162 a 165 do CTM. O recurso deverá ser protocolada no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Imbituba, sendo dirigido ao Conselho Municipal de Contribuintes.

Imbituba, 8 de novembro de 2019.

DANIEL FERNANDES DE CARVALHO
AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS
MAT. Nº 8.500

EDUARDO CRISTIANO MORAES
AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS
MAT. Nº 5.451

ANEXO ÚNICO

EDITAL Nº 017/2019/SEFAZ/CFT

RESULTADO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS APRECIADOS PELA COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Processo	CNPJ/CPF	RAZÃO SOCIAL	Resultado
14233/2019	14.775.727/0001-55	CRISTIANE SACKS DA SILVA	DEFERIDO
14128/2019	25.300.037/0001-66	BELA VISTA ARMAZENS GERAIS EIRELI ME	DEFERIDO
8462/2018	339.090.188-40	GABRIELA DE PAULA CHAVES IGNACIO	PARCIALMENTE DEFERIDO
11881/2019	25.892.896/0001-91	LISIANE LIMA ECHEVARRIA	PARCIALMENTE FAVORÁVEL
28577/2017	25.975.503/0001-03	DAVID SOUZA MANOEL	PARCIALMENTE DEFERIDO

EDITAL Nº 018/2019/SEFAZ/CFT

Publicação Nº 2221887

EDITAL Nº 018/2019/SEFAZ/CFT

AUTOS DE INFRAÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS

A Coordenadoria de Fiscalização Tributária, em conformidade com o que dispõe os artigos 147 e 139, I e II, da Lei Complementar Municipal nº 3019/2006 (Código Tributário Municipal – CTM), após esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA, pelo presente edital, os contribuintes relacionados no Anexo Único, das autuações de infrações por descumprimento de obrigações tributárias acessórias, conforme extrato dos Autos anexos.

Ficam também os contribuinte cientes de que dispõem de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste edital, para recolher à Secretaria da Fazenda a quantia descrita ou, no mesmo prazo, apresentar Defesa, perante o Secretário Municipal da Fazenda, conforme dispõem os arts. 160 e 161 do CTM. Nada sendo alegado e não paga a citada quantia, dentro do prazo assinalado, será feita a inscrição do débito tributário em dívida ativa para efeito de cobrança amigável ou judicial, nos termos da lei em vigor.

Os contribuintes poderão comparecer à Coordenadoria de Fiscalização Tributária deste Poder Público, localizado no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, Imbituba/SC, para receber o documento de arrecadação.

Imbituba, 8 de novembro de 2019.

EDUARDO CRISTIANO MORAES
AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS
MAT. Nº 5.451

DANIEL FERNANDES DE CARVALHO
AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS
MAT. Nº 8.500

ANEXO ÚNICO – EDITAL Nº 018/2019/SEFAZ/CFT

AUTOS DE INFRAÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS

EXTRATO DOS AUTOS DE INFRAÇÕES

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 020/2019		
Contribuinte: LISIANE LIMA ECHEVARRIA		CMC:
CPF/CNPJ: 812.328.610-49	Endereço: Est. Geral Ouvidor, 293, Campo D'una. Garopaba/SC	
O contribuinte extrapolou o prazo de 30 dias para comunicar a baixa do cadastro, conforme determina o artigo 233, §2º, da Lei Complementar 3.019/06 - Código Tributário Municipal, uma vez que mudou o Município de sua empresa em 16/05/2017 (data da alteração do CNPJ 25.892.896/0001-91), mas somente em 26/08/2019 (data do protocolo do Processo 11769/2019) comunicou este fato ao Município.		
DISPOSIÇÃO LEGAL INFRINGIDA: Art. 312, II, LEI COMP. Nº 3019/06.		
PENALIDADE APLICÁVEL: Art. 316, IV, B, LEI COMP. Nº 3019/06		
MULTA: 100 UFM's	VALOR UFM: R\$ 3,34	VALOR DA MULTA EM R\$: 334,00

EDITAL Nº 019/2019/SEFAZ/CFT

Publicação Nº 2221872

EDITAL Nº 019/2019/SEFAZ/CFT

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DO ISSQN

A Coordenadoria de Fiscalização Tributária, em conformidade com o que dispõe o artigo 139, I e II, da Lei Complementar Municipal nº 3019/2006 (Código Tributário Municipal – CTM), após esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA, pelo presente edital, os contribuintes relacionados no Anexo Único, do lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza em seu nome, nos termos dos artigos 267, caput e item 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços, art. 270, III, art. 273, art. 278, art. 287, art. 288, II, e art. 295, todos da Lei Complementar Municipal 3019/2006; arts. 12 e 14 da Lei Complementar Municipal 4499/2014.

Ficam também os contribuintes cientes de que dispõem de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste edital, para recolher à Secretaria da Fazenda a quantia descrita ou, no mesmo prazo, apresentar Reclamação, perante o Secretário Municipal da Fazenda, conforme dispõem os arts. 158 e 159 do CTM. Nada sendo alegado e não paga a citada quantia, dentro do prazo assinalado, será feita a inscrição do débito tributário em dívida ativa para efeito de cobrança amigável ou judicial, nos termos da lei em vigor.

Os contribuintes poderão comparecer à Coordenadoria de Fiscalização Tributária deste Poder Público, localizado no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, Imbituba/SC, para receber o documento de arrecadação, ou acessando o sítio da Prefeitura Municipal: www.imbituba.sc.gov.br, no link "Guia de ISS".

Imbituba, 8 de novembro de 2019.

EDUARDO CRISTIANO MORAES
AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS
MAT. Nº 5.451

DANIEL FERNANDES DE CARVALHO
AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS
MAT. Nº 8.500

ANEXO ÚNICO - EDITAL Nº 019/2019/SEFAZ/CFT**NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DO ISSQN
EXTRATO**

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	Cadastro Econômico/Contribuinte	Nº NOTIFICAÇÃO FISCAL	VALOR
ANA CRISTINA DE ANDRADE	050.010.759-98	295.107	125M/2019	R\$ 639,81

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 337/2019

Publicação Nº 2221933

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PMI/SEAD Nº 337/2019**

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, o servidor nomeado pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 1056, de 07 de novembro de 2019, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSISTENTE DE DIRETOR, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – SEDUCE.

Art. 1º O servidor abaixo descrito, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
Walter José Rousseng Sousa	Assistente de Diretor	886.897.609-97

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, o servidor entra em exercício em 11/11/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de novembro de 2019.

Rosenvaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO CONTRATO Nº28/2019 TERMO ADITIVO III AO CONTRATO Nº10/2017**

Publicação Nº 2221574

EXTRATO DO CONTRATO Nº28/2019
Termo Aditivo III ao Contrato nº10/2017

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, CNPJ nº 79.680.005/0001-62.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ nº. 00.456.865/0001-67.

Objeto: Locação, implantação e configuração do sistema Betha eSocial.

Valor: R\$ 3203,38 (três mil, duzentos e três reais e trinta e oito centavos).

Imbituba/SC, 07/11/2019.

ROBERTO LUIZ RODRIGUES

Presidente da CMI

Imbuia

PREFEITURA

2º RETIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO 01/2019

Publicação Nº 2220923

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 02/2019

O Prefeito Municipal do município de IMBUIA - SC, no uso de suas atribuições legais e demais cominações de direito, TORNA PÚBLICO, a presente RETIFICAÇÃO nº 02/2019 do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019 conforme a seguir:

Onde se lia:

NOME DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	REMUNERAÇÃO MENSAL (R\$)	Nº DE VAGAS	TIPO DE PROVA
Estagiário nível superior – área Administração	Até 30h	Estar matriculado e frequentando Curso Superior em administração em instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Mais de 50% do curso concluído.	8,52/hora	CR	Objetiva
Estagiário nível superior – área Administração	Até 30h	Estar matriculado e frequentando Curso Superior em administração em instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Menos de 50% do curso concluído.	7,75/hora	CR	Objetiva
Estagiário nível superior – área da Educação.	Até 30h	Estar matriculado e frequentando Curso Superior em Pedagogia em instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Mais de 50% do curso concluído.	8,52/hora	CR	Objetiva
Estagiário nível superior – área da Educação.	Até 30h	Estar matriculado e frequentando Curso Superior em Pedagogia em instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Menos de 50% do curso concluído.	7,75/hora	CR	Objetiva
Estagiário nível superior – área da Saúde.	Até 30h	Estar matriculado e frequentando Curso Superior na área da saúde em instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Mais de 50% do curso concluído	8,52/hora	CR	Objetiva
Estagiário nível superior – área da Saúde.	Até 30h	Estar matriculado e frequentando Curso Superior na área da saúde em instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Menos de 50% do curso concluído	7,75/hora	CR	Objetiva
Estagiário nível médio	Até 30h	Estar matriculado e frequentando Curso de Nível Médio, de ensino regular ou técnico, em instituição de ensino reconhecida pelo MEC	5,33/hora	CR	Objetiva

Lê – se:

NOME DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	REMUNERAÇÃO MENSAL (R\$)	Nº DE VAGAS	TIPO DE PROVA
Estagiário nível superior – área Administração	Até 30h	Estar matriculado e frequentando Curso Superior em instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Mais de 50% do curso concluído.	8,52/hora	CR	Objetiva
Estagiário nível superior – área Administração	Até 30h	Estar matriculado e frequentando Curso Superior em instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Menos de 50% do curso concluído.	7,75/hora	CR	Objetiva
Estagiário nível superior – área da Educação.	Até 30h	Estar matriculado e frequentando Curso Superior em Pedagogia em instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Mais de 50% do curso concluído.	8,52/hora	CR	Objetiva
Estagiário nível superior – área da Educação.	Até 30h	Estar matriculado e frequentando Curso Superior em Pedagogia em instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Menos de 50% do curso concluído.	7,75/hora	CR	Objetiva
Estagiário nível superior – área da Saúde.	Até 30h	Estar matriculado e frequentando Curso Superior na área da saúde em instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Mais de 50% do curso concluído	8,52/hora	CR	Objetiva
Estagiário nível superior – área da Saúde.	Até 30h	Estar matriculado e frequentando Curso Superior na área da saúde em instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Menos de 50% do curso concluído	7,75/hora	CR	Objetiva
Estagiário nível médio	Até 30h	Estar matriculado e frequentando Curso de Nível Médio, de ensino regular ou técnico, em instituição de ensino reconhecida pelo MEC	5,33/hora	CR	Objetiva

Imbuia, 08 de novembro de 2019.
Prefeito Municipal de Imbuia

CONTRATO Nº 64/2019

Publicação Nº 2217758

MUNICÍPIO DE IMBUIA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 64/2019
PREGÃO PRESENCIAL N.º 45/2019

Contrato que entre si celebram o Município de Imbuia e a empresa J MALUCELLI EQUIPAMENTOS S/A, CNPJ nº 95.424.321/0013-63, Objeto: Aquisição de retroescavadeira para o Município de Imbuia/SC, objetivando a execução de ações relativas a Proposta no SIGEF n. 21740/2019, vinculado ao Programa SIGEF n. 2019008317 e Convênio nº 2019TR00903, celebrando entre o Governo do Estado de SC, por intermédio da ADR de Rio do Sul e o Município de Imbuia, valor da aquisição R\$ 247.500,00 respectivamente. Imbuia/SC; em 25/10/2019. João Schwambach - Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 66/2019

Publicação Nº 2217762

MUNICÍPIO DE IMBUIA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2019
PREGÃO PRESENCIAL N.º 44/2019

Contrato que entre si celebram o Município de Imbuia e a empresa ALGOR METALURGICA LTDA, CNPJ nº 19.138.457/0001-95. Objeto: aquisição de implementos agrícolas para o Município de Imbuia/SC, objetivando a execução de ações relativas a Proposta no SIGEF n. 21739/2019, vinculado ao Programa SIGEF n. 2019008318 e Convênio nº 2019TR001060, celebrando entre o Governo do Estado de SC, por intermédio da ADR de Rio do Sul e o Município de Imbuia, valor da aquisição R\$ 20.350,00, respectivamente. Imbuia/SC; em 11/11/2019. João Schwambach - Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 67/2019

Publicação Nº 2217763

MUNICÍPIO DE IMBUIA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2019
PREGÃO PRESENCIAL N.º 44/2019

Contrato que entre si celebram o Município de Imbuia e a empresa METALURGICA FREITAS LTDA, CNPJ nº 05.852.250/0001-73. Objeto: aquisição de implementos agrícolas para o Município de Imbuia/SC, objetivando a execução de ações relativas a Proposta no SIGEF n. 21739/2019, vinculado ao Programa SIGEF n. 2019008318 e Convênio nº 2019TR001060, celebrando entre o Governo do Estado de SC, por intermédio da ADR de Rio do Sul e o Município de Imbuia, valor da aquisição R\$ 36.320,00, respectivamente. Imbuia/SC; em 11/11/2019. João Schwambach - Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 68/2019

Publicação Nº 2217766

MUNICÍPIO DE IMBUIA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2019
PREGÃO PRESENCIAL N.º 44/2019

Contrato que entre si celebram o Município de Imbuia e a empresa M PORTALMAQ COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO E INDUSTRIA LTDA, CNPJ nº 20.414.079/0001-04. Objeto: aquisição de implementos agrícolas para o Município de Imbuia/SC, objetivando a execução de ações relativas a Proposta no SIGEF n. 21739/2019, vinculado ao Programa SIGEF n. 2019008318 e Convênio nº 2019TR001060, celebrando entre o Governo do Estado de SC, por intermédio da ADR de Rio do Sul e o Município de Imbuia, valor da aquisição R\$ 22.085,00, respectivamente. Imbuia/SC; em 11/11/2019. João Schwambach - Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 69/2019

Publicação Nº 2217771

MUNICÍPIO DE IMBUIA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 69/2019
PREGÃO PRESENCIAL N.º 44/2019

Contrato que entre si celebram o Município de Imbuia e a empresa TEREZINHA CAPISTRANO DOS SANTOS, CNPJ nº 33.510.548/0001-30,

Objeto: aquisição de implementos agrícolas para o Município de Imbuia/SC, objetivando a execução de ações relativas a Proposta no SIGEF n. 21739/2019, vinculado ao Programa SIGEF n. 2019008318 e Convênio nº 2019TR001060, celebrando entre o Governo do Estado de SC, por intermédio da ADR de Rio do Sul e o Município de Imbuia, valor da aquisição R\$ 26.815,00, respectivamente. Imbuia/SC; em 11/11/2019. João Schwambach - Prefeito Municipal.

RESULTADO DO EDITAL 44/2019

Publicação Nº 2217753

MUNICÍPIO DE IMBUIA
RESULTADO DE LICITAÇÃO Nº 44/2019
PREGÃO PRESENCIAL N.º 44/2019

A Pregoeira da Pref. Municipal torna público resultado do julgamento do Pregão Presencial nº 44/2019, que tinha por objeto a aquisição de implementos agrícolas para o Município de Imbuia/SC, objetivando a execução de ações relativas a Proposta no SIGEF n. 21739/2019, vinculado ao Programa SIGEF n. 2019008318 e Convênio nº 2019TR001060, celebrando entre o Governo do Estado de SC, por intermédio da ADR de Rio do Sul e o Município de Imbuia, na qual declara vencedoras as empresas TEREZINHA CAPISTRANO DOS SANTOS, CNPJ nº 33.510.548/0001-30, valor da aquisição R\$ 26.815,00, empresa ALGOR METALURGICA LTDA, CNPJ nº 19.138.457/0001-95, valor da aquisição R\$ 20.350,00, empresa METALURGICA FREITAS LTDA, CNPJ nº 05.852.250/0001-73, valor da aquisição R\$ 36.320,00 e a empresa PORTALMAQ COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO E INDUSTRIA LTDA, CNPJ nº 20.414.079/0001-04, valor da aquisição R\$ 22.085,00, respectivamente. Imbuia/SC; em 30/09/2019 João Schwambach - Prefeito Municipal.

RESULTADO DO EDITAL 45/2019

Publicação Nº 2217756

MUNICÍPIO DE IMBUIA
RESULTADO DE LICITAÇÃO Nº 45/2019
PREGÃO PRESENCIAL N.º 45/2019

A Pregoeira da Pref. Municipal torna público resultado do julgamento do Pregão Presencial nº 45/2019, que tinha por objeto a aquisição de retroescavadeira para o Município de Imbuia/SC, objetivando a execução de ações relativas a Proposta no SIGEF n. 21740/2019, vinculado ao Programa SIGEF n. 2019008317 e Convênio nº 2019TR00903, celebrando entre o Governo do Estado de SC, por intermédio da ADR de Rio do Sul e o Município de Imbuia, na qual declara vencedora a empresa J MALUCELLI EQUIPAMENTOS S/A, CNPJ nº 95.424.321/0013-63, valor da aquisição R\$ 247.500,00, respectivamente. Imbuia/SC; em 25/10/2019 João Schwambach - Prefeito Municipal.

CONTRATOS NOVEMBRO FMS 2019

Publicação Nº 2221094

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 1/2

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** HENRIQUE DE OLIVEIRA PRADO**CNPJ:** 26.583.983/0001-20**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 8/2019**Número do Processo:** 8/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 09.1PR08/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisição de materiais hospitalares/laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde Município de Imbuia**Data da Assinatura:** 11/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/11/2019**Vigência:** 04/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 22.521,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MEDICOS E ODONT LTDA**CNPJ:** 05.077.346/0001-01**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 8/2019**Número do Processo:** 8/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 09 PR08/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisição de materiais hospitalares/laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde Município de Imbuia**Data da Assinatura:** 11/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/11/2020**Vigência:** 04/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 182.950,40**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 2/2

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MAYCON WILL EIRELI**CNPJ:** 18.712.730/0001-80**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 8/2019**Número do Processo:** 8/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 9.2PR08/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisição de materiais hospitalares/laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde Município de Imbuia**Data da Assinatura:** 11/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/11/2019**Vigência:** 04/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 28.960,50**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** HERA MEDICAL REPRESENTACOES, COMERCIO E SERVICOS L**CNPJ:** 28.655.764/0001-34**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 8/2019**Número do Processo:** 8/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 9.3PR08/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisição de materiais hospitalares/laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde Município de Imbuia**Data da Assinatura:** 11/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/11/2019**Vigência:** 04/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 22.312,50**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

CONTRATOS NOVEMBRO PREF 2019

Publicação Nº 2221093

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA**

Folha: 1/19

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA**CNPJ:** 06.145.928/0001-40**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 48/2019**Número do Processo:** 48/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 59/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para a execução de 105,00m de pavimentação asfáltica na Rua Antonio Ferreira, Bairro Jardim Tarumã no Município de Imbuia/SC

Data da Assinatura: 04/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/11/2019**Vigência:** 04/11/2019 a 03/01/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 64.461,20**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF**Contratado:** INFO DIGITALL - SOLUCOES TECNOLOGICAS PARA GESTAO**CNPJ:** 86.731.494/0001-08**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 48/2018**Número do Processo:** 48/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1º AD CT 73/2018**Fundamento Legal:**

Objeto: Registro de Preços para eventual Contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema informatizado destinado gerenciamento, conversão e digitalização de documentos, implantação, treinamento e locação de software de Gerenciamento Administrativo e Contábil, conforme especificações técnicas do Termo de Referência, Anexo I do edital, para atender as necessidades do Município.

Data da Assinatura: 05/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/11/2019**Vigência:** 05/11/2019 a 05/11/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 2/19

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** BARONESA LTDA**CNPJ:** 73.993.362/0001-02**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 54/2018**Número do Processo:** 54/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 60/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS para Eventual Aquisição parceladas de materiais/uniformes esportivos, e Troféus/Medalhas para premiação dos diversos campeonatos e torneios organizados pela municipalidade do Município de Imbuí,**Data da Assinatura:** 05/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/11/2019**Vigência:** 30/12/2019 a 30/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 63.275,54**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** VERTICAL SPORTS CENTER EIRELI**CNPJ:** 22.259.320/0001-01**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 54/2018**Número do Processo:** 54/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 61/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS para Eventual Aquisição parceladas de materiais/uniformes esportivos, e Troféus/Medalhas para premiação dos diversos campeonatos e torneios organizados pela municipalidade do Município de Imbuí,**Data da Assinatura:** 05/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/11/2019**Vigência:** 30/12/2019 a 30/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 25.782,34**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 3/19

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME**CNPJ:** 10.559.727/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 54/2018**Número do Processo:** 54/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 62/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS para Eventual Aquisição parceladas de materiais/uniformes esportivos, e Troféus/Medalhas para premiação dos diversos campeonatos e torneios organizados pela municipalidade do Município de Imbuí,**Data da Assinatura:** 05/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/11/2020**Vigência:** 30/12/2019 a 30/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 97.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** AUTO VIAÇÃO IMBUIENSE LTDA**CNPJ:** 82.755.232/0001-14**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 56/2019**Número do Processo:** 56/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 37PR 56/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar para alunos universitários e técnicos, e viagens do grupo de idosos, grupos escolares, grupos esportivos e demais programas e serviços da Administração Municipal de Imbuí.**Data da Assinatura:** 11/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 04/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 720.850,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 4/19

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** METALURGICA FREITAS LTDA**CNPJ:** 05.852.250/0001-73**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 44/2019**Número do Processo:** 44/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 67/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas para o Município de Imbuí/SC, objetivando a execução de ações relativas a Proposta no SIGEF n. 21739/2019, vinculado ao Programa SIGEF n. 2019008318, Governo do Estado de SC, por intermédio da ADR de Rio do Sul e o Município de Imbuí.

Data da Assinatura: 11/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/11/2019**Vigência:** 11/11/2019 a 31/03/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 18.160,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** ALGOR METALURGICA LTDA**CNPJ:** 19.138.457/0001-95**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 44/2019**Número do Processo:** 44/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 66/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas para o Município de Imbuí/SC, objetivando a execução de ações relativas a Proposta no SIGEF n. 21739/2019, vinculado ao Programa SIGEF n. 2019008318, Governo do Estado de SC, por intermédio da ADR de Rio do Sul e o Município de Imbuí.

Data da Assinatura: 11/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/11/2019**Vigência:** 11/11/2019 a 31/03/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 20.350,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 5/19

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MAURICIO CLAUDOMIR DOS SANTOS ME**CNPJ:** 95.840.716/0001-03**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 49/2019**Número do Processo:** 49/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 40.1PR49/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventual contratação de empresa para realizar serviços de lavagem dos veículos, ônibus, vans, caminhões e máquinas da frota Municipal de Imbuí.**Data da Assinatura:** 11/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/11/2019**Vigência:** 11/11/2019 a 11/11/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.950,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** GREICI KELI SCHLICHTING 06070944941**CNPJ:** 33.420.171/0001-29**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 49/2019**Número do Processo:** 49/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 40PR49/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventual contratação de empresa para realizar serviços de lavagem dos veículos, ônibus, vans, caminhões e máquinas da frota Municipal de Imbuí.**Data da Assinatura:** 11/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/11/2019**Vigência:** 11/11/2019 a 11/11/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 15.650,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 6/19

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PAULO CESAR MARTINS ME**CNPJ:** 19.690.706/0001-50**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 53/2019**Número do Processo:** 53/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 39.1PR53/19**Fundamento Legal:**

Objeto: Registro de Preços para eventuais contratações de serviços de brigadista, seguranças, locação de sanitários portáteis e locação de sistema de sonorização e som ambiente para eventuais eventos no Município de Imbuí, conforme anexo I, sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do Município.

Data da Assinatura: 11/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/11/2019**Vigência:** 04/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 86.850,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** CINARA FRANCELI CAREZIA EIRELI**CNPJ:** 29.162.103/0001-30**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 53/2019**Número do Processo:** 53/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 39PR53/19**Fundamento Legal:**

Objeto: Registro de Preços para eventuais contratações de serviços de brigadista, seguranças, locação de sanitários portáteis e locação de sistema de sonorização e som ambiente para eventuais eventos no Município de Imbuí, conforme anexo I, sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do Município.

Data da Assinatura: 11/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/11/2019**Vigência:** 04/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 27.900,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 7/19

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** SANDRO VILMAR PIRES ME**CNPJ:** 09.253.952/0001-91**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 55/2019**Número do Processo:** 55/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 38.9PR55/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais aquisições parceladas de CARTUCHOS, TONERS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA para uso das repartições públicas do Município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 11/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/11/2019**Vigência:** 04/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 14.448,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** TECTONER - RECARGA DE TONER LTDA - EPP**CNPJ:** 01.027.088/0001-06**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 55/2019**Número do Processo:** 55/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 38.8PR55/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais aquisições parceladas de CARTUCHOS, TONERS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA para uso das repartições públicas do Município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 11/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/11/2019**Vigência:** 04/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 18.680,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 8/19

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** SCHINATO & SILVA TECNOLOGIA LTDA**CNPJ:** 33.357.638/0001-33**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 55/2019**Número do Processo:** 55/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 38.7PR55/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais aquisições parceladas de CARTUCHOS, TONERS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA para uso das repartições públicas do Município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 11/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/11/2019**Vigência:** 04/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 18.522,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** JAIRO FUSINATO ME**CNPJ:** 08.518.546/0001-40**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 55/2019**Número do Processo:** 55/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 38.6PR55/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais aquisições parceladas de CARTUCHOS, TONERS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA para uso das repartições públicas do Município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 11/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/11/2019**Vigência:** 04/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.432,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 9/19

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** AFB PRIME INDUSTRIA, COMERCIO E DISTRIBUICAO DE EQ**CNPJ:** 77.578.524/0001-99**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 55/2019**Número do Processo:** 55/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 38.5PR55/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais aquisições parceladas de CARTUCHOS, TONERS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA para uso das repartições públicas do Município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 11/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/11/2019**Vigência:** 04/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 22.238,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME**CNPJ:** 09.053.748/0001-27**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 55/2019**Número do Processo:** 55/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 38.4PR55/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais aquisições parceladas de CARTUCHOS, TONERS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA para uso das repartições públicas do Município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 11/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 04/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 26.858,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 10/19

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** VIPH IT COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS DE INF**CNPJ:** 33.419.290/0001-61**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 55/2019**Número do Processo:** 55/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 38PR55/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais aquisições parceladas de CARTUCHOS, TONERS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA para uso das repartições públicas do Município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 11/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/11/2019**Vigência:** 04/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 14.075,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME**CNPJ:** 20.081.724/0001-14**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 55/2019**Número do Processo:** 55/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 33.2PR55/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais aquisições parceladas de CARTUCHOS, TONERS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA para uso das repartições públicas do Município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 11/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/11/2019**Vigência:** 04/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 25.344,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 11/19

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** TEREZINHA CAPISTRANO DOS SANTOS**CNPJ:** 33.510.548/0001-30**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 44/2019**Número do Processo:** 44/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 69/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas para o Município de Imbuí/SC, objetivando a execução de ações relativas a Proposta no SIGEF n. 21739/2019, vinculado ao Programa SIGEF n. 2019008318, Governo do Estado de SC, por intermédio da ADR de Rio do Sul e o Município de Imbuí.

Data da Assinatura: 11/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/11/2019**Vigência:** 11/11/2019 a 31/03/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 18.370,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** LUIS CARLOS DE SOUZA - ME**CNPJ:** 13.524.421/0001-63**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 55/2019**Número do Processo:** 55/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 38 PR 55/19**Fundamento Legal:**

Objeto: Eventuais aquisições parceladas de CARTUCHOS, TONERS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA para uso das repartições públicas do Município de Imbuí.

Data da Assinatura: 11/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/11/2019**Vigência:** 04/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 25.160,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 12/19

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: PORTALMAQ COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO E INDUS

CNPJ: 20.414.079/0001-04

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 44/2019

Número do Processo: 44/2019

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: CT 68/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas para o Município de Imbuí/SC, objetivando a execução de ações relativas a Proposta no SIGEF n. 21739/2019, vinculado ao Programa SIGEF n. 2019008318, Governo do Estado de SC, por intermédio da ADR de Rio do Sul e o Município de Imbuí.

Data da Assinatura: 11/11/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 11/11/2019

Vigência: 11/11/2019 a 31/03/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 19.150,00

Forma de Pagamento: 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

Contratado: EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME

CNPJ: 05.937.672/0001-41

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 55/2019

Número do Processo: 55/2019

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: ATA 38.1PR55/19

Fundamento Legal:

Objeto: Eventuais aquisições parceladas de CARTUCHOS, TONERS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA para uso das repartições públicas do Município de Imbuí.

Data da Assinatura: 11/11/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 11/11/2019

Vigência: 04/01/2020 a 31/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 23.620,50

Forma de Pagamento: 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 13/19

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME**CNPJ:** 05.937.672/0001-41**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 38/2019**Número do Processo:** 38/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 35.6/19 PP38**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais Aquisições de Materiais de Expediente para as Repartições Públicas do Município de Imbuí, conforme anexo I, sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do município.**Data da Assinatura:** 28/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/11/2019**Vigência:** 28/11/2019 a 27/11/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.859,67**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF**Contratado:** ZERO5 DISTRIBUIDORA EIRELI**CNPJ:** 31.552.106/0001-21**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 38/2019**Número do Processo:** 38/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 35.5/19 PP38**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais Aquisições de Materiais de Expediente para as Repartições Públicas do Município de Imbuí, conforme anexo I, sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do município.**Data da Assinatura:** 28/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/11/2019**Vigência:** 28/11/2019 a 27/11/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.905,94**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 14/19

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ADL COMERCIAL EIRELI EPP**CNPJ:** 15.267.298/0001-78**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 38/2019**Número do Processo:** 38/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 35.4/19 PP38**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais Aquisições de Materiais de Expediente para as Repartições Públicas do Município de Imbuí, conforme anexo I, sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do município.**Data da Assinatura:** 28/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/11/2019**Vigência:** 28/11/2019 a 27/11/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.112,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF**Contratado:** PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA**CNPJ:** 19.032.430/0001-13**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 38/2019**Número do Processo:** 38/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 35.3/19 PP38**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais Aquisições de Materiais de Expediente para as Repartições Públicas do Município de Imbuí, conforme anexo I, sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do município.**Data da Assinatura:** 28/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/11/2019**Vigência:** 28/11/2019 a 27/11/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.227,44**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 15/19

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** JONAS SCHUTZ**CNPJ:** 31.551.960/0001-73**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 38/2019**Número do Processo:** 38/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 35.2/19 PP38**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais Aquisições de Materiais de Expediente para as Repartições Públicas do Município de Imbuí, conforme anexo I, sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do município.**Data da Assinatura:** 28/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/11/2019**Vigência:** 28/11/2019 a 27/11/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 811,40**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF**Contratado:** JUNCKES DISTRIBUIDORA - LTDA**CNPJ:** 25.267.561/0001-82**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 38/2019**Número do Processo:** 38/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 35.1/19 PP38**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais Aquisições de Materiais de Expediente para as Repartições Públicas do Município de Imbuí, conforme anexo I, sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do município.**Data da Assinatura:** 28/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/11/2019**Vigência:** 28/11/2019 a 27/11/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 13.783,24**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 16/19

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA**CNPJ:** 19.032.430/0001-13**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 39/2019**Número do Processo:** 39/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 34.7/19 PP39**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais aquisições de materiais didáticos para a rede municipal de ensino do Município de Imbuí, conforme anexo I, sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do município.**Data da Assinatura:** 28/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/11/2019**Vigência:** 28/11/2019 a 27/11/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.634,31**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF**Contratado:** JUNCKES DISTRIBUIDORA - LTDA**CNPJ:** 25.267.561/0001-82**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 39/2019**Número do Processo:** 39/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 34.6/19 PP39**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais aquisições de materiais didáticos para a rede municipal de ensino do Município de Imbuí, conforme anexo I, sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do município.**Data da Assinatura:** 28/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/11/2019**Vigência:** 28/11/2019 a 27/11/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 12.204,42**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍA**

Folha: 17/19

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuíá - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME

CNPJ: 20.081.724/0001-14

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 39/2019

Número do Processo: 39/2019

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: ATA 34.5/19 PP39

Fundamento Legal:

Objeto: Eventuais aquisições de materiais didáticos para a rede municipal de ensino do Município de Imbuíá, conforme anexo I, sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do município.

Data da Assinatura: 28/11/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 28/11/2019

Vigência: 28/11/2019 a 27/11/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 14.232,70

Forma de Pagamento: 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

Contratado: ADL COMERCIAL EIRELI EPP

CNPJ: 15.267.298/0001-78

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 39/2019

Número do Processo: 39/2019

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: ATA 34.4/19 PP39

Fundamento Legal:

Objeto: Eventuais aquisições de materiais didáticos para a rede municipal de ensino do Município de Imbuíá, conforme anexo I, sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do município.

Data da Assinatura: 28/11/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 28/11/2019

Vigência: 28/11/2019 a 27/11/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 5.920,75

Forma de Pagamento: 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 18/19

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME**CNPJ:** 05.937.672/0001-41**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 39/2019**Número do Processo:** 39/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 34.3/19 PP39**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais aquisições de materiais didáticos para a rede municipal de ensino do Município de Imbuí, conforme anexo I, sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do município.**Data da Assinatura:** 28/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/11/2019**Vigência:** 28/11/2019 a 27/11/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.111,40**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF**Contratado:** ZERO5 DISTRIBUIDORA EIRELI**CNPJ:** 31.552.106/0001-21**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 39/2019**Número do Processo:** 39/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 34.2/19 PP39**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais aquisições de materiais didáticos para a rede municipal de ensino do Município de Imbuí, conforme anexo I, sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do município.**Data da Assinatura:** 28/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/11/2019**Vigência:** 28/11/2019 a 27/11/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 11.249,57**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 19/19

CNPJ: 83.102.632/0001-93

AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86

C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2019.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** JONAS SCHUTZ**CNPJ:** 31.551.960/0001-73**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 39/2019**Número do Processo:** 39/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 34.1/19 PP39**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais aquisições de materiais didáticos para a rede municipal de ensino do Município de Imbuí, conforme anexo I, sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do município.**Data da Assinatura:** 28/11/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/11/2019**Vigência:** 28/11/2019 a 27/11/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.170,56**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOSA ENTREGA DA NF

CONTRATOS OUTUBRO FMS 2019

Publicação Nº 2221092

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 1/6

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MEDICOS E ODONT LTDA**CNPJ:** 05.077.346/0001-01**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 7/2019**Número do Processo:** 7/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 07/PR07/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisição de materiais odontológicos para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Imbuia.**Data da Assinatura:** 07/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/10/2019**Vigência:** 07/10/2019 a 07/10/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 34.700,94**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES**CNPJ:** 06.194.440/0001-03**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 7/2019**Número do Processo:** 7/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 7.1PR7/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisição de materiais odontológicos para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Imbuia.**Data da Assinatura:** 07/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/10/2019**Vigência:** 07/10/2019 a 07/10/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 37.569,42**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 2/6

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MF DE ALMEIDA & CIA LTDA (SUPRIDENTAL)**CNPJ:** 05.021.932/0001-34**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 7/2019**Número do Processo:** 7/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 7.2PR7/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisição de materiais odontológicos para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Imbuia.**Data da Assinatura:** 07/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/10/2019**Vigência:** 07/10/2019 a 07/10/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 23.784,40**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** ODONTOSUL LTDA**CNPJ:** 04.971.211/0001-22**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 7/2019**Número do Processo:** 7/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 7.3PR7/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisição de materiais odontológicos para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Imbuia.**Data da Assinatura:** 07/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/10/2019**Vigência:** 07/10/2019 a 07/10/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 34.197,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 3/6

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MEDICOS E ODONT LTDA

CNPJ: 05.077.346/0001-01

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 6/2019

Número do Processo: 6/2019

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: ATA 08 PR06/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de materiais hospitalares/laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde Município de Imbuia

Data da Assinatura: 30/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 30/10/2019

Vigência: 04/01/2020 a 31/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 162.457,50

Forma de Pagamento: 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

Contratado: MUNDIAL SOLUCÕES LABORATORIAIS

CNPJ: 23.996.430/0001-00

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 6/2019

Número do Processo: 6/2019

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: ATA 8.1PR06/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de materiais hospitalares/laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde Município de Imbuia

Data da Assinatura: 30/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 31/10/2019

Vigência: 04/01/2020 a 31/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 11.366,00

Forma de Pagamento: 30 DIA APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 4/6

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: MCA COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 15.229.902/0001-71

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 6/2019

Número do Processo: 6/2019

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: ATA 8.2/PR06/19

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de materiais hospitalares/laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde Município de Imbuia

Data da Assinatura: 30/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 30/12/2019

Vigência: 04/01/2020 a 31/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 24.545,00

Forma de Pagamento: 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

Contratado: HENRIQUE DE OLIVEIRA PRADO

CNPJ: 26.583.983/0001-20

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 6/2019

Número do Processo: 6/2019

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: ATA 8.3PR06/19

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de materiais hospitalares/laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde Município de Imbuia

Data da Assinatura: 30/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 30/10/2019

Vigência: 04/01/2020 a 31/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 8.396,00

Forma de Pagamento: 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 5/6

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI**CNPJ:** 27.105.456/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 6/2019**Número do Processo:** 6/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 8.4PR06/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisição de materiais hospitalares/laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde Município de Imbuia**Data da Assinatura:** 30/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/10/2019**Vigência:** 04/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 50.710,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** MAYCON WILL EIRELI**CNPJ:** 18.712.730/0001-80**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 6/2019**Número do Processo:** 6/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 8.5PR06/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisição de materiais hospitalares/laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde Município de Imbuia**Data da Assinatura:** 30/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/10/2019**Vigência:** 04/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 18.700,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 6/6

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 32.421.421/0001-82
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 6/2019
Número do Contrato ou Aditivo: ATA 8.6PR06/19
Fundamento Legal:
Objeto: Aquisição de materiais hospitalares/laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde Município de Imbuia
Número do Processo: 6/2019
Outra Entidade: Não

Data da Assinatura: 30/10/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/10/2019
Vigência: 04/01/2020 a 31/12/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 69.973,98
Forma de Pagamento: 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

CONTRATOS OUTUBRO PREF 2019

Publicação Nº 2221090

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 1/5

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CLAIR HENCKEMEIER BRAMBILA 03273022914**CNPJ:** 25.083.902/0001-60**Modalidade:** Concorrência p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 2/2019**Número do Processo:** 41/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 57/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: Sala de 53 (cinquenta e três) m² localizados na "Praça da Raiz" na Rua 25 de novembro esquina com a Rodovia SC 281 no Centro do Município de Imbuí, para a utilização, pelo vencedor do certame, na exploração do ramo de lanchonete e/ou similar.

Data da Assinatura: 03/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/10/2019**Vigência:** 03/10/2019 a 03/10/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.200,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** PRO ENG ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA**CNPJ:** 31.281.510/0001-08**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 37/2019**Número do Processo:** 37/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 36.1/19 PP37**Fundamento Legal:**

Objeto: Registro de Preços para eventuais contratações de prestação de serviços de mão de obra de Pedreiro, Servente de Pedreiro, Pintor e Eletricista Predial para realizar manutenções diversas e pequenas reformas em locais indicados pelo Município de Imbuí.

Data da Assinatura: 11/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/10/2019**Vigência:** 11/10/2019 a 09/10/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 127.500,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 2/5

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** AURI CAPRESTANA- MEI**CNPJ:** 12.938.285/0001-95**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 37/2019**Número do Processo:** 37/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 36.2/19 PP37**Fundamento Legal:****Objeto:** Registro de Preços para eventuais contratações de prestação de serviços de mão de obra de Pedreiro, Servente de Pedreiro, Pintor e Eletricista Predial para realizar manutenções diversas e pequenas reformas em locais indicados pelo Município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 11/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/11/2019**Vigência:** 11/10/2019 a 09/10/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 24.990,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS A ENTREGA DA NF**Contratado:** ROGER FERNANDO MIELKE PERIUS 04610447908**CNPJ:** 34.704.022/0001-54**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 37/2019**Número do Processo:** 37/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 36.3/19 PP37**Fundamento Legal:****Objeto:** Registro de Preços para eventuais contratações de prestação de serviços de mão de obra de Pedreiro, Servente de Pedreiro, Pintor e Eletricista Predial para realizar manutenções diversas e pequenas reformas em locais indicados pelo Município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 11/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/10/2019**Vigência:** 11/10/2019 a 09/10/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 174.930,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS A ENTREGA DA NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 3/5

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** DIONE DA LUZ SILVA 00008867933**CNPJ:** 23.504.808/0001-01**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 37/2019**Número do Processo:** 37/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 36.4/19 PP37**Fundamento Legal:****Objeto:** Registro de Preços para eventuais contratações de prestação de serviços de mão de obra de Pedreiro, Servente de Pedreiro, Pintor e Eletricista Predial para realizar manutenções diversas e pequenas reformas em locais indicados pelo Município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 11/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/10/2019**Vigência:** 11/10/2019 a 09/10/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 146.940,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS A ENTREGA DA NF**Contratado:** CZ ENGENHARIA LTDA**CNPJ:** 26.735.672/0001-39**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 42/2019**Número do Processo:** 42/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 58/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** Contratação de empresa especializada de engenharia (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para a execução da construção de portal, muros de concreto armado e cerca com palanque de concreto no Cemitério Municipal do Município de Imbuí/SC**Data da Assinatura:** 17/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/10/2019**Vigência:** 17/10/2019 a 17/03/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 186.891,49**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 4/5

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: INFO DIGITALL - SOLUCOES TECNOLOGICAS PARA GESTAO

CNPJ: 86.731.494/0001-08

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 48/2018

Número do Processo: 48/2018

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: CT 56/2019 ata28

Fundamento Legal:

Objeto: Registro de Preços para eventual Contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema informatizado destinado gerenciamento, conversão e digitalização de documentos, implantação, treinamento e locação de software de Gerenciamento Administrativo e Contábil, conforme especificações técnicas do Termo de Referência, Anexo I do edital, para atender as necessidades do Município.

Data da Assinatura: 23/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 23/10/2019

Vigência: 23/10/2019 a 23/10/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 29.476,34

Forma de Pagamento: 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

Contratado: SCHEILA APARECIDA WEISS ME

CNPJ: 26.068.753/0001-22

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 50/2019

Número do Processo: 50/2019

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: CT 63/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para realização de processo seletivo e de concurso público para diversos cargos para o Município de Imbuí, conforme especificações técnicas do Termo de Referência, Anexo I do edital, para atender as necessidades do Município.

Data da Assinatura: 25/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 25/10/2019 a 31/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 11.000,00

Forma de Pagamento: 15 DIAS APARTIR DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA**

Folha: 5/5

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** J MALUCCELLI EQUIPAMENTOS S/A**CNPJ:** 95.424.321/0013-63**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 45/2019**Número do Processo:** 45/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 64/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: Aquisição de retroescavadeira para o Município de Imbuia/SC, objetivando a execução de ações relativas a Proposta no SIGEF n. 21740/2019, vinculado ao Programa SIGEF n. 2019008317, Governo do Estado de SC, por intermédio da ADR de Rio do Sul e o Município de Imbuia.

Data da Assinatura: 25/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 25/10/2019**Vigência:** 25/10/2019 a 31/03/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 247.500,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A LIBEIRAÇÃO DA AGENCIA DE DEENVOLVIMENT**Contratado:** SELETEC APOIO ADMINISTRATIVO LTDA**CNPJ:** 17.362.821/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 50/2019**Número do Processo:** 50/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 65/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para realização de processo seletivo e de concurso público para diversos cargos para o Município de Imbuia", conforme especificações técnicas do Termo de Referência, Anexo I do edital, para atender as necessidades do Município.

Data da Assinatura: 25/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 25/10/2019**Vigência:** 25/10/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.000,00**Forma de Pagamento:** 15 DIAS APOS A ENTREGA DEA NOTA FISCAL

Indaial

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 233/2019

Publicação Nº 2221095

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 233/2019
Edital de Pregão Presencial nº 090/2019-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.
Objeto: Aquisição de divisória modulada em fibra EUCAPLAC para a Secretaria de Educação - Exclusiva para ME e EPP.
Entrega dos envelopes: 26/11/2019 - 08h45min – Horário de Brasília
Abertura das propostas: 26/11/2019 - 09h00min – Horário de Brasília
Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.
André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234/2019

Publicação Nº 2221096

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADCLICH

Processo Licitatório nº 234/2019
Edital de Pregão Presencial nº 010/2019-37941

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.
Objeto: Concessão à empresa privada de espaço para exploração publicitária do nome taça do 35º Torneio de Verão de Indaial-2020, acompanhada de exploração de comunicação visual em locais determinados, mediante cessão onerosa financeira.
Entrega dos envelopes: 26/11/2019 - 14h15min – Horário de Brasília
Abertura das propostas: 26/11/2019 - 14h30min – Horário de Brasília
Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic4@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.
Ademir Packer – Diretor Executivo

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 235/2019

Publicação Nº 2221097

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 235/2019
Edital de Inexigibilidade nº 026/2019-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.
Objeto: Contratação do profissional, Marcos Petry, para ministrar palestra, segundo o projeto de formação continuada para os profissionais da área da educação do Município de Indaial, com o tema "Autismo e os gatilhos de Superação".
Entrega dos envelopes: 11/11/2019
Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.
André Luiz Moser – Prefeito Municipal

Ipira

PREFEITURA

1301 - ALTERA LOA 02-2019 - ALT ORÇAMENTÁRIAS PREFEITURA

Publicação Nº 2221480

Lei nº 1301, de 18 de setembro de 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL OU TOTAL DE DOTAÇÃO, DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO VERIFICADO NO MÊS DE AGOSTO DO CORRENTE ANO E PELO SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR.

Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica criada/alterada a dotação orçamentária e aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ipira, no valor de R\$ 753.558,70 (setecentos e cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta e oito reais com setenta centavos), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS
03.01	Diretoria de Administração
04.122.0003.2003	Manutenção do Departamento de Administração
07 - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 188.558,70
04.00	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
04.01	Diretoria de Promoção Social
08.244.0004.2006	Ações de Promoção Social
15 - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 80.000,00
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
05.03	Fundo Municipal de Desenv. Rural – FUNDERURAL
20.606.0008.2014	Manutenção do FUNDERURAL
46 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 100.000,00
06.00	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
06.01	Diretoria de Infra-Estrutura e Transportes
26.782.0011.2017	Diretoria de Infra-Estrutura e Transportes
53 - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 130.000,00
06.02	Diretoria de Urbanismo
15.452.0012.2018	Manutenção da Diretoria de Urbanismo
60 - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 45.000,00
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.02	Educação Infantil
12.365.0017.2023	Manutenção do Ensino Infantil
73 - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0209	Aplicações Diretas
	R\$ 80.000,00
07.03	Ensino Fundamental
12.361.0017.2026	Manutenção do Ensino Fundamental
88 - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0209	Aplicações Diretas
	R\$ 110.000,00
07.09	Setor de Esportes
27.812.0018.2034	Manutenção do Departamento de Desporto
101 - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00

Art. 2º. – Os recursos necessários para atender a abertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do artigo anterior, correrão por conta:

§ 1º. Da anulação parcial ou total de dotação.

02.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE
02.01	Gabinete do Prefeito e Vice
04.122.0002.1002	Modernização Administrativa – GP
01 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 14.291,00
02.02	Fundo Municipal da Defesa Civil – FUMDEC
06.182.0027.2045	Ações da Defesa Civil – FUMDEC
04 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 15.593,13
05 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 10.400,00
03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS
03.01	Diretoria de Administração
04.122.0003.1004	Modernização Administrativa - SMAF
06 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 40.481,00
04.00	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
04.01	Diretoria de Promoção Social
08.244.0004.1005	Projetos Sociais e Parcerias Comunitárias
13 - 4.4.50.00.00.00.00.00.0.1.0200	Trans a Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos
	R\$ 10.253,34
04.03	Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA
08.243.0007.2011	Manutenção das Ações do FIA
30 - 3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.0200	Trans a Consórcios Públicos
	R\$ 1.939,20
31 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 1.475,69
32 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0200	Trans a Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos
	R\$ 2.080,00
33 - 3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.0200	Trans a Consórcios Públicos
	R\$ 6.744,72
34 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 55.000,00
36 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 5.200,00
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
05.01	Diretoria de Agricultura
17.511.0013.2046	Programa de Saneamento Básico Rural
37 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 5.200,00
20.606.0008.1006	Modernização Agrícola
38 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 130.000,00
20.606.0008.1008	Projetos de Parceria Agrícola
39 - 4.4.50.00.00.00.00.00.0.1.0200	Trans a Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos
	R\$ 5.520,00

20.691.0008.1007	Modernização da Agropecuária
41 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 10.400,00
05.02	Diretoria de Meio Ambiente
18.541.0009.2013	Manutenção da Diretoria de Meio Ambiente
42 - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 15.600,00
43 - 3.3.71.00.00.00.00.0.1.0200	Trans a Consórcios Públicos
	R\$ 6.070,30
05.03	Fundo Municipal de Desenv. Rural – FUNDERURAL
20.608.0010.2015	Programas para Agricultura Familiar
47 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 89.850,00
06.00	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
06.02	Diretoria de Urbanismo
17.512.0013.2019	Ações de Limpeza Urbana
63 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 20.765,42
06.04	Fundo Rotativo Municipal de Habitação - FUROHABI
16.482.0014.1012	Programa de Habitações Populares
64 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 50.000,00
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.02	Educação Infantil
12.365.0017.1013	Modernização do Ensino Infantil
70 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0201	Aplicações Diretas
	R\$ 9.182,90
07.03	Ensino Fundamental
12.306.0015.2024	Merenda p/ Ensino Fundamental
77 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0201	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
07.04	Ensino Médio
12.362.0017.2029	Manutenção do Ensino Médio
97 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 10.400,00
16.00	SEC. MUN. DE CULT., TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
16.03	Fundo Municipal de Turismo - FUNDETUR
23.695.0019.1016	Modernização Turística
121 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 17.696,00
17.00	FUNDO DE REEQUIP. DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
17.01	Fundo de Reequip. do Corpo de Bombeiros Militar
06.182.0027.2044	Operacionalização do FUNREBOM
125 - 3.1.71.00.00.00.00.0.1.0200	Trans a Consórcios Públicos
	R\$ 5.825,20
126 - 3.3.71.00.00.00.00.0.1.0200	Trans a Consórcios Públicos
	R\$ 3.590,80

§ 2º. Do excesso de arrecadação verificado no mês de agosto do corrente ano na fonte de recursos do FUNDEB 60%, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais).

Art. 3º. – Fica criada/alterada a dotação orçamentária e aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ipira, no valor de R\$ 401.951,74 (quatrocentos e um mil, novecentos e cinquenta e um real com setenta e quatro centavos), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
12.01	Fundo Municipal de Saúde - FMS
10.301.0022.2038	Ações da Saúde Básica
04 - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0202	Aplicações Diretas
	R\$ 150.000,00
47 - 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0261	Aplicações Diretas
	R\$ 100.000,00
10.301.0023.2039	Programa Saúde da Família
19 - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0202	Aplicações Diretas
	R\$ 51.951,74
10.301.0022.2040	Disponibilização de Medicamentos
54 - 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0261	Aplicações Diretas
	R\$ 100.000,00

Art. 4º. – Os recursos necessários para atender a abertura dos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES, nos termos do artigo anterior, correrão por conta;

§ 1º. Da anulação parcial ou total de dotação.

06.00	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
06.01	Diretoria de Infra-Estrutura e Transportes
26.782.0011.1009	Modernização do Setor Rodoviário
49 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	R\$ 155.000,00
12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
12.01	Fundo Municipal de Saúde - FMS
10.301.0022.1018	Modernização da Saúde Básica
01 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0202	Aplicações Diretas
	R\$ 28.231,74
10.301.0023.1021	Modernização do Programa Saúde da Família
17 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0202	Aplicações Diretas
	R\$ 15.600,00
10.305.0025.1020	Modernização da Vig. Epidemiológica
40 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0202	Aplicações Diretas
	R\$ 3.120,00

§ 2º. Do Superavit Financeiro verificado no exercício anterior na fonte de recurso vinculado ao Piso de Atenção Básica – PAB, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 5º. – Fica criada e/ou alterada a ação mencionada nesta Lei, constantes da Lei nº. 1218, de 30 de agosto de 2017 – PPA quadriênio 2018-2021 e Lei nº. 1265, de 11 de outubro de 2018 – LDO para o exercício de 2019 e suas alterações.

Art. 6º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 18/setembro/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan

Auxiliar Administrativo

1302 - RATIFICA PROTOCOLO INTENÇÕES ARIS ALTERAÇÕES 2019

Publicação Nº 2221485

Lei nº 1302, de 21 de outubro de 2019.

Ratifica as alterações realizadas no Protocolo de Intenções consubstanciado no Contrato de Consórcio Público da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), firmado entre este Município e o Consórcio Público ARIS, mediante autorização da Lei nº 992, de 27 de junho de 2012.

Art. 2º O texto consolidado do Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público está publicado nas páginas 1544/1627 da edição nº 2771 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 08 de março de 2019, disponível em: http://edicao.dom.sc.gov.br/1552066503_edicao_2771_assinada.pdf).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira-SC.
EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da
Prefeitura Municipal de Ipira em 21/outubro/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

1303 - PROJETO DE LEI - LDO - 2020

Publicação Nº 2221497

Lei nº 1303, de 23 de outubro de 2019.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária 2020 e dá outras providências.

Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal – CF/88, c/c o art. 130, § 2º, da Lei Orgânica Municipal/90, são estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias do Município para 2020, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da administração municipal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos;
- IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V – as disposições sobre as despesas com pessoal;
- VI – as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VII – as disposições gerais.

CAPÍTULO I
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas da administração municipal são aquelas constantes nos Anexos I e II desta Lei.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária Anual – LOA para 2020 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Anexo I desta Lei, não se constituindo em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar, diminuir ou alterar as metas estabelecidas, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º O Anexo de Prioridades e Metas conterá, no que couber, o disposto no art. 4º, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 4º Havendo variação da receita, positiva ou negativa em relação à meta estipulada, a meta da despesa poderá ser ajustada, automaticamente,

em função do resultado primário definido.

§ 5º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, mediante Decreto, o anexo I – Prioridades e Metas, no que diz respeito:

I – À ampliação ou diminuição das metas propostas;

II – À adequação da denominação dos programas, das ações, do produto e da unidade de medida;

III – À transferência de ações entre programas;

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º O orçamento para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo além dos Fundos Municipais, e será elaborado em consonância com a estrutura organizacional do Município.

Art. 4º A LOA evidenciará, para cada unidade gestora, a receita por rubrica e a despesa por programa, função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operação especial e, quanto a sua natureza, no mínimo, por categoria econômica, grupos de natureza e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com os Anexos e normas definidos pela legislação vigentes.

§ 1º Os Fundos Municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando, em destaque, as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º O QDD poderá ser detalhado em nível de modalidade e alterado por decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º A mensagem que encaminhar o projeto da LOA será apresentada na forma da Lei nº 4.320/64.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 6º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da LOA para 2020 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei.

Art. 7º Os estudos para definição do orçamento da receita para 2020 deverão contemplar as alterações da legislação tributária, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita dos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput deste artigo, poderão os demonstrativos de receitas e despesas constantes no Anexo II desta Lei, ser atualizados quando da elaboração da LOA.

Art. 8º Caso seja necessária à limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos", "inversões financeiras".

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado, ainda, o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recurso.

Art. 9º A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado fica condicionada à observância das exigências da LC nº 101/2000.

Art. 10. Constituem riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas os consignados no Anexo III desta Lei.

§ 1º Em caso de ocorrência de riscos fiscais, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de 2019 ou dos anos anteriores.

§ 2º Sendo esses recursos insuficientes, o Executivo encaminhará projeto de lei propondo anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou comprometidos.

Art. 11. O orçamento para o exercício de 2020 conterà Reserva de Contingência, limitada até a 3% (três por cento) da receita corrente líquida, destinada a atender passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entende-se por passivo contingente, situações futuras que poderão constituir prováveis obrigações ou despesas para o Município, tais como: sentenças judiciais ou trabalhistas, estados de emergência ou de calamidade pública e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 12. O Poder Executivo estabelecerá o desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das

receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, em até trinta dias da publicação da LOA.

Art. 13. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, poderão ser executados à medida do ingresso dos recursos.

Art. 14. As renúncias de receita estimadas para o exercício de 2020 não serão consideradas para efeito da previsão da receita.

Art. 15. A transferência de recursos a entidades beneficiará aquelas sem fins lucrativos, de caráter educativo, assistencial, desportivo, cultural, cooperativo, associativo ou filantrópico, entre elas:

I – de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, ou estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e/ou Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, entre elas:

a) Sociedade Beneficente Piratuba / Ipira;

b) Beneficência Camiliana do Sul / Hospital São Francisco.

II – vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III – de atendimento direto ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais de ensino fundamental;

IV – voltadas à proteção ambiental;

V – de atenção à criança e ao adolescente, à mulher ou ao idoso;

VI – signatárias de contrato de gestão com a administração municipal, não qualificadas como organizações sociais, nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

VII – consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração municipal e que participem da execução de programas de saúde;

VIII – qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 ou reconhecidas como de utilidade pública, entre elas:

a) Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários;

b) instituições de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco;

c) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ipira – APAE;

d) Associação de Acadêmicos de Ipira e ou instituições de ensino superior;

IX – qualificadas como entidades representativas de atividades, classes ou categorias profissionais ou econômicas, entre elas, Câmara de Diretores Lojistas - CDL;

X – entidades representativas dos municípios ou voltadas ao aperfeiçoamento da administração pública e ao fortalecimento dos municípios, assim entendidas a associação, a federação e a confederação de municípios, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM e outros;

XI – dedicadas à promoção e desenvolvimento do esporte, à difusão cultural, à promoção do turismo e ao combate e prevenção ao uso de drogas, entre elas a AMULBI;

XII – associações de moradores e organizações rurais e urbanas.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento dos recursos, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar os documentos definidos na Instrução Normativa nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e pelo Sistema de Controle Interno do Município.

§ 2º As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas nos prazos e forma estabelecidos nos termos de colaboração, de fomento, de cooperação e convênios.

§ 3º Ficam ressalvadas as transferências destinadas ao cumprimento de termos de colaboração, de fomento, de cooperação e convênios em vigor ou que venham a ser renovados e para organismos dos quais o Município integre sob qualquer forma.

Art.16. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da LC nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da LRF, são consideradas irrelevantes as despesas cujo valor não ultrapasse os

limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 17. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras e para etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 18. A realização de despesas de competência de outros entes da federação só será assumida quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na LOA.

Art. 19. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 20. A LOA para 2020 poderá conter autorização para:

I – abertura de crédito suplementar, mediante decreto, até o limite de um terço do montante total das despesas orçadas, tendo como fonte de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro de exercícios anteriores;

II – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos entre categorias econômicas e programas, através de decreto, até o limite de um terço do montante total das despesas orçadas.

III – realizar mediante decreto, a transposição, o remanejamento ou a transferência de dotações, de uma fonte de recursos para outra, dentro de um mesmo programa.

IV – realizar mediante decreto, a reabertura de créditos orçamentários relativos a convênios firmados e não aplicados no exercício anterior.

Art. 21. Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial.

Art. 22. O controle de que trata os arts. 4º, I, “e” e 50, § 3º, da LRF será desenvolvido de forma a apurar os custos e a avaliar os resultados dos programas financiados com recursos da LOA.

Art. 23. A Assessoria Jurídica diligenciará junto ao Poder Judiciário Estadual e Federal, sem prejuízo do envio da relação de dados cadastrais dos precatórios aos órgãos e entidades devedoras, até sete dias após a publicação desta Lei, a relação dos débitos constantes nos precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2020, conforme determina o art. 100, § 5º, da CF/88, discriminada por entidade da administração, especificando:

I – número da ação originária;

II – número do precatório;

III – tipo de causa julgada;

IV – data da notificação do despacho do Presidente do Tribunal;

V – nome do beneficiário; e

VI – valor do precatório a ser pago.

§ 1º A inclusão de recursos na LOA para 2020, para pagamento de precatórios, tendo em vista o disposto no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da CF/88, será realizada de acordo com os seguintes critérios:

I – nos precatórios não alimentícios, os créditos individualizados, cujo valor for superior a 200 (duzentos) salários mínimos, serão objeto de parcelamento em até dez parcelas iguais e anuais sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a 100 (cem) salários mínimos, excetuando-se o resíduo, se houver;

II – os precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse, cujos valores ultrapassem o limite disposto no inciso anterior, serão divididos em duas parcelas iguais e anuais sucessivas;

III – a atualização e juros serão na forma estabelecida no art. 100, § 12, da Constituição Federal.

§ 2º As Requisições de Pequeno Valor – RPV, com valor previsto no art. 97, § 12, do Ato das Disposições Constitucionais – ADCT, serão pagas no prazo de 60 (sessenta) dias, dispensando-se a requisição de precatório.

Art. 24. Somente se incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atendam a pelo menos uma das seguintes condições:

I – comprovação de trânsito em julgado dos embargos à execução;

II – certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos cálculos.

Art. 25. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública direta e a Secretaria de Administração e Finanças submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações pertinentes.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 26. Obedecidos os limites da Resolução nº 43/2001 e alterações posteriores do Senado Federal, o Município poderá realizar operações de crédito em 2020 e conceder garantias em operação de crédito, observados o art. 167, II, da CF/88 e os arts. 31 a 43 da LC nº 101/2000.

Parágrafo único. Poderão ser realizadas operações de crédito para financiamento de despesas correntes, quando permitidas em normas federais.

Art. 27. As operações de crédito deverão ser autorizadas por lei específica, restando, no momento da autorização, automaticamente acrescida a meta fiscal correspondente à dívida fundada e ao resultado nominal, se for o caso.

Art. 28. Ultrapassado o limite de endividamento, o Poder Executivo adotará as medidas definidas no art. 31, § 1º, da LC nº 101/2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DESPESA DE PESSOAL

Art. 29. Para fins do art. 169 da CF/88, fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento da remuneração acima da inflação, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, observadas as exigências constitucionais e os limites de despesas da LC nº 101/2000.

Parágrafo único. Fica autorizada, nos termos da Lei Complementar nº 109/2001, de 31 de dezembro de 2001, a revisão geral, inclusive, incluir as perdas salariais das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos, inativos e pensionistas dos Poderes Executivo e Legislativo, cujo percentual será definido em lei específica.

Art. 30. Fica autorizada a cessão de servidores com ônus para o Município, a órgãos da administração direta e indireta dos Governos Federal e Estadual, Poder Judiciário, bem como entidades de classe.

Art. 31. No exercício de 2020, a realização de serviço em horário extraordinário, quando a despesa houver extrapolado o limite prudencial, somente poderá ocorrer quando destinado ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do titular da área executora, ouvido o Secretário de Administração e Finanças.

Art. 32. Em caso de superação do limite prudencial de despesa de pessoal, os Poderes Executivo e Legislativo adotarão as medidas previstas nos parágrafos 3º e 4º do art. 169 da CF/88 e nos arts. 22 e 23 da LC nº 101/2000.

Art. 33. Para efeito desta Lei, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º, da LC nº 101/2000, a contratação de mão-de-obra para execução de funções e atividades finalísticas do ente, para as quais haja correspondência com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos e Vencimentos do Município de Ipira ou, ainda, atividades próprias da administração municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, não será registrada no elemento "34 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização", devendo ser classificada no elemento de despesa correspondente.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. O Poder Executivo, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais e/ou econômicos de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo, nestes casos, ser considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto orçamentário e financeiro, conforme disposto no art. 14 da LC nº 101/2000.

§ 1º O desconto para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e da Contribuição de Melhoria em cota única, observará a previsão do Código Tributário Municipal, art. 161.

§ 2º Em caso de recolhimento parcelado do IPTU, será dividido em seis parcelas mensais, sem acréscimo de encargos, exceto se houver a variação da Unidade Fiscal de Referência – UFIR municipal.

§ 3o Em caso de recolhimento parcelado da Contribuição de Melhoria, poderá ser dividida em até 24 parcelas mensais, conforme definido em ato do Poder Executivo Municipal, sem acréscimo de encargos, exceto se houver, a variação da UFIR municipal.

Art. 35. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados na forma da lei, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da LC nº 101/2000.

Art. 36. A lei que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, na forma do art. 14, II, da LC nº 101/2000, somente entrará em vigor após a anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.

Parágrafo único. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, até o limite da estimativa específica constante no Anexo II desta Lei, será considerada na estimativa da receita da LOA, de modo a não afetar as metas fiscais, na forma do art. 14, I, da LC nº 101/2000.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 38. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município.

Art. 39. Para fins de apreciação da proposta orçamentária, do acompanhamento e da fiscalização orçamentária, será assegurado ao órgão responsável, o acesso irrestrito, para fins de consulta, a todos os dados disponíveis no Poder Executivo.

Art. 40. Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2019, a programação nele constante poderá ser executada em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta original, enquanto não concluído o processo legislativo.

Art. 41. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Sistema de Controle Interno do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 42. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar os equipamentos e materiais permanentes inservíveis e antieconômicos, devendo o produto da alienação ser aplicado em despesas de capital.

Parágrafo único. Decreto do Poder Executivo estabelecerá a relação dos bens com os respectivos códigos patrimoniais que serão objeto de alienação.

Art. 43. O Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com as entidades definidas no art. 15 da presente Lei, com o Governo Federal e Estadual, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, observado o disposto na Lei Orgânica e no § 2º do art. 116, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único. Fica igualmente autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar convênios com o Poder Judiciário, de qualquer instância, seja Federal ou Estadual, podendo assumir encargos que não sejam de competência municipal.

Art. 44. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).

EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da
Prefeitura Municipal de Ipira em 23/outubro/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

1304 - ALTERA LOA 03-2019 - ALT ORÇAMENTÁRIAS PREFEITURA

Publicação Nº 2221504

Lei nº 1304, de 30 de outubro de 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL OU TOTAL DE DOTAÇÃO E PELO SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR.

Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica criada/alterada a dotação orçamentária e aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ipira, no valor de R\$ 6.344,00 (seis mil trezentos e quarenta e quatro reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

06.00	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
06.01	Diretoria de Infra-Estrutura e Transportes
26.782.0011.2017	Diretoria de Infra-Estrutura e Transportes
55 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0217	Aplicações Diretas
	R\$ 6.344,00

Art. 2º. – Os recursos necessários para atender a abertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do artigo anterior, correrão por conta:

§ 1º. Da anulação parcial ou total de dotação.

06.00	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
06.01	Diretoria de Infra-Estrutura e Transportes
26.782.0011.1009	Modernização do Setor Rodoviário
50 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0217	Aplicações Diretas
	R\$ 6.344,00

Art. 3º. – Fica criada/alterada a dotação orçamentária e aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ipira, no valor de R\$ 150.814,61 (cento e cinquenta mil oitocentos e quatorze reais com sessenta e um centavos), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
12.01	Fundo Municipal de Saúde - FMS
10.301.0022.1018	Modernização da Saúde Básica
68 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0634	Aplicações Diretas
	R\$ 34.000,00
69 - 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0634	Aplicações Diretas
	R\$ 116.814,61

Art. 4º. – Os recursos necessários para atender a abertura dos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES, nos termos do artigo anterior, correrão por conta;

§ 1º. Da anulação parcial ou total de dotação.

12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
12.01	Fundo Municipal de Saúde - FMS
10.301.0022.2038	Ações da Saúde Básica
12 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0634	Aplicações Diretas
	R\$ 34.000,00

§ 2º. Do Superavit Financeiro verificado no exercício anterior na fonte de recurso vinculado a PAB Variável - Incentivo Programa Academia de Saúde, no valor de R\$ 116.814,61 (cento e dezesseis mil oitocentos e quatorze reais com sessenta e um centavos).

Art. 5º. – Fica criada e/ou alterada a ação mencionada nesta Lei, constantes da Lei nº. 1218, de 30 de agosto de 2017 – PPA quadriênio 2018-2021 e Lei nº. 1265, de 11 de outubro de 2018 – LDO para o exercício de 2019 e suas alterações.

Art. 6º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da
Prefeitura Municipal de Ipira em 30/outubro/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

1305 - DESMEMBRAMENTO ROMEU PAULO BARBOSA E ANGELA

Publicação Nº 2221505

Lei nº 1305, de 30 de outubro de 2019.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE LOTES URBANOS QUE IDENTIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a aprovar o desmembramento de um terreno urbano sem denominação, objeto da matrícula nº 21.293, do Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal-SC, com área de 1.495,76m² (um mil quatrocentos e noventa e cinco metros e setenta e seis centímetros quadrados), situada na Rua Governador Colombo Machado Salles, Bairro dos Estudantes da cidade de Ipira/SC, dentro dos seguintes limites e confrontações: partindo do vértice 01, situado na confrontação com terreno pertencente a Dorvalino Francisco Vieira (matrícula nº 2.481), segue com este confrontando, com o ângulo de 66º51'38" e distância de 42,03m (quarenta e dois virgula zero três metros) até o vértice 02. Daí segue confrontando com a referida rua, com ângulo de 84º36'19" e distância de 31,37 (trinta e um virgula trinta e sete metros), até o vértice 03, com ângulo de 169º29'2" e distância de 21,11m (vinte e um virgula onze metros), até o vértice 04; com ângulo de 165º55'54" e distância de 7,69m (sete virgula sessenta e nove metros), até o vértice 05; com ângulo de 171º11'6" e distância de 4,78m (quatro virgula setenta e oito metros), até o vértice 06. Daí segue confrontando com terreno pertencente à Sociedade Evangélica Beneficiente, Cultural e Recreativa (matrícula nº 1.642), com ângulo de 61º56'2" e distância de 67,34m (sessenta e sete virgula trinta e quatro metros), até o vértice 01 início da descrição. De acordo com o mapa anexo a este Projeto de Lei, assinado pelos proprietários Romeu Paulo Barbosa e Angela Maria Teixeira Barbosa, e pelo Engenheiro Agrimensor Roger Cerutti, registrado no CREA/SC sob nº 082910-4.

§ 1º Área Total A Desmembrar de 1.495,76m² (um mil quatrocentos e noventa e cinco metros e setenta e seis centímetros quadrados). Com as seguintes descrições:

Área a Desmembrar A

Área: 482,89m²

Confrontações:

Sudoeste: Na extensão total de 34,84m em linhas quebradas com Rua Governador Colombo Machado Salles;

Leste: Na extensão de 26,83m com Área a Desmembrar B;

Noroeste: Na extensão de 35,81m com Sociedade Evangélica Beneficiente, Cultural e Recreativa – Matrícula 1.642.

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 01, situado na confrontação com Sociedade Evangélica Beneficiente, Cultural e Recreativa – Matrícula 1.642 e Área a Desmembrar B, deste segue confrontando com Área a Desmembrar B, com ângulo de 64º45'58" e distância de 26,83m até o vértice 02, deste segue confrontando com a Rua Governador Colombo Machado Salles, com os seguintes ângulos e distâncias: 86º41'58" de 1,26m até o vértice 03, 169º29'2" e 21,11m até o vértice 04, 165º55'54" e 7,69m até o vértice 05, 171º11'6" e 4,78m até o vértice 06, deste segue confrontando com Sociedade Evangélica Beneficiente, Cultural e Recreativa – Matrícula 1.642, com o ângulo de 61º56'2" e a distância de 35,81m até o vértice 01, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Área a Desmembrar B:

Área: 510,38m²

Confrontações:

Sudoeste: Na extensão de 16,55m com Rua Governador Colombo Machado Salles;

Leste: Na extensão de 35,44m com Área a Desmembrar C;

Oeste: Na extensão de 26,83m com Área a Desmembrar A;

Noroeste: Na extensão de 17,94m com Sociedade Evangélica Beneficiente, Cultural e Recreativa – Matrícula 1.642.

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 01, situado na confrontação com Sociedade Evangélica Beneficiente, Cultural e Recreativa – Matrícula 1.642 e Área a Desmembrar C, deste segue confrontando com Área a Desmembrar C, com ângulo de 65º14'36" e distância de 35,44m até o vértice 02, deste segue confrontando com a Rua Governador Colombo Machado Salles, com o ângulo de 86º13'19" e distância de 16,55m até o vértice 03, deste segue confrontando com Área a Desmembrar A, com o ângulo de 93º18'2" e distância de 26,83m até o vértice 04, deste segue confrontando com Sociedade Evangélica Beneficiente, Cultural e Recreativa – Matrícula 1.642, com ângulo de 115º14'2" e distância de 17,94m até o vértice 01, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Área a Desmembrar C

Área: 502,49m²

Confrontações:

Leste: Na extensão de 42,03m com Dorvalino Francisco Vieira e Mathildes de Souza Vieira – Matrícula 2.481;
Sudoeste: Na extensão de 13,56m com Rua Governador Colombo Machado Salles;
Noroeste: Na extensão de 13,59m com Sociedade Evangélica Beneficiente, Cultural e Recreativa – Matrícula 1.642;
Oeste: Na extensão de 35,44m com Área a Desmembrar B.

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 01, situado na confrontação de Sociedade Evangélica Beneficiente, Cultural e Recreativa – Matrícula 1.642 e Dorvalino Francisco Vieira e Mathildes de Souza Vieira – Matrícula 2.481, deste segue confrontando com Dorvalino Francisco Vieira e Mathildes de Souza Vieira – Matrícula 2.481 com o ângulo de 66°51'38" e a distância de 42,03m até o vértice 02, deste segue confrontando com Rua Governador Colombo Machado Salles, com o ângulo de 84°36'19" e a distância de 13,56m até o vértice 03, deste segue confrontando com Área a Desmembrar B, com o ângulo de 93°46'41" e distância de 35,44m até o vértice 04, deste segue confrontando com Sociedade Evangélica Beneficiente, Cultural e Recreativa – Matrícula 1.642, com o ângulo de 114°45'24" e distância de 13,59m até o vértice 01, ponto inicial da descrição deste perímetro.

§ 2º Faz parte desta Lei, o mapa anexo, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e Memorial Descrito, assinado pelos proprietários e pelo Engenheiro Agrimensor Roger Cerutti, registrado no CREA/SC sob nº 082910-4.

Art. 2º No Prazo de 180 (Cento e oitenta) dias, a contar desta data, os proprietários pela via legal deverão submeter o presente Projeto de Desmembramento ao Registro Imobiliário, nos termos da Lei Federal nº 6.766 que Dispõe SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS, de 19 de dezembro de 1.979 e Lei Complementar 152, de 11 de junho de 2014, "Dispõe sobre o parcelamento e o desmembramento do solo para fins urbanos e dá outras providências".

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).
EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da
Prefeitura Municipal de Ipira em 30/outubro/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

1306 - LOTEAMENTO BORTOLINI

Publicação Nº 2221507

Lei nº 1306, de 06 de novembro de 2019.
APROVA "LOTEAMENTO BORTOLINI", E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a aprovar o loteamento denominado "Loteamento Bortolini", do terreno urbano, sem denominação, com área superficial de 44.159,52m² (quarenta e quatro mil cento e cinquenta e nove metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), situado na Rua Governador Colombo Machado Salles, Ipira-SC, de propriedade de Bortolini Empreendimentos Imobiliários Eirele-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 28.289.149/0001-51, Rua Governador Colombo Machado Salles, s/nº, centro, Ipira-SC, sob matrícula nº 20.783 do Registro de Imóveis de Capinzal-SC, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 77,62 metros, com terras de Rosalino Baretta e Catarina Baretta (Matrícula 2.029); Ao Leste, na extensão de 459,00 metros, com terras de Dorvalino Francisco Vieira e Mathildes de Souza Vieira (Matrícula 1.771); Ao Sul, na extensão total de 113,40 metros; na extensão de 30,17 metros, com terras de Dirlei Mattana, Romildo Mattana e Urdes Mattana (Matrícula 3.902); na extensão de 12,02 metros com a Rua José Broetto; na extensão de 71,21 metros, com terras de Dirlei Mattana, Romildo Mattana e Urdes Mattana (Matrícula 3.902); Ao Sudeste, na extensão de 69,77 metros com terras de Dirlei Mattana, Romildo Mattana e Urdes Mattana (Matrícula 3.902); Ao Sudoeste, na extensão total de 36,13 metros; na extensão de 10,49 metros com a Rua Prefeito Fioravante Kaster; na extensão de 25,64 metros com terras de Dirlei Mattana, Romildo Mattana e Urdes Mattana (Matrícula 3.902); Ao Noroeste, na extensão de 39,83 metros, com terras de Gilmar de Borba e Janete Turatto de Borba (Matrícula 18.169); Ao Nordeste, na extensão total de 10,61 metros; na extensão de 4,74 metros, com terras de Leonardo José Backes e Eleri Antunes de Mattos Backes (Matrícula 13.257); na extensão de 5,87 metros com a Rua Governador Colombo Machado Salles; Ao Noroeste, na extensão de 59,63 metros com terras de Leonardo José Backes e Eleri Antunes de Mattos Backes (Matrícula 13.257); Ao Nordeste, na extensão de 16,51 metros, com terras de Artico Bortolini, Olides Bortolini e Rosalinda Regalin (Matrícula 13.125); Ao Noroeste, na extensão 166,48 metros; na extensão de 11,89 metros com terras de Artico Bortolini, Olides Bortolini e Rosalinda Regalin (Matrícula 13.125); na extensão de 22,69 metros com terras de Arlete Terezinha Huf (Matrícula 13.124); na extensão de 23,42 com terras de Nezio Rampon e Dirlei Lopes Rodrigues Rampon (Matrícula 17.198); na extensão de 25,27 metros com terras de Artico Bortolini, Olides Bortolini e Rosalinda Regalin (Matrícula 17.989); na extensão de 6,71 metros com terras de de Artico Bortolini e Olides Bortolini (Matrícula 17.007); na extensão de 17,19 metros com terras de de Artico Bortolini e Olides Bortolini (Matrícula 17.007); na extensão de 3,33

metros com terras de de Artico Bortoloni e Olides Bortolini (Matrícula 17.007); na extensão de 55,98 metros com a Rua dos Ipês; Ao Norte, na extensão de 27,28 metros com a Rua das Camélias; Ao Oeste, na extensão de 283,20 metros, com a Rua das Camélias.

Art. 2º - Ficam liberados, do loteamento supracitado, as seguintes áreas, ruas e lotes:

I – RUAS:

Rua Padre Mario Tedesco: Área: 910,85 m², com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão total de 73,00 metros; na extensão de 19,44 metros, em curva, com Lote 13 da Quadra "A"; na extensão de 7,17 metros, com Lote 13 da Quadra "A"; na extensão de 12,10 metros, com Lote 14 da Quadra "A"; na extensão de 12,10 metros, com Lote 15 da Quadra "A"; na extensão de 12,10 metros, com Lote 16 da Quadra "A"; na extensão de 10,09 metros, com Lote 17 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Noroeste, na extensão de 4,50 metros, em curva, com o Lote 17 da Quadra "B" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 14,92 metros, com a Rua José Broetto referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 71,21 metros com terras de Dirlei Mattana, Romildo Matanna e Urdes Mattana (Matrícula 3.902); Ao Oeste, na extensão de 9,68 metros, com a Área Remanescente 01 do referido loteamento.

Rua Tenente Nelson Huf: Área: 778,89 m², com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão total de 65,03 metros; na extensão de 12,29 metros, em curva, com Lote 23 da Quadra "C"; na extensão de 5,05 metros, com Lote 23 da Quadra "C"; na extensão de 12,00 metros, com Lote 24 da Quadra "C"; na extensão de 12,00 metros, com Lote 25 da Quadra "C"; na extensão de 12,00 metros, com Lote 26 da Quadra "C"; na extensão de 11,69 metros, com Lote 27 da Quadra "C" do referido loteamento; Ao Noroeste, na extensão de 4,50 metros, em curva, com o Lote 27 da Quadra "C" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 18,00 metros, com a Rua José Broetto referido loteamento; Ao Noroeste, na extensão de 4,90 metros, em curva, com o Lote 18 da Quadra "B" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão total de 66,28 metros; na extensão de 11,56 metros com o Lote 18 da Quadra "B"; na extensão de 12,00 metros com o Lote 19 da Quadra "B"; na extensão de 12,00 metros com o Lote 20 da Quadra "B"; na extensão de 8,80 metros com o Lote 21 da Quadra "B"; na extensão de 4,72 metros, em curva, com o Lote 21 da Quadra "B"; na extensão de 17,20 metros, em curva, com o Lote 22 da Quadra "B" do referido loteamento.

Rua das Hortências: Área: 1.333,70 m², com as seguintes confrontações: Ao Sudoeste, na extensão de 18,01 metros, com a Rua dos Ipês; Ao Nordeste, na extensão de 4,80 metros, em curva, com o Lote 33 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Noroeste, na extensão total de 105,89 metros; na extensão de 22,75 metros, com o Lote 33 da Quadra "D"; na extensão de 16,63 metros, com o Lote 35 da Quadra "D"; na extensão de 12,00 metros, com o Lote 36 da Quadra "D"; na extensão de 12,00 metros, com o Lote 37 da Quadra "D"; na extensão de 12,00 metros, com o Lote 38 da Quadra "D"; na extensão de 12,04 metros, com o Lote 39 da Quadra "D"; na extensão de 18,47 metros, em curva, com o Lote 40 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 6,64 metros, com terras de Dorvalino Francisco Vieira e Mathildes de Souza Vieira (Matrícula 1.771); Ao Sudeste, na extensão total de 104,68 metros; na extensão de 27,67 metros com o Lote 12 da Quadra "A"; na extensão de 18,03 metros com a Rua José Broetto; na extensão de 27,15 metros com o Lote 30 da Quadra "C"; na extensão de 12,00 metros com o Lote 31 da Quadra "C"; na extensão de 15,23 metros com o Lote 32 da Quadra "C"; na extensão de 4,60 metros com o Lote 32 da Quadra "C" do referido loteamento.

Rua São Cristóvão: Área: 948,98 m², com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão total de 76,04 metros; na extensão de 11,28 metros com o Lote 47 da Quadra "E"; na extensão de 12,00 metros com o Lote 48 da Quadra "E"; na extensão de 13,19 metros com o Lote 49 da Quadra "E"; na extensão de 13,19 metros com o Lote 50 da Quadra "E"; na extensão de 13,19 metros com o Lote 51 da Quadra "F"; na extensão de 13,19 metros com o Lote 52 da Quadra "E" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 12,00 metros, com terras de Dorvalino Francisco Vieira e Mathildes de Souza Vieira (Matrícula 1.771); Ao Sul, na extensão total de 75,50 metros; na extensão de 13,12 metros, com o Lote 41 da Quadra "D"; na extensão de 13,13 metros, com o Lote 42 da Quadra "D"; na extensão de 13,13 metros, com o Lote 43 da Quadra "D"; na extensão de 13,13 metros, com o Lote 44 da Quadra "D"; na extensão de 12,00 metros, com o Lote 45 da Quadra "D"; na extensão de 11,09 metros, com o Lote 46 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Sudeste, na extensão de 4,70 metros, em curva, com o Lote 46 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 17,72 metros, com a Rua dos Girassóis; Ao Noroeste, na extensão de 4,41 metros, em curva, com o Lote 47 da Quadra "E" do referido loteamento.

Rua das Camélias: Área: 953,67 m², com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão total de 76,09 metros; na extensão de 56,38 metros com a Área de Uso Público; na extensão de 19,71 metros com a Área Verde 01 como referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 12,00 metros, com terras de Dorvalino Francisco Vieira e Mathildes de Souza Vieira (Matrícula 1.771); Ao Sul, na extensão total de 76,20 metros; na extensão de 13,24 metros com o Lote 58 da Quadra "E"; na extensão de 13,19 metros com o Lote 57 da Quadra "E"; na extensão de 13,19 metros com o Lote 56 da Quadra "E"; na extensão de 13,19 metros com o Lote 55 da Quadra "E"; na extensão de 12,00 metros com o Lote 54 da Quadra "E"; na extensão de 11,39 metros com o Lote 53 da Quadra "E" do referido loteamento; Ao Sudeste, na extensão de 4,71 metros com o Lote 53 da Quadra "E" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 17,68 metros com a Rua das Camélias; Ao Noroeste, na extensão de 4,30 metros com a Área de Uso Público do referido loteamento.

Rua José Broetto: Área: 1.824,64 m², com as seguintes confrontações: Ao Noroeste, na extensão de 18,03 metros, com a Rua das Hortências do referido loteamento; Ao Sudeste, na extensão de 4,20 metros, em curva, com o Lote 12 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão total de 149,81 metros; na extensão de 10,35 metros com o Lote 12 da Quadra "A"; na extensão de 12,66 metros com o Lote 11 da Quadra "A"; na extensão de 12,66 metros com o Lote 10 da Quadra "A"; na extensão de 12,66 metros com o Lote 09 da Quadra "A"; na extensão de 12,66 metros com o Lote 08 da Quadra "A"; na extensão de 12,66 metros com o Lote 07 da Quadra "A"; na extensão de 12,66 metros com o Lote 06 da Quadra "A"; na extensão de 12,66 metros com o Lote 05 da Quadra "A"; na extensão de 12,66 metros com o Lote 04 da Quadra "A"; na extensão de 12,66 metros com o Lote 03 da Quadra "A"; na extensão de 12,66 metros com o Lote 02 da Quadra "A"; na extensão de 12,86 metros com o Lote 01 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 12,02 metros, com a Rua José Broetto; Ao Oeste, na extensão total de 149,71 metros; na extensão de 14,92 metros com a Rua Padre Mario Tedesco; na extensão de 27,27 metros com o Lote 17 da Quadra "B"; na extensão de 26,91 metros com o Lote 18 da Quadra "B"; na extensão de 18,00 metros com a Rua Tenente Nelson Huf; na extensão de 26,26 metros com o Lote 27 da Quadra "C"; na extensão de 12,00 metros com o Lote 28 da Quadra "C"; na extensão de 12,00 metros com o Lote 29 da Quadra "C"; na extensão de 12,35 metros com o Lote 30 da Quadra "C" do referido loteamento; Ao Sudoeste, na extensão de 5,20 metros, em curva, com o Lote 30 da Quadra "C" do referido loteamento.

II - ÁREA DE USO PÚBLICO: Área: 2.554,30 m², com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 29,08 metros, com a Área Remanescente 02 do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 55,24 metros, com a Área Verde 01 do referido loteamento; Ao Nordeste, na extensão de 36,84 metros, em linhas quebradas, com a Área Verde 01 do referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 56,38 metros, com a Rua das Camélias do referido loteamento; Ao Sudoeste, na extensão de 4,30 metros, em curva, com a esquina da Rua das Camélias com a Rua dos Girassóis do loteamento ao lado; Ao Oeste, na extensão de 73,88 metros, com a com a Rua dos Girassóis.

III - ÁREA VERDE 01: Área: 3499,52 m², com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 49,05 metros, com a Área Remanescente 02 do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 77,42 metros, com terras de Dorvalino Francisco de Souza Vieira (Matrícula 1771); Ao Sul, na extensão de 19,71 metros, com a Rua das Camélias do referido loteamento; Ao Noroeste, na extensão 36,84 metros, em linhas quebradas com a Área de Uso Público do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 55,24 metros, com a Área de Uso Público do referido loteamento.

IV - TOTAL DA ÁREA LOTEADA: 36.050,60 m², com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 78,13 metros, com a Área Remanescente 02 do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 389,00 metros, com terras de Dorvalino Francisco de Souza Vieira e Mathildes de Souza Vieira (Matrícula 1.771); Ao Sul, na extensão total de 113,40 metros; na extensão de 30,17 metros, com terras de Dirlei Mattana, Romildo Mattana e Urdes Mattana (Matrícula 3.902); na extensão de 12,02 metros com a Rua José Broetto; na extensão de 71,21 metros, com terras de Dirlei Mattana, Romildo Mattana e Urdes Mattana (Matrícula 3.902); Ao Noroeste, na extensão 195,23 metros; na extensão de 9,68 metros com a Área Remanescente 01; na extensão de 19,11 metros com a Área Remanescente 01; na extensão de 11,89 metros com terras de Ártico Bortolini, Olides Bortolini e Rosalinda Regalin (Matrícula 13.125); na extensão de 22,69 metros com terras de Arlete Terezinha Huf (Matrícula 13.124); na extensão de 23,42 com terras de Nezio Rampon e Dirlei Lopes Rodrigues Rampon (Matrícula 17.198); na extensão de 25,27 metros com terras de Artico Bortoloni, Olides Bortolini e Rosalinda Regalin (Matrícula 17.989); na extensão de 6,71 metros com terras de de Artico Bortoloni e Olides Bortolini (Matrícula 17.007); na extensão de 17,19 metros com terras de de Artico Bortoloni e Olides Bortolini (Matrícula 17.007); na extensão de 3,33 metros com terras de de Artico Bortoloni e Olides Bortolini (Matrícula 17.007); na extensão de 55,98 metros com a Rua dos Ipês; Ao Norte, na extensão de 27,28 metros com a Rua das Camélias; Ao Oeste, na extensão de 200,24 metros, com a Rua das Camélias.

QUADRA "A": Área Total: 4.596,89 m²

Lote 01 da Quadra "A" - Área: 362,33 m² Localizado no lado ímpar da Rua José Broetto, distante pelo lado direito 136,95 metros da Rua das Hortências do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 30,13 metros, com o Lote 02 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 11,19 metros com terras de Dorvalino Francisco de Souza Vieira (Matrícula 1771); Ao Sul, na extensão de 30,17 metros, com terras de Dirlei Mattana, Romildo Mattana e Urdes Mattana (Matrícula 3.902); Ao Oeste, na extensão de 12,86 metros, com a Rua José Broetto do referido loteamento.

Lote 02 da Quadra "A" - Área: 381,68 m² Localizado no lado ímpar da Rua José Broetto, distante pelo lado direito 124,29 metros da Rua das Hortências do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 30,15 metros, com o Lote 03 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 12,66 metros com terras de Dorvalino Francisco de Souza Vieira (Matrícula 1771); Ao Sul, na extensão de 30,13 metros, com o Lote 01 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 12,66 metros, com Rua José Broetto do referido loteamento.

Lote 03 da Quadra "A" - Área: 381,85 m². Localizado no lado ímpar da Rua José Broetto, distante pelo lado direito 111,63 metros da Rua das Hortências do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 30,16 metros, com o Lote 04 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 12,66 metros, com terras de Dorvalino Francisco de Souza Vieira (Matrícula 1771); Ao Sul, na extensão de 30,15 metros, com o Lote 02 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 12,66 metros, com a Rua José Broetto do referido loteamento.

Lote 04 da Quadra "A" - Área: 382,02 m². Localizado no lado ímpar da Rua José Broetto, distante pelo lado direito 98,97 metros da Rua das Hortências do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 30,17 metros, com o Lote 05 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 12,66 metros com terras de Dorvalino Francisco de Souza Vieira (Matrícula 1771); Ao Sul, na extensão de 30,16 metros, com o Lote 03 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 12,66 metros, com a Rua José Broetto do referido loteamento.

Lote 05 da Quadra "A" - Área: 382,19 m². Localizado no lado ímpar da Rua José Broetto, distante pelo lado direito 86,31 metros da Rua das Hortências do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 30,19 metros, com o Lote 06 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 12,66 metros, com terras de Dorvalino Francisco de Souza Vieira (Matrícula 1771); Ao Sul, na extensão de 30,17 metros, com o Lote 04 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 12,66 metros, com a Rua José Broetto do referido loteamento.

Lote 06 da Quadra "A" - Área: 382,30 m². Localizado no lado ímpar da Rua José Broetto, distante pelo lado direito 73,65 metros da Rua das Hortências do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 30,15 metros, com o Lote 07 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 12,66 metros, com terras de Dorvalino Francisco de Souza Vieira (Matrícula 1771); Ao Sul, na extensão de 30,19 metros, com o Lote 05 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 12,66 metros, com a Rua José Broetto do referido loteamento.

Lote 07 da Quadra "A" - Área: 379,96 m². Localizado no lado ímpar da Rua José Broetto, distante pelo lado direito 60,99 metros da Rua das Hortências do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 29,86 metros, com o Lote 08 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 12,66 metros, com terras de Dorvalino Francisco de Souza Vieira (Matrícula 1771); Ao Sul, na extensão de 30,15 metros, com o Lote 06 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 12,66 metros, com a Rua José Broetto do referido loteamento.

Lote 08 da Quadra "A" - Área: 376,47 m². Localizado no lado ímpar da Rua José Broetto, distante pelo lado direito 48,33 metros da Rua das Hortências do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 29,29 metros, com o Lote 09 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 12,66 metros com terras de Dorvalino Francisco de Souza Vieira (Matrícula 1771); Ao Sul, na extensão de 29,86 metros, com o Lote 07 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 12,66 metros, com a Rua José Broetto do referido loteamento..

Lote 09 da Quadra "A" - Área: 372,61 m². Localizado no lado ímpar da Rua José Broetto, distante pelo lado direito 35,67 metros da Rua das Hortências do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 29,29 metros, com o Lote 10 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 12,66 metros, com terras de Dorvalino Francisco de Souza Vieira (Matrícula 1771); Ao Sul, na extensão de 29,29 metros, com o Lote 08 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 12,66 metros, com a Rua José Broetto do referido loteamento.

Lote 10 da Quadra "A" - Área: 369,69 m². Localizado no lado ímpar da Rua José Broetto, distante pelo lado direito 23,01 metros da Rua das Hortências do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 29,22 metros, com o Lote 11 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 12,67 metros, com terras de Dorvalino Francisco de Souza Vieira (Matrícula 1771); Ao Sul, na extensão de 29,29 metros, com o Lote 09 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 12,66 metros, com a Rua José Broetto do referido loteamento.

Lote 11 da Quadra "A" - Área: 371,57 m². Localizado no lado ímpar do Prolongamento da Rua "C" do Loteamento Mattana, distante pelo lado direito 10,35 metros da Rua "C" do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 29,46 metros, com o Lote 12 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 12,67 metros, com terras de Dorvalino Francisco de Souza Vieira (Matrícula 1771); Ao Sul, na extensão de 29,22 metros, com o Lote 10 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 12,66 metros, com a Rua José Broetto do referido loteamento.

Lote 12 da Quadra "A" - Área: 454,22 m². Localizado no lado ímpar da Rua José Broetto, esquina do Rua José Broetto com a Rua das Hortências do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Noroeste, na extensão de 27,67 metros, com a Rua das Hortências do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 17,89 metros, com terras de Dorvalino Francisco de Souza Vieira (Matrícula 1771); Ao Sul, na extensão de 29,46 metros, com o Lote 10 da Quadra "A" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 10,35 metros, com o Rua José Broetto do referido loteamento; Ao Noroeste, na extensão de 4,20 metros, em curva, com a esquina da Rua das Hortências com a Rua José Broetto do referido loteamento.

QUADRA "B": Área Total: 3.882,22 m²

Lote 13 da Quadra "B" - Área: 508,43 m². Localizado no lado par da Rua Padre Mario Tedesco, distante pelo lado esquerdo 46,39 metros da Rua José Broetto do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 14,93 metros, com o Lote 22 da Quadra "B" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 29,88 metros, com o Lote 14 da Quadra "B" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 26,61 metros, com a Rua Padre Mario Tedesco do referido loteamento; Ao Noroeste, na extensão total de 33,17 metros; na extensão de 18,11 metros com a Área Remanescente 01; na extensão de 11,89 metros com terras de Ártico Bortolini, Olides Bortolini e Rosalinda Regalin (Matrícula 13.125); na extensão de 3,17 metros com terras de Arlete Terezinha Huf (Matrícula 13.124).

Lote 14 da Quadra "B" - Área: 361,40 m². Localizado no lado par da Rua Padre Mario Tedesco, distante pelo lado esquerdo 34,29 metros da Rua José Broetto do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão total de 12,10 metros; na extensão de 2,75 metros com o Lote 22 da Quadra "B"; na extensão de 9,35 metros com o Lote 21 da Quadra "B" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 29,86 metros, com o Lote 15 da Quadra "B" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 12,10 metros, com a Rua Padre Mario Tedesco do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 29,88 metros, com o Lote 13 da Quadra "B" do referido loteamento.

Lote 15 da Quadra "B" - Área: 361,19 m². Localizado no lado par da Rua Padre Mario Tedesco, distante pelo lado esquerdo 22,19 metros da Rua José Broetto do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão total de 12,10 metros; na extensão de 2,85 metros com o Lote 21 da Quadra "B"; na extensão de 9,25 metros com o Lote 20 da Quadra "B" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 29,84 metros, com o Lote 16 da Quadra "B" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 12,10 metros, com a Rua Padre Mario Tedesco do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 29,86 metros, com o Lote 14 da Quadra "B" do referido loteamento.

Lote 16 da Quadra "B" - Área: 360,98 m². Localizado no lado par da Rua Padre Mario Tedesco, distante pelo lado esquerdo 10,09 metros da Rua José Broetto do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão total de 12,10 metros; na extensão de 2,75 metros com o Lote 20 da Quadra "B"; na extensão de 9,35 metros com o Lote 19 da Quadra "B" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 29,83 metros, com o Lote 17 da Quadra "B" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 12,10 metros, com a Rua Padre Mario Tedesco do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 29,84 metros, com o Lote 15 da Quadra "B" do referido loteamento.

Lote 17 da Quadra "B" - Área: 413,92 m². Localizado no lado par da Rua Padre Mario Tedesco, esquina da Rua Padre Mario Tedesco com a Rua José Broetto do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão total de 14,97 metros; na extensão de 2,65 metros com o Lote 19 da Quadra "B"; na extensão de 12,32 metros com o Lote 18 da Quadra "B" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 27,27 metros, com a Rua José Broetto do referido loteamento; Ao Sudeste, na extensão de 4,50 metros, em curva, com a esquina da Rua Padre Mario Tedesco com a Rua José Broetto do referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 10,09 metros, com a Rua Padre Mario Tedesco, do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 29,83 metros, com o Lote 16 da Quadra "B" do referido loteamento.

Lote 18 da Quadra "B" - Área: 400,12 m². Localizado no lado ímpar da Rua Tenente Nelson Huf, esquina da Rua Tenente Nelson Huf com a Rua José Broetto do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 11,56 metros, com a Rua Tenente Nelson Huf do referido loteamento; Ao Nordeste, na extensão de 4,90 metros, com curva com a esquina da Rua Tenente Nelson Huf com o Rua José Broetto do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 26,91 metros, com a Rua José Broetto do referido loteamento; Ao Sul,

na extensão de 12,32 metros, com o Lote 17 da Quadra "B" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,09 metros, com o Lote 19 da Quadra "B" do referido loteamento.

Lote 19 da Quadra "B" - Área: 361,08 m². Localizado no lado ímpar da Rua Tenente Nelson Huf, distante pelo lado direito 11,66 metros da Rua José Broetto do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 12,00 metros, com a Tenente Nelson Huf do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,09 metros, com o Lote 18 da Quadra "B" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão total de 12,00 metros; na extensão de 2,65 metros com o Lote 17 da Quadra "B"; na extensão de 9,35 metros com o Lote 16 da Quadra "B" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,09 metros, com o Lote 20 da Quadra "B" do referido loteamento.

Lote 20 da Quadra "B" - Área: 361,08 m². Localizado no lado ímpar da Rua Tenente Nelson Huf, distante pelo lado direito 23,66 metros da Rua José Broetto do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 12,00 metros, com a Tenente Nelson Huf do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,09 metros, com o Lote 19 da Quadra "B" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão total de 12,00 metros; na extensão de 2,75 metros com o Lote 16 da Quadra "B"; na extensão de 9,25 metros com o Lote 15 da Quadra "B" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,09 metros, com o Lote 21 da Quadra "B" do referido loteamento.

Lote 21 da Quadra "B" - Área: 360,63 m². Localizado no lado ímpar da Rua Tenente Nelson Huf, distante pelo lado direito 35,66 metros da Rua José Broetto do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 13,52 metros, com a Tenente Nelson Huf do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,09 metros, com o Lote 20 da Quadra "B" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão total de 12,20 metros; na extensão de 2,85 metros com o Lote 15 da Quadra "B"; na extensão de 9,35 metros com o Lote 15 da Quadra "B" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 26,91 metros, com o Lote 22 da Quadra "B" do referido loteamento.

Lote 22 da Quadra "B" - Área: 393,39 m². Localizado no lado ímpar da Rua Tenente Nelson Huf, distante pelo lado direito 49,18 metros da Rua José Broetto do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 17,20 metros, em curva, com a Tenente Nelson Huf do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 26,91 metros, com o Lote 21 da Quadra "B" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão total de 17,68 metros; na extensão de 2,75 metros com o Lote 15 da Quadra "B"; na extensão de 14,93 metros com o Lote 13 da Quadra "B" do referido loteamento; Ao Noroeste, na extensão de 19,52 com terras de Arlete Terezinha Huf (Matrícula 13.124); Ao Oeste, na extensão de 13,98 metros em linhas quebradas com terras de Nezio Rampon, Dirlei Lopes Rodrigues Rampon (Matrícula 17.198).

QUADRA "C": Área Total: 4.091,90 m²

Lote 23 da Quadra "C" - Área: 381,36 m². Localizado no lado par da Rua Tenente Nelson Huf, distante pelo lado esquerdo 47,69 metros da Rua José Broetto do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 12,04 metros, com o Lote 32 da Quadra "C" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 24 da Quadra "C" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 17,34 metros com a Rua Tenente Nelson Huf, do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão total de 37,75 metros; na extensão de 7,90 com terras de Nezio Rampon, Dirlei Lopes Rodrigues Rampon (Matrícula 17.198); na extensão de 25,27 metros com terras de Artico Bortolini, Olides Bortolini e Rosalina Regalin (Matrícula 17.989); na extensão de 4,58 metros com terras de de Artico Bortolini e Olides Bortolini (Matrícula 17.007).

Lote 24 da Quadra "C" - Área: 360,00 m². Localizado no lado par da Rua Tenente Nelson Huf, distante pelo lado esquerdo 35,69 metros da Rua José Broetto do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão total de 12,00 metros; na extensão de 10,54 metros com o Lote 32 da Quadra "C"; na extensão de 1,44 metros com o Lote 31 da Quadra "C" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 25 da Quadra "C" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 12,00 metros com a Rua Tenente Nelson Huf do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 23 da Quadra "C" do referido loteamento.

Lote 25 da Quadra "C" - Área: 360,00 m². Localizado no lado par da Rua Tenente Nelson Huf, distante pelo lado esquerdo 23,69 metros da Rua José Broetto do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão total de 12,00 metros; na extensão de 10,41 metros com o Lote 31 da Quadra "C"; na extensão de 1,59 metros com o Lote 28 da Quadra "C" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 26 da Quadra "C" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 12,00 metros com a Rua Tenente Nelson Huf do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 24 da Quadra "C" do referido loteamento.

Lote 26 da Quadra "C" - Área: 360,00 m². Localizado no lado par da Rua Tenente Nelson Huf, distante pelo lado esquerdo 11,69 metros da Rua José Broetto do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 12,00 metros, com o Lote 28 da Quadra "C" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 27 da Quadra "C" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 12,00 metros com a Rua Tenente Nelson Huf do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 25 da Quadra "C" do referido loteamento.

Lote 27 da Quadra "C" - Área: 445,81 m². Localizado no lado par da Rua Tenente Nelson Huf, esquina da Rua Tenente Nelson Huf com o Rua José Broetto do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 16,18 metros, com o Lote 28 da Quadra "C" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 26,26 metros, com a Rua José Broetto do referido loteamento; Ao Sudeste, na extensão de 4,50 metros, em curva, com a esquina da Rua "B" com a Rua José Broetto do referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 11,69 metros, com a Rua Tenente Nelson Huf do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 26 da Quadra "C" do referido loteamento.

Lote 28 da Quadra "C" - Área: 367,12 m². Localizado no lado ímpar da Rua José Broetto, distante pelo lado esquerdo 24,35 metros da Rua das Hortências do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 29,94 metros, com o Lote 29 da Quadra "C" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 12,00 metros, com o Rua José Broetto do referido loteamento; Ao Sul, na extensão total de 29,77 metros; na extensão de 16,18 metros com o Lote 27 da Quadra "C"; na extensão de 12,00 metros com o Lote 26 da Quadra "C"; na extensão de 1,59 metros com o Lote 25 da Quadra "C" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 13,09 metros, com o Lote 31 da Quadra "C" do referido loteamento.

Lote 29 da Quadra "C" - Área: 360,78 m². Localizado no lado ímpar da Rua José Broetto, distante pelo lado esquerdo 12,35 metros da Rua das Hortências do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 30,13 metros com o Lote 30 da Quadra "C" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 12,00 metros, com o Rua José Broetto do referido loteamento; Ao Sul, na extensão total de 29,94 metros, com o Lote 28 da Quadra "C" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 12,00 metros, com o Lote 31 da Quadra "C" do referido loteamento.

Lote 30 da Quadra "C" - Área: 400,17 m². Localizado no lado par da Rua das Hortências, esquina da Rua das Hortências com a Rua José Broetto do referido loteamento, com as seguintes confrontações: Ao Noroeste, na extensão de 27,15 metros, com a Rua das Hortências referido loteamento; Ao Nordeste, na extensão de 5,20 metros, em curva com a esquina da Rua das Hortências com a Rua José Broetto do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 12,35 metros, com a Rua José Broetto do referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 30,13 metros, com o Lote 29 da Quadra "C" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 10,79 metros, com o Lote 31 da Quadra "C" do referido loteamento.

Lote 31 da Quadra "C" - Área: 418,71 m². Localizado no lado par da Rua das Hortências, distante pelo lado esquerdo 18,11 metros da Rua dos Ipês, com as seguintes confrontações: Ao Noroeste, na extensão de 12,00 metros, com a Rua das Hortências referido loteamento; Ao Leste, na extensão total de 35,88 metros; na extensão de 10,79 metros com o Lote 30 da Quadra "C"; na extensão de 12,00 metros com o Lote 29 da Quadra "C"; na extensão de 13,09 metros com o Lote 28 da Quadra "C" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão total de 11,88 metros; na extensão de 10,41 metros com o Lote 25 da Quadra "C"; na extensão de 1,44 metros com o Lote 24 da Quadra "C" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 34,73 metros, com o Lote 32 da Quadra "C" do referido loteamento.

Lote 32- Área: 637,95 m² da Quadra "C". Localizado no lado par da Rua das Hortências, esquina da Rua das Hortências da Rua dos Ipês, com as seguintes confrontações: Ao Noroeste, na extensão de 19,83 metros, em linhas quebradas, com a Rua das Hortências referido loteamento; Ao Leste, na extensão total de 34,73 metros com o Lote 31 da Quadra "C" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão total de 22,58 metros; na extensão de 10,54 metros com o Lote 24 da Quadra "C"; na extensão de 12,04 metros com o Lote 23 da Quadra "C" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 2,13 metros, com terras de Artico Bortolini e Olides Bortolini (Matrícula 17.007); Ao Noroeste, na extensão de 20,52 metros, com terras de Artico Bortolini e Olides Bortolini (Matrícula 17.007); Ao Oeste, na extensão de 5,79 metros com a Rua dos Ipês.

QUADRA "D": Área Total: 5.922,38 m²

Lote 33 da Quadra "D" - Área: 402,72 m². Localizado no lado ímpar da Rua das Hortências, esquina da Rua "C" da Rua dos Ipês, com as seguintes confrontações: Ao Noroeste, na extensão de 28,11 metros, com o Lote 34 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 15,26 metros, com o Lote 35 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Sudeste, na extensão de 22,75 metros com a Rua das Hortências do referido loteamento; Ao Sudoeste, na extensão de 4,80 metros, em curva, com a esquina da Rua C com a Rua Projetada 1; Ao Oeste, na extensão de 11,89 metros, com a Rua dos Ipês.

Lote 34 da Quadra "D" - Área: 519,58 m². Localizado no lado par da Rua Rua dos Ipês, esquina da Rua das Camélias com a Rua dos Ipês, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 27,28 metros, com a Rua Projetada 3; Ao Leste, na extensão de 15,85 metros, com o Lote 35 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Sudeste, na extensão de 28,11 metros, com o Lote 33 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Sudoeste, na extensão de 20,29 metros, com a Rua dos Ipês

Lote 35 da Quadra "D" - Área: 509,21 m². Localizado no lado ímpar da Rua das Hortências, distante pelo lado direito 25,87 metros da Rua dos Ipês, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 9,42 metros, com o Lote 46 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Nordeste, na extensão de 38,56 metros, com o Lote 36 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Sudoeste, na extensão de 16,63 metros, com a Rua das Hortências do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão total de 40,81 metros; na extensão de 15,26 metros com o Lote 33 da Quadra "D"; na extensão de 15,85 metros com o Lote 34 da Quadra "D"; na extensão de 9,70 metros com a Rua das Camélias.

Lote 36 da Quadra "D" - Área: 450,47 m². Localizado no lado ímpar da Rua das Hortências, distante pelo lado direito 49,91 metros da Rua dos Ipês, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 12,17 metros; na extensão de 4,51 metros com o Lote 46 da Quadra "D"; na extensão de 7,66 metros com o Lote 45 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Nordeste, na extensão de 36,52 metros, com o Lote 36 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Sudoeste, na extensão de 12,00 metros, com a Rua das Hortências do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 38,56 metros com o Lote 35 da Quadra "D" do referido loteamento.

Lote 37 da Quadra "D" - Área: 425,95 m². Localizado no lado ímpar da Rua das Hortências, distante pelo lado direito 66,54 metros da Rua dos Ipês, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 12,17 metros; na extensão de 4,34 metros com o Lote 45 da Quadra "D"; na extensão de 7,83 metros com o Lote 44 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Nordeste, na extensão de 34,47 metros, com o Lote 38 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Sudoeste, na extensão de 12,00 metros, com a Rua das Hortências do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 36,52 metros com o Lote 36 da Quadra "D" do referido loteamento

Lote 38 da Quadra "D" - Área: 401,44 m². Localizado no lado ímpar da Rua das Hortências distante pelo lado direito 78,54 metros da Rua dos Ipês, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 12,17 metros; na extensão de 5,30 metros com o Lote 44 da Quadra "D"; na extensão de 6,87 metros com o Lote 43 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Nordeste, na extensão de 32,43 metros, com o Lote 39 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Sudoeste, na extensão de 12,00 metros, com a Rua das Hortências do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 34,47 metros com o Lote 37 da Quadra "D" do referido loteamento.

Lote 39 da Quadra "D" - Área: 377,48 m². Localizado no lado ímpar da Rua das Hortências, distante pelo lado direito 90,54 metros da Rua dos Ipês, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 12,17 metros; na extensão de 6,26 metros com o Lote 43 da Quadra "D"; na extensão de 5,91 metros com o Lote 42 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Nordeste, na extensão de 30,39 metros, com o Lote 40 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Sudoeste, na extensão de 12,04 metros, com a Rua "C" do referido loteamento; Ao

Oeste, na extensão de 32,43 metros com o Lote 38 da Quadra "D" do referido loteamento.

Lote 40 da Quadra "D" - Área: 489,00 m². Localizado no lado ímpar da Rua das Hortências, distante pelo lado direito 102,58 metros da Rua dos Ipês, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 19,85 metros; na extensão de 7,22 metros com o Lote 42 da Quadra "D"; na extensão de 12,63 metros com o Lote 41 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 35,21 metros, com Dorvalino Francisco Vieira e Mathilde de Souza Vieira (Matrícula 1771); Ao Sudoeste, na extensão de 18,47 metros, em curva, com a Rua das Hortências do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,39 metros com o Lote 39 da Quadra "D" do referido loteamento.

Lote 41 da Quadra "D" - Área: 386,20 m². Localizado no lado par da Rua São Cristóvão, distante pelo lado esquerdo 62,67 metros da Rua dos Girassóis, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 13,12 metros, com a Rua São Cristóvão do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,00 metros, com Dorvalino Francisco Vieira e Mathilde de Souza Vieira (Matrícula 1771); Ao Sul, na extensão de 12,63 metros, com o Lote 40 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 42 da Quadra "D" do referido loteamento.

Lote 42 da Quadra "D" - Área: 393,90 m². Localizado no lado par da Rua São Cristóvão, distante pelo lado esquerdo 49,54 metros da Rua dos Girassóis, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 13,13 metros, com a Rua São Cristóvão do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 41 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão total de 13,13 metros; na extensão de 7,22 metros com o Lote 40 da Quadra "D"; na extensão de 5,91 metros com o Lote 39 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 43 da Quadra "D" do referido loteamento.

Lote 43 da Quadra "D" - Área: 393,90 m². Localizado no lado par da Rua São Cristóvão, distante pelo lado esquerdo 36,41 metros da Rua dos Girassóis, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 13,13 metros, com a Rua São Cristóvão do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 42 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão total de 13,13 metros; na extensão de 6,26 metros com o Lote 39 da Quadra "D"; na extensão de 6,87 metros com o Lote 38 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 44 da Quadra "D" do referido loteamento.

Lote 44 da Quadra "D" - Área: 393,90 m². Localizado no lado par da Rua São Cristóvão, distante pelo lado esquerdo 26,11 metros da Rua dos Girassóis, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 13,13 metros, com a Rua São Cristóvão do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 43 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão total de 13,13 metros; na extensão de 5,30 metros com o Lote 38 da Quadra "D"; na extensão de 7,83 metros com o Lote 37 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 45 da Quadra "D" do referido loteamento.

Lote 45 da Quadra "D" - Área: 360,00 m². Localizado no lado par da Rua São Cristóvão, distante pelo lado esquerdo 14,11 metros da Rua dos Girassóis, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 12,00 metros, com a Rua São Cristóvão do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 44 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão total de 12,00 metros; na extensão de 4,34 metros com o Lote 37 da Quadra "D"; na extensão de 7,66 metros com o Lote 36 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 46 da Quadra "D" do referido loteamento.

Lote 46 da Quadra "D" - Área: 418,63 m². Localizado no lado par da Rua São Cristóvão, esquina da Rua São Cristóvão com a Rua dos Girassóis, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 11,09 metros, com a Rua São Cristóvão do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 45 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão total de 13,93 metros; na extensão de 4,51 metros com o Lote 35 da Quadra "D"; na extensão de 9,42 metros com o Lote 36 da Quadra "D" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 27,02 metros, com a Rua das Camélias; Ao Noroeste, na extensão de 4,73 metros, em curva, com a esquina da Rua das Camélias, com a Rua São Cristóvão do referido loteamento.

QUADRA "E": Área Total: 4.752,66 m²

Lote 47 da Quadra "E" - Área: 424,24 m². Localizado no lado ímpar da Rua São Cristóvão, esquina da Rua São Cristóvão com a Rua dos Girassóis, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 14,26 metros, com o Lote 53 da Quadra "E" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 48 da Quadra "E" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 11,28 metros, com a Rua São Cristóvão do referido loteamento; Ao Sudoeste, na extensão de 4,41 metros, em curva, com a esquina da Rua dos Girassóis com a Rua São Cristóvão, do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 27,30 metros, com a Rua dos Girassóis.

Lote 48 da Quadra "E" - Área: 360,00 m². Localizado no lado ímpar da Rua São Cristóvão, distante pelo lado direito 11,28 metros da Rua dos Girassóis, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 12,00 metros, com o Lote 54 da Quadra "E" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 49 da Quadra "E" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 12,00 metros, com a Rua São Cristóvão, do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 47 da Quadra "E" do referido loteamento.

Lote 49 da Quadra "E" - Área: 395,69 m². Localizado no lado ímpar da Rua São Cristóvão, distante pelo lado direito 23,28 metros da Rua dos Girassóis, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 13,19 metros, com o Lote 55 da Quadra "E" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 50 da Quadra "E" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 13,19 metros, com a Rua São Cristóvão, do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 48 da Quadra "E" do referido loteamento.

Lote 50 da Quadra "E" - Área: 395,69 m². Localizado no lado ímpar da Rua São Cristóvão, distante pelo lado direito 36,47 metros da Rua dos Girassóis, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 13,19 metros, com o Lote 56 da Quadra "E" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 51 da Quadra "E" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 13,19 metros, com a Rua São Cristóvão, do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 49 da Quadra "E" do referido loteamento.

Lote 51 da Quadra "E" - Área: 395,69 m². Localizado no lado ímpar da Rua São Cristóvão, distante pelo lado direito 49,66 metros da Rua dos Girassóis, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 13,19 metros, com o Lote 57 da Quadra "E" do referido loteamento;

Ao Leste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 52 da Quadra "E" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 13,19 metros, com a Rua São Cristóvão do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 50 da Quadra "E" do referido loteamento.

Lote 52 da Quadra "E" - Área: 402,61 m². Localizado no lado ímpar da Rua São Cristóvão, distante pelo lado direito 62,85 metros da Rua dos Girassóis, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 13,60 metros, com o Lote 58 da Quadra "E" do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,00 metros, com terras de Dorvalino Francisco Vieira e Mathildes de Souza Vieira (Matrícula 1771); Ao Sul, na extensão de 13,19 metros, com a Rua São Cristóvão do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 51 da Quadra "E" do referido loteamento.

Lote 53 da Quadra "E" - Área: 428,80 m². Localizado no lado par da Rua das Camélias, esquina da Rua das Camélias com a Rua dos Girassóis, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 11,39 metros, com a Rua das Camélias do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 54 da Quadra "E" do referido loteamento.; Ao Sul, na extensão de 14,26 metros, com o Lote 47 da Quadra "F" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 27,00 metros, com a Rua dos Girassóis; Ao Noroeste, na extensão de 4,71 metros, em curva, com a esquina da Rua das Camélias com a Rua dos Girassóis.

Lote 54 da Quadra "E" - Área: 360,00 m². Localizado no lado par da Rua das Camélias, distante pelo lado esquerdo 11,39 metros da Rua dos Girassóis, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 12,00 metros, com a Rua das Camélias do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 55 da Quadra "E" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 12,00 metros, com o Lote 48 da Quadra "E" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 53 da Quadra "E" do referido loteamento.

Lote 55 da Quadra "E" - Área: 395,69 m². Localizado no lado par da Rua das Camélias, distante pelo lado esquerdo 23,39 metros da Rua dos Girassóis, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 13,19 metros, com a Rua das Camélias do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 56 da Quadra "E" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 13,19 metros, com o Lote 49 da Quadra "E" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 54 da Quadra "E" do referido loteamento.

Lote 56 da Quadra "E" - Área: 395,69 m². Localizado no lado par da Rua das Camélias, distante pelo lado esquerdo 36,58 metros da Rua dos Girassóis, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 13,19 metros, com a Rua das Camélias do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 57 da Quadra "E" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 13,19 metros, com o Lote 50 da Quadra "E" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 55 da Quadra "E" do referido loteamento.

Lote 57 da Quadra "E" - Área: 395,69 m². Localizado no lado par da Rua das Camélias, distante pelo lado esquerdo 49,77 metros da Rua dos Girassóis, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 13,19 metros, com a Rua das Camélias do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 58 da Quadra "E" do referido loteamento; Ao Sul, na extensão de 13,19 metros, com o Lote 51 da Quadra "E" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 56 da Quadra "E" do referido loteamento.

Lote 58 da Quadra "E" - Área: 402,87 m². Localizado no lado par da Rua das Camélias, distante pelo lado esquerdo 62,96 metros da Rua dos Girassóis, com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 13,24 metros, com a Rua das Camélias do referido loteamento; Ao Leste, na extensão de 30,00 metros, com terras de Dorvalino Francisco Vieira e Mathildes de Souza Vieira (Matrícula 1771); Ao Sul, na extensão de 13,60 metros, com o Lote 52 da Quadra "E" do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 30,00 metros, com o Lote 57 da Quadra "E" do referido loteamento.

V - ÁREAS REMANESCENTES:

Área Remanescente 01: 2.395,08 m², com as seguintes confrontações: Ao Nordeste, na extensão de 16,51 metros, com terras de Artico Bortoloni, Olides Bortolini e Rosalinda Regalin (Matrícula 13.125); Ao Sudeste, na extensão total de 97,56 metros; na extensão de 18,11 metros com o Lote 13 da Quadra "B"; na extensão de 9,68 metros com a Rua Padre Mario Tedesco; na extensão de 69,77 metros com terras de Dirlei Mattana, Romildo Mattana e Urdes Mattana (Matrícula 3.902); Ao Sul, na extensão total de 36,13 metros, na extensão de 25,64 com terras de Gilmar de Borba e Janete Turatto de Borba (Matrícula 18.169); na extensão de 10,49 metros com a Rua Prefeito Fioravante Kaster; Ao Noroeste, na extensão de 39,83 metros, com terras de Gilmar de Borba e Janete Turatto de Borba (Matrícula 18.169); Ao Nordeste, na extensão total de 10,61 metros; na extensão de 4,74 metros, com terras de Gilmar de Borba e Janete Turatto de Borba (Matrícula 18.169); na extensão de 5,87 metros com a Rua Governador Colombo Machado Salles; Ao Noroeste, na extensão total de 59,63 metros; na extensão de 10,54 metros com Rua Governador Colombo Machado Salles; na extensão de 49,09 metros com terras de Leonardo José Backes e Eneri Antunes de Mattos Backes (Matrícula 13.257).

Área Remanescente 02: 5.713,84 m², com as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 77,62 metros, com terras de Rosalino Bareta e Catarina Baretta (Matrícula 2.029); Ao Leste, na extensão de 70,00 metros, com terras de Dorvalino Francisco Vieira e Mathildes de Souza Vieira (Matrícula 1.771); Ao Sul, na extensão total de 78,13 metros; na extensão de 49,05 metros com a Área Verde 01; na extensão de 29,08 metros com a Área de Uso Público do referido loteamento; Ao Oeste, na extensão de 82,96 metros, com a Rua dos Girassóis.

Art. 3º - Faz parte deste Projeto os documentos previstos no art. 12 da Lei Complementar nº 152, de 11 de junho de 2014, que "Dispõe sobre o parcelamento e o remembramento do solo para fins urbanos e dá outras providências", assinado pelo proprietário e pela Responsável Técnica, Mariana Rettmann, registrado no CAU sob nº A124425-6.

Art. 4º - No prazo de até 02 (dois) anos, a contar desta data, os proprietários pela via legal, deverão executar as obras de infraestrutura constantes do cronograma e fixadas no termo de compromisso (anexos), e no prazo de 180 (cento e oitenta) dias submeter o presente projeto de loteamento ao Registro Imobiliário, nos termos Lei Complementar nº 152, de 11 de junho de 2014, que "Dispõe sobre o parcelamento e o remembramento do solo para fins urbanos e dá outras providências", na observância da Lei Federal nº. 6.766/79, modificada pela Lei Federal nº. 9.785/99, Lei Federal nº. 10.932/04, Código Florestal e suas alterações, Resolução nº. 369 do CONAMA, e demais normas federais e estaduais relativas à matéria e visando assegurar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.

§1º - Para garantia da perfeita execução das obras constantes no caput, os empreendedores deverão dar em garantia mínima os lotes nºs. 07 e 08 da Quadra "A" e 50,51,52,54 e 55 da Quadra "E", na forma de caução, com fulcro no art. 10, IV da Lei Complementar nº 152/2014.

§2º - Com a expedição do Termo de Verificação de Obras atestando a execução de toda a infraestrutura necessária no loteamento, será

liberada a garantia de que trata o §1º deste artigo.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).
EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da
Prefeitura Municipal de Ipira em 06/novembro/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

1307 - CONVÊNIO CIDASC - VIGILÂNCIA SANITÁRIA INPESÇÃO E VEÍCULO

Publicação Nº 2221509

Lei nº 1307, de 06 de novembro de 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVENIO COM A COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – CIDASC, VISANDO À EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO IPIRA/SC.

A Câmara Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, aprova e eu, EMERSON ARI REICHERT Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, visando à execução das ações de Defesa Sanitária Animal e de Inspeção de Produtos de Origem Animal, no âmbito do Município de Ipira-SC, nos termos do anexo único desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei decorrerão de dotações previstas no Orçamento Geral do Município de Ipira.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira SC.
EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da
Prefeitura Municipal de Ipira em 06/novembro/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

ANEXO ÚNICO

CONVÊNIO Nº /.....

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – CIDASC, E DE OUTRO LADO O MUNICÍPIO DE IPIRA, PARA FINS DE DAR SUPORTE À EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IPIRA/SC.

Aos ____ dias do mês de _____ de 2019, a COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – CIDASC, Empresa Pública Estadual, inscrita no CNPJ sob nº 83.807.586/0001-28, estabelecida na Rodovia Admar Gonzaga, nº 1.588, Itacorubi, Florianópolis/SC, daqui por diante denominada simplesmente CIDASC, neste ato representada por sua Presidente, a Senhora LUCIANE DE CÁSSIA SURDI, brasileira, separada, Médica Veterinária, portadora do RG nº 1126946, inscrita no CPF nº 664.769.849-34, pela Diretora de Defesa Agropecuária, Senhora PRISCILA BELLEZA MACIEL, brasileira, divorciada, médica veterinária, portadora da cédula de identidade nº 3391762-0, CPF nº 030.456.109-60, e pela Diretora Administrativa e Financeira, Senhora VANESSA SOUZA ADAMI DO ESPÍRITO SANTO, brasileira, casada, contadora, inscrita no CPF 822.189.430-34, e o MUNICÍPIO DE IPIRA pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua XV de Agosto, nº 342, inscrita no C.N.P.J. sob nº 82.814.260/0001-65 representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor EMERSON ARI REICHERT, brasileiro, casado, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, firmam o presente Convênio de Cooperação Técnica amparados pela Lei Municipal Lei nº de de de 2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O objeto do presente convênio é a conjugação de esforços e cooperação entre a CIDASC e a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IPIRA/SC, de agora em diante denominados de PARCEIROS-CONVENIENTES, visando dar suporte à execução das ações de Defesa Sanitária Animal e de Inspeção de Produtos de Origem Animal, no âmbito do Município, sendo que o presente convênio beneficiará a coletividade tendo em vista garantir o controle e a sanidade animal e, consequentemente, resguardar a saúde pública, bem como proporcionar aos produtores rurais do município satisfatório acesso aos serviços prestados pela CIDASC.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Execução do Convênio e da Designação do Funcionário

1. A Prefeitura Municipal se compromete a ceder funcionários públicos municipal, Francisco Maximino Machado de Aguiar e Henrique Sachini integrante de seu quadro efetivo, com formação em Medicina Veterinária, para a CIDASC, a fim de exercer a função de Médico Veterinário, sendo que desempenhará as seguintes atividades: voltadas para o Serviço de Inspeção Estadual – SIE, nos estabelecimentos do Município de Ipira, conforme orientações da CIDASC.

2. O funcionário prestará serviço no escritório da Secretaria Municipal de Agricultura de IPIRA, sendo que o referido imóvel onde desenvolverá suas atividades será disponibilizado pela PREFEITURA.

3. A carga horária dos servidores será compatível com a dos funcionários da CIDASC, resguardando-se, entretanto, a jornada de trabalho prevista pela Prefeitura Municipal, sendo que o funcionário cumprirá jornada de trabalho de 13 horas semanais, e desempenhará suas atividades das 8:00 às 17:30 horas, de segunda a sexta-feira.

4. A frequência do servidor cedido será fiscalizada pelo escritório local da CIDASC de IPIRA e será mensalmente remetida à Prefeitura.

5. As faltas no serviço deverão ser comunicadas juntamente à frequência do servidor, assim como as ausências, férias, licença-saúde ou qualquer espécie de ocorrência que resulte na irregularidade da frequência à PREFEITURA. O período de férias e licença-saúde ou afastamento por qualquer outro motivo, deverão ser cobertos por um funcionário efetivo aprovado por concurso público municipal ou processo seletivo autorizado por Lei, pertencente ao quadro funcional do Município.

6. As faltas disciplinares, após formalmente constatadas pela CIDASC, serão imediatamente comunicadas à PREFEITURA para as providências cabíveis.

7. O funcionário à disposição da CIDASC, ao final de cada mês, elaborará relatórios das atividades desenvolvidas, os quais serão remetidos à CIDASC e à Prefeitura.

8. É facultada a substituição ou a devolução do servidor.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Obrigações e Responsabilidades dos Parceiros – Convenientes.**1 – Das obrigações da CIDASC:****1.1 Em relação aos servidores cedidos:**

- a) Zelar pela observância da jornada de trabalho do servidor a fim de evitar carga horária superior a prevista junto à Prefeitura;
- b) Cumprir rigorosamente o disposto na Cláusula Segunda;
- c) Estar ciente de que a PREFEITURA, após formal comunicação, poderá solicitar a substituição ou o retorno do servidor as suas funções na Prefeitura, com a anuência da CIDASC;
- d) A CIDASC não poderá, sob qualquer pretexto, alterar a designação do servidor para posto de trabalho que não esteja compreendido no Município de IPIRA ou conferir atividade ou função diversa da constante neste convênio;
- e) Fiscalizar para que os serviços desenvolvidos pelo servidor cedido estejam de conformidade com o disposto neste convênio;
- f) Comunicar, com antecedência de 20 (vinte) dias, o seu interesse em promover a substituição do servidor cedido.

1.2 Em relação aos veículos:

- a) Disponibilizar o veículo FIAT UNO MILLE FIRE, ano 2007/2008, ChassisBD158027849227, cor Branca, combustível álcool/gasolina, patrimônio veículo 24585000, sendo que este veículo será utilizado exclusivamente para o cumprimento do objeto deste convênio;
- b) Proceder a vistoria na entrega e no recebimento do veículo com preenchimento e assinatura do respectivo Termo de Vistoria;
- c) Realizar vistoria anual, in loco, sempre no mês de Julho, preenchendo e assinando o respectivo Termo de Vistoria;
- d) Expedir notificação quanto identificadas avarias, sinistros ou perdas que exijam reparação do veículo e acompanhar o cumprimento dos reparos solicitados.

1.3 Em relação aos demais bens:

- a) Caberá Prefeitura de Ipira fornecer os seguintes bens: espaço físico, mobiliário, computador, impressora, material de expediente, material de limpeza e de consumo e pagamento das faturas de fornecimento de energia elétrica, água, telefone e correios etc;

2 – Das Obrigações da PREFEITURA MUNICIPAL

- a) Estar ciente de que são de sua inteira responsabilidade o pagamento de todas as despesas com remunerações, encargos previdenciários e trabalhistas, bem como quaisquer outros que porventura integrem os salários, os vencimentos dos servidores cedidos.
- b) Encaminhar à CIDASC o ofício, a relação do servidor cedido, com declaração de que o mesmo ingressou no serviço público municipal através de concurso público ou processo seletivo autorizado por Lei, bem como fornecer a Lei Municipal e o Decreto ou Portaria, autorizadores da cessão de funcionário público;
- c) Responsabilizar-se por qualquer ato irregular praticado pelo servidor cedido, independentemente de dolo ou culpa.
- d) Certificar-se de que os servidores cedidos estão cientes de que deverão cumprir todos os regulamentos internos da CIDASC;
- e) Acolher ou justificar, em 20 (vinte) dias, a comunicação da CIDASC para os fins da letra f do parágrafo anterior.
- f) Cabe ao município, além da manutenção do veículo, a responsabilidade com decorrentes infrações de trânsito praticadas pelo seu preposto/empregado e por indenizações contra terceiros, durante a vigência deste Convênio, isentando a CIDASC totalmente por quaisquer despesas decorrentes da sua utilização.
- g) Assumir todos os custos decorrentes da utilização dos veículos para fins de dar execução ao presente Convênio, dentre os quais incluem combustível, manutenção preventiva e emergencial, sinistros de qualquer natureza, multas, licenciamento anual e seguro obrigatório DPVAT;
- h) Indicar responsável por acompanhar as vistorias de entrega e recebimento, bem como as vistorias anuais, promovendo os eventuais reparos necessários à conservação do veículo.
- i) No caso de sinistro de veículos, onde for decretada a perda total do bem, a referência de valor para ressarcimento será a tabela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

Parágrafo único: Ultimo o prazo de vigência deste instrumento, enquanto não se efetivar a celebração de novo Termo ou a devolução do

veículo, ficará o cessionário como responsável pelo veículo acima descrito, arcando com todas as obrigações decorrentes deste ajuste, bem como, por quaisquer consequências decorrentes da utilização e movimentação do veículo.

3- Das Obrigações do Funcionário Cedido:

- a) Atender às normas internas e respeitar a hierarquia funcional da CIDASC;
- b) Manter sigilo dos dados referentes ao cadastro pessoal dos produtores e demais dados do PIB-SC.
- c) Elaborar os relatórios mensais dispostos no item 7, da cláusula segunda;

CLÁUSULA QUARTA – Do Controle de Gestão do Convênio

Os convenientes indicam os Senhores Patrícia Dos santos Coutinho, Médica Veterinária e Coordenadora de serviço de Inspeção Estadual do Departamento Regional de Concórdia e Gisele Bertol Rosa, Médica Veterinária do Serviço de Inspeção Estadual, do Departamento Regional de Concórdia, representantes da CIDASC e os Senhores, Neocir Rogério De Cesaro Secretário de Administração e Finanças e Francisco Maximino Machado de Aguiar, Médico Veterinário, representantes da Prefeitura Municipal, a fim de formar comissão mista para participar de reuniões de controle de gestão e dirimir questões relativas ao presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – Do Repasse de Recursos Financeiros

Não haverá repasse de recursos financeiros

CLÁUSULA SEXTA – Dos Custos

Os encargos de remuneração do servidor cedido correrão por conta da Prefeitura Municipal, conforme item 2, "a" da Cláusula Terceira. As despesas de aperfeiçoamento ou treinamento profissional do servidor cedido, voltados às atividades desempenhadas na CIDASC, ficarão a cargo dessa Companhia.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Renúncia e da Rescisão

O presente convênio se extingue naturalmente pelo decurso natural do prazo de vigência, dependendo seu encerramento unicamente da realização da vistoria para recebimento imediato do patrimônio, com o respectivo preenchimento e assinatura do Termo de Vistoria.

Também, poderá o presente convênio ser unilateralmente renunciado motivadamente, por escrito e a qualquer tempo, mediante comunicação prévia de, no mínimo, 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo de comum acordo entre os convenientes, ou rescindido nas seguintes hipóteses:

- a) em caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas, por qualquer dos convenientes, mediante comunicação por escrito do motivo da rescisão;
- b) em caso de avaria, sinistro ou perda de patrimônio posto à disposição, formalizado em Termo de Vistoria, com notificação não atendida a contento;
- c) na hipótese de caso fortuito ou força maior que torne impossível a continuidade do convênio.
- d) Findo ou rescindido este Convênio, o MUNICÍPIO devolverá o veículo nas condições em que o recebeu, conforme vistoria que a este é anexada, inclusive acompanhada da Certidão Negativa de Multas, expedidas pelo DETRAN/SC, pela Polícia Rodoviária Estadual e Federal e pelo DENIT (Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre).

CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

O presente convênio terá duração de 60 (sessenta) meses a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 13.303/16.

CLAUSULA NONA – Dos Casos Omissos

Os casos omissos serão solucionados mediante entendimento entre as partes e formalizados em termos aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Publicidade

A CIDASC arcará com os custos da publicação do Termo de Convênio no Diário Oficial do Estado, que será encaminhado ao Departamento Regional no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado – DOE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do Foro

Os PARCEIROS-CONVENIENTES elegem o Foro da Comarca de Florianópolis-SC, com a renúncia de qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas, casos omissos ou questões oriundas do presente convênio.

E, por estarem de acordo, os PARCEIROS-CONVENIENTES, por meio de seus representantes, assinam o presente termo de convênio, juntamente com as testemunhas abaixo nominadas.

_____, ____ de _____ de 2019

LUCIANE DE CÁSSIA SURDI
Presidente

PRISCILA BELLEZA MACIEL
Diretora de Defesa Agropecuária

EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

VANESSA SOUZA ADAMI DO ESPÍRITO SANT -
Diretora Administrativa Financeira

Daniel Volnei Nogueira Canabarro
Gestor do Departamento Regional

TESTEMUNHAS:

.....
NOME: Ivo Kirsch
CPF:923.773.609-20

.....
NOME: Isaura T. Bressan
CPF: 536.937.289-68

1308 - BAIXA DIVIDA ATIVA TRIBUTAÇÃO - ELISABET MARIA DE LIMA

Publicação Nº 2221512

Lei nº 1308, de 06 de novembro de 2019.

“Autoriza baixa de Dívida Ativa de contribuinte que especifica.”

A Câmara Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, aprova e eu, EMERSON ARI REICHERT Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar baixa de dívida ativa da seguinte inscrição e valor:

Nº do Processo Administrativo	Nome	Valor R\$	Motivo da baixa
011/2019	ELISABET MARIA DE LIMA – CNPJ 14.995.820/0001-75	388,64	Alvará de Funcionamento, estando à empresa em inatividade período lançado.

Parágrafo único. O valor da inscrição da dívida ativa que é objeto desta autorização foi apurado através do incluso processo administrativo e a respectiva justificativa de forma resumida, mencionado no quadro acima.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).
EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 06/novembro/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

373 - FERIAS ANTECIPA GOZO GISLAINE WEBER CECIN

Publicação Nº 2221666

DECRETO Nº 373/2019, DE 30 DE MAIO DE 2019.
NOMEIA, EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.

O Prefeito do Município de Ipira.

No uso de suas atribuições e em conformidade com o (Título II – DO PROVIMENTO, VAGÂNCIA, REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO, Capítulo I – DO PROVIMENTO), Seção IV – Da Posse e do Exercício, Art. 14 e Seção V – Do Estágio Probatório, Art. 22, da Lei Complementar nº 109/2001, (Estatuto dos Servidores), de 31 de dezembro de 2.001.

Considerando, a necessidade do preenchimento de vagas no Quadro Permanente de Pessoal, para suprir a insuficiência de profissional Operador de Maquinas Rodoviárias na Administração Municipal no setor de Infraestrutura, Transporte e Urbanismo.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado em Estágio Probatório Ricardo Alves Garcia, inscrito no CPF 065.727.899-85, Carteira de Identidade nº 5.506.515-SSP/SC, aprovado no Concurso Público 002/2017, sob inscrição nº 10001, para exercer o cargo de Operador de Maquinas Rodoviárias, 44h/semanal, Nível “36” Referência “A”, com as atribuições específicas do cargo, conforme Lei 911/2011, de 25 de maio de 2011, sob Regime Estatutário, lotado na Seção da Secretaria de Infraestrutura, Transporte e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Ipira.

Art. 2º A posse se dará após as providências legais requeridas e juntadas no assentamento funcional do nomeado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).
EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 30/maio/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

Ciente em __/__/2019
Ricardo Alves Garcia

TERMO DE COMPROMISSO E POSSE

Aos trinta (30) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezenove (2019), compareceu na Diretoria de Administração da Prefeitura Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, Ricardo Alves Garcia, inscrito no CPF 065.727.899-85, Carteira de Identidade nº 5.506.515- SSP/SC, natural de Piratuba (SC), com 27 anos de idade, filho de Neodi Alves Garcia e Estelamar Baches Garcia, nomeado através do Decreto nº 373/2019, de 30 de maio de 2019, para desempenhar o cargo efetivo de Operador de Maquinas Rodoviárias – 44 horas semanais, tendo apresentado os documentos idôneos solicitados por esta diretoria.

Após, perante o Prefeito Municipal, Sr. Emerson Ari Reichert, proferiu o seguinte compromisso:

“Prometo, Solenemente, Desempenhar as funções do meu Cargo de Operador de Maquinas Rodoviárias com Exatidão e Exemplo,” sendo a seguir empossado no cargo.

Lavrado este Termo, vai assinado pelo compromissado e pelo Prefeito Municipal.

Dado o Passado nesta Diretoria de Administração.

Ricardo Alves Garcia
Compromissado

Emerson Ari Reichert
Prefeito Municipal

374 - FERIAS CELSO DA MOTA

Publicação Nº 2221674

PORTARIA Nº 374/2019, DE 01 OUTUBRO DE 2019.

Concede gozo de férias ao servidor Público Municipal, que Especifica.

O Prefeito Municipal de Ipira, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, na forma do art. 76, da Lei Complementar nº 109/2001, de 31 de dezembro de 2.001.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentar ao Servidor Público Municipal Celso da Mota, portador do CPF nº 543.729.509-00, carteira de identidade nº 1.708.818 – SSP/SC, ocupante do cargo comissionado de Diretor, Nível “CCII” Seção – Secretaria de Infraestrutura, Transportes e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Ipira, referentes ao período aquisitivo de 09 de maio de 2.017 a 08 de maio de 2.018, para gozo no período de 03 de outubro de 2018 a 02 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 03 de outubro de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Ipira.

EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretária de Administração e Finanças

JOACIR JOSE TOLEDO
Secretario de Infraestrutura, Transporte e Urbanismo

Registrado e Publicado no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 01/outubro/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

Ciente em ____/____/____

Celso da Mota

375 - CONCEDE LICENÇA PREMIO - JANICE ANDREIS MASSON

Publicação Nº 2221679

PORTARIA Nº 375/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO À SERVIDORA PUBLICA QUE IDENTIFICA.

Emerson Ari Reichert, Prefeito Municipal de Ipira no uso de suas atribuições, e em conformidade com Seção IX – Licença Prêmio, da Lei Complementar nº 910/2011 de 25 de maio de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio a Servidora Municipal Janice Andreis Masson, portadora do CPF 609.851.609-00, carteira de identidade nº 1.887.015-SSP/SC, ocupante do cargo efetivo de Professor Classe II – 25 horas - Nível "519" Referência "A", matrícula funcional sob nº 477, Seção Secretaria de Educação e Desporto da Prefeitura Municipal de Ipira, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2014 a 31 de outubro de 2017, para o gozo no período de 01 de outubro de 2019 a 30 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Ipira.

EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

SANDRA DANI RAVANELI
Secretária de Educação e Desporto

Registrado e Publicado no Mural de Atos da
Prefeitura Municipal de Ipira em 01/outubro/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo
Ciente em ____/____/____

Janice Andreis Masson

376 - ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL KAMILA

Publicação Nº 2221680

PORTARIA Nº 376/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.
ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA.

Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Considerando, o disposto no Art. 108 da Lei Complementar 109/2001, de 31 de dezembro de 2001, Estatuto dos Servidores Municipais de Ipira.

Considerando, a solicitação do Secretario Municipal de Saúde e Assistência Social para horário especial, em razão do bom andamento das atividades, conforme protocolo no dia 26 de setembro de 2019, na Secretaria de Administração e Finanças;

Considerando que a presente alteração no horário da servidora não ocasionará transtornos a Administração Pública Municipal

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido horário de trabalho especial para a Servidora Pública Municipal Kamila Karine Appel, portadora do CPF 095.618.769-22, carteira de Identidade nº 6106640 – SSP/SC, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, Nível "51" Referência "A", 40h/semanal, Seção – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Ipira, os seguintes horários: de segundas-feiras a sextas-feiras no período da manhã das 07h30min às 12h00min; e no período da tarde das 13h30min às 17h00min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Ipira.
EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

MARCELO MINKS
Secretário de Saúde e Assistência Social
Registrado e Publicado no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 01/outubro/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

Ciente em ____/____/2019

Kamila Karine Appel

377 - ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL VANUSA

Publicação Nº 2221682

PORTARIA Nº 377/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA.

Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Considerando, o disposto no Art. 108 da Lei Complementar 109/2001, de 31 de dezembro de 2001, Estatuto dos Servidores Municipais de Ipira.

Considerando, a solicitação do Secretario Municipal de Saúde e Assistência Social para horário especial, em razão do bom andamento das atividades, conforme protocolo no dia 26 de setembro de 2019, na Secretaria de Administração e Finanças;

Considerando que a presente alteração no horário da servidora não ocasionará transtornos a Administração Pública Municipal

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido horário de trabalho especial para a Servidora Pública Municipal Vanusa Juliana Kirst Spohr, portadora do CPF 022.692.509-90, carteira identidade nº 3.808.536-SSP/SC, ocupante do cargo de provimento em efetivo de Técnica em Enfermagem - 40h, nível "051" referencia "C", sob matrícula funcional nº 697", 40h/semanal, Seção – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Ipira, os seguintes horários: de segundas-feiras a sextas-feiras no período da manhã das 07h30min às 11h00min; e no período da tarde das 12h00min às 16h30min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Ipira.

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

MARCELO MINKS

Secretário de Saúde e Assistência Social

Registrado e Publicado no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 01/outubro/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan

Auxiliar Administrativo

Ciente em ____/____/2019

Vanusa Juliana Kirst Spohr

379 - FERIAS ANTECIPADA MOACIR BARETA

Publicação Nº 2221684

PORTARIA Nº 379/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, na forma do art. 23, § 2º, X, da Lei Orgânica do Município e do art. 76, da Lei Complementar nº 109/2001, de 31 de dezembro de 2001.

Considerando o requerimento da parte interessada protocolado junto a Secretaria de Administração e Finanças no dia 30 de outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a antecipação de gozo de férias ao servidor público Municipal Moacir Bareta, portador do CPF 827.532.109-34, carteira de identidade nº 2.141.378 -SSP/SC ocupante do cargo de provimento em efetivo de Agente Administrativo, Nível "056" Referencia "C", Seção – Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Ipira, referentes ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2019 a 01 de janeiro de 2020, para gozo de 10 dias de férias no período de 04 de novembro de 2019 a 13 de novembro de 2019, sendo que os 20 dias restante o mesmo gozará no período aquisitivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Ipira.

EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 04/novembro/2019

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

Ciente em ____/____/____

Moacir Bareta

380 - FERIAS DOUGLAS RAZERA

Publicação Nº 2221686

PORTARIA Nº 380/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Ipira em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, na forma da Lei Complementar nº 115/2003, de 06 de outubro de 2003 c/c Lei Complementar 145/2012 de 12 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares ao Servidor Público Municipal Douglas Razera, inscrito no CPF 068.108.739-02, Carteira de Identidade nº 4620061- SSP/SC, matrícula nº 1658, ocupante do cargo de Operador de Maquinas Rodoviárias – 44 horas, Nível “036” Referencia “A”, Seção Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Ipira, referente ao período aquisitivo de 15 de outubro de 2.018 a 14 de outubro de 2.019, para gozo em 03 (três) etapas de 10 (dez) dias, nos seguintes períodos:

- 1º - de 04 a 13 de novembro de 2019;
- 2º - de 13 a 22 de janeiro de 2020; e
- 3º - de 18 a 27 de maio de 2020.

§ Único: a remuneração correspondente do Adicional de Férias 1/3 (um terço), será devida quando da utilização do 1º período, conforme disposto do Art. 79 §4, da Lei Complementar 109/2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 04 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Ipira.
EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretária de Administração e Finanças

JOACIR JOSÉ TOLEDO
Secretario de Infraestrutura, Transportes e Urbanismo
Registrada e Publicada no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 04/novembro/2019

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

381- FERIAS JULCIMAR DAMBRÓS

Publicação Nº 2221688

PORTARIA Nº 381/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, na forma do art. 23, § 2º, X, da Lei Orgânica do Município e do art. 76, da Lei Complementar nº 109/2001, de 31 de dezembro de 2.001.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares ao Servidor Público Municipal Julcimar Dambroz, portador de CPF 019.160.379-17, carteira de identidade nº 3.156.086-SSP/SC, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Rodoviárias, Nível “036” Referencia “B”, sob matrícula funcional nº 817, Seção da Secretaria de Infraestrutura, Transportes e Urbanismo de Ipira, referentes ao período aquisitivo de 01 de setembro de

2.018 a 31 de agosto de 2.019, para gozo no período de 04 de novembro de 2019 a 03 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Ipira.
EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

JOACIR JOSE TOLEDO
Secretário de Infraestrutura, Transportes e Urbanismo

Registrada e Publicada no Mural de Atos
da Prefeitura Municipal de Ipira em 04/novembro/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

Ciente em ____/____/ 2019.

Julcimar Dambroz

382 - FERIAS ROSELI TROMBETTA

Publicação Nº 2221689

PORTARIA Nº 282/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, na forma do art. 23, § 2º, X, da Lei Orgânica do Município e do art. 76, da Lei Complementar nº 109/2001, de 31 de dezembro de 2.001;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a Servidora Pública Municipal Roseli Maria Trombetta, portador de CPF 000.296.730-89, carteira de identidade nº 6076102166 -SJS/RS, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, Nível "051" Referência "F", sob matrícula 915, seção Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Ipira, referente ao período aquisitivo de 02 de julho de 2017 a 01 de julho de 2018, para gozo no período de 18 de novembro de 2019 a 17 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 18 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Ipira.
EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGERIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

MARCELO MINKS
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

Registrada e Publicada no Mural de Atos
da Prefeitura Municipal de Ipira em 04/novembro/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

Ciente em ____/____/____
Roseli Maria Trombetta

383 - FERIAS DANIELA STOCKMANN

Publicação Nº 2221690

PORTARIA Nº 383/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA
MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Ipira em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente,

na forma do art. 23, § 2º, X, da Lei Orgânica do Município e do art. 76, da Lei Complementar nº 109/2001, de 31 de dezembro de 2.001;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a Servidora Pública Municipal Daniela Stockmann, portador, inscrito (a) no CPF nº 032.560.369-37, carteira de Identidade nº 4.005.408 - SSP/SC, matrícula nº 681, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Sanitária, Nível "046" Referência "H", seção Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Ipira, referente ao período aquisitivo de 23 de abril de 2018 a 22 de abril de 2019, para gozo no período de 30 de outubro de 2019 a 28 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 30 de outubro de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Ipira.

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGERIO DE CESARO

Secretário de Administração e Finanças

MARCELO MINKS

Secretário de Saúde e Assistência Social.

Registrado e Publicado no Mural de Atos

da Prefeitura Municipal de Ipira em 04/novembro/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan

Auxiliar Administrativo

Ciente em ____/____/____

Daniela Stockmann

384 - FERIAS HENRIQUE SACHINI

Publicação Nº 2221692

PORTARIA Nº 384/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Ipira em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, na forma da Lei Complementar nº 115/2003, de 06 de outubro de 2003 c/c Lei Complementar 145/2012 de 12 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares ao Servidor Público Municipal Henrique Sachini, portador (a) da Carteira Profissional nº 8127115, Série 003/SC, inscrito(a) no CPF nº 084.781699-03, ocupante do cargo de médico Veterinário - ACT – 40 horas, , Seção Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Ipira, referente ao período aquisitivo de 09 de outubro de 2.018 a 10 de outubro de 2.019, para gozo em 03 (três) etapas de 10 (dez) dias, nos seguintes períodos:

1º - de 12 a 21 de novembro de 2019;

2º - de 10 a 19 de dezembro de 2019; e

3º - de 14 a 23 de janeiro de 2020.

§ Único: a remuneração correspondente do Adicional de Férias 1/3 (um terço), será devida quando da utilização do 1º período, conforme disposto do Art. 79 §4, da Lei Complementar 109/2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 12 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Ipira.

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO

Secretária de Administração e Finanças

ALEXANDRE SILVEIRA DAVILA

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

Registrada e Publicada no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 04/novembro/2019

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan

Auxiliar Administrativo

385 - CONCEDE LICENÇA PREMIO - DALVA REGINA VOGT DUARTE

Publicação Nº 2221693

PORTARIA Nº 385/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO À SERVIDORA PUBLICA QUE IDENTIFICA.

Emerson Ari Reichert, Prefeito Municipal de Ipira no uso de suas atribuições, e em conformidade com Seção IX – Licença Prêmio, da Lei Complementar nº 910/2011 de 25 de maio de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio a Servidora Municipal Dalva Regina Vogt Duarte, portadora do CPF 028.259.739-55, carteira de identidade nº 3.527.966 –SSP/SC, ocupante do cargo efetivo de Professor Classe II – 25 horas - Nível “519” Referencia “A”, matrícula funcional sob nº 507, Seção Secretaria de Educação e Desporto da Prefeitura Municipal de Ipira, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2014 a 31 de outubro de 2017, para o gozo no período de 05 de novembro a 04 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Ipira.
EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

SANDRA DANI RAVANELI
Secretária de Educação e Desporto
Registrada e Publicada no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 05/novembro/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

Ciente em ____/____/____

Dalva Regina Vogt Duarte

407- SUPLEMENTAÇÃO - 23.09.2019

Publicação Nº 2221654

DECRETO Nº 407, DE 23 DE SETEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO, PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE IPIRA.

Emerson Ari Reichert, Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Considerando a possibilidade legal prevista na Lei Municipal nº 1265, de 11 de outubro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica criada/alterada a dotação orçamentária e aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ipira, no valor de R\$ 258.900,00 (Duzentos e Cinquenta e Oito Mil e Novecentos Reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S
12.01	Fundo Municipal de Saúde – F.M.S
10.301.0022.2038	Ações da Saúde Básica
63– 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0261	Aplicações Diretas
	168.000,00
10.301.0023.2039	Programa Saúde da Família
67– 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0261	Aplicações Diretas
	89.400,00
10.304.0024.2041	Ações de Vigilância Sanitária
48– 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0685	Aplicações Diretas
	1.250,00
52– 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0685	Aplicações Diretas
	250,00

Art. 2º. – Os recursos necessários para atender a abertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do artigo anterior, correrão por conta:

§1º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2019, na fonte de recursos vinculada ao Transferências do SUS - PAB, no valor de R\$ 257.400,00 (Duzentos e Cinquenta e Sete Mil e Quatrocentos Reais).

§2º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2019, na fonte de recursos vinculada ao Transferências do SUS - Agentes de Combate as Endemias, no valor de R\$ 1.500,00 (Um Mil e Quinhentos Reais).

Art. 3º. – Fica criada/alterada a dotação orçamentária e aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ipira, no valor de R\$ 73.755,94 (Setenta e Três Mil Setecentos e Cinquenta e Cinco Reais e Noventa e Quatro Centavos), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

04.00	SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
04.03	Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA
8.243.0007.2011	Manutenção das Ações do FIA
31- 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	1.500,00
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
05.03	Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural - FUNDERURAL
20.606.0008.2014	Manutenção Do FUNDERURAL
162- 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0200	Aplicações Diretas
	30.000,00
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA - ESTRUTURA
06.02	Diretoria de Urbanismo
15.452.0012.2018	Manutenção da Diretoria de Urbanismo
61- 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	5.000,00
12.451.0012.1011	Modernização Urbana
173- 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0249	Aplicações Diretas
	202,84
172- 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0249	Aplicações Diretas
	3,10
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.02	Educação Infantil
12.306.0015.2021	Merenda do Ensino Infantil
67- 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0207	Aplicações Diretas
	3.000,00
07.03	Ensino Fundamental
12.361.0017.2026	Manutenção do Ensino Fundamental
94- 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0210	Aplicações Diretas
	6.000,00
93- 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0209	Aplicações Diretas
	6.000,00
91- 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0201	Aplicações Diretas
	5.000,00
08.00	ENCARGOS ESPECIAIS
08.01	Encargos Especiais
28.846.0000.0002	Demais Operações Especiais
113- 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0318	Aplicações Diretas
	350,00
16.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE CUL, TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
16.01	Fundo Municipal de Cultura
13.392.0020.2036	Apoio as Ações Culturais
119 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	16.700,00

Art. 4º. – Os recursos necessários para atender a abertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do artigo anterior, correrão por conta:

§ 1º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2019, na fonte de recursos ordinários, no valor de R\$ 11.500,00 (Onze Mil e Quinhentos Reais).

§ 2º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2019, na fonte de recursos vinculada ao Alienação de Bens - Geral, no valor de R\$ 3,10 (Três Reais e Dez Centavos).

§ 3º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2019, na fonte de recursos vinculada ao Programa PNAE/PNAP, no valor de R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais).

§ 4º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2019, na fonte de recursos vinculada ao Retorno FUNDEB - 40%, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis Mil Reais).

§ 5º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2019, na fonte de recursos vinculada ao Retorno FUNDEB - 60%, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis Mil Reais).

§ 6º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2019, na fonte de recursos vinculada ao Fundo Especial do Petróleo, no valor de R\$ 350,00 (Trezentos e Cinquenta Reais).

§ 7º. Do superávit financeiro na fonte de recurso ordinários, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais).

§ 8º. Do superávit financeiro na fonte de recurso vinculado ao Superávit - Alienação de Bens - Geral, no valor de R\$ 202,84 (Duzentos e Dois Reais e Oitenta e Quatro Centavos).

§ 9º. Da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

16.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE CUL, TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
16.01	Fundo Municipal de Cultura
13.392.0020.2036	Apoio as Ações Culturais
118 – 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	11.700,00
117 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	5.000,00

Art. 5º. – Fica criada e/ou alterada as ações mencionadas neste decreto, constantes da Lei nº 1218, de 30 agosto de 2017 – PPA quadriênio 2018-2021 e Lei nº. 1265, de 11 de outubro de 2018– LDO para o exercício de 2019 e suas alterações.

Art. 6º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal em Exercício

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 23/Setembro/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan

Auxiliar Administrativo

408- SUPLEMENTAÇÃO - 03.102019

Publicação Nº 2221659

DECRETO Nº 408, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE IPIRA.

Emerson Ari Reichert, Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Considerando a possibilidade legal prevista na Lei Municipal nº 1265, de 11 de outubro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica criada/alterada a dotação orçamentária e aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ipira, no valor de R\$ 89.798,34 (Oitenta e Nove Mil Setecentos e Noventa e Oito Mil e Trinta e Quatro Centavos), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

04.00	SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
04.02	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

8.244.0004.2007	Manutenção das Ações do FMAS
27- 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0273	Aplicações Diretas
	4.000,00
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA - ESTRUTURA
06.02	Diretoria de Urbanismo
15.451.0012.1011	Modernização Urbana
58- 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	5.000,00
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.03	Ensino Fundamental
12.361.0016.2025	Transporte Escolar do Ensino Fundamental
83- 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0214	Aplicações Diretas
	4.500,00
16.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE CUL, TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
16.01	Fundo Municipal de Cultura
13.392.0020.2036	Apoio as Ações Culturais
119 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	7.000,00
16.02	Diretoria de Indústria e Comércio
23.691.0021.2037	Diretoria de Indústria e Comércio
120 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	69.298,34

Art. 2º. – Os recursos necessários para atender a abertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do artigo anterior, correrão por conta:

§ 1º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2019, na fonte de recursos ordinários, no valor de R\$ 74.298,34 (Setenta e Quatro Mil Duzentos e Noventa e Oito Reais e Trinta e Quatro Centavos).

§ 2º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2019, na fonte de recursos vinculada ao Transf. do FNAS - IGDBF, no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais).

§ 3º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2019, na fonte de recursos vinculada ao Transferência - Transp. Escolar/Estado, no valor de R\$ 4.500,00 (Quatro Mil e Quinhentos Reais).

§ 4º. Da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

16.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE CUL, TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
16.01	Fundo Municipal de Cultura
13.392.0020.2036	Apoio as Ações Culturais
117 - 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	7.000,00

Art. 3º. – Fica criada e/ou alterada as ações mencionadas neste decreto, constantes da Lei nº 1218, de 30 agosto de 2017 – PPA quadriênio 2018-2021 e Lei nº. 1265, de 11 de outubro de 2018– LDO para o exercício de 2019 e suas alterações.

Art. 4º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).

EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal em Exercício

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da
Prefeitura Municipal de Ipira em 03/outubro/2019.
Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

409- SUPLEMENTAÇÃO - 07.10.2019

Publicação Nº 2221660

DECRETO Nº 409, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO, PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE IPIRA.

Emerson Ari Reichert, Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Considerando a possibilidade legal prevista na Lei Municipal nº 1265, de 11 de outubro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica criada/alterada a dotação orçamentária e aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ipira, no valor de R\$ 39.302,85 (Trinta e Nove Mil Trezentos e Dois Reais e Oitenta e Cinco Centavos), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S
12.01	Fundo Municipal de Saúde – F.M.S
10.301.0022.1018	Modernização da Saúde Básica
2– 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0261	Aplicações Diretas
	6.302,85
10.301.0022.2038	Ações da Saúde Básica
8– 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0202	Aplicações Diretas
	30.000,00
6– 3.3.71.00.00.00.00.0.1.0202	Transferência a Consórcios Públicos
	3.000,00

Art. 2º. – Os recursos necessários para atender a abertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do artigo anterior, correrão por conta:

§1º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2019, na fonte de recursos vinculada ao Transferências do SUS - PAB, no valor de R\$ 6.302,85 (Seis Mil Trezentos e Dois Reais e oitenta e Cinco Centavos).

§ 2º. Da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S
12.01	Fundo Municipal de Saúde – F.M.S
10.301.0022.2038	Ações da Saúde Básica
4– 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0202	Aplicações Diretas
	33.000,00

Art. 3º. – Fica criada/alterada a dotação orçamentária e aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ipira, no valor de R\$ 348.304,00 (Trezentos e Quarenta e Oito Mil e Trezentos e Quatro Reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

04.00	SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
04.02	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
8.244.0004.2007	Manutenção das Ações do FMAS
150– 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0599	Aplicações Diretas
	7.559,65
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
05.03	Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural - FUNDERURAL
20.606.0008.2014	Manutenção do FUNDERURAL
46– 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	30.000,00
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA - ESTRUTURA
06.01	Diretoria de Infraestrutura e Transportes
26.782.0011.2017	Diretoria de Infraestrutura e Transportes
56– 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0318	Aplicações Diretas
	7.000,00
54– 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	30.000,00

06.02	Diretoria de Urbanismo
15.452.0012.2018	Manutenção da Diretoria de Urbanismo
62- 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0215	Aplicações Diretas
	43.000,00
61- 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	60.000,00
15.451.0012.1011	Modernização Urbana
155- 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0200	Aplicações Diretas
	168.500,00
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.02	Educação Infantil
12.306.0015.2021	Merenda do Ensino Infantil
67- 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0207	Aplicações Diretas
	2.244,35

Art. 4º. – Os recursos necessários para atender a abertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do artigo anterior, correrão por conta:

§ 1º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2019, na fonte de recursos ordinários, no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais).

§ 2º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2019, na fonte de recursos vinculada ao PBV - Serv. Convivência. e Fortalecimento de Vínculo - SCFV, no valor de R\$ 7.559,65 (Sete Mil Quinhentos e Cinquenta e Nove Reais e Sessenta e Cinco Centavos).

§ 3º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2019, na fonte de recursos vinculada ao Fundo Especial do Petróleo, no valor de R\$ 7.000,00 (Sete Mil Reais).

§ 4º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2019, na fonte de recursos vinculada ao Recursos da COSIP, no valor de R\$ 43.000,00 (Quarenta e Três Mil Reais).

§ 5º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2019, na fonte de recursos vinculada ao Programa PNAE/PNAP, no valor de R\$ 2.244,35 (Dois Mil Duzentos e Quarenta e Quatro Reais e Trinta e Cinco Centavos).

§ 6º. Do superávit financeiro na fonte de recurso ordinários, no valor de R\$ 168.500,00 (Cento e Sessenta e Oito Mil e Quinhentos Reais).

Art. 5º. – Fica criada e/ou alterada as ações mencionadas neste decreto, constantes da Lei nº 1218, de 30 agosto de 2017 – PPA quadriênio 2018-2021 e Lei nº. 1265, de 11 de outubro de 2018– LDO para o exercício de 2019 e suas alterações.

Art. 6º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).
EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal em Exercício

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira, em 07/Outubro/2019.
Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

410- SUPLEMENTAÇÃO - 14.10.2019

Publicação Nº 2221661

DECRETO Nº 410, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE IPIRA.

Emerson Ari Reichert, Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Considerando a possibilidade legal prevista na Lei Municipal nº 1265, de 11 de outubro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica criada/alterada a dotação orçamentária e aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ipirá, no valor de R\$ 33.324,40 (Trinta e Três Mil Trezentos e Vinte e Quatro Reais e Quarenta Centavos), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S
12.01	Fundo Municipal de Saúde – F.M.S
10.301.0022.2038	Ações da Saúde Básica
70– 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0693	Aplicações Diretas
	23.324,40
10.301.0023.2039	Programa Saúde da Família
49– 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0285	Aplicações Diretas
	7.000,00
10.304.0024.2041	Ações da Vigilância Sanitária
48– 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0685	Aplicações Diretas
	1.000,00
38– 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0263	Aplicações Diretas
	2.000,00

Art. 2º. – Os recursos necessários para atender a abertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do artigo anterior, correrão por conta:

§1º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2019, na fonte de recursos vinculada ao Transferências do SUS - Atend. Neuropsicomotor - APAE, no valor de R\$ 23.324,40 (Vinte e Três Mil Trezentos e Vinte e Quatro Reais e Quarenta Centavos).

§2º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2019, na fonte de recursos vinculada ao Transferências do SUS - ESF/ESB, no valor de R\$ 7.000,00 (Sete Mil Reais).

§3º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2019, na fonte de recursos vinculada ao Transferências do SUS - Agentes de Combate as Endemias, no valor de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais).

§ 4º. Da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S
12.01	Fundo Municipal de Saúde – F.M.S
10.304.0024.2041	Ações da Vigilância Sanitária
35– 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0263	Aplicações Diretas
	2.000,00

Art. 3º. – Fica criada/alterada a dotação orçamentária e aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ipirá, no valor de R\$ 35.500,00 (Trinta e Cinco Mil e Quinhentos Reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

6.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA -ESTRUTURA E TRANSPORTES
6.01	Diretoria de Infraestrutura e Transportes
26.782.0011.2017	Diretoria de Infraestrutura e Transportes
56 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0318	Aplicações Diretas
	5.500,00
16.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE CUL, TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
16.01	Fundo Municipal de Cultura
13.392.0020.2036	Apoio as Ações Culturais
119 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	30.000,00

Art. 4º. – Os recursos necessários para atender a abertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nos termos do artigo anterior, correrão por conta:

§ 1º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2019, na fonte de recursos ordinários, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais)

§ 2º. Do provável excesso de arrecadação a ser verificado no decorrer do exercício de 2019, na fonte de recursos vinculado ao Fundo Especial do Petróleo, no valor de R\$ 5.500,00 (Cinco Mil e Quinhentos Reais)

§ 3º. Da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

16.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE CUL, TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
16.01	Fundo Municipal de Cultura
13.392.0020.2036	Apoio as Ações Culturais
117 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0200	Aplicações Diretas
	10.000,00

Art. 5º. – Fica criada e/ou alterada as ações mencionadas neste decreto, constantes da Lei nº 1218, de 30 agosto de 2017 – PPA quadriênio 2018-2021 e Lei nº. 1265, de 11 de outubro de 2018– LDO para o exercício de 2019 e suas alterações.

Art. 6º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).
EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal em Exercício

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da
Prefeitura Municipal de Ipira em 14/outubro/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

411 - PONTO FAC REF IGREJA MARTIN LUTER SERVIDOR

Publicação Nº 2221663

DECRETO Nº 411/2019, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019.
Estabelece Ponto Facultativo em comemoração ao “Dia do Servidor Público”

O Prefeito do Município de Ipira, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 101, VIII, da Lei Orgânica do Município,

Considerando que no dia 31 de outubro, é comemorado o “Dia da Reforma Evangélica – Martin Luter”;
Considerando o interesse da administração, que dia 28 de outubro “Dia Servidor Público” (Ponto Facultativo) seja comemorado em data contínua, e assim, evitar o deslocamento desnecessário de servidores e máquinas dentro do Município, contribuindo para a organização dos serviços públicos municipais.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo nas repartições públicas Municipais no dia 01 de novembro de 2.019, em virtude do “Dia do Servidor Público”.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Ipira.
EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da
Prefeitura Municipal de Ipira em 14/outubro/2019

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

415 - COMISSÃO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 02-2019

Publicação Nº 2221664

DECRETO Nº 415/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.
Nomeia a Comissão Responsável pela condução e avaliação do Processo Seletivo nº 002/2019.

O Prefeito do Município de Ipira.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 101, VIII.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Comissão responsável pela condução e avaliação do processo Seletivo nº 02/2019 da Prefeitura Municipal de Ipira,

que visa à contratação temporária e estágio no quadro de pessoal do Município de Ipira/SC:

- SANDRA DANI RAVANELI - Presidente da Comissão;
- NEOCIR ROGERIO DE CESARO - Membro; e
- MARILENE JANETE DA SILVA BORGES - Membro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Ipira.
EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Ipira em 05/novembro/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

1TAC157/2019-PMI

Publicação Nº 2220734

07/11/2019 31/12/2019 07/11/2019 2019 66 2597 1TAC66/2019 157/2019 2 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de materiais (granitos, grades, portão metálico, janelas e telas) para o Centro Esportivo do Bairro dos Estudantes. 900,00 101910 VANIO LUIZ KIRST 03513896956 J 1 155 2019 0 38 C 0 0 13 PR 39 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

Iporã do Oeste

PREFEITURA

ACORDO DE COOPERAÇÃO 002/2019

Publicação Nº 2221867

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E A SINDICATO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE IPORÃ DO OESTE.

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede à Rua Santo Antônio, 100, Município de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, CNPJ n.º 78.485.554/0001-13, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LÚCIO MALLMANN, portador do CPF sob n.º 831.980.599-68, adiante nomeado MUNICÍPIO, e o SINDICATO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE IPORÃ DO OESTE, com sede na Rua Boa Vista, nº 309, Centro, Município de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 78.486.305/0001-42, representado neste ato por seu Presidente, Sr. CANISIO REINEHR, portador do CPF sob n.º 737.993.009-53, adiante nomeado de SINDICATO, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2.014, Decreto Federal nº 8.726/2016, Lei Municipal nº 1.869/2019, Decreto Municipal 020/2017 e o Decreto Municipal 030/2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente Acordo de Cooperação, tem por objeto o estabelecimento de parceria entre o Município de Iporã do Oeste/SC e o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Iporã do Oeste, visando a implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de melhorias da produção da agricultura familiar através da Cessão de Uso de Máquinas e Equipamentos Agrícolas, conforme Plano de Trabalho devidamente aprovado, e que é parte integrante deste instrumento.

1.2 – Os bens objetos da cessão são os descritos a seguir:

I - 01 (um) Distribuidor de Adubo Orgânico Líquido com capacidade de 6000l, marca IPACOL, modelo DLV 6.0, cor vermelha, série nº IP440140709, PAT/FDR nº 1008, Termo de Cessão de Uso nº 065/2014 com a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, 1º Termo Aditivo FDR 418/2019;

II - 01 (um) Distribuidor de Adubo Orgânico Líquido, marca Ipacol – cor vermelha – 6000l, série IP688151120, patrimônio PAT/FDR nº 1352, Termo de Cessão de Uso FDR nº 083/2017 com a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, 1º Termo Aditivo FDR 418/2019;

III - 01 (um) Trator Agrícola marca Massey Ferguson, modelo mf4275/4, tração 4x4, equipado com motor a diesel 04 cil, potencia 75cv, caixa de cambio com 12 velocidade para frente e 4 para ré, sistema direção hidrostático, sistema hidráulico de levante 03 pontos, capota, capo e para-lama e arco de seg. total em aço, faróis auxiliares, pisca alerta direcional, contra pesos dianteiro e traseiros, , série nº 4275432556, PAT/FDR nº 1529 Termo de Cessão de Uso FDR nº 120/2017 com a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, 1º Termo Aditivo FDR 418/2019.

IV - 01 (um) Ancinho Enleirador Espalhador, marca Nogueira – cor vermelha - modelo HAYNOG30, série nº AIBG-0179989, patrimônio FMDR nº 1627, Termo de Cessão de Uso FDR nº 083/2017 com a Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca, 1º Termo Aditivo FDR 418/2019;

V - 01 (um) Segadeira Tambor, marca Nogueira – cor vermelha – modelo SN165 nº BBBG-02487, LARG.CORTE 165cm, com 06 facas dupla face de corte levante hidráulico, dispositivo de segurança contra impacto inclinação ate 25º, série nº BBBG-02487, PAT/FDR nº 1628, Termo de Cessão de Uso FDR nº 083/2017 com a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, 1º Termo Aditivo FDR 418/2019;

VI - 01 (um) Enfardadeira, marca Nogueira – cor vermelha – modelo 4050-5040, EXPRESS 4030, ano 2017, série nº BABG - 020584, patrimônio FMDR nº 1629, Termo de Cessão de Uso FDR nº 083/2017 com a Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca, 1º Termo Aditivo FDR 418/2019;

VII - 01 (uma) Plantadeira de Plantio de Inverno campo nativo com 05 linhas de plantio, disco de corte sistema pula pedra, dosador auto-limpante, marca vence tudo, modelo SA7300H, série nº 09-0289, patrimônio FMDR nº 1752, Termo de Cessão de Uso FDR nº 200/2017 com a Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca, 1º Termo Aditivo FDR 418/2019;

VIII - 05 (um) Kit Inseminação com: aplicador universal, cortador de palhetas, pinça 18 cm para sêmen, termômetro digital para inseminação artificial, botijão para armazenamento de sêmen bovino com capacidade para 20 litros de nitrogênio, de propriedade do Município;

IX - 01 (um) rolo compactador vibratório liso marca CMV-CVR, código Patrimônio Municipal nº 1808.

1.3 – Os bens cedidos serão entregues a Sindicato após lavrado Termo de Entrega e Recebimento, que conterà descrição do estado de conservação dos bens e fotos.

1.4 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DO MUNICÍPIO:

- a) Fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à Comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) caberá à Secretaria/Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente a fiscalização da utilização do bem cedido, bem como da forma de atendimento dos agricultores, reservando-a o direito de intervir junto ao Sindicato, se constatado o uso do bem móvel, objeto da presente Lei, para promoção pessoal, má operação do mesmo ou discriminação no atendimento dos agricultores;
- d) Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- e) Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- f) Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DO SINDICATO:

- a) a manutenção, guarda, combustível e o operador, decorrentes da utilização das máquinas e equipamentos, respondendo por todo e qualquer dano decorrente da utilização do mesmo;
- b) utilizar o(s) bem(ns) de acordo com a finalidade do mesmo e zelando pelo interesse da coletividade;
- c) Adotar um sistema/ficha de controle do(s) equipamentos(s) sobre as atividades exercidas pelo(s) bem(ns) objeto(s) deste Acordo, que deverá estar à disposição do Município;
- d) poderá cobrar valores dos agricultores pelos serviços prestados, para custeio das despesas correlatas, desde que respeitados os preços praticados na região;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- g) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Acordo de Cooperação, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.
- h) Responsabilizar-se pelas multas e taxas em geral que incidam ou venham a incidir sobre o(s) bem(ns) objetos deste Acordo, bem como se responsabilizar pelas questões de litígio, penais, civis e administrativas dela decorrentes
- i) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Acordo de Cooperação, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- j) A devolução do(s) bem(ns) em perfeitas condições de uso, sem direito a indenização por reparos ou reformas eventualmente efetuadas;
- k) restituir os bens objeto desta parceria ao Município, ao final da cessão, nas mesmas condições em que recebeu ressalvado o desgaste regular pelo uso, sob pena de ressarcimento aos cofres públicos pelos danos causados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O presente Acordo de Cooperação não envolve a transferência de recursos financeiros.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 - O presente Acordo de Cooperação vigorará a partir da sua assinatura até 31/12/2021, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho

para a consecução de seu objeto.

4.2 – Sempre que necessário, mediante proposta do SINDICATO, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Acordo de Cooperação.

4.3 - Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada pôr termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Acordo de Cooperação ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA QUINTA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

5.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei nº 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Acordo de Cooperação;

IV - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

5.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

5.3 - Em cumprimento ao disposto na alínea “g” do artigo 35 da Lei Federal nº 13.019, de 31.07.14, fica designado o servidor HENRIQUE KICKOW Matrícula nº 140562, Gestor da presente parceria.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;

II - Notas e comprovantes fiscais, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil, número do instrumento da parceria, com declaração do responsável, no documento comprobatório da despesa, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado em conformidade com as especificações nele consignadas;

III - Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI – Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso;

§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas dos serviços realizados, bem como das horas trabalhadas e agricultores atendidos, a cada 180 dias até o final da vigência deste instrumento.

6.2 - A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até 60 dias após o término da vigência.

6.3 - A prestação de contas relativa à execução do Acordo de Cooperação dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como do seguinte relatório:

I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

6.4 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Acordo de Cooperação.

6.5 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - Os impactos econômicos ou sociais;

III - O grau de satisfação do público-alvo;

IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

6.6 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - Aprovação da prestação de contas;

II - Aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

6.7 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

6.8 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até sessenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

6.9 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) Omissão no dever de prestar contas;

b) Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

6.10 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

6.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES

7.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

7.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Acordo de Cooperação com alteração da natureza do objeto.

7.3 - O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

7.4 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Assessoria Jurídica do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

7.5 – Poderá o aditamento do presente instrumento, ser formalizado quando da utilização de recursos remanescentes do saldo deste Acordo de Cooperação.

CLÁUSULA OITAVA– DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

8.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, E da legislação específica, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao SINDICATO as seguintes sanções:

I - Advertência;

II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

8.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

8.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA NONA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

9.1 - O presente Acordo de Cooperação poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICIDADE

10.1 - A eficácia do presente Acordo de Cooperação ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto

descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 10 (dez) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este Acordo de Cooperação serão remetidas por correspondência ou e-mail serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via e-mail, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Acordo de Cooperação, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Acordo de Cooperação, que não possam ser resolvidas pela via administrativa o Foro da Comarca de Mondai.

12.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Iporã do Oeste/SC, 08 de novembro de 2019.

ASSESSORIA JURÍDICA:

Após análise do conteúdo do acordo de cooperação acima mencionado, verificou-se que este cumpre os requisitos legais, opinando assim, pela assinatura do presente termo.

DOUGLAS ALBERTO MALLMANN

OAB/SC – 31.568

Advogado/Assessor Geral

PR 071-2019

Publicação Nº 2221419

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2019

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados que realizará a abertura de licitação às 09h00min do dia 22 de Novembro de 2019, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC, localizada na Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, município de Iporã do Oeste/SC, conforme objeto abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PARQUES INFANTIS E BRINQUEDOS DESTINADOS AS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3634-1210), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município, <iporadooeste.atende.net>.

Iporã do Oeste/SC, 08 de Novembro de 2019.

LUCIO MALLMANN

PREFEITO MUNICIPAL.

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N. 2.439 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2.019

Publicação Nº 2220758

DECRETO Nº 2.439 de 04 de novembro de 2.019

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 598.577,29.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.810 de 16 de outubro de 2.017 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.018 – LDO e dá outras providências e combinado com os incisos I e II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I ao III do § 4º do artigo da Lei Municipal nº 1.813 de 11 de dezembro de 2.017, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.018 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I. Código reduzido 12, Projeto/Atividade 04.122.0003.2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 50.000,00.

II. Código reduzido 148, Projeto/Atividade 26.782.0026.2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 130.000,00.

III. Código reduzido 49, Projeto/Atividade 12.361.0014.2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 55.000,00.

IV. Código reduzido 133, Projeto/Atividade 13.392.0023.1.027 - Estruturação e Modernização das Ações da Cultura, elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 2 - Departamento Municipal de Cultura, no valor de R\$ 5.560,00.

V. Código reduzido 140, Projeto/Atividade 13.392.0023.2.043 - Gestão das Políticas e Ações da Cultura, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 2 - Departamento Municipal de Cultura, no valor de R\$ 30.000,00.

VI. Código reduzido 80, Projeto/Atividade 20.605.0019.2.050 - Gestão das Políticas e Ações da Agropecuária, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0027 - Recursos Fundo Agropecuário, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 12.900,00.

VII. Código reduzido 85, Projeto/Atividade 08.244.0032.2.097 - Benefícios Eventuais, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Unidade 1 - Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 10.000,00.

VIII. Código reduzido 113, Projeto/Atividade 15.452.0027.2.063 - Gestão das Políticas e Ações de Desenvolvimento Urbano, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 20.000,00.

IX. Código reduzido 124, Projeto/Atividade 13.392.0023.2.075 - Gestão das ações do Fundo Municipal de Cultura, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 17 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA, Unidade 1 - Fundo Municipal da Cultura, no valor de R\$ 1.800,00.

X. Código reduzido 3, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0064 - SUS Atenção Básica, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 100.000,00.

XI. Código reduzido 42, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0005 - Recursos SUS Estado, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 53.317,29.

XII. Código reduzido 7, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.025 - Gestão das Ações da Saúde da Família - ESF, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0064 - SUS Atenção Básica, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 100.000,00.

XIII. Código reduzido 43, Projeto/Atividade 10.304.0008.2.072 - Gestão das Ações de Vigilância Sanitária, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0066 - SUS Vigilância em Saúde, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 30.000,00.

TOTAL GERALR\$ 598.577,29

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 80.000,00.

II. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 55.000,00.

III. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0027 - Recursos Fundo Agropecuário, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 12.900,00.

IV. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0064 - SUS Atenção Básica, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 200.000,00.
V. Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 167.360,00
VI. Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0005 - Recursos SUS Estado, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 53.317,29
VII. Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0066 - SUS Vigilância em Saúde, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 30.000,00

TOTAL GERALR\$ 598.577,29

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 04 de novembro de 2.019.

Ipumirim-SC, 04 de novembro de 2.019
Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

DECRETO N. 2.440 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2.019

Publicação Nº 2220837

DECRETO Nº 2.440 de 04 de novembro de 2.019

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO NO VALOR DE R\$ 300.000,00.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso I do artigo 34 da Lei 1.831 de 15 de outubro de 2.018 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.019 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e § 5º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.836 de 18 de dezembro de 2.018, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.019 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

- I. Código reduzido 45, Projeto/Atividade 12.361.0014.2.036 - Gestão das Políticas do Ensino Público Municipal, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 90.000,00.
II. Código reduzido 149, Projeto/Atividade 12.361.0014.2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0019 - Recursos Transferências Fundef 40%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 105.000,00.
III. Código reduzido 120, Projeto/Atividade 13.392.0023.2.075 - Gestão das ações do Fundo Municipal de Cultura, elemento 33500000000000 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 17 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA, Unidade 1 - Fundo Municipal da Cultura, no valor de R\$ 5.000,00.
IV. Código reduzido 3, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0064 - SUS Atenção Básica, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 100.000,00.

TOTAL GERALR\$ 300.000,00

Art. 2º Os créditos suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

- I. Código reduzido 44, Projeto/Atividade 12.361.0014.2.036 - Gestão das Políticas do Ensino Público Municipal, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 90.000,00.
II. Código reduzido 47, Projeto/Atividade 12.361.0014.2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0018 - Recursos Transferências Fundef 60%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 105.000,00.
III. Código reduzido 119, Projeto/Atividade 08.241.0032.2.068 - Gestão das Políticas de Atendimento ao Idoso, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 16 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO, Unidade 1 - Fundo Municipal do Idoso, no valor de R\$ 5.000,00.
IV. Código reduzido 35, Projeto/Atividade 10.301.0005.1.041 - Estruturação e modernização da Saúde Pública, elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0066 - SUS Vigilância em Saúde, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 100.000,00.

TOTAL GERAL R\$ 300.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 04 de novembro de 2.019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 04 de novembro de 2019
Volnei Antonio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 5/2019/CMV

Publicação Nº 2220826

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 5/2019.

CONTRATANTE - A CÂMARA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.841.820/0001-55, com sede na Rua Bento Gonçalves, 230 3º andar, Centro, nesta cidade de Ipumirim.

CONTRATADA: Empresa BETHA SISTEMAS, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua João Pessoa, n.º 134, Bairro Centro, na Cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.456.865/0001-67.

DO OBJETO - Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital. DA VIGÊNCIA - O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir de 1º de novembro, podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termos Aditivos. DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - Pelo Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores mensal de R\$ 2.300,00: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE. Caberá a CONTRATANTE: a) Efetuar os pagamentos decorrentes do Licenciamento do Direito de Uso dos aplicativos objeto deste contrato no prazo avençado. b) Facultar o acesso irrestrito dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato. c) Manter, na operacionalização dos aplicativos, apenas pessoal devidamente treinado pela CONTRATADA. d) Conceder à CONTRATADA acesso remoto às suas estruturas virtuais, ambiente de rede ou intranet. e) Manter padrão de clareza nas solicitações de alteração enviadas à CONTRATADA, indicando um responsável que acompanhará as tramitações desta pela internet, respondendo-as com brevidade. f) Assegurar a configuração adequada do computador e instalação dos aplicativos, manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha do computador, dando prioridade aos técnicos da CONTRATADA na utilização de qualquer recurso necessário à fiel execução do presente contrato. g) Responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados nos aplicativos. h) Parametrizar a aplicativo, em nível de usuário, inclusive no tocante às modificações de alíquotas de tributos, multas e contribuições, além de atualizar as fórmulas de cálculo dos aplicativos(s) quando necessário. i) Manter as bases de dados atualizadas de acordo com a versão de banco de dados adotada pela CONTRATADA, e desde que esta tenha concedido aviso de alteração com prazo mínimo de noventa dias. j) Promover o prévio cadastro de dúvidas ou erros constatados na página da internet da CONTRATADA, para somente depois de decorridos 60 (sessenta) minutos sem resposta requisitar suporte. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Caberá a CONTRATADA: a) Quando contratados, conforme valores dispostos no Anexo I, converter dados para uso pelos aplicativos, instalar os aplicativos objeto deste contrato, treinar os servidores indicados na sua utilização, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço, bem como, prestar suporte apenas aos servidores devidamente treinados pela CONTRATADA no uso dos aplicativos e que tenham observado, em sua solicitação, a regra disposta na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato. b) Manter operacionais todas as funcionalidades descritas no Edital. c) Tratar como confidenciais informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros. d) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas. e) Avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços, caso viável. f) Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até cinco dias úteis contados da outorga de autorização expressa para execução de serviços de atendimento in loco. g) Orientar e prestar suporte à CONTRANTE para executar alterações na base de dados que se fizerem necessárias. DA RESCISÃO: A rescisão contratual poderá ser: a) Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93; b) Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração. DAS PENALIDADES: a) A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 10% sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato. b) Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados. c) O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de 0,5% do total estimado para a contratação por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias. d) Multa de 10% sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva. e) Multa de 10% sobre o valor da parcela não cumprida, no caso de inexecução parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva. f) A penalidade de multa poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal. g) A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93. h) Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as cláusulas contratuais, sujeitas ainda: i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a cinco anos. j) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. DO FORO: As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Ipumirim-SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

Ipumirim-SC, 29 de outubro de 2019
CONTRANTE
Marineide Pick Pilatti
Presidente

CONTRATADA
Betha Sistemas – Daniela Ramos Silva Guollo

PORTARIA Nº.456/2019 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221687

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A GESSI ANTUNES DE CAMPOS, matrícula 2014, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo de 11/11/2019 a 10/12/2019.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de Novembro de 2019.

Ipumirim - SC, 08 de Novembro de 2019.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221839

Institui e Orienta a implantação do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Município de Ipumirim Santa Catarina e normatiza a adequação à Base Nacional Comum Curricular dos currículos e propostas pedagógicas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no âmbito do Sistema Municipal de Ensino

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IPUMIRIM SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Lei nº 857/91 e alterações posteriores, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação do Município de Ipumirim, na Lei nº 1.246/2003 que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino e em conformidade com a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/96, Resolução CEE/SC nº 070, de 17 de junho de 2019, que institui e orienta a adesão à Base Nacional Comum Curricular e ao Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense.

RESOLVE:

Art. 1º A presente resolução aprova o Currículo da Educação Básica de Ipumirim, como referencia para atualização do currículo das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Ipumirim.

Art. 2º O Currículo da Educação Básica de Ipumirim, estabelecido pelo Sistema Municipal de Ensino e tendo como órgão normativo o Conselho Municipal de Educação, define princípios e fundamentos que norteiam a Educação Básica do município.

Art. 3º A execução do Currículo da Educação Básica do Município de Ipumirim ocorrerá a partir do início do ano letivo de 2020.

Parágrafo Único – Cabe ao Sistema Municipal de Ensino, por meio de formações continuadas, implementar o Currículo da Educação Básica do Município de Ipumirim.

Art. 4º As Unidades Escolares da rede municipal de ensino deverão observar o currículo da educação básica do município de Ipumirim para atualizarem os seus Projetos Políticos Pedagógicos de acordo com a legislação vigente.

Art. 5º O Currículo da Educação Básica do Município de Ipumirim deverá ser atualizado sempre que houver revisão da Base nacional Comum Curricular e do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e deverá ser entregue novamente para aprovação do Conselho Municipal de Educação.

Art. 6º Esta resolução entrará em vigor, na data da publicação.

Ipumirim, SC, 07 de novembro de 2019

Rosália Torres dos Reis Techio

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Iraceminha

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 086/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2220850

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 086/2019		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA		
Contratada...: SERV. DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA - SEBRAE		
Valor : 2.970,00 (dois mil novecentos e setenta reais)		
Vigência : Início: 07/11/2019 Término: 31/12/2019		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Constitui-se objeto deste instrumento a execução de HORAS DE CONSULTORIA EM VITIVINICULTURA PARA PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE IRACEMINHA pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, conforme características, objetivos e metodologia discutidos e aprovados de comum acordo entre as partes.		
Iraceminha, 8 de Novembro de 2019		

PORTARIA Nº 284/2019, 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220920

PORTARIA Nº 284/2019, 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 087/2018 e Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art. 1º – EXONERAR, a pedido, a Sra. DAIANE FORGERINE MORAES SCHONORR, conforme requerimento datado de 05 de Novembro de 2019, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, carga horária de 20 horas semanais, contratado pelo concurso público nº 001/2016, de 08 de Janeiro de 2016. A partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 07 de Novembro de 2019.
JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA Nº 285/2019, 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220921

PORTARIA Nº 285/2019, 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal para ingresso no Quadro de Carreira da Administração Direta Municipal através de Concurso Público e dá outras providências.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determinam os Artigos 12 a 21 da Lei Complementar Municipal nº 42/2003 de 14 de Julho de 2009 – Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos. – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Municipais, e de acordo com as normas contidas no Edital de Concurso Público nº 01/2016 de 08 de Janeiro de 2016.

RESOLVE

Art.1º - NOMEAR, para ingresso no Quadro de Carreira da Administração Pública Municipal, de acordo com a aprovação e classificação obtida em Concurso Público, a Sra. ANA CAROLINA HENCHEN DE MARCO, para ocupar o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos constantes no Quadro de Cargos e Salários anexo a Lei Complementar Municipal nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018. A PARTIR DESTA DATA.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha (SC), 07 de Novembro de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

DANIELA ASSONI BOLFE

Dept. de Recursos Humanos

Irani

PREFEITURA

DECRETO N. 127, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221524

DECRETO Nº 127, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único do art. 104, da Lei Orgânica do Município, o qual estabelece que "O Prefeito poderá delegar por decreto, aos Secretários Municipais ou equivalentes, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva";

CONSIDERANDO o disposto no art. 125, IV, da Lei Orgânica do Município, que atribui aos Secretários Municipais o poder " praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito;";

CONSIDERANDO o disposto nos itens 3 a 7 do Prejulgado nº 1.533, do TCE/SC;

CONSIDERANDO a necessidade de se conferir publicidade ao ato de delegação relativo à realização da despesa pública;

CONSIDERANDO a necessidade de distribuição e o escalonamento das funções nos órgãos públicos municipais e das atribuições dos gestores públicos, inclusive em face do volume de documentos gerados, recomendando a delegação da atribuição para assiná-los, e;

CONSIDERANDO que a descentralização administrativa objetiva assegurar rapidez às decisões, tornando-se mais célere o atendimento aos pleitos da comunidade,

DECRETA:

Art. 1º. Fica delegada a competência de ordenador de despesas da unidade gestora Prefeitura Municipal de Irani ao Secretário Municipal de Administração e Gestão, ficando autorizado a empenhar, ordenar, fiscalizar e impugnar despesas públicas, autorizar previamente compras e serviços de terceiros, homologar e adjudicar licitações, ratificar dispensas e inexigibilidades de licitações, assinar balancetes, balanços, orçamentos e demais documentos contábeis, encaminhar documentos, responder diligências e demais solicitações dos Tribunais de Contas do Estado e da União e a prestar contas de convênios com o Estado ou União.

Parágrafo único. Fica autorizado o ordenador de despesa a movimentar as contas bancárias por meio de cheques ou emissão de ordens bancárias eletrônicas em conjunto com o Prefeito Municipal ou o Tesoureiro Municipal.

Art. 2º. Fica delegada competência ao titular da Secretaria Municipal de Administração e Gestão para expedir os atos de pessoal referentes a situação funcional dos servidores públicos municipais da administração direta, exceto:

I - nomeação e exoneração;

II - aplicação de penas administrativas e disciplinares, inclusive de demissão de servidores estáveis.

Parágrafo único. Os atos administrativos de que trata o caput deste artigo também devem ser assinados pelo titular da Secretaria Municipal da respectiva área de competência.

Art. 3º. Fica delegado, nos termos da Lei Orgânica Municipal, atribuições e funções administrativas aos Secretários Municipais, na forma e condições a seguir descritas:

I - expedir portarias, instruções normativas ou quaisquer outros atos administrativos para a execução das leis, decretos e regulamentos disciplinadores das atividades integrantes da área de competência das respectivas Secretarias, Órgãos ou Entidades Municipais;

II - respeitada a legislação pertinente, cometer tarefas funcionais executivas aos servidores públicos pelos diversos órgãos internos das Secretarias, Órgãos ou Entidades Municipais que dirigem;

III - receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos, decidir e promover as correções exigidas, cujas matérias se insiram na área de competência das Secretarias, Órgãos ou Entidades Municipais que dirigem;

IV - resolver, mediante procedimento administrativo, responder a comunicações ou ofícios, sobre os requerimentos, reclamações ou representações que forem dirigidas ao Executivo Municipal, cujas matérias se insiram na área de competência das Secretarias, Órgãos ou Entidades Municipais que dirigem;

Parágrafo único. Os Secretários Municipais responsabilizar-se-ão por todas as ações ou omissões a que derem causa no exercício da competência delegada.

Art. 4º. Os ordenadores de despesa exercerão as atividades sem prejuízo das demais atribuições dos seus cargos ou funções.

Parágrafo único. Aquele que, por qualquer situação transitória, for designado para o exercício cumulativo ou em substituição de qualquer dos cargos detentores de delegação, terá as mesmas prerrogativas e responsabilidades inerentes ao cargo acumulado ou substituído.

Art. 5º. É vedada a subdelegação das competências indicadas neste decreto, as quais poderão ser avocadas específica ou genericamente pelo Prefeito.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até 31 de dezembro de 2020.

Sivio Antonio Lemos das Neves
Prefeito

Publicado e Registrado nesta em 17/10/2019

Marcelo Pegoraro
Secretaria de Administração e Gestão

Irineópolis

PREFEITURA

ERRATA A PORTARIA Nº 452/2019

Publicação Nº 2220957

ERRATA

O GABINETE DO PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS (SC), pela presente,

RETIFICA à PORTARIA Nº 452/2019, publicada no DOM/SC, em 06/11/2019, Edição nº 2972, pg. 708, que dispõe sobre a prorrogação do Contrato de Trabalho por Tempo Determinado de Solange dos Santos, para que,

Onde se lê:

Art. 1º Prorrogar até a data de 28/02/2020.... LEIA-SE:

Art. 1º Prorrogar até a data de 31/12/2019....Irineópolis, 08 de Novembro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

ATA ANALISE DA NOVA DOCUMENTAÇÃO PL 070/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2019

Publicação Nº 2220930

ATA DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2019 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e dezenove às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 005 de 07 de janeiro de 2019, senhor Pregoeiro Nereo Norberto Rostirolla, Silviane Carla Mertins e Julcimar Antonio Zotti, Equipe de Apoio, para o ato de recebimento da certidão de débitos municipal válida. Dá análise da documentação restou em HABILITAR a empresa por cumprir os requisitos do edital. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, www.ita.sc.gov.br.

Nereo Norberto Rostirolla
Pregoeiro

Silviane Carla Mertins
Equipe de Apoio

Julcimar Antonio Zotti
Equipe de apoio

DECISÃO PREFEITO PL 070/2019

Publicação Nº 2220932

Itá – SC, 08 de novembro de 2019.

DECISÃO

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas;
Considerando a realização do Processo Licitatório nº 070/2019, Pregão Presencial nº 037/2019, visando à locação de iluminação e sonorização do Show da Dupla Jeann e Júlio, no dia 31 de dezembro de 2019;
Considerando o pouco interesse na participação do processo licitatório;
Considerando os orçamentos juntados no processo licitatório com valores inferiores do valor apresentado pela empresa vencedora;
Considerando o interesse publico em buscar valores mais próximos aos orçamentos;
DECIDE:
Fica revogado o presente Processo Licitatório e que seja providenciado a abertura de um novo Processo visando a contratação do serviço.

Intima-se
Publique-se!

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

PROJETOS IDOSOS

Publicação Nº 2221289

PROJETOS IDOSOS
Município de Itá- SC
Fundo Municipal de Direito do Idoso
Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Projeto Aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Número do Projeto: 001/2019
Proponente: Associação Clube de Idoso Saudades da Infância de Linha Rio Branco
CNPJ: 03.553.416/0001-25
Título: Aquisição de Mobiliário para o Centro Comunitário de Linha Rio Branco
Valor Autorizado para Captação: R\$ 8.000,00
Data da Aprovação: 08/11/2019
Número da Ata: 073/2019
Número da Resolução: 017/2019
Prazo de Captação: 31/12/2020

Dados Bancários
Titular da Conta: Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

CNPJ: 20.963.037/0001-22
Banco: 001 – Banco do Brasil
Agência: 3635-8
Conta-Corrente: 15.879-8

Elsida Simon
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Itaiópolis

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 02/2019

Publicação Nº 2221698

Portaria nº 362/2019, de 11 de Março de 2019, alterada pela Portaria nº 684/2019, de 07 de Agosto de 2019. Processo Administrativo instaurado em face á servidora I. L. M.. Dê-se ciência à servidora I. L. M.: AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. INTERESSADO: I. L. M.. ASSUNTO: PAD. Dia e hora: 08/11/2019 às 10h30min. PRESENÇA: Presidente: K. E. I. S.; Secretária: K. P. O.; Procurador Jurídico: C. O.; Agente Pública: I. L. M.; Advogada: F. B. G.. Testemunhas: T. R. S. e O. K... Aberta a audiência, deixa-se de realizar o ato, por mais uma vez, agora, diante da ausência da advogada que, mesmo após ter sido intimada pelo diário oficial e também pelo WhatsApp, não se fez presente. Após diversas ligações, às 10h40min., após contato da Secretaria da Procuradoria por WhatsApp, disse que não se faria presente pois estaria ela e sua criança, resfriada, encaminhando fotos para comprovar. As mensagens seguirão anexo ao termo, dispensando-se apenas as fotos. Indagado a interessada sobre a nomeação de advogado (a), disse, taxativamente, que não aceitaria outro profissional se não aquele contrato. Inquirida sobre a ausência da sua advogada, disse que não tinha conhecimento de nada. A advogada, entretanto, disse em conversa com a Secretaria (doc. Anexo), que havia comunicado a interessada e estava ciente. Em razão dessa situação, que vislumbra o atraso na instrução e julgamento do feito, não em razão de culpa da Comissão, mas pelos entraves que as partes tem realizado, prorroga-se o feito, por mais 60 (sessenta) dias, ressaltando que não há nenhum prejuízo à interessada que, mesmo após ter sido afastada, continuou a receber a sua remuneração integralmente. O afastamento já foi revogado (ata do dia 04/10/2019), mas a interessada não retornou as atividades, mesmo tendo sido intimada através de sua advogado no molde de estilo. A prorrogação, além dos fatos já mencionados, possui fundamento na tentativa de nulidade do feito de maneira provocada, infelizmente. Em sendo assim, designa-se a audiência de instrução para o dia 13/11/2019 às 10h30min., ressaltando-se, mais uma vez, que a presença das partes é indispensável e que, a ausência, do defensor e/ou eventualmente, da interessada, será tida como desinteresse na produção da prova oral e interrogatório. E, para constar, eu P. o Digitei. E eu, K. P. O. o conferi. Itaiópolis, Santa Catarina, 08 de novembro de 2019. K. E. I. S. – Presidente. K. P. O. – Secretária. C. O.- OAB/SC 36.968. PROCURADORA: FABIANA GAUDENCIO BASCHERA OAB/SC 43.578

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO PR 54/2019

Publicação Nº 2221273

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS/SC. Pregão Presencial nº 54/2019. Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais e Descartáveis para uso, consumo e Distribuição nas Unidades Sanitárias e ESF's da Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde e Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio de Itaiópolis/SC. Entrega dos envelopes: Até às 15:00 horas do dia 25 de novembro de 2019. Abertura dos Envelopes: às 08:15 horas do dia 26 de novembro de 2019. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Av. Getúlio Vargas, 308, 3º andar, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:00 à 17:00 horas ou no site www.itaioptis.sc.gov.br - Fone 47 3652 2211. Itaiópolis, 08 de novembro de 2019. Felipe Tavares – Secretário Municipal da Saúde.

Itapema

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.134.2019 - REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE JOGOS EDUCATIVOS DE MATEMÁTICA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAPEMA.

Publicação Nº 2221869

Processo Licitatório nº 199/2019
Pregão Presencial nº. 04.134.2019

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de jogos educativos de matemática para atender às necessidades das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Itapema, conforme especificações e quantitativos estimados constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.134.2019.

AVISO DE SUSPENSÃO

Informo que, em virtude de pedido de esclarecimento por empresa interessada em participar do referido certame, observou-se a necessidade de suspender o presente Pregão Presencial para as devidas análises. Quando da reabertura, esta será publicada em respeito à legislação vigente.

Itapema, 08 de novembro de 2019.
RONALDO PAULINO
Secretário Municipal de Administração de Itapema

DECRETO Nº 063 - APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE ITAPEMA - COMTUR

Publicação Nº 2221695

DECRETO Nº 063/2019
Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo de Itapema - COMTUR.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XIV, do Art. 42, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo de Itapema – COMTUR, conforme Anexo único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema (SC), 7 de novembro de 2019.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal de Itapema

Anexo Único

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE ITAPEMA, ESTADO DE SANTA CATARINA

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES DO CONSELHO

Art. 1º - O Conselho Municipal de Turismo, criado pela Lei nº 3.224 de 06/09/2013, a quem incumbe planejar e coordenar as ações voltadas à formulação da política municipal de turismo no Município de Itapema (SC), reger-se-á pelas disposições do presente Regimento, tendo ainda as seguintes finalidades:

I - Definir os objetivos e a política de turismo do Município em consonância com as diretrizes da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte e do Ministério do Turismo.

II – Funcionar como fórum permanente de caráter consultivo e deliberativo em todas as questões que norteiam o desenvolvimento do turismo no município de Itapema.

III - Coordenar, incentivar e promover o turismo divulgando o município de Itapema.

IV - Fazer a ligação direta entre a comunidade local e o Poder Executivo, trazendo ao Poder Executivo Municipal as reivindicações da população, que em contrapartida, apresentará os planos, por intermédio da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico para debate e apreciação.

V - Apoiar o desenvolvimento de programas e projetos de interesse turístico, visando incrementar o fluxo de turistas ao Município de Itapema, através da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.

VI - Estabelecer diretrizes para que seja realizado um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de promover a infraestrutura adequada à implementação do turismo, visando a conservação e utilização do desenvolvimento sustentável.

- VII - Promover a articulação de toda a sociedade através de campanhas que propiciem a transformação de cada cidadão, da imagem turística do município, contribuindo com o seu patrimônio cultural e ambiental.
- VIII - Apoiar, através do Poder Executivo Municipal, a realização de congressos, seminários e convenções de interesse para o incremento turístico municipal.
- IX - Contribuir com o Poder executivo Municipal na elaboração e na implantação do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico.
- X - Elaborar e atualizar seu regimento interno, que disciplinará sua organização e funcionamento.
- XI - Eleger os membros de sua Diretoria nos termos previstos no regimento interno.
- XII - Estabelecer, por meio de deliberações, regras e padrões para o exercício regular das atividades e empreendimentos turísticos no município de Itapema, respeitando as normas do Ministério do Turismo e/ou órgão federal competente, de forma a garantir a proteção e conservação do patrimônio natural, cultural, histórico e arquitetônico, o desenvolvimento socioeconômico e o bem estar da população local.

CAPÍTULO II - DA CONSTITUIÇÃO

- Art. 2º - O Conselho Municipal de Turismo será constituído por um representante titular e um suplente, indicados pelas entidades/órgãos.
- § 1º O Conselho Municipal de Turismo, mediante aprovação da maioria absoluta de seus membros, poderá sugerir a alteração de sua composição ao Chefe do Poder Executivo que, aquiescendo, providenciará a respectiva modificação através de proposição legislativa.
- § 2º Deverá ser respeitada a proporcionalidade de representação do Governo e Sociedade Civil na composição do Conselho Municipal de Turismo.
- § 3º O mandato dos membros do conselho será de dois anos, admitida a sua recondução.

Art. 3º - Em caso de vacância, independentemente de solicitação, as entidades indicarão seus representantes, para suprir a vaga no prazo de trinta (30) dias.

Art. 4º - Os representantes das entidades não governamentais não poderão valer-se das diárias fornecidas pela Administração Municipal.

Art. 5º - As indicações dos membros que compõem o Conselho serão encaminhadas mediante ofícios assinados pelas respectivas entidades/órgãos, sendo procedidas as nomeações através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º - A direção do Conselho Municipal de Turismo será composta por 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice-Presidente e 01 (um) Secretário.

Parágrafo Único - O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário serão eleitos em voto aberto entre os membros do Conselho, todos em pleno exercício de suas funções nas entidades e organizações que representam, para exercerem um mandato de dois anos, com possibilidade de reeleição por mais 2 anos.

SEÇÃO I - A COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE

Art. 7º - Compete ao Presidente do Conselho:

- I - convocar com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência as reuniões, e presidir as mesmas;
- II - representar o Conselho sempre que for necessário;
- III - coordenar as atividades, inclusive as das Câmaras Técnicas, quando estas forem constituídas;
- IV - acatar a execução das resoluções e deliberações emanadas do COMTUR;
- V - assinar documentos do Conselho, bem como as Atas que forem lavradas, estas, juntamente, com o Secretário e com os demais membros;
- VI - deliberar através do voto de minerva, quando das votações houver empate;
- VII - indicar um membro do conselho para substituir o Secretário em caso de sua eventual ausência.

SEÇÃO II - DA COMPETÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE

Art. 8º - Compete ao Vice-Presidente colaborar com o Conselho e com o Presidente, substituindo-o em suas faltas temporárias e impedimentos.

SEÇÃO III - DA COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO

Art. 9º - Compete ao Secretário:

- I - preparar, antecipadamente, as reuniões do Plenário do Conselho, incluindo convites a apresentadores de temas previamente aprovados, preparação de informes, remessas de material aos Conselheiros e outras providências;
- II - organizar a pauta dos trabalhos para cada sessão;
- III - representar o Conselho na falta ou ausência temporária do Presidente e do Vice-Presidente;
- IV - distribuir, mediante determinação do Presidente, para estudo e relato dos membros do Conselho, os assuntos submetidos à deliberação do órgão;
- V - redigir as atas das reuniões;
- VI - assinar as atas das reuniões, juntamente com os demais membros;
- VII - receber todo o expediente endereçado ao Conselho, registrá-lo e tomar todas as providências necessárias ao seu andamento.

Parágrafo Único - Na ausência do Presidente e seu vice, o Secretário, no âmbito de suas competências, designará um membro do Conselho para prestar serviços burocráticos e estar à frente de todo o expediente.

SEÇÃO IV - DA COMPETÊNCIA DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 10º - Compete aos membros do Conselho:

- I - comparecer às reuniões do Conselho;
- II - estudar e relatar os assuntos que lhe forem distribuídos, emitindo parecer;
- III - colaborar com a Secretaria Municipal de Turismo, com a finalidade de incentivar e promover o turismo no Município;
- IV - participar das discussões e votações, apresentar emendas ou substitutivos às conclusões de pareceres e resoluções;
- V - assinar juntamente com o Presidente e o Secretário Executivo, as atas, resoluções e pareceres;
- VI - colaborar para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;
- VII - desempenhar os encargos que lhes forem distribuídos pelo Presidente;
- VIII - comunicar com antecedência de vinte e quatro horas ao Presidente quando não puderem comparecer às reuniões para as quais forem convocados, indicando o seu suplente;
- IX - cumprir as determinações do presente Regimento.

CAPÍTULO III - DAS CÂMARAS TÉCNICAS

Art. 11º - O Conselho Municipal de Turismo poderá constituir Câmaras Técnicas (temporárias ou permanentes) para estudos e trabalhos especiais, relacionados à sua competência.

§ 1º As Câmaras Técnicas serão constituídas por membros do conselho, designados pelo Presidente, de acordo com seu perfil técnico e atuação nos assuntos de interesse do turismo municipal.

§ 2º O Presidente do Conselho Municipal de Turismo observará o princípio de rodízio e, sempre que possível, conciliará a matéria em estudo com a formação dos membros da comissão.

§ 3º As Câmaras Técnicas terão seus respectivos coordenadores e relatores, designados pelo Conselho Municipal de Turismo.

§ 4º As Câmaras Técnicas estabelecerão seu programa de trabalho, cujo resultado será apreciado pelo Conselho Municipal de Turismo.

§ 5º As Câmaras Técnicas funcionarão de acordo com regulamentos e atribuições estabelecidas pelo Conselho Municipal de Turismo, além das disposições deste Regimento.

§ 6º As Câmaras Técnicas de temáticas temporárias serão extintas, uma vez aprovado pelo plenário, o relatório dos trabalhos apresentados.

§ 7º As atividades das Câmaras compreenderão discussão e serviços setoriais de apoio pleno ao funcionamento do Conselho, a quem compete aprovar ou não as propostas por elas encaminhadas.

CAPÍTULO IV - DAS REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 12º - O Conselho reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e tantas vezes quantas necessárias, em caráter extraordinário, sempre por convocação do seu Presidente, de seu substituto legal ou a requerimento da maioria absoluta de seus membros, com antecedência mínima de quarenta e oito horas e com a indicação do local em que serão realizadas as reuniões.

Parágrafo Único - As reuniões terão um cronograma previamente definido, estabelecendo dias e horários, com pauta antecipada dos temas que serão tratados.

Art. 13º - As reuniões do Conselho serão instaladas com a presença de, no mínimo, a metade dos seus membros, ou em 2ª chamada, após 15 minutos, com qualquer número de presentes os quais deliberarão por maioria, conferindo-se ao presidente, além do voto comum, também o de qualidade.

§ 1º A votação será sempre nominal e aberta.

§ 2º Dependendo da matéria em debate, poderão ser convidados às reuniões do Conselho, dirigentes de entidades públicas ou privadas, técnicos especializados ou qualquer Secretário Municipal, sem direito ao voto.

CAPÍTULO V - DA ORDEM E DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

SEÇÃO I - DA ORDEM

Art. 14º - Os assuntos serão distribuídos e discutidos no Conselho pela ordem cronológica das respectivas entradas.

§ 1º No caso da matéria urgente ou de alta relevância, poderá a mesma, a critério da mesa diretora do Conselho, entrar imediatamente em discussão, ainda que não incluída na ordem do dia.

§ 2º Os assuntos serão distribuídos aos membros do Conselho, inclusive ao Presidente, obedecendo-se sempre que possível a especialidade do relator em relação a matéria em estudo, quando tratar-se dos trabalhos de uma Câmara Técnica.

§ 3º A ordem dos trabalhos a ser observada nas reuniões do Conselho será a seguinte:

- I - verificação da presença e existência de "quorum";
- II - leitura, discussão, aprovação e assinatura da ata da reunião anterior;
- III - distribuição dos assuntos a serem estudados e relatados;
- IV - deliberações e resoluções da ordem do dia.

SEÇÃO II - DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 15º - O relator da Câmara Técnica em discussão emitirá parecer por escrito, contendo o histórico e o resumo da matéria, as considerações de ordem prática ou doutrinária que entender cabíveis e sua conclusão ou voto.

Parágrafo Único - O relator poderá solicitar, a qualquer tempo, o encaminhamento do assunto em estudo, a qualquer órgão da administração municipal cuja informação julgue necessária à elucidação da matéria que lhe for distribuída, bem como o comparecimento de quaisquer pessoas às reuniões, além de outras providências que julgar necessária.

Art. 16º - Na hipótese de ser rejeitado o parecer proferido por qualquer membro, o Presidente designará novo relator ou constituirá nova Câmara Técnica para estudo da matéria.

Art. 17º - A ordem do dia será organizada com os assuntos apresentados para discussão acompanhados dos respectivos pareceres.

Art. 18º - Após a leitura do parecer das Câmaras, o Presidente submeterá o assunto à discussão, dando a palavra ao membro que a solicitar.
§ 1º O período para discussão de cada matéria será previamente fixado pelo Presidente, cabendo a cada membro o mesmo espaço de tempo para debater os assuntos.

§ 2º Durante a discussão, os membros do Conselho poderão apresentar emendas ou substitutivos, opinar sobre relatórios apresentados pelas Câmaras Técnicas e propor providências para a instrução do assunto em debate.

Art. 19º - As propostas durante a reunião deverão ser classificadas, a critério do presidente, em matéria de estudo ou de deliberação imediata.

Art. 20º - Quando a discussão, por qualquer motivo, não for encerrada em uma reunião, ficará adiada para a reunião seguinte.

Art. 21º - Após o encerramento da discussão, a matéria em estudo, tendo ou não a constituição de uma Câmara Técnica, será submetida à deliberação do plenário, juntamente com as emendas ou substitutivos que forem apresentados.

Art. 22º - O voto do relator ou de qualquer membro do Conselho poderá ser dado por escrito ou oralmente, devendo, nesta última hipótese, ser reduzido a termo.

Art. 23º - As decisões do Conselho denominar-se-ão "deliberação", conforme a matéria seja submetida a sua apreciação ou decorra de sua própria iniciativa.

§ 1º As deliberações de que trata o caput serão redigidas e assinadas pelos relatores, e deverão ser apresentadas à Secretaria do Conselho até 10 (dez) dias após a respectiva aprovação pelo plenário.

§ 2º Em casos especiais, poderão as deliberações do Conselho ser lavradas e assinadas na própria reunião.

§ 3º As deliberações e resoluções, depois de assinadas, serão encaminhadas a quem de direito.

CAPÍTULO VI - DAS ATAS

Art. 24º - As atas serão lavradas e assinadas devendo resumir com clareza os fatos relevantes ocorridos durante as sessões, contendo obrigatoriamente:

I - dia, mês, ano e hora da abertura e encerramento da sessão;

II - nome do Presidente ou de seu substituto legal;

III - nomes dos membros presentes, bem como eventuais convidados;

IV - nomes dos membros ausentes;

V - registro dos fatos ocorridos, dos assuntos tratados, das deliberações e das resoluções emitidas, mencionando-se sempre a natureza dos estudos efetuados.

§ 1º Lida no começo de cada sessão, a ata da sessão anterior será discutida, retificada quando for o caso, submetida ao Conselho, assinada e o Presidente, ao encerrá-la, deve subscrevê-la com a data da aprovação.

§ 2º As atas serão registradas em livro próprio, cuja responsabilidade de guardá-lo é atribuída à Secretaria do Conselho.

CAPÍTULO VII - DAS SUBSTITUIÇÕES E PERDAS DE MANDATO

Art. 25º - Os membros titulares e suplentes do Conselho estarão dispensados de comparecer às reuniões por ocasião de férias ou de licenças regularmente concedidas pelos respectivos órgãos, repartições ou empresas onde desenvolverem suas atividades.

Parágrafo Único - Na hipótese de que trata o caput, os membros do Conselho deverão comunicar com antecedência de 15 (quinze) dias, salvo o motivo urgente e devidamente justificado.

Art. 26º - O presidente será substituído, em suas ausências ou impedimentos ocasionais, pelo Vice-Presidente e, em falta, pelo Secretário.

Art. 27º - Em suas ausências, os membros do Conselho serão substituídos por seus suplentes.

Art. 28º - Os membros do Conselho Municipal de Turismo perderão o mandato nas seguintes hipóteses:

I - faltas injustificadas a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) intercaladas;

II - incompatibilidade com o exercício do cargo por improbidade;

III - o Presidente do Conselho deverá se afastar do cargo em caso de candidatura a cargos públicos eletivos ou em caso de nomeação de cargos comissionados.

§ 1º Na hipótese da entidade não se fazer mais presente ou não indicar novos membros substitutos a mesma será destituída mediante a proposição de alteração em lei com justificativa(s) baseadas nas hipóteses dos incisos previstos no caput.

§ 2º O Presidente do Conselho é a autoridade competente para declarar perda de mandato de qualquer membro, depois de apurada a infração ou falta grave, exigida deliberação do plenário para a hipótese descrita no inciso II do caput.

§ 3º Os membros de Câmaras Técnicas perderão o mandato pelos mesmos motivos estabelecidos aos membros do Conselho Municipal de Turismo.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29º - O Conselho Municipal de Turismo considerar-se-á constituído quando o Chefe do Poder Executivo proceder a nomeação dos seus membros mediante aprovação de decreto oficial.

Parágrafo Único - A partir deste Regimento, o mandato da Diretoria do Conselho coincidirá com o início do mandato do Executivo Municipal, sendo neste mandato, de 17/07/2016 a 31/12/2018.

Art. 30º - O presente Regimento poderá ser alterado mediante proposta de qualquer membro do Conselho, aprovada pela maioria absoluta dos seus membros e homologado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 31º - Os casos omissos no presente Regimento serão resolvidos pelo Plenário.

Art. 32º - O presente Regimento Interno foi devidamente aprovado em Assembleia Geral realizada no dia 11 de agosto de 2016, com as devidas alterações constantes em ata, e só poderá ser alterado com a maioria absoluta dos membros do Conselho.

Itapema, 11 de julho de 2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.114.2019 REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE PARQUES, PLAYGROUNDS E ACADEMIAS AO AR LIVRE, COM INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA.

Publicação Nº 2221930

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO
ITENS EXCLUSIVOS PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Conforme Decreto Federal 8.538 de 06 de outubro de 2015

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.114.2019.

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de parques, playgrouds e academias ao ar livre, com instalação e fornecimento de materiais, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos estimados constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.114.2019..

Entrega dos envelopes: Até às 13:00 (treze) horas do dia 25 (vinte e cinco) de novembro de 2019.

Abertura do Pregão: 25 (vinte e cinco) de novembro de 2019, às 13:01 (treze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações modalidades – pregão – pasta 04.114.2019" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3267-1496.

Itapema, 08 de novembro de 2019.

Ronaldo Paulino

Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.136.2019

Publicação Nº 2221913

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.136.2019

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço em decoração natalina através de locação com fornecimento de todo o material necessário, instalação, montagem/desmontagem e manutenção corretiva, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital Nº. 04.136.2019.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00 (treze) horas de 25 (vinte e cinco) de novembro de 2019.

Abertura do Pregão: 25 (vinte e cinco) de novembro de 2019, às 13:01 (treze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações – pregão – pasta 04.136.2019" ou pessoalmente na Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 08 de novembro de 2019.

Ronaldo Paulino

Secretário de Administração

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 165/2019

Publicação Nº 2221276

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 165/2019

Dispensa de Licitação nº 165/2019

Contratante: Município de Itapiranga

Objeto: Contratação de empresa para a realização de inventário com cadastro georreferenciado do parque de iluminação pública do Município de Itapiranga, a fim de atender ao item 8.19 do edital de Chamada Pública PEE nº 001/2018 da CELESC.

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Contratado: SEC Engenharia Ltda

Valor: R\$ 16.900,00

Itapiranga - SC, 07 de novembro de 2019.

Jorge Welter – Prefeito

DECRETO Nº 207, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220988

DECRETO Nº 207, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-SC, POR CONTA DA PREVISÃO DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.206, de 28 de dezembro de 2018:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2019, por conta da previsão do "excesso de arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 1000 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

008.0001 – Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0244.0029.2040 – Manu. das Atividades da Gestão da Secretaria de Assist. Social

33.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 07 de novembro de 2019.

Itapiranga, 07 de novembro de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publica do no DOM - Diário Oficial dos Municípios

José Gilvane Lauer

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 208, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220990

DECRETO Nº 208, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-SC, POR CONTA DO "SUPERAVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.206, de 28 de dezembro de 2018:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2019, por conta do "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior na seguinte fonte de recurso: 31000 – Rec. Tes. Exerc. Anterior – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais):

003.0001 – Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos

0004.0122.0002.2007 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Administração

33.90.00.00.00.00.31000 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 07 de novembro de 2019.

Itapiranga, 07 de novembro de 2019.
JORGE WELTER
Prefeito

Publica do no DOM - Diário Oficial dos Municípios
José Gilvane Lauer
Secretaria Municipal de Administração.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2019 - FMS

Publicação Nº 2221637

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 012/2019
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
Contratada : TUCANO GESTAO AMBIENTAL LTDA
Licitação : Pregão Presencial 22/2019
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE
Vigência : Início: 07/11/2019 Término: 07/11/2020
Assinatura : 07/11/2019
Valor R\$: 66.000,00 (Sessenta e Seis Mil Reais)
Dotação : 286 - 90.001.2122.33390392800000000000.01021002
Itapiranga, 08 de novembro de 2019

TERMO DE AJUSTE Nº 10/2019

Publicação Nº 2220991

TERMO DE AJUSTE N. 10/2019

O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, inscrito no CNPJ sob n. 82.821.208/0001-36, com sede na Praça das Bandeiras, 200, Itapiranga-SC, representado pelo Prefeito Sr. JORGE WELTER, brasileiro, portador do CPF n. 423.045.59-34, doravante simplesmente designado de MUNICÍPIO/CONCEDENTE e do outro lado a Associação Comun. Esportiva e Recreat. Cult. STA Teresa, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Rua das Américas, s/n, Centro, Itapiranga-SC, inscrita no CNPJ n.º 00.279.043/0001-58, representada neste ato pelo Presidente Sr. Nelson de Moura, brasileiro, portador do CPF n. 314.195.850-53 e RG n. 5.041.466 doravante designada simplesmente de CONVENIENTE, resolvem celebrar o presente TERMO DE AJUSTE, conforme as condições adiante estabelecidas, decorrente da Lei Municipal n. 3.253/2019, observadas as disposições da Lei n. 4.320/64 e da Lei de Responsabilidade Fiscal n. 101/2000, e demais normas pertinentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 – O Presente Termo de Ajuste, decorrente da autorização da Lei Municipal n. 3.253/2019, tem como objetivo o repasse de recursos financeiros para custear investimentos com instalação de guarda corpo e colocação de laje, na sede social, conforme detalhado no Plano de Trabalho, constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.
- 1.2 - Integram este instrumento, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado, proposto pela conveniente, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1 – O MUNICÍPIO de Itapiranga repassará à Associação Comun. Esportiva e Recreat. Cult. STA Teresa a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- 2.2 – A contrapartida financeira da Conveniente será de R\$ 1.103,50 (um mil, cento e três reais e cinquenta centavos).
- 2.4 - As despesas decorrentes deste TERMO correrão por conta do orçamento, conforme segue:
- Orgão: 03 - Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos
Ação: 2007 - Manutenção das atividades da Secretaria da Administração
Modalidade: 33350000000000000000 - Transferências a instituições privadas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO DE TRABALHO E DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

- 3.1 – Integram este instrumento, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado proposto pela Conveniente, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente.
- 3.2 - Os recursos financeiros relativos ao repasse da Administração Pública Municipal serão depositados na conta corrente junto ao Banco do Brasil 0798-6, conta nº 36.775-3.
- 3.3 - Os recursos serão liberados em parcela única, conforme constante no Plano de Trabalho aprovado, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Termo de Ajuste.
- 3.4 - Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.

3.5 - Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do Termo de Ajuste e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da Conveniente e anuência prévia da Administração Pública Municipal, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1- O prazo de vigência deste Termo de Ajuste será até dia 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições:

I - mediante termo aditivo, por solicitação da Conveniente devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública Municipal.

II - de ofício, por iniciativa da Administração Pública Municipal quando der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado;

III - a prorrogação da vigência prevista no inciso I apenas será admitida, mantidas as demais cláusulas do Termo de Ajuste, desde que seja devidamente formalizada, justificada e previamente autorizada pela Administração Pública Municipal, considerando as seguintes situações:

a) Alteração do Plano de Trabalho sugeridos pela Administração Pública Municipal para aperfeiçoamento dos processos e dos resultados previstos;

b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Plano de Trabalho; e

c) ampliação de metas e etapas com aumento das quantidades inicialmente previstas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

5.1 - Este Termo de Ajuste poderá ser modificado, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término.

5.2 - Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que submetidos pela Conveniente e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

1. São obrigações dos partícipes:

I - DA CONVENIENTE/BENEFICIÁRIO

a) os recursos recebidos em decorrência do presente termo de ajuste deverão ser depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária. Transitar os recursos em conta bancária exclusiva para cumprimento do Termo de Ajuste de titularidade da Entidade mantida junto Banco do Brasil, Agência 0798-6 e conta corrente 36.775-3. Depositar o valor da contrapartida na conta bancária especificada. Os recursos financeiros enquanto não utilizados deverão ser aplicados.

b) executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública Municipal, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Ajuste, observado o disposto na Lei n. 3.253/2019;

c) com relação aos pagamentos efetuados com os recursos provenientes deste Termo, observar o disposto na Instrução Normativa TCE/SC n. 14/2012 e Instrução Normativa do Controle Interno n. 03/2015;

d) aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Ajuste;

e) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela Administração Pública Municipal ou pelos órgãos de controle;

f) submeter previamente à Administração Pública Municipal qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

g) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;

h) facilitar a supervisão e a fiscalização da Administração Pública Municipal, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Ajuste, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;

i) permitir o livre acesso de servidores da Administração Pública Municipal e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo de Ajuste, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

j) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Ajuste, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

m) manter a Administração Pública Municipal informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Ajuste e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização;

l) permitir à Administração Pública Municipal, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Termo de Ajuste;

m) ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, identificar o Ministério Público;

n) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

o) o beneficiário fica proibido de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado.

p) o beneficiário fica obrigado a manter atualizado o seu cadastro junto ao Município, durante todo o prazo de validade deste termo de ajuste.

II - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

a) transferir os recursos à Conveniente, no valor equivalente de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em parcela única, de acordo com a programação

orçamentária e financeira estabelecida no Cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

b) acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Termo de Ajuste, comunicando à Conveniente quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

c) prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Ajuste, antes do seu término, quando der causa à atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;

d) publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do Termo de Ajuste;

e) analisar a prestação de conta relativas a este Termo de Ajuste, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, na forma proposta a Instrução Normativa TCE/SC n. 14/2012 e Instrução Normativa do Controle Interno n. 03/2015.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

DA CONVENIENTE

7.1 - Arcar com eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, a Administração Pública e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na execução dos serviços, objeto do presente termo.

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

7.2 - Acompanhar a execução do termo zelando pelo cumprimento das normas estabelecidas, fazendo garantir o direito e os deveres das partes.

7.3 - O Concedente acompanhará a execução física do objeto, mediante verificações in loco da execução conforme Plano de Trabalho apresentado pela Conveniente.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

8.1 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Ajuste, a Conveniente deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes.

8.2 - Os recursos a serem restituídos na forma do caput incluem:

I – o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;

II - os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada.

8.3 - A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.

8.4 - Os débitos a serem restituídos pela Conveniente serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros equivalentes à taxa Selic.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

9.1 - O presente Termo de Ajuste poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, desde que comunicada esta intenção à outra parte no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

9.2 - O Termo de Ajuste será rescindido unilateralmente pela Administração Pública Municipal nas seguintes hipóteses:

a) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 120 (cento e vinte) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pela Administração Pública Municipal.

b) caso haja irregularidade ou inexecução parcial do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

10.1 - A Administração Pública Municipal determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

I - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a Conveniente não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, caso a Conveniente não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1 - A Conveniente prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, para a Administração Pública Municipal.

11.2 - A prestação de contas observará as regras previstas nas Instruções Normativas N.TC-14/2012 e Instrução Normativa do Controle Interno n. 03/2015, além das cláusulas constantes deste Termo de Ajuste e do Plano de Trabalho.

11.3 - A prestação de contas apresentada pela Conveniente deverá conter elementos que permitam a Administração Pública Municipal concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

11.4 - Compete ao responsável pela aplicação dos recursos demonstrar o seu bom e regular emprego no objeto para o qual foram concedidos, mediante a apresentação, na prestação de contas, de elementos que permitam a exata verificação das despesas realizadas e da sua vinculação com o objeto

11.5 – A Conveniente deverá apresentar a prestação contas, perante a administração Municipal, em até 30 dias após o término da vigência do Termo de Ajuste.

11.6- A prestação de contas dos recursos concedidos será analisada pelo concedente, que emitirá parecer técnico fundamentado.

11.7 - O Parecer de que trata o item anterior concluirá pela regularidade ou irregularidade da prestação de contas, devendo considerar, dentre outros aspectos e conforme o caso:

I – a regular aplicação dos recursos nas finalidades pactuadas;

II - a observância, na aplicação dos recursos, dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade e das normas regulamentares editadas pelo concedente;

III – o cumprimento do plano de trabalho;

IV – a regularidade dos documentos comprobatórios da despesa e da composição da prestação de contas;

V – execução total ou parcial do objeto;

VI - aplicação total ou parcial da contrapartida;

VII – eventual perda financeira em razão não aplicação dos recursos no mercado financeiro para manter o poder aquisitivo da moeda;

VIII - devolução, ao concedente, de eventual saldo de recursos não aplicados no objeto do repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicações financeiras.

11.8 - O parecer de que trata o item 11.6 versará também sobre a execução física e o atendimento do objeto do repasse, no caso de prestações de contas de recursos concedidos a título de subvenções, auxílios e contribuições.

11.9 - A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar o termo de ajuste ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

11.10 - No caso de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I - A instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente; e

II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1 - Será de responsabilidade do MUNICÍPIO, providenciar a publicação deste Termo, nos termos da legislação vigente, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Instrução Normativa TC n. 14/2012 e Instrução Normativa n. 03/2015 do Controle Interno.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DOS BENS REMANECENTES

14.1 - Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do presente Termo de Ajuste, e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos serão de propriedade da Conveniente.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga - SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Ajuste.

E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, os partícipes, a seguir, firmam o presente Termo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Itapiranga(SC), 07 de novembro de 2019

Jorge Welter Nelson de Moura

Prefeito Presidente

Testemunhas:

Tainá Menuncin
110.170.499-39

Jaime Luis Henkes
430.485.879-34

Visto pela Assessoria Jurídica:

NODIVAR CARATI,

Advogado Assessor Geral do Município

OAB/SC 30.520 “A”

TERMO DE AJUSTE Nº 11/2019

Publicação Nº 2220994

TERMO DE AJUSTE N. 11/2019

O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, inscrito no CNPJ sob n. 82.821.208/0001-36, com sede na Praça das Bandeiras, 200, Itapiranga-SC, representado pelo Prefeito Sr. JORGE WELTER, brasileiro, portador do CPF n. 423.045.59-34, doravante simplesmente designado de MUNICÍPIO/CONCEDENTE e do outro lado a Associação Esportiva e Recreativa Caxias, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Linha Rickia, s/n, interior, Itapiranga-SC, inscrita no CNPJ n.º 83.523.639/0001-89, representada neste ato pelo Presidente Sr. Silvesto Christ, brasileiro, portador do CPF n. 702.480.449-15 e RG n. 2.525.293 doravante designada simplesmente de CONVENIENTE, resolvem celebrar o presente TERMO DE AJUSTE, conforme as condições adiante estabelecidas, decorrente da Lei Municipal n. 3.253/2019, observadas as disposições da Lei n. 4.320/64 e da Lei de Responsabilidade Fiscal n. 101/2000, e demais normas pertinentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O Presente Termo de Ajuste, decorrente da autorização da Lei Municipal n. 3.253/2019, tem como objetivo o repasse de recursos financeiros para custear investimentos com reforma de churrasqueira, na sede social, conforme detalhado no Plano de Trabalho, constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

1.2 - Integram este instrumento, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado, proposto pela conveniente, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 – O MUNICÍPIO de Itapiranga repassará à Associação Esportiva e Recreativa Caxias a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

2.2 – A contrapartida financeira da Conveniente será de R\$ 1.428,00 (um mil, quatrocentos e vinte e oito reais).

2.4 - As despesas decorrentes deste TERMO correrão por conta do orçamento, conforme segue:

Orgão: 03 - Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos

Ação: 2007 - Manutenção das atividades da Secretaria da Administração

Modalidade: 33350000000000000000 - Transferências a instituições privadas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO DE TRABALHO E DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

3.1 – Integram este instrumento, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado proposto pela Conveniente, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente.

3.2 - Os recursos financeiros relativos ao repasse da Administração Pública Municipal serão depositados na conta corrente junto ao Banco do Brasil 0798-6, conta nº 36.758-3.

3.3 - Os recursos serão liberados em parcela única, conforme constante no Plano de Trabalho aprovado, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Termo de Ajuste.

3.4 - Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.

3.5 - Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do Termo de Ajuste e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da Conveniente e anuência prévia da Administração Pública Municipal, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1- O prazo de vigência deste Termo de Ajuste será até dia 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições:

I - mediante termo aditivo, por solicitação da Conveniente devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública Municipal.

II - de ofício, por iniciativa da Administração Pública Municipal quando der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado;

III – a prorrogação da vigência prevista no inciso I apenas será admitida, mantidas as demais cláusulas do Termo de Ajuste, desde que seja devidamente formalizada, justificada e previamente autorizada pela Administração Pública Municipal, considerando as seguintes situações:

a) Alteração do Plano de Trabalho sugeridos pela Administração Pública Municipal para aperfeiçoamento dos processos e dos resultados previstos;

b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Plano de Trabalho; e

c) ampliação de metas e etapas com aumento das quantidades inicialmente previstas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

5.1 - Este Termo de Ajuste poderá ser modificado, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término.

5.2 - Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que submetidos pela Conveniente e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

1. São obrigações dos partícipes:

I - DA CONVENIENTE/BENEFICIÁRIO

a) os recursos recebidos em decorrência do presente termo de ajuste deverão ser depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária. Transitar os recursos em conta bancária exclusiva para cumprimento do Termo de Ajuste de titularidade da Entidade mantida junto Banco do Brasil, Agência 0798-6 e conta corrente 36.758-3. Depositar o valor da contrapartida na conta bancária especificada. Os recursos financeiros enquanto não utilizados deverão ser aplicados.

b) executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública Municipal, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Ajuste, observado o disposto na Lei n. 3.253/2019;

c) com relação aos pagamentos efetuados com os recursos provenientes deste Termo, observar o disposto na Instrução Normativa TCE/SC n. 14/2012 e Instrução Normativa do Controle Interno n. 03/2015;

d) aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Ajuste;

e) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela Administração Pública Municipal ou pelos órgãos de controle;

f) submeter previamente à Administração Pública Municipal qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

g) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;

h) facilitar a supervisão e a fiscalização da Administração Pública Municipal, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Ajuste, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;

i) permitir o livre acesso de servidores da Administração Pública Municipal e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo de Ajuste, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

j) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas

judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Ajuste, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

m) manter a Administração Pública Municipal informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Ajuste e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização;

l) permitir à Administração Pública Municipal, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Termo de Ajuste;

m) ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;

n) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

o) o beneficiário fica proibido de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado.

p) o beneficiário fica obrigado a manter atualizado o seu cadastro junto ao Município, durante todo o prazo de validade deste termo de ajuste.

II - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

a) transferir os recursos à Conveniente, no valor equivalente de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em parcela única, de acordo com a programação orçamentária e financeira estabelecida no Cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

b) acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Termo de Ajuste, comunicando à Conveniente quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

c) prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Ajuste, antes do seu término, quando der causa à atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;

d) publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do Termo de Ajuste;

e) analisar a prestação de conta relativas a este Termo de Ajuste, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, na forma proposta a Instrução Normativa TCE/SC n. 14/2012 e Instrução Normativa do Controle Interno n. 03/2015.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONVENIENTE

7.1 - Arcar com eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, a Administração Pública e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na execução dos serviços, objeto do presente termo.

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

7.2 - Acompanhar a execução do termo zelando pelo cumprimento das normas estabelecidas, fazendo garantir o direito e os deveres das partes.

7.3 - O Concedente acompanhará a execução física do objeto, mediante verificações in loco da execução conforme Plano de Trabalho apresentado pela Conveniente.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

8.1 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Ajuste, a Conveniente deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes.

8.2 - Os recursos a serem restituídos na forma do caput incluem:

I – o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;

II - os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada.

8.3 - A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.

8.4 - Os débitos a serem restituídos pela Conveniente serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros equivalentes à taxa Selic.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

9.1 - O presente Termo de Ajuste poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, desde que comunicada esta intenção à outra parte no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

9.2 - O Termo de Ajuste será rescindido unilateralmente pela Administração Pública Municipal nas seguintes hipóteses:

a) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 120 (cento e vinte) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pela Administração Pública Municipal.

b) caso haja irregularidade ou inexecução parcial do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

10.1 - A Administração Pública Municipal determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

I - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a Conveniente não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, caso a Conveniente não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1 - A Conveniente prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, para a Administração Pública Municipal.

11.2 - A prestação de contas observará as regras previstas nas Instruções Normativas N.TC-14/2012 e Instrução Normativa do Controle Interno n. 03/2015, além das cláusulas constantes deste Termo de Ajuste e do Plano de Trabalho.

11.3 - A prestação de contas apresentada pela Conveniente deverá conter elementos que permitam a Administração Pública Municipal concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

11.4 - Compete ao responsável pela aplicação dos recursos demonstrar o seu bom e regular emprego no objeto para o qual foram concedidos, mediante a apresentação, na prestação de contas, de elementos que permitam a exata verificação das despesas realizadas e da sua vinculação com o objeto

11.5 - A Conveniente deverá apresentar a prestação de contas, perante a administração Municipal, em até 30 dias após o término da vigência do Termo de Ajuste.

11.6 - A prestação de contas dos recursos concedidos será analisada pelo concedente, que emitirá parecer técnico fundamentado.

11.7 - O Parecer de que trata o item anterior concluirá pela regularidade ou irregularidade da prestação de contas, devendo considerar, dentre outros aspectos e conforme o caso:

I - a regular aplicação dos recursos nas finalidades pactuadas;

II - a observância, na aplicação dos recursos, dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade e das normas regulamentares editadas pelo concedente;

III - o cumprimento do plano de trabalho;

IV - a regularidade dos documentos comprobatórios da despesa e da composição da prestação de contas;

V - execução total ou parcial do objeto;

VI - aplicação total ou parcial da contrapartida;

VII - eventual perda financeira em razão não aplicação dos recursos no mercado financeiro para manter o poder aquisitivo da moeda;

VIII - devolução, ao concedente, de eventual saldo de recursos não aplicados no objeto do repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicações financeiras.

11.8 - O parecer de que trata o item 11.6 versará também sobre a execução física e o atendimento do objeto do repasse, no caso de prestações de contas de recursos concedidos a título de subvenções, auxílios e contribuições.

11.9 - A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar o termo de ajuste ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

11.10 - No caso de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I - A instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente; e

II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1 - Será de responsabilidade do MUNICÍPIO, providenciar a publicação deste Termo, nos termos da legislação vigente, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Instrução Normativa TC n. 14/2012 e Instrução Normativa n. 03/2015 do Controle Interno.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DOS BENS REMANESCENTES

14.1 - Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do presente Termo de Ajuste, e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos serão de propriedade da Conveniente.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga - SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Ajuste.

E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, os partícipes, a seguir, firmam o presente Termo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Itapiranga(SC), 07 de novembro de 2019

Jorge Welter

Silvesto Christ

Prefeito

Presidente

Testemunhas:

Tainá Menuncin

Jaime Luis Henkes

110.170.499-39

430.485.879-34

Visto pela Assessoria Jurídica:

NODIVAR CARATI,

Advogado Assessor Geral do Município

OAB/SC 30.520 "A"

TERMO DE AJUSTE Nº 12/2019

Publicação Nº 2220997

TERMO DE AJUSTE N. 12/2019

O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, inscrito no CNPJ sob n. 82.821.208/0001-36, com sede na Praça das Bandeiras, 200, Itapiranga-SC, representado pelo Prefeito Sr. JORGE WELTER, brasileiro, portador do CPF n. 423.045.59-34, doravante simplesmente designado de MUNICÍPIO/CONCEDENTE e do outro lado a Associação Cultural, Beneficente e Desportiva Santa Isabel, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Linha Santa Isabel, s/n, interior, Itapiranga-SC, inscrita no CNPJ n.º 02.664.672/0001-27, representada neste ato pelo Presidente Sr. Jorge Eyerkauffer, brasileiro, portador do CPF n. 024.784.379-29 e RG n. 3.609.676 doravante designada simplesmente de CONVENIENTE, resolvem celebrar o presente TERMO DE AJUSTE, conforme as condições adiante estabelecidas, decorrente da Lei Municipal n. 3.253/2019, observadas as disposições da Lei n. 4.320/64 e da Lei de Responsabilidade Fiscal n. 101/2000, e demais normas pertinentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O Presente Termo de Ajuste, decorrente da autorização da Lei Municipal n. 3.253/2019, tem como objetivo o repasse de recursos financeiros para custear investimentos com construção de churrasqueira ampliação de sala de cozinha, na sede social, conforme detalhado no Plano de Trabalho, constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

1.2 - Integram este instrumento, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado, proposto pela conveniente, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 – O MUNICÍPIO de Itapiranga repassará à Associação Cultural, Beneficente e Desportiva Santa Isabel a quantia de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

2.2 – A contrapartida financeira da Conveniente será de R\$ 2.678,20 (dois mil, seiscentos e setenta e oito reais e vinte centavos).

2.4 - As despesas decorrentes deste TERMO correrão por conta do orçamento, conforme segue:

Orgão: 03 - Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos

Ação: 2007 - Manutenção das atividades da Secretaria da Administração

Modalidade: 33350000000000000000 - Transferências a instituições privadas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO DE TRABALHO E DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

3.1 – Integram este instrumento, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado proposto pela Conveniente, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente.

3.2 - Os recursos financeiros relativos ao repasse da Administração Pública Municipal serão depositados na conta corrente junto ao Banco do Brasil 0798-6, conta nº 36.691-9.

3.3 - Os recursos serão liberados em parcela única, conforme constante no Plano de Trabalho aprovado, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Termo de Ajuste.

3.4 - Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.

3.5 - Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do Termo de Ajuste e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da Conveniente e anuência prévia da Administração Pública Municipal, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1- O prazo de vigência deste Termo de Ajuste será até dia 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições:

I - mediante termo aditivo, por solicitação da Conveniente devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública Municipal.

II - de ofício, por iniciativa da Administração Pública Municipal quando der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado;

III – a prorrogação da vigência prevista no inciso I apenas será admitida, mantidas as demais cláusulas do Termo de Ajuste, desde que seja devidamente formalizada, justificada e previamente autorizada pela Administração Pública Municipal, considerando as seguintes situações:

a) Alteração do Plano de Trabalho sugeridos pela Administração Pública Municipal para aperfeiçoamento dos processos e dos resultados previstos;

b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Plano de Trabalho; e

c) ampliação de metas e etapas com aumento das quantidades inicialmente previstas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

5.1 - Este Termo de Ajuste poderá ser modificado, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término.

5.2 - Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que submetidos pela Conveniente e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

1. São obrigações dos partícipes:

I - DA CONVENIENTE/BENEFICIÁRIO

- a) os recursos recebidos em decorrência do presente termo de ajuste deverão ser depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária. Transitar os recursos em conta bancária exclusiva para cumprimento do Termo de Ajuste de titularidade da Entidade mantida junto Banco do Brasil, Agência 0798-6 e conta corrente 36.691-9. Depositar o valor da contrapartida na conta bancária especificada. Os recursos financeiros enquanto não utilizados deverão ser aplicados.
- b) executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública Municipal, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Ajuste, observado o disposto na Lei n. 3.253/2019;
- c) com relação aos pagamentos efetuados com os recursos provenientes deste Termo, observar o disposto na Instrução Normativa TCE/SC n. 14/2012 e Instrução Normativa do Controle Interno n. 03/2015;
- d) aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Ajuste;
- e) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela Administração Pública Municipal ou pelos órgãos de controle;
- f) submeter previamente à Administração Pública Municipal qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- g) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;
- h) facilitar a supervisão e a fiscalização da Administração Pública Municipal, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Ajuste, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;
- i) permitir o livre acesso de servidores da Administração Pública Municipal e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo de Ajuste, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- j) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Ajuste, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;
- m) manter a Administração Pública Municipal informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Ajuste e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização;
- l) permitir à Administração Pública Municipal, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Termo de Ajuste;
- m) ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;
- n) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- o) o beneficiário fica proibido de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado.
- p) o beneficiário fica obrigado a manter atualizado o seu cadastro junto ao Município, durante todo o prazo de validade deste termo de ajuste.

II - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

- a) transferir os recursos à Conveniente, no valor equivalente de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em parcela única, de acordo com a programação orçamentária e financeira estabelecida no Cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- b) acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Termo de Ajuste, comunicando à Conveniente quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
- c) prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Ajuste, antes do seu término, quando der causa à atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- d) publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do Termo de Ajuste;
- e) analisar a prestação de conta relativas a este Termo de Ajuste, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, na forma proposta a Instrução Normativa TCE/SC n. 14/2012 e Instrução Normativa do Controle Interno n. 03/2015.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONVENIENTE

7.1 - Arcar com eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, a Administração Pública e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na execução dos serviços, objeto do presente termo.

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

7.2 - Acompanhar a execução do termo zelando pelo cumprimento das normas estabelecidas, fazendo garantir o direito e os deveres das partes.

7.3 - O Concedente acompanhará a execução física do objeto, mediante verificações in loco da execução conforme Plano de Trabalho apresentado pela Conveniente.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

8.1 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Ajuste, a Conveniente deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes.

8.2 - Os recursos a serem restituídos na forma do caput incluem:

I – o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;

II - os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada.

8.3 - A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.

8.4 - Os débitos a serem restituídos pela Conveniente serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros equivalentes à

taxa Selic.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

9.1 - O presente Termo de Ajuste poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, desde que comunicada esta intenção à outra parte no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

9.2 - O Termo de Ajuste será rescindido unilateralmente pela Administração Pública Municipal nas seguintes hipóteses:

- a) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 120 (cento e vinte) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pela Administração Pública Municipal.
- b) caso haja irregularidade ou inexecução parcial do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

10.1 - A Administração Pública Municipal determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

I - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a Conveniente não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, caso a Conveniente não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1 - A Conveniente prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, para a Administração Pública Municipal.

11.2 - A prestação de contas observará as regras previstas nas Instruções Normativas N.TC-14/2012 e Instrução Normativa do Controle Interno n. 03/2015, além das cláusulas constantes deste Termo de Ajuste e do Plano de Trabalho.

11.3 - A prestação de contas apresentada pela Conveniente deverá conter elementos que permitam a Administração Pública Municipal concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

11.4 - Compete ao responsável pela aplicação dos recursos demonstrar o seu bom e regular emprego no objeto para o qual foram concedidos, mediante a apresentação, na prestação de contas, de elementos que permitam a exata verificação das despesas realizadas e da sua vinculação com o objeto

11.5 - A Conveniente deverá apresentar a prestação de contas, perante a administração Municipal, em até 30 dias após o término da vigência do Termo de Ajuste.

11.6 - A prestação de contas dos recursos concedidos será analisada pelo concedente, que emitirá parecer técnico fundamentado.

11.7 - O Parecer de que trata o item anterior concluirá pela regularidade ou irregularidade da prestação de contas, devendo considerar, dentre outros aspectos e conforme o caso:

I – a regular aplicação dos recursos nas finalidades pactuadas;

II - a observância, na aplicação dos recursos, dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade e das normas regulamentares editadas pelo concedente;

III – o cumprimento do plano de trabalho;

IV – a regularidade dos documentos comprobatórios da despesa e da composição da prestação de contas;

V – execução total ou parcial do objeto;

VI - aplicação total ou parcial da contrapartida;

VII – eventual perda financeira em razão não aplicação dos recursos no mercado financeiro para manter o poder aquisitivo da moeda;

VIII - devolução, ao concedente, de eventual saldo de recursos não aplicados no objeto do repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicações financeiras.

11.8 - O parecer de que trata o item 11.6 versará também sobre a execução física e o atendimento do objeto do repasse, no caso de prestações de contas de recursos concedidos a título de subvenções, auxílios e contribuições.

11.9 - A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar o termo de ajuste ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

11.10 - No caso de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I - A instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente; e

II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1 - Será de responsabilidade do MUNICÍPIO, providenciar a publicação deste Termo, nos termos da legislação vigente, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Instrução Normativa TC n. 14/2012 e Instrução Normativa n. 03/2015 do Controle Interno.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DOS BENS REMANESCENTES

14.1 - Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do presente Termo de Ajuste, e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos serão de propriedade da Conveniente.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga - SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Ajuste.

E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, os partícipes, a seguir, firmam o presente Termo,

em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Itapiranga(SC), 07 de novembro de 2019

Jorge Welter	Jorge Eyerkauf
Prefeito	Presidente

Testemunhas:

Tainá Menuncin	Jaime Luis Henkes
110.170.499-39	430.485.879-34

Visto pela Assessoria Jurídica:
NODIVAR CARATI,
Advogado Assessor Geral do Município
OAB/SC 30.520 "A"

QUADRO DE VENCEDORES Nº 158/2019

Publicação Nº 2221523

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos

Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores

Pág 1 / 1



Relatório de Vencedores - Pregão Presencial - 158 / 2019

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ELETÔNICA, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE

Fornecedor: 57215 - SERVICOS ELETRONICOS SHIPP LTDA - ME						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇOS TÉCNICOS DE ELETÔNICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE FONTES PARA COMPUTADOR, ESTABILIZADOR, NOBREAK, MONITOR, IMPRESSORA, PLACA MÃE DE COMPUTADOR E OUTROS SERVIÇOS NECESSÁRIOS, PARA ATENDIMENTO A TODAS AS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.		HRS	200	48,00	9.600,00
2	VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS		UND	1	10.000,00	10.000,00
Total por Fornecedor:						19.600,00
Total Geral:						19.600,00

Resumo dos Fornecedores

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
57215 - SERVICOS ELETRONICOS SHIPP LTDA - ME	1, 2	19.600,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461201-2693-QINN1-310924602 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

08/11/2019 14:56:42

Itapoá

PREFEITURA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO AO CREDENCIAMENTO - INEXIGIBILIDADE 05-2018

Publicação Nº 2221151

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO AO CREDENCIAMENTO

Data	08/11/2019	Horário início: 08h30min
Licitação /Modalidade	INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PÚBLICO PROCESSO	Nº 05/2018 Nº 05/2018 Nº 80/2018

OBJETO:

CREDENCIAMENTO DE VEÍCULOS DE MÍDIAS IMPRESSAS LOCAIS, DE CUNHO JORNALÍSTICO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE GOVERNAMENTAL DESTINADA À DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL, DE UTILIDADE PÚBLICA, DE ATOS, PROGRAMAS, OBRAS, SERVIÇOS E CAMPANHAS DE CARÁTER EDUCATIVO, INFORMATIVO OU DE ORIENTAÇÃO SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 4064/2019, para dar continuidade na sessão de credenciamento da empresa JORNAL EM FOCO SC EIRELI, inscrita no CNPJ nº 14.265.035/0001-67. Tendo em vista que no dia 30 de outubro, após a sessão de habilitação e decisão da CPL, foi encaminhada a CI nº 145/2019 (setor de Licitações e Contratos) para a Gerencia de Tributação (sob folha 252), pedindo esclarecimentos relativos a divergência entre a certidão municipal eletrônica e a manual emitida pelo fiscal de tributos Sr. José Eraldo Araújo. Considerando a resposta do Órgão tributário através da CI nº 178/2019, folha nº 253 dos autos, dizendo que quando o contribuinte faz o parcelamento dos tributos do Simples Nacional diretamente na Receita Federal os municípios não recebem a informação de maneira digital. Considerando a CI nº 149/2019 do setor de licitações, folha nº 256, solicitando cópia dos documentos que comprovem o parcelamento. Considerando a CI nº 189/2019 do Órgão Tributário enviando as cópias solicitadas, folhas 257 a 300. Considerando, ainda, a "Vista e etc" da Procuradoria Jurídica, verso da folha nº 300, opinando pela continuidade do processo e elaboração da minuta contratual. Diante do exposto, a CPL acata a decisão jurídica e HABILITA a empresa JORNAL EM FOCO SC EIRELI. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

FERNANDA CRISTINA ROSA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

KARINA JUSSARA DOS SANTOS VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	SUZANA BESEN MARTINS MEMBRO
---	--------------------------------

CLASSIFICAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA – EDITAL Nº 070/2019 PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ASSISTENTE EM LEGISLAÇÃO

Publicação Nº 2221244

CLASSIFICAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA – EDITAL Nº 070/2019
Processo Seletivo para contratação temporária de Assistente em Legislação

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo, no uso de suas atribuições legais COMUNICA:

CLASSIFICAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PONTOS
1º	Vitoria Caon Bianco	9,7
2º	Dieneri Inez Bolzan	9,6
3º	Monique Maia da Luz	9,3
4º	Daniela Bertazzo Grosso	9,1
5º	Natalia Gabrieli Dias Klodzinski	9,1
6º	Eloiza Schreoder Antunes	9,1
7º	Larissa Maria Mendes	9,0
8º	Lindomar Salva de Jesus	9,0
9º	Maximino Augusto P. Fontana	8,8
10º	Aline Marceli Zapora	8,8
11º	Marcia Alice Lange	8,7
12º	Camila Ligia Costa Rosado	8,7
13º	Geovani de Jesus Neris	8,6
14º	Nicole Faligurski Ferreira da Silva	8,6
15º	Bruna Marobim Soares	8,6

16º	Leiza de Souza Barbosa	8,5
17º	Priscila Pitz Monteiro	8,5
18º	Tamara Cristina Ribeiro	8,3
19º	Elorim Ananda de Oliveira Silva	8,3
20º	Layra de Oliveira	8,2
21º	Kelly Cristina Andrade de Paula Lima	8,1
22º	Abatha Ingrid Piva	8,1
23º	Delcio de Souza Venancio	8,0
24º	Rogério Gonçalves Soares	8,0
25º	Joari Soares Rosa	8,0
26º	Fabia Regina dos Santos	8,0
27º	Mariana Nunes Monteiro	8,0

· A comissão solicita aos classificados que acompanhem o site da Prefeitura de Itapoá para informações da próxima etapa.
Itapoá, 08 de novembro de 2019.

Célia Maria Reinert
Presidente

Cristiane R. de B. Costa
Membro

Vandressa A. Chervinsk
Secretária

DESPACHO REMESSA JULGAMENTO TP Nº20/2019- QUADRA MONTEIRO

Publicação Nº 2220892

DESPACHO DE REMESSA DE PROCESSO

REF: Tomada de Preço nº 20/2019 – Processo nº100/2019 - Objeto: Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução da quadra poliesportiva coberta na EMEF Monteiro Lobato, localizada a Rua Walter Crisanto, nº678, Bairro Samambaia, neste Município, com metragem de 898,89 m2, conforme projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária, partes integrantes do edital.

À Diretora de Administração
Sra. ANGELA MARIA PUERARI

Segue anexo, o presente processo para que haja deliberação de V.Sas. no que se refere ao recurso impetrado através protocolo nº12718/2019 recurso pela empresa COMPACT CONSTRUTORA EIRELLI, sob fls. 502/524, e protocolo nº12969/2019 contrarrazão da empresa ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA sob fls.528/542.

Outrossim, a decisão do pedido encontra-se detalhada em Parecer Técnico contábil nº304/2019 e nº 545/2019 emitido pelo Departamento contábil do Município, sob fls. nº544/545, e CI nº1072/2019 SME emitida pela Secretária de Educação e engenharia, fls.547, e Parecer Jurídico/Vistos e etc... sob fl nº547 verso, os quais consideram IMPROCEDENTES as razões apresentadas pela empresa COMPACT CONSTRUTORA EIRELLI.

Itapoá, 08 de novembro de 2019.
FERNANDA CRISTINA ROSA
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DESPACHO DE JULGAMENTO

REF: Tomada de Preço nº 20/2019 – Processo nº100/2019 - Objeto: Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução da quadra poliesportiva coberta na EMEF Monteiro Lobato, localizada a Rua Walter Crisanto, nº678, Bairro Samambaia, neste Município, com metragem de 898,89 m2, conforme projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária, partes integrantes do edital.

Após análise de todas as peças processuais que interessam a espécie adoto as razões apresentadas no Parecer Técnico contábil nº304/2019 e nº 545/2019 emitido pelo Departamento contábil do Município, sob fls. nº544/545, e CI nº1072/2019 SME emitida pela Secretária de Educação e engenharia, fls.547, e Parecer Jurídico/Vistos e etc... sob fl nº547 verso, como se minhas fossem, considerando-as integradas a este, julgo IMPROVIDO o recurso impetrado pela empresa COMPACT CONSTRUTORA EIRELLI, assim para que sejam tomadas as demais medidas cabíveis para a sequência do interesse público.

Itapoá, 08 de novembro de 2019.
ANGELA MARIA PUERARI
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 97/2019

Publicação Nº 2221141

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 97/2019

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratado: JORNAL EM FOCO SC EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.265.035/0001-67 e Inscrição Estadual: isenta, com sede à Rua 1970, nº 352, Itapoá, CEP: 89.249.000, na cidade de Itapoá/SC, representada neste ato pela representante legal, a Sra. MARCIA ELIANE DIOGO TAVARES, portadora do CNPF/MF nº 914.348.159-00 e do CI.RG nº 3.345.308 SESPDC/SC.

Licitação: CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2018 - INEXIGIBILIDADE Nº 05/2018 - PROCESSO Nº 80/2018

Objeto: CREDENCIAMENTO de veículos de mídias impressas locais (jornais e revistas), de cunho jornalístico, para prestação de serviços de publicidade governamental destinada à divulgação institucional, de utilidade pública, de atos, programas, obras, serviços e campanhas de caráter educativo, informativo ou de orientação social, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 21.000,00

DATA DA ASSINATURA: 08/11/2019

PRAZO DE VIGÊNCIA: 17/12/2019

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 08 de NOVEMBRO 2019.

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

NOTIFICAÇÃO TP Nº20/2019- ABERTURA PROPOSTAS

Publicação Nº 2220896

NOTIFICAÇÃO

À

Empresa	CNPJ/MF
ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	26.472.634/0001-30

O Município de Itapoá, através da Secretária de Educação e da Comissão Permanente de Licitação, vem se manifestar quanto à licitação na modalidade Tomada de Preço nº 20/2019 – Processo nº100/2019 - Objeto: Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução da quadra poliesportiva coberta na EMEF Monteiro Lobato, localizada a Rua Walter Crisanto, nº678, Bairro Samambaial, neste Município, com metragem de 898,89 m2, conforme projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária, partes integrantes do edital, tendo o prazo de recurso, contrarrazões, e despachos de julgamento findo. Fica, portanto a sessão pública para abertura de envelopes de propostas marcada para a data de 14/11/2019 às 11h:30min na sede do Município, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, Setor de Licitações e Contratos- Sala de Reuniões.

Itapoá, 08 de novembro de 2019.

FERNANDA CRISTINA ROSA

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

PAD Nº001/2019-PREGÃO Nº118-17- PENALIZAÇÃO EMPRESA VILAS BOAS

Publicação Nº 2221235

DESPACHO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO – PA Nº 001/2018.

Aprovo os autos do Processo Administrativo nº 001/2018, para apurar os fatos relatados na CI nº 220/2018 e conforme o relatório final do PSI nº 12/2018, apontando as providências cabíveis, oportunizando o contraditório e ampla defesa ao contratado, e adoto seus fundamentos para, considerando o que consta nos autos:

Acolher o Relatório Final da Comissão Processante, nomeada através do Decreto Municipal nº 3717, de 03 de agosto de 2018, e adotando as determinações da Instrução Normativa nº 02/2015, que define diretrizes e disciplina a aplicação de sanções administrativas em licitações e contratos, aprovada pelo Decreto Municipal nº 2598, de 16 de novembro de 2015,

1. Determinar a aplicação da penalidade de multa em 10% do valor do contrato;

2. Aplicar a suspensão temporária de participação da empresa Associação Vilas Boas em licitações do município e impedi-la de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos.

Restitua-se o processo à Secretaria Municipal de Administração para ciência desta decisão ao indiciado e demais providências.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Itapoá, 04 de novembro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2019 - MOBILIÁRIOS E ELETROELETRÔNICOS

Publicação Nº 2220832

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2019
REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2019
PROCESSO Nº 99/2019

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que realizará licitação na modalidade PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO, do tipo Menor Preço por Item, EXCLUSIVOS às empresas enquadradas na Lei Complementar Nº 123/06 e item destinado à ampla concorrência conforme estabelecido no item 4.9. do Edital, que será redigida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 08h00min do dia 22 de novembro de 2019, receberá as propostas do interessados, exclusivamente por meio eletrônico, e que às 09h00min, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a sessão pública para a Aquisição de mobiliários e eletroeletrônicos para utilização das Escolas da Rede Municipal de Ensino, Secretaria de Educação e Centro de Preparo da Alimentação Escolar, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link “pregão”, no site www.portaldecompraspublicas.com.br, extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração - Setor de Licitações e Contratos das 07h:30m às 13h:30m.

Itapoá, 08 de novembro de 2019.
ANGELA MARIA PUERARI
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

TOMADA Nº20-19-CONTINUAÇÃO AMPLIAÇÃO MONTEIRO CABRAL

Publicação Nº 2221033

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar licitação no dia 28/11/2019 às 09h:00min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 08h:30min receberá envelopes dos possíveis interessados em participar do certame, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, Licitação na modalidade Tomada de Preço nº24/2019 – Processo nº121/2019, para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais de construção para continuidade da ampliação da Escola Municipal de Ensino fundamental Claiton Almir Hermes, localizada no Balneário São José, Itapoá/SC, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do edital. O Edital e seus Anexos poderão ser retirados no site www.itapoa.sc.gov.br, extrato consultado no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, e para retirada na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração/Setor de Licitações e Contratos, será cobrada uma taxa de R\$ 14,36 (quatorze reais e trinta e seis centavos). O horário disponível para retirada é das 07h30min às 13h:30min.

Itapoá, 08 de novembro de 2019.
ANGELA MARIA PUERARI
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL**ATA Nº 01/2019, DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO E TITULAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO DE ITAPOÁ, CONFORME DISPÕE A RESOLUÇÃO Nº 07/2014.**

Publicação Nº 2221277



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA DE VEREADORES DE ITAPOÁ
Rua Mariana Michels Borges, nº 1115, Itapema do Norte – Itapoá/SC
CEP 89249-000 - Telefone: (47) 3443-6146 – Celular: (47) 99668-5690
E-mail: contato@camaraitapoá.sc.gov.br - Site: www.camaraitapoá.sc.gov.br

**ATA Nº 01/2019, DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO E TITULAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO DE ITAPOÁ, CONFORME DISPÕE A RESOLUÇÃO Nº 07/2014.**

Às 09 (horas) horas e 05 (cinco) minutos do dia 07 (sete) de novembro do ano de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Itapoá, localizada na Rua Mariana Michels Borges, nº 1115, bairro Itapema do Norte, cidade de Itapoá-SC, foi aberta a reunião da Comissão de Avaliação dos Cursos de Capacitação e Titulação da Câmara Municipal de Itapoá-SC, comissão instituída pelo Decreto Legislativo nº 125/2019. Reuniram-se os servidores públicos efetivos ANA PAULA KOGG STEPHANI, LILIAN DAS GRAÇAS MAOSKI, FERNANDA LUZIA GUTOSKI DUARTE FIGUEREDO e PATRÍCIA CARNEIRO BRAZ GUERRA DE SOUZA, para dar provimento nas especificações contidas no Edital nº 01/2019/CAT, e executar as tarefas impostas à Comissão de Avaliação de Titulação deste Poder Legislativo. Inicialmente, a Comissão verificou se todos os envelopes estavam devidamente lacrados e os envelopes foram assinados por todos os membros para atestar a inviolabilidade dos envelopes. Também foi constatado pelos membros da Comissão que todos os envelopes protocolados estavam devidamente identificados, nos termos no item 1.11 do Edital nº 01/2019/CAT. Após análise para atestar a inviolabilidade dos envelopes, todos os membros da Comissão assinaram os envelopes. Todos os envelopes foram considerados regulares e com a correta identificação. Na sequência, iniciou-se a fase da abertura dos envelopes e análise da documentação apresentada pelos servidores efetivos, com início da análise dos envelopes nº 01, que apresentam os documentos e certificados dos cursos de capacitação dos servidores. A concessão de adicional de capacitação é estabelecido no § 3º, art. 22 da Resolução nº 07/2014, e corresponde a 2% aplicado sobre o salário básico do padrão 7, definido no inciso II, do art. 1º da Lei Complementar nº 76/2019, para servidores que completarem a carga horária de 80 horas, em cursos na área de atuação do cargo/função do servidor, que conforme a Lei nº 9.394 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passaram a integrar a Educação Profissional, como Educação Profissional de Nível Básico, caracterizam-se pela modalidade de educação não-formal de duração variável, destinada a proporcionar

Ata da Comissão de Avaliação e Titulação dos cursos de capacitação – Ano 2019.

1/5

ao trabalhador conhecimentos que lhe permitam a capacitação e atualização de conhecimento profissional. Os cursos livres de capacitação são regulamentados pelo Decreto Presidencial nº 5.154, de 23 de julho de 2004, e pelas normas da Resolução Conselho Nacional de Educação nº 04/99 – MEC (art. 7º, § 3º), de 7 de outubro de 1999. O certificado tem validade para fins curriculares e em provas de títulos, como certificado de atualização/aperfeiçoamento, respeitando a carga horária descrita. A Comissão analisou e atestou que os servidores apresentaram requerimento mediante formulário próprio, conforme modelo do ANEXO I, do Edital nº 01/2019/CAT. Também foi verificado se todos os certificados foram devidamente autenticados (autenticação em cartório ou por servidor público efetivo) e se algum curso foi apresentado em anos anteriormente. A Resolução nº 07/2014 (Art. 22), traz as especificações sobre os adicionais de capacitação, conforme segue: “Art. 22. A capacitação do Servidor Efetivo, gera um adicional na sua remuneração equivalente ao percentual definido nas disposições desta Resolução. § 1º O percentual devido deve ser aplicado sobre o padrão nº 07, e o resultado somado à remuneração do Servidor. § 2º O adicional previsto nesta Resolução é uma verba permanente, devendo sobre a mesma incidir os impostos previstos na legislação vigente, inclusive tributos previdenciários. § 3º O incentivo à capacitação dos Servidores Públicos Efetivos gera o adicional anual em sua remuneração conforme tabela abaixo:

TABELA DE PERCENTUAIS DE INCENTIVO À CAPACITAÇÃO

CLASSE	CAPACITAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO OU TREINAMENTO	ÁREA DE CONHECIMENTO COM RELAÇÃO DIRETA AO CARGO EFETIVO
A	Curso de aperfeiçoamento, integração ou adaptação que somados totalizem uma carga horária de no mínimo 80 horas.	2,00%

I) A “área de conhecimento” é aquela relacionada como atribuição típica do cargo de carreira Previstas no Anexo I desta Resolução. II) A titulação ou certificado para comprovação da conclusão de curso deve ser entregue ao Departamento de Recursos Humanos em via original ou em cópia autenticada no cartório competente. III) A documentação comprobatória de curso que tenha gerado benefício previsto nesta Resolução não tem validade para os próximos anos; IV) A sobra de horas havidas em determinado curso feito em um exercício não se acumula.” Após análise dos documentos apresentados, os membros da Comissão são de parecer favorável ao deferimento de todos os pedidos de cursos de capacitação apresentados pelos servidores efetivos da Câmara Municipal de Itapoá. Para efeito desta Ata, entende-se como curso qualquer evento que proporcione capacitação para os servidores,

como: treinamentos, seminários, congressos, palestras, painéis e outros. O adicional por capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, conforme definido no § 3º, do art. 22 da Resolução nº 07/2014, será concedido somente ao máximo de 2% ao ano a cada servidor que apresentar no mínimo 80 horas, e as horas excedentes não serão computadas. Na sequência, a Comissão passou a analisar os envelopes nº 02, que apresentam os documentos para comprovação de novas titulações acadêmicas dos servidores efetivos da Casa. A concessão de adicional pela formação acadêmica em cursos oficiais reconhecidos pelo Ministério da Educação, gera ao servidor o direito à percepção de adicional de capacitação por titulação, e é calculado sobre uma porcentagem sobre o salário básico (padrão 7), definido no inciso II do art. 1º da Lei Complementar nº 76/2019. Os servidores apresentaram requerimento mediante 1 (um) formulário próprio para cada classe, sendo necessário anexar ao mesmo, cópias autenticadas dos certificados ou diplomas (autenticação em cartório ou por servidor público efetivo), ou declaração de frequência da Instituição educacional, em atendimento às especificações contidas no § 4º do art. 22 da Resolução nº 07/2014, conforme segue: “§ 4º O aperfeiçoamento dos servidores conforme previsto no art. 31 gera os adicionais na remuneração aos servidores públicos efetivos, conforme tabela de percentuais de incentivo à capacitação abaixo:

TABELA DE PERCENTUAIS DE INCENTIVO À CAPACITAÇÃO

CLASSE	FORMAÇÃO ACADÊMICA EM CURSOS OFICIAIS RECONHECIDOS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	ÁREA DE CONHECIMENTO COM RELAÇÃO DIRETA AO CARGO EFETIVO	ÁREA DE CONHECIMENTO COM RELAÇÃO INDIRETA AO CARGO EFETIVO
A	Ensino médio	3,00%	3,00%
B	Curso técnico	3,00%	1,00%
C	Curso de graduação	8,00%	3,00%
D	Curso de especialização	12,00%	3,00%
E	Curso de mestrado stricto sensu	16,00%	3,00%
F	Curso de doutorado stricto sensu	20,00%	3,00%

I) A formação exigida para a efetivação do Cargo Efetivo, do quadro permanente, não gera o direito ao adicional; II) O adicional pela formação das classes “A” até “F”, previstas neste parágrafo, será acumulativo, mediante requerimento ao Departamento de Recursos Humanos, acompanhado da documentação comprobatória da formação acadêmica, em via original ou cópia autenticada em cartório. III) A acumulação prevista no inciso II ficará limitada a um curso para as classes “A”, “B”, “E” e “F”, a dois cursos para a classe “C” e a três cursos para a classe “D”. IV) Os Servidores ficam limitados a apresentar um curso da classe “D” por ano. § 6º Cursos e títulos de formação já utilizados para progressão anterior não

poderão ser utilizados para efeitos desta lei. § 7º A comprovação da formação relativa à escolaridade não tem prescrição, mas o servidor somente terá direito ao adicional a partir da vigência desta lei, não cabendo nenhum direito retroativo". Após análise dos membros da Comissão, constatou-se que a servida Patrícia apresentou histórico escolar do curso de especialização e a servidora Lilian apresentou declaração de matrícula do curso de especialização, em conformidade com o item 1.8 do Edital nº 01/2019/CAT. O item 1.8 do Edital define que o servidor que concluir a formação acadêmica definida no § 4º, do art. 22 da Resolução nº 07/2014 durante a vigência do ano de 2019, deverá anexar ao requerimento (anexo II) uma declaração da instituição educacional para comprovar a frequência do curso. A concessão do adicional em seus vencimentos a partir do mês de janeiro/2020 ficará condicionada à apresentação do certificado de conclusão ou do diploma ou do histórico escolar em janeiro de 2020. Por fim, destaca-se que a fundamentação legal para a concessão de adicional na remuneração dos servidores está definida nos artigos 22 e 23 da Resolução nº 07/2014, de 1º de julho de 2014. O adicional por formação acadêmica definida no § 4º, do art. 22 da Resolução nº 07/2014 poderá ser requerido em um único exercício, e a acumulação das classes ficará limitada a um curso para as classes "A", "B", "E" e "F", a dois cursos para a classe "C" e a três cursos para a classe "D". E os servidores ficam limitados a apresentar 1 (um) curso da classe "D" por ano. Para tanto, deverá apresentar o certificado de conclusão, ou o diploma ou o histórico escolar. Os modelos de requerimento foram entregues no Setor de Recursos Humanos e protocolados pelo Setor de Protocolo, sendo que o preenchimento dos requerimentos é de responsabilidade dos requerentes. Toda documentação de comprovação de cursos de capacitação e/ou titulação contida nos envelopes foi analisada pela Comissão de Avaliação de Titulação, instituída pelo Decreto Legislativo nº 125/2019 e todos os requerimentos foram deferidos, não havendo nenhum processo para abertura de recurso. A homologação deverá acontecer até o dia 08 de novembro de 2019, com o encaminhamento dos processos ao Setor de Recursos Humanos e a publicação do resultado final será no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM-SC) e no site da Câmara no dia 08 de novembro de 2019, contendo a relação dos servidores contemplados com a concessão dos adicionais e deferidos pela Comissão de Avaliação de Titulação. Na sequência, a Comissão deverá efetuar o encaminhamento de uma cópia do resultado ao Setor contábil-financeiro para que os adicionais de remuneração sejam impactados no sistema contábil e pagos a partir do mês de janeiro 2020. A Comissão

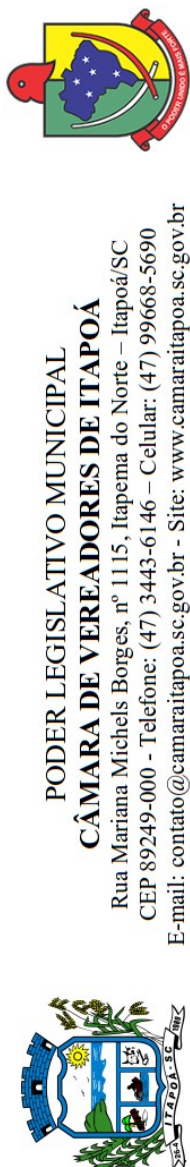
de Avaliação de Titulação poderá, caso julgue necessário, solicitar parecer jurídico, junto ao Assessor Jurídico deste Poder Legislativo, o qual deverá manifestar-se no prazo de dois dias úteis. Nada mais havendo a tratar, eu, Patrícia Carneiro Braz Guerra de Souza, secretária da Comissão de Avaliação e Titulação 2019, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, e pelos membros da Comissão de Avaliação de Titulação.

Itapoá, 07 de novembro de 2019.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE TITULAÇÃO 2019	
Ana Paula K. Stephani Membro [assinado digitalmente]	Patrícia Carneiro Braz Guerra de Souza Secretária [assinado digitalmente]
Fernanda Luzia G. Duarte Figueredo Membro [assinado digitalmente]	Lilian das Graças Maoski Membro [assinado digitalmente]

RESULTADO DA ANÁLISE DOCUMENTAL DAS CAPACITAÇÕES E TITULAÇÕES DO ANO DE 2019

Publicação Nº 2221296

**Tabela de Requerimentos de cursos de Capacitação e Titulação do Poder Legislativo**

Matrícula	Capacitação	Ensino Médio	Técnico	Graduação	Pós-Graduação	Mestrado	Doutorado
19-01	Deferido	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Deferido	Não solicitado	Não solicitado
50822-02	Deferido	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado
50849-01	Deferido	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado
50857-01	Deferido	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado
50865-01	Deferido	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Deferido	Não solicitado	Não solicitado
50881-01	Deferido	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado
50911-01	Deferido	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado
51050-01	Deferido	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Deferido	Não solicitado	Não solicitado

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE TITULAÇÃO**Itapoa, SC, 07 de novembro de 2019.**

Fernanda Luzia Gutoski Duarte Figueredo Membro [assinado digitalmente]	Ana Paula Kogg Stephani Membro [assinado digitalmente]	Patrícia Carneiro Braz Guerra de Souza Secretária [assinado digitalmente]
	Lilian das Graças Maoski Membro [assinado digitalmente]	

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 084, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221850

DECRETO Nº 084, de 01 de outubro de 2019

GERVÁSIO JOSÉ MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 13.920,00 (treze mil e novecentos e vinte reais).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0302.0007.2039.34490 00000000000000.01380458	13.920,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0302.0007.2039.33390 00000000000000.01380458	13.920,00

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal Antidrogas - FUNMAD	13.006.0008.0244.0009.2051.33390 00000000000000.01000080	9.000,00

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal Antidrogas - FUNMAD	13.006.0008.0244.0009.2051.34490 00000000000000.01000080	9.000,00

Art. 5 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Departamento de Urbanismo	08.001.0015.0452.0010.1014.34490 00000000000000.01340120	20.700,00

Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Departamento de Urbanismo	08.001.0015.0452.0010.1014.34490 00000000000000.03640121	20.700,00

Art. 7 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Divisão de Ensino	05.001.0012.0365.0005.2014.33390 00000000000000.01010132	50.000,00

Art. 8 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Divisão de Ensino	05.001.0012.0365.0005.2014.33190 00000000000000.01180115	50.000,00

Art. 9 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Pavimentação	08.002.0015.0452.0010.1006.34490 00000000000000.01340120	87.000,00

Art. 10 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 9 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Pavimentação	08.002.0015.0452.0010.1006.34490 00000000000000.01640121	87.000,00

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 12 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 01 de outubro de 2019.

GERVÁSIO JOSÉ MACIEL

Prefeito do Município de Ituporanga

NILSON WERTER

Secretário da Fazenda

DECRETO Nº 096, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221852

DECRETO Nº 096, de 30 de outubro de 2019

GERVÁSIO JOSÉ MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0302.0007.2047.33190 00000000000000.01380451	90.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0302.0007.2047.33390 00000000000000.01380459	90.000,00

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0302.0007.2047.33190 00000000000000.01380454	100.000,00

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0302.0007.2047.33390 00000000000000.01380459	100.000,00

Art. 5 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0302.0007.2047.33190 00000000000000.01380456	9.000,00

Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0302.0007.2047.33390 00000000000000.01380459	9.000,00

Art. 7 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0302.0007.2039.33190 00000000000000.01380458	30.000,00

Art. 8 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0302.0007.2039.33390 00000000000000.01380458	15.000,00
Anulação Dotação	Secretaria da Saúde	09.001.0010.0302.0007.2039.33190 00000000000000.03380458	15.000,00

Art. 9 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Pavimentação	08.002.0015.0452.0010.1006.34490 00000000000000.01340120	90.000,00

Art. 10 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 9 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Pavimentação	08.002.0015.0452.0010.1006.34490 00000000000000.01640121	90.000,00

Art. 11 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Divisão de Ensino	05.001.0012.0361.0005.2013.33190 00000000000000.01010132	5.600,00

Art. 12 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 11 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Divisão de Ensino	05.001.0012.0361.0005.2013.33190 00000000000000.01180115	5.600,00

Art. 13 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Divisão de Ensino	05.001.0012.0361.0005.2015.33390 00000000000000.01010132	6.800,00

Art. 14 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 13 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Divisão de Ensino	05.001.0012.0361.0005.2015.33390 00000000000000.03620550	6.800,00

Art. 15 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Departamento de Urbanismo	08.001.0015.0452.0010.2023.33390 00000000000000.01000080	12.600,00

Art. 16 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 15 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Departamento de Urbanismo	08.001.0015.0452.0010.2023.33390 00000000000000.01080114	12.600,00

Art. 17 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria da Administração	03.001.0004.0122.0003.2004.34490 00000000000000.01890389	50,00

Art. 18 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 17 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria da Administração	03.001.0004.0122.0003.2004.33190 00000000000000.01000080	50,00

Art. 19 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 1.150,00 (um mil e cento e cinquenta reais).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	FEXPONACE	12.001.0023.0691.0020.2034.33390 00000000000000.01000080	1.150,00

Art. 20 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 19 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	FEXPONACE	12.001.0023.0691.0020.2034.33350 00000000000000.01000080	1.150,00

Art. 21 - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 22 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 30 de outubro de 2019.

GERVÁSIO JOSÉ MACIEL

Prefeito do Município de Ituporanga

NILSON WERTER

Secretário da Fazenda

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 19/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2019

Publicação Nº 2221188

FEXPONACE - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES, FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DE ITUPORANGA
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 19/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2019

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO FEXPONACE

CONTRATADA: SERRALHERIA E FUNILARIA HEGEN LTDA, CNPJ 73.781.593/0001-44, VALOR: R\$ 14.200,00 (quatorze mil e duzentos reais). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SERRALHEIRA, PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE 4 PORTÕES DE 2.20X2.20 MT, 4 PORTÕES DE 3.00X2.20MT E UMA PORTA DE SAÍDA DE 2.20X2.20 NO GINÁSIO DE ESPORTES HENRIQUE HOLETZ PARA ATENDER AS EXIGÊNCIAS DO CORPO DE BOMBEIROS. Data da assinatura: 06 de novembro de 2019 – Nilson Werter – Presidente da Fexponace

LEI Nº 2.778, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221843

LEI Nº 2.778, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Ituporanga e dá outras providências"

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2019 do Município de Ituporanga/SC (Lei nº 2.747, de 19 de dezembro de 2018) de um crédito adicional suplementar no valor de R\$310.366,00 (trezentos e dez mil e trezentos e sessenta e seis reais), na dotação orçamentária conforme relatório ANEXO I.

Art. 2º Ficam alteradas a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2019 (Lei nº 2.739, de 18 de outubro de 2018) e o Plano Plurianual do quadriênio 2018-2021 (Lei nº 2.701, de 13 de outubro de 2017) no tocante às dotações constantes do anexo da presente Lei.

Art. 3º Os recursos para a realização da abertura do crédito adicional suplementar ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária abaixo, nos termos do artigo 43, §1º, II e III da Lei 4.320/64.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga/SC, 08 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LEI Nº 2.779, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221844

LEI Nº 2.779, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal alteração na Estrutura Orçamentária – DEMUTRAN do Município de Ituporanga e dá outras providências"

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar alteração na estrutura orçamentária do Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN, com a exclusão da sua vinculação à Secretaria de Administração.

Parágrafo único. Passa a estrutura orçamentária do DEMUTRAN a estar vinculada à Secretaria de Planejamento, em cumprimento ao art. 71-E, II, da Lei Complementar nº 11 de 6 de setembro de 2006, conforme o Anexo da presente Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga/SC, 08 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

ANEXO DA LEI Nº 2.779, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA ATUAL:

3 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO			
03.004 - Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN			
0015.0452.0012.2033 - Funcionamento e Manutenção do Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN			
	279	33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000080 - Recursos Ordinários - Tesouro-ex.cor.
	221	33390000000000000000 - Aplicações diretas	01120356 - Convênio de Trânsito - Prefeitura
	217	33390000000000000000 - Aplicações diretas	03120356 - Convênio de Trânsito - Prefeitura
	212	34490000000000000000 - Aplicações diretas	01000080 - Recursos Ordinários - Tesouro-ex.cor.
	269	34490000000000000000 - Aplicações diretas	01120356 - Convênio de Trânsito - Prefeitura

ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA FUTURA:

11 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			
11.004 - Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN			
0015.0452.0012.2033 - Funcionamento e Manutenção do Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN			
	279	33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000080 - Recursos Ordinários - Tesouro-ex.cor.
	221	33390000000000000000 - Aplicações diretas	01120356 - Convênio de Trânsito - Prefeitura
	217	33390000000000000000 - Aplicações diretas	03120356 - Convênio de Trânsito - Prefeitura
	212	34490000000000000000 - Aplicações diretas	01000080 - Recursos Ordinários - Tesouro-ex.cor.
	269	34490000000000000000 - Aplicações diretas	01120356 - Convênio de Trânsito - Prefeitura

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LEI Nº 2.780, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221845

LEI Nº 2.780, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Ituporanga e dá outras providências”

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2019 do Município de Ituporanga/SC (Lei nº 2.747, de 19 de dezembro de 2018), um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), na dotação orçamentária conforme o Anexo I da presente Lei.

Art. 2º Ficam alteradas a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2019 (Lei nº 2.739, de 18 de outubro de 2018) e o Plano Plurianual do quadriênio 2018-2021 (Lei nº 2.701, de 13 de outubro de 2017) no tocante às dotações constantes do anexo da presente Lei.

Art. 3º Os recursos para a realização da abertura do crédito adicional suplementar ficarão por conta do excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, §1º, II e III da Lei 4.320/64.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga/SC, 08 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LEI Nº 2.781, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221846

LEI Nº 2.781, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de crédito adicional suplementar e especial no orçamento vigente do Município de Ituporanga e dá outras providências”

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2019 do Município de Ituporanga/SC (Lei nº 2.747, de 19 de dezembro de 2018), um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.425.429,00 (três milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil e quatrocentos e vinte e nove reais), na dotação orçamentária conforme relatório Anexo I e Anexo III.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2019 do Município de Ituporanga/SC (Lei nº 2.747, de 19 de dezembro de 2018), um crédito adicional especial no valor de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), na dotação orçamentária conforme relatório Anexo II.

Art. 3º Ficam alteradas a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2019 (Lei nº 2.739, de 18 de outubro de 2018) e o Plano Plurianual do quadriênio 2018-2021 (Lei nº 2.701, de 13 de outubro de 2017) no tocante às dotações constantes do anexo da presente Lei.

Art. 4º Os recursos para a realização da abertura do crédito adicional suplementar ficarão por conta da anulação parcial de dotações orçamentárias, nos termos do artigo 43, §1º, II e III da Lei 4.320/64.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga/SC, 08 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LEI Nº 2.782, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221847

LEI Nº 2.782, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente do Município de Ituporanga e dá outras providências”

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2019 do Município de Ituporanga/SC (Lei nº 2.747, de 19 de dezembro de 2018), um crédito adicional especial no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), na seguinte dotação orçamentária a qual será criada no orçamento vigente:

9 – SECRETARIA DA SAÚDE

09.001 – Secretaria da Saúde

09.001.0010 - Saúde

09.001.0010.0304 – Vigilância Sanitária

09.001.0010.0304.0007 – Saúde a prioridade é você

09.001.0010.0304.0007.2xxx – Funcionamento e Manutenção da Vigilância Sanitária

3319. xxxxxxxxxxxxxxxx – Aplicações Diretas (Folhas de pagamento) R\$ 80.000,00

3339. xxxxxxxxxxxxxxxx - Aplicações Diretas (Custeio) R\$ 100.000,00

3449. xxxxxxxxxxxxxxxx - Aplicações Diretas(Investimento) R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos: 01020134 – Recursos Próprios

Art. 2º Ficam alteradas a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2019 (Lei nº 2.739, de 18 de outubro de 2018) e o Plano Plurianual do quadriênio 2018-2021 (Lei nº 2.701, de 13 de outubro de 2017) no tocante às dotações constantes do anexo da presente Lei.

Art. 3º Os recursos para a realização da abertura do crédito adicional suplementar ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária abaixo, nos termos do artigo 43, §1º, III da Lei 4.320/64, o qual transcrevemos:

9 – SECRETARIA DA SAÚDE

09.001 – Secretaria da Saúde

0010.0302.0007.2047 – Transferências de Recursos para FMS – Federal

65 – 33390000000000000000 – Aplicações diretas – 01380495 – Atenção à Saúde da População para procedimentos no MAC – SUS/União R\$ 230.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei nº 2.769 de 02 de outubro de 2019.

Ituporanga/SC, 08 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1.328, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221856

PORTARIA Nº 1.328, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Institui e nomeia membros à Comissão Especial de Credenciamento, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir Comissão Especial de Credenciamento, que será responsável pela avaliação dos documentos apresentados pelas associações, profissionais médicos, cirurgiões dentistas e outros profissionais de saúde, além de entidades interessadas em atuar de forma complementar do Sistema Único de Saúde em Ituporanga, através de credenciamento, em processos de Chamamento Público, realizados pela Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 2º - A Comissão Especial de Credenciamento será assistida, em seus trabalhos, pela Comissão Permanente de Licitação.

Art. 3º - Compete à Comissão Especial de Credenciamento:

I – supervisionar e operacionalizar a tramitação do processo de Chamamento Público em que atuar;

II – receber e analisar as propostas encaminhadas;

III – emitir pareceres e relatório final quanto ao credenciamento ou não dos interessados;

IV – decidir sobre os recursos interpostos.

§1º - A Comissão Especial de Credenciamento dará ampla publicidade aos processos em que atuar, observadas as disposições dos Editais pertinentes;

§ 2º - A Comissão Especial de Credenciamento observará o Artigo 38, inciso VI, da Lei 8666/93, no que se refere a pareceres técnicos ou jurídicos sobre minutas de editais de licitação, contratos, acordos, convênios ou ajustes, dispensas ou inexigibilidade de licitações, previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

Art. 4º Ficam nomeados, para compor a Comissão Especial de Credenciamento, os seguintes membros:

I – DORLI GABRIEL KIRST;

II – JUCILENE LAIS ROSSA BONFIM;

III – ELIONAR CLAUDIA PETRIS;

IV – AMARILDO GRAH;

V – AGLAIS MORAIS

Art. 5º Os trabalhos desenvolvidos pelos membros da Comissão instituída por esta Portaria são considerados relevantes serviços públicos, e não serão remunerados.

Art. 6º Revogadas as disposições contrárias, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, SC, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO JOSÉ MACIEL

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1.295, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221862

PORTARIA Nº 1.295, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, e de acordo com o artigo 230, da Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008 e

Considerando o Ofício GP nº 381/2019, que solicita a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos envolvendo a servidora LAIZA DA SILVA, por realizar publicação em rede social em desacato de autoridade, além de praticar ato contrário ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Considerando que tais condutas, além de infrações disciplinares administrativas previstas no Estatuto do Servidor Público, podem se caracterizar como crime (art. 140 e 331 do Código Penal) e ato de improbidade administrativa (art. 10, XIII das Lei n. 8.429/1992).

Considerando a obrigatoriedade da autoridade, quando tiver ciência de possíveis irregularidades no serviço público, promover a sua apuração, resolve:

DETERMINAR

Art. 1º A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR na forma do art. 229 e seguintes do Estatuto do Servidor Público, a ser coordenada pela Comissão Permanente competente, em face da Sra. LAIZA DA SILVA, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO na Secretaria da Saúde, nomeado pela Portaria nº 2.303/2014 para apurar os fatos narrados supra, e que em tese se caracterizam como infrações ao art. 197, incisos VI da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2008.

1 – Comunique-se a servidora para que, sempre que convocada, compareça para prestar declarações, sob pena de insubordinação, assegurando-lhe todos os seus direitos constitucionais, como o da ampla defesa e do contraditório, inclusive na forma de apresentação de defesa no prazo de 10 dias;

2 – Para a conclusão do processo administrativo disciplinar, a Comissão Disciplinar exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos e exigido pelo interesse público, procedendo ainda, a oitiva dos servidores e outras pessoas que possam prestar informações a respeito dos fatos, a oitiva da Comunicante e a juntada de documentos;

3 – O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar não excederá a 60 (sessenta dias), a contar da notificação ao servidor, admitida a sua prorrogação por até 60 (sessenta dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

MARIO YOKISHIGUE TANAKA

Secretário da Saúde

PORTARIA Nº 1.296, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221860

PORTARIA Nº 1.296, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, e de acordo com o artigo 230, da Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008 e

Considerando o ofício nº 153 DEMUTRAN/ITUPORANGA/2019 onde a Diretora de Departamento de Trânsito recebeu denúncia da promotora que o Sr. GEOVANE CORREA, utilizou o veículo do DEMUTRAN para realizar compromissos pessoais.

Considerando que as situações narradas devem ser apuradas pela Comissão correspondente, a fim de aquilatar a eventual prática de infrações administrativas passíveis de responsabilização na forma da Lei Complementar nº 020/2018.

Considerando a obrigatoriedade da autoridade, quando tiver ciência de possíveis irregularidades no serviço público, promover a sua apuração, resolve:

DETERMINAR

Art. 1º A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR na forma do art. 229 e seguintes do Estatuto do Servidor Público, a ser coordenada pela Comissão Permanente competente, contra o servidor GEOVANE CORREA, admitido em caráter temporário no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Urbanismo, para apurar os fatos narrados e que, em tese está tipificado no art. 197, inciso XIX, da Lei Complementar 020, de 17 de dezembro de 2008.

2 – Comunique-se ao servidor para que, sempre que convocado, compareça para prestar declarações, sob pena de insubordinação, assegurando-lhe todos os seus direitos constitucionais, como o da ampla defesa e do contraditório, inclusive na forma de apresentação de defesa no prazo de 10 dias;

3 – Para a conclusão do processo administrativo disciplinar, a Comissão Disciplinar exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos e exigido pelo interesse público, procedendo ainda, a oitiva dos servidores e outras pessoas que possam prestar informações a respeito dos fatos, a oitiva da Comunicante e a juntada de documentos;

4 – O relatório elaborado pela comissão Disciplinar será conclusivo quanto à inocência ou responsabilidade do servidor, indicando o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, se este for o caso, e será remetido juntamente ao processo administrativo disciplinar à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

5 – O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar não excederá a 60 (sessenta dias), a contar da notificação ao servidor, admitida a sua prorrogação por até 60 (sessenta dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

VENICIO DOS SANTOS

Secretário de Urbanismo

PORTARIA Nº 1.297, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221880

PORTARIA Nº 1.297, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, e de acordo com a seção IV, de o Processo Disciplinar e subseção I bem como seus artigos da Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008, solicitação da Secretaria Competente, RESOLVE:

DETERMINAR

Art. 1º A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apurar os fatos narrados na Comunicação Interna e seus anexos que tem como subscritora a servidora Mariliam Graciela dos Santos de Melo, e como investigado o Servidor ANDRE RODRIGO KLAUMANN, ocupante de MOTORISTA, na Secretaria da Educação, nomeado pela Portaria nº 6.830/2010, para apurar os fatos e que em tese se caracterizam como infração ao art. 197, inciso XIII da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008.

2 – Comunique-se o Servidor, para que, sempre que convocado, compareça para prestar declarações, sob pena de insubordinação, assegurando ao funcionário todos os seus direitos constitucionais, como o da ampla defesa e do contraditório;

3 – Para a conclusão do processo administrativo disciplinar, a Comissão Disciplinar exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, asseguradas o sigilo necessário a elucidação do fato ou exigido pelo interesse público, procedendo ainda, a oitiva dos servidores que possam prestar informações a respeito dos fatos, a oitiva da declarante e a juntada de documentos;

5 – No prazo de 60 (trinta) dias, com possibilidade de prorrogação por igual período, devidamente justificado, apresentará a Comissão Disciplinar relatório sobre a investigação, com a respectiva conclusão acerca da autoria e culpabilidade do servidor investigado, indicando o dispositivo legal ou regulamentar transgredido;

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.298, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221881

PORTARIA Nº 1.298, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, e de acordo com o artigo 230, da Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008 e

Considerando o Requerimento nº 46230/2019 protocolado pelo Secretário da Saúde, que solicita a abertura de Processo Administrativo para apurar os fatos envolvendo o servidor FERNANDO DUTRA VIANA, conforme relatórios em anexo.

Considerando a necessidade de apurar-se a autoria de tais fatos com a indicação de seus responsáveis;

Considerando a obrigatoriedade da autoridade, quando tiver ciência de possíveis irregularidades no serviço público, promover a sua apuração imediata,

DETERMINAR

Art. 1º A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR na forma do art. 229 e seguintes do Estatuto do Servidor Público, a ser coordenada pela Comissão Permanente competente, em face do Sr. FERNANDO DUTRA VIANA, ocupante do cargo de CIRURGIÃO DENTISTA na Secretaria da Saúde, nomeado pela Portaria nº 2.405/2014, com o fito de apurar eventual infração aos ditames da Lei Complementar nº. 017/2007 – Disciplina o Regime Jurídico do Emprego Público do Pessoal da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Ituporanga.

1 – Comunique-se ao servidor para que, sempre que convocado, compareça para prestar declarações, sob pena de insubordinação, assegurando-lhes todos os seus direitos constitucionais, como o da ampla defesa e do contraditório, inclusive na forma de apresentação de defesa no prazo de 10 dias;

2 – Para a conclusão do processo administrativo disciplinar, a Comissão Disciplinar exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos e exigido pelo interesse público, procedendo ainda, a oitiva dos servidores e outras pessoas que possam prestar informações a respeito dos fatos, a oitiva da Comunicante e a juntada de documentos;

3 – O relatório elaborado pela comissão Disciplinar será conclusivo quanto à inocência ou responsabilidade do servidor, indicando o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, se este for o caso, e será remetido juntamente ao processo administrativo disciplinar à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

4 – O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar não excederá a 60 (sessenta dias), a contar da notificação ao servidor, admitida a sua prorrogação por até 60 (sessenta dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

MARIO YOKISHIGUE TANAKA

Secretário da Saúde

PORTARIA Nº 1.299, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221882

PORTARIA Nº 1.299, de 07 de novembro de 2019.

GERVASIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa com o que estabelece a legislação vigente, RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar procedimento de Tomada de Contas Especial com a finalidade de apurar os fatos referentes à existência de indícios de ação e/ou omissão de servidor(es) públicos no pagamento em duplicidade da empresa TV Bela Aliança.

Art. 2º - Constituir Comissão formada pelos servidores JEFERSON SOMMER DE SOUZA matrícula nº 510360, INÃ CARINI ZAPELINI ZANELLA - matrícula nº 376779 e JOSEMARA KUSTER SCHEIDT - matrícula nº 198400, Suplentes ZULDEIDE DUMMES HESSMANN matrícula nº 101410, AMARILDO GRAH matrícula nº 200010, para, sob a presidente do primeiro, realizar, a partir da publicação deste ato no prazo de até 180 dias, a tomada de contas especial, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa n. TC 13/2012, visando à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano decorrente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 05 de novembro de 2019.

GERVASIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 1.300 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221185

PORTARIA Nº 1.300 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso de da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e de acordo com o Requerimento nº 3747/2019,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a servidora LUCINÉIA APARECIDA COELHO, ocupante do cargo de provimento efetivo no emprego público de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE na Secretaria da Saúde, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, nomeado pela Portaria nº 1.033/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de outubro de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

MARIO YOKISHIGUE TANAKA
Secretário da Saúde

PORTARIA Nº 1.301 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221184

PORTARIA Nº 1.301 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso de da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e de acordo com o Requerimento nº 3747/2019,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a servidora JULIANA APARECIDA SOUSA, admitida em caráter temporário no cargo de SERVENTE na Secretaria da Saúde, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de outubro de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

MARIO YOKISHIGUE TANAKA
Secretário da Saúde

PORTARIA Nº 1.302 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221183

PORTARIA Nº 1.302 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso de da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e de acordo com o Requerimento nº 3747/2019,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a servidora JANAINA LUZIA DE SOUZA, admitida em caráter temporário no cargo de SERVENTE na Secretaria da

Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de outubro de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.303 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221182

PORTARIA Nº 1.303 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso de da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e de acordo com o Requerimento nº 3747/2019,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a servidora MARLI VIVIANE AMARANTE, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSOR I na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 20 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de outubro de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.304 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221181

PORTARIA Nº 1.304 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso de da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e de acordo com o Requerimento nº 3747/2019,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a servidora JANETE FERNANDES, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSOR na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de setembro de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.305 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221180

PORTARIA Nº 1.305 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso de da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e de acordo com o Requerimento nº 3747/2019,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a servidora CAMILA RENGEL MARQUEZ AIRES, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSOA na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de outubro de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.306 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221177

PORTARIA Nº 1.306 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso de da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e de acordo com o Requerimento nº 3747/2019,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora JANAINA POLINI ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, nomeada pela Portaria nº 2.947/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de outubro de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.307, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221176

PORTARIA Nº 1.307, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário ELAINE CRISTINI BIANCATO no cargo de MÉDICO na Secretaria da Saúde, com desempenho da função no ESF Vila Nova, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de outubro de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

MARIO YOKISHIGUE TANAKA
Secretário da Saúde

PORTARIA Nº 1.308, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221174

PORTARIA Nº 1.308, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 007/2019 e Contrato nº 135,

RESOLVE:

Art. 1º. ADMITIR em caráter temporário BIANCA DOERNER no cargo de PROFESSORA I na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, no período de 16/10/2019 a 13/12/2019, com desempenho da função no CE. Pedro Júlio Muller.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de outubro de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.309, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221173

PORTARIA Nº 1.309, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 007/2019 e Contrato nº 135,

RESOLVE:

Art. 1º. ADMITIR em caráter temporário AMADOR VALENTE JACINTO no cargo de VIGIA na Secretaria da Administração, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, com desempenho da função no Parque das Cidades.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de outubro de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 1.310, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221172

PORTARIA Nº 1.310, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 007/2019 e Contrato nº 135,

RESOLVE:

Art. 1º. ADMITIR em caráter temporário JOÃO DE SOUZA no cargo de VIGIA na Secretaria da Administração, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, com desempenho da função no Parque das Cidades.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de outubro de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 1.311, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221171

PORTARIA Nº 1.311, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008 e Lei nº 2.189, de 27 de setembro de 2007,

RESOLVE:

Art.1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 1.147, de 12 de setembro de 2019 que concedeu Função de Confiança de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO, no Grupo Profissional: Função de Confiança FC – 2. à servidora INÊS REGINA SEBOLD MACHADO, ocupante do cargo efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de outubro de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 1.312, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221170

PORTARIA Nº 1.312, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, de acordo com Requerimento Nº 3773/2019 e considerando a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio em período oportuno a(o) servidor(a) ELIANE WEHMUTH, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, referente ao período aquisitivo de 21/10/2014 a 21.10.2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.313, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221168

PORTARIA Nº 1.313, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) JOSÉ DE SOUZA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 28/10/2019 a 26/11/2019, referente ao período aquisitivo de 11/03/2016 a 11/03/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de outubro de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

VENICIO DOS SANTOS
Secretário de Urbanismo

PORTARIA Nº 1.314, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221167

PORTARIA Nº 1.314, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) LAIZA DA SILVA, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, a gozar férias pelo período de 20 (vinte) dias a contar de 22/10/2019 a 10/11/2019, referente ao período aquisitivo de 02/09/2016 a 01/09/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de outubro de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

MARIO YOKISHIGUE TANAKA
Secretário da Saúde

PORTARIA Nº 1.315, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221166

PORTARIA Nº 1.315, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) AURI RODE, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 21/10/2019 a 19/11/2019, referente ao período aquisitivo de 10/02/2018 a 09/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de outubro de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

VENICIO DOS SANTOS
Secretário de Urbanismo

PORTARIA Nº 1.316, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221163

PORTARIA Nº 1.316, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) MARIO CESAR HILLESHEIM, ocupante do cargo de MOTORISTA, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 04/11/2019 a 03/12/2019, referente ao período aquisitivo de 03/05/2015 a 02/05/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de novembro de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

MARIO YOKISHIGUE TANAKA
Secretário da Saúde

PORTARIA Nº 1.317, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221161

PORTARIA Nº 1.317, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) LUIZ CARLOS PEREIRA, ocupante do cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 11/11/2019 a 10/12/2019, referente ao período aquisitivo de 01/06/2016 a 31/05/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

MARIO YOKISHIGUE TANAKA
Secretário da Saúde

PORTARIA Nº 1.318, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221158

PORTARIA Nº 1.318, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora GISLAINE DIAS GOEDERT, ocupante do cargo de PROFESSORA na Secretaria da Educação, no período de 03/09/2019 a 06/10/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de setembro de 2019.

Ituporanga, SC, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.319, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221149

PORTARIA Nº 1.319, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora ELAINE CRISTINA JUNCES, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE na Secretaria da Saúde, no período de 07/09/2019 a 12/09/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de setembro de 2019.

Ituporanga, SC, 07 de novembro de 2019.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

MARIO YOKISHIGUE TANAKA
Secretário da Saúde

PORTARIA Nº 1.320, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221145

PORTARIA Nº 1.320, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora CLARICE APARECIDA HANG PARMA, ocupante do cargo de PROFESSORA na Secretaria da Educação, no período de 13/09/2019 a 20/09/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de setembro de 2019.

Ituporanga, SC, 07 de novembro de 2019.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.321, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221142

PORTARIA Nº 1.321, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora ANA LUCIA ALVES VIEIRA, ocupante do cargo de PROFESSORA na Secretaria da Educação, no período de 19/08/2019 a 02/09/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de agosto de 2019.

Ituporanga, SC, 07 de novembro de 2019.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.322, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221139

PORTARIA Nº 1.322, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora CLAUDIA COSTA, ocupante do cargo de PROFESSORA na Secretaria da Educação, no período de 20/09/2019 a 23/09/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de setembro de 2019.

Ituporanga, SC, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.323, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221136

PORTARIA Nº 1.323, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora ZENILDA KAMMERS MARIAN, ocupante do cargo de SERVENTE na Secretaria da Educação, no período de 24/09/2019 a 01/10/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de setembro de 2019.

Ituporanga, SC, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.324, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221134

PORTARIA Nº 1.324, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora ANELISE ALICE SPERBER SCHMOELLER, ocupante do cargo de PROFESSORA na Secretaria da Educação, no período de 23/09/2019 a 27/09/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de setembro de 2019.

Ituporanga, SC, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.325, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221130

PORTARIA Nº 1.325, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora CASSIA BEATRIZ CUNHA SCHVARTZ, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, na Secretaria da Saúde, no período de 24/09/2019 a 22/11/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de setembro de 2019.

Ituporanga, SC, 07 de novembro de 2019.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

MARIO YOKISHIGUE TANAKA
Secretário da Saúde

PORTARIA Nº 1.326, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221127

PORTARIA Nº 1.326, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora JULIANA GODINHO DEMARCH, ocupante do cargo de PROFESSORA na Secretaria da Educação, no período de 30/09/2019 a 11/10/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de setembro de 2019.

Ituporanga, SC, 07 de novembro de 2019.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.327, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221126

PORTARIA Nº 1.327, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora JANETE ROSA SCHMITT, ocupante do cargo de PROFESSORA na Secretaria da Educação, no período de 30/09/2019 a 05/10/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de setembro de 2019.

Ituporanga, SC, 07 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019

Publicação Nº 2221945

AVISO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL

A Câmara Municipal de Ituporanga/SC, por meio do seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, calçada nos ditames das Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002, torna público para conhecimento dos interessados, que está SUSPENSA a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 04/2019, processo licitatório nº 10/2019, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no fornecimento de sistemas de gestão do processo legislativo em plataforma web, portal web (site) para o Poder Legislativo, integrando as informações do sistema em tempo real e atendendo as exigências da legislação, sistema de assinatura online de documentos com certificação digital e sistema de protocolo digital para toda a estrutura da Câmara Municipal de Ituporanga/SC.

Motivo: necessidade de tempo hábil para análise da impugnação impetrada pela empresa Instar Tecnologia Informática LTDA ME solicitando correções no Edital do referido pregão devido a vícios no Termo de Referência. Dessa forma, fica CANCELADA a abertura dos envelopes das propostas e habilitação prevista para o dia 12/11/2019.

O Edital será republicado tão logo sejam feitas as correções necessárias.

Ituporanga, 08 de novembro de 2019.

JARDEL PANDINI REGUEIRA
Pregoeiro

ÉRICA FERNANDES VICENTE
Equipe de Apoio

TIAGO LOUREDO DE SOUZA
Equipe de Apoio

Jaborá

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CONTRATO Nº 55/2019

Publicação Nº 2221372

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Chamada Pública 01/2019

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 14/2019.

Contrato Administrativo nº: 55/2019.

Objeto: CONTRATAÇÃO ATUAL E FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO TOTAL DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA MUNICIPALIDADE, COM AS CARACTERÍSTICAS E QUANTIDADES RELACIONADAS NO ANEXO I DO EDITAL.

Valor: Acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto e do valor inicial atualizado do contrato, de R\$ 106.727,50 (cento e seis mil e setecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos) para R\$ 133.409,37 (cento e trinta e três mil e quatrocentos e nove reais e trinta e sete centavos).

Vigência: 08/11/2019 a 31/12/2019.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL DE JABORÁ – COPERJABORA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.813.465/0001-85.

Jaborá-SC, 08 de novembro de 2019.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 32/2019 FMS

Publicação Nº 2221812

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 32/2019

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado

Contratado: Farol Medicamentos Comércio Atacadista Eireli.

Objeto: fornecimento parcelado de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Jacinto Machado, até o final do exercício de 2019.

Valor: R\$ 218.514,00 (Duzentos e dezoito mil, quinhentos e quatorze reais).

Vigência: de 15/10/2019 a 31/12/2019.

Jacinto Machado/SC, 15/10/2019.

EXTRATO DO CONTRATO 33/2019 FMS

Publicação Nº 2221819

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 33/2019

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado

Contratado: LEM Comercial Ltda ME.

Objeto: fornecimento parcelado de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Jacinto Machado, até o final do exercício de 2019.

Valor: R\$ 23.110,00 (Vinte e três mil, cento e dez reais).

Vigência: de 15/10/2019 a 31/12/2019.

Jacinto Machado/SC, 15/10/2019.

EXTRATO DO CONTRATO 34/2019 FMS

Publicação Nº 2221823

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 34/2019

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado

Contratado: Farol Medicamentos Comércio Atacadista Eireli.

Objeto: fornecimento parcelado de material odontológico para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Jacinto Machado, para consumo até o final do exercício de 2019.

Valor: R\$ 13.686,30 (Treze mil, seiscentos e oitenta e seis reais e trinta centavos).

Vigência: de 15/10/2019 a 31/12/2019.

Jacinto Machado/SC, 15/10/2019.

EXTRATO DO CONTRATO 35/2019 FMS

Publicação Nº 2221827

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 35/2019

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado

Contratado: Cirurgica Alto Feliz Comércio Atacadista Eirelli.

Objeto: fornecimento parcelado de material odontológico para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Jacinto Machado, para consumo até o final do exercício de 2019.

Valor: R\$ 74.559,17 (Setenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e dezessete centavos).

Vigência: de 15/10/2019 a 31/12/2019.

Jacinto Machado/SC, 15/10/2019.

EXTRATO DO CONTRATO 36/2019 FMS

Publicação Nº 2221835

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 36/2019

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado

Contratado: LEM Comercial Ltda ME.

Objeto: fornecimento parcelado de material odontológico para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Jacinto Machado, para consumo até o final do exercício de 2019.

Valor: R\$ 1.968,00 (Um mil novecentos e sessenta e oito reais).

Vigência: de 15/10/2019 a 31/12/2019.

Jacinto Machado/SC, 15/10/2019.

EXTRATO DO CONTRATO 37/2019 FMS

Publicação Nº 2221840

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 37/2019

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado

Contratado: Dental Med Equipamentos e Materiais Odontologicos e Hosp Ltda.

Objeto: fornecimento parcelado de material odontológico para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Jacinto Machado, para consumo até o final do exercício de 2019.

Valor: R\$ 2.042,82 (Dois mil quarenta e dois reais e oitenta e dois centavos).

Vigência: de 15/10/2019 a 31/12/2019.

Jacinto Machado/SC, 15/10/2019.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA DA HABILITAÇÃO DA SEGUNDA COLOCADA NO PREGÃO PRESENCIAL 199/2019

Publicação Nº 2222570

ATA DE ABERTURA DA HABILITAÇÃO DA SEGUNDA COLOCADA NO PREGÃO PRESENCIAL 199/2019

TIPO: Menor Preço por Item

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, com início às quinze horas, realizou-se, na sala II de Licitações da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina sessão pública, relativa ao Pregão Presencial nº 199/2019, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de vigilância armada e desarmada e serviços de brigadistas para a 31ª Schützenfest – edição 2019. Considerando o pedido de desistência de assumir o contrato pela primeira colocada, empresa J. H. EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA., foram convocados os participantes do certame, para abertura da Habilitação da segunda colocada, empresa VIGISOL VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI EPP. Estavam presentes a Pregoeira designada pelo Decreto 13.127/2019, o Diretor de Compras e Licitações, Sr. Douglas Antônio Conceição e o servidor Thiago De Oliveira Braga. Compareceu devidamente credenciada a seguinte empresa:

Proponente	Credenciado	Identificação
VIGISOL VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI EPP	André Luiz de Farias Ribeiro	008.989.279-86

Após a identificação da proponente e seu representante foi procedida a análise dos documentos. A Pregoeira declarou a segunda proponente HABILITADA, visto ter atendido as exigências do Edital. A seguir foi colocada a palavra livre aos presentes, que não se manifestaram. Sendo consultados, renunciaram ao direito e prazo de recurso, a seguir transcrito. "RENUNCIAMOS AO DIREITO E PRAZO DE RECURSO QUANTO AO JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES". Assim, sem nada mais, encerrou-se a sessão às quinze horas e trinta minutos. Jaraguá do Sul, 05 de novembro de 2019.

Cláudia Rejane Góris De Oliveira Pregoeira	
Thiago De Oliveira Braga	
Douglas Antônio Conceição	
André Luiz de Farias Ribeiro	

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 209/2019

Publicação Nº 2221708



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

**ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº
209/2019**

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, com início às nove horas, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 209/2019, que tem por objeto **a aquisição de materiais para manutenção das áreas de lazer do Município, ao longo de 12 (doze) meses**, com a presença da servidora Rosinei A.G. Dias, Pregoeira e dos servidores Sidnei Correia de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 11.334/2017. Compareceram ao certame, devidamente credenciados e entregando os necessários envelopes, as seguintes empresas:

Proponente	Credenciado	Identificação
COMERCIAL JR FILHOS LTDA ME	Junior Miranda	034.716.979-18
GTA ATACADO E VAREJO EIRELI EPP	Agnaldo M. de Souza	421.385.829-79
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES AMAGO LTDA	Emerson Kerschbaum	040.543.029-98
LANG SPORTS CONFECÇÃO DE UNIFORMES LTDA	Sergio Luis da Silva	295.065.819-91
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME	Felipe Schmitz Regis	084.275.659-09
RUBENS VERAS JUNIOR ME	Rubens Veras Junior	322.635.709-34
SPORT MAIS TEXTIL LTDA ME	Alexande Innocenti Ortiz	006.720.119-99
TRACTON IND E COM DE VESTUÁRIOS EIRELI EPP	Joceli Manoel Pereira	682.798.849-04

Presente a sessão o Sr. Karine Kat Schmidt da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, para acompanhar a sessão pública. Dando início a sessão foi realizada o credenciamento dos representantes presentes e após passou-se à abertura das propostas comerciais. Após a análise, relativamente às imposições do edital, foram classificadas as propostas apresentadas, por estarem em conformidade com o exigido no edital. Ato contínuo passou-se à próxima fase (lance) com os valores registrados no Anexo I desta ata. Em atendimento a LC 147/2014 este Edital foi lançado para participação de empresas ME/EPP e grande empresa. Restaram vencedoras as seguintes empresas, com o seguinte preço para o Lote:

Lote	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor total Lote (R\$)
01	LANG SPORTS CONFECÇÃO DE UNIFORMES LTDA	04	Jogo	Jogos de Handebol Masculino em Dry Fit, composto por 20 (vinte) camisetas e 20 (vinte) calções. (02 jogos branco / 02 jogos verde) NUMERAÇÃO OFICIAL DE ACORDO COM A MODALIDADE	62.000,00
		04	Jogo	Jogos de Handebol Feminino em Dry Fit, composto por 20 (vinte) camisetas e 20 (vinte) bermudas. (02 jogos branco / 02 jogos verde)	

Pregão Presencial 209/2019

1 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

				NUMERAÇÃO OFICIAL DE ACORDO COM A MODALIDADE	
		04	Jogo	Jogos de Basquetebol Masculino em Dry Fit, composto por 20 (vinte) regatas e 20 (vinte) bermudas. (02 jogos branco / 02 jogos verde) NUMERAÇÃO OFICIAL DE ACORDO COM A MODALIDADE	
		04	Jogo	Jogos de Basquetebol Feminino em Dry Fit, composto por 20 (vinte) regatas e 20 (vinte) bermudas suplex. (camisetas 02 jogos branco / 02 jogos verde, bermudas 04 jogos verdes) NUMERAÇÃO OFICIAL DE ACORDO COM A MODALIDADE	
		04	Jogo	Jogos de Voleibol Masculino em Dry Fit, composto por 20 (vinte) camisetas e 20 (vinte) calções. (02 jogos branco / 02 jogos verde) NUMERAÇÃO OFICIAL DE ACORDO COM A MODALIDADE	
		04	Jogo	Jogos de Voleibol Feminino em Dry Fit, composto por 20 (vinte) camisetas e 20 (vinte) bermudas suplex. (camisetas 02 jogos branco / 02 jogos verde, bermudas 04 jogos verdes) NUMERAÇÃO OFICIAL DE ACORDO COM A MODALIDADE	
		04	Jogo	Jogos de Vôlei de Praia Feminino em Dry Fit, composto por 04 (quatro) regatas e 04 (quatro) bermudas suplex. (regatas 02 jogos branco / 02 jogos verde, bermudas 04 jogos verdes) NUMERAÇÃO OFICIAL DE ACORDO COM A MODALIDADE	

Pregão Presencial 209/2019

2 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

				MODALIDADE	
		04	Jogo	Jogos de Vôlei de Praia Masculino em Dry Fit, composto por 04 (quatro) regatas e 04 (quatro) calções. (02 jogos branco / 02 jogos verde) NUMERAÇÃO OFICIAL DE ACORDO COM A MODALIDADE	
		04	Jogo	Jogos de Futsal Masculino em Dry Fit, composto por 20 (vinte) camisetas e 20 (vinte) calções. (02 jogos branco / 02 jogos verde) NUMERAÇÃO OFICIAL DE ACORDO COM A MODALIDADE	
		04	Jogo	Jogos de Futsal Feminino em Dry Fit, composto por 20 (vinte) camisetas e 20 (vinte) bermudas. (02 jogos branco / 02 jogos verde) NUMERAÇÃO OFICIAL DE ACORDO COM A MODALIDADE	
		04	Jogo	Jogos de Futebol de Campo Masculino em Dry Fit, composto por 30 (trinta) camisetas e 30 (trinta) calções. (02 jogos branco / 02 jogos verde) NUMERAÇÃO OFICIAL DE ACORDO COM A MODALIDADE	
		30	Jogo	Jogos de Atletismo Masculino em Dry Fit, composto por 02 (duas) regatas e 02 (duas) bermudas suplex. (regatas 15 jogos branco / 15 jogos verde, bermudas 30 jogos verdes)	
		30	Jogo	Jogos de Atletismo Feminino em Dry Fit, composto por 02 (duas) regatas e 02 (duas) bermudas suplex. (regatas 15 jogos branco / 15 jogos verde, bermudas 30 jogos verdes)	
		12	Un	Camisa de Ciclismo em Dry Fit, 01 (uma) camiseta manga longa	

Pregão Presencial 209/2019

3 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

			(cor verde limão com verde escuro)	
	18	Jogo	Jogos de Ciclismo em Dry Fit, composto por 01 (uma) camiseta manga curta e 01 (uma) bermuda com forro de espuma de alta densidade e tratamento bacteriano. (cor verde limão com verde escuro)	
	60	Par	Meião Esportivo (30 brancos / 30 verdes)	
	30	un	Bermuda em suplex - 30(trinta) verde escuro	
	30	un	Calção Esportivo em Dry Fit - 15(quinze) verdes escuro e 15(quinze) brancos	
	12	un	Bermuda de goleiro em Dry Fit - (06 verde limão / 06 verde escuro)	
	12	un	Calça de goleiro (06 verde limão / 06 verde escuro)	
	14	un	Camisas de goleiro (07 verde limão / 07 verde escuro)	
	120	Un	Camisa Polo Masculina em Dry Fit 60(sessenta) verdes escuro e 60(sessenta) brancos	
	70	Un	Camisa Polo Feminina em Dry Fit 35(trinta e cinco) verdes escuro e 35(trinta e cinco) brancas	
	30	un	Camisetas Femininas em Dry Fit – 100% poliester (15(quinze) camisetas verde com branco e 15 (quinze) camisetas branco com verde.	
	30	un	Camisetas Masculinas em Dry Fit – 100% poliester (15(quinze) camisetas verde com branco e 15 (quinze) camisetas branco com verde.	
	30	un	Regatas Femininas em Dry Fit – 100% poliester (15(quinze) camisetas verde com branco e 15 (quinze) camisetas branco com verde.	
	30	un	Regatas Masculina em Dry Fit – 100% poliester (15(quinze) camisetas verde com branco e 15 (quinze) camisetas branco com verde.	

Pregão Presencial 209/2019

4 -

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Os valores iniciais das propostas encontram-se no Anexo I da Ata de abertura – Mapa comparativo de preços. A seguir procedeu-se a abertura do envelope 02-Documentação das licitantes vencedoras, concluindo-se pela **HABILITAÇÃO** da empresa, visto terem atendido as exigências do edital. Dando prosseguimento foi adjudicado o Lote a empresa vencedora. **Não houve Manifestação de Intenção de Recurso.** A decisão do certame será publicada no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Senhor Prefeito Municipal, para a competente Homologação. A empresa vencedora fica convocada para apresentação da adequação dos valores unitários da sua proposta para fechar no valor final do seu último lance (R\$ 62.000,00), devendo encaminhar a adequação no e-mail id82031@jaraguadosul.sc.gov.br a/c da Pregoeira. E, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Jaraguá do Sul, SC, 08 de novembro de 2019.

Rosinei Aparecida Gretter Dias	
Elian Gustavo Hermes Vareiro	
Sidnei Corrêa de Almeida	
Karine Kat Schmidt	
Junior Miranda	
Aginaldo M. de Souza	
Emerson Kerschbaum	
Sergio Luis da Silva	
Felipe Schmitz Regis	
Rubens Veras Junior	Retirou-se antes do término da sessão pública
Alexande Innocenti Ortiz	
Joceli Manoel Pereira	

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 234/2019

Publicação Nº 2221713

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 234/2019

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, com início às quatorze horas, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Mo-lha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 234/2019, que tem por objeto a contratação de empresa jurídica para prestação de serviços de mão de obra para manutenção e conserto de vias pavimentadas com lajotas de concreto, paralelepípedos e tijolinhos de concreto, bem como, calçadas e praças com pavimento de paver e petit-pavê, de propriedade do município, sem fornecimento de material, ao longo de 12 (doze) meses, com a presença da servidora Rosinei A.G. Dias, Pregoeira e dos servidores Sidnei Correa de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 11.696/2017. Compareceram ao certame, devidamente credenciados e entregando os necessários envelopes, as seguintes empresas:

Proponente	Credenciado	Identificação
C & M PAVIMENTAÇÃO LTDA ME	Marcos André Leite	069.487.529-50
EMPREITEIRA PACHÃO LTDA	Mariele Maria de O. Pachão	089.453.249-92
LUANA C. CAMPOS PAVIMENTAÇÃO ME	Edevaldo Osorio de Campos	505.758.489-87
NORTEN CONSTRUTORA LTDA ME	David Santos Pinto	010.961.955-26
PAVIMENTAÇÃO ODELI E VARGAS EIRELI EPP	Marcelino Vargas	558.680.539-15
PAVIMENTAÇÃO UNI W LTDA ME	Daniel Goeten Weber	050.611.099-02
SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP	Tarquínio Chiquetti	767.501.249-68
TERRA PAV OBRAS DE URBANIZAÇÃO ME	Jeison Vanderlei Pereira	042.554.819-89
VMT PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME	Miron Rodrigo de Carvalho	071.771.119-81

Presente a sessão o Sr. Marcio Bylaardt servidor da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, para acompanhamento da sessão. Dando início a sessão foi realizada o credenciamento dos representantes presentes e após passou-se à abertura das propostas comerciais. Após a análise, relativamente às imposições do edital, foram classificadas as propostas apresentadas, por estarem em conformidade com o exigido no edital. Ato contínuo passou-se à próxima fase (lance) com os valores registrados no Anexo I desta ata. Em atendimento a LC 147/2014 este Edital foi lançado para participação de empresas ME/EPP e Empresas de Grande Porte. Restou vencedora a seguinte empresa, com o seguinte preço final para o item:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário do item (R\$)
01	LUANA C. CAMPOS PAVIMENTAÇÃO ME	60.000	M²	Prestação de serviços de mão de obra para manutenção e conserto de vias pavimentadas com lajotas de concreto, paralelepípedos e tijolinhos de concreto, bem como, calçadas e praças com pavimento de paver e petit-pavê, de propriedade do município, sem fornecimento de material, ao longo de 12 (doze) meses, em conformidade com o Anexo III Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência.	2,20

Os valores iniciais das propostas encontram-se no Anexo I da Ata de abertura – Mapa comparativo de preços. A seguir procedeu-se a abertura do envelope 02-Documentação da licitante vencedora, concluindo-se pela HABILITAÇÃO da mesma, visto ter atendido as exigências do edital. Dando prosseguimento foi adjudicado o item a empresa vencedora. Não houve Manifestação de Intenção de Recurso. A decisão do certame será publicada no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Senhor Prefeito Municipal, para a competente Homologação. E, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião e lavrada a presente ata que vai assinada pelos Representantes presentes até o final da sessão, a qual será fornecida cópia da mesma. Jaraguá do Sul, SC, 08 de novembro de 2019.

Rosinei Aparecida Gretter Dias	
Elian Gustavo Hermes Vareiro	
Sidnei Corrêa de Almeida	
Marcio Bylaardt	
Marcos André Leite	
Mariele Maria de O. Pachão	
Edevaldo Osorio de Campos	
David Santos Pinto	Retirou-se antes do término da sessão pública
Marcelino Vargas	
Daniel Goeten Weber	
Tarquínio Chiquetti	
Jeison Vanderlei Pereira	
Miron Rodrigo de Carvalho	Retirou-se antes do término da sessão pública

CONVÊNIO Nº 444/2019, DE 03/10/2019.

Publicação Nº 2222506

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, E O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA.

CONVÊNIO Nº 444/2019, DE 03/10/2019.

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, de um lado o MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob Nº 83.102.459/0001-23, com sede à Rua Walter Marquardt, Nº 1.111, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI, inscrito no CPF sob o Nº 438.634.429-20 e portador da Carteira de Identidade Nº 1.000.852, expedido pela SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Piçarras, 189, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, neste ato representada pelo Secretário Municipal da Administração, Senhor ARGOS JOSÉ BURGARDT, inscrito no CPF sob o Nº 548.533.899-20 e portador da Carteira de Identidade Nº 1.458.170 expedido pela SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Tibério Rozza, 222, apto 602, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, de ora em diante denominado de ENTIDADE CEDENTE, e de outro lado, o ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob Nº 13.586.538/0001-71, com sede na Rua Fúlvio Aducci, Nº 1214, Sala 06, Bairro Estreito, Florianópolis - SC, através da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA, neste ato representado pelo Secretário de Estado, Sr. LEANDRO ANTÔNIO SOARES LIMA, brasileiro, inscrito no CPF sob Nº 588.019.369-15, e portador do RG Nº 2047502 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Sérgio Candido, Nº 214, na cidade de Florianópolis - SC, de ora em diante denominado simplesmente de ENTIDADE CESSIONÁRIA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, mediante sujeição mútua às cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Fundamento Legal

1.1. Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto

2.1. O presente Convênio tem por objeto celebrar parceria entre o MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL e a SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA - SAP, mediante a cessão de servidores efetivos, SEM ou COM ÔNUS À ENTIDADE CESSIONÁRIA, para exercerem as suas atribuições nesse órgão, em caráter temporário, haja vista a cooperação e a ajuda mútuas, sempre atreladas a princípios básicos da Administração Pública.

2.2. Para a execução do presente Convênio, a ENTIDADE CEDENTE, mediante solicitação formal do Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, entendendo a necessidade e interesse público, colocará à disposição deste, por intermédio de Decreto Municipal, servidores efetivos para o desenvolvimento dos serviços.

2.4. Os servidores efetivos cedidos não poderão exercer atribuições diversas das previstas pela legislação para o cargo efetivo de origem, salvo a hipótese do item anterior (2.3, "b"), sob pena de caracterização de desvio de função, em afronta à Constituição Federal de 1988, sendo exclusiva responsabilidade da ENTIDADE CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Obrigações da ENTIDADE CESSIONÁRIA**3.1. Compete à ENTIDADE CESSIONÁRIA:**

a) receber, instrumentalizar, preparar e dar todas as condições de trabalho aos servidores do MUNICÍPIO postos a sua disposição, objetivando o fiel exercício da atividade para a qual foram designados, ressaltando que eventuais desvios de função, exposição dos servidores cedidos a trabalhos insalubres e/ou perigosos, são de total responsabilidade da ENTIDADE CESSIONÁRIA;

b) usufruir da força de trabalho dos servidores cedidos, investindo-se no poder de comando e no poder disciplinar;

c) manter o controle do ponto e rubricar mensalmente o cartão ponto, encaminhando-o à Diretoria de Gestão de Pessoas, no máximo até o dia 10 (dez) de cada mês;

d) respeitar a carga horária do servidor, vedada a prática de horas-extras;

e) informar por escrito qualquer conduta irregular ou ilegal atribuída ao servidor; e,

f) quando for o caso, repassar até o 5º dia útil subsequente ao pagamento dos vencimentos mensais dos servidores cedidos, as despesas dos custos com remuneração e encargos sociais.

CLÁUSULA QUARTA - Da Dotação Orçamentária

4.1. As despesas decorrentes da execução do presente Convênio correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, a saber:

14 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

1401 - Encargos Gerais do Município

1401.041220500.2.990 - Gestão dos Recursos Humanos a Disposição de Outros Órgãos

4.2. Compete à ENTIDADE CESSIONÁRIA ressarcir a ENTIDADE CEDENTE os valores pecuniários correspondentes à remuneração e aos encargos sociais dos servidores cedidos.

4.3. Deverá ser consignado no Orçamento Anual do Município, em cada exercício financeiro, dotação para o atendimento do presente Convênio.

CLÁUSULA QUINTA - Da Vigência

5.1. O presente Convênio terá vigência com efeitos a partir de 03/10/2019 até 31/12/2020, podendo ser prorrogada, mediante Termo Aditivo, por mútuo acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA - Da Rescisão

6.1. As partes poderão rescindir o presente Convênio a qualquer tempo mediante comunicação prévia e por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA - Do Foro

7.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Jaraguá do Sul - SC para dirimir questões oriundas do presente Convênio.

E por estarem justos e acordados, firmam o presente Termo de Convênio em 05 (cinco) vias de igual teor e forma e na presença de 02 (duas) testemunhas.

Jaraguá do Sul, 03 de outubro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

ENTIDADE

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal da Administração

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CEDENTE

LEANDRO ANTÔNIO SOARES LIMA

Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

ENTIDADE CESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

1. _____
NOME:
CPF:
C.I. :

2. _____
NOME:
CPF:
C.I. :

DECRETO Nº 13.339/2019

Publicação Nº 2222507

D E C R E T O Nº 13.339/2019

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, para Reforço do Crédito Especial Autorizado pela Lei Municipal Nº 8.059/2019, de 06/09/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30 de outubro de 2018,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 1.793.000,00 (Um milhão, setecentos e noventa e três mil reais), para reforço de crédito especial do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Secel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.004 - ESPORTE E LAZER

39.004.27.813.1000.5.607 - Implantação do Parque Tecnológico

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.004.684 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.793.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 1.445.900,00 (Um milhão, quatrocentos e quarenta e cinco mil e novecentos reais); e proveniente de recursos vinculados à COSIP, no valor de R\$ 347.100,00 (Trezentos e quarenta e sete mil e cem reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.340/2019

Publicação Nº 2222508

D E C R E T O Nº 13.340/2019

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, para Reforço do Crédito Especial Autorizado pela Lei Municipal Nº 7.882/2019, de 22/03/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30 de outubro de 2018,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 225.157,22 (Duzentos e vinte e cinco mil, cento e cinquenta e sete reais e vinte e dois centavos), para reforço de crédito especial do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.3023 - Pavimentação Rua Alfredo Schumann

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.656 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 225.157,22

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 225.157,22 (Duzentos e vinte e cinco mil, cento e cinquenta e sete reais e vinte e dois centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.341/2019

Publicação Nº 2222509

D E C R E T O Nº 13.341/2019

Regulamenta o Processo Seletivo Interno Destinado ao Recrutamento de Profissionais para Atuar na Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar (EMAD) no Âmbito do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), da Secretaria Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 90, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal Nº 6.870/2014, de 28/05/2014, alterada pelas Leis Municipais Nºs 6.958/2014, de 14/11/2014, e 6.994/2014, de 18/12/2014, combinadas com as disposições da Portaria GM/MS Nº 963, de 27/05/2013; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 185/2019/ChefiaGabPref - DDA, de 04/11/2019;

CONSIDERANDO o disposto no Processo PMJS Nº 0027098/2019;

DECRETA :

Art. 1º O Processo Seletivo Interno é destinado ao recrutamento interno de profissionais para atuar em Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar (EMAD), no âmbito do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), da Secretaria Municipal de Saúde, para as funções de:

I - Médico da EMAD - 40h;

II - Enfermeiro da EMAD - 40h;

III - Fisioterapeuta da EMAD - 30h;

IV - Técnico/Auxiliar de Enfermagem da EMAD - 40h.

§1º O Processo Seletivo Interno terá por objeto a seleção de profissionais para o desempenho das funções previstas no caput deste artigo e a formação de cadastro de reserva de profissionais para atuar na Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar (EMAD), no âmbito do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD).

§2º A atuação da Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar (EMAD), no âmbito do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), abrange:

I - o cumprimento das atribuições estabelecidas no artigo 3º, da Lei Municipal Nº 6.870/2014, de 28/05/2014, alterada pelas Leis Municipais Nºs 6.958/2014, de 14/11/2014, e 6.994/2014, de 18/12/2014, e na Portaria GM/MS Nº 963, de 27/05/2013;

II - o desempenho de funções profissionais de forma integrada à Rede de Atenção à Saúde, com o estudo do fluxo de atendimentos no Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), realizando registro e monitoramento de todas as ações e atendimentos;

III - a participação nos cursos, eventos, seminários e similares visando a capacitação profissional para o Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), convocados pela chefia imediata, no interesse da Secretaria Municipal de Saúde;

IV - a participação nas reuniões internas de planejamento do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), convocadas pela chefia imediata, no interesse da Secretaria Municipal de Saúde;

V - a participação na gestão de resultados e na avaliação, segundo critérios fixados no artigo 13, deste Decreto;

VI - a participação na identificação, orientação e capacitação do(s) cuidador(es) do(s) usuário(s) em atendimento, envolvendo-o(s) na realização de cuidados, respeitando seus limites e potencialidades, considerando-o(s) como sujeito(s) do processo;

VII - a participação no programa de 100% (cem por cento) de atendimento da demanda da Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar (EMAD), exceto, se houver justificativa técnica aprovada pela EMAD;

VIII - o cumprimento da meta de 100% (cem por cento) prevista para as altas dos usuários da Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar (EMAD), com avaliação profissional submetida à equipe EMAD e à família do usuário da EMAD, formalmente registrada na unidade de saúde de referência;

IX - o cumprimento da jornada semanal conforme carga horária do cargo, mediante registro de frequência diária de entradas e saídas, conforme Decreto Municipal Nº 11.726/2017, de 07/12/2017, que "Dispõe Sobre o Controle da Jornada de Trabalho dos Servidores Públicos da Administração Direta e Fundações Públicas do Município de Jaraguá do Sul";

X - a submissão às alterações unilaterais de jornada de trabalho, respeitado cumprimento da carga horária semanal do cargo, no interesse da Secretaria Municipal de Saúde.

§3º Poderão ser expedidos atos normativos pela Secretaria Municipal de Saúde, no intuito de ampliar as metas quantitativas e qualitativas, visando uma gestão de resultados pela Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar (EMAD), no âmbito do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD).

Art.2º Poderá participar do Processo Seletivo Interno o servidor estatutário ocupante do cargo de carreira de Médico, Enfermeiro, Fisioterapeuta e Técnico/Auxiliar de Enfermagem lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

§1º É vedada a participação de servidores afastados do serviço por motivo de licença para tratar de interesses particulares, readaptado, reabilitado, em auxílio-doença, ou, afastado do serviço por motivo de licença para acompanhar o cônjuge, companheiro, filhos, enteados e pais.

§2º Visando dar integral cumprimento às normas estatutárias pertinentes ao estágio probatório que exigem a avaliação do desempenho do servidor em relação às atribuições do cargo efetivo, dar-se-á preferência ao lançamento de Edital visando a seleção interna de servidor estável, evitando-se o recrutamento de servidor em estágio probatório, exceto, por ato motivado do Secretário Municipal de Saúde.

Art.3º A inscrição no Processo Seletivo Interno será realizada pelo servidor ou por procurador regularmente habilitado, nos locais, dias e horários previamente fixados no Edital.

§1º O Processo Seletivo Interno deverá observar, entre a data de publicação do respectivo Edital e o início do prazo para recebimento das inscrições, o prazo mínimo de 15 (quinze) dias.

§2º Os documentos exigidos no ato de inscrição constarão no Edital de abertura do Processo Seletivo.

§3º Não será admitida inscrição por telefone, por via postal ou por meio eletrônico.

§4º O Edital de inscrição no Processo Seletivo Interno será publicado no sítio eletrônico do Município e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

Art.4º O prazo de validade do Processo Seletivo Interno será de 01 (um) ano da data de homologação e divulgação do resultado final, prorrogável por igual período.

Art.5º O Processo Seletivo Interno consistirá de prova de títulos, de caráter classificatório, cuja pontuação será definida no Edital.

Art.6º Se ocorrer empate na nota final, terá preferência na ordem de classificação o candidato:

I - que tiver maior tempo de efetivo exercício no cargo na Secretaria Municipal de Saúde;

II - de idade mais avançada.

Art.7º O Secretário Municipal de Saúde designará Comissão para conduzir o Processo Seletivo Interno, analisar os casos omissos e proceder o julgamento de quaisquer recursos, sendo esta composta de:

I - representante indicado pela área de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal da Administração;

II - representante indicado pela área de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Saúde;

III - representante indicado pela Diretoria de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde;

IV - representante indicado pela Gerência de Programas de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde;

V - representante indicado pela área de Gerência de Atenção Básica, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.8º Serão publicados no sítio eletrônico do Município <http://www.jaraguadosul.sc.gov.br> as inscrições, a relação dos candidatos aprovados com as notas, o número de inscrição e a homologação da classificação final do Processo Seletivo Interno, sendo este último publicado, também, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), sujeito a alterações.

Parágrafo único. O candidato aprovado, observada a sua inscrição, a ordem de classificação e o número de vagas, poderá ser convocado para atuar em quaisquer das vagas disponíveis, dentro de sua área de atuação, no Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), por determinação do Secretário Municipal de Saúde.

Art.9º Caberá recurso, nos prazos fixados no Edital, dirigidos à Comissão de Análise do Edital Nº 003/2019/Semsa.

Art.10. O Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), substituto ou complementar à internação hospitalar ou ao atendimento ambulatorial, é prestado em domicílio no âmbito do Município, em conformidade com a Portaria GM/MS Nº 963, de 27/05/2013.

Art.11. Durante o período de designação para atuação em Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar (EMAD), no âmbito do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), nas funções de Médico, Enfermeiro, Fisioterapeuta ou Técnico/Auxiliar de Enfermagem da EMAD, após recrutamento por Processo Seletivo Interno, será concedida gratificação, conforme valores fixados em Lei.

Art.12. A fim de avaliar a eficiência, eficácia e efetividade da atuação dos profissionais da Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar (EMAD), será aplicado instrumento de avaliação, levando em consideração os critérios estabelecidos, visando o alcance das metas elencadas no artigo 13.

Art.13. Os critérios elencados para avaliação da atuação dos profissionais da Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar (EMAD) são:

I - integração à equipe: correspondente aos fatores responsabilidade e cooperação, refere-se à capacidade do servidor em participar, interagir e colaborar com a equipe de trabalho para atingir objetivos comuns;

II - desempenho da função pública: correspondente ao fator idoneidade moral, ao grau de interesse e adequação demonstrados no exercício da função pública, o compromisso com as políticas sociais, com a postura ética nas relações profissionais e predisposição para receber propostas de melhoria na atuação e incorporá-la à melhoria de desempenho;

III - práticas de execução do trabalho: correspondente ao fator uso adequado dos equipamentos de serviço e material de expediente, refere-se à capacidade do servidor em manter organizado o seu local do trabalho, o cuidado demonstrado na utilização e conservação de materiais e bens patrimoniais na execução de suas atribuições, assim como, observações das normas de segurança e a preocupação com a preservação do bem público no âmbito do órgão ou unidade de lotação;

IV - qualidade do trabalho: correspondente aos fatores qualidade, eficiência e produtividade no trabalho, refere-se à capacidade do servidor em realizar as suas tarefas, em conformidade com a legislação aplicável, rotinas, padrões e metas estabelecidas, dentro dos prazos previstos e sem erros grosseiros ou graves;

V - conhecimento do trabalho: correspondente ao fator conhecimento do trabalho, refere-se ao domínio dos conhecimentos técnico-profissionais e administrativos requeridos para a realização das atividades sob sua responsabilidade, à capacidade para prestar informações e executar ações referentes às atribuições dos outros membros de sua equipe;

VI - capacidade física: correspondente ao fator saúde, refere-se à manutenção da capacidade física e mental necessária ao desempenho das funções, inclusive sujeito à avaliação psicológica e psiquiátrica, semestralmente;

VII - orientação para o usuário do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD): correspondente aos fatores presteza e criatividade, refere-se a dar prioridade ao atendimento ao usuário, reduzir o tempo de espera, solucionar com rapidez os problemas apresentados e assumir, perante o usuário dos serviços, a responsabilidade por falhas ou erros derivados do processo de prestação de serviço;

VIII - comportamento no trabalho: correspondente aos fatores assiduidade, pontualidade e administração do tempo, refere-se à observação sistemática de normas pontualidade, assiduidade e o esforço do servidor para realizar o trabalho em conformidade com os resultados esperados, bem como seu interesse em apresentar ideias e sugestões para otimizar procedimentos internos;

IX - atualização profissional: correspondente ao fator iniciativa, refere-se a preocupação em manter-se atualizado no seu campo profissional, assim como o acompanhamento das alterações da legislação que afetam o seu campo de atuação ou a implementação atribuições da sua unidade.

§1º Ao proceder a avaliação, a Secretaria Municipal de Saúde deverá ater-se apenas aos critérios previstos neste artigo.

§2º As especificações e pontuações para apuração da avaliação serão definidas por instrumento da Secretaria Municipal de Saúde.

§3º A Secretaria Municipal de Saúde, após efetuar o somatório dos pontos, deverá dar ciência do resultado ao servidor avaliado no prazo de 30 (trinta) dias, depois de recebido o instrumento de avaliação.

Art.14. O Secretário Municipal de Saúde expedirá instrumento próprio para avaliação dos serviços públicos relacionados ao Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) voltados à avaliação, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação do presente Decreto.

Art.15. Na data da ciência da avaliação, a Secretaria Municipal de Saúde deverá informar ao servidor avaliado os pontos a serem aprimorados, sendo estes subsídios para análise comparativa dos resultados alcançados nas demais etapas de avaliação.

Art.16. Será destituído o membro da Equipe Multidisciplinar que:

I - deixar de desempenhar integralmente as atribuições previstas nos diplomas de regência do exercício profissional;

II - por iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde, quando restar comprovada a insuficiência de desempenho, por descumprimento das metas individuais;

III - interromper o exercício, num período de 12 (doze) meses, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou alternados, sem justificativa, conforme os artigos 197 e 198, da Lei Complementar Nº 154/2014, de 03/11/2014, e alterações;

IV - sair de licença para tratar de assuntos particulares, conforme artigo 127, da Lei Complementar Nº 154/2014, de 03/11/2014, e alterações;

V - solicitar por iniciativa própria;

VI - incorrer em infração disciplinar punível de demissão;

VII - por decisão da Secretaria Municipal de Saúde, quando caracterizar a desnecessidade de manutenção, total ou parcial da Equipe, por que compete ao Secretário Municipal de Saúde definir, mediante Portaria, o número de Equipes, o número de profissionais e a jornada de trabalho, de acordo com a necessidade do serviço e com as normas estatutárias.

§1º O pedido de reconsideração, dirigido pelo membro da Equipe Multidisciplinar à autoridade que houver expedido o ato de destituição, e o recurso, dirigido à autoridade imediatamente superior, a contar da publicação ou da ciência da decisão recorrida, deverão ser despachados no prazo de 05 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias.

§2º Destituído da Equipe Multidisciplinar, o servidor será removido de ofício para outra unidade de saúde, observado o interesse da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.17. É assegurado ao membro da Equipe Multidisciplinar que se afastar de suas atividades por período igual ou inferior a 04 (quatro) anos, o direito de voltar a integrá-la, consideradas as vagas existentes na oportunidade, na hipótese de:

I - exercício de cargo ou função de confiança relacionado à sua área de atuação;

II - desempenho de mandato classista, por prazo indeterminado.

Parágrafo único. Inexistindo vaga, o servidor deverá aguardá-la lotado em unidade determinada pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo-lhe assegurado integrar uma nova Equipe com preferência sobre outros servidores aprovados em Processo Seletivo vigente.

Art.18. Aplica-se ao pessoal designado nos termos deste Decreto, o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, e 238/2019, de 10/10/2019, e demais legislações correlatas no que pertine aos deveres, proibições, acumulações e responsabilidades do servidor, penalidades, prazo de incompatibilidade para celebração de novo contrato, impedimento de retorno ao serviço público por penalidades, auxílio-doença, licença por acidente em serviço, licença especial à gestante ou adotante e o direito de petição. Parágrafo único. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado por tempo determinado serão apuradas mediante Processo Administrativo Disciplinar.

Art.19. Será realizado Processo Seletivo Público Simplificado para admissão em caráter temporário no intuito de suprir as vagas não preenchidas por meio de Processo Seletivo Interno e as decorrentes do afastamento temporário de titular da Equipe Multiprofissional, na forma de lei específica.

Parágrafo único. Os admitidos em caráter temporário receberão a gratificação devida ao titular da Equipe Multiprofissional.

Art.20. Os demais critérios para participação do Processo Seletivo Interno serão estabelecidos por ato do Secretário Municipal de Saúde, em Edital, observadas as disposições legais e os atos normativos que tratam da Rede de Atenção à Saúde.

Art.21. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotação específica consignada no Orçamento, suplementada, se necessário.

Art.22. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto Municipal Nº 11.842/2018, de 23 de fevereiro de 2018.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.342/2019

Publicação Nº 2222510

D E C R E T O Nº 13.342/2019

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, para Reforço dos Créditos Especiais Autorizados pelas Leis Municipais Nºs 7.874/2019, de 22/03/2019, e 7.882/2019, de 22/03/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.149/2019, de 08 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 878.710,44 (Oitocentos e setenta e oito mil, setecentos e dez reais e quarenta e quatro centavos), para reforço de crédito especial dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.1396 - Recapeamento Rua 501 - Pastor Albert Schneider

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.624 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 842.886,52

09.001.15.452.450.3029 - Pavimentação Rua Enrico Fermi

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.662 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 35.823,92

TOTAL R\$ 878.710,44

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.3021 - Pavimentação Rua Ângelo Rubini

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.654 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 878.710,44

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.343/2019

Publicação Nº 2222511

D E C R E T O Nº 13.343/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.150/2019, de 08 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 1.061.800,00 (Um milhão, sessenta e um mil e oitocentos reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.001 - ADMINISTRAÇÃO

15.001.10.122.301.2671 - Pagamento dos Servidores da

Saúde - Gestão

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.001.13 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 197.600,00

15.001.14 3.1.91 - Aplicações Diretas R\$ 66.400,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.001.15 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.400,00

15.002 - ATENÇÃO BÁSICA

15.002.10.122.301.2672 - Pagamento dos Servidores da

Saúde - Atenção Básica

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.002.22 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

15.002.10.301.751.2673 - Manutenção dos Serviços de

Atendimento Especial - SATE - PAB

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.002.32 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.500,00
15.004 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE
15.004.10.122.301.2676 - Pagamento dos Servidores da
Saúde - Vigilância em Saúde
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
15.004.56 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 664.200,00
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
15.004.58 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.700,00
TOTAL R\$ 1.061.800,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
15.002 - ATENÇÃO BÁSICA
15.002.10.122.301.2672 - Pagamento dos Servidores da
Saúde - Atenção Básica
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
15.002.23 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações
Intra-orçamentárias R\$ 499.000,00
15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
15.003.10.122.301.2679 - Pagamento dos Servidores da Saúde - MAC
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
15.003.37 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 562.800,00
TOTAL R\$ 1.061.800,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.344/2019

Publicação Nº 2222512

D E C R E T O Nº 13.344/2019

Abre Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.151/2019, de 08 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito especial, no valor de R\$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais), para inclusão de dotação orçamentária no Orçamento vigente dos Encargos Gerais, a saber:

98 - ENCARGOS GERAIS
98.001 - ENCARGOS GERAIS
98.001.28.845.0.0085 - Integralização de Capital na Codejas
4.5.00 - INVERSÕES FINANCEIRAS
98.001.692 4.5.90 - Aplicações Diretas R\$ 430.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.345/2019

Publicação Nº 2222513

D E C R E T O Nº 13.345/2019

Altera, Acresce e Revoga Dispositivos do Decreto Municipal Nº 11.322/2017, de 26 de Abril de 2017, Alterado pelo Decreto Municipal Nº 12.746/2019, de 05 de Abril de 2019, que Dispõem Sobre a Regulamentação da Lei Municipal Nº 7.349/2017, de 10 de Março de 2017, que Institui no Município de Jaraguá do Sul a Bolsa Desportiva Municipal.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso da competência e atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei

Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art.1º O §1º, do artigo 3º, do Decreto Municipal Nº 11.322/2017, de 26/04/2017, alterado pelo Decreto Municipal Nº 12.746/2019, de 05/04/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.3º ...

§1º Para os fins deste Decreto, considera-se Bolsa Desportiva Institucional aquela distribuída diretamente aos atletas não profissionais, paratletas e técnicos que se inscreverem, em atendimento ao edital de chamamento publicado para esta finalidade, observados os seguintes critérios:

I - experiência esportiva:

a) ter treinado ou auxiliado nos treinamentos de atletas/paratletas não profissionais em competições municipais, regionais, estaduais ou nacionais, na modalidade pleiteada;

II - mérito esportivo:

a) ter obtido até a terceira colocação em eventos esportivos oficiais;

b) ter treinado ou auxiliado nos treinamentos dos atletas não profissionais que tenham obtido até a terceira colocação em eventos esportivos oficiais.

...”

Art.2º O artigo 4º, do Decreto Municipal Nº 11.322/2017, de 26/04/2017, alterado pelo Decreto Municipal Nº 12.746/2019, de 05/04/2019, passa a vigorar com a seguinte redação, excetuando-se o caput:

“Art.4º...

ATLETAS E PARATLETAS

I - Categoria Iniciação Esportiva, destinada aos que já obtiveram premiações de 1º, 2º e 3º lugares em Campeonatos Estaduais (Federações) até 14 anos, nos seguintes valores:

a) atletas, no valor mensal correspondente até 03 (três) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

II - Categoria Paradesporto PARAJASC, destinada aos que já obtiveram premiações de 1º, 2º e 3º lugares no PARAJASC, nos seguintes valores:

a) paratletas, no valor mensal correspondente até 03 (três) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

III - Categoria Estadual (15 anos ou mais), destinada aos que já obtiveram premiações de 1º, 2º e 3º lugares em Campeonatos Estaduais (Federações) de 15 anos ou mais, nos seguintes valores:

a) atletas, no valor mensal correspondente até 03 (três) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

IV - Categoria OLESC (Olimpíada Estudantil Catarinense), destinada aos que já obtiveram premiações de 1º, 2º e 3º lugares na OLESC na fase estadual (FESPORTE), nos seguintes valores:

a) atletas, no valor mensal correspondente até 05 (cinco) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

V - Categoria Joguinhos Abertos de SC, destinada aos que já obtiveram premiações de 1º, 2º e 3º lugares nos Joguinhos Abertos de SC na fase estadual (FESPORTE), nos seguintes valores:

a) atletas, no valor mensal correspondente até 06 (seis) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

VI - Categoria Jogos Abertos de SC, destinada aos que já obtiveram premiações de 1º, 2º e 3º lugares nos Jogos Abertos de SC na fase estadual (FESPORTE), nos seguintes valores:

a) atletas, no valor mensal correspondente até 11 (onze) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

VII - Categoria Competições Nacionais (de 14 a 18 anos), destinada aos que já obtiveram premiações de 1º, 2º e 3º lugares em competições nacionais de 14 a 18 anos, nos seguintes valores:

a) atletas e paratletas, no valor mensal correspondente até 04 (quatro) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

VIII - Categoria Competições Nacionais (de 19 anos ou mais), destinada aos que já obtiveram premiações de 1º, 2º e 3º lugares em competições nacionais de 19 anos ou mais, nos seguintes valores:

a) atletas e paratletas, no valor mensal correspondente até 11 (onze) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

IX - Categoria Competições Sul Americano e Pan Americano (de 14 a 18 anos), destinada aos que já obtiveram premiações de 1º, 2º e 3º lugares em competições Sul Americanas e Pan Americanas de 14 a 18 anos, nos seguintes valores:

a) atletas e paratletas, no valor mensal correspondente até 05 (cinco) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

X - Categoria Competições Sul Americano e Pan Americano (de 19 anos ou mais), destinada aos que já obtiveram premiações de 1º, 2º e 3º lugares em competições Sul Americanas ou Pan Americanas de 19 anos ou mais, nos seguintes valores:

a) atletas e paratletas, no valor mensal correspondente até 06 (seis) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

XI - Categoria Competições Mundial, Olímpico e Paralímpico, destinado aos que já obtiveram premiações de 1º, 2º e 3º lugares em competições Mundial, Olímpico e Paralímpico, nos seguintes valores:

a) atletas e paratletas, no valor mensal correspondente até 12 (doze) UPM's (Unidades Padrão Municipal).

TÉCNICOS

I - Categoria Iniciação Esportiva, destinada a técnicos que tenham treinado ou auxiliado em treinamentos de atletas/paratletas não profissionais em competições municipais, regionais, estaduais ou nacionais na modalidade pleiteada, nos seguintes valores:

a) técnicos, no valor mensal correspondente até 12 (doze) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

II - Categoria Paradesporto, destinada aos que já obtiveram premiações de 1º, 2º e 3º lugares no PARAJASC, nos seguintes valores:

a) técnicos, no valor mensal correspondente até 14 (quatorze) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

III - Categoria Estadual e OLESC, destinada aos que já obtiveram premiações de 1º, 2º e 3º lugares em Campeonatos Estaduais (Federações) e na OLESC da fase estadual (FESPORTE), nos seguintes valores:

a) técnicos, no valor mensal correspondente até 20 (vinte) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

IV - Categoria Joguinhos Abertos de SC, Jogos Abertos de SC e Competições Nacionais, destinada aos que já obtiveram premiações de 1º, 2º e 3º lugares nas competições da FESPORTE (Joguinhos Abertos fase estadual, Jogos Abertos fase estadual) ou em competições nacionais, nos seguintes valores:

a) técnicos, no valor mensal correspondente até 22 (vinte e duas) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

V - Categoria Pan Americano e Sul Americano, destinada aos que já obtiveram premiações de 1º, 2º e 3º lugares nas competições Pan Americano de Clubes ou Seleções e Sul Americano de Clubes ou Seleções, nos seguintes valores:

a) técnicos, no valor mensal correspondente até 23 (vinte e três) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

VI - Categoria Olímpico, Mundial e Paralímpico, destinada aos que já obtiveram premiações de 1º, 2º e 3º lugares nas competições Olímpica, Mundial de Clubes ou Seleções e Paralimpíada, nos seguintes valores:

a) técnicos, no valor mensal correspondente até 24 (vinte e quatro) UPM's (Unidades Padrão Municipal).

§1º Os valores individuais a serem repassados aos atletas ou paratletas serão definidos pela Comissão da Bolsa Desportiva Municipal, nos limites estabelecidos neste Decreto, considerando histórico do atleta ou paratleta na modalidade, conquistas históricas, competições, atuação, medalhas, troféus, categoria na qual se encontra inscrito e a importância do atleta e da modalidade na programação da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, ou outra que a suceder.

§2º Os valores individuais a serem repassados aos técnicos serão definidos pela Comissão de Análise da Bolsa Desportiva Municipal nos limites estabelecidos neste Decreto, considerando histórico do técnico, na modalidade, conquistas históricas, competições, atuação, medalhas, troféus, de atletas que treinou ou auxiliou nos treinamentos."

Art.3º Os incisos II, III e V, do artigo 7º, do Decreto Municipal Nº 11.322/2017, de 26/04/2017, alterado pelo Decreto Municipal Nº 12.746/2019, de 05/04/2019, passam a vigorar com a seguinte redação, revogado o inciso IV, do mesmo artigo:

"Art.7º ...

...

II - ter participado de competições esportivas oficiais em âmbitos estadual, nacional ou internacional no ano anterior a publicação do Edital ou no ano da publicação do Edital para concessão da Bolsa Desportiva Municipal (conforme regras constantes no Edital de Seleção), no caso de atleta e paratleta;

III - ter participado de competições esportivas oficiais em âmbito estadual, nacional ou internacional, no caso de técnico;

...

V - possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos, completos ou completados no ano de vigência do Contrato, no caso de atleta e paratleta;

..."

Art.4º Fica revogado o §3º, do artigo 7º, do Decreto Municipal Nº 11.322/2017, de 26/04/2017, alterado pelo Decreto Municipal Nº 12.746/2019, de 05/04/2019, renumerando-se o atual §4º para §3º, e o atual §5º para §4º.

Art.5º O §2º, do artigo 8º, do Decreto Municipal Nº 11.322/2017, de 26/04/2017, alterado pelo Decreto Municipal Nº 12.746/2019, de 05/04/2019, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido o §4º e renumerando-se o atual §4º para §5º:

"Art.8º ...

...

§2º O prazo de execução da Bolsa Desportiva Municipal destinada aos atletas e paratletas será de até 12 (doze) meses após a homologação do resultado final e assinatura do Contrato.

...

§4º Os atletas ou paratletas que já receberem o benefício e conquistarem medalhas nas competições de suas categorias de inscrição, terão prioridade para a renovação das suas bolsas.

§5º A concessão de Bolsa Desportiva Municipal não gera vínculo laboral ou de qualquer natureza com a Administração Pública Municipal nem com a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, ou outra que a suceder, sendo que o valor pago possui caráter indenizatório."

Art.6º O inciso VII, do artigo 11, do Decreto Municipal Nº 11.322/2017, de 26/04/2017, alterado pelo Decreto Municipal Nº 12.746/2019, de 05/04/2019, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescidos os incisos VIII, IX e X, e renumerando-se o atual inciso VII para inciso XI:

"Art.11. ...

...

VII - deixar de comparecer ao serviço ou treinamento com assiduidade e pontualidade nas horas de atividade planejada e/ou quando convocado;

VIII - deixar de manter conduta compatível com a moralidade;

IX - não tratar com urbanidade as pessoas e companheiros de trabalho e equipes;

X - não apresentar-se ao serviço ou treinamentos em boas condições de asseio e convenientemente trajado ou com uniforme que lhe for determinado;

XI - deixar de cumprir quaisquer condições estabelecidas neste Decreto.

..."

Art.7º O §2º, do artigo 11, do Decreto Municipal Nº 11.322/2017, de 26/04/2017, alterado pelo Decreto Municipal Nº 12.746/2019, de 05/04/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.11. ...

...

§2º A Comissão do Bolsa Desportiva Municipal deverá intimar o atleta para manifestar-se sobre os motivos que ensejarem o cancelamento/desligamento do benefício, emitindo, posteriormente, sua decisão."

Art.8º O caput, do artigo 13, e o seu §2º, do Decreto Municipal Nº 11.322/2017, de 26/04/2017, alterado pelo Decreto Municipal Nº 12.746/2019, de 05/04/2019, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.13. O beneficiário do Bolsa Desportiva Municipal de Jaraguá do Sul deverá apresentar à Comissão a prestação de contas do benefício no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento da última parcela.

...

§2º No caso do beneficiário técnico, será exigida a prestação de contas relativa as atividades desenvolvidas.

..."

Art.9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.346/2019

Publicação Nº 2222514

D E C R E T O Nº 13.346/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30 de outubro de 2018,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 98.860,00 (Noventa e oito mil, oitocentos e sessenta reais), para reforço do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Gabinete do Prefeito (Gabpref), a saber:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.001 - GABINETE DO PREFEITO

02.001.4.122.300.2020 - Manutenção das Atividades Administrativas
do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

02.001.1 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 98.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

02.001.2 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 860,00

TOTAL R\$ 98.860,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 98.860,00 (Noventa e oito mil, oitocentos e sessenta reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.347/2019

Publicação Nº 2222515

D E C R E T O Nº 13.347/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30 de outubro de 2018,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Administração (Semad), a saber:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.001.04.131.0300.2.051 - Publicações Legais

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

05.001.48 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 214/2019 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS

Publicação Nº 2221712

EDITAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 214/2019

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS

TIPO: Menor Preço Global

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO

O Município de Jaraguá do Sul, através do Secretário de Administração, torna público para conhecimento dos interessados na licitação acima, que está promovendo alteração no item 6.1 alíneas "l.1" e "l.2", alteração no item 5 do Anexo VII – Termo de Referência, incluindo o subitem 5.3.1.1 e 5.3.4.1. Sendo assim, e por força do § 4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93, tendo em vista a alteração modificar a formulação das propostas, esta Administração Pública comunica aos interessados que está alterando a data para o recebimento e abertura dos envelopes, conforme segue:

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 13:30 horas do dia 28 de novembro de 2019, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 14:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

Jaraguá do Sul (SC), 08 de novembro de 2019.

ARGOS JOSE BURGARDT

Secretário de Administração

LUIZ FERNANDO ALMEIDA

Coordenador do FMHIS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 073/2019/PAS

Publicação Nº 2220962

Edital de Notificação 073/2019/PAS

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa MERCADO KREUTZFELD LTDA - ME inscrita no CNPJ 07.204.981/0001-38, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 115/2016 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 129/VISA/2016, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente a 150% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

Nilceane Aparecida Junckes Costa

Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 074/2019/PAS

Publicação Nº 2220973

Edital de Notificação 074/2019/PAS

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa ROCHE CABLEIREIROS LTDA ME inscrita no CNPJ 09.590.285/0001-32, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 116/2016 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 10111/A, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente a 350% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

Nilceane Aparecida Junckes Costa

Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 075/2019/PAS

Publicação Nº 2220975

Edital de Notificação 075/2019/PAS

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa GIL'S RESTAURANTE LTDA - ME inscrita no CNPJ 24.406.056/0001-09, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 132/2016 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 010533/A, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente a 350% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 076/2019/PAS

Publicação Nº 2220977

Edital de Notificação 076/2019/PAS

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa FRANCISCA RODRIGUES - ME inscrita no CNPJ 16.555.426/0001-41, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 148/2016 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 149/VISA/2016, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente a 250% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

ERRATA – ATA PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2019

Publicação Nº 2220980

ERRATA – ATA PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2019

Considerando o erro de edição da Ata de Abertura do Pregão Presencial n.º 03/2019, informamos as seguintes alterações:

Onde se lê:

"Sendo assim declarou-se a empresa Observes Serviços Eireli ME vencedora do presente certame."

Leia-se:

"Sendo assim declarou-se a empresa Master Clean Limpeza e Conservação vencedora do presente certame."

Caroline Doro Lenzi Pregoeira Portaria nº 004/2018-Issem	Catia Raulino Equipe de Apoio Portaria nº 004/2018-Issem	Cristiane M. S. Feix Equipe de Apoio Portaria nº 004/2018-Issem
--	--	---

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 284/2019

Publicação Nº 2221717

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 284/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 189/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata, o registro de preço para o fornecimento de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 189/2019, segundo as conveniências da administração direta.

DO VALOR: O Município pagará a Contratada os valores conforme descritos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019 e 2020, serão os previstos no item 12.1 da cláusula

décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega total de cada pedido realizado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso no Almoxarifado Central, conforme descrito no item 11.3.

PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega para os itens deverá acontecer com prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, após recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada fax símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas serão realizadas no Almoxarifado Central do Município, localizado na Rua Marina Frutuoso, 800, Centro – Jaraguá do Sul/SC ou na Rua Isidoro Pedri, 120 no Bairro Barra do Rio Molha, acesso pela Portaria 2 (em frente ao Senai), conforme informado na Autorização de Fornecimento, aos cuidados dos senhores Wagner, Marcelo, Adriano e Reginaldo, em horário normal de expediente do município.

DATA DA ASSINATURA: 09/10/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Ivana Atanásio Dias e Alex Massao Kato

Ivana Atanásio Dias

Secretaria Municipal de Educação

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 291/2019

Publicação Nº 2221718

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 291/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 189/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: ELETROINOX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRÔNICOS EIRELI EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata, o registro de preço para o fornecimento de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 189/2019, segundo as conveniências da administração direta.

DO VALOR: O Município pagará a Contratada os valores conforme descritos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019 e 2020, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega total de cada pedido realizado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso no Almoxarifado Central, conforme descrito no item 11.3.

PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega para os itens deverá acontecer com prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, após recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada fax símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas serão realizadas no Almoxarifado Central do Município, localizado na Rua Marina Frutuoso, 800, Centro – Jaraguá do Sul/SC ou na Rua Isidoro Pedri, 120 no Bairro Barra do Rio Molha, acesso pela Portaria 2 (em frente ao Senai), conforme informado na Autorização de Fornecimento, aos cuidados dos senhores Wagner, Marcelo, Adriano e Reginaldo, em horário normal de expediente do município.

DATA DA ASSINATURA: 09/10/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Ivana Atanásio Dias e Luís Fernando Macarini Montali.

Ivana Atanásio Dias

Secretaria Municipal de Educação

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 326/2019

Publicação Nº 2221719

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 326/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2019 -FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FMS

CONTRATADA: FUFA SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de TIRAS DE GLICEMIA para exames de glicose ao longo de 12(doze) meses, com fornecimento de glicosímetros a título de comodato, destinados para atendimento nas Unidades de Saúde e pacientes da Rede Municipal, segundo as conveniências da administração direta.

O MUNICÍPIO pagará a contratada os valores conforme descritos no item 1.1.1 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019 e 2020, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima sexta desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega total deverá acontecer com prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 01/11/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Emylle Andressa Pontes de Souza

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO DE COMODATO Nº 537/2019

Publicação Nº 2221720

EXTRATO DO CONTRATO DE COMODATO Nº 537/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2019 -FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FMS

CONTRATADA: FUFA SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de TIRAS DE GLICEMIA para exames de glicose ao longo de 12(doze) meses, com fornecimento de glicosímetros a título de comodato, destinados para atendimento nas Unidades de Saúde e pacientes da Rede Municipal, segundo as conveniências da administração direta.

A COMODANTE é empresa autorizada para fornecimento de tira de teste, de determinação quantitativa de glicose no sangue capilar e venoso, cujo contrato é proveniente do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial, Registro de Preços nº 52/2019.

A COMODANTE é titular e legítima possuidora dos equipamentos emprestados, sendo que os mesmos devem ser compatíveis com a tira teste relacionados no Anexo I do edital.

A COMODANTE empresta, a título gratuito, na primeira compra das tiras, 2.000 (dois mil) glicosímetros para leitura das tiras de teste de determinação quantitativa de glicose no sangue capilar e venoso, compatíveis com a tira teste cotada, acompanhados de cabos USB com software em português, tantos quanto forem necessários também em regime de comodato, assistência técnica e treinamento em todos os setores onde serão utilizados os glicosímetros, quando solicitados

DO PRAZO: O prazo de execução do presente comodato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, ou até a duração da Ata de Registro, conforme estabelece item 3.3. da Ata de Registro de Preços, porquanto o presente contrato é acessório daquele. O COMODANTE não poderá rescindir unilateralmente o presente contrato, tampouco suspender o uso dos equipamentos emprestados, antes de findar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ASSINATURA: 01/11/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Emylle Andressa Pontes de Souza

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LEI Nº 8.149/2019

Publicação Nº 2222516

LEI Nº 8.149/2019

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, para Reforço dos Créditos Especiais Autorizados pelas Leis Municipais Nºs 7.874/2019, de 22/03/2019, e 7.882/2019, de 22/03/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional, mediante Decreto, no valor de R\$ 878.710,44 (Oitocentos e setenta e oito mil, setecentos e dez reais e quarenta e quatro centavos), para reforço de crédito especial dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.1396 - Recapeamento Rua 501 - Pastor Albert Schneider

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.624 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 842.886,52

09.001.15.452.450.3029 - Pavimentação Rua Enrico Fermi

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.662 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 35.823,92

TOTAL R\$ 878.710,44

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.3021 - Pavimentação Rua Ângelo Rubini

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.654 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 878.710,44

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 8.150/2019

Publicação Nº 2222517

LEI Nº 8.150/2019

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 1.061.800,00 (Um milhão, sessenta e um mil e oitocentos reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.001 - ADMINISTRAÇÃO

15.001.10.122.301.2671 - Pagamento dos Servidores da Saúde - Gestão

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.001.13 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 197.600,00

15.001.14 3.1.91 - Aplicações Diretas R\$ 66.400,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.001.15 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.400,00

15.002 - ATENÇÃO BÁSICA

15.002.10.122.301.2672 - Pagamento dos Servidores da Saúde - Atenção Básica

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.002.22 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

15.002.10.301.751.2673 - Manutenção dos Serviços de Atendimento Especial - SATE - PAB

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.002.32 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

15.004 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

15.004.10.122.301.2676 - Pagamento dos Servidores da Saúde - Vigilância em Saúde

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.004.56 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 664.200,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.004.58 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.700,00

TOTAL R\$ 1.061.800,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.002 - ATENÇÃO BÁSICA

15.002.10.122.301.2672 - Pagamento dos Servidores da Saúde - Atenção Básica

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.002.23 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações

Intra-orçamentárias R\$ 499.000,00

15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15.003.10.122.301.2679 - Pagamento dos Servidores da Saúde - MAC

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.003.37 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 562.800,00

TOTAL R\$ 1.061.800,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

LEI Nº 8.151/2019

Publicação Nº 2222518

LEI Nº 8.151/2019

Autoriza a Abertura e Reforço de Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, mediante Decreto, no valor de R\$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais), para inclusão de dotação orçamentária no Orçamento vigente dos Encargos Gerais, a saber:

98 - ENCARGOS GERAIS

98.001 - ENCARGOS GERAIS

98.001.28.845.0.0085 - Integralização de Capital na Codejas

4.5.00 - INVERSÕES FINANCEIRAS

98.001.692 4.5.90 - Aplicações Diretas R\$ 430.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais).

Art.3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, mediante Decreto, crédito adicional destinado ao reforço do crédito especial de que trata a presente Lei, com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

LEI Nº 8.152/2019

Publicação Nº 2222519

LEI Nº 8.152/2019

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Transferir Recursos para Aumento de Capital à Companhia de Desenvolvimento de Jaraguá do Sul (Codejas), Visando a Aquisição de Direitos Mediante Cessão Total de Concessão de Lavra.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir recursos para o aumento de capital da Companhia de Desenvolvimento de Jaraguá do Sul (Codejas), que faz parte da Administração Indireta do Município de Jaraguá do Sul, no valor total de R\$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais).

Art.2º O valor a ser transferido está autorizado na Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, que define a Lei Orçamentária para o exercício de 2019, e na Lei Municipal Nº 8.151/2019, de 08/11/2019, que abre crédito adicional especial, e será utilizado para a aquisição de direitos mediante cessão total de concessão de lavra da área de 05 ha (cinco hectares), localizada no bairro Garibaldi, neste Município de Jaraguá do Sul/SC, coordenadas: 26º31'27.49"S e 49º13'38.73", denominada saibreira "Welke".

Art.3º A Companhia de Desenvolvimento de Jaraguá do Sul (Codejas) prestará contas do resultado da aplicação em até 60 (sessenta) dias da data da liberação dos recursos de que trata a presente Lei.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

LEI Nº 8.153/2019

Publicação Nº 2222520

LEI Nº 8.153/2019

Altera, Acresce e Revoga Dispositivos da Lei Municipal Nº 7.349/2017, de 10 de Março de 2017, Alterada pela Lei Municipal Nº 7.897/2019, de 05 de Abril de 2019, que Dispõem Sobre a Instituição, no Município de Jaraguá do Sul, da Bolsa Desportiva Municipal.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O §1º, do artigo 3º, da Lei Municipal Nº 7.349/2017, de 10/03/2017, alterada pela Lei Municipal Nº 7.897/2019, de 05/04/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.3º ...

§1º Para os fins desta Lei, considera-se Bolsa Desportiva Institucional aquela distribuída diretamente aos atletas não profissionais, paratletas e técnicos que se inscreverem, em atendimento ao edital publicado para esta finalidade, observados os seguintes critérios:

I - experiência esportiva:

a) ter treinado ou auxiliado nos treinamentos de atletas/paratletas não profissionais em competições municipais, regionais, estaduais ou nacionais, na modalidade pleiteada;

II - mérito esportivo:

a) ter obtido até a terceira colocação em eventos esportivos oficiais; e

b) ter treinado ou auxiliado nos treinamentos dos atletas não profissionais que tenham obtido até a terceira colocação em eventos esportivos oficiais.

...”

Art.2º Os incisos II, III e V, do artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.349/2017, de 10/03/2017, alterada pela Lei Municipal Nº 7.897/2019, de 05/04/2019, passam a vigorar com a seguinte redação, revogado o inciso IV, do mesmo artigo:

“Art.5º ...

...

II - ter participado de competições esportivas oficiais em âmbitos estadual, nacional ou internacional no ano anterior a publicação do Edital ou no ano da publicação do Edital para concessão da Bolsa Desportiva Municipal (conforme regras constantes no Edital de Seleção), no caso de atleta e paratleta;

III - ter participado de competições esportivas oficiais em âmbito estadual, nacional ou internacional, no caso de técnico;

...

V - possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos, completos ou completados no ano de vigência do Contrato, no caso de atleta e paratleta;

...”

Art.3º Fica revogado o §3º, do artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.349/2017, de 10/03/2017, alterada pela Lei Municipal Nº 7.897/2019, de 05/04/2019, renumerando-se o atual §4º para §3º, e o atual §5º para §4º.

Art.4º O artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.349/2017, de 10/03/2017, alterada pela Lei Municipal Nº 7.897/2019, de 05/04/2019, passa a vigorar com a seguinte redação, excetuando-se o seu caput e o §3º:

“Art.6º ...

ATLETAS E PARATLETAS

I - Categoria Iniciação Esportiva (Campeonatos Estaduais - Federações, até 14 anos):

a) atletas, no valor mensal correspondente até 03 (três) UPM`s (Unidades Padrão Municipal);

II - Categoria Paradesporto PARAJASC:

a) paratletas, no valor mensal correspondente até 03 (três) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

III - Categoria Estadual (Campeonatos Estaduais - Federações, de 15 anos ou mais):

a) atletas, no valor mensal correspondente até 03 (três) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

IV - Categoria OLESC (Olimpíada Estudantil Catarinense):

a) atletas, no valor mensal correspondente até 05 (cinco) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

V - Categoria JOGUINHOS ABERTOS DE SC:

a) atletas, no valor mensal correspondente até 06 (seis) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

VI - Categoria JOGOS ABERTOS DE SC:

a) atletas, no valor mensal correspondente até 11 (onze) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

VII - Categoria Competições Nacionais (de 14 a 18 anos):

a) atletas e paratletas, no valor mensal correspondente até 04 (quatro) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

VIII - Categoria Competições Nacionais (de 19 anos ou mais):

a) atletas e paratletas, no valor mensal correspondente até 11 (onze) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

IX - Categoria Competições Sul Americano e Pan Americano (de 14 a 18 anos):

a) atletas e paratletas, no valor mensal correspondente até 05 (cinco) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

X - Categoria Competições Sul Americano e Pan Americano (de 19 anos ou mais):

a) atletas e paratletas, no valor mensal correspondente até 06 (seis) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

XI - Categoria Competições Mundial, Olímpico, Paralímpico:

a) atletas e paratletas, no valor mensal correspondente até 12 (doze) UPM's (Unidades Padrão Municipal).

TÉCNICOS**I - Categoria Iniciação Esportiva:**

a) técnicos, no valor mensal correspondente até 12 (doze) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

II - Categoria Paradesporto PARAJASC:

a) técnicos, no valor mensal correspondente até 14 (quatorze) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

III - Categoria Estadual e OLESC:

a) técnicos, no valor mensal correspondente até 20 (vinte) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

IV - Categoria JOGUINHOS ABERTOS DE SC, JOGOS ABERTOS DE SC e Competições Nacionais:

a) técnicos, no valor mensal correspondente até 22 (vinte e duas) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

V - Categoria Pan Americano e Sul Americano:

a) técnicos, no valor mensal correspondente até 23 (vinte e três) UPM's (Unidades Padrão Municipal);

VI - Categoria Olímpico, Mundial e Paralímpico:

a) técnicos, no valor mensal correspondente até 24 (vinte e quatro) UPM's (Unidades Padrão Municipal).

§1º Os valores individuais a serem repassados aos atletas ou paratletas serão definidos pela Comissão da Bolsa Desportiva Municipal, nos limites estabelecidos nesta Lei, considerando histórico do atleta ou paratleta na modalidade, conquistas históricas, competições, atuação, medalhas, troféus, categoria na qual se encontra inscrito e a importância do atleta e da modalidade na programação da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, ou outra que a suceder.

§2º Os valores individuais a serem repassados aos técnicos serão definidos pela Comissão de Análise da Bolsa Desportiva Municipal nos limites estabelecidos nesta Lei, considerando histórico do técnico, na modalidade, conquistas históricas, competições, atuação, medalhas, troféus, de atletas que treinou ou auxiliou nos treinamentos.

..."

Art.5º O §2º, do artigo 7º, da Lei Municipal Nº 7.349/2017, de 10/03/2017, alterada pela Lei Municipal Nº 7.897/2019, de 05/04/2019, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido o §3º e renumerando-se o atual §3º para §4º:

"Art.7º ...

...

§2º O prazo de execução da Bolsa Desportiva Municipal destinada aos atletas e paratletas será de até 12 (doze) meses após a homologação do resultado final e assinatura do Contrato.

§3º Os atletas ou paratletas que já receberem o benefício e conquistarem medalhas nas competições de suas categorias de inscrição, terão prioridade para a renovação das suas bolsas.

§4º O prazo de vigência do contrato será igual ao prazo de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.”

Art.6º O inciso VII, do artigo 8º, da Lei Municipal Nº 7.349/2017, de 10/03/2017, alterada pela Lei Municipal Nº 7.897/2019, de 05/04/2019, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescidos os incisos VIII, IX e X, e renumerando-se o atual inciso VII para inciso XI:

“Art.8º ...

...

VII - deixar de comparecer ao serviço ou treinamento com assiduidade e pontualidade nas horas de atividade planejada e/ou quando convocado;

VIII - deixar de manter conduta compatível com a moralidade;

IX - não tratar com urbanidade as pessoas e companheiros de trabalho e equipes;

X - não apresentar-se ao serviço ou treinamentos em boas condições de asseio e convenientemente trajado ou com uniforme que lhe for determinado;

XI - deixar de cumprir quaisquer condições estabelecidas nesta Lei.”

Art.7º O artigo 10, da Lei Municipal Nº 7.349/2017, de 10/03/2017, alterada pela Lei Municipal Nº 7.897/2019, de 05/04/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.10. Os atletas não profissionais, paratletas e técnicos beneficiados pela Bolsa Desportiva Municipal prestarão contas relativas aos recursos recebidos e as atividades desenvolvidas na forma e nos prazos fixados no Decreto regulamentador desta Lei.”

Art.8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 8.154/2019

Publicação Nº 2222521

LEI Nº 8.154/2019

Denomina Servidão.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Servidão S-424, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no bairro Centro, passa a denominar-se PROFESSORA SENIZIA MAFRA PINTO.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº37/2019/SEMASH

Publicação Nº 2221647

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº37/2019/SEMASH

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 102/1010 de 12 de Novembro de 2010, e processo seletivo nº001/2017.

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, KARLA APARECIDA COELHO FERREIRA, para em Caráter Temporário atuar como ASSISTENTE SOCIAL em Regime de Direito Administrativo – RDA, da Lei 190, a partir de 07/11/2019 a 05/05/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, XX de Novembro de 2019.

Maria Santin Camello

Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

PORTARIA Nº 200/2019/SEMSA

Publicação Nº 2220798

PORTARIANº 200/2019/Semsa

ALCEU GILMAR MORETTI, Secretário Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelas servidoras públicas municipais VIVIANE STOLF, matrícula 8220-1, ROBERTA ROTERMUND BARATTO, matrícula 9108-1, e SINARA ADRIANA LEMOS, matrícula 7897-2, a Sindicância Administrativa nº 018/2019, Portaria inicial nº 130/2019/Semsa, datada de 02 de setembro de 2019;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 128/2019/SCPSA, datado de 05 de novembro de 2019, subscrito pela Presidente da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 30 (trinta) dias;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogado, a partir de 01/11/2019, por mais 30 (trinta) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos, afetos à Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurados pela Portaria nº 130/2019/Semsa, de 02/09/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/11/2019.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALCEU GILMAR MORETTI

Secretário Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 319/2019/SEMTIP

Publicação Nº 2220787

PORTARIANº 319/2019/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 104/2019/4CPAD, de 04/11/2019, da Quarta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 02/11/2019, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 011/2019, instaurado pela Portaria Nº 357/2019, de 06/05/19.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

Portaria 949/2019

PORTARIA Nº 320/2019/SEMTIP

Publicação Nº 2220788

PORTARIANº 320/2019/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 105/2019/4CPAD, de 04/11/2019, da Quarta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 06/11/2019, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 018/2019, instaurado pela Portaria Nº 540/2019, de 24/06/19.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

Portaria 949/2019

PORTARIA Nº 321/2019/SEMTIP

Publicação Nº 2220791

PORTARIANº 321/2019/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 043/2019/2ªCPPAG, de 06/11/2019, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 22/10/2019, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral, concernentes ao Processo Administrativo Geral Nº 010/2018, instaurado pela Portaria Nº 877/2018, de 05/11/2018.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

Portaria 949/2019

PORTARIA Nº 322/2019/SEMTIP

Publicação Nº 2220792

PORTARIANº 322/2019/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o Ofício nº 106/2019/4ªCPPAG, que solicita a revogação da suspensão processual, estabelecida através da Portaria nº 555/2017, em razão de o investigado ter passado por perícia médica junto ao Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais;

RESOLVE:

Art.1º REABRIR o prazo até 23/12/2019 para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo,

concernente ao PAD nº 027/2015 instaurado pela Portaria 1096/2015 de 02/09/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

Portaria 949/2019

PORTARIA Nº 323/2019/SEMTIP

Publicação Nº 2220793

PORTARIANº 323/2019/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 107/2019/2ª CPPAD, de 06/11/2019, da Segunda Comissão de Permanente de Processos Administrativos Disciplinares;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 08/11/2019, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 043/2018, instaurado pela Portaria Nº 1010/2018, de 14/12/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

Portaria 949/2019

PORTARIA Nº 324/2019/SEMTIP

Publicação Nº 2220795

PORTARIANº 324/2019/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 034/2019/1ªCPPAG, de 07/11/2019, da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 09/10/2019, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral, concernentes ao Processo Administrativo Geral Nº 007/2019, instaurado pela Portaria Nº 620/2019, de 11/07/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

Portaria 949/2019

PORTARIA Nº 325/2019/SEMTIP

Publicação Nº 2220796

PORTARIANº 325/2019/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 035/2019/1ªCPPAG, de 07/11/2019, da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 29/10/2019, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral, concernentes ao Processo Administrativo Geral Nº 008/2019, instaurado pela Portaria Nº 667/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

Portaria 949/2019

PORTARIA Nº 982/2019

Publicação Nº 2222522

PORTARIANº 982/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no §1º, do artigo 2º, da Lei Complementar Municipal Nº 198/2017, de 19/07/2017, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 222/2019, de 08/03/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1111/2019/Fujama, de 29/10/2019, da Fundação Jaraguense de Meio Ambiente (Fujama);

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, no período de 05/11/2019 a 14/11/2019, CÉSAR HUMBERTO ROCHA, matrícula 8192, Diretor Técnico, para exercer, interinamente e cumulativamente, o cargo de provimento em comissão de PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE (FUJAMA), em razão de férias do titular, vedada a percepção simultânea de remuneração.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 983/2019

Publicação Nº 2222523

PORTARIANº 983/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 120/2012, de 23 de março de 2012; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 364/2019/Semad-DGP, de 1º/11/2019, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, a partir de 1º/11/2019, de 30 horas semanais para 40 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal KAREN CRISTINA DA COSTA, matrícula 8913, ocupante do cargo efetivo de ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS, lotada na Secretaria Municipal da Administração.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 984/2019

Publicação Nº 2222524

PORTARIANº 984/2019
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição do servidor público municipal CARLOS ALBERTO LESSMANN, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 792;
CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015; 211/2017, de 20/12/2017; 217/2018, de 20/09/2018; 236/2019, de 16/09/2019; e 238/2019, de 10/10/2019;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 361/2019/Semad-DGP, de 31/10/2019, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de MÉDICO VETERINÁRIO, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição do servidor público municipal CARLOS ALBERTO LESSMANN, concedida através da Portaria Nº 739/2019, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 21/10/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 985/2019

Publicação Nº 2222525

PORTARIANº 985/2019
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição (Magistério) do servidor público municipal LIRIO BUSNARDO, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 789;
CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015; 211/2017, de 20/12/2017; 217/2018, de 20/09/2018; 236/2019, de 16/09/2019; e 238/2019, de 10/10/2019;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 361/2019/Semad-DGP, de 31/10/2019, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - LICENCIATURA PLENA, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição (Magistério) do servidor público municipal LIRIO BUSNARDO, concedida através da Portaria Nº 730/2019, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 21/10/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 986/2019

Publicação Nº 2222526

PORTARIANº 986/2019
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal ROSILENE MARIA GARCIA BAUER, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 1232;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015; 211/2017, de 20/12/2017; 217/2018, de 20/09/2018; 236/2019, de 16/09/2019; e 238/2019, de 10/10/2019;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 361/2019/Semad-DGP, de 31/10/2019, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - LICENCIATURA PLENA, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal ROSILENE MARIA GARCIA BAUER, concedida através da Portaria Nº 728/2019, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 23/10/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 987/2019

Publicação Nº 2222527

PORTARIANº 987/2019
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal CENISE MARIA DE OLIVEIRA MOTTA, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 1229;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015; 211/2017, de 20/12/2017; 217/2018, de 20/09/2018; 236/2019, de 16/09/2019; e 238/2019, de 10/10/2019;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 361/2019/Semad-DGP, de 31/10/2019, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - LICENCIATURA PLENA, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal CENISE MARIA DE OLIVEIRA MOTTA, concedida através da Portaria Nº 729/2019, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 23/10/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 988/2019

Publicação Nº 2222528

PORTARIANº 988/2019
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal RENATA DEMSCHINSKI, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 1227;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015; 211/2017, de 20/12/2017; 217/2018, de 20/09/2018; 236/2019, de 16/09/2019; e 238/2019, de 10/10/2019;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 361/2019/Semad-DGP, de 31/10/2019, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de ATENDENTE DE BERÇÁRIO, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal RENATA DEMSCHINSKI, concedida através da Portaria Nº 725/2019, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 23/10/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 989/2019

Publicação Nº 2222529

PORTARIANº 989/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, e 238/2019, de 10/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 475/2019/Semad/DGP/GAS, de 30/10/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 28/10/2019 a 30/10/2019, à servidora pública municipal TANIA EHLERT MOREIRA, matrícula 10035, ocupante do cargo efetivo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 990/2019

Publicação Nº 2222530

PORTARIANº 990/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, e 238/2019, de 10/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 476/2019/Semad/DGP/GAS, de 30/10/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 30/10/2019 a 1º/11/2019, à servidora pública municipal JACE MARI COSTA, matrícula 9029, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 991/2019

Publicação Nº 2222531

PORTARIANº 991/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, e 238/2019, de 10/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 478/2019/Semad/DGP/GAS, de 31/10/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 25/10/2019 a 1º/11/2019, à servidora pública municipal VALDIRENE RODRIGUES SILVA, matrícula 10569, ocupante do cargo efetivo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 992/2019

Publicação Nº 2222532

PORTARIANº 992/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, e 238/2019, de 10/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 485/2019/Semad/DGP/GAS, de 1º/11/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 28/10/2019 a 03/11/2019, à servidora pública municipal IARA MEIRELLES DA ROSA, matrícula 10464, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 993/2019

Publicação Nº 2222533

PORTARIANº 993/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, e 238/2019, de 10/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 486/2019/Semad/DGP/GAS, de 1º/11/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 18/10/2019, e no período de 30/10/2019 a 1º/11/2019, à servidora pública municipal ROSELI LURDES DO NASCIMENTO, matrícula 10585, ocupante do cargo efetivo de Secretária de Unidade Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 994/2019

Publicação Nº 2222534

PORTARIANº 994/2019

Altera Dispositivos da Portaria Nº 736/2019, de 15 de Agosto de 2019, que Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face da Servidora Pública Municipal Daniele Renata David.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, e artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o Memorando Nº 104/2019/2ªCPPAD, de 24/10/2019, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, que solicita o aditamento da Portaria Nº 736/2019, de 15/08/2019, com a inclusão da infringência ao dispositivo legal do inciso V, do artigo 174, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, em razão de documento juntado aos Autos, o qual apresenta relato de conduta praticada pela servidora, no dia 23/08/2019, no C.M.E.I. Alexander Enke;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 704/2019/Cogem, de 25/10/2019, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR dispositivo da Portaria Nº 736/2019, de 15/08/2019, que instaurou o Processo Administrativo Disciplinar Nº 029/2019, em face da servidora pública municipal DANIELE RENATA DAVID, conforme segue:

“CONSIDERANDO os indícios de infração praticada no exercício de suas atribuições, pela servidora pública municipal Daniele Renata David, a qual, em tese, infringiu o disposto nos incisos I, III, V, VI, XIV e XV, do artigo 173, incisos V, XI, XII e XX, do artigo 174, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;”

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 995/2019

Publicação Nº 2222535

PORTARIANº 995/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, DAIANE ISABEL MALLMANN HAMMES, matrícula 10461, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE ATOS DE PESSOAL - (FGC-2), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 9º, da Portaria Nº 972/2019, de 31/10/2019.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 996/2019

Publicação Nº 2222537

PORTARIANº 996/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, VALMIR BONA, matrícula 11253, ocupante do cargo efetivo de Agente de Obras, lotado na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO - (FGC-3), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 997/2019

Publicação Nº 2222538

PORTARIANº 997/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 413/2019/Semplu, de 07/11/2019, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, LUCIANA HARTMANN, matrícula 11268, ocupante do cargo efetivo de Engenheira, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 998/2019

Publicação Nº 2222539

PORTARIANº 998/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 413/2019/Semplu, de 07/11/2019, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, BRUNA FRANCIELE RISTAU, matrícula 11826, ocupante do cargo efetivo de Desenhista Projetista, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE PROJETOS COMPLEMENTARES - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 268/2019 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FMDCA

Publicação Nº 2222573

1 RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 268/2019
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FMDCA

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo . 24, inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CONTRATANTE: Município de Jaraguá do Sul através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes

CONTRATADA: Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB

Rua Antônio da Veiga, nº 140, Bairro Victor Konder - CEP 89030-000 -

Cidade: Blumenau SC

CNPJ: 82.662.958/0001-02

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para capacitação direcionada aos conselheiros tutelares de Jaraguá do Sul, visando oferecer conhecimentos essenciais acerca do desempenho de suas atribuições legais, assim como, estudos de casos práticos.

Item	Qtd	Un	Produto	Valor Un	Valor Total
1	17:30	Horas/aula	Serviço especializado de treinamento	R\$456,69	R\$ 7.992,00

VALOR: R\$ 7.992,00 (sete mil, novecentos e noventa e dois reais)

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução seguirá o cronograma abaixo estabelecido:

Capacitação			
1ª Etapa	Horário	Duração Total	Especificações
Dias 19/11/2019 a 21/11/2019	18h às 21h30	10h30	Capacitação teórica
2ª Etapa	Horário	Duração Total	Especificações
Dias 10/03/2020 a 11/03/2020	18h às 21h30	07h	Capacitação teórica x prática

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a execução de cada etapa mediante a apresentação de nota fiscal.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência é igual ao da execução acrescido de 60 dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente desta Dispensa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2019:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
17.001.08.128.0900.2901	Capacitação da Rede de Garantia de Direitos – Criança e Adolescente	3.3.90 – Aplicações Diretas	357	03.00.700

Jaraguá do Sul (SC), 04 de novembro de 2019.

Sérgio Felipe dos Santos

Presidente da Comissão

Permanente de Licitações

Maria Santin Camello

Ordenadora do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 273/2019 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FMDCA

Publicação Nº 2222576

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 273/2019

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FMDCA

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo . 24, inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CONTRATANTE: Município de Jaraguá do Sul através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes

CONTRATADA: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM – SENA, CNPJ: 03.774.688/0019-84 Endereço: Isidoro Pedri, nº 263, Bairro Barra do Rio Molha, Cidade de Jaraguá do Sul/SC

OBJETO: Contratação de Instituição de Ensino para prestação de serviços técnicos especializados visando capacitar profissionalmente adolescentes atendidos pelos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS:

Item	Qtidade	Un	Produto	Valor unitário	Valor total
01	80	Hora/aula	Curso de Modelagem e Costura Básica	R\$ 160,00	R\$ 12.800,00
02	68	Hora/aula	Curso de Eletricista Residencial Básico.	R\$ 160,00	R\$ 10.880,00
03	80	Hora/aula	Curso de Robótica	R\$ 160,00	R\$ 12.800,00

VALOR TOTAL: R\$ 36.480,00 (Trinta e seis mil e quatrocentos e oitenta reais)

DO PAGAMENTO: O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA pagará à CONTRATADA, o valor de 7.296,00 (sete mil, duzentos e noventa e seis reais) referentes ao mês dos serviços executados, perfazendo um valor de R\$ 36.480,00 (Trinta e seis mil e quatrocentos e oitenta reais) referente a totalidade dos serviços. O pagamento será efetuado em até 30 dias após a entrega da nota fiscal, mediante apresentação de relatório de atividades, em cada etapa a ser cumprida conforme cronograma, certificados pelo(a) Ordenadora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, acompanhado da respectiva Nota Fiscal no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul, CNPJ 19.017.911/0001/50, Rua Walter Marquardt, 1111, Bairro - Barra do Rio

Molha, CEP 89259-700.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 05(cinco)meses após a assinatura do contrato e/ou emissão de Autorização de Fornecimento

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência é igual ao da execução acrescido de 60 dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente desta Dispensa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2019:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
17.001.08.128.0900.2901	Capacitação da Rede de Garantia de Direitos – Criança e Adolescente	3.3.90 – Aplicações Diretas	355	03.00.700

Jaraguá do Sul (SC), 06 de novembro de 2019.

ANTIDIO ALEIXO LUNELLI Prefeito de Municipal	Maria Santin Camello Ordenadora do Ordenadora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
---	---

Sérgio Felipe dos Santos
Presidente da Comissão
Permanente de Licitações

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 150/2019

Publicação Nº 2221675

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 150/2019

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO DE UNIFORMES

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 11/11/2019, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 22/11/2019 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site:

www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 151/2019

Publicação Nº 2221676

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 151/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT CASSETE 60.000 BTUs.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 11/11/2019, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 22/11/2019 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site:

www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PROCON - PESQUISA DE PREÇO - NOVEMBRO 2019

Publicação Nº 2220995



Rua Leopoldo Malheiro, 15 - Bairro: Centro - CEP: 89251-490
 É necessário marcar horário previamente.
 Telefone/Fax: (47) 3275-3237
 E-mail: procon@jaraguadosul.sc.gov.br

CESTA BÁSICA

Pesquisa Realizada entre os dias 01/11/2019 e 04/11/2019

Estabelecimentos	Arroz 1kg	Açúcar Refinado 1kg	Banana Branca 1kg	Batata Suja 1kg	Café 500ml	Carne (coxão mole) 1kg	Farinha de Trigo 1kg	Feijão Preto 1kg	Leite Tipo C 1lt	Manteiga 200gr	Pão Francês 1kg	Tomate 1kg	Óleo de Soja 900ml
Angeloni	R\$ 1,99	R\$ 1,99	R\$ 3,89	R\$ 2,95	R\$ 7,19	R\$ 13,90	R\$ 1,95	R\$ 3,79	R\$ 2,99	R\$ 6,49	R\$ 8,99	R\$ 3,99	R\$ 3,45
Bertoli	R\$ 2,55	R\$ 2,38	R\$ 2,10	R\$ 2,40	R\$ 6,60	R\$ 22,80	R\$ 2,20	R\$ 2,95	R\$ 2,80	R\$ 7,25	R\$ 7,59	R\$ 2,60	R\$ 3,85
Brasão	R\$ 2,49	R\$ 1,99	R\$ 2,79	R\$ 3,99	R\$ 5,99	R\$ 15,99	R\$ 2,99	R\$ 2,99	R\$ 2,49	R\$ 6,99	R\$ 6,99	R\$ 1,99	R\$ 2,99
Condor	R\$ 2,51	R\$ 2,35	R\$ 2,79	R\$ 0,00	R\$ 5,98	R\$ 27,90	R\$ 2,56	R\$ 4,36	R\$ 2,35	R\$ 5,59	R\$ 7,95	R\$ 2,98	R\$ 2,99
Cooper	R\$ 2,38	R\$ 2,19	R\$ 1,89	R\$ 1,78	R\$ 5,99	R\$ 20,95	R\$ 1,99	R\$ 3,99	R\$ 2,69	R\$ 6,98	R\$ 7,90	R\$ 1,98	R\$ 3,59
Fort	R\$ 2,09	R\$ 1,89	R\$ 0,99	R\$ 1,39	R\$ 4,89	R\$ 27,89	R\$ 1,75	R\$ 2,58	R\$ 1,85	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 1,99	R\$ 2,99
Glassi	R\$ 2,10	R\$ 2,38	R\$ 4,98	R\$ 2,68	R\$ 6,58	R\$ 27,90	R\$ 2,38	R\$ 4,40	R\$ 2,85	R\$ 6,98	R\$ 9,90	R\$ 3,98	R\$ 3,38
Gumz	R\$ 2,28	R\$ 2,39	R\$ 1,96	R\$ 1,96	R\$ 6,48	R\$ 18,48	R\$ 3,03	R\$ 2,98	R\$ 2,49	R\$ 8,58	R\$ 5,89	R\$ 1,36	R\$ 3,58
Hiper Mais	R\$ 2,39	R\$ 1,95	R\$ 1,69	R\$ 2,39	R\$ 5,99	R\$ 24,98	R\$ 1,75	R\$ 3,55	R\$ 2,19	R\$ 5,89	R\$ 6,98	R\$ 3,29	R\$ 3,39
Rancho Bom	R\$ 2,49	R\$ 2,79	R\$ 2,99	R\$ 2,59	R\$ 6,99	R\$ 18,99	R\$ 1,99	R\$ 4,39	R\$ 2,49	R\$ 6,99	R\$ 6,99	R\$ 2,99	R\$ 3,49
Menor Preço	R\$ 1,99	R\$ 1,89	R\$ 0,99	R\$ 1,39	R\$ 4,89	R\$ 13,90	R\$ 1,75	R\$ 2,58	R\$ 1,85	R\$ 4,78	R\$ 5,89	R\$ 1,36	R\$ 2,99

Os preços informados referem-se ao produto mais barato encontrado no estabelecimento no dia da pesquisa, sem considerar a marca, correspondendo ao preço praticado à vista.

- As redes **Angeloni, Brasão, Cooper e Rancho Bom**, praticam os mesmos preços em todas as suas lojas na cidade de Jaraguá do Sul.
- O **Fort** não comercializa Pão Francês.
- O **Angeloni** comercializa apenas a batata lavada.
- O **Santa Luzia** comercializa apenas o leite "longa vida".



Rua Leopoldo Malheiro, 15 - Bairro: Centro - CEP: 89251-490
 É necessário marcar horário previamente.
 Telefone/Fax: (47) 3275-3237
 E-mail: procon@jaraguadosul.sc.gov.br

COMBUSTÍVEL

Pesquisa Realizada entre os dias 01/11/2019 e 05/11/2019

Posto	Bandeira	Bairro	Gasolina Comum	Gasolina Aditivada	Alcool Comum	Diesel S500	Diesel S10	GNV	Gás GLP 13kg
Amizade	Branca	Jaraguá Esquerdo	R\$ 3,958	R\$ 3,998	R\$ 3,298	R\$ 0,000	R\$ 3,499	R\$ 0,000	R\$ 0,00
Cidade	BR	Barra do Rio Cerro	R\$ 3,998	R\$ 4,248	R\$ 0,000	R\$ 3,558	R\$ 3,658	R\$ 0,000	R\$ 69,90
Cidade	BR	Barra do Rio Molha	R\$ 3,998	R\$ 4,248	R\$ 0,000	R\$ 3,558	R\$ 3,658	R\$ 0,000	R\$ 69,90
Cidade	BR	Centro	R\$ 3,998	R\$ 4,248	R\$ 0,000	R\$ 3,558	R\$ 3,658	R\$ 0,000	R\$ 69,90
Cidade	BR	Rau	R\$ 3,998	R\$ 4,248	R\$ 0,000	R\$ 3,558	R\$ 3,658	R\$ 0,000	R\$ 69,90
Cidade	BR	Vila Lenzi	R\$ 3,998	R\$ 4,248	R\$ 0,000	R\$ 3,558	R\$ 3,658	R\$ 0,000	R\$ 69,90
Delta	Branca	Vila Baependi	R\$ 3,929	R\$ 3,929	R\$ 0,000	R\$ 3,349	R\$ 3,399	R\$ 0,000	R\$ 0,00
Emmendorfer	Shell	Centro	R\$ 3,999	R\$ 4,199	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 3,669	R\$ 0,000	R\$ 0,00
Posto Juninho	Branca	Centenário	R\$ 3,929	R\$ 3,929	R\$ 3,299	R\$ 0,000	R\$ 3,399	R\$ 0,000	R\$ 0,00
Flex	Branca	Baependi	R\$ 3,969	R\$ 3,969	R\$ 3,399	R\$ 0,000	R\$ 3,499	R\$ 0,000	R\$ 0,00
Grid	Branca	Centro	R\$ 3,959	R\$ 3,999	R\$ 3,259	R\$ 3,399	R\$ 3,499	R\$ 0,000	R\$ 0,00
JJ Posto	Branca	Chico de Paula	R\$ 3,999	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,00
KM 7	Branca	Barra do Rio Cerro	R\$ 3,929	R\$ 3,929	R\$ 3,299	R\$ 3,379	R\$ 3,999	R\$ 0,000	R\$ 0,00
Malochi	Ipiranga	Centro	R\$ 3,999	R\$ 4,199	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 3,649	R\$ 0,000	R\$ 0,00
Marechal	Ipiranga	Centro	R\$ 3,965	R\$ 4,265	R\$ 3,495	R\$ 0,000	R\$ 3,665	R\$ 0,000	R\$ 0,00
Mime	Shell	Barra do Rio Cerro	R\$ 3,979	R\$ 4,179	R\$ 0,000	R\$ 3,519	R\$ 3,619	R\$ 0,000	R\$ 0,00
Mime	Shell	Centro Behling	R\$ 3,999	R\$ 4,199	R\$ 0,000	R\$ 3,519	R\$ 3,619	R\$ 0,000	R\$ 0,00
Mime	Shell	Chico de Paula	R\$ 3,999	R\$ 4,199	R\$ 3,399	R\$ 3,519	R\$ 3,619	R\$ 0,000	R\$ 65,99
Mime	Shell	Ilha da Figueira	R\$ 3,979	R\$ 4,179	R\$ 3,399	R\$ 3,519	R\$ 3,619	R\$ 0,000	R\$ 65,99
N. S. Rosário	Shell	Nereu	R\$ 4,099	R\$ 4,299	R\$ 0,000	R\$ 3,699	R\$ 3,799	R\$ 0,000	R\$ 0,00
Mime	Shell	Rio Cerro II	R\$ 3,979	R\$ 4,179	R\$ 3,399	R\$ 3,519	R\$ 3,619	R\$ 0,000	R\$ 65,99
Mime	Shell	Vieira	R\$ 3,979	R\$ 4,179	R\$ 0,000	R\$ 3,519	R\$ 3,619	R\$ 0,000	R\$ 65,99
Mime	Shell	Vila Lalau	R\$ 3,979	R\$ 4,179	R\$ 3,399	R\$ 3,519	R\$ 3,619	R\$ 0,000	R\$ 0,00
Mime	Shell	Vila Nova	R\$ 3,999	R\$ 4,199	R\$ 3,399	R\$ 3,519	R\$ 3,619	R\$ 2,940	R\$ 65,99
M7 Garibaldi	Didrape	Garibaldi	R\$ 4,099	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 3,599	R\$ 3,699	R\$ 0,000	R\$ 0,00
M7	Didrape	Santa Luzia	R\$ 3,999	R\$ 4,099	R\$ 0,000	R\$ 3,499	R\$ 3,599	R\$ 0,000	R\$ 69,90
Neto	BR	Vila Baependi	R\$ 4,099	R\$ 4,299	R\$ 0,000	R\$ 3,649	R\$ 3,699	R\$ 2,900	R\$ 64,99
Pezini	Ipiranga	Vila Baependi	R\$ 3,968	R\$ 4,298	R\$ 3,298	R\$ 0,000	R\$ 3,698	R\$ 0,000	R\$ 0,00



Rua Leopoldo Malheiro, 15 - Bairro: Centro - CEP: 89251-490
 É necessário marcar horário previamente.
 Telefone/Fax: (47) 3275-3237
 E-mail: procon@jaraguadosul.sc.gov.br

Prime	Branca	Czerniewicz	R\$ 3,919	R\$ 3,919	R\$ 0,000	R\$ 3,339	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 62,90
Rio da Luz	Branca	Rio da Luz	R\$ 4,029	R\$ 4,029	R\$ 0,000	R\$ 3,549	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 74,90
Z19	Ipiranga	Amizade	R\$ 3,969	R\$ 3,969	R\$ 0,000	R\$ 3,549	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,00
Vicenzi	Branca	Santo Antônio	R\$ 3,999	R\$ 4,119	R\$ 3,599	R\$ 3,519	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 69,00
Zandoná	Ipiranga	Centerário	R\$ 3,969	R\$ 4,069	R\$ 3,498	R\$ 3,717	R\$ 2,920	R\$ 0,000	R\$ 0,00
Zelucas	Shell	Ilha da Figueira	R\$ 3,959	R\$ 4,159	R\$ 0,000	R\$ 3,799	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,00
Menor Preço			R\$ 3,919	R\$ 3,919	R\$ 3,259	R\$ 3,339	R\$ 2,900	R\$ 2,900	R\$ 62,90

Obs.:

1. Os preços acima refletem os praticados para vendas à vista.
2. Nos postos de bandeira branca, consultar a distribuidora de origem junto aos postos, que são obrigados a identificar nas bombas qual a distribuidora de origem do combustível, conforme a Portaria 116/00 da ANP.



Rua Leopoldo Malheiro, 15 - Bairro: Centro - CEP: 89251-490
 É necessário marcar horário previamente.
 Telefone/Fax: (47) 3275-3237
 E-mail: procon@jaraguadosul.sc.gov.br

LIMPEZA

Pesquisa Realizada entre os dias 01/11/2019 e 04/11/2019

Estabeleciment os	Água Sanitária 1lt	Álcool 1lt	Amaciante 2lt	Desinfetante 500ml	Detergente 500ml	Espõnia Aço 60g (pcte)	Espõnia Louça unidade	Limpa Vidros 500ml	Lustra Móveis 200ml	Sabão Pedra unidade	Sabão Pó 1kg
Angeloni	R\$ 1,89	R\$ 4,95	R\$ 5,69	R\$ 3,28	R\$ 1,55	R\$ 1,75	R\$ 0,69	R\$ 5,35	R\$ 4,85	R\$ 2,09	R\$ 8,53
Bertoli	R\$ 2,80	R\$ 4,15	R\$ 3,92	R\$ 2,25	R\$ 0,99	R\$ 1,65	R\$ 0,79	R\$ 2,98	R\$ 4,85	R\$ 1,25	R\$ 4,10
Brasão	R\$ 1,79	R\$ 5,99	R\$ 3,79	R\$ 2,89	R\$ 1,59	R\$ 2,45	R\$ 0,99	R\$ 4,29	R\$ 5,79	R\$ 1,69	R\$ 3,99
Condor	R\$ 3,31	R\$ 6,49	R\$ 7,58	R\$ 1,35	R\$ 1,99	R\$ 6,99	R\$ 3,99	R\$ 7,99	R\$ 5,49	R\$ 1,39	R\$ 5,28
Cooper	R\$ 2,49	R\$ 5,89	R\$ 3,99	R\$ 2,49	R\$ 1,25	R\$ 1,69	R\$ 1,15	R\$ 4,29	R\$ 4,99	R\$ 1,59	R\$ 4,89
Fort	R\$ 1,89	R\$ 4,59	R\$ 3,99	R\$ 2,89	R\$ 1,29	R\$ 1,19	R\$ 1,19	R\$ 3,99	R\$ 3,70	R\$ 1,69	R\$ 3,95
Glassi	R\$ 2,28	R\$ 5,28	R\$ 7,18	R\$ 2,28	R\$ 1,25	R\$ 1,60	R\$ 0,99	R\$ 2,88	R\$ 3,45	R\$ 1,48	R\$ 7,48
Gumz	R\$ 3,15	R\$ 7,99	R\$ 4,99	R\$ 2,94	R\$ 1,15	R\$ 1,81	R\$ 2,53	R\$ 8,37	R\$ 12,69	R\$ 1,88	R\$ 6,79
Hiper Mals	R\$ 3,49	R\$ 3,69	R\$ 5,99	R\$ 1,22	R\$ 1,90	R\$ 5,79	R\$ 2,80	R\$ 8,60	R\$ 3,99	R\$ 0,79	R\$ 3,29
Rancho Bom	R\$ 2,99	R\$ 6,39	R\$ 4,99	R\$ 2,69	R\$ 1,29	R\$ 1,79	R\$ 1,49	R\$ 6,99	R\$ 5,98	R\$ 1,95	R\$ 5,99
Menor Preço	R\$ 1,79	R\$ 3,69	R\$ 3,79	R\$ 1,22	R\$ 0,99	R\$ 1,19	R\$ 0,69	R\$ 2,88	R\$ 3,45	R\$ 0,79	R\$ 3,29



Rua Leopoldo Malheiro, 15 - Bairro: Centro - CEP: 89251-490
 É necessário marcar horário previamente.
 Telefone/Fax: (47) 3275-3237
 E-mail: procon@jaraguadosul.sc.gov.br

HIGIÊNE PESSOAL

Pesquisa Realizada entre os dias 01/11/2019 e 04/11/2019

Estabelecimentos	Absorvente 8 a 10 unid.	Aparelho Barbear 2 unid.	Condicionador 350ml	Cotonetes 75 unid.	Creme Dental 90g	Desodorante Rollon 50ml	Escova Dente adulto média	Fio Dental 25-50m	Papel Higiênico 4x30m	Sabonete 90g	Shampoo 350ml
Angeloni	R\$ 4,19	R\$ 9,79	R\$ 3,65	R\$ 1,55	R\$ 2,75	R\$ 8,88	R\$ 3,45	R\$ 7,98	R\$ 4,59	R\$ 1,55	R\$ 4,55
Bertoli	R\$ 1,80	R\$ 4,35	R\$ 7,50	R\$ 1,90	R\$ 1,85	R\$ 5,10	R\$ 2,99	R\$ 3,40	R\$ 1,86	R\$ 0,99	R\$ 4,99
Brasão	R\$ 3,99	R\$ 2,69	R\$ 5,99	R\$ 1,99	R\$ 1,99	R\$ 6,25	R\$ 5,59	R\$ 7,99	R\$ 2,99	R\$ 1,19	R\$ 6,99
Condor	R\$ 3,31	R\$ 6,49	R\$ 7,58	R\$ 1,35	R\$ 1,99	R\$ 6,99	R\$ 3,99	R\$ 7,99	R\$ 5,49	R\$ 1,39	R\$ 5,28
Cooper	R\$ 2,89	R\$ 2,95	R\$ 6,25	R\$ 1,72	R\$ 1,99	R\$ 6,75	R\$ 2,19	R\$ 5,99	R\$ 4,99	R\$ 1,25	R\$ 4,99
Fort	R\$ 1,99	R\$ 3,99	R\$ 5,99	R\$ 1,98	R\$ 2,09	R\$ 5,69	R\$ 2,59	R\$ 5,99	R\$ 1,99	R\$ 0,99	R\$ 4,99
Glassi	R\$ 4,28	R\$ 3,65	R\$ 6,68	R\$ 1,48	R\$ 3,28	R\$ 7,58	R\$ 4,49	R\$ 7,98	R\$ 4,98	R\$ 1,10	R\$ 5,28
Gumz	R\$ 4,54	R\$ 8,22	R\$ 8,97	R\$ 2,19	R\$ 3,25	R\$ 9,66	R\$ 2,98	R\$ 8,98	R\$ 6,15	R\$ 1,97	R\$ 7,70
Hiper Mais	R\$ 3,49	R\$ 3,69	R\$ 5,99	R\$ 1,22	R\$ 1,90	R\$ 5,79	R\$ 2,89	R\$ 7,49	R\$ 2,39	R\$ 1,19	R\$ 3,99
Rancho Bom	R\$ 5,99	R\$ 3,99	R\$ 6,95	R\$ 1,69	R\$ 4,99	R\$ 5,69	R\$ 2,99	R\$ 6,99	R\$ 2,39	R\$ 1,29	R\$ 4,79
Menor Preço	R\$ 1,80	R\$ 2,69	R\$ 3,65	R\$ 1,22	R\$ 1,85	R\$ 5,10	R\$ 2,19	R\$ 3,40	R\$ 1,86	R\$ 0,99	R\$ 3,99

Obs.:

- Os preços informados referem-se ao produto mais barato encontrado no estabelecimento no dia da pesquisa, sem considerar a marca, correspondendo ao preço praticado à vista.
- As redes Angeloni, **Brasão**, **Cooper** e **Rancho Bom**, praticam os mesmos preços em todas as suas lojas na cidade de Jaraguá do Sul.



Rua Leopoldo Malheiro, 15 - Bairro: Centro - CEP: 89251-490
 É necessário marcar horário previamente.
 Telefone/Fax: (47) 3275-3237
 E-mail: procon@jaraguadosul.sc.gov.br

TAXA DE JUROS DE SERVIÇOS BANCÁRIOS (% ao mês)

Pesquisa Realizada entre os dias 01/11/2019 e 06/11/2019

Serviços	Banco do Brasil		Bradesco		Caixa Econômica Federal		Itaú		Santander	
	Taxa Mínima	Taxa Máxima	Taxa Mínima	Taxa Máxima	Taxa Mínima	Taxa Máxima	Taxa Mínima	Taxa Máxima	Taxa Mínima	Taxa Máxima
Cartão de Crédito	2,22%	12,90%	8,00%	15,10%	0,00%	0,00%	1,90%	9,90%	3,99%	17,89%
Cheque Especial	1,85%	12,39%	10,48%	13,45%	1,89%	9,99%	8,56%	12,45%	14,00%	17,77%
CDC	0,00%	0,00%	1,44%	2,60%	2,29%	3,99%	1,40%	2,90%	1,99%	2,70%
Empréstimo Consignado	1,56%	2,99%	1,30%	5,00%	0,99%	2,30%	1,12%	3,23%	1,89%	3,79%
Empréstimo Pessoal	1,79%	7,39%	3,50%	7,16%	1,18%	4,60%	1,37%	7,37%	2,20%	8,99%
Financiamento Veículos	0,00%	0,00%	0,98%	2,60%	1,24%	2,35%	1,40%	2,90%	1,89%	2,79%
Leasing	0,00%	0,00%	1,44%	2,60%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,00%	6,00%

Serviços	Menor Taxa	Maior Taxa
Cartão de Crédito	1,90%	17,89%
Cheque Especial	1,85%	17,77%
CDC	1,40%	3,99%
Empréstimo Consignado	0,99%	5,00%
Empréstimo Pessoal	1,18%	8,99%
Financiamento Veículos	0,98%	2,90%
Leasing	1,44%	6,00%

Joaçaba

PREFEITURA

ALTERAÇÃO DE EDITAL PL 92/2019/PMJ - PP 59/2019/PMJ

Publicação Nº 2221879

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE ALTERAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 92/2019/PMJ
EDITAL PP Nº 59/2019/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital PP nº 59/2019/PMJ, cujo objeto é o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais e equipamentos semafóricos e/ou de serviços de manutenção do sistema, conforme segue:

1. Suprimidas as especificações relativas à CENTRAL DE CONTROLE PARA MANUTENÇÃO DE CONTROLADORES E MÓDULOS ELETRÔNICOS do Termo de Referência – Anexo I do Edital.
2. Alterada a data de processamento do pregão para as 14 horas do dia 22/11/2019.

As demais disposições permanecem inalteradas.

O edital alterado, na íntegra, encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378, telefone 0xx49 3527-8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site www.joacaba.sc.gov.br ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br, a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 08 de novembro de 2019.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA
JUCELINO JORGE FERRAZ – Prefeito em exercício

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA PARA ESCOLHA DE REPRESENTANTES E SUPLENTES VISANDO A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE

Publicação Nº 2221922

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA PARA ESCOLHA DE REPRESENTANTES E SUPLENTES VISANDO A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE

A Superintendência Municipal de Esportes convoca por meio do presente Edital todas as Associações, Clubes e Ligas Desportivas que representam o Município de Joaçaba em competições esportivas a participarem da Assembleia para a escolha de representantes junto ao Conselho Municipal de Esportes - CME, na data e local abaixo especificados, conforme determina a Lei Municipal nº 5.299 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

DO OBJETO

Trata o presente Edital de convocação para Assembleia de escolha de representantes e suplentes que comporão o Conselho Municipal de Esporte (CME), por parte das Entidades representativas descritas no artigo 2º (Representantes da Sociedade Civil) da Lei Municipal nº 5.299 de 29 de outubro de 2019, para o mandato de 02 anos, a contar de sua nomeação.

DO LOCAL E DAS DATAS

As Entidades interessadas em indicar membros para composição do CME deverão participar da Assembleia, que será realizada no dia 19 de Novembro de 2019, às 18h30min, na Superintendência Municipal de Esportes, junto ao Parque Municipal Ivan Orestes Bonato, situada à Rua Luiz Specht, nº 227, Joaçaba, SC.

DA PARTICIPAÇÃO

As associações, Clubes e Ligas desportivas que representam o município de Joaçaba em competições esportivas, poderão indicar membros para o CME, nos termos do artigo 2º da lei municipal nº 5.299, sendo que deverão se fazer presentes à Assembleia.

DOS DOCUMENTOS

As entidades interessadas deverão apresentar no momento da Assembleia os seguintes documentos:

- Cópia da ata de eleição da Diretoria, em caso de participação do Presidente, ou carta de preposição conforme o caso;
- Cópia do Estatuto da entidade atualizado;
- Documento de identidade.

DA TRAMITAÇÃO DO PROCESSO

Após o credenciamento das Entidades participantes que terão direito a voto, as mesmas poderão fazer a indicação de nomes dos interessados em fazerem parte do CME.

Indicados os nomes, serão os mesmos postos em votação. Os quatro nomes que obtiverem o maior número de votos, serão os representantes

titulares junto ao CME, e os quatro subsequentes serão os suplentes em ordem decrescente de votação.

Havendo empate, haverá realização de sorteio entre os inscritos.

Os membros indicados tomarão posse e terão mandato de 02 (dois) anos, conforme determina o artigo 4º da Lei Municipal nº 5.299 de 29 de outubro de 2019.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC) para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Edital, esgotadas as vias administrativas.

Joaçaba, 08 de Novembro de 2019.

Rony Edson Lenz

Superintendente Municipal de Esportes

002 2019 EDITAL DE REMOÇÃO E LOTAÇÃO

Publicação Nº 2221464

**PREFEITURA DE JOACABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****EDITAL Nº 02/2019/SME
PROCESSO DE REMOÇÃO DESTINADO AOS PROFESSORES
DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

FIXA DATA E ESTABELECE OS
PROCEDIMENTOS PARA O PROCESSO DE
REMOÇÃO DESTINADO AOS OCUPANTES DO
CARGO DE PROFESSOR DO QUADRO EFETIVO
DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito de Joaçaba, Sr. Dioclésio Ragnini, no uso de suas atribuições legais e tendo por base o artigo 37, §1º, inciso II da Lei Complementar nº 76, de 11 de dezembro de 2003, e artigos 30 a 36 da Lei Complementar nº 210, de 05 de dezembro de 2011, lança este Edital fixando data e procedimentos para o processo de remoção destinado aos ocupantes do cargo de professor efetivo do Magistério Público Municipal, nos termos do previsto.

1. DA REMOÇÃO

- 1.1 Poderão participar do Processo de Remoção os ocupantes do Cargo de Professor do **quadro efetivo** do Magistério Público Municipal na área de Educação Infantil, lotados nas unidades escolares da rede pública municipal.
- 1.2 No ato de inscrição, o professor deverá indicar na ficha de inscrição anexa a unidade escolar de sua opção, de acordo com sua habilitação profissional, desde que haja vaga disponível.
- 1.3 As opções do professor devem ser compatíveis com a sua carga horária, uma vez que não será permitido alterá-la por intermédio deste processo.
- 1.4 Quando existir mais de um candidato por vaga, no caso dos servidores do magistério em caráter efetivo, serão utilizados os seguintes critérios, conforme dispõe o artigo 37, §5º, da Lei Complementar nº 76/2003:
 - a) Maior habilitação na área de atuação;
 - b) Maior tempo de serviço no magistério público municipal;
 - c) Sorteio na presença dos candidatos inscritos nas vagas.

RUA GETÚLIO VARGAS, 417 – FONE: 49 3521 0289
seceducacao@joacaba.sc.gov.br / educacaoadm@joacaba.sc.gov.br



PREFEITURA DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1.5 Realizada a inscrição será nomeada Comissão, pela Secretária Municipal de Educação, para analisar os pedidos, nos termos do artigo 36, da Lei Complementar nº 210/2011, a qual será formada por sete integrantes, sendo:

I – dois representantes indicados pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal;

II – um representante indicado pelo Conselho Municipal de Educação;

III – um representante indicado pela Secretaria de Gestão Administrativa;

IV – três servidores efetivos indicados pela Secretaria Municipal de Educação.

1.6 O candidato que, sob quaisquer hipóteses, não atender às normas deste edital e demais procedimentos aplicáveis estará, automaticamente, eliminado do processo.

1.7 Será publicada no Diário Oficial do Município a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas, bem como o resultado do processo de remoção de que trata esse Edital.

1.8 O candidato poderá transferir-se para a unidade escolar em que foi removido somente no início do ano letivo de 2020.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 O período de inscrição será nos dias 18 a 22 de novembro de 2019, das 13 horas às 19 horas, com a entrega da documentação, abaixo relacionada, no Setor de RH, da Secretaria Municipal de Educação de Joaçaba.

2.2 Na data de **27/11/2019**, será promovida a homologação das inscrições deferidas, no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

2.3 A ficha de inscrição (Anexo 1) deverá ser preenchida de acordo com a documentação apresentada, devidamente assinada pelo requerente, em que conste expressamente a vaga que pretende ser removido.

2.4 Deverão ser anexados à ficha de inscrição:

- a) Cópia de carteira de identidade e CPF;
- b) Atestado de Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal, expedido pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Joaçaba, com data final de 22/10/2019;
- c) Cópia da Portaria de Lotação originária (a atual);
- d) Cópia dos Diplomas de habilitação e titulações (graduação, especialização, mestrado e/ou doutorado).

RUA GETÚLIO VARGAS, 417 – FONE: 49 3521 0289
seceducacao@joacaba.sc.gov.br / educacaoadm@joacaba.sc.gov.br



PREFEITURA DE JOAÇABA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 2.5 A falta de um dos documentos mencionados no item anterior implica no imediato indeferimento da inscrição.
- 2.6 Após a homologação das inscrições deferidas e indeferidas, os interessados terão o dia 28/11/2019 para recorrer.
- 2.7 Não será permitida a inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, a inscrição por procuração específica para este fim, reconhecida em cartório.
- 2.8 A listagem preliminar de classificação dos candidatos inscritos será publicada no Diário Oficial e/ou site da Prefeitura de Joaçaba no dia 29/11/2019.
- 2.9 O candidato que não concordar com o resultado de sua classificação poderá interpor recurso mediante protocolo para este fim, no dia 02/12/2019, após a publicação da listagem preliminar, justificando a necessidade de revisão da classificação.
- 2.10 Na data de 03/12/2019 será divulgado a Lista oficial dos Classificados.

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 3.1 O pedido de inscrição do professor importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas deste processo de remoção.
- 3.2 As vagas das unidades escolares disponíveis para esta remoção constam no Anexo 2 do presente edital.
- 3.3 O professor removido terá direito a lotação em uma única Unidade Escolar e deverá apresentar-se para a posse e exercício, a partir do início do ano letivo de 2020. (03/02/2020).
- 3.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, por intermédio da Comissão responsável pela análise dos pedidos.

Joaçaba/SC, 11 de novembro de 2019.

DIOCLELIO RAGNINI
PREFEITO DE JOAÇABA/SC

ANA BEATRIZ BRANCHER

RUA GETÚLIO VARGAS, 417 – FONE: 49 3521 0289
seceducacao@joacaba.sc.gov.br / educacaoadm@joacaba.sc.gov.br

**PREFEITURA DE JOAÇABA**
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO 1**EDITAL Nº 02/2019/SME – PROCESSO DE REMOÇÃO**
FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PEDIDO DE REMOÇÃO

DADOS DO SERVIDOR:		
NOME:		MATRÍCULA:
CPF:	RG:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:
ENDEREÇO:		NÚMERO:
BAIRRO:	CEP:	MUNICÍPIO:
EMAIL:		TELEFONE:
		CELULAR:
CARGO / NÍVEL:		
ÁREA EM QUE ESTÁ HABILITADO:		
DATA DE ADMISSÃO:		DATA DE NASCIMENTO:
CARGA HORÁRIA:		TURNO DE TRABALHO:
UNIDADE DE ENSINO DE LOTAÇÃO:		
UNIDADE DE ENSINO PARA REMOÇÃO:		
VAGA / DISCIPLINA A QUE CONCORRE:		
HABILITAÇÃO EM:		
TÍTULOS/ DIPLOMAS () ESPECIALIZAÇÃO:		
TÍTULOS/ DIPLOMAS () MESTRADO		
TÍTULOS/ DIPLOMAS () DOUTORADO		
TEMPO DE SERVIÇO NO MAGISTÉRIO MUNICIPAL:		
Declaro para os devidos fins de direito junto a Secretaria de Educação que ACEITO OS CRITÉRIOS estabelecidos no Edital nº 02/2019, sob pena de indeferimento da inscrição no Processo de Remoção. Data: ____/____/____		
_____ SERVIDOR		
DADOS A SEREM PREENCHIDOS PELA COMISSÃO		
UNIDADE DE ENSINO A SER LOTADO: _____		
ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO: _____		
NOME E ASSINATURA DOS MEMBROS DA COMISSÃO: _____		
DATA: ____/____/____		

RUA GETÚLIO VARGAS, 417 – FONE: 49 3521 0289
seeducacao@joacaba.sc.gov.br / educacaoadm@joacaba.sc.gov.br



PREFEITURA DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO 2
QUADRO DE VAGAS

ESCOLA	HABILITAÇÃO	NÚMERO DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	TURNOS
Centro Educacional Frei Bruno	Graduação em Pedagogia	01	20h	Matutino/ Vespertino
Escola Nossa Senhora de Lourdes	Graduação em Pedagogia	01	20h	Vespertino
Escola Nossa Senhora de Lourdes	Graduação em Pedagogia	01	20h	Vespertino
Centro Educação Infantil Rosa Branco	Graduação em Pedagogia	01	40h	Matutino/ Vespertino
Centro Educação Infantil Nossa Senhora de Lourdes	Graduação em Pedagogia	01	40h	Matutino/ Vespertino

RUA GETÚLIO VARGAS, 417 – FONE: 49 3521 0289
seceducacao@joacaba.sc.gov.br / educacaoadm@joacaba.sc.gov.br

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA**AVISO PL 14/2019/FMS - TP 03/2019/FMS**

Publicação Nº 2221780

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE CONTINUAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2019/FMS
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2019/FMS

Informamos a todos os interessados no processo licitatório nº 14/2019/FMS – Tomada de Preços nº 03/2019/FMS, cujo objeto é “contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para reforma, alteração de layout interno e recuperação da estrutura de edifício localizado na Rua Getúlio Vargas, Bairro Cruzeiro do Sul, neste Município” que o recurso interposto quanto ao julgamento da habilitação está disponível no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br), contando-se o prazo para apresentação das possíveis contrarrazões nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Licitações, pelo telefone (49) 3521-1555 ou pelo e-mail licitacaosaudejba@hotmail.com. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 11 de novembro de 2019.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Comissão de Licitação

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PREGÃO PRESENCIAL JHL 0069/2019 - SIMAE**

Publicação Nº 2218692

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0081/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0069/2019
PROTOCOLO JHL 3065/2019

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0069/2019 – Licitação 0081/2019, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CALIBRAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA IN LOCO DE AUTOCLAVE SERCON DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SIMAE, MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC.

Da Entrega dos Envelopes: até as 8h 50min do dia 25/11/2019 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 25/11/2019 às 9h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 11/11/2019 a 25/11/2019.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: licitacao@simae.sc.gov.br.

Joaçaba - SC, 06 de novembro de 2019.
Patricia Callegari Warken– Diretora Adjunta do Simae.

José Boiteux

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 66/2019 REFERENTE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL COMPRA DE CONCRETO USINADO PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS MAIORES INFORMAÇÕES NO PRESENTE EDITAL.

Publicação Nº 2221089

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC
PROCESSO LICITATÓRIO 66/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2019

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 25/11/2019, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº 655 junto ao portal do Município, REFERENTE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL COMPRA DE CONCRETO USINADO PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS MAIORES INFORMAÇÕES NO PRESENTE EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 08 de Novembro 2019.
JONAS PUDEWELL
Prefeito Municipal

Jupirá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1601/19 DE 01/11/2019

Publicação Nº 2220929

DECRETO Nº 1601/19 de 01/11/2019.

EFETUA MOVIMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DE DESPESA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece o Art. 74, V, da Lei Orgânica Municipal, e em especial o Art. 5º. da Lei Municipal nº. 0697/18 de 12/12/2018,

DECRETA:

Art. 1.º - Ficam transferidos os seguintes valores das dotações orçamentárias, contidas nos projetos atividades a seguir identificados:

ÓRGÃO 04.00 Secretaria de Educação e Cultura
UNIDADE 04.01 Departamento de Educação
PROJETO ATIVIDADE Manutenção da Merenda Escolar FUNDEB
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 12.361.0004.2.016
ELEMENTO 3190(42)
VALOR R\$ 5.000,00(cinco mil reais);

Para o mesmo projeto:

ELEMENTO: 3390(43)
VALOR R\$ 5.000,00(cinco mil reais);

Art. 2º. – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupirá – SC, 01 de Novembro de 2019.
AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1602/19 DE 04/11/2019

Publicação Nº 2220933

DECRETO N.º 1602/19 de 04/11/2019.

Estabelece procedimentos de matrícula nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Jupirá, para o ano letivo de 2020, e da outras providências.

AUGUSTO CÉSAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o Art. 74, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando, a necessidade de planejar adequadamente o ingresso e a permanência dos alunos nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino,

Considerando, a necessidade de tornar público o período de matrícula para a Creche, Educação infantil e o Ensino Fundamental, no Município de Jupirá para o ano letivo de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam estabelecidos os procedimentos relativos a matrícula e renovação de matrículas dos alunos das Unidades Escolares que integram a Rede Municipal de Ensino de Jupirá para o ano letivo de 2020.

Art. 2º - A Divisão de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, com auxílio do CME (Conselho Municipal de Educação), terá a responsabilidade de planejar, definir e organizar o ingresso de alunos na Rede Municipal de Ensino, envidando esforços para garantir sua permanência, de acordo com os procedimentos previstos neste Decreto.

Art. 3º - A matrícula obedecerá ao cronograma a seguir e será efetuada pelos pais ou responsável legal:

I – Renovação de matrículas será automática pelo próprio Departamento;

II - Matrículas novas de 08 a 30 de Novembro de 2019;

Art. 4º - A matrícula na Educação Infantil, observada a organização da Unidade Escolar, levará em conta os seguintes aspectos:

I –Faixa Etária

- a) Creche crianças de 1(um) ano e 7(sete) meses a 3(três) anos;
- b) Pré-Escola: crianças de 4 (quatro) anos completos a 5 (cinco) anos;
- c) A matrícula na Creche dar-se-á no primeiro ano de escolaridade para alunos com 2 (dois) anos completos ou a completar até 31 de Março de 2020.

II –Período –Durante todo o ano letivo, independentemente do cumprimento do mínimo de 200 dias letivos.

III - Seleção –A seleção para o preenchimento das vagas, será realizada pelo Diretor do Departamento Municipal, obedecendo aos seguintes critérios:

- a) Mães que trabalham;
 - b) Famílias em estado de pobreza extrema;
 - c) Famílias com prole extensa;
 - d) Crianças com necessidades educacionais especiais;
 - e) Famílias com portadores de necessidades educacionais especiais ou transtorno mental;
- IV - É de responsabilidade dos pais trazerem as crianças até a escola, bem como vir buscá-las ao final do expediente;
- V –Horário de expediente das 07h45min às 11h45min e das 13h15min as 17h:15min;

Art. 5º - A matrícula no Ensino Fundamental dar-se-á no primeiro ano de escolaridade para alunos com 6 (seis) anos completos ou a completar até 31 de março de 2020.

Art. 6º - A distribuição das vagas na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, obedecerá aos seguintes critérios:

- I - Disponibilidade física de cada Unidade Escolar;
- II - Obediência à faixa etária do aluno;
- III - Até 5 anos, na Educação Infantil;
- IV - Dos 6 aos 17 anos, no Ensino Fundamental;

Art. 7º - No ato da matrícula, os responsáveis apresentarão os seguintes documentos:

- a) Cópia de certidão de nascimento;
- b) Cópia de carteira de vacinação atualizada;
- c) Comprovante de residência;

Art. 8º - Não será cobrado e nem aceito qualquer valor no ato da matrícula.

Art. 9º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 10 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupiá – SC, 04 de Novembro de 2019.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1603/19 DE 06/11/2019

Publicação Nº 2220936

DECRETO N.º 1603/19 de 06/11/2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUGUSTO CÉSAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupiá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece o art. 74, V, da Lei Orgânica Municipal, arts. 7º e 43 da Lei nº 4.320/64 de 17/03/1964 e em especial o Art. 6º. Inciso I da Lei Municipal nº. 0697/18 de 12/12/2018,

DECRETA:

Art. 1º. - Fica aberto crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00(vinte mil reais) em favor da Secretaria que menciona, assim consignados:

ÓRGÃO 07.00 Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente

UNIDADE 07.01 Departamento de Agricultura

PROJETO ATIVIDADE Manutenção do Departamento de Agricultura

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 20.606.0005.2.035

ELEMENTO 3390(173)

VALOR R\$ 20.000,00(vinte mil reais);

Art. 2º. – Para a abertura do crédito suplementar de que trata o Art. anterior, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupiá – SC, 06 de Novembro de 2019.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1604/19 DE 06/11/2019

Publicação Nº 2220938

DECRETO N.º 1604/19 de 06/11/2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUGUSTO CÉSAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupiá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece o art. 74, V, da Lei Orgânica Municipal, arts. 7º e 43 da Lei nº 4.320/64 de 17/03/1964 e em especial o Art. 6º. Inciso I da Lei Municipal nº. 0697/18 de 12/12/2018,

DECRETA:

Art. 1º. - Fica aberto crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00(vinte mil reais) em favor da Secretaria que menciona, assim consignados:

ÓRGÃO 08.00 Secretaria de Assistência Social

UNIDADE 08.01 Fundo Municipal de Assistência Social

PROJETO ATIVIDADE Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 08.244.0008.2.042

ELEMENTO 3390(136)

VALOR R\$ 20.000,00(vinte mil reais);

Art. 2º. – Para a abertura do crédito suplementar de que trata o Art. anterior, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupiá – SC, 06 de Novembro de 2019.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

Prefeito Municipal

Lacerdópolis

PREFEITURA

ADITIVO 01 CONTRATO 44-2018

Publicação Nº 2221129

TERMO ADITIVO N. 01

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 44/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N. 35/2018

PREGÃO PRESENCIAL N. 20/2018

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pela prefeita em exercício Olides Rita Dall'Orsoletta Vetorazi.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.456.865/0001-67, com sede à Rua João Pessoa nº 134, 1º andar, centro, no Município de Criciúma/SC, representada por Daniela Ramos Silva Guollo, doravante simplesmente designada contratada.

Os CONTRATANTES têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato em epígrafe, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n. 8.666/93, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual, bem como o reajuste de preço contratual.

Aos valores unitários de cada item da tabela prevista no contrato foi aplicado o reajuste de 3,28%, que corresponde ao INPC acumulado nos últimos 12 (doze) meses, sendo que os valores passam a ser os seguintes:

01 - LICENCIAMENTO DE USO DOS APLICATIVOS: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS					
ITEM	UNID.	QTDE.	DESCR.	VALOR UNI-TÁR.	VALOR TOTAL
1	Mês	12	Contabilidade Pública com 04 (quatro) usuários	R\$ 1.363,30	R\$ 16.359,60
2	Mês	12	Planejamento Municipal com 03 (três) usuários	R\$ 402,79	R\$ 4.833,48
3	Mês	12	Compras e licitações com 04 (quatro) usuários	R\$ 722,96	R\$ 8.675,52
4	Mês	12	Patrimônio com 03 (três) usuários	R\$ 278,86	R\$ 3.346,32
5	Mês	12	Folha de Pagamento com 03 (três) usuários	R\$ 857,22	R\$ 10.286,64
6	Mês	12	Tributação Pública com 03 (três) usuários	R\$ 1.239,36	R\$ 14.872,32
7	Mês	12	Escrituração Eletrônica do ISS via internet com número ilimitado de usuários	R\$ 289,18	R\$ 3.470,16
8	Mês	12	Atendimento ao Cidadão via internet com número ilimitado de usuários	R\$ 361,58	R\$ 4.338,96
9	Mês	12	Emissão de Notas Fiscais Eletrônicas via internet com número ilimitado de usuários	R\$ 340,82	R\$ 4.089,84
10	Mês	12	Tesouraria com 04 (quatro) usuários	R\$ 247,87	R\$ 2.974,44
11	Mês	12	Ponto eletrônico com 01 (um) usuário	R\$ 568,04	R\$ 6.816,48
12	Mês	12	Recursos Humanos com 02 (dois) usuários	R\$ 976,00	R\$ 11.712,00
13	Mês	12	Portal da Transparência com número ilimitado de usuários	R\$ 258,20	R\$ 3.098,40
14	Mês	12	Relógio Ponto via internet com número ilimitado de usuários	R\$ 289,18	R\$ 3.470,16
15	Mês	12	E-Social com número ilimitado de usuários	R\$ 433,78	R\$ 5.205,36
TOTAL:					R\$ 103.549,68
02 - SERVIÇOS TÉCNICOS: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS					
16	Serviço	1	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	R\$ 258,20	R\$ 258,20
17	Hora	400	Serviços Técnicos, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	R\$ 82,62	R\$ 33.048,00
18	km	8.000	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	R\$ 0,83	R\$ 6.640,00
19	Diária	30	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	R\$ 155,95	R\$ 4.678,50
TOTAL:					R\$ 44.624,70
03 - LICENCIAMENTO DE USO DOS APLICATIVOS: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LACERDÓPOLIS					
20	Mês	12	Contabilidade Pública com 03 (três) usuários	R\$ 216,89	R\$ 2.602,68

21	Mês	12	Compras e Licitações com 03 (três) usuários	R\$ 144,59	R\$ 1.735,08
22	Mês	12	Tesouraria com 02 (dois) usuários	R\$ 165,25	R\$ 1.983,00
23	Mês	12	Gestão da Saúde Pública com 15 (quinze) usuários	R\$ 1.239,36	R\$ 14.872,32
24	Mês	12	Portal da Transparência com número ilimitado de usuários	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL:					R\$ 21.193,08
04 - SERVIÇOS TÉCNICOS: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LACERDÓPOLIS					
25	Serviço	1	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
26	Hora	300	Serviços Técnicos, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	R\$ 82,62	R\$ 24.786,00
27	km	5.000	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	R\$ 0,83	R\$ 4.150,00
28	Diária	30	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	R\$ 155,95	R\$ 4.678,50
TOTAL:					R\$ 33.614,50
TOTAL GERAL:					R\$ 202.981,96

Os efeitos financeiros decorrentes do acréscimo vigoram a partir da publicação do mesmo na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA- DESPESA

O CONTRATANTE empenhará as despesas decorrentes deste contrato na seguinte dotação orçamentária:

ORGAO 04-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
 UNIDADE 01-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
 Proj/At. 04.123.1002.2.006-Manut.Serv.Contabilidade, Tesouraria e Tributação
 Compl.Elem. 3.3.90.39.11.00.00.00 – Locação de Softwers (19)
 Recurso 0000-Recursos Ordinários

ÓRGÃO: 10-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 UNIDADE: 01-SERVIÇOS DE SAÚDE
 Proj/At. 10.301.1012.2.058- Manut. Veículos, Conservação e Demais Serviços
 Compl.Elem. 3.3.90.39.11.00.00.00 – Locação de Softwers (14)
 Recurso 0000 - Recursos Ordinários CLÁUSULA QUARTA – AUTORIZAÇÃO E FUNDAMENTO

O presente termo aditivo decorre de autorização expressa do prefeito e encontra amparo legal nos arts. 65 e 57, caput e inciso I da Lei n. 8.666/93, além das cláusulas segunda (tópico 2.2) e quarta do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Lacerdópolis/SC, 26 de setembro de 2019.

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC Olides Rita Dall'Orsoletta Vetorazi Prefeita em exercício	BETHA SISTEMAS LTDA Daniela Ramos Silva Guollo Procuradora
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF/MF: _____

Nome: _____ CPF/MF: _____

Lages

PREFEITURA

PP 51/2019 PML

Publicação Nº 2221461

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial 51/2019 PML

Objeto: Registro de Preços destinado à Aquisição de EPI's, EPC's e Uniformes para Utilização pelos Servidores da Secretaria de Planejamento e Obras.

Abertura: 27/11/2019 às 13h30min.

Valor Estimado: R\$ 88.837,83

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 11 de novembro de 2019.

Antonio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

SUSPENSÃO CC 06/2019 PML

Publicação Nº 2221269

SUSPENSÃO

ASSUNTO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA 06/2019 - PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ORGANIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DA FESTA NACIONAL DO PINHÃO, COM O OBJETIVO DE PRODUÇÃO, PROMOÇÃO DE ESPETÁCULOS ARTÍSTICOS E A REALIZAÇÃO INTEGRAL DE EVENTOS CULTURAIS, EMPREGANDO OS BENS PÚBLICOS A ELA AFETOS.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário de Administração e Fazenda, fundamentado no Parecer nº 994/2019, exarado pela Procuradoria Geral do Município, considerando a apresentação de impugnações, torna notório aos interessados, a SUSPENSÃO do Processo Licitatório em epigrafe, pelo prazo necessário para análise administrativa. Cumpra-se, comunique-se e publique-se.

Lages, 11 de novembro de 2019.

Antônio Cesar Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

DECRETO N.º 6.129/2019 - "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA".

Publicação Nº 2221977

DECRETO Nº 6.129/2019, de 07 de novembro de 2019.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e autorizado pelo artigo 6º, da Lei Municipal nº. 2.043/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, readequando a dotação orçamentária, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 07 – Secretaria de Transporte e Obras

Projeto/Atividade: 1.096 – Infraestrutura de Obras viárias

67 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0064/Aplicações diretas...R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica autorizada a anulação parcial em igual valor de recursos no orçamento vigente, das seguintes dotações:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 07 – Secretaria de Transporte e Obras

Projeto/Atividade: 1.096 – Infraestrutura de Obras viárias

65 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064/Aplicações diretas...R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 6.130/2019 - "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA".

Publicação Nº 2221978

DECRETO Nº 6.130/2019, de 07 de novembro de 2019.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e autorizado pelo artigo 6º, da Lei Municipal nº. 2.043/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, readequando a dotação orçamentária, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte

Projeto/Atividade: 2.078– Manutenção do Pólo de Ensino a Distância

46 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000/Aplicações diretas...R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica autorizada a anulação parcial em igual valor de recursos no orçamento vigente, das seguintes dotações:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte

Projeto/Atividade: 2.078– Manutenção do Pólo de Ensino a Distância

47 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000/Aplicações diretas...R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

EDITAL INTERNO SEDUC Nº 02/2019

Publicação Nº 2221946

EDITAL INTERNO SEDUC Nº 02/2019

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, no uso de suas atribuições legais, torna público a abertura do Edital de Remoção e/ou Alteração da carga horária de Professores, Especialistas em Assuntos Educacionais e Secretários de Escola, considerando o disposto nos artigos 11, 12, 14 e 15 da Lei Complementar nº 138 de 12 de junho de 2006, com atuação na rede municipal de ensino para o ano letivo de 2020.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. REMOÇÃO é o deslocamento do servidor do local em que se encontra lotado para outra unidade educacional.
- 1.2. ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA é o aumento ou redução da jornada de trabalho do servidor.
- 1.3. Poderão participar do Edital de Remoção os ocupantes do Cargo de Professor, Especialista em Assuntos Educacionais e Secretário de Escola, lotados nas Unidades Escolares da rede municipal, com, no mínimo, 01(um) ano de exercício no cargo.
- 1.4. No ato da inscrição, os servidores acima mencionados poderão optar por até 03 (três) Unidades Escolares, registrando-as em ordem de preferência.
- 1.5. As opções do Professor devem ser correspondentes ao seu regime de trabalho, considerando a sua carga horária funcional.
- 1.6. O Professor com regime de trabalho de 40 horas semanais poderá optar somente em unidades escolares que funcionem em dois turnos.
- 1.7. Ficam impedidos de reduzir a carga horária os Professores lotados 40 (quarenta) horas nos Centros de Educação Infantil, nos termos do parágrafo único do art.35 da Lei Complementar nº 138/2006.
- 1.8. As opções do Especialista em Assuntos Educacionais e Secretário de Escola devem ser correspondentes ao seu regime de trabalho, considerando a sua carga horária funcional.
- 1.9. O Especialista em Assuntos Educacionais e o Secretário de Escola, com regime de 40 (quarenta) horas semanais, poderá optar somente por unidades escolares que funcionem em dois turnos.
- 1.10. O Professor, Especialista em Assuntos Educacionais e Secretário de Escola que pretende participar deste Edital de Remoção e Alteração de carga horária deverá ter, no mínimo, 12 (doze) meses de efetivo exercício na Unidade Escolar de lotação, a contar da data de posse;

2. DAS INSCRIÇÕES

- 2.1. As inscrições serão realizadas no período de 25/11/2019 a 29/11/2019 das 13:00 às 18:30 horas na Secretaria Municipal de Educação e Esportes - Av. Colombo Machado Salles, 145, Centro – Laguna - Centro Administrativo Tordesilhas (Shopping), 3º piso.
- 2.2. A solicitação de alteração de exercício (remoção) ou de alteração (aumento e redução) de carga horária deverá ser feita pelo próprio candidato diretamente no Departamento Administrativo da Secretaria de Educação e Esportes, por meio de requerimento próprio, conforme Anexo I e II, respectivamente, acompanhadas dos documentos descritos no item 4.
- 2.3. É vedada a inscrição ao servidor que:
 - a. Esteja em gozo de licença sem remuneração;
 - b. Esteve ou esteja em licença para tratamento de saúde por período igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias;
 - c. Esteja em processo de aposentadoria;
 - d. Esteve ou esteja readaptado por período igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias;
 - e. Esteja a disposição de outros órgãos não pertencentes à estrutura da Secretaria de Educação de Laguna/SC, exceto os que cumprem mandato classista.

3- DOS CRITÉRIOS:

3.2. Para a alteração de exercício, referente a Remoção, a classificação do Professor e Especialista em Assuntos Educacionais, obedecerá os seguintes critérios de desempate, na ordem:

- I- maior grau de formação na área de atuação;
- II- maior tempo no magistério público municipal;
- III- maior tempo de serviço no magistério;
- IV- mais idoso;
- V- maior número de filhos menores;
- VI- residência mais próxima da respectiva unidade escolar;
- VII- sorteio.

3.4. A classificação referente a alteração de exercício (Remoção) do Secretário de Escola obedecerá os seguintes critérios de desempate, na ordem:

- I- maior tempo de serviço público municipal;
- II- mais idoso;
- III - maior número de filhos menores;
- IV - residência mais próxima da respectiva unidade escolar;
- V - sorteio.

3.5. O Professor efetivo terá preferência na ampliação de sua carga horária, até o limite de 40 horas semanais, em relação à nova admissão.

3.6. Havendo mais de um Professor e Especialista em Assuntos Educacionais que manifestem interesse pelo aumento ou redução de carga

horária, serão observados os seguintes critérios:

- I- maior tempo de serviço efetivo ininterrupto na Unidade Escolar;
- II- maior grau de formação na área de atuação;
- III- maior tempo de serviço no magistério público municipal;
- IV- mais idoso;
- V- maior número de filhos;
- VI- residência mais próxima da respectiva unidade escolar;
- VII- sorteio.

4- DOS DOCUMENTOS:

4.1. Para alteração de exercício (remoção) os Professores e Especialistas em Assuntos Educacionais, deverão apresentar os seguintes documentos no ato de inscrição:

- a) xerox da carteira de identidade;
- b) xerox da portaria de nomeação;
- c) requerimento devidamente preenchido e assinado;
- d) xerox do diploma de maior grau de formação na área de atuação;
- e) atestado de tempo de serviço público municipal contado até 31/10/2019
- f) atestado de tempo de serviço no magistério contado até 31/10/2019
- g) xerox das certidões de nascimento dos filhos menores;
- h) xerox do comprovante de residência.

4.2. Os Secretários de Escola para alteração de exercício (remoção), deverão apresentar os seguintes documentos no ato de inscrição:

- a) xerox da carteira de identidade;
- b) xerox da portaria de nomeação;
- c) requerimento devidamente preenchido e assinado;
- d) atestado de tempo de serviço público municipal contado até 31/10/2019
- e) xerox das certidões de nascimento dos filhos menores;
- f) xerox do comprovante de residência.

4.3. Para aumento e redução de carga horária o Professor e Especialista em Assuntos Educacionais deverão apresentar os seguintes documentos no ato de inscrição:

- a) xerox da carteira de identidade;
- b) xerox da portaria de nomeação;
- c) requerimento devidamente preenchido e assinado;
- d) xerox do diploma de maior grau de formação na área de atuação;
- e) atestado de tempo de serviço efetivo ininterrupto na Unidade Escolar até 31/10/2019
- f) atestado de tempo de serviço no magistério contado até 31/10/2019
- g) xerox das certidões de nascimento dos filhos;
- h) xerox do comprovante de residência.

5- DO QUADRO DE VAGAS:

O quadro de vagas para Remoção e Alteração de Carga Horária está previsto no Anexo III deste Edital.

6- RESULTADO:

O resultado do processo será divulgado no site da prefeitura no endereço www.laguna.sc.gov.br e também estará disponível no mural da Secretaria de Educação e Esportes no dia 16 de Dezembro de 2019, a partir das 14 horas.

7- DA EXPEDIÇÃO DE PORTARIA:

A portaria será expedida pelo Departamento de Recursos Humanos por ato do Poder Executivo.

8- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

8.1. Valerá a inscrição para todo e qualquer efeito como forma expressa de aceitação, por parte do candidato, das normas constantes deste Edital.

8.2. O candidato deverá transferir-se para a Unidade Escolar em que foi removido a partir de 03 de fevereiro de 2020.

8.3. O Professor, Especialista em Assuntos Educacionais e Secretário de Escola que participar do edital de remoção e alteração de carga horária não poderá ter movimentação funcional, nem se afastar para ocupar função gratificada, no transcurso de, no mínimo, 12 (doze) meses a contar de 03 de fevereiro de 2020. Caso ocorra neste período movimentação funcional ou afastamento, o servidor retornará à sua lotação e/ou carga horária de origem.

8.4. O Professor, Especialista em Assuntos Educacionais e Secretário de Escola que for removido por este Edital só poderá reivindicar nova remoção depois de transcorridos, no mínimo, 12 (doze) meses a contar de 03 de fevereiro de 2020.

8.5. O descumprimento do prazo determinado para assumir a nova lotação e/ou carga horária implicará no cancelamento do mesmo.

8.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão composta por servidores da Secretaria de Educação e Esportes e homologados pela Secretária de Educação do Município de Laguna/SC.

8.7. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 08 de Novembro de 2019.

Janaina Preve Costa
Secretária de Educação e Esportes

ANEXO I
REQUERIMENTO DE ALTERAÇÃO DE EXERCÍCIO (REMOÇÃO) – EDITAL SEDUC Nº02/2019

NOME DO(A) SERVIDOR(A): _____

TELEFONE FIXO: _____ CELULAR: _____

MATRÍCULA Nº _____ DATA INGRESSO: ____/____/____

CARGO/DISCIPLINA: _____

LOTAÇÃO/LOCAL: _____

CARGA HORÁRIA: _____

TURNO: _____

UNIDADE PRETENDIDA PARA REMOÇÃO:

• 1ª OPÇÃO: _____

• 2ª OPÇÃO: _____

• 3ª OPÇÃO: _____

Laguna, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Candidato
Protocolo Nº: _____ Nº. Folhas Recebidas: _____

COMPROVANTE DE ENTREGA - REQUERIMENTO DE
ALTERAÇÃO DE EXERCÍCIO (REMOÇÃO) – EDITAL SEDUC Nº 02/2019

SERVIDOR(A): _____

CARGO/DISCIPLINA: _____

DATA RECEBIMENTO: ____/____/____

ASSINATURA

Protocolo Nº: _____

Nº. Folhas Recebidas: _____

ANEXO II
REQUERIMENTO DE ALTERAÇÃO (AUMENTO OU REDUÇÃO) DE CARGA HORÁRIA
– EDITAL SEDUC Nº 02/2019

NOME DO(A) SERVIDOR(A): _____

TELEFONE FIXO: _____ CELULAR: _____

MATRÍCULA Nº _____ DATA INGRESSO: ____/____/____

CARGO/DISCIPLINA: _____

LOTAÇÃO/LOCAL: _____

CARGA HORÁRIA ATUAL: _____

TURNO: _____

1 -CARGA HORÁRIA PRETENDIDA PARA AUMENTO: _____ HORAS SEMANAIS

TURNO PRETENDIDO: _____ UNIDADE ESCOLAR: _____

2 - CARGA HORÁRIA PRETENDIDA PARA REDUÇÃO: _____ HORAS SEMANAIS

TURNO PRETENDIDO: _____ UNIDADE ESCOLAR: _____

Laguna, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Candidato

Protocolo Nº.: _____ Nº. Folhas Recebidas: _____

COMPROVANTE DE ENTREGA - REQUERIMENTO DE ALTERAÇÃO (AUMENTO OU REDUÇÃO) DE CARGA HORÁRIA – EDITAL SEDUC Nº 02/2019

SERVIDOR(A): _____

CARGO/DISCIPLINA: _____

DATA RECEBIMENTO: ____/____/____

ASSINATURA

Protocolo Nº.: _____ Nº. Folhas Recebidas: _____

ANEXO III

QUADRO DE VAGAS EDITAL SEDUC Nº 02/2019

INSTITUIÇÃO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA
E.E.F. AGRÍCOLA ÍNDIO GUIMARÃES/ PAROBÉ	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	01	20
E.E.B. JOSÉ DE SOUZA GUIMARÃES/ FIGUEIRA	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	01	20
E.E.F. MORRO GRANDE / MORRO GRANDE	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	01	20
E.E.B. IRACY VIRGÍNIA RODRIGUES / BARRANCEIRA	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	01	20
E.E.B. DR. ARMANDO CALIL BULLOS / ESTREITO	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	01	20
E.E.B. DR. ARMANDO CALIL BULLOS / ESTREITO	SECRETÁRIO DE ESCOLA	01	40
E.E.B. NININHA GUEDES DOS REIS / BARBACENA	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	02	40
E.E.B. NININHA GUEDES DOS REIS / BARBACENA	SECRETÁRIO DE ESCOLA	01	40
E.E.B. ELIZABETH ULYSSÉA ARANTES / PORTINHO	PROFESSOR DE ARTE	01	20
E.E.B. ELIZABETH ULYSSÉA ARANTES / PORTINHO	PROFESSOR DE CIÊNCIAS	01	20
E.E.B. ELIZABETH ULYSSÉA ARANTES / PORTINHO	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	01	40
E.E.B. ELIZABETH ULYSSÉA ARANTES / PORTINHO	SECRETÁRIO DE ESCOLA	01	40
E.E.B. COMANDANTE MOREIRA / CAMPOS VERDES	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	01	20
E.E.B. COMANDANTE MOREIRA / CAMPOS VERDES	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	01	40
E.E.B. VER. JURANDIR PEREIRA DOS SANTOS / CIGANA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	01	20
E.E.B. MARILZA LORI DE BARROS /BENTOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	01	20
C.E.I. PEQUENO CISNE / PORTINHO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	04	40
C.E.I. PEQUENO PRÍNCIPE / CABEÇUDA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	03	40
C.E.I. BAIRRO PROGRESSO / ESPERANÇA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	02	40
C.E.I. PE. AUGUSTINHO / COHAB	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	02	40

PORTARIA 1.117/2019-DESIGNA GESTOR DE PARCERIA DE QUE TRATA O TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 001/2018, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0125.0002849/2019.

Publicação Nº 2221973

PORTARIA N.º 1.117/2019, de 06 de novembro de 2019.

Designa Gestor de Parceria de que trata o Termo de Colaboração n.º 001/2018, referente ao Processo Administrativo n.º 0125.0002849/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Candemil, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no art. 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora MARIA IVONE KOERICH FERNANDES, para desempenhar a função de Gestora de Parceria entre a APAE-Laguna e a Secretaria de Educação e Esporte do Município de Laguna – SC, no Termo de Colaboração n.º 001/2018 de que trata o Processo Administrativo n.º 0125.0002849/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Publique-se no Diário Oficial do Município.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

PORTARIA 1.118/2019-SUPLENTE CMDCA

Publicação Nº 2221974

PORTARIA N.º 1.118/2019, de 06 de novembro de 2019.

Designa servidor público para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do Município de Laguna.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Candemil, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no art. 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar GABRIELA NOVAES LINHARES, Assessora Jurídica Especial, para atuar, sem qualquer ônus ao município, como suplente de LUIZ FERNANDO NANDI VICENTE, Procurador Municipal, membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do Município de Laguna.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos externos a partir da publicação.

Art. 3º. Publique-se no Diário Oficial do Município.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito

PORTARIA 1.119/2019-REVOGA PORTARIA Nº 997/2019, DE 13 DE SETEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, DO MUNICÍPIO DE LAGUNA.

Publicação Nº 2221975

PORTARIA N.º 1.119/2019, de 07 de novembro de 2019.

Revoga Portaria Nº 997/2019, de 13 de setembro de 2019, que dispõe sobre a designação de servidor público para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do Município de Laguna.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Candemil, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no art. 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica revogada a Portaria n.º 997/2019, de 13 de setembro de 2019, tornando sem efeito a designação de EMERSON JOSÉ DIECKS FERNANDES, servidor público municipal efetivo, matrícula n.º 411705, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, para atuar, sem qualquer ônus ao município, como Secretária Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do Município de Laguna.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos externos a partir da publicação.

Art. 3º. Publique-se no Diário Oficial do Município.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito

PORTARIA 1.120/2019-DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, DO MUNICÍPIO DE LAGUNA.

Publicação Nº 2221976

PORTARIA N.º 1.120/2019, de 07 de novembro de 2019.

Designa servidor público para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do Município de Laguna.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Candemil, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no art. 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar FERNANDA NUNES DE OLIVEIRA, lotada na Secretaria de Educação e Esportes, para atuar, sem qualquer ônus ao município, como Secretária Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do Município de Laguna.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos externos a partir da publicação.

Art. 3º. Publique-se no Diário Oficial do Município.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 028/CMS-2019

Publicação Nº 2221971

RESOLUÇÃO Nº 028/CMS 2019**APROVADO**

O Conselho Municipal de Saúde de Laguna/SC, com base em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto na Lei nº 1.802 de 01 de janeiro de 2015.

1- CONSIDERANDO a defesa incondicional do Sistema Único de Saúde – SUS e dos seus princípios e diretrizes constitucionais e legais;

2- CONSIDERANDO o preconizado pela Constituição Federal, e Leis nºs 8.142/1990, 8080/1990 e Resolução do CNS nº 333/2003 e 453/2012.

3- CONSIDERANDO deliberação da Reunião Ordinária do dia 07 de novembro de 2019.

RESOLVE

Art. 1º. – Aprovar a pactuação do VIGE desastre 2019/2023 e produtos perigosos.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE
Homólogo em, 08 de novembro de 2019
Sebastião Ferreira Nunes
Presidente do CMS/Laguna

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 029/CMS-2019

Publicação Nº 2221972

RESOLUÇÃO Nº 029/CMS 2019**APROVADO**

O Conselho Municipal de Saúde de Laguna/SC, com base em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto na Lei nº 1.802 de 01 de janeiro de 2015.

1- CONSIDERANDO a defesa incondicional do Sistema Único de Saúde – SUS e dos seus princípios e diretrizes constitucionais e legais;

2- CONSIDERANDO o preconizado pela Constituição Federal, e Leis nºs 8.142/1990, 8080/1990 e Resolução do CNS nº 333/2003 e 453/2012.

3- CONSIDERANDO deliberação da Reunião Ordinária do dia 07 de novembro de 2019.

RESOLVE

Art. 1º. – Aprovar o Plano Operativo da APAE.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE

Homólogo em, 08 de novembro de 2019
Sebastião Ferreira Nunes
Presidente do CMS/Laguna

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

Lajeado Grande

PREFEITURA

DECRETO Nº 033/2019 DE 05/11/2019 HOMOLOGA A ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CG/FMHIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2220774

DECRETO Nº 033/2019

De 05/11/2019

“HOMOLOGA A ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CG/FMHIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a o Artigo 98 inciso I letra “c” da Lei Orgânica Municipal concomitante com a Lei Municipal n. 496/10 de 24 de junho de 2010. Considerando a indicação dos membros do conselho pelas entidades governamentais e não governamentais para compor o conselho gestor do fundo municipal de habitação de interesse social – CG/FMHIS.

DECRETA:

Art. 1º - A homologação dos membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CG/FMHIS, composto das seguintes entidades e seus respectivos representantes:

Representantes do Poder Executivo Municipal

Antoninho Baggio

Valdir Brunherotto

Representantes do Poder Legislativo Municipal

Leodi José Coltro

Leocer Zmijevski

Representantes da APP

Janaine Barela

Marcia Cristina Pomiciski

Representantes de Entidades Sociais Grupo de Idosos

Danilo Andolfatto

Ivone Freschi

Clubes de Mães

Silvana Fatima Maroli

Clélia Maria Debastiani

Art.2º - O exercício da função de Conselheiro tem prazo de 02 (dois) anos, sendo considerado serviço público relevante ao município e não será remunerado.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 052/2017 de 13/11/2017.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 05 de novembro de 2019.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler

Servidora Designada

PORTARIA Nº 219/2019 DE 08/11/2019 EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARIANA KAHLER DO CARGO DE CHEFE DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2220802

PORTARIA N. 219/2019
DE 08/11/2019

"EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARIANA KAHLER DO CARGO DE CHEFE DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001. E CONSIDERANDO que o cargo de Chefe de Setor é de livre nomeação e exoneração.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal MARIANA KAHLER, do cargo de Chefe de Setor junto a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 08 de Novembro de 2019.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora designada

PORTARIA Nº 220/2019 DE 08/11/2019 EXONERAR A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL INDIAIANE OLIVEIRA NUNES, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2220807

PORTARIA N. 220/2019
DE 08/11/2019

"EXONERAR A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL INDIAIANE OLIVEIRA NUNES, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, E CONSIDERANDO o pedido da servidora.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Servidora Pública Municipal INDIAIANE OLIVEIRA NUNES da função temporária de professor pedagogia em de 08 de Novembro de 2019.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 08 de Novembro de 2019.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora Designada

PORTARIA Nº 221/2019 DE 08/11/2019 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROSANE FATIMA CORREA TOFFOLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2221667

PORTARIA n. 221/2019
DE 08/11/2019

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROSANE FATIMA CORREA TOFFOLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,
CONSIDERANDO atestado médico

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal ROSANE FATIMA CORREA TOFFOLO pelo período de 15 dias a partir de 07/11/2019.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, em 08 de novembro 2019.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.
Amália Valli Bressler
Servidora Designada

PORTARIA Nº 218/2019 DE 08/11/2019 EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GABRIEL BRUNO BADIA DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2220786

PORTARIA N. 218/2019
DE 08/11/2019

"EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GABRIEL BRUNO BADIA DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.
E CONSIDERANDO que o cargo de Chefe de Divisão é de livre nomeação e exoneração.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal GABRIEL BRUNO BADIA, do cargo de Chefe de Divisão junto a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 08 de Novembro de 2019.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora designada

Lauro Muller

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇO Nº 175/PMLM/2019

Publicação Nº 2221474

TOMADA DE PREÇO Nº 175/PMLM/2019

Data e horário da sessão de abertura: 22/11/2019 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de camisetas para as festividades natalinas do município de Lauro Muller, conforme condições fixadas no termo de referência em anexo.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 08 de Novembro de 2019.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

TOMADA DE PREÇO Nº 176/PMLM/2019

Publicação Nº 2221331

TOMADA DE PREÇO Nº 176/PMLM/2019

Data e horário da sessão de abertura: 27/11/2019 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para construção de uma pista de caminhada e ciclovia no município de Lauro Muller – SC conforme convênio firmado com a Caixa Econômica Federal nº 868290/2018.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 08 de Novembro de 2019.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

Lebon Régis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N.º PR27/2019

Publicação Nº 2221540

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2019 - Pregão Presencial N.º PR27/2019

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do Pregoeiro Oficial conforme decreto nº044/2019, torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE. OBJETO: Aquisição de cestas natalina para distribuição aos agentes públicos do Município de Lebon Régis, de acordo com a Lei Municipal Nº 1.635/2019 e conforme descrição contida no Anexo I – Termo de Referência deste Edital. Maiores informações e Edital disponíveis no site www.lebonregis.sc.gov.br. Os envelopes de "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, Lebon Régis/SC, até às 09h do dia 22 de novembro de 2019. A sessão de abertura será no mesmo dia às 09:10h (22/11/2019). Maiores informações pelo e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 08/11/2019.

José Vanderlei de Campos – Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N.º PR28/2019

Publicação Nº 2221554

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2019 - Pregão Presencial N.º PR28/2019

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do Pregoeiro Oficial conforme decreto nº044/2019, torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE. OBJETO: Aquisição de cestas natalina para distribuição aos agentes públicos do Hospital Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, de acordo com a Lei Municipal Nº 1.635/2018 e conforme descrição contida no Anexo I – Termo de Referência deste Edital. Maiores informações e Edital disponíveis no site www.lebonregis.sc.gov.br. Os envelopes de "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, Lebon Régis/SC, até às 14h do dia 22 de novembro de 2019. A sessão de abertura será no mesmo dia às 14:10h (22/11/2019). Maiores informações pelo e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 08/11/2019.

José Vanderlei de Campos – Pregoeiro

LEI MUNICIPAL Nº 1.678 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221875

LEI MUNICIPAL Nº 1.678 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

"RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito do Município de Lebon Régis Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do município, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), firmado entre este Município e o Consórcio Público ARIS, mediante autorização da Lei Municipal Nº 1.353 de 18 de Dezembro de 2010 Lei que autorizou o ingresso do Município de Lebon Régis na ARIS.

Art. 2º O texto consolidado do Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público está publicado nas páginas 1544/1627 da edição nº 2771 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 08 de março de 2019, disponível em: http://edicao.dom.sc.gov.br/1552066503_edicao_2771_assinada.pdf).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO, 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL Nº 1.679 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221876

LEI MUNICIPAL Nº 1.679 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

"autoriza a doação DE sêmen animal aos produtores rurais como forma de incentivo a produção de leite e melhoramento genético do rebanho de gado leiteiro no município de lebon régis e dá outras providências".

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito Municipal de Lebon Régis/SC, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, SUBMETE à apreciação da Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica autorizado a doação de sêmen animal, por intermédio da secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Piscicultura e Meio Ambiente, objetivando o melhoramento genético do gado leiteiro, das propriedades rurais de Lebon Régis-SC, visando o desenvolvimento da atividade.

Art. 2º O Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Piscicultura e Meio Ambiente, promoverá junto aos produtores rurais do Município a orientação, a conscientização e treinamento sobre a importância de promover o melhoramento genético do gado leiteiro no âmbito do Município.

Art. 3º Para a Inseminação Artificial de Bovinos, o Município disponibilizará aos produtores rurais, gratuitamente, até 12 (doze) doses de sêmen anualmente, de qualidade reconhecida, atendendo as necessidades de melhoramento genético de diversas raças, não sendo disponibilizado sêmen sexado.

Parágrafo único. Podendo ser alterado a quantidade de sêmen por propriedade de acordo com as condições financeiras do município.

Art. 4º O benefício do incentivo é facultado a todos os produtores de leite do Município, que atuam ou que pretendam implementar esta atividade, desde que atendam os seguintes requisitos:

- a) Estar inscrito no Cadastro de Produtor Rural da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina como produtor rural de Lebon Régis/SC e, comprovar a prestação de contas anual da emissão de notas fiscais de produtor rural em operações de venda de produtos agropecuários;
- b) Emitir regularmente notas de venda de leite ou seus derivados e/ou de venda de gado;
- c) Não estar em débito com a Fazenda Municipal;
- d) Estar executando atividades produtivas em sua propriedade rural.
- e) O animal a ser inseminado deverá estar devidamente cadastrado no banco de dados e controle da CIDASC.

Art. 5º O sêmen a ser doado, será adquirido sob a orientação dos técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Piscicultura e Meio Ambiente, podendo o produtor escolher dentre os disponibilizados, qual será utilizado em seu plantel.

Art. 6º A inseminação dos animais será feita por terceiros, sendo de livre escolha do produtor, ficando por sua conta as despesas decorrentes do serviço.

Art. 7º Fica autorizado o Município a arcar com os custos de abastecimento do nitrogênio dos botijões dos inseminadores comunitários, assim considerados aqueles que prestam serviços para vários produtores do Município, desde que esta alternativa seja necessária para dar melhor atendimento aos produtores do Município.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das respectivas dotações do Orçamento vigente e dos orçamentos dos exercícios futuros.

Unidade Orçamentária: 2090 - Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Piscicultura e Meio Ambiente

Função: 20 – Agricultura

Subfunção: 606 – Extensão Rural

Programa: 23 – Promoção e Extensão Rural

Ação: 2.36 - Manutenção da Secretaria de Agricultura

Despesa: 201: 3.3.90.00.00 – Aplicação Direta

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Art. 9º A presente Lei poderá ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Registre-se, e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO, 08 DE NOVEMBRO DE 2019

DOUGLAS FERNANDO DE MELO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 027/2019

Publicação Nº 2221481

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 027/2019

"RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), firmado entre este Município e o Consórcio Público ARIS, mediante autorização da Lei Municipal Nº 1.353 de 18 de Dezembro de 2010 Lei que autorizou o ingresso do Município de Lebon Régis na ARIS.

Art. 2º O texto consolidado do Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público está publicado nas páginas 1544/1627 da edição nº 2771 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 08 de março de 2019, disponível em: http://edicao.dom.sc.gov.br/1552066503_edicao_2771_assinada.pdf).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis, 06 de novembro de 2019.
IVONEI GOIS QUERINO
Presidente

OSVALDO SIQUEIRA
1º Secretário

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 029/2019

Publicação Nº 2221490

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 029/2019

"autoriza a doação DE sêmen animal aos produtores rurais como forma de incentivo a produção de leite e melhoramento genético do rebanho de gado leiteiro no município de lebon régis e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado a doação de sêmen animal, por intermédio da secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Piscicultura e Meio Ambiente, objetivando o melhoramento genético do gado leiteiro, das propriedades rurais de Lebon Régis-SC, visando o desenvolvimento da atividade.

Art. 2º O Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Piscicultura e Meio Ambiente, promoverá junto aos produtores rurais do Município a orientação, a conscientização e treinamento sobre a importância de promover o melhoramento genético do gado leiteiro no âmbito do Município.

Art. 3º Para a Inseminação Artificial de Bovinos, o Município disponibilizará aos produtores rurais, gratuitamente, até 12 (doze) doses de sêmen anualmente, de qualidade reconhecida, atendendo as necessidades de melhoramento genético de diversas raças, não sendo disponibilizado sêmen sexado.

Parágrafo único. Podendo ser alterado a quantidade de sêmen por propriedade de acordo com as condições financeiras do município.

Art. 4º O benefício do incentivo é facultado a todos os produtores de leite do Município, que atuam ou que pretendam implementar esta atividade, desde que atendam os seguintes requisitos:

- a) Estar inscrito no Cadastro de Produtor Rural da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina como produtor rural de Lebon Régis/SC e, comprovar a prestação de contas anual da emissão de notas fiscais de produtor rural em operações de venda de produtos agropecuários;
- b) Emitir regularmente notas de venda de leite ou seus derivados e/ou de venda de gado;
- c) Não estar em débito com a Fazenda Municipal;
- d) Estar executando atividades produtivas em sua propriedade rural.
- e) O animal a ser inseminado deverá estar devidamente cadastrado no banco de dados e controle da CIDASC.

Art. 5º O sêmen a ser doado, será adquirido sob a orientação dos técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Piscicultura e Meio Ambiente, podendo o produtor escolher dentre os disponibilizados, qual será utilizado em seu plantel.

Art. 6º A inseminação dos animais será feita por terceiros, sendo de livre escolha do produtor, ficando por sua conta as despesas decorrentes do serviço.

Art. 7º Fica autorizado o Município a arcar com os custos de abastecimento do nitrogênio dos botijões dos inseminadores comunitários, assim considerados aqueles que prestam serviços para vários produtores do Município, desde que esta alternativa seja necessária para dar melhor atendimento aos produtores do Município.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das respectivas dotações do Orçamento vigente e dos orçamentos dos exercícios futuros.

Unidade Orçamentária: 2090 - Secretaria Municipal de Agricultura,
Pecuária, Piscicultura e Meio Ambiente
Função: 20 – Agricultura
Subfunção: 606 – Extensão Rural
Programa: 23 – Promoção e Extensão Rural
Ação: 2.36 - Manutenção da Secretaria de Agricultura
Despesa: 201: 3.3.90.00.00 – Aplicação Direta
Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Art. 9º A presente Lei poderá ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Lebon Régis, 06 de novembro de 2019.
IVONEI GOIS QUERINO
Presidente

OSVALDO SIQUEIRA
1º Secretário

RESOLUÇÃO Nº.003/2019

Publicação Nº 2221496

RESOLUÇÃO Nº. 003/2019 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

“DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS E NÃO INSCRITOS NO PATRIMÔNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Lebon Régis, através de seu Presidente, IVONEI GOIS QUIRINO no uso de suas atribuições legais e regimentais, submete à apreciação do plenário, a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a doação de todos os quadros de Ex-Presidentes do Poder Legislativo, por tratar-se de bens inservíveis e substituídos na nova galeria.

Art. 2º A doação dos quadros deve ser feita aos próprios Ex-Presidentes ou para membros da família.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,
Registre-se

SALA DAS SESSÕES, 29 de outubro de 2019.
IVONEI GOIS QUIRINO
Presidente

OSVALDO SIQUEIRA DIRCEU DOS SANTOS MAIBERG
1º Secretário 2º Secretário

JUSTIFICATIVA

Os quadros a serem doados foram substituídos quando da implantação da nova galeria dos Presidentes do Poder Legislativo, desta forma os mesmo foram guardados no depósito e estão se deteriorando já que são bens inservíveis e não foram inscritos no patrimônio municipal. Certamente os donatários poderão guarda-los com uma lembrança do período em que presidiram o Poder Legislativo Municipal.

SALA DAS SESSÕES, 29 de outubro de 2019.
IVONEI GOIS QUIRINO
Presidente

OSVALDO SIQUEIRA
1º Secretário

DIRCEU DOS SANTOS MAIBERG
2º Secretário

Leoberto Leal**PREFEITURA****RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO 2019**

Publicação Nº 2221375

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOEstado de Santa Catarina
Município de Leoberto Leal
Edital de Processo Seletivo Nº 001/2019**RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO**

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal torna público a Lista de Candidatos e respectivas notas referentes ao Processo Seletivo Nº 001/2019.

001 Professor de Educação Infantil
Professor Nível II - Licenciatura Plena na Área

Nome do Candidato	Prova Escrita	Tempo de Serviço	Títulos	Nota Final	Classificação
Michele Carla Marian Hoffmann	36	25	15	76	1º
Marisete Maria de Souza Marian	34	25	15	74	2º
Aliandre Luzia Lohn	40	15	15	70	3º
Dalvana Regina Knaul Dell'Agnolo	42	10	15	67	4º
Mirian Helena Marian Hach	36	15	15	66	5º
Marlize Aparecida Motta Steffens	30	15	15	60	6º
Marlene Kreusch	28	15	15	58	7º
Íana Martina Knaul	36	05	15	56	8º
Marilania Cenci	22	15	15	52	9º
Elis Regina Schovinder Machado	32	05	15	52	10º
Marlete Schappo Leal	24	10	15	49	11º
Raquel Hilleshein	24	10	15	49	12º
Joziane Carla Schlosser	28	05	15	48	13º
Rosilene Krauze	26	10	10	46	14º
Eliza Henckel Kreusch	24	05	15	44	15º
Inadri Hilleshein	28	05	00	33	16º
Diovana De Freyn Kleinjohann	30	00	00	30	17º
Luciani da Silva Adamek	AUSENTE				

004 Professor de Séries Iniciais
Professor Nível II – Licenciatura Plena na Área

Nome do Candidato	Prova Escrita	Tempo de Serviço	Títulos	Nota Final	Classificação
Maria Albertina Hoffmann	34	25	15	74	1º
Angélica Cecília Lohn	34	25	15	74	2º
Irivaldo Jesus Knis	34	25	15	74	3º
Beatriz Clasen	36	10	15	61	4º
Joel Leal	40	10	10	60	5º
Eliza Leal	36	10	10	56	6º

Dorceli Goreti Souza Martins	16	20	15	51	7º
Patrícia Aparecida Krauze	26	15	10	51	8º
Elizamar Hoffmann Frutuoso	30	00	10	40	9º
Bianca Maria Tholl Cognaco	22	00	05	27	10º
Luana Bett	26	00	00	26	11º

005 Professor de Séries Iniciais
Cursando Licenciatura Plena na Área

Nome do Candidato	Prova Escrita	Tempo de Serviço	Títulos	Nota Final	Classificação
Fabiana Aparecida Martins	32	05	10	47	12º
Andreia Alexandre Batista	30	05	10	45	13º
Daniela Hang	24	00	10	34	14º

007 Professor de Educação Física
Professor II – Licenciatura Plena na Área

Nome do Candidato	Prova Escrita	Tempo de Serviço	Títulos	Nota Final	Classificação
Vinícius Guchert	36	15	15	66	1º
Vorli José Guchert Júnior	38	10	15	63	2º
Cristovão Porto da Silva	26	15	15	56	3º
Daniela Vermohlen	38	05	00	43	4º
Camila Gabriela da Cunha	28	00	00	28	5º

008 Professor de Educação Física
Cursando Licenciatura Plena na Área

Nome do Candidato	Prova Escrita	Tempo de Serviço	Títulos	Nota Final	Classificação
Maiara Kammer	24	00	00	24	6º

009 Professor de Matemática
Professor II – Licenciatura Plena da Área

Nome do Candidato	Prova Escrita	Tempo de Serviço	Títulos	Nota Final	Classificação
Paulo Henrique Knaul	40	25	15	80	1º

012 Professor de Língua Portuguesa
Professor II – Licenciatura Plena da Área

Nome do Candidato	Prova Escrita	Tempo de Serviço	Títulos	Nota Final	Classificação
Kellin Karina Kreusch Knaul	32	25	15	72	1º

018 Professor de História
Professor II - Licenciatura Plena da Área

Nome do Candidato	Prova Escrita	Tempo de Serviço	Títulos	Nota Final	Classificação
Josimar Ianzen	32	00	00	32	1º

019 Professor de História
Cursando Licenciatura Plena da Área

Nome do Candidato	Prova Escrita	Tempo de Serviço	Títulos	Nota Final	Classificação
Luciano Laurindo	38	05	10	53	2º

024 Professor de Artes / Ensino Religioso
Professor II – Licenciatura Plena da Área

Nome do Candidato	Prova Escrita	Tempo de Serviço	Títulos	Nota Final	Classificação
Patrícia Carmisini Franzen	32	25	15	72	1º

Fabiana Batista	14	05	10	29	REPROVADA
Neide Maria Sperber Kreusch	AUSENTE				

025 Professor de Artes / Ensino Religioso
Cursando Licenciatura Plena da Área

Nome do Candidato	Prova Escrita	Tempo de Serviço	Títulos	Nota Final	Classificação
Charles Knaul	28	00	10	38	2º

026 Professor de Artes / Ensino Religioso
Professor Leigo – Ensino Médio

Nome do Candidato	Prova Escrita	Tempo de Serviço	Títulos	Nota Final	Classificação
Edemar Conaco	22	00	10	32	3º
Maristela Lopes	20	05	05	30	4º
Evaldo Alexandre Schlemper	22	00	00	22	5º
Jairo Erhardt Júnior	AUSENTE				

028 Professor de Inglês
Cursando Licenciatura Plena da Área

Nome do Candidato	Prova Escrita	Tempo de Serviço	Títulos	Nota Final	Classificação
Viviane Beppler	34	05	05	44	1º

030 Professor de Educação Especial
Professor II – Licenciatura Plena da Área

Nome do Candidato	Prova Escrita	Tempo de Serviço	Títulos	Nota Final	Classificação
Rúbia Regina Kreusch	38	25	15	78	1º

031 Professor de Educação Especial
Cursando Licenciatura Plena

Nome do Candidato	Prova Escrita	Tempo de Serviço	Títulos	Nota Final	Classificação
Chaiany Cristina No-gueira	28	00	00	28	2º

032 Professor de Educação Especial
Professor Leigo – Ensino Médio

Nome do Candidato	Prova Escrita	Tempo de Serviço	Títulos	Nota Final	Classificação
Diana da Silva	AUSENTE				

035 Professor de Substituto
Professor Leigo – Ensino Médio

Nome do Candidato	Prova Escrita	Tempo de Serviço	Títulos	Nota Final	Classificação
Carlito Vicente de Lins	22 05 15 42 1º				
Jackeline Mikaliski	34	00	00	34	2º

034 Professor de Substituto
Cursando Licenciatura Plena da Área

Nome do Candidato	Prova Escrita	Tempo de Serviço	Títulos	Nota Final	Classificação
Ana Luzia de Aguiar	AUSENTE				

036 Professor de Informática
Professor II – Licenciatura Plena da Área

Nome do Candidato	Prova Escrita	Tempo de Serviço	Títulos	Nota Final	Classificação				
-------------------	---------------	------------------	---------	------------	---------------	--	--	--	--

Adriano Nascimento	40 20 15 75 1º							
Alana Back	30	10	15	55	2º			
Hélvis Hercílio de Souza	AUSENTE							5º

038 Professor Informática
Professor Leigo – Ensino Médio

Nome do Candidato	Prova Escrita	Tempo de Serviço	Títulos	Nota Final	Classificação
Lucas Gilberto Heinz	30	00	00	30	3º
Bruno Marian	28	00	00	28	4º

039 Auxiliar de Serviços Gerais
Alfabetizado

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
Solange Marian Amorim	4,5	5,0	9,5	1º
Claudia Regina de Souza	4,0	5,0	9,0	2º
Angela May Conaco	3,0	5,0	8,0	3º
Sabrina Helena Knaul	4,5	3,0	7,5	4º
Ana Elizabete Garcia	2,5	5,0	7,5	5º
Claricia Hack Kammer	2,5	4,5	7,0	6º
Juliana Luzia Batista Kahl	3,0	4,0	7,0	7º
Jandira de Oliveira	3,0	3,25	6,25	8º
Alzira Will	AUSENTE			

Obs.: Prova escrita: nota máxima 5,0 pontos. Prova prática: nota máxima 5,0 pontos

040 Merendeira
Alfabetizado

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
Maria Dolores Jorge	3,0	2,00	5,00	1º

Obs.: Prova escrita: nota máxima 5,0 pontos. Prova prática: nota máxima 5,0 pontos

042 Motorista Transporte Escolar – Centro e Região
Alfabetizado

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
Emerson Sperber	4,0	4,75	8,75	1º

Obs.: Prova escrita: nota máxima 5,0 pontos. Prova prática: nota máxima 5,0 pontos

043 Motorista Transporte Escolar – Rio Parada e Região
Alfabetizado

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
Mateus Braun	5,0	4,75	9,75	1º

Obs.: Prova escrita: nota máxima 5,0 pontos. Prova prática: nota máxima 5,0 pontos

045 Motorista Transporte Escolar – Ribeirão dos Ovos e Região
Alfabetizado

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
Paulo Cesar Cardoso	4,5	4,5	9,0	1º
Edicleison Lopes	2,5	3,5	6,0	2º

Marizete Schafer Lofy	AUSENTE			
-----------------------	---------	--	--	--

Obs.: Prova escrita: nota máxima 5,0 pontos. Prova prática: nota máxima 5,0 pontos

**046 Motorista Transporte Escolar – Vinte Saltos e Região
Alfabetizado**

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
André Heiderscheidt	AUSENTE			

Obs.: Prova escrita: nota máxima 5,0 pontos. Prova prática: nota máxima 5,0 pontos

**047 Motorista Transporte Escolar – Vargem dos Bugres e Região
Alfabetizado**

Nome do Candidato	Prova Escrita	Prova Prática	Nota Final	Classificação
Tiago Mikaliski	5,0 5,0 10 1º			

Obs.: Prova escrita: nota máxima 5,0 pontos. Prova prática: nota máxima 5,0 pontos

Comunica ainda que os candidatos que se sentirem prejudicados com a sua classificação, terão o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar desta data, para interpor recurso. O recurso deverá ser feito através de um requerimento fundamentado, seguindo as normas do Edital e dirigido ao Prefeito Municipal.

Leoberto Leal, 08 de novembro de 2019.
Vitor Norberto Alves
Prefeito Municipal de Leoberto Leal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO 3246

Publicação Nº 2221301



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

DECRETO Nº 3.246, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento
do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a
Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei nº 1.414, de 6 de Dezembro de 2018,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei
Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Adicional
Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 002 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade: 2.030 – Apoio Administrativo - FUNDERURAL

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 0.3.00.0000 – Recursos Ordinários.....R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação da dotação constante no art. 1º
correrão por conta do Superávit Financeiro de 2018, da fonte 0.1.00.0104 – Recursos Ordinários.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul-SC, 6 de novembro de 2019.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Conferido e registrado.
Para publicação no DOM/SC.

_____/_____/____.

Edison Domingos Giron
Auxiliar de Técnico

RESULTADO FASE DE PROPOSTA TP 07-2019

Publicação Nº 2221629

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS TP 07/2019

Aos oito dias do mês de novembro de 2019, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de licitações, servidoras Ligia Rossini Golçalves Rigo e Marciane Agustini, sob a Presidência do Senhor Edison Domingos Giron, com o objetivo de julgar a documentação de habilitação e proposta de preços das empresas proponentes. Vencida a fase de habilitação, passou-se para a análise da proposta, que foi considerada compatível com os requisitos formais bem como com os preços máximos determinados no edital. Assim sendo, a empresa Formatto Engenharia Ltda, foi declarada vencedora do processo de licitação tendo ofertado o valor de R\$ 78.370,55 (setenta e oito mil trezentos e setenta reais e cinquenta e cinco centavos). Tendo em vista que as empresas não apresentaram termo de renúncia relativo à fase de julgamento das propostas de preços, foi aberto o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação do resultado do certame, para a interposição de eventuais recursos. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 08 de novembro de 2019.

Comissão Permanente de Licitações

Lontras

PREFEITURA

EDITAL 111/2019

Publicação Nº 2220752

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 111/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INCLUINDO AINDA SERVIÇOS NECESSÁRIOS A SUA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I. Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 22/11/2019; Abertura dos Envelopes: as 09:00 horas do dia 22/11/2019. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 06 de novembro de 2019. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

Luiz Alves**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO N.º 127/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 80/2019 - TOMADA DE PREÇOS N.º 16/2019**

Publicação Nº 2220982

EXTRATO CONTRATO N.º 127/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 80/2019 - TOMADA DE PREÇOS N.º 16/2019

Contratante: MUNICIPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 83.102.319/0001-55.

Contratado: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. – CNPJ sob o n.º 03.620.927/0001-12.

Do objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO TRECHO 01 DA RUA VEREADOR JOÃO CRISÓSTOMO KRAISCH, BRAÇO MIGUEL EM LUIZ ALVES/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS/QUANTITATIVAS.

Do valor: Tomando-se como base as quantidades e preços constantes da proposta O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução dos serviços efetivamente prestados a importância total de R\$ 1.561.349,63 (um milhão, quinhentos e sessenta e um mil, trezentos e quarenta e nove reais e sessenta e três centavos).

Da vigência: O presente Contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados da data de sua celebração, em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, podendo ser prorrogado nas formas do artigo 57, § 1º da referida Lei, mediante Termo de Aditivo.

Luiz Alves, 31 de outubro de 2019.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2019 (PREFEITURA)

Publicação Nº 2221552

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 101/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2019.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REALIZAR, DEVIDO NECESSIDADE, A CONSTRUÇÃO DE CABECEIRAS PARA "KIT" DE TRANSPOSIÇÃO DA DEFESA CIVIL ESTADUAL, ESTE "KIT" É FORMADO POR VIGAS E LAJES PRÉ-MOLDADAS E SERÃO LOCADAS NAS CABECEIRAS A SEREM CONSTRUÍDAS. O LOCAL A SER CONTEMPLADO É A ESTRADA GERAL RIBEIRÃO DO BUGRE, NESTA MUNICIPALIDADE.

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93, e demais alterações posteriores.

Entrega da Documentação de habilitação e Proposta: Até às 08h45min horas do dia 29/11/2019.

Abertura: às 09h00min horas do dia 29/11/2019, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Retirada do Edital: In loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações, preferencialmente.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8600/ 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas.

Luiz Alves, 08 de novembro de 2019.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 58/2019 (PREFEITURA)

Publicação Nº 2221608

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2019

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES.

Tipo: Menor Preço por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 08h45min horas do dia 25/11/2019, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h00min horas do dia 25/11/2019.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados ou conforme o edital.

Retirada do Edital: in loco ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 08 de novembro de 2019.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - ALLAN MOTT - PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2221808

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna (SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e ALLAN MOTT, brasileiro, solteiro, professor, portador da cédula de identidade nº 5.464.360 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 059.557.279-06, residente e domiciliado na Rua Vila Kennedy, S/N na cidade de Luzerna(SC), doravante designado CONTRATADO, celebram o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam alteradas as Cláusulas Primeira, Terceira e Quarta do CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO celebrado entre o MUNICÍPIO DE LUZERNA e ALLAN MOTT, passando, a partir desta data, a vigorar da seguinte forma:

“CLÁUSULA PRIMEIRA - O CONTRATADO exercerá as funções de Professor Não Habilitado de Matemática para reger classe que foi desdobrada, não justificando o provimento do cargo e Professor Volante em substituição a professores afastados por motivo de saúde e demais afastamentos autorizados em lei. As atribuições são as constantes do anexo que é parte integrante do presente contrato, além de outras funções que vierem a ser objeto de ordens verbais, cartas ou avisos, segundo as necessidades do CONTRATANTE, desde que compatíveis com a sua formação profissional.

CLÁUSULA TERCEIRA - A remuneração mensal paga pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, incluindo o repouso semanal remunerado será de R\$ 2.213,36 (dois mil, duzentos e treze reais e trinta e seis centavos).

CLÁUSULA QUARTA - A jornada de trabalho será de 35 (trinta e cinco) horas semanais, concordando desde logo com a prorrogação ou compensação desse horário, se assim for necessário.”

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna (SC), 01 de março de 2019.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	ALLAN MOTT CONTRATADO
-------------------------------------	--------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
_____	_____

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - ALLAN MOTT - SEGUNDO TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2221824

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna (SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e ALLAN MOTT, brasileiro, solteiro, professor, portador da cédula de identidade nº 5.464.360 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 059.557.279-06, residente e domiciliado na Rua Vila Kennedy, S/N na cidade de Luzerna(SC), doravante designado CONTRATADO, celebram o presente SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam alteradas as Cláusulas Terceira e Quarta do CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO celebrado entre o MUNICÍPIO DE LUZERNA e ALLAN MOTT, passando, a partir de 18 de novembro de 2019, a vigorar da seguinte forma:

“CLÁUSULA TERCEIRA - A remuneração mensal paga pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, incluindo o repouso semanal remunerado será de R\$ 2.529,55 (dois mil quinhentos e vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

CLÁUSULA QUARTA - A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais, concordando desde logo com a prorrogação ou compensação desse horário, se assim for necessário.”

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna (SC), 08 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	ALLAN MOTT CONTRATADO
-------------------------------------	--------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____

DECRETO 2838

Publicação Nº 2222541

DECRETO Nº 2838 de 11 de novembro de 2019.

“ESTABELECE O DESDOBRAMENTO DAS RECEITAS EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO, A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101/00,

DECRETA:

Art.1º- Para cumprimento das disposições dos arts. 8º e 13, da Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000 e art. 20, da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 1.671, de 17 de setembro de 2019, ficam estabelecidos conforme Demonstrativos, peças integrantes deste Decreto, o Desdobramento das Receitas em Metas Bimestrais de Arrecadação, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, do Município de Luzerna, para o exercício financeiro de 2020, estimadas e fixadas pela Lei Orçamentária Anual nº 1.683 de 05 de novembro de 2019.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Luzerna(SC), 11 de novembro de 2019.

MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PL 091/2019 - PP 065/2019 - MERENDA ESCOLAR 2020 - PML

Publicação Nº 2221004

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL
Processo Licitatório nº 091/2019 - PML
Pregão Presencial nº 065/2019 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, representada neste ato por sua Secretária, Sra. REGINA CARIN JACOBY CUREAU, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados aos alunos da creche, educação infantil e ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino durante o ano letivo de 2020, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, conforme condições e especificações constantes deste Edital e Anexos que o integram.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 25 de novembro de 2019.
CREDENCIAMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 25 de novembro de 2019.
OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone: (049) 3551-4700.

PORTARIA 162/19

Publicação Nº 2221806

PORTARIA Nº 162/19 de 08 de Novembro de 2019.
"NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR JÉSSICA TOZATTI, para exercer o cargo público efetivo de Médica Especialista, 12 horas semanais, Nível XVI, Classe "A", do GRUPO IV - Grupo Ocupacional Especialista (GE), do Anexo I da Lei Complementar nº 203 de 12 de março de 2019, aprovada no Concurso Público Edital nº 001/2019 de 18 de julho de 2019, homologado em 23 de setembro de 2019, a partir de 12 de Novembro de 2019.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 08 de Novembro de 2019.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

ANEXO AO DECRETO 2838

Publicação Nº 2222542

EXERCÍCIO DE 2020

MUNICÍPIO DE LUZERNA



Metas Bimestrais de Arrecadação - Art. 13 da LRF - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Fonte	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	TOTAL
000	Recursos Ordinários	2.130.000,00	2.370.000,00	2.475.000,00	2.020.000,00	1.975.000,00	2.793.029,00	13.763.029,00
001	Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação	270.000,00	300.000,00	315.000,00	260.000,00	250.000,00	356.900,00	1.751.900,00
002	Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	470.000,00	525.000,00	550.000,00	445.000,00	435.000,00	616.280,00	3.041.280,00
007	Contr. Intervenção Domínio Econômico - CIDE	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.050,00	24.050,00
008	Contr. p/ Custeio de Iluminação Pública - COSIP	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	85.201,00	385.201,00
009	FIA Imposto de Renda	-	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.050,00	5.050,00
010	Convênio de Trânsito - Militar	52.000,00	52.000,00	52.000,00	52.000,00	52.000,00	82.125,00	342.125,00
011	Convênio de Trânsito - Civil	52.000,00	52.000,00	52.000,00	52.000,00	52.000,00	82.125,00	342.125,00
012	Convênio de Trânsito - Prefeitura	56.000,00	56.000,00	56.000,00	56.000,00	56.000,00	86.749,00	366.749,00
018	FUNDEB 60%	402.000,00	396.000,00	407.400,00	390.000,00	471.000,00	396.600,00	2.463.000,00
019	FUNDEB 40%	268.000,00	264.000,00	271.600,00	260.000,00	278.000,00	300.400,00	1.642.000,00
020	Corpo de Bombeiros	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	21.510,00	121.510,00
021	Rádio Patrulha	330,00	330,00	330,00	330,00	330,00	350,00	2.000,00
022	Fundo do Meio Ambiente						57,00	57,00
036	Salário Educação	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	76.500,00	401.500,00
039	Fundo Especial do Petróleo	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.400,00	120.400,00
089	Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	2.000,00	2.000,00	30.000,00	2.000,00	2.000,00	8.512,00	46.512,00
101	Transporte Escolar do Estado	1.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	9.000,00	50.000,00
111	PNAE	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.300,00	90.300,00
112	PNATE	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	8.100,00	38.100,00
122	Programa Educação para o mundo do trabalho						1,00	1,00
201	CIR - Comissão Intergestores Regional da Saúde	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	50,00	200,00
202	Cofinanciamento	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	19.150,00	109.150,00
203	Saúde Bucal	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	8.500,00	53.500,00
204	PACS - Agentes Comunitários de Saúde	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	180.000,00
205	ESF - Estratégia Saúde da Família	28.500,00	28.500,00	28.500,00	28.500,00	28.500,00	28.500,00	171.000,00
206	Piso da Atenção Básica	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	30.000,00	155.000,00
208	PMAQ	42.500,00	42.500,00	42.500,00	42.500,00	42.500,00	42.500,00	255.000,00
209	NAS F Federal	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	96.000,00
212	Vigilância em Saúde	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	21.000,00
213	Vigilância Epidemiológica	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
214	Farmácia Básica da União	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	7.000,00	32.000,00

Receitas

1

215	Farmácia Básica do Estado	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	6.150,00	31.150,00
218	Plantas Medicinais - Investimento Fitoterápico	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	500,00	2.000,00
220	MAC União - Média e Alta Complexidade	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	6.500,00	34.000,00
221	NASF Estadual	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
224	Programa de Alimentação e Nutrição (VAN)	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	100,00	150,00
305	BPC na Escola	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	60,00	110,00
308	Proteção Social Básica - Custeio	2.300,00	2.300,00	2.300,00	2.300,00	2.300,00	2.300,00	2.300,00	2.700,00	14.200,00
309	Índice Gestão Bolsa Família	2.900,00	2.900,00	2.900,00	2.900,00	2.900,00	2.900,00	2.900,00	2.900,00	17.400,00
310	Proteção Social Básica - Investimento	2.300,00	2.300,00	2.300,00	2.300,00	2.300,00	2.300,00	2.300,00	2.800,00	14.300,00
311	GSUAS	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	250,00	350,00
312	PSB	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	21.500,00	131.500,00
350	Doações ao Fundo do Idoso								101,00	101,00
520	Operação de crédito FINISA - CEF								3.000.000,00	3.000.000,00
TOTAL		4.118.700,00	4.443.700,00	4.635.700,00	3.963.700,00	3.997.700,00	8.200.500,00	29.360.000,00		

Receitas

2

EXERCÍCIO DE 2020



Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária - Art. 8 da LRF - Administração Direta, Indireta e Fundacional

PREFEITURA MUNICIPAL											
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
02.0001 - Gabinete do Prefeito	17.625,00	35.250,00	35.250,00	35.250,00	35.250,00	38.775,00	35.250,00	35.250,00	35.250,00	35.250,00	52.875,00
02.0002 - Procuradoria Municipal	14.166,67	28.333,33	28.333,33	28.333,33	28.333,33	31.166,67	28.333,33	28.333,33	28.333,33	28.333,33	42.500,00
02.0003 - Contradoria do Município	4.791,67	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	10.541,67	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	14.375,00
02.0004 - Consultoria Técnica	13.583,33	27.166,67	27.166,67	27.166,67	27.166,67	29.883,33	27.166,67	27.166,67	27.166,67	27.166,67	40.750,00
02.0005 - Fundo de Defesa Civil	416,67	833,33	833,33	833,33	833,33	916,67	833,33	833,33	833,33	833,33	1.250,00
02.0007 - Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
02.0008 - Diretoria de desenvolvimento econômico ... e ITI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
02.0009 - Conselho Tutelar	5.833,33	11.666,67	11.666,67	11.666,67	11.666,67	12.833,33	11.666,67	11.666,67	11.666,67	11.666,67	17.500,00
03.0001 - Secr. de Coord. de Governo e Gestão	40.208,38	80.416,75	80.416,75	80.416,75	80.416,75	88.458,43	80.416,75	80.416,75	80.416,75	80.416,75	120.625,13
03.0002 - Subsecretaria de Adm. Fin. E Patrimônio	91.998,75	183.997,50	183.997,50	183.997,50	183.997,50	202.397,25	183.997,50	183.997,50	183.997,50	183.997,50	275.996,25
04.0002 - Subsecretaria de Agr. e Meio Ambiente	30.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	66.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	90.000,00
04.0003 - Fundo do Meio Ambiente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
04.0004 - Fundeagro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
04.0005 - Fundo de desenvolvimento Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
04.0006 - Sec. Serviços Urbanos	89.940,71	179.881,42	179.881,42	179.881,42	179.881,42	197.869,56	179.881,42	179.881,42	179.881,42	179.881,42	644.822,13
04.0007 - Sec. Serviços Rurais	89.384,96	178.769,92	178.769,92	178.769,92	178.769,92	196.646,91	178.769,92	178.769,92	178.769,92	178.769,92	268.154,88
04.0008 - Sec. Serviços - Prédios Públicos	15.416,79	30.833,58	30.833,58	30.833,58	30.833,58	33.916,94	30.833,58	30.833,58	30.833,58	30.833,58	46.250,38
04.0010 - Convênios com Policiais e Bombeiros	38.523,33	77.146,67	77.146,67	77.146,67	77.146,67	84.861,33	77.146,67	77.146,67	77.146,67	77.146,67	115.270,00
06.0001 - Fundo de Assistência Social	40.790,17	81.580,33	81.580,33	81.580,33	81.580,33	89.738,37	81.580,33	81.580,33	81.580,33	81.580,33	122.370,50
06.0002 - Fundo Municipal do Idoso	2.625,00	5.250,00	5.250,00	5.250,00	5.250,00	5.775,00	5.250,00	5.250,00	5.250,00	5.250,00	7.875,00
06.0004 - Fundo da Infância e Adolescente	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-	3.000,00	-
06.0005 - Fundo de Habitação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
07.0001 - Sec. - Educação	319.621,08	639.242,17	639.242,17	639.242,17	639.242,17	703.166,38	639.242,17	639.242,17	639.242,17	639.242,17	958.863,25
07.0002 - Sec. - Esportes	18.958,33	37.916,67	37.916,67	37.916,67	37.916,67	41.708,33	37.916,67	37.916,67	37.916,67	37.916,67	56.875,00
07.0003 - Sec. - Cultura	5.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	11.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	15.000,00
07.0004 - Fundo da Cultura	3.750,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	8.250,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	11.250,00
99.999 - Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE											
05.0001 - Fundo Municipal de Saúde	213.892,21	427.784,42	427.784,42	427.784,42	427.784,42	470.562,86	427.784,42	427.784,42	427.784,42	427.784,42	641.676,63
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES											
01.0001 - Câmara Municipal de Vereadores	58.000,00	58.000,00	58.000,00	58.000,00	58.000,00	58.000,00	58.000,00	58.000,00	58.000,00	58.000,00	58.000,00
Total do Município de Luzerna	1.114.576,38	2.171.152,75	2.175.152,75	2.171.152,75	2.171.152,75	2.386.468,03	2.171.152,75	2.171.152,75	2.171.152,75	2.174.152,75	3.602.729,13
TOTAL											4.880.004,48
TOTAL											29.360.000,00

Despesas

3

Macieira

PREFEITURA

1º ERRATA AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2019

Publicação Nº 2220707

ERRATA Nº 001, DO EDITAL Nº 004/2019, PROCESSO SELETIVO Nº 004/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Art. 1º - Fica acrescentado e/ou corrigido em tempo as partes sinalizadas a seguir do Edital nº 004/2019:

ABRE INSCRIÇÕES E FIXA NORMAS RELATIVAS AO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO (CADASTRO DE RESERVA) NO MUNICÍPIO DE MACIEIRA – SC, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DE MAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ZELIR CITADIN, Prefeita Municipal de MACIEIRA/SC, no uso de suas atribuições e tendo por base a Lei Municipal n.º 786 de 09 de junho de 2015, com suas respectivas alterações e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, torna público que serão abertas as inscrições para a realização de PROCESSO SELETIVO para contratação de servidor em caráter temporário para atuação na Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Esportes e demais Secretarias Municipais do Município de MACIEIRA/SC, em consonância com a legislação municipal vigente e com o disposto neste Edital.

[...]

VIII. DO LOCAL DA PROVA OBJETIVA

8.1 O Local de realização da prova objetiva será a Escola Municipal de Ensino Fundamental Pequenos Brilhantes, localizada à Rua Pedro Locatelli, n.º 68, Centro, Macieira - SC.

8.2 Segue quadro com data, horário e período de aplicação da prova objetiva.

Cargos	Data	Horário	
		Matutino	Vespertino
Todos os cargos	30/11/2019 (sábado)	Cargos: Professor de História, Filosofia, Educação Física, Ciências, Auxiliar Educacional, Nutricionista, Auxiliar de Serviços Gerais e Psicólogo Acesso ao local: 9h00min Início da prova: 09h30min Restrição de acesso ao local: 9h25min Término da prova 11h00min	Cargo: Professor Pedagogo Acesso ao local: 13h00min Início da prova: 13h30min Restrição de acesso ao local: 13h25min Término da prova 15h00min

ANEXO I - QUADRO GERAL DOS CARGOS E SALÁRIOS E ATRIBUIÇÕES

QUADRO GERAL DOS CARGOS E SALÁRIOS					
CARGOS	VAGAS	REMUNERAÇÃO INICIAL R\$	ESCOLARIDADE E REQUISITOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	TIPO DE SELEÇÃO
PROFESSOR DE FILOSOFIA	01	R\$ 688,20 R\$ 412,92	Ensino Superior na área de atuação Sem formação superior na área de atuação	10 horas	Prova objetiva
PROFESSOR DE HISTÓRIA	01	R\$ 1.032,29 R\$ 619,38	Ensino Superior na área de atuação Sem formação superior na área de atuação	15 horas	Prova objetiva
PROFESSOR PEDAGOGO	06	R\$ 1.336,40 R\$ 825,84	Ensino Superior na área de atuação Sem formação superior na área de atuação	20 horas (*)	Prova objetiva
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	01	R\$ 1.336,40 R\$ 825,84	Ensino Superior na área de atuação Sem formação superior na área de atuação	20 horas	Prova objetiva
PROFESSOR DE CIÊNCIAS	01	R\$ 1.032,29 R\$ 619,38	Ensino Superior na área de atuação Sem formação superior na área de atuação	15 horas	Prova objetiva
AUXILIAR EDUCACIONAL	04	R\$ 749,36	Magistério ou estar cursando ensino superior na área da educação	20 horas	Prova objetiva
NUTRICIONISTA	01	R\$ 2.135,67	Diploma de Curso Superior específico para a profissão, com registro no respectivo Conselho Profissional.	30 horas	Prova objetiva
AUXILIAR DE SERV. GERAIS	02	R\$ 541,52	Alfabetizado	20 horas	Prova objetiva
AUXILIAR DE SERV. GERAIS	10	R\$ 1.083,05	Alfabetizado	40 horas	Prova objetiva
PSICÓLOGO	01	R\$ 2.135,67	Diploma de Curso Superior específico para a profissão, com registro no respectivo Conselho Profissional.	30 horas	Prova objetiva

Obs: (*) Para contrato de professor pedagogo na modalidade de EJA, o contrato será de 10 (dez), com vencimento proporcional a esta carga

horária, bem como respeitando o critério de ser habilitado ou não na área de atuação.

ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE PSICÓLOGO:

Exercer atividades inerentes a sua capacitação profissional e científica e ainda:

Atividades de psicologia na área de saúde:

- estudar e avaliar indivíduos que apresentam distúrbios psíquicos ou problemas de comportamento social, elaborando e aplicando técnicas psicológicas apropriadas, para orientar-se no diagnóstico e tratamento;
- desenvolver trabalhos psicoterápicos, a fim de restabelecer os padrões normais de comportamento e relacionamento humano;
- articular-se com equipe multidisciplinar, para elaboração e execução de programas de assistência e apoio a grupos específicos de pessoas;
- atender aos pacientes da rede municipal de saúde, avaliando-os e empregando técnicas psicológicas adequadas, para contribuir no processo de tratamento terapêutico;
- desenvolver ações na área de educação em saúde aplicando técnicas e princípios psicológicos apropriados ao desenvolvimento intelectual, social e emocional do indivíduo, visando a motivação, a comunicação e a educação no processo de mudança social nos serviços de saúde;
- trabalhar em situação de agravamento físico e emocional, inclusive no período terminal participando das decisões com relação à conduta a ser adotada pela equipe, como: internações, intervenções cirúrgicas, exames e altas hospitalares;
- participar da elaboração de programas de pesquisa sobre a saúde mental dos indivíduos, bem como sobre a adequação das estratégias diagnósticas e terapêuticas a realidade psicossocial .
- prestar assistência psicológica, individual ou em grupo, aos familiares dos pacientes, preparando-os adequadamente para as situações resultantes de enfermidades;
- reunir informações a respeito de pacientes, levantando dados psicopatológicos, para fornecer aos médicos subsídios para diagnóstico e tratamento de enfermidades;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

Atividades de psicologia na área social

- atuar em equipes multiprofissionais, diagnosticando, planejando e executando programas de âmbito social;
- estudar e avaliar os processos intra e interpessoais visando a aplicação de técnicas psicológicas que contribuam para a melhoria da convivência familiar e comunitária;
- reunir informações a respeito dos usuários da política de assistência social, contribuindo para a elaboração de programas e projetos que removam barreiras e/ou bloqueios psicológicos;
- prestar assistência psicológica a crianças, adolescentes e famílias expostos a situações de risco pessoal e social;
- pesquisar, analisar e estudar variáveis psicológicas que influenciam o comportamento do indivíduos;
- assessorar na elaboração e implementação de programas de mudanças de caráter social e técnica, em situação planejada ou não.
- participar do planejamento, desenvolvimento e avaliação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, priorizando os elementos psicológicos a serem potencializados e/ou superados a partir da realidade;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional. ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PSICÓLOGO

I – Conteúdo para as questões de Língua Portuguesa e Matemática para os cargos de Professor, Nutricionista e Auxiliar Educacional(Conhecimentos básicos):

- Interpretação de textos de vários gêneros; intenção textual; o sentido lógico e o sentido simbólico das palavras; graus de compreensão dos textos; regras básicas de ortografia e concordância verbal e nominal;
- Números, Operações e Formas;
- Razão e Proporção;
- Porcentagem e Juros Simples;
- Contar e Medir;
- Sistema de Numeração Decimal;
- Possibilidades e raciocínio combinatório por meio de problemas;
- Figuras geométricas básicas;
- Sistema de medidas (conceitos básicos): volume, comprimento, área.
- Medidas, tamanhos, contagens e distâncias;
- Interpretações de informações diversas em tabelas, gráficos e textos informativos.

II – Conteúdos específicos:

PSICÓLOGO

- Atribuições específicas ao cargo.
- Código de ética do Profissional da Psicologia: Ética Profissional, Postura profissional, Sigilo profissional, Responsabilidade social e ambiental...;
- Psicologia Social Comunitária e SUAS/CRAS: um diálogo necessário;
- Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS/1993;
- Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA/1990;
- Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004;
- Política Nacional do Idoso - PNI/1994; Estatuto do Idoso;
- Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência/ 1989;
- Psicologia geral: ciência, senso comum, áreas do conhecimento, história;
- Psicologia Institucional e processos grupais;
- Psicologia Social;
- Teorias da personalidade: teoria psicanalítica, teoria humanista, teoria cognitiva e teoria comportamental;
- Psicodrama: Teoria e técnicas;
- Terapias e os fundamentos da psicoterapia;
- Psicologia da saúde: ação e papel do psicólogo;
- Princípios gerais da psicossomática;
- O trabalho da psicologia na saúde pública;
- Saúde mental na atualidade;
- Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais;
- Avaliação Psicológica: métodos e técnicas;
- Psicologia das relações de gênero e sexualidade humana;
- Atuação da Psicologia na administração de políticas pública.

Art. 2º - Segue abaixo os demais anexos com a inclusão do cargo de Psicólogo.
Macieira, 07 de novembro de 2019.

ANEXO IV FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____ CPF: _____

Como candidato ao Edital de Processo Seletivo nº 004/2019, para a vaga de:

- () Professor Pedagogo () Professor de História () Professor de Filosofia
() Professor de Ciências () Professor de Ed. Física () Auxiliar Educacional
() Auxiliar de Serviços Gerais () Psicólogo

Solicito a revisão do processo seletivo quanto ao(s) seguinte(s) aspecto(s):

Descrição/fundamentação

Macieira, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do Candidato

Obs: Preencher o recurso em 02 (duas) vias, das quais 01 (uma) será retida e outra permanecerá com o candidato, sendo atestada a entrega.

Recebido em: ____/____/2019. Responsável pelo recebimento

ANEXO V - FICHA DE INSCRIÇÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2019

Nº Inscrição	Nome:		
Nome da Mãe:			Data nascimento do candidato:
RG nº	CPF nº	Título de Eleitor nº:	
Endereço Completo:			
Cidade:			Estado:
E-MAIL:			
Telefone Residencial nº:		Telefone Celular nº:	
Cargo pleiteado: () Professor Pedagogo () Professor de História () Professor de Filosofia () Professor de Ciências () Professor de Ed. Física () Auxiliar Educacional () Auxiliar de Serviços Gerais () Psicólogo () Nutricionista			

Macieira-SC, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
Portador de Necessidade Especial: () sim () não Qual? _____ CID: _____	
Você é mãe recentemente e precisa amamentar seu filho: () sim () não	
Necessidade a ser atendida na aplicação do Seletivo: _____	
Responsável pela informação:	
Data: _____	Assinatura do responsável: _____

TERMO DE CONCORDÂNCIA

Eu, _____, declaro que me submeto a todas as condições estabelecidas no Edital de Processo Seletivo nº 004/2019, do Processo de Seleção para atuar no cargo de:

- () Professor Pedagogo () Professor de História () Professor de Filosofia
() Professor de Ciências () Professor de Ed. Física () Auxiliar Educacional
() Auxiliar de Serviços Gerais () Psicólogo

Macieira, ____/____/____.

Assinatura do candidato

2º ERRATA DO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2019

Publicação Nº 2220783



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Macieira

ERRATA Nº 002, DO EDITAL Nº 004/2019, PROCESSO SELETIVO Nº 004/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Art. 1º - Fica alterado o critério de pontuação da Prova Objetiva e acrescido a Prova Títulos conforme Capítulo VII do Edital, conforme segue:

VII. DA PROVA OBJETIVA E PROVA DE TÍTULOS

[...]

7.3 A pontuação da prova objetiva e da prova de títulos será a seguinte:

a) Para os cargos de professor habilitado na área:

Prova Objetiva – Até 80 (oitenta) pontos				Prova de Títulos – Até 20 (vinte) pontos	Total geral
Disciplina/área	Questões	Peso por questão	Total pontos	- 05 (cinco) pontos de pós-graduação na área de atuação/educação.	
Conhecimentos Específicos	12	4,0	48	- 15 (quinze) pontos para cursos de formação na área de atuação/educação	
Língua Portuguesa	4	4,0	16		
Matemática	4	4,0	16		
Total	20	4,0	80	20	100

Parágrafo único: Só serão aceitos certificados de cursos de formação na área de atuação/educação de 2017 em diante, com no mínimo 20 (vinte) horas e registro de conteúdos abordados. Não serão considerados certificados com menos de 20 (vinte) horas de formação. A cada 20 (vinte) horas de cursos será validado 1 (um) ponto e até o teto de 3 (três) pontos por certificado. Não será contabilizada pontos de carga horária excedente de certificados já pontuados. Quem tiver mais de uma pós-graduação, após 2017, poderá contá-la como curso de formação, dentro do limite de pontuação previsto.

b) Para os cargos de professor não habilitado na área do cargo:

Prova Objetiva – Até 80 (oitenta) pontos				Prova de Títulos – Até 20 (vinte) pontos	Total geral
Disciplina/área	Questões	Peso por questão	Total pontos	- 20 (vinte) pontos para cursos de formação na área de atuação/educação	
Conhecimentos Específicos	12	4,0	48		
Língua Portuguesa	4	4,0	16		
Matemática	4	4,0	16		
Total	20	4,0	80	20	100



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Macieira

Parágrafo único: Só serão aceitos certificados de cursos de formação na área de atuação/educação de 2017 em diante, com no mínimo 20 (vinte) horas e registro de conteúdos abordados. A cada 20 (vinte) horas de cursos será validado 1 (um) ponto e até o teto de 3 (três) pontos por certificado. Não será contabilizada pontos de carga horária excedente de certificados já pontuados.

c) Para os demais cargos:

Prova Objetiva – Até 100 (cem) pontos			
Disciplina/área	Questões	Peso por questão	Total pontos
Conhecimentos Específicos	12	5,0	60
Língua Portuguesa	4	5,0	20
Matemática	4	5,0	20
Total	20	5,0	100

Art. 2º - Segue abaixo os anexos com os critérios de Pontuação da Prova de Títulos, a qual será preenchida no ato da inscrição.

Macieira, 07 de novembro de 2019.



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Macieira

ANEXO DAPROVA DE TÍTULOS PARA O CARGO DE PROFESSOR COM FORMAÇÃO SUPERIOR NA ÁREA DO CARGO

Inscrição nº:	Cargo:	Candidato:
---------------	--------	------------

Cursos de Qualificação na Área do Cargo/Educação Até 15 (quinze) pontos	Pontuação quanto à Pós-graduação Até 05 (cinco) pontos															
<p>01 (um) ponto para cada 20 horas e até um teto máximo de 03 (três) pontos para um mesmo curso, não sendo aceito: certificados com menos de 20 horas; computar sobre a carga horária de certificado já pontuado; certificado que não apresentem claramente os conteúdos do curso; cursos que não sejam na área da educação.</p> <table border="1"> <tr> <td>01</td><td>02</td><td>03</td><td>04</td><td>05</td><td>06</td><td>07</td><td>08</td><td>09</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td> </tr> </table> <p>Obs: Pontuação válida somente para certificados emitidos de 2017 em diante</p>	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	<p>() 05 (cinco) pontos para Pós-graduação na área da educação ou cargo.</p>
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15		
Total de pontos:	Total de pontos:															
Total Geral de pontos da Prova de Títulos: _____ () pontos																

Macieira, ____/____ de 2019.

Assinatura do Candidato

Assinatura do Responsável pela Prova de Títulos

Obs: Os documentos que geraram a pontuação acima deverão ser anexados a esta planilha.



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Macieira

ANEXO DA PROVA DE TÍTULOS PARA O CARGO DE PROFESSOR SEM FORMAÇÃO SUPERIOR NA ÁREA DO CARGO

Inscrição nº:	Cargo:	Candidato:
---------------	--------	------------

Cursos de Qualificação na Área do Cargo/Educação																			
Até 20 (vinte) pontos																			
01 (um) ponto para cada 20 horas e até um teto máximo de 03 (três) pontos para um mesmo curso, não sendo aceito: certificados com menos de 20 horas; computar sobre a carga horária de certificado já pontuado; certificado que não apresentem claramente os conteúdos do curso; cursos que não sejam na área do cargo/educação.																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Obs: Pontuação válida somente para certificados emitidos de 2017 em diante																			
Total de pontos:																			

Macieira, ____/____ de 2019.

Assinatura do Candidato

Assinatura do Responsável pela Prova de Títulos

AVISO DE LICITAÇÃO_ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0035/2019

Publicação Nº 2221117

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0019/2019

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0035/2019

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0035/2019, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0019/2019, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 09h00min, do dia 22 de novembro de 2019, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 4041, de 03 de janeiro de 2019, e alterada pela Portaria nº 4207/2019, estará recebendo propostas para a contratação de pessoa jurídica para locação de máquinas multifuncionais, com função de copiadora, impressora laser digital e scanner, todas de propriedade da contratada, incluindo cobertura de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de todas as peças, partes, componentes corretivos, insumos e todo material necessário, de acordo com as especificações descritas no anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 22/11/2019, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0019/2019 através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 1017, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min. Ou ainda no endereço eletrônico www.macieira.sc.gov.br

Macieira – SC, 08 de novembro de 2019.

REJANE SPANHOLO ABRAÃO
PREGOEIRA

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUCAO ORÇ 5 BIM

Publicação Nº 2221443

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.567.000,00	15.567.000,00	2.557.284,57	16,43	13.741.027,93	88,27	1.825.972,07
RECEITAS CORRENTES	15.537.000,00	15.537.000,00	2.557.284,57	16,46	13.321.409,50	85,74	2.215.590,50
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	475.130,00	475.130,00	160.342,13	33,75	602.184,47	126,74	-127.054,47
IMPOSTOS	431.130,00	431.130,00	93.029,03	21,58	431.467,22	100,08	-337,22
TAXAS	26.990,00	26.990,00	67.313,10	249,40	170.717,25	632,52	-143.727,25
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	10.290,00	10.290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.290,00
CONTRIBUIÇÕES	409.840,00	409.840,00	63.903,39	15,59	278.933,91	68,06	130.906,09
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	363.640,00	363.640,00	57.766,44	15,89	246.531,67	67,80	117.108,33
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES PRIVADAS DE SERVIÇO SOCIAL	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	42.840,00	42.840,00	6.136,95	14,33	32.402,24	75,64	10.437,76
RECEITA PATRIMONIAL	987.620,00	987.620,00	381.402,26	38,62	1.434.783,09	145,28	-447.163,09
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
VALORES MOBILIÁRIOS	987.620,00	987.620,00	381.402,26	38,62	1.434.783,09	145,28	-447.163,09
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMÍSSÃO OU OUTROS	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
CESSÃO DE DIREITOS	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.155,00	1.155,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.155,00
RECEITA INDUSTRIAL	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
RECEITA DE SERVIÇOS	18.470,00	18.470,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.470,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	18.470,00	18.470,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.470,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
OUTROS SERVIÇOS	-3.160,00	-3.160,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.160,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.510.930,00	13.510.930,00	1.935.480,15	14,33	10.909.289,76	80,74	2.601.640,24
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	8.029.030,00	8.029.030,00	967.612,05	12,05	6.174.685,37	76,90	1.854.344,63
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	3.978.540,00	3.978.540,00	736.069,48	18,50	3.552.483,08	89,29	426.056,92
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	1.496.640,00	1.496.640,00	231.798,62	15,49	1.182.121,31	78,99	314.518,69
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.567.000,00	15.567.000,00	2.557.284,57	16,43	13.741.027,93	1.825.972,07
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	113.695,00	113.695,00	16.156,64	14,21	96.218,27	17.476,73
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	15.840,00	15.840,00	0,00	0,00	3.090,65	12.749,35
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	10.375,00	10.375,00	3.446,24	33,22	20.489,63	-10.114,63
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	80.760,00	80.760,00	12.710,40	15,74	72.637,99	8.122,01
RECEITAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	419.618,43	-389.618,43
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
ALIENAÇÃO DE BENS	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
ALIENÇÃO DE BENS MÓVEIS	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
ALIENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
ALIENÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	26.640,00	26.640,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	11.640,00	11.640,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	11.640,00	11.640,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
RESULTADO DO BANCO CENTRAL	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-3.360,00	-3.360,00	0,00	0,00	0,00	-3.360,00

Continua 2/5

Continuação 3/5

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	748.320,00	748.320,00	115.160,32	15,39	497.570,19	66,49	250.749,81
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.315.320,00	16.315.320,00	2.672.444,89	16,38	14.238.598,12	87,27	2.076.721,88
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	16.315.320,00	16.315.320,00	2.672.444,89	16,38	14.238.598,12	87,27	2.076.721,88
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	16.315.320,00	16.315.320,00	2.672.444,89	16,38	14.238.598,12	87,27	2.076.721,88
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.332.387,62	—	—	2.332.387,62	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	2.332.387,62	—	—	2.332.387,62	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.507.000,00	17.916.291,76	2.123.148,58	12.314.695,81	5.601.595,95	2.126.478,97	10.456.205,64	7.460.086,12	9.962.765,39
DESPESAS CORRENTES	13.656.970,00	14.926.730,72	1.864.245,43	10.732.100,72	4.194.630,00	1.979.465,64	9.947.973,46	4.978.757,26	9.455.033,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.738.520,00	7.705.514,03	1.111.807,86	5.590.393,21	2.115.120,82	1.111.580,41	5.584.479,65	2.121.034,38	5.197.083,56
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.916.450,00	7.219.216,69	552.437,57	5.141.707,51	2.077.509,18	867.885,23	4.363.493,81	2.855.722,88	4.257.949,65
DESPESAS DE CAPITAL	839.030,00	2.978.561,04	458.903,15	1.582.595,09	1.395.965,95	147.013,33	508.232,18	2.470.328,86	507.732,18
INVESTIMENTOS	835.030,00	2.974.561,04	458.903,15	1.582.595,09	1.391.965,95	147.013,33	508.232,18	2.466.328,86	507.732,18
INVERSOES FINANCEIRAS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00

Continuação 3/5

Continuação 4/5

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.507.000,00	17.916.291,76	2.123.148,58	12.314.695,81	5.601.595,95	2.126.478,97	10.456.205,64	7.460.086,12	9.962.765,39
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	748.320,00	748.320,00	111.293,10	550.219,74	198.100,26	111.262,31	549.129,46	199.190,54	497.570,19
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	15.255.320,00	18.664.611,76	2.234.441,68	12.864.915,55	5.799.696,21	2.237.741,28	11.005.335,10	7.659.276,66	10.460.335,58
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	15.255.320,00	18.664.611,76	2.234.441,68	12.864.915,55	5.799.696,21	2.237.741,28	11.005.335,10	7.659.276,66	10.460.335,58
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	1.373.682,57	—	—	3.233.263,02	—	3.778.262,54
TOTAL (XIV) = (XII + X III)	15.255.320,00	18.664.611,76	2.234.441,68	14.238.598,12	—	2.237.741,28	14.238.598,12	—	14.238.598,12
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
Receitas (Intra-Orçamentárias)	748.320,00	748.320,00	115.160,32	15,39	497.570,19	66,49
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	748.320,00	748.320,00	115.160,32	15,39	497.570,19	66,49
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	748.320,00	748.320,00	115.160,32	15,39	497.570,19	66,49
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	748.320,00	748.320,00	115.160,32	15,39	497.570,19	66,49

Continua 4/5

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 5/5

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
Despesas Intra-Orçamentárias	748.320,00	748.320,00	111.293,10	550.219,74	198.100,26	111.262,31	549.129,46	199.190,54	497.570,19
DESPESAS CORRENTES	748.320,00	748.320,00	111.293,10	550.219,74	198.100,26	111.262,31	549.129,46	199.190,54	497.570,19
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	748.320,00	748.320,00	111.293,10	550.219,74	198.100,26	111.262,31	549.129,46	199.190,54	497.570,19
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.967.574,11

Macieira, 08/11/2019

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

ROMAINE AP. DAL PONTE

CONTADORA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	11.881.096,97
2019	660.572,60	463.737,68	196.834,92	12.077.931,89
2020	600.522,44	488.957,07	111.565,37	12.189.497,26
2021	571.063,54	503.057,42	68.006,12	12.257.503,38
2022	535.497,27	505.971,33	29.525,94	12.287.029,32
2023	503.796,00	493.895,15	9.900,85	12.296.930,17
2024	476.873,58	520.663,60	-43.790,02	12.253.140,15
2025	441.916,75	492.195,93	-50.279,18	12.202.860,97
2026	21.135,51	490.316,11	-469.180,60	11.733.680,37
2027	395.199,47	516.547,63	-121.348,16	11.612.332,21
2028	363.532,85	518.393,17	-154.860,32	11.457.471,89
2029	338.559,27	535.229,48	-196.670,21	11.260.801,68
2030	310.893,23	522.214,76	-211.321,53	11.049.480,15
2031	291.255,49	572.332,41	-281.076,92	10.768.403,23
2032	257.188,41	561.254,10	-304.065,69	10.464.337,54
2033	238.585,66	554.580,70	-315.995,04	10.148.342,50
2034	219.768,67	523.710,42	-303.941,75	9.844.400,75
2035	207.713,51	568.488,71	-360.775,20	9.483.625,55
2036	177.882,87	564.829,01	-386.946,14	9.096.679,41
2037	160.506,73	554.963,09	-394.456,36	8.702.223,05
2038	145.383,81	543.429,85	-398.046,04	8.304.177,01
2039	131.402,12	522.085,87	-390.683,75	7.913.493,26
2040	120.600,71	509.865,75	-389.265,04	7.524.228,22
2041	108.227,08	488.733,83	-380.506,75	7.143.721,47
2042	98.776,62	476.539,20	-377.762,58	6.765.958,89
2043	87.754,40	453.255,89	-365.501,49	6.400.457,40
2044	80.198,65	520.292,99	-440.094,34	5.960.363,06
2045	49.789,35	499.192,91	-449.403,56	5.510.959,50
2046	42.452,42	468.643,80	-426.191,38	5.084.768,12
2047	38.230,33	453.520,61	-415.290,28	4.669.477,84
2048	30.589,65	442.325,50	-411.735,85	4.257.741,99
2049	22.446,19	407.305,08	-384.858,89	3.872.883,10
2050	21.210,58	378.156,09	-356.945,51	3.515.937,59
2051	19.049,91	347.328,78	-328.278,87	3.187.658,72
2052	3.483,13	321.759,90	-318.276,77	2.869.381,95
2053	2.417,81	299.805,18	-297.387,37	2.571.994,58
2054	853,12	274.152,24	-273.299,12	2.298.695,46
2055	808,64	249.987,30	-249.178,66	2.049.516,80
2056	765,52	227.771,03	-227.005,51	1.822.511,29
2057	723,69	207.229,91	-206.506,22	1.616.005,07
2058	683,11	190.469,71	-189.786,60	1.426.218,47
2059	0,00	172.527,59	-172.527,59	1.253.690,88
2060	0,00	155.926,08	-155.926,08	1.097.764,80
2061	0,00	140.480,14	-140.480,14	957.284,66
2062	0,00	126.042,45	-126.042,45	831.242,21
2063	0,00	112.930,85	-112.930,85	718.311,36
2064	0,00	100.806,04	-100.806,04	617.505,32
2065	0,00	89.678,71	-89.678,71	527.826,61
2066	0,00	79.030,02	-79.030,02	448.796,59
2067	0,00	69.650,64	-69.650,64	379.145,95
2068	0,00	61.151,53	-61.151,53	317.994,42
2069	0,00	53.226,22	-53.226,22	264.768,20
2070	0,00	46.411,49	-46.411,49	218.356,71
2071	0,00	40.257,18	-40.257,18	178.099,53
2072	0,00	34.074,73	-34.074,73	144.024,80
2073	0,00	28.797,28	-28.797,28	115.227,52
2074	0,00	24.482,08	-24.482,08	90.745,44
2075	0,00	20.648,17	-20.648,17	70.097,27

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	16.998,12	-16.998,12	53.099,15
2077	0,00	14.187,93	-14.187,93	38.911,22
2078	0,00	11.653,12	-11.653,12	27.258,10
2079	0,00	9.526,81	-9.526,81	17.731,29
2080	0,00	7.697,23	-7.697,23	10.034,06
2081	0,00	5.228,51	-5.228,51	4.805,55
2082	0,00	4.109,07	-4.109,07	696,48
2083	0,00	3.165,14	-3.165,14	-2.468,66
2084	0,00	2.424,03	-2.424,03	-4.892,69
2085	0,00	1.732,81	-1.732,81	-6.625,50
2086	0,00	1.303,17	-1.303,17	-7.928,67
2087	0,00	862,37	-862,37	-8.791,04
2088	0,00	652,07	-652,07	-9.443,11
2089	0,00	492,68	-492,68	-9.935,79
2090	0,00	371,41	-371,41	-10.307,20
2091	0,00	280,99	-280,99	-10.588,19
2092	0,00	213,18	-213,18	-10.801,37
2093	0,00	133,08	-133,08	-10.934,45

Projeção atuarial elaborada em 19/03/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Macieira, 08/11/2019

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

ROMAIANE AP. DAL PONTE
CONTADORA

Município de Madeira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/MÊS OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)			
Receita de Alienação De Bens Móveis	0,00	55.047,00	-55.047,00
Receita de Alienação De Bens Imóveis	0,00	55.047,00	-55.047,00
	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
Despesas de Capital	48.863,65	0,00	48.863,65	0,00	0,00	0,00	48.863,65
Investimentos	48.863,65	0,00	48.863,65	0,00	0,00	0,00	48.863,65
	48.863,65	0,00	48.863,65	0,00	0,00	0,00	48.863,65

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (lb - (lf + lig))	SALDO ATUAL (k) = (lli + llii)
Valor(III)	0,00		6.183,35

FONTE:

Madeira, 08/11/2019

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPALROMAINE AP. DAL PONTE
CONTADORA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)		% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	434.490,00	434.490,00	431.467,22		99,30
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	52.500,00	52.500,00	51.396,62		97,90
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	31.500,00	31.500,00	66.191,58		210,13
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	105.000,00	105.000,00	105.125,69		100,12
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	231.000,00	231.000,00	182.962,12		79,20
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	4.725,00	4.725,00	4.200,55		88,90
Divida Ativa dos Impostos	6.510,00	6.510,00	18.574,31		285,32
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.255,00	3.255,00	3.016,35		92,67
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.761.600,00	12.761.600,00	10.222.944,45		80,11
Cota-Parte FPM	7.980.000,00	7.980.000,00	6.005.844,50		75,26
Cota-Parte ITR	16.800,00	16.800,00	9.004,57		53,60
Cota-Parte IPVA	168.000,00	168.000,00	158.831,21		94,54
Cota-Parte ICMS	4.500.000,00	4.500.000,00	3.998.391,37		88,85
Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	50.872,80		63,59
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	16.800,00	16.800,00	0,00		0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	16.800,00	16.800,00	0,00		0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.196.090,00	13.196.090,00	10.654.411,67		80,74
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)		% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	635.125,00	635.125,00	592.978,72		93,36
Provenientes da União	635.125,00	635.125,00	592.978,72		93,36
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00		0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	12.875,00	12.875,00	19.018,25		147,71
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	648.000,00	648.000,00	611.996,97		94,44
DESPESAS COM SAÚDE (P or Grupo de Natureza da Despesa)		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DOTAÇÃO INICIAL					
3.129.118,50	3.723.374,55	2.655.244,89	71,31	2.516.011,67	67,57
2.079.240,00	2.079.240,00	1.672.223,56	80,42	1.672.223,56	80,42
1.049.878,50	1.644.134,55	983.021,33	59,79	843.788,11	51,32
217.855,00	366.349,00	242.894,57	66,30	226.365,58	61,79
217.855,00	366.349,00	242.894,57	66,30	226.365,58	61,79
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal e Encargos Sociais					
Outras Despesas Correntes					
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos					

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	217.855,00	366.349,00	242.894,57	66,30	226.365,58	61,79
Investimentos	217.855,00	366.349,00	242.894,57	66,30	226.365,58	61,79
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.346.973,50	4.089.723,55	2.898.139,46	70,86	2.742.377,25	67,06
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	639.125,00	1.292.875,81	769.487,92	26,55	694.731,09	25,33
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	639.125,00	1.292.875,81	769.487,92	26,55	694.731,09	25,33
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	639.125,00	1.292.875,81	769.487,92	26,55	694.731,09	25,33
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.707.848,50	2.796.847,74	2.128.651,54	73,45	2.047.646,16	74,67
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5			19,22			
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶			449.484,41			

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS				
Inscritos em 2018	0,00	14.231,00	0,00	-14.231,00		0,00	0,00
TOTAL	0,00	14.231,00	0,00	-14.231,00		0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º							
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)					
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2018	14.231,00	0,00		14.231,00			
TOTAL (VIII)	14.231,00	0,00		14.231,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26							
LIMITE NÃO CUMPRIDO				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)					
	-	-		-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
Atenção Básica	3.191.263,50	3.931.058,31	2.795.130,70	96,45	2.655.937,74	96,85	
Alimentação e Nutrição	91.710,00	94.665,24	51.352,76	1,77	50.663,51	1,85	
Outras Subfunções	64.000,00	64.000,00	51.656,00	1,78	35.776,00	1,30	
TOTAL	3.346.973,50	4.089.723,55	2.898.139,46	100,00	2.742.377,25	100,00	

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "r" ou com a coluna "h+r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "r" ou com a coluna "h+r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/((h+r) - (15 \times IIIb)/100)$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Macieira, 08/11/2019

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPALROMAINE AP. DAL PONTE
CONTADORA

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028

NADA A DECLARAR

FONTE:

Macieira, 08/11/2019

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

ROMAINE AP. DAL PONTE
CONTADORA

Município de Macieira - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		16.315.320,00		
Previsão Atualizada		16.315.320,00		
Receitas Realizadas		14.238.598,12		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		2.332.387,62		
DESPESAS				
Dotação Inicial		15.255.320,00		
Créditos Adicionais		3.409.291,76		
Dotação Atualizada		18.664.611,76		
Despesas Empenhadas		12.864.915,55		
Despesas Liquidadas		11.005.335,10		
Despesas pagas		10.460.335,58		
Superavit Orçamentário		3.233.263,02		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		12.864.915,55		
Despesas Liquidadas		11.005.335,10		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		15.944.034,86		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		1.967.574,11		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		434.994,82		
Resultado Previdenciário		1.532.579,29		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	3.234.535,35	0,00
Resultado Primário		0,00	1.799.752,26	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO	613.190,61	17.945,85	543.727,19	51.517,57
	613.190,61	17.945,85	543.727,19	51.517,57
TOTAL:	613.190,61	17.945,85	543.727,19	51.517,57
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.133.431,45	25%	28,56
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		914.541,66	60%	77,19
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		508.232,18	2.470.328,86	

Continua 1/2

Município de Macieira - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário							
Receitas Previdenciárias				660.572,60	338.559,27	131.402,12	853,12
Despesas Previdenciárias				463.737,68	535.229,48	522.085,87	274.152,24
Resultado Previdenciário				196.834,92	-196.670,21	-390.683,75	-273.299,12
Plano Financeiro							
Receitas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					55.047,00	-55.047,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	1.050,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
						% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos					2.047.646,16	15,00	19,22
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)					0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Macieira, 08/11/2019

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

ROMAINE AP. DAL PONTE
CONTADORA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RS 1,0									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.567.000,00	18.976.291,76	2.123.148,58	12.314.695,81	95,72	2.126.478,97	10.466.205,64	95,01	
Legislativa	773.500,00	773.500,00	87.843,08	500.598,50	3,89	95.508,31	486.501,33	4,42	
Ação Legislativa	773.500,00	773.500,00	87.843,08	500.598,50	3,89	95.508,31	486.501,33	4,42	
Administração	2.041.700,00	2.226.700,00	204.818,93	1.715.563,75	13,34	315.085,56	1.579.104,83	14,35	
Administração Geral	372.000,00	372.000,00	62.103,77	287.320,54	2,23	60.582,48	282.586,45	2,57	
Administração Financeira	1.669.700,00	1.854.700,00	142.715,16	1.428.243,21	11,10	254.503,08	1.296.518,38	11,78	
Segurança Pública	35.830,00	35.830,00	709,68	13.231,91	0,10	171,35	12.553,58	0,11	
Policimento	27.830,00	27.830,00	709,68	11.471,91	0,09	171,35	10.793,58	0,10	
Defesa Civil	8.000,00	8.000,00	0,00	1.760,00	0,01	0,00	1.760,00	0,02	
Assistência Social	769.000,00	967.413,61	61.043,98	528.616,51	4,11	83.521,24	486.122,60	4,42	
Assistência ao Idoso	408.520,00	518.520,00	68.063,59	380.373,44	2,96	62.099,57	353.839,32	3,22	
Assistência à Criança e ao Adolescente	27.000,00	27.000,00	284,95	23.094,52	0,18	1.434,21	13.417,90	0,12	
Assistência Comunitária	333.480,00	421.893,61	-7.304,26	125.148,55	0,97	19.987,46	118.865,38	1,08	
Previdência Social	961.320,00	961.320,00	79.532,79	442.595,65	3,44	82.129,38	434.994,82	3,95	
Previdência do Regime Estatutário	961.320,00	961.320,00	79.532,79	442.595,65	3,44	82.129,38	434.994,82	3,95	
Saúde	3.045.553,50	3.788.303,55	420.228,18	2.684.548,26	20,87	537.931,71	2.528.786,05	22,98	
Atenção Básica	2.889.843,50	3.629.638,31	413.518,82	2.581.539,50	20,07	490.517,17	2.442.346,54	22,19	
Alimentação e Nutrição	91.710,00	94.685,24	6.709,36	51.352,76	0,40	11.638,54	50.663,51	0,46	
Abastecimento	64.000,00	64.000,00	0,00	51.656,00	0,40	35.776,00	36.776,00	0,33	
Educação	3.319.942,50	3.763.319,88	408.971,15	2.662.261,58	20,69	523.674,36	2.389.568,11	21,71	
Ensino Fundamental	3.254.442,50	3.573.345,48	398.936,15	2.502.599,07	19,45	476.561,60	2.274.446,97	20,67	
Ensino Médio	5.500,00	7.200,00	3.600,00	7.200,00	0,06	3.600,00	7.200,00	0,07	
Ensino Superior	15.000,00	15.000,00	1.075,00	14.825,00	0,12	1.075,00	14.825,00	0,13	
Educação Infantil	33.000,00	155.774,40	5.360,00	128.847,51	1,00	40.837,76	86.896,14	0,78	
Educação de Jovens e Adultos	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Especial	9.000,00	9.000,00	0,00	8.800,00	0,07	1.600,00	7.200,00	0,07	
Cultura	70.000,00	42.500,00	0,00	4.264,00	0,03	0,00	4.264,00	0,04	
Difusão Cultural	70.000,00	42.500,00	0,00	4.264,00	0,03	0,00	4.264,00	0,04	
Urbanismo	404.320,00	1.622.249,14	417.246,15	993.217,59	7,72	102.951,69	301.287,72	2,74	
Infra-Estrutura Urbana	32.000,00	958.857,14	416.996,15	679.347,59	5,28	51.012,96	59.169,63	0,54	
Serviços Urbanos	372.320,00	663.392,00	250,00	313.870,00	2,44	51.938,73	242.118,09	2,20	
Habituação	11.500,00	11.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habituação Urbana	11.500,00	11.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 13

Continuação 2/3

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)			% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.567.000,00	18.976.291,76	2.123.148,58	12.314.692,81	95,72	2.126.478,97	10.466.205,64	95,01
Gestão Ambiental	4.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	4.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.120.000,00	1.104.000,00	171.339,15	813.811,03	6,33	182.796,04	753.469,19	6,85
Promoção da Produção Agropecuária	1.120.000,00	1.104.000,00	171.339,15	813.811,03	6,33	182.796,04	753.469,19	6,85
Indústria	6.500,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	6.500,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.554.334,00	1.690.155,58	230.135,49	1.389.048,92	10,80	182.542,02	955.206,59	8,68
Transporte Rodoviário	1.554.334,00	1.690.155,58	230.135,49	1.389.048,92	10,80	182.542,02	955.206,59	8,68
Desporto e Lazer	49.000,00	362.000,00	1.280,00	85.552,54	0,67	474,72	73.677,27	0,67
Desporto Comunitário	49.000,00	362.000,00	1.280,00	85.552,54	0,67	474,72	73.677,27	0,67
Encargos Especiais	313.000,00	533.000,00	40.000,00	481.385,57	3,74	19.692,59	450.669,55	4,10
Outros Encargos Especiais	313.000,00	533.000,00	40.000,00	481.385,57	3,74	19.692,59	450.669,55	4,10
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.071.000,00	1.071.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	748.320,00	748.320,00	111.293,10	550.219,74	4,28	111.262,31	549.129,46	4,99
Legislativa	14.000,00	14.000,00	2.180,56	10.659,92	0,08	2.149,77	9.569,64	0,09
Ação Legislativa	14.000,00	14.000,00	2.180,56	10.659,92	0,08	2.149,77	9.569,64	0,09
Administração	58.000,00	58.000,00	11.726,47	54.784,55	0,43	11.726,47	54.784,55	0,50
Administração Financeira	58.000,00	58.000,00	11.726,47	54.784,55	0,43	11.726,47	54.784,55	0,50
Assistência Social	30.000,00	30.000,00	4.096,55	20.770,29	0,16	4.096,55	20.770,29	0,19
Assistência ao Idoso	30.000,00	30.000,00	4.096,55	20.770,29	0,16	4.096,55	20.770,29	0,19
Saúde	301.420,00	301.420,00	38.875,69	213.591,20	1,66	38.875,69	213.591,20	1,94
Atenção Básica	301.420,00	301.420,00	38.875,69	213.591,20	1,66	38.875,69	213.591,20	1,94
Educação	207.900,00	207.900,00	33.923,60	152.895,29	1,19	33.923,60	152.895,29	1,39
Ensino Fundamental	207.900,00	207.900,00	33.923,60	152.895,29	1,19	33.923,60	152.895,29	1,39
Agricultura	73.000,00	73.000,00	10.696,08	50.823,51	0,40	10.696,08	50.823,51	0,46
Promoção da Produção Agropecuária	73.000,00	73.000,00	10.696,08	50.823,51	0,40	10.696,08	50.823,51	0,46

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	748.320,00	748.320,00	111.293,10	550.219,74	4,28	198.100,26	111.262,31	549.129,46	4,99	199.190,54
Transporte	64.000,00	64.000,00	9.794,15	46.694,98	0,36	17.305,02	9.794,15	46.694,98	0,42	17.305,02
Transporte Rodoviário	64.000,00	64.000,00	9.794,15	46.694,98	0,36	17.305,02	9.794,15	46.694,98	0,42	17.305,02
TOTAL (III) = (I + II)	16.315.320,00	19.724.611,76	2.234.441,68	12.864.915,55	100,00	6.859.696,21	2.237.741,28	11.005.335,10	100,00	8.719.276,66

FONTE:

Macieira, 08/11/2019

ZELIR CITADIN PREFEITO MUNICIPAL	ROMAINE AP DAL PONTE CONTADORA
-------------------------------------	-----------------------------------

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de Maciara - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)													RS 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019	
	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019		TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.389.543,24	2.005.175,25	1.642.035,15	1.590.552,47	1.345.541,26	1.423.433,33	1.694.592,54	1.480.318,16	1.942.306,64	1.318.525,31	1.434.088,41	1.481.787,27	18.757.993,03	18.089.320,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	40.743,06	102.546,26	37.754,84	57.198,96	41.840,95	77.822,20	71.405,09	48.078,99	55.796,49	51.984,82	52.108,82	108.233,31	745.475,79	478.490,00
I.P.T.U.	7.779,16	5.615,22	0,00	3.016,35	284,80	41.476,92	8.508,47	5.524,16	4.040,06	8.434,86	4.565,00	1.357,21	6.900,00	60.900,00
I.S.S.	9.322,69	19.500,61	13.861,64	9.171,71	5.604,35	10.843,01	12.456,25	13.012,01	9.474,54	12.032,25	4.126,06	14.543,87	133.946,99	110.250,00
I.T.B.I.	1.671,66	5.310,00	9.375,51	0,00	5.250,00	1.350,00	12.317,26	21.760,32	19.917,43	21.246,68	5.375,39	21.186,00	73.173,24	32.340,00
I.R.R.F.	19.294,77	63.053,03	0,00	15.893,40	18.576,88	18.887,09	24.832,82	21.760,32	19.917,43	21.246,68	22.665,71	19.239,79	285.249,92	231.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.794,78	9.069,40	14.517,69	29.077,50	12.144,92	5.315,18	13.290,29	7.762,50	12.377,04	8.919,03	15.406,66	51.906,44	18.521,43	44.000,00
Contribuições	51.406,76	51.939,37	3.125,78	28.098,32	29.421,99	30.501,88	30.346,98	30.955,87	30.940,29	31.639,41	31.494,11	32.409,28	382.290,04	413.200,00
Recita Patrimonial	96.325,40	98.440,15	247.625,94	62.887,15	76.601,46	120.211,59	172.735,28	198.171,84	134.959,48	40.178,09	179.547,02	201.855,24	1.629.548,64	990.980,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	96.325,40	98.440,15	247.625,94	62.887,15	76.601,46	120.211,59	172.735,28	198.171,84	134.959,48	40.178,09	179.547,02	201.855,24	1.629.548,64	990.980,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	1.185.199,50	1.746.209,96	1.346.027,66	1.432.090,75	1.188.520,56	1.180.113,38	1.406.715,13	1.194.414,71	1.711.913,58	1.186.317,77	1.162.890,30	1.141.210,96	15.883.994,28	16.063.250,00
Cota-Parte do FPM	576.972,19	1.093.705,25	712.854,55	763.028,06	595.296,84	571.987,33	734.046,07	576.206,50	790.895,22	577.153,58	513.751,62	472.975,26	7.907.862,67	8.547.000,00
Cota-Parte do ICMS	395.655,12	427.016,20	426.139,08	413.634,15	395.735,06	398.734,09	392.474,28	393.272,35	387.910,06	390.622,21	408.794,50	410.075,59	4.821.062,89	4.500.000,00
Cota-Parte do IPVA	11.019,05	5.651,13	11.774,56	15.694,67	18.629,82	16.798,87	24.574,65	11.036,43	16.553,46	15.222,10	16.471,53	12.051,12	17.501,39	188.000,00
Cota-Parte do ITR	2.655,12	492,09	50,20	0,00	80,41	153,96	103,98	0,00	0,00	0,00	2.417,30	6.198,72	12.152,78	16.800,00
Outras Transferências Correntes	73.218,70	164.694,65	68.299,84	88.190,38	74.938,10	70.296,18	127.728,30	104.556,90	398.906,56	78.344,18	102.757,34	117.942,53	1.469.681,86	1.234.650,00
Transferências de LC 61/1969	5.370,23	6.470,96	4.896,25	5.151,22	4.974,96	5.043,72	4.938,88	5.179,30	5.243,11	4.692,83	5.720,42	5.062,51	62.713,98	80.000,00
Transferências de LC 87/1996	1.175,03	1.175,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.350,06	16.800,00
Transferências do FUNDEB	119.133,06	131.404,68	124.043,18	126.402,27	114.875,37	117.099,23	122.851,17	112.632,23	112.605,17	120.283,07	114.947,39	116.851,23	1.432.659,05	1.500.000,00
Outras Receitas Correntes	14.898,52	5.637,49	5.500,93	10.337,29	10.156,30	14.784,28	13.390,06	8.696,75	8.699,80	8.506,22	8.078,16	8.078,48	116.724,28	117.055,00
DEDUÇÕES (II)	246.367,18	278.349,66	231.116,75	265.299,26	229.006,02	225.785,24	259.365,10	222.975,99	204.939,81	225.402,61	216.930,96	209.426,59	2.912.600,00	2.912.600,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.531,67	367.000,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	47.797,78	48.888,97	0,00	24.763,78	28.326,90	27.305,90	27.179,28	27.436,98	27.887,71	27.864,88	28.383,42	29.483,02	96.966,75	0,00
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	0,00	0,00	-10,04	0,00	-16,08	-30,78	-20,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-77,89	-3.360,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	195.569,40	229.460,69	231.125,79	243.465,48	196.725,20	198.513,12	231.206,61	195.539,01	177.052,10	197.537,93	188.547,54	180.043,57	2.470.817,44	2.548.960,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.142.176,06	1.726.825,59	1.410.918,40	1.325.293,21	1.120.535,24	1.197.648,09	1.434.217,44	1.257.342,17	1.737.366,83	1.093.223,70	1.217.157,45	1.282.360,68	15.944.034,86	15.176.720,00
FONTE: Madaira, 08/11/2019														
ROMAINE AP DAL PONTE ZELIR CITADIN														
PREFEITO MUNICIPAL CONTADOR														

FONTE:

Maciara, 08/11/2019

ZELIR CITAQUIN
PREFEITO MUNICIPAL

ROMAINE AP. DAL PONTE
CONTADOR

Município de Madeira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)	1.207.200,00	1.207.200,00	1.603.002,68	975.027,52
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	210.454,45
Civil	0,00	0,00	0,00	210.454,45
Ativo	0,00	0,00	0,00	210.454,45
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	367.000,00	367.000,00	246.531,67	0,00
Ativo	367.000,00	367.000,00	246.531,67	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	840.200,00	840.200,00	1.356.471,01	722.073,07
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	840.200,00	840.200,00	1.356.471,01	722.073,07
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	42.500,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	15.000,00	15.000,00	364.571,43	202.119,13
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	15.000,00	15.000,00	364.571,43	202.119,13
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	1.222.200,00	1.222.200,00	1.967.574,11	1.134.646,65

Continua 1/3

Município de Madeira - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	961.320,00	961.320,00	117.922,74	25.727,65	110.321,91	19.696,90
Despesas Correntes	961.320,00	961.320,00	117.922,74	25.727,65	110.321,91	19.696,90
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	324.672,91	490.818,30	324.672,91	490.818,30
Benefícios - Civil	0,00	0,00	324.672,91	490.818,30	324.672,91	490.818,30
Aposentadorias	0,00	0,00	239.393,86	419.171,78	239.393,86	419.171,78
Pensões	0,00	0,00	85.279,05	71.646,52	85.279,05	71.646,52
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	961.320,00	961.320,00	442.595,65	516.545,95	434.994,82	510.515,20
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	260.880,00	260.880,00	1.524.978,46	618.100,70	1.532.579,29	624.131,45
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor						1.060.000,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			APORTES REALIZADOS			
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2019		2018	
Caixa e equivalentes de caixa			7.205.553,86		5.847.917,26	

Continuação 2/3

Município de Macieira - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Continuação 3/3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
BENS E DIREITOS DO RPPS		
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:
Macieira, 08/11/2019

ZELIR CITADIN PREFEITO MUNICIPAL	ROMAINE AP. DAL PONTE CONTADORA
-------------------------------------	------------------------------------

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Out 2019 (C)
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.569.001,85	4.658.079,91	4.634.132,92
Disponibilidade de Caixa	3.537.764,87	4.626.842,93	4.602.895,94
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.537.764,87	5.199.880,71	5.147.895,46
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	573.037,78	544.999,52
Demais Haveres Financeiros	31.236,98	31.236,98	31.236,98
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2019 (Vlc - Vla)
<u>RESULTADO NOMINAL</u>		
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

Macieira, 08/11/2019

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

ROMAINE AP. DAL PONTE
CONTADORA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2019	
RECEITAS PRIMÁRIAS		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)		15.532.485,00	13.321.409,50
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		478.490,00	602.184,47
I.P.T.U.		60.900,00	77.187,83
I.S.S.		110.250,00	105.125,69
I.T.B.I.		32.340,00	66.191,58
I.R.R.F.		231.000,00	182.962,12
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		44.000,00	170.717,25
Contribuições		413.200,00	278.933,91
Receita Patrimonial		990.980,00	1.434.783,09
Aplicações Financeiras (II)		990.980,00	1.434.783,09
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00
Transferências Correntes		13.510.930,00	10.909.289,76
Cota-Parte do FPM		6.951.000,00	5.119.816,12
Cota-Parte do ICMS		3.600.000,00	3.198.713,83
Cota-Parte do IPVA		134.400,00	127.065,04
Cota-Parte do ITR		13.440,00	8.926,88
Transferências da LC 87/1996		13.440,00	0,00
Transferências da LC 61/1989		64.000,00	40.698,27
Transferências do FUNDEB		1.500.000,00	1.182.121,31
Outras Transferências Correntes		1.234.650,00	1.231.948,31
Demais Receitas Correntes		138.885,00	96.218,27
Outras Receitas Financeiras (III)		0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes		138.885,00	96.218,27
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)		14.541.505,00	11.886.626,41
RECEITAS DE CAPITAL (V)		30.000,00	419.618,43
Operação de Crédito (VI)		0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)		0,00	0,00
Alienação de Bens		0,00	55.047,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Outras Alienações de Bens	0,00	55.047,00
Transferências de Capital	30.000,00	364.571,43
Convênios	30.000,00	364.571,43
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	14.571.505,00	12.306.244,84

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019			
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)
					LIQUIDADOS
DESPESAS CORRENTES (XIII)	14.926.730,72	10.732.100,72	9.947.973,46	9.455.033,21	6.898,46
Pessoal e Encargos Sociais	7.705.514,03	5.590.393,21	5.584.479,65	5.197.083,56	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.219.216,69	5.141.707,51	4.363.493,81	4.257.949,65	6.898,46
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	7.219.216,69	5.141.707,51	4.363.493,81	4.257.949,65	6.898,46
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	14.924.730,72	10.732.100,72	9.947.973,46	9.455.033,21	6.898,46
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	2.978.561,04	1.582.595,09	508.232,18	507.732,18	536.828,73
Investimentos	2.974.561,04	1.582.595,09	508.232,18	507.732,18	536.828,73
Inversões Financeiras	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	2.977.561,04	1.582.595,09	508.232,18	507.732,18	536.828,73

Continua 2/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	1.071.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	18.973.291,76	12.314.695,81	10.456.205,64	9.962.765,39	0,00	543.727,19	543.727,19
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		1.799.752,26					
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00					
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019					
		VALOR INCORRIDO					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		1.434.763,09					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		0,00					
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		3.234.535,35					
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00					
ABAXO DA LINHA		SALDO					
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		Em 31 Dez 2018(e)				Até o Bimestre/2019(b)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		0,00				0,00	
DEDUÇÕES (XXIX)		3.537.764,87				4.602.895,94	
Disponibilidade de Caixa		3.537.764,87				4.602.895,94	
Disponibilidade de Caixa Bruta		3.537.764,87				5.147.895,46	
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		0,00				544.999,52	
Demais Haveres Financeiros		0,00				0,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-3.537.764,87				-4.602.895,94	
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		1.065.131,07					

Continua 3/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO		Até o Bimestre/2019
VARIÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)		-544.999,52
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		0,00
VARIÇÃO CAMBIAL (XXXV)		0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)		0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)		1.610.130,59
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)		175.347,50
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		2.332.387,62
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		2.332.387,62
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00

Macieira, 08/11/2019

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

ROMAINE AP. DAL PONTE
CONTADORA

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

	RP NÃO PROCESSADOS											
	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS: LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES											
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (h+j) - (i)	Saldo Total L=(e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)					
PODER/ÓRGÃO												
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)												
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA												
SECRET. DA AGRICULTURA E DESENV. ECONÔMIC												
SECRET. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE												
SECRET. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E I												
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA												
SERET. DE INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANI												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II):												
FONTE:												

ZELIR CITADIN	ROMAINE AP. DAL PONTE
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	434.490,00	434.490,00	431.467,22	99,30
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	60.900,00	60.900,00	77.187,83	126,75
1.1.1- IPTU	52.500,00	52.500,00	51.396,62	97,90
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	8.400,00	8.400,00	25.791,21	307,04
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	32.340,00	32.340,00	66.191,58	204,67
1.2.1- ITBI	31.500,00	31.500,00	66.191,58	210,13
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	840,00	840,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	110.250,00	110.250,00	105.125,69	95,35
1.3.1- ISS	105.000,00	105.000,00	105.125,69	100,12
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	5.250,00	5.250,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	231.000,00	231.000,00	182.962,12	79,20
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.328.600,00	13.328.600,00	10.538.085,18	79,06
2.1- Cota-Parte FPM	8.547.000,00	8.547.000,00	6.320.985,23	73,96
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.980.000,00	7.980.000,00	6.005.844,50	75,26
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	336.000,00	336.000,00	315.140,73	93,79
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	231.000,00	231.000,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.500.000,00	4.500.000,00	3.998.391,37	88,85
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	16.800,00	16.800,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	50.872,80	63,59
2.5- Cota-Parte ITR	16.800,00	16.800,00	9.004,57	53,60
2.6- Cota-Parte IPVA	168.000,00	168.000,00	158.831,21	94,54
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	–	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.763.090,00	13.763.090,00	10.969.552,40	79,70
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	–	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	164.200,00	164.200,00	111.790,76	68,08
5.1- Transferências do Salário-Educação	160.000,00	160.000,00	108.926,54	68,08
5.2- Transferências Diretas - PDDE	–	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	–	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	–	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	–	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	4.200,00	4.200,00	2.864,22	68,20
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	84.000,00	84.000,00	67.489,76	80,34
6.1- Transferências de Convênios	84.000,00	84.000,00	67.489,76	80,34
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	–	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	–	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	71.490,00	71.490,00	56.551,35	79,10
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	319.690,00	319.690,00	235.831,87	73,77
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.548.960,00	2.548.960,00	2.042.787,35	80,14
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.596.000,00	1.596.000,00	1.201.169,11	75,26
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	900.000,00	900.000,00	799.677,54	88,85
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.360,00	3.360,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	16.000,00	16.000,00	10.174,53	63,59
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	–	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	33.600,00	33.600,00	31.766,17	94,54
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.510.500,00	1.510.500,00	1.184.838,09	78,44
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.500.000,00	1.500.000,00	1.182.121,31	78,81
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	–	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.500,00	10.500,00	2.716,78	25,87
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.048.960,00	-1.048.960,00	-860.666,04	82,05
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.206.300,00	1.257.494,03	914.541,66	72,73	914.541,66	72,73
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.206.300,00	1.257.494,03	914.541,66	72,73	914.541,66	72,73
14- OUTRAS DESPESAS	304.200,00	304.200,00	247.352,09	81,31	247.352,09	81,31
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	304.200,00	304.200,00	247.352,09	81,31	247.352,09	81,31
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.510.500,00	1.561.694,03	1.161.893,75	74,40	1.161.893,75	74,40
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						1.161.893,75
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						77,19
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						20,88
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						1,94
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						51.194,03
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019²						51.194,03
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	31.000,00	148.000,00	125.767,51	84,98	82.816,14	55,96
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	3.167.002,50	3.251.496,53	2.370.844,74	72,92	2.189.949,27	67,35
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.510.500,00	1.561.694,03	1.161.893,75	74,40	1.161.893,75	74,40
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.656.502,50	1.689.802,50	1.208.950,99	71,54	1.028.055,52	60,84
24- ENSINO MÉDIO	5.500,00	7.200,00	7.200,00	100,00	7.200,00	100,00
25- ENSINO SUPERIOR	15.000,00	15.000,00	14.825,00	98,83	14.825,00	98,83
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	12.000,00	12.000,00	8.800,00	73,33	7.200,00	60,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	3.230.502,50	3.433.696,53	2.527.437,25	73,61	2.301.990,41	67,04
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-860.666,04
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.1)						-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						-860.666,04
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						3.133.431,45
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						28,56
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	164.200,00	327.551,12	145.898,99	44,54	98.652,36	30,12
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	224.850,00	304.637,47	193.173,39	63,41	192.484,14	63,18
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	389.050,00	632.188,59	339.072,38	53,63	291.136,50	46,05
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	3.619.552,50	4.065.885,12	2.866.509,63	70,50	2.593.126,91	63,78
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (i)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	0,00	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.182.121,31	108.926,54
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
47.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
47.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.716,78	2.864,22
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.184.838,09	111.790,76
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	1.184.838,09	111.790,76

Macieira, 08/11/2019

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

ROMAINE AP. DAL PONTE
CONTADORA

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.978.561,04	1.582.595,09	1.395.965,95
Investimentos	2.974.561,04	1.582.595,09	1.391.965,95
Inversões Financeiras	3.000,00	0,00	3.000,00
Amortização de Dívida	1.000,00	0,00	1.000,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.978.561,04	1.582.595,09	1.395.965,95
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	2.978.561,04	1.582.595,09	1.395.965,95

FONTE:

Macieira, 08/11/2019

ZELIR CITADIN PREFEITO MUNICIPAL	ROMAINE AP. DAL PONTE CONTADORA
-------------------------------------	------------------------------------

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2019

Publicação Nº 2221957

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2019

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de limpeza, utensílios, gêneros alimentícios, destinados as Secretarias da Prefeitura Municipal de Mafra, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. O recebimento dos documentos de habilitação e proposta, poderão ser feitos até as 08:00hs, do dia 25/11/2019. Hora e data da abertura da sessão: 08h30min do dia 25/11/2019. Início da disputa 09h00min do dia 25/11/2019. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.378 de 10 de Março de 2011. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, bem como nos links www.bll.org.bre www.mafra.sc.gov.br. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4009 ou 4060.

Mafra (SC), 08 de novembro de 2019.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2019

Publicação Nº 2221960

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2019

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS visando contratação de empresa especializada em mão de obra para prestação de serviços de pedreiro, carpinteiro, encanador, eletricista e pintor, destinados a execução de reformas e/ou manutenção das instalações físicas da Secretaria Municipal de Saúde. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 27/11/2019, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47)3641-4060.

Mafra (SC), 08 de novembro de 2019.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2019

Publicação Nº 2221959

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2019

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS visando aquisição, manutenção, recarga, reteste e acessórios para o sistema de proteção contra incêndio, destinados as Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde e ao prédio da Secretaria de Agricultura, através do Fundo Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Agricultura e Interior. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 26/11/2019, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito

Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47)3641-4060.

Mafra (SC), 08 de novembro de 2019.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2019

Publicação Nº 2221820

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2019

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS visando contratação de empresa especializada em serviços de sinalização viária horizontal, compreendendo a manutenção e implantação nas vias públicas municipais, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 26/11/2019, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47)3641-4060.

Mafra (SC), 08 de novembro de 2019.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2019

Publicação Nº 2221961

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: Ação Comunicação Visual Ltda ME

CNPJ Nº 08.923.607/0001-55

Valor registrado: R\$ 3.800,00 (três mil cento e oitocentos reais).

Objeto aquisição de camisetas, macaquinho triathlon, jalecos e toucas, destinadas a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura e Secretaria Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 414/2019, Pregão Presencial - RP Nº096/2019.

Data de assinatura: 24 de outubro de 2019.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 24 de outubro de 2020.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 123/2019

Publicação Nº 2221954

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 123/2019

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratado: AUTO PEÇAS RENE LTDA - EPP

CNPJ: 01.488.404/0001-39

Objeto: Aquisição de peças e mão de obra, destinada ao conserto dos veículos, Bomba da Pedreira; Trator Agrícola Valmet mod. Valtra A 750L; Retroescavadeira Randon 4x2 Ano 2014 Prefixo 12; Retroescavadeira New Holland LB90 4x2, ano 2009, prefixo 06; Caminhões basculantes MB 2423K/36, 6X4, ano 2005/2006, com placa MHK 6540, prefixo -nº 15; Caminhão Ford Cargo 1622 Ano 2001 Placa MBT 6796; Caminhão Ford Cargo 2628, ano 2011/2012 - placa: MIM 8908; Caminhão Ford Cargo Munk Ano 2011, Placa MIS 9923; Caminhão Volvo Ano 2011 Placa MIZ 0564; Palio WK Adven Flex Fiat, ano 2014, Placa OKG 0664; VW Gol 1.0, ano 2017/2018 Placa QIR 1087; Celta Life Ano 2011, Placa MHC 6996; Ford Fiesta 1.0 Placa MLH 6246; Caminhão MB 2423K Ano 2005/06 Placa MHK 6470 e MHK 6470; Mini Carregadeira Mustang 2041 Ano 2013/14; Caminhão MB 12 15 C Comboio, ano 2004 Placa MCN 8765- nº 27; Caminhão MB 2423K, ano 2005/2006, Placa MHK 6520; Caminhão MB 2423K, ano 2005/2006, nº 15, 17,19 e 20; Retroescavadeira JCB Ano 2009 nº 07; Caminhão Volvo Placa MIZ 3564; Motoniveladora Volvo G 710 Ano 2005; Motoniveladora RG 140B Ano 2016 nº 11, através das Secretarias de Obras e Serviços Públicos, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e Secretaria de Agricultura e Interior.

Processo Licitatório n.º 589/2019 – Pregão Presencial nº 124/2019.

Valor: R\$ 9.399,81 (nove mil trezentos noventa e nove reais e oitenta um centavos).

Data Assinatura: 01 de novembro de 2019.

Prazo: O presente contrato vigorará até 31/12/2019.

Dotação Orçamentária:

22 - 1 . 8001 . 4 . 122 . 8 . 2.14 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

50 - 1 . 11001 . 4 . 122 . 11 . 2.45 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

81 - 1 . 13001 . 15 . 451 . 13 . 2.57 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

116 - 1 . 21001 . 20 . 122 . 21 . 2.136 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

302 - 1 . 13001 . 15 . 452 . 13 . 2.210 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 124/2019

Publicação Nº 2221955

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 124/2019

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratado: AUTO PEÇAS MARGOTI LTDA ME

CNPJ: 10.173.480/0001-46

Objeto: Aquisição de peças e mão de obra, destinada ao conserto dos veículos, Bomba da Pedreira; Trator Agrícola Valmet mod. Valtra A 750L; Retroescavadeira Randon 4x2 Ano 2014 Prefixo 12; Retroescavadeira New Holland LB90 4x2, ano 2009, prefixo 06; Caminhões basculantes MB 2423K/36, 6X4, ano 2005/2006, com placa MHK 6540, prefixo -nº 15; Caminhão Ford Cargo 1622 Ano 2001 Placa MBT 6796; Caminhão Ford Cargo 2628, ano 2011/2012 - placa: MIM 8908; Caminhão Ford Cargo Munk Ano 2011, Placa MIS 9923; Caminhão Volvo Ano 2011 Placa MIZ 0564; Palio WK Adven Flex Fiat, ano 2014, Placa OKG 0664; VW Gol 1.0, ano 2017/2018 Placa QIR 1087; Celta Life Ano 2011, Placa MHC 6996; Ford Fiesta 1.0 Placa MLH 6246; Caminhão MB 2423K Ano 2005/06 Placa MHK 6470 e MHK 6470; Mini Carregadeira Mustang 2041 Ano 2013/14; Caminhão MB 12 15 C Comboio, ano 2004 Placa MCN 8765- nº 27; Caminhão MB 2423K, ano 2005/2006, Placa MHK 6520; Caminhão MB 2423K, ano 2005/2006, nº 15, 17,19 e 20; Retroescavadeira JCB Ano 2009 nº 07; Caminhão Volvo Placa MIZ 3564; Motoniveladora Volvo G 710 Ano 2005; Motoniveladora RG 140B Ano 2016 nº 11, através das Secretarias de Obras e Serviços Públicos, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e Secretaria de Agricultura e Interior.

Processo Licitatório n.º 589/2019 – Pregão Presencial nº 124/2019.

Valor: R\$ 182.318,26 (cento oitenta dois mil trezentos dezoito reais e vinte seis centavos).

Data Assinatura: 01 de novembro de 2019.

Prazo: O presente contrato vigorará até 31/12/2019.

Dotação Orçamentária:

22 - 1 . 8001 . 4 . 122 . 8 . 2.14 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

50 - 1 . 11001 . 4 . 122 . 11 . 2.45 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

81 - 1 . 13001 . 15 . 451 . 13 . 2.57 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

116 - 1 . 21001 . 20 . 122 . 21 . 2.136 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

302 - 1 . 13001 . 15 . 452 . 13 . 2.210 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 118/2019

Publicação Nº 2221605

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 118/2019

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratado: KOLF ENGENHARIA LTDA-ME

CNPJ: 07.555.412/0001-37

Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de diagnóstico geral do parque de iluminação pública e elaboração de projeto básico, caderno técnico e planilha orçamentária para troca de iluminação para LED.

Processo Licitatório n.º 523/2019 – Pregão Presencial nº 117/2019.

Valor: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Data Assinatura: 15 de outubro de 2019.

Prazo: O presente contrato vigorará até 31/12/2019, com possibilidade de prorrogação desde que devidamente justificado pela autoridade competente, e autorizado pela Secretaria Municipal de Administração.

Dotação Orçamentária:

69 - 1 . 13001 . 15 . 451 . 13 . 2.53 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra.

TOMADA DE PREÇO Nº 023/2019

Publicação Nº 2221958

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇO Nº 023/2019.

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que realizará no dia 28/11/2019 às 09h05min, na sede da Prefeitura do Município de Mafra, Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro, licitação na

modalidade de Tomada de Preço para contratação de empresa especializada para execução de obra de reforma da Sala de Educação Física da CEI COMECINHO DE VIDA "NATHAAN ALEX RAMOS, conforme projeto, memorial descritivo, planilhas e demais documentos constantes no presente processo licitatório, através da Secretaria Municipal de Educação, em especial pelo contido neste Edital. Poderão participar da licitação, empresas devidamente cadastrada na Prefeitura e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo certificado de Registro Cadastral, o qual deverá ser obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. Último prazo para protocolo dos envelopes é dia 28/11/2019, até às 09:00horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fones: (47) 3641-4009 ou (47) 3641-4060.

Mafra, 08 de novembro de 2019
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

REGISTRO Nº 01 PARA ELEIÇÃO MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA, PARA O 4º EXERCÍCIO DA 18ª LEGISLATURA

Publicação Nº 2221842

REGISTRO Nº 01/19

Registro de chapa para eleição para compor a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mafra, para o Quarto Exercício da 18ª Legislatura, a realizar-se na sessão extraordinária do dia 26/11/2019, às 21 horas:

CHAPA 1

Presidente : Ver. Eder Gielgen

Vice-Presidente : Ver. Adilson Sabatke

1º Secretário : Ver. Cirineu Correa Cardoso

2ª Secretária : Verª Cláudia Maria Bus

Assinam como Vereadores apoiadores:

- Valdir Sokolski

- Elcion José Peters

- Marise Valério Bráz de Oliveira

- Vanderlei Peters

Protocolada dia 7 de novembro de 2019 às 08hs e 04min.

Mafra/SC, 7 de novembro de 2019.

Ver. Valdir Sokolski

Presidente

Jaironei Deretti

Diretor Administrativo e Financeiro

responsável pelo registro

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 096/2018

Publicação Nº 2221743

AVISO DE ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 096/2018

O Município de Maracajá torna público a ANULAÇÃO do 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 096/2018, publicado no dia 01/11/2019 (sexta-feira), no Diário Oficial do Município – DOM, Edição nº 2968, Página nº 810-811.

Maracajá, 07 de novembro de 2019.
ARLINDO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 096/2018

Publicação Nº 2221745

AVISO DE ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 096/2018

O Município de Maracajá torna público a ANULAÇÃO do 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 096/2018, publicado no dia 01/11/2019 (sexta-feira), no Diário Oficial do Município – DOM, Edição nº 2968, Página nº 811-812.

Maracajá, 07 de novembro de 2019.
ARLINDO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL Nº 01/2019 - PROCESSO SELETIVO INTERNO DE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA POR PERÍODO DETERMINADO DE DOCENTES, DO QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ - SC

Publicação Nº 2221179

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Edital Nº 01/2019

Abre inscrições e fixa as normas do PROCESSO SELETIVO INTERNO DE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA POR PERÍODO DETERMINADO de docentes, do quadro de pessoal do Magistério do município de Maracajá - SC.

O Município de Maracajá por meio do Departamento de Educação e Cultura tornam público a abertura do processo Seletivo Interno para Alteração da Carga horária por período determinado de Docentes, do Quadro de Pessoal do Magistério do Município de Maracajá, que será regido pelo disposto na Lei Complementar Municipal Nº 06/2003 e pelas normas do presente edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O PROCESSO SELETIVO DE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA POR PERÍODO DETERMINADO será organizado pelo Departamento de Educação e Cultura, localizado na Av. Getúlio Vargas, nº 530, Centro Maracajá - SC.

1.2. ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA é o aumento da jornada de trabalho de servidor público ocupante de cargo efetivo do Quadro Pessoal do Magistério. A alteração do regime de trabalho terá validade até no máximo o dia 14 de dezembro do ano subsequente, de acordo com o Art. 28 e 29 da Lei Complementar Municipal Nº 06/2003.

1.3. O membro efetivo do Magistério, interessado na alteração de carga horária deverá, nos prazos e condições deste edital, encaminhar Requerimento de Inscrição, nos termos do item 2 do presente edital, solicitando a alteração da carga horária, com a apresentação da documentação exigida e, na sequência, comparecer ao ato de escolha de vagas.

1.4. Estão abertas para alteração de carga horária vaga para professor efetivo do Ensino Fundamental I e II e Educação Infantil, conforme quadro de vagas (Anexo II).

1.5. Havendo mais de um interessado no aumento de carga horária em uma mesma disciplina ou área de atuação, serão empregados para fins de classificação, os seguintes critérios, de acordo com este edital.

I - ao lotado na Unidade Escolar que possuir maior habilitação;

II - ao de maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal;

III - ao de maior tempo de serviço no Magistério;

IV - ao de maior número de horas de aperfeiçoamento.

1.6. Para participar do processo seletivo, o candidato deverá:

1. Preencher Requerimento de Inscrição, informando seus dados pessoais, tempo de serviço e habilitação profissional.
2. Encaminhar ao Departamento de Educação e Cultura a documentação comprobatória das informações que prestou no Requerimento de Inscrição.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 A participação no processo seletivo se inicia pela inscrição que deverá ser entregue, até no dia 14/11/2019 na sede de Departamento de Educação e Cultura, no horário das 08h30min às 12h e das 13h30min às 17h30min.

2.2 Poderão se inscrever no presente processo seletivo de alteração da carga horária por tempo determinado unicamente os servidores ocupantes de cargo efetivo e estáveis do Quadro de Pessoal do Magistério Municipal de Maracajá, que estão em pleno exercício das suas funções na área de atuação conforme nomeação através de concurso público.

2.4 Para realizar a inscrição no presente processo seletivo o candidato deverá:

1. Ler atentamente o edital;
2. Preencher, com atenção, o Requerimento de Inscrição conforme modelo anexo, informando todos os dados necessários à sua classificação;
3. Reler e conferir as informações prestadas e entregar o requerimento para o Departamento de Educação e Cultura; Imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição que deverá ficar em seu poder;
4. Apresentar os documentos comprobatórios de acordo com o Edital.

3 . DA COMPROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

3.1 As informações prestadas no Requerimento de Inscrição deverão ser comprovadas mediante documentos que devem ser entregues ao Departamento de Cultura, na forma abaixo, nas datas, horários e locais indicados.

3.2 Os documentos comprobatórios deverão ser organizados na seguinte ordem:

1. Cópia do Requerimento de Inscrição;
2. Cópia da portaria de nomeação do cargo em que é efetivo;
3. Cópia do Termo de Posse;
4. Comprovação do grau de habilitação profissional:
 - a) Cópia da habilitação profissional;
 - b) Cópia do certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível especialização, mestrado ou doutorado.
5. Cópia do RG ou CPF.
6. Registro no conselho da categoria (Ed Física).

3.2.1 Os diplomas de cursos de licenciatura ou pós-graduação deverão atender estritamente às seguintes disposições:

1. Devem ser regularmente emitidos por estabelecimento de ensino reconhecido pelo Ministério da Educação - MEC ou por órgãos públicos dos governos federal, estadual e ou municipal.
2. Devem corresponder à disciplina/ área de atuação para a qual o servidor foi nomeado ou à área de Educação.
3. Os títulos de cursos de pós-graduação em nível de mestrado e ou doutorado obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei.

3.3 Os documentos comprobatórios, organizados de acordo com o item 3.2 deverão ser grampeados ou acondicionados em uma pasta, devendo a cópia do Requerimento de Inscrição ser a primeira folha grampeada, de sorte que possa o requerente ser facilmente identificado;

3.4 A documentação, organizada na forma determinada, deve ser entregue pessoalmente pelo requerente ou seu procurador devidamente constituído até o dia 14/11/2019.

3.5 Não serão aceitos documentos entregues em local e ou horário não determinado no presente edital;

3.6 A não comprovação, nos termos do edital, dos requisitos para a inscrição

e/ou de qualquer dos dados constantes no Requerimento de Inscrição, apurada a qualquer tempo, implicará na desclassificação do candidato e na invalidação de todos os atos anteriormente publicados relacionados a classificação do requerente.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 Os candidatos inscritos serão classificados, com base nas informações prestadas no Requerimento de Inscrição que deverão ser posteriormente comprovadas.

4.2 A verificação das informações prestadas pelos candidatos caberá ao Departamento de Educação e Cultura no ato da entrega dos documentos mediante comprovação com os documentos originais.

4.3 Os candidatos inscritos que não prestarem as informações solicitadas no Requerimento de Inscrição serão desclassificados.

4.4 Apurado o processo, os candidatos inscritos serão classificados por cargo/

disciplina.

4.6 A lista de classificação dos candidatos será publicada no dia 18/11/2019, no site <http://www.maracaja.sc.gov.br>.

5. DA ESCOLHA DE VAGAS

5.1 Para participar da escolha de vagas o candidato deverá atender à solicitação de comparecimento no Departamento de Educação. Em uma única unidade escolar.

5.2 A chamada será feita na ordem de classificação dos candidatos inscritos por cargo/disciplina de acordo com o número de vagas no início do ano letivo subsequente a este edital.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 O Departamento Educação e Cultura não se responsabiliza por inscrições não processadas por eventual interrupção ou recepção de dados.

6.2 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do processo seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

6.3 Não será autorizada a concessão de licença prêmio e ou licença sem vencimentos durante o ano letivo de 2020, para o candidato que obteve o direito na alteração ou aumento a carga horária em função do presente processo seletivo.

6.4 A inexatidão das declarações prestadas ou a constatação de qualquer irregularidade, ainda que verificadas posteriormente, implicarão na eliminação do candidato e na anulação de todos os atos praticados, sem prejuízo das sanções legais.

6.5 Os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento de Educação e Cultura de Maracajá.

6.6 Ficam delegadas ao Departamento de Educação e Cultura competências para:

a) Receber as inscrições;

b) Proceder a classificação dos candidatos de acordo com as informações prestadas no Requerimento de Inscrição;

c) Receber, julgar e responder aos recursos interpostos pelos candidatos;

d) Publicar a classificação e o resultado final do concurso;

e) Prestar informações aos candidatos.

6.7 O Departamento de Educação e Cultura reserva-se o direito de realizar a alteração de carga horária de seus servidores efetivos no início do ano letivo do ano subsequente, mediante necessidades provenientes deste Departamento, observando a ordem de classificação deste Processo Seletivo.

6.8 Caso julgar necessário e não havendo candidatos que tenham realizado o Processo Seletivo para alteração de carga horária por período determinado em determinada área ou disciplina, obedecendo os critérios de classificação deste edital serão chamados os candidatos do Processo Seletivo de 001.2019 da Prefeitura Municipal de Maracajá.

7. CRONOGRAMA

08/11/2019 – Publicação do Edital;

08/11 a 14/11/ - Inscrições;

18/11/2019 – Publicação da Classificação.

Maracajá, 08 de novembro de 2019

Aline Mello Rosso

Diretora do Departamento de Educação e Cultura

Arlindo Rocha

Prefeito Municipal de Maracajá

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

REQUERIMENTO

Eu, , portador(a) do CPF , professor(a) efetivo(a) da Prefeitura Municipal de Maracajá, venho por meio deste solicitar alteração de carga horária, de horas, conforme nomeação pelo concurso público, e alteração conforme o nº de horas disponível, na disciplina ou área de atuação, conforme Artigos 28 e 29 da Lei Complementar Nº 06/2003.

Data de nomeação: _/ _/

Licenciatura:

Especialização:

Pós-Graduação: _____

Data de nascimento: _/ _/

Para tanto, anexa a documentação solicitada, nestes termos pede e aguarda deferimento.
Maracajá, de novembro de 2019.

Assinatura:

ANEXO II

QUADRO DE VAGAS – Outubro de 2019.

ÁREA	Quantidade de vagas	Carga horária
Professor de Educação Infantil	01	20 h
Ciências – Anos Finais Ensino Fundamental	01	10 h
Ed. Física - Anos Iniciais, Anos Finais Ensino Fundamental e Educação Infantil	02	20 h
Arte - Anos Iniciais e Anos Finais Ensino Fundamental	01	10 h
Língua Estrangeira - Inglês - Anos Iniciais e Finais Ensino Fundamental	01	10 h

Marema

PREFEITURA

DECRETO 155/2019

Publicação Nº 2220912

DECRETO Nº 155/2019

REGULAMENTA A LEI Nº 1189/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica do Município de Marema,

DECRETA:

Art. 1º - Regulamenta a Lei nº 1189/2019, que instituiu o Programa de Estímulo a Expedição de Notas Fiscais no Município de Marema/SC e Dispõe Sobre o Sorteio de Prêmios.

Art. 2º O Programa instituído nos termos deste decreto, objetiva:

- I. Conscientizar e mobilizar os consumidores, através de ações de educação fiscal nas escolas e comunidade Maremense, acerca da importância de exigir nota fiscal ou cupom fiscal quando da aquisição de bens, mercadorias ou contratação de serviços;
- II. Promover o incremento da arrecadação dos tributos municipais, pela exigência, por parte dos consumidores, da nota ou cupom fiscal e, ao mesmo tempo, propiciar ao Município um aumento na participação na arrecadação Estadual;
- III. Estimular o crescimento da economia e do comércio local, premiar os consumidores, produtores, usuários de serviço e contribuintes municipais;
- IV. Concretizar o princípio constitucional da eficiência que impõe à administração pública adoção de todos os meios alternativos e necessários para a cobrança de seus créditos tributários e não tributários, de modo a aprimorar o sistema de arrecadação, estimular a redução da inadimplência fiscal e atender aos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- V. Promover a divulgação do programa e seus objetivos, planejando e executando campanhas de marketing.

Art. 3º O Programa consistirá na premiação, mediante sorteios realizados conforme calendário:

- I. O lançamento do Programa Compra Premiada iniciará na data de 14/11/2019;
- II. As notas fiscais deverão ser trocadas na prefeitura pelos cupons para concorrer aos prêmios

Art. 4º Os cupons serão trocados a partir do valor de R\$ 100,00 para nota fiscais e R\$ 1.000,00 para notas de produtor rural.

Art. 5º Concorrerão aos Prêmios do Programa:

- I. Os contribuintes ou responsáveis tributários que apresentarem comprovante de quitação de tributos municipais ainda não adimplidos na data de início do presente programa;
- II. Os consumidores que apresentarem Nota Fiscal de aquisição de mercadoria e de prestação de serviços, em comércio estabelecido no território do Município de Marema/SC, devidamente inscritos no cadastro de Contribuinte Estadual e/ou Municipal;
- III. Os produtores rurais inscritos no Município de Marema/SC que apresentarem a emissão de Nota de Produtor Rural; e,
- IV. Para as pessoas jurídicas serão consideradas Notas Fiscais de mercadorias e prestação de serviços fornecidos a pessoa jurídica provenientes de empresas com inscrição no Município de Marema/SC.

Art. 6º Para concorrer aos sorteios do Programa, os consumidores do Município deverão obter junto ao setor de tributação da prefeitura os cupons numerados para os sorteios:

§ 1º A troca dos comprovantes fiscais será na proporção de um cupom para cada R\$ 100,00 (cem reais) de Notas Fiscais e de um cupom para cada R\$ 1.000,00 (mil reais) para notas de produtor rural.

§ 2º Serão consideradas para a troca por cupons a primeira via de Nota Fiscal de venda ao consumidor e cupons fiscais emitidos por máquinas registradoras que contenham número do CNPJ do vendedor;

§ 3º A Nota Fiscal de Produtor Rural, quando legalmente necessário, somente será trocada quando acompanhada do comprovante de retenção da respectiva contribuição ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL).

Art. 7º Para a troca por cupons, os documentos fiscais serão entregues e carimbados pelo setor de tributação e devolvidos ao participante da campanha.

Art. 8º Serão premiados os cupons corretamente preenchidos, em sorteio público amplamente divulgado.

Art. 9º O Poder Executivo fica autorizado a celebrar convênios, termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de cooperação, com vistas à popularização e incremento promocional do programa.

Art. 10 A Premiação do Programa dar-se-á em vale-compras que deverão ser utilizados exclusivamente para a realização de compras e/ou contratação de serviços, dentre outros, em empresas e prestadores de serviços situados no território do Município de Marema/SC.

§ 1º A liberação do vale compras fica condicionada à regularidade fiscal e tributária do premiado e do fornecedor para com o fisco municipal;

§ 2º Os estabelecimentos comerciais interessados na participação do programa deverão apresentar manifestação expressa junto ao Poder Executivo Municipal;

§ 3º Serão aceitos os comprovantes fiscais a partir da data de sanção da Lei nº 1189/2019 (29/10/2019)

- § 4º O cupom premiado em qualquer dos sorteios não participará nos demais sorteios;
§ 5º Os cupons não premiados sorteados participarão dos sorteios seguintes;

Art. 11 Quando o valor do documento válido para troca exceder o valor mínimo estipulado e não completar o valor para ter direito ao 2º cupom, poderá ser utilizado o saldo da nota fiscal para posteriores trocas/retiradas de cupons.

Art. 12 Serão realizados, no ano de 2019, dois sorteios, sendo:

I. Na data de 28/11/2019 na Programação Natal Show Marema, com os seguintes prêmios:

- a. 1º PRÊMIO - R\$ 500,00 (quinhentos reais);
- b. 2º PRÊMIO - R\$ 200,00 (duzentos reais);
- c. 3º PRÊMIO - R\$ 200,00 (duzentos reais);
- d. 4º PRÊMIO - R\$ 200,00 (duzentos reais);
- e. 5º PRÊMIO - R\$ 200,00 (duzentos reais).

II. O segundo sorteio, com 10 vale compras, será realizado na data de 31/12/2019 com os prêmios:

- a. 1º PRÊMIO - R\$ 1.000,00 (mil reais);
- b. 2º PRÊMIO - R\$ 800,00 (oitocentos reais);
- c. 3º PRÊMIO - R\$ 600,00 (seiscentos reais);
- d. 4º PRÊMIO - R\$ 400,00 (quatrocentos reais);
- e. 5º PRÊMIO - R\$ 200,00 (duzentos reais);
- f. 6º PRÊMIO - R\$ 200,00 (duzentos reais);
- g. 7º PRÊMIO - R\$ 200,00 (duzentos reais);
- h. 8º PRÊMIO - R\$ 200,00 (duzentos reais);
- i. 9º PRÊMIO - R\$ 200,00 (duzentos reais);
- j. 10º PRÊMIO - R\$ 200,00 (duzentos reais).

Art. 13. Os sorteios serão realizados na forma de simples extração dos cupons em urna devidamente preparada para esta finalidade.

Art. 14 – Esse Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Marema/SC, em 05 de novembro de 2019.

ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em data supra e local de costume.

Eliamara Balbinot
Diretora de Recursos Humanos

Massaranduba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 87.2019 (PMM) - ESTRUTURAS E SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS MUNICIPAIS E 17ª FECARROZ

Publicação Nº 2221602



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 217/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 217/2019

VALIDADE: 07/11/2019 A 07/11/2020

PUBLICADO EM:

____/____/____

LOCAL: _____

ASS: _____

Ao sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. ARMINDO SESAR TASSI**, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal 3.749/18 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas comerciais apresentadas no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 217/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 217/2019**, através do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os preços oferecidos referentes à **AQUISIÇÃO DE TENDAS, LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS MUNICIPAIS E 17ª FECARROZ**, tendo sido os preços oferecidos pela(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) comercial(is) foi(ram) classificada(s):

LICITANTE(S) PRESENTE(S)	CNPJ/CPF
MANI SOM E LUZ LTDA - ME, neste ato representado por IURI DANIELSKI KAMMRADT	81.803.215/0001-42
LIND GUIMAR MACHADO ME, neste ato representado por MÁRIO BALLAND JÚNIOR	18.010.737/0001-50
BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME, neste ato representado por ANTONIO CARLOS ALVES BOSSO	14.247.912/0001-77
L.J.V. EVENTOS LTDA, neste ato representado por VANDERLEI SIEWERT	24.927.229/0001-34
FERNANDA JANTSCH REIS - ME, neste ato representado por FABIANO CARLON DA SILVA	23.732.869/0001-26
ANTONIO JOAO CANET SCHUEROFF, neste ato representado por ANTONIO JOAO CANET SCHUEROFF	28.365.924/0001-00
JOEL MENEGAZZO, neste ato representado por JOEL MENEGAZZO	27.130.628/0001-68
GS SONORIZAÇÃO LTDA, neste ato representado por GILSON PIETROWSKI POSTAI	29.931.054/0001-52
MOREIRA EVENTOS LTDA EPP, neste ato representado por EDUARDO LAÉRCIO MOREIRA	21.508.406/0001-50
MRX ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E COMÉRCIO LTDA, neste ato representado por RAFAEL CARLO THEISS	15.671.168/0001-04

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 217/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 217/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

ANDRE LUIS DOS SANTOS ME, neste ato representado por
ANDRE LUIS DOS SANTOS

12.105.381/0001-52

2

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta ata de registro de preços a **AQUISIÇÃO DE TENDAS, LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS MUNICIPAIS E 17ª FECARROZ**, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 277550 - FERNANDA JANTSCH REIS - ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
15	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO DE ESTANDES BÁSICOS EM TS BRANCO EM ALUMÍNIO NAS DIMENSÕES DE 3,00 X 3,00 METROS COM FORRAÇÃO EM TODA EXTENSÃO DO LOCAL, PASSADEIRAS NOS CORREDORES DE COR VERMELHA DE 3MM. OS STANDS DEVERÃO TER IDENTIFICAÇÃO DE 1,00 X 0,50 METROS MEDIANTE ADESIVO CONTENDO O NOME/LOGO NA TESTEIRA, 02 LAMPADAS INTERNAS NO STAND DE 60W DE LED UM SPOT NA TESTEIRA COM LÂMPADA DE 60W DE LED E DOIS PONTOS DE TOMADA DE 600W. PAGAMENTO POR EVENTO, INDEPENDENTE DO NÚMERO DE DIÁRIAS.	UNID	FJREIS	60	537,0000	32.220,0000
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 32.220,00						
FORNECEDOR: 303933 - ANDRE LUIS DOS SANTOS ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
14	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO DE ESTANDES BÁSICOS EM TS BRANCO EM ALUMÍNIO NAS DIMENSÕES DE 4,00 X 3,00 METROS COM FORRAÇÃO EM TODA EXTENSÃO DO LOCAL, PASSADEIRAS NOS CORREDORES DE COR VERMELHA DE 3MM. OS STANDS DEVERÃO TER IDENTIFICAÇÃO DE 1,00 X 0,50 METROS MEDIANTE ADESIVO CONTENDO O NOME/LOGO NA TESTEIRA, 02 LAMPADAS INTERNAS NO STAND DE 60W DE LED UM SPOT NA TESTEIRA COM LÂMPADA DE 60W DE LED E DOIS PONTOS DE TOMADA DE 600W. PAGAMENTO POR EVENTO, INDEPENDENTE DO NÚMERO DE DIÁRIAS.	UNID	ALS	40	749,0000	29.960,0000
16	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTANDES EM TS BRANCO 3,00 X 3,00 METROS COM PORTA TABLADO E CARPE, TIPO SALA DE REUNIÃO. PAGAMENTO POR EVENTO, INDEPENDENTE DO NÚMERO DE DIÁRIAS.	UNID	ALS	10	558,0000	5.580,0000
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 35.540,00						
FORNECEDOR: 229733 - BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	TENDA PIRAMIDAL 5X5M, COBERTURA EM LONA PVC BRANCA, ESPESSURA DE 0,40MM, ESTRUTURA TUBULAR GALVANIZADA COM FECHAMENTO NAS LATERAIS.	UNID	PICOS E CIA	3	4.465,0000	13.395,0000
2	TENDA PIRAMIDAL 6X6M, COBERTURA EM	UNID	PICOS E CIA	3	5.625,0000	16.875,0000

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 217/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 217/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	LONA PVC BRANCA, ESPESSURA DE 0,40MM, ESTRUTURA TUBULAR GALVANIZADA COM FECHAMENTO NAS LATERAIS.						3
3	TENDA PIRAMIDAL 5X5M, COBERTURA EM LONA PVC BRANCA, ESPESSURA DE 0,40MM SEM FECHAMENTO LATERAL.	UNID	PICOS E CIA	3	1.965,0000	5.895,0000	
4	TENDA PIRAMIDAL 6X6M, COBERTURA EM LONA PVC BRANCA, ESPESSURA DE 0,40MM SEM FECHAMENTO LATERAL.	UNID	PICOS E CIA	3	2.710,0000	8.130,0000	
6	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANEXO EM MEIA AGUA COM TRELIÇAS MEDINDO 5,00 X 65,00 METROS, COBERTO COM LONA PVC, COM TRATAMENTO TÉRMICO E ATESTADO DE FLAMABILIDADE. PARA O EVENTO FECARROZ, QUE SE REALIZARÁ DO DIA 28.04.2020 A 03.05.2020.	UNID	ARTESHOW	1	4.990,0000	4.990,0000	
9	TABLADO PARA PISTA DE DANÇA 10M X 8M. PARA O EVENTO FECARROZ, QUE SE REALIZARÁ DO DIA 28.04.2020 A 03.05.2020.	UNID	PICOS E CIA	1	1.290,0000	1.290,0000	
10	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS 10,00 X 10,00 METROS, CONSTRUÍDAS EM PERFIL DE AÇO GALVANIZADO PÉS DE NO MÍNIMO 3,00 METROS DE ALTURA COM CALHA E LONA DUPLA FACE, MODELO CHAPÉU DE BRUXA, COM FECHAMENTO LATERAL. PREÇO UNITÁRIO PARA CADA DIÁRIA.	UNID	PICOS E CIA	50	805,0000	40.250,0000	
11	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS 10,00 X 10,00 METROS, CONSTRUÍDAS EM PERFIL DE AÇO GALVANIZADO PÉS DE NO MÍNIMO 3,00 METROS DE ALTURA COM CALHA E LONA DUPLA FACE, MODELO CHAPÉU DE BRUXA. PREÇO UNITÁRIO PARA CADA DIÁRIA.	UNID	PICOS E CIA	50	820,0000	41.000,0000	
12	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS 5,00 X 5,00 METROS, CONSTRUÍDAS EM PERFIL DE AÇO GALVANIZADO PÉS DE NO MÍNIMO 3,00 METROS DE ALTURA COM CALHA E LONA DUPLA FACE, MODELO CHAPÉU DE BRUXA, COM FECHAMENTO LATERAL. PREÇO UNITÁRIO PARA CADA DIÁRIA.	UNID	PICOS E CIA	50	399,0000	19.950,0000	
13	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS 5,00 X 5,00 METROS, CONSTRUÍDAS EM PERFIL DE AÇO GALVANIZADO PÉS DE NO MÍNIMO 3,00 METROS DE ALTURA COM CALHA E LONA DUPLA FACE, MODELO CHAPÉU DE BRUXA. PREÇO UNITÁRIO PARA CADA DIÁRIA.	UNID	PICOS E CIA	50	400,0000	20.000,0000	
17	LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO - CABINE SANITARIA 1,20X1,20X2,30M, CONTENDO CAIXA DE DEJETOS, ASSENTO, MICTÓRIO, SUPORTE PARA PAPEL HIGIÊNICO E PAINEL DE IDENTIFICAÇÃO (MASCULINO E FEMININO) - VOLUME DA CAIXA DE DETRITOS 220L. PREÇO UNITÁRIO POR DIÁRIA.	UNID	POLYJOHN	50	135,0000	6.750,0000	
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 178.525,00							
FORNECEDOR: 273600 - L.J.V. EVENTOS LTDA							
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL	
18	LOCAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE SISTEMA DE	UNID	LJV	1	3.950,0000	3.950,0000	

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 217/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 217/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	SONORIZAÇÃO RADIO FEIRA, CONTENDO: SISTEMA COMPLETO PARA A SONORIZAÇÃO AMBIENTE. 16 CAIXA DE SOM ATIVAS PARA O PÁTIO. 04 - CAIXAS DE SOM ATIVAS PARA DENTRO DOS PAVILHÕES. 01 MICROFONE SEM FIO 01 MICROFONE COM FIO 01 APARELHO DE SOM MP3 OU NOTE BOOK CABOS E ACESSÓRIOS E ACESSÓRIOS. PARA O EVENTO FECARROZ, QUE SE REALIZARÁ DO DIA 28.04.2020 A 03.05.2020.					
19	LOCAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PARA DESFILES EM VIAS PÚBLICAS, CONTENDO: SISTEMA COMPLETO PARA A SONORIZAÇÃO. 02 - PONTOS DE SOM, CONTENDO 02 CAIXAS DE SOM EM CADA PONTO. 08 - CAIXAS DE SOM 02 AMPLIFICADORES - 01 EQUILIZADOR - 01 MESA DE SOM 6 CANAIS - 01 MICROFONE SEM FIO - 01 MICROFONE COM FIO - 01 APARELHO DE CD OU NOTEBOOK. PREÇO UNITÁRIO POR DIÁRIA.	UNID	LJV	4	1.000,0000	4.000,0000
21	SONORIZAÇÃO PALCO ALTERNATIVO 02 MESA DE SOM DE O MÍNIMO 32 CANAIS COM 16 MANDADAS DE AUXILIAR 01 MULTICABO 32 VIAS SPLITADO 50 METROS 01 EQUALIZADOR DE NO MÍNIMO 31 BANDAS ESTÉREO 01 PROCESSADOR COM NO MÍNIMO 06 VIAS 08 CAIXAS DE ALTA FREQUÊNCIA, PROCESSADAS E AMPLIFICADAS 01 MICROFONES SEM FIO E PEDESTAIS 08 MICROFONES DINÂMICOS COM PEDESTAIS 01 KIT DE MICROFONES PARA BATERIA/PERCUSSÃO 01 BATERIA 07 PEÇAS COMPLETA E DEVIDAMENTE MONTADA 01 AMPLIFICADOR DE BAIXO 01 AMPLIFICADORES DE GUITARRA 04 CAIXAS DE GRAVES COM 02 ALTO-FALANTES DE 18" COM POTÊNCIA E CABOS 01 NOTEBOOK 06 MONITORES CHÃO (RETORNO) COM NO MÍNIMO 03 POTÊNCIAS E CABOS 02 MICROFONES SEM FIO E PEDESTAIS 10 MICROFONES DINÂMICOS COM PEDESTAIS 01 KIT DE MICROFONES PARA BATERIA/PERCUSSÃO 01 BATERIA 07 PEÇAS COMPLETA E DEVIDAMENTE MONTADA 01 AMPLIFICADOR DE BAIXO DE NO MÍNIMO 150W COM 01 CAIXA 1X15" E 01 CAIXA 4X10". 02 AMPLIFICADORES DE GUITARRA DE NO MÍNIMO 100W CABOS E CONEXÕES NECESSÁRIAS PARA A LIGAÇÃO DE TODO EQUIPAMENTO DESCRITO. ILUMINAÇÃO 24 PAR LED 3 WATT 02 MINIBRUTES 06 MOVING BEAN 200R	UNID	LJV	1	6.800,0000	6.800,0000

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 217/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 217/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

01 MESA DE LUZ DIGITAL DE 24 CANAIS DMX 01 DIMMER DE 12 CANAIS DE 4KW 01 MÁQUINA DE FUMAÇA COM VENTILADOR ESTRUTURA METÁLICA NECESSÁRIA PARA A ILUMINAÇÃO E SONORIZAÇÃO ACIMA DESCRITA. ALIMENTAÇÃO E CABEAMENTO NECESSÁRIO PARA OS EQUIPAMENTOS ACIMA DESCRITOS. PARA O EVENTO FECARROZ, QUE SE REALIZARÁ DO DIA 28.04.2020 A 03.05.2020.						
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 14.750,00						
FORNECEDOR: 282421 - GS SONORIZAÇÃO LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
20	LOCAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PARA O SEMINÁRIO DO ARROZ, CONTENDO: 04 - CAIXAS DE SOM - 04 PEDESTAL PARA CAIXA DE SOM - 01 MESA DE SOM 8 CANAIS - 01 MICROFONE SEM FIO - 01 MICROFONE COM FIO - 01 APARELHO DE CD OU NOTE BOOK - 01 DATA SHOW 4500 ANSILUMES - 01 TELA 3 X 3. PREÇO UNITÁRIO POR DIÁRIA.	UNID		1	950,0000	950,0000
22	SONORIZAÇÃO PEQUENO PORTE 01 MESA DE SOM DE NO MÍNIMO 12 CANAIS 04 CAIXAS DE SOM 02 VIAS COM POTÊNCIA E CABOS 02 MICROFONES SEM FIO UHF 02 PEDESTAIS TIPO GIRAFAS PARA MICROFONE 01 NOTEBOOK CABOS E CONEXÕES NECESSÁRIAS PARA A LIGAÇÃO DE TODO EQUIPAMENTO DESCRITO. VALOR POR EVENTO.	UNID		5	940,0000	4.700,0000
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 5.650,00						
FORNECEDOR: 195391 - MANI SOM E LUZ LTDA - ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
5	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE COBERTURA COM MEDIDAS DE 20,00 X 20,00 METROS, ALTURA DE 9,00 METROS COM PÉ NO MÍNIMO 03 PÉ DIREITO DE CADA LADO, TRELIÇA DE TRAVAMENTO A 4,00 METROS, FECHAMENTO EM 3 LATERAIS COBERTO COM LONA PVC, COM TRATAMENTO TÉRMICO E ATESTADO DE FLAMABILIDADE, QUE SERÁ UTILIZADO PARA COBERTURA DO PALCO PRINCIPAL, ADEQUADO AS EXIGÊNCIAS DE SHOW NACIONAL. BEM COMO LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PALCO MEDINDO 20,00 X 12,00 METROS, ALTURA 1,40 METROS COM PASSARELA EM "T" MEDINDO 8,00 X 12,00 METROS, FORRADO COM CARPET E LATERAIS EM LAICRA. PARA O EVENTO FECARROZ, QUE SE REALIZARÁ DO DIA 28.04.2020 A 03.05.2020.	UNID	RENOVA ESTRUTURAS	1	11.900,0000	11.900,0000
7	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE 01 PAVILHÃO MEDINDO 50,00 X 20,00 METROS, ALTURA DE 4,00 METROS EM FORMATO DE DUAS ÁGUAS COM FECHAMENTO EM 3 LATERAIS, COBERTO	UNID	RENOVA ESTRUTURAS	1	14.900,0000	14.900,0000

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 217/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 217/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	COM LONA PVC, COM TRATAMENTO TÉRMICO E ATESTADO DE FLAMABILIDADE. PARA O EVENTO FECARROZ, QUE SE REALIZARÁ DO DIA 28.04.2020 A 03.05.2020.					
8	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PAVILHÃO MEDINDO 50,00 X 20,00 METROS, ALTURA DE 4,00 METROS EM FORMATO DE DUAS AGUAS, COBERTO COM LONA PVC, COM TRATAMENTO TÉRMICO E ATESTADO DE FLAMABILIDADE. PARA O EVENTO FECARROZ, QUE SE REALIZARÁ DO DIA 28.04.2020 A 03.05.2020.	UNID	RENOVA ESTRUTURAS	1	14.990,0000	14.990,0000
23	SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, PAINEL DE LED E GRUPO GERADOR PARA SHOWS NACIONAIS 01 MESA DE SOM DIGITAL DE NO MÍNIMO 48 CANAIS COM 16 AUXILIARES 01 MULTICABO DE 48 VIAS COM 60M + SPLITER 02 PROCESSADORES DIGITAIS 01 NOTEBOOK 16 CAIXAS DE SUBGRAVE COM 01 FALANTE DE 18" 16 CAIXAS DE ALTA FREQUÊNCIA, AMPLIFICADAS E PROCESSADAS, GUIAS DE ONDA SISTEMA DE AMPLIFICAÇÃO E ALIMENTAÇÃO QUE ATENDA A DEMANDA DO EQUIPAMENTO ACIMA E CABOS E CONEXÕES NECESSÁRIAS PARA A LIGAÇÃO DE TODO EQUIPAMENTO DESCRITO MONITOR (PALCO) 01 MESA DE SOM DIGITAL DE NO MÍNIMO 48 CANAIS COM 24 AUXILIARES 01 PROCESSADOR DIGITAL PARA O SIDEFILL 01 SIDEFILL COM 02 CAIXAS PARA SUBGRAVE COM 02X18" E 02 CAIXAS DE 03 VIAS COM CADA LADO (DIREITO E ESQUERDO) 10 MONITORES 2X12 + DRIVER 01 SUBTIPO DRUMFILL COM 2X18 04 MUTICABOS 12 VIAS SISTEMA DE AMPLIFICAÇÃO E ALIMENTAÇÃO QUE ATENDA A DEMANDA DO EQUIPAMENTO ACIMA E CABOS E CONEXÕES NECESSÁRIAS PARA A LIGAÇÃO DE TODO EQUIPAMENTO DESCRITO MICROFONES E ACESSÓRIOS 8 MICROFONES SEM FIO UHF 24 MICROFONES DINÂMICOS 04 MICROFONES TIPO CONDENSADOR 01 KIT DE MICROFONES PARA BATERIA/PERCUSSÃO 12 DIRECT BOX 28 PEDESTAIS TIPO GIRAFAS PARA MICROFONES 12 GARRAS PARA INSTRUMENTOS SISTEMA DE AMPLIFICAÇÃO E ALIMENTAÇÃO QUE ATENDA A DEMANDA DO EQUIPAMENTO ACIMA E	UNID	EV YAMAHA RCF SHURE SENNHEISER KW EAW DBX	1	31.608,0000	31.608,0000

6

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 217/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 217/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

<p>CABOS E CONEXÕES NECESSÁRIAS PARA A LIGAÇÃO DE TODO EQUIPAMENTO DESCRITO BACKLINES 02 AMPLIFICADORES DE NO MÍNIMO 100W (CABEÇOTE) COM CAIXA PARA GUITARRA 01 AMPLIFICADOR DE NO MÍNIMO 200W (CABEÇOTE) COM CAIXA PARA CONTRABAIXO 01 AMPLIFICADOR PARA TECLADO 01 BATERIA 07 PEÇAS COMPLETA E DEVIDAMENTE MONTADA 04 PRATICÁVEIS 2,0X1 SISTEMA DE COMUNICAÇÃO INTERCOM COM 02 PONTOS ILUMINAÇÃO 12 LÂMPADAS PAR 64 FOCO 5 24 PAR DE LED DE 3W 8 MINI BRUTES 08 MOVING BEAN 200R 01 MÁQUINA DE FUMAÇA 01 CANHÃO SEGUIDOR 01 MESA DE LUZ DIGITAL DE 2048 CANAIS DMX DIVIDIDOS EM 04 UNIVERSOS 01 SISTEMA DE DIMMER DIGITAL DMX 12 CANAIS ALIMENTAÇÃO E CABEAMENTO NECESSÁRIO PARA OS EQUIPAMENTOS ACIMA DESCRITOS. ESTRUTURA METÁLICA NECESSÁRIA PARA A ILUMINAÇÃO E SONORIZAÇÃO ACIMA DESCRITA. 01 CANHÃO DE LUZ TIPO SKY WALKER COM NO MÍNIMO 5000WATS DE POTÊNCIA 01 MÁQUINA DE FUMAÇA 16 SET LIGHT 1000 WATTS 01 CANHÃO SEGUIDOR 01 MESA DE LUZ DIGITAL DE 2048 CANAIS DMX DIVIDIDOS EM 04 UNIVERSOS 01 SISTEMA DE DIMMER DIGITAL DMX 36 CANAIS 4KW ALIMENTAÇÃO E CABEAMENTO NECESSÁRIO PARA OS EQUIPAMENTOS ACIMA DESCRITOS. ESTRUTURA METÁLICA NECESSÁRIA PARA A ILUMINAÇÃO E SONORIZAÇÃO ACIMA DESCRITA. LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED P6 MEDINDO 4 ALTURA POR 8 MTS COM VÍDEO PROCESSADORA, 01 NOTEBOOK CONFORME O PAINEL NESSECITA, 01 TÉCNICO QUE SAIBA OPERAR O PAINEL MONTAR E DESMONTAR O PAINEL, 01 TODOS OS CABEAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O APARELHO E DEVIDAMENTE ATERRADOS. GERADOR 01 (UM) GRUPO GERADOR DE ENERGIA, TRIFÁSICO, TENSÃO 380</p>						
---	--	--	--	--	--	--

7

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 217/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 217/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

VOLTS, 60 HZ, DE 212 KVA, COM REGULADOR ELETRÔNICO DE TENSÃO E FREQUÊNCIA, SILENCIADO, MONTADO EM CONTÊINER. 2-INCLUSO: O TRANSPORTE DO EQUIPAMENTO. A INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO. 04 LANCES DE CABOS DE 30 M PARA INTERLIGAÇÃO DO GRUPO AO SISTEMA. O COMBUSTÍVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO GERADOR. OPERADOR DURANTE TODO O PERÍODO DA LOCAÇÃO LOCAÇÃO PARA O EVENTO FECARROZ, QUE SE REALIZARÁ DO DIA 28.04.2020 A 03.05.2020, ATENDENDO RIDER DO ARTISTA.						
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 73.398,00						
FORNECEDOR: 297461 - MOREIRA EVENTOS LTDA EPP						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
24	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE 150 METROS DE FECHAMENTO EM METAL, DE 2,2 M DE ALTURAGRADE, COM PORTÃO DE ACESSO, TRAVAMENTO EM PINOS DE FERRO EM L, TRAVAS NO SOLO PARA ESTABILIZAR OS PAINÉIS. AS GRADES DEVEM SER PRODUZIDAS NO PADRÃO BOMBEIROS DE SC.	METRO	MOREIRA EVENTOS	1000	12,0000	12.000,0000
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 12.000,00						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 352.083,00						

1.2. O valor estimado para a aquisição/execução do objeto é de: **R\$ 352.083,00 (TREZENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL E OITENTA E TRÊS REAIS)**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante a validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a adquirir/contratar o objeto exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à(s) licitante(s) vencedora(s), ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma hipótese legalmente prevista para tanto, garantindo à(s) vencedor(as), neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3. Fica ressalvada à Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total do objeto desta ata de registro de preços.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 217/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 217/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

2.4. O fornecimento/execução do objeto desta ata de registro de preços será autorizado pela Prefeitura de Massaranduba (SC), órgão gerenciador da mesma bem como responsável pela unidade financeira competente.

9

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

3.1. Para os itens 01 a 04, o objeto deverá ser entregue/executado em 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da ordem de compra, em local a ser indicado através da mesma.

3.1.1. Para os itens 05 a 24, o objeto deverá ser entregue/executado em 48 (quarenta e oito) horas antes do início do evento, após a emissão da ordem de compra, e removido em 24 (vinte e quatro) horas após o término do evento, em local a ser indicado através da mesma.

3.1.2. As entregas/execuções serão parceladas, conforme necessidade.

3.1.3. Após a conclusão do evento, a licitante vencedora deverá remover todo o equipamento utilizado e o material excedente, a fim de entregar o local e as áreas contíguas rigorosamente limpas e em condições de uso imediato.

3.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail: contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

3.2.1. A nota fiscal deverá ser elaborada com detalhes minuciosos acerca do objeto entregue/executado, conforme descritivo do edital ou descritivo resumido, a fim de melhorar o cadastramento no sistema de patrimônio e almoxarifado, conforme o caso.

3.3. A não entrega/execução do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata de registro de preços.

3.4. O objeto somente será considerado aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

3.5. Caso o objeto não atenda às especificações desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

3.5.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1. Para os itens 01 a 04, o pagamento será efetuado da seguinte forma:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 217/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 217/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

a) Nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente;

10

b) Nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente.

4.2. Para os itens 05 a 24, o pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias consecutivos após o término do respectivo evento, mediante a emissão e aceite da documentação fiscal.

4.3. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.4. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

4.5. O objeto licitado poderá sofrer reajuste após 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da Lei e mediante efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração Municipal, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

5.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre seu pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização desta Prefeitura em seu acompanhamento.

5.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

5.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

5.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

5.6. Manter vigente durante a validade da ata de registro de preços os documentos de habilitação que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

5.7. Entregar/executar o itens 01 a 04 em 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da ordem de compra, em local a ser indicado através da mesma.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 217/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 217/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

5.7.1. Entregar/executar os itens 05 a 24 em 48 (quarenta e oito) horas antes do início do evento, após a emissão da ordem de compra, e removido em 24 (vinte e quatro) horas após o término do evento, em local a ser indicado através da mesma.

11

5.8. Será recusado o objeto que seja imprestável, defeituoso, ou que não atenda as especificações constantes no edital e/ou que não esteja adequado para o uso.

5.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata de registro de preços.

5.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.11. Submeter-se à fiscalização por parte da Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.12. Remover, após a conclusão do evento, todo o equipamento utilizado e o material excedente, entregando o local e as áreas contíguas rigorosamente limpas e em condições de uso imediato.

5.13. Disponibilizar técnicos qualificados de plantão durante todo o evento, devidamente uniformizados e com itens de proteção individual quando necessário, para a operação dos equipamentos.

5.14. Atender às exigências técnicas dos artistas (bandas, duplas, cantores, etc.).

5.15. Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência do evento, conforme exigido pelo Corpo de Bombeiros de Santa Catarina para o licenciamento do evento, além de prova de vínculo do profissional com a licitante vencedora.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

6.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas comerciais que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar, no todo ou em parte, esta licitação.

6.2. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições previstas nesta ata de registro de preços.

6.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que estas possam desempenhar normalmente seu serviço.

6.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 217/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 217/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

6.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares previstas nesta ata de registro de preços ou nas Leis cabíveis, quando for o caso.

12

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante, sem justificativas aceitas pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, em sanções administrativas de advertência, multas ou suspensão temporária do direito de licitar, a critério da Administração Municipal.

7.1.1. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços:

- a) A entrega/execução do objeto com atraso;
- b) A entrega/execução do objeto alheio ao especificado;
- c) A entrega/execução do objeto em embalagem violada ou com indícios de má conservação, hipótese esta em que o recebimento poderá ser rejeitado;
- d) A entrega/execução do objeto de forma parcial à quantidade solicitada.

7.1.2. Considerar-se-á descumprimento total do contrato/ata de registro de preços:

- a) A recusa injustificada em assinar o termo contratual/ata de registro de preços ou receber a autorização de fornecimento/execução;
- b) A não entrega/execução do objeto.

7.2. As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela licitante, nos seguintes casos:

- a) Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços, a critério da Prefeitura de Massaranduba (SC);
- b) Multa moratória de 01% (um por cento) por dia sobre o valor apresentado na autorização de fornecimento/execução, até o máximo de 20% (vinte por cento), quando a licitante, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;
- c) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor apresentado na autorização de fornecimento/execução, quando a licitante, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;
- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado quando a licitante não assinar o contrato/ata de registro de preços;

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 217/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 217/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

- e) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado quando:
- e.1) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte;
- e.2) Desatender às determinações da fiscalização;
- e.3) Não obedecer às condições de entrega/execução especificadas no contrato/ata de registro de preços;
- e.4) Não entregar/executar o objeto dando ensejo à rescisão contratual ou cancelamento da ata de registro de preços;
- f) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da licitação quando a licitante apresentar declaração falsa.
- 7.3. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos à licitante.
- 7.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela licitante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 7.5. Ressalvados os motivos de força maior, devidamente comprovados e a critério da Prefeitura de Massaranduba (SC), se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do art. 7 da Lei Federal 10.520/02.
- 7.6. Quaisquer das sanções administrativas poderão, a juízo da Administração Municipal e havendo compatibilidade, ser aplicadas de forma concomitante.
- 7.7. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das sanções administrativas, os princípios do devido processo legal e ampla defesa.
- 7.8. A aplicação das referidas sanções administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Prefeitura de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

- 8.1. Constituem motivo para rescisão do contrato/ata de registro de preços, conforme o caso:
- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração Municipal a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 217/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 217/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Municipal;

14

f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital;

g) O desatendimento das determinações regulares da Autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93;

i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima Autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

m) A supressão, por parte da Administração Municipal, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93;

n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração Municipal, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração Municipal decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

p) A não liberação, por parte da Administração Municipal, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 217/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 217/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

15

r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

9.1. A licitante vencedora assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento das obrigações. A Prefeitura de Massaranduba (SC) ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta ata de registro de preços: o edital do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 217/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 217/2019** e a(s) proposta(s) comercial(is) da(s) licitante(s) classificada(s) no certame.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 bem como as demais normas aplicáveis.

10.4. A fiscalização do cumprimento das obrigações desta ata de registro de preços caberá ao **Sr. FABIANO SPEZIA**, que exercerá rigoroso controle em relação aos serviços prestados, a fim de garantir a transparência do serviço prestado e possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas as disposições a elas relativas.

Massaranduba (SC), 07 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE

MANI SOM E LUZ LTDA - ME
IURI DANIELSKI KAMMRADT
CONTRATADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 217/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 217/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

16

BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E
COBERTURAS LTDA ME
ANTONIO CARLOS ALVES BOSSO
CONTRATADA

L.J.V. EVENTOS LTDA
VANDERLEI SIEWERT
CONTRATADA

FERNANDA JANTSCH REIS - ME
FABIANO CARLON DA SILVA
CONTRATADA

GS SONORIZAÇÃO LTDA
GILSON PIETROWSKI POSTAI
CONTRATADA

FERNANDA JANTSCH REIS - ME
FABIANO CARLON DA SILVA
CONTRATADA

GS SONORIZAÇÃO LTDA
GILSON PIETROWSKI POSTAI
CONTRATADA

MOREIRA EVENTOS LTDA EPP
EDUARDO LAÉRCIO MOREIRA
CONTRATADA

ANDRE LUIS DOS SANTOS ME
ANDRE LUIS DOS SANTOS
CONTRATADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 217/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 217/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

CONTRAPOSIÇÃO DE RECURSO - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL 003/2019

Publicação Nº 2221650

Órgão Autuante: Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

Unidade Autuante: Núcleo de Fiscalização Ambiental

Processo Administrativo Ambiental

Recorrente: Fernando Von Den Bylaardt, brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de identidade nº 4.408.007, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 007.008.299-54, residente e domiciliado na Rodovia SC 108, KM42, Bairro Barro Branco, em Guarimirim/SC, CEP 89270-000.

Procurador: Dr. Leonardo Campagnolo Agostini (OAB/SC 51.071)

Objeto: Recurso Administrativo em desfavor do AiA nº 003/2019

DESPACHO

Trata-se de recurso administrativo interposto em desfavor do AiA (Auto de Infração Ambiental) nº 003/2019, publicado no DOM Edição nº 2913, página 507 e seguintes, de 27/08/2019.

Sustenta o recorrente, autuado, em apertada síntese que: 1) o auto de infração é nulo por: 1.1) incapacidade técnica, ausência de atribuições, formação mínima e nomeação para o cargo de fiscal do meio ambiente; 1.2) Vício de forma quer pela falta de menção a área degradada ou ainda por ausência dos elementos indicados nos artigos 47, IV c/c art.54, VI, VII e XIX, ambos do Decreto Municipal nº 3.808/19, quer pela ausência de utilização do sistema SIRGAS para definição das coordenadas do local da infração, falta de indicação da ferramenta utilizada para indicação das coordenadas; 1.3) desvio de finalidade pelo baixo número de autuações ambientais diante do vasto número de empreendedores desenvolvendo a cultura de arroz irrigado no município, pela suposta falta de assinatura de testemunhas no documento e pela coincidência entre o interesse do município na área e a lavratura do ato guerreado; 2) ausência de motivo para lavratura do ato guerreado, por suposta ausência de identificação e qualificação da conduta; 3) ausência de elemento objetivo do tipo para as condutas tipificadas nos artigos 43 e 73 (área de preservação permanente) e também do artigo 66 (por considerar que a intervenção se caracteriza como baixo impacto), todos do Decreto Nacional nº 6.514/08.

Postulou a suspensão da medida administrativa de embargo a designação de audiência conciliatória, para os fins de reduzir as multas ao patamar de 90% (art.87, §3º da Lei Estadual Catarinense nº 14.675/09) e/ou conversão destas em advertência (art.62 da Lei Estadual Catarinense nº 14.675/09) e/ou a conversão da multa simples em serviços de preservação, postulando ainda a anulação do Auto de Infração Ambiental (AiA) ou a celebração de Termo de Compromisso Ambiental.

Juntou cópia da Carteira Nacional de Habilitação, Laudo Técnico de Caracterização e Avaliação Ambiental, ART, Cópia do AiA nº 003/2019 e respectivo relatório de fiscalização e vistoria, assim como cópia das certidões inteiro teor das matrículas nº 8080 e 10.231 ambas do Registro de Imóveis da Comarca de Guarimirim, além de cópia das cartas de arrematação respectivas.

É o sucinto relatório.

Passo à análise da matéria.

Diante da juntada de estudo técnico pretendendo a descaracterização das áreas de preservação permanente no local, considerando a necessidade de maior dilação probatória, determina-se a realização de prova técnica, nomeando como perito o Sr. Juarês José Aumond, geólogo formado pela UFRGS, mestre em Geografia e Doutor em Engenharia Civil, o qual deverá cumprir escrupulosamente o encargo, independentemente de termo de compromisso (art. 466 do NCPC).

Intime-se o perito nomeado para que diga se aceita o encargo e, em caso positivo, apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, seu Curriculum Lattes.

Por oportuno, apresentam-se os seguintes quesitos:

- a) A imóvel objeto da intervenção que motivou a lavratura do Auto de Infração Ambiental possui áreas de preservação permanente, em conformidade com o que disciplina o art.4º da Lei Nacional nº 12.651/12?
- b) Caso a resposta acima seja positiva, apresentar a respectiva classificação das APP's existentes no local, bem como de planta dando conta da sobreposição das mesmas sob a área de intervenção que motivou a lavratura do Auto de Infração Ambiental?
- c) Caso negativa a resposta ao quesito da alínea "a", apresentar as justificativas técnicas que levaram a citada descaracterização?
- d) Informar se a ação empreendida pelo autuado/recorrente pode ser caracterizada de baixo impacto.
- d) Explicar e fundamentar as razões que levaram à conclusão do perito.

Intime-se.

Cumpra-se

Massaranduba, 08 de Novembro de 2019.

	Fabiano Spezia Secretário de Planejamento e Meio Ambiente de Massaranduba
--	--

CONTRATO ADITIVO 19.2015 AD 20 - UNIMED DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Publicação Nº 2220648

VIGÉSIMO TERMO DE ADITAMENTO (19/20) AO CONTRATO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL (UNIFLEX ESTADUAL COPARTICIPAÇÃO 50%) Nº 19/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A UNIMED DO ESTADO DE SANTA CATARINA FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

Pelo presente contrato, que entre si celebram a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere

poderes, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa UNIMED DO ESTADO DE SANTA CATARINA FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Otto Boehm, número 478, bairro Centro, município de Joinville, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 76.590.884/0001-43, neste ato representada pelo SR. ALBERTO GUGELMIN NETO, inscrito no CPF sob o nº 774.008.449-20, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Federal 8.666/93, as partes de comum acordo tem justas as seguintes cláusulas contratuais.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na prorrogação da contratação de plano de saúde coletivo empresarial através de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de assistência médica de natureza clínica, cirúrgica, hospitalar e ambulatorial e ainda outros serviços auxiliares de diagnósticos e de terapia para atendimento dos agentes públicos municipais ativos e seus dependentes, incluindo os exercentes de cargos eletivos, em comissão e os contratados temporariamente, bem como os inativos vinculados ao regime próprio de previdência social – RPPS, em conformidade ao edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

2.1. O contrato vigorará por 30 (trinta) dia a partir de sua assinatura. Neste ínterim, não haverá aplicação de reajuste anual, porém, permanecem os reajustes de faixa-etária e sinistralidade previstos no contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93, admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente, nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, tem-se a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

3.2. A assinatura do presente termo de aditamento está amparada no § 1º, incisos I e IV, do art. 57 da Lei Federal 8.666/93. As demais cláusulas do CONTRATO Nº 19/2015 permanecem inalteradas.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 09 de novembro de 2019.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)		UNIMED DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ARMINDO SESAR TASSI		ALBERTO GUGELMIN NETO
CONTRATANTE		CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI		ELTRIDA FRITZKE VOELZ
CPF: 452.293.509-97		CPF: 489.697.029-20

DECRETO Nº 4027 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221779

DECRETO Nº 4027 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019

Regulamenta a Lei Municipal nº 2023/2019 que Cria o Programa de Inseminação Artificial do Município de Massaranduba e dá outras providências.

VALDIR ZAPPELLINI, Prefeito em Exercício de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. O Programa de Inseminação Artificial do Município de Massaranduba, instituído pela Lei Municipal nº 2023/2019, será gerido, pela Secretaria de Agricultura.

Parágrafo único. São objetivos do Programa:

- I - Difundir a inseminação artificial como técnica simples e de fácil acesso e tornar acessível aos agricultores familiares e pequenos produtores rurais a inseminação artificial;
- II - Prestar serviços de alta qualidade aos produtores do Município; e,
- III - Melhorar geneticamente o rebanho de corte e leite, elevando os índices de produtividade na propriedade usando para tanto sêmen de touros da raça leiteira e carne ou da raça dupla aptidão (carne e leite).
- IV - Contribuir para melhoria de renda aos produtores.
- V - Permitir que o Município atue como fomentador de novas tecnologias e implementador de alternativas para o homem do campo.
- VI - Promover ações integradas gerando novas perspectivas para os produtores rurais.

Art. 2º. A participação no Programa Municipal de Inseminação Artificial é restrita aos pequenos produtores rurais, tendo preferência os agricultores familiares que preencherem cumulativamente os seguintes requisitos:

- I - Estar devidamente inserido no cadastro de produtor rural da Secretaria Municipal de Agricultura;
- II - Preencher formulário de inscrição específico do Programa, a cada ano que desejar ser beneficiado pelo mesmo; e,

III - Ter os animais identificados com brincos,

IV – O produtor deverá se comprometer a participar de Formações oferecidas pela Secretaria de Agricultura.

V – O produtor ficará responsável por fazer e manter em ótimas condições os bretes (contenção para imobilizar o animal) para facilitar a inseminação.

Art. 3º. Considera-se agricultor familiar ou pequeno produtor rural, para fins deste regulamento, aquele que residindo na zona rural, explorando-a mediante o trabalho pessoal e o de sua família, admitindo a ajuda eventual de terceiros, bem como as populações tradicionais com posse coletiva de terra, e cuja renda bruta seja proveniente da atividade agropecuária ou do extrativismo rural, ou que apresente DAP (Declaração de aptidão ao PRONAF), ou nota fiscal de produtor rural.

Art. 4º. A Secretaria de Agricultura responsabilizar-se-á pelo procedimento e execução da inseminação artificial, fornecimento de sêmen e material necessário, através do competente procedimento licitatório, para a distribuição do objeto do Programa, no qual obedecerá aos recursos disponíveis para tanto.

Art. 5º. Será organizada uma listagem para atendimento técnico, conforme ordem de inscrição.

Parágrafo único. Fica o produtor responsável pela comunicação, à Secretaria Municipal de Agricultura, quando seu animal entrar em período fértil (cio), sendo importante informar em até 12 horas.

Art. 6º. Será respeitado o limite máximo de 30 (trinta) inseminações por propriedade/ano.

Art. 7º. Os beneficiados com o programa receberão acompanhamento de técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 8º. Em caso de repetição de cio será respeitado o limite máximo de 02 (duas) inseminações por animal/ano.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 02 de outubro de 2019.

VALDIR ZAPPELLINI

Prefeito em Exercício

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

REVOGAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO 216.2019 PP 216.2019 (PMM)

Publicação Nº 2221169

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 216/2019

Modalidade Pregão Presencial - SRP

JUSTIFICATIVA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Trata-se de justificativa de Revogação pertinente ao PROCESSO LICITATÓRIO n.º 216/2019 – Pregão Presencial - SRP, cujo objeto é o registro de preços para a aquisição de caminhões basculantes.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, por intermédio do Pregoeiro Sr. Cirio Martini, neste ato vem apresentar suas considerações para a revogação do Processo Licitatório em epígrafe, pelos motivos abaixo expostos:

DO OBJETO

Trata-se de pedido de revogação do procedimento licitatório, na modalidade pregão presencial, que teve como objeto o registro de preços para aquisição de 06 (seis) caminhões basculantes.

DA SÍNTESE DOS FATOS

Preliminarmente, cabe destacar que o Processo Licitatório em questão teve todos seus atos devidamente publicados, ocorreu em perfeita sintonia com os ditames legais.

Ainda, a licitação obedeceu aos ditames legais, sendo observadas as exigências contidas nas Leis 8.666/93, no tocante à modalidade e ao procedimento.

No entanto, após melhor análise dos itens licitados, constatou-se a necessidade de alterar o descritivo dos itens, no sentido de garantir maior durabilidade dos caminhões.

Isso porque, os veículos que estão sendo adquiridos serão utilizados em um trabalho diário muito severo, dentre os quais: pedreiras, trechos de alta acilidade, sujeitando-os as mais diversas situações.

Dessa forma, necessita-se aumentar a potencia do sistema de transmissão de severidade.

Mantendo o descritivo conforme o edital em apreço, possivelmente traria prejuízos ao Município em longo prazo, pois não garantiria a melhor proposta no sentido de potencia e consequente durabilidade do veículo a ser adquirido.

Em razão do ocorrido, o pregoeiro e secretário de Administração e Finanças decidiu exarar justificativa para revogação da referida licitação, a fim de garantir reanálise e melhor formulação do termo de referência, buscando primordialmente a competitividade e a busca pelos interesses do Município de Massaranduba/SC.

Assim, as razões que ensejaram a presente Revogação são plenamente justificáveis, em razão do poder-dever de autotutela.

DAS RAZÕES DA REVOGAÇÃO

Quanto às razões que ensejaram a presente Revogação, é plenamente justificável por razões acima mencionadas.

Dessa forma, oportuno se faz constar a necessidade real de adequação do termo de referência.

Sendo assim, evidencia-se a necessidade de revogar o presente processo licitatório e adequar o descritivo dos itens para elaboração de novo certame.

DA FUNDAMENTAÇÃO

Cabe ressaltar que a Revogação de uma licitação não decorre da existência de vício ou defeito no processo, mas sim diante da conveniência e da oportunidade administrativa e por motivo de relevante interesse público.

Neste contexto, destacam-se as palavras do professor:

Na revogação, o desfazimento do ato administrativo não decorre de vício ou defeito. Aliás, muito pelo contrário. Somente se alude à revogação se o ato for válido e perfeito: se defeituoso, a Administração deverá efetivar sua anulação. A revogação se funda em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse sob tutela do Estado... Após praticado o ato, a Administração verifica que o interesse coletivo ou supra-individual poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá, então, o desfazimento do ato anterior. A isso denomina-se revogação. (Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 12ª edição, São Paulo, 2008, pág. 614/616).

O ato de revogação de um processo de licitação deve fundamentar-se no que dispõe o art. 49 da Lei Federal de Licitações nº 8.666/93 e demais alterações posteriores que prevê o que segue:

Art. 49 - A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Desta forma, resta a Administração Pública utilizar o instituto da revogação, a fim de rever os seus atos e consequentemente revogá-los, para garantir os fins a que se destina o processo licitatório.

Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal, sumulou o entendimento a respeito, senão vejamos o enunciado da súmula nº 473:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Destaca-se também que no presente caso não será necessário abrir prazo para contraditório e ampla defesa aos licitantes interessados, pois, conforme assente na doutrina e jurisprudência pátria, não há direito adquirido antes da homologação. Veja-se.

Agravo de Instrumento. Concorrência Pública n. 247/2013. Revogação do certame pelo ente Público Municipal. Suposta violação ao § 3º do artigo 49 da lei 8666/93. Inocorrência. Licitação ainda não homologada e objeto não adjudicado. Mera expectativa de direito. Desnecessidade de contraditório no caso. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. Alegação de motivação inábil a justificar a abertura de novo procedimento licitatório. Estudos que demonstram a inviabilidade da manutenção do objeto do certame anterior. Agravo de instrumento desprovido. A revogação pode ser praticada a qualquer tempo pela autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório. [...] diante de fato novo e não obstante a existência adjudicação do objeto a um particular, a Administração tem o poder de revogação. Poderá revogar a adjudicação e a homologação anteriores, evidenciando que a nova situação fática tornou-se inconveniente ao interesse coletivo ou supra-individual a manutenção do ato administrativo anterior (Marçal Justen Filho). O vencedor do processo licitatório não é titular de nenhum direito antes da assinatura do contrato. Tem mera expectativa de direito, não se podendo falar em ofensa ao contraditório e à ampla defesa, previstos no § 3º do artigo 49 da Lei n. 8.666/93. Precedentes (STJ. Ministra Eliana Calmon). Com a devida fundamentação, pode a administração pública revogar seus próprios atos, sendo legal a anulação de processo licitatório quando o edital do certame está eivado de irregularidades. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (Súmula 473 do STF) (TJSC. Rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz). (TJSC, Agravo de Instrumento n. 4005547-51.2016.8.24.0000, de Palhoça, rel. Des. Pedro Manoel Abreu, j. 24-01-2017).

DAS RECOMENDAÇÕES

Ante ao exposto, e destacando que foram obedecidos todos os pressupostos para a Revogação do presente processo licitatório, e para salvaguardar os interesses da Administração, recomenda-se a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório em epígrafe, pelos motivos de fato e de direito supramencionados, consubstanciando-se nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

Desse modo, diante de toda contextualização fática e documental com base naquilo que foi verificado, para salvaguardar os interesses da Administração, submeto a presente justificativa para análise da autoridade superior para apreciação e, se for o caso, ratificação.

Massaranduba, 08 de novembro de 2019.

CIRIO MARTINI

Pregoeiro

Gabinete do Prefeito

Assunto: Pregão Presencial n.º 216/2019

REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Acolho as recomendações do Pregoeiro, ratifico as razões e recomendações apresentadas buscando a revogação e declaro REVOGADO o

Processo Licitatório n.º 216/2019 por razões de interesse público, pautado nos motivos retro citados, com fulcro do artigo 49, caput, lei nº 8.666/93 e Súmula 473 do STF.

Encaminhem-se os autos ao Setor Competente para que, caso persista o interesse pelo objeto a ser contratado, apresente novo termo de referência com novo descritivo, contendo informações precisas e detalhadas sobre o objeto a ser adquirido, a fim de que seja aberto novo procedimento licitatório com estrita observância da legislação vigente e das cautelas de praxe.

Comunique-se o Setor de Licitações e Contratos para tomar as providências cabíveis.

Publique-se e intimem-se.

Massaranduba, 08 de novembro de 2019.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal de Massaranduba

SOLICITAÇÃO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO - PROCESSO LICITATÓRIO 138.2019 PP 138.2019 (PMM)

Publicação Nº 2221683

Massaranduba, 07 de novembro de 2019.

SOLICITAÇÃO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Requerente: Walendowsky Distribuidora de Combustíveis LTDA

Produto: Gasolina Aditivada

Processo Licitatório nº 138/2019 – Pregão Presencial SRP

DOS FATOS

Trata-se de pedido interposto pela empresa WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA., para requerer reequilíbrio econômico financeiro no item acima especificado. Para tanto, fundamenta seu pedido na alta do valor do item junto a refinaria e apresenta documentação que comprova a variação dos preços.

DO MÉRITO E DA DECISÃO

Característica peculiar do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico financeiro, que se encontra preconizada na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.666/93.

Dessa forma, pode no decorrer da execução do contrato ocorrer situações que desequilbrem a margem inicialmente estabelecida, devendo a Administração Pública reestabelecer, a fim de garantir o equilíbrio contratual. É o caso apresentado, que houve desequilíbrio ante ao corte no preço da refinaria.

Como houve novo aumento nas refinarias da Petrobrás, o referido item objeto do Processo Licitatório nº 138/2019 restou encarecido.

Em diligência, de fato se analisadas as notícias e o próprio site da Petrobrás, denota-se a real existência de aumento.

Ainda, analisando a documentação apresentada, quais sejam, as notas fiscais de aquisição do produto na época da proposta e atual, demonstra que de fato houve o desequilíbrio da margem de lucro inicialmente estabelecida.

Assim, a fim de reestabelecer a margem de lucro inicialmente estabelecida, DECIDO pela CONCESSÃO do reequilíbrio econômico financeiro do item solicitado, sendo de direito a aplicação do reajuste do preço para o valor de R\$ 3,69 (três reais e sessenta e nove centavos) por litro, acarretando num aumento de 12 (doze) centavos do preço registrado.

O reajuste possui efeitos ex nunc, sendo aplicado nas ordens de compras futuras, a partir da presente data.

CIRIO MARTINI

Pregoeiro

TERMO ADITIVO DE QUANTIDADE - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11.2018 (PMM)

Publicação Nº 2221657

TERMO ADITIVO DE QUANTIDADE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2017

Ao sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal 3.749/18 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2017, homologado pela Autoridade supracitada, resolve firmar aditivo quantitativo do item que segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL, TERCEIRA IDADE, CONFORME ITINE-RÁRIO (TRAJETOS DE IDA E VOLTA)

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO QUANTITATIVO

2.1. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estimada não ser o suficiente para suprir a demanda da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

FORNECEDOR: 123595 - MARCELO NUNES RUDOLF - ME					
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE LICITADA	QTDE ADITIVO
7	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDA-MENTAL, MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE MASSARANDU-BA, NOS TRAJETOS DE IDA E VOLTA, CONFOR-ME ITINERÁRIO ABAIXO: LINHA CAMPINHA 06:00 HORAS SAÍDA IMPLEMENTOS AGRÍ-COLAS TADEU, RUA BENJAMIN CONSTANT, ESTRADA RIBEIRÃO HUMBERTO, RUA JOÃO OLOS, ESTRADA BRAÇO DO NORTE, PARADA MOSER, BRAÇO CAMPINAS (ESCOLA BRUNO LINDEN) 11:30 HORAS SAÍDA (ESCOLA BRUNO LINDEN), ESTRADA CAMPINHA CENTRAL, ESTRADA BRAÇO DO NORTE, RUA JOÃO OLOS, ESTRADA RIBEIRÃO HUMBERTO, ESTRADA BENJAMIN CONSTANT (CEI VIDALINA XAVIER), RETORNA PARA ESTRADA BENJAMIN CONS-TANT ATÉ A ESCOLA BRUNO LINDEN. 17:00 HORAS SAÍDA DO CEI VIDALINA XAVIER, BRAÇO DO NORTE, ESCOLA BRUNO LINDEN, PARADA MOSER, ESTRADA BRAÇO DO NORTE, RUA JOÃO OLOS, ESTRADA RIBEIRÃO HUMBERTO. 22:30 HORAS ESCOLA BRUNO LINDEN, BRAÇO DO NORTE, RIBEIRÃO HUMBERTO, IMPLEMEN-TOS TADEU. A EMPRESA FICARÁ RESPONSÁVEL EM DISPO-NIBILIZAR VEÍCULO CONFORME O NÚMERO DE PASSAGEIROS POR HORÁRIO.	KM	MARCELO NUNES RU-DOLF - ME	23.600	5.900

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Integra esta ata aditiva, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2017, e as propostas comer-ciais das licitantes classificadas no certame supranumerado.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 bem como as demais normas aplicáveis.

3.4. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que este termo originou.

Massaranduba – SC,	07	de	novembro	de	2019
--------------------	----	----	----------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE
MARCELO NUNES RUDOLF - ME
MARCELO NUNES RUDOLF
CONTRATADA

Matos Costa

PREFEITURA

ERRATA EXTRATO 9º ADITIVO CONTRATO 17/2017

Publicação Nº 2221320

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-SC

ERRATA EXTRATO 9º ADITIVO SUPRESSÃO AO CONTRATO 07/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017.

A Comissão de Licitação nomeada pelo Decreto nº 061/2019, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR o que segue:

Onde se lê: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 73.102.566/0001-51. Leia-se: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 83.102.566/0001-51. Demais informações permanecem inalteradas. Matos Costa, 08 de novembro de 2019. Camila Carneiro - Presidente da Comissão

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 056-2019

Publicação Nº 2221626

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 056/2019

EDER MATTOS, Prefeito Municipal, torna público para conhecimento de todos, que contratou através de Inexigibilidade de Licitação EMPRESA PARA A APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA SEGUINTE BANDA "MISTURA FINA JAZZ TRIO", A SER REALIZADO NO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2019 NO EVENTO DE ABERTURA DO MÊS NATALINO, A SER REALIZADO NO PAVILHÃO DO ARROZ DO MUNICÍPIO, CONFORME PROGRAMAÇÃO.

Fundamento Legal: Art. 25, inciso III, da Lei Federal 8.666/93.

Contratada: PAULO JERONIMO FERREIRA

Valor Total: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

Meleiro/SC, 08 de novembro de 2019.

EDER MATTOS – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 409-2019

Publicação Nº 2220817

PORTARIA n.º 409/2019

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, a Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, a Lei nº 910/2002 de 13 de março de 2002, a Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora CAROLINI MAFIOLETTI BORBA, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de Novembro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 410-2019

Publicação Nº 2220819

PORTARIA n.º 410/2019

TRATA DA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º A Senhora SILVANIA FABRIS, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovada em Concurso Público – Edital n.º 001/2019, homologado em 20 de Agosto de 2019.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de Novembro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 411-2019

Publicação Nº 2221502

PORTARIA n.º 411/2019

TRATA DA EXONERAÇÃO DE TECNICO DE ENFERMAGEM - SAMU.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010 e suas alterações e Lei nº 1786/2018 de 29 de Agosto de 2018, e Edital de Processo seletivo nº 001/2019 – Saúde, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido o Senhor SAMUEL DE OLIVEIRA VOIDA, do cargo de Técnico de Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de Novembro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2019

Publicação Nº 2220867

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação

Processo Nº: 2269/2019
Modalidade: Pregão Nº 054/2019
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MATERIAS PARA A EXECUÇÃO DE MESAS E BANCOS PARA O PARQUE DA FEPAR, E AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO PARA OS SERVIÇOS DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DE MODELO/SC
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 22 de novembro de 2019
Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 22 de novembro de 2019.

Informações e edital na integra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:00, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br
Modelo/SC 08/11/19.

Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2203/2019

Publicação Nº 2221468

PROCESSOa Nº 2270/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2203/2019

Fica dispensada de licitação, cujo objeto é EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC CONFORME PROJETOS ANEXO, com fulcro na Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, e de conformidade com, Lei Nº 11.107 de 06 de abril de 2005.

OS VALORES REGISTRADOS PARA O OBJETO DE CONFORMIDADE COM ORÇAMENTO E PROJETO EM ANEXO É O SEGUINTE:

PAVIMENTAÇÃO REPERFILAGEM 3CM:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO RR-2C	M²	13.983,32	1,85	25.869,14
2	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) BINDER, COM ESPESSURA DE 3 CM, COM TRANSPORTE	TON	1.073,87	310,00	332.899,70

PAVIMENTAÇÃO CAPA 4 CM:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO RR-2C	M²	13.983,32	1,85	25.869,14

2	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) BINDER, COM ESPESSURA DE 4 CM, COM TRANSPORTE	TON	1.431,92	330,00	472.533,60
---	--	-----	----------	--------	------------

PINTURA DE SINALIZAÇÃO:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA RETROREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	M²	544,34	12,00	6.532,08

PLACA DA OBRA:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PLACA DA OBRA CONVÊNIO EM CHAPA GALVANIZADA (3,00 X 1,00 M)	UND	3	303,84	911,52

Valor Total de R\$ 864.615,18 (oitocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e quinze reais e dezoito centavos).

NOME DO CREDOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR

CNPJ/CPF: 11.117.243/0001-20

ENDEREÇO: Av. São Paulo 1615 Andar I – Centro – Pinhalzinho - SC

VALOR: R\$ 864.615,18

JUSTIFICATIVA PELA CONTRATAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

Justifica-se tal contratação por tratar-se de consórcio público criado exclusivamente para prover serviços de desenvolvimento da infraestrutura rodoviária, numa associação de entes federados formada pelos municípios de Pinhalzinho (sede), Saudades, Nova Erechim, Águas Frias, Modelo, Serra Alta, Sul Brasil, Saltinho, Cunha Porã e Campo Erê, visando prestação mais racional, eficiente e econômica de serviços públicos de interesse comum, num compartilhamento de servidores, máquinas e equipamentos, saber tecnológico e capacidade administrativa, fundamentado pela Lei 11.107/2005 (Sistema de Consórcios).

Modelo/SC, 08 de novembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito

Mondaí

PREFEITURA

DECRETO 5274/2019

Publicação Nº 2221031

DECRETO Nº 5.274 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

"HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DAS PROVAS PRÁTICAS DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final (Após os Recursos) das provas práticas referente ao Edital de Concurso Público nº 001/2019 da Prefeitura Municipal de Mondaí – SC, conforme segue:

OPERADOR DE MÁQUINAS (CNH CATEGORIA C)				
Nº	Insc.	Candidato	Nota	Classificação
1	498	Adelar Gomes	3,40	Classificado
2	700	Adriano De Souza Bueno	3,50	Classificado
3	349	André Serafini	3,80	Classificado
4	3	Cristiano Edu Marquardt	3,60	Classificado
5	473	Deoclides Bassorichi	3,50	Classificado
6	121	Douglas Dos Santos Pires	3,80	Classificado
7	358	Evandro José Maldaner	3,50	Classificado
8	209	Jackson Marcos Maier	3,20	Classificado
9	813	Jairo Luiz Berte	3,00	Classificado
10	330	Juliano Kossmann	3,20	Classificado
11	815	Marcio Klein	3,50	Classificado
12	85	Marcio Scherer	3,00	Classificado
13	366	Marcos José Rodrigues De Castro	3,50	Classificado
14	640	Marcos Queiroz Da Silva	3,80	Classificado
15	587	Rodrigo Roberto Weber	3,00	Classificado
16	24	Rudinei Sturzbecher	3,40	Classificado
17	673	Antonio Marcos De Camargo Hahn	Faltante	Desclassificado
18	597	Dalvan Carvalho Dos Santos	Faltante	Desclassificado
19	784	Darlan Osvaldo Rohrig	Faltante	Desclassificado
20	442	Délio José Juver	-	Desclassificado
21	335	Diego Henrique Schweigert	Faltante	Desclassificado
20	548	Eloir Vieira	-	Desclassificado
23	367	Enio Ruschel	-	Desclassificado
24	651	Ernani Hermes	Faltante	Desclassificado
25	416	Everton Fernando Puntel	-	Desclassificado
26	589	Francisco Cardoso	Faltante	Desclassificado
27	155	Gilmar Bassorisi	-	Desclassificado
28	280	Gilson Konrad	-	Desclassificado
29	141	Giovane de Aguiar	-	Desclassificado
30	754	Henrique Berwanger	Faltante	Desclassificado
31	76	Ilson Feistler	-	Desclassificado

32	831	Joao Carlos Gomes	Faltante	Desclassificado
33	847	Marciano Toebe	-	Desclassificado
34	310	Mario Fuziger	-	Desclassificado
35	550	Mauricio Jose Meurer	-	Desclassificado
36	238	Rogério Dauernheimer	-	Desclassificado
37	856	Tiago Andreus Britzke	2,90	Desclassificado
38	278	Valderi De Souza	-	Desclassificado

Art. 2º. São considerados classificados os candidatos que obtiveram nota mínima de 1,00 (um ponto) no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais) e nota mínima de 3,00 (três pontos), na Prova Prática.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Mondaí - SC, 08 de Novembro de 2019.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal

Eliseu Bohn
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

EXTRATO CT Nº 075/2019 - PMM

Publicação Nº 2221878

MUNICIPIO DE MONDAÍ - SC

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO CONTRATO

CONTRATO: nº. 075/2019 de 08 de novembro de 2019.

ORIGEM: Processo Licitatório nº 1032019. MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 012/2019. OBJETO: Constitui-se como objeto do presente termo, a contratação do palestrante professor Dr. César Aperecido Nunes, para realização de palestra com o tema denominado de "Humanização no serviço público: novas relações éticas e políticas no Município que acolhe", para formação continuada de servidores públicos do Município de Mondaí/SC. CONTRATADO: CESAR NUNES EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 57.590.150/0001-10. VALOR TOTAL: R\$ 6.000,00 (seis mil e reais). VIGÊNCIA: 31/12/2019. Mondaí/SC, 08 de novembro de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO Nº 060.2019 PMM

Publicação Nº 2220785

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 051/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC. EMPRESA REGISTRADA: ASW COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, valor total registrado R\$ 13.070,00 (treze mil e setenta reais); DARLAN DE SORDI 06342148961, valor total registrado R\$ 7.870,00 (sete mil e oitocentos e setenta reais); GF EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA, valor total registrado R\$ 3.480,00 (três mil e quatrocentos e oitenta reais); GILSON WUTTKE - ME, valor total registrado R\$ 92.100,00 (noventa e dois mil e cem reais); JB INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME, valor total registrado R\$ 29.170,00 (vinte e nove mil e cento e setenta reais).

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada para fornecimento de material necessário à instalação de placas de sinalização viária para uso interno e externo, adesivos de plotagem, placas indicativas de setores, impressão digital em lona (banners e faixas), impressão em tecidos, adesivo circular de 8 cm de diâmetro, tela de alambrado- tipo malha 08 fio 14, grama sintética decorativa 12 mm, nobreak bivolt, cafeteira elétrica, galão térmico e placas de sinalização de trânsito para município de interior, pelo período de 12 (doze) meses após a data de homologação, com entrega parcelada, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital.

ORIGEM: Processo Licitatório nº 094/2019, Pregão Presencial nº. 060/2019. VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua homologação até 07 de novembro de 2020. Mondaí - SC, 08 de novembro de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO Nº 062.2019 PMM

Publicação Nº 2220926

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 052/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC. EMPRESA REGISTRADA: AVIAMENTOS PIGELLI LTDA - ME, valor total registrado R\$ 10.728,50 (dez mil e setecentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos) no LOTE 02, 13 e 23; ILENI MARIA ROYER - ME, valor total registrado R\$ 14.984,00 (quatorze mil e novecentos e oitenta e quatro reais) no LOTE 03, 04, 20 e 21; TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA, valor total registrado R\$ 24.880,00 (vinte e quatro mil e oitocentos e oitenta reais) nos LOTES 05 e 12; MARCELO SIMONI, valor total registrado R\$ 23.571,00 (vinte e três mil e quinhentos e setenta e um reais) nos LOTES 06, 08, 09, 10, 16 e 17; JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME, valor

total registrado R\$ 7.813,90 (sete mil e oitocentos e treze reais e noventa centavos) nos LOTES 14, 15 e 18; BAVARESCO & CIA LTDA, valor total registrado R\$ 4.114,00 (quatro mil e cento e quatorze reais) nos LOTES 19 e 22. OBJETO: Registro e preços para eventual e futura aquisição de materiais diversos para ornamentação natalina e materiais elétricos que serão utilizados na decoração Natalina do Município de Mondaí, incluindo as escolas municipais, departamento de cultura e turismo, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste edital e mediante as demais condições estabelecidas neste edital e seus anexos. ORIGEM: Processo Licitatório nº 097/2019, Pregão Presencial nº. 062/2019. VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua homologação até 07 de novembro de 2020. Mondaí – SC, 08 de novembro de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO Nº 064.2019 PMM

Publicação Nº 2221198

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 054/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC. EMPRESA REGISTRADA: CONCEITO COMERCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI, valor total registrado R\$ 58.017,00 (cinquenta e oito mil e dezessete reais); DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI, valor total registrado R\$ 46.750,00 (quarenta e seis mil e setecentos e cinquenta reais); L. FIORESE, valor total registrado R\$ 1.100,00 (hum mil e cem reais); PATRÍCIA APARECIDA MUNHOZ, valor total registrado R\$ 47.504,50 (quarenta e sete mil e quinhentos e quatro reais e cinquenta centavos); RODOMAX CAMÉRCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSOR, valor total registrado R\$ 50.318,00 (cinquenta mil e trezentos e dezoito mil reais). OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de óleo lubrificante, graxa, fluído e outros materiais destinados à manutenção de veículos e máquinas de propriedade do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, pelo período de 12 (doze) meses após a data de homologação, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, do Edital. ORIGEM: Processo Licitatório nº 100/2019, Pregão Presencial nº. 064/2019. VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua homologação até 07 de novembro de 2020. Mondaí – SC, 08 de novembro de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO Nº 068.2019 PMM

Publicação Nº 2221081

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2019 - O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 068/2019. TIPO: Menor Preço por LOTE. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais elétricos, câmaras de monitoramento e serviços de autoelétrica destinados para instalação e manutenção nos veículos das diversas Secretarias e de propriedade do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, pelo período de 12 (doze) meses após a data de homologação, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 13h45min do dia 25 de Novembro de 2019. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 14h00min do dia 25 de Novembro de 2019. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 08 de Novembro de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

Monte Castelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 2287, DE 04 DE NOVEMBRO

Publicação Nº 2221323

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.287, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando a necessidade de realizar a abertura de um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, para o pagamento de despesas urgentes relacionadas com a manutenção dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, relacionados com a manutenção, conservação e melhoria das estradas que integram a Malha Rodoviária Municipal; considerando também, que o Município por força de normas contidas no Artigo 79, Inciso III, da Lei Orgânica deve garantir vias de acesso para o escoamento da produção agropecuária e que a Lei Municipal Nº 2.596 de 14 de Maio de 2019, que criou o "Programa de Apoio ao Produtor Agropecuário" nos seus Artigos 1º, 4º e 21 de igual forma, estabelece que o Município tem a incumbência de assegurar condições de acesso para o escoamento da produção agropecuária; considerando ainda, que a Lei Federal Nº 4.320 de 17 de Março de 1.964 que "Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal", no seu Artigo 7º, Inciso I, admite a abertura de Créditos Adicionais Suplementares até determinada importância, desde que existam recursos disponíveis para a realização das despesas dentre aqueles elencados e especificados no Artigo 43 do aludido diploma legal; considerando finalmente, que a Lei Municipal Nº 2.568 de 13 de Novembro de 2018 que "Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Monte Castelo para o Exercício Financeiro de 2019", no seu Artigo 7º, confere Autorização Legislativa para que o Chefe do Poder Executivo possa realizar a abertura de Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa estimada no orçamento aprovado para o exercício,

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no Orçamento Geral da Prefeitura do Município de Monte Castelo um Crédito Adicional Suplementar Especial no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para reforço das Dotações Orçamentárias, adiante especificadas e codificadas, integrando tais procedimentos a Lei Municipal Nº. 2.568, de 13 de Novembro de 2018, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício Financeiro de 2019.

02 – CHEFIA DO EXECUTIVO			
02.09 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS			
26.782.2601.2024 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos			
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 204 (Próprios)	R\$	200.000,00	
SUB TOTAL	R\$	200.000,00	
TOTAL GERAL	R\$		200.000,00

Art.2º. O Crédito Adicional Especial autorizado por esta lei será aberto com fundamento no Artigo 42, §1º, Inciso II, da Lei Federal Nº 4.320 de 17 de Março de 1964, com recursos resultantes da economia de impostos efetuada no Exercício Financeiro de 2019 em curso, com suporte nas seguintes fontes de recursos:

Art.3º. A abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata este Decreto Executivo, foi realizado com suporte na pela Fonte de Recursos 204, resultantes na arrecadação de tributos e com recursos próprios, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

--	--	--

Art.4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 04 de Novembro de 2019.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 006/2019

Publicação Nº 2221452

Processo 066/2019

Dispensa de Licitação Nº 006/2019

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: O Município de Monte Castelo torna público que em conformidade com o artigo 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela lei n.º 8.883, de 08 de junho de 1994, e do Prejulgado de n.º 0263 do Egrégio Tribunal de

Contas do Estado de Santa Catarina e do Acórdão 120/2007 Segunda Câmara (Sumário) do TCU, fica DISPENSADA de licitação a contratação do seguinte serviço:

OBJETO: Contrato de Rateio do Programa de Licitações Compartilhadas - PROLICITA

PRESTADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, sala 1305, Bairro Canto, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

VALOR TOTAL: R\$ 6.490,00 (seis mil, quatrocentos e noventa reais).

FORMA DE PAGAMENTO: mensal

PRAZO DE DURAÇÃO: 02 meses

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Cód. Red. 141,142,143 - Elemento: 3.1.71.00.00.00.00.00, 3.3.71.00.00.00.00.00, 4.4.71.00.00.00.00.00 . Projeto Atividade: 2004.

MOTIVAÇÃO: TRATA-SE DE CONTRATAÇÃO DO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2612/2019 E DO CONTRATO DE PROGRAMA CTP/PROLICITA/CINCATARINA/2019-168, VISANDO A PARTICIPAÇÃO, EXECUÇÃO E GERENCIAMENTO NAS LICITAÇÕES COMPARTILHADAS.

Monte Castelo - SC, 31 de outubro de 2019.

Andreza da Silveira

Coordenadora Geral de Compras Material e Serviços

De Acordo.

João Rafael Fianco	
--------------------	--

Secretário da Fazenda e Planejamento	
--------------------------------------	--

ATO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

R.H.

Ratifico a Dispensa de Licitação, por seus próprios fundamentos nos termos do art. 24, da Lei 8.666/93.

Execute-se.

Publique-se.

Monte Castelo - SC, 31 de outubro de 2019.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO

ASSESSORIA JURÍDICA

Procedimento realizado nos termos do inciso VI, do art. 38, da Lei 8.666/93.

Conforme Parecer Jurídico de n.º 032/2019 (anexo).

Monte Castelo- SC, 31 de outubro de 2019.

Marcelo Feliz Artilheiro

Assessor Jurídico

OAB/SC 16.493

PORTARIAS DE 459/2019 A 462/2019

Publicação Nº 2221658

PORTARIA Nº 459/2019 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR a Servidora GLEICE FABIANA GREIN, investida no Cargo de COORDENADORA GERAL DE TRIBUTAÇÃO, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão e Confiança, ficando revogada a Portaria 460/2017 de 23 de Outubro de 2017, através da qual a mesma foi nomeada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de 04 de Novembro de 2019;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 04 de Novembro de 2019.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 04 de Novembro de 2019.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 460/2019 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR a Servidora VIVIANE DE FÁTIMA FERREIRA DO LIVRAMENTO , investida no Cargo de COORDENADORA GERAL DE CONVÊNIOS, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão e Confiança , ficando revogada a Portaria 245/2017 de 24 de Março de 2017, através da qual a mesma foi nomeada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de 04 de Novembro de 2019;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 04 de Novembro de 2019.
JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 04 de Novembro de 2019.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 461/2019 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo na Lei Municipal Nº 1.929/2009 de 16 de Fevereiro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, GLEICE FABIANE GREIN, para exercer o cargo de COORDENADORA GERAL DE CONVÊNIOS, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão e Confiança, previsto pela Lei Municipal Nº 1.929/2009 de 16 de Fevereiro de 2009 e nº 021/2013 de 06 de Fevereiro de 2013, com remuneração correspondente ao Nível de Referência Salarial "CC-05", constante do Anexo XVI, Sub-Anexo A, da referida Lei, com Jornada de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, ficando a mesma lotada na Secretaria de Projetos, Convênios e Tributação, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente nomeação terão eficácia a partir da data de 05 de Novembro de 2019;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 05 de Novembro de 2019.
JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 05 de Novembro de 2019.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 462/2019 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo na Lei Municipal Nº 1.929/2009 de 16 de Fevereiro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, VIVIANE DE FÁTIMA FERREIRA DO LIVRAMENTO, para exercer o cargo de COORDENADORA GERAL DE TRIBUTAÇÃO, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão e Confiança, previsto pela Lei Municipal Nº 1.929/2009 de 16 de Fevereiro de 2009 e

Nº 021/2013 de 06 de Fevereiro de 2013, com remuneração correspondente ao Nível de Referência Salarial "CC-05", constante do Anexo XVI, Sub-Anexo A, da referida Lei, com Jornada de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, ficando a mesma lotada na Secretaria de Projetos, Convênios e Tributação, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente nomeação terão eficácia a partir da data de 05 de Novembro de 2019;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 05 de Novembro de 2019.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 05 de Novembro de 2019.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

EXTRATO CONTRATO OUTUBRO_2019 FMAS

Publicação Nº 2221501

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN.DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MONTE CASTELO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 124/2019
Contratante.: FUNDO MUN.DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MONTE CASTELO
Contratada.: AUTO POSTO DE LUCA LTDA
Valor.: 61.872,00 (sessenta e um mil oitocentos e setenta e dois reais)
Vigência.: Início: 31/10/2019 Término: 31/10/2020
Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2019
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO
Recursos.: Dotação:
Objeto.: PREGÃO PRESENCIAL do Tipo MENOR PREÇO - POR ITEM para AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA (comum), ÓLEO DIESEL S-10 e ÓLEO DIESEL S-500 com abastecimento diretamente em bomba da(s) empresa(s) licitante(s), SOB A FORMA FRACIONADA conforme o presente EDITAL, em especial ao ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) e demais anexos
Monte Castelo, 8 de Novembro de 2019

EXTRATO CONTRATO OUTUBRO_2019 FMS

Publicação Nº 2221503

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MONTE CASTELO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 124/2019
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MONTE CASTELO
Contratada.: AUTO POSTO DE LUCA LTDA
Valor.: 293.024,00 (duzentos e noventa e três mil e vinte e quatro reais)
Vigência.: Início: 31/10/2019 Término: 31/10/2020
Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2019
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO
Recursos.: Dotação:
Objeto.: PREGÃO PRESENCIAL do Tipo MENOR PREÇO - POR ITEM para AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA (comum), ÓLEO DIESEL S-10 e ÓLEO DIESEL S-500 com abastecimento diretamente em bomba da(s) empresa(s) licitante(s), SOB A FORMA FRACIONADA conforme o presente EDITAL, em especial ao ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) e demais anexos
Monte Castelo, 8 de Novembro de 2019

EXTRATO CONTRATOS OUTUBRO_2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2221499

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº..... AD001 CONT.74 - Contrato Nº: 074/2019
Contratante... PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO
Contratada... MATERPLAN TERRAPLANAGEM E MINERACAO LTDA.
Valor..... 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais)
Vigência..... Início: 01/10/2019 Término: 30/10/2019
Licitação..... PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2019
Recursos..... Dotação:
Objeto..... PREGÃO PRESENCIAL do Tipo MENOR PREÇO - POR
ITEM para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE
BRITA TIPO BICA CORRIDA (BASALTO) e ou Brita 02 NO MUNICÍPIO
DE MONTE CASTELO-SC, conforme o presente EDITAL, em especial ao
ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) e demais anexos, com abertura dos
trabalhos e recebimento das propostas e documentação até às 09:00
horas do dia 02 de Maio de 2019
Monte Castelo, 8 de Novembro de 2019

Contrato Nº.: 121/2019
Contratante... PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO
Contratada... MATERPLAN TERRAPLANAGEM E MINERACAO LTDA.
Valor..... 428.030,00 (quatrocentos e vinte e oito mil e trinta reais)
Vigência..... Início: 04/10/2019 Término: 04/10/2020
Licitação..... PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2019
Recursos..... Dotação:
Objeto..... PREGÃO PRESENCIAL do Tipo MENOR PREÇO - POR
ITEM para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE
PEDRA BRITADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA
SECRETARIA DE OBRAS E SECRETARIA DE AGRICULTURA, conforme
o presente EDITAL, em especial ao ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)
e demais anexos
Monte Castelo, 8 de Novembro de 2019

Contrato Nº.: 122/2019
Contratante... PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO
Contratada... COMASO CONSTRUCAO COM. IND. LTDA
Valor..... 282.150,00 (duzentos e oitenta e dois mil cento e cinquenta
reais)
Vigência..... Início: 04/10/2019 Término: 04/10/2020
Licitação..... PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2019
Recursos..... Dotação:
Objeto..... PREGÃO PRESENCIAL do Tipo MENOR PREÇO - POR
ITEM para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE
PEDRA BRITADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA
SECRETARIA DE OBRAS E SECRETARIA DE AGRICULTURA, conforme
o presente EDITAL, em especial ao ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)
e demais anexos
Monte Castelo, 8 de Novembro de 2019

Contrato Nº.: 123/2019
Contratante... PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO
Contratada... PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA
Valor..... 224.998,57 (duzentos e vinte e quatro mil novecentos e
noventa e oito reais e cinquenta e sete centavos)
Vigência..... Início: 08/10/2019 Término: 08/10/2020
Licitação..... Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:
5/2019
Recursos..... Dotação: 1.031.4.4.90.00.00.00.00 (85)
Objeto..... PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM PLUVIAL E
SINALIZAÇÃO NA RUA GOVERNADOR JORGE LACERDA COM ÁREA
DE PAVIMENTAÇÃO DE 1.578,63 M² + RUA SEM DENOMINAÇÃO COM
ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO DE 292,80 M².
Monte Castelo, 8 de Novembro de 2019

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 124/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO
Contratada.: AUTO POSTO DE LUCA LTDA
Valor.: 711.094,00 (setecentos e onze mil e noventa e quatro reais)
Vigência.: Início: 31/10/2019 Término: 31/10/2020
Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2019
Recursos.: Dotação:
Objeto.: PREGÃO PRESENCIAL do Tipo MENOR PREÇO - POR
ITEM para AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA (comum),
ÓLEO DIESEL S-10 e ÓLEO DIESEL S-500 com abastecimento
diretamente em bomba da(s) empresa(s) licitante(s), SOB A FORMA
FRACIONADA conforme o presente EDITAL, em especial ao ANEXO I
(TERMO DE REFERÊNCIA) e demais anexos
Monte Castelo, 8 de Novembro de 2019

Aditivo Nº.: Adit. 001/2019 - Contrato Nº.: 080/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO
Contratada.: GM INSTALADORA EIRELI
Valor.: 38.750,00 (trinta e oito mil setecentos e cinquenta reais)
Vigência.: Início: 31/10/2019 Término: 01/05/2020
Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2019
Recursos.: Dotação: 2.010.3.1.90.00.00.00.00.00 (30),
2.012.3.1.90.00.00.00.00.00 (42), 2.024.3.1.90.00.00.00.00.00 (94)
Objeto.: Tipo MENOR PREÇO - POR ITEM para a contratação sob
a forma fracionada ao longo de até 12 (doze) meses de: HORA HOMEM
TRABALHADA PARA DIVERSOS SERVIÇOS COMUNS, destinados à
manutenção dos serviços municipais, dependendo da necessidade
conforme o presente EDITAL, em especial ao ANEXO I (TERMO DE
REFERÊNCIA) e demais anexos
Monte Castelo, 8 de Novembro de 2019

Aditivo Nº.: AADIT.001/2019 - Contrato Nº.: 025/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO
Contratada.: S. M. BUDNIAK & CIA LTDA
Valor.: 72.450,00 (setenta e dois mil quatrocentos e cinquenta
reais)
Vigência.: Início: 31/10/2019 Término: 14/02/2020
Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2019
Recursos.: Dotação: 2.010.3.1.90.00.00.00.00.00 (30),
2.012.3.1.90.00.00.00.00.00 (42), 2.024.3.1.90.00.00.00.00.00 (94)
Objeto.: Tipo MENOR PREÇO - POR ITEM para a contratação sob
a forma fracionada ao longo de até 12 (doze) meses de: HORA HOMEM
TRABALHADA PARA DIVERSOS SERVIÇOS COMUNS, destinados à
manutenção dos serviços municipais, dependendo da necessidade
conforme o presente EDITAL, em especial ao ANEXO I (TERMO DE
REFERÊNCIA) e demais anexos
Monte Castelo, 8 de Novembro de 2019

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 144/2019

Publicação Nº 2220945

DECRETO Nº 144/2019, em 29 de outubro de 2019.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2019.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.880, de 06 de Novembro de 2018,

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 27.090,12 (vinte e sete mil e noventa reais e doze centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social

07.02 – Fundo Municipal de Assistência Social

07.02.08.244.0012.2.016-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 109

Valor de R\$ 7.090,12

07.02.08.244.0012.2.092-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 315

Valor de R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação total e/ou parcial da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 – Secretaria do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social

07.02 – Fundo Municipal de Assistência Social

07.02.08.244.0012.2.016-3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferência a Instituições Privadas

Sem fins lucrativos

Valor de R\$ 5.000,00

07.02.08.244.0012.2.092-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 20.000,00

07.02.08.244.0012.2.016-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 2.090,12

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 29 de outubro de 2019.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

DECRETO Nº 147/2019

Publicação Nº 2220948

DECRETO Nº 147/2019, em 31 de outubro de 2019.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2019.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.880, de 06 de Novembro de 2018,

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 131.495,80 (cento e trinta e um mil quatrocentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social

07.01 – Fundo Municipal de Saúde

07.01.10.301.0011.2.037-3.3.71.00.00.00.00.00 – Transferência a Consórcios Públicos

Valor de R\$ 1.495,80

07.01.10.301.0011.2.037-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 80.000,00

07.01.10.301.0011.2.037-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 50.000,00

Art. 2º - O crédito que trata o artigo anterior correrá por conta do superávit financeiro da fonte 326 no valor de R\$ 130.000,00 e no excesso de arrecadação da fonte 303 no valor de R\$ 1.495,80.

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 31 de outubro de 2019.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

DECRETO Nº 148/2019

Publicação Nº 2220946

DECRETO Nº 148/2019, em 04 de novembro de 2019.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2019.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.880, de 06 de Novembro de 2018,

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 99.355,00 (noventa e nove mil trezentos e cinq-enta e cinco reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social

07.01 – Fundo Municipal de Saúde

07.01.10.302.0011.2.068-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso CAPS

Valor de R\$ 50.000,00

07.01.10.304.0011.2.040-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso próprio

Valor de R\$ 12.955,00

07.01.10.305.0011.2.041-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso Vigilância Epidemiológica

Valor de R\$ 31.000,00

07.01.10.301.0011.2.037-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso próprio

Valor de R\$ 5.400,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação total e/ou parcial da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 – Secretaria do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social

07.01 – Fundo Municipal de Saúde

07.01.10.302.0011.2.068-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 50.000,00

07.01.10.301.0011.2.037-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 5.400,00

07.01.10.304.0011.2.040-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 12.955,00

07.01.10.305.0011.2.041-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 31.000,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 04 de novembro de 2019.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

LEI COMPLEMENTAR Nº 117/2019

Publicação Nº 2220944

LEI COMPLEMENTAR Nº 117/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALTERA O NÚMERO DE VAGAS PARA O CARGO DE MOTORISTA, ESTABELECIDAS NA LEI MUNICIPAL N.º 1.284/2008.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º- Fica alterado o número de vagas para o cargo de motorista, estabelecidas na lei municipal, 1.284, de 24 de junho de 2008, passando de 20 para 21 vagas.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 07 de novembro de 2019.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

LEI Nº. 1.959/2019

Publicação Nº 2220939

LEI Nº. 1.959/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO, DE FORMA MENSAL, DA LISTA DE MEDICAMENTOS DISPONÍVEIS E EM FALTA NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica obrigatória a divulgação, de forma mensal, de todos os medicamentos - disponíveis e em falta -, que são destinados, através da Secretaria Municipal de Saúde, gratuitamente, aos usuários do Sistema único de Saúde – SUS.

Art. 2º - A divulgação dar-se-á em todas as unidades de saúde, em local visível e de grande circulação de usuários, inclusive através de link, constante da página inicial do site oficial do Município, especificadamente destinado para tal desiderato.

Art. 3º - A informação da falta de medicamento(s) deve ser imediatamente comunicada ao público usuário de cada unidade de saúde, em local visível ao público e de fácil acesso para leitura dos interessados, contendo, inclusive, informações acerca do motivo em questão, bem como contendo a data prevista de chegada do(s) medicamento(s).

Art. 4º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a editar decreto regulamentar, referente à presente Lei, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 04 de Novembro de 2019.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

LEI Nº. 1.960/2019

Publicação Nº 2220941

LEI Nº. 1.960/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

"DENOMINA ÁREA INDUSTRIAL VEREADOR ALBERTO PADOIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se: ÁREA INDUSTRIAL VEREADOR ALBERTO PADOIN, a área industrial desta Municipalidade, localizada no

Distrito de Estação Cocal, deste Município, com a área de terra de 60.000,00m² (sessenta mil metros quadrados), adquirida através da Lei Municipal nº. 1.326/2009, conforme matrícula atinente, assentada no Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga/SC.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 04 de Novembro de 2019.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

LEI Nº. 1.961/2019

Publicação Nº 2220942

Lei n.º 1.961/2019

LEI Nº. 1.961/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.010, DE 17 DE ABRIL DE 2001”.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 76 da Lei Municipal nº 1.010, de 17 de abril de 2001, que passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 76 A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do Art. 71, inciso I e VIII, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna.

Art. 2º - O artigo 77 vigorará com a seguinte redação:

Art. 77 - A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e violação das demais proibições QUE NÃO tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de noventa dias.

Art. 3º - Fica alterado o artigo 79, inciso XIII, da Lei Municipal nº 1.010, de 17 de abril de 2001, que passa a vigor com a seguinte redação:

[...]

XIII - Transgressão do Art. 71, incisos IX a XVI.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 07 de Novembro de 2019.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

Lei n.º 1.961/2019

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

LEI Nº. 1.962/2019

Publicação Nº 2220943

LEI Nº. 1.962/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

"DENOMINA RUA EUCLIDES PAULO FERNANDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se: RUA EUCLIDES PAULO FERNANDES, a via pública deste município, atualmente denominada: Rua Projetada "A", localizada no Loteamento Vandete Maccari Piccolo, situado no Bairro Esperança, iniciando-se na Avenida Nicolau João de Souza, seguindo daí, a montante, com extensão de 307,00 metros, até encontrar-se com a Rua Hermínia Cechinel, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 07 de novembro de 2019.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

REGISTRO DE PREÇO 182/2019

Publicação Nº 2221531

Morro da Fumaça. Edital Pregão Presencial para Registro de Preço 182/2019. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, conforme anexo. Data: 22/11/2019 às 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

CONTRATOS FMAS OUT/2019

Publicação Nº 2221487

Folha: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA**

CNPJ: 01.456.013/0001-32

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Outubro/2019.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MR ADMINISTRACAO DE OBRAS LTDA**CNPJ:** 27.887.077/0001-81**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 2/2019**Número do Processo:** 2/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-4/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA FACHADA DO CENTRO DO IDOSO, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 16/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/11/2019**Vigência:** 16/10/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:** 07.02 08.244.0012 2.016.4.4.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.548,64**Forma de Pagamento:** À Vista

CONTRATOS FMS OUT/2019

Publicação Nº 2221488

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/2

CNPJ: 10.598.648/0001-65
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** AUTO POSTO DINARTE LTDA**CNPJ:** 79.406.781/0001-79**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 13/2019**Número do Processo:** 13/2019**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 42/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS, conforme anexo**Data da Assinatura:** 01/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/11/2019**Vigência:** 01/10/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 12.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** AUTO POSTO DINARTE LTDA**CNPJ:** 79.406.781/0001-79**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 13/2019**Número do Processo:** 13/2019**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 6-14/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS, conforme anexo**Data da Assinatura:** 01/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/11/2019**Vigência:** 01/10/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:** 07.01 10.301.0011 2.037.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.908,33**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 2/2

CNPJ: 10.598.648/0001-65

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Outubro/2019.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA AMREC - CISAM**CNPJ:** 13.791.885/0001-36**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Contrato ou Aditivo:** 43/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** O presente contrato tem por objeto a disciplina das relações estabelecidas entre as partes, consistindo na transferência de atribuições e prestação de serviços de saúde, geridos de forma associada pelos Municípios Consorciados**Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Data da Assinatura:** 24/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/11/2019**Vigência:** 24/10/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.542,35**Forma de Pagamento:** À Vista

CONTRATOS PMMF OUT/2019

Publicação Nº 2221491

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/2

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: AUTO POSTO DINARTE LTDA
CNPJ: 79.406.781/0001-79
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 13/2019 **Número do Processo:** 13/2019 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 6-15/2019
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS, conforme anexo

Data da Assinatura: 01/10/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 08/11/2019
Vigência: 01/10/2019 a 31/12/2019
Programa de Trabalho: 04.01 04.122.0010 2.035.3.3.90.00.00.00.00
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 25.045,94 **Forma de Pagamento:** À Vista

Contratado: SETUP AUTOMAÇÃO E SEGURANÇA
CNPJ: 09.249.662/0001-74
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 2/2018 **Número do Processo:** 2/2018 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 7-9/2019
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADAS E LIMPEZA URBANA

Data da Assinatura: 14/10/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 08/11/2019
Vigência: 31/12/2019 a 31/12/2019
Programa de Trabalho: 04.01 04.122.0010 2.035.3.3.90.00.00.00.00
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 47.698,56 **Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 2/2

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: MR ADMINISTRACAO DE OBRAS LTDA
CNPJ: 27.887.077/0001-81
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 125/2019 **Número do Processo:** 125/2019 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-43/2019
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO CEI DO BAIRRO MACCARI, conforme anexo.

Data da Assinatura: 30/10/2019
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 30/10/2019 a 31/12/2019
Programa de Trabalho: 05.01 12.361.0007 2.061.4.4.90.00.00.00.00
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 5.703,03 **Forma de Pagamento:** À Vista

Contratado: CENTRO DE INFORMATICA E AUTOMACAO DO ESTADO DE SC
CNPJ: 83.043.745/0001-65
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 179/2019 **Número do Processo:** 179/2019 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 53/2019
Fundamento Legal:
Objeto: os serviços técnicos de informática através da Cessão de Direito de Uso do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização, desenvolvido e instalado no ambiente DATACENTER do CIASC. Relativos ao acesso/cessão de informação do banco de dados do DETRAN/SC para a inserção e atualização das multas de trânsito de competência administrativa da CONTRATANTE, conforme detalhado no ANEXO I, parte integrante do presente instrumento

Data da Assinatura: 31/10/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 06/12/2019
Vigência: 31/10/2019 a 31/12/2019
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 78.000,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

CONTRATOS SAMAE OUT/2019

Publicação Nº 2221489

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/1

CNPJ: 31.739.132/0001-63
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** HELVIS JOSE FERNANDES 03330795905**CNPJ:** 28.633.957/0001-94**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 9/2019**Número do Processo:** 9/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 34/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS E ROÇADA MANUAL OU MECANIZADA, NAS DEPENDÊNCIAS DO SAMAE, NOS LOCAIS INDICADOS NO ANEXO I DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 09/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/11/2019**Vigência:** 09/10/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 15.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** TIGRE MATERIAIS E SOLUCOES PARA CONSTRUCAO LTDA.**CNPJ:** 08.862.530/0007-46**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 35/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** 1.2. TUBO PVC PBA JEI CL 15DN 100MM/110MM C/ ANEL DE BORRACHA EM BARRAS DE 6M para uso na manutenção, ampliação e operação dos Sistemas de Abastecimento de Água, com base na ata do certame do Pregão Presencial nº 1/2019 de licitação compartilhada com o CISAM - SUL com sede em Orleans/SC.**Data da Assinatura:** 10/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/11/2019**Vigência:** 10/10/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 32.400,00**Forma de Pagamento:** À Vista

CÂMARA MUNICIPAL

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO REF. 1º QUADRIMESTRE DE 2018

Publicação Nº 2221636

Município de MORRO DA FUMACA - SC
CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECETAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (d - c)
			No Quadrimestre (b)	% (b/a)	Até o Quadrimestre (c)	% (c/a)	
RECETAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECETAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECETAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	1.706.627,75	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—
DESPESAS							
DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
		No Quadrimestre		No Quadrimestre			
		Até o Quadrimestre		Até o Quadrimestre			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	2.381.820,00	2.381.820,00	675.192,25	644.063,08	1.706.627,75	1.706.627,75	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.341.820,00	2.341.820,00	642.269,25	636.255,08	1.699.550,75	1.699.550,75	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.800.000,00	1.800.000,00	286.819,51	555.732,79	1.513.180,49	1.513.180,49	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	541.820,00	541.820,00	355.449,74	82.522,29	186.370,26	186.370,26	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	40.000,00	40.000,00	32.923,00	5.808,00	7.077,00	32.923,00	0,00
INVESTIMENTOS	40.000,00	40.000,00	32.923,00	5.808,00	7.077,00	32.923,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de MORRO DA FUMACA - SC
CAMARA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (f)		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VII + IX)	2.381.820,00	2.381.820,00	604.750,68	1.706.627,75	675.192,25	644.063,08	1.706.627,75	675.192,25	1.706.627,75	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	2.381.820,00	2.381.820,00	604.750,68	1.706.627,75	675.192,25	644.063,08	1.706.627,75	675.192,25	1.706.627,75	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	2.381.820,00	2.381.820,00	604.750,68	1.706.627,75	—	644.063,08	1.706.627,75	—	1.706.627,75	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—	—

FONTE:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO REF. 1º QUADRIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2221630

Município de MORRO DA FUMACA - SC
CAMARA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2019/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Quadrimestre (b)	% (b/a)	Até o Quadrimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	547.722,05	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	547.722,05	0,00	-547.722,05
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE (j)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	2.580.000,00	2.580.000,00	584.925,36	584.925,36	1.995.074,64	547.722,05	547.722,05	2.032.277,95	546.194,07
DESPESAS CORRENTES	2.280.000,00	2.280.000,00	581.972,35	581.972,35	1.698.027,65	544.769,04	544.769,04	1.735.230,96	543.241,06
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.872.000,00	1.872.000,00	473.544,37	473.544,37	1.398.455,63	473.544,37	473.544,37	1.398.455,63	473.544,37
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	408.000,00	408.000,00	108.427,98	108.427,98	299.572,02	71.224,67	71.224,67	336.775,33	69.696,69

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de MORRO DA FUMACA - SC
CAMARA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2019/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE (j)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (f)		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	2.580.000,00	2.580.000,00	584.925,36	584.925,36	1.995.074,64	547.722,05	547.722,05	2.032.277,95	546.194,07
DESPESAS DE CAPITAL	300.000,00	300.000,00	2.953,01	2.953,01	297.046,99	2.953,01	2.953,01	297.046,99	2.953,01
INVESTIMENTOS	300.000,00	300.000,00	2.953,01	2.953,01	297.046,99	2.953,01	2.953,01	297.046,99	2.953,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	2.580.000,00	2.580.000,00	584.925,36	584.925,36	1.995.074,64	547.722,05	547.722,05	2.032.277,95	546.194,07
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	2.580.000,00	2.580.000,00	584.925,36	584.925,36	1.995.074,64	547.722,05	547.722,05	2.032.277,95	546.194,07
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	2.580.000,00	2.580.000,00	584.925,36	584.925,36	—	547.722,05	547.722,05	—	546.194,07
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO REF. 2º QUADRIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2221631

Município de MORRO DA FUMACA - SC
CAMARA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Quadrimestre (b)	% (b/a)	Até o Quadrimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	1.143.391,59	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.143.391,59	0,00	-1.143.391,59
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE (j)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	2.580.000,00	2.580.000,00	576.435,54	1.161.360,90	1.418.639,10	595.669,54	1.143.391,59	1.436.608,41	1.143.370,27
DESPESAS CORRENTES	2.280.000,00	2.280.000,00	574.978,54	1.156.950,89	1.123.049,11	594.212,54	1.138.981,58	1.141.018,42	1.138.960,26
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.872.000,00	1.872.000,00	497.555,14	971.099,51	900.900,49	497.555,14	971.099,51	900.900,49	971.099,51
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	408.000,00	408.000,00	77.423,40	185.851,38	222.148,62	96.657,40	167.882,07	240.117,93	167.860,75

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de MORRO DA FUMACA - SC
CAMARA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE (j)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (f)		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	2.580.000,00	2.580.000,00	576.435,54	1.161.360,90	1.418.639,10	595.669,54	1.143.391,59	1.436.608,41	1.143.370,27
DESPESAS DE CAPITAL	300.000,00	300.000,00	1.457,00	4.410,01	295.589,99	1.457,00	4.410,01	295.589,99	4.410,01
INVESTIMENTOS	300.000,00	300.000,00	1.457,00	4.410,01	295.589,99	1.457,00	4.410,01	295.589,99	4.410,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	2.580.000,00	2.580.000,00	576.435,54	1.161.360,90	1.418.639,10	595.669,54	1.143.391,59	1.436.608,41	1.143.370,27
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	2.580.000,00	2.580.000,00	576.435,54	1.161.360,90	1.418.639,10	595.669,54	1.143.391,59	1.436.608,41	1.143.370,27
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	2.580.000,00	2.580.000,00	576.435,54	1.161.360,90	—	595.669,54	1.143.391,59	—	1.143.370,27
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL REF. EXERCICIO DE 2018

Publicação Nº 2221633

Município de MORRO DA FUMACA - SC - Poder Legislativo
CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2018 A DEZEMBRO/2018

DESPESAS EXECUCIONAIS (Últimos 12 Meses)														INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
LÍQUIDAS														
	Jan/2018	Fev/2018	Mar/2018	Abr/2018	Mai/2018	Jun/2018	Jul/2018	Ago/2018	Sep/2018	Out/2018	Nov/2018	Dez/2018	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	127.482,60	116.914,75	117.786,69	118.426,48	118.784,63	120.483,29	118.784,63	118.784,63	118.784,63	118.784,63	130.197,29	187.866,24	1.513.180,49	
Pessoal Ativo	127.482,60	116.914,75	117.786,69	118.426,48	118.784,63	120.483,29	118.784,63	118.784,63	118.784,63	118.784,63	130.197,29	187.866,24	1.513.180,49	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	107.276,28	97.559,15	98.159,92	98.686,67	99.009,61	100.413,46	99.009,61	99.009,61	99.009,61	99.009,61	110.422,27	157.517,29	1.265.684,89	
Obrigações Patronais	19.606,32	19.355,60	19.626,77	19.737,81	19.775,02	20.069,83	19.775,02	19.775,02	19.775,02	19.775,02	30.446,15	247.465,60	247.465,60	
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização § 1º do art. 18 da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTÁVEIS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atorno de permanência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	127.482,60	116.914,75	117.786,69	118.426,48	118.784,63	120.483,29	118.784,63	118.784,63	118.784,63	118.784,63	130.197,29	187.866,24	1.513.180,49	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL												
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	56.154.639,73													
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§13, art.166 da CF)	0,00													
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	56.154.639,73													
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III) + (IIIb)	1.513.180,49													
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.269.278,38													
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.200.814,46													
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.032.350,54													

FONTE:



Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 112/2019 PMN

Publicação Nº 2221912

ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 112/2019 PMN

AS NOVE HORAS DO DIA SETE DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL DE DEZENOVE, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 476 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, DO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO NÚMERO CENTO E DOZE DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE, TIPO MAIOR LANCE OU OFERTA, CUJO OBJETO PREGÃO PRESENCIAL VISANDO PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DO COMÉRCIO DE AMBULANTES NA FAIXA ARENOSA E PRAÇAS (INCLUINDO ARENA ESPORTIVA) DAS PRAIAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, COMPREENDENDO AS PRAIAS DO GRAVATÁ, MEIA-PRAIA, CENTRO E PONTAL, PELO PERÍODO DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS - 90 (NOVENTA) DIAS, INICIANDO NO DIA 01/12/2019 A 01/04/2020 - 01/12/2019 A 03/03/2020, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DE NAVEGANTES/ SC. PARTICIPANTES: JOSÉ ANTONIO REIS DO NASCIMENTO (17482), ADEMIR CLEMES (17486), FRANCINELLE RODRIGUES PINHO DE OLIVEIRA (17487), JANAINA CASSIA GOELLNER (17488), ALESSANDRO VICENTINI (17489), FLAVIO FERREIRA DOS REIS (17501), NEILTON VIEIRA SOUZA (17508), LUIZ DE AZEVEDO GOMES 41493451472 (17510), GUSTAVO ANTUNES CORREA (17513), MARIA ELBA JANETE DA COSTA (17516), SORVETERIA MAIS K BOM LTDA ME (17517), AURI CLENIO PETRY FILHO (17518), VIVIANE ANTUNES CORREA (17519), JOSE MELO SIQUEIRA (18089), GILBERTO REIS DO NASCIMENTO (18093), CHARLESTON LUCIO MIRANDA (18094), MACAULLY DE SOUZA FRANCO (18095), ODAIR JOSÉ DE ANDRADE (18101), ALINE FERREIRA DA SILVA GOMES 10388011416 (18102), JOSE ROGERIO VARGAS 29495768934 (18104), MARIA JOSE DE AZEVEDO GOMES SILVA (18109), ISMAEL LIMA DE OLIVEIRA (18191), VINICIUS BANDASZ PRZYCZYNSKI (18192), MARIA IANE DOS SANTOS DONATO 14113720428 (18200), ZAIRA DANIELLE FERREIRA DE ALBUQUERQUE 88833070204 (18939), LETIANE NUNES DA SILVEIRA 00735770069 (18940), DANILO WESLEY DOS SANTOS TROPIANO 35669359801 (18941), DORIVAL GUEDES DE FARIA 50484893904 (18942), ROGER LEAL SOARES (18943), RAFAEL LOPES SANTANA 04509541538 (18944), PAOLA NATALY OLENCA (18945), FABIO COSTA CEZAR (18946), CINTIA VALERIA SANTOS ARMELIM TRIPIANO (18947), EMERSON NEY GERALDO (18948), TIAGO FEIJO DA SILVA 01955442002 (18949), PAULA SPERB BARTH (18950), JUCIANE CARINE FROZZA SANTANA 01589530101 (18951), VALQUIRIA MARIA PEREIRA (18952), JOSE WANDERLEY GUIDI (18953), ALINE FERREIRA DA SILVA GOMES (18954), GRACIELLE APARECIDA SCHLUKEBIER (18955), LETIANE NUNES DA SILVEIRA FEIJO DA SILVA (18956), DAIANE OLIVEIRA ALEXANDRE (18957), LONIR DE LIMA LOPES (18958). NA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO VERIFICOU-SE QUE TODAS AS EMPRESAS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTA DAS EMPRESAS, ONDE A PESSOA VALMIR OLIVEIRA DE SOUZA, APRESENTOU O ENVELOPE DE PROPOSTA, MAS NÃO ENTREGOU O ENVELOPE DE CREDENCIAMENTO E NÃO ESTEVE PRESENTE NA SESSÃO, ONDE SEU ENVELOPE FOI DESCLASSIFICADO, O RESTANTE DAS EMPRESAS E PESSOAS ESTAVAM COM OS DOCUMENTOS DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. DAMOS INÍCIO A ETAPA DE LANCE ATÉ O ITEM 78, SUSPENDAMOS ESTE CERTAME AS 17H E 10MIN, E RETORNAREMOS DIA 11/11/2019 AS 8H, PARA DARMOS CONTINUIDADE AO RESTANTE DOS LANCES E DA FASE DE HABILITAÇÃO. ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS, ONDE TODOS OS PARTICIPANTES ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL, FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES O DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 17HE 10MIN, EU VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

ERRATA PORTARIA 3145/2019

Publicação Nº 2221020

ERRATA:

Na Portaria 3145 DE 06 DE OUTUBRO DE 2019, publicada na Edição nº 2973 do Diário Oficial dos Municípios de 07/11/2019,

Onde se lê:

I – PORTARIA N º 3145 DE 06 DE OUTUBRO DE 2019

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE OUTUBRO DE 2019

Leia-se:

I – PORTARIA N º 3145 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE NOVEMBRO DE 2019

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Errata foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 08 de novembro de 2019.

Marcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 267/2019 - INEXIGIBILIDADE 07/2019 FUMSCI

Publicação Nº 2221864

Prefeitura Municipal de Navegantes
Contrato Nº : 267/2019 FUMSCI
Contratante.....: Prefeitura Municipal de Navegantes
Contratada : SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS DE RESGATE E SEGURANÇA EIRELI
CNPJ : 93.726.446/0001-89
Proprietários.: Ricardo Pedroso
Vigência : Início: 06/11/2019 Término: 31/12/2019.
Licitação : Inexigibilidade nº 07/2019 FUMSCI
Valor Total : R\$ 17.470,00
Recursos.....: Dotações: 2.144.3390.00.00.00
Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE BATERIAS E CARREGADOR DE BATERIAS PARA UTILIZAÇÃO NOS DESFIBRILADORES EXTERNOS AUTOMÁTICOS QUE COMPÕEM OS EQUIPAMENTOS DAS AMBULÂNCIAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO DE NAVEGANTES - FUMSCI.
Navegantes, 06 de novembro de 2019.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 268/2019 - DISPENSA 15/2019 FMC

Publicação Nº 2221740

Prefeitura Municipal de Navegantes
Contrato Nº : 268/2019 FMC
Contratante.....: Prefeitura Municipal de Navegantes
Contratada : KAMILLA NUNES
CPF : 062.696.869-03
Proprietários.: Kamilla Nunes
Vigência : Início: 08/11/2019 Término: 31/12/2019.
Licitação : Dispensa de Licitação nº 15/2019 FMC
Valor Total : R\$ 5.000,00
Recursos.....: Dotações: 2.057.3390.00.00.00
Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CURADORIA DO II SALÃO DE ARTES VISUAIS DE NAVEGANTES, REALIZADO PELA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES/SC.
Navegantes, 08 de novembro de 2019.

PORTARIA 3154/2019

Publicação Nº 2221770

PORTARIA N º 3154 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a MARLENE BARBARA, matrícula 342808, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 05.11.2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 05.11.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3161/2019 - WALDELIR GUAREZI

Publicação Nº 2221775

PORTARIA N º 3161 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019
NOMEIA PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, por este ato, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA, WALDELIR GUAREZI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE NOVEMBRO DE 2019
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3162/2019 - PRORROGA PAD 14/2019

Publicação Nº 2221116

PORTARIA 3162 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

PRORROGA TRABALHOS DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 14/2019

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

CONSIDERANDO o número expressivo de oitivas ainda a serem realizadas necessárias à apuração da verdade real dos fatos

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurada pela Portaria n º 2308 de 13 de agosto de 2019, publicada na edição do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina nº. 2902, de 14 de agosto de 2019, visando a apuração de responsabilidade por possível descumprimento do dever funcional por parte da servidora L. C. C., conforme C. I. SMS nº 1290/2018, oriunda da Secretaria Municipal de Saúde, bem como proceder ao exame de atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos.

Art. 2º. A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2019
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3163/2019 - RECONDUZ SINDICÂNCIA 02/2019

Publicação Nº 2221119

PORTARIA 3163 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

RECONDUZ A COMISSÃO PROCESSANTE DA SINDICÂNCIA 02/2019

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

CONSIDERANDO o número expressivo de oitivas ainda a serem realizadas necessárias à apuração da verdade real dos fatos

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR as servidoras Vanessa Faim, Gianini Grazieli Francisco e Karlile Cugnier para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA com vistas a dar continuidade, no prazo de 30 (trinta) dias, aos trabalhos de apuração dos

fatos de que trata o Processo de Sindicância nº 02/2019, iniciados pela Comissão designada pela Portaria nº 997, de 28 de março de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina nº. 2787, de 29 de março de 2019.

Art. 2º. A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE NOVEMBRO DE 2019
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3165/2019

Publicação Nº 2221425

PORTARIA 3165 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

PRORROGA TRABALHOS DA COMISSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2019

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

CONSIDERANDO o número expressivo de oitivas ainda a serem realizadas necessárias à apuração da verdade real dos fatos
RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão do Processo Administrativo nº 10/2019, instaurada pela Portaria nº 2292 de 09 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina nº. 2901, de 13 de agosto de 2019, visando apurar e adequar a fórmula correta do cálculo de triênios dos servidores públicos municipais em cargo de confiança, comissão essa formada pelos servidores Willian José de Souza, Roberto Miguel Celezinski, e Mari Ângela Rocha Ferreira, sob a presidência do primeiro

Art. 2º. A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE NOVEMBRO DE 2019
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA FISCAL DE CONTRATO Nº 3144 - CONTRATO 267/2019 FUMSCI

Publicação Nº 2221871

PORTARIA Nº 3144 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato 267/2019 FUMSCI da Inexigibilidade processo nº 07/2019 FUMSCI, cujo objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE BATERIAS E CARREGADOR DE BATERIAS PARA UTILIZAÇÃO NOS DESFIBRILADORES EXTERNOS AUTOMÁTICOS QUE COMPÕEM OS EQUIPAMENTOS DAS AMBULÂNCIAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO DE NAVEGANTES - FUMSCI. Conforme Inexigibilidade nº 07/2019 FUMSCI.

Fiscal: RODRIGO BECHTOLD SCHILICKMANN -- (titular)
JAMILTON DE JESUS -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA FISCAL DE CONTRATO Nº 3164/2019 - CONTRATO 268/2019 FMC

Publicação Nº 2221750

PORTARIA Nº 3164 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato 268/2019 FMC da Dispensa de Licitação processo nº 15/2019 FMC, cujo objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CURADORIA DO II SALÃO DE ARTES VISUAIS DE NAVEGANTES, REALIZADO PELA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES/SC. Conforme Dispensa de Licitação nº 15/2019 FMC.

Fiscal: CARMEN DÉA GAYA -- (titular)
NIVALDO JOSÉ KLOPPEL -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3155 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221006

PORTARIA Nº 3155 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato 237/2019 FCN da Inexigibilidade processo nº 16/2019 FCN, cujo objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO DE ESPETÁCULO TEATRAL "TEMPOS DE POESIA", DURANTE A PROGRAMAÇÃO DO VII FESTIVAL LITERÁRIO DE NAVEGANTES, NOS DIAS 08 A 11 DE OUTUBRO DE 2019, COM SESSÕES AS 9H30MIN E AS 14H30MIN, TENDO DURAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) MINUTOS, A SER REALIZADO NO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES/SC. Conforme Inexigibilidade nº 16/2019 FCN.

Fiscal: CARMEM DÉA GAYA -- (titular)
ROSEANE DE SOUZA -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir de 07 de outubro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3166 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221304

PORTARIA Nº 3166 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato 238/2019 FCN da Inexigibilidade processo nº 17/2019 FCN, cujo objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO DE ESPETÁCULO TEATRAL "AMOR POR ANEXINS", DURANTE A PROGRAMAÇÃO DO VII FESTIVAL LITERÁRIO DE NAVEGANTES, NOS DIAS 08 A 11 DE OUTUBRO DE 2019, COM SESSÕES AS 9H30MIN E AS 14H30MIN, TENDO DURAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) MINUTOS, A SER REALIZADO NO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES/SC. Conforme Inexigibilidade nº 17/2019 FCN.

Fiscal: CARMEM DÉA GAYA -- (titular)
ROSEANE DE SOUZA -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir de 07 de outubro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 3158, 3159, 3160 E 3157/2019

Publicação Nº 2221773

PORTARIA Nº 3158 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a MARISTELA VIEIRA, matrícula 344105, ocupante do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, pelo período de 02 (dias) dias consecutivos, com início em 15.10.2019 e término em 16.10.2019, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 15.10.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3159 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a EVA DE FATIMA CHAGAS WALDMANN, matrícula 1733602, ocupante do cargo de ATENDENTE DE POSTO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 33 (trinta e três) dias consecutivos, com início em 06.10.2019 e término em 07.11.2019, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 06.10.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3160 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a JULIANA FERNANDES JACINTO, matrícula 63322901, ocupante do cargo de PROFESSORA, com carga horária de 10 horas semanais, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos, com início em 29.09.2019 e término em 07.11.2019, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 29.09.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3157 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a FRANCIELE CANDIDO, matrícula 1977801, ocupante do cargo de PROFESSORA, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 07 (sete) dias consecutivos, com início em 29.10.2019 e término em 04.11.2019, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 29.10.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CÂMARA MUNICIPAL

NOTIFICAÇÃO 02-2019 - JUSTIFICATIVA DE FALTAS

Publicação Nº 2220996

NOTIFICAÇÃO

O Presidente da Câmara De Vereadores De Navegantes-SC, JEFFERSON MACHADO MACARINI, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 5.118.426-5 e do CPF/MF nº 056.122.149-95, residente e domiciliado na Rua Itajaí, nº 645, bairro São Domingos, Navegantes-SC, no uso de suas atribuições NOTIFICA a pessoa do Vereador VALMIR CÉSAR FRANCISCO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 573.616 e do CPF/MF nº 291.476.389-15, residente e domiciliado na Av. Prefeito José Juvenal Mafra, nº 7095, bairro Gravatá, Navegantes-SC, para que no prazo de 10 dias, justifique suas faltas, sob pena de aplicação do inciso III do artigo 35 da Lei Orgânica Municipal.

Navegantes, 05 de novembro 2019.

JEFFERSON MACHADO MACARINI
NOTIFICANTE

VALMIR CÉSAR FRANCISCO
NOTIFICADO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 08/2019IPP**

Publicação Nº 2221964

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 08/2019IPP

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Contratada: Geise Carla Rodrigues

Objeto: Aquisição de uniformes para o Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes – NAVEGANTESPREV.

Valor: R\$ 3.473,00 (três mil quatrocentos setenta e três reais)

Vigência: 11/11/2019 a 31/12/2019

Navegantes, 11 de novembro de 2019.

GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES

Diretora-Presidente

PORTARIA Nº 73 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221106

PORTARIA Nº 73 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, § 1º, III, “b” da CF/88 com redação da EC nº. 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade, ao segurado NELSO KRANENBERG, portador da cédula de identidade nº 3.058.124, inscrito no CPF sob o nº 886.650.979-53 e PIS/PASEP nº 10815721541, efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado no Machado, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo nº 2019.02.07586P, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Gisele de Oliveira Fernandes

DIRETORA-PRESIDENTE

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 11 de Novembro de 2019.

PORTARIA Nº 74 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221110

PORTARIA Nº 74 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE PENSÃO POR MORTE, EM CARÁTER INTEGRAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/03, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime.

RESOLVE:

I Determinar a concessão do benefício de Pensão por Morte, nos termos do Art. 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal (Redação da Emenda Constitucional nº 41/03) e do Art. 47 da Lei Complementar Municipal nº 99/2011, em decorrência do falecimento na data de 29 de setembro de 2019 do servidor LUIZ ARINO DE SOUZA, portador da cédula de identidade RG nº 469.267 e inscrito no CPF sob nº 416.708.769-34, PIS nº 10686434606, em favor de NOELI MARIA HOFFMANN DE SOUZA, cônjuge, portadora da cédula de identidade RG

nº 4.867.480-0 e inscrita no CPF sob o nº 322.010.289-15, o equivalente a 100% (cem por cento), conforme processo administrativo nº 2019.07.07593P, a partir da data do seu falecimento, até posterior deliberação.

II Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do Art. 47, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 99/2011, observada a metodologia contida na planilha de cálculo de provento, conforme processo administrativo nº 2019.07.07593P, que será pago mensalmente pelo NAVEGANTESPREV.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 29 de setembro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Gisele de Oliveira Fernandes

DIRETORA-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 11 de Novembro de 2019.

PORTARIA Nº 75 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221754

PORTARIA Nº 75 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, § 1º, III, "b" da CF/88 com redação da EC nº. 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade, à segurada MIRIAN GONÇALVES PIRES ROSSBACH, portadora da cédula de identidade nº 4.428.288, inscrita no CPF sob o nº 060.906.068-63, e PIS/PASEP nº 12193526208, efetiva no cargo de SUPERVISORA ESCOLAR, lotada no ENSINO FUNDAMENTAL EFETIVO, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo nº 2019.02.07587P, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Gisele de Oliveira Fernandes

DIRETORA-PRESIDENTE

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 11 de Novembro de 2019.

PORTARIA Nº 77 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221753

PORTARIA Nº 77 DE 11 DE OUTUBRO DE 2019.

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL SOBRE A MÉDIA DE CONTRIBUIÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, § 1º, III, "a", da CF/88 com redação da EC nº. 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, à segurada HELENA DOS SANTOS SOARES, portadora da cédula de

identidade n.º 1.805.322-0, inscrita no CPF sob o n.º 606.566.979-20, e PIS/PASEP n.º 12039703480, efetiva no cargo de ENFERMEIRA, lotada na VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, com proventos INTEGRAIS SOBRE A MÉDIA DE CONTRIBUIÇÃO, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2019.04.07575P, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Gisele de Oliveira Fernandes

DIRETORA- PRESIDENTE

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 11 de Novembro de 2019.

PORTARIA Nº 78 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221951

PORTARIA Nº 78 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO.

A DIRETORA-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99 de maio de 2011 e a Lei Complementar nº 152 de 25 de maio de 2012, RESOLVE:

I – DESIGNAR os servidores DENISE DA SILVA - Técnica Administrativa e Previdenciária, ALESSANDRA CRISTINA HOEHN Assessora Financeira, e MARGARETH BERLINCK DA COSTA Secretária Recepcionista-, para, sob a presidência do primeiro, instituírem PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO para apurar a regularidade dos proventos da aposentada J.C.G.

II – A comissão ficará responsável, em primeiro momento, pela instauração e conclusão do processo administrativo nº 02/2019, abrangendo demais processos que por ventura vierem a ser iniciados na constância desse, para tanto, terá o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação dessa Portaria para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Gisele de Oliveira Fernandes

DIRETORA-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 11 de Novembro de 2019.

Nova Erechim

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2019 SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE SEM FINS LUCRATIVOS, QUE TENHAM COMO BENEFICIÁRIOS MORADORES DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC, PARA FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA VISANDO A COMERCIALIZAÇÃO DE COMIDAS E BEBIDAS NO EVENTO FESTIVAL JOÃO DE BARRO

Publicação Nº 2221774

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2019

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2019

Ramirez Tapia, Prefeito Municipal de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade CHAMAMENTO PÚBLICO para SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE SEM FINS LUCRATIVOS, QUE TENHAM COMO BENEFICIÁRIOS MORADORES DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC, PARA FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA VISANDO A COMERCIALIZAÇÃO DE COMIDAS E BEBIDAS NO EVENTO FESTIVAL JOÃO DE BARRO. As propostas deverão ser apresentadas a partir do dia 11/11 a 02/12 de 2019, das 7:30h às 11:30h e das 13:30h às 17h30, na Departamento das Licitações, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 09 de novembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 305/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2221342

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 305, de 06 de Novembro de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	02	Cultura	
Função	13	Cultura	
Sub-função	392	Difusão Cultural	
Programa	0007	CULTURA EM MOVIMENTO	
Atividade	2018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$2.400,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	02	Cultura	
Função	13	Cultura	
Sub-função	392	Difusão Cultural	
Programa	0007	CULTURA EM MOVIMENTO	

Atividade	2018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$2.400,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 06 de Novembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em exercício

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 306/2019 INSTITUI RECESSO NO FINAL DO ANO, NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

Publicação Nº 2221038

DECRETO nº 306, de 08 de novembro de 2019.

Institui recesso no final do ano, nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 61 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Considerando as festividades no final do ano de 2019, fica instituído recesso na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e na Secretaria Municipal de Obras e Serviços públicos, nos seguintes dias:

- Do dia 23 de dezembro de 2019 (segunda-feira) até o dia 01 de janeiro de 2019 (quarta-feira).

Art. 2º Fica instituído ponto facultativo nas repartições públicas nos seguintes dias:

- Dia 24 de dezembro de 2019 (terça-feira);
- Dia 31 de dezembro de 2019 (terça-feira);

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Nova Erechim (SC), em 08 de novembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 307/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2221343

DECRETO Nº 307, de 07 de Novembro de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	26	Transporte	
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	
Programa	0015	ESTRADAS VICINAIS	
Atividade	2028	MANUT. DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, TRANSP. E OBRAS	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 1044	R\$32.200,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º utilizamos os recursos do provável excesso de arrecadação, conforme art. 5º § 1º inciso I da Lei Orçamentária nº1875/2018 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 07 de Novembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em exercício

LEANDRO DA SILVA

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 308/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2221346

DECRETO Nº 308, de 06 de Novembro de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$ 248,13 (duzentos e quarenta e oito reais e treze centavos) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	6	Segurança Pública	
Sub-função	181	Policimento	
Programa	0016	TRÂNSITO SEGURO	
Atividade	2029	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 03.54	R\$248,13

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º utilizamos os recursos do superávit financeiro do exercício de 2018, conforme art. 5º § 1º inciso II da Lei Orçamentária nº1875/2018 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 06 de Novembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em exercício

LEANDRO DA SILVA

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 309/2019 DISPÕE SOBRE A COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA CHAMAMENTO PÚBLICO.

Publicação Nº 2221858

DECRETO Nº 309 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a Comissão de Seleção para chamamento público.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e conforme dispôs o artigo 61 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para composição da Comissão de seleção para chamamento público do XI João de Barro de Nova Erechim, os seguintes membros:

a) Representantes
Leandro da Silva
Sandra Solivo
Maria Eduarda Nichetti

Art. 2º O desempenho do mandato da comissão nomeada por este Decreto será gratuito e considerado como "serviço relevante prestado ao Município de Nova Erechim".

Art 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 08 de novembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 112/2019 FÉRIAS TATIANE FÁTIMA DE PAULA

Publicação Nº 2221705

PORTARIA Nº 112, DE 08 DE NOVEMBRO 2019.

Dispõe sobre a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito em Exercício de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 15 (quinze) dias de Férias para a Servidora Municipal TATIANE FÁTIMA DE PAULA, Matrícula 3999/01, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a ser usufruída no período de 02.01.2020 a 16.01.2020, referente ao período 05.11.2018 a 04.11.2019.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 08 de novembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Em Exercício

PORTARIA Nº 113/2019 FÉRIAS SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Publicação Nº 2221715

PORTARIA Nº 113, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito em Exercício de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Ficam concedidas Férias para os Servidores Municipais abaixo relacionados, a serem usufruídas, conforme cada caso, assim como consta da tabela que segue.

SERVIDOR	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
426/01 Almidess Jesus da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	01.01.2019 a 31.12.2019	06.01.2020 a 04.02.2020
5413/01 Geovani Argenta	Operador de Máquinas	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	01.07.2018 a 30.06.2019	06.01.2020 a 04.02.2020
2003/01 Ivan Carlos Zeni	Operador de Máquinas	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	01.11.2017 a 31.10.2018	06.01.2020 a 04.02.2020
906/01 Jaison Gomes Ferreira	Operador de Máquinas	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	08.08.2017 a 07.08.2018	06.01.2020 a 04.02.2020
558/01 Joner Andre Tonon	Operador de Máquinas	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	01.03.2017 a 28.02.2018	02.01.2020 a 31.01.2020

5403/01 Luiz Carlos Ribeiro dos Santos	Motorista	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	02.01.2018 a 01.01.2019	02.01.2020 a 31.01.2020
5402/01 Rafael Nichelle	Operador de Máquinas	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	02.05.2016 a 01.05.2017	20.01.2020 a 08.02.2020
4839/02 Romeu Roque Frozza	Secretário Municipal	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	15.05.2018 a 14.05.2019	06.01.2020 a 04.02.2020
566/01 Valdaiz Lazarotto	Operador de Máquinas	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	01.01.2018 a 31.12.2018	06.01.2020 a 04.02.2020
3603/01 Vilson Solivo	Operador de Máquinas	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	14.06.2018 a 13.06.2019	02.01.2020 a 31.01.2020

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 08 de novembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

RESOLUÇÃO Nº 005/19 DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO IGD/PBF PARA CUSTEIO DAS DESPESAS DOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM QUE IRÃO PARTICIPAR DA 12ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Publicação Nº 2222577

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –
Nova Erechim

RESOLUÇÃO Nº 005/19, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a aprovação da utilização dos recursos do IGD/PBF para custeio das despesas dos delegados do município de Nova Erechim que irão participar da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 06 de novembro de 2019, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.574/2014, de 07 de outubro de 2014, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Erechim, e

Considerando que as conferências representam a instância máxima de participação da sociedade civil e do governo, com a finalidade de avaliar a política de assistência social e deliberar diretrizes e estratégias para aperfeiçoar, implementar e consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

Considerando que os recursos do IGD/PBF podem ser utilizados no incentivo à participação social no SUAS;

Considerando a disponibilidade financeira no piso do IGD/PBF;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a utilização dos recursos do IGD/PBF para custeio das despesas dos delegados do município de Nova Erechim que irão participar da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social, em Florianópolis nos dias 11 e 12 de novembro de 2019.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), 06 de novembro de 2019.

Izabel Cristina Marins de Quadros Ruani

Presidente do Conselho Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 04/2019 PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2019

Publicação Nº 2221114

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 04/2019

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2019

Comunicamos a quem interessar que a CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA ERECHIM/SC, ABRE PRAZO para recebimento de envelopes (proposta e habilitação) para o processo 04/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 04/2019, tipo menor

preço/por Item OBJETIVANDO a Aquisição/instalação de Micro Computador (Desktop) Guarda corpo aço Inox, incluindo material e mão de obra, de acordo com as especificações constantes na lista de itens Os envelopes serão recebidos até às 14:15 horas do dia 25/11/2019, na Sede da Câmara de Vereadores de Nova Erechim, sito à Rua São Pedro, nº 19, Centro, e às 14:30, neste mesmo local, realizara a abertura dos envelopes dos interessados. A integral do edital e seus anexo poderão ser obtidos no site www.camaranovaerechim.sc.gov.br, na Sede da Câmara de Vereadores de Nova Erechim, sito à Rua São Pedro, nº 19, Centro, ou pelos e-mail: camara@camaranovaerechim.sc.gov.br; contabilidade@camaranovaerechim.sc.gov.br, maiores informações pelo fone (0xx49) 3333-0010.

Nova Erechim, 08 de Novembro de 2019.

Eleni Remus Dal Vesco
Presidente

DEBORA CRISTINA WERLANG
Assessora Jurídico OAB/SC 19903

Registrado e publicado nesta
Casa Legislativa em data Supra
Em 08/11/2019 a 25/11/2019

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

Processo Nº: 04/2019

Pregão SRP Nº: 04/2019

PREÂMBULO

Camara de Vereadores de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.802.947/0001-89, situada à Rua São Pedro, 19, Centro, por seu representante legal, Sra. Eleni Remus Dal Vesco, e do PREGOEIRO designado, comunica os interessados que está realizando o Processo Licitatório de nº 04/2019, na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços 04/2019 do tipo Menor Preço – POR ITEM de conformidade com a Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela LC 147/2014 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, recebendo os envelopes nº 01 contendo os documentos para proposta e envelope nº 02 para habilitação, até o dia 25 de Novembro de 2019, até às 14h15min, iniciando-se a sessão pública no mesmo dia às 14h30min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, situado à Rua São Pedro, 19, Centro, CENTRO DE NOVA ERECHIM– SC.

A documentação e propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Integram este ato convocatório os seguintes ANEXOS:

- I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;
- III – FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA IMPRESSA;
- IV – MODELO DE ATO DE CREDENCIAMENTO;
- V – MODELO DE DECLARAÇÃO – cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- VI- MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;
- VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO;
- VIII - MODELO DE TERMO DE PERMISSÃO DE ACESSO DE COMUNICAÇÃO;
- IX – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- X – MODELO LETRAS PLENÁRIO

I - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL Aquisição/instalação de Micro Computador (Desktop) Guarda corpo aço Inox, incluindo material e mão de obra, conforme especificações constantes no Anexo III – descrição dos itens e preços máximos estabelecidos, cuja quantidade é estimativa de consumo não se obrigando à aquisição total, caso haja interesse da Administração poderá ser adquirida quantidade superior ou inferior à estimada, conforme preço registrado.

1.2. A presente Licitação é do tipo menor preço por Item.

1.3 Os valores indicados no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA corresponde à média dos preços praticados no mercado e foram apurados para efeito de estimar o valor do objeto em licitação, não vinculando as concorrentes, que poderão adotar outros que respondam pela competitividade e economicidade de sua proposta, atendidos os fatores e critérios de julgamento estabelecidos neste ato convocatório.

1.4 - A proposta comercial deverá obrigatoriamente ser impressa, assinada e colocada no envelope nº 01.

1.5 - Todos os materiais/serviços da presente licitação deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observando os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

II - DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão quaisquer interessados que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto acima, e que satisfaçam as condições deste edital.

III - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos, NA PARTE DE FORA DO ENVELOPE:

- a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- c) Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação (Anexo II)
- d) Ato de Designação de Representante Credenciado (Anexo IV)
- e) Declaração de ME/EPP (Anexo VI), juntamente com o Certidão simplificada;
- f) Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo (Anexo VII)

3.2 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3.3 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

3.4 - A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

3.5 - Antes do ato de credenciamento o pregoeiro, juntamente com a equipe de apoio, realizará um levantamento a respeito da empresa e caso esta esteja apenas em algum município ou de alguma forma impedida de licitar ou fornecer para a administração pública a empresa não será credenciada.

IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.1 - A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo II deverá ser apresentada fora do Envelope n.º 01.

4.2 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes não transparentes, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, a identificação da licitante, e os seguintes dizeres:

ENVELOPE N. 01 – PROPOSTA

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

PROCESSO Nº 04/2019 – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 04/2019

NOME DO LICITANTE: (razão ou denominação social)

CNPJ:

TIPO DE EMPRESA:

- ME: Microempresa ()
- EPP: Empresa de Pequeno Porte ()
- MEI: Microempreendedor Individual ()
- EIRELI: Empresa Individual de Responsabilidade Limitada ()
- Empresa Normal ()
- Pessoa Física ()

ENDEREÇO: (endereço do licitante)

FONE:

E-MAIL:

NOME (da pessoa física que representará a empresa no referido certame):

CPF (da pessoa física que representará a empresa no referido certame):

Dados do representante que assinará o termo de contrato, conforme consta no contrato social ou procuração:

Nome: (pessoa física que assinará o contrato);

CPF: (pessoa física que assinará o contrato);

Cargo/Função: (pessoa física que assinará o contrato).

ENVELOPE N. 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

PROCESSO Nº 04/2019 – PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 04/2019

NOME DO LICITANTE: (razão ou denominação social)

CNPJ:

ENDEREÇO: (endereço do licitante)

FONE:

E-MAIL:

NOME (da pessoa física que representará a empresa no referido certame):

CPF (da pessoa física que representará a empresa no referido certame):

Dados do representante que assinará o termo de contrato, conforme consta no contrato social ou procuração:

Nome: (pessoa física que assinará o contrato);

CPF: (pessoa física que assinará o contrato);

Cargo/Função: (pessoa física que assinará o contrato).

4.3- A proposta deverá ser elaborada preferencialmente em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, digitado através de meio mecânico ou eletrônico, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se, nesta última hipótese, a procuração.

4.4- Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabela de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio.

V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

a) apresentar o número deste PREGÃO;

b) apresentar a razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), para contato;

c) apresentar a descrição detalhada do objeto do PREGÃO, em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I; a descrição referida deve ser firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado por item;

d) apresentar preço unitário e global, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo fixo e irrevogável, apurado à data da apresentação da proposta, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, nos termos da planilha de preços especificada no ANEXO III; em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros. Na hipótese de existir (em) na planilha referida um ou mais itens iguais para destinatários diversos, os licitantes deverão oferecer os mesmos preços para ambos; A licitante deverá incluir nos preços propostos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do PREGÃO, envolvendo, entre outras despesas, tributos de qualquer natureza, frete, embalagem etc, garantindo-se este durante todo o contrato, exceto quanto aos preços nas hipóteses de desequilíbrio econômico-financeiro previsto na legislação incidental.

5.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis, porém, ocorrendo modificações nas disposições legais pertinentes, na forma da Lei, poderá ser solicitado o realinhamento, nos termos da letra "d", Inciso I do art. 65, da Lei Federal nº 8666/93 com suas alterações.

5.1.1- Na alteração no preço dos materiais, objeto do registro de preços vinculado a este Edital, o compromissário fornecedor se obriga a verificar junto ao comprometente comprador a aceitação do novo preço, devendo justificá-lo mediante a juntada de documentos, e planilha que demonstre a composição do novo preço.

5.1.2 – O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de encerramento da licitação;

5.1.3 - Depois de aberta, a proposta se acha vinculada ao processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou a desistência de participação por parte do proponente.

5.1.4 - Apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Edital.

VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

6.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir:

6.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

6.1.1.1 - Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 6.1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

6.1.2 - REGULARIDADE FISCAL

6.1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

6.1.2.2 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

6.1.2.3 - Certidão Negativa Conjunta de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e quanto à Dívida Ativa da União - obtida pelo site: www.receita.fazenda.gov.br

6.1.2.3.1 - Certidão Negativa da Dívida Ativa do Estado (Conselho Administrativo Tributário/SEFAZ), no site: <http://www.sefaz.sc.gov.br/> (se for domiciliado em SC) ou site do estado a que pertença a empresa;

6.1.2.3.2 - CND MUNICIPAL - Certidão Negativa de Tributos Municipais da sede ou domicílio;

6.1.2.3.4 - Certidão de Regularidade do FGTS - obtida pelo site: www.caixa.gov.br;

6.1.2.3.5 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - obtida pelo site: <http://www.tst.jus.br/certidao>

6.1.2.4 - Declaração do licitante de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, nos moldes do Anexo V.

6.1.2.5 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

6.1.2.6 - Havendo alguma restrição da comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;

6.1.2.7 - A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02.

6.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1.3.1 - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias, JUNTAMENTE com a Certidão de registros cadastrados no sistema Eproc – obtida pelo site <https://certeproc1g.tjsc.jus.br/>;

6.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

6.2.1 - A documentação exigida poderá ser apresentada no original ou através de cópia autenticada por cartório competente ou cópia acompanhada do original para ser autenticada pelo pregoeiro ou equipe de apoio. Os documentos serão retidos pelo Pregoeiro para oportuna juntada no processo administrativo pertinente a presente licitação.

6.2.2 - Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para a matriz e todas as filiais. Caso a empresa seja vencedora, a ata de Registro de Preços será celebrada com a sede que apresentou a documentação.

VII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

7.1 - No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

7.2 – Juntamente ao credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo II do Edital, deverá ser apresentada fora do envelope e, em envelopes separados, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação.

7.2.1 - Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

7.3 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

7.3.1 - No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

7.3.2 - Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

7.3.3 - Proposta cujo valor esteja acima da média estabelecida no ANEXO I.

7.4 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) seleção da proposta de menor preço e das demais superiores àquela;

7.4.1 - Para efeito de seleção será considerado o preço unitário do ITEM.

7.5 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.5.1 - Em caso de empate nos lances, o pregoeiro seguirá a ordem apresentada no sistema, e assim sucessivamente até a definição completa dos lances.

7.6 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima de R\$ 50,00 (cinquenta reais) entre os lances. O Pregoeiro poderá com a concordância dos licitantes presentes, estipular outro valor de redução mínima mais eficaz, o qual incidirá sobre o preço unitário do item.

7.7 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.8 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas na ordem crescente dos valores, considerando-se o último preço ofertado.

7.9 - Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

7.9.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

7.9.1.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

a) Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

b) Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.9.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer preferência e apresentar nova proposta;

7.9.1.2 - Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

7.9.1.3 - O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.9.1.4 - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte.

a) Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

7.10 - Após a fase de lances, serão classificadas, na ordem decrescente dos valores totais dos itens, as propostas não selecionadas e aquelas selecionadas para a etapa de lances, considerando-se para estas, o último preço ofertado.

7.11 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.

7.12 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

7.13 - Após a negociação o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

7.14 - A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante.

7.15 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

7.16 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas mediante autorização do pregoeiro na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

a) substituição e apresentação de documentos, ou

b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

7.16.1 - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

7.16.2 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

7.13 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

7.14 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

VIII - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1 - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. A apresentação das razões recursais deverá ser protocolada e entregue junto a sede da Câmara de Vereadores de Nova Erechim/SC.

8.2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.3 - Serão admitidos somente recursos apresentados pelos interessados, que tenham sido manifestados na Ata e desde que protocolizados na Seção de Protocolo da Câmara de Vereadores de Nova Erechim/SC, dentro dos prazos previstos na Lei 10.520/02.

8.4 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

8.5 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

8.6 - O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará apenas a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

IX - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

9.1 O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) à 15 (quinze) dias, contados da autorização de fornecimento (AF), em remessa única ou parcelada, no nos locais especificados pela Administração

9.1.1 - Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 7 (sete) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.1.1.1 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.2 - Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.2.1 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.3 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

X- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1 - O objeto da presente licitação será recebido:

10.1.1 - provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;

10.1.2. - definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos mesmos e consequente aceitação.

10.2 - Serão rejeitados no recebimento, os materiais fornecidos com especificações diferentes das constantes nos ANEXO I, e das marcas informadas na PROPOSTA.

10.3 - Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço da ata de Registro de Preços;

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, imediatamente após o recebimento da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, imediatamente após o recebimento da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

XI - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

11.1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

11.1.1 - Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2 - Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3 - Fraudar na execução do contrato;

11.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5 - Cometer fraude fiscal;

11.1.6 - Não mantiver a proposta.

11.2 - A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.2.2 - Multa pela inexecução total ou parcial do contrato será aplicada na razão de 0,33% (zero vírgula trinta e três pontos percentuais), calculado por dia de atraso, até no máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor global da ata.

11.2.3 - Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.4 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

11.3.1 - Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.3.2 - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.3.4 - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.5 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

XII - DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 - O pagamento será realizado pela Câmara em até 30 dias, após a apresentação pela Contratada do Documento Fiscal, devidamente conferido e liberado pelo setor responsável, por meio de crédito em conta corrente a ser fornecida, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com códigos de barras. A Contratada caso opte pelo pagamento por meio de crédito em conta corrente, deverá fornecer os dados da conta bancária de instituição financeira oficial (Banco do Brasil), para recebimento de seus créditos, não admitindo conta de outra instituição.

12.2 - As notas fiscais/fatura que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida.

12.3 - A despesa correrá pelo Código de Despesa:

Despesa	Projeto/Atividade	Item Orçamentário
2	1002	44905242
5	2001	33903699 / 33903999

XIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de termo de Ata/Contrato, cuja respectiva minuta constitui Anexo X do presente ato convocatório.

13.2 - Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

13.3 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 12.2 deste item 12, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

13.4 - A adjudicatária deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da convocação, comparecer na Câmara de Vereadores de Nova Erechim SC, para assinar a ata/termo de contrato.

13.4.1 - Os contratos serão assinados no departamento de licitações e contratos, na sede da Câmara de Vereadores de Nova Erechim SC, ficando cientes os participantes que não serão enviados contratos para assinatura fora do departamento.

13.4.2 - O contrato terá que ser assinado pela pessoa qualificada e indicada na proposta;

13.4.2.1 - No caso da pessoa indicada na proposta não for representante legal da empresa (sócio ou proprietário) e sim procurador, deverá acompanhar de procuração com poderes específicos ao referido procedimento licitatório e munido de documento com foto que o identifique. A procuração deverá ser pública ou particular, com reconhecimento de firma do outorgante.

13.5 - Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 12.2 deste item 12, ou se recusar a assinar a ata/contrato, caracterizada a desistência, serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração da contratação.

13.6 - Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 08 (oito) dias úteis, contados da divulgação do aviso.

XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.1.1 – Somente serão desclassificadas propostas com vícios insanáveis, ficando a decisão a critério do pregoeiro.
- 14.2 - Das sessões públicas de processamento do Pregão – Registro de Preços serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.
- 14.2.1 - As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.
- 14.3 - Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.
- 14.4 - O resultado do presente certame será exposto no Mural Público Municipal assim como os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação.
- 14.5 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação das licitantes não selecionadas ou desclassificadas ficarão retidos pela administração para integrar o processo licitatório após a celebração das atas de registro de preços.
- 14.6 - Com antecedência superior a 02 (dois) dias úteis anteriores da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão – Registro de Preço, nos termos do artigo 41 parágrafo 2º da Lei Federal 8.666/93, devendo conter necessariamente:
- Identificação e qualificação do impugnante;
- Data, nome e assinatura do signatário, explicitando-se o cargo, quando se tratar de representante legal da pessoa jurídica, exigindo-se, na hipótese de procurador, procuração com poderes específicos, outorgada na forma da lei;
- Objeto da impugnação com a identificação clara dos itens impugnados;
- Fundamentação do pedido;
- 14.6.1. - O não oferecimento, no prazo legal, de impugnação ao Edital e a subsequente entrega dos envelopes, levam a pressupor que a empresa licitante tem dele pleno conhecimento e que o aceita, incondicionalmente, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.
- 14.7 - A petição deverá ser protocolizada pelo interessado na Seção de Protocolo da Câmara de Vereadores de Nova Erechim SC, vedado o envio e recebimento por outro meio como fax, sedex, email, etc deverá ser dirigida à autoridade subscritora do Edital; que decidirá no prazo de até 01 (um) dia útil, anterior à data fixada para recebimento das propostas.
- 14.8 - Quando o deferimento da impugnação, implicar alteração do edital, capaz de afetar a formulação das propostas será designada nova data para a realização do certame.
- 14.9 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro ou Autoridade Superior.
- 14.10 - Informações ou esclarecimentos poderão ser requeridos por escrito ao Setor de Licitações da Câmara de Vereadores de Nova Erechim SC, durante o expediente das 7h30min às 11h30min, e 13h30min às 17h30min pelo telefone (49) 3333-0010.
- 14.11 - O Edital completo e seus anexos para consulta e retirada pelas Licitantes poderá ser solicitado pelo e-mail: camara@camaranovae-rechim.sc.gov.br;
- 14.12 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca Pinhalzinho/SC.

NOVA ERECHIM, 08/11/2019
Eleni Remus Dal Vesco
Presidente

O presente Edital cumpre com os requisitos exigidos, de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores, o dou como aprovado.

DEBORA CRISTINA WERLANG
Assessora Jurídica OAB/SC 19.903

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Nº: 04/2019	Pregão SRP Nº: 04/2019
----------------------	------------------------

1 – DO OBJETO

1.1. - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL Aquisição/instalação de Micro Computador (Desktop) Guarda corpo aço Inox, incluindo material e mão de obra, Conforme as especificações do ANEXO III.

2 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 – Os materiais e mão de obra a serem adquiridos são necessários para segurança de espaço publico, e andamentos dos trabalhos.

3 - ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

3.1 O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) à 30 (trinta) dias, contados da autorização de fornecimento (AF), em remessa única ou parcelada, no nos locais especificados pela Administração

3.1.1 - Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 7 (sete) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

3.1.1.1 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.2 - Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

3.2.1 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.3 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 - São obrigações da Contratante:

4.1.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

4.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.1.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

4.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

4.1.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.1.7 - A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

5 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.1.1 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

5.1.1.1 - O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português

5.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.3 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

5.4 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.5 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.6 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6 - ALTERAÇÃO SUBJETIVA

6.1 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

7 - CONTROLE DA EXECUÇÃO

7.1 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

8.1.1 - Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

8.1.2 - Ensejar o retardamento da execução do objeto;

8.1.3 - Fraudar na execução do contrato;

8.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

8.1.5 - Cometer fraude fiscal;

8.1.6 - Não manter a proposta.

8.2 - A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.2.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

8.2.2 - Multa pela inexecução total ou parcial do contrato será aplicada na razão de 0,33% (zero vírgula trinta e três pontos percentuais), calculado por dia de atraso, até no máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor global da ata.

- 8.2.3 - Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 8.2.4 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 8.2.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 8.3 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:
- 8.3.1 - Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 8.3.2 - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 8.3.4 - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 8.4 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.5 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Nova Erechim/SC, 08 de Novembro de 2019.

ELENI REMUS DAL VESCO

Presidente da Câmara de

Vereadores de Nova Erechim

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (CREDENCIAMENTO)

D E C L A R A Ç Ã O

A CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA ERECHIM/SC

At. Senhor Pregoeiro

Processo Nº: 04/2019	Pregão SRP Nº: 04/2019
----------------------	------------------------

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob n., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação.

Por ser verdade assina a presente.

....., de de XXXX.

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador

N. do documento de identidade

ANEXO III - MODELO DE FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

Processo Nº: 04/2019	Pregão SRP Nº: 04/2019
Nome ou Razão Social do Proponente:	
Endereço:	
Telefone:	

OBJETO: Aquisição/instalação de Micro Computador (Desktop) Guarda corpo aço Inox, incluindo material e mão de obra, incluindo material

e mão de obra,

Item	Qtde	Descrição	Marca	Valor R\$
01	01	Micro computador (desktop) com Processador 4 núcleos físicos 3.6GHZ 6MB cache , Memória 8GB, HD SSD 240GB , HD sataIII 500GB, Placa Mãe com recursos mínimos de RAID0 , RAID1 , RAID5 , configuração RAID 10, Placa de vídeo HD 6450 2GB, Suporta Tecnologia Rapid Storage, 6 X Serial ATAIII 6Gb / s, Conexões USB 2.0 06, Conexões USB 3.0 04, Conexões DVI 01/ Conexões VGA 01/ DP port 01, Slots PCI 01/ Slots PCIe X1 01/ Slots PCIe X16 02, Rede 10/100/1000 Mbps, Drive DVD-RW SATA, Drive com leitor de cartão interno 5X1, Monitor LCD Led 22P Full HD, Gabinete ATX 4 baías, Fonte 400W reais 80 plus, Teclado ABNT2 USB, Mouse Optico USB, Caixa de som amplificada USB, Sistema Operacional Windows 10 Original, e Leitor de código de barras Laser, Velocidade de Leitura: 100 leituras/segundo, Tecnologia: Laser, Fonte de Luz: Diodo de Luz 650nm, Angulo de Leitura: 42 graus, Códigos de Barras, Reconhecidos: Lineares 1D, Tipo de Uso: Manual com fio, Conexão com o Computador: USB, Códigos de barras FEBRABAN (Boletos): Faz leitura, Códigos de barras DANFES (NFs): Faz leitura.Garantia de 24 meses. Obs.: O fornecedor declara ser conhecedor do local de instalação e configurado dos equipamentos/mercadorias)		4.210,00
02	01	Guarda corpo metálico em aço Inox AISE 304, soldado, chumbado ao chão, altura de 1,10cm, com espaço livre na vertical na distância de 15cm; comprimento de 7,10 metros. (modelo existente) Incluindo materiais e mão de Obra para instalação. Obs.: O fornecedor declara ser conhecedor do local de instalação.		3.900,00

Valor Total R\$ (por extenso)

Dados do representante que assinará o termo de contrato, conforme consta no contrato social ou procuração:	
Nome:	
Identidade nº/ órgão expedidor:	
CPF nº	
Telefone	
E-mail	

DADOS DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA PARA DEPÓSITO:

BANCO Nº:

AGÊNCIA Nº:

CONTA CORRENTE Nº:

1 – O prazo de eficácia desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega de seu respectivo envelope (art. 64, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93).

2 – A eficácia suspensiva dos recursos hierárquicos que forem interpostos no curso da licitação estender-se-á ao prazo de convocação previsto no art. 64, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Assinatura do(s) representante(s) legal(is):	
--	--

(Carimbo do CNPJ)

ANEXO IV

MODELO DE ATO DE CREDENCIAMENTO

ATO DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE CREDENCIADO

A CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA ERECHIM/SC

At. Senhor Pregoeiro

Processo Nº: 04/2019	Pregão SRP Nº: 04/2019
----------------------	------------------------

Pelo presente, designamos o Senhor (a) _____, portador do R.G. n. _____ para nosso representante credenciado a responder por esta empresa junto a V. Sas. em tudo o que se fizer necessário durante os trabalhos de abertura, exame, classificação, lances de preços, habilitação e interposição de recursos, relativamente à documentação de habilitação e às propostas apresentadas para fins de participação na licitação em referência.

Por ser verdade assina a presente.

....., de de XXXX.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N. do documento de identidade

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO
(inserir dentro do envelope de habilitação)

D E C L A R A Ç Ã O

A CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA ERECHIM/SC
At. Senhor Pregoeiro

Processo Nº: 04/2019	Pregão SRP Nº: 04/2019
----------------------	------------------------

(Razão Social da Empresa), estabelecida na _____ (endereço completo) _____, inscrita no CNPJ sob n. _____, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do Artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

RESSALVA, emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Por ser verdade assina a presente.

....., de de XXXX.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N. do documento de identidade

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME/EPP
(credenciamento)

"D E C L A R A Ç Ã O"

A CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA ERECHIM/SC
At. Senhor Pregoeiro

Processo Nº: 04/2019	Pregão SRP Nº: 04/2019
----------------------	------------------------

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob n., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no presente procedimento licitatório, realizado pelo Município de Nova Erechim/SC.

Por ser verdade assina a presente.

....., de de XXXX.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N. do documento de identidade

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO
(Credenciamento)

D E C L A R A Ç Ã O

A CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA ERECHIM/SC
At. Senhor Pregoeiro

Processo Nº: 04/2019

Pregão SRP Nº: 04/2019

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob n., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea pela Administração Pública de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar a ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

....., de de XXXX.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N. do documento de identidade

ANEXO VIII – TERMO DE PERMISSÃO DE ACESSO DE COMUNICAÇÃO
(inserir dentro do envelope de habilitação)

Processo Nº: 04/2019

Pregão SRP Nº: 04/2019

....., inscrito no CNPJ ou CPF sob o nº .. por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, que a Contratante poderá fazer toda comunicação referente a execução do contrato como notificação, pedido etc. Por meio eletrônico no endereço Telefone Fax

Pessoa para contato:

.....
(data)
.....
(representante legal)

ANEXO IX- (MINUTA)

Processo Nº: 04/2019

Pregão SRP Nº: 04/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

Aos ... dias do mês de de 2019, autorizado no PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 0xx/2019, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, suplementarmente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR, DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC, inscrito no CNPJ: 01.802.947/0001-89 e o FORNECEDOR DETENTOR DA ATA:, com sede na Rua nº....., em/SC, Cep:, inscrita no CNPJ nº., neste ato representada pelo Sr.(a), portador(a) do CPF nº.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO, VALOR E CONDIÇÕES

1.1 - Descrição do objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL Aquisição/instalação de Micro Computador (Desktop) Guarda corpo aço Inox, incluindo material e mão de obra, incluindo material e mão de obra, conforme ANEXO I, proposta vencedora, parte integrante desta ata.

1.2 - As entregas deverão ser realizadas pela empresa no prazo máximo de 05 (cinco) à 30 (trinta) dias após solicitação do Departamento de Compras da Câmara, nos locais indicados.

1.3 - O valor total global estimado com o presente registro de preços é de R\$ (.....) para o período de 12(doze) meses prorrogáveis, de acordo com o disposto na Lei nº. 8.666/93, em especial o Art. 57, inciso II. Em havendo a prorrogação contratual, os preços contratados poderão ser reajustados com periodicidade anual, tendo como índice de reajustamento de preços o IGP-M/FGV, calculado pela Fundação Getúlio Vargas ou outro que venha a substituí-lo.

1.4 - A DETENTORA é responsável pelo transporte do material até o local estabelecido previamente no pedido encaminhado pelo setor de compras.

1.5 - Os materiais serão recebidos no local indicado na autorização de fornecimento, e serão avaliados pelo Setor Competente, que, depois de verificado o atendimento a todas as exigências e condições, emitirá o atestado de recebimento definitivo ou recebimento provisório, no caso de entrega parcial.

1.6 - A existência de preços registrados não obriga a Câmara de Vereadores de Nova Erechim a contratar, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7 - Todos os materiais/serviços do presente contrato, deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SEGUNDA DAS RESPONSABILIDADES

2.1 - A DETENTORA compromete-se a manter, durante a vigência da presente, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

2.2 - A DETENTORA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS ALTERAÇÕES DOS PREÇOS

As alterações de preços eventualmente necessárias em face do comportamento do mercado fornecedor e do equilíbrio do ajuste, para maior ou menor, serão processadas através de requerimento formulado pela DETENTORA, onde será indicado o percentual de alteração, acompanhado de cópias xerográficas autenticadas das notas fiscais de compra antecessora e atual que permitam a comparação e a verificação da compatibilidade do(s) custo(s) com a(s) alteração(ões) proposta(s).

Será adotado como critério para autorizar a elevação ou redução dos preços o resultado de pesquisa efetuada pelo Setor de Compras da Câmara de Vereadores junto às demais empresas fornecedoras, de forma a verificar a compatibilidade da atualização solicitada com os preços praticados no mercado, no resguardo do interesse público e na procura da manutenção do equilíbrio financeiro do contrato.

O atraso na apresentação de requerimento de ajuste de preços, quando se tratar de diminuição, acarretará à DETENTORA multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do fornecimento da última semana, sem prejuízo da retroatividade da redução dos preços com as compensações devidas, na forma apurada.

No caso da constatação, através da pesquisa a que se refere o item anterior, de que o aumento de preço pleiteado pela DETENTORA tornará igual, conforme o caso, ou acima das demais empresas de fornecimento, o reajuste não será autorizado e, persistindo o impasse, o procedimento poderá ser revisto pela Administração Municipal, conforme previsto no edital.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1. O Município, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços, solicitará o fornecimento das mercadorias registradas no ANEXO I, na quantidade estimada para um período, mediante Autorização de Compra emitida pelo Setor de Compras da Municipalidade.

4.2. A Autorização de Compra e toda comunicação referente à execução da Ata como notificação, pedidos etc. Será realizado por meio eletrônico ao fornecedor, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso a empresa não possua e-mail, a Autorização deverá ser retirada no Setor de Compras da Câmara de Vereadores, situado na Rua São Pedro nº 19, CENTRO DE NOVA ERECHIM- SC, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Autorização de Compra poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período,

quando solicitado pela empresa adjudicatária durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado.

4.2.2. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Autorização de Compra no prazo previsto, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis, conforme item 12 do edital.

4.3. A empresa adjudicatária responsabilizar-se-á pela qualidade do produto registrado e fornecido, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

CLÁUSULA QUINTA DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

5.1. O pagamento será feito pelo Município de Nova Erechim, em 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais e apresentação do Documento Fiscal, devidamente conferido e liberado pelo setor responsável; através de depósito em conta corrente da empresa.

5.1.1 As notas fiscais/fatura que apresentarem incorreções serão devolvidas à Câmara e seu vencimento ocorrerá em 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida.

5.1.2. No texto da nota fiscal/fatura deverá constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, os valores unitários e totais e o número do processo que deu origem à aquisição.

CLÁUSULA SEXTA DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

6.1- Ficam integrados a esta Ata de Registro, independente de transcrição os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da DETENTORA: edital de licitação e seus anexos, proposta da proponente vencedora, atas da sessão de credenciamento e processamento do pregão, despacho do Pregoeiro, homologação do processo licitatório e legislação pertinente à espécie.

6.2 Será incorporada a esta Ata, mediante alterações qualquer modificação que venha a ser necessária durante a sua vigência.

CLÁUSULA SÉTIMA SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

7.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

7.1.1. O disposto neste item não se aplica aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º da Lei 8.666/93, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

7.2. A multa pela inexecução total ou parcial do contrato será aplicada na razão de 0,33% (zero vírgula trinta e três pontos percentuais), calculado por dia de atraso, até no máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor global da ata.

CLÁUSULA OITAVA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 A despesa correrá pelo Código de Despesa:

Despesa	Projeto/Atividade	Item Orçamentário
2	1002	44905242
5	2001	33903699 / 33903999

CLÁUSULA NONA DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 - O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES

10.1 - São obrigações da Contratante:

10.1.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

- 10.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.1.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 10.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 10.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 10.1.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 10.1.7 - A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

10.2 – São obrigações da Contratada:

- 10.2.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 10.2.1.1 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 10.2.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.2.3 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 10.2.4 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.2.5 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.2.6 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DA RESCISÃO

- 11.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2. Constituem motivo para rescisão do contrato aqueles elencados no art. 78 da Lei 8.666/93, em conformidade com o objeto licitado.
- 11.3. Nas hipóteses de rescisão, serão assegurados à Administração Pública os privilégios elencados no art. 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 11.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DA VIGÊNCIA

- 12.1 O prazo da presente ata terá sua vigência no período compreendido entre a data de sua assinatura com validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, dentro desse período, se houver interesse da administração.
- 12.2 A DETENTORA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições desta ATA, os acréscimos ou supressões que se fizerem no prazo e nos itens, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 12.3. Fica eleito o foro da comarca de Pinhalzinho – SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam traduzir.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Nova Erechim xx de xxxxx de 2019.
ELENI REMUS DAL VESCO
Presidente da Câmara de
Vereadores de Nova Erechim

Contratada

TESTEMUNHAS:

Moacir Antonio Brustolin Luiz Carlos Silvano

O presente Contrato cumpre com os requisitos exigidos, de acordo com o disposto no artigo 38, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, o dou como aprovado.

DEBORA CRISTINA WERLANG
Assessora Jurídico OAB/SC 19903

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 192/2019

Publicação Nº 2221251

DECRETO Nº 192, DE 08 DE NOVEMBRO de 2019

Dispõe sobre o Recesso de Natal e Fim de Ano e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, item VIII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

Considerando, que nos aproximamos das festividades de fim de ano (Natal e Reveillon), nos dias em que almejamos um Feliz Natal e Próspero Ano Novo, com muita paz, alegria e saúde; e

Considerando ainda, como é de costume, as repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, concederem todos os anos aos seus servidores recesso, para que possam ficar na companhia de seus familiares;

DECRETA:

Art.1º Fica concedido aos servidores públicos municipais, que prestam serviço na sede da Prefeitura Municipal, nas Secretarias Municipais de: Administração e Finanças, Assistência Social e Habitação, Agricultura e Meio Ambiente, Transportes, Obras Serviços Urbanos e Planejamento, Educação, Esportes, Cultura e Turismo e Saúde e Desenvolvimento Comunitário (incluindo Ambulatório Municipal, as Unidades de Saúde Madre Paulina, Besenello, Trinta Réis, Claraíba, Vígolo, Pitanga e Aguti), inclusive, Casa da Cidadania, Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais (IPREVENT), Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) e órgãos e entidades da administração municipal direta, RECESSO, a partir de 23 de dezembro de 2019 (segunda-feira), retornando às atividades no dia 06 de janeiro de 2020 (segunda-feira).

§ 1º Os servidores em recesso deverão ficar a disposição do Município e se apresentar de imediato se convocado para o serviço.

§ 2º Os servidores convocados para o serviço durante o recesso não receberão horas extras e terão direito de compensar as horas trabalhadas, de comum acordo com o Secretário imediato.

Art.2º Fica assegurado o atendimento dos serviços públicos, considerados de natureza essenciais, executados por servidores em serviço de urgência, ou necessidades indispensáveis ao funcionamento como os serviços de saúde prestados pelo Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), serviços de recolhimento normal do lixo, serviços de limpeza pública, Conselho Tutelar e outros a critério de cada secretaria municipal e/ou autarquia, que em razão de sua natureza, não possam ser suspensas suas atividades durante o período de recesso, ficando o Secretário Municipal, responsável por sua pasta, na obrigação de disciplinar os trabalhos e/ou atendimentos, em escala de trabalho específico.

Art.3º Aos servidores pertencentes ao quadro do magistério do Município de Nova Trento, com atividades nas Unidades Escolares, Creches e órgão central da Secretaria Municipal de Educação, ficam-lhes concedido férias escolares, a partir de 06 de janeiro de 2020, relativo ao período trabalhado no decorrer do exercício de 2019, de acordo com o ato expedido pela referida Secretaria e Setor de Recursos Humanos.

Art.4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 08 de novembro de 2019.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário M. Administração e Finanças

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, em 11 de novembro de 2019.

DECRETO Nº 193/2019

Publicação Nº 2221254

DECRETO Nº 193, 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a REGULAMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO administrativo da legitimação Fundiária Urbana, PREVISTA NA LEI FEDERAL Nº 13.465 DE 11 DE JULHO DE 2017, no âmbito do município de nova trento E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

gian francesco voltolini, PREFEITO do município DE NOVA TRENTO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 94, V e VIII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e;

CONSIDERANDO o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, que,

neste caso, designa, que morar irregularmente significa estar em condição de insegurança permanente, motivo pela qual, a legitimação fundiária é um instrumento da promoção do tratamento digno ao ser humano;

CONSIDERANDO que a legitimação fundiária é um direito social e é condição para realização integral de outros direitos constitucionais, como o trabalho, o lazer, a educação e a saúde;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, trouxe um novo marco legal, apresentando ferramentas inovadoras e facilitadoras, trazendo celeridade, desjudicialização, e desburocratização, para implementação efetiva dos procedimentos afetos a legitimação, dentre elas a legitimação fundiária;

CONSIDERANDO que a legitimação fundiária traz benefícios para a cidade ao possibilitar a oficialização da denominação de logradouros públicos e a facilitação da implantação ou ampliação dos serviços públicos em regiões carentes, ao mesmo tempo em que proporciona a valorização dos imóveis, aquecendo o mercado imobiliário e promovendo o crescimento econômico do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de se definir, de forma sistematizada, as normas que regerão o processo de legitimação fundiária, por meio de um regulamento geral, DECRETA:

Capítulo I

Da legitimação fundiária

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 1º As ocupações irregulares do solo, existentes no Município de Nova Trento, poderão ser objeto de legitimação fundiária de interesse social (Reurb-S) e específico (Reurb-E), desde que obedecidos os critérios previstos na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018 e na legislação municipal vigente acerca do tema.

Art. 2º O pedido de legitimação fundiária poderá ser ingressado pelos elencados no art. 14, da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, observadas também as disposições deste ato.

Art. 3º Fica estabelecido que qualquer cidadão, individual ou coletivamente, diretamente, ou por meio de cooperativas habitacionais, associação de moradores, fundações, organizações sociais ou da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou legitimação fundiária, poderá livremente contratar empresas especializadas e/ou profissionais liberais devidamente habilitados em seus conselhos, que desenvolvam e realizem a legitimação fundiária das áreas para o qual foram contratados.

Seção II

Dos Procedimentos Administrativos

Art. 4º Os requerimentos iniciais para aplicação da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, tendo por objeto a legitimação fundiária urbana, serão protocolados no setor de protocolos, inaugurando um procedimento administrativo encaminhado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 5º Na contagem de prazo estabelecida na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017 ou pelo responsável pela instrução do procedimento administrativo, computar-se-á somente em dias úteis.

Parágrafo único. A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil seguinte ao da notificação.

Art. 6º O requerimento inicial indicará:

I - o endereçamento a quem é dirigida, no caso à presidência da Comissão Municipal de Regularização Fundiária, se houver, ou ao responsável pela instrução do procedimento administrativo;

II - os nomes, os prenomes, o estado civil, incluindo o regime de bens, a existência de união estável, a profissão, filiação, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e do Registro Geral e o Órgão Emissor, o endereço eletrônico, telefone fixo e celular com DDD, o domicílio e a residência dos requerentes, devendo constar o logradouro, número, complemento, bairro, CEP, município e estado;

III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV - a qualificação disponível dos confrontantes e de seus cônjuges, se casados forem, devendo constar, no mínimo, nome completo e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;

V - o pedido com as suas especificações e o apontamento da modalidade da Reurb que se pretende implementar.

§ 1º Nos casos de requerimento fundamentado na modalidade de Reurb-E indicará, ainda, o valor do terreno objeto da legitimação, por meio de laudo de avaliação particular, com base no valor de mercado do imóvel, excluídas as benfeitorias realizadas pelo ocupante, cujo prazo de validade da avaliação será de, no máximo, 12 (doze) meses, firmada por corretor de imóveis inscrito no respectivo órgão de classe.

§ 2º O Município poderá indicar o valor do terreno objeto da legitimação.

Art. 7º O requerimento deve vir acompanhado dos seguintes documentos:

I - documentos pessoais, com foto, onde deve constar o número do Registro Geral e do Cadastro de Pessoa Física;

II - comprovação do estado civil;

III - comprovação de residência, considerando-se para tanto, contas emitidas por empresas prestadoras de serviços de energia elétrica, água e saneamento, bem como telefonia fixa;

IV - comprovação de renda, observado o disposto no art. 13 deste Decreto;

V - comprovação da posse;

VI - certidão ou declaração emitida pelo Ofício de Registro de Imóveis com circunscrição sobre o imóvel para determinar sua titularidade do domínio onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado ou da inexistência de registro;

VII - declaração emitida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, informando se a área a ser regularizada, ou parte dela, está inserida em Área de Preservação Permanente (APP);

VIII - declaração emitida pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, informando se a área a ser regularizada, ou parte dela, está inserida em área de risco;

IX - declaração emitida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, informando se a área ou núcleo a ser regularizado possui características de área urbanizada, juntamente com levantamento fotográfico e atestado de vistoria;

X - certidão dos bens dos requerentes, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis, ou declaração assinada por estes e seus cônjuges.

§ 1º A comprovação da união estável poderá ser aceita por declaração expressa do casal, devidamente acompanhada da certidão de estado civil emitida pelo Cartório do Registro Civil.

§ 2º A comprovação a que se refere o inciso II deste artigo poderá ser aceita quando a certidão emitida pelo Cartório do Registro Civil ou Tabelionato estiver desatualizada, desde que, acompanhada de declaração assinada pelos requerentes, com firma reconhecida, confirmando o estado civil.

§ 3º A comprovação de posse poderá ser aceita por meio da apresentação de contratos de compra e venda, com firmas reconhecidas, recibos, carnes de IPTU, contas emitidas por empresas prestadoras de serviços de energia elétrica, água e saneamento, telefonia fixa, alvarás de construção, entre outros, podendo ser considerados separadamente ou em conjunto.

§ 4º Em caso de falecimento de um dos cônjuges, a aquisição da propriedade será de direito do(a) viúvo(a) com a anuência dos eventuais herdeiros.

§ 5º Na aquisição da propriedade de posse advinda dos pais e atualmente exercida por um ou mais dos filhos, será aceita a anuência dos demais herdeiros em favor daquele que pretende regularizar.

§ 6º Na aquisição por um dos cônjuges separado ou divorciado, em que não se arrolou o bem possuído na partilha, será aceita declaração de desistência do ex-cônjuge.

§ 7º As declarações descritas nos incisos VII e VIII deste artigo deverão ser emitidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias e indicarão expressamente qual parte da área ou núcleo a ser regularizado foi, eventualmente, atingido pela limitação;

Art. 8º Nos casos de requerimento fundamentado na modalidade de Reurb-E, o pedido também deve vir acompanhado dos seguintes documentos, observado o disposto no art. 35 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017:

I - levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado;

II - planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando for possível;

III - estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;

IV - projeto urbanístico;

V - memoriais descritivos;

VI - proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso;

VII - estudo técnico para situação de risco, quando for o caso;

VIII - estudo técnico ambiental, para os fins previstos nesta Lei, quando for o caso;

IX - proposta de cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de legitimação fundiária, e;

X - minuta de termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido no inciso IX deste artigo.

§ 1º O projeto de legitimação fundiária deverá considerar as características da ocupação e da área ocupada para definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, além de identificar os lotes, as vias de circulação e as áreas destinadas a uso público, quando for o caso.

§ 2º Quanto aos levantamentos topográficos, em se tratando de curva, deverão os trabalhos técnicos (planta e memorial descritivo) estabelecer a medida do raio, desenvolvimento e tangente da curva, devendo constar:

I - a direção da curva (se à esquerda ou à direita);

II - o formato da curva (se côncava ou convexa);

III - a coordenada do ponto PC (Ponto inicial da curva), do ponto PT (Ponto de tangência da curva), juntamente com o raio e desenvolvimento;

IV - o DATUM (Elipsóide) utilizado para a representação das coordenadas, bem como o HEMISFÉRIO, o MERIDIANO CENTRAL e o FUSO.

§ 3º Ao final do procedimento, quando notificado pelo responsável pela instrução do procedimento administrativo, os requerentes deverão apresentar a anotação de responsabilidade técnica, na via original, quitada e assinada pelas partes, para mencionar a área total levantada, os números de lotes, a área verde, se houver, o sistema viário, se houver, o número da matrícula mãe, se houver e a localização do imóvel, tudo de acordo com os trabalhos técnicos.

Art. 9º O projeto urbanístico de legitimação fundiária, nos casos do art. 36 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, deverá estar acompanhado de estudo técnico para situação de risco, contendo, no mínimo, a indicação:

I - das áreas ocupadas, do sistema viário e das unidades imobiliárias, existentes ou projetadas;

II - das unidades imobiliárias a serem regularizadas, suas características, área, confrontações, localização, nome do logradouro e número de sua designação cadastral, se houver;

III - quando for o caso, das quadras e suas subdivisões em lotes ou as frações ideais vinculadas à unidade regularizada;

IV - dos logradouros, espaços livres, áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, quando houver;

V - de eventuais áreas já usucapidas;

VI - das medidas de adequação para correção das desconformidades, quando necessárias;

VII - das medidas de adequação da mobilidade, acessibilidade, infraestrutura e relocação de edificações, quando necessárias;

VIII - das obras de infraestrutura essencial, quando necessárias;

IX - de outros requisitos que sejam definidos pelo Município.

Art. 10. O requerimento inicial será indeferido quando:

I - o requerente for manifestamente ilegítimo;

II - o requerente carecer de interesse;

III - constatar-se casos de especulação imobiliária;

IV - a modalidade escolhida pelo requerente for inadequada, segundo art. 13 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

Art. 11. Recebido o requerimento inicial, o responsável pela instrução do procedimento administrativo poderá:

I - indeferir o pedido;

II - solicitar ao requerente complementação da documentação ou das informações prestadas.

§ 1º A solicitação indicada no inciso II deste artigo será enviada por meio de carta ou correspondência eletrônica dirigida ao endereço

indicado no requerimento inicial, sendo que, a devolução desmotivada da correspondência, acarretará no imediato arquivamento do respectivo procedimento administrativo.

§ 2º A solicitação de complementação indicada no inciso II suspende o prazo indicado no § 2º do art. 30 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

Art. 12. Deferido o processamento, o responsável pela instrução do procedimento administrativo que tenha por objeto a aplicação do instrumento da legitimação fundiária deverá:

I - pesquisar no Cartório de Registro de Imóveis com circunscrição sobre o Município ou outro que entenda pertinente, em nome dos requerentes e seus cônjuges, para averiguar se são concessionários, foreiros ou proprietários de imóvel urbano ou rural;

II - classificar caso a caso, as modalidades da Reurb;

III - proceder às buscas necessárias para determinar ou confirmar a titularidade do domínio dos imóveis onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado;

IV - notificar os confinantes, terceiros eventualmente interessados, titulares de domínio e os responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da notificação;

§ 1º Quando a notificação dos indicados no inciso IV deste artigo não ocorrer pessoalmente, pela ciência na planta geral do levantamento topográfico ou qualquer documento demonstrando a anuência prévia, será feita por via postal, com aviso de recebimento, no endereço que constar da matrícula, da transcrição ou outro que o Município definir, considerando-se efetuada quando comprovada a entrega nesse endereço.

§ 2º A notificação da Reurb também será feita por meio de publicação de edital, com prazo de 30 (trinta) dias, do qual deverá constar, de forma resumida, a descrição da área a ser regularizada, nos seguintes casos:

I – quando o proprietário e os confinantes não forem encontrados, e;

II – quando houver recusa da notificação por qualquer motivo.

Art. 13. Presume-se de baixa renda para fins de legitimação fundiária, a pessoa natural integrante de entidade familiar que aufera renda familiar mensal não superior a 03 (três) salários mínimos (nacional);

§ 1º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se entidade familiar toda comunhão de vida instituída com a finalidade de convivência familiar e que se mantém pela contribuição de seus membros.

§ 2º Considera-se renda familiar a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da entidade familiar, maiores de 16 (dezesesseis) anos, excluindo os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda e de benefícios socioassistenciais, bem como o comprovadamente pago a título de contribuição previdenciária oficial.

§ 3º O limite do valor da renda familiar previsto no § 2º deste artigo será de 04 (quatro) salários mínimos (nacional), quando houver fatores que evidenciem exclusão social, tais como:

a) entidade familiar composta por mais de 05 (cinco) membros;

b) gastos mensais comprovados com tratamento médico por doença grave ou aquisição de medicamento de uso contínuo;

c) entidade familiar composta por pessoa com deficiência ou transtorno global de desenvolvimento;

d) entidade familiar composta por idoso ou egresso do sistema prisional, desde que constituída por 04 (quatro) ou mais membros.

§ 4º A permanência temporária de indivíduo em um núcleo familiar não caracteriza a constituição da entidade familiar prevista no § 2º.

§ 5º O valor do imóvel não interfere na avaliação econômico-financeira do interessado.

§ 6º Os critérios estabelecidos neste artigo não excluem a aferição da hipossuficiência no caso concreto, através de manifestação devidamente fundamentada.

Art. 14. O responsável pela instrução do procedimento administrativo, decidirá em 15 (quinze) dias, contados do prazo final para a apresentação de impugnação, pelo andamento do procedimento administrativo, por diligências para esclarecer fatos narrados na impugnação ou pelo seu indeferimento.

Art. 15. Quando despachado pelo andamento do procedimento administrativo que determinou a modalidade Reurb-S, se for o caso, o responsável pela instrução do procedimento administrativo encaminhará o requerimento para o setor administrativo responsável para elaboração dos documentos elencados no artigo 8º, excluídos os que foram apresentados voluntariamente pelo requerente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias ou outro que defina fundamentadamente, retornando os autos conclusos após esse prazo.

Art. 16. Havendo Comissão, reunir-se-á sempre que convocada por seu presidente para deliberar sobre os requerimentos, competindo a cada membro, dentro de sua respectiva competência, emitir parecer referente a sua área de atuação, indicando medidas a serem adotadas, com vistas à reformulação e à reavaliação do requerimento, quando for o caso, segundo o parágrafo único do art. 32 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

§ 1º O membro da Comissão Municipal de Regularização Fundiária poderá requerer vista do procedimento administrativo durante a reunião, sendo que, a carga não ultrapassará a data da próxima ou outro prazo definido pelo presidente e o silêncio quanto ao pedido analisado será entendido como ato de concordância.

§ 2º Mesmo sem manifestação o membro deverá devolver a carga do processo ao presidente no prazo estipulado no parágrafo anterior, sob pena de sua exclusão da Comissão, salvo em caso de fundamentada prorrogação do prazo.

Art. 17. Entendendo pelo deferimento do requerimento o responsável pela instrução do procedimento administrativo indicará as intervenções a serem executadas, aprovará o projeto de legitimação fundiária, identificará e declarará os ocupantes de cada unidade imobiliária;

Art. 18. Todas as providências e manifestações, seja pelo deferimento, indeferimento, diligências ou outras providências, estarão sujeitos ao encaminhamento e aprovação do responsável pela instrução do procedimento administrativo.

Parágrafo único. Havendo comissão, das manifestações divergentes proferidas pelos membros, caberá ao responsável pela instrução do procedimento administrativo decidir, fundamentadamente, qual será acatada.

Art. 19. Saneado o procedimento, conforme art. 28, IV, da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, o responsável pela instrução do procedimento administrativo, proferirá sua decisão, devidamente motivada e fundamentada, acompanhada da minuta da Certidão de Legitimação Fundiária (CRF), constando o nome do núcleo urbano regularizado, sua localização, a modalidade da legitimação, as responsabilidades pelas obras e serviços constantes do cronograma, a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando houver, a listagem com nomes dos ocupantes e respectivas unidades, por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro, bem como o estado civil, a profissão, o número de inscrição no cadastro das pessoas físicas do Ministério da Fazenda e do registro geral da cédula de identidade e a filiação.

Art. 20. A decisão final do responsável pela instrução do procedimento administrativo poderá ser encaminhada para o Chefe do Poder Executivo Municipal, para aprovação da minuta e posterior devolução à Secretaria de origem, devidamente assinada em via original.

Art. 21. O responsável pela instrução do procedimento administrativo dará publicidade ao ato por meio da publicação no Diário Oficial dos Municípios de um Decreto e posteriormente encaminhará a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) ao Cartório de Registro de Imóveis competente para abertura da matrícula imobiliária.

Art. 22. Após findados os trabalhos, o procedimento administrativo será arquivado.

Capítulo II

Da Comissão Municipal de Regularização Fundiária

Art. 23. Fica instituída a Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana do Município de Nova Trento, conforme atribuições definidas pela Lei Federal 13.465, de 2017, vinculada ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo municipal, a qual será composta por 07 (sete) membros, e seus respectivos suplentes, sendo:

I - 01 (um) representante do Gabinete do Chefe do Poder Executivo;

II - 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Município;

III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

V - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

VI - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Planejamento;

VII - 01 (um) representante da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 24. A presidência da Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana do Município de Nova Trento será exercida pelo representante eleito dentre os seus membros.

Art. 25. A Comissão desempenhará suas funções sem ônus para o erário municipal e será representada por seu presidente.

Art. 26. São atribuições da Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana do Município de Nova Trento:

I - processar administrativamente o requerimento, bem como classificar, caso a caso, as modalidades da Reurb, além de deferir ou o indeferir a viabilidade de instauração da Reurb em determinada área, considerando levantamento prévio de reconhecimento da ocupação;

II - processar, analisar, definir diretrizes urbanísticas específicas para cada ocupação, e aprovar o projeto de legitimação fundiária, visando a melhoria da sua qualidade urbanística e ambiental, a partir de diagnóstico do núcleo urbano informal e das características da ocupação;

III - definir eventuais valores de compensações urbanísticas e/ou ambientais a serem depositadas em fundo específico, com rubrica destinada à legitimação fundiária;

IV - auxiliar na definição de diretrizes ambientais, visando a melhoria da qualidade ambiental da ocupação, a partir do estudo técnico ambiental;

V - auxiliar na definição de medidas para eliminação, correção ou administração de riscos geotécnicos, de inundações e de outros riscos, a partir do estudo técnico de risco;

VI - sanear o procedimento administrativo e propor regulamentações e normativas relativas ao procedimento, análise e aprovação dos projetos de legitimação urbanística de núcleos urbanos informais implantados no território municipal;

VII - realizar o acompanhamento dos levantamentos e diagnósticos físico-territoriais de núcleos urbanos implantados de maneira irregular, objeto de ações civis públicas, ou em fase de investigação;

VIII - fixar prioridades para a legitimação fundiária;

IX - mediar eventuais conflitos que surgirem no transcorrer dos processos de legitimação fundiária;

X - assistir ao prefeito, naquilo que disser respeito à Reurb;

XI - zelar pelo cumprimento do disposto na legislação aplicável à legitimação fundiária, bem como elaborar e, eventualmente, firmar a Certidão de Regularização Fundiária (CRF).

Art. 27. Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana do Município de Nova Trento ficará instalada na sede do paço municipal, utilizando sua infraestrutura e corpo técnico sempre que necessário.

Art. 28. O presidente da Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana do Município de Nova Trento poderá publicar portaria ou instrução normativa com o fluxograma das fases dos procedimentos administrativos e a relação da documentação necessária para a efetivação da legitimação.

Art. 29. Todos os pareceres dos membros da comissão devem analisar somente os imóveis que são objeto de legitimação indicados no requerimento inicial.

Parágrafo único. Compete aos membros da comissão tomar ciência dos processos a serem relatados, devendo realizar, previamente às reuniões da CT, eventuais discussões, vistorias, pareceres, relatórios, diagnósticos e demais produtos pertinentes em conjunto com a equipe técnica de seu órgão.

Art. 30. Os representantes e seus suplentes serão indicados pelo Secretário de cada pasta e poderão ser substituídos conforme demanda, férias, licenças ou afastamentos.

Art. 31. Será designado um servidor público para a função de secretário(a) executivo(a) da Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana do Município de Nova Trento, o qual possuirá as seguintes atribuições:

I - executar as funções de apoio técnico e administrativo e promover o controle dos prazos;

II - registrar a entrada e tramitação dos processos de Reurb;

III - elaborar a pauta de cada reunião;

IV - elaborar os extratos e atas, e arquivar os assuntos tratados em cada reunião;

V - publicar no endereço eletrônico do Município de Nova Trento, convocação, extrato, atas das reuniões e deliberações, e demais documentos pertinentes;

VI - auxiliar a coordenação da comissão em qualquer demanda necessária.

Art. 32. A participação na Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana do Município de Nova Trento será considerada de relevante interesse público, vedada, porém, sua remuneração a qualquer título.

Capítulo III

Das Disposições gerais e transitórias

Art. 33. A presente norma será implementada em consonância com o Programa Nacional de Legitimação Fundiária, nos termos da Lei

Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017 e demais legislações Federais e Estaduais que tratam da matéria.

Parágrafo único. Em caso de lacuna ou obscuridade da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, no julgamento dos procedimentos administrativos, caberá aplicar as normas legais; não as havendo, recorrer-se-á à analogia, aos costumes, aos entendimentos jurisprudenciais e aos princípios gerais de direito.

Art. 34. Sendo o procedimento administrativo que tenha por objeto a aplicação do instrumento da legitimação fundiária a sequência de atividades em um conjunto de atos administrativos, sucessivos e concatenados, praticados pela Administração Pública com o objetivo de satisfazer determinadas finalidades de interesse público interligadas entre si, deverá permanecer durante sua tramitação até o arquivamento dentro das dependências, física ou virtual, municipais, nos termos do art. 5º, LIV e LV da Constituição Federal e da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Parágrafo único. Qualquer cidadão, órgão ou entidade terá acesso ao procedimento administrativo, vedada sua carga, sendo permitida a cópia dos documentos produzidos em seu bojo, quando não forem sigilosos.

Art. 35. As áreas públicas inseridas em glebas partícipes da política municipal de legitimação fundiária e indicadas no respectivo levantamento topográfico como vias, servidões e áreas verdes, passarão ao domínio do município.

Art. 36. Nos termos do art. 5º, § 4º do Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018, no mesmo núcleo urbano informal, poderá haver as duas modalidades de Reurb, desde que a parte ocupada predominantemente por população de baixa renda seja regularizada por meio de Reurb-S e o restante do núcleo por meio de Reurb-E.

Art. 37. A Reurb promovida mediante legitimação fundiária somente será aplicada para os núcleos urbanos informais comprovadamente existentes, nos termos do art. 9º, § 2º da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, até 22 de dezembro de 2016, independentemente do tempo de posse individual.

Art. 38. Os ocupantes inseridos em um núcleo urbano informal objeto de legitimação fundiária e que adquiriram seus lotes depois do marco temporal do dia 22 de dezembro de 2016, poderão participar da legitimação fundiária considerando que seus antecessores já os haviam possuído antes da data limite imposta pela lei, com a devida comprovação da posse antecessora.

Art. 39. São dispensadas as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho dos lotes regularizados, assim como a outros parâmetros urbanísticos e edilícios.

Art. 40. Por se tratar de núcleo urbano informal consolidado, não será exigido o preenchimento de requisitos presentes para abertura de loteamentos regulares, tais como licenças ambientais e parâmetros urbanísticos, exceto se o núcleo urbano informal estiver situado, total ou parcialmente em área de preservação permanente, ou em área de unidade de conservação de uso sustentável ou de proteção de mananciais, ocasião em que se aplica a regra do § 2º do art. 11 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

Art. 41. O pedido de legitimação fundiária poderá ser individual, desde que, o imóvel esteja inserido em núcleo urbano informal consolidado, nos termos do art. 14, II da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

Art. 42. Podem ser titulares do pedido de legitimação fundiária os menores absolutamente e relativamente incapazes, desde que, representados ou assistidos por seus pais, por tutor ou por curador, na forma da lei, precipuamente, nos termos do art. 71 do Código de Processo Civil.

Art. 43. O Município poderá, independente da modalidade, providenciar junto à cartórios, tabelionatos e quaisquer outros órgãos, Entes ou instituições as certidões, transcrições, matrículas, escrituras e outros documentos que entender pertinentes, observada a isenção disposta no art. 13, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

Art. 44. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Trento/SC, 08 de novembro de 2019.

gian francesco voltolini

Prefeito Municipal

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal Administração e Finanças

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

PORTARIA Nº 849/2019

Publicação Nº 2222549

PORTARIA Nº 849/2019

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 722/2019, que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal MARLENE BATTISTI GIACOMINI, matrícula nº 7781, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Creche Municipal Espreado, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, com efeitos a contar de 05 de novembro de 2019 até 04 de março de 2020, conforme resultado pericial, datado de 08/11/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de novembro de 2019.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2019 - SRP Nº 052/2019

Publicação Nº 2219591

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2019 – REGISTRO PREÇOS Nº 052/2019

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços (empresa agenciadora de viagens) para fornecimento parcelado de passagens aéreas nacionais e internacionais, compreendendo a reserva, emissão, marcação, entrega de bilhetes e demais serviços correlatos destinadas a administração municipal, incluindo autarquia, fundações e fundos do município de Nova Trento, SC, conforme anexo I, parte integrante do Edital. Julgamento: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO.

Entrega dos envelopes: 22/11/2019 até as 08:30 horas. Abertura: 22/11/2019 às 09:00 horas. Outras Informações: Fones: (48) 3267-3211/3213 ou através do e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br e pelo site www.novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

Nova Veneza

PREFEITURA

LEI N.º 2.733, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220958

LEI N.º 2.733, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

"AUTORIZA A DELEGAÇÃO DA REGULAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM-SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a delegação da regulação e da fiscalização dos serviços de saneamento básico, nos termos do art. 8º, caput, da Lei Federal n.º 11.445/07, para o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM-SUL, o qual exercerá a regulação por meio de seu Órgão Regulador, denominado CISAM-SUL-REG, o qual se constitui, nos termos do Estatuto do Consórcio, em órgão de natureza consultiva e deliberativa do CISAM-SUL, destinado ao exercício da atividade regulatória dos serviços de saneamento.

Art. 2º - Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar convênio com o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM-SUL, com fundamento no art. 241, caput, da Constituição Federal e Leis Federais n.º 11.445/07 e n.º 12.305/10, objetivando resolver as questões afetas a regulação dos serviços públicos de saneamento básico do município, referente a água e esgoto.

Art. 3º - Deverão ser delegadas mediante convênio com a Agência Reguladora do CISAM-SUL, que atuará através da CREFISBA – Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico, as seguintes atribuições aos serviços públicos de saneamento básico:

I - supervisionar, fiscalizar e avaliar as ações e atividades decorrentes do cumprimento da legislação específica relativa ao saneamento básico;

II - fiscalizar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, incluindo os aspectos contábeis e financeiros e os relativos ao desempenho técnico-operacional;

III - expedir regulamentos de ordem técnica e econômica, visando ao estabelecimento de padrões de qualidade para:

- a) prestação de serviços;
- b) otimização de custos;
- c) segurança das instalações;
- d) atendimento aos usuários.

IV - estabelecer o regime tarifário, de forma a garantir a modicidade das tarifas e o equilíbrio econômico-financeiro da prestação de serviços;

V - analisar custos e o desempenho econômico financeiro da prestação de serviços;

VI - aplicar sanções e penalidades ao prestador de serviço, quando sem motivo justificado houver descumprimento das diretrizes técnicas e econômicas espedidas pelo CISAM-SUL.

Art. 4º - O funcionamento, composição e procedimentos da regulação e fiscalização, serão os estabelecidos na lei e em resoluções próprias do CISAM-SUL.

Art. 5º - Os recursos necessários à regulação e fiscalização delegados ao CISAM-SUL, relativos às atribuições de que trata o Artigo 3º desta lei, proverão da cobrança do Preço de Regulação já instituído pelo CISAM-SUL, a ser estabelecido no convênio, cujo pagamento será de responsabilidade da prestadora do serviço público de saneamento básico.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n.º 2.344, de 24 de março de 2014.

Nova Veneza, SC, 08 de novembro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 08 de novembro de 2019.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE RESULTADO DO PREGÃO PM Nº 033/2019

Publicação Nº 2221384

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
AVISO DE RESULTADO DO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 033/2019 – AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, OBEDECENDO AO MODELO UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC. Que na data de sua realização: Dia 08/11/2019 que teve como empresas participantes a saber PERAZOLI E VERONA LTDA - ME (3489), PONTOCOM BRINDES LTDA (3931), TOPE BRASIL LTDA (3932), VEIT UNIFORMES LTDA (3933). Sendo que a empresa PONTOCOM BRINDES LTDA (3931) foi vencedora com o valor global estimado de R\$ 17.590,00 (dezessete mil quinhentos e noventa reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz às exigências do edital; a empresa vencedora encontram-se a rigor habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedora do Pregão Presencial Nº 033/2019, e adjudico os itens as empresas vencedoras.

Novo Horizonte/SC, em 08 de novembro de 2.019.

IDINARA CRISTINA MASSUCCO
Pregoeira

Homologo o resultado da licitação
DE ACORDO
VANDERLEI SANAGIOTTO
Prefeito Municipal

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO DO 1º CASAMENTO COMUNITÁRIO

Publicação Nº 2220743

--	--

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA REALIZAÇÃO DO 1º CASAMENTO COLETIVO NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE – SC

PRORROGA O PRAZO PARA HABILITAÇÃO NO CASAMENTO COMUNITÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais torna público por meio do presente, que PRORROGA DO PRAZO para habilitação no Casamento Comunitário, retificando o item 3 do Edital de Chamamento Público nº 01/2019, que passa a ter a seguinte redação:

3. DA HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO.

3.1. Os documentos deverão ser entregues, até o dia 29/11/2019, no horário das 07h30 min às 11h30 min e das 13h às 15h, na sede do Departamento de Promoção Social, situado na Rua Bruno Sanagiotto, nº 68, em Novo Horizonte – SC.

3.2. Ficam mantidas e ratificadas as demais condições do Edital de Chamamento Público nº 01/2019.

Novo Horizonte – SC, 08 de novembro de 2019.

VANDERLEI SANAGIOTTO
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018-2019

Publicação Nº 2221456

Página: 1/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2019

Número do Registro de Preços: 18/2019		Data do Registro: 08/11/2019		Válido até: 08/11/2020		Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, OBEDECEENDO AO MODELO UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Camiseta colegial em malha active 100% poliéster anti-pilling na cor branca, tamanhos 02-04 contendo estampas no peito e costas com filete royal no acabamento da manga, solidez da cor na lavagem, estabilidade dimensional com encolhimento máximo de 5%, gola careca com ribana azul royal, largura de 2,5 cm acabamento em máquina de cobertura de duas agulhas, etiqueta fixada no interior da peça, contendo a identificação de tamanho e composição do tecido, conforme modelo fornecido pela secretaria municipal de educação, embalada individualmente. (33802)	PEÇA	PONTOCOM BRINDES LTDA (3931)	PONTO COM	0	12,8586	1
			VEIT UNIFORMES LTDA (3933)	VEIT	0	12,0617	2
			TOPE BRASIL LTDA (3932)	TOP BRAZIL/T	0	12,8419	3
2	Camiseta colegial em malha active 100% poliéster anti-pilling na cor branca, tamanhos 06-08 contendo estampas no peito e costas com filete royal no acabamento da manga, solidez da cor na lavagem, estabilidade dimensional com encolhimento máximo de 5%, gola careca com ribana azul royal, largura de 2,5 cm acabamento em máquina de cobertura de duas agulhas, etiqueta fixada no interior da peça, contendo a identificação de tamanho e composição do tecido, conforme modelo fornecido pela secretaria municipal de educação, embalada individualmente. (33803)	PEÇA	PONTOCOM BRINDES LTDA (3931)	PONTO COM	0	13,8837	1
			VEIT UNIFORMES LTDA (3933)	VEIT	0	13,3618	2
			TOPE BRASIL LTDA (3932)	TOP BRAZIL/T	0	13,8931	3
3	Camiseta colegial em malha active 100% poliéster anti-pilling na cor branca, tamanhos 10-12 contendo estampas no peito e costas com filete royal no acabamento da manga, solidez da cor na lavagem, estabilidade dimensional com encolhimento máximo de 5%, gola careca com ribana azul royal, largura de 2,5 cm acabamento em máquina de cobertura de duas agulhas, etiqueta fixada no interior da peça, contendo a identificação de tamanho e composição do tecido, conforme modelo fornecido pela secretaria municipal de educação, embalada individualmente. (33804)	PEÇA	PONTOCOM BRINDES LTDA (3931)	PONTO COM	0	15,1366	1
			VEIT UNIFORMES LTDA (3933)	VEIT	0	14,0840	2
			TOPE BRASIL LTDA (3932)	TOP BRAZIL/T	0	15,1477	3

Orleans

PREFEITURA

ERRATA DE PROCESSO FMS 55/2019

Publicação Nº 2221866

	TENDO EM VISTA A PUBLICAÇÃO ANTERIOR (EDIÇÃO Nº 2974 -PAGINA-990-DO DIA 08/11/2019 SEXTA FEIRA) PELO MOTIVO DE TER ERRO DE DIGITAÇÃO NA DATA DO CONTRATO, ONDE LE-SE 24 DE ABRIL DE 2019, A DATA CORRETA É 07 DE NOVEMBRO DE 2019. E ONDE LE-SE VALOR R\$ 7.80 O CORRETO É R\$ 7.800,00
--	---

PROCESSO Nº 55/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 16/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE LIXO CONTAMINADO DA SECRETARIA DE SAÚDE E SUAS DEPENDÊNCIAS.

Empresa: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

VALOR TOTAL R\$: 7.800,00 (SETE MIL E OITOCENTOS E SESSENTA REAIS)

Fundamento legal: Art. 24 Inciso II e IV, da Lei Federal 8.666/93.

Dotação: 9/2019 – Manutenção da Secretaria de Saúde

Orleans - SC, 07 de novembro de 2019.
Fernando de Faveri
Secretaria Municipal de Saúde.

PROCESSO Nº 56/2019 FMS

Publicação Nº 2221899

FMS DE ORLEANS
PROCESSO Nº 56/2019 FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019 FMS – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE E SUAS DEPENDÊNCIAS.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 27/11/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 28/11/2019, às 08h415min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone: (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 08 de Novembro de 2019.

Fernando De Faveri Marcelino
Secretário da Saúde Interino

Otacílio Costa**PREFEITURA****PORTARIA 032/2017**

Publicação Nº 2221911

PORTARIA Nº 032/2017

Nomeia secretária de desenvolvimento COMUNITÁRIO e assistência social, sra. elaine de fátima antunes barbosa

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica a Sra. elaine de fátima antunes barbosa, nomeada para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, a que se refere a alínea " a ", do inciso XV, do art. 2º, da Lei Complementar nº 153/13.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 01 de fevereiro de 2017.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 01 de fevereiro de 2017

CARLA DANIELE EGER

Chefe de Gabinete do Prefeito

Ouro

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 51

Publicação Nº 2222546

LEI COMPLEMENTAR Nº 51, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019.

Altera quantitativo de vagas, cria cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Administração Direta.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei nº 1.180, de 16 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Administração Direta, passa a vigorar com as alterações contidas na presente Lei Complementar.

Art. 2º Ficam alterados os quantitativos de vagas existentes para os seguintes cargos do Quadro de Pessoal da Administração Direta:

I - Auxiliar de Professor Regente - 20 horas, código 137, nível ATM-00, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, tem uma redução de 12 (doze) vagas, passando de 20 (vinte) para 8 (oito) vagas;

II - Auxiliar de Professor Regente - 30 horas, código 138, nível ATM-00, com carga horária semanal de 30 (trinta horas), tem um acréscimo de 10 (dez) de vagas, passando de 10 (dez) para 20 (vinte) vagas;

III - Odontólogo, código 070, nível ATS-05, com carga horária semanal de 40 (quarenta horas), tem um acréscimo de 1 (uma) de vaga, passando de 1 (uma) para 2 (duas) vagas.

Art. 3º Ficam criados os seguintes cargos:

I - Professor de Informática, código 146, nível DOC-01, com 2 (duas) vagas de 20 (vinte) horas semanais, com vencimento de R\$ 1.280,72 (um mil, duzentos e oitenta reais e setenta e dois centavos), para provimento em caráter efetivo;

II - Fonoaudiólogo, código 147, nível ATS-01, com 1 (uma) vaga de 20 (vinte) horas semanais, com vencimento de R\$ 1.363,27 (um mil, trezentos e sessenta e três reais e vinte e sete centavos), para provimento em caráter efetivo;

Parágrafo único. A habilitação necessária ao ingresso, bem como as atribuições pertinentes aos cargos criados nos termos deste artigo, constam no Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Ouro, 8 de novembro de 2019.

NERI LUIZ MIQUELOTO

Prefeito

ALEX SANDRO SILVA

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

ANEXO ÚNICO

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES

1. Cargo: FONOAUDIÓLOGO

1.1. Vagas: 01 (uma) vaga

1.2. Carga horária: 20 (vinte) horas semanais

1.3. Habilitação: ENSINO SUPERIOR COMPLETO EM FONOAUDIOLOGIA, COM REGISTRO NO CONSELHO OU ÓRGÃO FISCALIZADOR DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

1.4. Responsabilidades e Atribuições:

1.4.1. Coordenar e executar programas, projetos e serviços desenvolvidos pela rede municipal de ensino, primando pela prevenção quanto aos transtornos de dislexia, disgrafia e dislalia;

1.4.2. Buscar o aperfeiçoamento e/ou reabilitação da fala aos alunos da rede municipal de ensino ou outros profissionais indicados pela Secretaria, avaliando e identificando problemas ou deficiências ligadas à comunicação oral, empregando técnicas próprias de avaliação, realizando as atividades e treinamentos fonéticos, da linguagem, auditivo, de dicção, entre outros, estabelecendo estratégias para a superação das dificuldades apresentadas;

1.4.3. Participar na viabilidade e resolutividade dos tratamentos, acompanhando os alunos no processo do desenvolvimento de linguagem oral, escrita, fala, voz, articulação e audição, bem como elaborando diagnósticos, pareceres, relatórios, documentos e encaminhamentos, observando as anotações das aplicações e procedimentos realizados;

1.4.4. Realizar o acompanhamento dos alunos, individual ou coletivo, sempre que demandar os serviços técnicos;

1.4.5. Utilizar métodos, técnicas e instrumentos que tenham por finalidade detectar e avaliar as dificuldades da fala e o desenvolvimento do aluno, registrando todos os dados;

1.4.6. Propiciar a plena atenção prestada aos alunos, integrando a equipe multiprofissional de educação, bem como encaminhando, requerendo pareceres técnicos e/ou exames complementares, de outros profissionais da área, informando a equipe gestora-administrativa da Secretaria de Educação, sempre que tais procedimentos se fizerem necessários;

1.4.7. Promover a melhoria e aperfeiçoamento das equipes multiprofissionais, subsidiando decisões e ações, bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das atividades da Secretaria Municipal de Educação;

1.4.8. Preparar informes e documentos referentes à sua atuação técnica junto aos alunos, a fim de possibilitar subsídios para atuação das famílias e dos demais técnicos da área da educação;

1.4.9. Contribuir, preventiva e corretivamente, com os conhecimentos de sua área de atuação assessorando os profissionais que atuam junto às instituições escolares;

1.4.10. Promover, sempre que necessário e solicitado, palestras informativas e de orientação aos profissionais da área da educação e às

famílias;
1.4.11. Participar, quando convocado ou solicitado, das atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Educação e instituições municipais de ensino (reuniões, conselhos de classe, capacitações, promoções e eventos pedagógicos, culturais e desportivos que envolvam alunos).

2. Cargo: PROFESSOR DE INFORMÁTICA

2.1. Vagas: 02 (duas) vagas

2.2. Carga horária: 20 (vinte) horas semanais

2.3. Habilitação: ENSINO SUPERIOR COM LICENCIATURA EM INFORMÁTICA

2.4. Responsabilidade e Atribuições:

2.4.1. Desenvolver ações metodológicas articuladas com o planejamento do professor regente da turma;

2.4.2. Atender aos alunos nos espaços do laboratório de informática;

2.4.3. Zelar pela ambientalização da sala e pela organização dos equipamentos disponíveis nos laboratórios de informática;

2.4.4. Promover a educação dos alunos aplicando técnicas de conhecimento acerca das múltiplas possibilidades que o computador e outras mídias oferecem, em turmas da Educação Infantil (Pré Escola) e no Fundamental (1º ao 5º ano), em períodos matutino e vespertino;

2.4.5. Valorizar no seu planejamento a forma correta do uso das ferramentas tecnológicas, contemplando a pesquisa, o lúdico, a digitação e elaboração de situações desafiadoras que enriqueçam o processo ensino-aprendizagem;

2.4.6. Explorar sites, jogos, softwares educativos para sugerir aos alunos de acordo com o conteúdo que estão estudando em determinada área de ensino;

2.4.7. Proporcionar metodologia educativa acerca do uso responsável da internet, apontando-a como mecanismo de informação, comunicação e interação social;

2.4.8. Elaborar o plano de ensino de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, Lei de Diretrizes e Bases, Diretrizes Curriculares do Ensino Municipal e Parâmetros Curriculares;

2.4.9. Planejar e ministrar as aulas, preparar o material e avaliar o aprendizado dos alunos;

2.4.10. Participar, quando convocado ou solicitado, de todas as atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Educação e instituições municipais de ensino (reuniões, conselhos de classe, capacitações, promoções e eventos pedagógicos, culturais e desportivos que envolvam alunos);

2.4.11. Cumprir com sua carga horária nos períodos e locais estabelecidos pelo cronograma da Secretaria de Educação e calendário letivo;

2.4.12. Ministrar, se solicitado e havendo interesse por parte da Administração Municipal, curso de Informática Básica para a comunidade e para os servidores;

2.4.13. Cumprir com as demais obrigações que o cargo de Professor requer.

Palhoça

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 002-2019

Publicação Nº 2221877

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA
Nº 002/2019
AGRICULTURA FAMILIAR

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 03 de Dezembro de 2019, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura da CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2019, que tem por objeto Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE PALHOÇA, de acordo com as especificações contidas nos anexos para o período letivo da rede pública de ensino de 2020. O edital que está embasado na lei de licitações se encontra à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 08 de novembro de 2019. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal.

ERRATA 01 EDITAL 06/2019

Publicação Nº 2221681

ERRATA 01
EDITAL 06/2019

A Secretaria Municipal de Fazenda, situada na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, de acordo com a Legislação Tributária vigente, torna público, a quem interessar possa, que o presente edital, para a exploração de locais destinados a comercialização de produtos relacionados as comemorações natalinas, para a exploração da modalidade, PONTO FIXO NATAL (PFN) sofreu as seguintes alterações:

Onde se Lê:

2.1. Serão demarcados 10 pontos fixos de até 4 m², conforme estabelece o Anexo VII, do Código Tributário Municipal, para a exploração da presente modalidade, no calçadão e arredores da Praça das Bandeiras, localizada no Centro de Palhoça, estando estes definidos no anexo I deste edital;

Leia-se:

2.1. Serão demarcados 12 pontos fixos de até 4 m², conforme estabelece o Anexo VII, do Código Tributário Municipal, para a exploração da presente modalidade, no calçadão e arredores da Praça 7 de Setembro, localizada no Centro de Palhoça, estando estes definidos no anexo I deste edital;

Palhoça, 08 de novembro de 2019.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretária Municipal de Fazenda

PEDRO PAULO FREITAS DOS PASSOS
Secretário Adjunto de Fazenda

ERRATA 01 PREGAO PRESENCIAL 208/2019

Publicação Nº 2220716

ERRATA Nº 001/2019

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 208/2019

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Edital convocatório do PREGÃO PRESENCIAL RP nº 208/2019, nas especificações do Termo de Referência Anexo 01, onde fica suprimido o item 19, que tem como objeto aquisição de pneus para veículos leves, médios e pesados pertencentes a Secretarias e Fundos através de Registro de Preços. A data de abertura fica mantida para o dia 22/11/2019 às 09:00 hs para entrega dos envelopes e sessão de lances. Os interessados poderão obter as alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação

ou site palhoça.atende.net.

Palhoça, 08 de novembro de 2019.

Sandra Pereira de Abreu Oliveira
Pregoeira

EXTRATO CONTRATO Nº 275/2019

Publicação Nº 2221896

EXTRATO CONTRATO Nº 275/2019

Termo de Contrato

Espécie: Contrato de Execução de Obras/Serviços nº 275/2019, firmado em 07/11/2019, com E.S.E. CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: O objeto deste contrato consiste na contratação de prestação de serviços de mão de obra e fornecimento do material para execução do Sistema de Drenagem, Pavimentação com blocos de concreto intertravado e Sinalização Viária Vertical da Rua Osni Kuhnen (trecho 02) – Alto Aririu, no município de Palhoça/SC, por meio da empresa E.S.E CONSTRUÇÕES LTDA, classificada como Terceira colocada pela Concorrência Pública nº 141/2018, tendo em vista Termo de Rescisão Contratual Unilateral com a empresa vencedora PAVERBRAS OBRAS E PAVIMENTOS LTDA – ME, respeitando as mesmas especificações contidas no Edital da Concorrência Pública nº 141/2018 e seus Anexos.

AMPARO: art. 24, XI, da Lei n. 8.666/93.

PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 210/2019.

VIGÊNCIA: (150 dias) 07/11/2019 a 04/04/2020.

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: “39” - 4.4.90.5191.

VALOR: R\$ 487.965,02 (quatrocentos e oitenta e sete mil novecentos e sessenta cinco reais e dois centavos).

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Pela Contratada,

E.S.E. CONSTRUÇÕES LTDA.

Hugo Sebastião Malagoli.

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 210/2019

Publicação Nº 2221778

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 210/2019

Espécie: DISPENSA DE LICITAÇÃO com fundamento no art. 24, XI, da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Favorecido: E.S.E. CONSTRUÇÕES LTDA.

Objeto: Contratação de prestação de serviços de mão de obra e fornecimento do material para execução do Sistema de Drenagem, Pavimentação com blocos de concreto intertravado e Sinalização Viária Vertical da Rua Osni Kuhnen (trecho 02) – Alto Aririu, no município de Palhoça/SC, tendo em vista a Rescisão Contratual com a empresa vencedora PAVERBRAS OBRAS E PAVIMENTOS LTDA - ME, respeitando as mesmas especificações e preço estipulados no Edital da Concorrência Pública nº 141/2018 e seus Anexos.

Cumprir mencionar que a respectiva contratação teve início através da Concorrência Pública nº 141/2018, homologada em 19/12/2018, cuja empresa vencedora foi a Paverbras Obras e Pavimentos Ltda - Me.

A empresa classificada como primeira colocada não cumpriu cláusulas contratuais, sendo notificada várias vezes. Diante do ocorrido foi aberto Processo Administrativo nº 11194/2019, no qual findou em Rescisão Contratual Unilateral em 28/06/2019, conforme consta no despacho da Comissão Permanente de Julgamento de Recurso em Processo Administrativo, fls. 174-177, anexas ao Processo. Em virtude da Rescisão Contratual supramencionada, a empresa Crestani Comércio Eireli, classificada como Segunda colocada pela Concorrência Pública nº 141/2018, foi notificada através de e-mail, referente ao interesse em assumir o contrato em tela. Entretanto, a empresa negou o interesse, conforme fls. 151, anexa ao Processo. Diante o não interesse da empresa classificada como Segunda colocada pela Concorrência Pública nº 141/2018, conforme Extrato de Publicação de fls. 152, anexa ao Processo, realizou-se a notificação da Terceira colocada pela Concorrência Pública nº 141/2018, através de e-mail, onde a mesma manifestou seu interesse em assumir o contrato em tela, conforme consta na fls. 153, anexa ao Processo.

Sendo assim, para dar continuidade à obra paralisada - uma vez que foi cumprido apenas parte da obra pela empresa Paverbras Obras e Pavimentos Ltda - Me, conforme demonstrado através da Planilha de Medição de fls. 178-183, anexas ao Processo, a Secretaria de Infraestrutura e Saneamento solicita a contratação da empresa E.S.E Construções Ltda, classificada como Terceira Colocada pela Concorrência Pública nº 141/2018, respeitando as mesmas condições estipuladas no processo licitatório, bem como mantido o preço ofertado pelo licitante vencedor, com fulcro no art. 24, inciso XI, da Lei de Licitações.

Vigência do Contrato: (150 dias) 07/11/2019 a 04/04/2020.

Processo: Dispensa de Licitação nº 210/2019.

Rubrica orçamentária: “39” - 4.4.90.5191.

VALOR TOTAL: R\$ 487.965,02 (quatrocentos e oitenta e sete mil novecentos e sessenta cinco reais e dois centavos).

Autorização em: 07/11/2019.

Ratificada em: 07/11/2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT

Secretária Municipal de Administração.

PORTARIA Nº. 4341/2019

Publicação Nº 2221781

PORTARIA Nº. 4341/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JOICE AMANCIO, titular do cargo de ASO, Matrícula nº. 3761382-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/10/2019.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4342/2019

Publicação Nº 2221782

PORTARIA Nº. 4342/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ADRIANA MARIA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, Lei nº. 249, de 21 de dezembro de 2017 e Processo Seletivo Edital nº. 023/SME/2018, no cargo de Auxiliar de Sala (ACT), no (a) CEI Maria Jose de Medeiros, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 12/09/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Joziane Alves Schutz, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4343/2019

Publicação Nº 2221783

PORTARIA Nº. 4343/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR VIVIANE PAULINO NUNES, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 005/SME/2019, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Professora Najla Carone Guedert, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/10/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Luciana Kloppel Vieira, que se encontra em HA.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4344/2019

Publicação Nº 2221785

PORTARIA Nº. 4344/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR CRISTIANE BORGES AUGUSTO, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 005/SME/2019, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/10/2019 a 13/12/2019. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4345/2019

Publicação Nº 2221787

PORTARIA Nº. 4345/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR EDUARDO SILVEIRA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 001/SME/2019, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/09/2019 a 13/12/2019. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4346/2019

Publicação Nº 2221788

PORTARIA Nº. 4346/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR WARLEI DE ANDRADE RIZ, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EB Prefeito Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/10/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Sandra Aparecida Nogueira, que se encontra exercendo suas funções junto a SME.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4347/2019

Publicação Nº 2221789

PORTARIA Nº. 4347/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR SIMONE DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, no (a) EB Abílio Manoel de Abreu, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/10/2019 a 13/12/2019. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4348/2019

Publicação Nº 2221790

PORTARIA Nº. 4348/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR CRISTIANE BORGES AUGUSTO, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 005/SME/2019, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) Escola Reunida Professora Isabel Botelho de Paulo, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/10/2019 a 13/12/2019. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4349/2019

Publicação Nº 2221791

PORTARIA Nº. 4349/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR FABRICIA ROBERTA SILVA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Chamada Publica nº. 005/SME/2019, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) EB Frei Damião, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 06/09/2019 a 13/12/2019. Vaga excedente.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4350/2019

Publicação Nº 2221793

PORTARIA Nº. 4350/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR SARA INACIA DE MATOS, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, no (a) EB Professora Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/09/2019 a 13/12/2019. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4351/2019

Publicação Nº 2221803

PORTARIA Nº. 4351/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR MAYARA CRISTINA CAPISTRANO, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, no (a) EB Prefeito Reinaldo Weingartner, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 13/09/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Miriam Pereira Silveira, que

se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4352/2019

Publicação Nº 2221804

PORTARIA Nº. 4352/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR CAROLINA FRANCISCA Malfatti Gasperini, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 005/SME/2019, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, no (a) EB Prefeito Reinaldo Weingartner, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/09/2019 a 13/09/2019, face ao impedimento da titular Tayse Xavier, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4353/2019

Publicação Nº 2221805

PORTARIA Nº. 4353/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 2677 de 01 de junho de 2019, que Retificou a Portaria de Averbação de Tempo de Serviço da servidora IRENE OLININA DA SILVEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4354/2019

Publicação Nº 2221807

PORTARIA Nº. 4354/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ARACI DE BRITO, matrícula nº. 120028-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 11/10/2019, de acordo com às folhas 105.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4355/2019

Publicação Nº 2221809

PORTARIA Nº. 4355/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIA JOELMA DIAS, matrícula nº. 801743-12, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 11/10/2019, de acordo com às folhas 46.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4356/2019

Publicação Nº 2221811

PORTARIA Nº. 4356/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ELIZA-BETE PFLEGER DOS SANTOS matrícula nº. 800857-1, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano a contar de 11/10/2019, de acordo com às folhas 73.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4357/2019

Publicação Nº 2221813

PORTARIA Nº. 4357/2019.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Gustavo da Silva Nienkoetter	01779920216

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4358/2019

Publicação Nº 2221814

PORTARIA Nº. 4358/2019.

ANTONIO VIDAL PAGANI, Secretário de Habitação e Regularização Fundiária, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIANE FATIMA FRANCESCHETTI, matrícula nº. 100733-1, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 22/04/2014 a 22/04/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/11/2019 a 20/12/2019.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

ANTONIO VIDAL PAGANI
Secretário de Habitação e Regularização Fundiária

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4359/2019

Publicação Nº 2221815

PORTARIA Nº. 4359/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO HORÁCIO DORNELLES FOGAÇA E SILVA, titular do cargo de Médico, Matrícula nº. 3763366-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 13/10/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4360/2019

Publicação Nº 2221817

PORTARIA Nº. 4360/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JULCIMARA MODESTI PETRIKOVSKI, titular do cargo de Médico, Matrícula nº. 402330-4, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/10/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4361/2019

Publicação Nº 2221825

PORTARIA Nº. 4361/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO BRUNA VALERIA DALL ACQUA, titular do cargo de Psicólogo, Matrícula nº. 3761920-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/10/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4362/2019

Publicação Nº 2221828

PORTARIA Nº. 4362/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO NEMER JOANDRE MARQUES FINOTELO, titular do cargo de Médico, Matrícula nº. 3745911-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/10/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4363/2019

Publicação Nº 2221829

PORTARIA Nº. 4363/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO THEREZA CRISTINA PANTOJA TELLES DE MENEZES, titular do cargo de Médico, Matrícula nº. 250360-4, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/10/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4364/2019

Publicação Nº 2221830

PORTARIA Nº. 4364/2019.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, Secretária de Fazenda designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LUCAS SOUZA RODRIGUES, titular do cargo de Assistente Administrativo, Matrícula nº. 3763331-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/10/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4365/2019

Publicação Nº 2221831

PORTARIA Nº. 4365/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PATRICIA CARLA MACHADO DE OLIVEIRA, matrícula nº. 802964-3, titular do cargo de Professor, do

Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 02/06/2014 a 02/06/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 16/10/2019 a 16/11/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4366/2019

Publicação Nº 2221832

PORTARIA Nº. 4366/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUIS FERNANDO DA SILVA SANTOS, matrícula nº. 801026-1, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 26/02/2009 a 26/02/2014, por 01 (um) mês, a contar de 17/10/2019 a 17/11/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4367/2019

Publicação Nº 2221833

PORTARIA Nº. 4367/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SIRLENE HILDEBRANDO, matrícula nº. 801071-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 04/05/2009 a 04/05/2014, por 01 (um) mês, a contar de 25/10/2019 a 25/11/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4368/2019

Publicação Nº 2221836

PORTARIA Nº. 4368/2019.

EDUARDO FRECCIA, Secretário de Infraestrutura e Saneamento, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FERNANDO JOÃO DA SILVA, matrícula nº. 300136-1, titular do cargo de Geógrafo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura e Saneamento, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao

quinquênio de 01/03/2013 a 26/08/2018, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 04/11/2019 a 04/02/2020.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

EDUARDO FRECCIA

Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4369/2019

Publicação Nº 2221837

PORTARIA Nº. 4369/2019.

EDUARDO FRECCIA, Secretário de Infraestrutura e Saneamento, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no Setor de Gerência de Topografia na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento a servidora TARCILLA MARCONDES QUINT, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, a contar de 09/10/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

EDUARDO FRECCIA

Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4370/2019

Publicação Nº 2221838

PORTARIA Nº. 4370/2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MAYARA CRISTINA CAPISTRANO, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PREGAO PRESENCIAL RP 212/2019

Publicação Nº 2220846

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº. 212/2019

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 28 de Novembro de 2019, as 08:30 hs, para recebimento dos Propostas,

habilitação, e a etapa dos lances na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL RP - Nº. 212/2019 aquisição de Utensílios de Cozinha, para as Unidades de Ensino deste Município, através do Sistema de Registro de Preços do Município de Palhoça., conforme especificação contida nos anexos, partes integrantes deste Edital, através do Sistema de Pregão Presencial. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 08 de novembro de 2019. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO 194/2019

Publicação Nº 2221586

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 194/2019

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 194/2019, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto Contratação de empresa para realizar a atualização tecnológica das catracas de controle de acesso de propriedade da Prefeitura Municipal de Palhoça, com fornecimento de peças, insumos, software e serviços de implantação de sistema de controle de acesso.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME:

SMART POINT LTDA ME - CNPJ 09.213.371/0001-26, ficou classificada e habilitada no seu menor preço no Lote 01 totalizando a importância de R\$ 17.900,00 (dezesete mil e novecentos reais). O Lote 02 não foi adquirido.

Palhoça, 08 de novembro de 2019.

Palma Sola

PREFEITURA

AVISO DE LIC. - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 61/2019 -

Publicação Nº 2221239

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial Nº. 61/2019

Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: Locação de Bens Móveis (Tendas, Palco, Luz, Som, Gerador, Banheiros Químicos e outros)

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada, Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto Municipal nº. 026 de 02/09/2002, e, Decreto Municipal nº 005 de 29/01/2018.

Entrega dos envelopes: Até às 08:45 hs do dia 22/11/2019.

Abertura dos envelopes: às 09:00 hs do dia 22/11/2019.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente e no site da Prefeitura.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 08 de novembro de 2019.

Marines Fatima Sansigolo

Pregoeira

Palmeira

PREFEITURA

EDITAL 002_2019_CMDCA

Publicação Nº 2221897

EDITAL 002/2019/CMDCA

ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE PALMEIRA/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palmeira/SC, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 170/2014 e na Lei Municipal n. 803/2019, abre as inscrições para a escolha suplementar dos membros do Conselho Tutelar para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Palmeira/SC, e dá outras providências.

1. DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO.

1.1 Ficam abertas 02 (duas) vagas para suplência a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Palmeira/SC, para cumprimento de mandato de 4 (quatro) anos, no período de 10 (dez) de janeiro de 2020 a 09 (nove) de janeiro de 2024, em conformidade com o art. 139, §2o, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

1.2 O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar do Município de Palmeira/SC, constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral, não gerando vínculo empregatício com o Poder Executivo Municipal.

1.3 Os candidatos assumirão as duas vagas na suplência conforme o número decrescente de votos.

1.4 Os demais candidatos habilitados também serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

1.5 A vaga, o vencimento mensal e carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimentos
Membro do Conselho Tutelar	02	30 h	R\$998,00

1.6 O horário de expediente do membro do Conselho Tutelar para atendimento da população será, nos dias úteis, em dois turnos, o primeiro das 08hs às 14hs, e o segundo das 12hs às 18hs, contudo nos dias de reunião do colegiado é obrigatória a presença de todos os conselheiros tutelares integrantes para atuação conjunta na tomada de decisões, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

1.7. Todos os membros do Conselho Tutelar ficam sujeitos a períodos de sobreaviso, inclusive nos finais de semana e feriados.

1.8 O membro do Conselho Tutelar terá direito ao gozo de folga compensatória na medida de 02 (dois) dias para cada 07 (sete) dias de sobreaviso, limitada a aquisição a 30 dias por ano civil, conforme dispõe a Lei Municipal n. 803/2019.

1.9 As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal n. 803/2019, ou a que a suceder.

1.10 Os servidores públicos, quando eleitos para o cargo de membro do Conselho Tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta Lei Municipal n. 803/2019, sendo-lhes assegurados todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato, exceto para fins de promoção por merecimento.

2. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

2.1 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Palmeira/SC ocorrerá em consonância com o disposto no art. 139, §1o, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 803/2019.

2.2 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar seguirá as etapas abaixo:

I. Inscrição para registro das candidaturas;

II. Capacitação

III. Aplicação de prova de conhecimentos específicos de caráter eliminatório;

IV. Sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Palmeira/SC, cujo domicílio eleitoral tenha sido fixado dentro de prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao pleito.

3. DOS REQUISITOS A CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 Somente poderão concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar, os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura fixados na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal n. 803/2019, a saber:

I. reconhecida idoneidade moral;

II. idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III. residência no Município;

IV. conclusão do ensino médio;

V. comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;

VI. não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

VII. não incidir nas hipóteses do art. 1o, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

VIII. não ser membro, no momento da publicação deste Edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
IX. não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

3.2 Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos:

- I. Certidão de Nascimento ou Casamento;
- II. Comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;
- III. Certificado de quitação eleitoral;
- IV. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual;
- V. Certidão negativa da Justiça Eleitoral;
- VI. Certidão negativa da Justiça Federal;
- VII. Certidão da Justiça Militar da União;
- VIII. Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio;

3.3 O candidato servidor público municipal deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

4. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO

4.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrasto ou madrasta e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.2 Estende-se o impedimento ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 As inscrições ficarão abertas do dia 12(doze) de novembro a 02 (dois) de dezembro de 2019, em horário de atendimento ao público, das 13h às 19h, na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Prefeitura Municipal de Palmeira/SC.

5.2 Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.

5.3 As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição.

5.4 No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar, ficha de inscrição para registro da candidatura, além dos documentos previstos no item 03 (três) deste edital.

5.5 Na hipótese de inscrição por procuração deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica e fotocópia de documento de identidade do procurador.

5.6 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e na Lei Municipal n. 803/2019, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral e pelo CMDCA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

5.7 O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de Inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 3 (três) deste edital.

5.8 A inscrição será gratuita.

5.9 É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

6.1 As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.

6.2 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.

6.3 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

6.4 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Municipal n. 803/2019 e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

6.5 A relação de inscrições deferidas será publicada no dia 06 (seis) de dezembro de 2019, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

6.6 O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, no período 09 (nove) a 10 (dez) de dezembro de 2019, no horário de atendimento ao público, na Secretaria Municipal de Assistência Social, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

6.7 A Comissão Especial Eleitoral deverá deliberar e apresentar o resultado dos recursos até o dia 13 (treze) de dezembro de 2019.

6.8 Da decisão de indeferimento da Comissão Especial Eleitoral o candidato poderá interpor novo recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 16 (dezesseis) e 17 (dezessete) de dezembro de 2019, no horário de atendimento ao público, na Secretaria Municipal de Assistência Social, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

6.9A divulgação do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como da lista de todos os candidatos cujas inscrições foram deferidas deverá ocorrer até dia 19 (dezenove) de dezembro de 2019, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

6.10 Publicada a relação de inscrições deferidas, qualquer pessoa poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 07 (sete) a 09 (nove) de janeiro

de 2020, no horário de atendimento ao público, na Secretaria Municipal de Assistência Social, admitindo-se o envio de impugnações por meio eletrônico, vedado o anonimato.

6.11 A publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela Comissão Especial Eleitoral deverá se dar até dia 10 (dez) de janeiro de 2020.

6.12 Os candidatos impugnados poderão interpor recurso junto a Comissão Especial Eleitoral até o dia 13 (treze) de janeiro de 2020, a qual deverá se manifestar em 24 (vinte e quatro) horas.

6.13 Publicação pela Comissão Especial Eleitoral do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos no dia 14 (quatorze) de janeiro de 2020

6.14 No caso de manutenção da impugnação pela Comissão Especial Eleitoral, o candidato poderá interpor recurso dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no dia 15 (quinze) de janeiro de 2020.

6.15 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após deliberação sobre os recursos interpostos, publicará a lista final dos candidatos aptos a participar da capacitação e da prova preambular, no dia 16 (dezesesseis) de janeiro de 2020.

6.16 No dia 18 (dezoito) de janeiro de 2020 será realizada a capacitação dos candidatos considerados aptos.

6.17 No dia 26 (vinte e seis) de janeiro de 2020, das 08h às 12h, será realizada a prova de conhecimentos sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, para a qual o candidato deve obter a nota mínima de 6,0 (seis).

6.18 A divulgação das notas ocorrerá até o dia 27 (vinte e sete) de janeiro de 2020, sendo possível a interposição de recurso pelos candidatos no período de 28 (vinte e oito) de janeiro de 2020.

6.19 Os recursos serão apreciados diretamente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deverá publicar decisão até o dia 29 de janeiro de 2020.

6.20 Os candidatos habilitados receberão um número de inscrição, composto por, no mínimo, 02 (dois) dígitos, distribuído em ordem alfabética, pelo qual se identificarão como candidato.

7. DA PROPAGANDA ELEITORAL

7.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

7.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e curriculum vitae.

7.3 A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados.

7.4 É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

7.5 Aplicam-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I. abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II. doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III. propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

IV. a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

V. a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

VI. a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VII. favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VIII. confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

IX. propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors ou carro de som;

X. propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a. considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b. considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c. considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser

d. equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

7.6 No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

I. Utilização de espaço na mídia;

II. Transporte aos eleitores;

III. Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

IV. Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

V. Propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

VI. Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

7.7 Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

7.8 Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

7.9 O candidato envolvido e o denunciante, bem como o Ministério Público, serão notificados das decisões da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

7.10 É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização dos candidatos.

7.11 É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

8. DA ELEIÇÃO

8.1 Os suplentes do Conselho Tutelar serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores aptos no cadastro da Justiça Eleitoral no

Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

8.2 A eleição suplementar será realizada no dia 29 de março de 2020, no horário das 8hs às 17hs.

8.3 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral até o dia 03 (três) de fevereiro de 2020, publicados nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

8.4 Nos locais de votação, deverá ser afixada lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.

8.5 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município no prazo de até 3 (três) meses antes do pleito eleitoral, cujo nome conste do caderno de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral.

8.6 Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores, nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.

8.7 O voto é sigiloso e o eleitor votará em cabina indevassável.

8.8 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.

8.9 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

8.10 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de este ser admitido a votar.

8.11 O eleitor votará uma única vez, em um único candidato, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

8.12 A votação se dará em urna eletrônica, cedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, com a indicação do respectivo número do candidato.

8.13 Caso não seja possível contar com a cessão das urnas eletrônicas, a votação se dará por meio de cédulas eleitorais impressas e padronizadas, aprovadas previamente pela Comissão Especial Eleitoral, constando, em sua parte frontal, espaço para o preenchimento do número do candidato, sem se admitir a indicação do nome dos candidatos.

8.14 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, indicados pela Comissão Especial Eleitoral.

8.15 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

8.16 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando a impossibilidade de comparecimento ao Mesário e ao Secretário, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se a impossibilidade se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

8.17 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial Eleitoral.

8.18 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial Eleitoral.

8.19 Não podem ser nomeados Presidente, Mesário ou Secretário:

I. Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II. O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III. As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

8.20 Os candidatos poderão indicar um fiscal para a seção eleitoral (local de votação), que deverão estar identificados por meio de crachá padronizado, encaminhando o nome e a cópia do documento de identidade destes à Comissão Especial Eleitoral até o dia 05 (cinco) de cinco de fevereiro de 2020.

9. DA APURAÇÃO

9.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou em local definido pela Comissão Especial Eleitoral, imediatamente após o encerramento do pleito eleitoral, contando com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Especial Eleitoral.

9.2 Após a apuração dos votos, poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.3 Após o término das votações, o Presidente, o Mesário e o Secretário da seção elaborarão a Ata da votação.

9.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação.

9.5 Os candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

9.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

10. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

10.1 O resultado da eleição será publicado no dia 30 (trinta) de março de 2020, em Edital publicado nos espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

10.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato da Prefeita Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

11. DO CALENDÁRIO

11.1 Calendário simplificado da inscrição para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar:

Data	Etapa
11/11/2019	Publicação do Edital
12/11 a 02/12/2019	Prazo para registro das candidaturas
06/12/2019	Publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela CEE.
09 a 10/12/2019	Prazo para interposição de recurso junto a CEE, ao candidato inabilitado
13/12/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
16 e 17/12/2019	Prazo ao candidato indeferido proceder interposição de recurso junto ao CMDCA
19/12/2019	Publicação, pelo CMDCA, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos, bem como, de edital informando o nome de todos os candidatos cuja inscrição foi deferida.
07 e 09/01/2020	Prazo para impugnação das candidaturas junto a CEE, pela população geral.
10/01/2020	Publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela CEE
13/01/2020	Prazo aos candidatos impugnados para interposição de recurso junto a CEE.
14/01/2020	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
15/01/2019	Prazo aos candidatos impugnados pela CEE, para interposição de recurso junto a CMDCA.
16/01/2020	Publicação da lista dos candidatos aptos a participar da capacitação e prova.
18/01/2020	Capacitação dos candidatos.
26/01/2020	Realização da prova
27/01/2020	Divulgação dos resultados
28/01/2020	Recurso dos candidatos não aprovados
29/01/2020	Publicação do resultado final da prova pelo CMDCA
03/02/2020	Divulgação dos locais e votação
29/03/2020	Eleição
30/03/2020	Publicação da apuração

11.2 Fica facultada à Comissão Especial Eleitoral e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover alterações do calendário proposto neste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1 As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 803/2019, sem prejuízo das demais leis afetas.

12.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

12.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

12.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.

12.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

12.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

12.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

12.8 O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

12.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital e das demais deliberações da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

12.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Otacílio Costa/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Palmeira, 11 de novembro de 2019

Papanduva

PREFEITURA

EDITAL DO PREGÃO 58/2019

Publicação Nº 2221553

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2019

Objeto: A presente licitação tem por objetivo aquisição de madeira de eucalipto e pinus para reforma de pontes, pontilhões e demais necessidades do Município para a Secretaria da Infraestrutura. Entrega dos envelopes: 22 de Novembro de 2019 às 09:00 h; Início da Sessão Pública: 09:15h – Base legal: Lei n.º 10.520/ 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 08 de Novembro de 2019. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

Passo de Torres

PREFEITURA

DECRETO 121/2019

Publicação Nº 2221763

DECRETO Nº 121, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 8º, Inciso I, da Lei Municipal n.º 1089 de 08 de novembro de 2018. DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada o orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta do provável excesso de arrecadação proveniente de recursos próprios, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no montante de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 12 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS

Atividade: 2.048 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0100 (126) Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

TOTAL R\$ 120.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior ocorrerão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos próprios (vinculação 00.0100) da Unidade Prefeitura Municipal de Passo de Torres, creditados nas contas correntes da Prefeitura Municipal de Passo de Torres.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 30 de outubro de 2019.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 30 de outubro de 2019.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 122/2019

Publicação Nº 2221764

DECRETO Nº 122, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 8º, Inciso I, da Lei Municipal n.º 1089 de 08 de novembro de 2018. DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta dos prováveis excessos de arrecadações provenientes de Recursos de Convênio de Trânsito no montante de R\$ 10.000,00 (Onde mil reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 12 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS

Atividade: 2.048 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0095(125) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação de recursos de convênio de trânsito (vinculação 00.0095) da Unidade Prefeitura Municipal de Passo de Torres, depositados na agência 0778-1 – Banco do Brasil, conta corrente n.º 17.137-9.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 30 de outubro de 2019.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 30 de outubro de 2019.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 123/2019

Publicação Nº 2221765

DECRETO Nº 123, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

“SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 8º, Inciso I, da Lei Municipal n.º 1089 de 08 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres, por conta do provável excesso de arrecadação proveniente de recursos do FNS (Atenção Básica), na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no montante de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.030 – Manutenção do ESF/PACS

Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00.00.0064(08) Transf. a Cons. Púb R\$ 100.000,00

TOTAL: R\$ 100.000,00

Art. 2º- Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres, por conta do provável excesso de arrecadação Incremento a Atenção Básica, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 no montante de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), no orçamento do Exercício de 2019, conforme abaixo especificado:

Art. 3º- Os recursos destinados a suplementação do Artigo anterior correrão por conta do provável excesso de arrecadação, na fonte de recurso 0064 – Recursos da Atenção Básica, que estão creditados na conta corrente nº 29.445-4, Agência 778-1, do B. Brasil Torres/RS.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 30 de outubro de 2019.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 30 de outubro de 2019.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 124/2019

Publicação Nº 2221766

DECRETO Nº 124, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

“DISPÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DE DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO QUANDO DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANO DE SAÚDE/CONÊNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de regulamentar a forma em que devem se dar descontos em folha de pagamento solicitados pelos servidores municipais;

Considerando que a remuneração é de livre disposição pelo servidor;

Considerando as facilidades, benefícios e descontos notoriamente concedidos a servidores públicos quando contratam serviços de plano de saúde/convênios a serem pagos por meio de desconto em folha;

DECRETA:

Art. 1º - Fica facultado aos servidores públicos municipais autorizarem descontos em folha de pagamento quando da contratação de serviços de plano de saúde/convênio, a fim de que os pagamentos à prestadora de serviço sejam descontados da remuneração do servidor e repassados pela municipalidade diretamente à credora;

Art. 2º - Os descontos ficam limitados a 30% dos rendimentos brutos, excetuando-se apenas os descontos de previdência e Imposto de Renda, conforme legislação vigente;

Art. 3º - os descontos devem ser autorizados pelo servidor por escrito, devendo dita autorização restar arquivada junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura;

Art. 4º - por ocasião da primeira solicitação de descontos em folha, os dados bancários da instituição credora deverão ser encaminhados por ela ao setor financeiro do Município, onde deverá ficar arquivada a correspondente comunicação;

Art. 5º - neste mesmo ato, o setor financeiro entregará à instituição credora, mediante recibo, cópia do presente Decreto;

Art. 6º - a autorização dada pelo servidor à instituição credora não implica em responsabilidade pelo Município de Passo de Torres, inclusive porque assunção de passivo deve sê-lo por Lei Municipal, o que não é o caso;

Art. 7º - Caso o servidor seja demitido, suspenso sem remuneração, goze de licença não remunerada, esteja em benefício previdenciário ou seja aposentado, bem assim em qualquer hipótese em que não esteja recebendo a remuneração diretamente do Município, o desconto em folha de pagamento será suspenso ou extinto, conforme o caso, nada podendo a instituição credora reclamar em relação à municipalidade;

Art. 8º - Nessas hipóteses, não é atribuível ao Município a responsabilidade de comunicar à credora do servidor a suspensão ou extinção dos descontos, sendo esta exclusivamente do servidor, considerando que a municipalidade não tem qualquer participação na relação contratual entre eles;

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 30 de outubro de 2019.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 30 de outubro de 2019.

Márcio Luiz Abatti
Secretário de Administração e Finanças

Paulo Lopes**PREFEITURA****DECRETO 54/2019 - LUTO OFICIAL (OSNILDA RODRIGUES VIEIRA).**

Publicação Nº 2221201

DECRETO Nº. 54/2019

Decreta Luto Oficial

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso das atribuições que lhe confere no inciso IV, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica decretado Luto Oficial em todo o município, no período de 03 (três) dias, a contar de 08 (oito) de novembro do corrente ano, pelo falecimento da professora Osnilda Rodrigues Vieira.

ART. 2º. – Todos os órgãos da administração pública do município manterão Luto Oficial durante o período de que trata o art. 1º. deste Decreto.

ART. 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 11 de novembro de 2019.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

DECRETO 55/2019

Publicação Nº 2221261

DECRETO Nº 55/2019

Autoriza o Município de Paulo Lopes a receber em doação da Sra. Dorvalina Terezinha Raupp a título gratuito e sem nenhum ônus ao erário municipal, uma área medindo 1.034,24m² (um mil trinta e quatro metros e vinte e quatro decímetros quadrados) referente à parte da extensão de via pública denominada Rua Manoel Felipe.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do art. 66, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, bem como com fulcro na Lei Municipal nº 1.617 de 23 de junho de 2014 que dispõe especificamente sobre autorização de doações:

Considerando que a doadora é proprietária de um imóvel devidamente matriculado sob nº 1.802 no Registro de Imóveis da Comarca de Garopaba-SC, que é atravessada por parte da via pública denominada Rua Manoel Felipe;

Considerando que a via pública denominada Rua Manoel Felipe faz a ligação entre os Bairros Centro; Santa Cruz; Morro Agudo; e, ainda ligação com a Rodovia BR 101;

Considerando que a referida via pública denominada Rua Manoel Felipe já existe há décadas como acesso principal de escoação de produtos agrícolas, pecuárias, madeiras e artefatos de cimento da região;

Considerando que a proprietária do imóvel necessita regularizar a respectiva matrícula, devido a parte da rua, atravessar seu imóvel

DECRETA:

Art. 1º. Autoriza o Município de Paulo Lopes a receber em doação da Sra. Dorvalina Terezinha Raupp proprietária do Imóvel objeto da Matrícula nº 1.802 do Registro de Imóveis de Garopaba-SC, medindo 1.034,24m² (um mil e trinta e quatro metros e vinte e quatro decímetros quadrados) situado no Bairro Santa Cruz, Município de Paulo Lopes, Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, conforme a seguinte descrição: início da descrição do perímetro no vértice A, de coordenadas N 6.902.200,12 m. e E 727.364,77 m., situado no limite com Rua Manoel Felipe (Ao Norte) deste, segue com azimute de 97°44'23" e distância de 10,00 m., confrontando neste trecho com Rua Manoel Felipe (Ao Norte), até o vértice B, de coordenadas N 6.902.198,78 m. e E 727.374,68m; deste, segue com azimute de 188°13'10" e distância de 25,53 m., confrontando neste trecho com Área remanescente – Matrícula 1.802 Livro 2 Ficha 1 R.I. de Garopaba (Ao Leste), até o vértice N, de coordenadas N 6.902.173,51 m. e E 727.371,03 m; deste, segue com azimute de 187°18'17" e distância de 17,52 m., confrontando neste trecho com Área remanescente – Matrícula 1.802 Livro 2 Ficha 1 R.I. de Garopaba (Ao Leste), até o vértice O, de coordenadas N 6.902.156,13 m. e E 727.368,80 m.; deste, segue com azimute de 183°28'15" e distância de 21,85 m., confrontando neste trecho com Área remanescente – Matrícula 1.802 Livro 2 Ficha 1 R.I. de Garopaba (Ao Leste), até o vértice P, de coordenadas N 6.902.134,32 m. e E 727.367,48 m.; deste, segue com azimute de 180°53'15" e distância de 19,88 m., confrontando neste trecho com Área remanescente – Matrícula 1.802 Livro 2 Ficha 1 R.I. de Garopaba (Ao Leste), até o vértice Q, de coordenadas N 6.902.114,44 m. e E 727.367,17 m.; deste,

segue com azimute de 178°47'33" e distância de 18,28 m., confrontando neste trecho com Área remanescente – Matrícula 1.802 Livro 2 Ficha 1 R.I. de Garopaba (Ao Leste), até o vértice J, de coordenadas N 6.902.096,16 m. e E 727.367,55 m.; deste, segue com azimute de 273°39'43" e distância de 10,04 m., confrontando neste trecho com Rua Manoel Felipe (Ao Sul), até o vértice K, de coordenadas N 6.902.096,80 m. e E 727.357,54 m.; deste, segue com azimute de 358°47'33" e distância de 17,62 m., confrontando neste trecho com Área a desmembrar 01 – Matrícula 1.802 Livro 2 Ficha 1 R.I. de Garopaba (Ao Oeste), até o vértice R, de coordenadas N 6.902.114,41 m. e E 727.357,17 m.; deste, segue com azimute de 0°53'13" e distância de 20,29 m., confrontando neste trecho com Área a desmembrar 01 – Matrícula 1.802 Livro 2 Ficha 1 R.I. de Garopaba (Ao Oeste), até o vértice S, de coordenadas N 6.902.134,70 m. e E 727.357,48 m.; deste, segue com azimute de 3°28'16" e distância de 22,41 m., confrontando neste trecho com Área a desmembrar 01 – Matrícula 1.802 Livro 2 Ficha 1 R.I. de Garopaba (Ao Oeste), até o vértice T, de coordenadas N 6.902.157,07 m. e E 727.358,84 m.; deste, segue com azimute de 7°18'19" e distância de 17,93 m., confrontando neste trecho com Área a desmembrar 01 – Matrícula 1.802 Livro 2 Ficha 1 R.I. de Garopaba (Ao Oeste), até o vértice U, de coordenadas N 6.902.174,86 m. e E 727.361,12 m.; deste, segue com azimute de 8°13'09" e distância de 25,53 m., confrontando neste trecho com Área a desmembrar 01 – Matrícula 1.802 Livro 2 Ficha 1 R.I. de Garopaba (Ao Oeste), até o vértice A, de coordenadas N 6.902.200,12 m. e E 727.364,77 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como o Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM, a título gratuito e sem nenhum ônus ao erário municipal.

Art. 2º. Antes da tradição do bem, deverá ser firmado contrato de doação entre o Município donatário e a Senhora Dorvalina Terezinha Raupp, doadora.

Art. 3º. Após a tradição, o imóvel recebido em doação se tornará propriedade do Município de Paulo Lopes-SC, que passará a ser responsável por todos os ônus inerentes.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal de Paulo Lopes

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 11 de novembro de 2019.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

CONTRATO 021/2019 FMAS

Publicação Nº 2221249

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA ASSOCIAÇÃO LAR DE IDOSOS AGAPE PARA SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS DE ACOLHIMENTO.

CONTRATO Nº 021/2019-FMAS de 01/11/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2019-FMAS
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019
HOMOLOGADO EM 01/11/2019

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado por seu Gestor, Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa ASSOCIAÇÃO LAR DE IDOSOS ÁGAPE com sede em Penha/SC, na Rua Anastácio Alves, n.230, Bairro Nossa Senhora de Fátima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 19.270.350/0001-04, neste ato representada por seu bastante procurador Senhor Rogério José Pereira, CPF nº 323.668.428-30, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem por objeto a contratação de entidade ou organização de Assistência Social para a execução de serviço de acolhimento em instituição de longa permanência – LP para idoso com vínculos familiares rompidos e vulnerabilidade financeira, que se encontra sob tutela do Município pelo período de 12 meses, conforme solicitação nº 139/2019 do Fundo Municipal de Assistência Social, anexo ao Processo, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência/Proposta de Preços, parte integrante do Processo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
01	VAGA PARA ACOLHIMENTO NA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANENCIA.	Mês	12	R\$2.950,00	R\$35.400,00
TOTAL GERAL				R\$ 35.400,00	

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 34.400,00 (Trinta e Quatro Mil e Quatrocentos Reais)

2.1 - O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias ao mês subsequente ao fornecimento do objeto juntamente com apresentação de Nota Fiscal Eletrônica devidamente aceita e certificado seu recebimento por meio de relatório emitido pelo responsável, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e as demais exigências administrativas em vigor.

2.2 - A nota fiscal deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista.

2.3 - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

2.4 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

3 - As despesas pertinentes ao objeto do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária pertencente ao Fundo Municipal de Assistência Social do Município:

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Elemento: 40.01.2.072.3.3.90.39.53.00.00.00 (21/2019)

CLÁUSULA QUINTA

5 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - Da Prestação dos Serviços:

7.1 – A Contratada deverá fornecer os serviços conforme a NOB-SUAS, compreendendo equipe mínima para os serviços de alta complexidade do Sistema Único da Assistência Social – SUAS abaixo especificados:

- a) 01 (um) profissional de nível superior ou médio para até 20 usuários acolhidos;
- b) 01 (um) profissional de nível médio cuidador para cada 10 (dez) usuários por turno;
- c) 01 (um) cuidador para cada 8 (oito) usuários com demanda específica;
- d) 01 (um) cuidador para cada 06 (seis) usuários quando houver dois ou mais usuários com demanda específica;
- e) 01 (um) profissional Assistente Social para o atendimento a no máximo 20 (vinte) usuários acolhidos em até dois equipamentos de alta complexidade para pequenos grupos;
- f) 01 (um) profissional Psicólogo para o atendimento a no máximo 20 (vinte) acolhidos em até dois equipamentos de alta complexidade para pequenos grupos.

7.2 - A Contratada deverá adotar ainda os seguintes critérios:

- a) Trabalhar a questão social de fortalecimento de vínculo familiar, considerando que a família possui vínculos fragilizados;
- b) Estar em conformidade com as leis de garantia de direito a pessoa humana – RDC/ANVISA nº 283 de 26 de setembro de 2005, que dispõe sobretudo o serviço e sobre o equipamento de acolhimento como um todo no amparo.

7.3 – Serão de responsabilidade da Contratada:

- a) Propiciar o exercício dos direitos humanos (civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e individuais) de seus residentes;
- b) Observar os direitos e garantias dos idosos, inclusive o respeito à liberdade de credo e a liberdade de ir e vir, desde que não exista restrição determinada;
- c) Preservar a identidade e a privacidade do idoso, assegurando um ambiente de respeito e dignidade;
- d) Promover ambiente acolhedor;
- e) Promover a convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência;
- f) Promover integração dos idosos, nas atividades desenvolvidas pela comunidade local;
- g) Favorecer o desenvolvimento de atividades conjuntas com pessoas de outras gerações;
- h) Incentivar e promover a participação da família e da comunidade na atenção ao idoso residente;
- i) Desenvolver atividades que estimulem a autonomia dos idosos;
- j) Promover condições de lazer para os idosos tais como: atividades físicas, recreativas e culturais;
- k) Desenvolver atividades e rotinas para prevenir e coibir qualquer tipo de violência e discriminação contra pessoas nela residentes;

7.4 - A categorização da instituição deve obedecer à normalização do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Coordenador da Política Nacional do Idoso;

7.5 – A Contratada deverá possuir um Responsável Técnico - RT pelo serviço, que possua nível superior, que responderá pela instituição junto à autoridade sanitária local, de acordo com o Regulamento Técnico da RDC Nº 283/2005 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

7.6 - A Contratada deverá organizar e manter atualizados e com fácil acesso, os documentos necessários à fiscalização, avaliação e controle social.

7.7 – O atendimento/acolhimento deverá realizar todos os serviços/atos/procedimentos necessários ao atendimento das pessoas acolhidas disponibilizando uma assistência integral, em observância a totalidade das considerações e deliberações presentes do Regulamento Técnico da RDC Nº 283/2005 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

7.8 - A Contratada que possuir profissional de saúde vinculado à sua equipe de trabalho, deve exigir registro desse profissional no seu respectivo Conselho de Classe;

7.9 – A Contratada deverá atender aos requisitos de infraestrutura física previstos neste Regulamento Técnico, além das exigências estabelecidas em códigos, leis ou normas pertinentes, quer na esfera federal, estadual ou municipal e, normas específicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas referenciadas no Regulamento Técnico da RDC Nº 283/2005 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

7.10 - Em caso de internação hospitalar, a CONTRATADA deverá notificar com brevidade a Secretaria de Saúde de Penha, bem como os familiares;

7.11 - Em caso de necessidade de medicamentos especializados, alimentação especial pertinente à doença, fraldas provenientes de enfermidade clínica, estas serão custeadas pelos familiares ou deverão ser requeridas junto à Secretaria de Assistência Social e Saúde do Município de Penha;

7.12 - Outras necessidades dos pacientes, ditas rotineiras e pertinentes à internação, que vierem a surgir no período do acolhimento, deverão ser supridas e custeadas pela CONTRATADA;

7.13 - Caso o paciente necessite realizar atividades externas de saúde, deverá ser realizado pelos familiares ou serem requeridos junto à Secretaria de Assistência Social ou Saúde do Município de Penha.

7.14 - A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

7.15 – O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA

8 – São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) Cumprir as condições especificadas na Cláusula Sétima, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com este instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;
- d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- f) A falta de profissionais, materiais ou outros que sejam necessários à prestação dos serviços não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- k) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO;

CLÁUSULA NONA

9 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 – O fornecimento contratado será acompanhado e fiscalizado por funcionário designado pela Secretaria de Assistência Social, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

11.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

17.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

17.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 01 de Novembro de 2019.

SÉRGIO DE MELLO
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social
Contratante

ASSOCIAÇÃO LAR DE IDOSOS AGAPE
Rogerio José Pereira
Contratado

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 125/2019, PREGÃO PRESENCIAL 57/2019

Publicação Nº 2221112

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, Para Registro de preços, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação nº 125/2019 – Pregão Presencial nº 57/2019.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de peças para a manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes a secretaria municipal de agricultura e secretaria de serviços municipais, conforme relação de itens constantes no Anexo I do edital.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15 do dia 22/11/2019.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30 do dia 22/11/2019.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 08 de novembro de 2019
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 126/2019, PREGÃO PRESENCIAL 58/2019

Publicação Nº 2221120

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação nº 126/2019 – Pregão Presencial nº 58/2019.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para realizar serviço de manutenção e recarga em extintores de incêndio de todos os prédios públicos do município de Peritiba, conforme relação de itens constantes no Anexo I deste edital.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, até às 14h15 do dia 22/11/2019.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h30 do dia 22/11/2019.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 08 de novembro de 2019
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 127/2019 PREGÃO PRESENCIAL 59/2019

Publicação Nº 2221726

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação nº 127/2019 – Pregão Presencial nº 59/2019.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios para merenda escolar para o 1º quadrimestre de 2020, conforme relação de itens constantes no Anexo I do edital.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h00 do dia 25/11/2019.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h15 do dia 25/11/2019.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 08 de novembro de 2019
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

DECRETO 146/2019

Publicação Nº 2221445

DECRETO N.º 146/2019

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO
E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso X, Art. 111, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo para comporem a Comissão do Processo Administrativo de Responsabilização, visando averiguar suposta prática de descumprimento de cláusula contratual nos autos do processo licitatório nº 08/2019 - PMP, Pregão Presencial nº 07/2019 - PMP, pelo fornecedor CARLOS ENRIQUE LUSSANI, CNPJ nº 19.941.698/0001-78.

Regina Inês Brand Lazzarin – Técnico em Compras - Presidente

Dândara Luisa Bazzei – Técnico Administrativo – Secretária

Liziane Klein Gaertner – Analista de Recursos Humanos – Membro

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da instalação, para a conclusão do Processo disciplinar.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Peritiba – SC., 08 de novembro de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado Em 08/11/2019	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

DECRETO 147/2019

Publicação Nº 2221446

DECRETO N.º 147/2019

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade

com o Inciso X, Art. 111, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias o prazo previsto no Decreto nº 123/2019, para conclusão do referido Processo Administrativo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Peritiba – SC., 08 de novembro de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado Em 08/11/2019	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

DECRETO 148/2019

Publicação Nº 2221448

DECRETO N.º 148/2019

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso X, Art. 111, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias o prazo previsto no Decreto nº 124/2019, para conclusão do referido Processo Administrativo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Peritiba – SC., 08 de novembro de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado Em 08/11/2019	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

DECRETO 149/2019

Publicação Nº 2221449

DECRETO N.º 149/2019

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso X, Art. 111, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias o prazo previsto no Decreto nº 125/2019, para conclusão do referido Processo Administrativo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Peritiba – SC., 08 de novembro de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado Em 08/11/2019	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

EXTRATO DE CONTRATO 158/2019

Publicação Nº 2220999

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Licitatório nº 124/2019, na modalidade Dispensa de Licitação nº 30/2019.

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização elaboração de projeto elétrico para decoração natalina da praça José Hilário Simon para o ano de 2019.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 158/2019

Contratada: ELETRO MM LTDA

CNPJ nº: 12.067.448/0001-01.

Valor: R\$ 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais).

Data de Vigência: 06/11/2019 a 31/12/2019.

Município de Peritiba – SC em 06 de novembro de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

PORTARIA 555/2019

Publicação Nº 2221397

PORTARIA Nº 555/2019

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o servidor ADRIANO NEI GASTMANN, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, Grupo 1, Nível 7, Classe "A", Licença por motivo de doença em pessoa da família, nos dias 06 e 07 de Novembro de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 06 de Novembro de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 06/Novembro/2019.	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 556/2019

Publicação Nº 2221399

PORTARIA Nº 556/2019

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARIZETE PETTER MALTAURO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 15, Classe "F", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 06 de Novembro de 2019 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 06 de Novembro de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 06/Novembro/2019.	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 557/2019

Publicação Nº 2221402

PORTARIA Nº 557/2019

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor JONATAN PAULO ANTUNES MACIEL, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINAS, Grupo 1, Nível 7, Classe "A", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 06 de Novembro de 2019, conforme atestado médico e declaração em anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 06 de Novembro de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 06/Novembro/2019.	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 558/2019

Publicação Nº 2221404

PORTARIA Nº 558/2019
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora JENIFER CRISTINA BENINI, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "A", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 06 de Novembro de 2019, conforme atestado médico em anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 06 de Novembro de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 06/Novembro/2019.	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 559/2019

Publicação Nº 2221405

PORTARIA Nº 559/2018
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a MARIELY CASADEI LEMKE, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, Grupo 2, Nível 2, Classe "A" Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 07 e 13 de Novembro de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 07 de Novembro de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 07/Novembro/2019	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 560/2019

Publicação Nº 2221408

PORTARIA Nº 560/2019
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111,

Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora GEISE GROSS, ocupante do cargo efetivo de CONTADOR, Grupo 2, Nível 7, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 07 de Novembro de 2019 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 07 de Novembro de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI



Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 07/Novembro/2019.	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

RESUMO DA ATA DO PL 119/2019 PR 54/2019

Publicação Nº 2221662

 Município de Peritiba Rua Frei Bonifácio, 63 - Centro - 89.750-000 - Peritiba/ SC CNPJ: 82.815.085/0001-20 Fone: (49) 3453-1122 prefeitura@peritiba.sc.gov.br http://www.peritiba.sc.gov.br		
Usuário: Dândara Luisa	Chave de Autenticação Digital 1638-5684-933	Página 1 / 1

Resultado do julgamento

Licitação: PR54/2019 **Data de abertura:** 06/11/2019 **Modalidade:** Pregão **Valor total estimado:** R\$ 214.236,00

Forma de julgamento: Lote

Tipo da licitação: Menor preço

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para possível contratação de serviços de carpinteiro, pintor, pedreiro e servente do tipo homem/dia para serviços a serem realizados no Município, de acordo com a demanda, conforme relação de itens constantes no Anexo I deste edital.

Lote	Tratamento	Denominação	Valor estimado (R\$)
1	Normal	Lote 01	40.890,00
	Colocação	Credor /Fornecedor	Valor Total (R\$)
1		4818 - EDERSON TERRAS DE OLIVEIRA	34.500,00
2		4558 - AZUL PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	40.500,00
3		2091 - DIMO CONSTRUCOES LTDA	40.800,00
2	Normal	Lote 02	136.791,00
	Colocação	Credor /Fornecedor	Valor Total (R\$)
1		4818 - EDERSON TERRAS DE OLIVEIRA	111.300,00
2		2091 - DIMO CONSTRUCOES LTDA	126.492,50
3		4558 - AZUL PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	132.500,00
3	Normal	Lote 03	36.555,00
	Colocação	Credor /Fornecedor	Valor Total (R\$)
1		4818 - EDERSON TERRAS DE OLIVEIRA	30.000,00
2		4558 - AZUL PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	36.000,00
3		2091 - DIMO CONSTRUCOES LTDA	36.555,00

Resumo dos licitantes vencedores

Credor /Fornecedor	Lote	Valor Total (R\$)
4818 - EDERSON TERRAS DE OLIVEIRA	1, 2, 3	175.800,00
	Total Geral	175.800,00

Petrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº. 092/2019

Publicação Nº 2220951

DECRETO Nº. 092, de 28 de Outubro de 2019.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1720 de 11 de Dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 14.680,00 (Catorze mil, seiscentos e oitenta reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 05 – SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTES E TURISMO

Unidade 01 – Secretaria de Juventude, Esportes e Turismo

Proj./Atividade – 2.030 – Apoio ao Esporte Amador

Elemento de Despesa – 3.3.50.00.00.00.00.00 – (105) Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Órgão 05 – SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTES E TURISMO

Unidade 01 – Secretaria de Juventude, Esportes e Turismo

Proj./Atividade – 2.030 – Apoio ao Esporte Amador

Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00.00 – (109) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários R\$ 13.680,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 14.680,00 (Catorze mil, seiscentos e oitenta reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 05 – SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTES E TURISMO

Unidade 01 – Secretaria de Juventude, Esportes e Turismo

Proj./Atividade – 2.030 – Apoio ao Esporte Amador

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (106) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários R\$ 14.680,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 28 de Outubro de 2019.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 093/2019

Publicação Nº 2220953

DECRETO Nº. 093, de 04 de Novembro de 2019.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1720 de 11 de Dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

Unidade 01 – Câmara Municipal de Petrolândia

Proj./Atividade – 2.001 Manutenção da Câmara de Vereadoras

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0025 (5) – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Órgão 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

Unidade 01 – Câmara Municipal de Petrolândia
Proj./Atividade – 2.001 Manutenção da Câmara de Vereadoras
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0025 (9) – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
Unidade 01 – Câmara Municipal de Petrolândia
Proj./Atividade – 2.001 Manutenção da Câmara de Vereadoras
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0025 (2) – Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 04 de Novembro de 2019.
JOEL LONGEN
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 094/2019

Publicação Nº 2220954

DECRETO Nº. 094, de 08 de Novembro de 2019.

CONSTITUI O COMITÊ DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE – COES, DESIGNA SEUS MEMBROS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com amparo no Inciso VII, do Art. 85, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituído junto à Secretaria Municipal de Saúde o Comitê de Operações de Emergência em Saúde – COES – Grupo Multidisciplinar e Intersetorial destinado a integrar as ações de saúde, para atuação em situações de emergência e Estado de Calamidade Pública, com o objetivo precípuo de coordenar as ações emergenciais da área da saúde, em consonância com as diretrizes do SUS.

Art. 2º. Ficam nomeados os membros a seguir relacionados para compor o Comitê de Operações de Emergência em Saúde – COES:

I –	Representante da Secretaria Municipal de Saúde: Mariza Terezinha Hemkemaier dos Santos
II –	Representante da Vigilância Sanitária Municipal: Gilmar Schappo
III –	Representante da Vigilância Epidemiológica Municipal: Rosimeri Geremias Farias
IV –	Representante Municipal de Endemias: Márcio da Silva
V –	Representante da Assistência Farmacêutica Municipal: Elias Quintão da Silva

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão a conta de dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 08 de Novembro de 2019.
JOEL LONGEN
PREFEITO MUNICIPAL

Pinhalzinho

PREFEITURA

214

Publicação Nº 2221437

DECRETO Nº 214/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no artigo 13 da Lei Municipal No 2.579/2018 de 20/12/2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional, Espécie Suplementar no valor de R\$ 82.800,00 (oitenta mil e oitocentos reais) no seguinte projeto/atividade do Orçamento Municipal abaixo:

06.001.0012.0306.0025.2034 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ENSINO INFANTIL (CRECHE)

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	13.000,00

08.001.0008.0244.0016.2040 – MANUTENÇÃO BLOCO DA GESTÃO IGD - PBF

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.35.0047	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	5.000,00

09.001.0020.0511.0018.1038 – SANEAMENTO NO MEIO RURAL

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	19.800,00

08.001.0008.0244.0006.2014 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	5.000,00

10.002.0015.0452.0009.2018 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERV. URBANOS

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	15.000,00

10.001.0026.0782.0019.2053 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	10.000,00

08.001.0008.0244.0016.2038 – MANUTENÇÃO BLOCO DE SERVIÇOS PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL ALTA COMPLEXIDADE

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
31900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional, espécie suplementar aberto no artigo 1º, ficam anulados R\$ 82.800,00 (oitenta e dois mil e oitocentos reais) na dotação orçamentaria no seguinte Projeto/Atividade:

06.001.0012.0306.0025.2034 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ENSINO INFANTIL (CRECHE)

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
44900000	0.1.00.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	13.000,00

08.001.0008.0244.0016.2040 – MANUTENÇÃO BLOCO DA GESTÃO IGD - PBF

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
44900000	0.1.35.0047	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	5.000,00

09.001.0020.0511.0018.1038 – SANEAMENTO NO MEIO RURAL

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
44900000	0.1.00.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	19.800,00

08.001.0008.0244.0006.2014 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
31900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	5.000,00

10.002.0015.0452.0009.2018 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERV. URBANOS

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
31900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	15.000,00

10.001.0026.0782.0019.2053 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
31900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	10.000,00

08.001.0008.0244.0016.2038 – MANUTENÇÃO BLOCO DE SERVIÇOS PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL ALTA COMPLEXIDADE

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho – SC, 07 de novembro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

215

Publicação Nº 2221438

DECRETO Nº 215/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

“DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE EMPENHOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente.

CONSIDERANDO a necessidade de adequar as contas a realidade do município e de que existe resto a pagar inscrito no exercício de 2015 não processado, que houve supressão do respectivo contrato devidamente publicado no site do município.

CONSIDERANDO que a contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação de liquidez do Município durante todo o exercício;

DECRETA:

Art. 1º Fica cancelado a despesa empenhada pelo Fundo Municipal de Saúde abaixo, inscrita em Resto a pagar não processado, sendo que houve supressão ao contrato nº 015/2014 conforme contrato administrativo nº 047/2016, publicado no site do município na data de 30/09/2016:

Ano	Nº Emp.	Dotação	Vínculo	Credor	Valor	Motivo
2015	1	11.001.0010.0301.0 012.1014.34490000 0000000	01380464	CONSTRUTORA FAIBER LTDA ME	5.065,66	Supressão ao contrato nº 015/2014

Art. 2º Após o cancelamento da inscrição da despesa como Resto a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual à conta de Despesas de Exercícios Anteriores ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.

Art. 3º O Resto a Pagar cancelado poderá ser restabelecido de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho – SC, 07 de novembro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

2632

Publicação Nº 2222579

LEI Nº 2.632/2019, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 397.000,00 (trezentos e noventa e sete mil reais) nos seguintes projetos/atividades do Orçamento Municipal vigente do Município de Pinhalzinho:

09.001.0020.0608.0018.2052 – PROGRAMA PORTEIRA PRA DENTRO

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	100.000,00

09.001.0020.0606.0007.2016 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	59.000,00

14.001.0009.0273.0013.0003 – PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	58.000,00

13.002.0023.0691.0022.2060 – FEIRAS E EVENTOS COMEMORATIVOS

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	150.000,00

12.002.0013.0392.0015.2073 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
-----------	----	---------------	-------

33500000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	30.000,00
----------	-------------	--	-----------

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º ficam anulados R\$ 397.000,00 (trezentos e noventa e sete mil reais) as dotações orçamentarias nos seguintes Projetos/Atividades:

09.001.0020.0541.0018.2050 – PROTEÇÃO DE FONTES

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	3.000,00

09.001.0020.0605.0018.2070 – INCENTIVOS A AGROINDÚSTRIAS

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	71.000,00

09.001.0020.0606.0018.2045 – INCENTIVO A HORA MÁQUINAS

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	50.000,00

09.001.0020.0608.0018.2047 – PINHALZINHO MAIS LEITE

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
44900000	0.1.00.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	10.000,00

09.001.0024.0722.0018.1037 – TELEFONIA E INTERNET NO MEIO RURAL

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
44900000	0.1.00.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	25.000,00

03.002.0004.0121.0003.1043 – CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CULTURA E EVENTOS

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
44900000	0.1.00.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	58.000,00

13.001.0022.0661.0022.2061 – INCENTIVO AO EMPREENDEDOR

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33500000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	180.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho – SC, aos 08 de Novembro de 2019

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra:

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

AVISO DE PRORROGAÇÃO CONCORRÊNCIA 002-2019 - PUBLICIDADE

Publicação Nº 2221570

MUNICIPIO DE PINHALZINHO - SC

AVISO PRORROGAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2019

Objeto: A contratação dos serviços objeto desta concorrência tem como objetivo o atendimento ao princípio da publicidade e ao direito à



informação, por meio de ações que visam difundir ideias e princípios, posicionar instituições e programas, disseminar iniciativas e políticas públicas, informando e orientando a população Pinhalense. Retifica-se o edital da concorrência pública nº 002/2019.

Fica PRORROGADA a abertura da licitação de 14/11/2019, às 08:45h PARA O DIA 21/11/2019 às 08:30h

Motivo: A presente prorrogação é justificável, vez que decorre de fato resultante de caso fortuito e força maior (provocada pelo falecimento de familiar de membro da comissão permanente de licitações).

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município pinhalzinho. atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras.02@pinhalzinho.sc.gov.br.

Pinhalzinho, SC, 08 de setembro de 2019.

Valquiria Astrigi

Pregoeira Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 088/2019

Publicação Nº 2220849

AVISO ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 088/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O Prefeito Municipal de Pinheiro Preto/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os interessados, que o Edital de Licitação nº 088/2019, modalidade Pregão Presencial, passou a vigorar com a seguinte alteração:

Onde se lê: 1.200 caixas de aproximadamente 275gr a unidade

Leia-se: 1.200 caixas com mínimo 275gr a unidade

ANEXO IX

LICITAÇÃO Nº 088/2019

PROPOSTA PADRONIZADA DE PREÇOS

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

Empresa: _____

Endereço: _____

CNPJ _____

Fone: _____

E-mail: _____

DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusas todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas e outros.

Para o objeto da presente licitação cotamos o seguinte valor:

ITEM	QUANTIDADE	PRODUTO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	1.200 caixas com mínimo 275gr a unidade	Caixas de bombom sortidos. (caixa com no mínimo 275gr)			

VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$ _____

VALIDADE DA PROPOSTA: _____

_____, DE _____ DEDE 2019.

ASSINATURA

CARIMBO

Desta forma, em razão das alterações, fica aprazada a data para 25/11/2019, até às 08:15 horas para recebimento dos envelopes contendo a proposta de preços e às 08:30 horas para abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

EDITAL DE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA Nº 02/2019

Publicação Nº 2221463

EDITAL DE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA Nº 02/2019 DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ARTE E PROFESSORES REGENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DOS ANOS INICIAIS EFETIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 41, da Lei complementar Municipal nº 112/2004 e de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, TORNA PÚBLICO que encontram-se abertas as inscrições para a alteração de carga horária temporária a todos os Professores Efetivos e Estáveis da Rede Municipal de Ensino das áreas de Educação Física, Professor de Arte e Professores Regente na Educação Infantil e Ensino Fundamental dos anos iniciais, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS VAGAS

1.1. Para o processo de concessão de ampliação de carga horária temporária para o ano letivo de 2020, serão oferecidas vagas excedentes.

1.2. Para o processo de concessão de vaga para prestação de serviço em regime suplementar será oferecido vagas vinculadas motivadas por afastamentos legais dos titulares, por aumento de turmas e demais necessidades do serviço.

1.3. Poderão participar da ampliação de carga horária os servidores efetivos e estáveis das áreas de atuação na Educação Física, Artes e Professores Regente na Educação Infantil e Ensino Fundamental dos anos iniciais com carga horária inferior a 40 (quarenta) horas semanais, que desejam alterar sua carga horária, desde que haja vaga disponível em uma das unidades educacionais.

1.4. Somente haverá ampliação de carga horária ou convocação do servidor para prestação de serviço em regime suplementar, quando:

- a) a vaga apresentada for na área de formação/ou atuação do servidor;
- b) o servidor participar formalmente deste edital;
- c) não haver incompatibilidade de horário, turma e turno;

1.5. As vagas disponíveis para ampliação de carga horária são para Professor de Educação Física, Professor de Artes e Professores Regente na Educação Infantil e Ensino Fundamental dos anos iniciais.

1.6. O presente Edital só permitirá a alteração de carga horária temporária para professores efetivos e estáveis, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais;

1.7. As vagas a serem preenchidas pelo presente Edital, isto é, já existentes ou que venham a existir futuramente, possuem caráter precário e provisório, deixando de existir em caso de desnecessidade da prestação do serviço público.

2. DOS IMPEDIMENTOS

2.1. Estão impedidos de participar da ampliação de carga horária os servidores:

- a) Que não façam parte do quadro do Magistério Público Municipal;
- b) Em estágio probatório;
- c) Afastados e/ou em licença (para tratar de interesse particular, maternidade ou para tratamento de saúde);
- d) À disposição de outros órgãos;
- e) Os profissionais que estiverem na condição de readaptados em outra função, por motivo de saúde, não poderão alterar a carga horária;
- f) Em desvio de função;

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições deverão ser realizadas no período de 08/11/2019 a 02/12/2019 na Secretaria Municipal de Educação sito Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111, centro, Pinheiro Preto/SC no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

3.2. Para a inscrição o interessado deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Ficha de inscrição devidamente preenchida (Anexo Único);
- b) Cópia da Portaria de nomeação ou do Termo de Posse para o cargo de professor efetivo da rede municipal de Ensino- Pinheiro Preto/SC;
- c) Cópia do Diploma referente ao cargo de atuação;
- d) Cópia do Documento de Identidade e CPF;
- e) Declaração do Tempo de Serviço atestando o tempo de vínculo como servidor efetivo do Município de Pinheiro Preto- SC, até a data de 30 de outubro de 2019.

4. DA CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

4.1. A classificação dar-se-á observando os seguintes critérios em ordem decrescente:

- a) Maior tempo de serviço no magistério público municipal contando o período de concurso público (vínculo como servidor efetivo do Município de Pinheiro Preto/SC);
- b) Maior idade.

4.2. A classificação será processada através da documentação solicitada no presente edital.

4.3. A lista de classificação provisória será publicada a partir do dia 04/12/2019 no Site do Município (www.pinheiropreto.sc.gov.br).

5. DO RECURSO DA CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

5.1. O candidato que discordar do resultado da classificação provisória deverá interpor recurso em até 02 (dois) dias úteis após sua publicação.

5.2. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Municipal de Educação de Pinheiro Preto.

5.3. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem.

5.4. Caso haja recursos inconsistente ou intempestivo, estes serão indeferidos preliminarmente.

5.5. Caso não haja manifestação da parte interessada, a lista de inscritos bem como a classificação provisória publicada, será considerada classificação final para dar-se andamento no processo.

6. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

6.1. A classificação final será publicada em conjunto com as decisões dos recursos apresentados, e será publicada no Site do Município (www.pinheiropreto.sc.gov.br), após decorrido o prazo de 02 (dois) dias úteis da publicação da lista de classificação provisória.

6.2. Após a publicação da lista de classificação final, não caberá mais recurso.

6.3. A classificação final será utilizada para escolha de vagas de ampliação de carga horária temporária.

7. DA ESCOLHA DE VAGA

7.1. A escolha de vagas será realizada no dia 16/12/2019 as 15 horas, no Auditório do Centro Educacional Padre Trudo Plessers, centro, Pinheiro Preto/SC

7.2. Qualquer alteração na data, local ou horário para escolha de vagas, será divulgada com antecedência aos interessados.

7.3. No ato da escolha o candidato deverá apresentar o documento de identidade.

7.4. O professor efetivo que escolher a vaga e desistir depois da escolha, perderá o direito à alteração temporária da carga horária.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS EFINAIS

8.1. Para efeito de remuneração, a carga horária ampliada, observada a proporcionalidade, terá o mesmo tratamento da outra carga horária efetiva.

8.2. O enquadramento da ampliação da carga horária, dar-se-á por portaria a partir de 03 de fevereiro de 2020.

8.3. O profissional classificado e que não tiver interesse em ampliar a sua carga horária, bem como assumir vaga para prestação de serviço no regime suplementar, assinará termo de desistência, passando seu nome a integrar o final da listagem de classificação.

8.4. O candidato que escolher vaga e não assumir ou desistir durante o exercício perderá todos os direitos previstos neste edital.

8.5. Na oferta da vaga, havendo incompatibilidade de horário, o candidato manterá a sua classificação para nova escolha.

8.6. A classificação dos candidatos objeto do presente edital terá validade para o ano de 2020, podendo ser prorrogado de acordo com o interesse e necessidade da administração.

8.7. A alteração de carga horária limita-se ao tempo da existência da vaga, sendo que o último a ampliar através deste edital será o primeiro a ter a mesma diminuída.

8.8. Os atos relativos a ampliação da carga horária de que trata este edital serão publicados no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) e no Site do Município (www.pinheiropreto.sc.gov.br).

8.9. A ampliação da carga horária de que trata o presente edital, será temporária e terá seu prazo de validade de acordo com o ano letivo de 2020, ou enquanto perdurar o afastamento do titular.

8.10. A alteração de carga horária regido por este Edital será válida apenas enquanto existirem as vagas reais ou transitórias, voltando-se à situação originária (com a redução da carga horária) deixando de existir a necessidade do serviço e respectiva ampliação.

8.11. Quanto ao remanejamento de vagas entre os inscritos que já escolheram as vagas, o mesmo poderá ser feito em comum acordo entre as partes e com autorização expressa da Secretaria Municipal de Educação.

8.12. A inscrição implica em conhecimento e aceitação das regras do presente Edital. A documentação é de total responsabilidade do inscrito, devendo trazer todos os documentos dos constantes no item 3 no ato da inscrição.

8.13. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Departamento de Pessoal deste Município, observada a legislação vigente.

8.14. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

FICHA DE INSCRIÇÃO EDITAL DE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA Nº 02/2019

Abre inscrição e baixa normas relativas ao Processo Seletivo para preenchimento de vagas de ampliação de carga horária e dá outras providências.

Cargo: _____

Inscrição nº.: _____

1 – Identificação do Candidato:

Nome: _____

Data de Nascimento.: _____

CPF nº: _____ RG nº.: _____

Endereço: _____

Município/UF: _____

Endereço eletrônico: _____

Telefone: _____

2 – Informações do Cargo Efetivo:

Cargo que ocupa: _____

Formação: _____

Nº da Portaria de Admissão: _____

Data da Portaria de Admissão: _____

Tempo de serviço na rede municipal de ensino: ____Anos ____Meses ____Dias____ (até 31/10/2018)

3 – Anexos – Documentos Obrigatórios:

Cópia do Decreto/Portaria de nomeação ou do Termo de Posse para o cargo de professor efetivo da rede municipal de Ensino de Pinheiro Preto –SC.

Cópia do Diploma referente ao cargo de atuação.

Cópia do Documento de Identidade e CPF.

Declaração do Tempo de Serviço atestando o tempo de vínculo como servidor efetivo do Município de Pinheiro Preto- SC, até a data de 30 de outubro de 2019.

4 – Assinatura:

Declaro estar ciente e de acordo com as normas do presente Edital de Ampliação de Carga Horária.

Pinheiro Preto/SC, ____/ ____/____.

Nome e Assinatura _____

5 – Uso da Secretaria de Educação e Departamento de Pessoal:

Motivo da Vaga de Ampliação da Carga Horária:

-Vagas vinculadas motivadas por afastamentos legais dos titulares.

Nome do Titular: _____

-Por aumento de turmas e demais necessidades do serviço.

Pinheiro Preto/SC, ____/ ____/____.

Nome e Assinatura

Nome e Assinatura Secretária de Educação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 41/2019 CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018

Publicação Nº 2221329

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 41/2019
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018**

Pedro Rabuske, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital n. 01/2018, CONVOCA a seguinte candidato aprovado no Concurso Público para apresentação de exames de saúde para análise de aptidão física:

CPF	NOME DO CANDIDATO	CARGO (Regime estatutário)
095.433.949-54	LUCAS FALCHETTI	Agente Administrativo

O candidato acima relacionado deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar os seguintes exames de saúde:

- Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
- Parcial de Urina;
- Raio-X do Tórax P.A e perfil;
- Raio X de coluna P.A e perfil – cervical e lombar
- ECG – eletrocardiograma com laudo.

1. Os EXAMES MÉDICOS deverão ser apresentados para Certificação, aos médicos Credenciados pelo Município, através de agendamento junto a Secretaria de Administração, pelos telefones 3562-2022 ou 3562-2000.

2. Além dos referidos exames, a candidata deverá apresentar exames complementares caso haja solicitação do Médico Credenciado pelo Município de Pinheiro Preto – SC, bem como os seguintes documentos:

- formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- Certificado de Reservista;
- Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
- Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
- CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira nacional do S.U.S;
- Certidão de Casamento;
- Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
- Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
- Carteira de Trabalho (CTPS);
- Comprovante de conta corrente bancária;
- Comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
- 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;

Analizados os exames e sendo o candidato considerado apto, o mesmo será, então, nomeado para o cargo, através de Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo.

OBS: A presente convocação para apresentação de exames de saúde não gera direito à nomeação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 08 de novembro de 2019.

Pedro Rabuske
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 551/2019

Publicação Nº 2221462

PORTARIA Nº 551, DE 08 DE novembro DE 2019.

NOMEIA Rodrigo Almeida Dresch PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE Diretor de Departamento de Ensino.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Rodrigo Almeida Dresch, brasileiro, inscrito no CPF sob n. 099.336.749-60, residente e domiciliado na Rua Juscelino Kubitschek, no Município de Tangara -SC, para o cargo de provimento em comissão de "Diretor de Departamento de Ensino", carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 08 de novembro de 2019.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 552/2019

Publicação Nº 2221578

PORTARIA Nº 552, DE 08 DE Novembro DE 2019.

DESIGNA édina volpato mariani OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE técnico em recursos humanos, PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA CONFORME DETERMINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º.- DESIGNAR, édina volpato mariani, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 054.362.749-78, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Recursos Humanos, para exercer função gratificada de Diretora Executiva do IPREPI, conforme Lei nº 241 de 12 de dezembro de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de 11 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 08 de novembro de 2019.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA DE Nº 550, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221279

PORTARIA DE Nº 550, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

REVOGA O EDITAL DE CONVOCAÇÃO 39/2019 REFERENTE A PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, no uso das atribuições previstas no art. 227 da Lei Municipal Complementar nº 016 de 17 de novembro de 1992, com fundamento no art. 213, inciso II, art. 215, inciso III e art. 216 da referida Lei:

Considerando o ofício Nº 0076/2019 qual solicita que seja feito o chamamento da profissional de enfermagem classificada em primeiro lugar no processo seletivo 001/2019 para atuar no setor de regulação, tendo em vista que a contratação será em caráter emergencial e terá vigência até a criação do cargo, bem como realização do respectivo concurso público para a vaga.

Considerando que a Lei Complementar Municipal 194/2013, estabelece no seu art. 2º, II permissivo legal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público dar-se-á as contratações temporárias que visem assegurar na falta de pessoal efetivo de qualquer cargo, inclusive do magistério, a continuidade da prestação dos serviços.

Considerando que o município em nenhum momento demonstrou interesse na criação de mais um cargo e enfermeiro no município.

Considerando que o município de Pinheiro Preto, possui servidora efetiva no cargo de enfermeira, Scheley Raap do Nascimento, nomeada pela portaria de nº 044/2003, onde, além de exercer atividades de gestão e burocráticas, exerce também atividades técnicas, como por exemplo plantões, de acordo com o especificado no portal da transparência municipal. Dessa forma, poderia esta executar atividades de regulação momentaneamente até a solução da presente demanda.

Considerando a súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, estabelece que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar o edital de convocação 39/2019, no qual JOSIELI RECALCATTI BOGONI, foi convocada para exercer suas atividades em caráter temporário na Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social.

Art. 2º Tendo em vista que as atividades de regulação não demandam a carga horário de 40 horas semanais por parte do profissional enfermeiro, encaminhar para a secretária de saúde elaborar minucioso parecer técnico demonstrando a necessidade da criação de mais um cargo. Descrevendo as atividades a serem executadas além da regulação.

Art. 3º Após a constatação da real necessidade da criação do cargo e o respectivo encaminhamento da propositura legislativa a câmara de vereadores convoque-se a servidora de acordo com a lista de classificação a exercer o cargo como agente temporário, até a realização do respectivo concurso público.

Pinheiro Preto - SC, 08 de novembro de 2019.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

DECRETO Nº1211/2019

Publicação Nº 2221345

DECRETO Nº 1211/2019, de 08 de novembro de 2019.

Abre crédito suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 273.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.490/2018, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2019 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 13.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 13.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.041 – Ações de Atenção Básica do FMS

Modalidade: 49 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0031 – Pessoal e Encargos R\$ 273.000,00

TOTAL: R\$ 273.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na seguinte fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 0.1.0031 – PAB – Piso de Atenção Básica R\$ 273.000,00

TOTAL: R\$ 273.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 08 de novembro de 2019.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93
Em 08 de novembro de 2019

Giovani Gelson Meneghel

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº1212/2019

Publicação Nº 2221356

DECRETO Nº 1212/2019, de 08 de Novembro de 2019.

Abre crédito suplementar por conta da anulação de dotações no valor de R\$ 152.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.490/2018, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2019 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Unidade: 07.01 – Departamento de Ensino

Projeto/Atividade: 2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade: 26 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0003 – Pessoal e Encargos R\$ 42.000,00

Órgão: 07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Unidade: 07.01 – Departamento de Ensino

Projeto/Atividade: 2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade: 27 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0004 – Pessoal e Encargos R\$ 110.000,00

TOTAL: R\$ 152.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

Órgão: 07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Unidade: 07.01 – Departamento de Ensino

Projeto/Atividade: 2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade: 29 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0004 – Outras Despesas Correntes R\$ 152.000,00

TOTAL: R\$ 152.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 08 de novembro de 2019.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93

Em 08 de novembro de 2019

Giovani Gelson Meneghel

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº1213/2019

Publicação Nº 2221371

DECRETO Nº 1213/2019, de 08 de Novembro de 2019.

Abre crédito suplementar por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 290.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.490/2018, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2019 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Unidade: 07.01 – Departamento de Ensino

Projeto/Atividade: 2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade: 26 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0003 – Pessoal e Encargos R\$ 245.000,00

Órgão: 07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Unidade: 07.01 – Departamento de Ensino

Projeto/Atividade: 2.010 – Manutenção do Ensino Infantil

Modalidade: 34 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0003 – Pessoal e Encargos R\$ 45.000,00

TOTAL: R\$ 290.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação e da tendência de excesso até o final do exercício na seguinte fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 0.1.0003 – Excesso de Arrecadação – Fundeb 60% R\$ 90.000,00

Fonte de Recursos – 0.1.0004 – Excesso de Arrecadação – Fundeb 40% R\$ 200.000,00

TOTAL: R\$ 290.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 08 de novembro de 2019.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93

Em 08 de novembro de 2019

Giovani Gelson Meneghel

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 4946/2019

Publicação Nº 2221347

DECRETO Nº 4946/2019, de 05 de novembro de 2019.

DISPÕE SOBRE A LIBERAÇÃO DE CAUCIONAMENTO DE LOTE URBANO NESTE MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 94 da Lei Complementar nº 026/2010.

DECRETA:

Art. 1º. Fica liberado de caucionamento, nas condições deste ato, o seguinte lote urbano:

- Quadra 37: Lote nº. 06, neste município no "Loteamento Soleni Janete Bet", o qual foi caucionado em garantia da execução das obras e serviços mencionados no projeto e de acordo com o decreto nº 4387/2015.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em, 05 de novembro de 2019.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 4947/2019

Publicação Nº 2221459

DECRETO Nº 4947/2019, DE 05 de novembro de 2019.

NOMEIA MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME, DO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE/SC.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída e nomeada a Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Planalto Alegre/SC, conforme a Lei nº 0747/2015 de 19/06/2015, que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do município.

Art. 2º São atribuições da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

I – Coletar dados, anualmente, em fontes de pesquisas oficiais e instituir indicadores confiáveis relativos à educação em âmbito municipal;

II – Relacionar metas e estratégia de forma cronologia;

III – Analisar as estratégias anuais de monitoramento, emitir nota técnica quando necessário, para futura revisão do Plano Municipal de Educação;

IV – Apresentar e encaminhar as fichas de monitoramento à Comissão Coordenadora do PME;

V – Elaborar a versão preliminar e revisão do Plano Municipal de Educação e encaminhar o documento à Secretaria Municipal de Educação para análise e validação;

VI – Divulgar anualmente os resultados do monitoramento e das avaliações, do cumprimento das metas e estratégias do PME, nos respectivos sítios institucionais da internet e em outros meios de divulgação que a Secretaria Municipal de Educação entender necessários;

VII – Verificar previsões orçamentárias e participar efetivamente da elaboração do PPA - LDO e LOA do município;

VIII – Verificar prazos e o período de validação (bianaual);

IX – Verificar e analisar a evolução dos indicadores que foram definidos;

X – Verificar se os indicadores estão apropriados para aferir as metas do PME.

Art. 3º Nomear, para compor a Equipe Técnica que constará no presente decreto, os seguintes membros:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- a) Genecir Terezinha Bressan Deoti
- b) Ivanete Damo Boniatti
- c) Marilce Maestri Felippi

II – Representantes da Secretaria de Administração e Finanças:

- a) Ana Paula Rohrbek Chiarello
- b) Odirlei Hans

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o disposto no decreto nº 4830/2018.

Planalto Alegre, SC, 05 de Novembro de 2019.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registe-se e Publique-se.

DECRETO 4948/2019

Publicação Nº 2221508

DECRETO Nº 4948/2019, DE 05 de novembro de 2019.

NOMEIA MEMBROS PARA CONSTITUIR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME, DO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE/SC.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

DECRETA:

Art.1º- Fica nomeada a Comissão de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação – PME de Planalto Alegre/SC, conforme a Lei nº 747/2015 de 19/06/2015, que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do município.

I – Conselho Municipal de Educação - CME:

Titular: Onofre Bet Stocco

Suplente: Graciosa Pagliari Celuppi

II – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Genecir Terezinha Bressan deoti

Suplente: Ivanete Damo Boniatti

III – Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social e Câmara de Vereadores:

Fabio Luiz Guimaraes de Quadros Be

Jucilvania Cecchetti

Claudia Dallacorte

Gecica Maiara de Mello

IV – Fórum Municipal de Educação:

Titular: Marilce Maestri Felippi

Suplente: Salete Pagliari Chiarello

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario, especialmente o disposto no decreto nº 4711/2017.

Planalto Alegre/SC, em, 05 de Novembro de 2019.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 149/2019

Publicação Nº 2221344

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 149/2019

RESCINDE O CONTRATO DE TRABALHO TEMPORARIO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PRISCILA CARARO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir o contrato de trabalho temporário da servidora pública municipal Priscila Cararo, ocupante do cargo de Nutricionista - NASF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, regime estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em, 14 de Outubro de 2019.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 150/2019

Publicação Nº 2221341

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 150/2019

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL MARI LUCI MORASWKI DE CHAVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade a Servidora Pública Municipal MARI LUCI MORASWKI DE CHAVES, lotado(s) na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do dia 03/11/2019 a 30/04/2020, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 07 de Novembro de 2019.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 151/2019

Publicação Nº 2221339

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 0151/2019

EXONERA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL SENHORA DARIANI RAVAZIO DO CARGO DE PSICÓLOGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido, a partir do dia 07 de Novembro de 2019 a Servidora Publica Municipal, Senhora DARIANI RAVAZIO do cargo de Psicóloga lotada na Secretaria Municipal Saúde e Assistência Social cargo que exercia desde 15 de Julho de 2019.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre/SC, em, 08 de Novembro de 2019.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 067 / 2018 - PRORROGAÇÃO

Publicação Nº 2220989

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 067 / 2018

Processo Administrativo n.º 067 / 2018. Pregão presencial n.º 037 / 2018. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA – EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE IMPRESSÃO, COM O FORNECIMENTO DE COPIADORAS (OUTSOURCING DE IMPRESSÃO), QUE DEVERÃO SER NOVAS E DE PRIMEIRO USO, EM LINHA DE FABRICAÇÃO, PARA REPRODUÇÃO DE CÓPIAS E IMPRESSÕES MONOCROMÁTICAS E COLORIDAS, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (INCLUINDO O PAPEL), ALÉM DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS NOVAS (NÃO REMANUFATURADAS), PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de vigência: até 31/10/2020. Valor mensal: R\$26.760,00 (Vinte e seis mil e setecentos e sessenta reais). Valor Total do Contrato: R\$321.120,00 (Trezentos e vinte e um mil e cento e vinte reais). Justificativa: Em conformidade com o Artigo 57, Inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93 e a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 067 / 2018, tendo em vista tratar-se de utilização de serviços contínuos de impressão, com o fornecimento de copiadoras (outsourcing de impressão), que deverão ser novas e de primeiro uso, em linha de fabricação, para reprodução de cópias e impressões monocromáticas e coloridas, com fornecimento de todos os insumos necessários à execução dos serviços (incluindo o papel), além de assistência técnica especializada e reposição de peças originais novas (não remanufaturadas), PRORROGA-SE o prazo de execução do presente contrato por mais 12 (doze) meses, tendo em vista da continuidade ao serviço prestado, autorizado o reajuste pelo Índice (INPC) do período em 2,9236% do valor previsto na Clausula Quinta do Contrato Administrativo nº067 / 2018 para R\$26.760,00 mensais.

Pomerode / SC, 21 de Outubro de 2019.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

1º TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO 003 / 2019 CONV - ALTERAÇÃO DE FILIAL

Publicação Nº 2220981

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO N.º 003 / 2019 ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Convênio nº 003 / 2019. Conveniente: MUNICÍPIO DE POMERODE. Conveniado: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL SENAI / SC – POMERODE. Objeto: O presente convênio tem por objeto a execução dos cursos de Iniciação Profissional, a saber, Iniciação Profissional Nível I, Iniciação Profissional Nível II, e o Programa de Orientação Profissional em Mecatrônica, para turmas de no máximo 30 (trinta) alunos, durante um período de 10 (dez) meses, para 06 (seis) turmas de alunos, sendo 02 (duas) turmas de alunos para o Curso de Iniciação Profissional I (uma no período matutino e uma no período vespertino), e 02 (duas) turmas de alunos para o Curso de Iniciação Profissional II (uma no período matutino e uma no período vespertino) com uma carga horária de 116h (cento e dezesseis horas), e 02 (duas) turmas de alunos (uma no período matutino e uma no período vespertino), para o Programa de Orientação Profissional em Mecatrônica, com uma carga horária de 140h (cento e quarenta horas). Valor Total Contratado: R\$157.824,00 (cento e cinquenta e sete mil e oitocentos e vinte e quatro reais). Justificativa: ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO DE PARCEIRIA Em conformidade com a Cláusula Oitava do Convênio n.º 003 / 2019, tendo em vista que SENAI/SC possui uma filial devidamente estabelecida no Município de Pomerode e que os cursos contratados neste Convênio serão ministrados e executados por esta filial fica acordado que a emissão de nota fiscal e os pagamentos ficam de responsabilidade da Unidade SENAI de Pomerode. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode – Conveniente / Mario Cezar de Aguiar, Fabrizio Machado Pereira Responsáveis legais, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Senai / SC - Conveniado.

Pomerode / SC, 10 de Outubro de 2019.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

7º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049 / 2018 -ACRÉSCIMO/VALOR (EQUILÍBRIO)

Publicação Nº 2221521

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**7º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 049 / 2018
ACRÉSCIMO E VALOR (EQUILÍBRIO)**

Processo Administrativo n.º 078 / 2018. Dispensa de Licitação n.º 008 / 2018. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: DIFATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIPO 1 [PROINFÂNCIA / FNDE], INSTALADO NA RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º 10.285, BAIRRO TESTO CENTRAL, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 1.510,23 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO PROCESSO LICITATÓRIO, COM RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAC2 10025/2014. Valor (Equilíbrio) - R\$ 5.995,98 (cinco mil, novecentos e noventa e cinco reais e noventa e oito centavos). Valor de Acréscimo: R\$25.943,67 (vinte e cinco mil, novecentos e quarenta e três reais e sessenta e sete centavos). Totalizando: R\$ 31.939,65 (trinta e um mil, novecentos e trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos). Justificativa: De acordo com a Lei Federal n.º 8.666/1993 e em conformidade com a Cláusula Nona do Contrato Administrativo n.º 049 / 2018, o presente contrato terá um acréscimo de valores unitários de 0,0195%, em atendimento a solicitação da empresa devido a correções e alinhamento das paredes. Em vistoria do fiscal da obra consistiu na verificação da espessura das paredes em pontos distintos em espessura de reboco, espessura do tijolo e espessura total da parede em anexo relatório apresentado. Conforme solicitação de reequilíbrio físico financeiro referente ao Boletim de Medição nº 12. Em conformidade com o Parecer Jurídico nº 226 / 2019 a atualização de valores e correção do período conforme cálculo da diferença em anexo. Representando o valor de reequilíbrio do período de acordo com os demonstrativos apresentados e em conformidade art. 65 da Lei nº 8.666/93. Assim considerando cláusula quinta do contrato administrativo 049 / 2018.

Pomerode / SC, 04 de Novembro de 2019.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

DECRETO Nº 3738, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221028

DECRETO Nº 3738, DE 01 DE Outubro DE 2019

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PELAS UNIDADES GESTORAS DO PODER EXECUTIVO NO PROCESSO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO 2019 E ABERTURA DE 2020 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere que lhe conferem o art. 62, inciso III, e art. 74, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Os procedimentos disciplinados neste Decreto atendem às normas de Direito Financeiro previstas nas legislações federal e estadual, possibilitam o cumprimento dos prazos legais estabelecidos para a elaboração e divulgação de demonstrativos contábeis consolidados e propiciam a disponibilização de informações contábeis tempestivas para os processos de tomada de decisão.

Art. 2º O cronograma de atividades e as datas a serem observadas na execução orçamentária, financeira e contábil estão definidos neste Decreto.

Art. 3º A execução orçamentária e financeira deve observar o princípio da anualidade do orçamento previsto no art. 2º da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o disposto neste Decreto.

CAPÍTULO II**DOS CRÉDITOS ADICIONAIS, DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA**

Art. 4º - As Unidades Gestoras interessadas em alterar suas dotações orçamentárias, até o montante das cotas financeiras estabelecidas, deverão encaminhar à Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária o Formulário da Proposta de Alteração Orçamentária, devidamente assinado, impreterivelmente até o dia 20 de novembro de 2019.

CAPÍTULO III**DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO**

Art. 5º Fica estabelecido o dia 06 de Dezembro de 2019 o último dia para empenhamento de despesas das Unidades Gestoras do Poder Executivo para todas as fontes de recursos.

§ 1º Para o empenhamento de despesa, será considerada a data-calendário, não se aplicando o disposto no caput deste artigo às despesas referentes:

I. Folha de pagamento;

II. Encargos Sociais e Trabalhistas;

III. Contratos de Dívida Fundada;

IV. Despesas autorizadas, em caráter excepcional, desde que devidamente justificadas e autorizadas pela Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária, observado o disposto no inciso II do art. 50 da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 6º Os empenhos de 2019, pendentes de liquidação e/ou pagamento, só poderão ser inscritos em Restos a Pagar caso sejam de

competência do exercício de 2019, devendo ser analisados pelo Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF) e anuídos pelo ordenador de despesa. Os empenhos de despesa que não cumprirem os requisitos descritos acima deverão ser cancelados até o prazo de encerramento do exercício orçamentário e financeiro.

§1º Os empenhos com os respectivos documentos fiscais, devem ser encaminhados até o dia 06 de dezembro de 2019, devidamente Liquidado, ao Departamento de Contabilidade e Finanças (Prefeitura e SAMAE) para a análise e o registro contábil da liquidação.

§2º Os empenhos ordinários e os saldos dos empenhos globais e estimativos referentes ao exercício de 2019, cujas despesas não foram efetivamente realizadas devem ser estornados (anulados), impreterivelmente até o dia 13 de dezembro de 2019 com as devidas justificativas das respectivas Secretarias que se originou com auxílio do Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

§3º Somente podem ser inscritas em "Restos a Pagar" as despesas de competência do exercício financeiro, considerando-se como despesa liquidada aquela em que o serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e aceito pelo contratante e como não liquidada, mas de competência do exercício, aquela em que o serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e que se encontre, em 31 de dezembro de cada exercício financeiro, em fase de verificação do direito adquirido pelo credor.

Art. 7º Fica autorizada a antecipação do pagamento das retenções em geral e consignações da folha de pagamento do mês de dezembro, cujo vencimento ocorrerá no exercício seguinte.

Art. 8º Após o término do exercício poderão ser pagas por dotações para Despesas de Exercícios Anteriores, quando devidamente reconhecidas e justificadas pela autoridade competente e obedecida, sempre que possível, em ordem cronológica, as seguintes despesas:

I. não processadas em época própria, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldosuficiente para atendê-las;

II. de "Restos a Pagar" com prescrição interrompida; e

III. relativas a compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.

Parágrafo Único: Os empenhos e pagamentos à conta de Despesas de Exercícios Anteriores somente poderão ser realizados quando houver os seguintes elementos:

I. reconhecimento expresso da dívida pela autoridade competente;

II. justificativa pela ausência de registro da despesa na época oportuna.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.9º Fica previsto para o dia 29 de janeiro de 2020 o limite final do prazo para o encerramento do balanço da Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias, relativos ao exercício de 2019.

Art. 10º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 01 de Outubro de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3739/2019 DE 01/10/2019

Publicação Nº 2220940

DECRETO Nº 3739/2019

DE 01/10/2019

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE EMPENHOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DAS SEGUINTE UNIDADES GESTORAS: PREFEITURA M. DE POMERODE, FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO M. DE SAÚDE, SERVIÇO AUTÔNOMO M. DE ÁGUA E ESGOTO, FUNDO DE APOSENDORIA E PENSÕES E A FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica,

CONSIDERANDO que existem restos a pagar inscritos nos exercícios de 2017 e 2018, que não foram processados, restando, portanto, a faculdade administrativa de proceder a anulação dos documentos;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º do Decreto Nº 20.910/1932 em que as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 68 do Decreto nº 93.872/1986, em que a inscrição de despesas como Restos a Pagar será automática, no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho, desde que satisfaça às condições estabelecidas;

CONSIDERANDO o disposto no § 2o Art. 68 do Decreto nº 93.872/1986, em que a inscrição de restos a pagar na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subseq-ente ao de sua inscrição, ressalvado o disposto no § 3o do mesmo;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 69 do Decreto Nº 93.872/1986, em que após o cancelamento da inscrição da despesa como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 359-F da Lei nº 10.028/2000, dos crimes contra as finanças públicas, onde penaliza o Gestor que deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pela Prefeitura de Pomerode, não realizadas e/ou não pagas, inscritas em Restos a Pagar Não Processado, conforme anexo 01.

Art. 2º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Fundo Municipal de Assistência Social, não realizadas e/ou não pagas, inscritas em Restos a Pagar Não Processado, conforme anexo 02.

Art. 3º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Fundo Municipal de Saúde de Pomerode, não realizadas e/ou não pagas, inscritas em Restos a Pagar Não Processado, conforme anexo 03.

Art. 4º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, não realizadas e/ou não pagas, inscritas em Restos a Pagar Não Processado, conforme anexo 04.

Art. 5º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Fundo de Aposentadoria e Pensões, não realizadas e/ou não pagas, inscritas em Restos a Pagar Não Processado, conforme anexo 05.

Art. 6º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pela Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode (FUNPEEL), não realizadas e/ou não pagas, inscritas em Restos a Pagar Não Processado, conforme anexo 06.

Art. 7º - Após o cancelamento da inscrição das despesas como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual à conta de Despesas de Exercícios Anteriores ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.

Art. 8º - Os Restos a Pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 9º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 01 de Outubro de 2019.

ERCIO KRIEK

Prefeito Municipal

ANEXO 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE						
Ano	Empenho	Tipo	Vínculo	Credor	Total a Pagar	
Tipos de Restos: Inscrito Não-Processado						
Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito						Motivo do Cancelamento
2018	10731	Ord	01000000	EZCUZÊ AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA	60,00	Despesa não efetuada.
2018	10732	Ord	01000000	DANIEL ZIMMER-MANN	1.200,00	Despesa não efetuada.
Órgão: 04 - Secretaria de Governo						Motivo do Cancelamento
2018	8146	Ord	01000000	JOAO FERNANDO KOWALESKI	30,00	Despesa não efetuada.
Órgão: 05 - Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente						Motivo do Cancelamento
2018	7619	Ord	01120000	AUTO CENTER SERVIÇOS LTDA	40,00	Despesa não efetuada.
2018	7731	Ord	01000000	NC COMUNICAÇÕES S/A	698,32	Despesa não efetuada.
2018	8089	Ord	01120000	MOTORAMA MOTOS LTDA	15,00	Despesa não efetuada.
2018	8854	Ord	01120000	MEGA PSI COMÉRCIO LTDA	25,50	Despesa não efetuada.
Órgão: 06 - Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária						Motivo do Cancelamento
2017	10399	Ord	01000000	MANGIERI, MELO & CIA CURSOS E EDITORA LTDA - ME	390,00	Conforme art. 69 do Decreto 93.872/86.
2018	260 - 0	Glo	01000000	AGIR	323,34	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	6021	Ord	01000000	MEGA PSI COMÉRCIO LTDA	25,50	Despesa não efetuada.
2018	6896	Ord	01000000	L.C. EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI	564,40	Conforme art. 69 do Decreto 93.872/86.
2018	8796	Ord	03000004	ACN COMÉRCIO DE PRODUTOS DE TRÂNSITO LTDA - EPP	4.800,00	Despesa não efetuada.
Órgão: 07 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora						Motivo do Cancelamento
2018	64 - 0	Glo	01010000	JORNAL DE POMERODE EDITORA LTDA	17.340,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.

2018	1247 - 0	Glo	01360000	EDITORA IBPEX LTDA	2.150,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	1405	Ord	01010000	REFOPA JOLI DISTRIBUIDORA DE REVISTAS E LIVROS LTDA	306,77	Despesa não efetuada.
2018	2083	Ord	03360000	J.P. DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.	1.400,00	Despesa não efetuada.
2018	2153	Ord	01010000	RC NUHS COMÉRCIO LTDA.	345,68	Despesa não efetuada.
2018	2156	Ord	01010000	RC NUHS COMÉRCIO LTDA.	87,68	Despesa não efetuada.
2018	2179	Ord	01010000	PAUL NUBER & FILHOS LTDA EPP	280,00	Despesa não efetuada.
2018	2385	Ord	01000000	CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTAS DO BRASIL	54,00	Despesa não efetuada.
2018	3007	Ord	03360000	BONZÃO INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	1.320,00	Despesa não efetuada.
2018	3061	Ord	01010000	TORTEN E MIL'S EVENTOS LTDA	252,00	Despesa não efetuada.
2018	4020	Ord	01360000	ADAM DISTRIBUIDORA LTDA EPP	67,00	Despesa não efetuada.
2018	5015 - 0	Est	01360000	3A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI	3.530,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	5017 - 0	Est	01360000	MANOTTI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI	10.122,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	5204	Ord	03010000	RAFAEL RICARDO DRAEGER	320,00	Despesa não efetuada.
2018	6026	Ord	03010000	BONZÃO INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	2.180,00	Despesa não efetuada.
2018	6143 - 0	Est	01360000	RENO VOIGTLANDER	11.487,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	6144 - 0	Est	01360000	L.C. EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI	16.310,72	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	6269	Ord	01000000	FILTROS MARWILT LTDA	200,00	Despesa não efetuada.
2018	7878	Ord	01360000	MAYCON WILL EIRELI EPP	135,00	Despesa não efetuada.
2018	7880	Ord	01360000	ECO COMÉRCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI - ME	88,14	Despesa não efetuada.
2018	8011	Ord	03010000	ECO COMÉRCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI - ME	59,67	Despesa não efetuada.
2018	8611 - 0	Est	03010000	MEGA PSI COMÉRCIO LTDA	127,50	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	8723	Ord	01360000	3A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI	92,57	Despesa não efetuada.
2018	8729	Ord	01000000	EMPRESA DE TRANSPORTES E TURISMO TIO MARIO LTDA	226,00	Despesa não efetuada.

2018	8766	Ord	01360000	MANOTTI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI	316,00	Despesa não efetuada.
2018	8787 - 0	Est	01360000	CENTRAL ELÉTRICA VALE DO ITAJAÍ EIRELI	985,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	9752	Ord	01360000	REFOPA JOLI DISTRIBUIDORA DE REVISTAS E LIVROS LTDA	331,20	Despesa não efetuada.
2018	10022	Ord	01360000	BONZÃO INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	1.050,50	Despesa não efetuada.
2018	10058 - 0	Est	03360000	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA	2.129,50	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	10059 - 0	Est	03360000	J.P. DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.	14.951,20	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	10060 - 0	Est	03360000	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	6.605,20	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	10061 - 0	Est	03360000	PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA EPP	1.771,60	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	10062 - 0	Est	01360000	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA	339,90	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	10063 - 0	Est	03360000	BONZÃO INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	1.485,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	10064 - 0	Est	01010000	BONZÃO INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	1.855,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	10065 - 0	Est	01010000	BMI PROSPER EIRELI EPP	852,65	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	10066 - 0	Est	03360000	MAYCON WILL EIRELI EPP	411,50	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	10067 - 0	Est	01010000	MAYCON WILL EIRELI EPP	411,50	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	10068 - 0	Est	03360000	VERDESAN COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA ME	1.785,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	10069 - 0	Est	01010000	VERDESAN COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA ME	1.785,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	10461 - 0	Est	03360000	VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI	1.695,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	10487	Ord	01000000	ELETROTÉCNICA E REFRIGERAÇÃO RIEGEL LTDA	222,00	Despesa não efetuada.
2018	10576 - 0	Est	01010000	ERSILIO REINICKE OFICINA MECÂNICA LTDA	2.000,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	10577 - 0	Est	01010000	ERSILIO REINICKE OFICINA MECÂNICA LTDA	2.106,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	10578 - 0	Est	01010000	AUTO ELÉTRICA KURI LTDA	500,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.

2018	10579 - 0	Est	01010000	AUTO ELÉTRICA KURI LTDA	540,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	10580 - 0	Est	01010000	MECANICA ATIVA LTDA	1.000,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	10581 - 0	Est	01010000	MECANICA ATIVA LTDA	825,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	10619 - 0	Est	03010000	RAFAEL RICARDO DRAEGER	120,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	10741	Ord	03010000	SUPERMERCADO WKAMP LTDA	29,16	Despesa não efetuada.
Órgão: 08 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos						Motivo do Cancelamento
2017	10461 - 0	Glo	01000000	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	7,70	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	239	Ord	01000000	AGROPECUÁRIA E SELARIA RB BOA-VENTURA LTDA	33,00	Despesa não efetuada.
2018	1274	Ord	01000000	KRUEGER COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS LTDA	40,00	Despesa não efetuada.
2018	1936 - 0	Glo	01000000	RADIAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI	18.651,14	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	6981 - 0	Est	01000000	ENGENFOX TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS EIRELI	12.780,60	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	7057	Ord	01000000	NC COMUNICAÇÕES S/A	698,32	Conforme art. 69 do Decreto 93.872/86.
2018	8613 - 0	Glo	03000006	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	821,92	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	8949 - 0	Glo	03000006	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	604,10	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	8950 - 0	Glo	03000006	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	5.460,28	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	9126	Ord	01000000	MUNHOZ COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES EIRELI	1.108,00	Despesa não efetuada.
2018	9821 - 0	Glo	01000000	TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA	1.129,22	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	9823 - 0	Glo	03000006	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	36.016,91	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	10040	Ord	01000000	MUNHOZ COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES EIRELI	359,60	Despesa não efetuada.
2018	10465	Ord	01000000	GOEDE HAUS CENTER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP	298,00	Despesa não efetuada.
2018	11690 - 0	Glo	01000000	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	17.847,93	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	11691 - 0	Glo	01000000	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	13.485,72	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	11692 - 0	Glo	01000000	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	12.470,64	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
Órgão: 09 - Secretaria de Desenvolvimento Rural						Motivo do Cancelamento
2018	1121	Ord	01000000	KRUEGER COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS LTDA	35,00	Despesa não efetuada.
2018	2465	Ord	01000000	AUTO ELÉTRICA KURI LTDA	68,00	Despesa não efetuada.
2018	10039	Ord	01000000	MUNHOZ COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES EIRELI	1.780,00	Despesa não efetuada.
Órgão: 12 - Secretaria de Turismo e Cultura						Motivo do Cancelamento

2018	1503	Ord	01000000	KRUEGER COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS LTDA	132,00	Despesa não efetuada.
2018	2114	Ord	01000000	G A LTDA	1.024,04	Despesa não efetuada.
2018	4208	Ord	01000000	BONZÃO INDUSTRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	16,50	Despesa não efetuada.
Ano	Empenho	Tipo	Vínculo	Credor	Total a Pagar	
Tipos de Restos: Inscrito Não-Processado						Motivo do Cancelamento
2018	4209	Ord	01000000	J.P. DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.	61,00	Despesa não efetuada.
2018	6159	Ord	01000000	SUPERMERCADO WKAMP LTDA	14,58	Despesa não efetuada.
2018	6836	Ord	01000000	SUPERMERCADO WKAMP LTDA	94,77	Despesa não efetuada.
2018	10785 - 0	Est	01000000	ERVIN SCHMIDT & FILHOS LTDA	2.826,94	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
Órgão: 13 - Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação						Motivo do Cancelamento
2018	4974 - 0	Glo	01000000	UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A	650,00	Despesa não efetuada.

ANEXO 02 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL DE POMERODE

Ano	Empenho	Tipo	Vínculo	Credor	Total a Pagar	
Tipos de Restos: Inscrito Não-Processado						
Órgão: 21 - Fundo Municipal de Assistência Social						Motivo do Cancelamento
2018	546	Ord	03350400	TCMS TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	549,00	Despesa não efetuada.

ANEXO 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Ano	Empenho	Tipo	Vínculo	Credor	Total a Pagar	
Tipos de Restos: Inscrito Não-Processado						
Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde						Motivo do Cancelamento
2018	340	Ord	03380201	AHGORA SISTEMAS S/A	150,00	Despesa não efetuada.
2018	1182 - 0	Glo	03380208	CONETEL TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA	639,80	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	1185 - 0	Glo	01020000	CONETEL TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA	639,80	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	1187 - 0	Glo	03020000	CONETEL TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA	280,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	2634	Ord	01380002	JEFERSON LOPES 03659856940	240,00	Despesa não efetuada.

ANEXO 04 - SAMAE

Ano	Empenho	Tipo	Vínculo	Credor	Total a Pagar	
Tipos de Restos: Inscrito Não-Processado						
Órgão: 15 - Serviço Autonomo Municipal de Agua e Esgoto						Motivo do Cancelamento
2018	1224	Ord	02000000	FACCINA DALTORA - EQUIP. DE SEGURANÇA LTDA EPP	857,11	Despesa não efetuada.

ANEXO 05 - FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Ano	Empenho	Tipo	Vínculo	Credor	Total a Pagar	
Tipos de Restos: Inscrito Não-Processado						
Órgão: 16 - Fundo de Aposentadoria e Pensão de Pomerode						Motivo do Cancelamento
2018	86 - 0	Glo	01030000	SERVMED CLÍNICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA	4.690,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	210 - 0	Glo	01030000	CONECTEL TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA	499,80	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.

ANEXO 06 - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER						
Ano	Empenho	Tipo	Vínculo	Credor	Total a Pagar	
Tipos de Restos: Inscrito Não-Processado						
Órgão: 14 - Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer						Motivo do Cancelamento
2018	132	Ord	01000000	AGRI LAT IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA	490,00	Despesa não efetuada.
2018	217	Ord	01000000	FEDERAÇÃO CATARINENSE DE CICLISMO	300,00	Despesa não efetuada.
2018	223	Ord	01000000	SUPERMERCADO WKAMP LTDA	58,32	Despesa não efetuada.
2018	297 - 0	Est	01000000	TURISMO RODOCID LTDA	1.284,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2018	325	Ord	01000000	CLUBE DE XADREZ DE BLUMENAU	600,00	Despesa não efetuada.
2018	332	Ord	01000000	DEMOCRATA RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA	1.680,00	Despesa não efetuada.
2018	436	Ord	01000000	MEGA PSI COMÉRCIO LTDA	25,50	Despesa não efetuada.
2018	517	Ord	01000000	FEDERACAO CATARINENSE DE XADREZ	230,00	Despesa não efetuada.
2018	537	Ord	01000000	ZENITE ENGENHARIA LTDA	19.000,00	Despesa não efetuada.
2018	563	Ord	01000000	EMPRESA DE TRANSPORTES E TURISMO TIO MARIO LTDA	18,84	Despesa não efetuada.
2018	691	Ord	01000000	FEDERAÇÃO CATARINENSE DE CICLISMO	600,00	Despesa não efetuada.
2018	809	Ord	01000000	BONZÃO INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	45,00	Despesa não efetuada.
2018	857	Ord	01000000	SOPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	100,00	Despesa não efetuada.
2018	875	Ord	01000000	KRUEGER COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS LTDA	91,00	Despesa não efetuada.

DECRETO Nº 3740/2019 DE 01/10/2019

Publicação Nº 2221612

DECRETO Nº 3740/2019

DE 01/10/2019

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE EMPENHOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE E DO FUNDO MUNICIPAL DE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, CONSIDERANDO a necessidade de adequar as contas a realidade do município e de que existem restos a pagar inscritos no exercício de 2014 processados que já se encontram prescritos e/ou de que não ocorreu neste período, nenhuma manifestação das empresas prestadoras dos serviços contratados em receber o pagamento.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º do Decreto Nº 20.910/1932 em que as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 69 do Decreto Nº 93.872/1986, em que após o cancelamento da inscrição da despesa como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 359-F da Lei nº 10.028/2000, dos crimes contra as finanças públicas, onde penaliza o Gestor que deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei;

CONSIDERANDO o Parecer da SEORI/AUDIN – MPU nº 1.735/2016 em que os restos a pagar processados que já atingiram o prazo prescricional de cinco anos devem ser cancelados;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pela Prefeitura de Pomerode, inscritas em Restos a Pagar Processados, conforme anexo 01, os fornecedores/prestadores de serviços que não se manifestarem no prazo a que se refere o parágrafo 1º do art. 3º.

Art. 2º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Fundo Municipal de Saúde, inscritas em Restos a Pagar Processado, conforme anexo 02, os fornecedores/prestadores de serviços que não se manifestarem no prazo a que se refere o parágrafo 1º do art. 3º.

Art. 3º - Após o cancelamento da inscrição das despesas como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual à conta de Despesas de Exercícios Anteriores ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.

§1º - Os fornecedores e prestadores de serviços que tenham dívidas empenhadas inscritas em restos a pagar processados e identificados no presente Decreto deverão comprovar a interrupção do prazo prescricional até o dia 29/11/2019, mediante protocolo junto a Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária.

Art. 5º - Os Restos a Pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 01 de Novembro de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

ANEXO 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE						
Ano	Empenho	Tipo	Vínculo	Credor	Total a Pagar	
Tipos de Restos: Inscrito Processado						
Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito						Motivo do Cancelamento
2014	2456	Ord	01000000	TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTOS DA COMARCA DE POMERODE/SC	5,30	Artigo 1º do Decreto Nº 20.910/1932.
Órgão: 06 - Secretaria de Administração e Fazenda						Motivo do Cancelamento
2014	2556	Ord	01000000	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	359,90	Artigo 1º do Decreto Nº 20.910/1932.
Órgão: 08 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos						Motivo do Cancelamento
2014	4610	Ord	01000000	AUTO ELÉTRICA KURI LTDA	150,00	Artigo 1º do Decreto Nº 20.910/1932.
ANEXO 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
Ano	Empenho	Tipo	Vínculo	Credor	Total a Pagar	
Órgão: 11 - Secretaria de Saúde						Motivo do Cancelamento

2014	643	Ord	03380301	JLM - CLINICA DE REABILITACAO LTDA	3.385,75	Artigo 1º do Decreto Nº 20.910/1932.
------	-----	-----	----------	------------------------------------	----------	--------------------------------------

DECRETO Nº 3746/2019 DE 22/10/2019

Publicação Nº 2220955

DECRETO Nº 3746/2019
DE 22/10/2019

SUPLEMENTA PELO SUPERÁVIT A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE GESTORA: FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, III da Lei nº 3.020/2018 de 08/11/2018:

DECRETA

Art. 1º - Fica SUPLEMENTADO pelo SUPERÁVIT financeiro, no orçamento vigente da Fundação Promotora de Eventos Esportes e Lazer de Pomerode, o valor de R\$50.000,00 (Cinq-enta mil reais) na seguinte classificação orçamentária:

14	Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer	
001	Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer	
0027.0812.0090.2018	Manutenção do Desporto Amador e Estudantil	
3300000000000000	Despesas Correntes	
3330000000000000	Outras Despesas Correntes	
3339000000000000	Aplicações Diretas	
03000000	Recursos ordinários	50.000,00

Art. 1º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de Outubro de 2019.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 22 de Outubro de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3747/2019 DE 22/10/2019

Publicação Nº 2220960

DECRETO Nº 3747/2019
DE 22/10/2019

SUPLEMENTA PELO SUPERÁVIT AS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE GESTORA: MUNICÍPIO DE POMERODE. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS MUNICÍPIO DE POMERODE E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, III da Lei nº 3.020/2018 de 08/11/2018 e Lei nº 3057/2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica SUPLEMENTADO pelo SUPERÁVIT financeiro, no orçamento vigente do Município de Pomerode, o valor de R\$227.114,00 (duzentos e vinte e sete mil, cento e quatorze reais¹) na seguinte classificação orçamentária:

06	Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária	
003	Fundo de Reequip. do Corpo de Bombeiros Militar	
0004.0122.0030.2060	Manutenção do Funrebom	
3400000000000000	Despesas de Capital	
3440000000000000	Investimentos	
3449000000000000	Aplicações Diretas	
03000001	Recursos Ordinários - FUNREBOM	227.114,00
	TOTAL	227.114,00

Art. 2º - Fica SUPLEMENTADO pelo SUPERÁVIT financeiro, no orçamento vigente do Município de Pomerode, o valor de R\$32.663,78 (trinta e dois mil, seiscentos e sessenta e três reais, setenta e oito centavos) na seguinte classificação orçamentária:

07	Secretaria de Educação e Formação Empreendedora
----	---

001	Ensino Fundamental	
0012.0361.0040.2011	Manutenção do Transporte Escolar	
33000000000000	Despesas Correntes	
33300000000000	Outras Despesas Correntes	
33390000000000	Aplicações Diretas	
03620200	Transporte Escolar Estado	32.663,78
	TOTAL	32.663,78

Art. 3º - Fica anulado no orçamento vigente do Município de Pomerode, o valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) da seguinte classificação orçamentária:

06	Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária	
001	Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária	
0004.0122.0030.2006	Manutenção das Atividades Administrativas	
33000000000000	Despesas Correntes	
33100000000000	Pessoal e Encargos	
33190000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos ordinários	80.000,00
	TOTAL	80.000,00

Art. 4º - Por conta das anulações discriminadas no Art. 3º, fica suplementado o valor de R\$80.000,00 (Oitenta mil reais) da seguinte classificação orçamentária:

06	Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária	
001	Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária	
0004.0122.0030.2006	Manutenção das Atividades Administrativas	
33000000000000	Despesas Correntes	
33300000000000	Outras Despesas Correntes	
33390000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos ordinários	80.000,00
	TOTAL	80.000,00

Art. 5º - Fica anulado no orçamento vigente do Município de Pomerode, o valor de R\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais) da seguinte classificação orçamentária:

13	Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação	
001	Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação	
0008.0244.0140.2051	Manutenção das Atividades do Desenvolvimento Social	
33000000000000	Despesas Correntes	
33100000000000	Pessoal e Encargos	
33391000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos ordinários	72.000,00
	TOTAL	72.000,00

Art. 6º - Por conta das anulações discriminadas no Art. 5º, fica suplementado o valor de R\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais) da seguinte classificação orçamentária:

13	Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação	
001	Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação	
0008.0244.0140.2051	Manutenção das Atividades do Desenvolvimento Social	
33000000000000	Despesas Correntes	
33300000000000	Outras Despesas Correntes	
33393000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos ordinários	72.000,00
	TOTAL	72.000,00

Art. 7º - Fica anulado no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) da seguinte classificação orçamentária:

19	Fundo Municipal de Saúde	
002	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
0010.0302.0060.2103	Manutenção Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
33000000000000	Despesas Correntes	
33300000000000	Outras Despesas Correntes	
33390000000000	Aplicações Diretas	
01380307	MAC Federal (APAE)	40.000,00

	TOTAL	40.000,00
--	-------	-----------

Art. 8º - Por conta das anulações discriminadas no Art. 7º, fica suplementado o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) da seguinte classificação orçamentária:

19	Fundo Municipal de Saúde	
002	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
0010.0302.0060.2103	Manutenção Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
3300000000000000	Despesas Correntes	
3330000000000000	Outras Despesas Correntes	
3339000000000000	Aplicações Diretas	
01380301	MAC - Média e Alta Complexidade - FEDERAL	40.000,00
	TOTAL	40.000,00

Art. 9º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de Outubro de 2019.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 22 de Outubro de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3751/2019 DE 28/10/2019

Publicação Nº 2220949

DECRETO Nº 3751/2019

DE 28/10/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2019, PROVENIENTES DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NAS SEGUINTE UNIDADES GESTORAS: MUNICÍPIO DE POMERODE, FUNDO M. DE SAÚDE E FUNPEEL.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, I da Lei nº 3.020/2018 de 08/11/2018:

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar, provenientes do PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, na Unidade Gestora Município de Pomerode, no valor de R\$580.950,00 (quinhentos e oitenta mil, novecentos e cinq-enta reais), conforme especificado na tabela abaixo.

Órgão	Secretaria de Governo
Dotação	04.001.0004.0122.0020.2004.34490 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Governo
Vínculo	01000000 – Recursos Ordinários
Valor	130.950,00
Órgão	Secretaria de Obras
Dotação	08.001.0026.0782.0070.2020.33390 - Manutenção da Secretaria de Obras
Vínculo	01000000 – Recursos Ordinários
Valor	235.000,00
Dotação	08.001.0015.0451.0070.1011.34490- Pavimentação de Ruas e Calçadas
Vínculo	01000000 – Recursos Ordinários
Valor	215.000,00
Total	580.950,00

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar, provenientes do PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, na Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$15.880,00 (quinze mil oitocentos e oitenta reais), conforme especificado na tabela abaixo.

Órgão	Fundo Municipal de Saúde
Dotação	19.004.0010.0305.0060.2108.33390 – Man. da Vigilância Epidemiológica
Vínculo	01380404 - Incentivo Financ. Contra Agravos Imunopreveníveis
Valor	15.880,00
Total	15.880,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar, provenientes do PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, na Unidade Gestora FUNPEEL, no valor de R\$153.000,00 (cento e cinq-enta e três mil reais), conforme especificado na tabela abaixo.

Órgão	Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer de Pomerode
-------	---

Dotação	14.001.0027.0812.0090.2018.33390 - Manutenção do Desporto Amador e Estudantil
Vínculo	01000000 – Recursos Ordinários
Valor	153.000,00
Total	153.000,00

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28 de Outubro de 2019.

Município de Pomerode, 28 de Outubro de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3753/2019 DE 04/11/2019

Publicação Nº 2221924

DECRETO Nº 3753/2019

DE 04/11/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2019, provenientes de Anulação de Dotação Orçamentária.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º da Lei nº 3.020/2018 de 08/11/2018:

Considerando o Ofício nº 173/2019 do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, em que justifica a necessidade de anulação de parte do valor previsto no elemento 31 (Pessoal e Encargos) e sua respectiva suplementação no elemento 33 (Serviço/Manutenção) no Contrato de Rateio nº 2018/04 destinados à Gestão Ambiental no Licenciamento para o Exercício de 2019;

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a ANULAR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, na Unidade Gestora Município de Pomerode, conforme especificado na tabela abaixo.

Órgão	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente
Dotação	05.001.0018.0542.0050.2028.33171 - Controle de Poluição e Fiscalização do Meio Ambiente
Vínculo	03000000 – Recursos Ordinários
Valor	17.053,42
Total	17.053,42

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, por conta da anulação discriminada no Art. 1º, autorizado a abrir crédito suplementar na Unidade Gestora Município de Pomerode, conforme especificado na tabela abaixo.

Órgão	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente
Dotação	05.001.0018.0542.0050.2028.33371 - Controle de Poluição e Fiscalização do Meio Ambiente
Vínculo	03000000 – Recursos Ordinários
Valor	17.053,42
Total	17.053,42

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Novembro de 2019.

Município de Pomerode, 04 de Novembro de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3754/2019 DE 04/11/2019

Publicação Nº 2221931

DECRETO Nº 3754/2019

DE 04/11/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL (SUPLEMENTAR E ESPECIAL) NO ORÇAMENTO DE 2019, PROVENIENTES DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º da Lei nº 3.020/2018 de 08/11/2018 e Lei 3.057/2019:

CONSIDERANDO o provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 01390000;
CONSIDERANDO o superávit financeiro do exercício anterior;
CONSIDERANDO os restos a pagar cancelados no exercício de 2019 (Prejulgado do TCE/SC nº 2202);

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar, provenientes do PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADACÃO, na Unidade Gestora Município de Pomerode, conforme especificado na tabela abaixo.

Órgão	Secretaria de Obras
Dotação	08.001.0015.0451.0070.1011.34490 - Pavimentação de Ruas e Calçadas
Vínculo	01390000 – Fundo Especial Petróleo e Transf. Dec. de Comp. Financ. pela Exp.Rec. Naturais
Valor	72.580,00

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar, provenientes do SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, na Unidade Gestora Município de Pomerode, conforme especificado na tabela abaixo.

Órgão	Secretaria de Obras
Dotação	08.001.0015.0451.0070.1011.34490 - Pavimentação de Ruas e Calçadas
Vínculo	03000000 – Recursos Ordinários
Valor	77.182,83
Total	77.182,83

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar, provenientes do SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, oriundo do cancelamento dos restos a pagar (Decreto 3739/2019) na Unidade Gestora Município de Pomerode, conforme especificado na tabela abaixo.

Órgão	Secretaria de Obras
Dotação	08.001.0015.0451.0070.1011.34490 - Pavimentação de Ruas e Calçadas
Vínculo	03000000 – Recursos Ordinários
Valor	52.817,17
Dotação	08.001.0026.0782.0070.2020.34490 - Manutenção da Secretaria de Obras
Vínculo	03000000 – Recursos Ordinários
Valor	1.202,80
Total	54.019,97

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar, provenientes do SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, na Unidade Gestora Município de Pomerode, conforme especificado na tabela abaixo.

Órgão	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente
Dotação	05.001.0006.0181.0030.2113.33390 - Man. da Sinalização/ Eng. de Tráfego/ Campo - Trânsito
Vínculo	03120000 – Convênio trânsito - prefeitura
Valor	50.000,00
Total	50.000,00

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Novembro de 2019.

Município de Pomerode, 04 de Novembro de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL / CONCORRÊNCIA N.º 003 / 2019 - FUNPEEL

Publicação Nº 2221366

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER - FUNPEEL
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 003 / 2019 – FUNPEEL

Processo Administrativo n.º 009 / 2019 - FUNPEEL.

Objeto: PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PÚBLICO, POR ATO UNILATERAL, A TÍTULO PRECÁRIO E REMUNERADO, DE ESPAÇOS E ÁREAS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE POMERODE – PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS FRANCISCO CANOLA TEIXEIRA, VISANDO A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS PONTOS DE ALIMENTAÇÃO E DE PARQUE DE DIVERSÕES PARA A 37ª EDIÇÃO DA FESTA POMERANA, A REALIZAR-SE DE 15 A 26 DE JANEIRO DE 2020, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E ANEXOS. Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 12/12/2019.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 12/12/2019.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 08 de Novembro de 2019.

ARLINDO EWALD

Presidente da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode - FUNPEEL

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL / PREGÃO PRESENCIAL N.º 004 / 2019 - FUNPEEL

Publicação Nº 2221361

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER - FUNPEEL

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 004 / 2019 – FUNPEEL

Processo Administrativo n.º 008 / 2019 - FUNPEEL.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A LOCAÇÃO DE PAVILHÕES, FECHAMENTOS, TENDAS, PALCOS, TABLADOS DE DANÇA E ESTRUTURAS EM TS, COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, ESTRUTURAS E SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM, BEM COMO ASSISTÊNCIA TÉCNICA DURANTE TODA A REALIZAÇÃO DA 37ª FESTA POMERANA - EDIÇÃO 2020, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 25/11/2019.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 25/11/2019.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 08 de Novembro de 2019.

ARLINDO EWALD

Presidente da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode - FUNPEEL

PORTARIA 25.805

Publicação Nº 2221091

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 25.805

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO AO SERVIDOR JOÃO JOSÉ MARÇAL JUNIOR.

O Controlador do Município de Pomerode, MARCOS ANDRÉ RADÜNZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA- PRÊMIO, ao servidor JOÃO JOSE MARÇAL JUNIOR, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, referente ao período aquisitivo de 20.01.16 a 19.01.19, a partir de 01 de novembro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de novembro de 2019.

MARCOS ANDRÉ RADUENZ

Controladoria

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 628/2019

Publicação Nº 2220710

DECRETO Nº 628/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

□DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS□.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.353, de 13 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2019 no valor de até R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0801.2.017 – Manutenção Fundo Municipal De Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 33.90.00.00

Fonte de Recursos: 03.0300 – 189 - R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), serão utilizados recursos do Superávit financeiro do exercício de 2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE OUTUBRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

DECRETO 635/2019

Publicação Nº 2220711

DECRETO Nº 635/2019 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. MARGARETE SARAIVA PERES ANTUNES ocupante do cargo de MEDICA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo de 02/06/2018 a 01/06/2019, para serem gozadas de 06/12/2019 A 20/12/2019.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 31 DE OUTUBRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 636/2019

Publicação Nº 2220717

DECRETO Nº 636/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO, a aprovação e classificação do Processo Seletivo n. 002/2018;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada temporariamente a Sra. KATIA DE SOUZA DE OLIVEIRA, portadora do CPF n. 005.385.049-19, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.
Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 637/2019

Publicação Nº 2220718

DECRETO Nº 637/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

“REUZ LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reduzida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. SIRLENE RODRIGUES, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício n. 6301476330 foi indeferido pela perícia médica do INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 638/2019

Publicação Nº 2220719

DECRETO Nº 638/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

“NOMEIA SECRETARIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a licença para tratamento de saúde do secretário Jucelino Martini.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica o Sr. FERNANDO ALFREDO ARCARI, matrícula 5798, ocupante do cargo efetivo de motorista, atualmente ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR, fica nomeado para assumir o cargo de SECRETARIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, com 40 horas semanais.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando especialmente o Decreto n. 474/2019 e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 639/2019

Publicação Nº 2220720

DECRETO Nº 639/2019, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO o requerimento do pedido de exoneração da servidora.

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. DIEINI RIBEIRO, matrícula 1176, ocupante do cargo efetivo de FISCAL DA VIGILANCIA SANITÁRIA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de novembro de 2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 640/2019

Publicação Nº 2220721

DECRETO Nº 640/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Complementar n. 174/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido 30 dias de Licença Prêmio a Funcionária Pública Municipal Sra. PATRICIA FRANZEN, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 05/05/2015 a 04/05/2018, para serem gozadas de 04 de novembro de 2019 a 03 de dezembro de 2019.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 641/2019

Publicação Nº 2220722

DECRETO Nº 641/2019 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. LEOCIR DOS SANTOS TRINDADE ocupante do cargo de MOTORISTA, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 03/04/2017 a 02/04/2018, para serem gozadas de 13/11/2019 a 12/12/2019.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 643/2019

Publicação Nº 2220724

DECRETO Nº 643/2019, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Complementar n. 174/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido 30 dias de Licença Prêmio a Funcionária Pública Municipal Sra. SUELI VASCONCELOS MARTINS, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 05/05/2015 a 04/05/2018, para serem gozadas de 02 de novembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 127/2019 L.A.

Publicação Nº 2221517

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº96/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: L.A.CN INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 11.924.851/0001-47

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE IMPRESSÃO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME DESCRIÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO ANEXO I. Valor: R\$ 4.584,90 (Quatro Mil Quinhentos e Oitenta e Quatro Reais e Noventa Centavos). VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 04 de Novembro de 2019 até 04 de Novembro de 2020. Ponte Serrada, 08 de Novembro de 2019. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 128/2019 ADEVAL

Publicação Nº 2221520

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº96/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: ADEVAL BIKE, PAPELARIA E BAZAR LTDA,

CNPJ: 11.924.851/0001-47

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE IMPRESSÃO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME DESCRIÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO ANEXO I. Valor: R\$ 7.158,65 (Quatro Mil Quinhentos e Oitenta e Quatro Reais e Noventa Centavos). VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 04 de Novembro de 2019 até 04 de Novembro de 2020. Ponte Serrada, 08 de Novembro de 2019. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

PORTARIA 015/2019

Publicação Nº 2220726

PORTARIA Nº 015/2019, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA GESTOR E MEMBROS INTEGRANTES DA COMISSÃO DE SELEÇÃO, JULGAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PARA POSSÍVEL PARCEIRA A SER CELEBRADA COM O CTG POUSO DOS TROPEIROS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e, em especial a Lei nº 13.019 de 31 de Julho de 2014 e o Decreto Municipal nº 803/2017 de 04 de setembro de 2017;

Considerando, a necessidade de instaurar procedimento administrativo para realizar a seleção, julgamento, análise, avaliação e monitoramento da possível parceria a ser celebrada com o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS POUSO DOS TROPEIROS, resolve:

Art. 1º Nomeia a Comissão e Gestor da Parceria a ser celebrada, para o exercício de 2019/2020, com o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS POUSO DOS TROPEIROS, CNPJ: 83.826.248/0001-33, incumbidas de selecionar, julgar, monitorar e avaliar o conjunto da Parceria, apresentar propostas de aprimoramento dos procedimentos adotados pela Proponente, padronizar objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos (pareceres) voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência avaliar e homologar os Relatórios Técnicos de Monitoramento:

I - Gestor da Parceria:

a) MÁRCIO JOSÉ CHIBICHESKI.

II - Membros da Comissão:

a) RODRIGO PECINATO GIRARDI;

b) PRISCILA LUIZA HORN;

c) RONIVALDO DE OLIVEIRA

Art. 2º Os servidores nomeados através desta Portaria exercerão suas funções pelo prazo que durar a parceria.

Art. 3º As funções de Membro da Comissão e de Gestor serão exercidas no horário de expediente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP 002/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 2221226

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO – Nº 002/2019 – FMEDUCA

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de assessoria e capacitação, implementando a adequação da proposta curricular para todos os profissionais da rede municipal de ensino de Porto Belo, de acordo com o Anexo I deste Edital e em conformidade com a Lei nº 8.666/93. Recebimento das Propostas: Até 09h30min do dia 26/11/2019. Abertura das Propostas: Às 10h00min do dia 26/11/2019. O edital e todos os seus anexos estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 11 de Novembro de 2019
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2255 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221186

DECRETO Nº 2.255, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18 da Lei Municipal nº 2.700/2018".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 41 da Lei Orgânica da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 11 - Fundo Municipal de Segurança Pública

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Segurança Pública

Funcional Programática: 0028.0843.9997

Atividade: 2.026 – Manutenção do Convênio Rádio Patrulha

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01000000 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 15.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo elencada na importância de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais):

Órgão: 11 - Fundo Municipal de Segurança Pública

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Segurança Pública

Funcional Programática: 0028.0843.9997

Atividade: 2.026 – Manutenção do Convênio Rádio Patrulha

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01000000 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 08 de novembro de 2019.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

DECRETO Nº 2256 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221227

DECRETO Nº 2.256, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 16, inciso I da Lei Municipal nº 2.700/2018".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 34.706,00 (Trinta e quatro mil, setecentos e seis reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 15 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 0012.0361.0011

Atividade: 2.038 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 02370737 - FNDE PDDE

Valor: R\$ 243,00

Funcional Programática: 0012.0306.0011

Atividade: 2.103 - Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 02370001 - PNAE Ensino Fundamental

Valor: R\$ 14.975,00

Atividade: 2.104 - Manutenção da Merenda Escolar da Educação Infantil para as Creches

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 02370004 PNAE Creche

Valor: R\$ 13.696,00

Atividade: 2.105 - Manutenção da Merenda Escolar da Educação Infantil para as Pré-Escolas

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 02370002 PNAE Pré Escolar

Valor: R\$ 2.464,00

Atividade: 2.106 - Manutenção da Merenda Escolar da Educação de Jovens e Adultos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 02370003 PNAE EJA: Educação de Jovens e Adultos

Valor: R\$ 3.328,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no Exercício de 2019, por conta dos recursos FNDE PDDE na importância de R\$ 243,00 (Duzentos e quarenta e três reais), PNAE Ensino Fundamental na importância de R\$ 14.975,00 (Quatorze mil, novecentos e setenta e cinco reais), PNAE Creche na importância de R\$ 13.696,00 (Treze mil, seiscentos e noventa e seis reais), PNAE Pré Escolar na importância de R\$ 2.464,00 (dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais) e PNAE EJA: Educação de Jovens e Adultos na importância de R\$ 3.328,00 (Três mil, trezentos e vinte e oito reais), totalizando a importância de R\$ 34.706,00 (Trinta e quatro mil, setecentos e seis reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 08 de novembro de 2019.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

DECRETO Nº 2257 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221530

DECRETO Nº 2.257, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2.833/2019".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 124.614,73 (Cento e vinte e quatro mil, seiscentos e quatorze reais e setenta e três centavos) nas dotações abaixo descritas no Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 16 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional programática: 0010.0301.0018

Atividade: 2.053 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1020200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 24.614,73
Funcional programática: 0010.0303.0018
Atividade: 2.058 – Manutenção das atividades de assistência farmacêutica
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1020200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde
Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes das anulações parciais das dotações orçamentárias abaixo descritas na importância de R\$ 124.614,73 (Cento e vinte e quatro mil, seiscentos e quatorze reais e setenta e três centavos):

Órgão: 16 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática: 0010.0321.0018
Atividade: 2.101 – Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
Fonte de Recurso: 1020200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde
Valor: R\$ 124.614,73

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 08 de novembro de 2019.
EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

DECRETO Nº 2258 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221534

DECRETO Nº 2.258, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2.834/2019".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 215.000,00 (Duzentos e quinze mil reais) nas dotações abaixo descritas no Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Administração
Funcional programática: 0004.0122.0004
Atividade: 2008 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Administração
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 20.000,00

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos
Funcional programática: 0015.0452.0005
Atividade: 2014 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 195.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes das anulações parciais das dotações orçamentárias abaixo descritas na importância de R\$ 215.000,00 (Duzentos e quinze mil reais):

Órgão: 04 – Secretaria Municipal da Fazenda
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal da Fazenda
Funcional programática: 0028.0843.9997
Atividade: 0001 - Amortização e Encargos da Dívida Pública
Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 115.000,00

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Administração
Funcional programática: 0004.0122.0004
Atividade: 2009 - Transferência de Recursos à AMFRI

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 08 de novembro de 2019.
EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2833, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221495

LEI MUNICIPAL Nº 2833, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 124.614,73 (Cento e vinte e quatro mil, seiscentos e quatorze reais e setenta e três centavos) destinados a suplementar as dotações abaixo descritas no Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 16 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática: 0010.0301.0018
Atividade: 2.053 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1020200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde
Valor: R\$ 24.614,73
Funcional programática: 0010.0303.0018
Atividade: 2.058 – Manutenção das atividades de assistência farmacêutica
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1020200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde
Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes das anulações parciais das dotações orçamentárias abaixo descritas na mesma importância:

Órgão: 16 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática: 0010.0321.0018
Atividade: 2.101 – Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
Fonte de Recurso: 1020200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde
Valor: R\$ 124.614,73

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 8 dias do mês de novembro de 2019.
EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2834, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221511

LEI MUNICIPAL Nº 2834, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 215.000,00 (Duzentos e quinze mil reais) destinados a suplementar as dotações abaixo descritas no Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Administração

Funcional programática: 0004.0122.0004

Atividade: 2008 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Administração Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 20.000,00

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Funcional programática: 0015.0452.0005

Atividade: 2014 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 195.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes pelas anulações parciais das dotações orçamentária abaixo descritas na mesma importância.

Órgão: 04 – Secretaria Municipal da Fazenda

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal da Fazenda

Funcional programática: 0028.0843.9997

Atividade: 0001 - Amortização e Encargos da Dívida Pública

Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 115.000,00

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Administração

Funcional programática: 0004.0122.0004

Atividade: 2009 - Transferência de Recursos à AMFRI

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 8 dias do mês de novembro de 2019.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

Porto União

PREFEITURA

ERRATA REFERENTE AO EXTRATO DE CONTRATO 191/2019

Publicação Nº 2221428

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Errata

Referente ao Processo Licitatório 081/2019.

Pregão Presencial 058/2019.

No Extrato de Contrato 191/2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 19 de julho de 2019, edição Nº 2880, página 940.

Onde lê-se "[...] Porto União SC, 05 de julho de 2019. [...]", Leia-se "[...] Porto União SC, 08 de julho de 2019. [...]".

As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União – SC, 08 de novembro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

ERRATA REFERENTE AO EXTRATO DE CONTRATO 192/2019

Publicação Nº 2221430

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Errata

Referente ao Processo Licitatório 081/2019.

Pregão Presencial 058/2019.

No Extrato de Contrato 192/2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 19 de julho de 2019, edição Nº 2880, página 940.

Onde lê-se "[...] Porto União SC, 05 de julho de 2019. [...]", Leia-se "[...] Porto União SC, 08 de julho de 2019. [...]".

As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União – SC, 08 de novembro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

ERRATA REFERENTE AO EXTRATO DE CONTRATO 193/2019

Publicação Nº 2221433

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Errata

Referente ao Processo Licitatório 081/2019.

Pregão Presencial 058/2019.

No Extrato de Contrato 193/2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 19 de julho de 2019, edição Nº 2880, página 940.

Onde lê-se "[...] Porto União SC, 05 de julho de 2019. [...]", Leia-se "[...] Porto União SC, 08 de julho de 2019. [...]".

As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União – SC, 08 de novembro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

TERMO DE SUSPENSÃO DA CONCORRÊNCIA 002/2019 - ALTERADO 2

Publicação Nº 2221435

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 010/2019

Termo de Suspensão Concorrência 002/2019 – ALTERADO 2.

A Prefeitura de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, torna público aos interessados que tendo em vista grande questionamento ao edital publicado, comunica-se a "SUSPENSÃO SINE DIE" da entrega dos envelopes e realização da sessão pública do Processo Licitatório de "Concessão para Prestação do Serviço Público de Transporte Coletivo do Município de PORTO UNIÃO – SC".

Porto União - SC, 08 de novembro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Pouso Redondo

PREFEITURA

PROCESSO 127 2019 - TENDAS

Publicação Nº 2221768

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
PROCESSO Nº127/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2019

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Presencial, até as 09:00 Horas do dia 22.11.2019, para Registro de preço para locação de tendas destinadas para uso em eventos da Secretaria de Educação, e demais secretarias. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou site www.pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 08 de Novembro de 2019.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

LEI 1.864/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221377

Lei nº 1.864/2019, de 07 de novembro de 2019.

Regulamenta o artigo 12 da Lei Orgânica Municipal para fins de alienação de bens móveis e imóveis municipais, sucatas inservíveis e dá outras providências.

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

Lei

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, pela modalidade licitatória de leilão, bens imóveis devidamente desafetados, bens móveis e sucatas inservíveis, desativados por mau estado de conservação em consequência do uso intensivo e prolongado.

Art. 2º A alienação efetuar-se-á por meio de leilão, processado por leiloeiro oficial, observada a legislação pertinente.

Art. 3º Os bens a serem leiloados serão previamente avaliados pela Administração para fixação do valor mínimo.

§ 1º A avaliação de que trata o caput deste artigo será efetuada por comissão instituída através de portaria expedida pelo executivo municipal.

§ 2º Decorridos mais de 90 (noventa) dias da avaliação, o bem objeto da alienação deverá ter seu valor automaticamente atualizado, tomando-se por base o INPC/IBGE.

Art. 4º No dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para o apregoamento, na oportunidade o leiloeiro tentará por duas vezes proceder à alienação dos bens conforme avaliação da comissão de avaliação.

§ 1º Não ocorrendo à alienação pelo valor mínimo determinado pela comissão de avaliação, e havendo lances inferiores ao mínimo estabelecido, estes serão analisados pela comissão de avaliação, que decidirá se aceita ou não proceder a alienação pela proposta ofertada.

§ 2º Em se tratando de bens imóveis o valor mínimo ofertado não poderá ser inferior a 70% (setenta por cento) do valor de avaliação original.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco, SC, em 07 de novembro de 2019.

Ademir Domingos Miotto

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei em 07/11/2019, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Giovana Petkov Lago Zanella,
Secretária Municipal de Administração,
Planejamento e Finanças

LEI 1.865/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221378

Lei nº 1.865/2019, de 07 de novembro de 2019.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020".

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

Lei

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, c/c o disposto no art. 221, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, ficam estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias do Município de Presidente Castello Branco para o exercício de 2020, compreendendo:

I – prioridades e metas da Administração Municipal;

II – estrutura e organização dos orçamentos;

III – diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos;

IV – disposições relativas à dívida pública municipal;

V – disposições sobre despesas com pessoal;

VI – disposições sobre alterações na legislação tributária;

VII – disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal são as constantes nos Anexos I a XII desta Lei.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2020 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Anexo II desta Lei, não se constituindo em limite à programação das despesas.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, mediante decreto, o Anexo II desta Lei, no que se refere à:

I – ampliação ou diminuição das metas propostas;

II – adequação da denominação dos programas, das ações, dos produtos e das unidades de medida;

III – transferência de ações entre programas.

§ 3º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2020, o Poder Executivo poderá aumentar, diminuir ou alterar as metas estabelecidas, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 4º O Anexo II – Prioridades e Metas conterá, no que couber, o disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

§ 5º Havendo variação da receita, positiva ou negativa, em relação à meta estipulada, a meta da despesa poderá ser ajustada, automaticamente, em função do resultado primário definido.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º O orçamento para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo e os Fundos Municipais e será elaborado em consonância com a estrutura organizacional do Município.

Art. 4º A LOA evidenciará, para cada unidade gestora, a receita por rubrica e a despesa por programa, função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operação especial e, quanto a sua natureza, no mínimo, por categoria econômica, grupos de natureza e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as normas e anexos definidos pela legislação vigente e atendimento ao PCASP (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público).

§ 1º Os Fundos Municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando, em destaque, as receitas e as despesas a eles vinculadas.

Art. 5º A mensagem que encaminhará o projeto da LOA será apresentada na forma da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da LOA para o exercício de 2020 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma destas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei.

Art. 7º Os estudos para definição do orçamento da receita para o exercício de 2020 deverão contemplar as alterações da legislação tributária, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o comportamento do cenário econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita dos últimos 3 (três) exercícios.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput deste artigo, os demonstrativos de receitas e despesas constantes nos Anexos I e II

desta Lei poderão ser atualizados na elaboração da LOA.

Art. 8º Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos", "inversões financeiras" e "serviços de terceiros", de cada Poder.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado, ainda, o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recurso.

Art. 9º A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado fica condicionada à observância das exigências da LRF.

Art. 10. Constituem riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas os consignados no Anexo XI desta Lei.

§ 1º Em caso de ocorrência de riscos fiscais, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2019 e anteriores.

§ 2º Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei propondo anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou comprometidos.

Art. 11. O orçamento para o exercício de 2020 poderá conter reserva de contingência, limitada a 3% (três por cento) da receita corrente líquida, destinada a atender passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entende-se por passivo contingente situações futuras que possam constituir prováveis obrigações ou despesas para o Município, como: sentenças judiciais, estados de emergência ou de calamidade pública e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 12. O Poder Executivo estabelecerá o desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, em até 30 (trinta) dias da publicação da LOA.

Art. 13. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, poderão ser executados à medida do ingresso dos recursos.

Art. 14. As renúncias de receita estimadas para o exercício de 2020 não serão consideradas para efeito da previsão da receita.

Art. 15. A transferência de recursos financeiros a organizações da sociedade civil, será realizada com fulcro na Lei Federal nº 13.019/2014, de 31 de julho de 2014 e alterações.

Art. 16. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da LRF, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da LRF, são consideradas irrelevantes as despesas cujo valor não ultrapasse os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, devidamente atualizado.

Art. 17. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras e para etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 18. A realização de despesas de competência de outros entes da federação só será assumida quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na LOA.

Art. 19. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 20. A LOA para o exercício de 2020 poderá conter autorização para:

I – Abertura de crédito suplementar, mediante decreto, até o limite de 1/3 (um terço) do montante das respectivas dotações orçamentárias, tendo como fonte de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro de exercícios anteriores;

II – A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos dentro da mesma categoria econômica e do mesmo programa, por decreto, até o limite de 1/3 (um terço) do montante das respectivas dotações orçamentárias;

III – Realizar, mediante decreto, a transposição, o remanejamento ou a transferência de dotações, de uma fonte de recursos para outra, dentro de uma mesma modalidade de aplicação.

Art. 21. Durante a execução orçamentária do exercício de 2020, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial.

Art. 22. O controle de que trata os arts. 4º, I, "e" e 50, § 3º, da LRF será desenvolvido de forma a apurar os custos e a avaliar os resultados dos programas financiados com recursos da LOA.

Art. 23. A Assessoria Jurídica diligenciará junto ao Poder Judiciário Estadual e Federal, sem prejuízo do envio da relação de dados cadastrais dos precatórios aos órgãos e entidades devedoras, até 15 de setembro de 2019, a relação dos débitos constantes nos precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária do exercício de 2020, conforme determina o art. 100, da CF/1988, discriminada por entidade da Administração, especificando:

I – Número da ação originária;

II – Número do precatório;

III – Tipo de causa julgada;

IV – Data da notificação do despacho do Presidente do Tribunal;

V – Nome do beneficiário;

VI – Valor do precatório a ser pago.

§ 1º A inclusão de recursos na LOA para o exercício de 2020, para pagamento de precatórios que se enquadrem na situação do art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da CF/1988 será realizada de acordo com os seguintes critérios:

I – nos precatórios não alimentícios, os créditos individualizados, cujo valor for superior a 200 (duzentos) salários mínimos, serão objeto de parcelamento em até 10 (dez) parcelas iguais e anuais sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a 200 (duzentos) salários mínimos, excetuando-se o resíduo, se houver;

II – os precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse, cujos valores ultrapassem o limite disposto no inciso anterior, serão divididos em 2 (duas) parcelas iguais e anuais sucessivas;

III – os juros legais, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, serão acrescidos aos precatórios objetos de parcelamento, a partir da segunda parcela.

§ 2º A atualização monetária dos precatórios, será efetuada nos termos dos parágrafos 5º e 12 do art. 100 da CF/1988.

§ 3º No momento da expedição do precatório, dele deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial (§ 9º, do art. 100, da CF/1988), devendo para tanto, a Secretaria Municipal de Finanças, informar à Assessoria Jurídica o valor a ser compensado.

Art. 24. Somente se incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exeq-enda e atendam ao menos 1 (uma) das seguintes condições:

I – Comprovação de trânsito em julgado dos embargos à execução;

II – Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos cálculos.

Art. 25. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, as Unidades da Administração Pública Direta e a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações pertinentes.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 26. Obedecidos aos limites da Resolução nº 43/2001 e alterações, do Senado Federal, o Município poderá realizar operações de crédito no exercício de 2020 e conceder garantias em operação de crédito, observados o art. 167, II, da CF/1988 e os arts. 31 a 43 da LRF.

Parágrafo único. Poderão ser realizadas operações de crédito para financiamento de despesas correntes, quando permitidas em normas federais.

Art. 27. As operações de crédito deverão ser autorizadas por lei específica, restando, no momento da autorização, automaticamente acrescida a meta fiscal correspondente à dívida fundada, se for o caso.

Art. 28. Ultrapassado o limite de endividamento, o Poder Executivo adotará as medidas definidas no art. 31, § 1º, da LRF.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 29. Para fins do art. 169 da CF/1988 fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento da remuneração, a criação de

cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão ou a contratação de pessoal, a qualquer título, pelas Unidades e Entidades da Administração Direta ou Indireta, inclusive Autarquia e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo poder público, observadas as exigências constitucionais e os limites de despesas da LRF.

Parágrafo único. Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos, inativos e pensionistas dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 30. Fica autorizada a cessão de servidores, com ônus para o Município, a órgãos da administração direta e indireta dos Governos Federal, Estadual e Municipal, Poder Judiciário, bem como entidades de classe, até o limite de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), computando-se salários e encargos.

Art. 31. No exercício de 2020, a realização de serviço em horário extraordinário, quando a despesa houver extrapolado o limite prudencial, somente poderá ocorrer quando destinado ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, as quais deverão ser compensadas através do banco de horas.

Parágrafo único. A autorização para realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do titular da área executora, ouvido o Secretário da secretaria ao qual o servidor estiver vinculado.

Art. 32. Em caso de superação do limite prudencial de despesa de pessoal, os Poderes Executivo e Legislativo adotarão as medidas previstas nos parágrafos 3º e 4º do art. 169 da CF/1988 e nos arts. 22 e 23 da LRF.

Art. 33. Para efeito desta Lei, entende-se terceirização de mão de obra referente substituição de servidores, prevista no art. 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão de obra para execução de funções e atividades finalísticas do Ente, para as quais haja correspondência com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Poder Executivo, Fundos Municipais, ou, ainda, atividades próprias da Administração Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, não será registrada no elemento "34 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização", devendo ser classificada no elemento de despesa correspondente.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. O Poder Executivo, autorizado por lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais e/ou econômicos de natureza tributária, com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo, nestes casos, ser considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto orçamentário e financeiro, conforme disposto no art. 14 da LRF.

§ 1º Em caso de recolhimento parcelado do IPTU, será dividido em parcelas mensais, sem acréscimo de encargos, exceto, se houver, a variação da Unidade Fiscal de Referência – UFIR Municipal.

§ 2º Em caso de recolhimento parcelado da Contribuição de Melhoria, poderá ser dividida em parcelas mensais, conforme definido em ato do Poder Executivo Municipal, sem o acréscimo de encargos, exceto, se houver, a variação da UFIR Municipal.

Art. 35. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados na forma da lei, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da LRF.

Art. 36. A lei que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, na forma do art. 14, II, da LRF, somente entrará em vigor após a anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.

Parágrafo único. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, até o limite da estimativa específica constante no Anexo X desta Lei, será considerada na estimativa da receita da LOA, de modo a não afetar as metas fiscais, na forma do art. 14, I, da LRF.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 38. Poderá o Município conceder isenção da cobrança dos serviços de que trata o artigo 1º, item 10 da Lei nº 1770/2017, de 16 de janeiro de 2017 (valor hora de trator de pneus) até o limite máximo de R\$ 64.348,44 (sessenta e quatro mil, trezentos e quarenta e oito reais e quarenta e quatro centavos).

Art. 39. O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal de Vereadores no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal.

Art. 40. Para fins de apreciação da proposta orçamentária, do acompanhamento e da fiscalização orçamentária, será assegurado ao órgão responsável, o acesso irrestrito, para fins de consulta, a todos os dados disponíveis no Poder Executivo.

Art. 41. Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2019, a programação nele constante poderá ser executada em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações da proposta original, enquanto não concluído o processo legislativo.

Art. 42. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 43. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar os equipamentos e materiais permanentes inservíveis e antieconômicos, devendo o produto da alienação ser aplicado em despesas de capital.

Parágrafo único. Decreto do Poder Executivo estabelecerá a relação dos bens com os respectivos códigos patrimoniais, objetos de alienação.

Art. 44. O Poder Executivo Municipal está autorizado a firmar convênios com as entidades definidas no art. 15 desta Lei, com o Governo Federal e Estadual, por intermédio dos órgãos da Administração Direta ou Indireta, para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, observado o disposto no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo único. Fica igualmente autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar convênios com o Poder Judiciário, de qualquer instância, seja Federal ou Estadual, podendo assumir encargos que não sejam de competência municipal.

Art. 45 - Fica autorizado o Poder Executivo a celebrar convênios e/ou contratos de rateios com Consórcios Intermunicipais de Saúde e Meio Ambiente (Ex. CIS-AMAUC, CIS-AMOSC, Consórcio Lambari, Cincatarina)

Art. 46. Fica autorizada a proposição de emendas parlamentares individuais na Lei Orçamentária Anual até o limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, sendo que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos em saúde.

Art. 47. Fica autorizado o Poder Executivo, através da Contadoria do Município a efetuar a compatibilização e adequação dos instrumentos de Planejamento das Programações Orçamentárias do Plano Plurianual - PPA 2018/2021, após a aprovação da presente Lei.

Art. 48. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com decoração de espaços (ornamentação) nos períodos comemorativos a Páscoa e Natal/2020, até o valor de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais) por evento.

Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 07 de novembro de 2019.
Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei em 07/11/2019, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Giovana Petkov Lago Zanella
Secretária Municipal de Administração,
Planejamento e Finanças

LEI COMPLEMENTAR 166/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221380

Lei Complementar nº 166/2019, de 07 de novembro de 2019.

ALTERA O NÍVEL DE REMUNERAÇÃO DO CARGO DE AUXILIAR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO I, DA TABELA VI - QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO – GRUPO OPERACIONAL SAL – SERVIÇOS DE SAÚDE, VINCULADO AO QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO – LEI COMPLEMENTAR Nº 062/2009, de 16 de dezembro de 2009.

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

Lei Complementar

Art. 1º. A TABELA VI – QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO – GRUPO OPERACIONAL SAL – SERVIÇOS DE SAÚDE, no que se refere ao cargo de AUXILIAR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO I, passa a ter a seguinte redação:

Cargo	Nº de Vagas	Nível	Referência	Habilitação
-------	-------------	-------	------------	-------------

Auxiliar de Saneamento e Abastecimento I	02	06	A	Alfabetizado
--	----	----	---	--------------

Art. 2º. Ficam preservadas as atuais referências dos servidores, conquistadas através das progressões de que trata o artigo 8º da Lei Complementar 062/2009, de 16 de dezembro de 2009.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Adm. Municipal de Pres. Castello Branco – SC, em 07 de novembro de 2019.

Ademir Domingos Miotto

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar em 07/11/2019, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Giovana Petkov Lago Zanella,
Secretária Municipal de Administração,
Planejamento e Finanças

ANEXO I – Impacto Orçamentário com a alteração proposta do cargo:

I – Estimativa de Impacto Orçamentário Financeiro no exercício em que se deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (com a estimativa média de reajuste anual de 4%).

Ano	2019	2020	2021
Salários	R\$ 974,25	R\$ 4.052,88	R\$ 4.214,88
13º Salário	R\$ 81,18	R\$ 337,74	R\$ 351,24
Férias	R\$ 108,24	R\$ 450,32	R\$ 468,32
Total da remuneração	R\$ 1.163,42	R\$ 4.840,94	R\$ 5.034,44
Encargos	R\$ 244,31	R\$ 1.016,59	R\$ 1.057,23
Total da remuneração + encargos	R\$ 1.407,73	R\$ 5.857,53	R\$ 6.091,67

b) Para o exercício financeiro de 2019, as despesas previstas com a transformação dos cargos serão suportadas pela Lei Orçamentária Anual de nº 1.842/2018, de 26 de dezembro de 2018 e suas alterações pela Lei nº 1.843/2018, de 27 de dezembro de 2018.

II – Compensação dos efeitos financeiros da criação da despesa com caráter continuado.

Os efeitos da despesa criada com a presente Lei serão compensados com o incremento da receita do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – (ICMS) que vem crescendo anualmente em parâmetros simétricos.

Quadros Demonstrativos – Receita do FPM e do ICMS

Transferências da União e do Estado

(Valores líquidos com desconto de 20% do FUNDEB)

Ano	Total Arrecadada R\$	Crescimento %
2015	9.276.998,99	-x-
2016	10.685.868,98	15%
2017	12.631.783,94	18%
2018	15.106.144,39	19,5%
Média Percentual do crescimento da receita		17,5%

Projeção para 2019 e seguintes:

Para os vindouros, projeta-se um incremento na receita do FPM e do ICMS, através de Transferências da União e do Estado, no índice 17,5% (dezesete virgula cinco por cento), percentual este que assegurará a cobertura da despesa de caráter continuado criada por esta Lei Complementar.

Presidente Getúlio

PREFEITURA

PORTARIA 753 DE 2019

Publicação Nº 2221115

PORTARIA Nº 753/2019

DESIGNA PROFESSORA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETORA DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO E CONCEDE GRATIFICAÇÃO.

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 33, inciso I, artigo 34, inciso I e artigo 37 da Lei Complementar nº 2.288/2008 de 28 de fevereiro de 2008, resolve,

DESIGNAR:

MARINEZ FATIMA RAMOS BITTERBRUN, Professora, Nível 02, Classe F, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo do Plano de Carreira do Magistério, para o exercício da função de DIRETORA da Escola Municipal de Educação Básica Guilherme Rotermeil, com uma carga horária de 40 horas semanais de trabalho, concedendo-lhe uma gratificação correspondente a 25% do nível 01, Classe A, do Anexo II do Plano de Carreira do Magistério, a partir 21 de outubro de 2019, vinculado a substituição temporária da Ivete Dorow que está em Licença Prêmio até a dia 19 de dezembro de 2019.

Presidente Getúlio – SC em, 30 de outubro de 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO, 30 DE OUTUBRO DE 2019.

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA 766 DE 2019

Publicação Nº 2221118

PORTARIA Nº 766/2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93 e 95 da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

CONCEDER:

Ao servidor LINO DANNEHL, Agente de Serviços Braçais, Nível 19, Classe B, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 12 dias de férias restantes, além das gozadas conforme a portaria 860/2017, referente ao período aquisitivo de 06 de fevereiro de 2017 a 05 de fevereiro de 2018, a partir do dia 04 de novembro a 15 de novembro de 2019.

Presidente Getúlio/SC em, 08 de novembro de 2019

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO. 08 DE NOVEMBRO DE 2019

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA 767 DE 2019

Publicação Nº 2221122

PORTARIA Nº 767/2019

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONARIA DO ESF

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 130 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, resolve,

CONCEDER:

A funcionária MARCIA MARIA PESSATTI, Agente Comunitária de Saúde – ESF, do Quadro do Emprego Público do Programa Estratégia de Saúde da Família da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias de férias referente ao período aquisitivo de 03 de julho de 2018 a 02 de julho de 2019, no período de 07 de outubro a 05 de novembro de 2019.

Presidente Getúlio/SC em, 08 de novembro de 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO. 08 DE NOVEMBRO DE 2019

ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA 768 DE 2019

Publicação Nº 2221128

PORTARIA Nº 768/2019

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONARIA DO ESF

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 130 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, resolve,

CONCEDER:

A funcionária PATRICIA MARIA KESKE FROELICH, Agente Comunitária de Saúde – ESF, do Quadro do Emprego Público do Programa Estratégia de Saúde da Família da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias de férias referente ao período aquisitivo de 22 de junho de 2017 a 21 de junho de 2018, no período de 01 de outubro a 30 de outubro de 2019.

Presidente Getúlio/SC em, 08 de novembro de 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO. 08 DE NOVEMBRO DE 2019

ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA 769 DE 2019

Publicação Nº 2221131

PORTARIA Nº 769/2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93 e 95 da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

CONCEDER:

Ao servidor WILSON SCHMIDT, Operador de Veículos, Nível 27, Classe D, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 10 dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo de 13 de fevereiro de 2018 a 12 de fevereiro de 2019, a partir de 04 de novembro de 2019 a 13 de novembro de 2019.

Presidente Getúlio/SC em, 08 de novembro de 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRESIDENTE GETÚLIO/SC. 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA 770 DE 2019

Publicação Nº 2221135

PORTARIA Nº 770/2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMISSIONADO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93 e 95 da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

CONCEDER:

A servidora ZENITA EBLE, Assessor diretor indústria e comercio, Nível 29, Classe A, do Quadro de Cargos de Provimento Comissionados da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC 10 dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo de 20 de fevereiro de 2017 a 19 de fevereiro de 2019, a partir do dia 13 de novembro de 2019 a 22 de novembro de 2019.

Presidente Getúlio/SC em, 08 de novembro de 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA

PRESIDENTE GETÚLIO, 08 DE NOVEMBRO DE 2019

ATO OFICIAL DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA 771 DE 2019

Publicação Nº 2221140

PORTARIA Nº 771/2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DO ESF

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 2.277 do dia 15 de agosto de 2006, resolve,

CONCEDER:

A servidora ALANA BINI ROCHA, Odontologista do ESF, do Quadro de Cargos do Programa Estratégia de Saúde da Família da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 05 dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo de 07 de julho de 2018 a 06 de julho de 2019, no período de 18 a 22 de novembro e 2019.

Presidente Getúlio/SC em, 08 de novembro de 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO. 08 DE NOVEMBRO DE 2019

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA 772 DE 2019

Publicação Nº 2221146

PORTARIA Nº 772/2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93 e 95 da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

CONCEDER:

Ao servidor TAGOR BINI ROCHA, Fiscal Postura Obras Tributos, Nivel 34, Classe B, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 09 dias de férias restantes, referente ao período aquisitivo de 04 de novembro de 2016 a 03 de novembro de 2017, a partir do dia de 18 a 26 de novembro de 2019.

Presidente Getúlio/SC em, 08 de novembro de 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRESIDENTE GETÚLIO/SC. 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA 773 DE 2019

Publicação Nº 2221155

PORTARIA Nº 773/2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93 e 95 da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

CONCEDER:

Ao servidor TAGOR BINI ROCHA, Fiscal Postura Obras Tributos, Nivel 34, Classe B, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 06 dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo de 04 de novembro de 2017 a 03 de novembro de 2018, a partir do dia de 27 de novembro a 02 de dezembro de 2019.

Presidente Getúlio/SC em, 08 de novembro de 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRESIDENTE GETÚLIO/SC. 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 82/2019

Publicação Nº 2221041

DECRETO N.º 82/2019, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

ESTABELECE HORÁRIO DE ATENDIMENTO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DE PRESIDENTE NEREU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido horário diferenciado de atendimento junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Presidente Nereu, das 07:00 horas às 12:00 horas, de segunda a sexta feira, a partir do dia 11 de novembro de 2019.

Art. 3º - Havendo interesse público e a critério da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, qualquer servidor poderá ser convocado para cumprir as atividades inerentes ao seu cargo ou função, fora do horário do turno único definido no artigo 1.º do presente Decreto.

Art. 4º - Somente serão consideradas, para fins de pagamento de horas extras ou regime banco de horas, as atividades excepcionais que forem realizadas além da carga horária normal do cargo ou grupo ocupacional de cada servidor municipal, que deverão ser previamente autorizadas pela Chefia Imediata.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 08 de novembro de 2019.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO DO PREGÃO Nº 77/2019 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS COMO, BANCO DE JARDIM, LIXEIRA DE UM CESTO REDONDA, MESA DE JARDIM, CONJUNTO DE 02 CACHEPÔ QUADRADO COM BANCO, KIT ACADEMIA MADEIRA PLÁSTICA MACIÇA, PARADA DE ÔNIBUS E ABRIGO DE PASSAGEIRO

Publicação Nº 2221003



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -

Minuta - Licitação: 85 código Cliente: 83 ano Minuta: 2019 cota Credenciamento: 0

Pág 1 / 6

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão
Para Aquisição de Bens
77/2019

Processo Administrativo: 77/2019

A Senhor Isamar de Melo prefeito municipal, tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela portaria nº 239/2019, decido:

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 77/2019, o(s) participante(s):

65951 - LANCI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS PLÁSTICOS EIRELI						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	BANCO DE JARDIM COLORIDO PRODUZIDO EM MADEIRA PLÁSTICA MACIÇA, POSSUI QUATRO TABUAS MACIÇAS, DUAS NO ASSENTO E DUAS NO ENCOSTO NAS CORES: VERDE, VERMELHO, AZUL, PRETO, MARROM E AMARELO, DISPONÍVEIS PARA A ESCOLHA DO REQUISITANTE, PODENDO ESCOLHER ATÉ 4 CORES POR BANCO. ESTAS TABUAS DE MADEIRA PLÁSTICA MACIÇA SÃO PRODUZIDAS EM POLIETILENO 100% RECICLADO E RECICLÁVEL, EXTRUDADO, EM PROCESSO CONTÍNUO E PIGMENTADO, MEDIDAS DAS TABUAS: 1490X140X22MM, OS QUATRO CANTOS SUPERIORES DE CADA TABUA SÃO BOLEADOS PARA DAR MAIOR CONFORTO, POR SER MACIÇA, AS TABUAS DEVERAM TER A SUA COR UNIFORME EM TODA A SUA ESTRUTURA, TANTO INTERNA COM O EXTERNA. A SUSTENTAÇÃO DO BANCO É FEITO POR TRÊS PÉS INJETADOS EM POLIPROPILENO RECICLADO MAIS ANTI-UV, EM FORMATO DE H, SENDO QUE AS DUAS BASES DE APOIO DE CADA PÉ SÃO UNIDAS POR UMA TRAVESSA HORIZONTAL E DUAS EM DIAGONAL, FORMANDO UM V NO MEIO PARA DAR MAIOR RESISTÊNCIA AOS PÉS, AS BASES DE APOIO DOS PÉS QUE FICAM EM CONTATO COM O CHÃO POSSUEM 75MM DE LARGURA PARA PODER FIXAR ATRAVÉS DE PARAFUSOS O BANCO AO CHÃO, DUAS MÃO FRANCESAS COM 300MM DE COMPRIMENTO E 5MM DE ESPESSURA EM FORMA DE T, QUE VÃO EM DIAGONAL DO PÉ ATÉ A TABUA DO ASSENTO DANDO MAIOR EQUILÍBRIO E RESISTÊNCIA A ESTRUTURA. A ESPESSURA DA PAREDE CENTRAL E INTERNA DO PÉ DEVE SER DE NO MÍNIMO 6MM PARA DAR RESISTÊNCIA E O PESO MÍNIMO DO PÉ É DE 1,560KG, OS PÉS DEVEM POSSUIR A DISPONIBILIDADE DE FORNECIMENTO NAS SEGUINTE CORES PIGMENTADAS: VERMELHO, AMARELO, VERDE, AZUL, BRANCO, MARROM E PRETO. MEDIDAS TOTAIS DO PÉ: 730X515X53MM. MEDIDAS TOTAIS DO BANCO: COMPRIMENTO: 1490MM, ALTURA DO ASSENTO: 380MM, ALTURA TOTAL: 730MM; LARGURA DA BASE DO ASSENTO: 290MM; LARGURA DA BASE DO ENCOSTO: 340MM. APRESENTAR NA PROPOSTA DE PREÇOS A CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA NO CAU (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO) PARA A RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO PRODUTO, APRESENTAR EM NOME DO LICITANTE O RELATÓRIO DE ENSAIO DA COMPRESSÃO DA MADEIRA PLÁSTICA SEGUNDO A NORMA ASTM D695-15 COM RESISTÊNCIA SUPERIOR A 280KN E O RELATÓRIO DE ENSAIO DA TOXIDADE DA MADEIRA PLÁSTICA DETERMINANDO O TEOR DE MIGRAÇÃO DO METAIS, QUE ATENDA A ABNT NBR NM 300-3, EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO. PODERÁ SER ENTREGUE MONTADO OU DESMONTADO COM 30 UNIDADES DE PARAFUSOS.	UNIDADE	LANCI	10	R\$400,00	R\$4.000,00

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WCO v:2015.04

Identificador: WCO561101-019-KQDHPF-310907116 - Emitido por: VALDECI JOSE COMANDOLI

08/11/2019 10:05:16 -03:00

**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 2 / 6

Compras e Contratos**Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -

Minuta - Licitação: 85 códigoCliente: 83 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

	ARRUELAS E PORCAS COM TECNOLOGIA NANOTEC PARA EVITAR A CORROSÃO, SENDO QUE 27 SÃO O MODELO FRANCÊS DE 1/4X1.3/4 E 3 SÃO DE 1/4X1.. O BANCO POSSUI PESO DE 19KG E SUPORTA NO MÍNIMO 400KG DE PESO.					
2	LIXEIRA DE UM CESTO REDONDA 100% ECOLÓGICA E RECICLADA, PRODUZIDA EM MADEIRA PLÁSTICA MACIÇA PARA MOBILIÁRIO URBANO ECOLÓGICAMENTE CORRETO, ALTA DURABILIDADE, RESISTENTE AO SOL, MARESIAS, CUPINS, RECICLÁVEL E NÃO TÓXICO. POSSUI UM CESTO, COM MEDIDAS INTERNAS DE 30 DIÂMETRO X 490MM DE ALTURA COM APROXIMADAMENTE 40 LITROS, SUSTENTADO POR UM PALANQUE MACIÇO DE MADEIRA PLÁSTICA RECICLÁVEL E ECOLÓGICO REDONDO COM MEDIDA DE 58MM DE DIÂMETRO COM ALTURA DE 100CM PARA SUA SUSTENTAÇÃO FIXADO NA BASE DO CESTO, O FUNDO DO CESTO É FEITO COM UMA CHAPA TETRA PAK LISA COM DIÂMETRO 30CM. APRESENTAR NA PROPOSTA DE PREÇOS A CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA NO CAU (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO) PARA A RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO PRODUTO, APRESENTAR EM NOME DO LICITANTE O RELATÓRIO DE ENSAIO DA COMPRESSÃO DA MADEIRA PLÁSTICA SEGUNDO A NORMA ASTM D695-15 COM RESISTÊNCIA SUPERIOR A 280KN E O RELATÓRIO DE ENSAIO DA TOXIDADE DA MADEIRA PLÁSTICA DETERMINANDO O TEOR DE MIGRAÇÃO DO METAIS, QUE ATENDA A ABNT NBR NM 300-3, EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO.. O CESTO POSSUI 17 (DEZESSETE) TÁBUAS MACIÇAS MEDINDO 50X13X490MM NA COR MARROM. NA TÁBUA CENTRAL EM UMA DAS LATERAIS DEVERÁ SER FIXADA UMA PLACA IDENTIFICANDO A MARCA DO PRODUTO. 40 LITROS - DEVE SER ENTREGUE MONTADA.	UNIDADE	LANCI	44	R\$205,00	R\$9.020,00
3	MESA DE JARDIM (PIC NIC) COM BANCOS ACOPLADOS: PRODUZIDA EM MADEIRA PLÁSTICA MACIÇA BIOSINTÉTICA NA COR MARROM FABRICADAS ATRAVÉS DA MISTURA DE RESÍDUOS PLÁSTICOS RECICLÁVEIS E CASCA DE ARROZ. POSSUI TRÊS TABUAS MACIÇAS NO TAMPO COM MEDIDAS DE 100X20X1480MM CADA, FICANDO O TAMPO COM MEDIDAS DE 600X20X1480. AS ESTRUTURAS DA MESA ONDE SÃO FIXADOS OS ASSENTOS E O TAMPO SÃO EM PERFIS DE MADEIRA PLÁSTICA DE 30X67MM, SÃO DUAS ESTRUTURAS COM DOIS PÉS DE APOIO CADA, ESTAS ESTRUTURAS DOS PÉS SÃO FEITAS COM BARRAMENTO DUPLO AUMENTANDO A RESISTÊNCIA DO MÓVEL E SÃO FIXADAS A UMA DISTÂNCIA DE 84CM ENTRE ELAS. AS TABUAS DO ASSENTO DOS BANCOS SÃO DE 100X20X1480MM CADA, COM UM REFORÇO EM HORIZONTAL NA PARTE INFERIOR EM PERFIL DE 100X25X840MM. A TABUA DO ASSENTO É FIXADA SOB UM PERFIL DE 140X30X1300MM QUE ESTA UNIDA ENTRE AS ESTRUTURAS DOS PÉS DAS MESAS. A MEDIDA TOTAL DESTA MESA COM OS BANCOS FICA 1480X1300X750MM.. APRESENTAR NA PROPOSTA DE PREÇOS A CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA NO CAU (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO) PARA A RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO PRODUTO, APRESENTAR EM NOME DO LICITANTE O RELATÓRIO DE ENSAIO DA COMPRESSÃO DA MADEIRA PLÁSTICA SEGUNDO A NORMA ASTM D695-15 COM RESISTÊNCIA SUPERIOR A 280KN E O RELATÓRIO DE ENSAIO DA TOXIDADE DA MADEIRA PLÁSTICA DETERMINANDO O TEOR DE MIGRAÇÃO DO METAIS, QUE ATENDA A ABNT NBR NM 300-3, EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO. TODOS OS PARAFUSOS DE FIXAÇÃO DEVERAM SER ESCAREADOS COM BROCA DE 10MM E TAMPADOS COM UM TAPA-FUROS DE MADEIRA PLÁSTICA COM	UNIDADE	LANCI	6	R\$1.200,00	R\$7.200,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 3 / 6

Compras e Contratos**Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -

Minuta - Licitação: 85 códigoCliente: 83 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

	MEDIDAS DE 10X4MM, GARANTIDO UM MELHOR ACABAMENTO AO MÓVEL.					
4	CONJUNTO 2 CACHEPO QUADRADO COM BANCO SEM ENCOSTO 100% ECOLÓGICO : CACHEPÓS PRODUZIDO EM MADEIRA PLÁSTICA MACIÇA BIOSINTÉTICA FABRICADAS ATRAVÉS DA MISTURA DE RESÍDUOS PLÁSTICOS RECICLÁVEIS, POSSUI ESTRUTURA QUADRADA FABRICADA EM TÁBUAS MACIÇAS DE 20X100MM NA COR MARROM, CADA LATERAL POSSUI 5 TABUAS ALINHADAS NA HORIZONTAL UMA SOBRE A OUTRA ALCANÇANDO 50CM DE ALTURA, CADA LATERAL POSSUI 50CM DE LARGURA APROXIMADAMENTE FORMANDO UM CUBO DE MEDIDAS IGUAIS. AS LATERAIS SÃO UNIDAS POR PERFIS 25X48MM FIXADOS INTERNAMENTE POR PARAFUSOS DE FORA PARA DENTRO, ANTES DA FIXAÇÃO DOS PARAFUSOS AS TÁBUAS DEVERAM SER ESCAREADAS PARA APÓS A FIXAÇÃO SER COLOCADO OS TAPA-FUROS QUE DÃO O ACABAMENTO AO CACHEPÓS E PROTEÇÃO AO PARAFUSO. AO FUNDO DO CACHEPÓS É FIXADO UMA TÁBUAS DE MADEIRA PLÁSTICA MACIÇA DE 25X200X460MM QUE FICA A UMA ALTURA APROXIMADA DE 20CM DENTRO DA FLOREIRA NA HORIZONTAL PARA APOIAR O VASO DE FLOR. AS MEDIDAS TOTAIS DO CACHEPÔ FICAM: 50CM DE ALTURA, 50CM DE COMPRIMENTO E 50CM DE LARGURA. UM BANCOS EM MADEIRA PLÁSTICA MACIÇA SEM ENCOSTO ECOLÓGICAMENTE CORRETO (100% ECOLÓGICO), AS TÁBUAS SÃO MACIÇAS FABRICADAS ATRAVÉS DA MISTURA DE RESÍDUOS PLÁSTICOS RECICLÁVEIS. APRESENTAR NA PROPOSTA DE PREÇOS A CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA NO CAU (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO) PARA A RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO PRODUTO, APRESENTAR EM NOME DO LICITANTE O RELATÓRIO DE ENSAIO DA COMPRESSÃO DA MADEIRA PLÁSTICA SEGUNDO A NORMA ASTM D695-15 COM RESISTÊNCIA SUPERIOR A 280KN E O RELATÓRIO DE ENSAIO DA TOXIDADE DA MADEIRA PLÁSTICA DETERMINANDO O TEOR DE MIGRAÇÃO DO METAIS, QUE ATENDA A ABNT NBR NM 300-3, EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO.. BANCO PRODUZIDO COM PERFIL 20X100MM COM MEDIDAS TOTAIS DE 1,48 METROS DE COMPRIMENTO, ASSENTO COM 4 TABUAS 100X20MM COM VÃO DE 2CM ENTRE ELAS, E 50 CM DE LARGURA. A ESTRUTURA DO BANCO É COMPOSTA POR DUAS TABUAS LATERAIS DE 10X2X248CM QUE SAEM DA LATERAL DE UM CACHEPÓS E VAI ATÉ A LATERAL DO OUTRO, INTERLIGANDO OS BANCOS AOS CACHEPÓS. MEDIDAS TOTAIS DO CONJUNTO: 248X50X50CM. DEVE SER ENTREGUE MONTADO	UNIDADE	LANCI	6	R\$1.299,00	R\$7.794,00
5	KIT ACADEMIA FABRICADA EM MADEIRA PLÁSTICA MACIÇA NA COR MARROM COMPOSTO POR: BARRA PARALELA PARA GINÁSTICA COM ESTRUTURA FABRICADO EM MADEIRA PLÁSTICA MACIÇA, PARA MOBILIÁRIO URBANO ECOLÓGICAMENTE CORRETO, ALTA DURABILIDADE, RESISTENTE AO SOL, MARESIAS, CUPINS, RECICLÁVEL E NÃO TÓXICO EM PERFIL REDONDO Ø 100MM E TUBO DE FERRO GALVANIZADO, Ø 3/4" E ESPESSURA E=2,5MM. ESTE MÓDULO REQUER CHUMBAMENTO AO SOLO. MEDIDAS: 210X80X100CM. ESCADA HORIZONTAL PARA GINÁSTICA COM ESTRUTURA FABRICADA EM MADEIRA PLÁSTICA MACIÇA, PARA MOBILIÁRIO URBANO ECOLÓGICAMENTE CORRETO, ALTA DURABILIDADE, RESISTENTE AO SOL, MARESIAS, CUPINS, RECICLÁVEL E NÃO TÓXICO EM PERFIL REDONDO Ø 100MM E PERFIL REDONDO DE Ø 34MM. ESTE MÓDULO REQUER CHUMBAMENTO AO SOLO. MEDIDAS: 240X54X240CM. APRESENTAR NA PROPOSTA DE PREÇOS A CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA NO CAU (CONSELHO DE	UNIDADE	LANCI	2	R\$9.100,00	R\$18.200,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 4 / 6

Compras e Contratos**Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -

Minuta - Licitação: 85 códigoCliente: 83 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

	ARQUITETURA E URBANISMO) PARA A RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO PRODUTO, APRESENTAR EM NOME DO LICITANTE O RELATÓRIO DE ENSAIO DA COMPRESSÃO DA MADEIRA PLÁSTICA SEGUNDO A NORMA ASTM D695-15 COM RESISTÊNCIA SUPERIOR A 280KN E O RELATÓRIO DE ENSAIO DA TOXIDADE DA MADEIRA PLÁSTICA DETERMINANDO O TEOR DE MIGRAÇÃO DO METAIS, QUE ATENDA A ABNT NBR NM 300-3, EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO PRANCHA ABDOMINAL PARA GINÁSTICA AO AR LIVRE: ESTRUTURA FABRICADA EM MADEIRA PLÁSTICA MACIÇA. MEDIDAS: 225X50X100CM. PROVA DE ARGOLAS ESTRUTURA FABRICADA EM MADEIRA PLÁSTICA MACIÇA PARA MOBILIÁRIO URBANO ECOLOGICAMENTE CORRETO, ALTA DURABILIDADE, RESISTENTE AO SOL, MAREZIA, CUPINS, RECICLÁVEL E NÃO TÓXICO EM PERFIL REDONDO Ø 100MM. POSSUI 8 ARGOLAS COM 20CM DE DIÂMETRO E CORRENTES. ESTE MÓDULO REQUER CHUMBAMENTO AO SOLO. MEDIDAS: 240X10X240CM. BARRA DUPLA DE ALONGAMENTO. SUA ESTRUTURA É FABRICADO EM MADEIRA PLÁSTICA MACIÇA, PARA MOBILIÁRIO URBANO ECOLOGICAMENTE CORRETO, ALTA DURABILIDADE, RESISTENTE AO SOL, MAREZIA, CUPINS, RECICLÁVEL E NÃO TÓXICO EM PERFIL REDONDO Ø 100MM E TUBO DE FERRO GALVANIZADO, Ø 3/4" E ESPESSURA E=2,5MM. MEDIDAS ALTURA 2,40;LARGURA 2,10. ESTE MÓDULO REQUER CHUMBAMENTO AO SOLO					
6	PONTO DE ÔNIBUS 100% ECOLÓGICA EM MADEIRA PLÁSTICA BIOSINTÉTICA MACIÇA COM BANCO E LIXEIRA: POSSUI DUAS ESTRUTURAS LATERAIS EM TABUAS DUPLAS DE 10X5CM COM 3M DE COMPRIMENTO FIXADAS AO CHÃO COM 60CM DE PROFUNDIDADE PARA DAR MAIO RESISTÊNCIA, SOBRANDO 2,40M DE ALTURA, ESTAS TABUAS FORMA UM "SANDUICHE" ONDE ENTRE ELAS VAI 5 CALÇOS DE PERFIL 100X50MM PARA DAR O AFASTAMENTO, A ESPESSURA TOTAL DAS DUAS COLUNAS DE SUSTENTAÇÃO DO PONTO MONTADAS DEVE FICAR 100X150MM, NA PARTE SUPERIOR DE DEVERÁ SER ENCAIXADO UM PERFIL DE 100X50X1460MM EM CADA UMA DAS LATERAIS E ENTRE OS PALANQUES DE SUSTENTAÇÃO, DEVERA FICA NA HORIZONTAL COM 10° GRAUS DE INCLINAÇÃO PARA A FIXAÇÃO DO TELHADO, NA FRETE E ATRÁS VAI UM PERFIL DE MADEIRA PLÁSTICA MACIÇA DE 100X50X2990MM PARA SUSTENTAÇÃO AS TELHAS E UNIÃO DAS LATERAIS DO PONTO. SOBRE O PONTO SERÁ FIXADAS AS TELHAS ECOLÓGICAS RECICLADAS TETRA-PAK COM UMA LAMINA DE ALUMÍNIO PARA REFLETIR O CALOR DO SOL, ABAIXO E NO CENTRO DO TELHADO, PARA FIXAR AS TELHAS SERÁ COLOCADO UM PERFIL 100X50X2490MM. A DISTÂNCIA APROXIMADA ENTRE OS PILARES DE SUSTENTAÇÃO É DE 2,5M. EM BAIXO DO PONTO TERÁ UM BANCO JARDIM EM MADEIRA PLÁSTICA COM ENCOSTO: POSSUI QUATRO TABUAS MACIÇAS NA COR MARROM PRODUZIDAS EM MADEIRA BIOSINTÉTICA FABRICADAS ATRAVÉS DA MISTURA DE RESÍDUOS PLÁSTICOS RECICLÁVEIS E CASCA DE ARROZ, MEDIDAS DAS TABUAS: 1490X140X30MM, OS QUATRO CANTOS SUPERIORES DE CADA TABUA SÃO BOLEADOS, POR SER MACIÇA, AS TABUAS DEVERAM TER A COR MARROM EM TODA A SUA COMPOSIÇÃO TANTO EXTERNA COMO INTERNA. A SUSTENTAÇÃO DO BANCO É FEITO POR DOIS PÉS INJETADOS EM POLIPROPILENO RECICLADO EM FORMATO DE H NA COR VERDE, SENDO QUE AS DUAS BASES DE APOIO DE CADA PÉ SÃO UNIDAS POR UMA TRAVESSA HORIZONTAL E DUAS EM DIAGONAL, FORMANDO UM V NO MEIO PARA DAR MAIOR RESISTÊNCIA AOS PÉS, AS PATETES INFERIORES DOS PÉS QUE FICAM EM	UNIDADE	LANCI	8	R\$3.900,00	R\$31.200,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Pág 5 / 6

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -

Minuta - Licitação: 85 códigoCliente: 83 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

	<p>CONTATO COM O CHÃO POSSUEM 75MM DE LARGURA PARA PODER SER FIXADO ATRAVÉS DE PARAFUSOS O BANCO AO CHÃO. DUAS MÃO FRANCESAS VÃO EM DIAGONAL DO PÉ ATÉ A TABUA DO ASSENTO DANDO MAIOR EQUILÍBRIO A ESTRUTURA. A ESPESSURA DA PAREDE CENTRAL E INTERNA DO PÉ DEVE SER DE NO MÍNIMO 6MM PARA DAR RESISTÊNCIA E O PESO MÍNIMO DO PÉ É DE 1,60KG. MEDIDAS TOTAIS DO PÉ: 730X515X53MM. MEDIDAS TOTAIS DO BANCO: LARGURA: 1490MM, ALTURA DO ASSENTO: 380MM, ALTURA TOTAL: 730MM; LARGURA DA BASE DO ASSENTO: 290MM. DEVERÁ SER MONTADO COM 20 UNIDADES DE PARAFUSOS E PORCAS NANOTEC PARA EVITAR A CORROSÃO. O BANCO POSSUI PESO DE 28KG E SUPORTA NO MÍNIMO 400KG DE PESO. JUNTO COM A COM O PONTO DE ÔNIBUS, DEVERÁ SER INSTALADA UMA LIXEIRA SIMPLES 100% ECOLÓGICA E RECICLADA, PRODUZIDA EM MADEIRA PLÁSTICA PARA MOBILIÁRIO URBANO ECOLOGICAMENTE CORRETO, ALTA DURABILIDADE, RESISTENTE AO SOL, MAREIA, CUPINS, RECICLÁVEL E NÃO TÓXICO. POSSUI UM CESTO, COM MEDIDAS INTERNAS DE 285X285X465MM COM APROXIMADAMENTE 40 LITROS, SUSTENTADO POR UM PALANQUE MACIÇO DE MADEIRA PLÁSTICA RECICLÁVEL E ECOLÓGICO COM MEDIDAS DE 65X65 MM COM ALTURA DE 100CM PARA SUA SUSTENTAÇÃO FIXADO NA BASE DO CESTO, JUNTO COM O PALANQUE E O FUNDO DO CESTO EXISTE DOIS REFORÇOS EM MADEIRA PLÁSTICA NO FORMATO DE UM TRIÂNGULO. O CESTO POSSUI 12(DOZE) TABUAS MACIÇAS MEDINDO 100X20X490MM NA COR MARROM, COM ACABAMENTO SUPERIOR NO MESMO MATERIAL FAZENDO A BORDA DA LIXEIRA NA APARTE SUPERIOR DO CESTO. NA PARTE INFERIOR 2(DUAS) TABUAS DE MADEIRA PLÁSTICA RECICLÁVEL E ECOLÓGICA COMO BASE PARA FECHAMENTO MEDINDO 140X30X285MM, FIXAÇÃO ATRAVÉS DE PARAFUSOS DE NANOTEC COM ROSCA CORTANTE DE 4,8X38MM. DEVERÃO SER ENTREGUES MONTADOS E A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR NA PROPOSTA DE PREÇOS A CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA NO CAU (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO) PARA A RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO PRODUTO, APRESENTAR EM NOME DO LICITANTE O RELATÓRIO DE ENSAIO DA COMPRESSÃO DA MADEIRA PLÁSTICA SEGUNDO A NORMA ASTM D695-15 COM RESISTÊNCIA SUPERIOR A 280KN E O RELATÓRIO DE ENSAIO DA TOXIDADE DA MADEIRA PLÁSTICA DETERMINANDO O TEOR DE MIGRAÇÃO DO METAIS, QUE ATENDA A ABNT NBR NM 300-3, EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO. DIMENSÕES TOTAIS DO ABRIGO: 2,40 A X 2,96 L X 1,49 P. A DISTÂNCIA APROXIMADA ENTRE OS PILARES DE SUSTENTAÇÃO É DE 2,5M</p>					
7	<p>ABRIGO DE PASSAGEIROS 100% ECOLÓGICO PRODUZIDO TODO EM MADEIRA MACIÇA PLÁSTICA BIOSINTÉTICA RECICLÁVEL. POSSUI DUAS ESTRUTURAS LATERAIS, CADA UMA COM DOIS APOIOS NO CHÃO FEITO EM TABUAS DUPLAS DE 14X3CM NO APOIO CENTRAL E UM PERFIL DE 7X2,5CM NA PARTE FRONTAL PARA DAR MAIOR RESISTÊNCIA E EQUILÍBRIO, ESTES PÉS SÃO CONCRETADOS 0,90CM PARA DENTRO DO SOLO FICANDO COM 2,10 DE ALTURA PARA FORA DO SOLO. NA FRENTE DO PONTO TERÁ MAIS DUAS COLUNAS DUPLAS DE 3M, COM, 80CM FIXADOS ABAIXO DO CHÃO PARA DAR MAIOR RESISTÊNCIA A ESTRUTURA. ESTAS BASES DE APOIO DO PONTO SÃO AFASTADAS EM 3M COM UMA TESTEIRA NA FRENTE EM PERFIL 20X2,5CM A UMA ALTURA DE 240CM DO SOLO E POR MAIS DUAS TABUAS DE PERFIL 14X3CM COM 3M DE COMPRIMENTO NAS COSTAS DO PONTO, UMA COM</p>	UNIDADE		5	R\$10.100,00	R\$50.500,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 6 / 6

Compras e Contratos**Termo Homologação - Termo de Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -
Minuta - Licitação: 85 codigoCliente: 83 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

<p>30CM DE ALTURA E OUTRA COM 210CM DE ALTURA DO SOLO. ESTE PONTO POSSUI UM BANCO COM MEDIDA DE 200X40CM COM ENCOSTO, FIXADO NO LADO DIREITO DO PONTO, DEIXANDO 1M DE ESPAÇO LIVRE PARA A ACOMODAÇÃO DE UM CADEIRANTE. SEU TELHANDO É PRODUZIDO EM TELHA DE EMBALAGEM TETRA-PACK RECICLÁVEL NA COR CINZA COM ONDULAÇÕES PARA O ESCOAMENTO DA AGUA, AS TELHAS POSSUEM DOIS REFORÇOS EM PERFIL 100X50MM COMO MÃO FRANCESA, NAS COSTAS DO PONTO TAMBÉM VAI UMA CHAPA LISA DE EMBALAGEM TETRA-PACK RECICLÁVEL QUE SERVE PARA EVITA O RESPINGO DE AGUA DA CHUVA NAS COSTAS DO USUÁRIO. AS DUAS LATERAIS DEVERAM TER UM FECHAMENTO EM CHAPA DE ACRÍLICO TRANSPARENTE DE 5MM COM MEDIDAS DE 150X70CM. DEVERÃO SER ENTREGUES MONTADOS E A EMPRESA APRESENTAR NA PROPOSTA DE PREÇOS A CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA NO CAU (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO) PARA A RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO PRODUTO, APRESENTAR EM NOME DO LICITANTE O RELATÓRIO DE ENSAIO DA COMPRESSÃO DA MADEIRA PLÁSTICA SEGUNDO A NORMA ASTM D695-15 COM RESISTÊNCIA SUPERIOR A 280KN E O RELATÓRIO DE ENSAIO DA TOXIDADE DA MADEIRA PLÁSTICA DETERMINANDO O TEOR DE MIGRAÇÃO DO METAIS, QUE ATENDA A ABNT NBR NM 300-3, EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO.</p>					
					<p>Total do Fornecedor: R\$127.914,00 Presidente Nereu, 8 de novembro de 2019.</p>

ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal
CPF: 767.132.029-34

Princesa

PREFEITURA

DECRETO N. 326 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220702

DECRETO Nº. 326, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

APROVA DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO DE LOTE RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

DECRETA

Art. 1º O presente memorial refere-se ao desmembramento de parte do lote rural nº 05 (cinco), com área de 64.722,32 m² (sessenta e quatro mil e setecentos e vinte e dois metros e trinta e dois décimos quadrados), e parte do lote rural nº 07 (sete), com área de 14.662,68 m² (quatorze mil e seiscentos e dois metros e sessenta e oito décimos quadrados), perfazendo um total de 79.385,00 m² (setenta e nove mil trezentos e oitenta e cinco metros quadrados), sem acessões, situado na Linha Vista Alta, no Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, de propriedade do Loteamento Portal do Sol Ltda, para que seja desmembrada a área de 7.000,00 m² (sete mil metros quadrados), a área de 4.261,00 m² (quatro mil duzentos e sessenta e um metros quadrados) e seja feita a fusão com a gleba urbana nº 01 (um), com área de 5.739,00 m² (cinco mil setecentos e trinta e nove metros quadrados), sem acessões, situada na Linha Vista Alta, no perímetro urbano do Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, formando uma nova área de 10.000,00 m² (dez mil metros quadrados), de propriedade de Elisandra Goetz, conforme as dimensões e confrontações a seguir:

IMÓVEL PRIMITIVO 01 (matrícula nº 14.395): Parte do lote rural nº 05 (cinco), com área de 64.722,32 m² (sessenta e quatro mil e setecentos e vinte e dois metros e trinta e dois décimos quadrados), e parte do lote rural nº 07 (sete), com área de 14.662,68 m² (quatorze mil e seiscentos e dois metros e sessenta e oito décimos quadrados), perfazendo um total de 79.385,00 m² (setenta e nove mil trezentos e oitenta e cinco metros quadrados), sem acessões, situado na Linha Vista Alta, no Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, confrontando-se; ao NORTE, com parte dos mesmos lotes rurais nº 05 e 07, matrícula nº 5.175, propriedade de Jacir Favero e outros, e com a gleba urbana nº 02, matrícula nº 13.076, propriedade de Josmar Dapper, pela estrada de acesso ao Município de Princesa/SC; a NOROESTE, com a gleba urbana número 01, matrícula 12.642, propriedade de Elisandra Goetz, por linha seca; a NORDESTE, com gleba urbana nº 01, matrícula 12.642, propriedade de Elisandra Goetz, por linha seca; novamente a NOROESTE com parte do lote rural nº 03, matrícula nº 11.604, propriedade de Danilo Luiz Limberger e Claci Maria Limberger, por linha seca; a SUDOESTE, com parte do mesmo lote rural nº 05, matrícula número 14.329, propriedade de Gilberto Osmar Schneider e outros, por linha seca; a SUDESTE, com parte do lote rural nº 07, propriedade de Jacir Favero e outros, matrícula nº 5.175 e Evelácio José Kern e Ana Maria Kern, matrícula nº 5.176, por linha seca; novamente a SUDOESTE, com parte do lote rural nº 07, propriedade de Jacir Favero e outros, matrícula nº 5.175 e Evelácio José Kern e Ana Maria Kern, matrícula nº 5.176, por linha seca; e novamente a SUDESTE, com parte do lote rural nº 07, com parte do lote rural nº 07, propriedade de Jacir Favero e outros, matrícula nº 5.175 e Evelácio José Kern e Ana Maria Kern, matrícula nº 5.176, por linha seca.

ÁREA DESMEMBRADA 01: Gleba urbana nº 04 (quatro), com área de 7.000,00 m² (sete mil metros quadrados), situada na Linha Vista Alta, no perímetro urbano do Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, confrontando-se: a NOROESTE, com a gleba urbana nº 01, matrícula 12.642, propriedade de Elisandra Goetz, por linha seca; a SUDOESTE, com parte do mesmo lote rural nº 05, matrícula 14.395, propriedade de Loteamento Portal do Sol Ltda, por linha seca; a SUDESTE, com parte do mesmo lote rural nº 05, matrícula nº 14.395, propriedade de Loteamento Portal do Sol Ltda, por linha seca; ao NORTE, com parte do mesmo lote rural nº 05, matrícula número 5.175, propriedade de Jacir Favero e outros, e com a gleba urbana nº 02, matrícula nº 13.076, propriedade de Josmar Dapper, pela estrada de acesso ao Município de Princesa/SC.

ÁREA DESMEMBRADA 02: Gleba urbana nº 03 (três), com área de 4.261,00 m² (quatro mil duzentos e sessenta e um metros quadrados), situada na Linha Vista Alta, no perímetro urbano do Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, confrontando-se; a NOROESTE, com parte do lote rural nº 03, matrícula número 11.604, propriedade de Danilo Luiz Limberger e Claci Maria Limberger, por linha seca; a SUDOESTE, com parte do mesmo lote rural nº 05, matrícula número 14.395, de propriedade de Loteamento Portal do Sol Ltda, por linha seca; a SUDESTE, com parte do mesmo lote rural nº 05, matrícula nº 14.395, propriedade de Loteamento Portal do Sol Ltda, por linha seca; a NORDESTE, com gleba urbana nº 01, matrícula 12.642, de propriedade Elisandra Goetz, por linha seca.

ÁREA REMANESCENTE: Parte do lote urbano nº 05 (cinco), com área de 53.461,32 m² (cinquenta e três mil quatrocentos e sessenta e um metros e trinta e dois décimos quadrados) e parte do lote rural nº 07 (sete), com área de 14.662,68 m² (quatorze mil seiscentos e sessenta e dois metros e sessenta e oito décimos quadrados), perfazendo um total de 68.124,00 m² (sessenta e oito mil cento e vinte e quatro metros quadrados) situado na Linha Vista Alta, Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, confrontando-se; ao NORTE com parte dos mesmos lotes rurais nº 05 e 07, matrícula nº 5.175, propriedade de Jacir Favero e outros, pela estrada de acesso ao Município de Princesa/SC; a NOROESTE, com a gleba urbana nº 04, matrícula nº 14.395, propriedade de Loteamento Portal do Sol Ltda, por linha seca; a NORDESTE, com a gleba urbana nº 04, matrícula nº 14.395, propriedade de Loteamento Portal do Sol Ltda, por linha seca; a NOROESTE, com gleba urbana nº 01, matrícula nº 12.642, propriedade de Elisandra Goetz, e com a gleba urbana nº 03, matrícula nº 14.395, propriedade de Loteamento Portal do Sol Ltda, por linha seca; novamente a NORDESTE, com a gleba urbana nº 03, matrícula nº 14.395, propriedade de Loteamento Portal do Sol Ltda, por linha seca; a NOROESTE, com parte do lote rural nº 03, matrícula número 11.604, propriedade de Danilo Luiz Limberger e Claci Maria Limberger, por linha seca; a SUDOESTE, com parte do mesmo lote rural nº 05, matrícula nº 14.329, propriedade de Gilberto Osmar Schneider e outros, por linha seca; a SUDESTE, com parte do lote número 07, propriedade de Evelácio José Kern e outros, matrícula nº 5.176, por linha seca; novamente a SUDOESTE, com parte do lote rural nº 07, propriedade de Evelácio José Kern e outros, matrícula nº 5.176, por linha seca; novamente a SUDESTE, com parte do lote rural nº 07, propriedade de Evelácio José Kern e outros, matrícula nº 5.176, por linha seca.

IMÓVEL PRIMITIVO 02 (matrícula nº 12.642): Gleba urbana nº 01 (um), com área de 5.739,00 m² (cinco mil setecentos e trinta e nove metros quadrados), sem acessões, situada na Linha Vista Alta, no perímetro urbano do Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações; a NOROESTE, com o lote rural nº 04, por linha seca; a NORDESTE, com a gleba nº 02, através da rodovia

de ligação entre a BR 163 e o Município de Princesa; a SUDOESTE, com parte do mesmo lote rural nº 05, por linha seca; e a SUDESTE, com parte do mesmo lote rural nº 05, por linha seca.

ÁREA REMEMBRADA: Gleba urbana número 01 (um), com área de 5.739,00 m² (cinco mil setecentos e trinta e nove metros quadrados) e gleba urbana nº 03 (três), com área de 4.261,00 m² (quatro mil duzentos e sessenta e um metros quadrados), perfazendo um total de 10.000,00 m² (dez mil metros quadrados), situado na Linha Vista Alta, no perímetro urbano do Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, confrontando-se: ao NORTE, com a gleba nº 02, matrícula nº 13.076, propriedade de Josmar Dapper, através da rodovia de ligação entre a BR 163 e o Município de Princesa; a NOROESTE, com parte do lote rural nº 03, matrícula nº 11.604, propriedade de Danilo Luiz Limberger e Claci Maria Limberger, por linha seca; a SUDOESTE, com parte do mesmo lote rural número 05, matrícula nº 14.395, propriedade de Loteamento Portal do Sol Ltda, por linha seca; a SUDESTE, com parte do mesmo lote rural nº 05, matrícula nº 14.395, propriedade de Loteamento Portal do Sol Ltda, e com a gleba urbana nº 04, matrícula nº 14.395, propriedade de Loteamento Portal do Sol Ltda, por linha seca.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto nº 244 de 30 de agosto de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa/SC,
em 07 de novembro de 2019.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e
publicado na forma da lei
Princesa/SC, 08 de novembro de 2019
Gilson Loga Lisboa

DECRETO Nº 350 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220979

DECRETO Nº 350 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Homologa o Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente-COMDEMA.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 77 de 11 de setembro de 2019, Lei Municipal nº 1005 de 03 de julho de 2019; e:

CONSIDERANDO a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, conforme consta em Ata realizada na data de 04 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, na forma do texto em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 337 de 01.11.2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,
Estado de Santa Catarina, 11 de Novembro de 2019.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

COMDEMA

REGIMENTO INTERNO

Índice

Capítulo I Do Objetivo
Capítulo II Da Competência
Capítulo III Da Composição
Capítulo IV Da Organização
Capítulo V Das Assembléias
Capítulo VI Da Presidência
Capítulo VII Da Secretaria
Capítulo VIII Das Reuniões
Capítulo IX Dos Atos
Capítulo X Disposições Finais

Capítulo I

Do Objetivo

Art. 1º Este regimento estabelece normas de organização e funcionamento do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, órgão consultivo e deliberativo, criado pela Lei nº 1.005/2019, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Prefeito Municipal de Princesa, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Capítulo II

Da Competência

Art. 2º Compete ao COMDEMA:

I - Estudar, propor e atualizar a Política Ambiental do Município;

II - Exigir o pleno cumprimento da Política Ambiental, denunciando qualquer desrespeito à lei;

III – Fiscalizar as ações do órgão ambiental municipal e a utilização do Fundo Municipal de Meio Ambiente;

IV - Deliberar, apresentando sugestões sobre:

a) as diretrizes de desenvolvimento do Município;

b) as alterações nas leis de uso do solo no Município;

c) as definições relativas à coleta e ao tratamento de resíduos de qualquer natureza;

d) a instalação ou expansão de empreendimentos de qualquer natureza, potencialmente causadores de impacto ambiental, em qualquer magnitude;

e) as definições relativas ao uso e proteção dos recursos hídricos;

f) imunização do corte de árvores ou área de relevante interesse ecológico e paisagístico;

V - Propor campanhas educativas para formar consciência pública da necessidade de proteger, conservar e melhorar o meio ambiente;

VI - Propor e acompanhar a implantação de novas unidades de conservação e assessorar a efetiva implantação das existentes;

VII - Manter intercâmbio com órgãos da Administração Federal, Estadual, Municipal e com entidades não governamentais para receber e fornecer subsídios técnicos, úteis na defesa e recuperação do meio ambiente;

VIII - Decidir, como última instância administrativa em grau de recurso, sobre multas e outras penalidades impostas pelo órgão executor da política municipal do meio ambiente;

IX - Responder consultas sobre matéria de sua competência, orientando os interessados e a população sobre as normas de proteção ambiental;

X - Acompanhar, examinar e opinar sobre a implementação de normas, políticas e legislação do meio ambiente, no Município;

XI - Elaborar ou alterar seu Regimento Interno;

XII – Deliberar sobre a realização de estudos das alternativas e das possíveis conseqüências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos envolvidos as informações necessárias, nos termos do Decreto n. 2.663, de 09 de fevereiro de 2012.

Capítulo III

Da Composição

Art. 3º O COMDEMA será composto por 10 (dez) membros, nomeados por ato do Prefeito Municipal, indicados pelas entidades a seguir:

I – Representantes Governamentais:

a) Poder Executivo:

b) Representantes da Câmara de Vereadores:

c) Secretaria de Saúde:

d) Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:

e) Secretaria de Infraestrutura de Obras, dos Transportes e Urbanismo:

II – Representantes Não Governamentais:

a) Sindicato dos Funcionários Públicos (SINDI)

b) Associação de Pais e Professores (APP)

c) Entidade Civil:

d) Representante do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar:

e) Representante de alunos Universitários.

§ 1º Para cada membro titular será indicado um suplente.

§ 2º A composição dos membros do COMDEMA é instituída, observando-se os critérios de paridade fixados na legislação pertinente, bem como pela Lei 1.005/2019.

Capítulo IV

Da Organização

Art. 4º O mandato dos membros do COMDEMA será de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 5º O COMDEMA ficará diretamente vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 6º O suporte administrativo e técnico, em caráter permanente ou eventual, indispensável ao funcionamento do COMDEMA será prestado diretamente pela Prefeitura Municipal, tanto em relação às instalações e material de consumo, como aos recursos humanos e financeiros.

Art. 7º O COMDEMA terá a seguinte estrutura:

I - Assembleia;

II - Presidência;

III - Secretaria.

Capítulo V

Das Assembleias

Art. 8º A Assembléia se constitui no órgão superior deliberativo e normativo do COMDEMA, encarregado de compatibilizar os planos, programas, projetos e atividades de proteção ambiental com as normas pertinentes.

Art. 9º A Assembleia é composta pelos membros titulares do COMDEMA, e seus respectivos suplentes, havendo ausência do titular, com direito a voto nos atos e deliberações do Conselho.

Art. 10. A Assembléia Geral Ordinária ocorrerá uma vez por mês, conforme calendário aprovado na primeira reunião do ano;

Art. 11. A Assembléia Geral Extraordinária poderá ocorrer quantas vezes se fizer necessário, por convocação do presidente ou de 1/3 dos membros;

Art. 12. As Assembleias são abertas a participação do público em geral, com direito de manifesto e sem direito a voto.

Art. 13. As decisões do Conselho poderão ser formalizadas através de resoluções aprovadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, em razão de empate.

Art. 14. As decisões e atos do COMDEMA, aprovados em Assembléia, sob a forma de Resoluções, tem efeito normativo e executivo nas ações da Administração Pública, após baixados sob a forma de Decretos pelo Executivo Municipal.

Art. 15. Compete à Assembléia:

I - Eleger o Presidente, o Vice-Presidente, o Secretário Geral e o Vice-Secretário do COMDEMA;

II - Destituir ou requisitar a substituição de membros às entidades;

III - Apreciar e deliberar sobre temas da competência do COMDEMA;

IV - Deliberar sobre normas e atos relativos ao Regimento Interno ou ao funcionamento do COMDEMA a qualquer título;

V - Aprovar resoluções e propostas, encaminhando ao Executivo Municipal.

Capítulo VI

Da Presidência

Art. 16. A Presidência é composta de um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos em votação secreta entre os membros do COMDEMA, com mais da metade dos votos válidos, para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do Presidente, a presidência será exercida pelo seu Vice-Presidente e na falta de ambos, pelo Secretário.

Art. 17. Compete à Presidência do COMDEMA:

I - Representar o Conselho em juízo ou fora dele;

II - Estabelecer a pauta, convocar e presidir as reuniões e assembleias;

III - Assinar as Resoluções, correspondências e outros documentos;

IV - Fazer cumprir as decisões da assembleia e o regimento interno;

V - Constituir comissões e propor a designação de relatores para matérias;

VI - Tomar decisões de urgência, submetendo a Assembléia seguinte;

VII - Propor o calendário anual das Assembleias Ordinárias;

VIII - Adotar as providências necessárias ao andamento dos processos;

IX - Encaminhar votação das matérias submetidas a apreciação;

X - Exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pela Assembléia.

Capítulo VII

Da Secretaria

Art. 18. A Secretaria é composta de um Secretário e um Vice-Secretário, eleitos entre os membros do COMDEMA, da mesma forma e na mesma Assembléia de eleição da Presidência.

Art. 19. A Secretaria é órgão auxiliar da Assembléia, das Comissões e da Presidência, desempenhando atividades de gabinete e de assessoramento administrativo.

Art. 20. Quando necessário, a Secretaria com a anuência prévia da Presidência, poderá requisitar junto ao Gabinete do Prefeito Municipal, apoio técnico, operacional e administrativo dos órgãos da Administração Direta e Indireta, bem como requisitar servidores, para a execução de atividades relacionadas ao COMDEMA.

Art. 21. Os documentos enviados ao Conselho serão recebidos, registrados e protocolados junto ao protocolo geral da Prefeitura Municipal, que os encaminhará ao órgão municipal do Meio Ambiente, e complementados com todas as informações disponíveis relacionadas ao assunto neles abordado, sendo em seguida encaminhados ao Presidente do Conselho, como elementos de pauta da próxima Assembléia, para análise e deliberação imediata ou eventual distribuição a um relator.

Art. 22. Compete a Secretaria do COMDEMA:

I - Secretariar as reuniões e assembleias;

II - Organizar e Arquivar documentos e correspondências;

III - Manter sob sua guarda os livros de atas, de presenças e de protocolo;

VI - Substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;

V - Relatar as matérias encaminhadas ao COMDEMA;

VI - Executar os trabalhos que lhe forem atribuídos pela Presidência;

VII - Preparar e remeter a convocação e a pauta das reuniões do COMDEMA, 7 (sete) dias antes de cada Assembléia;

VIII - Elaborar as atas das reuniões e a redação final de todas as Resoluções, e documentos que forem expedidos pelo Conselho;

IX - Assinar em conjunto com a Presidência, toda a documentação do COMDEMA.

X - Disponibilizar aos Conselheiros, cópias da documentação referente a assuntos da pauta, que exijam tomadas de decisões, se solicitado, vedada a divulgação do conteúdo do material.

Capítulo VIII

Das Reuniões

Art. 23. As reuniões da Assembléia obedecerão a seguinte ordem:

- I - Abertura dos trabalhos pelo Presidente do Conselho;
- II - Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior, facultados os pedidos de retificação;
- III - Apresentação da pauta em curso, pela secretária;
- IV - Deliberação individual dos assuntos da pauta;
- V - Designação de relatores;
- VI - Agenda livre, para serem debatidos ou levados ao conhecimento do Plenário, assuntos de interesse geral;
- VII - Encerramento da reunião pelo Presidente.

Art. 24. A presença de metade mais um dos Conselheiros formalizará a maioria simples e estabelecerá "quorum" para a realização das reuniões e deliberações.

Art. 25. Os relatórios a serem apresentados à Assembléia, deverão ser elaborados por escrito pelo Relator e entregues à Secretaria, com 10 (dez) dias de antecedência à data da reunião, para fins de processamento e inclusão na pauta.

Art. 26. A inclusão de assuntos na pauta de reuniões, não previstos na súmula encaminhada com antecedência aos conselheiros, somente será possível por aprovação da Assembléia, na reunião em curso, a pedido do Presidente.

Art. 27. Qualquer Conselheiro poderá apresentar assuntos em reuniões ordinárias, devendo para tanto propor ao Presidente sua inclusão na súmula da pauta de reuniões, com a antecedência necessária, objetivando cientificar os demais Conselheiros.

Art. 28. As decisões do Conselho serão tomadas por maioria dos membros presentes, excluído o voto do Presidente, a não ser quando houver necessidade de uso do voto de qualidade, em razão de empate.

Parágrafo único. Se o assunto em votação estiver relacionado diretamente a qualquer dos Conselheiros, o mesmo deverá se retirar no momento da discussão e votação.

Art. 29. Das reuniões da Assembléia serão lavradas atas, das quais constarão:

- I - Local, data e hora da reunião;
- II - O nome dos Conselheiros presentes;
- III - A justificativa dos Conselheiros ausentes;
- IV - Sumário do expediente, relação de matérias lidas, registro das proposições apresentadas e das comunicações recebidas e ou emitidas;
- V - Resumo das matérias incluídas na pauta, com a indicação dos Conselheiros que participaram dos debates, designações e encaminhamentos de relatores;
- VI - Declaração de voto, se requerido;
- VII - Deliberações e atos do Conselho.

Parágrafo único. A ata será lavrada ainda que não haja reunião por falta de "quorum", nela constando, neste caso, o exposto nos incisos I, II e III acima.

Capítulo IX Dos Atos

Art. 30. São atos do COMDEMA:

- I - Resoluções;
- II - Normas e Padrões de proteção do Meio Ambiente;
- III - Propostas.

Art. 31. Resolução é a manifestação do Conselho sobre a matéria que lhe seja submetida.

Art. 32. Normas e padrões de proteção e melhoria do meio ambiente são atos do Conselho de caráter geral;

Art. 33. Propostas são encaminhamentos de medidas que visam cumprir as atribuições do Conselho e cuja adoção esteja além das suas competências.

Capítulo X Disposições Finais

Art. 34. O comparecimento dos Conselheiros às assembleias ordinárias e extraordinárias é obrigatório e ocorrerá a perda do mandato sempre que se verifique a ausência, sem justificativa, da representação por mais de 3 (três) sessões consecutivas ou 5 (cinco) intercaladas no período de 1 (um) ano.

Art. 35. Em caso de omissão do órgão representado, em suprir a falta de seus representantes, após a devida comunicação, poderá ser proposto em Assembléia a alteração da composição do COMDEMA, conforme disposto pela Lei n 1.005/2019.

Art. 36. Nas atividades do COMDEMA fica expressamente proibida qualquer manifestação político partidária.

Art. 37. O exercício das funções de membro do Conselho é gratuito e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município.

Art. 38. Em caso de votação, o Presidente do Conselho ouvirá os demais Conselheiros acerca do interesse e conveniência na ocorrência de voto aberto ou fechado.

Art. 39. O presente regimento poderá ser alterado por proposição do Conselho, com aprovação por maioria absoluta dos seus membros.

Art. 40 - O presente Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

DECRETO Nº 351, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221610

DECRETO Nº. 351, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são

conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 970, de 14 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 970, de 14 de Novembro de 2018, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.361.0034.2.034 – Manutenção da Administração Educacional

MODALIDADE:	(178) 3.3.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0000 – Recurso Próprios				
TOTAL			R\$	3.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2018 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Princesa/SC, 08 de Novembro de 2019.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

Keli Fernanda Meotti

Contadora

CRC/SC 026787/O-2

DECRETO Nº. 349, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220900

DECRETO Nº. 349, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Contrata Temporariamente Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 3º do Artigo 102 da Lei Orgânica do Município e, Lei Complementar nº. 021 de 30 de Dezembro de 2014, bem como a Ata nº. 44/2019.

CONSIDERANDO, o interesse público na manutenção dos serviços da Educação;

CONSIDERANDO, a previsão da Lei Federal 8.745 de 1993, aplicada supletivamente ao caso de contratações temporárias, precedida de Processo Seletivo;

CONSIDERANDO, a proteção Constitucional dada a Educação e, que a oferta ou não oferta irregular do ensino implica em responsabilidade da autoridade municipal, nos termos do §2º, artigo 208 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a continuidade dos trabalhos relativos à educação, bem como o cumprimento do calendário do ano letivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada, Dayse Carla Justen, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Tancredo Neves, nº. 404, Município de São José do Cedro/SC, portadora do CPF nº. 111.788.949-16, RG nº. 5.657.495, candidata do Edital de Processo Seletivo nº 02/2018, para atuar na função de Monitor de Creche, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, sendo a vaga vinculada ao período de 15 dias de férias da Monitora Ariele Cristina Berté Dalsolio, assumindo a vaga a partir de 04 de novembro de 2019 até 18 de novembro de 2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 04 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,

08 de novembro de 2019.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado na forma da Lei

Princesa/SC, 11 de novembro de 2019.

Liziane Fátima Pellenz

EXTRATO CONTRATO 14.2019 - FMS

Publicação Nº 2221510

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 14/2019
Contratante.: FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA
Contratada...: ASSOCIACAO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO
Valor : 39.180,00 (trinta e nove mil cento e oitenta reais)
Vigência : Início: 07/11/2019 Término: 06/11/2020 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2019
Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (86)
Objeto : CREDENCIAMENTO para contratação de serviços médicos nas especialidades de ANESTESIOLOGIA e OTORRINOLARINGOLOGIA, além de cirurgias nas especialidades de otorrinolaringologia e ORTOPEDIA por meio de complementação, para pacientes residentes no município de Princesa/SC.
Princesa, 8 de Novembro de 2019
Andréia Cristina Epping de Lima
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PL 125.2019, TP 10.2019 - CENTRO DE CONV. IDOSOS

Publicação Nº 2221300

TOMADA DE PREÇO Nº 10/19
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/19
HOMOLOGAÇÃO: 08/11/19
CONTRATADO: MACOENGE LTDA
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA
OBJETO: Contratação de empresa para execução da obra de construção do CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS do Município de Princesa/SC, com área total de 386,43m², a ser edificado na esquina da Av. Cardeal Jayme com a Rua Sete de Setembro.
VALOR DA DESPESA: R\$ 558.000,00 (quinhentos e cinq-enta e oito mil reais)
DATA: 08/11/19 - EDILSON MIGUEL VOLKWEIS - Prefeito Municipal.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 148.2019-PM - PREGÃO PRESENCIAL 69.2019 - DOCES NATAL

Publicação Nº 2222545

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 148/2019-PM
Pregão Presencial 69/2019-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, com entrega imediata, do tipo Menor Preço por item cujo objeto é AQUISIÇÃO DE DOCES para distribuição aos alunos matriculados nos educandários municipais de Princesa/SC, conforme Lei nº 698, de 16 de agosto de 2013. A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 25 de novembro de 2019 às 08h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 11 de novembro de 2019. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

Quilombo

PREFEITURA

AVISO 95/2019

Publicação Nº 2222580

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.95/2019
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 95/2019
Tipo : Menor Preço/Por Lote
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA, NA AVENIDA CEL. ERNESTO FRANCISCO BERTASO, NA PRAÇA MUNICIPAL HÉLIO ANTÔNIO FAREZIN E NO PRÉDIO ADMINISTRATIVO, DA SEDE DO MUNICÍPIO, QUANDO DAS COMEMORAÇÕES DO NATAL ILUMINADO/2019. EXCLUSIVO PARA MEs E EPPs COM SEDE NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO, CONFORME LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N. 147/2014 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 131/2017.
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 22/11/2019.
Abertura dos Envelopes : 09:10 horas do dia 22/11/2019.
A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (49) 3346-3242 ou no site do Município de Quilombo, no seguinte endereço: http://www.quilombo.sc.gov.br
QUILOMBO, 08 de Novembro de 2019.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1304 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2222551

PORTARIA Nº 1304/2019- DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CEDÊNCIA DE VEÍCULO ENTRE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE QUILOMBO/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo;

Considerando o requerimento de cedência de veículo 007/2019 do Secretário de Obras e Serviços Urbanos do dia 08 de novembro do corrente ano;

Considerando o despacho de deferimento do Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

RESOLVE:

Art. 1º Fica cedido o veículo Mini Carregadora Bob Quet, de uso da Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, para atender aos interesses e necessidades da mesma, do dia 11 de novembro ao dia 22 de novembro do corrente ano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 08 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/11/2019.

Lei Municipal 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos

Funcionário Designado.

PORTARIA Nº. 1300/2019 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2222562

PORTARIA Nº. 1300/2019 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

INTERROMPE AS FÉRIAS DO SERVIDOR PÚBLICA MUNICIPAL NELSON DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Artigo 68 da Lei Complementar nº. 32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam interrompidas as férias concedidas através da Portaria nº. 1265/2019 - de 30 de outubro de 2019, do Servidor Público Municipal Nelson de Oliveira (218), ocupante do cargo Agente de Manutenção e Conservação, nos dias 08, 12, 13 e 14 de novembro de 2019, por motivo de interesse público e tendo em vista a necessidade de seus serviços, solicitados através do protocolo n.º 6082, de 07 de novembro de 2019, os 04 (quatro) dias de férias referentes a esse período, serão gozados em outra oportunidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 07 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1296/2019 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2222553

PORTARIA Nº. 1296/2019 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELISANGELA ZILIO DALLACQUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Elisângela Zilio Dallacqua (19916), ocupante do cargo de Professora de Educação Física, no dia 08 de novembro de 2019, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 6073, de 06 de novembro de 2019.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 14h40min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 07 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1297/2019 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2222556

PORTARIA Nº. 1297/2019 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANDREIA KOTTWITZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Andreia Kottwitz (20303), ocupante do cargo de Psicóloga, no dia 08 de novembro de 2019, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 6078, de 07 de novembro de 2019.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 07h52min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 07 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1298/2019 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2222557

PORTARIA Nº. 1298/2019 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DAIANE COMUNELLO CASAGRANDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Daiane Comunello Casagranda (20050), ocupante do cargo de Professora de Artes, por determinação médica e conforme atestado, nos dias 07 e 08 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 07 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1299/2019 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2222559

PORTARIA Nº. 1299/2019 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELISANGELA ZILIO DALLACQUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º 032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001, e considerando Parecer Social n.º 134/2019, da Assistência Social, protocolado sob o nº 6081, de 07 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Elisangela Zilio Dallacqua, ocupante do cargo de Professora de Educação Física, no dia 08 de novembro de 2019, no período matutino, para acompanhar membro da família em consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 6081, de 07 de novembro de 2019.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 13 de novembro de 2019, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 07 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1301/2019 - DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2222564

PORTARIA Nº. 1301/2019 - DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANY MERY DARIVA VASCONCELOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º 032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001 e considerando Parecer Social n.º 135/2019, da Assistência Social, protocolado sob o nº 6086, de 07 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Any Mery Dariva Vasconcelos (20274), ocupante do cargo de Professor de Educação Física, no dia 11 de novembro de 2019, para acompanhar membro da família em consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 6086, de 07 de novembro de 2019.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 14 de novembro de 2019, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 08 de novembro de 2019.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1302/2019 - DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2222567

PORTARIA Nº. 1302/2019 - DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VANDERLEI NUNES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo,

Considerando o Ofício nº 0000516-85.2018.8.24.0053-0006, datado de 28 de outubro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, ao Servidor Público Municipal, Vanderlei Nunes (1707), ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, no dia 12 de novembro de 2019, a partir das 13:45h, para comparecimento em Audiência na Comarca de Quilombo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 08 de novembro de 2019.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1303/2019 - DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2222568

PORTARIA Nº. 1303/2019 - DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALTERA O ART. 1º DA PORTARIA Nº 1105/2019 - DE 26 DE SETEMBRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o disposto no Artigo 18 da Lei Complementar n.º32 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001 e,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º da Portaria nº 1105/2019 - de 26 de setembro de 2019, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º DESIGNAR, a Servidora Pública, Suelen Bigolin Barboza, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, situada na Rua Duque de Caxias, nº165, Quilombo/SC, de segunda-feira a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min, 13h às 17h”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 08 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

Rio das Antas

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2019

Publicação Nº 2221234

NÚMERO DO PROCESSO: 011/2019

MODALIDADE: DISPENSA

NÚMERO DA MODALIDADE: 011/2019

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2019

A Câmara de Vereadores de Rio das Antas, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente, pela emissão da DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Contratante: Câmara de Vereadores de Rio das Antas. Empresa Fornecedora: Harmonia comercio e serviços Eireli (matriz e filias) Objeto: Aquisição de mobiliário para Câmara de Vereadores de Rio das Antas. Valor da compra: R\$ 14.838,00. Fundamentação Legal: Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93. Rio das Antas, 08 de Outubro de 2019. RAFAEL Vian, Presidente da Câmara de Vereadores de Rio das Antas.

Rio do Campo

PREFEITURA

384 PORTARIA Nº 384 ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº 04-2019. PORTARIA 354

Publicação Nº 2221144

Portaria nº. 384, de 08 de novembro de 2019.

"ALTERA MEMBROS DA COMISSAO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2019 PARA PROVIMENTO DE CARGO EM CARÁTER TEMPORARIO PARA PROFESSOR."PORTARIA 354.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, considerando a existência no quadro de pessoal da Administração vaga a ser preenchida gradualmente, de acordo com as necessidades de serviço; Considerando o princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão do Processo seletivo nº 04/2019 para acompanhamento do processo de escolha de candidatos para provimento de Cargo em caráter Temporario de PROFESSOR para o ano letivo de 2020, atualizada é composta pelos seguintes membros:

- ADILA CONINK
- CLAUDIA REGINA LOBO MERISIO
- LUCINEIDE LEITE
- ERONITE WEISS
- TAANI BRIZOLLA KAIPER

Paragrafo único: a comissão será presidida pelo primeiro nome da lista;

Art. 2º. Serão selecionados candidatos para o provimento dos cargos vagos, cuja nomenclatura, número de vagas, carga horária e vencimento constarão por inteiro teor do Edital do Processo Seletivo nº 04/2019, observadas as exigências e condições prescritas na Legislação Municipal e Federal pertinente.

Art. 3º. O Processo Seletivo nº 04/2019 reger-se-á pelas disposições específicas do Edital, cabendo à Comissão nomeada por esta portaria decidir sobre casos eventualmente omissos.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de novembro de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Resp pela Sec de Adm e Finanças

LEI Nº 2.291

Publicação Nº 2220947

LEI Nº 2.291, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

"Altera o artigo 1º da Lei Municipal nº 872, de 13 de julho de 1993 e dá outras providências."

RODRIGO PREIS, Prefeito de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Passa o artigo 1º, da lei 872, de 13 de julho de 1993, a ter a seguinte redação:

Art. 1º. "O Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito, os diretores de departamentos, os servidores municipais e representantes do Município, quando em viagem a serviço do Município, terão direito ao recebimento de diária, na forma estabelecida na presente Lei.

§ 1º A diária será integral quando incluir pernoite;

§ 2º Será efetuado o pagamento de meia diária quando se tratar de permanência fora do Município por mais de 6 (seis) horas.

§ 3º As diárias serão pagas em importâncias que variam de acordo com o destino da viagem, e fixado os valores por decreto do executivo.

§ 4º Os valores das diárias que serão fixadas por Decreto do Executivo serão corrigidos monetariamente, automaticamente, em valores não superior ao índice Geral de Preços Médios (IGPM) do mês imediatamente anterior, ou outro que vier a substituí-lo, ou ainda outro índice de correção da moeda nacional, em caso de extinção do aqui fixado.

§ 5º O Prefeito poderá dispensar da diária, receber através de indenização de despesas, quando forem estas em representação do Município.

§ 6º Entende-se como representantes do Município: os agentes políticos, membros de conselhos municipais e delegados municipais de conferências oficiais, no exercício da função a que foram designados, devidamente identificados e reconhecidos para este fim."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de novembro de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito

Lenoir Menegazzi
Resp. Sec. Mun. de Administração

LEI Nº 2.292

Publicação Nº 2220950

LEI Nº 2.292, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

"Dispõe sobre isenção do pagamento de taxa de inscrição em concurso público municipal para candidatos inscritos no Cadastro Único e dá outras providências".

RODRIGO PREIS, Prefeito de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. São isentos do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos municipais para provimento de cargo efetivo ou emprego público em órgãos ou entidades da administração pública municipal:

I - Os candidatos que pertençam a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a meio salário mínimo nacional;

Parágrafo único. O cumprimento dos requisitos para a concessão da isenção deverá ser comprovado pelo candidato no momento da inscrição, nos termos do edital do concurso.

Art. 2º. Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com o intuito de usufruir da isenção de que trata o art. 1º estará sujeito a:

I - cancelamento da inscrição e exclusão do concurso, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;

II - exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da nomeação para o cargo;

III - declaração de nulidade do ato de nomeação, se a falsidade for constatada após a sua publicação.

Art. 3º. Edital do concurso deverá informar sobre a isenção de que trata esta Lei e sobre as sanções aplicáveis aos candidatos que venham a prestar informação falsa, referidas no art. 2º.

Art. 4º. A isenção de que trata esta Lei não se aplica aos concursos públicos cujos editais tenham sido publicados anteriormente à sua vigência.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e também se aplica aos processos seletivos simplificados para a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
aos 08 de novembro de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito

Lenoir Menegazzi
Resp. Sec. Mun. de Administração

PROCESSO LICITATORIO Nº 34/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2019

Publicação Nº 2221262

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2019

Fundamento Legal – Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, art. 24, inciso II.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOTOR USADO RENAULT MASTER 2.5 16V ANO 2012/2013, COM NO MÁXIMO 70.000 KM, A SER COLOCADO NO VEÍCULO PLACA MGI 1888, TIPO AMBULÂNCIA, COM GARANTIA DE 12 MESES.

Empresa: JHC Catarinense Comércio de Autopeças Ltda EPP – CNPJ: 10.571.046/0001-14

Valor: R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais)

Rio do Campo (SC), 08 de novembro de 2019

Rodrigo Preis – Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 01/2019 AO CONTRATO Nº 07/2019 ALDEMIR LOSI

Publicação Nº 2220897

Contrato Nº : 07/2019

Aditivo Nº : 01/2019

Tipo Aditivo : Objeto

Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Contratada : ALDEMIR LOSI & CIA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 2/2019

Objeto : O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO à quantidade do Contrato nº 07/2019, relativo à aquisição de merenda escolar, firmado entre as partes na data de 13/02/2019, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

Vigência : Início: 07/11/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 07/11/2019

Valor R\$: 6.013,00 (Seis Mil e Treze Reais)

TERMO ADITIVO Nº 06/2019 AO CONTRATO Nº 68/2017 GENTE SEGURADORA

Publicação Nº 2221243

Contrato Nº : 68/2017

Aditivo Nº : 06/2019

Tipo Aditivo : Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Contratada : GENTE SEGURADORA S/A

Licitação : Pregão Presencial 27/2017

Objeto : O objeto do presente Termo de Aditivo consiste na supressão na prestação de serviço de seguro RCO do veículo MHM3109.

Vigência : Início: 08/11/2017 Término: 20/06/2020

Assinatura : 08/11/2019

Valor R\$: 2.855,19 (dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e dezenove centavos)

Rio do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA 8372

Publicação Nº 2221152

PORTARIA Nº 8372 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

“APROVA SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio do Oeste,

CONSIDERANDO relatório da comissão municipal de avaliação de desempenho,

RESOLVE:

Art. 1º APROVA no estágio probatório, a servidora VANESSA DE MORAES MUNIZ, matrícula 116440-00, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, tornando-se estável no serviço público deste município em 25 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Rio do Oeste, 07 de novembro de 2019

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

FLAVIO MALIKOSKI

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

CIENTE:

VANESSA DE MORAES MUNIZ

PORTARIA 8373

Publicação Nº 2221154

PORTARIA Nº 8373 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

“Prorroga Prazo de Contrato Temporário de Professora ACT”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e tendo em vista os dispostos no Art. 2º, IV, c/c Art. 7º, II, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 1371/2002 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º PRORROGAR o prazo de contrato da servidora CRISTIANE DALMONICO LUIZ, matrícula 116792-02, ocupante da função temporária de Professora até a data de 07 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Rio do Oeste, 08 de novembro de 2019.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

FLAVIO MALIKOSKI

Secretário de Administração e Fazenda

CIENTE:

CRISTIANE DALMONICO LUIZ

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO Nº 217/2019**

Publicação Nº 2220822

DECRETO LEGISLATIVO Nº 217/2019 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

O PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores de Rio do Oeste, no uso das atribuições legais e regimentais, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica aprovada a Prestação de Contas do Prefeito referente ao Exercício de 2017 da Prefeitura Municipal de Rio do Oeste – Processo nº PCP 18/00108912.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 01 de novembro de 2019.

VALÍRIO HAVERROTH

Presidente

Rio do Sul

PREFEITURA

1º EDITAL DE ALTERAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019/FMS

Publicação Nº 2221077

1º EDITAL DE ALTERAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ENFERMAGEM, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA NOVA UBS DO BAIRRO BREMER A PEDIDO DA SECRETARIA DA SAÚDE DE RIO DO SUL/SC.

A Prefeitura Municipal de Rio do Sul/SC, torna público e faz saber que, por determinação de seu Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, procedeu às seguintes alterações no edital nº 046/2019/FMS:

NO EDITAL E EM QUALQUER ANEXO

Onde se lê:

Item	QTD	Medida	Produto	Valor Máx Unitário
24	1	UND	Balança plataforma portátil Especificação: - Fabricada exclusivamente para pesagem de pessoas.- Construída em material resistente a impacto (exemplo: não pode ser de vidro temperado) e de fácil higienização.- Mostrador (display) digital com indicadores de peso com, no mínimo, 5 dígitos.- Capacidade de pesagem de, no mínimo, 200 kg.- Graduação (precisão) de pesagem de, no máximo, 100 g.- Desligamento automático.- Alimentação por pilha(s) ou bateria(s).- Deve incluir as pilha(s) ou bateria(s) necessária(s) para seu funcionamento.- Indicador de pilha fraca.- Pés revestidos de material antiderrapante;- Deve apresentar indicador de sobrecarga, isto é, caso haja sobrecarga de peso, a balança deve indicar erro ao invés de demonstrar o peso máximo possível;- Não deve incluir bioimpedanciometria, para não excluir a tomada de medidas de gestantes e portadores de marca-passo.- Opcionalmente, deve apresentar função "mamãe-bebê" que possibilita determinar o peso de crianças e bebês no colo da mãe.- É indispensável que o produto apresente certificação pelo IPEM/INMETRO (Instituto de Pesos e Medidas/ Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) ou órgão semelhante;- Equipamento acompanhado de bolsa com alça exclusiva para proteção e transporte.- Equipamento acompanhado de manual de instrução em português.- Garantia, mínima, de 01 ano.	R\$ 429,00

Leia-se:

Item	QTD	Medida	Produto	Valor Máx Unitário
24	1	UND	Balança plataforma portátil Especificação: - Fabricada exclusivamente para pesagem de pessoas.- Construída em material resistente a impacto (exemplo: não pode ser de vidro temperado) e de fácil higienização.- Mostrador (display) digital com indicadores de peso com, no mínimo, 5 dígitos.- Capacidade de pesagem de, no mínimo, 200 kg.- Graduação (precisão) de pesagem de, no máximo, 100 g.- Desligamento automático.- Alimentação por pilha(s) ou bateria(s).- Deve incluir as pilha(s) ou bateria(s) necessária(s) para seu funcionamento.- Indicador de pilha fraca.- Pés revestidos de material antiderrapante;- Deve apresentar indicador de sobrecarga, isto é, caso haja sobrecarga de peso, a balança deve indicar erro ao invés de demonstrar o peso máximo possível;- Não deve incluir bioimpedanciometria, para não excluir a tomada de medidas de gestantes e portadores de marca-passo.- Opcionalmente, deve apresentar função "mamãe-bebê" que possibilita determinar o peso de crianças e bebês no colo da mãe.- É indispensável que o produto apresente certificação pelo IPEM/INMETRO (Instituto de Pesos e Medidas/ Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) ou órgão semelhante;- Equipamento acompanhado de bolsa com alça exclusiva para proteção e transporte.- Equipamento acompanhado de manual de instrução em português.- Garantia, mínima, de 01 ano.	R\$ 897,87

Fica designada nova data de entrega dos envelopes, credenciamento e abertura da sessão, que ocorrerá às 08h00min do dia 25/11/2019.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Rio do Sul, 08 de novembro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

3ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL INTERNO DE AVALIAÇÃO PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL N. 001/2019

Publicação Nº 2221363

EDITAL INTERNO DE AVALIAÇÃO PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL N. 001/2019

3ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL INTERNO DE AVALIAÇÃO PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL N. 001/2019

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RETIFICA os itens abaixo e RATIFICA os demais itens do edital.

O item:

3.6. Após o prazo da inscrição, dia 13/11/2018, será publicada a homologação das inscrições em ordem alfabética.

Passará a vigorar da seguinte forma:

3.6. Após o prazo da inscrição, dia 13/11/2019, será publicada a homologação das inscrições em ordem alfabética.

Rio do Sul (SC), 08 de novembro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

JANARA APARECIDA MAFRA
Secretária Municipal de Educação

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 156/2019

Publicação Nº 2222554

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 156/2019

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CAMILA APARECIDA BUENO, portador(a) do CPF nº 075.645.839-08 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua São João, nº 311, Bairro Centro, na Cidade de Rio Do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações, prestará serviços de Professor de Anos Iniciais, Nível III, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, em substituição à Lindamir Luciana Schneider da Silva devido ao seu afastamento para licença prêmio.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.220,27 (Quatro mil duzentos e vinte reais e vinte e sete centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/11/2019 e encerrando-se em 29/11/2019 (término da licença prêmio), podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização

aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	CAMILA APARECIDA BUENO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

DECRETO Nº 8604, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221078

DECRETO Nº 8604, de 08 de novembro de 2019.

“CONCESSÃO DE MOTORISTA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEADES, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO – FMD, POR PRAZO DETERMINADO”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no artigo 37, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Fundação Municipal de Desportos - FMD, por tempo determinado o motorista Cacildo João Furlani, matrícula nº 99392, no dia 10 de novembro de 2019, para levar e buscar atletas da modalidade futsal, que irão participar do evento: “Semifinal da Super Copa de Futsal”, categoria sub 16 masculino na cidade de Balneário Camboriú.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão dos servidores da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

08 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 8605, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221074

DECRETO Nº 8605, de 08 de novembro de 2019.

“CONCESSÃO DE MOTORISTAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEADES, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO – FMD, POR PRAZO DETERMINADO”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no artigo 37, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Fundação Municipal de Desportos - FMD, por tempo determinado o motorista Paulo Rene Rodrigues de Moura, matrícula nº 166413, no 09 de novembro de 2019, para levar e buscar atletas da FMD, que irão participar do evento: “Campeonato de basquete da Liga Blumenauense” que será realizado na cidade de Blumenau.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão dos servidores da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

08 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 8606, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221373

DECRETO Nº 8606, de 08 de novembro de 2019.

"CONCESSÃO DE MOTORISTA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEADES, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO – FMD, POR PRAZO DETERMINADO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no artigo 37, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Fundação Municipal de Desportos - FMD, por tempo determinado o motorista Cacildo João Furlani, matrícula nº 99392, no dia 11 de novembro de 2019, para levar e buscar atletas da modalidade futsal, que irão participar do evento: "Última rodada do campeonato catarinense de futsal, categoria sub 17 masculino", categoria sub 16 masculino na cidade de Luzerna.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão dos servidores da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

08 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 059/2019

Publicação Nº 2222583

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

059/2019

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO
Imobiliária M Odebrecht EIRELE – ME	Xx.554.865/0001-xx	180456
Elenice Teresinha Schmitz	Xxx.846.479-xx	181552
AGGLR Serviços Administrativos Ltda	Xx.248.279/0001-xx	181176
José Inácio	Xxx.018.209-xx	178336
Maria do Carmo Inácio	Xxx.304.199-xx	178336

Rio do Sul, 08 de Novembro de 2019

LEONICE WITTE

Div de Gestão Documental

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 050/2019

Publicação Nº 2221309

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 050/2019

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE TRIBUTOS E PENALIDADES, CONFORME RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM TAMBÉM OS CONTRIBUINTES, CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 147, § 1º (TRINTA DIAS ÚTEIS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III, DO § 2º, DO ARTIGO 187, PARA IMPETRAR RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO,

NOS MOLDES DO ARTIGO 175, § 1º, TODOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
128/2019	01/11/19	ESCOLA SUPERIOR DE DIREITO E ECONOMIA LTDA	24.502.869/0001-00
129/2019	01/11/19	ESCOLA SUPERIOR DE DIREITO E ECONOMIA LTDA	24.502.869/0001-00
132/2019	01/11/19	CENTRAL CATARINENSE DE LEILÕES LTDA ME	23.423.515/0001-08
133/2019	01/11/19	CENTRAL CATARINENSE DE LEILÕES LTDA ME	23.423.515/0001-08
134/2019	01/11/19	AYMORE CREDITO E FINANC E INVEST S/A	07.707.650/0107-79
135/2019	01/11/19	AYMORE CREDITO E FINANC E INVEST S/A	07.707.650/0107-79
136/2019	01/11/19	RTK ENGENHARIA E CONSTRUTORA EIRELI ME	07.508.424/0001-00
137/2019	01/11/19	RTK ENGENHARIA E CONSTRUTORA EIRELI ME	07.508.424/0001-00
138/2019	01/11/19	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0129-00
140/2019	08/11/19	SOLANGE KAMMERS 03887658957	24.181.856/0001-79

Rio do Sul, 08 de novembro de 2019.

Alexandre Matos Pereira Secretário Municipal de Administração e Fazenda	José Luiz do Nascimento Diretor do Departamento de Fiscalização
--	--

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 051/2019

Publicação Nº 2221313

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 051/2019

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

OFÍCIO Nº	DATA	PROTOCOLO Nº	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
065/2017	24/04/17	111973/2008	ZILDA VIEIRA	889.086.909-72
			Rio do Sul, 08 de novembro de 2019.	

José Luiz do Nascimento
Diretor do Departamento de Fiscalização

LEI COMPLEMENTAR N. 437, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221260

LEI COMPLEMENTAR N. 437, de 01 de novembro de 2019.

Altera o inciso XI do art. 171 da Lei Complementar nº 309, de 1º de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica alterado o inciso XI do art. 171 da Lei Complementar nº 309, de 1º de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, que passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 171. ...

[...]

XI - participar de gerência ou administração de empresa privada e de sociedade civil que mantenham relações comerciais ou administrativas com a Administração Pública Municipal ou que sejam por esta subvencionada;

[...]" (NR)

Art.2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
01 de novembro de 2019
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

LEI COMPLEMENTAR N. 439, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221258

LEI COMPLEMENTAR N. 439, de 05 de novembro de 2019.

Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 397, de 12 de julho de 2018, que dispõe sobre a regulamentação, modernização e adequação da Guarda Municipal de Rio do Sul e dá outras providências.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o inciso V e VIII do art. 5º da Lei Complementar nº 397, de 12 de julho de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º ...

[...]

V – a idade mínima de dezoito anos completos na data da inscrição para o concurso;

[...]

VIII – ter carteira nacional de habilitação (CNH) no mínimo na categoria B;

[...]" (NR)

Art. 2º Acrescenta o art. 27-A na Lei Complementar nº 397, de 12 de julho de 2018, com a seguinte redação:

“27-A. Fica criada a Corregedoria da Guarda Municipal de Rio do Sul, dirigida por seu Corregedor, conforme dispõe a Lei Complementar nº 426, de 24 de junho de 2019 e regulamentada pelo Decreto nº 8251, de 01 de julho de 2019.”

Art. 3º Altera o anexo I e II do art. 76 da Lei complementar nº 397, de 12 de julho de 2018, o qual passa a vigorar da seguinte forma:

“Art. 76. ...

Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Guarda Municipal	50	Conforme lei complementar 401, de 22 agosto de 2018, seus anexos e futuras alterações que possam ocorrer.	40

“ANEXO I ESTRUTURA DOS CARGOS EFETIVOS

Cargos	Vagas	Nível
Guarda Municipal	50	Conforme lei complementar 401, de 22 agosto de 2018, seus anexos e futuras alterações que possam ocorrer.

ESTRUTURA DOS CARGOS COMISSIONADOS

Cargo	Nível
Diretor do Departamento da Guarda Municipal	Conforme lei complementar 401, de 22 agosto de 2018, seus anexos e futuras alterações que possam ocorrer.

“(NR)

“ANEXO II

São equipamentos que poderão ser utilizados pela Guarda Municipal de Rio do Sul:

1. EQUIPAMENTOS DE USO COMUM	
1.1	TONFA RETRÁTIL, 58 cm E 90 cm
1.2	ALGEMAS
1.3	SPRAY DE PIMENTA INFERIOR A 70 ML

1.4	LANTERNA
1.5	COLETE BALÍSTICO
1.6	CINTO TÁTICO
1.7	ARMAS DE ELETRO CHOQUE
1.8	ARMAS DE FOGO CURTAS E LONGAS (Conforme dispõe a Legislação Federal que regulamenta a posse e o porte de armas de fogo das Guardas Municipais)

2. EQUIPAMENTOS DE USO TÁTICO, POR EQUIPE ESPECIALIZADA	
2.1	ESCUDO
2.2	CAPACETE
2.3	COTOVELEIRA
2.4	JOELHEIRA
2.5	CANELEIRA E PROTETOR PARA OS PÉS
2.6	SPRAY DE PIMENTA ANTI-TUMULTO DE 400 ML OU SUPERIOR
2.7	GRANADAS ANTI-TUMULTO
2.8	LANÇADOR DE MUNIÇÕES NÃO LETAIS

”(NR)

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o parágrafo único do art. 5º e o parágrafo único do art. 27 da Lei Complementar nº 397, de 12 de julho de 2018.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
05 de novembro de 2019
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

LEI N. 6080, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221256

LEI Nº 6080, de 05 de novembro de 2019.

Suplementa dotação da Fundação Cultural de Rio do Sul e anula dotação do orçamento do município de Rio do Sul.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam suplementadas no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

88.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
88.01	FUNDAÇÃO CULTURAL		
2.076	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	70.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	80.000,00
	TOTAL	R\$	150.000,00

Art. 2º Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

86.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		
86.02	CONTRAPARTIDA DE CONVÊNIOS		
1.072	Contrapartida de Convênios		
4.0.00.00	Despesas de Capital		

4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	150.000,00
	TOTAL	R\$	150.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
05 de novembro de 2019
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

PORTARIA Nº 1472/DGP

Publicação Nº 2220731

PORTARIA Nº 1472/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, à contratada temporariamente ANDRESSA GIACOMOZZ, matrícula n.2743205-6, ocupante do cargo de Professor, a Licença à Gestante, no período de 25/09/2019 até 22/01/2020, com fundamento no artigo 11, inciso III, da Lei n. 3.796 de 26/06/2002 e alterações posteriores, de acordo com atestado anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de setembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1501/DGP

Publicação Nº 2220824

PORTARIA Nº. 1501/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ANA GABRIELA DE SOUZA MENDES, matrícula n. 255440-1, ocupante do cargo de provimento efetivo ENFERMEIRO, a primeira Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2015 a 2018, com fundamento ao Art. 27, da Lei Complementar n. 401 de 22 de agosto de 2018.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de novembro de 2018, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de outubro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Kcpsz

PORTARIA Nº 1602/DGP

Publicação Nº 2221694

PORTARIA Nº 1602/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 22/10/2019, a servidora GUACIRA REGIO LOPES, ocupante do cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, nos termos do artigo 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de Outubro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 1605/DGP

Publicação Nº 2220956

PORTARIA Nº 1605/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir de 20/10/2019, o servidor ELIGIO LUIS PESSOA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO II, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Frotas e Manutenção nos termos do artigo 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de Outubro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 1606/DGP

Publicação Nº 2220842

PORTARIA Nº 1606/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir de 15/10/2019, o servidor DANIEL PASA, ocupante do cargo de provimento efetivo de DESENHISTA, do cargo em comissão de Diretor do Departamento da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil nos termos do artigo 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de Outubro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 1648/DGP

Publicação Nº 2220732

PORTARIA Nº 1648/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora LAURECI CLAUDINO PERINI, matrícula n.86649-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor a RE-ADEQUAÇÃO pelo período de 31/10/2019 até 27/04/2020, com fundamento no artigo 33, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Parágrafo único – A readequação consiste na restrição de atividades que exijam esforços físicos como erguer peso superior a 10% (dez por cento) de seu peso corporal, conforme indicado pelo médico assistente na perícia realizada em 31 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de outubro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1664/DGP

Publicação Nº 2220803

PORTARIA Nº. 1664/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor GILBERTO RIBEIRO DOS SANTOS, matrícula n. 267155-1, ocupante do cargo de provimento efetivo TECNICO EM ENFERMAGEM, a primeira Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2015 a 2018, com fundamento ao Art. 27, da Lei Complementar n. 401 de 22 de agosto de 2018.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de janeiro de 2019, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de setembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Kcpsz

PORTARIA Nº 1665/DGP

Publicação Nº 2220815

PORTARIA Nº. 1665/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor PEDRO PAULO FELIPE, matrícula n. 267112-1, ocupante do cargo de provimento efetivo TECNICO EM ENFERMAGEM, a primeira Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2015 a 2018, com fundamento ao Art. 27, da Lei Complementar n. 401 de 22 de agosto de 2018.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de dezembro de 2018, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de setembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Kcpsz

PORTARIA Nº 1666/DGP

Publicação Nº 2220812

PORTARIA Nº. 1666/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ROSILENE MIGUEL, matrícula n. 101672-1, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO,

a segunda Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2015 a 2018, com fundamento ao Art. 27, da Lei Complementar n. 401 de 22 de agosto de 2018.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de fevereiro de 2018, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de setembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Kcpsz

PORTARIA Nº 1667/DGP

Publicação Nº 2220810

PORTARIA Nº. 1667/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora TELMA ANGELITA MARCHI, matrícula n. 108669-1, ocupante do cargo de provimento efetivo ENFERMEIRO, a primeira Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2015 a 2018, com fundamento ao Art. 27, da Lei Complementar n. 401 de 22 de agosto de 2018.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de janeiro de 2019, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de setembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Kcpsz

PORTARIA Nº 1668/DGP

Publicação Nº 2220808

PORTARIA Nº. 1668/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ZULMAR DA SILVA, matrícula n. 100064-4, ocupante do cargo de provimento efetivo TÉCNICO EM ENFERMAGEM, a primeira Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2015 a 2018, com fundamento ao Art. 27, da Lei Complementar n. 401 de 22 de agosto de 2018.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de janeiro de 2019, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de setembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Kcpsz

PORTARIA Nº 1669/DGP

Publicação Nº 2220816

PORTARIA Nº. 1669/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SONIA BRITO, matrícula n. 87580-1, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, a sexta Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2016 a 2019, com fundamento ao Art. 27, da Lei Complementar n. 401 de 22 de agosto de 2018.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de maio de 2019, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Rio do Sul, 30 de outubro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Kcpsz

PORTARIA Nº 1670/DGP

Publicação Nº 2220821

PORTARIA N. 1670/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017; RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 401 de 22 de agosto de 2018, conceder à servidora DARCLE CARDOSO, matrícula n. 78921-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista, o segundo Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação em nível de Mestrado em Educação, no processo n. 177807/2019, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 53, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de abril de 2019, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Rio do Sul, 30 de outubro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Kcpsz

PORTARIA Nº 1692/DGP

Publicação Nº 2220800

PORTARIA N. 1692/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Artigo 1º da Portaria n. 0803/DGP de 23/06/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ADELAIDE LEDRA, da Secretaria Municipal de Educação e, designar como membros: ELAINE CRISTINA BUDAG, matrícula 97594-4, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e designada para exercer as funções do cargo de Diretor, LUCIANA FRANCISCO, matrícula 211478-3, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, JULIANA DA SILVA RODRIGUES, matrícula 169781-12, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e, designar como seus respectivos suplentes: ELENICE DE JESUS, matrícula 126381-9, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e IVONE GUCKERT SCHAFFER, matrícula 77640-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.”

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Kcpsz

PORTARIA Nº 1695/DGP

Publicação Nº 2220781

PORTARIA N. 1695/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0864/DGP de 27/06/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do DEPARTAMENTO DE OBRAS, da Secretaria Municipal de Obras e Agricultura e, designar como membros: ADRIANA IUNCEK RAMOS, matrícula 153451 -2, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Obras e Agricultura; IVO RONALDO WESSNER, matrícula 166294-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo; JOAO DA ROCHA, matrícula 106496-3, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedreiro e, designar como seus respectivos suplentes: JEAN CLAUDIO DE OLIVEIRA, matrícula 87394-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e NELSON SALVADOR, matrícula 78034-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão.”

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1147/DGP, de 16 de outubro de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de novembro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Kcpsz

PORTARIA Nº 1697/DGP

Publicação Nº 2221702

PORTARIA Nº 1697/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir de 04/11/2019, o servidor RICARDO PINHEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de EDUCADOR SOCIAL, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Projetos e Convênios nos termos do artigo 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015. Diretor do Dep. da Coord. Municipal de Prot. e Defesa Civil

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de Novembro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 1698/DGP

Publicação Nº 2220733

PORTARIA Nº 1698/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora DAIANE DE BRITO NEVES, matrícula n.102229-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, a Licença Especial à Gestante, no período de 11/10/2019 até 09/12/2019, com fundamento no artigo 267 e 268, da Lei Complementar n. 309/2015 e, requerimento anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1699/DGP

Publicação Nº 2220736

PORTARIA Nº 1699/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, à contratada temporariamente SCHEILA SCHMIDT, matrícula n.2063026-1, ocupante do cargo de Professor, a Licença Especial à Gestante, no período de 15/10/2019 até 13/12/2019, com fundamento no artigo 11, inciso III, da Lei n. 3.796, de 26/06/2002 e alterações posteriores, de acordo com requerimento anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1700/DGP

Publicação Nº 2220740

PORTARIA Nº 1700/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, à contratada temporariamente LIANA DE SOUZA, matrícula n.127566-9, ocupante do cargo de Professor, a Licença à Gestante, no período de 30/09/2019 até 27/01/2020, com fundamento no artigo 11, inciso III, da Lei n. 3.796 de 26/06/2002 e alterações posteriores, de acordo com atestado anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1701/DGP

Publicação Nº 2220745

PORTARIA Nº 1701/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, à contratada temporariamente ROSEMERI GUTJAHR, matrícula n.177520-3, ocupante do cargo de Professor, a Licença à Gestante, no período de 31/10/2019 até 27/02/2020, com fundamento no artigo 11, inciso III, da Lei n. 3.796 de 26/06/2002 e alterações posteriores, de acordo com atestado anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1702/DGP

Publicação Nº 2220750

PORTARIA Nº1702/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ANA CAROLINA MEES, matrícula n.149888-14, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, a Licença à Gestante, no período de 24/10/2019 até 20/02/2020, com fundamento no artigo 263, da Lei Complementar n. 309/2015 e, atestado médico anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1703/DGP

Publicação Nº 2220755

PORTARIA Nº1703/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ELISIANI ANDRADE, matrícula n.246735-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, a Licença à Gestante, no período de 28/10/2019 até 24/02/2020, com fundamento no artigo 263, da Lei Complementar n. 309/2015 e, atestado médico anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1704/DGP

Publicação Nº 2220761

PORTARIA Nº 1704/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora FERNANDA TATIANE MENDES, matrícula n.31601375-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais I, a Licença Especial à Gestante, no período de 07/10/2019 até 05/12/2019, com fundamento no artigo 267 e 268, da Lei Complementar n. 309/2015 e, requerimento anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de outubro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1705/DGP

Publicação Nº 2220764

PORTARIA Nº 1705/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora JEANE MASSAROLO NETO, matrícula n.259675-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Fonoaudiólogo, a Licença Especial à Gestante, no período de 03/10/2019 até 01/12/2019, com fundamento no artigo 267 e 268, da Lei Complementar n. 309/2015 e, requerimento anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1706/DGP

Publicação Nº 2220770

PORTARIA Nº 1706/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ROSIMERI BATISTA DOS SANTOS, matrícula n.267740-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, a Licença Especial à Gestante, no período de 04/10/2019 até 02/12/2019, com fundamento no artigo 267 e 268, da Lei Complementar n. 309/2015 e, requerimento anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1707/DGP

Publicação Nº 2220790

PORTARIA Nº 1707/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora VANESSA FEY GORGES, matrícula n.104264-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, a Licença Especial à Gestante, no período de 25/10/2019 até 23/12/2019, com fundamento no artigo 267 e 268, da Lei Complementar n.309/2015 e, requerimento anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1708/DGP

Publicação Nº 2220797

PORTARIA Nº 1708/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor GUILHERME HUGO PAYERL, matrícula n.31570461-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 07/10/2019 até 05/11/2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde do servidor no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1709/DGP

Publicação Nº 2220799

PORTARIA Nº1709/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora PRISCILA GISELE FERNANDES, matrícula n.2145421-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, a Licença à Gestante, no período de 04/11/2019 até 02/03/2020, com fundamento no artigo 263, da Lei Complementar n. 309/2015 e, atestado médico anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1710/DGP

Publicação Nº 2220801

PORTARIA Nº 1710/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor CARL HEINZ GUTJAHR, matrícula n.77410-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 29/10/2019 até 27/11/2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde do servidor no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1711/DGP

Publicação Nº 2220804

PORTARIA Nº 1711/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora CLEYDE MARIA GUCHERT WEISE, matrícula n.103322-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 07/10/2019 até 05/12/2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1712/DGP

Publicação Nº 2220806

PORTARIA Nº 1712/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora DIOVANA MAY MACHADO, matrícula n.101346-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 30/09/2019 até 13/11/2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1713/DGP

Publicação Nº 2220809

PORTARIA Nº 1713/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora GORETTI SCHLICKMANN LEHMKUHL, matrícula n.101052-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 08/10/2019 até 06/11/2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1714/DGP

Publicação Nº 2220813

PORTARIA Nº 1714/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora JULIANA PINTO POSSAMAI, matrícula n.95443-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 04/10/2019 até 08/11/2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1715/DGP

Publicação Nº 2220818

PORTARIA Nº 1715/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora BRUNA FATIMA DE OLIVEIRA DA ROSA, matrícula n.31543723-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 17/10/2019 até 16/12/2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n.309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1716/DGP

Publicação Nº 2220823

PORTARIA Nº 1716/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora LOIRI GALVÃO MAAS, matrícula n.247910-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 16/09/2019 até 20/10/2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1720/DGP

Publicação Nº 2220828

PORTARIA Nº 1720/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor MARCIO DE OLIVEIRA VIEIRA, matrícula n.228850-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 10/09/2019 até 23/11/2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde do servidor no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1721/DGP

Publicação Nº 2220833

PORTARIA Nº 1721/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARGARETE PINTO NASATO, matrícula n.189740-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 08/10/2019 até 06/12/2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1722/DGP

Publicação Nº 2220835

PORTARIA Nº 1722/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARIA DE LOURDES DE CASTRO TEIXEIRA, matrícula n.191426-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 01/10/2019 até 30/10/2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1723/DGP

Publicação Nº 2220836

PORTARIA Nº 1723/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA, matrícula n.236764-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 17/09/2019 até 16/10/2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1724/DGP

Publicação Nº 2220839

PORTARIA Nº 1724/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SILVIA APARECIDA BATISTA, matrícula n.97187-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 30/08/2019 até 11/01/2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1725/DGP

Publicação Nº 2220840

PORTARIA Nº 1725/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor SILVIO LUIZ SCHNEIDER, matrícula n.100978-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 25/09/2019 até 19/10/2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde do servidor no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1726/DGP

Publicação Nº 2220843

PORTARIA Nº 1726/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ORLANDINA PASCOALINA CHEQUETTO, matrícula n.486981-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I a READEQUAÇÃO pelo período de 20/09/2019 até 17/03/2020, com fundamento no artigo 33, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Parágrafo único – A readequação consiste em injeção de atividades físicas com esforços e longos período de permanência em pé, conforme indicado pelo médico assistente na perícia realizada em 19 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1727/DGP

Publicação Nº 2220845

PORTARIA Nº 1727/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ERMENI PEREIRA NILSEN, matrícula n.99732-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais a READEQUAÇÃO pelo período de 04/10/2019 até 31/01/2020, com fundamento no artigo 33, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Parágrafo único – A readequação consiste na isenção de atividades que exijam esforços físicos, conforme indicado pelo médico assistente na perícia realizada em 03 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1728/DGP

Publicação Nº 2220847

PORTARIA Nº 1728/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora DANIELA CRISTINA FERRARI, matrícula n.101397-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, pelo período de 16/10/2019 até 14/11/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1486/DGP, de 27/09/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 25 de outubro de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1729/DGP

Publicação Nº 2220852

PORTARIA Nº 1729/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora DILZA BROERING, matrícula n.79022-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, pelo período de 28/09/2019 até 25/01/2020, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1220/DGP, de 14/08/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 22 de agosto de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1730/DGP

Publicação Nº 2220855

PORTARIA Nº 1730/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ERMENI PEREIRA NILSEN, matrícula n.99732-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, pelo período de 29/09/2019 até 03/10/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1418/DGP, de 12/09/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 09 de outubro de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1731/DGP

Publicação Nº 2220858

PORTARIA Nº 1731/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora EUNICE MARIA DA SILVA, matrícula n.120707-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 04/10/2019 até 18/10/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1419/

DGP, de 12/09/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 09 de outubro de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1732/DGP

Publicação Nº 2220870

PORTARIA Nº 1732/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora FABIANA GRACIELA BRIDI BALDO, matrícula n.79570-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 06/10/2019 até 25/10/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.1420/DGP, de 12/09/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 09 de outubro de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1733/DGP

Publicação Nº 2220906

PORTARIA Nº 1733/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ISOLETE BORGERT, matrícula n.79553-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 06/11/2019 até 04/02/2020, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.1282/DGP, de 22/08/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 29 de agosto de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1734/DGP

Publicação Nº 2220959

PORTARIA Nº 1734/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina,

usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARLISE DE SOUZA, matrícula n.116041-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 01/10/2019 até 16/11/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1427/DGP, de 12/09/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 09 de outubro de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1735/DGP

Publicação Nº 2220961

PORTARIA Nº 1735/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ORLANDINA PASCOALINA CHEQUETTO, matrícula n.486981-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, pelo período de 18/09/2019 até 19/09/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.1428/DGP, de 12/09/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 09 de outubro de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1736/DGP

Publicação Nº 2220963

PORTARIA Nº 1736/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor OSVANIR BECKER, matrícula n.31581544-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II, pelo período de 17/10/2019 até 23/10/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1479/DGP, de 27/09/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 25 de outubro de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde do servidor no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1737/DGP

Publicação Nº 2220965

PORTARIA Nº 1737/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor RAFAEL LEANDRO MANDEL, matrícula n.3163000861-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, pelo período de 27/10/2019 até 10/11/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1421/DGP, de 12/09/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 9 de outubro de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde do servidor no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 1738/DGP

Publicação Nº 2220967

PORTARIA Nº 1738/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SANDRA REGINA DE OLIVEIRA VIEIRA, matrícula n.165190-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, pelo período de 13/10/2019 até 11/11/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1115/DGP, de 30/07/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 05 de agosto de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 1739/DGP

Publicação Nº 2220968

PORTARIA Nº 1739/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora TANIA BAASCH BREMER, matrícula n.98310-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedagogo, pelo período de 15/10/2019 até 12/01/2020, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1280/DGP, de 22/08/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 29 de agosto de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 1740/DGP

Publicação Nº 2220971

PORTARIA Nº 1740/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora JUCELIA DENISE HARDT, matrícula n.224790-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, pelo período de 01/11/2019 até 28/02/2020, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.1231/DGP, de 14/08/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 22 de agosto de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1741/DGP

Publicação Nº 2220972

PORTARIA Nº1741/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SANDRA APARECIDA DELA JUSTINA, matrícula n.104965-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, a Licença à Gestante, no período de 05/11/2019 até 03/03/2020, com fundamento no artigo 263, da Lei Complementar n.309/2015 e, atestado médico anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1742/2019

Publicação Nº 2220794

PORTARIA N. 1742/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017;
RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Artigo 1º da Portaria n. 1263/DGP de 20/08/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Homologar o Estágio Probatório dos servidores municipais abaixo relacionados, por terem completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PERÍODO
CATIA APARECIDA GONÇALVES	1681451-1	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	11/04/2016 A 24/06/2019
DIANA BARCELOS	219967-3	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	11/04/2016 A 18/05/2019
ELIAS RODRIGUES COSTA	100471-2	PINTOR	25/04/2016 A 15/06/2019
FRANCIELE DOLZAN	222763-2	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01/06/2016 A 03/06/2019
GISELE MARA POSSAMAI JASPER	218243-5	PROFESSOR	07/04/2016 A 13/04/2019
JOAO MARIA RIBEIRO	165697-4	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	18/04/2016 A 25/06/2019
JOELMA FELBER LEANDRO	83690-9	PROFESSOR	17/06/2016 A 19/06/2019
JULIO CESAR VIEIRA CORREIA	1965204-1	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	04/04/2016 A 16/05/2019
KETRIN BOSCO	161985-14	PROFESSOR	24/05/2016 A 23/05/2019

LISIANE SALDANHA DE OLIVEIRA	272272-1	PROFESSOR	22/06/2016 A 21/06/2019
LUCIANA MARA BARBOSA	106755-11	PROFESSOR	06/06/2016 A 05/06/2019
SANDRA REGINA VIEIRA	267449-1	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	06/04/2016 A 14/04/2019
VANESSA DA ROCHA KOFAHL	99384-12	PROFESSOR	01/06/2016 A 31/05/2019
VANESSA HEIDERSCHIEDT	2437767-1	AGENTE ADMINISTRATIVO	24/06/2016 A 23/06/2019
VANESSA LETICIA LINO DE AVIZ	1040960-4	PROFESSOR	04/06/2016 A 03/06/2019

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Kcpsz

PORTARIA Nº 1770/DGP

Publicação Nº 2222574

PORTARIA Nº 1770/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares, nos termos do Protocolo 182645/2019, à servidora municipal CRISTIANA ROPELATTO CAETANO, ocupante do cargo de provimento efetivo FARMACÊUTICO, a partir de 11/11/2019, sem remuneração, de acordo com o artigo nº. 149, da Lei Complementar nº. 309 de 01/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de Novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

RESOLUÇÃO, 030, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221668

RESOLUÇÃO Nº 030, de 22 DE OUTUBRO DE 2019.

“HOMOLOGA O PEDIDO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SRA. SONIA BRITO”.

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art.1º- Homologar o pedido de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade a Sra. SONIA BRITO, brasileira, casada, servidora pública no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível B-1 com a integralidade da última remuneração e paridade.

Art.2º- A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, artigo 6º da Emenda Constitucional 41/2003.

Art.3º- A aprovação de que trata o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 22 de Outubro de 2019 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art.4º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC, 22 de Outubro de 2019.
RAMIRO DE LIZ E SOUZA
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

RESOLUÇÃO, 031, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221669

RESOLUÇÃO Nº 031, de 22 DE OUTUBRO DE 2019.

"HOMOLOGA O PEDIDO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A AO SR. DARCY VICARI".

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art.1º- Homologar o pedido de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade ao Sr. DARCY VICARI, brasileiro, casado, funcionário público no cargo Técnico em Agropecuária, nível G-1, com integralidade e paridade.

Art.2- A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, e artigo 3º, da Emenda Constitucional n. 47/05 (Fórmula 85/95).

Art.3º- A aprovação de que trata o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 22 de Outubro de 2019 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art.4º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC, 22 de Outubro de 2019.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

RESOLUÇÃO, 032, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221670

RESOLUÇÃO Nº 032, de 22 DE OUTUBRO DE 2019.

"HOMOLOGA O PEDIDO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. MAGALI GARDOLIN VIEIRA".

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art.1º- Homologar o pedido de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade – Especial de Magistério a Sra. MAGALI GARDOLIN VIEIRA, brasileira, casada, servidora pública no cargo de Professora, nível F-1 com a integralidade da última remuneração e paridade.

Art.2- A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, artigo 6º da Emenda Constitucional 41/2003 e artigo 40, § 5º da Constituição Federal.

Art.3º- A aprovação de que trata o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 22 de Outubro de 2019 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art.4º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC, 22 de Outubro de 2019.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

RESOLUÇÃO, 033 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221671

RESOLUÇÃO Nº 033, de 22 DE OUTUBRO DE 2019.

"HOMOLOGA O PEDIDO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE A SRA. ÁUREA LONGEN".

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21

de março de 2002.

RESOLVE:

Art.1º- Homologar o pedido de aposentadoria voluntária por idade a Sra. ÁUREA LONGEN, brasileira, casada, funcionária pública no cargo de Auxiliar Administrativo I, nível D-1, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição e sem paridade.

Art.2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, e artigo 40º, § 1º, III, b, da Constituição Federal.

Art.3º- A aprovação de que trata o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 22 de Outubro de 2019 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art.4º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC, 22 de Outubro de 2019.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

RESOLUÇÃO, 034 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221673

RESOLUÇÃO Nº 034, de 22 DE OUTUBRO DE 2019.

“HOMOLOGA O PEDIDO DE PENSÃO Á KARINE ORIANA ANDRADE BACHMANN E AGNES ANDRADE BACHMANN”.

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art.1º- Homologar o pedido de pensão por morte a Sra. KARINE ORIANA ANDRADE BACHMANN, brasileira, viúva e AGNES ANDRADE BACHMANN, brasileira, solteira na qualidade de cônjuge e descendente do servidor público municipal aposentado Sr. ODILSON CESAR BACHMANN, falecido em 02/10/2019.

Art.2º - A pensão deverá ser rateada entre os beneficiários na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada, sendo assegurado o direito de acrescer.

Art. 3º - Em conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso I da CF/88 com a redação dada pela EC. n. 41/2003, a pensão corresponderá ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito.

Art. 4º - Os proventos da pensão serão revistos pelo índice e na data do reajuste dos benefícios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.

Art.3º- A aprovação de que trata o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 22 de Outubro de 2019 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art.4º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC, 22 de Outubro de 2019.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

RESUMO DO ADITIVO Nº 090/2019

Publicação Nº 2220851

1º ADITIVO Nº 090/2019 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 203/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 203/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2019

OBJETO: COMBUSTÍVEL PARA FROTA RODOVIÁRIA DA MUNICIPALIDADE.

Aos trinta (30) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezenove (2019), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa POSTO

CENTRO LTDA, estabelecida na Alameda Aristiliano Ramos, 11, Bairro Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, CEP 89.163-053 inscrita no CNPJ sob o nº 03.071.326/0001-06, ora denominada CONTRATADA, representado neste ato pelo seu representante, Sr. Deonísio Biliski, resolvem nos termos facultados por lei, obedecidas as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 146/2019, celebrar o presente TERMO DE ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante fundamentação na alínea "d", inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, alterações posteriores e justificativas em anexo, passando a vigência dos seguintes valores:

ITEM 01							
Fornecedor: Posto Centro Ltda							
Preço cotado para o Item: R\$ 3,909							
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS		PREÇO UNITÁRIO					
Gasolina Comum		3,909					

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

POSTO CENTRO LTDA
Deonísio Biliski

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Rio Negrinho

PREFEITURA

EXTRATO DE PORTARIAS Nº 21/2019

Publicação Nº 2221478

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina Torna Público que resolveu baixar as seguintes Portarias.

Portaria nº 24333 de 23/10/2019. Reintegra a senhora Juceli Wendt, na função de Professor I - Nível 1 - Anos Iniciais.

Portaria nº 24335 de 23/10/2019. Instaura Processo Administrativo Disciplinar e Designa Comissão

Portaria nº 24336 de 23/10/2019. Nomeia membros da comissão de gestão do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Rio Negrinho.

Portaria nº 24337 de 25/10/2019. Designa membros para grupo técnico-operacional

Portaria nº 24338 de 25/10/2019. Concede Licença de Parte da Jornada de Trabalho, à servidora Cristina Lichtblau.

Portaria nº 24339 de 29/10/2019. Autoriza a averbação nos assentamentos funcionais da servidora Ivone Nunes de Lima.

Portaria nº 24341 de 30/10/2019. Amplia Carga Horária Semanal de servidores em caráter temporário e provisório, para atendimento de necessidade urgente de serviço

Portaria nº 24344 de 30/10/2019. Autoriza o uso de barraca da Secretaria Municipal de Agricultura pela Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

Portaria nº 24345 de 31/10/2019. Autoriza o uso de Palco da Secretaria Municipal de Infraestrutura pela Paróquia Santo Antônio de Pádua.

Portaria nº 24346 de 1º/11/2019. Nomeia Membros da Comissão Organizadora do Processo de Remoção a pedido e Ampliação Temporária de Carga Horária

Portaria nº 24350 de 1º/11/2019. Nomeia Chefe de Divisão

Portaria nº 24351 de 1º/11/2019 Concede exoneração à servidora Cleusa Tauber de Lima, do cargo de Cozinheira

Portaria nº 24353 de 1º/11/2019. Rescinde a pedido o contrato temporário de trabalho da servidora Vanessa Rank.

Portaria nº 24354 de 1º/11/2019. Exonera a pedido, a servidora Talini Martins Schier, do cargo de Diretora do CMEI Algodão Doce.

Rio Negrinho, 07 de novembro de 2019.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

As Portarias em inteiro teor estão publicadas no site <http://rionegrinho.sc.gov.br/atos-municipais-portarias>

O Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, de acordo com a delegação de competência conferida pelo Art. 2º do Decreto nº 9326, de 02 de abril de 2007, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 24334 de 23/10/2019. Designa o servidor Vinícius Nogara, representante da Administração Municipal, na execução do Contrato nº 151/2019.

Portaria nº 24340 de 29/10/2019. Concede Férias aos servidores que menciona

Portaria nº 24347 de 1º/11/2019. Designa a servidora Livia Pereira da Silva, representante da Administração Municipal, na execução do Contrato nº 147/2019

Portaria nº 24348 de 1º/11/2019. Designa a servidora Cleri Aparecida Prestes De Souza Schafhauser, representante da Administração Municipal, na execução do Contrato nº 149/2019.

Portaria nº 24349 de 1º/11/2019. Considera Concedida licença para tratamento de saúde aos servidores: Bernardo Kohlbeck, João Maria Correa de Carvalho, Cleusa Tauber de Lima, Simone Minicovski Pscheidt, Adriano Carvalho, Vanessa Yolanda Lourenço, e Zélia Boreck Kachimareck e considera prorrogada a licença para tratamento de saúde concedida aos servidores: Pedro Bernardes e Daiane Schoeffel.

Rio Negrinho, 07 de novembro de 2019.

WILSON LUIZ VEISS

Secretário de Administração

e Recursos Humanos

As Portarias em inteiro teor estão publicadas no site <http://rionegrinho.sc.gov.br/atos-municipais-portarias>

TERMO DE RESCISÃO Nº 10/2019 WBT INTERNET LTDA

Publicação Nº 2221246

TERMO DE RESCISÃO N.º 10/2019

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 006/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO E A EMPRESA WBT INTERNET LTDA.

O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 83.102.756/0001-79, estabelecido na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 200, centro, Município de Rio Negrinho – SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal e de outro lado a empresa WBT INTERNET LTDA, resolvem celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL do Contrato nº 06/2016.

Pelo presente instrumento, fica rescindido amigavelmente o Contrato nº 06/2016, em razão do objeto do contrato restar prejudicado pela realização de novo processo licitatório 075/2019 que trata da contratação de conexões de internet de acordo com as necessidades atuais dos diversos órgãos do governo.

O objeto do contrato consiste na prestação de serviços de conexão de internet para as escolas, creches, unidades de saúde e diversas dependências descentralizadas da Administração Municipal de Rio Negrinho, constantes dos itens 01, 03, 04, 15, 16, 17, 18, 20, 24, 25, 27, 31, 32, 34, 35, 37 e 33 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº: 128/2015.

Diante da conveniência para o Município e a inexistência de prejuízo à empresa contratada, bem como ressaltada a possibilidade de rescisão amigável, opera-se a rescisão do contrato anteriormente celebrado entre as partes a partir do dia 01/10/2019.

Destarte, o presente procedimento tem fulcro no artigo 79, II, da Lei n.º 8.666/93 e cláusula décima do Contrato n.º 06/2016, pactuado entre o Município de Rio Negrinho e a empresa WBT Internet Ltda, assinado na data de 01 de fevereiro de 2016.

Rio Negrinho - SC, 04 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

Representado pelo Prefeito Municipal

JULIO CÉSAR RONCONI

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 2467/2019

Publicação Nº 222558



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 358 2467/2019**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEB0135	P05JZ0006J	5045/0	10/10/2019	162 * V
AEB0135	P05JZ0006K	5142/0	10/10/2019	164 c/c 162 * V
ALW6137	P03250013C	6599/2	08/10/2019	230 * V
BQW4959	P03250013F	5010/0	11/10/2019	162 * I
BQW4959	P03250013G	5118/0	11/10/2019	164 c/c 162 * I
BQW4959	P03250013H	7323/2	11/10/2019	252 * II
CTQ7335	P032500141	5010/0	17/10/2019	162 * I
CTQ7335	P032500142	5118/0	17/10/2019	164 c/c 162 * I
CTQ7335	P05K10007T	5010/0	27/10/2019	162 * I
CTQ7335	P05K10007U	5118/0	27/10/2019	164 c/c 162 * I
CTQ7335	P05K10007V	6726/1	27/10/2019	230 * XVIII
DGN1116	P03250012U	5193/0	30/09/2019	168
IGJ2976	P01F2000VM	5010/0	03/10/2019	162 * I
IGJ2976	P01F2000VN	5118/0	03/10/2019	164 c/c 162 * I
IJI3711	P01F1001DS	6726/1	26/10/2019	230 * XVIII
IVH9474	P05K10007Y	6556/1	28/10/2019	230 * I
MAE8725	P05K10007I	6599/2	23/10/2019	230 * V
MAE8725	P05K10007J	6726/1	23/10/2019	230 * XVIII
MAE8725	P05K10007K	6637/2	23/10/2019	230 * IX
MBC9499	P05JZ0006U	6769/0	25/10/2019	230 * XXII
MCB2498	P05K10006J	6408/0	30/09/2019	221
MCJ1906	P05JX0001T	5045/0	18/10/2019	162 * V
MCJ1906	P05JX0001U	5142/0	18/10/2019	164 c/c 162 * V
MCX0079	P032500145	5118/0	19/10/2019	164 c/c 162 * I
MCX0079	P032500146	5010/0	19/10/2019	162 * I
MCX0899	P05K100081	6599/2	31/10/2019	230 * V

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCX0899	P05K100082	6726/1	31/10/2019	230 * XVIII
MCX0899	P05K100083	6637/2	31/10/2019	230 * IX
MDZ1308	P032500148	5010/0	20/10/2019	162 * I
MDZ1308	P032500149	5061/0	20/10/2019	163 c/c 162 * I
MET2173	P05JZ0006Y	7366/2	28/10/2019	252*VI
MEY4174	P05JZ0006E	6912/0	04/10/2019	232
MGL9593	P05K100074	6599/2	15/10/2019	230 * V
MJR7746	P01F2000WD	6637/1	20/10/2019	230 * IX
MMI8675	P032500140	5185/2	16/10/2019	167
MML8463	P03250012S	6726/1	26/09/2019	230 * XVIII
QIL5436	P05JZ00066	6599/2	01/10/2019	230 * V
QJR7942	P01PB0019L	7633/2	14/10/2019	ART 252, UNICO

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO NEGRINHO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 2468/2019

Publicação Nº 2222560



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 358 2468/2019**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABB5340	P05JZ0005Y	5525/0	21/09/2019	181 * XV
AJE2802	P05JZ0006T	5525/0	22/10/2019	181 * XV
CIV0554	54501173N	5002/0	26/09/2019	257 § 8º
MEY4174	P05JZ0006B	5720/0	04/10/2019	186 * I
MEY4174	P05JZ0006C	5967/0	04/10/2019	203 * V
MEY4174	P05JZ0006D	5797/0	04/10/2019	191
RAI1327	P01F1001DR	5460/0	25/10/2019	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO NEGRINHO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2019

GLAUCIO LIEBL

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 2469/2019

Publicação Nº 2222563



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
 DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 358 2469/2019**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGU4651	P05JX00013	5185/1	29/08/2019	R\$ 195,23	167
AOW2937	P03260013M	6726/1	08/07/2019	R\$ 195,23	230 * XVIII
AOZ3640	P05K10002O	6726/1	24/07/2019	R\$ 195,23	230 * XVIII
AUM8264	P05JZ0003P	6912/0	22/08/2019	R\$ 88,38	232
CIV0554	P01F2000T9	5185/1	24/07/2019	R\$ 195,23	167
JON7899	P03250011E	6408/0	17/08/2019	R\$ 130,16	221
KRR6254	P05JZ00027	6599/2	26/07/2019	R\$ 293,47	230 * V
LXD8908	P05JZ0000A	5185/1	20/06/2019	R\$ 195,23	167
MAD1325	P03260014V	6599/2	25/08/2019	R\$ 293,47	230 * V
MAQ0855	P05JZ0003T	6599/2	24/08/2019	R\$ 293,47	230 * V
MBE1361	P01F2000T2	7030/1	23/07/2019	R\$ 293,47	244 * I
MCP5574	P05K10005G	5010/0	28/08/2019	R\$ 880,40	162 * I
MCP5574	P05K10005H	6726/1	28/08/2019	R\$ 195,23	230 * XVIII
MCP5574	P05K10005I	6637/2	28/08/2019	R\$ 195,23	230 * IX
MCP5574	P05K10005J	5118/0	28/08/2019	R\$ 880,40	164 c/c 162 * I
MIF3475	P05K10001O	5185/1	08/07/2019	R\$ 195,23	167
MIL3594	P01F30017H	5010/0	07/09/2019	R\$ 880,40	162 * I
MJF1632	P05JX0000P	5835/0	05/07/2019	R\$ 195,23	195
MKN4471	P01F2000TG	6769/0	28/07/2019	R\$ 130,16	230 * XXII
MLL3441	P03250011K	5169/1	26/08/2019	R\$ 2.934,68	165
MLL3441	P03250011L	6912/0	26/08/2019	R\$ 88,38	232
MLN2067	P05K10004M	7579/0	14/08/2019	R\$ 2.934,68	165 A
ORO5462	P01F2000TJ	5142/0	28/07/2019	R\$ 293,47	164 c/c 162 * V
ORO5462	P01F2000TK	7579/0	28/07/2019	R\$ 2.934,68	165 A
QJD9354	P05JZ0002P	5193/0	04/08/2019	R\$ 293,47	168

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO NEGRINHO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 2470/2019

Publicação Nº 2222566



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 358 2470/2019**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABB5346	P05K100037	5525/0	28/07/2019	R\$ 130,16	181 * XV
ACI6086	P01F2000S1	5525/0	11/07/2019	R\$ 130,16	181 * XV
AJE2802	P05K10005R	5525/0	29/08/2019	R\$ 130,16	181 * XV
APC9120	P05K100054	5525/0	25/08/2019	R\$ 130,16	181 * XV
ARC2822	P01F1001DK	6041/2	28/08/2019	R\$ 195,23	207
ARO7155	P05JZ0004F	5657/0	02/09/2019	R\$ 130,16	182 * IX
BGQ7476	P05JZ0003R	5525/0	24/08/2019	R\$ 130,16	181 * XV
GTW5095	P01F2000T8	5525/0	24/07/2019	R\$ 130,16	181 * XV
LXC1514	P05K100055	5525/0	25/08/2019	R\$ 130,16	181 * XV
LXC1514	P05K100059	5525/0	28/08/2019	R\$ 130,16	181 * XV
LXW2276	P05K10004X	5460/0	23/08/2019	R\$ 130,16	181 * IX
MBC9646	P01F2000UY	5525/0	17/08/2019	R\$ 130,16	181 * XV
MBJ9564	P05JZ0004G	5525/0	02/09/2019	R\$ 130,16	181 * XV
MBJ9564	P05K100057	5525/0	26/08/2019	R\$ 130,16	181 * XV
MBJ9564	P05K10005M	5525/0	29/08/2019	R\$ 130,16	181 * XV
MBJ9564	P05K10005W	5525/0	03/09/2019	R\$ 130,16	181 * XV
MFY0765	P03250011O	5525/0	01/09/2019	R\$ 130,16	181 * XV
MGW2709	P032600141	5657/0	29/07/2019	R\$ 130,16	182 * IX
MHD2384	P05K10004Z	5525/0	25/08/2019	R\$ 130,16	181 * XV
MLM7087	P05JZ0003L	5525/0	21/08/2019	R\$ 130,16	181 * XV
MYB9367	P05K10005C	5525/0	28/08/2019	R\$ 130,16	181 * XV
NBI4677	P05JZ0004Q	5525/0	04/09/2019	R\$ 130,16	181 * XV
QIE2254	P05K10004P	5878/0	15/08/2019	R\$ 130,16	199

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO NEGRINHO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2019

GLAUCIO LIEBL

DIRETOR DE TRANSITO

Rodeio

PREFEITURA

EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL 31/2019

Publicação Nº 2222552

Estado De Santa Catarina - Município de Rodeio - Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 31/2019 - menor preço por item. Objeto: aquisição de agendas escolares para atender as necessidades dos alunos de educação infantil e ensino fundamental I e II da rede municipal de ensino para o ano letivo de 2020. Fim da entrega de propostas: às 08h30min do dia 26/11/2019. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail pmcomp@terra.com.br ou pelo fone 47 – 33840161, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min as 17h00min, em dias úteis. Rodeio 11 de novembro de 2019. Paulo Roberto Weiss - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 2 º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 52/2019

Publicação Nº 2221192

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº do Termo Aditivo: 2º

Nº da Ata de Registro de Preços: nº 52/2019.

Objeto da Ata: Registro de aquisição de 150.000 litros de óleo diesel S10 para abastecimento da frota municipal.

Valor da Ata de Registro de Preços: R\$ 3,852.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 17/2019.

Partes: Município de Rodeio e a empresa Auto Posto Médio Vale Eireli.

Objeto e Justificativa do Aditamento: readequação dos preços registrados.

Valor do Aditamento: R\$ 3,969.

Data da Assinatura: 25/10/2019.

Vigência do Aditamento: 25/10/2019 a 01/09/2020.

Endereço do Contratado: Rua Nova Brasília, Bairro Nova Brasília, Rodeio SC.

EXTRATO DO 3 º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 80/2018

Publicação Nº 2221190

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº do Termo Aditivo: 3º

Nº da Ata de Registro de Preços: nº 80/2018.

Objeto da Ata: Aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel) para abastecimento da frota de veículos do município de Rodeio.

Valor da Ata de Registro de Preços: R\$ 3,837.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 31/2018.

Partes: Município de Rodeio e a empresa Auto Posto Médio Vale Eireli.

Objeto e Justificativa do Aditamento: readequação dos preços registrados.

Valor do Aditamento: R\$ 3,943.

Data da Assinatura: 25/10/2019.

Vigência do Aditamento: 25/10/2019 a 31/12/2019.

Endereço do Contratado: Rua Nova Brasília, Bairro Nova Brasília, Rodeio SC.

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO 28/2019

Publicação Nº 2221197

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio – Extrato de ata de registro de preço - Modalidade: Pregão Presencial - Registro de Preços 28/2019, Processo 39/2019. Órgão Gerenciador: Município de Rodeio - SC. Vigência: 12 (Doze) meses. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de material de construção em geral, visando atender as necessidades, destinado à manutenção das secretarias e diretorias do município de Rodeio. Ata 75/2019 - Realce Materiais De Construção Ltda Me, Valor: R\$ R\$ 313.121,70 (trezentos e treze mil cento e vinte e um real e setenta centavos). Ata 76/2019 - Inova Artefatos de Cimento Ltda - Me, Valor: R\$ 15.630,00 (quinze mil seiscentos e trinta reais). Ata 77/2019 - Porto União Comércio e Representação Eireli, Valor: R\$ 21.429,10 (vinte e um mil quatrocentos e vinte e nove reais e dez centavos). Rodeio 24/10/2019. Paulo Roberto Weiss - Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 87 / 2019

Publicação Nº 2220890

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 87 / 2019

Processo Licitatório Nº. 2210/2019

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 55/2019

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 55/2019, REGISTRAR OS PREÇOS com as empresas constantes na Cláusula Primeira desta Ata

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ORNAMENTAÇÃO E ILUMINAÇÃO NATALINA DA PRAÇA MUNICIPAL ANGELIN BALESTRIM, conforme vencedores a seguir:

PROponentes Vencedores	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	QUANT	VALOR UNITÁRIO
SPOHR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	1	MANGUEIRA LUMINOSA LED BRANCA NATALINA FRIO 220V	MANDILUX	500,00	7,60
SPOHR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	2	PISCA PISCA COM 100 LÂMPADAS LED DE NO MÍNIMO 7,5 METROS - COR A ESCOLHER	Z HEJIANG	100,00	15,50
INSTALADORA ZANATTA LTDA	3	CONECTOR EMENDA PARA MANGUEIRA LUMINOSA LED	SCHIBRALI	50,00	4,75
SPOHR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	4	CABO DE FORÇA PARA MANGUEIRA LUMINOSA LED	MUMDILUX	50,00	14,50
SPOHR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	5	TAMPA PARA MANGUEIRA LUMINOSA LED	G-LIGHT	150,00	0,70
SPOHR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	6	FIO PARALELO 2 X 1,5mm	ULTRAFLEX	200,00	1,20
INSTALADORA ZANATTA LTDA	7	ABRACADEIRA NYLON 2,5X150MM	BRASFORT	1.000,00	0,08
INSTALADORA ZANATTA LTDA	8	ABRACADEIRA NYLON 3,6X250MM	BRASFORT	1.000,00	0,14

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.
13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
 - 1.1. Automaticamente:
 - 1.1.1. por decurso de prazo de vigência;
 - 1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;
 - 1.1.3. quando caracterizado o interesse público.
 - 1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:
 - 1.2.1. A pedido, quando:
 - 1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
 - 1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.
 - 1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.
 - 1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:
 - 1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;
 - 1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
 - 1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
 - 1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
 - 1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

- 1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;
1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;
1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.
1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.
2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 08/11/19.

VALDIR BUGS		INSTALADORA ZANATTA LTDA
CPF: 304.788.399-87		CONTRATADO
CONTRATANTE		
		SPOHR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
		CONTRATADO
VALDINEI GREGOL		FABRÍCIO P. SIMON
CPF: 045.179.079-02		CPF: 104.212.699-25
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2019

Publicação Nº 2218601

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2233/2019
EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2019

O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA (SC) realizará licitação na modalidade Pregão para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAL ELÉTRICO, HIDRÁULICO E OUTROS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO PREDIAL E DEMAIS MANUTENÇÕES NECESSÁRIAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA SC. Tudo em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, em horário de expediente. Fone para contato (049) 3624-1002, email: compras@romelandia.sc.gov.br, www.romelandia.sc.gov.br. Os documentos e propostas deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 22/11/19. Romelândia (SC), 07/11/2019. VALDIR BUGS - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 4.153/2019

Publicação Nº 2221472

DECRETO Nº 4.153/2019**DISPÕE SOBRE QUEM PODE DIRIGIR VEÍCULOS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal em de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes:

Considerando o número reduzido de servidores municipais ocupantes do cargo de motorista;

Considerando a Necessidade frequente de deslocamento de veículos a serviço, para comunidades diversas ou a outros Municípios, inclusive para que servidores e agentes políticos participem de cursos, palestras, reuniões e outros;

Considerando o prejulgado n. 704 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que orienta positivamente no sentido da possibilidade de outros servidores que não, especificamente os motoristas, poderem dirigir os veículos do Município em situações especiais;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam autorizadas a dirigir veículos pertencentes ao Município de Romelândia para serviço, quando houver necessidade e no interesse da Administração, os seguintes servidores:

- I - Valdinei Gregol** - ocupante do cargo de Técnico Administrativo I;
- II - Nilson Schaeffer** - ocupante do cargo de Fiscal de Tributos Externos;
- III - Valmir Birkheuer** - ocupante do cargo de Secretário de Agricultura;
- IV - Robson Luiz Scholtze** - ocupante do cargo de engenheiro agrônomo;
- V - Dariz Genz** - ocupante do cargo de Auxiliar de Movimento Econômico;
- VI - Josenei Sasset** - ocupante do cargo de Auxiliar de Contabilidade;
- VII - Sergio Dorindo Meneghini** - ocupante do cargo de Secretário de Educação;
- VIII - Lucimar Luiz Ferrari** - ocupante do cargo de Contador;
- IX - Lenoir José Pasqualli Perondi** - ocupante de Assessor Administrativo I;
- X - Valdir Bugs** - ocupante do cargo de Prefeito Municipal;
- XI - Loide Maria Pereira** - ocupante do Cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária;
- XII - Jair Zimmer** - ocupante do Cargo de Técnico Administrativo III
- XIII - Daniel Mazon** - Fiscal de Obras e Posturas
- XIV - Débora Glembotzky** - ocupante do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde.
- XV - Simone Cecchelero** - ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária;
- XVI - Eliane Aparecida Rodrigues dos Santos** - ocupante do cargo de secretária de Assistência social e Habitação;
- XVII - Evandro Luiz Schaefer** - ocupante do cargo de Controle;
- XVIII - Itacir Belusso** - ocupante do cargo de Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo.

XIX - Alessandra Pulita Heimborg - ocupante do cargo de Diretora na Secretaria da Agricultura
XX – Darci Dumke - ocupante do cargo de Coordenador do CRAS
XXI - Leandro Marmitt - ocupante do cargo de diretor
XXII - Maico Evandro Scopel - operador de máquinas
XXIII – Nilton José de Oliveira - ocupante do cargo de Sub Diretor
XXIV - Valquíria Giotto Genz - Recepcionista
XXV - Milton Aimi - ocupante de Secretario de Administração e Fazenda
XXVI - Ana Cleide F. da Silva Spganol – ocupante do cargo de técnica Administrativo I
XXVII - Eraldo Metzker - Médico Clínico Geral;
XXVIII - Juliana Ebertz - ocupante do cargo de Técnica Administrativa II;
XXIX - Leomir Antonio Rodrigues – ocupante do cargo de Sub Diretor.
XXX – Franciele Frankhauser - ocupante do cargo de Veterinária
XXXI – Junior Lolato - ocupante do cargo de Mecânico
XXXII – Cristian Ricardo dos Santos - Conselheiro Tutelar
XXXIII –Maristela Maria Kopalski - Conselheira Tutelar
XXXIV –Marivete Cecília Caye - Conselheira Tutelar
XXXV– Leaini Britzke - Conselheira Tutelar
XXXVII – Marivete Cecilia Caye – Conselheira Tutelar
XXXVIII – Jeferson Douglas Breitenbach - ocupante do cargo de Engenheiro
XXXIX – Fabiani Camargo da Silva - Nutricionista
XL – Aline Gehrke Pessotto - Enfermeira
XLI - Fabrício Pizzatto Simon - ocupante do cargo Técnico Administrativo III
XLII - Jucélia Terezinha Zanon -Sub Diretora
XLIII - Ivanete H. Furtado - professora
XLIV - Monica Bernardi - Enfermeira
XLV - Aline Travessini - Odontóloga
XLVI - Thais Regina Garlet - Farmacêutica
XLVII - Nathalia Rigoni - Odontóloga
XLVIII - Jussara Consoladora Colle-Assistente Social-NASF
XLIX - Alessandra Paula Saleiro-Fisioterapeuta -NASF
L - Marilene Bagnara-Psicologa - NASF
LI - Ana Lúcia Scatamburlo - Agente de Endemias
LII - Rafaela Nhoatto - ocupante do cargo de diretor
LIII – Vitor Gabriel Schenkel – Sub-diretor
LIV - Clademir Mulinari - Secretário do setor de Transporte e Obras
LV - Caroline Comin - Psicóloga
LVI - Fábio Fernando Gava- Assistente Social
LVII - Daiane Zatti Contini – Enfermeira

Art. 2º - Para que os servidores de que trata o artigo 1º, possam ser autorizados pela Chefia imediata (Secretário ou Prefeito) a dirigir veículo pertencente à municipalidade, deverá se cadastrar junto ao setor de recursos humanos, apresentando a Carteira Nacional de Habilitação.

§ 1º - O responsável pelo Departamento de Recursos Humanos expedirá documento especificando que o servidor apresentou habilitação para dirigir veículo, encontrando-se autorizado para dirigir (anexo I).

§ 2º - Tal documento deverá ser encaminhado ao Secretário da pasta a que o servidor autorizado a dirigir, está vinculado.

§ 3º - O Secretário deverá emitir autorização para que o servidor possa dirigir, em três vias, uma permanecendo no veículo, uma para o arquivo da Secretaria e outra para o setor de recursos humanos arquivar na pasta do Servidor.

Art. 3º - O servidor autorizado nos moldes dos artigos 1º e 2º, ao dirigir o veículo deverá preencher planilha (anexo III) contendo:

- I - Data;
- II - Veículo;
- III - Finalidade da saída;
- IV - Hora da saída e hora da chegada;
- V - Destino;
- VI - Quilometragem da Saída;
- VI - Quilometragem da chegada;
- VIII - Assinatura de quem autorizou;
- IX - Assinatura do Motorista.

Parágrafo único – O servidor autorizado, que utilizar o veículo e não preencher a planilha de que trata o Caput, entregando-a até o dia seguinte a viagem, ao responsável pelos veículos na Secretaria, poderá ser penalizado conforme estabelece o Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 4º - O servidor que utilizar veículo de propriedade do Município sem autorização do Chefe imediato de acordo com o presente Decreto será penalizado nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrario, em especial o Decreto 4.105/2019 de 10 de Junho de 2019.

Romelândia-SC, 08 Novembro de 2019.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia-SC

Registrada e publicada o presente Decreto em data supra

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 81/2019

Publicação Nº 2221810

DECRETO Nº 081/2019 , DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.657/2018 de 05/12/2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 49.000,00 (Quarenta e Nove Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1.062 – AMPLIAÇÃO DA REDE FISICA ESPORTIVA

Modalidade de Aplicação: 4490.00 – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 49.000,00

Fonte: 1134.000000

RED: 16

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior serão utilizados o Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 29 de Outubro de 2019.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 82/2019

Publicação Nº 2221816

DECRETO Nº 082/2019 , DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.657/2018 de 05/12/2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto/Atividade: 2041 – MAN.DA ATENÇÃO BASICA

Modalidade de Aplicação: 3390 – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 15.000,00

Fonte: 1138.000000

RED: 20

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior serão utilizadas o mesmo valor da Anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto/Atividade: 2041 – MAN.DA ATENÇÃO BASICA

Modalidade de Aplicação: 3390 – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 15.000,00

Fonte: 1138.000000

RED: 19

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 29 de Outubro de 2019.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 83/2019

Publicação Nº 2221818

DECRETO Nº 083/2019 , DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.657/2018 de 05/12/2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2010 – MAN.DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3190 – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 1119.000000

RED: 44

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior serão utilizadas o mesmo valor da Anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2010 – MAN.DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3190 – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 1118.000000

RED: 43

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 29 de Outubro de 2019.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 84/2019

Publicação Nº 2221821

DECRETO Nº 084/2019 , DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.657/2018 de 05/12/2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2010 – MAN.DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3390 – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 50.000,00

Fonte: 1119.000000

RED: 48

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior serão utilizadas o mesmo valor da Anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2010 – MAN.DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL
Modalidade de Aplicação: 3190 – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 50.000,00
Fonte: 1118.000000
RED: 43

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 29 de Outubro de 2019.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 85/2019

Publicação Nº 2221822

DECRETO Nº 085/2019 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.657/2018 de 05/12/2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2008 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. CULTURAIS
Modalidade de Aplicação: 3390 – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 2.000,00
Fonte: 1100.000000
RED: 28

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior serão utilizadas o mesmo valor da Anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2008 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. CULTURAIS
Modalidade de Aplicação: 3190 – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 1.000,00
Fonte: 1100.000000
RED: 26

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2008 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. CULTURAIS
Modalidade de Aplicação: 3191 – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 1.000,00
Fonte: 1100.000000
RED: 27

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 29 de Outubro de 2019.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019

Publicação Nº 2221802

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra ABERTO o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 21/2019, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto CONTRATAÇÃO DE ITENS PARA FESTIVIDADES MUNICIPAIS

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 22/11/2019 até as 09h00min.

Abertura: 22/11/2019, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 08 DE SETEMBRO DE 2019.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 048/2019 - IPRESVEL

Publicação Nº 2221772

PORTARIA N.º 048/2019

DESIGNA MÉDICO PERITO PARA AVALIAR A CAPACIDADE LABORATIVA DE SEGURADOS DO IPRESVEL.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI, Diretora-Executiva do IPRESVEL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, nomeada pela Portaria n.º 078, de 2 de janeiro de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 77, inciso I, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar n.º 035, promulgada em 23 de setembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o profissional ANDRÉ MONTENEGRO PEREIRA, inscrito no CRM/SC sob nº 019662 como Médico Perito para avaliar a capacidade laborativa dos segurados do IPRESVEL, nominados no Anexo I, desta Portaria.

Art. 2º Caberá ao Médico Perito:

I - comunicar ao IPRESVEL os exames que se fizerem necessários à elucidação dos casos, a fim de que possam ser providenciados, bem como a data, o horário e o local em que serão realizados os exames físicos dos segurados;

II - analisar os exames, bem como proceder ao exame físico dos segurados;

III - emitir Laudo Médico Oficial Circunstanciado, conforme formulário constante no Anexo II desta Portaria, bem como responder aos quesitos porventura formulados pelo IPRESVEL e pelo médico assistente do segurado;

IV - emitir Atestado de Incapacidade Definitiva, conforme formulário constante no Anexo III desta Portaria;

V - analisar os recursos interpostos em face da conclusão do Laudo Médico Oficial Circunstanciado.

Art. 3º Caberá ao IPRESVEL:

I – convocar os segurados que serão submetidos à Perícia Médica e dar ciência sobre a data, horário e local em que serão realizados os exames físicos;

II – informar os segurados acerca da necessidade de realização dos exames médicos complementares que se fizerem necessários;

III – cientificar, por escrito, o segurado acerca da conclusão do Laudo Médico, concedendo ao mesmo o prazo de 15 (quinze) dias para retorno às atividades laborais, em caso de revogação do benefício, ou para, querendo, recorrer da decisão, observado o disposto no art. 5º desta Portaria;

IV – receber e encaminhar os recursos à Perícia Médica;

V – cientificar, por escrito, o segurado acerca do resultado do recurso interposto, concedendo ao mesmo o prazo para retorno às atividades laborais, caso a decisão seja nesse sentido.

Art. 4º Caberá ao segurado submeter-se aos exames solicitados pela Perícia Médica, bem como comparecer à realização do exame físico, podendo, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.

Art. 5º O segurado somente poderá recorrer da decisão da Perícia Médica se o Laudo apresentar omissão, obscuridade ou contradição ou nos casos em que houver da data da realização do exame físico, alteração no quadro clínico do segurado, devidamente comprovada.

Art. 6º A interposição de recurso suspende a produção dos efeitos decorrentes da conclusão do Laudo Médico.

Art. 7º Caso haja decorrido o prazo de 15 (quinze) dias da ciência do segurado acerca da conclusão do Laudo Médico e o mesmo não tenha interposto recurso, nem retornado à atividade, o pagamento do benefício será suspenso, sem prejuízo da instauração de procedimento disciplinar adequado.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso (SC), 07 de novembro de 2019.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

Diretora-Executiva

ANEXO I

NOMINATA DOS SEGURADOS PARA AVALIAÇÃO PERICIAL

Nº de ordem	Nome do(a) segurado(a)
1	SIBELE SANTIAN GAIO
2	EVANDRO MARCELO SONDA
3	DARCI SERIGHELLI

ANEXO II

LAUDO MÉDICO OFICIAL CIRCUNSTANCIADO Nº XX/2019

Data da Realização da Avaliação:
Data da Expedição do Laudo:
Local da Realização da Avaliação:

I – IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR

Nome do Servidor:			
Matrícula Funcional			
Sexo: ()M ()F	Órgão de Lotação:		
CPF:		RG:	PASEP:
Data de Nascimento:		Idade:	Estado Civil:
Endereço:			
Atribuições do Cargo:			

II – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Órgão Solicitante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso - IPRESVEL
CNPJ: 06.271.097/0001-53

III – DADOS DO MÉDICO PERITO

Empresa: Segmetre Assessoria S/S Ltda		CNPJ: 03.344.001/0001-41
Nome do Médico Perito	André Montenegro Pereira	CRM 019662/SC

IV – HISTÓRICO DO PACIENTE

V – PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS

VI – EXAMES MÉDICOS APRESENTADOS

VII – EXAMES MÉDICOS SOLICITADOS

VIII – DIAGNÓSTICO

IX – IDENTIFICAÇÃO DA PATOLOGIA APRESENTADA

NOME DA PATOLOGIA	
CID APURADO	
DATA DE INÍCIO DA MANIFESTAÇÃO	

X – DIAGNÓSTICO CONCLUSIVO

Em face a avaliação médico-pericial realizada no servidor em epígrafe e diante dos dados acima descritos, conclui-se:

	pelo retorno do servidor às suas atividades funcionais;
	pela concessão de Licença para Tratamento de Saúde pelo período de __/__/____ a __/__/____;

	pela realização de processo de Readaptação Funcional, observadas as disposições do art. ____ da Lei municipal ____/____, podendo o servidor realizar as atividades contidas no XI deste Laudo;
	pela concessão de Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, tendo em vista que a patologia apurada nos termos do item VII deste Laudo provoca incapacidade funcional, porém não está estabelecida na legislação municipal como dentre àquelas doenças graves, incuráveis ou contagiosas*, não é moléstia profissional e não é decorrente de acidente em serviço;
	pela concessão de Aposentadoria por Invalidez, em caráter integral, tendo em vista que a patologia apurada nos termos do item IX deste Laudo provoca incapacidade funcional, e está estabelecida na legislação municipal como dentre àquelas doenças graves, incuráveis ou contagiosas* ou compatível com essas;
	pela concessão de Aposentadoria por Invalidez, em caráter integral, tendo em vista que a patologia apurada nos termos do item IX deste Laudo provoca incapacidade funcional, e tem natureza de moléstia profissional;
	pela concessão de Aposentadoria por Invalidez, em caráter integral, tendo em vista que a patologia apurada nos termos do item IX deste Laudo provoca incapacidade funcional, e é advinda de acidente em serviço;

* Doenças consideradas graves, contagiosas ou incuráveis pela legislação municipal (art. 26, I, da LC nº 035/2015): tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondilartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado de doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida – AIDS, ou contaminação por radiação.

XI. RECOMENDAÇÕES PARA OS CASOS DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL

ATIVIDADES QUE PODEM SER DESENVOLVIDAS	
ATIVIDADES QUE DEVEM SER EVITADAS	

XII. JUSTIFICATIVA PARA REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO (indicar as alterações no quadro clínico do(a) servidor(a) que demonstram recuperação da capacidade laboral)

XIII. ANOTAÇÕES GERAIS E OBSERVAÇÕES

Este Laudo Pericial contém ____ páginas, não possui emendas ou rasuras, e vai assinado pelo Médico Perito indicado no item III.

Salto Veloso (SC), ____ de ____ de 2019.

Dr. André Montenegro Pereira
Médico Perito
CRM nº 019662/SC

ANEXO III

ATESTADO DE INCAPACIDADE DEFINITIVA

De acordo com as atribuições conferidas pela Portaria nº 048/2019, de 7 de novembro de 2019, e com base no Laudo Médico Oficial Circunstanciado emitido em ____ de ____ de 2019, ATESTAMOS, para os devidos fins, que o(a) servidor(a) abaixo identificado(a) é portador(a) de patologia que o(a) torna definitivamente incapaz para o trabalho:

Nome:		
Data de nascimento:	Idade:	Sexo:
Cargo/Função:	Matrícula:	
Lotação:	Carga horária semanal:	

Salto Veloso (SC), ____ de ____ de 2019.

Dr. André Montenegro Pereira
Médico Perito
CRM nº 019662/SC

RESOLUÇÃO 06/2019 - CMAS

Publicação Nº 2221691

RESOLUÇÃO 06/2019

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DE SERVIÇOS DO PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS E A APROVAÇÃO DO PREENCHIMENTO DO CENSO SUAS 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social do município de Salto Veloso/SC, no uso de suas atribuições legais sobre a Ata nº 08/2019, do dia 31 de outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. (1º) Aprovar o Demonstrativo Sintético referente ao ano de 2018, dos Serviços/Programas, Demonstrativo Gestão PBF e Demonstrativo Gestão SUAS, instrumento de Prestação de Contas dos Recursos Federais.

Art. 2º Aprovar o preenchimento do Censo SUAS Ano 2019.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Salto Veloso, 08 de novembro de 2019.

MAYLISE BRUNETTO

Presidente do CMAS

Santa Rosa do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA PL Nº 10/2019

Publicação Nº 2221274

Portaria PL nº 0010, de 06 de novembro de 2019.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor Valdinei de Vargas Lopes, Oficial Legislativo, e os vereadores Anselmo de Souza Bitencourt e Pedro D´avila da Cunha para compor a Comissão Especial de Avaliação de Bens Públicos, para os cargos de Presidente e Membros, respectivamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul, 06 de novembro de 2019.

Ver. Adilio Pereira da Silva

Presidente

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

Ver. Tiago da Rosa Bitencourt

1º Secretário

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO 013/2019

Publicação Nº 2221082

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 013/2019

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, Sr. Derli Furtado, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Recursos Humanos, no Centro Administrativo, à Avenida Tancredo Neves, nº 337, no Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, a fim de assumirem as funções dos cargos para os quais foram classificados no Concurso Público nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
Josiane da Cruz Avila	Agente de Serviços Gerais - Feminino
Izac Lucio Secchi Vargas	Agente de Serviços Gerais - Masculino
Gilberto Bleutew	Agente de Serviços Gerais - Masculino

Os convocados deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a fim de tratar da admissão no serviço público conforme Concurso Público 001/2018.

O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Santa Terezinha do Progresso (SC), 08 de Novembro de 2019.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N 252/2019

Publicação Nº 2222585

DECRETO Nº 252/2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDORA PÚBLICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 de 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a pedido, a servidora ILIDIANE SECCHI, matrícula 13023/01, do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 06 de novembro de 2019.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N 253/2019

Publicação Nº 2222586

DECRETO Nº 253/2019

NOMEIA SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009, Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010 e considerando o resultado do Concurso Público aberto pelo Edital 001/2018;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora JOSIANE DA CRUZ AVILA, CPF nº379.793.428-95, RG nº 55.835.28, aprovada no CONCURSO PÚBLICO nº 001/2018, para desempenhar a função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, carga horária de 40 horas semanais, código 1002 do Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 08 de novembro de 2019.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO MUNICIPAL N 254/2019

Publicação Nº 2222587

DECRETO Nº 254/2019

NOMEIA SERVIDOR MUNICIPAL APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009, Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010 e considerando o resultado do Concurso Público aberto pelo Edital 001/2018;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeado o Senhor IZAC LUCIO SECCHI VARGAS, CPF nº035.068.390-55, RG nº 7.836.338, aprovado no CONCURSO PÚBLICO nº 001/2018, para desempenhar a função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, carga horária de 40 horas semanais, código 1002 do Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 08 de novembro de 2019.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO MUNICIPAL N 255/2019

Publicação Nº 2222588

DECRETO Nº 254/2019

NOMEIA SERVIDOR MUNICIPAL APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009, Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010 e considerando o resultado do Concurso Público aberto pelo Edital 001/2018;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeado o Senhor GILBERTO BLEUTEW, CPF nº046.178.039-98, RG nº 49.018.868, aprovado no CONCURSO PÚBLICO nº 001/2018, para desempenhar a função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, carga horária de 40 horas semanais, código 1002 do Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 08 de novembro de 2019.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

PL 13/2019 PP 008/2019 FMS

Publicação Nº 2220725

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 13/2019 – FMS - SRP
PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 9/2019 – FMS - SRP

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. DERLI FURTADO, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que as 10:00 horas do dia 22 de novembro de 2019, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SRP, tendo como objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DE PRODUTOS ESPECIAIS DE LIMPEZA, PARA USO EXCLUSIVO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. O processo será regido pelas Leis Federais, nº. 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570001, e-mail:compras@staterezinhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezinhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 08 de novembro de 2019.
DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 218, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221584

LEI COMPLEMENTAR Nº 218, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a criar vaga, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, Estado de Santa Catarina. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do poder Executivo, a criar a seguinte vaga:

I - 01 (um) vaga para veterinário.

Art. 2º A contratação será efetuada conforme classificação em concurso.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Amaro da Imperatriz, em 08 de novembro de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ADRIANO DE MEDEIROS CALDAS

Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

PORTARIA 15.306

Publicação Nº 2221252

PORTARIA Nº 15.306, de 08 de NOVEMBRO de 2019.

ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO POR SUPOSTA MÁ CONDUTA DO MOTORISTA DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Art. 1º - Fica a controladora interna, autorizada a abrir procedimento administrativo, referente a suposta má conduta do servidor Messias Vieira.

Art. 2º Após abertura do procedimento administrativo caberá a comissão de julgamento disciplinar, apurar os fatos, julgar e responsabilizar administrativamente, caso seja comprovado a má conduta no exercício de sua função como motorista.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de Novembro de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ADRIANO DE MEDEIROS CALDAS

Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

PORTARIA 15.307

Publicação Nº 2221255

PORTARIA Nº 15.307, de 08 de novembro de 2019.

AUTORIZA ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA VERIFICAR A POSSIBILIDADE DE CONCEDER LICENÇA AO SERVIDOR POR ACIDENTE DE TRABALHO.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Art. 1º - Fica a controladora interna, autorizada a abrir procedimento administrativo, para verificar a possibilidade de conceder licença de 4 (quatro) dias ao servidor Thiago Mariano, devido acidente de trabalho estando a serviço da Administração.

Art. 2º Após abertura do procedimento administrativo caberá a comissão de julgamento disciplinar, apurar os fatos, julgar e conceder a

licença, caso o acidente de trabalho seja comprovado.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de Novembro de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ADRIANO DE MEDEIROS CALDAS

Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

PORTARIA Nº 15.308/2019

Publicação Nº 2221908

PORTARIA Nº 15.308, de 08 de Novembro de 2019.

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELAS FUNÇÕES QUE ESPECIFICA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

D E S I G N A R :

VINICIUS NAU VIEIRA, para responder pelas funções de Encarregado do Departamento de Cultura, FG-3, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei, com efeitos retroativos a partir de 01/11/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 08 de Novembro de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.309/2019

Publicação Nº 2221907

PORTARIA Nº 15.309, de 08 de Novembro de 2019.

RESCINDE CONTRATO DE BOLSISTA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

R E S C I N D I R :

À pedido, o Contrato de Estágio firmado entre o Município e a estudante MARIA ANTHONIELLA MARQUES FRANÇA, a partir de 08/11/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 08 de Novembro de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.310/2019

Publicação Nº 2221905

PORTARIA Nº 15.310, de 08 de Novembro de 2019.

RESCINDE CONTRATO DE BOLSISTA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

R E S C I N D I R :

À pedido, o Contrato de Estágio firmado entre o Município e a estudante LARISSA FARIAS TAMBOSI, a partir de 08/11/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 08 de Novembro de 2019.
EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.311/2019

Publicação Nº 2221909

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.311, de 08 de Novembro de 2019.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo como artigo 128 da Lei Complementar nº 59/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 30 (trinta) dias para tratamento de saúde ao servidor ROBERTO DE MARAFIGO PADILHA, matrícula nº 6000, ocupante do cargo de Professor da Educação Básica, com efeitos retroativos a partir de 21/10/2019 a 19/11/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 08 de Novembro de 2019.
EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 211/2019

Publicação Nº 2221455

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 211 /2019

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Educação, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 11.947/09 de 16/07/2009, que receberá até 02 de dezembro de 2019 às 08:30 horas, no horário de expediente, em sua sede, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas dos Grupos Formais para:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CONFORME PREVISTO NA LEI Nº 11.947, ART. 14.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6125 ou retirar o Edital completo através do site: www.saobentodosul.atende.net.

São Bento do Sul, 06 de novembro de 2019.

ROSEMARI IVANE STRACK CANDIDO

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 213/2019

Publicação Nº 2221672

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 213/2019

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretária de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 27 de novembro de 2019, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA, VISANDO A ELABORAÇÃO DO PLANO DE OUTORGA PARA A CONCESSÃO COMUM DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631 6125 ou retirar o Edital completo através do site: www.saobentodosul.atende.net.

São Bento do Sul, 07 de novembro de 2019.

MARGARETH BAYERL KEISER

Secretária de Administração

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 214/2019

Publicação Nº 2221739

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 214/2019

MENOR PREÇO POR ITEM.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através deste, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 28 de novembro de 2019, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA ABASTECIMENTO DOS DIVERSOS VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DA FROTA DA PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL, VEÍCULOS DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, VEÍCULOS DO 23º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA E FUNDAÇÃO CULTURAL, CONFORME DESCRITIVO ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6032 ou retirar o Edital completo através do site: saobentodosul.atende.net

São Bento do Sul, 07 de novembro de 2019.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ

Chefe de Gabinete

ADELINO DENK

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

ALISSON ANTONIO HASTREITER
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
Secretário de Planejamento e Urbanismo e
Secretário Interino de Obras e Serviços Urbanos

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO
Secretária de Assistência Social

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS
Secretária de Finanças

ROSEMARI IVANE STRACK CANDIDO
Secretária de Educação

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MARCIO BROSOWSKY
Diretor Presidente da Fundação Cultural

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA
Pregoeira Municipal

DECISAO PROCESSO ADM Nº 18605/2019

Publicação Nº 2221315

DECISÃO

Processo nº 18605/2019
Assunto: Solicita abertura de Sindicância Investigativa
Interessada: Secretaria de Administração

Diante destes pressupostos, considerando a necessidade de se apurar e identificar o condutor infrator, e, principalmente, para que se investiguem as irregularidades apontadas, conforme documentos em anexo, o Prefeito DETERMINA, na forma do artigo 154 da Lei Municipal nº 228/2001, a abertura de Sindicância Investigativa.

Expeça-se e publique-se a Portaria de instauração da Sindicância Administrativa, que será conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância constituída pelo Decreto Municipal nº 1034 de 22 de Agosto de 2018, ou outra que venha a substituí-la, podendo se precaver de todos os expedientes, documentos e informações anexados ao processo nº 18605/2019 para instrução do processo.

Publique-se, observando-se, no que couber, o disposto no § 2º do art. 58 da LOM e após a publicação da Portaria encaminhe-se o processo à Comissão Permanente de Sindicância para autuação, registro junto ao sistema de informática, instrução e elaboração do relatório conclusivo.

São Bento do Sul, 31 de outubro de 2019.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1541/2019

Publicação Nº 2221321

DECRETO Nº 1541, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.
NOMEIA OS MEMBROS DO COMITÊ MUNICIPAL DE MORTALIDADE MATERNO-INFANTIL DE SÃO BENTO DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os Decretos nº 149/2001, nº 2070/2004 e nº 1533/2019,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os membros efetivos do Comitê Municipal de Mortalidade Materno Infantil de São Bento do Sul e seus respectivos suplentes:

I - Representante do Conselho Tutelar:

- a) CÉLIA TEREZINHA GOMES – Titular
- b) SANDRO TSCHÖKE – Suplente

II - Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM:

- a) VALDIVIA DA SILVA - Titular
- b) VERA LUCIA FEDALTO – Suplente

III - Representante da Casa da Amizade:

- a) LOURDES MARIA C. LIMA - Titular
- b) OLIVIA ROESLER – Suplente

IV - Representante do Hospital e Maternidade Sagrada Família:

- a) JULLY BECKERT OLIVEIRA – Titular
- b) FRANCINI WERKA FRIEDRICH – Suplente

V - Representante do Conselho Municipal de Saúde:

- a) MARIA GERALDA S. URBAINSKI – Titular
- b) KAREN LILI FECHNER – Suplente

VI - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) VANESSA REGINA BRANDEMBURG - Titular
- b) DANIELA ALICE RANK WEIHERMANN – Suplente

VII - Representante da Pastoral da Criança:

- a) ROSELI EDITE WOHL ROSENSCHEK – Titular
- b) MARIA DE LOURDES BRUGNARA – Suplente

VIII - Representante da APAE:

- a) PAOLA BENVENUTTI COSTI – Titular
- b) MARIA GORETI CIUPKA EHLKE - Suplente

IX - Representante da Associação Catarinense de Medicina:

- a) JACKSON GOTO - Titular
- b) VIVIANE MACEDO CARNEIRO – Suplente

X - Representante do Conselho Regional de Enfermagem:

- a) ELAINE DO PRADO - Titular
- b) ETIANE PLOZAI LINZMEYER – Suplente

XI - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

a) Departamento de Gestão Administrativa – DEGAD:

- 1 - SANDRA MARIA PSCHIEDT – Titular
- 2 - MARCIA ELISABETH MUHLBAUER – Suplente

b) Departamento de Vigilância à Saúde – DEVIS:

- 1 - CRISTIANE APARECIDA J. SESTREM – Titular
- 2 - MARIA APARECIDA SCHARMACH - Suplente

c) Departamento de Atenção de Saúde – DESAU:

- 1 - THAIS MAYARA BECKER – Titular
- 2 - CIZETE LOBERMEYER - Suplente

d) Coordenação Unidades de Saúde (ESF/UBS)

- 1 - SOLANGE APARECIDA CARDOSO DA SILVA – Titular
- 2 - ELISABETH MARIA NARDELLI DE OLIVEIRA – Suplente.

Art. 2º Ficam designados para coordenar o Comitê Municipal de Mortalidade Materno-Infantil: Heleno Vellozo e Marilene Strapassoni representantes da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º O mandato do Comitê, nomeado pelo presente, é de 01 (um) ano, compreendendo o período de 03/11/2019 a 03/11/2020. .

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1543/2019

Publicação Nº 2221335

DECRETO Nº 1543, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA SERVIDOR

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, e,

Considerando Memorando Interno nº 374/2019 SEMUS que noticia que a servidora atualmente designada encontra-se em Licença Maternidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora SIMONE GREIN, detentora de cargo de caráter efetivo, nomeada através da Portaria nº 7803, de 26 de setembro de 2011, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Saúde, para aferir o controle mensal do horário dos médicos e odontólogos.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 0982/2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 176/2019

Publicação Nº 2221175

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 176/2019

DA ESPÉCIE: Décimo Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 145/2006, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LANCHONETE 23 DE SETEMBRO LTDA, em 26 de abril de 2006, conforme Edital de Concorrência Pública nº 64/2006.

Considerando o Contrato nº 145/2006, firmado entre o Município de São Bento do Sul e a Lanchonete 23 de Setembro Ltda., cujo objeto consiste na permissão onerosa de 01 (uma) sala representada por lanchonete-restaurante, dispensa cozinha e demais instalações, com área total de 199,23 m², com vigência de 26 de abril de 2006 a 25 de abril de 2021, com redução do espaço concedido, passando de 199,23 m² para 47,90 m², conforme Termo Aditivo nº 287/2015 de 13 de outubro de 2015;

Majorar o valor mensal de R\$ 1.827,01 (um mil oitocentos e vinte e sete reais e um centavo) mensais para R\$ 1.888,79 (um mil oitocentos e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos) mensais, de conformidade com o índice IGPM, acumulado até 09/2019 conforme cálculo em anexo, no percentual de 3,3817%, referente à permissão onerosa de 01 (uma) sala representada por lanchonete-restaurante, dispensa, cozinha e demais instalações, com área total de 199,23 m², com vigência de 26 de abril de 2006 à 25 de abril de 2021, conforme Edital de Concorrência Pública nº 64/2006, com redução do espaço concedido, passando de 199,23 m² para 47,90 m² conforme Termo Aditivo nº 287/2015 de 13 de outubro de 2015.

Considerando que a Permissionária solicitou alteração na forma de pagamento conforme Termo Aditivo nº 211/2017 de 28 de novembro de 2017, fica alterada a forma de pagamento conforme a Cláusula Quinta – Do Valor, para que os mesmos duas parcelas, uma até o 15º dia no valor de R\$ 944,39 (novecentos e quarenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e outra até o 30º dia do mês no valor de R\$ 944,40 (novecentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos).

O presente Aditivo terá seus efeitos a partir de 16 de outubro de 2019 até 15 de outubro de 2020.

Continuam a prevalecer as demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 26 de abril de 2006 e com término em 25 de abril de 2021, observando-se os dispositivos do Decreto Municipal nº 307/1985 e Leis Municipais nºs 97/1985 e 2059/2008.

São Bento do Sul, 16 de outubro de 2019.

Ass: MAGNO BOLLMANN, como Prefeito Municipal.

LUIZ CLÁUDIO GAYER SCHUVES, pela Secretaria Interino de Obras e Serviços Urbanos do Município.

LANCHONETE 23 DE SETEMBRO LTDA, como Permissionária.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 183/2019

Publicação Nº 2221178

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 183/2019

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Acolhimento Institucional ao Idoso de nº 189/2018 firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CASA DE REPOUSO VOVÓ CECÍLIA LTDA ME, em 09 de novembro de 2018, conforme Edital de Credenciamento nº 124/2018.

Considerando o objeto do Contrato nº 189/2018, que consiste na contratação de serviço de acolhimento institucional, sendo 15 vagas distribuídas em Grau I, II e III para idosos em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). São acolhidas as pessoas que por algum motivo não dispõem de condições para permanecer com a família ou em seus domicílios, conforme itens descritos na Cláusula Sexta – Do Valor e no Termo de Referência, todos de acordo com o Edital de Credenciamento nº 124/2018, o qual fica fazendo parte integrante do

presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Considerando o término de Contrato no dia 09 de novembro de 2019 e a continuidade do internamento das pessoas já alocados na Instituição e também internação de novos pacientes conforme determinações judiciais, e de acordo com a Cláusula Quinta – Da Vigência, o contrato pode ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses conforme Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Considerando que a Contratada se compromete a manter os valores praticados, sem solicitação de reajuste conforme prevê a Cláusula Décima – Do Equilíbrio Econômico Financeiro e Reajuste de preços do referido contrato, de acordo com documento em anexo ao Termo Aditivo. Diante do exposto, se faz necessário prorrogar o referido Contrato mantendo os valores praticados com base no Art.57, inciso II da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Quinta – Da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 09 de novembro de 2019 com término em 08 de novembro de 2020.

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela efetiva prestação dos serviços os valores por vaga conforme abaixo, a serem pagos proporcionalmente ao número de idosos e pessoas com deficiência atendidas mensalmente e encaminhadas por meio de relatório mensal para a Secretaria Municipal de Assistência Social:

2 - Serviço de Acolhimento de Idosos, conforme especificação do Serviço (ILPT's)				
Item	Especificação	Unidade	Qtde	Valor mensal por vaga
1	EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO IDOSO EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA GRAU I, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA – MÁXIMO DE 3 VAGAS	MÊS	12	R\$ 3.466,66
2	EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO IDOSO EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA GRAU II, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA – MÁXIMO DE 6 VAGAS	MÊS	12	R\$ 3.616,66
3	EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO IDOSO EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA GRAU III, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA – MÁXIMO DE 6 VAGAS	MÊS	12	R\$ 3.800,00

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 09 de novembro de 2018, permanecem inalteradas. São Bento do Sul, 24 de outubro de 2019.

Ass: FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

CASA DE REPOUSO VOVÓ CECÍLIA LTDA - ME, como Contratada.

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS - EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 06/2019

Publicação Nº 2219860

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 06/2019

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o ROL DE INSCRITOS, INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS, do Edital de Processo Seletivo nº 06/2019, conforme segue:

ROL DE INSCRITOS**INSCRIÇÕES DEFERIDAS*****PCD – PESSOA COM DEFICIÊNCIA****ATENDENTE EDUCATIVO*

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001162	BRUNA BERTOTTI DE OLIVEIRA	5085069

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000768	SIMONE SENN KUROVSKI	5735270

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001012	ICLEIA IGÑÊS DUVOISIN VICENZI	2370281

SECRETÁRIA (O) DE ESCOLA

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001077	OSMARINA IRIA MOSER POKRIWIESKI	1.092.765

AC – AMPLA CONCORRÊNCIA*ATENDENTE EDUCATIVO*

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001499	ADENISE DE SOUZA PRESTES	5.494.951
000895	ADRIANA DIAS MAES	2922941
000845	ADRIANA FLEISCHMANN	4.406.738
000226	ADRIANA JOZIANE LEITE RUJANOWSKI	3830315
000656	ADRIANA JUNGTON	53117093
001252	ADRIELE HILDALY ALEXI ENGEL	6735157
000720	ADRIELEN APARECIDA RAMIRIO DO ROSARIO	10.917.348-7
001599	ADRIELI RIBEIRO PEREIRA DE RAMOS	5735828
000878	ADRIELLY ODAINY PINHEIRO	4.245.848
000036	AIRA ROBERTA CORRÊA	5841453
000836	ALCIONI GROSCHOPF FERNANDES	7359511
001482	ALESSANDRA DA SILVA	54817960
000114	ALESSANDRA LEITE BASTOS DOS SANTOS	4798154
001374	ALESSANDRA PRUCHNESKI	6941073
001680	ALICE STISS	4174792
000647	ALINE DA SILVA	6642497
000537	ALINE DAIANE MARX	6.138.818

000924	ALINE DE FÁTIMA STIEGLER	6530078
001329	ALINE GUESSER	4.358.318
000846	ALINE KATIA DALCANAL	5912365
001001	ALINE PETTERS PADILHA RUECKL	5196113
001002	ALINE RICHTER	12.313.048-0
001524	ALINE TAIS HEINZEN ORSO	5.841.994
000462	AMANDA ALVES	7662036
000259	AMANDA GUIMARÃES	6.153.719
000530	ANA CAROLINA RANDIG	6688759
001015	ANA CRISTINA UNISESKY	47801379
001114	ANA HELENA FLORIANI	6.725.690
000678	ANA LUIZA DE LIMA	7007605
000272	ANA PAULA DA CRUZ MARKS	6641691
001745	ANA PAULA OLEINIK SOARES	6758508
000196	ANA PAULA WOTROBA	5085518
001125	ANA RUBIA RUNSCHKA	5686792
001351	ANDERSON DA SILVA	4.703.494
000525	ANDRÉIA DA SILVEIRA FRAGOSO	4.627.830
001093	ANDREIA ZOMER CARDOSO	2377726
001158	ANDREINA FRANÇA	7404086
000342	ANDRELISE GRITTEN	4871737
000568	ANDRESSA DE OLIVEIRA	7261728
000979	ANGELA MARIA DENCK BARBOSA	3396811
000848	ANGELA TEIXEIRA DA ROCHA GROSSKOPF	9.110.479-2
000580	ANGELICA DE CARVALHO BICHER	3786153
000060	BARBARA NOWAK	12530762945
001509	BERENICE FRIDRIECHSEN	2770003
000903	BIANCA DALLMANN	6258658
000135	BIANCA DE FÁTIMA CAMPOLINO	5622478
000182	BIANCA REGINA EISELT	4.963.879
000667	BRENDA FERNANDA GORNIK	6.057.607
000955	BRUNA BARBOZA	3153326
001162	BRUNA BERTOTTI DE OLIVEIRA	5085069
000438	BRUNA CHAPIEWSKI DORNELLES	7091238
000636	BRUNA DENCK	6716292
000743	BRUNA KOTZLER	5.494.048
000333	CAMILA DE MORAIS CAMILO	55.163.690-7
000500	CAMILA DOS SANTOS DUMS	4206486
000645	CARIN SOARES DA SILVA	4.002.194
001669	CAROLINA CRISTOFOLINI	5457195
000015	CAROLINE VERGAS	4799005
000860	CAROLYN JENNIFER MENENGOLA	5622575
001411	CATARINA APARECIDA LOURENÇO GOMES	5868245
001559	CATHERINE TEIXEIRA	4780480
001112	CELIA MARIA BRINIAR AUGUSTIN	1090747-5
000621	CELINA APARECIDA ECKEL	3397374
001650	CHEILA SCHREINER DREFAHL	4535755
001747	CINTIA DE SOUZA	4522368
000800	CLARICE AMARANTE	5772051
001594	CLAUDETE JUBANSKI DA CRUZ	5.130.151-2
000910	CLAUDIA DE SOUZA CARVALHO FERREIRA	008540204-8
001404	CLÁUDIA LAÍS MILDE	4703341
001711	CLEIA REIS	3449769

000699	CLEIDE FERNANDA FOSSILE DIAS	42063671
000866	CLEIDI MARIA TAUBER DE LIMA	7.056.149
000698	CLEONICE SIQUEIRA	4780749
000186	CLEUZI DE SIQUEIRA JARUTAI	2134848965
001592	CRISLAINE GAUZISKI	5841230
001749	CRISTIANA GAUZISKI MACHADO	4425104
000005	DAIANA TWARDOWSKI PORTELA	4341434
001572	DAIANA VANESSA GONÇALVES FERREIRA	5230187
000707	DAIANE APARECIDA MIZWA	6442155
000646	DAIANE CAROLINA MAIA DE LIMA	6138476
001587	DAIANE CORREIA	4174725
001188	DAIANE SAMARA RICS	5494166
001177	DAINI TORTATO	4703804
001316	DANIELA HUTTL PSCHIEDT	4627521
000192	DANIELE DE OLIVEIRA	156043931
001398	DANIELE NEPLL	5912661
001289	DANIRA APARECIDA BEUTER	4799121
001467	DAYANA VILMIZ	7032912
000382	DEBORA ODIM DE LARA	3520900
000716	DEICIELE CALEGARI	6153354
000372	DENISE DE SOUZA FREITAS	5735108
000575	DIENNIFER DE SÁ	4627570
001670	DJENIFER DREVECK	5686619
001320	DJESSYKA ANDRYELLE ARTHUR	6258427
001186	EDNA VANESSA KRZEZINSKI	5128423
001557	EDUARDA FERREIRA PILAR	7183250
000395	EDUARDA LUIZA MOREIRA ARBIGAUS	5780745
001504	ELAINE BRANCO	4316629
001503	ELAINE WEISS CARDOSO FRANÇA	3870325
001327	ELIANE APARECIDA KOHLBECK CARDOZO	4.174.543
001148	ELIANE GOTTARDO	5622407
001040	ELISABETE DA SILVEIRA XAVIER	3264557
001166	ELISAMA PREISLER DE OLIVEIRA	6.843.278
001427	ELISANGELA APARECIDA SIQUEIRA	4.516.821
000908	ELISANGELA ROHRBACHER	5085972
001498	ELIZANDRA MACHADO BINECK	4749161
001528	ELIZETE LEMOS DE SOUZA FIAMONCINI	2376230
001133	ELOISE FRANCINE LOURENÇO ALVES	10260538973
001284	ELZA APARECIDA DOS SANTOS	7252982
000309	EMANUELLY NIEDZVIESKI	6616419
001282	EMILI RUDNICK DOS SANTOS	6825021
001027	EMYLLY XAVIER	5640892
000829	EMYLY DAYANE MODRO MULLER	6762677
000786	ERIVELTON FIRMO DE CAMARGO	5.963.735
000254	EVELIN SANTOS PEREIRA MAIA	7153660
000639	EVELISE KUSS DETZ	4780904
001565	FERNANDA DA SILVA ENGEL	5230678
001225	FERNANDA DOS SANTOS MUSIALOWSKI	6019504
000318	FERNANDO PILZ	5457474
001616	FLÁVIA APARECIDA DE FREITAS SUBTIL	3283565
000220	FLAVIA MUHLBAUER	6729274
000394	FRANCIELE COSTA	6138778
001031	FRANCIELE JASCHKE	5.420.957

000704	GABRIELA CALDAS	6870540
001674	GABRIELA FREITAS SUBTIL	7770478
000174	GABRIELA FURST FUHRMANN	5622772
000194	GABRIELA MASUL TOBIAS	01228399948
000162	GABRIELE FERREIRA	6258950
000048	GABRIELE ILHÉUS	6705853
001551	GABRIELY FERREIRA MAAHS	6153036
001000	GEISE GABRIELLY VALENTE MOREIRA	7432252
001742	GESSICA BASSANI	4206092
001561	GILMARA LIEBL	2.376.774
000681	GIOVANA HELMATUS	5933126
001337	GISELE WOICIECHOVSKI ZOELLNER	6138238
000463	GISLAEINE GROSSKOPF	5912276
001087	GRASIELE RODRIGUES	5686464
000187	HAYANE HABLE	6206484
000529	IL AINE MIRIA ROSA	4206466
000031	ISABELA VAZ SLOMINSKY	6.138.173
000167	ISABELI PAOLA DOS SANTOS	7828542
000627	IVONETE MOREIRA	4206652
000855	JANAINA CAMARGO DOS SANTOS	6530033
000273	JANETE DE OLIVEIRA	3852024
000202	JANETE PEREIRA DOS SANTOS	6.138.877
000868	JAQUELINE LENI STUY	4409625
001224	JAQUELINE APARECIDA DE RAMOS	5481488-0
000817	JAQUELINE CASTILHO	7628816
000295	JAQUELINE FERNANDA FIETZ	4516827
000487	JAQUELINE WOICHEKOSKI	6206508
000404	JAYNE ZAKRZEWSKI	6957539
000913	JESSICA ALAUANA DOS PASSOS	4358378
000085	JÉSSICA ALVES DE ALMEIDA	6915221
001170	JÉSSICA DANIELE DOS SANTOS	7012817
000263	JESSICA DOS ANJOS	4799096
001442	JÉSSICA EICHENDORF	5085109
001653	JESSICA GRESCHEN	5933517
000260	JÉSSICA LETÍCIA MARIA	05368980547
001758	JÉSSICA MAYER BAUM GUMBOWSKI	5579091
000338	JESSICA PAOLA VICENTE PINTO	5.731.609
000876	JESSICA TALINE RODRIGUES	5420906-4
000885	JOCELAINE NUNES RODRIGUES	9.758.894-5
001280	JONATHAN BERGMANN VERNILLI	4358359
001250	JOSEANE TACIA ALEXI ENGEL	5457327
000311	JOSELI MARGARETE PIROSKI	2245303
000479	JOSIANE CRISTINA FUERST	5130640
000028	JOSIANE MARILU KOBUS	1174809
001665	JOSIANE MARTINS ROHDE	3870152
000754	JOSIANE MILDE RIEPER	4963763
000027	JOSIELE APARECIDA SCHMIDT DE LIMA ESTRIZER	4.769.213
000370	JOSILEIDE GONÇALVES DA LUZ	3618092
001490	JUCELI GANZAVA	4174720
001058	JUCÉLIA DA CRUZ OPOLIS	4627825
000711	JUCINEIA CORREA	5311328
001486	JULIA APARECIDA LEANDRO DE SOUZA	7141974
000480	JULIA FUEKNER KOTOVICZ	6960420

000407	JULIANA COSTA MUNIZ NUNES	4.406.048
000722	JULIANA DIAS	4080357
000400	JULIANA DOS SANTOS	6224079
000472	JULIANE APARECIDA NEPPEL SCHADE	4206850
001154	JULIANE TERESINHA DA SILVA	4174644
001082	JUSSARA APARECIDA JUNGKES	2314299
001531	KAREN CORDEIRO VIANA	5494773
001372	KARINA SCHIESSL DOS SANTOS	45938962
000631	KATIUCE CRISTIANE MUNSCH	4206477
000296	KAUANE DE OLIVEIRA DE SOUZA	7695807
000536	KELI JAINI BURDZIAK	6109218
000171	KELLI KATIANE BARABACH NUNES	5.311.715
001326	KELLY SUIANY DE RAMOS	6258596
000827	KETLIN CUSTODIO TABORDA	5.912.000
001705	KETLYN BATISTA ALVES DE SOUZA	5494263
000737	KEYLIANY ELIZA ALVES	10641834926
000633	KEYTHIUCIA GORTLER	4174789
000792	LALLESKA SANTOS VILARIM DE ANDRADE	6.760502
001313	LARISSA GOMES FIETZ	5686041
001156	LARISSA RODRIGUES FERREIRA	6437348
001437	LEOCADIA KUCHLER IGNACZUK	3557731
001389	LEONARDO RODRIGUES DE MELLO	5494078
000478	LETÍCIA DA VEIGA	5912901
001608	LETÍCIA ISIS SCHREINER	5622386
001595	LETICIA WOICHEKOSKI	6437757
000495	LILIAN VEIGA ALEXANDRE	6.153.673
001097	LIZELIA PEREIRA DE CASTRO	6258092
000375	LUANA DIAS	12337747948
001089	LUANA LOPES ERREIRA CHAVES DE SA	437937124
000206	LUANA MARA DA SILVA ALVES	5.018.773-2
001258	LUCIANA DOS SANTOS RAMOS	7.520.747
000566	LUCIANA KOPPE	3.852.502
001577	LUCIANA LINZMEYER DOS SANTOS GRESCZESCHEN	4245521
000784	LUCIANE ECKSTEIN	36182060
001242	LUÍZA CAROLINA STOCK	6258450
000820	LUSIA APARECIDA FERNANDES DA SILVA	3695617
000953	MARCIA JULIANE SCHMIDT	3270175
000535	MARGARIDA DIAS	4002738
001547	MARIA ANTÔNIA LEMOS DE SOUZA	3695487
000283	MARIA APARECIDA SCHARMACH	510.829
000294	MARIA DA SILVEIRA SOARES	2923084
000256	MARIA EDILENE SANTOS PEREIRA	7153597
001187	MARIA GORETI MASSANEIRO	3618670
000577	MARIA ISABEL ALVES DA ROSA	2119529
000960	MARIA JULIANE DE LIMA	3830361
001044	MARIA LUCIANE RIBAS	2.379.794
001636	MARIA LUIZA FORTES	6783674
001220	MARIA LUIZA PRZEDZMIRSKI FREITAS	5311772
001683	MARIA MARCELA PIECKOCZ RAUEN	4.245.914
001233	MARIA PIKOCZ	3870866
000916	MARIANA LINZMEYER	4516697
001589	MARIANE PSCHIEDT	4358220
000813	MARIANGELA CORREA	5622737

000738	MARILAINE APARECIDA DE MATOS	5457974
001060	MARILENE PELECHATE	2375949
001384	MARILVA DOS SANTOS HASSE	7266758
000957	MARINA DOS SANTOS MUEHLBAUER	4406076
000626	MARINEI HOSS	8871416
000853	MARISE LOCH DA SILVA	3520344
001721	MARLENE CARVALHO XAVIER	2188741
000630	MARLENE CRISTINA MENDONÇA	14124111
000409	MARLICE TEREZINHA FEIL	4377083
001136	MARLISE ROESLER SCHRODER	2378459
000564	MEIRY BIANCA DOS SANTOS	6215380
000732	MELISSA CORRÊA DE FREITAS	6736912
000105	MICHELE FERNANDES	6088700
000672	MICHELE MARTINS DE OLIVEIRA MACHADO	7659239
000560	MICHELLE WEDEKIND	6.258.921
000930	MICHELY CRISTIANE PEZZINI	4358742
001576	MILENA MICHAELA FUCHS	107553410
000239	MISLAINE DE RAMOS CONDRADT	6153499
000941	MONIQUE TATIANA DE GOES ANDERS	5494114
001578	MYLENA SCHIESSL DOS SANTOS	5912842
000158	NADINE PANNEITZ	5311766
000430	NAIR ALEXANDRE	1646092
001488	NATALIA PERES DE LIMA	6846653
000790	NATASHA ENDLER	6958597
001098	NATHALIA HANNEMANN SCHLICKAMNN	5085077
000713	NEUCI RODRIGUES	6132592
001369	NICOLLI NOGUEIRA DE OLIVEIRA	6753720
001145	PÂMELA CAMILA STOCK	6138732
000491	PATRICIA ABRANGE BIANEK	5.344.763
001192	PATRICIA BRITTO SIQUEIRA MACHADO	4128206
001463	PATRICIA KHALILI DA CRUZ	96987200904
001050	PATRICIA MARTINS	4793785
001335	PRISCILA APARECIDA DE LIMA FRANZ	5.084.104
001685	PRISCILA DREVECK	6153649
000689	PRISCILA MARIA GASSNER	4377146
000222	PRISCILLA ROSSLER	4316030
000365	RAFAELA FERRAZ DOS SANTOS	4245891
000038	RAQUEL AP MARTINS	5494150
000367	RAQUEL DA SILVA BOEIRA	4080585
001356	RAQUEL SOUSA SABINO	165554320010
000838	RENATA APARECIDA SCHROTH	136751204
000964	RITA GULIK MALCZEWSKI	2017020
000832	ROSANE DERNYS	6.058.073
000676	ROSEANE DOS SANTOS SOUZA DE FREITAS	6.719.139
000735	ROSELITA HENNING DOS ANJOS	1192076
001105	ROSELITA SOUZA POPOASKI	14449231-5
001639	ROSEMERI REIS	5575824
001522	ROSENILDA CORDEIRO	3.870.950
000900	ROSILAINE DE MATOS	5912420
001203	ROSIMEIRE APARECIDA ALEXANDRE MARQUES	5622814
000772	ROSIMERE DOS SANTOS CUSTÓDIO DA SILVA	29362725
001472	SABRINA FABIANE SOARES BUENO	5686539
000605	SABRINA GIOVANELLA	6215365

000632	SABRINA HINKE	6645206
001124	SALETE CASTURINA DA CRUZ NARLOCH	4703623
001260	SAMARA MASSANEIRO DE LIMA	4206947
000179	SANDRA FAGUNDES	5344278
000675	SANDRA WOICZEKOVSKY ADÃO	3830487
001204	SANDRA WOSCHNAK DE MELO	4341029
001550	SANDRIELLY MARTINS MAIA	7232411
000301	SARA DANIELY DE PAULA	6.258.261
001449	SELMA MALACHOVSKI PREISLER	4769964
000091	SILVANA BERTOLI SANTOS EHRESMANN	2922705
000034	SILVANE APARECIDA SCHOFFEL	2929960
001347	SILVANE PREISLER DE OLIVEIRA	4.071.575
000652	SILVIA DO SOCORRO NOGUEIRA GIRARDI	3.270.546
000665	SIMONE APARECIDA SENN	3870934
000831	SIMONE BARAO SABATKE	3830688
000498	SIMONE MARTINS DE SOUZA	2924613
000030	SINDY MARA SCHUNKE	49637681
000839	SOLANGE VIOLA	05475271950
000748	SOLANGE APARECIDA NUNES	4516320
000939	SOLANGE ERDMANN GROSSL	2012013
000830	SONIA APARECIDA BINOTTO	39074516
000043	SUSAN FOSSILE	4206366
000170	TABATHA NATALINA DA SILVA	7005697
001142	TALISSA SCHRODER	5933829
000988	TALITA ANTUNES CARDOSO	5841210
000257	TALITA DE RAMOS CONDRADT	6153498
000596	TALYSSA GABIELLI CORRÊA	6224801
001272	TARIANE LINZMEYER FAGUNDES	4316098
001471	TATIANA CITADINI DA ROSA	4281133
000648	TATIANE BATISTA	4358262
000936	TATIANE DE ALMEIDA ALEXI	4206029
000137	TATIANE ISABEL NEUBAUER ZUMBACH	5085136
001266	TERESINHA DE JESUS SCHROEDER PISKE	00487110986
001484	THAIS ADRIELE BAUER	4281081
000320	THAYNA GOMES	6671170
000539	VALDETE TEREZINHA FUCKNER	3786124
001131	VANESA ALVES DOS SANTOS	5344832
001502	VANESSA APARECIDA FRIEDRICH RUDNICK	5481143
000984	VANESSA BONETT DE ANDRADE	4341499
001420	VANESSA BUENO HORTZ DE OLIVEIRA	6729924
000808	VANESSA FRAGOSO PEREIRA	4425809
001254	VANIA SIQUEIRA LIMATANDLER	4377431
000496	VERA ELIANE TRINDADE DOS SANTOS PINTO	1.095.798-7
000166	VITÓRIA HANNA DOS SANTOS	5579192
000032	VIVIAN KASZUBOWSKY	3270414
000197	VIVIANE COSTA SILVA PONTES	8189523
001083	VIVIANE SOARES DE CAMARGO TORQUATO	4593933
000969	ZÉLIA FRANCO DA SILVA SOWA	5.230.982
000942	ZULEICA SILVEIRA	3830041
000966	ZULEIMA SILVEIRA	4703989

TOTAL DE CANDIDATOS: 332

AUXILIAR DE BIBLIOTECA

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000484	ALESSANDRA ROCHA DOS SANTOS	919565
000599	ALEX HOSHIBA FONTES	155625910
001010	ALEXSANDRA DEISE DA SILVA SCHNAPP	4784585
001241	ANA CAROLINA BATISTA	7551227
000620	ANDRIEL SCLARSKI CAMARGO	7326839
000815	ANTÔNIO MARCOS HÜBNER	6.088.585
001340	BEBIANE MARIA DENCK	4535008
000906	BRUNO GONÇALVES	6048765
001533	CAMILA NOGUEIRA BATISTA	6650715
001666	CAROLINE GONÇALVES	6836418
000554	CASSIO GRAMLICH COELHO	14.173.414-8
000193	CHARLENE ANDREZA DE MATOS	4174721
000759	DIVA CORREA DE FREITAS PINTO	4780817
000940	DJESSICA MONICH	5887303
000195	EDEMAR STREIT	2373702
001525	EDINEIA MARTA WEBER PASINI	2920060
000660	EDUARDA PEREIRA DE MELO	7299119
001682	EGON SCHMITT REINHARDT	5603842
000377	ÉRICA SAUER RAMOS	6088502
000557	FERNANDA APARECIDA ZOELLNER	6920171
001542	FLANDRIA MICHELE DE OLIVEIRA	6710006
001591	FLÁVIO LUIS PEREIRA	3618577
001366	FRANCIELE RUDNICK	4377053
001610	GABRIELE PSCHIEDT	6437884
000861	GABRIELY LINZMEYER	7309307
001212	GUIDO SIQUEIRA FILHO	4.983.421-6
000629	GUILHERME GONÇALVES DA LUZ	4793240
001259	GUILHERME LINKE PANNEITZ	4963776
000881	IZAIA DA SILVA DIAS	4174284
001349	IZOLETE GIESE RANDIG	21aR671771
001736	JACKSON ALVES	4358637
000523	JANAINA DA SILVA	7223719
000057	JEISY GEORG	6794829
000752	JERLINA RODRIGUES	4358232
001614	JULIANA DREVENIASKI	6153035
000503	JULIANE DUMS DE SOUZA	6215907
001053	KETLYN ECKEL	10778775950
001618	KEYTLIN KOBUS CARDOSO	6057442
000126	LAURECI APARECIDA PANCHINHAK	4447267
000445	LETICIA ECKSTEIN	6206204
000571	LINDINA STREIT	5344212
001206	MARIA CLARA D'ÁVILA	6437316
001585	MARIELE DA SILVEIRA	5841061
000132	MARILUCIA ANDREIA CHIMELLI DA SILVA	3396943
001739	MARIQUEI NASCIMENTO ROCHA	6.215.921
001687	MATHEUS BONA RUCKL	5912022
001059	MATHEUS HENRIQUE DENCK	6.735.162
000696	ROSICLEIA ARTNER DA SILVA	3116536
001295	SARA NEUBAUER ALVES	6215666
001144	SILVIA RIBEIRO DOS SANTOS	4535702
000644	SOLANGE APARECIDA LOURENÇO HORTZ	2926575

000976	SUELEN LUDWINSKY	54813190
000366	SUSANE MALSCHITZKY FONTANA	3520987
001638	TATIANE CARDOSO	6138052
001075	THIAGO FORTESKI	126699549
000391	VANESSA LOURENTINO	6215676
001397	VIVIANE DA SILVA	127.823.399-74
001309	WILLIAM GUSTAVO LOPEZ BOTTIN	5622125

TOTAL DE CANDIDATOS: 58

AUXILIAR DE SERVIÇOS

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001333	ALVINA ADRIANO	2.925.779
001684	ANA PAULA RIBEIRO DE OLIVEIRA	6437315
001696	CAROLINE PERINI MUTZCHNOSKI	10059039990
000335	CLEIDE APARECIDA SACHT	4377149
001111	DEBORA REGINA EICHENDORF	4174315
000110	DIELI GUELBECK	4535994
001307	DILSA TEREZINHA MARTINS DE SOUZA	2376321
000467	EDINÉIA SCHADECK	4.585.424
001113	ELAINE FERREIRA PRADO	7949885
001205	ERNESTO CLOVIS DA SILVA	872905
001460	FABIANO DE MELLO GAIDECZKA	4829174
000211	GEANE ANTUNES	6.258.633
001141	GRACIANE APARECIDA CALISTRO	4593944
000341	GRACIELE CALISTRO	6437154
000550	GRAZIELE CARDOSO DE SOUZA	5481393
001584	ILIZETE KÜCHLLER DE QUADRA	3270368
000680	JANDIRA DE LURDES STORTI ALVES	1703478
000305	JAQUELINE DE FATIMA DOS SANTOS	3959425
000822	JUCELEI APARECIDA PEDROCHESKI	3270824
001211	MARIA ISABEL GODOY	2374864
000850	MARLI SANOCKI FERNANDES	2375662
000619	OFELIA TEREZINHA DOS SANTOS	7152830
000948	RENILDE DOS SANTOS	3.366.621
000981	ROSANE PEREIRA	53445899
001061	ROSELI DE SOUZA CAMARGO	7.390.736
001143	SIBELE APARECIDA NASCIMENTO ALVES	5.735.173
001117	VALQUIRIA TERESINHA FAGUNDES	4516942
001581	VANDERLEI DE SOUZA	0500593
001391	VANDERLEIA DAS GRAÇAS MENDES SANTOS	5.481.021-3

TOTAL DE CANDIDATOS: 29

ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000997	ADRIANE DINAE WEBER BRAUNINGER	33064527
000802	ANELISE LIEBL	2017132
001452	BARBARA RANK	6.215.210
001151	BEATRIZ PSCHIEDT	68849802
000725	CLAUDETE MARIA TASCA SCHUTZLER	967595
000527	CRISTINA SIMONE BONA	4.377.380

001698	EDILENE DE FÁTIMA NENEMANN	8030020-4
001412	ELISANGELA PATRICIA BRAND	3379343
000459	ELIZIANE PASDA SANCHES	12.555.199-8
001371	FRANCIANA REGINA NARDELLI	3618857
001281	IMA JACQUELINE PELLICOLI	1 880 330
000129	JANE EDICLEIA BAIL PSCHIEDT	5223345
001508	JACQUELINE POLASKI FLOHR	43167624
001556	JULIANA MILDENBERGER	4433429
001715	LINDOMAR SILVA DE JESUS	4846389
000088	LUCINEIDE APARECIDA BONA DE PIN	3610718
000974	MARCIO CORREA DOS SANTOS	108726660
000810	MARIANA PELEJE VIANA	459884980
000637	OSMARINA PEREIRA DE CAMARGO SCHÜTZLER	3443437
000753	SANDRA MARA LANG	2.372.202
000399	SIRLEIA SCHOEFFEL RIBAS	29285593
000099	TATIANE RAQUEL MELNIK GORTLER	34413960

TOTAL DE CANDIDATOS: 22

PROFESSOR ANOS FINAIS - ARTES - EMEJA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000175	KATHLEN PICKLER	7361017
000516	KATIA REGIANE WOLFF	11110479
001703	LEONARDO PINTO DE QUEIROZ	0515095710
001567	LUANA BRUNA RODRIGUES	4.780.551
001691	ROSILENE AUGUSTIN	5344584

TOTAL DE CANDIDATOS: 5

PROFESSOR ANOS FINAIS - ARTES - EMEJA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
-----------	-----------	--------------------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0

PROFESSOR ANOS FINAIS - ARTES - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000745	ALANA MAROS DE LIMA	5575660
001597	BIANCA KESTERING GREIPEL	4245831
001496	CARINA QUINT	5230355
001433	CARINE MARIA STEIN	4316566
000541	DEBORA GRANEMANN DE MORAES	3116393
000221	DOROTÉIA ANTON GUEDES	2.375.532-6
000369	ELIETE TERESINHA SOARES PETERS	2010290
000344	ELISANDRA ROWEDER	2929855
001019	ELISANGELA KISTER	3959095
001515	ELISIA CRISTINA MAZON DA MAIA	3685203
001013	GISELE DAIANAADAMYK	4341286
000421	JACQUELINE FURMANN COMARELLA	4.358.468
000355	JANAINA RAQUEL ALVES DE CAMPOS COUTINHO	3610108
001037	MARISTELA DA ROSA DE CARVALHO	4080961
001137	NERLI BORGES DE SOUZA SCHOFFEL	2667336
000533	SILVANE ADRIANA PIRAM SETLIK	3396381

000246	SIMONE MICKUS	4377562
000610	SUELI CARDOZO	2924820
000747	TÂNIA MAROS FISCHER	3610981
000368	WANDERLEIA DO ROCIO DE SIQUEIRA CARDOSO	6944534

TOTAL DE CANDIDATOS: 20

PROFESSOR ANOS FINAIS - ARTES - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000210	ANDRESSA PILATTI VIEIRA DO PRADO	51309351
001088	BRUNA MARIA LOURENÇO DA SILVA BLONKOVSKI	6.057.481
000918	ELENICE DE SOUZA	4406467
000213	FERNANDA FRANÇOISE HACKE E SENRA	2928277
000156	FRANCIELI BLASZKOVSKY	4627144
000118	GLEICI REICHWALD KNOP	4341602
000733	LETÍCIA PILZ	5311542
000095	LUANA JACIARA DE LIMA	55750290
000767	MÁRCIA NERIS	5912817
000420	RICARDO HENRIQUE DA SILVA PINTO	7597088
001237	SIMONE FUNK GROSSL	3610378
000730	VIVIANI SEIDEL	4071019

TOTAL DE CANDIDATOS: 12

PROFESSOR ANOS FINAIS - CIÊNCIAS - EMEJA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000821	DANIELY APARECIDA SCHVITAICKY	4868614
001092	TÂNIA LUIZA FERNANDES	6088373

TOTAL DE CANDIDATOS: 2

PROFESSOR ANOS FINAIS - CIÊNCIAS - EMEJA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001168	CANDIDA LEONIR VOLPI VALIM	1.750.900
000595	CINTIA CARLA MOREIRA	3830999

TOTAL DE CANDIDATOS: 2

PROFESSOR ANOS FINAIS - CIÊNCIAS - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001194	ALINE STHEFANI FERREIRA	5.575.443
001195	ANA PAULA NOSSOL	6057073
000269	BRUNA WORELL	5735925
000003	CLAUDIA BECKER CORDEIRO	94306221
001020	DAIANE DERENIEVICZ	5344608
000563	EMANOELE CRISTINE DENKE TODOROVSKI	4281981
000549	EMANUELLI DE FÁTIMA GUERRILHA	100378027
001090	ENGELBERTO GROSSL	4593909
000700	EVERALDO CARDOSO	3.396.217
001386	GRACIELE GOETEN DE LIMA	4237532
001755	JEAN CARLO KUSS	5686268

001041	JESSICA RANDIG	5481706
000766	JOICE MAIARA RICS	5084102
000387	JUCELIA IACKUSCH	3270109
000922	JULIANA CRISTINE HÜBL	3830612
001462	JULIANA STOCKER LÜBBEN	4.254.165
001361	LAURA PINHEIRO BORGES	365823806
001308	LUCIANE VIELGOCZ	4627045
000726	LUZIA GUEDES	3695243
001234	VIVIAN POLLUM	3.870.302

TOTAL DE CANDIDATOS: 20

PROFESSOR ANOS FINAIS - CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000858	AMANDA FUCKNER PETSCHOW	6206671
000701	DAIANE RODRIGUES CARDOSO	5822332
001268	MARIA EDUARDA SANTAREM NEVES DE BAIRROS	06758956659
001629	TERTULIANO ELIAS BAPTISTA	6206389
000343	TIAGO HENRIQUE WESTPHAL	5230691

TOTAL DE CANDIDATOS: 5

PROFESSOR ANOS FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000791	ADRIANA NECZYPOR	4.358.313
000109	ANA CARLA HUMMELGEN	5575551
000928	ANDERSON DA SILVA	5575923
000511	ANDRÉ LUIZ DELAGNELO	4058123
000446	ANDREIK MICHEL WOLLNER	5084506
000249	ANDREZA DA ROCHA	6674720
000740	ANGELITA DE SOUZA MAGEROSKI	4316499
000271	ANNIE EVELYN DE LIMA	9331487-5
001159	ARIOVALDO ROCHA JUNIOR	5420189
000464	BRENDA FERNANDA SOUSA	5.735.654
000778	BRUNA HERMES	4793147
001560	CAMILA CORREA KIESKI	5457035
000245	CRISTIANE FLORIANI GASSNER	4206021
001096	DALMIR DACOREGIO	3786435
001043	DIOGO LEAL	4516823
001686	DIOICY APARECIDA GLOVACKI	5230242
001175	DJENIFFER NICOLLY MIRANDA VICENTE NILSEN	6224979
001185	EDERSON RICHARD ANTON	5575737
001167	EGON HEINZ STÜBER	4358935
000139	ELCIONE AGOSTINHO ANTON	4002959
001654	ELIS REGINA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA	3.959.431
001480	FERNANDA GABRIELA HEIDE	6057793
000705	FERNANDA GUERREIRO VALUTHKY	123582900
000416	FERNANDO SAMUEL GUCKERT	3695241
000151	FREDERICO MEDEIROS ROCHA	7349895
000991	GILMAR CIRINO ANDALICIO	155734027
000502	GISLAINE DOS SANTOS MATOS	5735314
000528	GUSTAVO SAMPAIO DE ALMEIDA	5912043

000710	INACIO SAVITSKY	5654605
000468	JANE BECKERT OLSEN	1095628
000098	JÉSSICA CRISTINA WITT	5.727.358
001378	JOÃO LINDOMAR BATISTA	2929778
000690	JONAS DA SILVA DE SOUSA	4316031
000143	KARIN RANK LIEBL	4174327
001338	KELLY SACT	4377149
000411	LEANDRO PEREIRA DA SILVA	17072843
001288	LUCIANA YARENHUK DA SILVA	28103823
001325	LUIZ NERI PEREIRA	2.542.758-0
001615	MAILSON CEZAR HEIDEN GLONEK JUNKES	4406311
001418	MAIRON BRENO FURLAN	5420736
000419	MARILENE MIRANDA	05220090276
000894	MARISTELA STIEGLER	4174361
001729	PATRICIA XAVIER	5579537
000531	PATRICK KASZUBOWSKI	4780202
001410	RAFAELA MUEHLBAUER	5018791
001424	RENATO DALLAZEN PEREIRA	52535760
000142	ROCHELE SPODE MAHLKE	6215338
001485	RODINEI SOARES NARDO	3786307
000655	RODRIGO SCHOEFFEL CORDEIRO	5130180
001487	ROGERIO JORGE SCARPIM	31124859
000555	RUDOLPH SCHOEFFEL DE LIMA	4425258
001353	SABRINA RUCKER RIBEIRO	5933175
000546	TACIANE APARECIDA DA ROSA	4425720
000282	THALIA FALQUEVICZ	5.735.650
001458	THIAGO DE OLIVEIRA GONÇALVES	4793203
000773	VANESSA CRISTINA DE OLIVEIRA LUDWINSKY	4406672
001294	WILLIAM FUNK	5420259
001507	YURI ANDREY SEIDEL	10.831.734-5

TOTAL DE CANDIDATOS: 58

PROFESSOR ANOS FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA - EMEJA

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000538	ALEXANDRE MARCZAK	3397839
000157	JAISON FERREIRA	5.887.310
000141	JOICE KARINE CECIN	5887621
000643	JOSÉ LUÍS CARVALHO	2.774.404

TOTAL DE CANDIDATOS: 4

PROFESSOR ANOS FINAIS - GEOGRAFIA - EMEJA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000715	CESAR VITAL NADOLNY	1810347
001641	MAYZA DE LIMA BORGES	2923106

TOTAL DE CANDIDATOS: 2

PROFESSOR ANOS FINAIS - GEOGRAFIA - EMEJA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
-----------	-----------	--------------------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0*PROFESSOR ANOS FINAIS - GEOGRAFIA - HABILITADO*

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000598	ALESSANDRA PETTRES	5447458
000277	ALYNI DOS SANTOS	4963332
001067	ANGELA THAÍS WOLFF	6206355
000120	EVANDRO MARINHO	124219302
000998	FLAVIANE SYDORAK	4593333
001388	JOSIELI LAURIANE ANTUNES	93599063
001377	JOSNEIRE ADRIANE PSCHIEDT SILVA	37719459
000346	KAROLINY CHRISTAKIS CEZARIO ZABOTI	4627322
000437	LIANE STROBEL AMORIM	2248902
000302	LUCIANE APARECIDA CABRAL GUEDES	4.206.555
000892	PATRICIA APARECIDA DA ROCHA	4128228
000809	PATRICIA CORCURUTO	104974449
000661	SANDRO ROBERTO MAHS	4793693
000569	TANIA KORNATZKI	6037670

TOTAL DE CANDIDATOS: 14*PROFESSOR ANOS FINAIS - GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO*

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000973	CARLA JOSEANE ANTON	2372667
001379	DJONATHA FIETZ	6215314
000565	FERNANDA CRISTINE PEREIRA	5640975
001275	TAYNARA LAÍS MARTINELLI	6.038.034
001407	VAGNER MATEUS DE SOUZA	147877820

TOTAL DE CANDIDATOS: 5*PROFESSOR ANOS FINAIS - HISTÓRIA - EMEJA - HABILITADO*

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001375	ALESSANDRO GOLBERI GABRIEL	3231394
000303	JONATAN GOMES DOS SANTOS	4535656
001492	KLEBER LIEBL	4.174.929

TOTAL DE CANDIDATOS: 3*PROFESSOR ANOS FINAIS - HISTÓRIA - EMEJA - NÃO HABILITADO*

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001477	IGOR SANTIAGO VELHO	5887392
001751	JENIFFER BAIER BRANCO	6818929
001750	LUCAS LIEBL	5575678
000572	MARILENA DOS SANTOS FERNANDES DE OLIVEIRA	52444671
001692	OSMARINO PINTO DE LIMA	2.776.610
001115	PRISCILA RODRIGUES VIEIRA	4.798.555-0
000041	REGINALDO ALVES NUNES	4174191

TOTAL DE CANDIDATOS: 7

PROFESSOR ANOS FINAIS - HISTÓRIA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000925	ADRIANO WESTPHAL	5311879
000685	AMILTON WOICHEKOSKI	5494282
001235	CAMILA EMANUELI PREISLER	5575322
001601	CAMILA MICHELE WACKERHAGE	5509706
001074	CILIANE DUMS	5798333
001621	DANIEL HENRIQUE GONÇALVES	5130929
001483	DANIEL MORAES PICININI	3796450
000089	DANIELLA CAROLINA NENTWIG	5640896
001036	ESMAEL PSCHIEDT	5640451
001489	ESTHER CORDEIRO	3265914
001278	FRANCIELE TELMA WOICHEKOSKI	5344156
001128	GLEICE MARI SWIRKOWSKY	2378874
000244	JOSIANE KUROWSKY	4798279
001730	KARINA PEREIRA	6215436
000834	LARISSA FAESSER	13.175.481-7
001710	LUCAS MATHEUS JAWORSKI	6258923
000640	MAIKE CRISTIANO PEZZINI	5887201
001520	MILTON RAMOS	5230088
001564	NATALY ZEITHAMMER	5798631
000684	NIVALDO ORACZ NETO	5017795
000449	OSMAIR JOSÉ CHAPIESKY	4245649
001570	REGIANE RIBEIRO	3.786.814
000006	RICHARD LUIS PSCHIEDT	6119737
000841	ROBINSON WENDLER DE CRISTO	104348971
001276	RODRIGO CHRISTOFF	5686156
000124	ROGER PIRES DOS SANTOS	7056440634
001571	SANDRO SAVITSKY	5511427
001474	SENAIDE WOLFART	86386712
000688	WILLIAN ANTUNES DA ROCHA	6663333

TOTAL DE CANDIDATOS: 29*PROFESSOR ANOS FINAIS - HISTÓRIA - NÃO HABILITADO*

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000935	CLEVERSON DE SOUSA FREITAS	5481736
000706	FABIO ASSUMPCÃO	43775730
001029	GABI HENZ	126842716
001435	GABRIELE FABIOLA SADOWSKY	4316064
000287	KARINA SCHRODER	5887020
000904	LUCAS PSCHIEDT BATISTA	13.156.695-6
001536	RUDOLFO JOSÉ WEDEKIND	5.084243-9

TOTAL DE CANDIDATOS: 7*PROFESSOR ANOS FINAIS - INGLÊS - EMEJA - HABILITADO*

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000268	JAINE GRABAS RIBEIRO	6215249
001659	ROSÂNGELA HRUSCHKA	3830485

TOTAL DE CANDIDATOS: 2

PROFESSOR ANOS FINAIS - INGLÊS - EMEJA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
-----------	-----------	--------------------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0

PROFESSOR ANOS FINAIS - INGLÊS - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000471	CARLA LUCIANE FUCKNER KOTOVICZ	2.015.711
001255	DEISE FERNANDA RIBAS ULATOSKI	2924617
000879	EDERSON IDALENCIO	3396783
000231	GABRIELA ELENITA TURECK	5420136
001409	HEVELIN CRISTINE HUBEL	51305062
000607	LOURIVAL FABIANO BUSCH	63826219
000425	MARCELE KIRSCHBAUER	5457989
000573	MARCUS ALEXANDRE EHRESMANN	2924302
001383	MARIA ANELIZE DE OLIVEIRA	5.260.315
001642	MAYARA SCHUMACHER DA SILVA	5887907
001209	SARA ISABEL KUNZ	7814687
001545	SIMONE BEATRIZ HARMS PETRIS	2.370.940
000989	SUELEN ELIZA VIER DREVECK	5084774
001553	TAIANE MARIELE SCHRODER	5230717

TOTAL DE CANDIDATOS: 14

PROFESSOR ANOS FINAIS - INGLÊS - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001048	ANA PAULA FERNANDES DEMETRIO DE CARVALHO	8207824
000867	CAMILA CARDOZO LEAL	7.316.378
001535	SILVANA DE OLIVEIRA	3887720

TOTAL DE CANDIDATOS: 3

PROFESSOR ANOS FINAIS - LÍNGUA PORTUGUESA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000902	ALLIS EDUARDA MACHADO	6258153
001305	CARMEN APARECIDA CIDRAL DA COSTA	4174608
000734	CATARINA MICHEL ADENIL FERREIRA PEREIRA	3.396.315
001438	ELZA REGINA DUARTE	7.570.841
000994	EMANOELA HESS PEREIRA	72679733
000113	FERNANDA DE SOUZA	7548147
001174	FREDANE NASCIMENTO SOARES	20350015
001271	IRILDES BIAOBOCK COSTA	2010985
001648	JENNIFER RODRIGUES SILVA	4823361
000634	JÉSSICA LINZMEYER	4316125
000447	JÓICE VERGOPOLAN OLIVEIRA	5622735
001099	JOSEFA MARIA DE ALMEIDA	5912322
001290	KAYANNA PINTER	9.728.711-2
000519	LILIAN PACHECO WEIGMANN	4002978
000692	MONICA MIRANDA	4388147
001738	PAULLINE BARCELOS	3029972
000448	RENI POCKSZYWNICKI ROSA	3618122

001382	SILMARA APARECIDA VEIGA	2242961
000968	SILVIA RAFAELE KERSCHER	5457946
000521	TATIANE LABAS	6659972

TOTAL DE CANDIDATOS: 20

PROFESSOR ANOS FINAIS - LÍNGUA PORTUGUESA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001473	JORGE OSÓRIO CANO	5622435
000670	JUANA HINKE DOBROCHINSKI	3786173
000125	LUANA CAROLINA PEREIRA CARVALHO	6175410
000176	LUCIENE APARECIDA VIEIRA BRETAS	7863051
000164	MERI ELEN BAPTISTA MOREIRA	4316907
000086	RAYANE RODRIGUES	6258906

TOTAL DE CANDIDATOS: 6

PROFESSOR ANOS FINAIS - MATEMÁTICA - EMEJA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001717	JARDEL RIBEIRO	5311779
001025	SIRLEI DIEDZITSCH GUERREIRO DO AMARAL	4976009-4
001658	TAMIRES APARECIDA TASCHECK	5575074

TOTAL DE CANDIDATOS: 3

PROFESSOR ANOS FINAIS - MATEMÁTICA - EMEJA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001500	GILMAR DA MAIA	2929462
001405	JULIA MARIA FRANCO	6153918

TOTAL DE CANDIDATOS: 2

PROFESSOR ANOS FINAIS - MATEMÁTICA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001454	ADRIANE TEREZINHA FRANZ	3959724
001513	ANA CAROLINA AMARAL	5481066
000782	ANDRÉ REIS MIRANDA	152249969
000418	ANDRESSA CANEPPELE SCHLICKMANN	5408211
000460	BIANCA LIMA DA SILVA	5841004
000657	CLEIDE JOSIANE HONORIO TEIXEIRA LEITE	80093039
000797	CLEYTON FAGUNDES DA CRUZ	95872182
000851	FELIPE FERNANDO FOSSILE	4798203
001297	FLÁVIA ALVES	6224395
000004	GIOVANA PARAY	06361340801
001238	HELINTON CHARLES MAAHS	127337357
000819	IZABELY CRISTINA FERNANDES	5311530
000609	JAQUELINE ESTER LINZMEYER	5622855
001277	JESSICA CRISTINA WOLFF BEKON	6138942
000059	LUANA RENATA HUMOCHINSKI	5244409
001724	LUANA RICARDO DE JESUS	6889911
000376	LUCAS IRINEU KOCH	4535569

001239	LUIS CARLOS FARIA	97391831
001469	MARIA INÊS PEREIRA DE MELO	1097500
001735	MARISTELA BREGER	3685079
000094	REGINALDO DE JESUS OLIVEIRA DE LIMA	3396412
000852	ROSICLEI VOREL	6482248
000466	SILVANA RHENIUS VIDAL MARTINS KUBIAK	2689869
001181	TAÍS APARECIDA ODIA UHLIG	4780823-3
001706	TCHARLES JOSÉ PETTERS	5853412
001633	TIAGO LOPES RODRIGUES	4780552
001402	ZELIA APARECIDA VELOZO DO AMARAL	94703060906

TOTAL DE CANDIDATOS: 27

PROFESSOR ANOS FINAIS - MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000616	BRUNA LANARA LINZMEYER	6865560
000090	CAMILA REGINA FERNANDES	6258908
001080	MARCELO WITT	2375017
000854	MARIA EDUARDA BUCHINGER	5.457.307
000123	MATHEUS SCHOEFFEL	5230453
000798	SIEGFRID WALTER GUENTHER	337360

TOTAL DE CANDIDATOS: 6

PROFESSOR ANOS FINAIS -LÍNGUA PORTUGUESA - EMEJA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
-----------	-----------	--------------------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0

PROFESSOR ANOS FINAIS -LÍNGUA PORTUGUESA - EMEJA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
-----------	-----------	--------------------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0

PROFESSOR ANOS INICIAIS - EMEJA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001563	ANGELA TEREZINHA PACHECO HITEL	3515313
001635	EDENIZE DE FÁTIMA PRESTES	6568591-4
000962	INEZ SILVANE LISZKOVSKI	2.928.033
000209	JOÃO PAULO BARBOSA DO NASCIMENTO	03980837368
000926	LIRIANE LEVANDOSKI	4522588
001330	MARIA IZABEL VEIGA	2.247.211
001370	NELISSA PIRES DOS ANJOS	3264958
000751	ROSELAINE ESTER RAMBO	2.379.756
001708	ROSILENE MARIA BATISTA FRANCO	2.377.927

TOTAL DE CANDIDATOS: 9

PROFESSOR ANOS INICIAIS - EMEJA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001413	CINTIA APRECIDA LINO DE OLIVEIRA	5.660.493

001603	FERNANDA RENATA BENDLIN	4341864
--------	-------------------------	---------

TOTAL DE CANDIDATOS: 2

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000373	ADELAIDE DOLORES LIEBL	2372605
000739	ADRIANE MALLON	3396485
000662	ALINE MARIA HERMES PUPO	4555079
000818	ANA CRISTINA COLAÇO FERNANDES	4120356
001201	ANA MARIA DE PAULA MATOS	3610046
001367	ANDREIA FERREIRA ALVES MARCINIACK	4425000
001393	ANDRÉIA KIATKOSKI	2924799
001146	ANDREIA MARIA RANK BONETA	5311292
000229	ANGELA ALEXANDRINA STIPP DOS SANTOS	3786243
001312	ANGELA MARIA DE SOUZA	2814353
000727	BRENDA RAFAELLY GUTIERREZ SCHINDLER	229704
001679	BRUNA SENN	12.892.704-2
001757	CALITA FRANCO	6437221
000597	CAMILA WEISS BRITO	4516120
000781	CARLA DA SILVA	4516943
000945	CARMEM TEREZINHA KNORST ALVES PEREIRA	2.238.139
000567	CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA	45930953
001478	CIRLENE NENEVE ROESLER	2.019.409
001518	CLAUDIA MARISTELA KNOP	4002947
001056	CLAUDICENA FRANCISCA GASTALDI	1177128
001123	CLEMAIR DA SILVA JUNIOR MROCZKA	2.924.568
001434	CRISTIANE BAYERL QUOST MARIANO	3830426
000381	CRISTIANE DE OLIVEIRA BAYERL	2926895
001350	CRISTIANE THOMAS DA SILVA VEIGA	5686438
001139	DAIANE RIBEIRO RIBAS CORRÊA	5727964
001416	DANIELA CRISTINA GLATZ	4633505
000877	DENISE DENCK	6437555
001253	DINACIR GERTLER DREVEK	46273247
000014	DIRCINEIA RODRIGUES NUNES	93797078
000764	EDITE FRANCO DOS SANTOS RODRIGUES MARAFIGO	3736348
000917	ELAINE APARECIDA SCHMATZ DE FRANÇA	4128571
000742	ELAINE BECKER	4174705
000173	ELAINE CRISTINA KRAJ	70403412
001232	ELIANE HEDWIGES MARETH FRAGOSO	915.063-3
001322	ELSA MARIA VEIGA DE ALMEIDA	2984449
001328	FABIANE VICENTE BELLI	3782732
001491	FABIOLA APARECIDA DOS SANTOS	5.735.061
001121	FERNANDA CUBAS HUBNER	5686786
000045	FERNANDA RODRIGUES DE FRANÇA	7298974
001714	FRANCISCA DAS CHAGAS SIQUEIRA SOUSA	1548032
000899	GABRIELA HASTREITER	52308391
000602	GILCELI BELDOVICZ MARCINIAKI	5244163
000398	GILIANE MARIA DOS SANTOS	5912136
000068	GISELE ALONSO LUCENA	30316296X
001540	GISELI BECKER WOHL	41280474
001541	GISELI HIRT	4128097
001012	ICLEIA IGNÊS DUVOISIN VICENZI	2370281

001226	IONE MARIA TASCHECK LIEBL	2017822
000901	IVETE TELMA	3959117
001543	JANAINA APARECIDA FERNANDES	5230836
000264	JENI APARECIDA KRZEZINSKI	2.247.567
000761	JESSICA CAMILA MARTINS	4316974
001332	JÉSSICA KARLA ADRIANO	4.963.894
001152	JOELIZE APARECIDA ALTMANN ALVES DE RAMOS	5230149
000390	JOSIANE MACHADO	5130282
000402	JULIA FERNANDA DAVID DE LIMA KOCK	5686869
001051	JULIANA SZCZYGIEL ALVES RIBEIRO	4522979
000515	JULIANE WATTER DA SILVA	9.930.048-5
000963	KARIN PAULA MALCZEWSKI	4540485
001506	KATIA REGINA CORREA WOLLMANN	2379812
000774	KENNDRA RAFAELA RANDIG	4341129
000669	LENI RODRIGUES	8392656-2
000240	LEOCADIA RODRIGUES	50845586
001341	LINA HEIDEN	4406736
001317	LUANA KANZLER WOHL	3633556
000469	LUCIANA ALVES TIBES BUENO	2773079
001624	LUCIELI BATISTA	4073015
000844	MARCIA TERESINHA DE PAULA	3852909
001362	MARGARETE PEREIRA NOGUEIRA	95357377
001331	MARIA IVONETE KOZORIZ	6.892.361
001574	MARIA SENI DE ALBUQUERQUE ARNOLD	3695032
001593	MARILENE ANTONOVICZ	97023620915
001554	MARISA CARDOSO THOMÉ	3870254
001582	MARISA ELIANE DE LIMA BRANCO	2928379
000444	MICHELE HACKBARTH CARLINI	4.080.228
000121	MICHELLE PESSOA MAITO MOREIRA	3265421
000152	MIRIAN CARVALHO DA SILVA	3830702
000026	NAIARA BONETT DE ANDRADE	5457586
001422	OSMELDA HINKELDEY BAUM	2922129
000724	RAFAELA BAUER	6476035
001756	RAQUEL AUDELI BACHMANN FUNK	1649544
001423	REGINA SOUZA DA COSTA GONCALVES	6153615
001464	ROSANE NASCIMENTO	2.923.156
001182	ROSÂNGELA APARECIDA FOSSILE	5311694
001440	ROSEMERI VIEIRA DE SOUZA	4.174.943
000679	RUTI ELAINE WEDEKIND TASCHECK	7236128-8
000233	SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI	2372334
001310	SIDINEI FARIAS	4.433.944
001052	SILMARA MARIA DIEDZITSCH STOPA	46279342
001519	SILVANA LEMOS DE SOUZA	4593345
001421	SILVANE ODA PRUSSAK	4128758
000255	SILVANE PREISLER	2014356
000443	SILVANE RAMOS	4377563
001512	SIOMARA TEREZINHA RINCON DE SOUZA	2926240
000785	SIRLEI DA CRUZ MARTINS	51305810
001443	SIRLENE LIMA RIBEIRO	4.593.789
001193	SORAIA CRISTINA POCHAI DA SILVA	3633870
001161	SORAYA APARECIDA LACERDA	6.138.996
001429	SUELI SCHLAGENHAUFER BLASKOVSKI	1369979
001583	TAÍS BUBA KOTOVICZ	7357375

001184	TATIANE LATAUCZESKI	6437039
001357	VANDERLÉIA BUENO DO PRADO LUZ	4206885
001084	VÂNIA MARA CUSTÓDIO	3870109
001164	VERIDIANE APARECIDA DE MELO	4.585.858
001334	VIVIANE DA SILVA TANDLER	7050018
001514	VIVIANE DE SOUZA	3695387
001720	WALDIRENE WOICHEKOSKI KRUCZKIEVICZ	3618137

TOTAL DE CANDIDATOS: 107

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000504	AILTON MIGUEL ZIMMERMANN BISCAIA	5933249
001381	ALAIR MARIA TORRES CALIXTRO	4793246
000452	ALINE GRUBER	96762593
001596	ALINE SAMARA CARDOSO	4377072
001311	ANGELA PEREIRA	95357466
001004	BIANCA JANINE VALENTE MOREIRA	6279008
001704	BRUNA CAMARGO	7274638
000275	CATIANE B.DE ANDRADA	4535051
001354	CLEUZA SACTH	102777573
001200	DANIELLE DE ARAUJO ALMEIDA	123000580
001455	ELIZIANE ROSA DOS SANTOS CARVALHO	5230286
000385	EMILLY LIVRAMENTO	7261638
001408	FERNANDA DA SILVA	4593565
000340	FLAVIA MARA LINZMEYER	6947782
001078	FRANCIELE FERNANDES FORTE	4.425.455
001690	GISELE CONSUELO SASS BATISTA	4.245.065
000250	GISELI KUSS	4793418
001677	JUCELI WENDT	4128160
000454	JULIA EISELT KONOPKA	5481202
001016	JULIANA DE CARVALHO	6153860
000322	MARCIELE SABRINE SALVADOR	5311139
000489	MARILEI AMARANTE	145982405
001439	MARILENE NUNES CUSTODIO	4128987
000112	RICARDO BUCHINGER	5.933.377
000584	SIDINÉIA GAUZISKI BACHMANN	4535057
001401	THAYANE EVANGELISTA	7436680

TOTAL DE CANDIDATOS: 26

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001118	CAROLINA WIELIVICK HANSCH	33966176
000958	JANETE MARIA GROSSKOPF MEISTER	75345323968
001343	JÉSSICA RÖPKE	5481871
001086	MARILEY DA SILVA	4185535

TOTAL DE CANDIDATOS: 4

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - INTÉRPRETE DE LIBRAS- HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
-----------	-----------	--------------------

000574	CLARICE MARIA STOCK	2.374.012
000746	NAZIRA BORGES	2011940

TOTAL DE CANDIDATOS: 2

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - INTÉRPRETE DE LIBRAS- NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000002	GRASIELE PARAY	5481371
001270	NOELI APARECIDA CHAVES	3270765

TOTAL DE CANDIDATOS: 2

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001107	ADRIANO DA CRUZ FILHO	4.406.143
001457	ANDREA GONÇALVES	4174459
000788	JENNIFER CALIXTO DA SILVA ZATOR	5040661
000659	JOCIANE KUCHNIER	5651288
001219	SARAH DYNNE DA LUZ STIZ GONÇALVES	5457054
001179	VIVIANE ELISABETH FOSSILE FUNK DA CRUZ	4425782

TOTAL DE CANDIDATOS: 6

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000134	ADRIANA DE FÁTIMA KWITSCHAL TASCHECK	4.128.397
000422	ADRIANA PREISLER	3396339
000149	ADRIANA RIBEIRO	4.406225
000956	ADRIANE BATISTA DA SILVA PFLANZER	4.245.149
000776	ADRIANE RIBEIRO	5.130.125-3
001619	ADRIANI THUNS	3574332
000865	ALANA CAROLINA DA LUZ	5494661
001613	ALESSANDRA APARECIDA LUIZ	5311001
000702	ALESSANDRA FRITZ	4301866
001428	ALEXANDRA DE FATIMA SOARES RIBEIRO	4080051
001035	ALEXSANDRA PSCHIEDT UHLIG	77853979
001526	ALINE FERREIRA FLORIANI	5859100
001155	ALINE KOCH BRINIAK	4535568
000775	ANA ALSIR MINETTO DENK	3870308
000864	ANA CARLA MUEHLMANN DREVEK	5457696
000225	ANA CAROLINA BLODORN	5.481.231-3
000890	ANA CLAUDIA GROSSKOPF	4.535.334
000889	ANA CLAUDIA ZELLA DE LIMA	5017869
000232	ANA TEREZINHA MARTINS	5.494.485
001033	ANDREIA BERTELLI MAIA	3.525.409
001215	ANDREIA FERREIRA MULLER	4128031
000101	ANDRESSA ALINE DIAS LILA	3396925
000458	ANDRESSA AUGUSTIN HORNICK	5457382
001716	ÂNGELA PIRES DA CRUZ	107530940
000314	ANGÉLICA KRAINZ STREIT	4798559
000668	ANGELICA MIKALOVICZ	6.759.056
000350	ARACI HILGENSTIELER	2924350

001095	BEATRIS NOGUEIRA	40027147
000882	BEIVI DAIANA VILVERT MENDES	3904669
001344	BIANCA ANTON	5640071
000117	BIANCA BRUNELI DA SILVA LIEBL	4703828
000961	CAMILA APARECIDA FERREIRA FARIA	5452025
000223	CAMILA MIRANDA DA COSTA A	102777735
000323	CAMILA PERIS DA SILVA	6437092
001064	CARINA CRISTIANE PINTER DE LIMA	3.870.392
001493	CARLA ANDREA VEIGA	6057518
000816	CARLA DE FATIMA OWCZARZAK	1195787
001346	CARLA JAKELINE LISKOSKI PEREIRA	4156670
000414	CARLENE WOHL PEREIRA	4002202
000978	CARME APARECIDA WOJAKEVICZ FELCZAK	2773147
001207	CAROLINA SCHROEDER	5575633
001285	CASSIANE LINZMAYER BEUTHER	3610836
000653	CÁTIA JOSIANE GROSSL PESCHEL	4433186
000389	CÉLIA CRISTINA QUEIROZ	75540248
000993	CELMA GORETI LOURENÇO DE LIMA GROSSL	3771107
001079	CERES BERTELLI	4254306
000590	CILIANE APARECIDA MARTINS FERREIRA	4425277
001246	CILMARA CZORNEI LIMA	4585792
000915	CIRINÉIA SOBCZAK CIRIANO	7294603
001054	CLAUDENICE DOS SANTOS OLIVEIRA	30742269
000415	CLAUDETE DA CRUZ FERNANDES	5130329
001494	CLAUDIA PAES ALBUQUERQUE	2376971
001218	CRISTIANE FERREIRA DAVID DE LIMA	3520647
000477	CRISTIANE PADILHA DE SOUZA HERBST	5036877
000247	CRISTIANE TERESINHA DO PRADO	4.150.001
001517	CRISTINA DOS SANTOS DUMS	3264523
000513	DAIANE JACKELINE PREISLER	4.341.613
001549	DANIELA DE FREITAS	5.457.431
001243	DANIELE BRUSKE	3520366
000869	DANIELE HACKE	4245418
001065	DEBORA DE BARROS PECHIBILSKI	6.057.098
001544	DEBORAH TAMIRES CALDEIRA	5841936
000159	DENISE APARECIDA LEITE	6.456.642
001566	DENISE MALINOVSKI RUCKL	7214811
001032	DENIZE CRISTINA MAROS	00588015962
000682	DIANA LOURENÇO DOS SANTOS	5686809
001539	EDINA MARCIA NOVAK	50850059
001352	EDIVANE PATRICIA MELIM DA SILVA	6717792
000138	EDUARDA PADILHA DE OLIVEIRA	5311762
001176	ELAINE ATMANN	4.780.165
001076	ELAINE MEYER BAUM	4206228
001363	ELAINE PINHEIRO GEISSLER	3396098
001006	ELIANA GODOY SCHROEDER	31401392
001009	ELIANE APARECIDA GRANDE COSTA OTTOMAYER	4425209
000970	ELISABETE JANKOWSKI GONDARSKI	4 240 124
001165	ELISETTE FORMIGARI STÜBER	2377597
000097	EMELYN SORAYA EHLKE	4799237
000708	ENI DE FATIMA MACHOVSKI	73423201
001607	ESTELLA DE LIMA PERES	4377704
000486	FABIANA HUBNER	4627326

001267	FABIANA LINZMEIER	05078537884
001291	FABIANA RODRIGUES DE SOUZA	4128095
001038	FABIOLA AUGUSTIN	6741894
000642	FERNANDA LARISSA MAAHS	5494566
000949	FERNANDA RODRIGUES XAVIER	5798272
000359	FERNANDA VAZ	5494663
000481	FIAMA FURST	4963646
001602	FLÁVIA MABEL BRANDT	3973730
000783	GABRIELA PRESSANTO	4288358
001314	GENI APARECIDA PIRES LAUREK	2.378.942-5
000384	GEONICE TEREZINHA CORDEIRO	3265639
001432	GERUSA KARINA FURMANN COMARELLA	26346923
000586	GILIANE REGINA DE OLIVEIRA	5344389
001385	GISELE APARECIDA PIMENTEL	6215442
001392	GISELE MACHADO DE OLIVEIRA	3633360
001034	GISELE ZILDA DOLLA STREIT	3. 830. 222
001063	GIZANE DE FÁTIMA BONETTI	3265417
000608	HELENA ZANCHETT	1.072.483
001537	HELIA DE FATIMA ELIAS PORTELA WALTER	67506243
000292	HELOISA TRAIN MALINOVSKI	123686241
000180	ILIANA PAZDA	2018627
001057	INGRID NUNES BUSMAYER	103313465
001417	IRINEIA DE LIMA	5447116
001157	ISAMAR RUDNICK VIEIRA	3618026
000765	ISOLETE TCHOKE ZOELLNER	4799283
000862	IVONETE AUGUSTIN	3515137
000136	JANAINA DO ROCIO WEGA MACHADO	6153524
001368	JAQUELINE MALON KRACHINSKI	5017269
000884	JAQUELINI ANDRESSA OLIANCZUK PERES	95240321
001070	JESSICA FOSGRAU	5457864
000613	JESSICA KURT DO PRADO	4868794
000622	JÉSSICA NOSSOL RAMOS	6.057.072
001094	JESSICA RIBEIRO	5622056
000923	JOELE KOLLROSS WISCHRAL	5084048
000805	JOELMA DA SILVEIRA DMETERKO	3520650
000697	JOELMA MACEDO PEREIRA	1960681
001263	JOICE MARI DA SILVA BAIL	2.925.663
001240	JOSEANE RIBEIRO	5130132
000177	JOSIANE APARECIDA NERES	5420350
000326	JOSIANE BACHEL	316190
000905	JOSIANE DE FÁTIMA LEANDRO SANTOS RANK	4793200
001173	JOSIANE LINZMEYER SCHREINER	3.618.160
001017	JOSIANE RAUEN SCHELBAUER	3.830.347
000492	JUCELIA BORA CORRÊA	4.174.825
001231	JULIANA CRISTINA ROSSI	3907721
000843	JULIANA CRISTINE KVITSCHAL HITTEL	4546265
000128	JULIANA CRISTINE STREIT	4128674
000615	JULIANA MARIA PRAZMOSKI DE SOUZA SASSI	5.230.772
000687	JULIANA PSCHIEDT	5.868.172
000965	JULIANE FERNANDES	4128866
000840	JULIANE TANDLER	5622362
000570	JUSSARA ANTUNES TIBES	3850356
000686	KAMILA GADENS LECHIU	8440091-2

001461	KARINA BAPTISTA MOREIRA	4316908
001199	KATIA CRISTINA RUTHES PIRES DE LIMA	2378586
000911	KÁTIA GALVÃO HENZ	97404364
001451	KEILLA CRISTINA JOHN SMAGA	4341641
001274	KEITY DRECHSLER	4963360
000108	KEITY TATIANA DE BOMFIM	4316887
000056	KELLI CRISTINE CAVALHEIRO NEVES	5.912849
001248	LAURA MATIOSKI WATRAZ	4535496
000431	LAURITA MEDEIROS DZIN	2616482-5
000044	LECIANE KWITSCHAL BUCHINGER	4546322
001620	LÉIA DA SILVA FELICIANO	3.270.713
000927	LEILA MOREIRA	7.324.585
000470	LETICIA MARLI BACHMANN	4080521
000799	LETICIA BREDUN HARDT	5496117
001604	LETÍCIA KARINE DA SILVA PEREIRA CLEMENT	6749195
001140	LETÍCIA KOSMALA FANES	1644015
001138	LIANE KONZEN	2659815
001468	LÍCIA KUCHNIR LOPES	3264179
001028	LIGIANE TEREZINHA MUEHLBAUER PSCHIEDT	3695179
001066	LILIANE WOLFF DOS SANTOS LANGA	3870400
000887	LINDACIR DE LIMA ROCHA MAIA	4.341.394
001153	LIZA ELENICE ANTON NEIDERT	3830939
000051	LUANA KWITSCHAL DUMS	4546321
000493	LUANA PATRÍCIA DA SILVA ZEGARRA	2197582127
000611	LUANA PEDROCHESKI	4174797
000823	LUCÉLIA TIBES RIBEIRO MOURA	3271277
001293	LUCIA DRYGLA MENDES	4872262-6
000509	LUCIANE FERREIRA BUENO NOVAK	6403553
000324	LUCIANE KUIAVA	4.128.625
001523	LUCIMARA DE SOUZA PEREIRA	4793872
000401	LUCINÉIA ROHRBACHER DE LIMA	5686067
001558	MAIARA RODECZ MOREIRA	6057742
000327	MANUELLE FERRAZ	43582893
001116	MARA ANDREIA KIRSTEIN	33979529
001169	MARCIA CRISTIANA KRUPACZ DE LIMA	3786701
000986	MARCIA HANTSCHER MOURA	40809749
000465	MARCIA INÊS JEDITZ	2373206
000709	MARCIA MACHOVSKI GRUBER	73423163
000325	MARCIA MORETO	86688166
000585	MARIA DA GRAÇA RIBEIRO DA SILVA	870812
000475	MARIA DE FATIMA DA CRUZ	3870648
000769	MARIA DE LOURDES NOGUEIRA	2.013.187
000559	MARIA HELENA KALATAY	3557830
001495	MARIA IVONE WISCHRAL MADRUGA	42453488
001470	MARIA MARGARETE GIESE ROSÁ	2013525
000172	MARIA SALLETE DE PAULA	2011962
000972	MARIA SOFIA CUBAS MACHADO	3959100
000847	MARIA TEREZINHA CARVALHO DE LIMA	10.156.645-5
000650	MARILDA PERES DE LIMA	2929893
000520	MARILÉIA MORANTI	5196561
001129	MARILZA APARECIDA DA SILVA	3959913
000102	MARINA REGODZINSKI SENER	3.515.156
000907	MARINES MANDRIK PSCHIEDT	4798953

001301	MARISETE KACHUBA LEMOS DE SOUZA	2927750
001573	MARLI TERESINA SCHUMACHER DA SILVA SOARES	44555204
000871	MELISSA CARLA CUSTÓDIO VICENTE THOMAZ	3830192
000181	MICHELE MANFREDINI	5494082
000433	MICHELE SCHROEDER	6872054
000749	MICHELI ZANETTI	3695774
000929	MILENA FISCHER	5686088
001062	MONIKE TATIANE SCHULTZ	5.230.522
000215	NEIDILAINE DE SOUZA ALEXANDRE	5622674
000990	NEILA REGINA CAMPOS BRIZOLLA PLAZIDO	8.010.160 0
001190	NELCI CLARICE SIRENA	5887254
000204	NOEMI LEONI BONELLI	2.514.912
000795	ODILA ANTUNES	23776714
000891	PÂMELA MIKAELA MAES	6776390
000693	PATRICIA FLORIANI DE LIMA DURSKI	4316430
000944	PATRÍCIA PADILHA DOS SANTOS	3870524
001208	PAULINA ROBES LIZAK	3397368
001249	PÁVOLA MARCELA MARTINS RODRIGUES	4703739
001365	PRISCILLA PEYERL MOMOLI VARELA	5018331
000190	ROSIMERI SEVERIN	4206342
000594	RAQUEL MUEHLBAUER BLODORN	4080074
000807	ROSE SALETE DA CRUZ	5420289
001568	ROSELI MÜLLER ZAPPE	76509174
000587	ROSELI ROHRBACHER LINZMEYER	3271297-9
001661	ROSILDA ALBRECHT SCHUTTER	2775993
000076	ROSIMERE RIBEIRO ZACHARIAS	4056085-8
000237	SABRINA MARIE ROSA	3830626
001643	SALINA DE LORENA	4.046.538
001532	SANDRA MARIA DO ROSARIO NORONHA DA SILVA	3294918
001055	SANDRA PATRICIA MAIBERG DO PRADO	4.793.519
000427	SANDRA REINERT STIEGLER	2.925.928
001605	SANDRA RENATA DE OLIVEIRA	50180991
000106	SCHANA KASCHMARSKY	3.633.029-9
001622	SCHEILA MARIA DUMS RUDNICK	3.830.513
000542	SHEILA BRIXI	4406054
000758	SHEILA CRISTINA MITS	52303376
001216	SHEILA TATIANE GROSSL	3396670
001727	SIDIANE DE FREITAS STAL	47981032
001623	SILIANE SCHROEDER	1095853
001657	SILMARA BEGALKE	3959322
000793	SILNEIA LINHARES DE MORAES AGOSTINHAK	5622936
000683	SILVANA FERREIRA LOURENÇO	4188427-4
000763	SILVANA ROHRBACHER	3959473
001296	SILVANE DE FÁTIMA TRENTINI	2373334
001394	SIMONE APARECIDA ALVES ROHRBACHER	4316745
000768	SIMONE SENN KUROVSKI	5735270
000046	SIRLEY TERESINHA RUCKL	2374702-1
000440	SOLANGE MARIA NIEDZIELSKI DE CASTILHO	00431378908
000977	SOLANGE MILDE DOS SANTOS	5128575
001103	SÔNIA QUEIROZ DE OLIVEIRA	2 011 227
000096	SUELEN ADRIANE SCHREINER	4963576
000548	SUÉLI VANESSA DE OLIVEIRA RIBEIRO	4703685
000100	SUSAN KELLYN DE BRITO	3695302 4

000789	TAINÁ CIBULSKI	5494185
001336	TATIANA REGINA BERTOLDI LADA	3618874
000224	TATIANE BUENO DE OLIVEIRA	3771298
001011	TATIANE DETIUK	6088503
000578	TELMA MARQUES	4793994
000286	THALINE DE FATIMA NARLOCK BELINSKI	6679058
001415	THAYNARA CRISTINA MACHADO BRAGA	4128023
001315	THAYS REGINA DINIZ DE CASTRO	8085455
000880	VALÉRIA RODRIGUES DE CARVALHO TOMELIN	4281291
001264	VANDERLÉIA AP. MENDES CHERMACK	4185918
000205	VANDERLÉIA BUTHEVITZ	4963358
001106	VANDERLÉIA PRUSSAK BIALOBOK	3959109
000379	VANESSA CAMARGO VIEIRA	6153374
000055	VANESSA CAROLINE CAVALHEIRO	5912847
000290	VANESSA CRISTIANE FILIPP SILVEIRA	4080100
000131	VANESSA LIMA AGAPITO	7817699
000658	VANESSA MAURA BERTOLI RANK	4.206.042
000780	VANESSA PIRES	4425382
001651	VANESSA SOBCZAK	6.215.675
000714	VANUSA APARECIDA VICENTE DINIS GAUZISKI	3695844
000266	VIRGINIA AMANDA NASCIMENTO	4698166
001673	VIVIANE CRISTINA NEPPLE BASSANI	3610039
000612	VIVIANE EMANUELE FERREIRA	7125624
000712	VIVIANE GUIMARÃES AUGUSTIN	4799778
000777	WANESSA SCHROTH	103473799
000278	ZÉLIA BÓRECK	1195043
000022	ZENAIDE PIRES	4455298
001244	ZENEIDE KRUGER DE ANDRADE	2.375.283

TOTAL DE CANDIDATOS: 267

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001631	CAMILA ALVES RODRIGUES	5798818
001300	DAIANE DE MEIRA	4316973
000526	DISSICA MARIA PIONTKIEWICZ BUBA NEUMANN	124856264
001479	ELISMARA FERNANDA DA SILVA SANTOS ASSUMPCÃO	8165523
001230	ELLEN OHANNA GOMES DA SILVA	401881246
001731	EMERSON RUTHES	3441139
000553	FRANCIELI HINKEL CARVALHO	106883416
001637	GISELI PIRES DE LIMA SOUZA SANTOS	4245400
000424	GRAZIELLE MUELLER	7038274
000811	HEDNA MIRANDA DE PAULA	10768311926
000483	KATI HENNING	12.370.113-5
000299	KEITY TORQUATO	54814057
001580	KETLLYN KAWANE RAUEN	5130274
000280	LAURINE CORDEIRO DA LUZ CASTRO DE SOUZA	5192953
001511	LUCIANE BECKER	4425158
001221	LUZIA ESTELA LOURES	12810732
001202	MAIARA GONÇALVES DE LIMA	5798928
001008	MARLI RIBEIRO DA SILVA	3548900
000227	MATILDE MORETTO SALVADOR	4868002
001611	NAYARA LUA MACHADO	4627835

000169	RAFAELA APARECIDA HONORIO SENN	14.189.997-0
000992	SILVANA TERESINHA GRACZEK	2376200
001501	TAISA RUTHES ARBIGAUS	5061727

TOTAL DE CANDIDATOS: 23

PROFESSOR OFICINA ESPORTES/ RECREAÇÃO/ JOGOS DE MESA/ TABULEIRO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001135	JOSIEL MASSANEIRO	6224823
000442	LEANDRO SIEWERT	4358224
000999	NAIRA CHRISTINA BORGES PORTELLA	4388268
000297	SILFANEY SILVA DE ASSIS	5735760
001213	SILVANA DE CASSIA FERREIRA	57187930
001606	TÚLIO ALVES MOREIRA	4316977

TOTAL DE CANDIDATOS: 6

PROFESSOR OFICINA ARTES CÊNICAS - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
-----------	-----------	--------------------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0

PROFESSOR OFICINA ARTES CÊNICAS - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001302	JOYCE CAMILA CONSTANTINO MIRANDA	127407070

TOTAL DE CANDIDATOS: 1

PROFESSOR OFICINA BANDA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000806	DANIEL FRÜHAUF	5920633
001430	DEIVID DRANKA	6437256
000826	JOSÉ AUGUSTO SLUMINSKI	3786550
000873	ROGERIO SIMOES DA MAIA	2929851
001579	SIDNEI MUEHLBAUER	4.245.416-6

TOTAL DE CANDIDATOS: 5

PROFESSOR OFICINA BANDA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001022	EDERSON ARCELO HUMMELGEN	4963009
001546	JOÃO EDUARDO WEISS	6215925
000392	LUIS FERNANDO AUGUSTIN MAIA	6057265
001110	TALITA SUELEN FERNANDES DE LIMA	5085920

TOTAL DE CANDIDATOS: 4

PROFESSOR OFICINA DANÇA

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001612	DENISE GRUBER	4002065

000794	DIANA LÜDTKE	4377483
000199	FABIANA KERETZ COSTA	4425149
000975	JULIANA GONÇALVES DE LIMA STOEBERL	5420045
000079	MARIÁ LAIZ DE OLIVEIRA	5420398

TOTAL DE CANDIDATOS: 5

PROFESSOR OFICINA DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000591	ANDREIA SIQUEIRA DE ANDRADE DIAS	3870962
001475	ANELIZE TURECK	4002949
000770	DULCINEA GONÇALVES PINHEIRO ROESLER	1.190.975
000996	JOSEANE JUNGTON DA SILVA	4.439.201
001516	JULIA GRASIELA BORGES	4174097
001283	JULIANA DARLENE DENK	4206960
000718	MARI ELEDINA GREIN	1644064
001436	MARIA ELIZIA DA CRUZ SCHNEIDER	4080934
001178	MARINEUSA FORTES	4092631
001450	MARISTELA DE LIMA PISKE	4535025
000347	RENATO JOSÉ FRICK	3.633.201
001445	SUELEN APARECIDA HUMMELGEN	4316817

TOTAL DE CANDIDATOS: 12

PROFESSOR OFICINA DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001529	DEBORA ANIAIA	6215989
001645	JOELMA MARTINS	5798155
000490	SANDRA MARA ALVES AFFONSO	3.397.854

TOTAL DE CANDIDATOS: 3

PROFESSOR OFICINA DESPORTO ESCOLAR - ARTES MARCIAIS

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001609	ALCIMAR LOURENÇO ALVES	107103180
000436	DJONES RAFAEL ALVES LOURENÇO	5494291
000321	JOAO FERNANDES DOS SANTOS	5686815

TOTAL DE CANDIDATOS: 3

PROFESSOR OFICINA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001453	CRISTIAN ADRIANO GRUBER	2.377.232-8
000119	DARIANE DE LIMA DA SILVA	4316995
000450	JUCÉLIO JUCKE	3610983
001728	PATRICIA RIBEIRO	4.281.145-7
000455	TIAGO MÜHLBAUER	4793758

TOTAL DE CANDIDATOS: 5

PROFESSOR OFICINA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
001376	ALEF FENDRICH	5735954

TOTAL DE CANDIDATOS: 1

PROFESSOR OFICINA MUSICALIZAÇÃO/ CANTO E CORAL - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000087	ALEX SANDRO RAMOS	27774848
001419	FRANCISCO ADEMIR DE CASTILHO	2929925
001072	LIGIA MORRIESEN	2922238
000331	LORENCO FRAGOSO	5933170
001081	LUANDRA WEIGMANN SANTOS	5481855
001355	SIMAAH HABIB	8418489

TOTAL DE CANDIDATOS: 6

PROFESSOR OFICINA MUSICALIZAÇÃO/ CANTO E CORAL - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
-----------	-----------	--------------------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0

SECRETÁRIA (O) DE ESCOLA

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000931	ANDERSON BAGNHUK	4963901
000432	ANDRÉIA CARLA VEIGA	6138548
001600	ANDRESSA DA SILVA	6786251
001689	ANDRESSA ELIAS DE SOUZA	6088161
000617	ARIELLI CAROLINE STOCK	5575137
000406	BRAYAN HAVRELHUK DA SILVA	5494600
000671	BRUNA GUIOVANA PREISLER	5622800
001662	BRUNO FELLIPE TASCHECK	4798173
001172	CAIO PERES	5344902
001400	CAMILA ALBUQUERQUE SILVA	4.516.811
000364	CARLA GIOVANE FERREIRA SCHOEFFEL	6409645
000893	CARLOS ALBERTO HOEPFNER	1207343
001586	CAROLINE CUBAS	6.612.065
001023	CLAUDIA HENICH MONTEIRO	6153620
001256	CRISTIANE PICKCIUS	0208002345
000082	CRISTIELLE GESSER	4593557
000281	DAIANE GROSSKOPF PELENTIR	5622734
001505	DAIANE STIEGLER	4798838
000664	DAIANE ZAWADZKI	6057896
001707	DAISY PEREIRA DE SOUZA	6138836
001510	DANIELE HEINECKE	5798355
001476	DANIELE KOPCHINSKI	5481515
001373	DANIELE TWARDOWSKI	4341003
000236	DAYANA JACKELINE ADAMI	07254151530
000476	DÉBORA DA SILVA MARTINS	1110829445
001743	DÉBORA MUNIZ DE SOUZA	101751600
001737	DEGUINALDO STOEBERL	5317229
001626	DEISI FERNANDA DOS SANTOS CASTRO	05552821906
001210	DESDEMONA CARMELINA PUGLIESI SIQUEIRA	6.478.390-X

000150	DÉSSICA DA SILVA DE MELO	4535667
000153	EDSON LUIZ WEDDERHOFF	1.092.275
000482	ELAINE APARECIDA DEMETERKO	6633964
000308	ELAINE CRISTINA MELNIK	84924849
001647	EMERSON SINUHE NEPPEL	3870465
000943	ERIC ANTON	5575413
001262	EVERALDO JEAN SANTOS	136409492
000451	FERNANDA NECZYPOR	6437241
000270	FLAVIA DA SILVA	6942723
001431	FRANCIELE VIEIRA	4002111
001627	FRANCISCO REICHARDT JUNIOR	8462310-5
001426	GABRIELA NUNES SILVEIRA	5622087
000863	GABRIELE STIEGLER	4798839
001459	GELIANE CIDRAL DE SIQUEIRA RODRIGUES	4281343
001364	GILBERTO AVILAR TEIXEIRA	140763740
000983	GISELE BOAVENTURA	4406013
000593	GISLAINE MUNHOZ MARTINS	79333980
000547	GISLAINE SCHROEDER SAUSEN	4206589
001497	JACIANE WEILER	3633649
001444	JACKSON MACHADO	5481911
000334	JANAINÉ GRABAS	6215251
000145	JANAINÉ WEILER RUDNICK	2920914
001269	JANIS CAROLYNE BUENO BARBATO	7068217
000562	JAQUELINE DE SOUZA JELLER	6215112
001699	JAQUELINE GOETEN DE LIMA	4093802
001395	JEISON SALDANHA DE MELO	6641243
001261	JENIFER RAFAELI GONÇALVES PADILHA	5609571
001447	JENNIFER AMANDA FRANÇA	6968647
000252	JÉSSICA BARD	5686091
000358	JESSICA MOURA VARGAS CASTANHEIRA	146122574
000317	JESSICA OLIVEIRA RODRIGUES	5.622.622
000760	JOICE FERNANDA ROHRBACHER DE OLIVEIRA	4.377.682
000133	JOSIANE ALQUINI CUBAS	3271379
000428	JULIANO ERDMANN	4341617
000524	JULIENE LIMA DE ALMEIDA	6.959.007
000641	JULY BUENO BARBATO	7234533
000071	KARLYNE THAYSE DZIEDICZ	5735766
001091	KAROLINE NEPPL	6676431
001223	KELVIN MUSIALOWSKI	4245054
000601	KETLIN KLEIN	5735754
001306	KONRAD MUSIALOWSKI	3959417
000363	LETICIA POPADIUK	5686546
001245	LUAN MARTINS PINHEIRO	8182010
001150	LUANA ALESSANDRA WOLFF	6.206.353
000623	LUANA DE CASSIA VANESKI BRAMBILLA	5317773
001441	LUCAS ANTONIO DUARTE	6758770
000274	LUIZ PAULO CARDOSO	6707909
001214	LUSIANE DORLEI PEZZINI	3633244
001359	MAIARA FINTA	6215356
000603	MAIARA INEZ DO NASCIMENTO	6.762.728
000787	MAIGAM BRAYER	52305740
001718	MARIA GLACI FERNANDES DA SILVA	4793302
000307	MARIA HELENA BATISTA	7160617

000345	MARILENE DIAS CARVALHO	4783793
001257	MATILDE KRUCZKIEWICZ SCHAIKOSKI	4002021
001130	MOACIR MORAIS SANTANA	3.423.965
000583	ODENIR JOSE HABLE	29224098
001077	OSMARINA IRIA MOSER POKRIWIESKI	1.092.765
000267	OTAVIO AUGUSTO COURA LOPES	19.256.759
001562	PAULO FLAVIO DE ANDRADE	5746648
001590	PRICILA BRANCO KRZESINSKI	6119904
000354	PRISCILA STRAZZI RODRIGUES	226607604
000276	RAFAELLA MARINO AREAS	1358896440
001126	RUBIANA ORIBKA DROSCZAKA	4281768
000719	SAIONARA OTTO	39944898
001598	SANDRA RAMOS DE ASSIS	12169530x
001588	SARA TAÍS MARETH	6258876
001247	SARAH RANDIG	5622771
000987	SILVANA NIEKFORUK	50858980
001625	SIRLENE SCHROEDER	4002091
001319	SOLANGE SIRLEY GRAZEK PEREIRA	1.092.482-5
000947	STÉFANIE AGNES MACIEL	5084962
000228	SUIANE PEREIRA DIOGO	6258148
000779	SUIANY PIRES DA FONSECA	5420182
000235	TANIA PANNEITZ DE BARROS	4425121
000833	TATIANA SILVA DIAS CORREA	4040410
001678	TATIANE KONDELACH	47993337
001456	THAÍS NEIDERT	5.481.661
001634	THAMIRES HAU ELIAS PORTELA	5727633
001744	TIAGO NASCIMENTO ROCHA	5344803
001702	TULIO VINICUS LEITE	7104293
000456	XAVIER FAUSTINO RIBEIRO MORENO	69143504

TOTAL DE CANDIDATOS: 111

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

PCD – PESSOA COM DEFICIÊNCIA

ATENDENTE EDUCATIVO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000675	SANDRA WOICZEKOVSKY ADÃO	3830487

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000131	VANESSA LIMA AGAPITO	7817699

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - INTÉRPRETE DE LIBRAS- HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000574	CLARICE MARIA STOCK	2.374.012

AC – AMPLA CONCORRÊNCIA*ATENDENTE EDUCATIVO*

Inscrição	Candidato
001101	ALINE DOS SANTOS CARDOSO
000315	AMANDA ALVES DE LIMA
000408	AMANDA TOMELIN PRAZERES
000017	ANA CAROLINE BARBOZA
001656	ANA LUISA SOUZA FERREIRA KUBIAK
000967	ANA MARIA DE SOUZA SARAIVA
000061	ANDRESSA CARDOSO
000025	ANDRIELI ALVES DE JESUS
001196	ANGELA CARVALHO .
001046	ANISIO RENI DO PRADO
001068	BRUNA OTTOMAYER HUEBNER
000518	CAROLINA DOS SANTOS
000651	CAROLINA PEREIRA SCHULTZ GUESSER
000319	CAROLINE ALVES DOS SANTOS
000920	CINARA BORGES PALHETA
001198	CLARICE DE JESUS ALVES BUENO SOARES
000279	DAYANE ASSUMPCÃO CAVALHEIRO MAIA
000729	DÉBORA SULIM
001342	DENISE CRISTIANE PACHECO
000488	DJENIFER MARIA DE LIMA
000728	DONISETE CARLOS SULIM
000744	EDILEIRA DOS SANTOS RABELO
000756	ELDA RIBEIRO OLEGARIO
001655	ELIANE KUBIAK GRACZECK
000614	EMELY SUIANE DE LIMA
001251	ESTELA DE ANDRADE LISBOA
000218	ESTHEFANI NATALI DA SILVA
001671	EUTENIA OPUSKIEVICZ
000618	FABIANE LINZMEYER
001630	FERNANDA MACHADO
000914	FERNANDA PAMELA TROMM
000828	FRANCIELE DJULI DOS SANTOS COSTA
000624	FRANCIELE PEREIRA DA SILVA
000104	FRANCIELE R. KOHLBECK
000330	FRANCIELI BIALESKI
000378	GABRIELE CALIXTO
000717	GISELI BAPTISTA MOREIRA
000649	GISELI DE LIMA INGLEZ LOURENÇO
000859	GRASIELE DOS SANTOS DRECHSLER
001127	GRAZIELI TEKLA
000081	HIESSA DE FÁTIMA SCHROEDER
000155	JANE ALVES TELMA
000803	JANETE DOS REIS VALENTIM
000522	JANICE POPADIUK
000127	JENIFFER TOLEDO

001701	JESSICA BAPTISTA MOREIRA
001273	JESSICA KOLLOSS NEPPPEL
000285	JESSICA PERES
000512	JOCIELI APARECIDA MACHADO
000723	JOICE STAFFEN
000332	JOICE VANESSA LENCHUK
000934	JOSI HELEN MACHADO RODRIGUES
001104	JOYCE TALINE FERREIRA
000804	JULIA FIETZ
000253	JULIANA DIAS
000508	JULIANE MARLI CHIMELLI PRUESS
001227	KÁTIA REGINA FARIAS
000534	KAYLA CELINE SADOWSKY
001042	KETLIN HACK PIRES
000185	LARISSA APARECIDA FAGUNDES
000348	LARISSA DE LIMA FERNANDES
000837	LAUANA PRISCILA BRANDINO DE OLIVEIRA
000361	LAYRIANE PEYERL
000040	LETICIA FRICK
001299	LETICIA STELA RODRIGUES MACIEL
000122	LOUISE NAZARIO BUENO FRANCO
001047	LUCIMONE DE NAZARÉ MONTEIRO DA COSTA ATAÍDE
001732	MARIA VALDEANE LUNA TAVARES
001466	MARILETE LOURENÇO DA SILVA
000501	MARILZA DE LIMA
000230	MARINA MAIA DE LIMA
000494	MARISETE MARX DOS SANTOS
001664	MATILDE APARECIDA BAECHTOLD
000052	MAYARA FERNANDES
000474	MIRIAM APARECIDA DE LIMA
001668	MYLENA ELVIRA XAVIER
000412	NATASHA APARECIDA RAITHER
000674	NATASHA MARNATI ANDERSON HUTTL
000835	NELSI SAIBOLT
000188	NEUZI ISABEL DE SIQUEIRA ROSA
000351	PÂMELA SANNAYARA LIEBL
001387	PATRICIA CRISTINA JUNG DE ALMEIDA SIQUEIRA
001321	PATRICIA FERNANDA BUSCOSKI
001160	PRICILA FURTADO BARABACH
000329	QUITERIA VERIDANA JOHN
001360	REGINA MARIA FERREIRA LINZMAIER
001132	ROSANGELA NIESPODZINSKI
000938	ROSICLEIA ALBINO BUENO
000545	SABRINA GAUDENCIO
000029	SABRINA PADE AUGUSTIN
001481	SAMANTHA PARREIRA ALVES
000242	SANDIELI GUIMARÃES CAMARGO
000080	SANDRA DE ANDRADE CONTEZINI
001746	SHAIANE CARVALHO DE MELO
001628	SILMARA APARECIDA FARIA BAUMGARTNER
001734	SOLANGE AP MACIEL
001521	SOLANGE DO CARMO MACHADO BERTOLI
000896	SUELI NEVES OLIVEIRA DA SILVA

001049	SUIANE RIBEIRO
000298	TAINARA ALESSANDRA RIBEIRO TIBES
000063	TAMARA VITÓRIA ANTON TURECK
001697	TATIANE SCHINDLER
000600	TATYENE BENJAMIM DOS SANTOS DE LIMA
000092	THAYNARA RAFAELA SOARES
000261	VALCILENE DOS SANTOS ALVES
000499	VANESSA LENZI
000047	VANESSA MARTINS DE FARIAS
000165	VANUZA PADILHA
000021	VERIDIANA GOMES DE OLIVEIRA
000980	VERIDIANA ZADOROSNY
001403	VIVIANE SCHULTZ

TOTAL DE CANDIDATOS: 111*AUXILIAR DE BIBLIOTECA*

Inscrição	Candidato
000144	ALICE WACKERHAGE
000316	ANDERSON FABIANO SCHMEGUEL
000544	ANDREI FELIPE PICKICIUS
000140	ANDRESSA MUNHOZ GONÇALVES
000148	ANDRESSA SCHLOGL
000356	ARIANE SCHNEIDER
001122	CARINA PEDRINA BARBOSA
000035	CARLA MARIANA CORRÊA PALHANO
000959	CECILIA GABRIELE PADILHA
000154	CRISLAINE GONSALVES FERNANDES
000184	DAIANE PETRIS
001675	DÉBORA AUGUSTIN
000628	DOUGLAS MALLON FILHO
000349	ELIANE SELENKO
000293	EMANOELLY DAFYNY GOMES LOPES
000380	FABIANE ESTEGUES
001229	GILMARA STAFFEN DE OLIVEIRA
000069	GISLEINE DE FATIMA RIBEIRO DRAGO
000262	HÁGATHA MILENA BATISTELA
001672	HELENA MARIA WOEHLE DE ANDRADE
001660	JOSLAINE KOLLROSS
000075	JULY ANNE DE LIMA GUTTER
001753	LARISSA FERREIRA HENRIQUE
000219	LEIDIANE MUSA DE OLIVEIRA
000103	LILIANE APARECIDA TEIXEIRA DOS SANTOS
001197	LUCAS EDUARDO CAMPOLINO
000212	MAIKELI APARECIDA VOIGT BILICKI ALVES
000243	MARGARETE BIAOBOCK KOWALSKI
001323	MARIA EDUARDA FERNANDES WEISS
000677	MATHEUS BONIN
000065	MILENA NEVES DE OLIVEIRA
000932	MONICA FLEISCHMANN
000328	NATALY NEPPEL
000009	NATAN ADILSON VEIGA
001555	NATLIN FERREIRA DE LIMA

000288	PAULA ENDLER
001640	RODRIGO TIAGO DA COSTA
000453	ROSIRENE DA SILVA TINEL
000635	ROZELI DE PAULA
000072	SABRINA APARECIDA DE PAULA
001406	SABRINA PEREIRA DOS SANTOS
000147	SAMARA MATAVELLI
000581	SARA MACIMO DOS SANTOS VIERNE
000393	SUZANA CARVALHO
000007	TATIANE APARECIDA MARTINS
000033	THIAGO DE SOUZA

TOTAL DE CANDIDATOS: 46*AUXILIAR DE SERVIÇOS*

Inscrição	Candidato
000130	ADRIANE VALDIRENE MACHADO BORGES PINTO
000238	ALINE FERNANDA RANK
000161	CAMILA FRANCIELLI TELMA
000312	CARINE SUELEN DE SOUSA
000067	CAROLINA MOREIRA CAETANO
000374	CLARICE CARDOSO
001688	CLAUDIA ALVES DA ROCHA KNOPIK
000473	CLEVERSON FAGUNDES
001071	CRISLAINE DO PRADO LUZ
000042	CRISTIANO MATOS BORGES
001396	DEJANIRA D C.A.L.OLESCOVITZ
001108	EDSON MAURI SOARES
000403	EVELYN RODRIGUES VIEIRA
000371	GARDENIA DA TRINDADE
000053	GISLENE DA SILVA CORRÊA
000461	HÉDILA WERLAINE OLIVEIRA MOREIRA ARBIGAUS
000405	HÉLIO RODOLFO GUGELMIN
000234	ILSIANE SUESTE DOS SANTOS SCHEIBEL
000019	INGRID CABRAL HORNICK
000551	JANAINA APARECIDA DA SILVA ROCHA
001414	JHEYMYS HENRIQUE ROCHA CAPARELI
001085	JULIANA ROGRIGUES DE ABREU
001119	LENNA GABRIELLY LEITE DA GRAÇA
001754	LOURDES ALVES DA SILVA
000012	LUIZA RIBEIRO DA SILVA
000183	MÁRCIA REGINA FRANCO
000951	MARIA HELENA MARTINS
001667	MARIA IZOLETE DO ROSÁRIO MACHADO
000426	ROSELI ESTÁCIO KAROLESKI
000074	SIRLENE DE FÁTIMA MELO
000362	SUELEM MARIA DE SOUSA
000589	SUÉLEN DE BAIRROS
000771	TATIANE APARECIDA MACHADO
000558	TAYNA QUARESMA RODRIGUES

TOTAL DE CANDIDATOS: 34

ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Inscrição	Candidato
001681	JEANE ERCHMANN
000933	REGINA APARECIDA CARDOSO ODERDENG
001527	RENATA DE CASTRO PAULA

TOTAL DE CANDIDATOS: 3*PROFESSOR ANOS FINAIS - ARTES - EMEJA - HABILITADO*

Inscrição	Candidato
000200	DALVA RITA MAGALHÃES

TOTAL DE CANDIDATOS: 1*PROFESSOR ANOS FINAIS - ARTES - EMEJA - NÃO HABILITADO*

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0*PROFESSOR ANOS FINAIS - ARTES - HABILITADO*

Inscrição	Candidato
001339	BRANDINA BORGES
000937	CLARISA APARECIDA FREZA
001399	DANIELE MORESCHI FERNANDES
000217	FERNANDA SIMÃO SCHOFFEL
001740	LARISSA NAGORSKI
001722	MARIA JULIANA KNOP DENCK
001632	RODRIGO DA SILVEIRA
000556	SUELEN APARECIDA LISBOA

TOTAL DE CANDIDATOS: 8*PROFESSOR ANOS FINAIS - ARTES - NÃO HABILITADO*

Inscrição	Candidato
001171	FABIANA RESENDE
000874	JOICE APARECIDA RIBEIRO

TOTAL DE CANDIDATOS: 2*PROFESSOR ANOS FINAIS - CIÊNCIAS - EMEJA - HABILITADO*

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0*PROFESSOR ANOS FINAIS - CIÊNCIAS - EMEJA - NÃO HABILITADO*

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0*PROFESSOR ANOS FINAIS - CIÊNCIAS - HABILITADO*

Inscrição	Candidato
001183	FLÁVIA APARECIDA DE MATTOS WATRAS
001663	GERSON SCHÜTTER
000514	JANICE CARDOSO SANTOS
001286	JEFFERSON PEREIRA RODRIGUES
001448	JÉSSICA JACQUELINE BRÜSKE SEIFFERT
000339	KARINA DO SANTOS BARBOSA

TOTAL DE CANDIDATOS: 6

PROFESSOR ANOS FINAIS - CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
001712	BEATRIZ NAZARO
000357	GABRIELLY MARTINS MACHADO

TOTAL DE CANDIDATOS: 2

PROFESSOR ANOS FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA

Inscrição	Candidato
001109	ANDRESSA WALTER
001723	DAIANA GIZISKI
000741	DAVI SCHNEIDER ERMOGENES
000721	EVELIN ZIEBARTH DE OLIVEIRA CRUZ
000111	JANINE SANDRINE BRANDEMBURG
001465	JOSÉ HOFFMANN MARTINS
001733	MARCIEL SIQUEIRA

TOTAL DE CANDIDATOS: 7

PROFESSOR ANOS FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA - EMEJA

Inscrição	Candidato
000216	KAUANA CARLA ALVES MARTINS
000084	LUZIA GERUZA FERREIRA
001292	RODRIGO MUHLBAUER

TOTAL DE CANDIDATOS: 3

PROFESSOR ANOS FINAIS - GEOGRAFIA - EMEJA - HABILITADO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0

PROFESSOR ANOS FINAIS - GEOGRAFIA - EMEJA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
000919	DAIANE ALVES

TOTAL DE CANDIDATOS: 1

PROFESSOR ANOS FINAIS - GEOGRAFIA - HABILITADO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

000066	HELENA CRISTINA STAFFEN KOGLER
001575	JULIANE MUCHALSKY

TOTAL DE CANDIDATOS: 2*PROFESSOR ANOS FINAIS - GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO*

Inscrição	Candidato
001741	IDALICIA DA APARECIDA MACHADO

TOTAL DE CANDIDATOS: 1*PROFESSOR ANOS FINAIS - HISTÓRIA - EMEJA - HABILITADO*

Inscrição	Candidato
000011	RICOBERT JOHANSON JÚNIOR

TOTAL DE CANDIDATOS: 1*PROFESSOR ANOS FINAIS - HISTÓRIA - EMEJA - NÃO HABILITADO*

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0*PROFESSOR ANOS FINAIS - HISTÓRIA - HABILITADO*

Inscrição	Candidato
000013	AMANDA WENDORFF LUCCI
000750	SAMARA BILESKI SIMÃO DE LORENA
000954	SILMARA PRESTES MACHADO
000423	VICTOR LUIZ MOHR

TOTAL DE CANDIDATOS: 4*PROFESSOR ANOS FINAIS - HISTÓRIA - NÃO HABILITADO*

Inscrição	Candidato
000757	ALESSANDRO DOMINGOS
000178	JEFFERSON DE CASTILHO MAIA
001726	LUCAS RODRIGUES FERREIRA
000439	MATHEUS NUNES DA ROCHA POPADIUK
001024	PATRÍCIA FERNANDES LOPES
000625	SIRLENE DEORASKI OLIVEIRA

TOTAL DE CANDIDATOS: 6*PROFESSOR ANOS FINAIS - INGLÊS - EMEJA - HABILITADO*

Inscrição	Candidato
000796	PATRICIA BATISTA FRAGOSO

TOTAL DE CANDIDATOS: 1*PROFESSOR ANOS FINAIS - INGLÊS - EMEJA - NÃO HABILITADO*

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0*PROFESSOR ANOS FINAIS - INGLÊS - HABILITADO*

Inscrição	Candidato
001446	ADRIANA GORNIACK STAL
000576	RAFAELA BAIL

TOTAL DE CANDIDATOS: 2*PROFESSOR ANOS FINAIS - INGLÊS - NÃO HABILITADO*

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0*PROFESSOR ANOS FINAIS - LÍNGUA PORTUGUESA - HABILITADO*

Inscrição	Candidato
001700	GISELE DE FATIMA BATISTA
001228	LEDIANE CORRÊA
001693	MOISÉS RAFAEL DOS SANTOS VEIGA

TOTAL DE CANDIDATOS: 3*PROFESSOR ANOS FINAIS - LÍNGUA PORTUGUESA - NÃO HABILITADO*

Inscrição	Candidato
000857	ALINE PORTELA
000265	FERNANDO HENRIQUE RIBEIRO MARQUES
001752	LUCELIA BAIER BRANCO

TOTAL DE CANDIDATOS: 3*PROFESSOR ANOS FINAIS - MATEMÁTICA - EMEJA - HABILITADO*

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0*PROFESSOR ANOS FINAIS - MATEMÁTICA - EMEJA - NÃO HABILITADO*

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0*PROFESSOR ANOS FINAIS - MATEMÁTICA - HABILITADO*

Inscrição	Candidato
000801	ANA PAULA PETREÇA KNOP
000849	ANDRESSA LUANA MICOLINO
001649	ANTONIO SILVANO SCHROTH
001646	DEJIANNE PRISCILA PIECKOCZ
000985	MILTON LUIZ ROESLER

TOTAL DE CANDIDATOS: 5

PROFESSOR ANOS FINAIS - MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
000146	JULIANO BRANDENBURG
000010	KELY CRISTINA DAUTT XAVIER
000497	LUCAS KURLAPSKI
000883	ROMÁRIO ALBERTO DA CRUZ

TOTAL DE CANDIDATOS: 4*PROFESSOR ANOS FINAIS -LÍNGUA PORTUGUESA - EMEJA - HABILITADO*

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0*PROFESSOR ANOS FINAIS -LÍNGUA PORTUGUESA - EMEJA - NÃO HABILITADO*

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0*PROFESSOR ANOS INICIAIS - EMEJA - HABILITADO*

Inscrição	Candidato
001324	CRISTIANO VEIGA
001676	JOSEANE BAUM

TOTAL DE CANDIDATOS: 2*PROFESSOR ANOS INICIAIS - EMEJA - NÃO HABILITADO*

Inscrição	Candidato
000039	ALINE FERNANDA DE LIMA
001725	JUCELIA SANTOS STIEBLER
000814	LARISSA DE SOUZA

TOTAL DE CANDIDATOS: 3*PROFESSOR DE ANOS INICIAIS - HABILITADO*

Inscrição	Candidato
000912	ANA PAULA HORTZ VIERNE
000115	CILYANDRA PAULA LUIZ
001298	DANIELE FREITAS FERREIRA
000952	JUCIR ROBERGE
000762	MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA.
000107	SHEYLA SUCHOMEL ALVES

TOTAL DE CANDIDATOS: 6*PROFESSOR DE ANOS INICIAIS - NÃO HABILITADO*

Inscrição	Candidato
000241	BIANCA DAS GRAÇAS DE SOUZA
001358	LIDGELE PEREIRA DOS SANTOS FARIA

TOTAL DE CANDIDATOS: 2*PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - HABILITADO*

Inscrição	Candidato
001425	CINTIA GRAZIELA DENCK GROBE
001348	JAQUELINE MILBAUER
000842	MARIA JUCELIA TINFLE ANDRUCHECHEN

TOTAL DE CANDIDATOS: 3*PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - INTÉRPRETE DE LIBRAS- HABILITADO*

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0*PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - INTÉRPRETE DE LIBRAS- NÃO HABILITADO*

Inscrição	Candidato
001548	TAYLANE EURICO DE MIRANDA
001552	TAYNE RODRIGUES MIRANDA

TOTAL DE CANDIDATOS: 2*PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - NÃO HABILITADO*

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0*PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO*

Inscrição	Candidato
001045	ADRIANA ALEXANDRA WEISSHEIMER STACHERA
000510	ANA VALDIRENE FARIAS SALADAR
001380	ANDREIA RUTKOWSKI
000694	ANGELINA BLASZKOSKI
001039	CRISTINA WOTROBA
001748	DIRLENE RIBEIRO
001026	EDICLER O.C. MUNHOZ
000606	GENICE SENEM SCHROEDER
001709	ILSA KONIG RIBAS
000824	JOICE HLAWATSCH
001069	JOSIELE MELNEK
001617	LILIAN APARECIDA PAZ
001018	MAIRA DE CÁSSIA RODRIGUES
000886	MARILEI LUCIANE PSCHIEDT OLSEN
000703	MARLI DIAS
000189	MICHELA MARIA CARDOSO PACHECO KOCAN
000198	NILDA VALENTE LIMA DIAS
000921	NILVA TOMAZ RICARDO
000812	PATRICIA SCHOFFEL
000284	RENATA SCHAADT
001222	STEFANI MARA DE ANDRADE

000300	SUELEN BORGES DA SILVA
001719	TAYNÁ LUANA GASSNER

TOTAL DE CANDIDATOS: 23

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
000201	ANELIZE PEREIRA DIOGO
000872	DENIZE DERETTI GIESE
001191	ELAINE CRISTINA PACHECO FROEHNER
001007	GILMARA HANTSCHER OTTOMAIER
000457	JEANI APARECIDA DOS SANTOS
000971	JOCIELE PEREIRA
000214	RICARDO WOLNEI GRUBER
000898	ROSICLER JOSEFA SENF GRANEMANN DE SOUZA
001345	ROZANE APARECIDA DE ALMEIDA
001147	SILVANA KACHEMAREKY

TOTAL DE CANDIDATOS: 10

PROFESSOR OFICINA ESPORTES/ RECREAÇÃO/ JOGOS DE MESA/ TABULEIRO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0

PROFESSOR OFICINA ARTES CÊNICAS - HABILITADO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0

PROFESSOR OFICINA ARTES CÊNICAS - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
000163	JAMES THOMSEN JUNIOR

TOTAL DE CANDIDATOS: 1

PROFESSOR OFICINA BANDA - HABILITADO

Inscrição	Candidato
000731	GABRIEL DELLATORRE FIGUEIREDO

TOTAL DE CANDIDATOS: 1

PROFESSOR OFICINA BANDA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
000073	ALECSANDRO XAVIER

TOTAL DE CANDIDATOS: 1

PROFESSOR OFICINA DANÇA

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

000517	BIANCA CAROLINE DOS SANTOS
001287	CAROLINE SIBELI BONA
000058	GRACIELE VANESSA RUHR

TOTAL DE CANDIDATOS: 3

PROFESSOR OFICINA DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO - HABILITADO

Inscrição	Candidato
001569	ELIANE HONORIO DA SILVA
000995	FRANCIELE MUNHOZ
000946	LUCIANE PIEKARSKI

TOTAL DE CANDIDATOS: 3

PROFESSOR OFICINA DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
000909	LETÍCIA CAROLINE WOHL.

TOTAL DE CANDIDATOS: 1

PROFESSOR OFICINA DESPORTO ESCOLAR - ARTES MARCIAIS

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0

PROFESSOR OFICINA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - HABILITADO

Inscrição	Candidato
000654	MURIEL THALYS MOREIRA
001102	OCIONE CRUZ DOS SANTOS

TOTAL DE CANDIDATOS: 2

PROFESSOR OFICINA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0

PROFESSOR OFICINA MUSICALIZAÇÃO/ CANTO E CORAL - HABILITADO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0

PROFESSOR OFICINA MUSICALIZAÇÃO/ CANTO E CORAL - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

TOTAL DE CANDIDATOS: 0

SECRETÁRIA (O) DE ESCOLA

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

000413	ADRIANA DE LIMA WALTRICK
001005	ALESSANDRO ROGÉRIO MAIA
001100	ANA KAROLINA STOEBERL
000532	ANA PAULA PLOSZAI
001534	ANDERSON FERNANDO DENK
000604	ANDRESSA DE OLIVEIRA
000875	ANGÉLICA ADELINE DO PRADO
001180	ARIEL SOARES DOS SANTOS
000083	BRUNA JOANA MASSANEIRO LENSCHOW CORREIA
000248	CAROLINE MACHADO SCHOEFFEL
001003	CLAUDIA OLIVEIRA DRANKA
000289	DAIANE DE LORENA PINHEIRO
000579	DANIELA GEBHARDT
000429	DARA ANDRADE
001530	DARLA CÁSSIA SUTIL DE OLIVEIRA
001030	DJENIFER LILIAN PRESTES
000054	EDUARDA ROBERTO RIBEIRO
001265	ELIZANDRO ROSENDO VIEIRA
001120	ELOISA BORGES TEIXEIRA
000755	EMERSON SCHULTZ
000353	ESTER MARIA DA SILVA
000016	FABIANA DO NASCIMENTO MARTOS
000897	FABIANA VAZ
000191	FABIANO MERIM
001236	FELIPE FEYH
000582	FELIPE FREIRE BICHO
000695	GABRIELA LUIZA DOS SANTOS
000434	GABRIELLE SILVA TEIXEIRA
000736	GIZELI FERREIRA
001390	IARA ELENA SIMIANO
001538	IOLANDA LOPES DOS SANTOS SILVA
000950	JAQUELINE DOS SANTOS SONCINI
000540	JOÃO ARILDO ALVES
000588	JOAO PAULO DE OLIVEIRA
000008	JOICE APARECIDA MOKFA
000049	JOSELIO MILDE
000077	JOSIARA NOVOA
000078	JULIANA CALIXTO
000023	KATHIUCIA TICIANA PLONCOSKI
000050	KAUAN GABRIEL COSTA
001652	KEITI MERIÉLI DOS SANTOS SEGOLIN
000396	LETICIA DO NASCIMENTO
001279	LIVIA LIEBL
001695	LUCIANA LEAL RAMTHUN
000441	MARCELO SCHROEDER
000306	MARCILENE STAL
000888	MÁRI IOLANDA KOHLBECK
000203	MARIA ANTONIETA MARINO
000258	MARIA INES DE OLIVEIRA SEBBEN
000691	MARIO MONEGATE
000543	MATHEUS FABRICIO DA COSTA CORREIA
000825	NÁTALI WANESKY
001694	ODETTE MÃES HORNICK

000064	PÂMELA BARBOZA
000352	PATRICIA APARECIDA HACKE
000638	PATRICIA SILVEIRA ORIBKA
001318	RAFAEL EDUARDO PREPICHINI
000018	RENAN WILLYAN KARPINSKI
000552	RICARDO CARDOSO DA LUZ
000251	RITA DE CÁSSIA SILVEIRA
001217	ROSELY MANICALDI
000386	SAMELA MAYANARA SOARES
001644	SCHAIENY PRESTES PEREIRA
001713	SÉRGIO LUIZ CONSUL
000397	SULIANE DE SOUZA CARVALHO VARELLA
000666	TAISA MAFFEZZOLLI
000506	TALITA DOS SANTOS PIMENTEL
000505	TATIANE MOREIRA
000337	THIAGO STREIT

TOTAL DE CANDIDATOS: 69

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

LOCAL E HORÁRIO PROVA OBJETIVA - EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 06/2019

Publicação Nº 2219866

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 06/2019

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA, do Edital de Processo Seletivo nº 06/2019, conforme segue:

LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA

POR ESTE INSTRUMENTO CONVOCAM-SE TODOS OS CANDIDATOS DEFERIDOS PARA REALIZAR A PROVA OBJETIVA QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2019, COM INÍCIO ÀS 9h00min. E TÉRMINO ÀS 12h00min. É RECOMENDADO AO CANDIDATO QUE COMPAREÇA AO LOCAL DA PROVA COM ANTECEDÊNCIA DE 30min, PORTANDO DOCUMENTO OFICIAL COM FOTO, CANETA ESFEROGRÁFICA COM TINTA AZUL OU PRETA, COM TUBO TRANSPARENTE;

EVENTO	HORÁRIOS
Abertura dos Portões.	8h00
Fechamento dos portões	8h50
Início da prova Objetiva.	9h00
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	9h30
Término Prova Objetiva	12h00

NÃO SERÁ PERMITIDA A ENTRADA DE CANDIDATOS QUE SE APRESENTAREM APÓS AS 8h50min. SOB QUALQUER ALEGAÇÃO.

A PROVA OBJETIVA SERÁ REALIZADA NA UNIVILLE, LOCALIZADA A RUA NORBERTO EDUARDO WEIHERMANN, 230 – BAIRRO COLONIAL - SÃO BENTO DO SUL - SC

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIAS Nº 8736/2019 A 8743/2019

Publicação Nº 2221337

PORTARIA Nº 8736, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 6 de novembro de 2019, MIRIAN TEREZINHA CAMARGO, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 05/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 1, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 7 de novembro de 2019.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8737, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Conclusão de Estágio Probatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, do servidor público municipal CARLOS AUGUSTO PEREIRA WALGER, ocupante do cargo efetivo de Médico do Trabalho, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 29/08/2016 a 14/10/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8738, DE 7 DE NOVENBRO DE 2019.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de FELIPE SCHEMBERGER, no cargo de Professor Anos Finais – Educação Física, do Concurso Público nº 09/2017, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 20890/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8739, DE 7 DE NOVENBRO DE 2019.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de JACQUELINE GONTIJO PARISE, no cargo de Médico Clínico Geral, do Concurso Público nº 05/2019, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 20627/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8740, DE 7 DE NOVENBRO DE 2019.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de ANA CANDIDA SCHIER MARTINS LOPES, no cargo de Fonoaudiólogo, do Concurso Público nº 05/2019, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 20887/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8741, DE 7 DE NOVENBRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 7 de novembro de 2019, ORLANDO LIETZ, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 1, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 7 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8742, DE 7 DE NOVENBRO DE 2019.

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal EDEVINO PECHEBELA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00083/19-2, de 13 anos, 9 meses e 10 dias.

Art. 2º Conceder averbação de Tempo de Serviço, conforme Certificado de Reservista de 1º categoria, 16ª CSM, nº 544880, Série A do Ministério do Exército Brasileiro, de 1 ano, 1 mês e 18 dias, conforme documentação anexa ao Processo nº 20856/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8743, DE 7 DE NOVENBRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001, resolve,

NOMEAR:

A partir de 7 de novembro de 2019, JORGE LUIZ DILL, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 07/2016, homologado em 1º de julho de 2016, para exercer o cargo de Motorista, Grupo Ocupacional 3, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 7 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 49 DE 08 DE NOVENBRO DE 2019

Publicação Nº 2221539

PORTARIA Nº 049, DE 08 DE NOVENBRO DE 2019.

“Exonera Diretor de Gestão de Materiais e Patrimônio.”

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar o Senhor Thiago Felipe Piccinini do cargo de Diretor de Gestão de Materiais e Patrimônio, Símbolo CC-3, a pedido do mesmo, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, de conformidade com a Resolução nº 023, de 27 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04 de novembro de 2019, revogando-se especialmente a Portaria nº 003, de 02 de fevereiro de 2017.

São Bento do Sul, 08 de novembro de 2019.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER

Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

CONTRATO Nº 200/2019

Publicação Nº 2221138

CONTRATO Nº 200/2019

TERMO ADITIVO PRIMEIRO AO CONTRATO Nº 151/2019, REALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E A EMPRESA AUTO POSTO SAO BERNARDINO LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa AUTO POSTO SAO BERNARDINO LTDA, pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA PRINCIPAL na Cidade de São Bernardino-SC, inscrita no CNPJ sob nº 00236720000150, neste ato representado pelo representante credenciado o Sr. GUSTAVO PESAVENTO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua São Bernardino, na Cidade de São Bernardino-SC, inscrito no CPF sob nº 079.033.509-35, doravante denominado FORNECEDOR, de comum acordo resolvem celebrar o presente contrato pelas seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONSISTE NA REALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 151/2019 QUE TRATA DA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL S-10) PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA.

CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 60/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 151/2019.

VALOR – O valor do presente Termo Aditivo Contratual é de R\$ 14.062,50 (quatorze mil e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA – A vigência do presente contrato será de 08/11/2019 até o dia 31/12/2019 .

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO

As partes integrantes deste instrumento com base no Processo Licitatório nº 60/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 151/2019, contratam as quantidades, conforme demonstrativo no quadro abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
1	3.750,00	Lt	OLEO DIESEL S-10	RODOIL	3,75	14.062,50
Total						14.062,50

CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

DO ADITAMENTO - Face acordo mútuo entre as partes neste termo ampliam os quantitativos supra demonstrados, objeto do Contrato nº 151/2019.

DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 60/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 151/2019.

DA FISCALIZAÇÃO - Fica por desde já, designado o Sr. ADEMIR JOSÉ CIMA, portador do CPF nº 564.323.139-53, Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 151/2019.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 8 de Novembro de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL

GUSTAVO PESAVENTO

Prefeito Municipal

Fornecedor

Município

RUDIMAR BORCIONI

Assessor Jurídico

OAB-SC 15.411

TESTEMUNHAS: _____

São Bonifácio

PREFEITURA

PORTARIA Nº 776/2019

Publicação Nº 2221925

Portaria n º 776/2019
Concede Férias.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 127, combinado com o § 5º. da Lei n º 633/90 e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 5229/2019, deferido em 25/10/2019, RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS A LUCIANO LEHMKUHL, brasileiro, divorciado, ocupante do cargo de Operador de Máquinas II, nível 6.11-I, pelo período de 30 (trinta) dias, sendo que 10 (dez) dias para serem convertidos em numerários e os 20 (vinte) dias restantes para serem gozados a partir do dia 09 de dezembro de 2019, referente ao exercício 2017/2018.

São Bonifácio, 25 de outubro de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 777/2019

Publicação Nº 2221926

Portaria n º 777/2019
Concede Férias.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 127, da Lei n º 633/90, e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 5230/2019, deferido em 25/10/2019, RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS A ALTAIR DA SILVA DOS REIS BUSS, brasileira, casada, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível 7.1-B, pelo período de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia 18 de novembro de 2019, referente ao exercício 2018/2019.

São Bonifácio, 25 de outubro de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 779/2019

Publicação Nº 2221928

Portaria nº 779/2019
CONCEDE PROMOÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL
DE ACORDO COM O ART. 3º DA LEI Nº 683/91.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 683, de 10 de Setembro de 1991. RESOLVE:

Art. 1º Conceder Promoção relativa ao período aquisitivo de novembro de 2016 a novembro de 2019 ao seguinte servidor (a):

Mat.	Nome	Cargo	Referência Atual	Referência a que tem direito	Período Aquisitivo
740	Dener Moraes	Motorista Socorrista	A	B	01/11/2016 a 01/11/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bonifácio, 01 de novembro de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 780/2019

Publicação Nº 2221929

Portaria nº 780/2019

CONCEDE PROMOÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL

DE ACORDO COM O ART. 3º DA LEI Nº 683/91.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 683, de 10 de Setembro de 1991. RESOLVE:

Art. 1º Conceder Promoção relativa ao período aquisitivo de novembro de 2016 a novembro de 2019 ao seguinte servidor (a):

Mat.	Nome	Cargo	Referência Atual	Referência a que tem direito	Período Aquisitivo
742	Ema Teresinha Rohling Buss	Técnica de Enfermagem SAMU	A	B	01/11/2016 a 01/11/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bonifácio, 01 de novembro de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 781/2019

Publicação Nº 2221934

Portaria nº 781/2019

CONCEDE PROMOÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL

DE ACORDO COM O ART. 3º DA LEI Nº 683/91.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 683, de 10 de Setembro de 1991. RESOLVE:

Art. 1º Conceder Promoção relativa ao período aquisitivo de novembro de 2016 a novembro de 2019 ao seguinte servidor (a):

Mat.	Nome	Cargo	Referência Atual	Referência a que tem direito	Período Aquisitivo
298	Magali Magra Marghoti	Médico Veterinário	I	J	01/11/2016 a 01/11/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bonifácio, 01 de novembro de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 782/2019

Publicação Nº 2221935

Portaria nº 782/2019
CONCEDE PROMOÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL
DE ACORDO COM O ART. 3º DA LEI Nº 683/91.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 683, de 10 de Setembro de 1991. RESOLVE:

Art. 1º Conceder Promoção relativa ao período aquisitivo de novembro de 2016 a novembro de 2019 ao seguinte servidor (a):

Mat.	Nome	Cargo	Referência Atual	Referência a que tem direito	Período Aquisitivo
738	Marcio Rohling	Motorista Socorrista SAMU	A	B	01/11/2016 a 01/11/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bonifácio, 01 de novembro de 2019.
Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 783/2019

Publicação Nº 2221936

Portaria nº 783/2019
CONCEDE PROMOÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL
DE ACORDO COM O ART. 3º DA LEI Nº 683/91.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 683, de 10 de Setembro de 1991. RESOLVE:

Art. 1º Conceder Promoção relativa ao período aquisitivo de novembro de 2016 a novembro de 2019 ao seguinte servidor (a):

Mat.	Nome	Cargo	Referência Atual	Referência a que tem direito	Período Aquisitivo
744	Patrícia Schneider	Técnica de Enfermagem SAMU	A	B	01/11/2016 a 01/11/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bonifácio, 01 de novembro de 2019.
Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 784/2019

Publicação Nº 2221937

Portaria nº 784/2019
CONCEDE PROMOÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL
DE ACORDO COM O ART. 3º DA LEI Nº 683/91.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 683, de 10 de Setembro de 1991. RESOLVE:

Art. 1º Conceder Promoção relativa ao período aquisitivo de novembro de 2016 a novembro de 2019 ao seguinte servidor (a):

Mat.	Nome	Cargo	Referência Atual	Referência a que tem direito	Período Aquisitivo
745	Raquel Ouriques Schmoeller	Técnica de Enfermagem SAMU	A	B	01/11/2016 a 01/11/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bonifácio, 01 de novembro de 2019.
Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 785/2019

Publicação Nº 2221939

Portaria nº 785/2019
CONCEDE PROMOÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL
DE ACORDO COM O ART. 3º DA LEI Nº 683/91.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 683, de 10 de Setembro de 1991. RESOLVE:

Art. 1º Conceder Promoção relativa ao período aquisitivo de novembro de 2016 a novembro de 2019 ao seguinte servidor (a):

Mat.	Nome	Cargo	Referência Atual	Referência a que tem direito	Período Aquisitivo
743	Sineide Rohling	Técnica de Enfermagem SAMU	A	B	01/11/2016 a 01/11/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bonifácio, 01 de novembro de 2019.
Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

São Carlos

PREFEITURA

DECRETO 132/2019

Publicação Nº 2220753

DECRETO Nº. 132/2019 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade a Lei Municipal n.º 1866/2019 de 07 de Novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Especial, no Orçamento Programa Consolidado do Município de São Carlos – SC, no valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais), para a dotação orçamentária a seguir relacionada:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL		9
Unidade	Fundo Municipal da Criança e Adolescência – FIA		3
Função	Assistência Social		8
Sub-função	Assistência à Criança e ao Adolescente		243
Programa	ASSISTÊNCIA SOCIAL – QUALIDADE DE VIDA E AUTONOMIA		13
Atividade	MANUTENÇÃO DO FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA		2.034
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor Total
(212)	3.3.50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.	3009 – FIA – Imposto de Renda – SUPERAVIT	28.000,00
Valor Total R\$:			28.000,00

Art. 2º Os recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o artigo 1º, serão anulados dentro das categorias de programação de despesa do orçamento vigente, no valor correspondente, na dotação a seguir relacionada:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL		9
Unidade	Fundo Municipal da Criança e Adolescência – FIA		3
Função	Assistência Social		8
Sub-função	Assistência à Criança e ao Adolescente		243
Programa	ASSISTÊNCIA SOCIAL – QUALIDADE DE VIDA E AUTONOMIA		13
Atividade	MANUTENÇÃO DO FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA		2.034
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor Total
(198)	3.3.90 – Aplicações Diretas.	3009 – FIA – Imposto de Renda – SUPERAVIT	28.000,00
Valor Total R\$:			28.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos, em 08 de Novembro de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 131/2019

Publicação Nº 2220713

DECRETO Nº 131/2019 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2018.

QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o cargo:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros para comporem a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo 007/2019, do Município de São Carlos/SC:

1. VOLNEI MUMBER; (Mat. 1434)
2. ROZILENE LAUREANO DE BISPO; (Mat. 1774)
3. MARLENE TEREZINHA ALEXIUS DIEL; (Mat. 1020)
4. JANETE MARIA SANDER GIONGO; (Mat. 991)
5. MARIA CÉLIA FRÖHLICH. (Mat. 1420)

Art. 2º. – Aos membros integrantes desta comissão não será paga qualquer remuneração em decorrência de sua participação ou atuação, sendo estas consideradas como serviço de caráter relevante para o município.

Art. 3º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Carlos/SC, 08 de novembro de 2018.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal de São Carlos/SC

DECRETO Nº 133/2019

Publicação Nº 2220903

DECRETO Nº 133/2019, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE O DE TURNO ÚNICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal São Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no que lhe faculta o Art. 53, VI da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que, a Casa da Memória recebe diariamente turistas de outros Municípios, os quais optam por realizar a visita no período Vespertino.

CONSIDERANDO que, são realizadas aulas do Curso de Musica da Fundação Cultura.

CONSIDERANDO o, DECRETO Nº 125/2019 que institui o Turno Único para a Administração Pública Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. O Turno Único não se aplica à Servidora Pública Municipal Sra. Nelci Endler, matrícula nº 3093. A qual deve manter seu expediente normal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

São Carlos, 08 de novembro de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal de São Carlos/SC

PORTARIA Nº 118/2019

Publicação Nº 2220910

PORTARIA Nº 118/2019 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

“QUE DISPÕE SOBRE O CADASTRO BIOMETRICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a necessidade da inserção dos dados de todos os Servidores Públicos Municipais no ponto eletrônico instalado no Município.

CONSIDERANDO que o cadastramento de todos os Servidores Públicos Municipais no ponto eletrônico do Município visa ocasionar o melhor controle da jornada de trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica obrigatório a todos os Servidores do Município de São Carlos, e Fundações vinculadas ao Município, a realizar o cadastro Biométrico, o qual deverá ser realizado pelo Setor de Recursos Humanos do Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal de São Carlos/SC.

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO Nº 880 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221482

DECRETO Nº 880 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Municipal nº 1837, de 17 de Dezembro de 2018, e pela Lei Municipal nº 1865 de 07 de novembro de 2019

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 295.000,00 (Duzentos e noventa e cinco mil reais), no orçamento do exercício de 2019 para as seguintes programações de despesas:

10.00 – Fundo Municipal de Saúde				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Ações de Saúde do Município				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	6	01.0002	80.000,00
339300000	Aplicação Direta decorrente de Op. Entre Órgãos	7	01.0002	50.000,00
339300000	Aplicação Direta decorrente de Op. Entre Órgãos	38	01.0038	60.000,00

10.00 – Fundo Municipal de Saúde				
10.301.1006.2.064 – Manutenção da Atenção Básica/União - Fixo e Variável				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	18	01.0038	45.000,00

10.00 – Fundo Municipal de Saúde				
10.301.1006.2.046 – Manutenção do Bloco - Repasse do Estado para o SUS				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	14	01.0667	40.000,00
339000000	Aplicações Diretas	15	01.0667	20.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos das seguintes anulações de dotações orçamentárias como segue;

11.00 – Fundo Municipal de Assistência Social				
08.244.1007.1.011 – Construção, Ampliação e Reformas de Edificações da Área Social				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	103	01.0000	100.000,00

10.00 – Fundo Municipal de Saúde				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Ações de Saúde do Município				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	4	01.0002	30.000,00

10.00 – Fundo Municipal de Saúde				
10.301.1006.2.028 – Manutenção das Ações de Vigilância em Saúde				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	11	01.0038	10.000,00

10.00 – Fundo Municipal de Saúde				
10.302.1006.2.043 – Manutenção da Média e Alta Complexidade - MAC - União				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	12	01.0038	25.000,00

10.00 – Fundo Municipal de Saúde				
----------------------------------	--	--	--	--

10.301.1006.2.064 – Manutenção da Atenção Básica/União - Fixo e Variável				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	17	01.0038	70.000,00

10.00 – Fundo Municipal de Saúde				
10.301.1006.2.046 – Manutenção do Bloco - Repasse do Estado para o SUS				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	16	01.0667	60.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 08 de novembro de 2019.
Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.
Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 881 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221483

DECRETO Nº 881 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Municipal nº 1837, de 17 de Dezembro de 2018, e pela Lei Municipal nº 1866 de 07 de novembro de 2019

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 819.000,00 (Oitocentos e dezenove mil reais), no orçamento do exercício de 2019 para as seguintes programações de despesas:

04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes				
12.361.1005.2.080 – Manutenção do Fundeb - Ensino Fundamental				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	36	01.0019	75.000,00

04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes				
12.365.1005.2.081 – Manutenção do Fundeb – Educação Infantil Pré Escolar				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	39	01.0018	100.000,00

04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes				
12.365.1005.2.082 – Manutenção do Fundeb – Educação Infantil Creche				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	42	01.0018	270.000,00

04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes				
12.365.1005.2.070 – Manutenção da Educação Infantil – Creche				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	28	01.0001	50.000,00

04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes				
12.361.1005.2.051 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	15	01.0001	270.000,00

17.00 – Fundo Municipal de Cultura				
13.392.1012.2.056 – Manutenção do Fundo, Desenvolvimento de Ações e Projetos Culturais				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	135	01.0000	20.000,00

07.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
15.452.1009.2.078 – Manutenção Serviços de Coleta de Lixo e Limpeza Pública				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$

339000000	Aplicações Diretas	92	01.0000	34.000,00
-----------	--------------------	----	---------	-----------

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos das seguintes anulações de dotações orçamentárias como segue;

04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes				
12.361.1005.2.080 – Manutenção do Fundeb - Ensino Fundamental				

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	35	01.0018	195.000,00

04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes				
12.365.1005.2.081 – Manutenção do Fundeb – Educação Infantil Pré Escolar				

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	40	01.0019	100.000,00

04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes				
12.365.1005.2.082 – Manutenção do Fundeb – Educação Infantil Creche				

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	43	01.0019	150.000,00

04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes				
12.361.1005.2.051 – Manutenção do Ensino Fundamental				

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	14	01.0001	50.000,00

02.00 – Gabinete do Prefeito				
04.122.1002.2.002 – Manutenção das Atividades do Gabinete da Prefeitura				

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	1	01.0000	50.000,00

03.00 – Secretaria de Administração e Fazenda				
04.122.1003.2.077 – Contribuição a Entidades Municipalistas				

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
335000000	Transferência a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	9	01.0000	30.000,00

06.00 – Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo				
27.695.1014.2.034 – Manutenção da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo				

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	61	01.0000	40.000,00

07.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
15.451.1009.1.014 – Pavimentação de Vias, Passeios e Praças Públicas				

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	66	01.0000	30.000,00

03.00 – Encargos Gerais do Município				
28.846.0000.0.001 – Dívida Fundada Interna				

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
469000000	Aplicações Diretas	95	01.0000	24.000,00

11.00 – Fundo Municipal de Assistência Social				
08.244.1007.1.011 – Construção, Ampliação e Reformas de Edificações da Área Social				

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	103	01.0000	150.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 08 de novembro de 2019.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 882 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221486

DECRETO Nº 882 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Municipal nº 1837, de 17 de Dezembro de 2018, e pela Lei Municipal nº 1867 de 07 de novembro de 2019

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional especial no valor de 4.000,00 (Quatro mil reais) no orçamento do exercício de 2019 para a seguinte programação de despesa:

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA				
04.122.1003.2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
335000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	----	01.0000	4.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos da seguinte anulação de dotação orçamentária como segue;

03.00 – Secretaria de Administração e Fazenda				
04.122.1003.2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	6	01.0000	4.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 08 de novembro de 2019.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1865 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220827

LEI Nº 1865 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e esta sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 295.000,00 (Duzentos e noventa e cinco mil reais), no orçamento do exercício de 2019 para as seguintes programações de despesas:

10.00 – Fundo Municipal de Saúde				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Ações de Saúde do Município				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	6	01.0002	80.000,00
339300000	Aplicação Direta decorrente de Op. Entre Órgãos	7	01.0002	50.000,00
339300000	Aplicação Direta decorrente de Op. Entre Órgãos	38	01.0038	60.000,00

10.00 – Fundo Municipal de Saúde				
10.301.1006.2.064 – Manutenção da Atenção Básica/União - Fixo e Variável				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	18	01.0038	45.000,00

10.00 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.1006.2.046 – Manutenção do Bloco - Repasse do Estado para o SUS

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	14	01.0667	40.000,00
339000000	Aplicações Diretas	15	01.0667	20.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos das seguintes anulações de dotações orçamentárias como segue;

11.00 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.1007.1.011 – Construção, Ampliação e Reformas de Edificações da Área Social

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	103	01.0000	100.000,00

10.00 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.1006.2.027 – Manutenção das Ações de Saúde do Município

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	4	01.0002	30.000,00

10.00 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.1006.2.028 – Manutenção das Ações de Vigilância em Saúde

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	11	01.0038	10.000,00

10.00 – Fundo Municipal de Saúde

10.302.1006.2.043 – Manutenção da Média e Alta Complexidade - MAC - União

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	12	01.0038	25.000,00

10.00 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.1006.2.064 – Manutenção da Atenção Básica/União - Fixo e Variável

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	17	01.0038	70.000,00

10.00 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.1006.2.046 – Manutenção do Bloco - Repasse do Estado para o SUS

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	16	01.0667	60.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

São Domingos (SC), 07 de novembro de 2019.

Eliéze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1866 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220829

LEI Nº 1866 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e esta sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 819.000,00 (Oitocentos e dezenove mil reais), no orçamento do exercício de 2019 para as seguintes programações de despesas:

04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes				
12.361.1005.2.080 – Manutenção do Fundeb - Ensino Fundamental				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	36	01.0019	75.000,00

04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes				
12.365.1005.2.081 – Manutenção do Fundeb – Educação Infantil Pré Escolar				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	39	01.0018	100.000,00

04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes				
12.365.1005.2.082 – Manutenção do Fundeb – Educação Infantil Creche				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	42	01.0018	270.000,00

04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes				
12.365.1005.2.070 – Manutenção da Educação Infantil – Creche				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	28	01.0001	50.000,00

04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes				
12.361.1005.2.051 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	15	01.0001	270.000,00

17.00 – Fundo Municipal de Cultura				
13.392.1012.2.056 – Manutenção do Fundo, Desenvolvimento de Ações e Projetos Culturais				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	135	01.0000	20.000,00

07.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
15.452.1009.2.078 – Manutenção Serviços de Coleta de Lixo e Limpeza Pública				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	92	01.0000	34.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos das seguintes anulações de dotações orçamentárias como segue;

04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes				
12.361.1005.2.080 – Manutenção do Fundeb - Ensino Fundamental				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	35	01.0018	195.000,00

04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes				
12.365.1005.2.081 – Manutenção do Fundeb – Educação Infantil Pré Escolar				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	40	01.0019	100.000,00

04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes				
12.365.1005.2.082 – Manutenção do Fundeb – Educação Infantil Creche				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	43	01.0019	150.000,00

04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes				
12.361.1005.2.051 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	14	01.0001	50.000,00

02.00 – Gabinete do Prefeito				
04.122.1002.2.002 – Manutenção das Atividades do Gabinete da Prefeita				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	1	01.0000	50.000,00

03.00 – Secretaria de Administração e Fazenda				
04.122.1003.2.077 – Contribuição a Entidades Municipalistas				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
335000000	Transferência a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	9	01.0000	30.000,00

06.00 – Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo				
27.695.1014.2.034 – Manutenção da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	61	01.0000	40.000,00
07.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
15.451.1009.1.014 – Pavimentação de Vias, Passeios e Praças Públicas				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	66	01.0000	30.000,00
03.00 – Encargos Gerais do Município				
28.846.0000.0.001 – Dívida Fundada Interna				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
469000000	Aplicações Diretas	95	01.0000	24.000,00
11.00 – Fundo Municipal de Assistência Social				
08.244.1007.1.011 – Construção, Ampliação e Reformas de Edificações da Área Social				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	103	01.0000	150.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

São Domingos (SC), 07 de novembro de 2019.

Eliéze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1867 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220830

LEI Nº 1867 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e esta sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a abrir um crédito adicional especial no valor de 4.000,00 (Quatro mil reais) no orçamento do exercício de 2019 para a seguinte programação de despesa:

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA				
04.122.1003.2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
335000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	----	01.0000	4.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos da seguinte anulação de dotação orçamentária como segue;

03.00 – Secretaria de Administração e Fazenda				
04.122.1003.2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	6	01.0000	4.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

São Domingos (SC), 07 de novembro de 2019.

Eliéze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.225/2019

Publicação Nº 2221233

DECRETO Nº 3.225, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor R\$ 466.030,76 (quatrocentos e sessenta e seis mil e trinta Reais e setenta e seis centavos) ao orçamento da Secretaria Municipal de Finanças, do corrente exercício, de conformidade com o inciso IV, do art. 9º, da Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso I, §1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na seguinte dotação orçamentária:

25 - Secretaria Municipal de Finanças

001 – Diretoria Controle Financeiro, Orçamentário e Gestão

2024 - Manutenção das Atividades Administrativas da Coordenadoria de Finanças Contabilidade e Planejamento Orçamentário

3300000000000000 - Despesas correntes

333000000000000000 - Outras despesas correntes

333900000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 466.030,76

Vínculo de Recurso - 03630000 – Transferência Convênio Estado Saúde

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 466.030,76

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo anterior ocorrerão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, com a Fonte de Recurso - 03630000 Transferência Convênio Estado Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 7 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo.

Visto. Publique-se.

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.225, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

A presente suplementação tem por finalidade atender à solicitação de devolução do saldo dos recursos do Convênio 2013TR004045, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, com interveniência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville e o Município de São Francisco do Sul, para aquisição de equipamentos, objeto do Plano de Trabalho do referido Convênio, destinados ao Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora da Graça - HMMNSG.

São Francisco do Sul – SC, 7 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

DECRETO Nº 3.226/2019

Publicação Nº 2221374

DECRETO Nº 3.226, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA A DIRETORIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM - GESTÃO 2018/2020.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as disposições da Lei Municipal nº 890, de 19 de outubro de 2009, e Decreto nº 581, de 14 de dezembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes conselheiros para compor a Diretoria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM:

I - Presidente: Tainah Kauana Lara Ribeiro;

II - Vice – Presidente: Neusa Borges Correia;

III - Secretário-Geral: Taiane Bitencourt de Oliveira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 23 de outubro de 2018.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 8 de novembro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

LUIZ ARNALDO MARTINS

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social
e da CidadaniaSecretário Municipal de Governo.
Visto. Publique-se.

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

ERRATA CP 172-2019 - 02

Publicação Nº 2221159

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172/2019

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA

OBJETO: Contratação de empresa para transporte de serviço hidroviário de passageiros no âmbito do município de São Francisco do Sul.

ERRATA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, leva ao conhecimento dos interessados que, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade Concorrência Pública, bem como, a Lei 8.666/93, e suas modificações, o edital em epígrafe, sofreu alterações.

Portanto,

Onde –se lê:

Data da abertura: 14/11/2019 às 09:30 hs

Leia- se

Data da abertura: 14/11/2019 às 11:00 hs

Os demais itens permanecem inalterados.

São Francisco do Sul, 08 de novembro de 2019.

Maria José Costa

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO 022.2.-19 INDSH

Publicação Nº 2221045

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 022.2-19

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

PROCESSO: EDITAL DE CONCURSOS DE PROJETOS Nº 013/2019 referente ao Gerenciamento, operacionalização e execução das atividades e serviços de saúde no Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Graça e da Unidade de Pronto Socorro – UPA 24 horas – Porte 1, em regime de 24 horas/dia, assegurando assistência universal e gratuita aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS”

OBJETO: altera o ITEM B DO ANEXO IV(folha nº 32), do contrato supramencionado, o qual consta o texto original:

- Raio X Eletivo externo: 350 (mensal), RX Barra do Sul e Araquari 150(mensal)

Passa a ser: - Raio X Eletivo externo: 500 (mensal)

Fica incluída a seguinte observação relativa ao ITEM B DO ANEXO IV(folha nº 32):

As radiografias realizadas para outros municípios, incluindo Barra do Sul e Araquari, serão pagas separadamente ao valor do contrato e consequentemente não entrarão na meta quantitativa do mesmo.

DATA: São Francisco do Sul, 03 de Outubro de 2019.

NADIA MOREIRA RAPOSO
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO 0554.1-18 GMX

Publicação Nº 2221069

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 054.1-18

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA:GMX – LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA – ME,

PROCESSO: TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 054-2018, firmado em 07 de Novembro de 2018 (PREGÃO Nº 043/2018)

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses a contar de 08/11/2019 finalizando em 07/11/2020 o contrato referente a locação de 11 (onze) veículos automotores sem motorista, pelo período de 12 (doze) meses, lote 03.

VALOR: R\$ 230.159,52 (Duzentos e trinta mil, cento e cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos),

DATA: São Francisco do Sul, 22 de Outubro de 2019.

NADIA MOREIRA RAPOSO
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO IN 064-2019

Publicação Nº 2221047

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 066-2019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ULTRA SAUDE ULTRASSONOGRAFIA LTDA

PROCESSO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 064/2019 de 07/10/2019.

OBJETO: Serviços especializados na área de saúde de acordo com o grupo 01 – Procedimentos com finalidade diagnóstica – Subgrupo 02-b) diagnóstico por ultrassonografia; constantes da tabela SIA/SUS e CISONORDESTE/SC para pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais)

DATA: São Francisco do Sul, 08 de Outubro de 2019.

NADIA MOREIRA RAPOSO
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO MIL FLORES 008.1-18

Publicação Nº 2221032

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 008.1-18

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: FUNERÁRIA MIL FLORES LTDA.

PROCESSO: Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 014/2018, datado de 19/10/2018.

OBJETO: prorroga o prazo referente a cláusula segunda, item 2.1 do Contrato supracitado, pelo período de 12(doze) meses, ou seja, de 19/10/2019 à 19/10/2020 a prestação de serviços funerários à pessoas carentes do município.

VALOR: R\$ 15.264,00 (Quinze mil e duzentos e sessenta e quatro reais)

DATA: São Francisco do Sul, 18 de Outubro de 2019.

LUIZ ARNALDO MARTINS
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO MÃO AMIGA 009.1-18

Publicação Nº 2221029

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 009.1-18
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADA: FUNERÁRIA MÃO AMIGA LTDA
PROCESSO: Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 015/2018, datado de 19/10/2018.
OBJETO: prorroga o prazo referente a cláusula segunda, item 2.1 do Contrato supracitado, pelo período de 12(doze) meses, ou seja, de 19/10/2019 à 19/10/2020 a prestação de serviços funerários à pessoas carentes do município.
VALOR: R\$ 15.264,00 (Quinze mil e duzentos e sessenta e quatro reais),
DATA: São Francisco do Sul, 18 de Outubro de 2019.

LUIZ ARNALDO MARTINS
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO PP 014-2019 COMERCIAL VITORIA

Publicação Nº 2221025

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 025-2019
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADA: COMERCIAL VITORIA LTDA – ME
PROCESSO: Licitação 014/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.
OBJETO: Aquisição de materiais diversificados (materiais de pintura, hidro sanitário, construção, eletro e outros), destinados a manutenção de bens imóveis dos equipamentos onde são executados os serviços de Assistência Social (CASA ABRIGO, CREAS, CRAS).
VALOR: R\$ 16.085,10 (dezesseis mil oitenta e cinco reais e dez centavos) referente ao lote 03
DATA: São Francisco do Sul, 16 de outubro de 2019.

LUIZ ARNALDO MARTINS
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO PP 0142019 - FMAS - NSC

Publicação Nº 2221027

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 026-2019
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADA: N.S.C. COMÉRCIO DE FERRAGENS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO – LTDA – ME
PROCESSO: Licitação 014/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.
OBJETO: Aquisição de materiais diversificados (materiais de pintura, hidro sanitário, construção, eletro e outros), destinados a manutenção de bens imóveis dos equipamentos onde são executados os serviços de Assistência Social (CASA ABRIGO, CREAS, CRAS).
VALOR: R\$ 18.918,03 (dezoito mil novecentos e dezoito reais e três centavos) referente aos lotes 01, 02, 04 e 05
DATA: São Francisco do Sul, 16 de outubro de 2019.

LUIZ ARNALDO MARTINS
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO PP 053-2019 TOP LED

Publicação Nº 2221060

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 074-2019
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: TOP LED PUBLICIDADE E EVENTOS LTDA – ME
PROCESSO: Nº 053/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada em promoção de eventos e sonorização para as campanhas de vacinação.

VALOR: R\$ 29.940,00 (vinte e nove mil novecentos e quarenta reais).

DATA: São Francisco do Sul, 14 de Outubro de 2019.

NADIA MOREIRA RAPOSO

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO PP 055-2019 DENTAL MED

Publicação Nº 2221048

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 067-2019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: DENTAL MED EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA

PROCESSO: Nº 055/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Aquisição de material odontológico para as Unidades Básicas de Saúde do Município para o período de 12 (doze) meses

VALOR: R\$ 8.017,80 (oito mil dezessete reais e oitenta centavos) referentes aos itens 138 a 143, 147, 155, 160.

DATA: São Francisco do Sul, 08 de outubro de 2019.

NADIA MOREIRA RAPOSO

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO PP 055-2019 DENTAL PRIME

Publicação Nº 2221050

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 068-2019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: DENTAL PRIME – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES – EIRELI

PROCESSO: Nº 055/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Aquisição de material odontológico para as Unidades Básicas de Saúde do Município para o período de 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 156.961,65 (cento e cinquenta e seis mil novecentos e sessenta e um reais e sessenta e cinco centavos) referentes aos itens 49, 51, 53, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 75, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 89, 93, 94, 95, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 111, 116, 122, 123, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 144, 145, 146, 148, 149, 153, 154, 161, 162, 163, 168.

DATA: São Francisco do Sul, 08 de Outubro de 2019.

NADIA MOREIRA RAPOSO

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO PP 055-2019 GOLDEN

Publicação Nº 2221052

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 069-2019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI

PROCESSO: Nº 055/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Aquisição de material odontológico para as Unidades Básicas de Saúde do Município para o período de 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 27.100,00 (vinte e sete mil e cem reais) referentes aos itens 156, 157 e 158

DATA: São Francisco do Sul, 08 de outubro de 2019.

NADIA MOREIRA RAPOSO

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO PP 055-2019 LA DALLA

Publicação Nº 2221053

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 070-2019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: LA DALLA PORTA JUNIOR

PROCESSO: Nº 055/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Aquisição de material odontológico para as Unidades Básicas de Saúde do Município para o período de 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 9.849,00 (nove mil oitocentos e quarenta e nove reais) referentes aos itens 76, 78, 112, 113, 114 e 117.

DATA: São Francisco do Sul, 08 de outubro de 2019.

NADIA MOREIRA RAPOSO

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO PP 055-2019 ODONTOMED

Publicação Nº 2221054

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 071-2019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA- EPP

PROCESSO: Nº 055/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: Aquisição de material odontológico para as Unidades Básicas de Saúde do Município para o período de 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 20.341,40 (vinte mil trezentos e quarenta e um reais e quarenta centavos) referentes aos itens 50, 52, 54, 62, 65, 68, 77, 82, 92, 97, 103, 115, 120, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 147, 155, 160, 169.

DATA: São Francisco do Sul, 08 de Outubro de 2019.

NADIA MOREIRA RAPOSO

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO PP 055-2019 ODONTOSUL

Publicação Nº 2221055

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 072-2019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ODONTOSUL LTDA – EPP

PROCESSO: Nº 055/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: Aquisição de material odontológico para as Unidades Básicas de Saúde do Município para o período de 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 24.223,60 (vinte e quatro mil duzentos e vinte e três reais e sessenta centavos) referentes aos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 57, 58, 87, 91, 98, 104, 110, 118, 119, 121, 125, 126, 128, 150, 151, 152, 167.

DATA: São Francisco do Sul, 08 de Outubro de 2019.

NADIA MOREIRA RAPOSO

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO PP 057-2019 COMB SAUDE

Publicação Nº 2221056

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 073-2019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS MUSSE LTDA

PROCESSO: Nº 057/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Fornecimento de combustível, para os veículos da Frota da Secretaria Municipal de Saúde, para os Veículos Programa de Atenção Básica, Veículos do Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças – ECD, Veículos em Saúde e veículos do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.

VALOR: R\$ 161.020,00 (cento e sessenta e um mil e vinte reais).

DATA: São Francisco do Sul, 14 de outubro de 2019.

NADIA MOREIRA RAPOSO

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO PP 058-2019 - OLSEN

Publicação Nº 2221044

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 065-2019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: OLSEN INDUSTRIA E COMERCIO S/A

PROCESSO: Nº 058/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Aquisição e cadeiras odontológicas e materiais instrumentais odontológicos.

VALOR: R\$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais).

DATA: São Francisco do Sul, 01 de outubro de 2019.

NADIA MOREIRA RAPOSO

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO PP 058-2019 ALTERMED

Publicação Nº 2221035

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 061-2019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PROCESSO: Nº 058/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, homologado em 20/09/2019

OBJETO: Aquisição e cadeiras odontológicas e materiais instrumentais odontológicos.

VALOR: R\$ 28.473,75 (vinte e oito mil quatrocentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos).

DATA: São Francisco do Sul, 01 de outubro de 2019.

NADIA MOREIRA RAPOSO

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO PP 058-2019 MF ALMEIDA

Publicação Nº 2221037

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 062-2019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA EPP

PROCESSO: Nº 058/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, homologado em 20/09/2019.

OBJETO: Aquisição e cadeiras odontológicas e materiais instrumentais odontológicos.

VALOR: R\$ 4.042,50 (quatro mil e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

DATA: São Francisco do Sul, 01 de outubro de 2019.

NADIA MOREIRA RAPOSO

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO PP 058-2019 ODONTOMEDI

Publicação Nº 2221039

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 063-2019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA- EPP

PROCESSO: Nº 055/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Aquisição de material odontológico para as Unidades Básicas de Saúde do Município para o período de 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 20.341,40 (vinte mil trezentos e quarenta e um reais e quarenta centavos) referentes aos itens 50, 52, 54, 62, 65, 68, 77, 82, 92, 97, 103, 115, 120, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 147, 155, 160, 169.

DATA: São Francisco do Sul, 01 de outubro de 2019.

NADIA MOREIRA RAPOSO

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO PP 058-2019 ODONTOSUL

Publicação Nº 2221042

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 064-2019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ODONTOSUL LTDA – EPP

PROCESSO: Nº 058/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Aquisição e cadeiras odontológicas e materiais instrumentais odontológicos.

VALOR: R\$ 36.765,75 (trinta e seis mil setecentos e sessenta e cinco mil e setenta e cinco centavos).

DATA: São Francisco do Sul, 01 de outubro de 2019.

NADIA MOREIRA RAPOSO

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO PP 059-2019 CELK SISTEMAS

Publicação Nº 2221063

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 075-2019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CELK SISTEMAS LTDA

PROCESSO: Nº 059/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para municipalização da saúde, através de fornecimento de licença de uso do sistema computacional (software) por um período de 12 (doze) meses, com o objetivo de atender as unidades de Saúde, Hospital Municipal e UPA 24 hrs, contemplando os serviços de instalação, implantação, configuração, treinamento, capacitação, manutenção e suporte mensal.

VALOR: R\$ 488.800,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil e oitocentos reais).

DATA: São Francisco do Sul, 16 de Outubro de 2019.

Nádia Moreira Raposo

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO PP 061-2019 AMBULANCIA

Publicação Nº 2221065

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 076-2019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: PGL COMERCIO DE VEICULOS EIRELI

PROCESSO: Nº 061/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Aquisição de 01 Furgão AMBULANCIA (Ambulância), para ser utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 167.999,00 (cento e sessenta e sete mil novecentos e noventa e nove reais).

DATA: São Francisco do Sul, 17 de outubro de 2019

NADIA MOREIRA RAPOSO

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO PP 063-2019 FERNANDA

Publicação Nº 2221070

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 077-2019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: FERNANDA VENERO PEREIRA

PROCESSO: Nº 063/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, homologado em 22/10/2019.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para uso emergencial, prescritos por médicos, constantes do guia da farmácia, necessários e imprescindíveis ao atendimento de usuários do sistema Único de Saúde (SUS) de nosso município, os quais não são fornecidos pela Farmácia Básica da Secretaria de Saúde.

VALOR: R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais).

DATA: São Francisco do Sul, 31 de Outubro de 2019.

NADIA MOREIRA RAPOSO
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

HOMOLOGAÇÃO CP 159-2019

Publicação Nº 2221019

HOMOLOGAÇÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

##TEX Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Especial de Licitação para Obras e Serviços de Engenharia, designados através da nº 15.087 de 06 de setembro de 2018, e de conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

H O M O L O G O:

O processo licitatório nº 159-2019, modalidade Concorrência Pública, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para pavimentação rodoviária asfáltica, execução de drenagem e adequações dos passeios, conforme relatório técnico, com extensão de 2.190,66 metros, contemplando as ruas Francisco Machado de Souza e Sálvio Amado de Oliveira com Francisco Mascarenhas, neste Município; a empresa CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA, com o valor total de R\$ 3.493.148,64 (três milhões quatrocentos e noventa e três mil cento e quarenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) de conformidade com a Ata anexa

##DAT São Francisco do Sul, 01 de novembro de 2019

##ASS RENATO GAMA LOBO

##CAR Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16.088/2019

Publicação Nº 2220692

PORTARIA nº 16.088, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, à servidora FABÍULA KATIANE DA SILVA CONORATH, matrícula nº 80334040, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental II – Inglês, da EBM Ida Beatriz Brunato de Camargo, onde exerce suas funções, para a EBM Waldemar da Costa, com carga horária de 30 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções na EBM Waldemar da Costa, com carga horária de 30 horas semanais, onde permanecerá LOTADA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.089/2019

Publicação Nº 2220694

PORTARIA nº 16.089, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, à servidora ROSANA MARA IGNÁCIO, matrícula nº 79592492, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental II – Ciências, da EBM Waldemar da Costa, com carga horária de 30 horas semanais, e na EBM João Dias, com carga horária de 10 horas semanais, onde exerce suas funções, para a EBM Waldemar da Costa, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções na EBM Waldemar da Costa, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.095/2019

Publicação Nº 2221229

PORTARIA nº 16.095, de 6 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.475, de 16 de abril de 2013, e as alterações promovidas pela Lei nº 1.758, de 30 de setembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - DESTITUIR, a partir de 1º de novembro de 2019, a servidora ALINE DE CÁSSIA DOS SANTOS, matrícula nº 814826000, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, do exercício da função gratificada de Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social/CRAS – Rocio Pequeno.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de novembro de 2019.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.096/2019

Publicação Nº 2221230

PORTARIA nº 16.096, de 6 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.475, de 16 de abril de 2013, e as alterações promovidas pela Lei nº 1.758, de 30 de setembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - DESTITUIR, a partir de 1º de novembro de 2019, a servidora FABIANE TURNES DA SILVA, matrícula nº 629642, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educadora Social, do exercício da função gratificada de Coordenadora de Ações de Organização do SUAS/SFS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de novembro de 2019.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.
RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.097/2019

Publicação Nº 2221231

PORTARIA nº 16.097, de 6 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.475, de 16 de abril de 2013, e as alterações promovidas pela Lei nº 1.758, de 30 de setembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, a partir de 1º de novembro de 2019, a servidora FABIANE TURNES DA SILVA, matrícula nº 629642, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educadora Social, para exercer a função gratificada de Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social/CRAS – Rocio Pequeno.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de novembro de 2019.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.
RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.098/2019

Publicação Nº 2221232

PORTARIA nº 16.098, de 6 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.475, de 16 de abril de 2013, e as alterações promovidas pela Lei nº 1.758, de 30 de setembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, a partir de 1º de novembro de 2019, a servidora CIBELE KATJA DA SILVA COSTA, matrícula nº 7905572, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educadora Social, para exercer a função gratificada de Coordenadora de Ações de Organização do SUAS/SFS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de novembro de 2019.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.
RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

TERMO ADJUDICAÇÃO CP 159-2019

Publicação Nº 2221021

ADJUDICAÇÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

##TEX Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Especial de Licitação para Obras e Serviços de Engenharia, designados através da nº 15.087 de 06 de setembro de 2018, e de conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

A D J U D I C O:

O processo licitatório nº 159-2019, modalidade Concorrência Pública, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para pavimentação rodoviária asfáltica, execução de drenagem e adequações dos passeios, conforme relatório técnico, com extensão de 2.190,66 metros, contemplando as ruas Francisco Machado de Souza e Sálvio Amado de Oliveira com Francisco Mascarenhas, neste Município; a empresa CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA, com o valor total de R\$ 3.493.148,64 (três milhões quatrocentos e noventa e três mil cento e quarenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) de conformidade com a Ata anexa

##DAT São Francisco do Sul, 01 de novembro de 2019

##ASS RENATO GAMA LOBO

##CAR Prefeito Municipal

São João Batista

PREFEITURA

DECRETO Nº 3784/2019

Publicação Nº 2221213

DECRETO 3784/2019

Cria a Comissão Especial de Processo Seletivo e dá outras providências.

O Prefeito do Município de São João Batista, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 67, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, decreta:

Art. 1º. Fica criada a Comissão Especial de Processo Seletivo para a realização do Processo Seletivo Simplificado, que ficará responsável por organizar, planejar, coordenar e acompanhar todas as etapas da execução do mencionado processo, composta pelos seguintes servidores municipais:

I - Marciana Luiza da Conceição Tomasi, matrícula funcional nº 9041, na função de presidente;

II – Eduarda Cipriani, matrícula funcional nº 9622, na função de secretária;

III – Gustavo Bonifácio Nascimento, matrícula funcional nº 9718, na função de membro;

IV – Daniela Silveira, matrícula funcional nº 9941, na função de membro; e

V – Giuvano de Souza, matrícula funcional nº 9612, na função de membro.

Art. 2º. Competirá à Comissão Especial de Processo Seletivo:

I – Elaborar os editais;

II – Receber e Homologar inscrições;

III – Classificar os candidatos atribuindo a respectiva pontuação;

IV – Homologar a seleção;

V – Apreçar e julgar recursos;

VI – Decidir com base na Lei Municipal sobre pontos omissos do edital;

VII – Elaborar e corrigir as provas;

VIII – Avaliar títulos;

IX – Exercer demais atos necessários a execução completa do Processo.

Parágrafo Único. A critério da comissão poderá ser contratado profissional capacitado para proceder a elaboração e correção das provas.

Art. 3º. A Comissão poderá ainda requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização de seu objetivo.

Art. 4º. As atividades desenvolvidas pelos membros da comissão não serão remuneradas.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 07 de novembro de 2019.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3786/2019

Publicação Nº 2221210

DECRETO 3786/2019

Dispõe sobre a prorrogação dos Concursos Públicos que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São João Batista, no exercício da competência que lhe é outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XII, da Lei Orgânica do Município, decreta:

Art. 1º Ficam prorrogados pelo prazo de 02 anos os seguintes Concursos Públicos:

I – Concurso Público 001/2017;

II – Concurso Público 002/2017;

III – Concurso Público 003/2017;

IV – Concurso Público 004/2017;

V – Concurso Público 005/2017; e

VI – Concurso Público 006/2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista, 07 de novembro de 2019.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA Nº 001-2019

Publicação Nº 2221685

EDITAL nº 0001/2019
 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA
 DE DÍVIDA ATIVA

O Secretário Municipal de Finanças do Município de São João Batista, no uso de suas atribuições,
 Considerando que o Tribunal de Contas do Estado do Estado de Santa Catarina exige dos gestores que seja efetuada a cobrança de todos os tributos municipais;

Considerando que a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estabelece como requisito essencial à responsabilidade fiscal a arrecadação dos Tributos Municipais;

Considerando que os Tributos Municipais têm por finalidade essencial ser aplicado nas diversas melhorias para o município de São João Batista

Considerando que a Administração Municipal de São João Batista busca pautar suas atividades nos princípios da moralidade e eficiência administrativa, propiciando mais desenvolvimento municipal e melhores oportunidades para os cidadãos;

NOTIFICA, na forma do art. 49, §2º do Código Tributário Municipal, os contribuintes em débito com a Fazenda Municipal para recolherem a referida dívida em até 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa na forma do art. 146 do CTM.

Os contribuintes poderão comparecer ao Setor de Tributação, na Prefeitura de São João Batista, para quitar e/ou parcelar seus débitos e receber o documento de arrecadação para efetuar o pagamento.

De acordo com a Lei Complementar Municipal nº 23/2009, os contribuintes em débito poderão efetuar o pagamento ou apresentar defesa, no prazo assinado, cientes de que transcorrido lapso temporal fixado, as respectivas Certidões de Dívida Ativa serão encaminhadas ao Departamento Jurídico do Município para o ingresso das ações fiscais. (art. 132, II, do CTM)

A relação de devedores se encontra disponível junto ao Setor de Arrecadação, e, por seu caráter personalíssimo, os consulentes não poderão ter acesso a débitos de outros contribuintes, salvo mediante procuração com poderes específicos.

Em anexo relação das Notificações/2019, contendo o número da notificação, origem do débito, número do imóvel, e/ou, número do pedido, e/ou número do econômico, tipo de pessoa e o ano da dívida.

São João Batista/SC, 07/11/2019.

Luiz Henrique Lauritzen
 Secretário Municipal de Finanças

nº da Notificação	Origem do Débito	Nº do imóvel / Pedido / Econômico	Pessoa	Ano da Dívida
350	IPTU	3247, 50256	Física	2016
353	IPTU	9768, 47338 ao 47348, 48857, 48863, 48949, 48950, 51069 ao 51073	Física	2016,2017,2015,2018
354	IPTU	8354, 41815	Física	2016,2017,2018,2015
356	IPTU	8451,846	Física	2016,2
360	IPTU	9822	Física	2015,2
362	IPTU	51418	Física	2015,2016,2017,2018
369	IPTU	15148, 15156	Física	2017,2018,2015,2016
371	IPTU	20184	Física	2016,2017,2018
372	IPTU	31330, 53640	Física	2015,2016,2017,2018
374	IPTU	48944, 53600	Física	2015,2016,2018
375	IPTU	51211	Física	2016,2
377	IPTU	35238	Física	2015,2016,2017,2018
378	IPTU	54167	Física	2016,2017,2018
381	TPCS, IPTU	54507	Física	2015,2016,2017,2018
383	IPTU	39470	Física	2016,2017,2018
385	IPTU	39853	Física	2015,2
389	RECDV, IPTU	41360, 41378, 41386, 54809,54811, 54818, 54819, 54827, 56838, 57480	Física	2018,2017,2015,2016
390	IPTU	41971, 41980, 48431	Física	2015,2016,2017,2018
393	IPTU	44237	Física	2015,2016,2017,2018
401	IPTU	47103	Física	2015,2016,2017,2018
402	T.L.F	2745	Jurídica	2015,2016,2017,2018
404	T.L.F, T.V.S, TFVS	2331, 49664, 57892	Jurídica	2015,2016,2017
405	IPTU	29084, 63552 ao 63560, 64786	Jurídica	2017,2018,2015

406	TPCS, T.L.F	2222	Jurídica	2015,2
407	IPTU	18570, 52168	Física	2015,2017,2018
408	IPTU	47293	Física	2015,2016,2017,2018
409	IPTU	17876	Física	2015
410	T.L.F, ISSQN	2551	Física	2015,2016,2017,2018
411	T.L.F, T.V.S	1123 e 70324	Jurídica	2016,2017,2018
413	IPTU	18422	Física	2015,2016,2017,2018
414	ISSQN, T.L.F, TPCS	3362, 50230	Física	2015
416	IPTU	13153	Física	2015,2016,2017,2018
417	ISSNE, TFVS	3436	Jurídica	2016,2017,2015
418	IPTU	51341, 52916 e 52924	Física	2015,2016,2017,2018
419	IPTU	47966	Física	2015,2016,2017,2018
421	IPTU	15695	Física	2015,2016,2018
422	IPTU	48214	Física	2015,2016,2017,2018
423	IPTU	39446	Física	2015,2016,2017,2018
424	IPTU	48310	Física	2015,2017,2018
425	IPTU	48322	Física	2015,2016,2017,2018
nº da Notificação	Origem do Débito	Nº do imóvel / Pedido / Econômico	Pessoa	Ano da Dívida
426	IPTU	55773	Física	2015,2016,2017,2018
427	IPTU	42005, 49610, 54927, 65432	Física	2016,2017,2018,2015
429	IPTU, LICOB	48783, 48784, 53141, 53142, 53144,53147, 53148, 53149, 53150, 53151, 53152, 53154, 53155, 53158, 53163, 53164, 53167, 53168, 53169, 53173, 53175, 53181, 53183, 53193, 53194, 53195, 53196, 53197, 53200 ao 53211, 53213, 53214, 53220 ao 53223, 53226, 53227, 53231 ao 53233, 53235 ao 53237, 53239, 53243, 53259, 53261 ao 53263, 53265, 63267, 53268, 53270 ao 53272, 53274, 53276, 53277, 53279, 53280, 53284 ao 53287, 53293 ao 53298, 53304, 53308, 53310 ao 53312, 53354, 56269, 56271 ao 56275, 56282, 56283, 56285 ao 56288, 56290 ao 56292, 56295,56296, 56299 ao 56301, 56303, 56304, 56306 ao 56312, 56316,56317,56319 ao 56321, 56323, 56326 ao 56330, 56332, 56333, 56336 ao 56341, 56343, 56345, 56346, 56352, 56354 ao 56356, 56358 ao 56360, 56362, 56363, 56370, 56373 ao 56375, 56377, 56745, 56799 ao 56803, 57444, 57775, 63701, 63742, 63743, 63754 ao 63756, 63778 ao 63780, 63782, 63825, 63828, 63903, 64008, 64031, 66183	Física	2017,2018,2016
431	IPTU	29351, 53439	Física	2015,2016,2017,2018
435	ISSNE, T.L.F, T.V.S, TFVS	3788	Jurídica	2015,2
436	IPTU, RECDV	88830, 60739, 72668 ao 72670, 72672, 72673, 72675 ao 72686	Física	2017,2016,2018
437	RECDV, IPTU	52530, 60534, 60536 ao 60541, 60565, 60568, 60571, 60576, 60580, 60586, 61495, 65654, 69497	Física	2015,2016,2018,2017
438	IPTU	48899	Física	2016,2018,2015,2017

439	ISSNE, TFVS, T.L.F, T.V.S	3908, 63721	Jurídica	2016,2017,2018,2015
nº da Notificação	Origem do Débito	Nº do imóvel / Pedido / Econômico	Pessoa	Ano da Dívida
442	T.L.F	3930	Jurídica	2015
448	IPTU	49127, 55826	Física	2016,2018,2015,2017
449	IPTU	49418, 49509	Física	2016,2018,2015,2017
452	T.L.F	4073	Física	2015,2017,2016,2018
454	T.L.F, T.V.S, TPCS, TFVS	4137	Jurídica	2016,2017,2018
455	RECDV	51230, 51232, 51235, 51236, 58416 ao 58418, 65121 ao 65123, 70863	Física	2015,2016,2017,2018
456	TPCS, T.L.F	4225	Jurídica	2015
457	T.L.F, ISSNE	4323	Jurídica	2015,2017,2016,2018
458	IPTU	47041	Física	2015,2017,2016,2018
459	T.L.F	4402	Jurídica	2015,2017,2016,2018
460	T.L.F	4392	Jurídica	2015
463	IPTU	21172	Física	2017,2016,2018
464	IPTU	39411	Física	2015,2018,2016
467	IPTU	49830, 63644	Física	2016,2018,2017,2015
468	ISSNE, T.L.F, T.V.S, TFVS	4512	Jurídica	2017,2018,2015
469	IPTU	51349	Física	2016,2018,2015,2017
470	T.V.S, T.L.F, TFVS	4544, 64908 ao 64910	Jurídica	2018,2015,2017,2016
471	T.L.F, T.V.S	4569	Jurídica	2015
472	IPTU	52384	Física	2016,2018,2017
473	IPTU	52454	Física	2017,2016,2018
474	IPTU	52464	Física	2015,2017,2016,2018
475	IPTU	53347, 53348, 59332	Física	2015,2017,2016,2018
477	ISSQN, T.L.F	4646	Física	2015,2016,2017,2018
479	IPTU	56041	Física	2015,2017,2016,2018
482	T.L.F	4728	Jurídica	2016,2018,2015,2017
483	NFAVU, RECDV, IPTU, LICOB	6598, 49843, 55670, 73658	Física	2015,2017,2016,2018
489	T.L.F, T.V.S, ISSNE	4254, 50356	Jurídica	2015
490	IPTU, TPCS	47012	Física	2015,2017,2016,2018
491	IPTU	49699	Física	2016,2018,2017
492	RECDV, T.L.F, T.V.S	4934, 51731, 62764, 62765, 62768	Jurídica	2016,2015,2017
501	IPTU	56941	Física	2018,2
502	IPTU	55463	Física	2016,2018,2015,2017
504	T.L.F	5131	Jurídica	2015,2017,2016,2018
505	T.L.F, T.V.S	5170, 50280	Jurídica	2015,2
508	T.L.F, T.V.S	5191	Jurídica	2016
509	IPTU	56501	Jurídica	2018,2015,2017,2016
nº da Notificação	Origem do Débito	Nº do imóvel / Pedido / Econômico	Pessoa	Ano da Dívida
510	T.L.F, RECDV	5204, 62437	Jurídica	2015,2018,2017,2016
511	T.L.F, T.V.S, TFVS	5198, 68742	Jurídica	2015,2017,2018,2016
512	IPTU	56153	Física	2015,2
513	IPTU	56082	Física	2016,2018,2017
514	T.L.F	5197	Jurídica	2016,2018,2015,2017
517	T.L.F	5280	Jurídica	2015
518	IPTU	56884	Física	2016,2
519	ISSQN, T.L.F	5258	Física	2015,2016,2017,2018

520	T.L.F, T.V.S	5286	Jurídica	2015,2017,2016
521	IPTU	57033, 57050, 57074, 57081, 57083	Física	2016,2018,2015,2017
523	T.L.F, TPCS	5343	Jurídica	2015,2017,2016,2018
526	IPTU	57422	Física	2016,2018,2015,2017
529	RECDV, T.L.F, T.V.S	5332	Jurídica	2015,2017,2016
530	T.L.F	5341	Jurídica	2016,2018,2015,2017
531	T.L.F, TPCS	5351	Jurídica	2016,2018,2015,2017
532	T.L.F, T.V.S	5328	Jurídica	2015
533	RECDV	54411	Física	2015
534	IPTU	57160	Física	2016,2018,2015,2017
535	T.L.F, RECDV	5413, 60119	Jurídica	2016,2
536	T.L.F, TFVS	5432	Jurídica	2016,2017,2018
537	IPTU	49386	Física	2016,2018,2015,2017
538	T.L.F, T.V.S	5417	Jurídica	2016,2018,2015,2017
539	T.L.F	5494	Jurídica	2016,2018,2015,2017
541	RECDV, T.L.F, TPCS	5459, 50860	Jurídica	2015,2017,2016,2018
542	IPTU	57501	Física	2016,2018,2015,2017
543	IPTU	56891	Física	2016,2015,2018
544	T.L.F, AINF	5512, 55353	Jurídica	2015,2017,2016,2018
545	T.L.F	5498	Jurídica	2016,2018,2015,2017
546	T.L.F	5485	Jurídica	2016,2018,2015,2017
549	ISSQN	5510	Física	2015,2017,2016,2018
550	T.L.F	5536	Jurídica	2015
552	RECDV, TFVS, T.L.F	5528	Jurídica	2016,2017,2018
554	IPTU	1147	Física	2017,2016,2018
555	IPTU	57511	Física	2015,2017,2016,2018
556	T.L.F	5611	Jurídica	2015
557	T.L.F	5608	Jurídica	2016,2018,2015,2017
559	T.L.F	5578	Jurídica	2016,2018,2015,2017
560	T.L.F, T.V.S	5577	Jurídica	2015
561	T.L.F	5570	Jurídica	2015,2017,2016
563	T.L.F	5579	Jurídica	2015,2017,2016,2018
nº da Notificação	Origem do Débito	Nº do imóvel / Pedido / Econômico	Pessoa	Ano da Dívida
564	T.L.F	5569	Jurídica	2015,2
565	T.L.F	5572	Jurídica	2015
569	IPTU	57508	Física	2016,2018,2015,2017
570	T.L.F	5696	Jurídica	2016,2018,2015,2017
574	T.L.F, T.V.S	5628	Jurídica	2015
575	T.L.F, T.V.S, TFVS	5710, 49394	Jurídica	2015,2016,2017,2018
576	IPTU	57618	Física	2015,2017,2016,2018
580	T.L.F, T.V.S	5636, 49819, 57226	Jurídica	2016,2
581	IPTU	57957	Física	2016,2018,2015,2017
582	IPTU	57780	Física	2015
586	T.L.F	5654	Jurídica	2015
587	T.L.F	5680	Jurídica	2015
589	IPTU	58001	Física	2017,2015,2018
590	TPCS, T.L.F	5690	Jurídica	2015
592	T.L.F	5679	Jurídica	2015
595	T.L.F	5708	Jurídica	2016,2018,2015,2017
596	T.L.F	5701	Jurídica	2016,2018,2015,2017

599	T.L.F, T.V.S, TFVS	5712, 49406, 5728	Jurídica	2015,2016,2017,2018
600	T.L.F	5728	Jurídica	2015,2
601	T.L.F, TFVS	5729	Jurídica	2016,2
602	T.L.F	5719	Jurídica	2015
603	T.L.F	5720	Jurídica	2016,2018,2015,2017
604	IPTU	58444	Física	2016,2018,2015,2017
606	T.L.F, TPCS, T.V.S, TFVS	5747, 49633, 49748, 57922	Jurídica	2016,2017,2018,2015
607	IPTU	49342	Física	2015,2017,2016,2018
608	T.L.F	5740	Jurídica	2015
609	IPTU	58511	Física	2016,2018,2015,2017
610	IPTU	58398	Física	2016,2018,2015,2017
611	IPTU	58406	Física	2016,2018,2015,2017
615	T.L.F	5783	Jurídica	2015,2017,2016,2018
617	T.L.F	5853	Física	2015,2017,2016,2018
618	TPCS, T.L.F, T.V.S, TFVS	5778, 49645	Jurídica	2015,2016,2017
620	RECDV, TPCS, T.V.S	49781, 51085	Jurídica	2015
621	IPTU	58470, 63508, 63509	Física	2016,2018,2015,2017
626	IPTU	49379	Física	2015,2
627	IPTU	49346	Física	2015,2017,2016
628	LICOB, IPTU	56846	Física	2017,2016,2018
630	RECDV, T.L.F	5849	Jurídica	2015,2017,2016,2018
632	T.L.F, T.V.S	5914, 63981	Jurídica	2016,2017,2015
nº da Notificação	Origem do Débito	Nº do imóvel / Pedido / Econômico	Pessoa	Ano da Dívida
633	TPCS, T.L.F	5882	Jurídica	2016,2018,2015,2017
634	T.L.F, T.V.S	5945	Jurídica	2016,2018,2015,2017
635	T.L.F, RECDV	5906, 57181	Física	2016,2018,2015,2017
636	T.L.F	5976	Jurídica	2015
637	RECDV, T.L.F	5934	Jurídica	2016,2018,2015,2017
638	T.L.F, T.V.S	5991, 50357	Jurídica	2015
640	IPTU	42528, 56382, 64026, 64027	Física	2016,2018,2017,2015

Legenda:

IPTU = Imposto Predial e Territorial Urbano

TLF = Taxa de Localização e Funcionamento (Alvará de Funcionamento)

ISSQN = Imposto Sobre Serviço de qualquer Natureza

TVS = Taxa Vigilância Sanitária

TFVS = Taxa de Fiscalização Vigilância Sanitária

RECDV = Taxa de Receitas Diversas

ALUGUEL = Aluguel de algum equipamento Municipal

ISSNE = Imposto Sobre Serviço Nota Eletrônica

TPCS = Taxa Proteção Contra Sinistros

LEI MUNICIPAL Nº 3933/2019

Publicação Nº 2221216

Lei Municipal 3.933, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Denomina a via pública "CECILIA FELLER MAZERA".

DANIEL NETTO CÂNDIDO, Prefeito Municipal de São João Batista, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de "CECILIA FELLER MAZERA", a Rua A Jardim Itália, bairro Tajuba I, que inicia na Rua Leonel Boratti, Latitude 27°16'44.48"S, Longitude 48°52'10.03"O e final na Rua E do Loteamento Jardim Itália, Latitude 27°16'45.86"S e Longitude 48°51'54.76"O.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

São João Batista, 07 de novembro de 2019.

Daniel Netto Candido

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3780/2019

Publicação Nº 2221218

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3780/19

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003847/18 de 12 de Dezembro de 2018.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 25.200,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

10.301.0004.2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.0302 - Aplicações Diretas

Valor - 25.200,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do Superavit Financeiro do Exercício Anterior.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 31 de Outubro de 2019

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 31/10/2019

Assessoria de Comunicação

DECRETO Nº 3781/2019

Publicação Nº 2221560

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3781/19

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003847/18 de 12 de Dezembro de 2018.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica suplementado no valor de R\$ 253.000,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.043 - Manut do Fundo Municipal de Saúde - MAC

3.3.90.00.00.00.00.00.0009 - Aplicações Diretas

Valor - 253.000,00

Art. 2º - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.043 - Manut do Fundo Municipal de Saúde - MAC

3.3.50.00.00.00.00.00.0009 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu

Valor - 253.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 31 de Outubro de 2019**DANIEL NETTO CÂNDIDO****Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 31/10/2019

Assessoria de Comunicação

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO 1º TA AO CONTRATO 37/2019

Publicação Nº 2221628

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 37/2019

PARTES: Município de São João do Oeste e Saneoste Instaladora de Poços Ltda

ORIGEM: Processo Licitatório nº 85/2019

OBJETO: "termo aditivo quantitativo ao contrato de contratação de empresa para obra de ampliação do sistema de abastecimento de água, elevatórias, reservatórios e rede de recalque de água, em regime de empreitada global, interligando as redes de água da SAA de Jaboticaba ao SAA de Beato Roque"

VALOR: R\$ 7.839,12

PRAZO: 07.10.2019 até 31.12.2019

São João do Oeste – 08 de novembro de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 160/2019

Publicação Nº 2221569

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 160/2019

PARTES: Município de São João do Oeste e Leandro de Souza

ORIGEM: Dispensa de Licitação

OBJETO: "contratação de profissional habilitado para fornecimento de ART'S referente a iluminação natalina instalada na praça municipal de São João do Oeste"

VALOR: R\$ 1.080,00

PRAZO: 08.11.2019 até 30.11.2019

São João do Oeste – 08 de novembro de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

PP 101.19 RESERVATÓRIO DE ÁGUA 25M³

Publicação Nº 2221316

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0159/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0101/2019 – Exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de um reservatório de aço tipo tubular de 25 m³ e altura mínima de 12,00 metros a fim de atender as necessidades do setor de Abastecimento de Água do Município de São João do Oeste.

Tipo: Menor preço por ITEM

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 25 de NOVEMBRO de 2019 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 11 de NOVEMBRO de 2019. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL

São João do Sul

PREFEITURA

CONT. Nº 79_2019_PREF

Publicação Nº 2220737

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 79/2019

OBJETO: contratação de empresa especializada, p/ pavimentação asfáltica, terraplanagem, drenagem pluvial e sinalização da Rodovia Municipal SJS-124, entre as comunidades de Encruzo e Campestre, com extensão de 1.000m, conforme localização, condições, especificações, quantitativos, dados técnicos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, projetos, edital e anexos e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CONTRATADA: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA.

VIGÊNCIA: 08/11/2019 à 31/03/2020.

VALOR: R\$ 621.638,85 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 46/2019, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 09.01 – 1.026 – 4.4.90.51.98.00.0024 (124) – R\$ 460.952,38 e 09.01 – 1.026 – 4.4.90.51.98.00.3080 (200) – R\$ 160.686,47.

São João do Sul/SC, 08 de novembro de 2019.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

CONT. Nº 80_2019_PREF

Publicação Nº 2220865

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 80/2019

OBJETO: contratação de empresa especializada para pavimentação na Rua da Praça e Passeio da Rua Pedro Manoel Antonio, área total de 952,70 m², conforme localização, tipo de pavimento, condições e quantitativos constantes na planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, projeto básico, edital e anexos e valores constantes na proposta de preços, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CONTRATADA: MANENTI EMPREITEIRA E TERRAPLANAGEM EIRELI.

VIGÊNCIA: 08/11/2019 à 31/03/2020.

VALOR: R\$ 112.699,81.

FUNDAMENTO LEGAL: Carta Convite nº 49/2019, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 09.01 – 1.026 – 4.4.90.51.98.00.0027 (125).

São João do Sul/SC, 08 de novembro de 2019.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

PROCESSO 08-2019 - PP_SRP-AVISO DE REVOGAÇÃO

Publicação Nº 2220868

AVISO DE REVOGAÇÃO – ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – AVISO DE REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2019/SRP/FMS. Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar de preços no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa para futura e eventual aquisição de equipamentos medico/odontológicos para uso na UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL E ESF's vinculados a Secretaria Municipal de Saúde e demais órgão da administração municipal, obedecendo às especificações e condições constantes no edital, Termo de Referência - Anexo I e demais anexos. A Secretaria Municipal de Saúde, Sra. Rejane Elibio Borba, no uso das atribuições que lhe conferem o cargo. DECIDE REVOGAR o presente certame cujas propostas foram abertas no dia 27/09/2019 as 09hs. Tal revogação tem por motivos a conveniência e oportunidade, visando a prevalecer o interesse público. São João do Sul-SC, 07 de novembro de 2019 – Rejane Elibio Borba – Secretária Municipal de Saúde.

São Joaquim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 79/2019 PMSJ

Publicação Nº 2221941

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 79/2019

Inexigibilidade de Licitação 29/2019

Credenciamento 01/2019

Objeto: Credenciamento de leiloeiro oficial para prestação de serviços de alienação de bens móveis, de propriedade do Município de São Joaquim/SC, por meio de Leilão Público.

Abertura: 26/11/2019 – 13h30min

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400 R-6456

São Joaquim, 08 de novembro de 2019

Lucas Silva

Diretor de Compras

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 86/2019 PMSJ

Publicação Nº 2221942

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 86/2019

Pregão Presencial Nº 43/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de piso vinílico para Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde.

Tipo: menor preço por item

Abertura: 22/11/2019 – 13h30min

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400 R-6456

São Joaquim, 08 de novembro de 2019

Lucas Silva

Diretor de Compras

COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº31/2019 PARA PROFESSORES DA SMECD

Publicação Nº 2221767

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

CNPJ: 19.620.562/0001-66

COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 31/2019

CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.398/2016 E DECRETO Nº 390/2018

QUE AUTORIZA E REGULAMENTA CHAMADA PÚBLICA PARA PROFESSORES.

As Secretarias Municipais de Administração e Educação, comunicam que encontra-se abertas vagas para professores, oriundas da chamada do Processo Seletivo nº 03/2018 e do Concurso nº02/2018 esgotadas e chamados todos os classificados em cada área seguindo a classificação final.

A chamada acontecerá no dia 11 de novembro de 2019 Segunda-Feira às 13h30min, no Departamento de RH, e as referidas contratações serão feitas através desta chamada e deverá obedecer aos seguintes critérios, e seguinte ordem de formação dos profissionais.

01- VAGA VINCULADA LICENÇA INSS PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (Matutino)

CARGA HORÁRIA 30H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Pedagogia em Educação Infantil

Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Pedagogia a partir da terceira fase e ou Magistério/ com Habilitação em Educação Infantil, Anos Iniciais.

VAGA VINCULADA PROFESSOR DE ANOS INICIAIS- LICENÇA PRÊMIO (matutino)

CARGA HORÁRIA 20H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Pedagogia

Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Pedagogia a partir da terceira fase e ou Magistério/ com Habilitação em Educação Infantil, Anos Iniciais.

01- VAGA VINCULADA PROFESSOR DE ANOS INICIAIS- LICENÇA PRÊMIO (vespertino)

CARGA HORÁRIA 20H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Pedagogia

Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Pedagogia a partir da terceira fase e ou Magistério/ com Habilitação em Educação Infantil, Anos Iniciais.

01- VAGA VINCULADA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (vespertino)

CARGA HORÁRIA 20H SEMANAIS (LICENÇA GESTAÇÃO)

Habilitado: Licenciatura Plena em Educação Física

Obs: Apresentação da carteira ou número do CREF

01-VAGA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA no Ginásio de Esportes Juraci Santos
(Matutino e Vespertino)

CARGA HORÁRIA: 20H SEMANAIS

Habilitado: Bacharel;

Projetos Educacionais Escolinhas de Esporte.

Apresentação da carteira ou número do CREF

01-VAGA EXCEDENTE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA EDUCAÇÃO INFANTIL (matutino)

CARGA HORÁRIA 20H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Educação Física

Obs: Apresentação da carteira ou número do CREF.

01- VAGA EXCEDENTE DE PROFESSOR DE GEOGRAFIA (MATUTINO)

CARGA HORÁRIA 10H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Geografia

Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Geografia a partir da terceira fase;

01- VAGA EXCEDENTE DE PROFESSOR DE ARTE (MATUTINO)

CARGA HORÁRIA 10H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Arte

Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Arte a partir da terceira fase;

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DAS VAGAS

* Maior Graduação

*Graduação na área;

*Cursando na área;

CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

• Maior Idade;

• Número de filhos;

• Maior Graduação

As contratações serão feitas pelo prazo acima citado.

Obs. Os interessados nas vagas deverão comparecer com os documentos originais que comprovem sua habilitação na área (diploma, declaração e histórico escolar)

ATENCIOSAMENTE;

FABIANO PADILHA

Secretário Municipal de Educação Cultura e Desporto

Fundo Municipal de Educação- FME

DECRETO Nº 415/2019

Publicação Nº 2221439

DECRETO Nº 415/2019

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO A
SERVIDORA CRISIANE VENSON BACHA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a Pedido a servidora CRISIANE VENSON BACHA, ocupante do Cargo Efetivo de Fonoaudióloga, na Secretaria Municipal da Saúde, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 115/2013, de 06/03/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de novembro de 2019.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 416/2019

Publicação Nº 2221441

DECRETO Nº 416/2019

"QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.602/2018, DE 13/12/2018"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

02 – PODER EXECUTIVO**02.13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

(62) 4.4.90.00.00.00.00.1.012-5038 Transferências do SUS – União/Saúde
..... 100.000,00

(32) 3.3.90.00.00.00.00.2.061-5038 Transferências do SUS – União/Saúde
..... 119.910,00

(32) 3.3.90.00.00.00.00.2.053-5038 Transferências do SUS – União/Saúde
..... 331.070,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 550.980,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na fonte de Recursos Transferências do SUS – União/Saúde, através dos seguintes itens:

I – Emenda de Bancada N 17932.766000/1190-01 – R\$ 100.000,00

II – Emenda de Bancada N 36000.265485/2019-00 – R\$ 119.910,00

III – Emenda de Bancada N 36000.265468/2019-00 – R\$ 331.070,00

TOTAL: R\$ 550.980,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de novembro de 2019.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 417/2019

Publicação Nº 2221444

DECRETO Nº 417/2019

"QUE REMANEJA DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA ATIVIDADE NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.602/2018, ART. 4º, DE 13/12/2018"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

02 – PODER EXECUTIVO**02.13 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS**

(95) 4.4.90.00.00.00.00.2.011-5139 Fundo Especial do Petroleo
.... 169.945,01

TOTAL DO REMANEJAMENTO 169.945,01

Art. 2º - Para atendimento dos Créditos que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do remanejamento de saldo da seguinte dotação orçamentária:

02 – PODER EXECUTIVO

02.13 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(77) 3.3.90.00.00.00.00.2.011-5139 Fundo Especial do Petroleo

.... 169.945,01

TOTAL DO REMANEJAMENTO 169.945,01

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de novembro de 2019
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 418/2019

Publicação Nº 2221447

DECRETO Nº 418/2019

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO A
SERVIDORA ROSANGELA BECCARI ZANDONADI”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a Pedido a servidora ROSANGELA BECCARI ZANDONADI, ocupante do Cargo Efetivo de Professora, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 123/2014, de 03/06/2014. A referida exoneração dar-se por aposentadoria da mesma.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 419/2019

Publicação Nº 2221450

DECRETO Nº 419/2019

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO AO
SERVIDOR JOAQUIM ADILTON MARAFIGO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a Pedido ao servidor JOAQUIM ADILTON MARAFIGO, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 154/2018, de 18/04/2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 420/2019

Publicação Nº 2221451

DECRETO Nº 420/2019

“QUE NOMEIA SERVIDORES POR FORÇA DO
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2019”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam NOMEADAS as seguintes pessoas: - SANDRA MIRIA PEREIRA TABORDA, para ocupar o Cargo Efetivo de Educadora Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social, com 40 horas semanais, no período matutino, classificada em 2º lugar no Concurso Público Nº 01/2019, homologado em data de 16/10/2019, sob o regime estatutário. – JOAQUIM ADILTON MARAFIGO, para ocupar o Cargo Efetivo de Educador Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social, com 40 horas semanais, no período vespertino, classificado em 3º lugar no Concurso Público Nº 01/2019, homologado em data de 16/10/2019, sob o regime estatutário. – DANIELA MENDES RODRIGUES, para ocupar o Cargo Efetivo de Educadora Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social, com 40 horas semanais, no período noturno, classificada em 5º lugar no Concurso Público Nº 01/2019, homologado em data de 16/10/2019, sob o regime estatutário. - DANIELA MARTINS DE SOUZA, para ocupar o Cargo Efetivo de Educadora Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social, com 40 horas semanais, no período noturno, classificada em 6º lugar no Concurso Público Nº 01/2019, homologado em data de 16/10/2019, sob o regime estatutário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 421/2019

Publicação Nº 2221453

DECRETO Nº 421/2019

“CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS PARA A COMISSÃO
DE AVALIAÇÃO DO CONCURSO DE REMOÇÃO
DO EDITAL Nº 01/2019, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013; fica constituída e Nomeada a Comissão de Avaliação do Concurso de Remoção do Edital Nº 01/2019, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, integrada pelos seguintes membros: Daniele Hugen Rodrigues, Daliane de Souza Antunes Umemiya, Roberta Karine Amarante Arruda Tomaz e Claudiomar Farias, para sob a Presidência do primeiro, supervisionar a execução e contagem dos Pontos do referido Concurso conforme Edital Nº 01/2019, destinado à remoção dos servidores efetivos do Magistério.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 698/2019

Publicação Nº 2221379

PORTARIA Nº 698/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes servidores: - JUÇARA DE FATIMA PEREIRA, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 04/11/2019 à 03/12/2019. – SAMEA KURDI ROSSI, ocupante da função de Odontóloga, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 04/11/2019 à 18/11/2019. – SEBASTIÃO DOS SANTOS LIMA, ocupante

do cargo de Motorista, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 04/11/2019 à 03/12/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 699/2019

Publicação Nº 2221381

PORTARIANº 699/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a pedido a senhora DANIELA MENDES RODRIGUES, ocupante da Função de Agente Comunitária de Saúde - ESF, Postinho Flor de Liz, Bairro Nossa Senhora Aparecida, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 333/2017, de 01/06/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 700/2019

Publicação Nº 2221382

PORTARIANº 700/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes servidores:
– MARCIA MATOS BORGES, ocupante do cargo de Enfermeira, por 01 (um) dia, no dia 25/10/2019. – DENISE MEDEIROS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professora, por 14 (quatorze) dias, a contar do dia 28/10/2019. – RITA DE CASSIA DA SILVA PADILHA, ocupante da função de Técnica em Enfermagem, a contar do dia 28/10/2019 e o retorno de acordo com o INSS. – ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA, ocupante do cargo de Supervisora Escolar, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 29/10/2019, para tratamento de saúde de seu esposo. – LISLIANE PAULINA MENDES SOUZA, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde, por 22 (vinte e dois) dias, a contar do dia 08/10/2019. – JOSÉ DA SILVA PADILHA, ocupante do cargo de Professor – 40 horas, por ½ (meio) dia, no período matutino do dia 29/10/2019. – JAQUELINE NUNES, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 29/10/2019. – FERNANDO ZANETTE, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, 03 (três) dias, a contar do dia 29/10/2019. – ADRIANA PEREIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 30/10/2019. – JOSIANE ZANELLA FERNANDES, ocupante do cargo de Assistente Social, por 02 (dois) dias, a contar do dia 30/10/2019. – TAINA RODRIGUES LIMA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 30/10/2019. – MARIA HELENA NUNES RIBEIRO, ocupante da função de Professora – 30 horas, por 03 (três) dias, a contar do dia 30/10/2019. – VERGINIA ELIZETE BORGES ROTTA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 15 (quinze) dias, no dia 31/10/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 701/2019

Publicação Nº 2221385

PORTARIANº 701/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes servidores: – AMANDA OLIVERIO DE LIMA, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 31/10/2019, para tratamento de saúde de sua filha. – DANIELA MATOS SANTOS BECKHAUSER, ocupante da função de Enfermeira - ESF, por 01 (um) dia, no dia 31/10/2019, para tratamento de saúde de seu pai. – CRISTIANI FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 31/10/2019. – MAIANA PEREIRA OLIVEIRA NUNES, ocupante da função de Professora – 40 horas, por 01 (um) dia, no dia 31/10/2019. – DANIELA DE SENA AMARAL, ocupante do cargo de Professora – 40 horas, por 01 (um) dia, no dia 31/10/2019, para tratamento de saúde de sua mãe. – SALETE MARIA DE SENA AMARAL, ocupante do cargo de Professor, por 01 (um) dia, no dia 31/10/2019. – FATIMA GOULART AMARAL DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 31/10/2019, para tratamento de saúde de pessoa da família. – JOZE CARLA DE SOUZA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 02 (dois) dias, a contar do dia 31/10/2019, para tratamento de saúde de sua filha. – JUÇARA DUTRA RODRIGUES, ocupante do cargo de Professora – 60 horas, por ½ (meio) dia, no período matutino do dia 31/10/2019. – JOSIELLE DA SILVA PADILHA, ocupante da função de Professora, por 06 (seis) dias, a contar do dia 01/11/2019. – CECILIA NUNES HUGEN, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 01/11/2019. – SUZANA NAZARÉ ATAIDE DE LIMA, ocupante do cargo de Professora – 30 horas, por 01 (um) dia, no dia 01/11/2019. – RENATA SILVERIO DE SOUZA, ocupante da função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 01/11/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de novembro de 2019.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 702/2019

Publicação Nº 2221386

PORTARIANº 702/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes servidores: – ROSANGELA SANTOS LÓSS MATOS, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, a contar do dia 01/11/2019 e o retorno de acordo com o INSS. – DAIANE PORTO DA ROSA ROTTA, ocupante da função de Professora – 30 horas, por 01 (um) dia, no dia 04/11/2019. – WALERIA SILVA OLIVEIRA LUZ, ocupante da função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 01/11/2019. – VALERIA SILVA RODRIGUES, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 01/11/2019. – CLEIDE BORTOLUZZI LOPES, ocupante do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, por 01 (um) dia, no dia 01/11/2019, para tratamento de seu esposo. – ELEDIR FARIAS, ocupante da função de Técnica em Enfermagem - ESF, por 01 (um) dia, no dia 01/11/2019, para tratamento de saúde de seu filho. – LUCIA SERAFIM DE SOUZA SILVA, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, por 01 (um) dia, no dia 01/11/2019. – CECILIA DA ROSA QUIRINO MATOS, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, 01 (um) dia, no dia 04/11/2019. – LUCIANA ZANDONADI DA ROSA, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 04/11/2019. – ADRIANA MARIOT ANTUNES, ocupante do cargo de Professora – 40 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 04/11/2019. – MICHELI CASSÃO MUNIZ, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 04/11/2019. – MARIA ANGELICA FIGUEREDO, ocupante do cargo de Professora – 40 horas, por ½ (meio) dia, no período matutino do dia 04/11/2019. – JOZIMARA DE FATIMA PEREIRA, ocupante do cargo de Assistente Social, por 01 (um) dia, no dia 04/11/2019, para tratamento de saúde de pessoa da família.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de novembro de 2019.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 703/2019

Publicação Nº 2221388

PORTARIANº 703/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a pedido a senhora TATIANE FLORES, ocupante da Função de Nutricionista - NASF, na Secretaria Municipal da Saúde, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 336/2019, de 06/05/2019. A referida exoneração é a contar do dia 01/11/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de novembro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 704/2019

Publicação Nº 2221389

PORTARIANº 704/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a pedido a senhora ERICA DE SOUZA AMARAL, ocupante da Função de Professora Substituta na E.B.M. João Paulo Carvalho, localidade de Luizinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 136/2019, de 13/02/2019. A referida exoneração é a contar do dia 04/11/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 04 de novembro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 705/2019

Publicação Nº 2221390

PORTARIANº 705/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam CANCELADOS os efeitos da Portaria Nº 143/2019, de 13/02/2019, na parte onde se refere a Alteração da Carga horária da professora ROSANGELA BECCARI ZANDONADI, de 20 horas para 40 horas, período matutino. O referido cancelamento dar-se por aposentadoria da mesma.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 706/2019

Publicação Nº 2221393

PORTARIANº 706/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Términos de Contratos as seguinte pessoas: – LUIZ CARLOS BARBOSA DA ROSA, ocupante da Função de Educador Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social – Abrigo Municipal, Bairro Santa Cruz, para a qual havia sido designado através da Portaria Nº 345/2019, de 07/05/2019. – CLEONICE FIGUEIREDO, ocupante da Função de Educadora Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social – Abrigo Municipal, bairro Santa Cruz, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 423/2019, de 12/06/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 707/2019

Publicação Nº 2221394

PORTARIANº 707/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Gestação, conforme apresentação de atestado médico   funcionária MICHELI FABRE EDUARDO, ocupante da Função de Terapeuta Ocupacional, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 04/11/2019 até 01/05/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os efeitos retroagem ao dia 04 de novembro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 708/2019

Publicação N  2221396

PORTARIAN  708/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1  - Fica concedido FÉRIAS a servidora: - ARIANA RODRIGUES VIEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 06/11/2019   20/11/2019.

Art. 2  - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 709/2019

Publicação Nº 2221400

PORTARIANº 709/2019

"QUADRO DE FRUIÇÃO DA LICENÇA PRÊMIO DOS PROFISSIONAIS ESTÁVEIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.1983/2013, de 20/12/2013 do Art. 87 ao 91; fica relacionado abaixo o quadro de fruição das LICENÇA PRÊMIO dos profissionais estáveis da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, a contar do dia 06/11/2019 á 20/12/2019:

QUADRO DE FRUIÇÃO DA LICENÇA PRÊMIO 2019
2º SEMESTRE

Nome do Servidor	Matrícula	Escola/CEI	Carga Horária	Turno	Disciplina
Rita de Cassia Silva Borges	1262	CEI Filomena Martorano Vieira Rodrigues	30 Horas	Matutino	Educação Infantil
Rita Rodrigues Pereira	1187	CEI Filomena Martorano Vieira Rodrigues	30 Horas	Vespertino	Educação Infantil
Adriana da Rosa Quirino Padilha	2696	CEI Filomena Martorano Vieira Rodrigues	30 Horas	Vespertino	Educação Infantil
Ivone Aparecida Rodrigues	2824	CEI Filomena Martorano Vieira Rodrigues	30 Horas	Vespertino	Educação Infantil
Tania Mara Borges	2675	CEI Madre Paulina	30 Horas	Matutino	Educação Infantil
Elza Maria Cardoso Lima	2815	CEI Madre Paulina	30 Horas	Matutino	Educação Infantil
Eliane Nunes de Oliveira	1245	CEI Madre Paulina	30 Horas	Vespertino	Educação Infantil
Salete Maria de Sena Amaral	2501	CEI Madre Paulina	30 Horas	Vespertino	Educação Infantil
Edna Hugen Rodrigues	1122	CEI Jardim Minuano	30 Horas	Matutino	Educação Infantil
Naiana Oliveira Palma	1296	CEI Jardim Minuano	30 Horas	Matutino	Educação Infantil
Rosimere Miguel Ferreira Borges	2471	CEI Jardim Minuano	30 Horas	Vespertino	Educação Infantil
Maria Candida Rodrigues Rupniveski	1141	CEI Direitos Humanos	30 Horas	Matutino	Educação Infantil
Eolita Guimarães Pereira	1120	CEI Direitos Humanos	30 Horas	Matutino	Educação Infantil
Regina Maria Barbosa Borges	2640	CEI Direitos Humanos	30 Horas	Vespertino	Educação Infantil
Gilsiliani Hugen de Jesus	2529	CEI José Diomar Rodrigues Padilha	30 Horas	Matutino	Educação Infantil
Vilma Nunes de Jesus	2818	CEI José Diomar Rodrigues Padilha	30 Horas	Matutino	Educação Infantil
Ismênia de Souza Arruda	1248	EBM Caic Fúlvio Amarante Ferreira	20 Horas	Matutino	Anos Iniciais
Ivonete Pereira da Silva dos Santos	2476	EBM Jurema Hugen Palma	20 Horas	Vespertino	Anos Iniciais
Cecília da Rosa Quirino Matos	1027	EBM Domingos Pereira Portela	20 Horas	Vespertino	Anos Iniciais

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 710/2019

Publicação Nº 2221407

PORTARIANº 710/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 030/2019, de 04/11/2019, Leis Nº 4.183/2013, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.398/2016 e Decreto Nº 014/2018; ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - AMANDA CARVALHO, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. Madre Paulina, Bairro Santa Paulina, período matutino, Profª. Não Habilitada, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019 á 20/12/2019, vaga vinculada a professora Tania Mara Borges, que encontra-se em gozo de licença prêmio. – ANDREA DE OLIVEIRA BOTELHO CAMPELO, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, bairro Jardim Bandeira, período matutino, Profª. Não Habilitada, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019 á 20/12/2019, vaga vinculada a professora Rita de Cassia da Silva Borges, que encontra-se em gozo de licença prêmio. – ARIANA DE FATIMA DA CRUZ, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. José Diomar Rodrigues Padilha, Bairro Nossa Senhora Aparecida, período matutino, Profª. Não Habilitada, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019 á 20/12/2019, vaga vinculada a professora Vilma Nunes de Jesus, que encontra-se em gozo de licença prêmio. – CLAUDIA MARIA DOS SANTOS, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. Jardim Minuano, bairro Jardim Minuano, período matutino, Profª. Não Habilitada, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019 á 20/12/2019, vaga vinculada a professora Naiana Oliveira Palma, que encontra-se em gozo de licença prêmio. – DANIARA PINTO DE ARRUDA, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, bairro Jardim Bandeira, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019 á 20/12/2019, vaga vinculada a professora Ivone Aparecida Rodrigues, que encontra-se em gozo de licença prêmio. – MARILIA BORGES FERNANDES, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. José Diomar Rodrigues Padilha, bairro Nossa Senhora Aparecida, período matutino, Profª. Habilitada, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019 á 20/12/2019, vaga vinculada a professora Gilsiliane Huguen de Jesus, que encontra-se em gozo de licença prêmio.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 711/2019

Publicação Nº 2221413

PORTARIANº 711/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 030/2019, de 04/11/2019, Leis Nº 4.183/2013, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.398/2016 e Decreto Nº 014/2018; ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - MICHELE NAIARA BARBOSA DA SILVA LE-ANDRO, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. Madre Paulina, Bairro Santa Paulina, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019 á 20/12/2019, vaga vinculada a professora Salete Maria de Sena Amaral, que encontra-se em gozo de licença prêmio. – MARLENE MIGUEL DE SOUZA, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, bairro Jardim Bandeira, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019 á 20/12/2019, vaga vinculada a professora Adriana Quirino Padilha, que encontra-se em gozo de licença prêmio. – REGIANE SANTOS DE OLIVEIRA VELHO, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. Madre Paulina, bairro Santa Paulina, período matutino, Profª. Não Habilitada, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019 á 20/12/2019, vaga vinculada a professora Elza Maria Cardoso Lima, que encontra-se em gozo de licença prêmio. – SARA GOMES PADILHA, para exercer a função de Professora Substituta na E.B.M. CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, bairro Jardim Minuano, período matutino, Profª. Não Habilitada, na área de Anos Iniciais, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019 á 20/12/2019, vaga vinculada a professora Ismênia Souza Arruda, que encontra-se em gozo de licença prêmio. – SILVANA MUNIZ DE ANDRADE, para exercer a função de Professora Substituta na E.B.M. Atília Cechinel Nezi, localidade de Despraiado, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de Anos Iniciais, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019 á 20/12/2019, vaga vinculada a professora Cecília da Rosa Quirino Matos, que encontra-se em gozo de licença prêmio. – THAMIRIS DE JESUS FIGUEIREDO, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. José Diomar Rodrigues Padilha, bairro Nossa Senhora Aparecida, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019 á 20/12/2019, vaga excedente. – VANESSA CANDIDO GUIMARÃES, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. Madre Paulina, bairro Santa Paulina, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019 á 20/12/2019, vaga vinculada a professora Eliane Nunes Oliveira, que encontra-se em gozo de licença prêmio.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 712/2019

Publicação Nº 2221414

PORTARIANº 712/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Público nº 01/2019, homologado em 27/09/2019, Lei Nº 4.323/2015, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.183/2013 e Lei Nº 4.398/2016; ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: – ANA MARIA MARAFIGO, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. Direitos Humanos, bairro Centro, período matutino, Profª. Não Habilitada, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019 á 20/12/2019, vaga vinculada a professora Eolita Guimarães Pereira, que encontra-se em gozo de licença prêmio. – CLAUDIANE ALVES, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. Direitos Humanos, bairro Centro, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019 á 20/12/2019, vaga vinculada a professora Regina Maria Barbosa Borges, que encontra-se em gozo de licença prêmio. – CRISTIANI RIBEIRO SOUZA FLORES, para exercer a função de Professora Substituta na E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de Anos Iniciais, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019 á 20/12/2019, vaga vinculada a professora Ivonete Pereira da Silva, que encontra-se em gozo de licença prêmio. – EDMARA MARTINS, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, bairro Jardim Bandeira, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019 á 20/12/2019, vaga vinculada a professora Rita Rodrigues Pereira, que encontra-se em gozo de licença prêmio. – JULIANA BORGES ANSELMO, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. Direitos Humanos, bairro Centro, período matutino, Profª. Não Habilitada, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019 á 20/12/2019, vaga vinculada a professora Maria Candida de Souza Rodrigues Rupnievski, que encontra-se em gozo de licença prêmio. – LETICIA BORGES KOERICH, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. Jardim Minuano, bairro Jardim Minuano, período matutino, Profª. Não Habilitada, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019 á 20/12/2019, vaga vinculada a professora Edna Hugem Rodrigues, que encontra-se em gozo de licença prêmio. – LURDES DANIELA CRUZ OLIVEIRA, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. Jardim Minuano, bairro Jardim Minuano, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019 á 20/12/2019, vaga vinculada a professora Rosimere Miguel Ferreira Borges, que encontra-se em gozo de licença prêmio.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 713/2019

Publicação Nº 2221416

PORTARIANº 713/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Emergencial Nº 003/2019, homologado em 23/10/2019, Lei Nº 4.323/2015, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.183/2013 e Lei Nº 4.398/2016; ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - ELIZANDRO PADILHA LIMA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, na E.B.M. Domingos Pereira Portela, bairro Jardim Bandeira, períodos matutino/vespertino, com 40 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019, vaga vinculada a Agente Angelina Ramos Flores Nunes, que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS. – IVETE APARECIDA BORGES VELHO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, na E.B.M. – CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, bairro Jardim Minuano, períodos matutino/vespertino, com 40 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019, vaga excedente, devido a exoneração de Nair Mattos de Souza. – JEAN MICHEL BATISTA DA LUZ, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, bairro Centro, períodos matutino/vespertino, com 40 horas semanais, a contar do dia 06/11/2019, vaga vinculada a Agente Eluza Regina Arruda, que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo os mesmos ser exonerados em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 714/2019

Publicação Nº 2221420

PORTARIANº 714/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes servidores: – REGIANE DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 31/10/2019. – DANIELA DAS GRAÇAS ANDRADE, ocupante da função de Professora – 30 horas, por 01 (um) dia, no dia 04/11/2019, para tratamento de saúde de pessoa da família. – ADRIANA MATIAS DO AMARAL MATOS, ocupante da função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 04/11/2019, para tratamento de saúde de pessoa da família. – NELCI HEMENEGILDA AMARAL TOMAZ, ocupante do cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 04/11/2019. – DAIANE HUGEN TOMAZ, ocupante do cargo de Assistente Social, por 01 (um) dia, no dia 04/11/2019, para tratamento de seu filho. – ADRIANA MARIA DE SOUZA ALMEIDA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 04/11/2019. – DANIELA MATOS PEREIRA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 04/11/2019, para tratamento de saúde de seu esposo. – ELENITA ABEL MATOS CECHINEL, ocupante do cargo de Diretora Escolar, ½ (meio) dia, no período matutino do dia 04/11/2019. – IVONE DAS GRAÇAS DE SOUZA LOPES, ocupante do cargo de Professora – 40 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 04/11/2019. – GISELA MENDONÇA GOULART, ocupante da função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 04/11/2019. – RAFAELA MATTOS FERREIRA, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 04/11/2019. – DOUGLAS RIBEIRO DE SOUZA, ocupante do cargo de Motorista, por 03 (três) dias, a contar do dia 04/11/2019. – IVANA OLIVEIRA GÓSS, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde, por 02 (dois) dias, a contar do dia 04/11/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 715/2019

Publicação Nº 2221422

PORTARIANº 715/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 03 (três) dias, por Falecimento de sua irmã, conforme apresentação de Certidão de óbito a servidora: - ANA DAS GRAÇAS DUTRA HASCKEL, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a contar do dia 04/11/2019 até o dia 06/11/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 04 de novembro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 716/2019

Publicação Nº 2221423

PORTARIANº 716/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a servidora: - MARIA DE FATIMA SOUSA NUNES, ocupante do cargo de Arquiteta, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 07/11/2019 à 06/12/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de novembro de 2019.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 717/2019

Publicação Nº 2221426

PORTARIANº 717/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes servidores: – ELIZETE DE FATIMA PEREIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 05/11/2019, para tratamento de saúde de pessoa da família. – MARILDA FAUSTO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 05/11/2019. – SUZANA DA SILVA CARDOSO, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde, por 02 (dois) dias, a contar do dia 05/11/2019. – EDNA HIROMI IIDA ETO, ocupante da função de Médica- ESF, por ½ (meio) dia, no período vespertino do dia 05/11/2019, para tratamento de saúde de seu filho. – DANIELA MATOS PEREIRA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, por ½ (meio) dia, no período matutino do dia 05/11/2019, para tratamento de pessoa da família. – JOSIANE ZANELLA FERNANDES, ocupante do cargo de Assistente Social, por 01 (um) dia, no dia 05/11/2019, para tratamento de saúde de sua filha. – MORGANA SÁ PEREIRA HOSOI, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, por 01 (um) dia, no dia 05/11/2019, para tratamento de saúde de seu filho. – LUIZ AFONSO PEREIRA VELHO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 05/11/2019. – GLEICE RIBEIRO MEDEIROS CAVALCANTI, ocupante da função de Enfermeira - ESF, por 02 (dois) dias, a contar do dia 05/11/2019. – ELISIANE BRANCO VIEIRA, ocupante do cargo de Professora – 30 horas, por 01 (um) dia, no dia 05/11/2019. – NATHALIA ZANDONADI TELES, ocupante da função de Médica Psiquiatra - CAPS, a contar do dia 06/11/2019 e o retorno de acordo com INSS. – PATRICIA SILVEIRA MELO, ocupante do cargo de Professora – 40 horas, por 01 (um) dia, no dia 06/11/2019. – VANESCA ALESSANDRA DE LIMA AQUES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 06/11/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de novembro de 2019.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 718/2019

Publicação Nº 2221427

PORTARIANº 718/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado no setor de RH sob o nº 151/2019, datado de 21/10/2019 e em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, artigos 87 ao 91; Fica concedido LICENÇA PRÊMIO a senhora: – LUCIENE CRUZ DE LIZ, matrícula nº 1256, ocupante do Cargo de Professora, no C.E.I. Jardim Minuano, bairro Jardim Minuano, com 30 horas semanais, a contar do dia 30/10/2019 á 13/12/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 30 de outubro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de novembro de 2019.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 719/2019

Publicação Nº 2221432

PORTARIANº 719/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a servidora: - TATIANA DA SILVA SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora de Administração Financeira e Contabilidade Geral, referente ao exercício de 2017/2018, a contar do dia 04/11/2019 à 08/11/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 04 de novembro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 720/2019

Publicação Nº 2221434

PORTARIANº 720/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 07 (sete) dias, por Falecimento de seu Pai, conforme apresentação de Certidão de óbito a servidora: - LISLIANE PAULINA MENDES SOUZA, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, a contar do dia 05/11/2019 até o dia 11/11/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 05 de novembro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 721/2019

Publicação Nº 2221436

PORTARIANº 721/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a pedido a senhora JOSIELLI DA SILVA PADILHA, ocupante da Função de Professora Substituta na E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, bairro São José, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 327/2019, de 24/04/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PROCESSO 80/2019 PMSJ - NOVA DATA DECORRENTE DE LICITAÇÃO DESERTA

Publicação Nº 2221424

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO
DECORRENTE DE LICITAÇÃO DESERTA.

Processo Nº 80/2019

Pregão Presencial 37/2019

Objeto: Locação de veículos, sem condutor, para suprir as necessidades de deslocamento da Administração e Fundos Municipais.

Tipo: Menor preço por item.

Data: 27/11/2019

Valor estimado: 153.562,56

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 08 de novembro de 2019.

Giovani Nunes

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO Nº. 2, DO EDITAL Nº. 02/2019/CMDCA

Publicação Nº 2221966

RETIFICAÇÃO nº. 02, do Edital nº. 02/2019/CMDCA, que trata das inscrições para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de São Joaquim.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Joaquim, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 170/2014, e na Lei Municipal n. 4.613/2019, retifica parcialmente o Edital nº. 02/2019/CMDCA, que abre as inscrições para a escolha complementar dos membros do Conselho Tutelar para atuarem no Conselho Tutelar do Município de São Joaquim, e dá outras providências.

1. Onde se lê:

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

6.9 No dia 10 (dez) de novembro de 2019 será realizada a capacitação dos candidatos considerados habilitados, em horário e local a ser divulgado posteriormente pela CEE.

LEIA-SE:

6.9 No dia 23 (vinte e três) de novembro de 2019 será realizada a capacitação dos candidatos considerados habilitados, em horário e local a ser divulgado posteriormente pela CEE.

2. Onde se lê:

5.10 No dia 17 (dezesete) de novembro de 2019, das 13h às 17h, será realizada a prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, para a qual o candidato deve obter a nota mínima de 7,0 (sete), em horário e local a ser divulgado posteriormente pela CEE.

LEIA-SE

5.10 No dia 24 (vinte e quatro) de novembro de 2019, das 13h às 17h, será realizada a prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, para a qual o candidato deve obter a nota mínima de 7,0 (sete), em horário e local a ser divulgado posteriormente pela CEE.

3. Onde se lê:

6.10.1 No dia 17 (dezesete) de novembro de 2019, a partir das 20h, será divulgado o gabarito provisório.

LEIA-SE

6.10.1 No dia 24 (vinte e quatro) de novembro de 2019, a partir das 20h, será divulgado o gabarito provisório.

4. Onde se lê:

5.11 A divulgação dos resultados ocorrerá no dia 19 (dezenove) de novembro de 2019, sendo possível a interposição de recurso pelos candidatos no período de 20 (vinte) e 21 (vinte e um) de novembro de 2019, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, na página eletrônica do município www.saojoaquim.sc.gov.br, e nos murais da Secretaria Municipal de Assistência Social e na Prefeitura Municipal de São Joaquim.

LEIA-SE

5.11 A divulgação dos resultados ocorrerá no dia 26 (vinte e seis) de novembro de 2019, sendo possível a interposição de recurso pelos candidatos no dia de 27 (vinte e sete) de novembro de 2019, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, na página eletrônica do município www.saojoaquim.sc.gov.br, e nos murais da Secretaria Municipal de Assistência Social e na Prefeitura Municipal de São Joaquim.

5. Onde se lê:

5.12 No dia 25 (vinte e cinco) de novembro de 2019 ocorrerá a divulgação dos resultados e gabarito oficial, bem como a convocação dos candidatos habilitados a realizar a avaliação psicológica e análise da investigação social e criminal, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, na página eletrônica do município www.saojoaquim.sc.gov.br, e nos murais da Secretaria Municipal de Assistência Social e na Prefeitura Municipal de São Joaquim.

LEIA-SE:

6.12 No dia 28 (vinte e oito) de novembro de 2019 ocorrerá a divulgação dos resultados e gabarito oficial, bem como a convocação dos candidatos habilitados a realizar a avaliação psicológica e análise da investigação social e criminal, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, na página eletrônica do município www.saojoaquim.sc.gov.br, e nos murais da Secretaria Municipal de Assistência Social e na Prefeitura Municipal de São Joaquim.

6. Onde se lê:

5.13 Entre os dias 26 (vinte e seis) a 28 (vinte e oito) de novembro de 2019 serão realizadas as avaliações psicológicas e análise da investigação social e criminal dos candidatos considerados habilitados, em horário e local a ser divulgado posteriormente pela CEE.

LEIA-SE:

5.14 No dia 29 (vinte e nove) de novembro de 2019 serão realizadas as avaliações psicológicas e análise da

investigação social e criminal dos candidatos considerados habilitados, em horário e local a ser divulgado posteriormente pela CEE.

7. Onde se lê:

6.14 No dia 29 (vinte e nove) de novembro de 2019 será publicado o edital com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, na página eletrônica do município www.saojoaquim.sc.gov.br, e nos murais da Secretaria Municipal de Assistência Social e na Prefeitura Municipal de São Joaquim.

LEIA-SE:

6.14 No dia 02 (dois) de dezembro de 2019 será publicado o edital com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, na página eletrônica do município www.saojoaquim.sc.gov.br, e nos murais da Secretaria Municipal de Assistência Social e na Prefeitura Municipal de São Joaquim.

8. Onde se lê:

7. DA PROPAGANDA ELEITORAL

7.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, no período de 30 (trinta) de novembro a 13 (treze) de dezembro de 2019, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

LEIA-SE:

7. DA PROPAGANDA ELEITORAL

7.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, no período de 03 (três) de dezembro a 13 (treze) de dezembro de 2019, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

9. Onde se lê:

7.12 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente organizará sessão aberta a toda a comunidade para a apresentação dos candidatos habilitados, no dia 03 (três) de dezembro de 2019, em horário e local a ser divulgado posteriormente pelo CMDCA.

LEIA-SE

7.12 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente organizará sessão aberta a toda a comunidade para a apresentação dos candidatos habilitados, no dia 10 (dez) de dezembro de 2019, em horário e local a ser divulgado posteriormente pelo CMDCA.

10. Onde se lê:

8. DA ELEIÇÃO

8.3 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral até o dia 29 (vinte e nove) de novembro de 2019, sendo publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM, na página eletrônica do município www.saojoaquim.sc.gov.br, e nos murais da Secretaria Municipal de Assistência Social e na Prefeitura Municipal de São Joaquim.

LEIA-SE:

8.3 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral até o dia 02 (dois) de dezembro de 2019, sendo publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM, na página eletrônica do município www.saojoaquim.sc.gov.br, e nos murais da Secretaria Municipal de Assistência Social e na Prefeitura Municipal de São Joaquim.

11. Onde se lê:

Data	Etapa
10/11/2019	Capacitação dos candidatos habilitados.
17/11/2019	Realização da prova e divulgação do gabarito provisório.
19/11/2019	Divulgação dos resultados.
20 e 21/11/2019	Recurso dos candidatos não aprovados.
25/11/2019	Divulgação dos resultados e gabarito oficial
25/11/2019	Convocação dos candidatos habilitados a realizar a avaliação psicológica e análise da investigação social e criminal

26 a 28/11/2019	Realização da Avaliação Psicológica e análise da investigação social e criminal
29/11/2019	Publicação do Edital com o nome dos candidatos habilitados a participarem do Processo Eleitoral.
29/11/2019	Divulgação dos locais de votação
30/11 a 13/12/2019	Campanha Eleitoral
03/12/2019	Sessão de apresentação dos candidatos habilitados

LEIA-SE:

Data	Etapas
23/11/2019	Capacitação dos candidatos habilitados.
24/11/2019	Realização da prova e divulgação do gabarito provisório.
26/11/2019	Divulgação dos resultados.
27/11/2019	Recurso dos candidatos não aprovados.
28/11/2019	Divulgação dos resultados e gabarito oficial
28/11/2019	Convocação dos candidatos habilitados a realizar a avaliação psicológica e análise da investigação social e criminal
29/11/2019	Realização da Avaliação Psicológica e análise da investigação social e criminal
02/12/2019	Publicação do Edital com o nome dos candidatos habilitados a participarem do Processo Eleitoral.
02/12/2019	Divulgação dos locais de votação
03/12 a 13/12/2019	Campanha Eleitoral
10/12/2019	Sessão de apresentação dos candidatos habilitados

São Joaquim, 08 de novembro de 2019.

Karimi Perpetua de Abreu Haidar
Coordenadora do CMDCA

RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS PARA O PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 2221965

**Conselho Municipal dos
Direitos da Criança
e do Adolescente
São Joaquim - SC****RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS PARA O PROCESSO DE ESCOLHA
SUPLEMENTAR DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR.**

Conforme previsto no Edital nº. 02/2019/CMDCA, torna público a relação das Inscrições DEFERIDAS para o Processo de Escolha Suplementar dos Membros do Conselho Tutelar do município de São Joaquim/SC:

1. INSCRIÇÕES DEFERIDAS:

Nº. Inscrição	Nome do Candidato
01	Gisela Mendonça Goulart
03	Nelci da Silva Tomaz
04	Aginaldo Luiz de Oliveira
05	Isabella Chiodelli
06	Luis Carlos Barbosa da Rosa
07	Gabriela Silva Goulart
08	Jadina Padilha Guimarães
09	Taise Abatt
10	Daiani Padilha de Souza

Este Conselho informa ainda que, de acordo com o item 6.8, do Edital nº. 02/2019/CMDCA, sendo “6.8 *O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista final dos **candidatos habilitados a participar da capacitação e da prova objetiva**, no dia 08 (oito) de novembro de 2019, [...]”.*

São Joaquim, 08 de novembro de 2019.

Karimi Perpetua de Abreu Haidar
Coordenadora do CMDCA de São Joaquim

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO FASE PROPOSTA - TOMADA DE PREÇOS Nº 039/2019

Publicação Nº 2221940

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO FASE PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8443/2019
PROCESSO DE COMPRAS Nº 484/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 039/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE BENFEITORIAS NO CEM SANTA ANA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, habilitadas no processo em epígrafe.

EMPRESAS HABILITADAS

- HF CONSTRUTORA LTDA;
- BF CONSTRUÇÕES EIRELI EPP;
- CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA;
- KS CONSTRUÇÕES EIRELI.

ANÁLISE DA COMISSÃO

Em análise a Comissão Permanente de Licitações constatou que as empresas atenderam plenamente as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, decidindo assim:

CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS

- HF CONSTRUTORA LTDA;
- BF CONSTRUÇÕES EIRELI EPP;
- CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA;
- KS CONSTRUÇÕES EIRELI.

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

Observação: Ocorreu um empate ficto entre a empresa CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP e a empresa DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA, a Comissão Permanente de Licitações entrou em contato com a empresa CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP através do e-mail fornecido na folha de proposta da mesma, oferecendo-lhe o benefício da Lei Complementar 123 pelo fato da empresa ser de Pequeno Porte. Foi lhe enviado um e-mail no dia 05/11/2019, dando o prazo de resposta ao mesmo até dia 07/11/2019. A mesma não entrou em contato com a Comissão Permanente de Licitações na data interposta, não apresentando uma nova proposta, tendo em vista, a Comissão Permanente de Licitações RESOLVE:

1ª Classificada: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA: R\$ 284.869,59 (duzentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e nove centavos).

2ª Classificada: CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP: R\$ 312.580,56 (trezentos e doze mil, quinhentos e oitenta reais e cinquenta e seis centavos).

3ª Classificada: HF CONSTRUTORA LTDA: R\$ 319.666,87 (trezentos e dezenove mil, seiscentos e sessenta e seis reais e oitenta e sete centavos).

4ª Classificada: KS CONSTRUÇÕES EIRELI: R\$ 329.970,17 (trezentos e vinte e nove mil, novecentos e setenta reais e dezessete centavos).

5ª Classificada: BF CONSTRUÇÕES EIRELI EPP: R\$ 330.041,06 (trezentos e trinta mil, quarenta e um reais e seis centavos).

6ª Classificada: TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA: R\$ 343.873,72 (trezentos e quarenta e três mil, oitocentos e setenta e três reais e setenta e dois centavos).

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Anulação ou Revogação.

São José, 08 de novembro de 2019.

Junior Palharini Garcia	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	
Iriberto Antônio M. Júnior	Humberto Alcino da Silva	
Membro da CPL	Membro da CPL	

PREGÃO PRESENCIAL 107/2019 – REABERTURA

Publicação Nº 2221900

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 107/2019 – REABERTURA – Processo nº 417/2019 – Proc. Adm. 7137/2019. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER AS UNIDADES DE ENSINO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 27/11/2019 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 27/11/2019 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0399.

PREGÃO PRESENCIAL 147/2019

Publicação Nº 2221873

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 147/2019 – Processo nº 558/2019 – Proc. Adm. 10435/2019. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMISETAS E CONFECÇÃO DE UNIFORMES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 26/11/2019 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 26/11/2019 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0400.

RETIFICAÇÃO AO EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 059/2019/FUNESJ

Publicação Nº 2221950

RETIFICAÇÃO AO EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 059/2019/FUNESJ

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, no uso de suas atribuições, apresenta a retificação ao Extrato de Colaboração nº 059/2019/FUNESJ, publicado em 07 de novembro de 2019 no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, que passa a reger-se pelas informações abaixo.

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 012/2019/FUNESJ

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de 2019, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de seu Superintendente, Sr. João David Garcia, celebra o Termo de Fomento de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Fomento nº 012/2019/FUNESJ

Edital: 001/2019/FUNESJ

Número: 012/2019/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 8.000,00 (Oito Mil Reais)

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Entidade: ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA VIDA E SAÚDE entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 14.689.398/0001-96, com sede na Rua Belarmino José da Silva, nº 45, Bloco B, apto 508, Bairro Ipiranga-São José, SC, CEP 88111-390.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto de RENDIMENTO da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante custeio dos trabalhos do Projeto de TIRO ARMAS LONGAS, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01
Projeto/Atividade: 2.404
Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80
Prazo de Vigência: Início a partir do dia 05/11/2019 e término em 15/12/2019.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br

São José, 05 de novembro de 2019.

JOÃO DAVID GARCIA
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer

RETIFICAÇÃO EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 060/2019/FUNESJ

Publicação Nº 2221947

RETIFICAÇÃO EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 060/2019/FUNESJ

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, no uso de suas atribuições, apresenta a retificação ao Extrato de Colaboração nº 060/2019/FUNESJ, publicado em 07 de novembro de 2019 no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, que passa a reger-se pelas informações abaixo.

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 013/2019/FUNESJ

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de 2019, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de seu Superintendente, Sr. João David Garcia, celebra o Termo de Fomento de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Fomento nº 013/2019/FUNESJ

Edital: 001/2019/FUNESJ

Número: 013/2019/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Entidade: CLUBE DE REGATAS ALDO LUZ - entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 85.509.290/0001-68, com sede na Av. Antonio Pereira Oliveira, 222 – Galpão 02 - Centro - Florianópolis, SC, CEP 88.010-280

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto de RENDIMENTO da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante custeio dos trabalhos do Projeto de REMO, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 05/11/2019 e término em 15/12/2019.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br

São José, 05 de novembro de 2019.

JOÃO DAVID GARCIA
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer

RETIFICAÇÃO EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 061/2019/FUNESJ

Publicação Nº 2221949

RETIFICAÇÃO EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 061/2019/FUNESJ

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, no uso de suas atribuições, apresenta a retificação ao Extrato de Colaboração nº 061/2019/FUNESJ, publicado em 07 de novembro de 2019 no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, que passa a reger-se pelas informações abaixo.

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 014/2019/FUNESJ

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de 2019, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de seu Superintendente, Sr. João David Garcia, celebra o Termo de Fomento de acordo com os dados do

extrato abaixo:

Espécie: Termo de Fomento nº 014/2019/FUNESJ

Edital: 001/2019-219/FUNESJ

Número: 014/2019/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Entidade: CLUBE DE TIRO CAÇA E PESCA DE SÃO JOSÉ - entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 80.669.583/0001-87, com sede na Av. Papemborg, 505, Bairro – Areias de Baixo – Governador Celso Ramos, SC – CEP 88.190-000

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto de RENDIMENTO da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante custeio dos trabalhos do Projeto de TIRO AO PRATO, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 05/11/2019 e término em 15/12/2019.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br

São José, 05 de novembro de 2019.

JOÃO DAVID GARCIA

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer

RETIFICAÇÃO EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 062/2019/FUNESJ

Publicação Nº 2221948

RETIFICAÇÃO EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 062/2019/FUNESJ

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, no uso de suas atribuições, apresenta a retificação ao Extrato de Colaboração nº 062/2019/FUNESJ, publicado em 07 de novembro de 2019 no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, que passa a reger-se pelas informações abaixo.

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 015/2019/FUNESJ

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de 2019, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de seu Superintendente, Sr. João David Garcia, celebra o Termo de Fomento de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Fomento nº 015/2019/FUNESJ

Edital: 001/2019-219/FUNESJ

Número: 015/2019/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Entidade: CLUBE JOSEFENSE DE TIRO PESCA E CAÇA - entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 03.351.077/0001-02, com sede na Rua: Percy Borba, 87 – Casa - Barreiros – São José, SC – CEP 88.117.030.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto de RENDIMENTO da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante custeio dos trabalhos do Projeto de TIRO ARMAS CURTAS, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 05/11/2019 e término em 15/12/2019.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br

São José, 05 de novembro de 2019.

JOÃO DAVID GARCIA

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer

CÂMARA MUNICIPAL**PEDIDO DE ORÇAMENTO – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 219/2019**

Publicação Nº 2221962

PEDIDO DE ORÇAMENTO

A Câmara Municipal de São José, inscrita sob o CNPJ nº 83.708.248/0001-39, com sede a Praça Arnaldo de Souza, 38, Bairro Centro, São José/SC, em conformidade com Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislação aplicável, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação (CPL), comunica que, diante da pretensão de adquirir itens de informática para atender as necessidades desta Casa Legislativa, estará recebendo orçamentos até o dia 14/11/2019 conforme abaixo:

Item	Descrição	Capacidade (BTUs)	Operação	Valor unitário Produto	Valor unitário da instalação
01	Ar condicionado tipo	9.000	Quente e Frio		
02	Split convencional		Frio		
03	Ar condicionado tipo	12.000	Quente e Frio		
04	Split convencional		Frio		
05	Ar condicionado tipo	18.000	Quente e Frio		
06	Split convencional		Frio		
07	Ar condicionado tipo	22.000	Quente e Frio		
08	Split convencional		Frio		
09	Ar condicionado tipo	24.000	Quente e Frio		
10	Cassete convencional		Frio		
11	Ar condicionado tipo	48.000	Quente e Frio		
12	Cassete convencional		Frio		
13	Ar condicionado tipo	48.000	Quente e Frio		
14	Piso-Teto convencional		Frio		
15	Ar condicionado tipo	60.000	Quente e Frio		
16	Piso-Teto convencional		Frio		

- Classe energética "A"
- tensão 220v
- condensadora com serpentina de cobre e do tipo barril;
- O orçamento deve contemplar os serviços e peças necessários à instalação das máquinas orçadas.
- Visitas técnicas podem ser realizadas no período vespertino.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no e-mail claudia@cmsj.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3029 1327.

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 211/2019/SF

Publicação Nº 2221855

DECRETO Nº 211/2019 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 9º da Lei Municipal nº 4.766/2018/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA
"7"3.3.90.00.00.1.0002 Aplicações Diretas R\$40.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), Recursos Impostos e Transferências de Impostos da Saúde, Fonte 1.0002.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de novembro de 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 212/2019/SF

Publicação Nº 2221857

DECRETO Nº 212/2019 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 9º da Lei Municipal nº 4.766/2018/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DE ESPORTES
01 DEPTO DOS ESPORTES
2.045 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ESPORTES
"145"3.3.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de novembro de 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 213/2019/SF

Publicação Nº 2221859

DECRETO Nº 213/2019 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso III do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.766/2018/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 71.857,30 (setenta e um mil oitocentos e cinquenta e sete reais e trinta centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

“251”3.1.90.00.00.3.0022 Aplicações Diretas R\$71.857,30

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no valor de R\$ 71.857,30 (setenta e um mil oitocentos e cinquenta e sete reais e trinta centavos), Recursos Transporte Escolar Estado, Fonte 3. 0022.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de novembro de 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 214/2019/SF

Publicação Nº 2221861

DECRETO Nº 214/2019 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 9º da Lei Municipal nº 4.766/2018/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

2.041 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

“138”3.3.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de novembro de 2019.
ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6606/2019

Publicação Nº 2221849

DECRETO Nº 6.606, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE TURNO ÚNICO DE TRABALHO PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto nos incisos IX e X do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO QUE, esta é uma das medidas de contenção de gastos que visam o reequilíbrio das contas públicas, com vistas ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal bem como por razões de interesse público e economicidade,

DECRETA:

Art. 1º. Fica adotado o turno único de trabalho para os Servidores Públicos Municipais de São José do Cedro a partir do dia 11 de novembro de 2019 até 31 de dezembro de 2019, no horário das 7 horas às 13 horas.

§1º. A Secretaria Municipal de Saúde, o Conselho Tutelar e escolas e creches municipais permanecerão com horário normal de suas atividades, não aderindo ao turno único de trabalho.

§2º. §2º. Os serviços emergenciais prestados pelo SEMAE, para eventualidades relacionadas ao abastecimento de água, serão prestados pelo plantão previamente estabelecido pelo órgão.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de novembro de 2019.
ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº210/2019/SF

Publicação Nº 2221853

DECRETO Nº 210/2019 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 9º da Lei Municipal nº 4.766/2018/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 6.150,10 (seis mil cento e cinquenta reais e dez centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
04 DEPTO DE ATENÇÃO BÁSICA
2.128 PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
"17"3.3.90.00.00.1.0715 Aplicações Diretas R\$6.150,10

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, no valor de R\$ 6.150,10 (seis mil cento e cinquenta reais e dez centavos), Recursos PAB-Fixo, Fonte 1.0715.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de novembro de 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

ATA Nº 01/2019 - ICSL

Publicação Nº 2222548

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS DO PALCO ALEGRIA - NATAL 2019

(Nomeada pela Portaria nº 028/2019, de 22 de outubro de 2019, do Instituto Cultural de São Lourenço)

ATA Nº 01/2019

Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às oito horas, reuniram-se na sede do Instituto Cultural de São Lourenço, todos os membros da Comissão de Seleção de Apresentações Artísticas do Palco Alegria - Natal 2019 –, designada pela Portaria nº 028, de 22 de outubro 2019, para tratar da análise e avaliação da documentação apresentada pelos artistas/grupos que manifestaram interesse em participar do evento.

Inicialmente, em consenso estabeleceu-se como Presidente da Comissão o servidor Lourenço Rômulo Innocêncio Neto. Dando prosseguimento às atividades, e considerando que os casos omissos seriam resolvidos pela Comissão (item 10.4 do Edital), destacam-se as decisões abaixo:

1. Considerou-se o título do projeto, inscrito no campo Nome da Banda ou Grupo como a atividade a ser apresentada, de forma que não importa a vivência artística ou vivência individual dos integrantes do projeto, mas sim o tempo de existência e atuação do projeto inscrito;
2. As menções de atividades, sem registros documentais para comprovações foram desconsideradas;
3. Fotos de apresentações foram desconsideradas como atuação regional quando do acréscimo de 01 ponto para cada apresentação. Ponderou-se que elas comprovam a atuação do artista, entretanto, pautando-se na premissa de que a foto pode estar fora do prazo estabelecido pelo edital (01/01/2018), estabeleceu-se que somente seriam pontuados os folders oficiais (físicos digitalizados ou materiais digitais) de eventos, divulgados por casas de shows ou semelhantes;
4. Considerou-se como válido o Clipe (registro audiovisual) em que estivessem presentes elementos que demonstrassem preocupação estética com o produto, mesmo quando não apresentada ficha técnica de sua produção.

Posteriormente, a Comissão de seleção de apresentações artísticas do palco alegria - Natal 2019 efetuou a análise e pontuação da documentação dos participantes, de acordo com a ordem em que as inscrições foram recebidas via plataforma:

Inscrição 001: Laura Tereza e Banda		
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO DO CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Envio dos arquivos solicitados como anexos, apresentação do repertório e de histórico de apresentações do grupo ou banda.	Caráter eliminatório ou validação de 01 ponto.	01
Tempo de existência do grupo ou banda, mediante comprovação de arquivos (por ex. jornais, folders, prints de redes sociais, etc.).	Até 02 anos = 01 ponto; De 03 a 05 anos = 02 pontos; De 06 a 10 anos = 03 pontos; Mais de 11 anos = 04 pontos.	01
Material que demonstre reconhecimento - considerando a sede do proponente - fazendo menção à atuação da banda no contexto regional no período compreendido entre 01/01/2018 até o ato da inscrição.	02 pontos para comprovação mais acréscimo de 01 ponto para cada apresentação dentro do período citado.	08
Gravação de Álbum Completo (comprovada).	04 pontos.	----
Gravação de EP ("Extended Play").	03 pontos.	----
Gravação de Clipe.	02 pontos.	02
Gravação de Single.	01 pontos.	----
TOTAL		12 Pontos

Inscrição 002: Carla Ramos		
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO DO CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Envio dos arquivos solicitados como anexos, apresentação do repertório e de histórico de apresentações do grupo ou banda.	Caráter eliminatório ou validação de 01 ponto.	01

Tempo de existência do grupo ou banda, mediante comprovação de arquivos (por ex. jornais, folders, prints de redes sociais, etc.).	Até 02 anos = 01 ponto; De 03 a 05 anos = 02 pontos; De 06 a 10 anos = 03 pontos; Mais de 11 anos = 04 pontos.	04
Material que demonstre reconhecimento - considerando a sede do proponente - fazendo menção à atuação da banda no contexto regional no período compreendido entre 01/01/2018 até o ato da inscrição.	02 pontos para comprovação mais acréscimo de 01 ponto para cada apresentação dentro do período citado.	Não apresentado conforme consideração da Comissão.
Gravação de Álbum Completo (comprovada).	04 pontos.	04
Gravação de EP ("Extended Play").	03 pontos.	06
Gravação de Clipe.	02 pontos.	04
Gravação de Single.	01 pontos.	----
TOTAL		19 Pontos

Inscrição 003: Renan e Mariana

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO DO CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Envio dos arquivos solicitados como anexos, apresentação do repertório e de histórico de apresentações do grupo ou banda.	Caráter eliminatório ou validação de 01 ponto.	01
Tempo de existência do grupo ou banda, mediante comprovação de arquivos (por ex. jornais, folders, prints de redes sociais, etc.).	Até 02 anos = 01 ponto; De 03 a 05 anos = 02 pontos; De 06 a 10 anos = 03 pontos; Mais de 11 anos = 04 pontos.	01
Material que demonstre reconhecimento - considerando a sede do proponente - fazendo menção à atuação da banda no contexto regional no período compreendido entre 01/01/2018 até o ato da inscrição.	02 pontos para comprovação mais acréscimo de 01 ponto para cada apresentação dentro do período citado.	03
Gravação de Álbum Completo (comprovada).	04 pontos.	----
Gravação de EP ("Extended Play").	03 pontos.	----
Gravação de Clipe.	02 pontos.	02
Gravação de Single.	01 pontos.	-----
TOTAL		07 Pontos

Inscrição 004: Júnior e Luciana

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO DO CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Envio dos arquivos solicitados como anexos, apresentação do repertório e de histórico de apresentações do grupo ou banda.	Caráter eliminatório ou validação de 01 ponto.	01
Tempo de existência do grupo ou banda, mediante comprovação de arquivos (por ex. jornais, folders, prints de redes sociais, etc.).	Até 02 anos = 01 ponto; De 03 a 05 anos = 02 pontos; De 06 a 10 anos = 03 pontos; Mais de 11 anos = 04 pontos.	01
Material que demonstre reconhecimento - considerando a sede do proponente - fazendo menção à atuação da banda no contexto regional no período compreendido entre 01/01/2018 até o ato da inscrição.	02 pontos para comprovação mais acréscimo de 01 ponto para cada apresentação dentro do período citado.	03
Gravação de Álbum Completo (comprovada).	04 pontos.	----
Gravação de EP ("Extended Play").	03 pontos.	----
Gravação de Clipe.	02 pontos.	----
Gravação de Single.	01 pontos.	----
TOTAL		05 Pontos

Inscrição 005: Evandro Piva

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO DO CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Envio dos arquivos solicitados como anexos, apresentação do repertório e de histórico de apresentações do grupo ou banda.	Caráter eliminatório ou validação de 01 ponto.	01

Tempo de existência do grupo ou banda, mediante comprovação de arquivos (por ex. jornais, folders, prints de redes sociais, etc.).	Até 02 anos = 01 ponto; De 03 a 05 anos = 02 pontos; De 06 a 10 anos = 03 pontos; Mais de 11 anos = 04 pontos.	01
Material que demonstre reconhecimento - considerando a sede do proponente - fazendo menção à atuação da banda no contexto regional no período compreendido entre 01/01/2018 até o ato da inscrição.	02 pontos para comprovação mais acréscimo de 01 ponto para cada apresentação dentro do período citado.	22
Gravação de Álbum Completo (comprovada).	04 pontos.	----
Gravação de EP ("Extended Play").	03 pontos.	----
Gravação de Clipe.	02 pontos.	----
Gravação de Single.	01 pontos.	----
TOTAL		24 Pontos

Inscrição 006: K.A.C

INSCRIÇÃO INDEFERIDA: não apresentação do número do Sistema Nacional de Indicadores Culturais (SNIIC), conforme exigência contida no item 4.1.2. do Edital de Seleção.

Finalizadas as avaliações, segue a ordem de classificação:

Nº de Insc.	Nome	Proponente	Colocação	Pontuação
005	Evandro Piva	Evandro Piva	1º	24 Pontos
002	Carla Ramos	Carla Luana Ribas Ramos	2º	19 Pontos
001	Laura Tereza e Banda	Gustavo Debastiani	3º	10 Pontos
003	Renan e Mariana	Mariana Perardt	4º	07 Pontos

Ainda, em cumprimento ao disposto no item 8.1 do Edital em questão, segue a data e o horário da apresentação de cada um dos classificados:

Nº de Insc.	Nome	Data de Apresentação
002	Carla Ramos	13/12 – 20h
005	Evandro Piva	14/12 – 20h
003	Renan e Mariana	15/12 – 16h
001	Laura Tereza e Banda	20/12 – 20h

No caso de não confirmação de alguma das participações, será convocada a apresentação descrita na tabela abaixo, respeitando-se a pontuação:

Nº de Insc.	Nome	Proponente	Colocação	Pontuação
004	Júnior e Luciana	Luciana Colombi	1º Suplente	05 Pontos

REQUERIMENTO DE RECONSIDERAÇÃO

Da classificação acima mencionada, poderá ser apresentado requerimento de reconsideração, no prazo de 02 (dois) dias úteis. Encerrado o prazo acima, os inscritos selecionados deverão confirmar a respectiva participação no evento em até 03 (três) dias úteis, sendo que o descumprimento deste prazo poderá acarretar a exclusão do artista (solo, dupla ou trio), do quadro de apresentações.

Sem mais assuntos a tratar na oportunidade, pelo Presidente, Lourenço Rômulo Innocência Neto, foi declarado o encerramento da presente reunião, e eu Everton Luiz Lovera, lavro a presente Ata, que segue assinada pelos membros da Comissão de Seleção.

São Lourenço do Oeste/SC, 08 de novembro de 2019.

Lourenço Rômulo Innocência Neto Presidente da CCO	Roveli Bichels Membro
Everton Luiz Lovera Secretário	Rennã Higor Fedrigo Presidente do ICSSL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2019 - SRP - PR Nº 116/2019

Publicação Nº 2221892

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 22/11/2019, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2019. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2019. OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS A VAREJO, SENDO, GASOLINA E ÓLEO DIESEL S-10, A SEREM FORNECIDOS ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR, MEDIANTE ABASTECIMENTO DIRETAMENTE NAS BOMBAS LOCALIZADAS NAS DEPENDÊNCIAS DA EMPRESA VENCEDORA, DE FORMA PARCELADA, PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO DE 2020. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 08 de Novembro de 2019.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/2019 - SRP - PR Nº 117/2019

Publicação Nº 2221893

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 22/11/2019, às 14h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/2019. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2019. OBJETO: AQUISIÇÃO DE FILTROS PARA USO DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 08 de Novembro de 2019.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2019 - TP 017/2019

Publicação Nº 2221894

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 26/11/2019 às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2019. MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. ENG. Nº 017/2019. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REVITALIZAÇÃO DA AVENIDA BRASIL E RUA GUILHERME HACK NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, COM ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO DE 3.110,75 M², CONFORME PROJETO ANEXO AO EDITAL E PROPOSTA SIGEF 22025/2019. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 08 de Novembro de 2019.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.489, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221322

DECRETO Nº 6.489, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, e de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.181.4503.2.008 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	32	Transf. Estados	R\$ 5.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.421, de 05 outubro de 2018 e o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

EDITAL DE SELEÇÃO PARA APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS DO PALCO ALEGRIA - NATAL 2019

Publicação Nº 2222547

EDITAL DE SELEÇÃO PARA APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS DO PALCO ALEGRIA - NATAL 2019

Retifica o Edital de Seleção para Apresentações Artísticas do Palco Alegria - Natal 2019.

RENNÃ HIGOR FEDRIGO, Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço, do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Complementar nº 81/2007 e da Lei nº 2.382, de 07 de março de 2018, torna pública a RETIFICAÇÃO do Edital de Seleção para Apresentações Artísticas do Palco Alegria - Natal 2019, da seguinte forma:

1. Fica retificado o Edital de Seleção para Apresentações Artísticas do Palco Alegria - Natal 2019, no que se refere ao item "7.1", conforme segue:

Onde se lê:

"7.1. A lista de divulgação de cada selecionado estará disponível no site do Instituto Cultural de São Lourenço <http://icsl.saolourenco.sc.gov.br/editais> e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) a partir do 5º (quinto) dia útil após o encerramento das inscrições".

Leia-se:

"7.1. A lista de divulgação de cada selecionado estará disponível no site do Instituto Cultural de São Lourenço <http://icsl.saolourenco.sc.gov.br/editais> e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) a partir do 2º (segundo) dia útil após o encerramento das inscrições".

2. Demais disposições permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste, SC, 11 de novembro de 2019.

RENNÃ HIGOR FEDRIGO

Presidente do ICSL

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

EDITAL 61/2019 PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2222550

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2019
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por ITEM, o presente Registro de Preços tem por finalidade EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA NA ÁREA DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA RESIDENCIAL E PREDIAL, TELEFONIA, CONCERTOS, INSTALAÇÃO E LIMPEZA DE AR CONDICONADO E SERVIÇOS AFINS, nas quantidades estimadas e no período de 12 meses, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:30 horas do dia 25/11/2019. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 11 de novembro de 2019.

VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 48-2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2222540

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA LEGISLATIVA Nº 48/2019

=====

CONCEDE DIÁRIAS DE VIAGEM A SERVIDORAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL OLI THIAGO, Presidente da Câmara de Vereadores de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e pela Resolução Administrativa Legislativa nº 10/2013 e Leis Ordinárias que revisam os valores anualmente. RESOLVE:

Art. 1º Fixar para percepção de 03 ½ (três e meia) diárias (cada) de viagem a serem pagas as Servidoras do Poder Legislativo Tânia M. F. Begrow e Marizete Sandrin para viagem a Florianópolis - SC, com o objetivo de participação no curso "CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS NO PERÍODO ELEITORAL DE 2020". Entre os dias 11 a 15 de novembro de 2019. A saída está prevista para as 17h:15min do dia 11/11/2019 e o retorno está previsto para o dia 15/11/2019, acerca das 07h:00min.

PARAGRAFO ÚNICO: Não haverá expediente na Secretaria Câmara de Vereadores nos dias acima citados. Os protocolos nos dias 12, 13 e 14/11/2019 podem ser feitos no horário das 13h:30min às 17h:30min.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para a percepção das diárias a Resolução nº 10/2013 e Leis Ordinárias, que revisam anualmente os valores, tendo o valor da diária fixado em R\$ 758,93 (setecentos e cinquenta e oito reais e noventa e três centavos), perfazendo um total de R\$ 2.656,26 (dois mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e seis centavos) (cada).

Art.3º Ficam pela presente Resolução, oficialmente comunicados todos os Edis, servidores da Câmara Municipal de Vereadores e a população.

Art. 4º - Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de São Miguel da Boa Vista 07 de novembro de 2019.

MIGUEL OLI THIAGO

Presidente da Câmara de Vereadores

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

CONVÊNIO CESSÃO USO FAISMO 2019

Publicação Nº 2221543

TERMO DE CONVÊNIO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL

CONVÊNIO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, A ASSOCIAÇÃO EM 'PRESAIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE (ACISMO) E A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS (CDL), PARA REALIZAÇÃO DA FAISMO 2019

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, entidade de direito público interno, com sede na Rua Marcílio Dias, nº 1199, Centro, São Miguel do Oeste – SC, inscrito no CNPJ nº 82.821.174/0001-80, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. WILSON TREVISAN, portador do CPF nº 345.998.869-04, e a ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE (ACISMO), neste ato representada por seu presidente AIRTON MOSS, e a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS (CDL), neste ato representada por seu presidente IVANDRO SPENGLER, doravante denominadas CESSIONÁRIAS, resolvem, por mútuo acordo, amparados pela Lei Municipal nº 7.676/2019, celebrar o presente Convênio de Cessão de Uso de Bem Imóvel, que se regerá pelas cláusulas que seguem e, subsidiariamente, pela legislação atinente.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem como objeto a cessão de uso, de forma gratuita, de bem imóvel de propriedade do Município, que consiste no Parque Rineu Granzotto, localizado na Linha Cruzinhas, São Miguel do Oeste, com todos os móveis e imóveis existentes no local.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O bem cedido destina-se para a realização da FAISMO 2019, que ocorrerá de 14 a 17 de novembro de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3.1 - DAS CESSIONÁRIAS:

- 3.1.1 Promover a conservação do bem;
- 3.1.2 Permitir a vistoria por parte do Cedente no bem cedido sempre que este entender necessário;
- 3.1.3 Requerer aprovação por parte do Cedente para efetuar eventuais obras e/ou edificações na área cedida.
- 3.1.4 Fornecer e responsabilizar-se pelo pessoal que executar os serviços a que se destina o imóvel;
- 3.1.5 Responsabilizar-se administrativa e financeiramente pela realização da FAISMO 2019;
- 3.1.6 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes e/ou incidentes ocorridos sobre o imóvel cedido durante os dias de realização do evento e durante os dias utilizados/destinados à instalação e desinstalação dos materiais.
- 3.1.7 Responsabilizar-se pela manutenção, conservação e segurança dos bens particulares quando da instalação, desinstalação e durante a realização do evento
- 3.1.8 Usar o bem exclusivamente para os fins a que se destina;

3.2 – DO CEDENTE:

- 3.2.1 – Ceder de forma gratuita o imóvel Parque Rineu Granzotto, com os móveis e imóveis existentes no local, para a realização da FAISMO 2019, que ocorrerá de 14 a 17 de novembro de 2019.
- 3.2.2 - Arcar com as despesas decorrentes de energia elétrica e de água, correspondentes aos dias do evento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESTITUIÇÃO

Em caso de rescisão, resilição ou ao término do convênio, as CESSIONÁRIAS deverão entregar ao CEDENTE o imóvel nas mesmas condições em que o receberam, sob pena de ressarcimento aos cofres Municipais do bem deteriorado.

CLÁUSULA QUINTA – DA CEDÊNCIA

O imóvel não poderá ser transferido ou cedido a outra pessoa, mesmo que gratuito ou oneroso, no todo ou em parte, sob pena de rescisão imediata do convênio, sem qualquer notificação judicial ou extrajudicial por parte do Município.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente Convênio de Cessão de Uso será rescindido nos seguintes casos:

- I – Descumprimento das cláusulas pactuadas;
- II - Desvio da finalidade pela qual se institui o presente Convênio de Cessão de Uso;
- III - Descumprimento de 03 notificações do Município;
- IV - Por conveniência das Partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Convênio de Cessão de Uso vigorará de 14 a 17 de novembro de 2019, que poderá ser prorrogado por conveniência e interesse entre as partes.

A presente Cessão de Uso poderá ser denunciada a qualquer tempo e por qualquer uma das partes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DOS SUCESSORES

O Presente Convênio obriga os signatários e também os seus sucessores.

CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Convênio de Cessão de Uso poderá ser alterado por meio de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente convênio, junto com duas testemunhas.

São Miguel do Oeste – SC, 30 de outubro de 2019.

WILSON TREVISAN Prefeito Municipal	AIRTO MOSS Presidente da Associação Empresarial de São Miguel do Oeste	IVANDRO SPENGLER Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas
Testemunhas:		
Nome:	Nome:	
CPF:	CPF:	

DECRETO 9.204 NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 2221525

DECRETO Nº 9.204/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais no que lhe confere inciso VII, do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, e considerando a Lei Municipal nº 7.270/2016 de 25 de abril de 2016, e,

Considerando o Ofício nº 001/2019/CMS contendo a indicação dos membros que farão parte do Conselho Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Saúde, acompanhados de seus respectivos suplentes, a seguir discriminados:

I - Representantes dos Usuários

a) Pastoral da Saúde

Titular: Cezarina Juvenardi

Suplente: Marilene Anghinoni Arcari

b) Rotary Club

Titular: Carmen Maria Foppa Brüggemann

Suplente: Silvania Zanardi de Lima

c) União das Associações dos Moradores de Bairros - UAMB

Titular: Sirlei de Almeida Pinheiro

Suplente: Marlene Gossler

d) Conselho das Igrejas

Titular: Wesley Padilha

e) Associação dos Afrodescendentes de São Miguel do Oeste - AFRODESMO

Titular: Edson Schoingele

Suplente: Lizioni Fontoura de Freitas

f) Associação dos Empregados no Comércio

Titular: Edriane Slaviero

Suplente: Ivanir Maria Reisdörfer

g) Associação de Moradores do Bairro Santa Rita

Titular: Vera Lucia Bello Giovenardi

Suplente: Janete Biazus Biegelmeier

II – Representantes dos Profissionais da Saúde

a) Conselho Regional de Medicina - CRM

Titular: Ricardo Cesar Martins

Suplente: Alexandre Costa Lima

b) Conselho Regional de Farmácia - CRF

Titular: Lea Regina Conrado Costa Lima

Suplente: Caroline Belló

c) Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - CREFITO

Titular: Grazielle Aparecida Durão

Suplente: Diogo Andre Oro Spengler

III – Representantes de Órgãos Governamentais e dos Prestadores de Serviços de Saúde Conveniados

a) Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Andreia Rebelatto

Suplente: Patricia Falavigna

b) Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Leonir Caron

Suplente: Denise Maria Wenning da Silva

c) Hospital Regional Terezinha Gaio Basso

Titular: Rodrigo Lopes

Suplente: Roberta Gabiatti Dal Magro

d) Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

Titular: Jeferson Luiz König

Suplente: Daiany Moares de Lima

Art. 2º O exercício do mandato dos conselheiros será de dois anos, prorrogáveis por igual tempo.

Art. 3º Os membros do Conselho não receberão qualquer remuneração, considerando-se a atividade como função de serviço público relevante.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 07 de novembro de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

LEONIR CARON

Secretário Municipal de Saúde

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

DECRETO 9.206 REGULAMENTA O HORÁRIO DE TRABALHO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CANTINHO ACOLHEDOR

Publicação Nº 2221527

DECRETO Nº 9.206/2019

REGULAMENTA O HORÁRIO DE TRABALHO DOS SERVIDORES DO ABRIGO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES "CANTINHO ACOLHEDOR" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VII, do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e a Lei Municipal nº 6.669, de 29 de agosto de 2012, e

CONSIDERANDO que há necessidade de regulamentar as escalas de trabalho dos servidores junto Abrigo Institucional Cantinho Acolhedor.

CONSIDERANDO que o Abrigo Institucional presta um serviço de acolhimento as crianças e adolescentes 24 horas por dia.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a jornada de trabalho no regime 12x36 horas exclusivamente para os servidores da Secretaria de Assistência Social lotados no Abrigo Institucional Cantinho Acolhedor.

Parágrafo único. Ficam excluídos da escala estabelecida no caput deste artigo os motoristas, o diretor, o assistente social, o psicólogo, o pedagogo e estagiários, que trabalharão conforme o horário normal de funcionamento dos demais setores da administração pública.

Art. 2º A escala 12x36 horas refere-se à jornada de trabalho exercida pelo servidor por 12 horas consecutivas, mediante concessão de 36 horas ininterruptas de descanso imediatas às exercidas.

Parágrafo único. A escala 12x36 horas compreende os dias úteis, os feriados, os sábados, os domingos e os dias declarados como ponto facultativo.

Art. 3º O ingresso dos servidores na jornada de trabalho a que se refere o artigo 1º dar-se-á mediante escala de trabalho ajustada entre servidores e a Secretaria de Assistência Social, e será publicada no mural da unidade até o dia 25 de cada mês, para vigência no mês subsequente ao da publicação.

Art. 4º Salvo o disposto no parágrafo único deste artigo, a jornada de trabalho de 12x36 isenta o município do pagamento de horas extraordinárias, inclusive quando a escala coincidir com sábados, domingos e feriados, uma vez que o sistema de trabalho é o de compensação e é aplicável o divisor 200 (duzentos) para o cálculo do valor do salário-hora do servidor sujeito a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

Parágrafo único. Ao servidor submetido a esta lei serão computadas horas extras, no valor estabelecido pela Lei Complementar nº 009/2012, quando exceder a jornada de trabalho a que estiver submetido na escala e/ou, eventualmente, laborar no horário destinado a descanso e alimentação em razão de ausência de servidor com competência para desenvolver a função.

Art. 5º O período de trabalho noturno será remunerado com o respectivo adicional, conforme estabelece a Lei Complementar nº 009/2012.

Art. 6º O servidor submetido à escala de trabalho 12x36 horas terá, durante a sua jornada, direito a um intervalo de 60 (sessenta) minutos, destinado a descanso e alimentação, que será usufruído em local por ele escolhido.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC.

Em, 07 de novembro de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

DECRETO 9.207 HOMOLOGA REGIMENTO INTERNO COMDEMA

Publicação Nº 2221529

DECRETO Nº 9.207/2019

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, e considerando a Lei Complementar 0097/2019, de 17 de outubro de 2019, e,

CONSIDERANDO a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, conforme Ata nº 06/2019 de 31 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, na forma do texto em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 9.201/2019.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 08 de novembro de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

SISSE ABDALLA DIAS VELOZO

Secretária Municipal de Desenvolvimento Sustentável

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

COMDEMA

REGIMENTO INTERNO

Índice

Capítulo I Do Objetivo

Capítulo II Da Competência

Capítulo III Da Composição

Capítulo IV Da Organização

Capítulo V Das Assembleias

Capítulo VI Da Presidência

Capítulo VII Da Secretaria

Capítulo VIII Das Reuniões

Capítulo IX Dos Membros do Conselho

Capítulo X Dos Atos

Capítulo XI Disposições Finais

Capítulo I

Do Objetivo

Art. 1º Este regimento estabelece normas de organização e funcionamento do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, órgão consultivo, deliberativo, assessoramento e orientação, criado pela Lei nº 4.873, de 03 de outubro 2001, com a finalidade de planejamento, regulação, ou execução de ações que visem assegurar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, fixando normas e padrões, no âmbito de sua competência.

Capítulo II

Da Competência

Art. 2º Compete ao COMDEMA:

I - Estudar, propor e atualizar a Política Municipal do Meio Ambiente;

II - Exigir o pleno cumprimento da Política Municipal do Meio Ambiente, denunciando qualquer desrespeito à lei;

III – Fiscalizar as ações do órgão ambiental municipal e a utilização do Fundo Municipal de Meio Ambiente;

IV - Deliberar, apresentando sugestões sobre:

a) as diretrizes de desenvolvimento do Município;

- b) as alterações nas leis de uso do solo no Município;
- c) as definições relativas à coleta e ao tratamento de resíduos de qualquer natureza;
- d) a instalação ou expansão de empreendimentos de qualquer natureza, potencialmente causadores de impacto ambiental, em qualquer magnitude;
- e) as definições relativas ao uso e proteção dos recursos hídricos;
- f) imunização do corte de árvores ou área de relevante interesse ecológico e paisagístico;
- e) estabelecer critérios e padrões relativos ao controle, manutenção e recuperação da qualidade do meio ambiente;
- V - Propor campanhas educativas para formar consciência pública da necessidade de proteger, conservar e melhorar o meio ambiente;
- VI - Propor e acompanhar a implantação de novas unidades de conservação e assessorar a efetiva implantação das existentes;
- VII - Manter intercâmbio com órgãos da Administração Federal, Estadual, Municipal e com entidades não governamentais para receber e fornecer subsídios técnicos úteis na defesa e recuperação do meio ambiente;
- VIII - Decidir, como última instância administrativa em grau de recurso, sobre multas e outras penalidades impostas pelo órgão executor da política municipal do meio ambiente;
- IX - Responder consultas sobre matéria de sua competência, orientando os interessados e a população sobre as normas de proteção ambiental;
- X - Acompanhar, examinar e opinar sobre a implementação de normas, políticas e legislação do meio ambiente, no Município;
- XI - Elaborar ou alterar seu Regimento Interno;
- XII – Deliberar sobre a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos envolvidos as informações necessárias.
- XIII – Deliberar sobre a aplicação de recursos financeiros do Fundo Municipal do Meio Ambiente, fixando normas para a apresentação de projetos.

Capítulo III Da Composição

Art. 3º O COMDEMA será composto por 16 (dezesesseis) membros, nomeados por ato do Prefeito Municipal, indicados pelas entidades a seguir:

I - ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

- a) um representante da EPAGRI;
- b) um representante da CASAN;
- c) um representante do 11º Pelotão da Polícia de Proteção Ambiental;
- d) um representante do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA;
- e) um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável;
- f) um representante da Vigilância Sanitária;
- g) um representante do Instituto Federal de Santa Catarina-IFSC;
- h) um representante da Secretaria Municipal de Urbanismo.

II - ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

- a) um representante da ACOMAR/RECICLIM;
- b) um representante das Instituições de Ensino Superior com sede no município;
- c) um representante do Instituto Catuê;
- d) um representante do Conselho das Entidades;
- e) um representante dos Clubes de Serviços;
- f) um representante do Sindicato dos Produtores Rurais;
- g) um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- h) um representante do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio das Antas e Bacias Contíguas.

§ 1º Para cada membro titular será indicado um suplente.

§ 2º A composição dos membros do COMDEMA é instituída, observando-se os critérios de paridade fixados na legislação pertinente, bem como por aqueles estabelecidos pela Lei 4.873, de 03 de outubro de 2001, ou norma que vier a substituí-la.

§ 3º A inclusão ou exclusão de entidades componentes do COMDEMA, somente será possível mediante aprovação por maioria absoluta dos componentes do Conselho.

Capítulo IV Da Organização

Art. 4º O mandato dos membros do COMDEMA será de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 5º O COMDEMA ficará diretamente vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 6º O suporte administrativo e técnico, em caráter permanente ou eventual, indispensável ao funcionamento do COMDEMA será prestado diretamente pela Prefeitura Municipal, tanto em relação às instalações e material de consumo, como aos recursos humanos e financeiros.

Art. 7º O COMDEMA terá a seguinte estrutura:

I - Assembleia;

II - Presidência;

III - Secretaria.

Capítulo V Das Assembleias

Art. 8º A Assembleia se constitui no órgão superior deliberativo e normativo do COMDEMA, encarregado de compatibilizar os planos, programas, projetos e atividades de proteção ambiental com as normas pertinentes.

Art. 9º A Assembleia é composta pelos membros titulares do COMDEMA, e seus respectivos suplentes, havendo ausência do titular, com direito a voto nos atos e deliberações do Conselho.

Art. 10. A Assembleia Geral Ordinária ocorrerá uma vez por mês, conforme calendário aprovado na primeira reunião do ano.

Art. 11. A Assembleia Geral Extraordinária poderá ocorrer quantas vezes se fizer necessário, por convocação do presidente ou de 1/3 dos membros.

Art. 12. As Assembleias são abertas a participação do público em geral, com direito de manifesto e sem direito a voto.

Art. 13. As decisões do Conselho poderão ser formalizadas através de resoluções aprovadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, em razão de empate.

Art. 14. As decisões e atos do COMDEMA, aprovados em Assembleia, sob a forma de Resoluções, tem efeito normativo e executivo nas ações da Administração Pública, após baixados sob a forma de Decretos pelo Executivo Municipal.

Art. 15. Compete à Assembleia:

I - Eleger o Presidente, o Vice-Presidente, o Secretário Geral e o Vice-Secretário do COMDEMA;

II - Destituir ou requisitar a substituição de membros às entidades;

III - Apreciar e deliberar sobre temas da competência do COMDEMA;

IV - Deliberar sobre normas e atos relativos ao Regimento Interno ou ao funcionamento do COMDEMA a qualquer título;

V - Aprovar resoluções, recomendações e propostas, dando publicidade de suas decisões.

Capítulo VI Da Presidência

Art. 16. A Presidência é composta de um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos em votação secreta entre os membros do COMDEMA, com mais da metade dos votos válidos, para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do Presidente, a presidência será exercida pelo seu Vice-Presidente e na falta de ambos, pelo Secretário.

Art. 17. Compete à Presidência do COMDEMA:

I - Representar o Conselho em juízo ou fora dele;

II - Estabelecer a pauta, convocar e presidir as reuniões e assembleias;

- III - Assinar as Resoluções, correspondências e outros documentos;
- IV - Fazer cumprir as decisões da assembleia e o regimento interno;
- V - Constituir comissões ou câmaras e propor a designação de relatores para matérias;
- VI - Tomar decisões de urgência, submetendo a Assembleia seguinte;
- VII - Propor o calendário anual das Assembleias Ordinárias;
- VIII - Adotar as providências necessárias ao andamento dos processos;
- IX - Encaminhar votação das matérias submetidas a apreciação;
- X - Exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pela Assembleia.

Capítulo VII Da Secretaria

Art. 18. A Secretaria é composta de um Secretário e um Vice-Secretário, eleitos entre os membros do COMDEMA, da mesma forma e na mesma Assembleia de eleição da Presidência.

Art. 19. A Secretaria é órgão auxiliar da Assembleia, das Comissões e da Presidência, desempenhando atividades de gabinete e de assessoramento administrativo.

Art. 20. Quando necessário, a Secretaria com a anuência prévia da Presidência, poderá requisitar junto ao Gabinete do Prefeito Municipal, apoio técnico, operacional e administrativo dos órgãos da Administração Direta e Indireta, bem como requisitar servidores, para a execução de atividades relacionadas ao COMDEMA.

Art. 21. Os documentos enviados ao Conselho serão recebidos, registrados e protocolados junto ao protocolo geral da Prefeitura Municipal, que os encaminhará ao órgão municipal do Meio Ambiente, e complementados com todas as informações disponíveis relacionadas ao assunto neles abordado, sendo em seguida encaminhados ao Presidente do Conselho, como elementos de pauta da próxima Assembleia, para análise e deliberação imediata ou eventual distribuição a um relator.

Art. 22. Compete a Secretaria do COMDEMA:

- I - Secretariar as reuniões e assembleias;
- II - Organizar e Arquivar documentos e correspondências;
- III - Manter sob sua guarda os livros de atas, de presenças e de protocolo;
- VI - Substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- V - Relatar as matérias encaminhadas ao COMDEMA;
- VI - Executar os trabalhos que lhe forem atribuídos pela Presidência;
- VII – Preparar e remeter a convocação e a pauta das reuniões do COMDEMA, 7 (sete) dias antes de cada Assembleia;
- VIII - Elaborar as atas das reuniões e a redação final de todas as Resoluções, e documentos que forem expedidos pelo Conselho;
- IX - Assinar em conjunto com a Presidência, toda a documentação do COMDEMA.
- X - Disponibilizar aos Conselheiros, cópias da documentação referente a assuntos da pauta, que exijam tomadas de decisões, se solicitado, vedada a divulgação do conteúdo do material.

Capítulo VIII Das Reuniões

Art. 23. As reuniões da Assembleia obedecerão a seguinte ordem:

- I - Abertura dos trabalhos pelo Presidente do Conselho;
- II - Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior, facultados os pedidos de retificação;
- III - Apresentação da pauta em curso, pela secretária;

IV - Deliberação individual dos assuntos da pauta;

V - Designação de relatores;

VI - Agenda livre, para serem debatidos ou levados ao conhecimento do Plenário, assuntos de interesse geral;

VII - Encerramento da reunião pelo Presidente.

Art. 24. A presença de metade mais um dos Conselheiros formalizará a maioria simples e estabelecerá "quorum" para a realização das reuniões e deliberações.

Art. 25. Os relatórios a serem apresentados à Assembleia, deverão ser elaborados por escrito pelo Relator e entregues à Secretaria, com 10 (dez) dias de antecedência à data da reunião, para fins de processamento e inclusão na pauta.

Art. 26. A inclusão de assuntos na pauta de reuniões, não previstos na súmula encaminhada com antecedência aos conselheiros, somente será possível por aprovação da Assembleia, na reunião em curso, a pedido do Presidente.

Art. 27. Qualquer Conselheiro poderá apresentar assuntos em reuniões ordinárias, devendo para tanto propor ao Presidente sua inclusão na súmula da pauta de reuniões, com a antecedência necessária, objetivando cientificar os demais Conselheiros.

Art. 28. As decisões do Conselho serão tomadas por maioria dos membros presentes, excluído o voto do Presidente, a não ser quando houver necessidade de uso do voto de qualidade, em razão de empate.

Parágrafo único. Se o assunto em votação estiver relacionado diretamente a qualquer dos Conselheiros, o mesmo deverá se retirar no momento da discussão e votação.

Art. 29. Das reuniões da Assembleia serão lavradas atas, das quais constarão:

I - Local, data e hora da reunião;

II - O nome dos Conselheiros presentes;

III - A justificativa dos Conselheiros ausentes;

IV - Sumário do expediente, relação de matérias lidas, registro das proposições apresentadas e das comunicações recebidas e ou emitidas;

V - Resumo das matérias incluídas na pauta, com a indicação dos Conselheiros que participaram dos debates, designações e encaminhamentos de relatores;

VI - Declaração de voto, se requerido;

VII - Deliberações e atos do Conselho.

Parágrafo único. A ata será lavrada ainda que não haja reunião por falta de "quorum", nela constando, neste caso, o exposto nos incisos I, II e III acima.

Capítulo IX

Dos membros do Conselho

Art 30. É da competência dos Membros do Conselho:

I - comparecer às sessões do Conselho;

II - eleger, entre os seus pares, a Presidência e a Secretaria do Conselho;

III - requerer a convocação de sessões, justificando a necessidade, quando o Presidente ou o seu substituto legal não o fizer;

IV - estudar e relatar os assuntos que lhe forem distribuídos, emitindo parecer;

V - tomar parte nas discussões e votações, apresentar emendas ou substitutivos às conclusões de pareceres ou resoluções;

VI - pedir vistos de pareceres ou resoluções e solicitar andamento de discussões e votações;

VII - requerer urgência para discussão e votação de assuntos não incluídos na ordem do dia, bem como preferência nas votações e discussões de determinados estudos;

VIII - assinar atas, resoluções, recomendações e pareceres;

IX - colaborar para o bom andamento do Conselho;

X - desempenhar os encargos que lhe forem atribuídos pelo Presidente;

XI - comunicar previamente ao Presidente quando tiver de ausentar-se do Município ou não puderem comparecer às sessões para as quais foram convocados;

XII - cumprir as determinações deste Regimento.

Capítulo X Dos Atos

Art. 31. São atos do COMDEMA:

I – Resoluções;

II – Normas e Padrões de proteção do Meio Ambiente;

III – Propostas;

IV – Recomendações.

Art. 32. Resolução é a manifestação do Conselho sobre a matéria que lhe seja submetida, e Recomendação é o pronunciamento do Conselho sobre matéria ou fato que demande posicionamento enquanto órgão municipal superior do meio ambiente.

Art. 33. Normas e padrões de proteção e melhoria qualidade do meio ambiente são atos do Conselho de caráter geral.

Art. 34. Propostas são encaminhamentos de medidas que visam cumprir as atribuições do Conselho e cuja adoção esteja além das suas competências.

Capítulo XI Disposições Finais

Art. 35. O comparecimento dos Conselheiros às assembleias ordinárias e extraordinárias é obrigatório e ocorrerá a perda do mandato sempre que se verifique a ausência, sem justificativa, da representação por mais de 3 (três) sessões consecutivas ou 5 (cinco) intercaladas no período de 1 (um) ano.

Art. 36. Em caso de omissão do órgão representado, em suprir a falta de seus representantes, após a devida comunicação, poderá ser proposto em Assembleia a alteração da composição do COMDEMA, conforme disposto pela Lei 4.873, de 03 de outubro de 2001, ou norma que vier a substituí-la.

Art. 37. Nas atividades do COMDEMA fica expressamente proibida qualquer manifestação político partidária, sujeitando o autor a manifestação as penalidades da lei.

Art. 38. O exercício das funções de membro do Conselho é gratuito e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município.

Art. 39. Nas votações, o Presidente do Conselho ouvirá os demais Conselheiros acerca do tema, exercendo voto de qualidade em caso de ocorrência de empate.

Art. 40. O presente regimento poderá ser alterado por proposição do Conselho, com aprovação por maioria absoluta dos seus membros.

Art. 41. O presente Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Oeste – Santa Catarina
Em, 31 de outubro de 2019.

PORTARIA 0209 NOMEIA COMISSÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Publicação Nº 2221051

PORTARIA Nº 0209/2019
NOMEIA COMISSÃO PARA PROMOVER PROCESSO
ADMINISTRATIVO EM DESFAVOR DA EMPRESA JONAS TARIGA – ME.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da
competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo
Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças
atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e,

CONSIDERANDO a existência do Contrato nº 069/2019, oriundo do Processo Licitatório nº 037/2019, Tomada de Preços nº 003/2019, em que a empresa Jonas Tariga ME, CNPJ nº 27.362.989/0001-30, sagrou-se vencedora dos Lotes 01, 03 e 04;

CONSIDERANDO que o referido Processo Licitatório tinha como objeto a "Contratação de empresa para fornecimento de materiais e serviços de mão de obra para ampliação da Escola EMEIF Tranquilo José Rigoni, bairro Andreatta; ampliação da Creche Criança Cidadã, bairro Santa Rita; fechamento lateral e cobertura da Creche CEI Mundo Novo, bairro Salete; e, adequação de acessibilidade na Escola Municipal Tio Patinhas, bairro São Jorge, de acordo com memorial descritivo, orçamentos, cronograma físico-financeiro e projetos partes integrantes deste processo licitatório";

CONSIDERANDO informações constantes no Relatório de Vistoria de Obras, em que a fiscal do contrato relata que há execução inadequada nos serviços referentes ao Contrato nº 069/2019, especificamente nas obras do CEI Tio Patinhas, no bairro São Jorge, no CEI Mundo Novo, no bairro Salete e na EMEIF Tranquilo José Rigoni, no bairro Andreatta;

CONSIDERANDO o disposto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, que permite a aplicação de sanções em decorrência da inexecução total ou parcial do Contrato Administrativo;

CONSIDERANDO a necessidade de se observar os princípios constitucionais do Devido Processo Legal e da Ampla Defesa.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear comissão processante para investigar as condutas da empresa Jonas Tariga ME, no tocante a execução dos serviços executados referentes ao Contrato nº 069/2019, decorrente do Processo Licitatório nº 037/2019, Tomada de Preços nº 003/2019, do Município de São Miguel do Oeste/SC.

Art. 2º A comissão será composta pelos seguintes servidores:

I - Simone Carmem Thomas, Assistente Social, matrícula nº 21877801;

II - Denise Fiametti, Telefonista, matrícula nº 21849502;

III - Edinéia Lorenzet, Fiscal Sanitário, matrícula nº 22004501.

Parágrafo Único. Fica designada como presidente da comissão processante a servidora Simone Carmem Thomas.

Art. 3º Os integrantes da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais durante os horários de trabalho dedicados ao exercício das funções ora designadas.

Art. 4º O prazo máximo para a conclusão dos trabalhos da comissão será de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 5º A Comissão ora designada fará jus à gratificação contida no art. 88 da Lei Complementar nº 009/2012, combinada com o Anexo IV da Lei Complementar nº 025/2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.178/2014.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.
Em, 07 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

REPUBLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 0097 INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Publicação Nº 2221532

**LEI COMPLEMENTAR Nº 0097/2019**

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E O SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO, CONTROLE, FISCALIZAÇÃO, MELHORIA DA QUALIDADE E LICENCIAMENTO AMBIENTAL, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I - DAS CONCEITUAÇÕES E DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente lei regulamenta a Política Municipal do Meio Ambiente e o Sistema Municipal de proteção, controle, fiscalização, melhoria da qualidade e licenciamento ambiental, cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente, respeitadas as competências da União e do Estado, visa a assegurar, no Município de São Miguel do Oeste, condições ao desenvolvimento socioeconômico e proteção da dignidade da vida humana.

Art. 2º Esta Lei tem por princípios:

I - A ação do Município de São Miguel do Oeste, autonomamente ou em colaboração com os municípios vizinhos, o Estado e a União, na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - A racionalização do uso do solo, subsolo, da água e do ar;

III - O planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais do Município;

IV - A proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - O controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente causadoras de degradação ambiental;

VI - O acompanhamento, proteção e melhoria da qualidade ambiental;

VII - A recuperação de áreas degradadas e proteção de áreas ameaçadas de degradação;

VIII - A educação ambiental em todos os níveis do ensino, precipuamente na educação básica e ensino fundamental, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Parágrafo único. As diretrizes para a proteção e melhoria da qualidade ambiental serão formuladas em instruções normativas do órgão municipal ambiental, resoluções do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA e em planos administrativos, destinados a orientar a ação do governo municipal.

Art. 3º Para os fins previstos nesta Lei, serão adotadas as seguintes definições:



I - **esgoto sanitário**: são os efluentes resultantes da atividade higiênica, de limpeza e/ou de despejo industrial;

II - **meio ambiente**: é a interação dos fatores físicos, químicos e biológicos que condicionam a existência de seres vivos e de recursos naturais e culturais;

III - **poluição**: é degradação da qualidade ambiental é a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de energia ou substâncias sólidas, líquidas ou gasosas, ou a combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes, em níveis capazes que direta ou indiretamente:

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população;
- b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) afetem desfavoravelmente a biota;
- d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV - recursos naturais: são o ar atmosférico, as águas superficiais e subterrâneas, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera e demais componentes dos ecossistemas, com todas as suas inter-relações necessárias à manutenção do equilíbrio ecológico.

CAPÍTULO II - DO SISTEMA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 4º O Sistema Municipal do Meio Ambiente é composto por órgãos e entidades do Município, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, assim estruturado:

I- órgão consultivo e deliberativo: Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, com a função de assessorar, estudar e propor ao poder executivo as diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais, e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

II - órgão executor: Departamento Ambiental ou outro órgão com a atribuição de planejar, coordenar, supervisionar, controlar, fiscalizar e executar a Política Municipal do Meio Ambiente e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;

III- órgãos auxiliares: todas as secretarias, autarquias, fundações e outros órgãos municipais, nas suas respectivas áreas de atuação, responsáveis pela execução, controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.

SEÇÃO ÚNICA - DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Art. 5º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, com a função de assessorar, estudar e propor ao poder executivo as diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais, e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, compete:

- I - fiscalizar as ações do órgão ambiental municipal e a utilização do Fundo Municipal do Meio Ambiente;
- II - estudar, propor e atualizar a Política Municipal do Meio Ambiente;
- III - zelar pelo pleno cumprimento da Política Ambiental;



IV - apresentar ao poder executivo sugestões sobre:

- a) diretrizes de desenvolvimento ambiental do Município;
- b) alterações nas leis de uso do solo no Município;
- c) coleta e tratamento de resíduos de qualquer natureza;
- d) uso e proteção dos recursos hídricos;
- e) imunização do corte de árvores ou áreas de relevante interesse

ecológico e paisagístico;

V - propor campanhas educativas para formar consciência pública da necessidade de proteger, conservar e melhorar o meio ambiente;

VI - propor e acompanhar a implantação de novas unidades de conservação e assessorar a efetiva implantação das existentes;

VII - manter intercâmbio com órgãos da administração federal, estadual e municipal, e com entidades não governamentais para receber e fornecer subsídios técnicos, úteis na defesa e recuperação do meio ambiente;

VIII - decidir, em grau de recurso, como última instância administrativa, sobre multas e outras penalidades impostas pelo órgão municipal ambiental;

IX - responder consultas sobre matéria de sua competência, orientando os interessados e a população sobre as normas de proteção ambiental;

X - acompanhar, examinar e opinar sobre a implementação de normas, políticas e legislação referentes ao meio ambiente no Município;

XI - Estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, observada a legislação federal e estadual, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais;

XII - Deliberar sobre a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos envolvidos as informações necessárias;

XIII - Propor e participar na elaboração de campanhas educativas relativas a problemas de saneamento básico, despoluição da água, ar e do solo, combate a vetores, proteção da fauna e da flora;

XIV - sempre que cientificado de ações degradadoras do meio ambiente, proporá providências cabíveis à sua recuperação

XV - elaborar e alterar seu regimento interno.

Art. 6º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA observará em sua composição a paridade de cinquenta por cento de representantes do Poder Público e cinquenta por cento de representantes da sociedade civil organizada, e para cada representante titular haverá um suplente, nomeados por Ato do Poder Executivo, composto por 16 (dezesseis) membros titulares e seus respectivos suplentes,

I - ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

- a) um representante da EPAGRI;
- b) um representante da CASAN;
- c) um representante do 11º Pelotão da Polícia de Proteção Ambiental;
- d) um representante do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina

– IMA;

- e) um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento

Sustentável;

- f) um representante da Vigilância Sanitária;
- g) um representante do Instituto Federal de Santa Catarina-IFSC;



h) um representante as Secretaria Municipal de Urbanismo.

II - ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

- a) um representante da ACOMAR/RECICLIM;
b) um representante das Instituições de Ensino Superior com sede no município;
c) um representante do Instituto Catuetê;
d) um representante do Conselho das Entidades;
e) um representante dos Clubes de Serviços;
f) um representante do Sindicato dos Produtores Rurais;
g) um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
h) um representante do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio das Antas e Bacias Contíguas.

§ 1º Fica delegado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, aprovado pela maioria absoluta do COMDEMA, alterar o número de vagas do COMDEMA e as entidades que irão compor o Conselho serão definidas no Regimento Interno, estatuído por Decreto do Poder Executivo, desde que sem fins lucrativos e que estejam vinculadas, por qualquer maneira, à atividade de proteção, educação, fiscalização e/ou melhoria da qualidade ambiental no Município de São Miguel do Oeste ou no Estado de Santa Catarina.

§ 2º A inclusão ou exclusão de entidades componentes do COMDEMA, somente será possível mediante aprovação por maioria absoluta dos componentes do Conselho.

Art. 7º - O COMDEMA manterá com os órgãos das administrações municipal, estadual e federal, bem como os não governamentais, intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para a defesa e recuperação do meio ambiente.

Art. 8º - O mandato dos membros do COMDEMA será de dois anos, podendo ser reconduzidos de maneira consecutiva uma única vez.

Art. 9º - O exercício das funções de membros do COMDEMA será gratuito e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município.

CAPÍTULO III - DOS INSTRUMENTOS

Art. 10. São Instrumentos da Política Municipal do Meio Ambiente:

- I - O Fundo Municipal de Meio Ambiente;
II - A educação ambiental;
III - O Sistema de Informações Municipais, nos termos da Lei do Plano Diretor;
IV - O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;
V - A celebração de convênios e termos de cooperação técnica;
VI - A avaliação e monitoramento de impacto ambiental;
VII - O licenciamento, a rescisão e a revogação de atividades efetiva e potencialmente causadoras de degradação ambiental;
VIII - A fiscalização e aplicação de sanções administrativas;



- IX - O Sistema Municipal de Unidades de Conservação;
X - A criação e implantação de projetos e programas ambientais;
XI - As auditorias realizadas pelo órgão ambiental municipal ou com a sua autorização expressa;
XII - cadastro técnico de atividades e instrumentos de defesa ambiental.

Art. 11. As atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços deverão ser dotadas de meios e sistemas de segurança contra acidentes que possam pôr em risco a saúde pública ou o meio ambiente, por meio de Planos de Controle Ambientais – PCA's, na forma da legislação vigente.

SEÇÃO ÚNICA - DOS CONVÊNIOS

Art. 12. O Município de SÃO MIGUEL DO OESTE poderá celebrar convênios com órgãos dos governos federal e estadual com vistas à execução e fiscalização de serviços, na forma da legislação vigente.

§ 1º Poderá ser formalizar apoio e cooperação técnica e institucional com órgãos públicos e privados visando à aplicação da Política Municipal do Meio Ambiente, e à aplicação das legislações ambientais federal, estadual e municipal.

§ 2º Poderá integrar Consorcio Público na forma da legislação vigente visando à aplicação da Política Municipal do Meio Ambiente, e à aplicação das legislações ambientais federal, estadual e municipal.

§ 3º Fica autorizado o Município a ceder servidor com ou sem ônus ao Consórcio Público que integrar para efetivação da política municipal ambiental.

CAPÍTULO IV – DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 13. Fica instituído o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA, cujo objetivo é apoiar o desenvolvimento de ações que pela gestão racional e sustentável dos recursos naturais do Município, colaborem para que os munícipes, das presentes e futuras gerações, tenham adequada qualidade de vida através do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Parágrafo único. O desenvolvimento dos programas e diretrizes de trabalho relacionados ao meio ambiente serão coordenados pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e a Diretoria Ambiental e pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.

Art. 14. Constituem recursos financeiros do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA:

- I – as dotações constantes do orçamento geral do município;
II – taxas e tarifas previstas em Lei;
III – créditos adicionais suplementares a ele destinados;
VI – as contribuições, subvenções e auxílios de órgãos da administração direta e indireta, federal, estadual e municipal;



V – as receitas oriundas de convênios, acordos e contratos celebrados entre o município e instituições públicas e privadas, cuja execução seja, da competência do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA ou da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável;

VI – as dotações recebidas de pessoas físicas ou jurídicas ou de organismos públicos nacionais ou estrangeiros;

VII – o produto da alienação de material ou equipamento inservíveis;

VIII – a remuneração oriunda de aplicações financeiras;

IX – produtos de taxas, preços públicos ou reembolso de despesas relativas a licenças ambientais emitidas pelo município;

X – as multas aplicadas por infração à legislação ambiental;

XI – as multas aplicadas através de Termo de Ajustamento de Conduta entre o município e o particular, com ou sem a anuência do Ministério Público, nos casos de regularização de Loteamentos ou Desmembramentos;

XII – preços públicos cobrados pela prestação de serviços ambientais, pela análise de projetos ambientais e pela prestação de informações ou pareceres sobre matéria ambiental;

XIII – reembolsos por serviços prestados, por treinamentos ou cursos de capacitação e pela venda de produtos, sempre relacionados à sua finalidade principal;

XIV – indenizações decorrentes de cobranças judiciais e extrajudiciais motivadas pelo parcelamento irregular ou clandestino ou ocupação indevida do solo urbano;

XV – condenações judiciais, cíveis, administrativas ou criminais, de pessoas físicas ou empreendimentos sediados no município ou que afetem o território municipal, decorrentes de atos ilícitos praticados contra o meio ambiente;

XVI – compensação financeira ambiental;

XVII – outras receitas especificamente destinadas ao Fundo.

§ 1º As receitas descritas neste artigo serão depositadas em conta específica do Fundo, mantida em instituição financeira oficial instalada no Município.

§ 2º Quando não estiverem sendo utilizados em suas finalidades próprias, os recursos do fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, objetivando o aumento das receitas do Fundo, cujos resultados a ele se reverterão.

§ 3º O saldo financeiro do FMMA, apurado em balanço ao final de cada exercício, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

§ 4º A dotação prevista no Orçamento Municipal será automaticamente transferida para a conta do FMMA, tão logo os recursos pertinentes estejam disponíveis.

Art. 15. Os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA serão aplicados na execução de projetos e atividades que visem:

I – custear e financiar as ações de controle, fiscalização e defesa do Meio Ambiente, exercidas pelo Poder Público Municipal;

II – financiar planos, programas, projetos e ações, governamentais ou privados, de interesse ambiental e sem fins lucrativos, que visem:



a) proteção, recuperação, conservação de recursos naturais no Município ou estímulo a seu uso sustentado;

b) capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em questões ambientais, podendo, para tanto, celebrar convênios com entidades filantrópicas, governamentais ou privadas sem fins lucrativos;

c) desenvolvimento de projetos de capacitação, educação e sensibilização voltados à melhoria da consciência ambiental, inclusive realização de cursos, congressos e seminários;

d) combate à poluição, em todas as suas formas, melhoria do esgotamento sanitário e destinação adequada de resíduos urbanos, industriais e da construção civil;

e) gestão, manejo, criação e manutenção de unidades de conservação municipais ou de outras áreas de interesse ambiental relevante, inclusive áreas verdes, parques, praças e áreas remanescentes;

f) desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas voltadas à melhoria ambiental e à construção do processo de sustentabilidade do município;

g) desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações constantes na Política Municipal de Meio Ambiente;

h) desenvolvimento de turismo sustentável e ecologicamente equilibrado;

III - aquisição de material permanente e de consumo e de outros instrumentos necessários à execução de atividades inerentes à política municipal de meio ambiente;

IV – contratação de serviços de terceiros, inclusive assessoria técnica e científica, para elaboração e execução de programas e projetos;

V – incentivo ao uso de tecnologia ecologicamente equilibrada e não agressiva ao ambiente;

VI – apoio à implantação e manutenção do cadastro de atividades econômicas, que utilizem ou degradem os recursos ambientais do Município e manutenção de um sistema de informações referentes ao meio ambiente e controle urbano, mediante a coleta e a catalogação de dados e informações e a construção de banco de dados;

VII – atendimento de despesas diversas, de caráter de urgência e inadiáveis, necessárias à execução política municipal de meio ambiente;

VIII – pagamentos de despesas relativas a valores e contrapartidas estabelecidas em convênios e contratos com órgãos públicos e privados de pesquisa e proteção ambiental;

IX – outras ações de interesse e relevância pertinentes à proteção, recuperação e conservação ambientais do Município.

§ 1º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA editará resolução estabelecendo os termos de referência, os documentos obrigatórios, a forma e os procedimentos para apresentação e aprovação de projetos a serem apoiados pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente, assim como a forma, o conteúdo e a periodicidade dos relatórios financeiros e de atividades e das prestações de contas que deverão ser apresentados pelos beneficiários.

§ 2º Não poderão ser financiados pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA, projetos incompatíveis com quaisquer normas, critérios ou políticas municipais de preservação e proteção ao meio ambiente.



Art. 16. Compete ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos do fundo, em conformidade com a Política Municipal do Meio Ambiente obedecidas as diretrizes estaduais e federais.

Art. 17. O fundo será administrado pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.

Art. 18. O Fundo Municipal do Meio Ambiente somente poderá ser extinto:

- I – mediante Lei Municipal, após demonstração administrativa ou judicial de que ele não vem cumprindo com seus objetivos; ou
- II – mediante decisão judicial.

Parágrafo único. O patrimônio eventualmente apurado quando de sua extinção e as receitas de seus direitos creditórios serão absorvidos pelo Poder Público Municipal, na forma como a Lei ou decisão judicial, se for o caso, dispuser.

Art. 19. Os demonstrativos financeiros do FMMA obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e às normas do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 20. Os casos omissos relativos ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, serão regulamentadas por Decreto do Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.

CAPITULO V – DO ÓRGÃO AMBIENTAL MUNICIPAL

Art. 21. A execução da política ambiental municipal será efetivada pela Diretoria Ambiental vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável na forma da LCM n.024/2013.

CAPITULO VI - DAS CONDIÇÕES FÍSICAS

SEÇÃO I - DA PROTEÇÃO DAS ÁGUAS

Art. 22. As águas interiores situadas no Município de São Miguel do Oeste são classificadas segundo a resolução 357/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, ou norma posterior que a substitua e os padrões estabelecidos na legislação estadual.

Art. 23. É vedado o lançamento de efluentes de qualquer natureza e de esgotos urbanos, rurais e industriais sem o devido tratamento, em qualquer curso d'água do Município de São Miguel do Oeste.

Parágrafo único. É proibido o lançamento de qualquer resíduo sólido, assim como resíduos provenientes das atividades agrossilvipastoris, nos corpos d'água do Município de São Miguel do Oeste.



Art. 24. As edificações de uso industrial e/ou as estruturas e depósitos de armazenagem de substâncias capazes de causar riscos aos recursos hídricos deverão ser dotadas de dispositivos de segurança e prevenção de acidentes, de acordo com a legislação vigente e as normas técnicas, respeitando as áreas de proteção permanente previstas no Código Florestal Nacional.

Art. 25. Para os padrões de qualidade da água no Município de SÃO MIGUEL DO OESTE e de emissão de efluentes líquidos, será seguido o estipulado na resolução 357/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, ou norma posterior que substituí-la e os padrões estabelecidos na legislação estadual.

SEÇÃO II – DA PROTEÇÃO DO SOLO

Art. 26. Toda atividade de exploração de recursos naturais não renováveis, bem como a exploração de areia, pedras e cascalho nos leitos dos rios, subsolo e outros, fica condicionada à apresentação de Avaliação de Impacto Ambiental, conforme disposto na resolução 001/1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, ou outra que vier a substituí-la.

Parágrafo único. Em havendo degradação ou qualquer outra atividade ou obra considerada prejudicial ao meio ambiente, o agente infrator ou aquele que fizer funcionar o empreendimento, econômico ou não, deverá proceder às suas custas a recuperação da área, por meio de implantação de projeto de Recuperação de Áreas Degradadas, submetido à aprovação do órgão ambiental municipal.

SEÇÃO III - DA PROTEÇÃO ATMOSFÉRICA

Art. 27. É proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos ou de qualquer outro material combustível.

Art. 28. Ficam estabelecidos os padrões de qualidade do ar nos termos contidos na resolução 03/1990, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, ou outra que a substituir.

Art. 29. Os padrões de emissões atmosféricas no Município de São Miguel do Oeste seguirão os padrões estabelecidos pela resolução 08/1990, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, ou outra que vier a substituí-la.

Art. 30. Compete ao órgão ambiental municipal, sem prejuízo da atribuição de outros órgãos estaduais ou federais legitimados, a fiscalização do cumprimento do padrão da qualidade do ar e emissões atmosféricas.

CAPÍTULO V - DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO ESPECIAL E DAS ZONAS DE RESERVA AMBIENTAL

SEÇÃO I - DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Art. 31. As áreas de preservação ambiental são as constantes na Lei do Zoneamento Municipal.



§ 1º O Poder Executivo Municipal poderá criar unidades de conservação municipais em São Miguel do Oeste, em conformidade com a lei federal 9.985/2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

§ 2º O ato de criação das unidades de conservação deverá conter diretrizes para a regularização fundiária, demarcação e fiscalização adequada, bem como a indicação da respectiva área do entorno e estrutura de funcionamento.

Art. 32. O Sistema Municipal de Unidades de Conservação deve ser integrado aos sistemas estadual e nacional.

Art. 33. A alteração adversa, a redução da área ou a extinção das unidades de conservação somente será possível mediante lei municipal.

Art. 34. O Município poderá reconhecer, na forma da lei, unidades de conservação de domínio privado.

Parágrafo único. O Município pode estimular e acatar iniciativas comunitárias para criação de unidades de conservação municipais.

Art. 35. É proibido o corte raso das florestas, a exploração de pedreiras, macadame e barro, e outras atividades que degradem os recursos naturais e a paisagem nas faixas de terras dos locais adjacentes às unidades de conservação municipais, estaduais e federais.

SEÇÃO II - DAS QUEIMADAS

Art. 36. É proibido promover queimadas no Município de SÃO MIGUEL DO OESTE.

Art. 37. A utilização de fogo nas atividades agropastoris e florestais obedecerá ao decreto federal 2.661/1998, e alterações.

SEÇÃO III - DA PROTEÇÃO DA COBERTURA VEGETAL

Art. 38. O Município de São Miguel do Oeste, por meio do órgão ambiental municipal, fiscalizará, no território municipal, o cumprimento do Código Florestal Nacional, da Lei n. 11.428/2006 e do Decreto Federal n. 6.660/2008, e alterações.

§1º Para efetuar o desmatamento ou corte eventual de árvores de espécie nativa, para qualquer finalidade, o proprietário do imóvel solicitará autorização ao órgão municipal ambiental.

§2º Como forma de compensação ambiental ao corte, desde que respeitada a legislação federal e estadual vigentes, a autorização poderá ser condicionada ao replantio de espécies nativas em locais e quantidades definidos pelo órgão ambiental municipal, conforme o impacto ambiental gerado.

§3º Nos parcelamentos de solo para fins urbanos, desde que respeitada a legislação federal e estadual vigentes, o corte da vegetação na área interna aos lotes somente será autorizado quando for iniciada a construção das edificações.



SEÇÃO IV - DO PARCELAMENTO DO SOLO

Art. 39. 39. A arborização de logradouros públicos deverá ser feita com espécies nativas e sob o espaçamento indicados pelo órgão ambiental municipal, desde que não haja outra legislação municipal específica sobre o tema.

Art. 40. A aprovação do parcelamento do solo urbano fica condicionada a anuência prévia do órgão ambiental municipal, ressalvada a competência estadual para o licenciamento ambiental.

SEÇÃO V - DA PROTEÇÃO À FAUNA

Art. 41. O órgão ambiental municipal cooperará com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA e Polícia Militar Ambiental na proteção e fiscalização dos cuidados aos animais silvestres e nos direitos à proteção animal.

CAPÍTULO VI - DAS ATIVIDADES CAUSADORAS DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Art. 42. O Município de São Miguel do Oeste adotará a classificação de atividades potencialmente poluidoras instituída nas Resoluções 13 e 14/2012 do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, bem como de suas eventuais alterações

Art. 43. Os órgãos e entidades da administração pública direta ou indireta e os empreendimentos privados que exerçam atividades potencialmente causadoras de poluição compatibilizarão seus planos, projetos e programas de investimento com os dispositivos desta Lei.

CAPÍTULO VII - DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 44. A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades que utilizam recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de degradação ou poluição ambiental, dependem de apresentação das licenças ambientais prévias - LAP, de instalação – LAI, e de operação - LAO, expedidas pelo órgão ambiental competente, bem como da aprovação dos projetos, acompanhados da avaliação de impacto ambiental ou dos relatórios de impacto ambiental.

§ 1º São empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento ambiental pelo órgão ambiental municipal todas aquelas delegadas ao Município por meio de convênio pelos órgãos estaduais e/ou federais, sendo a licença expedida sempre em um único nível de competência.

§ 2º Cabe ao órgão ambiental municipal definir os critérios de exigibilidade, o detalhamento e as informações necessárias ao licenciamento ambiental de sua competência, levando em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o porte e outras características do empreendimento ou atividade.

§ 3º O início das atividades dependerá da apresentação, pelo interessado, de outras licenças legalmente exigíveis.



§ 4º em casos de empreendimentos cujo porte não exijam licenciamento ambiental, poderá ser expedida Autorização Ambiental ou Certidão de Conformidade Ambiental.

Art. 45. O licenciamento de empreendimentos e atividades consideradas de significativo potencial de degradação ou poluição ambiental dependerá de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto ambiental - EIA/RIMA, ao qual se dará publicidade, inclusive com a convocação de audiências públicas.

Art. 46. O órgão ambiental municipal, no exercício de sua competência, expedirá as seguintes licenças:

a) **Licença Ambiental Prévia - LAP**, concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de implementação;

b) **Licença Ambiental de Instalação - LAI**, que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes que constituam o motivo determinante;

c) **Licença Ambiental de Operação - LAO**, que autoriza a operação de atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com adoção das medidas de controle ambiental e demais condicionantes exigidos para a operação;

d) Autorizações, certidões e cadastros ambientais de acordo com os órgãos ambientais estadual e federal;

§1º As licenças ambientais poderão ser expedidas isoladas ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.

§2º O requerimento de licenciamento ambiental deverá ser dirigido ao órgão ambiental municipal e apresentado por escrito ou por meio de sistema eletrônico, na forma disciplinada pelo COMDEMA.

§3º O órgão ambiental municipal estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença, especificando-o no respectivo documento, respeitando o cronograma de execução da atividade ou empreendimento, de acordo com as resoluções do CONSEMA.

§4º O órgão ambiental municipal poderá adotar, com anuência do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, procedimentos simplificados de licenciamento ambiental para atividades ou empreendimentos de baixo potencial de degradação ambiental, desde que observada a legislação estadual e federal, por meio de Autorização Ambiental ou Certidão de Conformidade Ambiental.

Art. 47. Para cada licenciamento será cobrada uma taxa destinada a cobrir os custos operacionais do órgão ambiental municipal, bem como a manutenção de sua estrutura física.



Art. 48. Poderão ser estabelecidas outras formas de cobrança para os licenciamentos de baixo potencial de degradação ambiental, com anuência do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.

CAPÍTULO VIII – DAS TAXAS

SEÇÃO I – DA TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 49. Fica instituída a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais.

§ 1º Serão cobradas taxas para cada licenciamento, visando cobrir os custos e despesas de análise das licenças ambientais, bem como a manutenção da estrutura física-operacional do órgão ambiental municipal para a realização de tal fim, na forma desta Lei Complementar.

§ 2º Poderão ser estabelecidas outras formas de cobrança para os licenciamentos de baixo potencial de degradação ambiental, com anuência do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 50. A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviços pelo órgão ambiental municipal, e será devida para:

I - Análise prévia com vistoria para concessão de autorizações ambientais (terraplanagem) e/ou licenças ambientais (licença prévia, licença de instalação e licença de operação);

II - Análise prévia para concessão de licenças simplificadas;

III - Autorização de corte de vegetação - AuC e reposição florestal;

IV - Autorização municipal simplificada de cortes de árvore;

V - Averbação de reserva legal;

VI - Licença ambiental para terraplanagem urbana e rural;

VII - Certidão de conformidade ambiental, mediante vistoria ou não;

VIII - Autorização ambiental.

§ 1º Os valores referentes à taxa que trata o presente artigo serão calculados e cobrados na forma estabelecida no Anexo Único.

§ 2º Os critérios do porte do empreendimento em relação ao potencial poluidor degradador serão estabelecidos pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, que definirá por listagem as atividades potencialmente poluidoras, que deverá seguir a lista estabelecida pelo CONSEMA.

§ 3º A determinação do valor da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais, quantificação do serviço e cronograma de execução serão definidos quando da solicitação por parte do interessado.

§ 4º A cobrança dos serviços solicitados será realizada na hora do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado pelo responsável sem o comprovante do respectivo pagamento.



Art. 51. Na análise de licenças ambientais de que tratam os incisos I e II do artigo anterior será observado o seguinte:

I - A taxa exigida para as referidas atividades será graduada em função do porte e do potencial poluidor degradador, conforme Tabela 01 do Anexo Único da presente lei;

II - As Licenças Ambientais terão prazo de validade em conformidade com o que dispuser a legislação federal, estadual e/ou regulamentação. Caberá ao CONDER e/ou ao órgão responsável a regulamentação dos procedimentos de licenciamento ambiental e de mitigação dos prazos das licenças ambientais, inclusive simplificadas e das certidões de conformidade ambiental; e

III - A cobrança da análise dos pedidos de licenças ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme determina a legislação em vigor.

Art. 52. O sujeito passivo da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais é a pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita às leis ambientais e que requerer serviço submetido à sua incidência ou for o destinatário do exercício do poder de polícia.

§1º Estão dispensados do pagamento das taxas de serviços ambientais previstos na presente lei, exceto quando o serviço prestado demandar análise técnica do CONDER:

I - Os órgãos e entidades integrantes da União e o Estado, inclusive suas fundações e autarquias;

II - Os órgãos da Administração Direta, fundações e autarquias municipais;

III - As associações de pais e professores - APP, associações de moradores de bairro, associações classe, centros comunitários e associações de pais e funcionários - APF, devidamente constituídos e sem fins lucrativos;

IV - Os clubes de caça e tiro e as associações culturais, sociedades desportivas, recreativas e demais clubes, devidamente constituídos, reconhecidos de utilidade pública por lei municipal e sem fins lucrativos;

V - As instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos.

§ 2º Para usufruir da dispensa prevista neste artigo as pessoas jurídicas acima deverão comprovar documentalmente tal condição no momento do pedido.

§ 3º O pagamento da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais não será exigido dos Microempreendedores individuais no primeiro ano de funcionamento e pela metade no segundo ano, retornando ao valor total nos anos seguintes.

Art. 53. A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais será recolhida até a data do requerimento do serviço ou atividade.

Art. 54. No que couber, aplica-se subsidiariamente à Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais o disposto no Código Tributário Municipal e suas alterações e na Lei Complementar n. 033/2013.



Art. 55. Os valores recolhidos à União, Estado, a outro Município e Distrito Federal, a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento ou fiscalização, não constituem crédito para compensação com a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais de que trata esta lei.

SEÇÃO II – DA UNIDADE MONETÁRIA AMBIENTAL

Art. 55. Fica instituída a Unidade Monetária Ambiental (UMA), para efeito de cálculo de atualização monetária dos créditos pertencentes ao Município, bem como os relativos a multas e penalidades de qualquer natureza, e unidade de referência de valores expressos na legislação ambiental municipal.

Art. 56. A UMA terá sua expressão monetária fixada anualmente por Decreto do Chefe do Poder Executivo, segundo a variação acumulada do INPC/IBGE ou outro indexador que vier a substituí-lo, medida entre os meses de janeiro a dezembro de cada exercício imediatamente anterior.

§1º Interrompida a apuração ou divulgação do INPC/IBGE, a expressão monetária da UMA será estabelecida com base nos indicadores disponíveis que vierem a substituí-lo, ou, em caso de não substituição, por outro indexador oficial.

§2º No caso do parágrafo anterior, o Poder Executivo divulgará, previamente à sua vigência, a metodologia empregada para a determinação da expressão monetária da UMA.

§3º A expressão monetária da UMA referente ao ano de 2020 é de R\$115,00 (cento e quinze reais).

CAPÍTULO IX - DO CONTROLE DA PROTEÇÃO AMBIENTAL

SEÇÃO I - DA FISCALIZAÇÃO

Art. 58. A fiscalização do cumprimento dos dispositivos estabelecidos nesta Lei, bem como das normas decorrentes, será exercida pelo órgão ambiental municipal.

Parágrafo único. A competência de que trata este artigo não exclui a de outros órgãos ou entidades federais ou estaduais no que tange à proteção e melhoria da qualidade ambiental.

Art. 59. Os agentes fiscalizadores do órgão ambiental municipal terão livre acesso, para fins de fiscalização, às instalações industriais, comerciais, agropecuárias, florestais ou outras áreas particulares ou públicas, que exerçam atividades capazes de agredir o meio ambiente.

Parágrafo único. Os agentes fiscalizadores são técnicos, servidores do órgão ambiental municipal, portadores de carteira específica de identificação, ou servidores de outros entes federados e órgãos públicos integrantes do SISNAMA que possuam e exerçam o Poder Policia.



SEÇÃO II - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 60. As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente serão punidas com sanções administrativas, aplicadas pelo órgão ambiental municipal, as quais poderão acumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 61. Constituem infrações ambientais:

I - emitir ou lançar no meio ambiente sob qualquer forma de matéria, energia, substância, mistura de substância, em qualquer estado físico, prejudiciais à atmosfera, ao solo, ao subsolo, às águas, à fauna e à flora, que possam torná-lo impróprio à saúde e ao bem-estar público, bem como ao funcionamento normal das atividades da coletividade;

II - causar poluição, de qualquer natureza, que provoque a degradação do meio ambiente, trazendo como consequência:

a) ameaça ou danos à saúde e ao bem-estar do indivíduo e da coletividade;

b) mortandade de mamíferos, aves, répteis, anfíbios ou peixes;

c) destruição de plantas cultivadas ou silvestres;

III - construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território do Município de São Miguel do Oeste, estabelecimentos, obras, atividades ou serviços potencialmente degradadores do meio ambiente, sem licença do órgão competente ou em desacordo com a mesma;

IV - obstar ou dificultar a ação dos agentes fiscais do meio ambiente no exercício de suas funções, negando informações ou vista a projetos, instalações, dependências ou produtos sob inspeção;

V - descumprir atos emanados da autoridade ambiental que visem à aplicação da legislação vigente.

Parágrafo único. Considera-se ainda infração ambiental toda ação ou omissão que importe em inobservância dos preceitos desta Lei e seus regulamentos, normas técnicas e resoluções do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e outras normas, inclusive federais e/ou estaduais, que se destinem à promoção, proteção e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Art. 62. São sanções administrativas:

I - notificação preliminar, por meio do qual o infrator será notificado para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções previstas nesta Lei;

II - multa, de 10 (dez) a 3.000 (três mil) Unidades Monetárias Ambientais-UMA's, ou outro índice oficial que a substituir;

III - suspensão das atividades até correção das irregularidades, salvo os casos de competência do Estado e da União;

IV - interdição temporária ou permanente de estabelecimento, empreendimento ou atividade;

V - cassação de alvará já concedido, de licença de funcionamento ou licença ambiental, em atenção ao parecer técnico emitido pelo órgão ambiental municipal;

VI - perda ou restrições de incentivos fiscais e/ou outros benefícios concedidos pelo Município;



VII – embargo de obra ou de atividade que estejam em desacordo com a legislação;

VIII – demolição de obra em desacordo com a legislação.

Parágrafo único. A interdição, o embargo ou a demolição serão aplicada quando o empreendimento ou atividade estiver funcionando sem a devida autorização ou licença ambiental, ou com violação de disposição legal ou regulamentar.

Art. 63. Para a aplicação da pena de multa expedida pelo órgão ambiental municipal, as infrações em matéria ambiental são classificadas em:

I - **Leves**, as eventuais ou as que não venham a causar risco ou danos à saúde, à flora, à fauna, nem provoque alterações sensíveis ao meio ambiente;

II - **Média**, as que venham a prejudicar a saúde, à segurança e ao bem estar ou causar danos relevantes à fauna, à flora e a outros recursos naturais;

III - **Graves**, as que provoquem iminente risco à vida humana, à flora, à fauna e a outros recursos naturais

IV - **Gravíssimas**, as que tenham causado risco a vida humana, à flora, à fauna e a outros recursos naturais.

Art. 64. O valor das multas será aplicado em Unidades Monetárias Ambientais – UMA's, ou outro índice oficial que a substituir, de acordo com a gravidade da infração, sendo:

I - **para infrações leves**, multa de 10 (dez) a 150 (cento e cinquenta) Unidades Monetárias Ambientais – UMA's, ou outro índice oficial que a substituir.

II - **para infrações médias**, multa de 151 (cento e cinquenta e uma) a 300 (trezentos mil) Unidades Monetárias Ambientais – UMA's, ou outro índice oficial que a substituir

III - **para infrações graves**, multa de 301 (trezentos e um) a 1.000 (mil) Unidades Monetárias Ambientais – UMA's, ou outro índice oficial que a substituir

IV - **para infrações gravíssimas**, multa de 1.001 (mil e uma) a 3.000 (três mil) Unidades Monetárias Ambientais – UMA's, ou outro índice oficial que a substituir.

§1º Ao quantificar a pena, a autoridade administrativa fixará primeiramente a pena base, correspondente ao valor intermediário dos limites mínimos e máximos, elevando-a, nos casos com agravantes, e, reduzindo-a, nos casos com atenuantes.

§2º Poderão ser estipuladas multas diárias, enquanto persistirem os problemas.

Art. 65. As penalidades serão compatíveis com a infração verificada, levando-se em conta sua natureza, gravidade e consequências para o meio ambiente e a coletividade, assim como o porte da entidade infratora.

§1º São circunstâncias atenuantes a serem consideradas na aplicação das penalidades:

I - ser primário;

II - ter procurado, de algum modo, evitar ou atenuar efetivamente as consequências do ato ou dano;



III - ter bons antecedentes em matéria ambiental.

§2º São circunstâncias agravantes a serem consideradas na aplicação das penalidades:

I - ser reincidente em matéria ambiental;

II - prestar informações falsas ou alterar dados técnicos;

III - dificultar ou impedir a ação fiscalizadora;

IV - deixar de comunicar, imediatamente, a ocorrência de acidentes que ponham em risco o meio ambiente.

SEÇÃO III – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 66. Verificando-se condutas, processos ou atividades potencialmente lesivas ao meio ambiente, o agente fiscal do meio ambiente deverá expedir notificação preliminar ao infrator para que, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, regularize a situação.

Parágrafo único. O agente fiscal do meio ambiente arbitrará o prazo para regularização, no ato da notificação, respeitando o prazo limite previsto no caput deste artigo.

Art. 67. No caso de flagrante de conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente, não caberá notificação preliminar, devendo o infrator ser imediatamente multado.

Art. 68. A notificação preliminar e/ou a aplicação de multa serão feitas em formulário destacado do talonário próprio, no qual ficará cópia com a ciência do notificado, sendo que, ao infrator, dar-se-á cópia.

Parágrafo único. Recusando-se o notificado a dar ciência, será tal recusa declarada na notificação preliminar ou multa pela autoridade que a lavrar. Esgotado o prazo estipulado na notificação preliminar sem que o infrator tenha regularizado a situação, lavrar-se-á multa.

Art. 69. O valor da multa será reduzido em 30% (trinta por cento) se o pagamento da mesma for efetuado em sua totalidade, até a data do vencimento.

Art. 70. Em caso de atraso no pagamento da multa incidirá juros de 1% (um por cento) ao mês, mais multa moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, até o limite de 2% (dois por cento).

Art. 71. O pagamento das multas constantes poderá ser parcelado em até 12 (doze) parcelas.

Art. 72. A parcela mínima não poderá ser inferior a 05 (cinco) Unidades Monetárias Ambientais – UMA's, ou outro índice oficial que a substituir

Parágrafo único. O atraso no pagamento de 2 (duas) parcelas, consecutivas ou não, acarretará o cancelamento automático do parcelamento.



Art. 73. O infrator terá prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da lavratura do auto de infração, para apresentar defesa, com efeito suspensivo da pena de multa, formulada por escrito ou por meio de sistema eletrônico homologado pelo Município, dirigida ao titular do órgão ambiental municipal, apresentada no setor de protocolo do órgão ambiental do Poder Executivo Municipal

§1º O titular do órgão ambiental municipal terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para proferir decisão sobre a defesa apresentada.

§2º Da decisão de que trata o parágrafo anterior caberá recurso, sem efeito suspensivo, à plenária do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, que terá prazo de 10 (dez) dias úteis para proferir decisão final.

§3º A decisão de que trata o parágrafo anterior é irrecorrível na esfera administrativa.

Art. 74. O chefe do Poder Executivo editar decreto regulamentando o processo administrativo de apuração de infração ambiental.

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 75. Nos órgãos de administração direta, as entidades da administração indireta, autarquias e fundações públicas do Município de São Miguel do Oeste, bem como empresas subsidiárias ou controladas pelo Município devem se articular com o órgão municipal ambiental com vistas ao cumprimento dos dispositivos estabelecidos nesta Lei.

Art. 76. Fica o poder executivo autorizado a adotar medidas de emergência, a fim de evitar episódios críticos de poluição ambiental, ou para impedir sua continuidade, em caso de grave e iminente risco para vidas humanas ou recursos naturais.

Art. 77. O órgão ambiental municipal expedirá os regulamentos necessários à execução desta Lei.

Art. 78. Fica autorizado o poder executivo a promover a realização de eventuais alterações orçamentárias necessárias a consecução da presente lei.

Art. 79. Esta Lei entrará em vigor após decorridos 15 dias de sua publicação.

Art. 80. Ficam revogadas as Leis Municipais nº 4.873/2001 e 7.573/2018.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.
Em, 17 de outubro de 2019.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal



SISSE ABDALLA DIAS VELOZO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Sustentável

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste – Rua Marcílio Dias, 1199 – Centro – São Miguel do Oeste – SC – CEP: 89.900-000 – Tel: (49) 3631-2000



ANEXO ÚNICO

TAXA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS

1. NORMAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO:

1.1 - A cobrança dos serviços será realizada no momento do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado/realizado sem a comprovação do pagamento.

1.2 - Os valores arrecadados serão integralmente destinados ao órgão ambiental municipal.

1.3 - As Licenças Ambientais de Operação terão prazo de validade em conformidade com o que dispuser a legislação federal, estadual e/ou regulamentação. Caberá ao CONDER a regulamentação dos procedimentos de licenciamento ambiental e de mitigação dos prazos das licenças ambientais, inclusive simplificadas, e das certidões de conformidade ambiental.

1.4 - A cobrança pela Análise dos Pedidos de Licenças Ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento ou de forma simultânea em caso de licenciamento de regularização.

1.5 - Nos casos de pedidos de renovação de Licenças será cobrado o valor referente à classificação da atividade.

2. APURAÇÃO DO VALOR PELA ANÁLISE DE LICENÇAS AMBIENTAIS:

Para a apuração do valor a ser cobrado pelas análises dos pedidos de Licenças Ambientais de que trata a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e alterações, Resoluções do CONSEMA nº 98/2017, nº 99/2017 e suas alterações, as atividades são enquadradas nos níveis I, II, III, em função do porte e do potencial poluidor/degradador, conforme Tabela nº 01.

Tabela nº 01

Enquadramentos das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental

PORTE DO EMPREENHIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL			
	P		M	G
	P	P,P	P,M	P,G
	M	M,P	M,M	M,G
	G	G,P	G,M	G,G

2.1 - O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função dos efeitos causados sobre o solo, ar e água. O potencial poluidor/degradador geral é o maior dentre os potenciais considerados sobre cada um dos recursos ambientais analisados.

2.2 - O porte do empreendimento também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função de critérios estabelecidos na Resolução CONSEMA nº 98/2017, Resolução CONSEMA nº 99/2017 e suas alterações, que define por listagem as atividades potencialmente causadoras de Degradação Ambiental.

2.3 - O potencial poluidor/degradador e o porte do empreendimento estão definidos nas Resoluções acima mencionadas.

2.4. Licença Ambiental de Operação de Regularização

Remuneração do processo correspondente aos três níveis de licenciamento correspondentes (LAP, LAI e LAO), conforme tabelas anteriores.

**Tabela nº 02**

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais em UMA

LICENÇAS	NÍVEL								
	P,P	M,P	P,M	M,M	G,P	P,G	M,G	G,M	G,G
LAP	1,7516	3,0801	5,3607	9,3813	14,0954	16,4114	23,4767	28,7199	50,2216
LAI	4,3262	7,6296	13,3666	23,3239	35,0211	40,8403	58,3450	71,4177	124,9428
LAO	8,6642	15,3063	26,7449	46,6831	70,0070	81,6689	116,6901	142,8354	249,8738
Total	14,7420	26,0160	45,4722	79,3883	119,1235	138,9206	198,5118	242,9730	425,0382

Tabela nº 03

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais anual em UMA para as atividades agrícola e pecuária.

LICENÇAS	NÍVEL					
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	1,7046	1,9750	3,1506	3,7972	6,3482	7,5944
LAI	4,7494	5,7017	9,4988	11,4386	8,6642	22,8302
LAO	3,1506	3,7972	6,3482	7,5944	12,6847	15,2358
Total	9,6046	11,4739	18,9976	22,8302	27,6971	45,6604

3. DETERMINAÇÃO DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA:

Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, conforme determina a legislação ambiental em vigor, a determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados, conforme fórmula abaixo:

3.1. Custo total das análises

CT = TT + VT + CE + CA, onde:

a) Trabalho Técnico

TT = T x H (UMA 0,6078/hora)

b) Vistoria Técnica

VT = T x D (UMA 1,4055/dia) + V x R (UMA0,0083/Km)

c) Consultoria Externa

CE = Cc x H

d) Custo Administrativo

CA = (TT + VT + CE) x 0,0015UMA

Legenda:

CT	Custo Total
TT	Trabalho Técnico
VT	Vistoria Técnica
CE	Consultoria Externa
CA	Custo Administrativo
H	Número de Horas Trabalhadas
D	Número de Dias Trabalhados
R	Total de Km Rodados
T	Número de Técnicos
V	Número de Veículos
Cc	Custo de Consultoria por Hora (UMA 1,4055)



Q(I)	Vazão de bombeamento (m³/h)
-------------	-----------------------------

4. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL SIMPLIFICADA DE CORTE DE ÁRVORES, INCLUSIVE ÁRVORES DE RISCO; AUTORIZAÇÃO DE CORTE/SUPRESSÃO OU EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO; E REPOSIÇÃO FLORESTAL:

UMA 0,8357 para corte isolado de até 10 árvores em zona urbana ou rural.

UMA 0,8357 para corte isolado de até 30 árvores em zona urbana ou rural + apresentação de projeto e doação de mudas quando necessário.

UMA 1,7474 + 0,0003 x AM para corte/supressão de vegetação em zona urbana, com área de corte.

UMA 1,7474 + 0,0006 x U para manejo de Palmito limitado em 2.000 unidades.

UMA 0,9876 para aproveitamento de árvores mortas ou caídas em propriedades rurais.

UMA 1,7474 para análise de projeto de corte de vegetação – AUC para florestas plantadas em áreas protegidas (Área de Preservação Permanente - APP, Unidade de Conservação - UC, etc.), com recomposição vegetal.

UMA 0,9876 para corte eventual em zona rural (20m³ ou 20 unidades).

UMA 1,7474 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário se caracterize como pequeno produtor rural, para fins agrosilvopastoris no limite de até 2,0ha/ano.

UMA 1,7474 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário não se caracterize como pequeno produtor rural, no limite de até 3,0ha, uma única vez.

Isento = autorização municipal para transporte de produtos e subprodutos florestais no caso de pequenos produtores rurais ou posse rural familiar.

5. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA URBANA:

UMA 0,8357 para AM ≤ 500

UMA 0,8357 + 0,0010 x AM para AM > 500 e ≤ 2.000

UMA 0,8357 + 0,0010 x AM para AM > 2.000 e ≤ 5.000

UMA 0,8357 + 0,0013 x AM para AM > 5.000

6. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA RURAL:

UMA 0,8357 para AM ≤ 500

UMA 0,8357 + 0,0003 x AM para AM > 500 e ≤ 2.000

UMA 0,8357 + 0,0003 x AM para AM > 2.000 e ≤ 5.000

UMA 0,8357 + 0,0006 x AM para AM > 5.000

7. CERTIDÕES E DECLARAÇÕES DIVERSAS:

Pr = UMA 0,8357

7.1. Certidão de Conformidade Ambiental

UMA 1,0

7.2. Declaração de atividade não constante

UMA 1,0



8. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – AuA

TAXA DE VISTORIA NO VALOR DE 1,0 UMA +:

		POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL			
		P	Valor (UMA)	M	Valor (UMA)
PORTE DO EMPREENDIMENTO	inferior a P	P,P	3,00	P,M	3,50
	inferior a M	M,P	4,00	M,M	5,00
	Porte Único	3,50 UMA			

9. PARECER TÉCNICO EM GERAL, EXCLUINDO-SE A ANÁLISE DO EIA/RIMA:

Pr = UMA 1,9374

10. LISTAGEM DE VALORES PARA A ATIVIDADE DA SUINOCULTURA:

Granja de suínos - terminação

UMA 0,3039 + 0,0010 x NC

Unidade de Produção de Leitão - UPL

UMA 0,3039 + 0,0016 x NM

Granja de suínos - Creche

UMA 0,3039 + 0,0003 x NC

Granja de suínos - Ciclo Completo

UMA 0,3039 + 0,0052 x NM

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 0,0380 UMA para Licença Ambiental Prévia - LAP, de 0,0570 UMA para Licença Ambiental de Instalação - LAI e de 0,0475 UMA para Licença Ambiental de Operação – LAO.

Legenda:

Pr	Preço Básico da Licença
AU	Área Útil em Hectare
AM	Área em m ²
NC	Nº de Cabeças
NM	Nº de Matrizes
LAP	Licença Ambiental Prévia
LAI	Licença Ambiental de Instalação
LAO	Licença Ambiental de Operação
AuA	Autorização Ambiental
AuC	Autorização de Corte de Vegetação
U	Unidades

11. Análise de Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) (quando não licenciável por AuA, situação na qual recolherá o valor correspondente a esta):

UMA's 1,5



12. Licença de Adesão ou Compromisso - LAC

		POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL	
		M	Valor (UMA)
PORTE DO EMPREENHIMENTO	P	P,M	3,00
	M	M,M	4,00
	G	G/M	5,00

13. Alteração da Razão Social (ALRS)

UMA's 1,0

14. Transferência de Titularidade

UMA's 1,0

15. Emissão 2º via do certificado da licença ambiental, certidão de conformidade ambiental ou AuA

UMA 1,0

16. Análise de revisão ou prorrogação de prazo de validade de condicionante

UMA 1,0

17. Prorrogação de prazo de validade de licença ou AuA

30% (trinta por cento) da remuneração básica da respectiva licença ou autorização

18. Renovação da licença ou autorização ambiental

Remuneração do processo correspondente

19. Programa de educação ambiental

UMA 01,00 por hora.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

Em, 17 de outubro de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

TERMO DE COLABORAÇÃO

Publicação Nº 2220861

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2019

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração de prazo e cronograma de desembolso referente à parceria realizada com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, com a finalidade de execução de Plano de Trabalho para a promoção de atendimentos especializados em prol das crianças com atraso global do desenvolvimento e de pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC

VALOR: R\$ 60.000,00

VIGÊNCIA: 28/02/2020

ASSINA pela CONTRATANTE: ALENCAR BARBIERI

ASSINA pela CONTRATADA: IVANI MARIA COSTACURTA

São Miguel do Oeste/SC, 08 de novembro de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 29/2019 - AQUISIÇÃO DE PÚLPITO EM MDF**

Publicação Nº 2221303

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2019

A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM PÚLPITO EM MDF PARA INSTALAÇÃO NO PLENÁRIO DA CÂMARA DE VEREADORES, conforme as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital de Pregão Presencial 29/2019.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 22 de novembro de 2019.

ABERTURA: às 09h10min do mesmo dia.

Mais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Câmara, sito à Rua Pedro Julian, nº 858, Bairro Agostini, fone (0xx49) 3621-1400 e o edital na íntegra no site: www.saomigueldooeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste/SC, 08 de novembro de 2019.

EVERALDO DI BERTI

Presidente da Câmara de Vereadores

PORTARIA 160/2019

Publicação Nº 2221493

PORTARIA 160/2019

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, em consonância com o Regimento Interno, Resolução nº 004, de 1º de dezembro de 1992;

RESOLVE

Art. 1º Nomear os Senhores TIARAJU LUIS GOLDSCHMIDT, DIOGO SALAMONI MOSER, e ORLANDO SCHINDLER JUNIOR, respectivamente Agente de Comunicação Social, Agente de Recursos Humanos e Auxiliar Administrativo, todos do Quadro Funcional do Poder Legislativo para compor, sob a Presidência do primeiro, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, a partir de 17 de novembro de 2019, até que se faça necessário a atuação da comissão, não excedendo o período de 01 (um) ano de atuação.

Art. 2º Os integrantes da presente Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias e horários quando a serviço.

Art. 3º Em decorrência do relevante interesse Público, a Comissão trabalhará e será indenizada, com gratificação, de acordo com a Lei vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,
Em 07 de novembro de 2019.
Vereador Everaldo Di Berti
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó
Secretário Executivo

PORTARIA 161/2019

Publicação Nº 2221494

PORTARIA 161/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS ANUAIS REMANESCENTES A SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Resolução nº 004/92 e alterações, e a Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, e demais legislações;

RESOLVE CONCEDER FÉRIAS ANUAIS REMANESCENTES:

Art. 1º Fica concedido férias anuais remanescentes à Servidora da Câmara Municipal, Senhora LEDI SPIECKER, brasileira, ocupante do cargo de Serviços Gerais, a partir de 18 de novembro de 2019 a 05 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo de 15 de agosto de 2017 a 14 de agosto de 2018.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, correrão à conta nas rubricas específicas do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 3º Registre-se, publique-se e comunique-se.

Gabinete do Presidente do Câmara de São Miguel do Oeste, SC,
Em 08 de novembro de 2019.
Vereador Everaldo Di Berti
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó
Secretário Executivo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO N.º 069/2019

Publicação Nº 2221349

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 069/2019

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor RAFAEL RODRIGUES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 070.616.219-66, residente e domiciliado a Rua José Estevão Zimmermann, nº. 2447 – Santa Teresa – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito a Lei Complementar nº 160/2019, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PSICÓLOGO - PNAISP, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 11/11/2019, findando no dia 10/11/2020, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a dois (02) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

- 5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
- 5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
- 5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

- 8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.
- 8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:
- 8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;
- 8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.
- 8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de trinta (30) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

RAFAEL RODRIGUES
CONTRATADO
Testemunhas:

DECRETO Nº 191/2019

Publicação Nº 2221598

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R-221
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº 191/2019

NOMEIA A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS PARA FAZER PARTE DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições legais, conferidas pelo inciso do artigo 150 da Lei Complementar nº 80/2011 Plano Diretor Municipal, Lei Complementar nº 91 de 18 de novembro de 2013 e Lei Complementar nº 96, de 17 de março de 2014.

DECRETA:

Art. 1º) Substituir membro nomeado pelo Decreto nº 032/2018 abaixo relacionado, para a composição do Conselho de Desenvolvimento conforme segue:

Membro Titular: ALLAN FRANCISCO DE SOUZA – da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento em substituição do membro TCHARLES WILLAM VEBER.

Membro Titular: JOSÉ ODILIO HOFFMANN – da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente em substituição do membro AMARILDO JOSÉ STAHELIN.

Art. 2º) Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º) Publique-se, Registre-se, Cumpra-se

São Pedro de Alcântara, SC, 8 de novembro de 2019.
ERNEI JOSE STAHELIN
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 313/2019

Publicação Nº 2221351

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 313/2019

Concede à servidora ALEXANDRA FELIPPE DOS SANTOS LOBO ocupante do cargo Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, licença para atendimento de pessoa da família.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder à servidora ALEXANDRA FELIPPE DOS SANTOS LOBO, licença para atendimento de pessoa da família, pelo período de 12 (doze) dias, a contar de 30/10/2019.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30/10/2019.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de novembro de 2019.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2019.

PORTARIA N.º 314/2019

Publicação Nº 2221352

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 314/2019

Concede licença para tratamento de saúde a servidora ELAINE CRISTINA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora ELAINE CRISTINA DOS SANTOS, a partir de 04/11/2019 até a data final do resultado da perícia homologada pela Previdência Social - INSS.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/11/2019.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de novembro de 2019.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2019.

PORTARIA N.º 315/2019

Publicação Nº 2221354

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 315/2019

Admite em Caráter Temporário RAFAEL RODRIGUES para o cargo de Psicólogo - PNAISP.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, RAFAEL RODRIGUES para o cargo de Psicólogo - PNAISP, contrato de trabalho nº. 069/2019.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de novembro de 2019.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2019.

Saudades

PREFEITURA

PORTARIA N. 431, 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221615

PORTARIA N. 431, 30 DE SETEMBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA AUSENTAR- SE DO SERVIÇO PÚBLICO EM VIRTUDE DE FALECIMENTO DE PARENTE DE 1º GRAU E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal em Exercício de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e, de acordo com a alínea 'b' do inciso III, do art. 97, da Lei Complementar n. 005, de 25 de outubro de 2002;

CONSIDERANDO o pedido para ausentar, em virtude de falecimento de parente de 2º grau, instruído pela certidão de óbito anexa;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido a servidora SOLANI MARIA GUNTZEL KAPAUN, a ausência por 05 (cinco) dias consecutivos dos serviços, em razão de falecimento de parente de 2º grau, a partir do dia 30.09.2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 30 de Setembro de 2019.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 432, 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221616

PORTARIA N. 432, 30 DE SETEMBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE RELOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIE KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar 06, de 25 de outubro de 2002;

RESOLVE:

Art. 1º. Relotar os servidores abaixo identificados, a partir de 01 de Outubro de 2019, conforme segue:

Nome Servidor	Cargo	Lotado na Secretaria de:	Relotado na Secretaria:
Fábio Rinaldo Frasnelli	Auxiliar de Serviços Gerais	SAMAE	Secretaria de Infraestrutura
Marlei Walter da Rosa	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria de Administração e Fazenda	Secretaria de Educação

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrario.

Saudades/SC, 30 de Setembro de 2019.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 433, 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221618

PORTARIA N. 433, 30 DE SETEMBRO DE 2019.

"CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05, de abril de 1990, combinado com os artigos 69, inciso V e 82, da Lei Complementar n. 05/2002, alterado pelas Leis Complementares n. 23, de 01 de abril de 2008 e Lei Complementar n. 68, de 26 de Maio de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Concede a servidora pública abaixo identificada o adicional por tempo de serviço, concedido por anuênio de efetivo exercício no serviço público do município, no percentual abaixo identificado, sobre o vencimento do cargo efetivo, a partir do dia 01 de Outubro de 2019:

SERVIDOR	PERCENTUAL (%)
Janete Maria Saling	1%

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente portaria serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Saudades/SC, 30 de Setembro de 2019.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES

Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 434, 01 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221619

PORTARIA N. 434, 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"ADMITE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinado com as disposições da Lei Complementar n. 07/2002 e Lei Complementar 46/2012;

CONSIDERANDO a homologação do resultado do Processo Seletivo aberto pelo Edital n. 001/2019, homologado pelo Decreto n. 13, de 07 de Fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica admitido para atender necessidade temporária, conforme segue:

NOME: MARCIA BEATRIZ RAMME

FUNÇÃO: Professora de Educação Infantil.

CARGA HORÁRIA: 20 horas semanais.

LOTAÇÃO: Secretaria da Educação – CEI Cantinho Alegre.

VENCIMENTO: Nível I do Anexo III da Lei Complementar n. 46/2012.

PERÍODO: 01.10.2019 a 13.12.2019

Art. 2º. O presente ato poderá ser revogado a qualquer momento por razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de Outubro de 2019.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES

Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 435, 01 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221620

PORTARIA N. 435, 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"ADMITE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinado com as disposições da Lei Complementar n. 07/2002 e Lei Complementar 46/2012;

CONSIDERANDO a homologação do resultado do Processo Seletivo aberto pelo Edital n. 001/2019, homologado pelo Decreto n. 13, de 07 de Fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica admitido para atender necessidade temporária, conforme segue:

NOME: MARLETE MAHLE

FUNÇÃO: Professora de Educação Infantil.

CARGA HORÁRIA: 20 horas semanais.

LOTAÇÃO: Secretaria da Educação – CEI Aquarela.

VENCIMENTO: Nível I do Anexo III da Lei Complementar n. 46/2012.

PERÍODO: 01.10.2019 a 13.12.2019

Art. 2º. O presente ato poderá ser revogado a qualquer momento por razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de Outubro de 2019.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES

Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 436, 01 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221622

PORTARIA N. 436, 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"CONCEDE ADICIONAL DE ESCOLARIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, combinado com a Lei Complementar n. 05/2002 e suas alterações;

CONSIDERANDO o requerimento instruídos com cópia do certificado de conclusão da Pós Graduação;

RESOLVE:

Art. 1º. Concede o adicional de escolaridade a MARLETE MAHLE, ocupante do cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, correspondente a 15% sobre o vencimento inicial, pago em verba própria, em virtude da conclusão da Pós Graduação, a partir de Outubro de 2019.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de outubro de 2019.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES

Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 437, 01 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221623

PORTARIA N. 437, 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"AUTORIZA SERVIDOR SE AUSENTAR POR CINCO DIAS CONSECUTIVOS EM VIRTUDE DE CASAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, combinado com as disposições da Lei Complementar n. 05/2002, Lei Complementar 18/2005 de 29 de Novembro de 2005 e Lei Complementar 46/2012 de 23 de Novembro de 2012,

CONSIDERANDO o requerimento protocolado em 01 de outubro de 2019;

RESOLVE

Art. 1º. Conceder ao servidor CLEVER SCHUH, ocupante do cargo de Professor de Informática, licença por cinco dias consecutivos em razão de casamento, a partir do dia 02 de Outubro de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Saudades/ SC, 01 de outubro de 2019.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 438, 01 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221624

PORTARIA N. 438, 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no art. 93 da Lei complementar n. 5/2002, alterada pela Lei complementar nº. 37/2011.

CONSIDERANDO o requerimento com pedido de licença prêmio formulado;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio a servidora MARCELI INÊS BIEGER SCHABARUM, ocupante do cargo de Servente, lotada na Secretaria de Educação, pelo período de trinta dias, a partir do dia 07 de outubro de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de outubro de 2019.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

OSMAR PRESTES
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

PORTARIA N. 439, 07 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221625

PORTARIA N. 439, 07 DE OUTUBRO DE 2019.

"CONCEDE ADICIONAL DE ESCOLARIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, combinado com a Lei Complementar n. 05/2002 e suas alterações;

CONSIDERANDO o requerimento instruídos com cópia do certificado de conclusão da Pós Graduação;

RESOLVE:

Art. 1º. Concede o adicional de escolaridade a PATRÍCIA HOSS DE LIMA, ocupante do cargo de AGENTE EDUCATIVA, correspondente a 15% sobre o vencimento inicial, pago em verba própria, em virtude da conclusão da Pós Graduação, a partir de Outubro de 2019.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 07 de outubro de 2019.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 440, 07 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221632

PORTARIA N. 440, 07 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL EM VIRTUDE DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei lhe confere e, na forma da alínea 'a', do inciso II, do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n. 06/2012 e suas alterações, combinado com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e,

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público aberto pelo Edital 010/2018, cujo resultado final foi homologado pelo Decreto 55/2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, em virtude de aprovação em concurso público, LUCIANE STEFFENS para exercer as funções do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, com vencimento e carga horária prevista pelo Edital de Concurso Público n. 010/2018, com lotação na Secretaria de Saúde Pública, a partir do dia 09 de Outubro de 2019.

Art. 2º. O nomeado terá o prazo de 30 (trinta) dias contados da sua nomeação para entrar em exercício.

Art. 3º. O nomeado será regido pelo regime jurídico estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei Complementar n. 05, de 25 de Outubro de 2002.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 07 de outubro de 2019.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

O nomeado entrou em exercício em
_____de outubro de 2019

PORTARIA N. 441, 07 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221634

PORTARIA N. 441, 07 DE OUTUBRO DE 2019.

"CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Complementar n. 47, de 19 de dezembro de 2012, que institui o adicional de insalubridade pela prestação de serviços em locais insalubres;

CONSIDERANDO a apresentação do laudos de PPRA – Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais e da LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais, referente ao ano de 2019;

RESOLVE

Art. 1º. Concede Adicional de Insalubridade ao servidor público abaixo identificado, em grau médio, no importe de 20% (vinte por cento), incidentes sobre o valor correspondente ao Menor Vencimento do Município, a partir do mês de Outubro de 2019:

I – Secretaria de Saúde Pública

SERVIDOR	CARGO
LUCIANE STEFFENS	Auxiliar de Enfermagem

Art. 2º. O Adicional de Insalubridade será concedido ao funcionário ou servidor somente enquanto perdurar o exercício em unidades ou atividades insalubres, conforme dispõe o art. 5º da Lei Complementar n. 47/2012.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.
Saudades, SC, em 07 de outubro de 2019.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES

Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 442, 07 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221638

PORTARIA N. 442, 07 DE OUTUBRO DE 2019.

"CONCEDE ADICIONAL DE ESCOLARIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, combinado com a Lei Complementar n. 05/2002 e suas alterações;

CONSIDERANDO o requerimento instruídos com cópia do certificado de conclusão do Curso Técnico;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o adicional de escolaridade LUCIANE STEFFENS, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, correspondente a 8% sobre o vencimento inicial, pago em verba própria, em virtude da conclusão do Curso Técnico, a partir de Outubro de 2019.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 07 de outubro de 2019.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES

Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 443, 07 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221640

PORTARIA N. 443, 07 DE OUTUBRO DE 2019.

"CONCEDE ADICIONAL DE ESCOLARIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, combinado com a Lei Complementar n. 05/2002 e suas alterações;

CONSIDERANDO o requerimento instruídos com cópia do certificado de conclusão da Graduação;

RESOLVE:

Art. 1º. Concede o adicional de escolaridade a LUCIANE STEFFENS, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, correspondente a 10% sobre o vencimento inicial, pago em verba própria, em virtude da conclusão da Graduação, a partir de outubro de 2019.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 07 de outubro de 2019.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 444, 13 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221641

PORTARIA N. 444, 13 DE OUTUBRO DE 2019.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso X, do art. 93 da Lei Complementar n. 006, de 25 de outubro de 2002, alterada pela Lei Complementar n. 026, de 19 de Maio de 2009,

CONSIDERANDO a apresentação do Atestado médico, em que atesta o repouso por 180 (cento e oitenta) dias por motivo de parto,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade, a partir de 13 de outubro de 2019, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a servidora ADRIANA INÊS KERKOFF, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 13 de outubro de 2019.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 445, 22 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221643

PORTARIA N. 445, 22 DE OUTUBRO DE 2019.

"ADMITE PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinado com as disposições da Lei Complementar n. 07/2002 e Lei Complementar 46/2012;

CONSIDERANDO a realização da Chamada Pública aberta pelo Edital n. 08/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica admitido para atender necessidade temporária, conforme segue:

NOME: ROSILENE MOHR

FUNÇÃO: Professora de Língua Portuguesa

CARGA HORÁRIA: 10 horas semanais.

LOTAÇÃO: Secretaria da Educação.

VENCIMENTO: Nível I do Anexo III da Lei Complementar n. 46/2012.

PERÍODO: 22.10.2019 a 13.12.2019

Art. 2º. O presente ato poderá ser revogado a qualquer momento por razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 22 de Outubro de 2019.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES

Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 446, 22 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221645

PORTARIA N. 446, 22 DE OUTUBRO DE 2019.

"CONCEDE ADICIONAL DE ESCOLARIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, combinado com a Lei Complementar n. 05/2002 e suas alterações;

CONSIDERANDO o requerimento instruídos com cópia do certificado de conclusão da Pós Graduação;

RESOLVE:

Art. 1º. Concede o adicional de escolaridade a ROSILENE MOHR, ocupante do cargo de PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA, correspondente a 15% sobre o vencimento inicial, pago em verba própria, em virtude da conclusão da Pós Graduação, a partir de outubro de 2019.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 22 de outubro de 2019.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES

Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 447, 22 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221648

PORTARIA N. 447, 22 DE OUTUBRO DE 2019.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no art. 93 da Lei complementar n. 5/2002, alterada pela Lei complementar nº. 37/2011.

CONSIDERANDO o requerimento com pedido de licença prêmio formulado;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio a servidora LIANE TERESINHA HINNING, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, pelo período de trinta dias, a partir do dia 28 de outubro de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 22 de outubro de 2019.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

OSMAR PRESTES
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

PORTARIA N. 448, 22 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221649

PORTARIA N. 448, 22 DE OUTUBRO DE 2019.

"CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 93, inciso XI, da Lei Complementar n. 06, de 25 de outubro de 2002;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença paternidade ao servidor público municipal Sr. JOSUÉ MARCOS MICHELIM pelo prazo de cinco dias consecutivos, haja vista o nascimento de seu filho, conforme certidão de nascimento apresentada para instruir o pedido, a contar do dia 22.10.2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 22 de outubro de 2019.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 449, 26 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221651

PORTARIA N. 449, 26 DE OUTUBRO DE 2019.

"CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 93, inciso XI, da Lei Complementar n. 06, de 25 de outubro de 2002;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença paternidade ao servidor público municipal Sr. CLEVER SCHUH pelo prazo de cinco dias consecutivos, haja vista o nascimento de seu filho, conforme certidão de nascimento apresentada para instruir o pedido, a contar do dia 26.10.2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 26 de outubro de 2019.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 450, 26 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221652

PORTARIA N. 450, 26 DE OUTUBRO DE 2019.

“NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAR IMÓVEIS, EMITIR PARECER E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que o Município de Saudades necessita efetivar o registro da permuta de imóveis, de acordo com a Lei Ordinária n. 2.339, de 24 de Outubro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar Comissão Especial para emitir laudo de avaliação para os bens móveis e atribuir preço mínimo para fins de permutar uma área pela outra, composta pelos seguintes membros:

I - Presidente da Comissão: Rogério Antônio Sehnem;

II - Secretário da Comissão: Mircon Kreling;

III - Membros da Comissão: Juliana de Oliveira e Anderson Lenhardt.

Art. 2º. Os objetos de avaliação são os seguintes:

I – Área de 410,00 m² (quatrocentos e dez metros quadrados) do Lote Urbano n. 05, da quadra 03, com área total de 4.035,9817 m² (quatro mil e trinta e cinco vírgula noventa e oito dezessete metros quadrados), sem benfeitorias, situado à Rua Elimar Pedro Schuster e Léo Izidoro Engel, no Distrito de Juvêncio, devidamente registrado no Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Pinhalzinho sob a Matrícula n. 17.403, de propriedade da Mitra Diocesana de Chapecó, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 83.314.930/0001-47;

II – Área de 410,00 m² (quatrocentos e dez metros quadrados) do Lote Urbano n. 07, da quadra 03, com área total de 2.495,132 m² (dois mil quatrocentos e noventa e cinco vírgula cento e trinta e dois metros quadrados), sem benfeitorias, situado à Rua Léo Izidoro Engel, no Distrito de Juvêncio, município de Saudades/SC, devidamente registrado no Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Pinhalzinho sob a Matrícula n. 16.798, de propriedade do Município de Saudades, devidamente inscrito no CNPJ sob o n. 83.021.881/0001-54.

Art. 3º A comissão deverá se reunir no dia 30.10.2019, as 10:00 horas na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Saudades, situada na Rua Castro Alves n. 279, para expedir o laudo de avaliação, consistente em uma ata.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Saudades/SC, 26 de outubro de 2019.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 451, 26 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221653

PORTARIA N. 451, 26 DE OUTUBRO DE 2019.

"CONCEDE DISPENSA DO REGISTRO DO PONTO A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 44, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e Lei Complementar nº 06, de 25.10.2002 e Lei Complementar nº 18/2005,

RESOLVE:

Art. 1º. Dispensar os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados de efetuar o registro do ponto nos dias 01 e 04 de novembro, sem prejuízo da remuneração, pois estarão participando de competição representando o Município de Saudades, na etapa Estadual dos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC, na modalidades de Futsal masculino e bolão feminino:

Servidor	Lotação
ADRIANA ENGLER	Secretaria Municipal da Saúde
SOLANGE SCHUH	Secretaria Municipal da Educação
LEANDRO SULZBACHER	Secretaria Municipal da Educação
LUCAS SANTOS FAGUNDES	Secretaria Municipal da Educação
MATEUS SEHN	Secretaria Municipal da Educação

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades/SC, em 26 de outubro de 2019.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 452, 26 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2221656

PORTARIA N. 452, 26 DE OUTUBRO DE 2019.

"CONCEDE DISPENSA DO REGISTRO DO PONTO A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 44, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e Lei Complementar nº 06, de 25.10.2002 e Lei Complementar nº 18/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados de efetuar o registro do ponto do dia 01 de novembro, sem prejuízo da remuneração, pois estarão representando o Município de Saudades na 34ª Taça Carlos Culmey, em Puerto Rico na Argentina que será realizada nos dias 01 a 03 de novembro de 2019, na modalidades de Futsal masculino e feminino, futebol de campo masculino, corrida rústica masculina e feminina, futebol suíço veteranos e máster, voleibol feminino e bolão masculino e feminino:

Servidor	Lotação
FLAVIO STULP	Secretaria Municipal de Infraestrutura -DMER
IRINEU KOLLET	Secretaria Municipal de Infraestrutura -DMER
JORGE SEHN	Secretaria Municipal de Infraestrutura -DMER
ALISON IVONEI HOSS	Secretaria Municipal da Educação
EUSEBIO ULLMANN	Secretaria Municipal da Saúde
MARCIO JANK	Secretaria Municipal de Infraestrutura -DMER
ALFEU JOSÉ SCHUH	Secretaria Municipal de Infraestrutura -DMER

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades/SC, em 26 de outubro de 2019.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

OSMAR PRESTES
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 77/2019-PMS

Publicação Nº 2220693

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 77/2019-PMS

Dispensa de Licitação nº. 50/2019-PMS

Processo nº. 171/2019-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CHAVEIRO ALERTA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.255.285/0001-08, estabelecida na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº. 1067, sala 02, Centro, Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-700.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de cópia de chaves, fechaduras para a Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria Municipal de Saúde, Diretoria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	CÓPIA CHAVES - SIMPLES	74	PÇ	6,00	444,00
02	CÓPIA CHAVES - TETRA	5	PÇ	18,00	90,00
03	FECHADURA BICO DUPLO	2	PÇ	89,00	178,00
04	FECHADURA EXTERNA SOPRANO	1	PÇ	72,00	72,00
05	FECHADURA PERFIL ESTONO STAN	1	PÇ	89,00	89,00
06	FECHADURA PORTA CORRER IMABI	1	PÇ	132,00	132,00
07	TROCA DE FECHADURA REALIZADA NO LOCAL (RUA GUILHERME PISKE Nº 151, BAIRRO CENTRO NORTE) SERÁ FEITA A TROCA DE 5 FECHADURAS NO MESMO DIA.	5	PÇ	35,00	175,00
TOTAL R\$					1.180,00

Valor do contrato: R\$ 1.180,00 (um mil, cento e oitenta reais).

Data da Assinatura: 07/11/2019 – Vigência: 31/12/2019

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 78/2019-PMS

Publicação Nº 2220727

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 78/2019-PMS

Dispensa de Licitação nº. 47/2019-PMS

Processo nº. 168/2019-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: J. GOMES SERVIÇOS VETERINÁRIOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.540.218/0001-18, estabelecida na Rua 28 de

agosto, nº. 489, sala 01, Nova Esperança, Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a Contratação de empresa para prestar serviço de castração de animais e aplicação de vacina com fornecimento da vacina, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Castração Felino Fêmea	12	Unid.	142,50	1.710,00
02	Castração Canino Macho até 10kg	1	Unid.	113,05	113,05
03	Castração Canina Macho de 10,1kg a 20kg	3	Unid.	152,95	458,85
04	Vacina Antirrabica	90	Unid.	26,60	2.394,00
05	Exames laboratoriais pré cirurgico Tamanho P,M,G	16	Unid.	59,85	957,60
TOTAL R\$					5.633,50

Valor do contrato: R\$ 5.633,50 (cinco mil seiscentos e trinta e três reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 08/11/2019 – Vigência: 31/12/2019

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO Nº 016/2019 SMS

Publicação Nº 2222572

NOTIFICAÇÃO Nº 016/2019 SMS

Processo Licitatório nº. 34/2019

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 25/2019

Fica a empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA inscrita no CNPJ sob o nº. 03.033.589/0001-12, estabelecida na Rua V Ex. Paul Fritz Kuehnrich, nº 1515, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89052-381, NOTIFICADA do inadimplemento da Ata de Registro de Preços nº 23/2019 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 1996 não efetuou a entrega dos produtos no prazo estipulado pela Cláusula Quinta item 5.3.10 da ata supramencionada.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações.

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
1996	<p>Item 84 – Luva de procedimento de látex não estéril. Tamanho M, com Certificação do Inmetro, Cadastro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (Anvisa/MS) e Certificado de Aprovação (CA) no Ministério do Trabalho. Caixa com 100 unidades.</p> <p>Item 85 – Luva de procedimento de látex não estéril. Tamanho P, com Certificação do Inmetro, Cadastro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (Anvisa/MS) e Certificado de Aprovação (CA) no Ministério do Trabalho. Caixa com 100 unidades.</p> <p>Item 86 – Luva de procedimento de látex não estéril. Tamanho PP, com Certificação do Inmetro, Cadastro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (Anvisa/MS) e Certificado de Aprovação (CA) no Ministério do Trabalho. Caixa com 100 unidades.</p> <p>Item 103 – Seringa Descartável 5 ml estéril, com cilindro transparente permitindo a visualização nítida do fluido aspirado, com escala de graduação que apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis, com bico slip com localização lateral.</p>	29/10/2019	06/11/2019

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,
Schroeder, 08 de novembro de 2019.

Orlando Tecilla
Secretário de Saúde.

A OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
CNPJ nº. 03.033.589/0001-12
(47) 3323-2480

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 80/201-PMS

Publicação Nº 2220862

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 67/2019

Número do Registro de Preços: 67/2019 Data do Registro: 08/11/2019 Válido até: 08/11/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviços de conserto e montagem de pneus e fornecimento de produto, câmaras de pneu para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Conserto pneu veículo - aro 13 a 15	UN	RM COMERCIO E SERVICOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME (9801)		0	49,5000	1
2	Conserto pneu veículo, micro - onibus	UN	RM COMERCIO E SERVICOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME (9801)		0	54,5000	1
3	CONCERTO PNEU CAMINHÃO	UN	RM COMERCIO E SERVICOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME (9801)		0	89,5000	1
4	Conserto pneu tratores agrícolas, motoniveladora e retroescavadeira	UN	RM COMERCIO E SERVICOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME (9801)		0	189,5000	1
5	CONCERTO PNEU CARREGADEIRA	UN	RM COMERCIO E SERVICOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME (9801)		0	212,5000	1
6	Protetor para pneu de máquina	UN	RM COMERCIO E SERVICOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME (9801)		0	117,0000	1
7	Protetor para pneu de caminhão aro 20 e 22,5	UN	RM COMERCIO E SERVICOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME (9801)		0	55,0000	1
8	Câmara de ar 1000 X 20	UN	RM COMERCIO E SERVICOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME (9801)		0	165,0000	1
9	Câmaras para máquinas - retroescavadeira traseiro e moto niveladora.	UN	RM COMERCIO E SERVICOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME (9801)		0	229,0000	1
10	Montagem pneu caminhão	UN	RM COMERCIO E SERVICOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME (9801)		0	84,5000	1
11	Montagem pneu tratores agrícolas	UN	RM COMERCIO E SERVICOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME (9801)		0	159,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 67/2019

Número do Registro de Preços: 67/2019			Data do Registro: 08/11/2019		Válido até: 08/11/2020		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviços de conserto e montagem de pneus e fornecimento de produto, câmaras de pneu para suprir as necessidade da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Montagem pneu carregadeira	UN	RM COMERCIO E SERVICOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME (9801)		0	197,5000	1
13	Montagem pneu moto niveladora	UN	RM COMERCIO E SERVICOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME (9801)		0	200,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 67/2019

Número do Registro de Preços: 67/2019		Data do Registro: 08/11/2019		Válido até: 08/11/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviços de conserto e montagem de pneus e fornecimento de produto, câmaras de pneu para suprir as necessidade da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Montagem pneu retroescavadeira	UN	RM COMERCIO E SERVICOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME (9801)		0	204,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 67/2019

Número do Registro de Preços: 67/2019		Data do Registro: 08/11/2019		Válido até: 08/11/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviços de conserto e montagem de pneus e fornecimento de produto, câmaras de pneu para suprir as necessidade da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2019
PROCESSO N° 146/2019
(9801) - RM COMERCIO E SERVICOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME

Schroeder, 8 de Novembro de 2019.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 81/2019-PMS

Publicação Nº 2221566

Página: 1/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 68/2019

Número do Registro de Preços: 68/2019		Data do Registro: 08/11/2019		Válido até: 08/11/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pneu novo modelo ATR, 4 X 4 SUV (Spot Utility Vehicle camionhetes) , largura da banda 215 (21,5 cm), perfil 65 (215 mm = 13,975 cm), diâmetro do aro 16", índice de carga por eixo mínimo 98 (750 Kg), índice de velocidade mínimo T (190 Km/h), dimensões aproximadas do pneu (cm)- Ax/CxL 66,6 X 66,6 X 21,5, peso aproximado 11,35 Kg, aplicabilidade terra/asfalto e garantia 60 meses.	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (14041)	Durable Tourin	0	278,0000	1
			FREDI PNEUS LTDA (9009)	GOODYEAR V	0	279,0000	2
			DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI (14194)	ILINK-L-GRIP6	0	314,0000	3
2	Pneu novo radial 175/70 R14 - dobró, Kangoo, 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI (14194)	SUNSET-ENZI	0	202,0000	1
			FREDI PNEUS LTDA (9009)	KELLY EDGE	0	204,0000	2
			COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (14041)	Forcum Ecoas	0	214,0000	3
3	Pneu novo radial 205/75 R16C - boxer, master - 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI (14194)	DURABLE-CA	0	368,0000	1
			FREDI PNEUS LTDA (9009)	GOODYEAR M	0	369,0000	2
			COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (14041)	Durable Cargo	0	372,0000	3
4	Pneu novo radial - Sprinter 225/70 R15C - 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI (14194)	GOODRIDE-H	0	395,0000	1
			COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (14041)	Xbri Cargo Plus	0	396,0000	2

Página: 2/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 68/2019

Número do Registro de Preços: 68/2019 Data do Registro: 08/11/2019 Válido até: 08/11/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus para suprir as necessidades de Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FREDI PNEUS LTDA (9009)	GOODYEAR M	0	459,0000	3
5	Pneu novo radial 215/75 R17.5 - no mínimo 05 lonas micrônicas Ivesco - 1ª linha, utilizado nas linhas de produção. Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI (14194)	LINGLONG-LL	0	509,0000	1
			FREDI PNEUS LTDA (9009)	STEELMARK /	0	510,0000	2
			COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (14041)	Linglong LLF&	0	589,0000	3
6	Pneu novo radial 185/65 R15 - Pálio e Logan - C. Tutelar, Procon, Vigilância e Polícia Militar/Civil - 1ª linha, utilizado nas linhas de produção. Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (14041)	Durable City D	0	208,6500	1
			DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI (14194)	XBRHECOLOC	0	252,0000	2
			FREDI PNEUS LTDA (9009)	GOODYEAR E	0	259,0000	3
7	Pneu novo radial 185 R14 - Kombi - 1ª linha, utilizado nas linhas de produção. Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI (14194)	DURABLE-CA	0	254,0000	1
			FREDI PNEUS LTDA (9009)	GOODYEAR M	0	256,0000	2
			COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (14041)	Durable Cargo	0	264,0000	3
8	Pneu novo radial 175/70 R13 - corsa, vivace, celta, UP - 1ª linha, utilizado nas linhas de produção. Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI (14194)	SUNSET-ENZL	0	144,0000	1
			FREDI PNEUS LTDA (9009)	KELLY EDGE	0	145,0000	2

Página: 3/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 68/2019

Número do Registro de Preços: 68/2019		Data do Registro: 08/11/2019		Válido até: 08/11/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (14041)	Forceum EXP7	0	159,0000	3
9	Pneu novo radial 205/60 R16 - Fluence - 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI (14194)	GOODRIDE-R	0	254,0000	1
			FREDI PNEUS LTDA (9009)	GOODYEAR E	0	255,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)	GOODYEAR	0	370,0000	3
10	Pneu novo radial 175/65 R14 - prisma - 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI (14194)	SUNSET-ENZI	0	166,0000	1
			FREDI PNEUS LTDA (9009)	KELLY EDGE	0	168,0000	2
			COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (14041)	Forceum N300	0	218,7500	3
11	Pneu novo radial 225/65R 16C - Master - 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA (14041)	Durable Cargo	0	367,0000	1
			DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI (14194)	TRIANGLE-TR	0	368,0000	2

Página: 4/5

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 68/2019

Número do Registro de Preços: 68/2019		Data do Registro: 08/11/2019		Válido até: 08/11/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FREDI PNEUS LTDA (9009)	GOOD YEAR C	0	559,0000	3

Página: 5/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 68/2019

Número do Registro de Preços: 68/2019		Data do Registro: 08/11/2019		Válido até: 08/11/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

- REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2019
- PROCESSO Nº 147/2019
- (9009) - FREDI PNEUS LTDA
- (9762) - MODELO PNEUS LTDA
- (14041) - COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA
- (14194) - DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI

Schroeder, 8 de Novembro de 2019.

ATA TOMADA DE PREÇOS 06/2019-PMS (SEQUÊNCIA 03)

Publicação Nº 2221012

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2019 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 122/2019 Data do Processo: 23/09/2019
Folha: 1/2	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua 1º, de maio EST OPP- Est 15+15,00m, Centro Norte, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 315,00m e área total de 3.150,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 149/2019 (Sequência: 3)

Ao(s) 8 de Novembro de 2019, às 07:40 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7915/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 122/2019, Licitação nº 6/2019 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se após recebimento do Parecer 116/2019-PROJUR e Parecer de Análise das Propostas do Setor de Engenharia. No Parecer do Setor de Engenharia traz em sua Conclusão que "a empresa participante PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, atendeu as exigências do edital nos itens 10.1.1.4 e 10.1.1.7" e no Parecer 116/2019-PROJUR traz em sua Conclusão que "esta procuradoria SUGERE que seja dado o regular andamento ao processo de licitação, mantendo os valores da tabela apresentada pela empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., devendo proceder com a notificação empresa vencedora para apresentar a planilha orçamentária por meio digital.". Constatando vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., com o valor total de R\$ 376.034,36. Diante do exposto abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da Ata, Quadro Comparativo, Parecer da Procuradoria nº 116/2019-PROJUR e Parecer do Setor de Engenharia às empresas participantes.

LOTE: 1**Participante: 9522 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua 1º, de maio EST OPP- Est 15+15,00m, Centro Norte, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 315,00m e área total de 3.150,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal nº: 0501.363-08 e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.418/2019, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório	UN	1,00		0,0000	376.034,36	376.034,36

Total do Participante -----> 376.034,36

Total Geral -----> 376.034,36

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 6/2019 - TP**

Processo Administrativo:
122/2019
Processo de Licitação:
23/09/2019
Data do Processo:

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 8 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Presidente da Comissão de Licitação
Ivandra de Souza	-	- Membro
Ilmar José Pereira Borges Filho	-	- Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	-	- Membro
Marlene Neumann	-	- Secretária
Valderi Rocha de Camargo	-	- Membro Suplente
Germana Heller Bauemle	-	- Membro Suplente

ATA TOMADA DE PREÇOS 07/2019-PMS (SEQUÊNCIA 03)

Publicação Nº 2221030

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 7/2019 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 123/2019 Data do Processo: 24/09/2019
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Gottfried Maske - Est. OPP a Est. 9+ 2,60m, Centro Norte, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 175,15m e área total de 1.812,25m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recurs

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 150/2019 (Sequência: 3)

Ao(s) 8 de Novembro de 2019, às 07:50 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7915/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 123/2019, Licitação nº 7/2019 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se após recebimento do Parecer 117/2019-PROJUR e Parecer de Análise das Propostas do Setor de Engenharia Propostas do Setor de Engenharia. No Parecer do Setor de Engenharia traz em sua Conclusão que "a empresa participante PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, atendeu as exigências do edital nos itens 10.1.1.4 e 10.1.1.7" e no Parecer 117/2019-PROJUR traz em sua Conclusão que "esta procuradoria SUGERE que seja dado o regular andamento ao processo de licitação, mantendo os valores da tabela apresentada pela empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., devendo proceder com a notificação empresa vencedora para apresentar a planilha orçamentária por meio digital.". Constatando vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., com o valor total de R\$ 222.698,58. Diante do exposto abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da Ata, Quadro Comparativo, Parecer da Procuradoria nº 117/2019-PROJUR e Parecer do Setor de Engenharia às empresas participantes.

LOTE: 1**Participante: 9522 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Gottfried Maske - Est. OPP a Est. 9+ 2,60m, Centro Norte, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 175,15m e área total de 1.812,25m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal nº: 0501.363-08 e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.419/2019, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório	UN	1,00		0,0000	222.698,58	222.698,58

Total do Participante -----> 222.698,58

Total Geral -----> 222.698,58

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>		<p>TOMADA DE PREÇO Nr.: 7/2019 - TP</p>
		<p>Processo Administrativo: 123/2019 Processo de Licitação: 24/09/2019 Data do Processo:</p>
		<p>Folha: 2/2</p>

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 8 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

- | | | |
|------------------------------------|---------|---------------------------------------|
| Daniela Samulescki | - | - Presidente da Comissão de Licitação |
| Ivandra de Souza | - | - Membro |
| Ilmar José Pereira Borges Filho | - | - Membro |
| Guilherme Sandmann Da Silva Vianna | - | - Membro |
| Marlene Neumann | - | - Secretária |
| Valderi Rocha de Camargo | - | - Membro Suplente |
| Germana Heller Bauemle | - | - Membro Suplente |



ATA TOMADA DE PREÇOS 08/2019-PMS (SEQUÊNCIA 03)

Publicação Nº 2221057

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 8/2019 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 124/2019 Data do Processo: 24/09/2019
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua XV de Novembro EST OPP- Est 39+15,00m, Bairro Sossego, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 795,00 e área total de 8.253,75m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos p

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 151/2019 (Sequência: 3)

Ao(s) 8 de Novembro de 2019, às 08:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7915/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 124/2019, Licitação nº 8/2019 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se após recebimento do Parecer 118/2019-PROJUR e Parecer de Análise das Propostas do Setor de Engenharia. No Parecer do Setor de Engenharia traz em sua Conclusão que "a empresas participantes CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, atenderam as exigências do edital nos itens 10.1.1.4 e 10.1.1.7" e no Parecer 118/2019-PROJUR traz em sua Conclusão que "esta procuradoria SUGERE que seja dado o regular andamento ao processo de licitação, mantendo os valores das tabelas apresentadas pelas empresas CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, devendo proceder com a notificação empresa vencedora para apresentar a planilha orçamentária por meio digital.". Constatando vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., com o valor total de R\$ 996.663,83. Diante do exposto abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da Ata, Quadro Comparativo, Parecer da Procuradoria nº 118/2019-PROJUR e Parecer do Setor de Engenharia às empresas participantes.

LOTE: 1**Participante: 9522 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua XV de Novembro EST OPP- Est 39+15,00m, Bairro Sossego, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 795,00 e área total de 8.253,75m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal nº: 0501.363-08 e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.423/2019, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório	UN	1,00		0,0000	996.663,83	996.663,83

Total do Participante -----> 996.663,83

Total Geral -----> 996.663,83

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 8/2019 - TP**

Processo Administrativo:
124/2019
Processo de Licitação:
24/09/2019
Data do Processo:

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 8 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Presidente da Comissão de Licitação
Ivandra de Souza	-	- Membro
Ilmar José Pereira Borges Filho	-	- Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	-	- Membro
Marlene Neumann	-	- Secretária
Valderi Rocha de Camargo	-	- Membro Suplente
Germana Heller Bauemle	-	- Membro Suplente

ATA TOMADA DE PREÇOS 09/2019-PMS (SEQUÊNCIA 03)

Publicação Nº 2221086

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 9/2019 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 125/2019 Data do Processo: 24/09/2019
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Adolfo Borchardt Est. OPP a Est. 24+16m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 496,00m e área total de 4.960,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Cont

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 153/2019 (Sequência: 3)

Ao(s) 8 de Novembro de 2019, às 08:10 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7915/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 125/2019, Licitação nº 9/2019 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se após recebimento do Parecer 119/2019-PROJUR e Parecer de Análise das Propostas do Setor de Engenharia. No Parecer do Setor de Engenharia traz em sua Conclusão que "a empresa participante PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, atendeu as exigências do edital nos itens 10.1.1.4 e 10.1.1.7" e no Parecer 119/2019-PROJUR traz em sua Conclusão que "esta procuradoria SUGERE que seja dado o regular andamento ao processo de licitação, mantendo os valores da tabela apresentada pela empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., devendo proceder com a notificação empresa vencedora para apresentar a planilha orçamentária por meio digital.". Constatando vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., com o valor total de R\$ 574.492,10. Diante do exposto abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da Ata, Quadro Comparativo, Parecer da Procuradoria nº 119/2019-PROJUR e Parecer do Setor de Engenharia às empresas participantes.

LOTE: 1**Participante: 9522 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Adolfo Borchardt Est. OPP a Est. 24+16m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 496,00m e área total de 4.960,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal nº: 0501.363-08 e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.417/2019, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório	UN	1,00		0,0000	574.492,10	574.492,10

Total do Participante -----> 574.492,10

Total Geral -----> 574.492,10

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 9/2019 - TP**

Processo Administrativo:
125/2019
Processo de Licitação:
24/09/2019
Data do Processo:

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 8 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Presidente da Comissão de Licitação
Ivandra de Souza	-	- Membro
Ilmar José Pereira Borges Filho	-	- Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	-	- Membro
Marlene Neumann	-	- Secretária
Valderi Rocha de Camargo	-	- Membro Suplente
Germana Heller Bauemle	-	- Membro Suplente

ATA TOMADA DE PREÇOS 10/2019-PMS (SEQUÊNCIA 03)

Publicação Nº 2221156

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 10/2019 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 126/2019 Data do Processo: 25/09/2019
Folha: 1/2	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Alphons Maria Schmalz Est OPP- Est 2+13,00m, Bairro Sossego, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 53,00m e área total de 530,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recu

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 154/2019 (Sequência: 3)

Ao(s) 8 de Novembro de 2019, às 08:20 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7915/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 126/2019, Licitação nº 10/2019 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se após recebimento do Parecer 122/2019-PROJUR e Parecer de Análise das Propostas do Setor de Engenharia. No Parecer do Setor de Engenharia traz em sua Conclusão que "a empresa participante PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, atendeu as exigências do edital nos itens 10.1.1.4 e 10.1.1.7" e no Parecer 122/2019-PROJUR traz em sua Conclusão que "esta procuradoria SUGERE que seja dado o regular andamento ao processo de licitação, mantendo os valores da tabela apresentada pela empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., devendo proceder com a notificação empresa vencedora para apresentar a planilha orçamentária por meio digital.". Constatando vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., com o valor total de R\$ 69.363,50. Diante do exposto abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da Ata, Quadro Comparativo, Parecer da Procuradoria nº 122/2019-PROJUR e Parecer do Setor de Engenharia às empresas participantes.

LOTE: 1**Participante: 9522 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Alphons Maria Schmalz Est OPP- Est 2+13,00m, Bairro Sossego, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 53,00m e área total de 530,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal nº: 0501.363-08 e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.415/2019, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório	UN	1,00		0,0000	69.363,50	69.363,50

Total do Participante -----> 69.363,50

Total Geral -----> 69.363,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 10/2019 - TP**

Processo Administrativo:
126/2019
Processo de Licitação:
25/09/2019
Data do Processo:

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 8 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Presidente da Comissão de Licitação
Ivandra de Souza	-	- Membro
Ilmar José Pereira Borges Filho	-	- Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	-	- Membro
Marlene Neumann	-	- Secretária
Valderi Rocha de Camargo	-	- Membro Suplente
Germana Heller Bauemle	-	- Membro Suplente

ATA TOMADA DE PREÇOS 11/2019-PMS (SEQUÊNCIA 03)

Publicação Nº 2221189

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 11/2019 - TP**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 127/2019
Data do Processo: 25/09/2019

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Jorge Lacerda - trecho 03 - trecho - 1 Est. OPP a 2+13,00m trecho - 2 Est. OPP a 2+15,00m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 108,00m e área total de 1.080,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantita

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 159/2019 (Sequência: 3)

Ao(s) 8 de Novembro de 2019, às 09:45 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7915/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 127/2019, Licitação nº 11/2019 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se após recebimento do Parecer 123/2019-PROJUR e Parecer de Análise das Propostas do Setor de Engenharia. No Parecer do Setor de Engenharia traz em sua Conclusão que "a empresa participante PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, atendeu a exigência do edital nos itens 10.1.1.4 e 10.1.1.7. Já empresa CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA não atendeu as exigências do edital no item 10.1.1.4, apenas atendeu as exigências do item 10.1.1.7" e no Parecer 123/2019-PROJUR traz em sua Conclusão que "esta procuradoria SUGERE que seja dado o regular andamento ao processo de licitação, mantendo os valores das tabelas apresentadas pelas empresas CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, devendo proceder com a notificação empresa vencedora para apresentar a planilha orçamentária por meio digital.". Constatando vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., com o valor total de R\$ 168.023,45. Diante do exposto abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da Ata, Quadro Comparativo, Parecer da Procuradoria nº 123/2019-PROJUR e Parecer do Setor de Engenharia às empresas participantes.

LOTE: 1**Participante: 9522 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Jorge Lacerda - trecho 03 - trecho - 1 Est. OPP a 2+13,00m trecho - 2 Est. OPP a 2+15,00m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 108,00m e área total de 1.080,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal nº: 0501.363-08 e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.413/2019, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.	UN	1,00		0,0000	168.023,45	168.023,45

Total do Participante -----> 168.023,45

Total Geral -----> 168.023,45

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 11/2019 - TP**

Processo Administrativo: 127/2019
Processo de Licitação: 25/09/2019
Data do Processo:

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 8 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Presidente da Comissão de Licitação
Ivandra de Souza	-	- Membro
Ilmar José Pereira Borges Filho	-	- Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	-	- Membro
Marlene Neumann	-	- Secretária
Valderi Rocha de Camargo	-	- Membro Suplente
Germana Heller Bauemle	-	- Membro Suplente

ATA TOMADA DE PREÇOS 12/2019-PMS (SEQUÊNCIA 03)

Publicação Nº 2221271

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 12/2019 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 128/2019 Data do Processo: 25/09/2019
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Saudades EST OPP- Est 02+15m + est 02+11, Bairro Sossego, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 106,00m e área total de 901,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 155/2019 (Sequência: 3)

Ao(s) 8 de Novembro de 2019, às 08:30 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7915/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 128/2019, Licitação nº 12/2019 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se após recebimento do Parecer 124/2019-PROJUR e Parecer de Análise das Propostas do Setor de Engenharia. No Parecer do Setor de Engenharia traz em sua Conclusão que "a empresa participante PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, atendeu as exigências do edital nos itens 10.1.1.4 e 10.1.1.7" e no Parecer 124/2019-PROJUR traz em sua Conclusão que "esta procuradoria SUGERE que seja dado o regular andamento ao processo de licitação, mantendo os valores da tabela apresentada pela empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., devendo proceder com a notificação empresa vencedora para apresentar a planilha orçamentária por meio digital.". Constatando vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., com o valor total de R\$ 122.316,26. Diante do exposto abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da Ata, Quadro Comparativo, Parecer da Procuradoria nº 124/2019-PROJUR e Parecer do Setor de Engenharia à empresa participante.

LOTE: 1**Participante: 9522 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Saudades EST OPP- Est 02+15m + est 02+11, Bairro Sossego, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 106,00m e área total de 901,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal nº: 0501.363-08 e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.422/2019, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.	UN	1,00		0,0000	122.316,26	122.316,26

Total do Participante -----> 122.316,26

Total Geral -----> 122.316,26

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 12/2019 - TP**

Processo Administrativo:
128/2019
Processo de Licitação:
25/09/2019
Data do Processo:

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 8 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Presidente da Comissão de Licitação
Ivandra de Souza	-	- Membro
Ilmar José Pereira Borges Filho	-	- Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	-	- Membro
Marlene Neumann	-	- Secretária
Valderi Rocha de Camargo	-	- Membro Suplente
Germana Heller Bauemle	-	- Membro Suplente

ATA TOMADA DE PREÇOS 13/2019-PMS (SEQUÊNCIA 03)

Publicação Nº 2221275

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 13/2019 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 129/2019 Data do Processo: 26/09/2019
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Carlos Eggert EST OPP- Est 19+2,00m, Bairro Sossego, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 382,00m e área total de 4.123,75m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos pr

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 156/2019 (Sequência: 3)

Ao(s) 8 de Novembro de 2019, às 08:40 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7915/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 129/2019, Licitação nº 13/2019 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se após recebimento do Parecer 125/2019-PROJUR e Parecer de Análise das Propostas do Setor de Engenharia. No Parecer do Setor de Engenharia traz em sua Conclusão que "a empresas participantes CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, atenderam as exigências do edital nos itens 10.1.1.4 e 10.1.1.7" e no Parecer 125/2019-PROJUR traz em sua Conclusão que "esta procuradoria SUGERE que seja dado o regular andamento ao processo de licitação, mantendo os valores das tabelas apresentadas pelas empresas CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, devendo proceder com a notificação empresa vencedora para apresentar a planilha orçamentária por meio digital". Constatando vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., com o valor total de R\$ 480.480,28. Diante do exposto abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da Ata, Quadro Comparativo, Parecer da Procuradoria nº 125/2019-PROJUR e Parecer do Setor de Engenharia às empresas participantes.

LOTE: 1**Participante: 9522 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Carlos Eggert EST OPP- Est 19+2,00m, Bairro Sossego, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 382,00m e área total de 4.123,75m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal nº: 0501.363-08 e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.420/2019, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório	UN	1,00		0,0000	480.480,28	480.480,28

Total do Participante -----> 480.480,28

Total Geral -----> 480.480,28

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 13/2019 - TP**

Processo Administrativo:
129/2019
Processo de Licitação:
26/09/2019
Data do Processo:

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 8 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Presidente da Comissão de Licitação
Ivandra de Souza	-	- Membro
Ilmar José Pereira Borges Filho	-	- Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	-	- Membro
Marlene Neumann	-	- Secretária
Valderi Rocha de Camargo	-	- Membro Suplente
Germana Heller Bauemle	-	- Membro Suplente

ATA TOMADA DE PREÇOS 14/2019-PMS (SEQUÊNCIA 03)

Publicação Nº 2221284

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 14/2019 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 130/2019 Data do Processo: 26/09/2019
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Francisco Weiss Trecho 01 EST OPP- Est 08+15,00m; trecho 02 EST OPP - Est12+9,30m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 424,30m e área total de 4.425,25m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 157/2019 (Sequência: 3)

Ao(s) 8 de Novembro de 2019, às 08:50 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7915/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 130/2019, Licitação nº 14/2019 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se após recebimento do Parecer 127/2019-PROJUR e Parecer de Análise das Propostas do Setor de Engenharia Propostas do Setor de Engenharia. No Parecer do Setor de Engenharia traz em sua Conclusão que "a empresa participante PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, atendeu as exigências do edital nos itens 10.1.1.4 e 10.1.1.7" e no Parecer 127/2019-PROJUR traz em sua Conclusão que "esta procuradoria SUGERE que seja dado o regular andamento ao processo de licitação, mantendo os valores da tabela apresentada pela empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., devendo proceder com a notificação empresa vencedora para apresentar a planilha orçamentária por meio digital.". Constatando vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., com o valor total de R\$ 536.883,83. Diante do exposto abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da Ata, Quadro Comparativo, Parecer da Procuradoria nº 127/2019-PROJUR e Parecer do Setor de Engenharia a empresa participante.

LOTE: 1**Participante: 9522 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Francisco Weiss Trecho 01 EST OPP- Est 08+15,00m; trecho 02 EST OPP - Est12+9,30m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 424,30m e área total de 4.425,25m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal nº: 0501.363-08 e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.414/2019, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório	UN	1,00		0,0000	536.883,83	536.883,83

Total do Participante -----> 536.883,83

Total Geral -----> 536.883,83

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 14/2019 - TP**

Processo Administrativo:
130/2019
Processo de Licitação:
26/09/2019
Data do Processo:

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 8 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Presidente da Comissão de Licitação
Ivandra de Souza	-	- Membro
Ilmar José Pereira Borges Filho	-	- Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	-	- Membro
Marlene Neumann	-	- Secretária
Valderi Rocha de Camargo	-	- Membro Suplente
Germana Heller Bauemle	-	- Membro Suplente

ATA TOMADA DE PREÇOS 15/2019-PMS (SEQUÊNCIA 03)

Publicação Nº 2221312

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 15/2019 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 131/2019 Data do Processo: 27/09/2019
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Jorge Lacerda trecho 02 - Est 10+8,40m a Est. 22+18,90m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 250,50m e área total de 2.748,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recurso

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 158/2019 (Sequência: 3)

Ao(s) 8 de Novembro de 2019, às 09:35 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7915/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 131/2019, Licitação nº 15/2019 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se após recebimento do Parecer 128/2019-PROJUR e Parecer de Análise das Propostas do Setor de Engenharia. No Parecer do Setor de Engenharia traz em sua Conclusão que "a empresas participantes CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, atenderam as exigências do edital nos itens 10.1.1.4 e 10.1.1.7" e no Parecer 128/2019-PROJUR traz em sua Conclusão que "esta procuradoria SUGERE que seja dado o regular andamento ao processo de licitação, mantendo os valores das tabelas apresentadas pelas empresas CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, devendo proceder com a notificação empresa vencedora para apresentar a planilha orçamentária por meio digital." Constatando vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., com o valor total de R\$ 397.553,37. Diante do exposto abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da Ata, Quadro Comparativo, Parecer da Procuradoria nº 128/2019-PROJUR e Parecer do Setor de Engenharia a empresa participante.

LOTE: 1**Participante: 9522 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Jorge Lacerda trecho 02 - Est 10+8,40m a Est. 22+18,90m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 250,50m e área total de 2.748,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal nº: 0501.363-08 e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.412/2019, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório	UN	1,00		0,0000	397.553,37	397.553,37

Total do Participante -----> 397.553,37

Total Geral -----> 397.553,37

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 15/2019 - TP**

Processo Administrativo: 131/2019
Processo de Licitação: 27/09/2019
Data do Processo:

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 8 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Presidente da Comissão de Licitação
Ivandra de Souza	-	- Membro
Ilmar José Pereira Borges Filho	-	- Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	-	- Membro
Marlene Neumann	-	- Secretária
Valderi Rocha de Camargo	-	- Membro Suplente
Germana Heller Bauemle	-	- Membro Suplente

CÂMARA MUNICIPAL**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.085/19**

Publicação Nº 2221010

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**CNPJ: 83.539.676/0001-85
Avenida dos Imigrantes
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 85/2019 - DL****Processo Nr.: 87/2019
Data: 13/09/2019**

Folha: 1/2

Fornecedor: VENDOR COM PROD INFORMÁTICA LTDA ME
Endereço: Rua BLUMENAU, 2605
Cidade: Joinville - SC
CNPJ: 00.100.997/0001-51

Código: 448

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: CERTIFICADO DIGITAL e-CNPJ A3 24 MESES**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	1,00	UN	CERTIFICADO DIGITAL A3 PESSOA JURÍDICA.

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Fornecedores que foram desclassificados por não apresentarem a documentação exigida no Edital: VENDOR COM PROD INFORMÁTICA LTDA ME .

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

A EMPRESA VENDOR DIGITAL COMÉRCIO LTDA APRESENTOU A MELHOR PROPOSTA, COMO TAMBÉM É A MAIS PRÓXIMA DE SCHROEDER E OFERECE O CERTIFICADO DIGITAL INSTALADO NO TOKEN (CARTÃO) E DISPONIBILIZA EM 24 HORAS EU USO APÓS APROVAÇÃO. HAJA VISTA QUE O DOWNLOD DO CERTIFICADO DIGITAL, FORMATAÇÃO DO TOKEN E INSERÇÃO CORRESPONDENTE É PASSÍVEL DE FALHA, E UMA VEZ FALHANDO NESTE PROCEDIMENTO SERÁ NECESSÁRIO ADQUIRIR NOVO CERTIFICADO É PRUDENTE ADQUIRIR ESTE PRODUTO/SERVIÇO DE EMPRESA QUE INSERE DIRETAMENTE O CERTIFICADO NO TOKEN, COMO É O CASO DA VENCEDORA DESTA CERTAME

Schroeder, 13 de Setembro de 2019

MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES
Responsável pelo Setor Compras

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**

CNPJ: 83.539.676/0001-85

Avenida dos Imigrantes

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 85/2019 - DL**Processo Nr.:** 87/2019
Data: 13/09/2019

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

SÉRGIO ROHDEN
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Valor da Despesa:

320,00 (trezentos e vinte reais)

Pagamento.....:

A PRAZO

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1765

Publicação Nº 2221901

DECRETO nº 1765, de 08 de novembro de 2019.

Prorroga prazo para realização de Processo Administrativo de Responsabilidade, instaurado pelo Decreto nº 1725, de 09 de setembro de 2019.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município, em atendimento ao disposto no artigo 86 combinado com o artigo 87 e 88 da Lei nº. 8666/1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a realização do Processo Administrativo de Responsabilidade, instaurado pelo DECRETO nº 1725, de 09 de setembro de 2019.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 08 de novembro de 2019.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 08 de novembro de 2019.

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária de Administração

EDITAL DE AMPLIAÇÃO DA CARGA HORÁRIA Nº 84/2019

Publicação Nº 2221851

EDITAL DE PROCESSO DE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA Nº 84/2019.

Abre inscrições para o Processo de Ampliação de Carga Horária de Advogado efetivo ou estável da Prefeitura Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 5º-A da Lei Complementar nº 27 de março de 2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, e dá outras providências, comunica aos advogados efetivos que será realizada inscrição para o Processo de Ampliação de Carga Horária, conforme a Lei Complementar retro citada.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo de ampliação de carga horária destinado aos advogados efetivos, será realizado sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, pelo seu Departamento de Recursos Humanos – RH, situado na avenida Anita Garibaldi, 371, centro da cidade de Seara/SC.

1.2. O processo de ampliação de carga horária terá caráter classificatório.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão realizadas no período de 18 à 25 de novembro de 2019, no Departamento de Recursos Humanos – RH, situado na Avenida Anita Garibaldi, 371, centro da cidade de Seara/SC, no horário compreendido entre às 9h00min à 11h00min, e das 14h00min à 17h00min.

2.2. No ato da inscrição o servidor preencherá uma ficha, conforme Anexo Único do presente Edital, anexando cópia dos seguintes documentos:

2.2.1 Portaria de nomeação;

2.2.2. Identidade e carteira da OAB/SC;

2.2.3. As avaliações por desempenho realizadas a partir da vigência da Lei Complementar nº 27/2008 em nome do servidor;

2.2.4. Certidão, expedida pelo Departamento de Recursos Humanos – RH, de não ter sofrido penalidade disciplinar resultante de processo administrativo no período de 30 de outubro de 2016 à 30 de outubro de 2019;

2.2.5. Certidão, expedida pelo Departamento de Recursos Humanos – RH, de estar em efetivo exercício no cargo de advogado na data de expedição do presente Edital;

2.3. No ato da inscrição o servidor deverá apresentar as originais dos documentos previstos nos subitens 2.1.1 à 2.1.5, juntamente com cópias;

2.4. Não será permitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração (com firma reconhecida), onde conste obrigatoriamente a menção a este Edital, que deverá ser anexada à ficha de inscrição.

3. DOS CRITÉRIOS PARA A CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA

3.1. Poderão participar do processo de ampliação de carga horária os advogados efetivos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Seara;

3.2. São condições para participação do processo de ampliação de carga horária, o atendimento dos requisitos previstos no art. 5º-A da Lei Complementar nº 27/2008:

3.2.1. Servidor público ocupante do cargo de provimento efetivo de advogado, com estágio probatório concluído;

3.2.2. Se encontrar no exercício de sua função no cargo efetivo de advogado;

3.2.3. Não ter sofrido penalidade disciplinar resultante de processo administrativo nos últimos 3 (três) anos, que antecede a data base para ampliação de carga horária;

3.2.4. Ter obtido aprovação com o conceito de no mínimo, Bom (B), em todas as avaliações por desempenho realizadas a partir da vigência da Lei Complementar n.º 27/2008;

3.3. Em caso de existência de mais de um classificado no processo de ampliação de carga horária, será utilizado como critério de desempate, a ordem de antiguidade.

4. DA CLASSIFICAÇÃO E DO RECURSO

4.1. O departamento de Recursos Humanos – RH, após análise do assento pessoal de cada candidato inscrito, e após a avaliação dos requisitos do item 3, publicará a listagem de classificação dos inscritos no referido processo, que será divulgado até o 29 de novembro de 2019, no átrio do Município, e no site oficial www.seara.sc.gov.br.

4.1.1. A publicação dos habilitados e não habilitados para a ampliação da carga horária ocorrerá concomitantemente com a listagem de classificação estabelecida no subitem 4.1 deste Edital.

4.2. O candidato que tiver qualquer discordância em relação a sua habilitação ou não habilitação ou sua posição na lista de classificação, poderá interpor recurso em até 02 (dois) dias contados a partir do primeiro dia útil seguinte da data de publicação estabelecida no subitem 4.1 do presente Edital.

4.3. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

4.4. Todos os recursos regulares serão analisados no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados à partir do 1º dia da útil do protocolo do requerimento e os pareceres serão divulgados no endereço previsto no subitem 4.1 do presente Edital. Não serão encaminhadas respostas individuais aos interessados.

5.5. Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo estabelecido no subitem 4.2 deste Edital. Em nenhuma hipótese, serão aceitos pedidos de revisão de recursos.

5. DAS ESCOLHAS DAS VAGAS

5.1. Ultrapassada a fase recursal e obedecendo a ordem de classificação, serão chamados para a escolha das vagas existentes para a ampliação até o dia 16 de dezembro de 2019, os quais serão convocados pessoalmente ou por meio eletrônico.

5.2. O servidor que não comparecer na data determinada pelo Departamento de Recursos Humanos – RH para a escolha da vaga será excluído do certame.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. A ampliação de Carga Horária terá validade a partir do primeiro dia do mês subsequente a data da publicação da portaria.

6.2. As situações não contempladas neste Edital serão resolvidas pelo Departamento de Recursos Humanos – RH, ouvido o titular da

Secretaria Municipal de Administração e sua assessoria técnica e jurídica.

6.3. Demais informações necessárias poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração através do telefone (49) 3452 8302 ou no Departamento Municipal de Recursos Humanos – RH, através do telefone (49) 3452 8313 ou pelo site www.seara.sc.gov.br.

Seara/SC, 08 de novembro de 2019.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 08 de novembro de 2019

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária de Administração

ANEXO ÚNICO

PROCESSO DE AMPLIAÇÃO DA CARGA HORÁRIA ADVOGADO											
Edital Nº:						Inscrição Nº:					
1 - Identificação do Candidato											
Nome Completo								Sexo			
								Masculino		Feminino	
Nome do Pai						Nome da Mãe					
Data Nascimento			CPF			CI/Órgão Expedidor					
Número da OAB/SC				Telefone				E-mail			
Seara				Seara				SC			
Endereço (Rua, Complemento, nº, Bairro)				Cidade				Município		UF	
Portaria de Admissão						Data da Portaria de Admissão					
Forma de Admissão no Cargo						Data Homologação			Classificação		
Por Concurso Público											
Documento em anexo											
Portaria de nomeação											
Carteira de identidade											
Carteira da OAB/SC											
Certidão, expedida pelo Departamento de Recursos Humanos – RH, das avaliações por desempenho realizadas a partir da vigência da Lei Complementar nº 27/2008.											
Certidão, expedida pelo Departamento de Recursos Humanos – RH, de não ter sofrido penalidade disciplinar resultante de processo administrativo no período de 30 de outubro de 2016 à 30 de outubro de 2019.											
Certidão, expedida pelo Departamento de Recursos Humanos – RH, de estar em efetivo exercício no cargo de advogado.											
DECLARAÇÃO											
<p>Eu, acima qualificado DECLARO conhecer integralmente os termos do Edital, assim como as normas estabelecidas, aceitando todas as condições para cumprimento das obrigações constantes nele.</p>											
Seara/SC, em ____ de novembro de 2019										Recebimento:	
										Seara/SC, em ____ de novembro de 2019	
Assinatura do Candidato										Assinatura do Responsável	

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 83/2019

Publicação Nº 2220782

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 83/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município, tendo como objetivo atender normas da Lei Complementar nº 91, de 16 de agosto de 2018 que dispõe sobre a Organização do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Seara e dá outras providências, em especial seus art. 4º e art. 6º, bem como a apresentação do Estudo Técnico do Transporte Coletivo Urbano a todos os interessados, CONVOCA representantes de Entidades de Classe, Associações de Moradores, Conselhos Populares, Câmara Municipal de Vereadores, segmentos Sociais e Econômicos e a população geral para AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada no dia 18 de novembro de 2019, às 19:30 horas, no auditório Waldir Tochetto, no Prédio da Câmara Municipal de Vereadores, situado na Rua Padre Anchieta, nº 200, nesta cidade de Seara, com a seguinte,

ORDEM DO DIA

- Leitura do Edital de Convocação;
- Abertura pelo senhor Prefeito Municipal;
- Apresentação do Estudo Técnico do Transporte Coletivo Urbano;
- Espaço para questionamentos;
- Aprovação do Estudo Técnico do Transporte Coletivo Urbano;
- Encerramento.

Seara/SC, em 07 de novembro de 2019.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 07 de novembro de 2019

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 221/2019

Publicação Nº 2220712

Processo licitatório nº 221/2019
Tomada de preços 021/2019

Considerando que o prazo para apresentação de recursos transcorreu se que aportassem ao feito as respectivas razões recursais, fica designada a data de 12 de novembro de 2019, respectivamente às 08h30min para abertura das propostas.

Seara 08 de novembro de 2019
Edemilson Canale
Prefeito

Siderópolis

PREFEITURA

32 2019 CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 2221538

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDEROPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS Nº. 32/2019

1. Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas (entidades privadas, filantrópicas, com ou sem fins lucrativos), localizados no Município de Siderópolis, para firmar contrato com o Município de Siderópolis, com o objetivo de executar serviços especializados de reabilitação em deficiência intelectual, da Rede de Cuidado a Pessoa com deficiência do SUS/SC.

2. Fundamentação Legal: Artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

3. Data da sessão pública: 26/11/2019 às 09h00min (horário de Brasília).

4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).

5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais documentos relativos a esta licitação, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br.

6. Esclarecimentos: Maiores informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900.

Siderópolis, 08 de novembro de 2019.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

PORTARIA Nº 255/2019

Publicação Nº 2221247

PORTARIA Nº 255 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

EXONERA A PEDIDO, SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003, e suas alterações.

RESOLVE:

Exonerar a Pedido o Servidor efetivo Sr. CLAUDEMIR BORGES DE OLIVEIRA, Técnico de Enfermagem, matrícula nº 8625, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nomeado pela Portaria nº 096, de 25 de junho de 2019.

Fica revogada a Portaria nº 096, de 25 de junho de 2019 e demais disposições em contrário.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01 de novembro de 2019.

Município de Sombrio - SC, 05 de novembro de 2019.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças e Administração

REPUBLICAÇÃO P.P 19/2019-FMS

Publicação Nº 2220859

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE SOMBRIO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – AVISO DE REPUBLICAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa para futura e eventual contratação de empresa especializada para assistência odontológica (confeção de próteses dentárias), em estabelecimentos próprios da futura contratada, conforme especificações constantes no termo de referência e demais anexos do edital. Base Legal: Lei Federal nº 10.520/2002 de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Lei nº 8.078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues/protocolados até as 09h00min do dia 22 de novembro de 2019, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h00min do dia 25 de novembro de 2019. Informações e cópia do edital: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito a Av. Nereu Ramos, nº 31, Centro, Sombrio/SC, no horário das 07h00 às 13h00min, pelo e-mail: licita.sombrio@gmail.com ou pelo Fone (48) 3533-5225. Sombrio – SC, 08 de novembro de 2019. Dângelo da Silva Santos – Secretário Municipal de Saúde.

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO Nº 0290 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220814

DECRETO Nº. 0290, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR TERMINO DE CONTRATO, DO CARGO DE PROFESSORA DE ENSINO INFANTIL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nº s. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº 004/2018 de 27/11/2018, Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada, em função de termino de contrato a Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, MILENA KREMER STRAPAZZON Professora de Ensino Infantil 20 horas (licença Janete Hammerschmitt) com Lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 08 de novembro de 2019.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

DECRETO Nº 0291 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220811

DECRETO Nº. 0291, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR TERMINO DE CONTRATO, DO CARGO DE PROFESSORA DE ENSINO INFANTIL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº 004/2018 de 27/11/2018, Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada, em função de termino de contrato a Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, VANESSA DE OLIVEIRA BUENO Professora de Ensino Infantil 20 horas (licença Janete Hammerschmitt) com Lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios, com efeitos a partir de 17.02.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 08 de novembro de 2019.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 056-2019

Publicação Nº 2222543

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 056/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2019
LICITAÇÃO EXCLUSIVA MEI/ME/EPP

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para a Contratação dos Serviços abaixo discriminados: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA REPAROS DE FISURAS E PINTURA INTERNA E EXTERNA DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC, conforme especificações do edital. O recebimento dos envelopes de propostas e habilitação será até as 08h30min do dia 29/11/2019, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a sessão terá início às 08h40min no Auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos, no mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito a Avenida Felipe Baczinski nº. 479, Centro, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, ou pelo site www.tigrinhos.sc.gov.br. Tigrinhos, 11 de novembro de 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Tijucas

PREFEITURA

EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172/PMT/2019 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 098/PMT/2019

Publicação Nº 2221016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 172/PMT/2019 DO
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 098/PMT/2019

Objeto: Aquisição de Artefatos de Cimento para uso na Pavimentação de Ruas e Reposição nas Vias Públicas, Manutenção e Conservação de Rede Pluvial, Estradas Rurais e Obras Gerais realizadas pela Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas - SC.

Empresa Vencedora do Processo: MASTER ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME, foi vencedora do lote: 01, no valor de R\$ 483.230,00 (Quatrocentos e oitenta e três mil, duzentos e trinta reais).

Empresa Vencedora do Processo: ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA, foi vencedora do lote: 02, no valor de R\$ 93.250,00 (Noventa e três mil, duzentos e cinquenta reais) e do lote: 03, no valor de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).

Empresa Vencedora do Processo: EDERSON WIETCOVSKY ME, foi vencedora do lote: 04, no valor de R\$ 170.845,00 (Cento e setenta mil, oitocentos e quarenta e cinco reais).

Empresa Vencedora do Processo: SILVA SANTOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP, foi vencedora do lote: 05, no valor de R\$ 206.950,00 (Duzentos e seis mil, novecentos e cinquenta reais) e do lote: 06, no valor de R\$ 62.390,00 (Sessenta e dois mil, trezentos e noventa reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br

Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

Timbé do Sul

PREFEITURA

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO Nº 31/2019 TP

Publicação Nº 2220805

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul

RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

LICITAÇÃO Nº 31/2019 – TOMADA DE PREÇOS

Objeto: Execução das obras de pavimentação asfáltica da Rua Ângelo Rovaris, no município de Timbé do Sul/SC.

A Comissão de Licitação do município de Timbé do Sul/SC torna público o resultado do julgamento de habilitação e propostas de preços, da Licitação 31/2019 – Tomada de Preços, que resultou na HABILITAÇÃO e CLASSIFICAÇÃO da única empresa participante: em 1º lugar a proposta da empresa JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA, com o valor global de R\$ R\$ 298.888,51 (duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e um centavos).

Timbé do Sul/SC, 08 de novembro de 2019.

Lucia Felicidade

Presidente da Comissão de Licitação

Timbó**PREFEITURA****ATA ANÁLISE DOCUMENTOS CREDENCIAMENTO N.º 07 2018 - FMS OTODERMA**

Publicação Nº 2221786

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ANÁLISE DOCUMENTOS

CREDENCIAMENTO Nº. 07/2018 - FMS

INTERESSADA: OTODERMA LTDA. ME

Às dez horas, do oitavo dia do mês de outubro de dois mil e dezenove (08/11/2019), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº. 1083 de 02/01/2019, para abertura dos envelopes de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 07/2018 – FMS.

Protocolou tempestivamente o envelope, a empresa interessada OTODERMA LTDA. ME – CNPJ nº. 27.570.686/0001-02.

O Presidente solicitou aos presentes que rubricassem o envelope e que conferissem sua inviolabilidade e na sequência iniciou-se a abertura do envelope, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica de todos os documentos nele contidos.

Da análise dos documentos recebidos, tendo em vista a necessidade de avaliação da documentação técnica solicitada, conforme subitens 5.4.4 e 5.4.5 do Edital, a Comissão de Licitações encaminha os documentos para a Secretaria de Saúde objetivando análise e parecer dos documentos da Qualificação Técnica.

Nada mais havendo, a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intinem-se.

LOURDES MOSER Presidente	ANGELA PREUSS Membro	DAVI BERRI Membro
-----------------------------	-------------------------	----------------------

ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE N.º 69 2019 PMT

Publicação Nº 2221792

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE Nº 69/2019 – PMT

INTERESSADA: LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP

Às oito horas, do oitavo dia do mês de novembro de dois mil e dezenove (08/11/2019), na sala do setor de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 1083, de 02 de janeiro de 2019, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade nº. 69/2019 - PMT.

Considerando a justificativa constante do processo licitatório, foram analisados os documentos regulares (abaixo relacionados), integrantes deste processo de Inexigibilidade apresentados pela empresa: LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP - CNPJ nº. 02.267.742/0001-03:

Justificativa formal do motivo característico da Dispensa e/ou inexigibilidade / Requisição de compras e serviços contendo a descrição detalhada do objeto / Dotação orçamentária/ Valor/ Forma de pagamento/ Prazo de execução e outras informações necessárias	Lei 8.666/93 art. 15 § 7º III e art. 8º, Art. 14 Acórdão TCU 254/2004
Cartão do CNPJ	Lei 8666/93 - Art. 29 I
Termo de Acordo	
Projeto de Pavimentação – Beco Treze de Maio/ART	
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó (SC) e do Município sede da empresa (Blumenau-SC)	Art. 29, III - Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III

Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 II
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Certificado de regularidade do FGTS	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Declarações obrigatórias	CF art. 7º XXXIII Lei 8.666/93 art. 27 V.
Declaração que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública; que não é impedido de transacionar com a Administração Pública.	Lei 8.666/93
Ato Constitutivo – Contrato Social	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28

Da análise destes documentos, e levando-se em consideração a apresentação de toda documentação, a Comissão de Licitações entende que a empresa LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP está com a documentação regular.

Nada mais havendo, a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

LOURDES MOSER Presidente	DAVI BERRI Membro	ANGELA PREUSS Membro
-----------------------------	----------------------	-------------------------

ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE N.º 70 2019 PMT

Publicação Nº 2221795

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE Nº 70/2019 – PMT

INTERESSADA: LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP

Às oito horas e trinta minutos, do oitavo dia do mês de novembro de dois mil e dezenove (08/11/2019), na sala do setor de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 1083, de 02 de janeiro de 2019, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade nº. 70/2019 - PMT.

Considerando a justificativa constante do processo licitatório, foram analisados os documentos regulares (abaixo relacionados), integrantes deste processo de Inexigibilidade a apresentados pela empresa: LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP - CNPJ nº. 02.267.742/0001-03:

Justificativa formal do motivo característico da Dispensa e/ou inexigibilidade / Requisição de compras e serviços contendo a descrição detalhada do objeto / Dotação orçamentária/ Valor/ Forma de pagamento/ Prazo de execução e outras informações necessárias	Lei 8.666/93 art. 15 § 7º III e art. 8º, Art. 14 Acórdão TCU 254/2004
Cartão do CNPJ	Lei 8666/93 - Art. 29 I
Termo de Acordo	
Projeto de Pavimentação – Rua Alfredo Hansen/ART	
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó (SC) e do Município sede da empresa (Blumenau-SC)	Art. 29, III - Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 II
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Certificado de regularidade do FGTS	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Declarações obrigatórias	CF art. 7º XXXIII Lei 8.666/93 art. 27 V.
Declaração que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública; que não é impedido de transacionar com a Administração Pública.	Lei 8.666/93
Ato Constitutivo – Contrato Social	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28

Da análise destes documentos, e levando-se em consideração a apresentação de toda documentação, a Comissão de Licitações entende que a empresa LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP está com a documentação regular.

Nada mais havendo, a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

LOURDES MOSER Presidente	DAVI BERRI Membro	ANGELA PREUSS Membro
-----------------------------	----------------------	-------------------------

AVISO CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 01 2019 FIA - FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS E OU PROJETOS NA ÁREA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Publicação Nº 2221797

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO CHAMADO PÚBLICO Nº 01/2019 - FIA

O Município de Timbó/SC, através do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e Adolescente torna público que se encontra aberto o CHAMAMENTO PÚBLICO para execução de projeto voltado à promoção, à proteção e à defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, através do Fundo da Infância e Adolescência de Timbó/SC, para firmar parceria por meio de termo de fomento nas condições estabelecidas neste edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos até as 09h00min do dia 12 de dezembro de 2019. ABERTURA: dia 12 de dezembro de 2019 as 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3380-7000.

Timbó, 08 de novembro de 2019
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde e Assistência Social
Eloise Betanin
Vice-presidente do CMDCA

AVISO PRORROGAÇÃO CREDENCIAMENTO N.º 05 2019 FUMTUR

Publicação Nº 2221989

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO
CREDENCIAMENTO N.º 05/2019 FUMTUR

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDA, DEMAIS PRODUTOS E SERVIÇOS ESPECÍFICOS, INCLUSIVE VOOS PANORÂMICOS, JUNTO A EXPOBIKE 2019 QUE ACONTECE DE 15 A 17 DE NOVEMBRO, SENDO O CREDENCIADO RESPONSÁVEL PELA DISPONIBILIZAÇÃO DE TODA ESTRUTURA, INCLUSIVE DE VENDA E ATENDIMENTO.

O Município de Timbó informa que o prazo do credenciamento, de acordo com o disposto no item 1.2.2 do edital, fica prorrogado até 13/11/2019.

A entrega do envelope contendo os documentos de Habilitação e a proposta de preços poderá ser feita durante o período de vigência (até 13/11/2019).

Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3382-3655.

Timbó, 08 de novembro de 2019

CINTIA MARA MICHELLI PANINI
Assessora Técnica Institucional de Turismo

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 63 2019 PMT

Publicação Nº 2221800

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2019 - PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, os representantes legais das empresas, LADEHOFF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TERAPLANSAGEM LTDA EPP, CNPJ n.º 83.632.935/0001-18 a comparecerem para assinatura das respectivas atas de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 18/11/2019.
HORÁRIO: das 08hs 12hs e das 14hs às 17hs.

Necessário trazer carimbo comercial da empresa para validação da assinatura.

Timbó, 08 de novembro de 2019.
RAFAELA DOS SANTOS GUEDES
Central de Licitações

DECRETO NO 5364, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221550

DECRETO No 5364, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Declara inservível para uso do Município, bem móvel registrado no Patrimônio Público, autorizando a disponibilização do bem para Leilão Público e posterior alienação e baixa.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a disponibilização do bem declarado inservível para Leilão Público e posterior alienação e baixa e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1429, de 12 de junho de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado inservível para o uso do Município, o bem móvel abaixo relacionado, autorizando a disponibilização do bem para Leilão Público e posterior alienação e baixa:

MUNICÍPIO DE TIMBÓ		
Nº TOMBO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR CONTÁBIL
27524	01 (UM) VEÍCULO NISSAN/MARCH 1.6S, ANO E MODELO 2014/2015, ÁLCOOL/GASOLINA, COR BRANCA, PLACA MLZ-3466, RENAVAL 10351344400, USADO E NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA. NÚMERO DE FROTA C-181 SAÚDE;	R\$ 34.350,00

Parágrafo único. O bem móvel do Município relacionado no "caput" deste artigo é declarado inservível por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5357, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221541

DECRETO Nº 5357, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do excesso de arrecadação, no valor de R\$ 416.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 416.000,00 (quatrocentos e dezesseis mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	15.01.0010.0301.0310.2620.	MANUTENÇÃO ESTRATÉGIA DE SAUDE DA FAMILIA	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
129	0.10200	REC. IMPOSTOS - SAUDE	130.000,00
123	0.13864	TRANSF. SUS UNIÃO – ATENÇÃO BÁSICA	60.000,00
	319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
198	0.13864	TRANSF. SUS UNIÃO – ATENÇÃO BÁSICA	40.000,00
178	0.16764	TRANSF. SUS ESTADO – ATENÇÃO BÁSICA	16.000,00
		TOTAL	246.000,00
	15.02.0010.0302.0311.2624	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	

	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
150	0.10200	REC. IMPOSTOS - SAUDE	170.000,00
		TOTAL	170.000,00
		TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	416.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5358, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221542

DECRETO Nº 5358, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 163.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06/12/2018,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, à conta de anulação no valor total de R\$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil reais), conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 20.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

REFERÊNCIA	02.01.0004.0122.0205.2510.	GESTÃO DA ARTICULAÇÃO POLITICA DO MUNICIPIO	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
504	0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00
		TOTAL	20.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

REFERÊNCIA	02.01.0004.0122.0205.2510.	GESTÃO DA ARTICULAÇÃO POLITICA DO MUNICIPIO	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
	319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
395	0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00
		TOTAL	20.000,00

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 143.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

REFERÊNCIA	03.001.0004.0122.0210.2520.	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
	319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
383	0.10000	VINCULO LIVRE	143.000,00
		TOTAL	143.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

REFERÊNCIA	03.001.0004.0122.0210.2520.	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO	
------------	-----------------------------	-------------------------	--

	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
	319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
448	0.10000	VINCULO LIVRE	140.000,00
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
483	0.10000	VINCULO LIVRE	3.000,00
		TOTAL	143.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5359, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221544

DECRETO Nº 5359, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 4.870,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 4.870,00 (quatro mil oitocentos e setenta reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	21.001.0023.0695.0355.2680.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE TURISMO	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
721	0.30000	RECURSO LIVRE	4.870,00
		TOTAL	4.870,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5360, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221546

DECRETO Nº 5360, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do excesso de arrecadação, no valor de R\$ 670.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	08.001.0015.0452.0260.2560.	GESTÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	

486	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.10000	VINCULO LIVRE	160.000,00
		TOTAL	160.000,00
REFERÊNCIA	08.02.026.451.0052.1065.	PAVIMENTAÇÕES, DRENAGENS, CALÇADAS E CICLOVIAS	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
429	0.10000	VINCULO LIVRE	440.000,00
		TOTAL	440.000,00
REFERÊNCIA	08.002.026.0451.0261.1567.	ESPAÇOS PÚBLICOS	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
392	0.10000	VINCULO LIVRE	70.000,00
		TOTAL	70.000,00
	TOTAL GERAL		670.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5361, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221547

DECRETO Nº 5361, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 301.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 301.000,00 (trezentos e um mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

17.001.0009.0272.0330.2650	TIMBOPREV	
17.001.0009.0272.0330.2650	GESTÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - REGIME PRÓPRIO	
17.001.0009.0272.0330.2650	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TIMBOPREV	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30300	Superávit Financeiro Ano anterior	100.000,00
	TOTAL	100.000,00
17.001.0009.0272.0330.2650	TIMBOPREV	
17.001.0009.0272.0330.2650	GESTÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - REGIME PRÓPRIO	
17.001.0009.0272.0330.2650	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TIMBOPREV	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS DECORRENTES DE OPERERAÇÕES ENTRE ÓRGÃOS	
0.30300	Superávit Financeiro Ano anterior	1.000,00
	TOTAL	1.000,00
17.001.0009.0272.0330.2652	TIMBOPREV	
17.001.0009.0272.0330.2652	GESTÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - REGIME PRÓPRIO	
17.001.0009.0272.0330.2652	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS DO TIMBOPREV	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	

3319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30300	Superavit Financeiro Ano anterior	200.000,00
	TOTAL	200.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	301.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5362, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221548

DECRETO Nº 5362, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 65.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	15.02.0010.0302.0311.2626.	MANUTENÇÃO DA PARCERIA COM HOSPITAL OASE	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	335000.00	TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
853	0.30200	REC. IMPOSTOS – SAUDE – SUPERAVIT FINANCEIRO	65.000,00
		TOTAL	65.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5365, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221551

DECRETO Nº 5365, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 21.250,41.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 3013, de 06/12/2018,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2019:

REFERÊNCIA	13.001.0018.0542.0290.2600.	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	

	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	317100.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO	
555	0.100000	RECURSOS ORDINÁRIOS	21.250,41
		TOTAL	21.250,41

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 21.250,41 (vinte e um mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta e um centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	13.001.0018.0542.0290.2600.	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	337100.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO	
551	0.100000	RECURSOS ORDINÁRIOS	21.250,41
		TOTAL	21.250,41

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5367, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221555

DECRETO Nº 5367, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 583.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 3013, de 06/12/2018 e Lei nº 3095, de 31/10/2019,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2019:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA PMT

REFERÊNCIA	07.001.0022.0661.0252.2552.	PROMOÇÃO DO ENSINO PROFIS-SIONAL E TÉCNICO	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
370	0.10000	VINCULO LIVRE	21.000,00
		TOTAL	21.000,00
REFERÊNCIA	07.01.0015.0121.0250.1551.	MODERNIZAÇÃO DO PLANEJAMEN-TO DO MUNICÍPIO	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
389	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.10000	VINCULO LIVRE	62.000,00
		TOTAL	62.000,00
REFERÊNCIA	08.01.0015.0452.0260.1564.	EQUIPAMENTOS E MÓVEIS PARA OBRAS	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
480	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.10000	VINCULO LIVRE	100.000,00
		TOTAL	100.000,00
REFERÊNCIA	08.01.0015.0452.0260.1564.	MÁQUINAS PARA OBRAS	

	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
480	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.10817	VINCULO COSIP	400.000,00
		TOTAL	400.000,00
		TOTAL GERAL	583.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 583.000,00 (quinhentos e oitenta e três mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA PMT

REFERÊNCIA	07.01.0015.0121.0250.2550.	GESTÃO DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
485	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.10000	VINCULO LIVRE	83.000,00
		TOTAL	83.000,00
REFERÊNCIA	08.001.0015.0452.0260.2560.	GESTÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
486	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.10000	VINCULO LIVRE	100.000,00
		TOTAL	100.000,00
REFERÊNCIA	08.01.015.452.0261.2564.	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
489	0.1081700	VINCULO COSIP	400.000,00
		TOTAL	400.000,00
		TOTAL GERAL	583.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5368, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221558

DECRETO Nº 5368, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 800.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	08.002.0026.0451.0261.1565.	VIAS PÚBLICAS COM PAVIMENTAÇÕES, DRENAGENS, CALÇADAS E CICLOVIAS	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
467	0.300000	RECURSOS SUPERÁVIT	280.000,00
		TOTAL	280.000,00
	03.001.0004.0122.0210.2520.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
	30000.00	DESPESAS CORRENTES	
	33000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	33900.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
749	0.30000	RECURSOS DE SUPERÁVIT	520.000,00

		TOTAL	520.000,00
			800.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5369, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221562

DECRETO Nº 5369, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 280.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base nas Leis nº 3013, de 06/12/2018, e Lei nº 3058, de 07/05/2019,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2019:

REFERÊNCIA	08.002.0026.0451.0261.1565.	VIAS PÚBLICAS COM PAVIMENTAÇÕES, DRENAGENS, CALÇADAS E CICLOVIAS	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
467	0.300000	RECURSOS SUPERÁVIT	280.000,00
		TOTAL	280.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	22.002.0013.0391.0360.1691.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
	22.002.0013.0391.0360.1691.	OBRAS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
769	0.300000	RECURSOS SUPERÁVIT	280.000,00
		TOTAL	280.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5370, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221564

DECRETO Nº 5370, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 280.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c"

da Lei Orgânica do Município, e com base nas Leis nº 3013, de 06/12/2018, e nº 3097, de 31/10/2019,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2019:

REFERÊNCIA	22.002.0013.0391.0360.1691.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
	22.002.0013.0391.0360.1691.	OBRAS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
769	0.300000	RECURSOS SUPERÁVIT	280.000,00
		TOTAL	280.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	22.001.0013.0392.0361.2692.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E EVENTOS ARTÍSTICOS, CULTURAIS E HISTÓRICOS DE TIMBÓ	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
788	0.300000	RECURSOS LIVRES	280.000,00
		TOTAL	280.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5371, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221565

DECRETO Nº 5371, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 40.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 3013, de 06/12/2018, e Lei nº 3095, de 31/10/2019,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2019:

REFERÊNCIA	03.001.0004.0122.0210.2520.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
	30000.00	DESPESAS CORRENTES	
	33000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	33900.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
749	0.300000	RECURSOS DE SUPERÁVIT	40.000,00
		TOTAL	40.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	19.001.0027.0813.0341.2668.	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS ESPORTIVOS FORA DO MUNICÍPIO E MANUTENÇÃO DE MODALIDADES	
	30000.00	DESPESAS CORRENTES	
	33000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	

	33900.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
846	0.30000	RECURSO SUPERÁVIT	10.000,00
		TOTAL	10.000,00
	19.003.0027.0813.0207.2669.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS À ENTIDADES ESPORTIVAS	
	30000.00	DESPESAS CORRENTES	
	33000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	33500.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	
809	0.30000	RECURSO SUPERÁVIT	30.000,00
		TOTAL	30.000,00
		TOTAL FME	40.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5372, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221567

DECRETO Nº 5372, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 180.000,00

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 3013, de 06/12/2018, e Lei nº 3095, de 31/10/2019,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2019:

REFERÊNCIA	03.001.0004.0122.0210.2520.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
	30000.00	DESPESAS CORRENTES	
	33000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	33900.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
749	0.30000	RECURSOS DE SUPERÁVIT	180.000,00
		TOTAL	180.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	21.001.0023.0695.0355.2680.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
	30000.00	DESPESAS CORRENTES	
	33000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	33900.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
721	0.30000	RECURSO SUPERÁVIT	180.000,00
		TOTAL	180.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5373, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221571

DECRETO Nº 5373, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 300.000,00

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 3013, de 06/12/2018, e Lei nº 3095, de 31/10/2019,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2019:

REFERÊNCIA	03.001.0004.0122.0210.2520.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO MUNICIPAL	
	30000.00	DESPESAS CORRENTES	
	33000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	33900.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
749	0.30000	RECURSOS DE SUPERÁVIT	300.000,00
		TOTAL	300.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	22.001.0013.0391.0361.2692.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E EVENTOS ARTÍSTICOS, CULTURAIS E HISTÓRICO DE TIMBÓ	
	30000.00	DESPESAS CORRENTES	
	33000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	33900.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
788	0.300000	RECURSO SUPERÁVIT	300.000,00
		TOTAL	300.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5375, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221572

DECRETO Nº 5375, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 224.360,00

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 3013, de 06/12/2018, e Lei nº 3095, de 31/10/2019,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2019:

REFERÊNCIA	22.001.0013.0391.0361.1695.	RESTAURAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
242	0.100000	VÍNCULO LIVRE	9.100,00
		TOTAL	9.100,00

	22.001.0013.0391.0361.2696.	MANUTENÇÃO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
765	0.30000	RECURSOS SUPERÁVIT	6.592,00
		TOTAL	6.592,00
	339100.00	APLICAÇÕES DIRETAS DE OPERAÇÕES ENTRE ÓRGÃOS	
249	0.10000	VÍNCULO LIVRE	500,00
		TOTAL	500,00
	22.001.0013.0392.0361.2694.	MANUTENÇÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA, CULTURAL E HISTÓRICA DE TIMBÓ	
	30000.00	DESPESAS CORRENTES	
	33000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	33900.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
253	0.100000	VÍNCULO LIVRE	20.200,00
		TOTAL	20.200,00
	33910.00	APLICAÇÕES DIRETAS DECORRENTES DE OPERAÇÕES ENTRE ÓRGÃOS	
248	0.100000	VÍNCULO LIVRE	1.000,00
		TOTAL	1.000,00
	22.002.0013.0391.0360.1691.	OBRAS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
244	0.100000	VÍNCULO LIVRE	5.000,00
		TOTAL	5.000,00
	22.002.0013.0392.0360.1693.	MODERNIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
790	0.300000	RECURSO DE SUPERÁVIT	3.968,00
		TOTAL	3.968,00
	22.002.0013.0392.0360.2690.	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
260	0.10000	VÍNCULO LIVRE	78.000,00
		TOTAL	78.000,00
	319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS DECORRENTES DE OPERAÇÕES ENTRE ÓRGÃOS	
259	0.10000	VÍNCULO LIVRE	100.000,00
		TOTAL	100.000,00
		TOTAL FCT	224.360,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 224.360,00 (duzentos e vinte e quatro mil, trezentos e sessenta reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	22.001.0013.0391.0361.2692.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E EVENTOS ARTÍSTICOS, CULTURAIS E HISTÓRICO DE TIMBÓ	
	30000.00	DESPESAS CORRENTES	
	33000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	33900.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
256	0.100000	RECURSO LIVRE	180.688,00
		TOTAL	180.688,00

	22.003.0013.0392.0207.2698.	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS À ENTIDADES CULTURAIS	
	30000.00	DESPESAS CORRENTES	
	33000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	33500.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	
251	0.10000	VÍNCULO LIVRE	33.112,00
		TOTAL	33.112,00
731	0.30000	RECURSO SUPERÁVIT	10.560,00
		TOTAL	10.560,00
		TOTAL FCT	224.360,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5376, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221573

DECRETO Nº 5376, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 53.667,39

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 3013, de 06/12/2018, e Lei nº 3095, de 31/10/2019,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2019:

REFERÊNCIA	21.001.0023.0695.0355.1683.	OBRAS E CONSTRUÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
	40000.00	DESPESAS DE INVESTIMENTO	
	44000.00	INVESTIMENTOS	
	44900.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
537	0.10000	RECURSOS LIVRES	53.667,39
		TOTAL FUMTUR	53.667,39

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 53.667,39 (cinquenta e três mil, seiscentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	21.001.0023.0695.0355.2680.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
	30000.00	DESPESAS CORRENTES	
	33000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	33900.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
547	0.10000	RECURSOS LIVRES	53.667,39
		TOTAL	53.667,39

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5377, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221575

DECRETO Nº 5377, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 150.000,00

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 3013, de 06/12/2018, e Lei nº 3095, de 31/10/2019,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2019:

REFERÊNCIA	16.03.0008.0244.0326.2646.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	337100.00	TRANSF. A CONSÓRCIOS PUBLICOS	
92	0.10000	VINCULO LIVRE	150.000,00
		TOTAL	150.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	08.001.0015.0452.0260.2560.	GESTÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
486	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.10000	VINCULO LIVRE	150.000,00
		TOTAL	150.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5378, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221576

DECRETO Nº 5378, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 460.906,90.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 3013, de 06/12/2018, e Lei nº 3095, de 31/10/2019,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2019:

REFERÊNCIA	15.01.0010.0301.0310.1625.	MODERNIZAÇÃO DO NASF	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
118	0.13864	TRANSF. SUS UNIÃO – ATENÇÃO BÁSICA	21.200,00
		TOTAL	21.200,00
	15.01.0010.0301.0310.2622.	MANUTENÇÃO DO NUCLEO DE APOIO A SAUDE DA FAMÍLIA	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	

	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
127	0.13864	TRANSF. SUS UNIÃO – ATENÇÃO BÁSICA	100.000,00
		TOTAL	100.000,00
	15.01.0010.0301.0310.2623.	MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
142	0.13864	TRANSF. SUS UNIÃO – ATENÇÃO BÁSICA	150.000,00
		TOTAL	150.000,00
	15.02.0010.0302.0311.1627.	MODERNIZAÇÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
758	0.30200	REC. IMPOSTOS SAUDE – SUPERÁVIT	103.806,90
		TOTAL	103.806,90
	15.02.0010.0302.0311.1628.	OBRAS E INSTALAÇÕES DO SAMU	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
189	0.10200	REC. IMPOSTOS SAUDE	5.000,00
		TOTAL	5.000,00
	15.02.0010.0302.0311.1629.	MODERNIZAÇÃO DO SAMU	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
135	0.13857	TRANSF. SUS UNIÃO – SAMU	10.900,00
		TOTAL	10.900,00
	15.02.0010.0302.0311.1630.	MODERNIZAÇÃO DO CAPS	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
156	0.13865	TRANSF. SUS UNIÃO – MAC	10.000,00
		TOTAL	10.000,00
	15.03.0010.0303.0312.1631.	MODERNIZAÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
229	0.10200	REC. IMPOSTOS SAUDE	10.000,00
		TOTAL	10.000,00
	15.04.0010.0305.0313.2630.	MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
149	0.10200	REC. IMPOSTOS SAUDE	50.000,00
		TOTAL	50.000,00
		TOTAL ANULAÇÃO FMS	460.906,90

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 460.906,90 (quatrocentos e sessenta mil, novecentos e seis reais e noventa centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	15.01.0010.0301.0310.2620.	MANUTENÇÃO ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
129	0.10200	REC. IMPOSTOS SAUDE	4.000,00

123	0.13864	TRANSF. SUS UNIÃO – ATENÇÃO BÁSICA	201.200,00
	319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. COPER. ENTRE ÓRGÃOS	
198	0.13864	TRANSF. SUS UNIÃO – ATENÇÃO BÁSICA	70.000,00
		TOTAL	275.200,00
	15.01.0010.0301.0310.2621.	MANUTENÇÃO SAUDE BUCAL	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. COPER. ENTRE ÓRGÃOS	
110	0.10200	REC. IMPOSTOS SAUDE	35.000,00
		TOTAL	35.000,00
	15.02.0010.0302.0311.2625	MANUTENÇÃO DO SAMU	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
162	0.13857	TRANSF. SUS UNIÃO – SAMU	10.900,00
		TOTAL	10.900,00
	15.02.0010.0302.0311.2624.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
214	0.13865	TRANSF. SUS UNIÃO – MAC	10.000,00
844	0.30200	REC. IMPOSTOS SAUDE – SUPERÁ-VIT	80.000,00
	319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
845	0.30200	REC. IMPOSTOS SAUDE – SUPERÁ-VIT	23.806,90
		TOTAL	113.806,90
	15.05.0010.0122.0314.2631.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
233	0.10200	REC. IMPOSTOS SAUDE	26.000,00
		TOTAL	26.000,00
		TOTAL SUPLEMENTAÇÃO FMS	460.906,90

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5379, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221577

DECRETO Nº 5379, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 133.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas “a” e “c” da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 3013, de 06/12/2018, e Lei nº 3095, de 31/10/2019,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2019:

REFERÊNCIA	16.03.0008.0244.0325.2644.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
84	0.10000	VINCULO LIVRE	15.000,00
		TOTAL	15.0000,00
	16.03.0008.0244.0326.2646.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
80	0.10000	VINCULO LIVRE	45.000,00
	337100.00	TRANSF. A CONSÓRCIOS PUBLICOS	
92	0.10000	VINCULO LIVRE	73.000,00
		TOTAL	118.000,00
		TOTAL ANULAÇÃO FMAS	133.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 133.000,00 (cento e trinta e três mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	16.01.0008.0244.0324.2648.	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	70.000,00
65	0.100000	VÍNCULO LIVRE	
	319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	40.000,00
81	0.100000	VÍNCULO LIVRE	
		TOTAL	110.000,00
	16.02.0008.0244.0320.2641.	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	
	30000.00	DESPESAS CORRENTES	
	33000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	33900.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
68	0.100000	VÍNCULO LIVRE	23.000,00
		TOTAL	23.000,00
		TOTAL SUPLEMENTAÇÃO FMAS	133.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5380, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2221581

DECRETO Nº 5380, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Concede auxílio financeiro à Associação dos Pais, Pioneiros, Amigos e Chefes do Grupo Escoteiro Alexandre Roepke.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXII, c/c art. 70, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e de conformidade com a Lei nº 3081, de 19 de setembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido auxílio financeiro à Associação dos Pais, Pioneiros, Amigos e Chefes do Grupo Escoteiro Alexandre Roepke, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ nº 19.455.871/0001-28, no valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo R\$ 10.000,00 destinados à reforma e ampliação da sede, R\$ 30.000,00 para aquisição de contêineres e R\$ 10.000,00 manutenção das atividades, inclusive com qualificação e capacitação voltada ao escotismo dos voluntários.

§1º O valor será disponibilizado em parcela única, e será aplicado conforme proposta apresentada pela entidade.

§2º O Presidente da entidade beneficiada fica responsável pelos recursos repassados pelo Município de Timbó, devendo aplicá-los de

conformidade com esta lei e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, prestando contas nos termos do Decreto nº 3.080 de 15 de março de 2013.

§3º A liberação dos valores fica condicionada à apresentação do processo de concessão, nos termos do Decreto nº 3.080 de 15 de março de 2013 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie.

§4º A não utilização dos valores no prazo de um ano a contar do recebimento do recurso, assim como a ausência de apresentação do processo de concessão nos termos do Decreto nº 3.080 de 15 de março de 2013 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, implicará no ressarcimento do numerário ao poder executivo municipal.

Art. 2º As despesas previstas no art. 1º correrão por conta do seguinte Projeto/Atividade, Elemento e Unidade Orçamentária do Orçamento Programa 2019:

OBRAS E CONTÊINERES - 22.003.0013.0392.0207.2698.4450

MANUTENÇÃO DA ENTIDADE - 22.003.0013.0392.0207.3350

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

EXTRATO CONTRATO Nº 172.2019 FCT - FABIO MARTINS DE SOUZA

Publicação Nº 2221801

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 172/2019

CONTRATANTE: Fundação de Cultura e Turismo.

CONTRATADA: FABIO MARTINS DE SOUZA 87093294200

OBJETO: Contratação de empresa especializada para recuperação, criação, confecção, instalação e montagem de peças artísticas decorativas em estrutura metálica e outros materiais, a serem utilizadas como decoração de natal durante o período de 28 de novembro de 2019 até 06 de janeiro de 2020.

VALOR: 64.700,00 (sessenta e quatro mil e setecentos reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: até 06/02/2020.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2019.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação da Cultura e Turismo

Timbó Grande

PREFEITURA

PORTARIA DP 310

Publicação Nº 2220875

PORTARIA Nº DP/310/2019

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSE GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso, VIII e XI da Lei Orgânica do Município e, com fundamento no disposto do anexo I e sub anexo I, da lei Complementar Municipal nº 511/2002 e artigos.

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO, ao servidor JOSÉ OSNI CASSEMIRO investido no cargo de MOTORISTA, do quadro de pessoal de provimento EFETIVO, lotado na Secretaria Municipal de ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, a contar da data de 02 de Setembro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 02 de Setembro de 2019.
ARI JOSÉ GALESKI
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 02/09/2019.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
Secretário de Administração e finanças

PORTARIA DP 311

Publicação Nº 2220869

PORTARIA Nº DP/311/2019

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, ARI JOSE GALESKI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 103, Inciso, VIII e XI da Lei Orgânica do Município e, com fundamento no disposto do anexo I e sub anexo I, da lei Complementar Municipal nº 511/2002 e artigos.

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO, a servidora ROSENI DE FATIMA PASA investida no cargo de PROFESSORA, do quadro de pessoal de provimento EFETIVO, lotada na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E DESPORTO, a contar da data de 02 de Setembro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 02 de Setembro de 2019.
ARI JOSÉ GALESKI
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 02/09/2019.

EVANDRO CARLOS DE MEDEIROS
Secretário de Administração e finanças

Três Barras

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 84/2019

Publicação Nº 2221454

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 100/2019.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 84/2019.

Interessado: * SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;
* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;
* ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTÓVÃO;

Aos 8 dias do mês de novembro do ano de 2019, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito a Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **SANTPAV TECNOLOGIA EM ASFALTOS EIRELI**, CNPJ nº **31.088.105/0001-78**, com sede e foro na Cidade de Capivari de Baixo - SC, cito a RUA JOAO ERNESTO RAMOS, nº 259, Bairro CENTRO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
1	REPARADOR DE PAVIMENTO ASFÁLTICO, USINADO A QUENTE, PARA APLICAÇÃO A FRIO, PREPARADO COM AGREGADOS PÉTREOS CAP 50/70 MODIFICADO POR ADITIVO RETARDADOR DE CURA, PODENDO SER ESTOCADO POR ATÉ 24 MESES, CAPAZ DE SER APLICADO EM BURACOS COM AGUA E EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSADO PINTURA DE LIGAÇÃO (SACOS DE 25 KG). COMPOSIÇÃO: GRANULOMETRIA NÃO INFERIOR A 96% NA PENEIRA 3/8", TEOR DE BETUME ENTRE 4,0 E 6,5%, DENSIDADE APARENTE DA MASSA ENTRE 1,80 E 2,50 G/M3.	SACA	SANTPAV	5.000,00	R\$28,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafo.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 84/2019 – Procedimento Administrativo nº. 100/2019 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 08 de novembro de 2019.

NILTON AVANIR HURMUS
Pregoeiro

SANTPAV TECNOLOGIA EM ASFALTOS EIRELI
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____
Luciane Tomczyk

2 _____
Silmara Romanhuk Bortolini

Treviso

PREFEITURA

DECRETO Nº 606/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220970

DECRETO Nº 606/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONTRATA E NOMEIA, POR TEMPO DETERMINADO, SILVANA INES TASCA, PARA EXERCER AS FUNÇÕES DO EMPREGO DE AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS INTERNOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e, conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 804/17, de 09 de Janeiro de 2017 e o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada e nomeada na data de 07 de Novembro de 2019, por tempo determinado, SILVANA INES TASCA, para exercer as funções do emprego de AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS INTERNOS, vinculada ao Departamento de Saúde da Secretaria de Saúde dentro da Estrutura Administrativa do Município.

Parágrafo 1º. A referida contratação é necessária, pois o Município não dispõe de servidores concursados para o emprego em referência.

Parágrafo 2º. O período determinado, constante no caput deste Artigo, será até 31 de Dezembro de 2019.

Parágrafo 3º. A carga horária a ser executada por este profissional será de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º. O salário base do empregado acima especificado será de acordo com os valores constantes do Anexo II – Quadro de Empregos Públicos Permanentes do Município constantes da Lei nº 468/07 de 18 de dezembro de 2007, e alterações posteriores e, em caso específico, proporcional às horas trabalhadas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a partir de 04 de Novembro de 2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 04 de Novembro de 2019.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 08 de Novembro de 2019.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO CONTRATO 53/2019

Publicação Nº 2221076

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 53/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO

CONTRATADA: DIGIPLUS TECNOLOGIA EIRELI

VALOR: R\$ 28.000,00 (VINTE E OITO MIL REAIS)

VIGÊNCIA: 08/11/2019 À 31/12/2019

LICITAÇÃO: PREGÃO Nº 33/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO 60.000 BTUS/FRIO

TREVISO, 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

JAIMIR COMIN

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 54/2019

Publicação Nº 2221223

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 54/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO
CONTRATADA: SUL PEÇAS E VEÍCULOS LTDA
VALOR: R\$ 103.600,00 (CENTO E TRÊS MIL E SEISCENTOS REAIS)
VIGÊNCIA: 08/11/2019 À 31/12/2019
LICITAÇÃO: PREGÃO Nº 35/2019

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) veículos (zero quilometro), cor branca, no mínimo ano/modelo 2019/2020, capacidade mínima para 05 (cinco) lugares, potência mínima do motor 1.0, com no mínimo 73 CV, 05 portas, combustível flex (álcool/ gasolina), direção hidráulica ou elétrica, ar condicionado, vidros elétricos e trava nas 04 (quatro) portas, com capacidade mínima do porta malas de 280 L, equipado com todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo COTRAN e Código de Transito Brasileiro.

TREVISO, 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

JAIMIR COMIN

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 373/2019, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221083

PORTARIA Nº 373/2019, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

DESIGNA O SERVIDOR LAURI CESCONETO COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 40/2019, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO E A EMPRESA AUTO ELÉTRICA TREVISO EIRELI.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Lauri Cesconeto, Secretário Municipal, lotado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, matrícula 2602, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 40/2019, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a Empresa Auto Elétrica Treviso EIRELI, cujo objeto é a prestação de serviços elétricos (preventivo e corretivo) Hora/Homem trabalhada, necessários ao completo e perfeito funcionamento dos caminhões, máquinas pesadas, máquinas agrícolas e implementos pertencentes à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Treviso.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 08 de novembro de 2019.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 08 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº 374/2019, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221084

PORTARIA Nº 374/2019, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

DESIGNA A SERVIDORA MARILENE TORAZZI COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 53/2019, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO E A EMPRESA DIGIPLUS TECNOLOGIA EIRELI.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Marilene Torazzi, Secretária de Planejamento, lotada na Secretaria de Planejamento, matrícula 2642, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato nº 53/2019, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a empresa Digiplus Tecnologia EIRELI, cujo objeto é aquisição de 04 (quatro) aparelhos de ar condicionado de 60.000 btus/frio.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 08 de novembro de 2019.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 08 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº 375/2019, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2221200

PORTARIA Nº 375/2019, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA A SERVIDORA MARILENE TORAZZI COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 54/2019, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO E A EMPRESA SUL PEÇAS E VEÍCULOS LTDA.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica

Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,
RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Marilene Torazzi, Secretária de Planejamento, lotada na Secretaria de Planejamento, matrícula 2642, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato nº 54/2019, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a empresa Sul Peças e Veículos Ltda. cujo objeto é aquisição de dois veículos zero quilômetro.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 08 de novembro de 2019.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 08 de novembro de 2019.

Trombudo Central

PREFEITURA

PORTARIA 323/19

Publicação Nº 2221085

PORTARIA 323/19 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE DIÁRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a Lei 1845 de 29 de julho de 2014.
RESOLVE:

Art. 1º - Fixar em R\$ 2.074,00 (dois mil e setenta e quatro reais) referente a 03 (três) diárias para custeio de estadia e alimentação a Prefeita Sra. GEOVANA GESSNER, que estará em audiências no Ministério da Integração Nacional e Ministério da Saúde e na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, tendo o propósito de pleitear recursos financeiros para diversas áreas do Município, entre os dias 11 a 13 de novembro do corrente ano, na capital Federal do Brasil, Brasília – DF e na capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis - SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de novembro de 2019.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

PORTARIA 324/19

Publicação Nº 2221123

PORTARIA 324/19 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISCIPLINA A EMISSÃO DE AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO (AF) PARA COMPRAS E SERVIÇOS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, dispostas no art. 52 da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o Decreto 004/17 de 18 de janeiro de 2017;

CONSIDERANDO contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do exercício;

CONSIDERANDO a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 04.05.2000), que disciplina no ordenamento jurídico brasileiro como inovação de grande importância para a gestão da coisa pública;

CONSIDERANDO a Lei de Responsabilidade Fiscal que busca o controle racional, com base em uma variedade de princípios, a redução do déficit público e, a estabilização da dívida pública a níveis aceitáveis;

CONSIDERANDO a instabilidade financeira e consequente necessidade na contenção dos gastos públicos;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de adequação no equilíbrio financeiro entre receitas e despesas, quando ao fechamento anual nas contas públicas do Município de Trombudo Central no exercício de 2019;

CONSIDERANDO a Notificação expedida pelo Poder Executivo no ordenamento das pendências de compras diretas e compras licitadas;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor público municipal Sr. GEZIEL BALCKER, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração e Finanças, em conjunto com a Chefe do Poder Executivo Municipal, como responsável na emissão de Autorizações de Fornecimento (AF), para compras e Serviços, modalidade Compras Diretas e Compras por Processo Licitatório, no período compreendido entre 01 de dezembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Art. 2º - Excetua-se da presente Portaria, a Secretaria da Saúde, que permanece sob responsabilidade do Secretário Municipal Sr. Alésio Jung.

Art. 3º - O não cumprimento no disposto do Artigo 1º desta Portaria, implicará na responsabilidade do autor em responder junto a Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de novembro de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi publicada e registrada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

PORTARIA 325/19

Publicação Nº 2221889

PORTARIA 325/19 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO E NOMEIA COMISSÃO INTERNA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o inciso X do art. 101 combinado ao art. 114, da Lei Complementar 816 de 31 de outubro de 1990;

CONSIDERANDO o Notícia de Fato nº 01.2019.00012681-7 da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Trombudo Central;

CONSIDERANDO o Ofício Interno da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, datado de 04 de novembro de 2019.

CONSIDERANDO faltas nas atividades laborais e funcionais injustificadas nos meses de julho, agosto e setembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instaurado Processo Administrativo e nomeia Comissão Municipal Interna para fins de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), sob o rito ordinário, para apurar responsabilidades referentes a faltas nas atividades laborais e funcionais e, a fatos conexos ao mesmo, em desfavor do servidor Público Municipal Sr. MARCIO ALMEIDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, Matrícula 1119, conforme nominata abaixo descrita:

REGIANE MARIA SENES FRANZ – Professora (Presidente)

MARIANE FERNANDES DA ROSA – Analista de Compras e Licitações

RODRIGO RAFAEL RODRIGUES – Técnico Esportivo

Art. 2º - A Comissão interna descrita no artigo primeiro, que terá prazo de até 60 (sessenta) dias, para análise e apresentação da conclusão do Processo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 06 de novembro de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

LEIRSON VICENTE

Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 307/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 189/2019

Publicação Nº 2222544

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

RUA JOÃO CASTILHO N º 111
89.899.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras

Processo de Compra Nº.: 307/2019

Pregão Presencial nº: 189/2019

Data Emissão: 07/11/2019

Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por Item

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, por intermédio de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 189/2019, do tipo Menor Preço Unitário por Item, conforme dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006, e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as propostas de preços e de nº 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pela pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, situado na Rua João Castilho nº 111 - SC, CEP 89.898-000, até às 8h do dia 22 de novembro de 2019, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A presente licitação tem por objeto a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE SERÃO DESTINADOS PARA A MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, de acordo com os quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até 8h do dia 22 de novembro de 2019

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 310/2019. PREGÃO PRESENCIAL Nº: 191/2019 FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO LOTE.

Publicação Nº 2222555

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS

RUA JOÃO CASTILHO Nº 111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 310/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 191/2019

FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO LOTE.

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço LOTE, sob regime de entrega imediata, conforme Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 14h do dia 22 de Novembro de 2019 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação a aquisição de BOMBA INJETORA, E CONJUNTO CENTRAL DA TURBINA, NOVOS, ORIGINAIS OU DE PRIMEIRA LINHA MONTAGEM, DESTINADOS PARA O CONserto DA MÁQUINA RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416 DO DMER, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Somente serão aceitas peças NOVAS, ORIGINAIS OU DE PRIMEIRA LINHA MONTAGEM, sendo sumariamente devolvidas as que não forem.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até 14h do dia 22 de Novembro de 2019.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 311/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 192/2019

Publicação Nº 2222584

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/Departamento de Compras
Processo de Compra Nº.: 311/2019
Pregão Presencial nº: 192/2019
Data Emissão: 11/11/2019
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por item

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item sob regime de entrega imediata conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 –Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 16h do dia 22 de Novembro de 2019 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A presente Licitação tem por objeto a aquisição de JOGOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS, QUE SERÃO DESTINADOS PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, de acordo com os quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos. Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até as 16h do dia 22 de Novembro de 2019 .

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA

EXTRATO TERMO DE FOMENTO PMT 04/2019

Publicação Nº 2221639

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Turvo

Termo de Fomento nº 04/2019

Concedente: Município de Turvo

Proponente: Associação SOS Quatro Patas

Objeto: Participação financeira do Município visando o custeio de despesas no fomento de atividades de controle populacional de animais resgatados das ruas ou recolhidos em situações de maus tratos

Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Vigência: de 08/11/2019 a 31/12/2019

União do Oeste

CÂMARA MUNICIPAL

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2019

Publicação Nº 2221518

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO:

TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2019.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço global.

OBJETO: Contratação de empresa para execução da reforma do telhado da Câmara de Vereadores, incluindo material e mão de obra, de acordo com o orçamento, cronograma e memorial descritivo.

VALOR: R\$ 64.651,16 (sessenta e quatro mil seiscientos e cinquenta e um real e dezesseis centavos).

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09:00 horas do dia 27 de Novembro de 2019. ABERTURA: às 09:15 horas do mesmo dia.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no setor de contabilidade, sito a Av. Santa Catarina, 240, Centro, União do Oeste – SC. Informações (049) 3348-1014, Site: www.camarauniaodoeste.sc.gov.br, e-mail: camara@camarauniaodoeste.sc.gov.br.

União do Oeste - SC, 08 de novembro de 2019.

Oriberto Luiz Giachini

Presidente

Urussanga

PREFEITURA

PORTARIA GP/Nº 365/2019

Publicação Nº 2220983

PORTARIA GP/Nº 365, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Atribui aulas excedentes a servidora CLAUDIA MARA DE SOUZA ocupante da vaga de Professor – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir doze aulas excedentes/mês a servidora CLAUDIA MARA DE SOUZA, ocupante da vaga de Professor – ACT, em substituição a servidora Luciana Perucchi, no período de 21 de outubro de 2019 à 16 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem à 21 de outubro de 2019.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 29 de outubro de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro de 2019 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 366/2019

Publicação Nº 2220986

PORTARIA GP/Nº 366, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

Determina as datas de fruição da licença prêmio concedida a servidora ANA ELISA FONTANELA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 123, da Lei Complementar nº 14, de 27 de setembro de 2016 e com base no Processo Administrativo nº 1392/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o período para fruição da licença prêmio concedida a servidora ANA ALISA FONTANELA , referente ao período aquisitivo de 18/02/2012 à 17/02/2017, sendo ele:

I – 23 de novembro de 2019 à 22 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 1º de novembro de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, ao primeiro dia do mês de novembro de 2019 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2019

Publicação Nº 2221245

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 50/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, e Decreto Municipal nº 076/2019 de 07 de outubro de 2019 e demais legislações aplicáveis, realizará no dia 22 de novembro de 2019 às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, visando o REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES, para contratação de empresa para prestação de serviços de segurança privada, para os eventos do município em datas programadas e não programadas, de acordo com as especificações constantes no Edital de Pregão nº 50/2019. Informações complementares serão prestadas através do e-mail compras@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con_licitacoes.faces

Vargeão, SC, 08 de novembro de 2019.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2019

Publicação Nº 2221841

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Por determinação do Senhor ALMIR SCHMITZ, Prefeito Municipal em Exercício, com a autoridade que lhe é atribuída pela Lei 8.666/93 e 10.520, tornamos público para conhecimento dos interessados que, às 08:30 horas do dia 12/09/2016, no Departamento de Administração Geral da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, serão abertas as propostas referentes O PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS, de conformidade com as seguintes condições: O presente PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS visa à escolha da melhor proposta para o seguinte objeto: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS DESTINADA A PACIENTES QUE APRESENTAM ALGUMA DEFICIÊNCIA OU AGRAVO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS. CONFORME NECESSIDADE DE CONSUMO DOS PACIENTES.

Vidal Ramos SC), em 29 de agosto de 2016.
ALMIR SCHMITZ
Prefeito em Exercício

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 17.068/19

Publicação Nº 2220877

DECRETO Nº 17.068/19, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Altera o Decreto nº 16.788/19, que Regulamenta a Lei nº 3.690/19, que Dispõe sobre o serviço público de estacionamento rotativo controlado pago denominado "Área Azul" e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.690/19,

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o §1º, do art. 11, do Decreto nº 16.788/19, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11

(...)

§3º O valor a ser pago pelo usuário para a utilização das vagas do Estacionamento Rotativo destinadas as motocicletas, motonetas e ciclomoteres será de R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) por 60 (sessenta) minutos.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 7 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.071/19

Publicação Nº 2220879

DECRETO Nº 17.071/19, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.736/19 de 7 de novembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 1.379.200,00 (Um milhão, trezentos e setenta e nove mil, e duzentos reais) à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

01 – Gabinete do Prefeito

01 – Assessoria de Gabinete

2.001 – Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 278.000,00

02 – Procuradoria Jurídica

01 – Procuradoria Jurídica

2.074 – Procuradoria Jurídica

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 18.500,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 8.700,00

03 – Secretaria Municipal de Administração

01 – Administração

2.006 – Manutenção da Secretaria de Administração
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 78.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 45.000,00

04 – Secretaria Municipal da Fazenda
01 – Ativ. Contabéis, Financeiras, Tributárias e Fiscais
2.022 – Gestão Contábil e Financeira
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 179.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 22.000,00

05 – Sec. M. Des. Econômico, Habitação e Projetos
01 – Desenv. Econômico, Hab. e Projetos
2.024 – Manutenção da Secretaria de Desenv.Econômico, Habitação e Projetos
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 364.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 23.000,00

09 – Sec. M. Des. Urbano, Agricultura e Meio Ambiente
01 – Desenvolvimento Urbano
2.041 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Urbano
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 180.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 62.000,00

10 – Secretaria de Turismo e Cultura
01 – Gestão de Turismo e Cultura
2.053 – Turismo e Cultura
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 121.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 1.379.200,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação dos recursos próprios.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 7 de novembro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.072/19

Publicação Nº 2220881

DECRETO Nº 17.072/19, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.741/19 de 7 de novembro de 2019.
DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

17 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA	
01 – Fundação Municipal de Esportes de Videira	
2.070 Gestão da FMEV	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0378.0 Aplicações Diretas	100.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	100.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação dos recursos próprios.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 7 de novembro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.073/19

Publicação Nº 2220883

DECRETO Nº 17.073/19, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.742/19 de 7 de novembro de 2019.
DECRETA

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

15 – Fundo Municipal de Saúde de Videira	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.059 – Atenção Básica em Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas	130.500,00
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.060 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	388.000,00,00
15 – Fundo Municipal de Saúde de Videira	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.061 – Vigilância em Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0066.16 – Aplicações Diretas	12.000,00,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	530.500,00,00

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 530.500,00 (quinhentos e trinta mil e quinhentos reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde de Videira	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
1.018 – Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	262.800,00
15 – Fundo Municipal de Saúde de Videira	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
1.019 – Construção de Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	10.000,00,00
15 – Fundo Municipal de Saúde de Videira	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
1.020 – Aquisição de Terrenos	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	5.000,00,00
15 – Fundo Municipal de Saúde de Videira	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
1.020 – Aquisição de Terrenos	

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	105.200,00,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas	130.500,00,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0066.16 – Aplicações Diretas	12.000,00,00
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.060 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	5.000,00,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES	530.500,00,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 7 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.074/19

Publicação Nº 2220885

DECRETO Nº 17.074/19, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.737/19 de 7 de novembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais) à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira	
1.022 – Equipamentos, Mobiliários, Veículos e Outros - FMAS	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.00080.000286 – Material Permanente	50.000,00
16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira	
2.068 – Proteção Especial de Alta Complexidade - SUAS	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500.00000 – Pessoal	118.000,00
16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira	
2.069 – Gestão do FMAS e CMAS	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500.00000 – Custeio	47.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 215.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira	
1.021 – Construção/Ampliação e Melhoria de Centros de Ref. em Assistência Social	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500.00000 – Material Permanente	45.000,00
16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira	
1.022 – Equipamentos, Mobiliários, Veículos e Outros - FMAS	

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500.000000 – Material Permanente	70.000,00
16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira	
2.066 – Proteção Social Básica - SUAS	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500.000000 – Custeio(FNAS)	50.000,00
16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira	
2.068 – Proteção Especial de Alta Complexidade - SUAS	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000286 – Custeio	50.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	R\$ 215.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 7 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.075/19

Publicação Nº 2220886

DECRETO Nº 17.075/19, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.735/19 de 7 de novembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 3.744.000,00 (Três milhões, setecentos e quarenta e quatro mil reais) à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação

01 – Gestão do Ensino Fundamental

2.027 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 684.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 37.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 23.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação

01 – Gestão do Ensino Fundamental

2.028 – Manutenção do FUNDEB - Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010 Aplicações Diretas 2.000.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0010 Aplicações Diretas 320.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0011 Aplicações Diretas 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0011 Aplicações Diretas 360.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação

01 – Gestão do Ensino Fundamental

2.083 – Manutenção do FUNDEB – Educação Especial

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010 Aplicações Diretas 300.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 3.744.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação

01 – Gestão do Ensino Fundamental

2.028 – Manutenção do FUNDEB - Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0011 Aplicações Diretas 3.000.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação
02 – Gestão de Ensino Infantil
2.085 – Manutenção Educação Infantil – Pré-Escola
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 744.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO 3.744.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 7 de novembro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

EXTRATO DO CONTRATO N. 0480/2019

Publicação Nº 2221267

Extrato do Contrato n. 0480/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: RAFAELA BUENO DE OLIVEIRA
CPF: 058.799.729-09
OBJETO: ADMISSÃO PARA ATENDER EM CARÁTER DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DA DEMANDA, INCAPAZ DE SER SUPOSTO PELA SECRETARIA DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL, EM VIRTUDE DE LISTA ESGOTADA PARA O REFERIDO CARGO, NO CONCURSO EM VIGOR – 001/2018.
VIGÊNCIA: de 11 de outubro de 2019 a 10 de abril de 2020
FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.039,58 (dois mil, trinta e nove reais e cinquenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0483/2019

Publicação Nº 2221270

Extrato do Contrato n. 0483/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSELI DE LURDES MORAES
CPF: 578.169.720-91
OBJETO: ADMISSÃO PARA ATENDER EM CARÁTER DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DA DEMANDA, INCAPAZ DE SER SUPOSTO PELA SECRETARIA DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL, EM VIRTUDE DE LISTA ESGOTADA PARA O REFERIDO CARGO, NO CONCURSO EM VIGOR – 001/2018.
VIGÊNCIA: de 15 de outubro de 2019 a 14 de dezembro de 2019
FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.039,58 (dois mil, trinta e nove reais e cinquenta e oito centavos)

LEI Nº 3.734/19

Publicação Nº 2220915

LEI N.º 3.734/19, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a sindicância e o processo administrativo disciplinar no âmbito do Município de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei estabelece normas sobre procedimento administrativo disciplinar a que estão sujeitos os servidores do Município de Videira, visando à uniformização dos procedimentos processuais administrativos disciplinares.

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, entre outros, os princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, impessoalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, razoável duração do processo, interesse público e eficiência.

Parágrafo único - A norma administrativa deve ser interpretada e aplicada da forma que melhor garanta a realização do fim público a que se dirige.

Art. 3º A autoridade que de qualquer modo tiver conhecimento de irregularidade no serviço público é obrigada a promover sua apuração imediata, pelos procedimentos previstos nesta Lei, assegurado ao acusado o contraditório e ampla defesa.

§1º Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é possível a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.

§2º Caso a autoridade não tenha competência legal para determinar a instauração de processo para a apuração do fato, incumbe-lhe diligenciar, junto à autoridade própria, no sentido de que a providência se verifique.

§3º Aberto o procedimento disciplinar ou sindicância, a comissão deverá comunicar imediatamente o departamento de gestão de pessoas, devendo este proceder a inscrição em separado na ficha funcional, devendo constar posteriormente o resultado final do procedimento ou o registro definitivo no caso de demissão ou suspensão.

§4º É facultado o acompanhamento, por um representante do órgão de controle interno existente no município, devendo ser intimado para se manifestar no prazo de vinte e quatro (24) horas, quanto ao interesse no acompanhamento ou somente quanto aos atos decisórios.

§5º Sendo manifestado o interesse, passa ser obrigatória a intimação do órgão de controle interno para acompanhamento de cada ato procedimental, sob pena de nulidade do procedimento.

§6º Deverá o órgão de controle interno, quando acompanhar o feito, apresentar concomitantemente e no prazo de entrega do relatório final pela comissão sindicante ou processante, relatório do procedimento, devendo ser apontado qualquer irregularidade que tenha presenciado ou auferido no curso do processo administrativo disciplinar.

Art. 4º Ao ter ciência de fatos noticiados que configuram ilícito administrativo e constatada a inexistência de providências, é facultado à Procuradoria Geral do Município determinar ao órgão onde ocorreram os fatos a abertura de sindicância ou processo administrativo.

Art. 5º A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.

Parágrafo único - As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 6º Caso o servidor esteja respondendo a mais de um procedimento administrativo disciplinar, sendo aplicada a pena de demissão, fica prejudicado o andamento dos outros procedimentos, os quais poderão ser retomados, dentro do prazo prescricional, caso o servidor volte a integrar os quadros da administração municipal.

Art. 7º A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Art. 8º Não haverá sobrestamento do processo administrativo disciplinar em virtude de ações na esfera judicial contra o servidor acusado, salvo na hipótese de necessidade declarada pela comissão, após prévia consulta à Procuradoria Geral do Município.

Parágrafo único - Ocorrendo o sobrestamento do feito o prazo ficará interrompido até que seja resolvido.

CAPÍTULO II**DO AJUSTAMENTO DE CONDUTA ADMINISTRATIVO**

Art. 9º A autoridade poderá optar pelo ajustamento de conduta nas infrações puníveis com repreensão verbal ou escrita, advertência ou suspensão de até 15 (quinze) dias, a ser adotado como medida alternativa de procedimento disciplinar e de punição, visando à reeducação do servidor, e este, ao firmar o termo de compromisso de ajuste de conduta, deve estar ciente dos deveres e das proibições, comprometendo-se, doravante, em observá-los no seu exercício funcional.

§1º Para a adoção do instituto do ajustamento de conduta são competentes os Diretores, Gerentes e Chefia imediata de modo geral.

§ 2º Em sindicâncias e processos em curso, presentes os pressupostos, a respectiva comissão poderá propor o ajustamento de conduta como medida alternativa à eventual aplicação da pena.

Art. 10 Constituem requisitos para o ajustamento de conduta:

I - inexistência de dolo ou má-fé na conduta do servidor infrator;

II - inexistência de dano ao erário ou prejuízo às partes, ou uma vez verificado, ter sido prontamente reparado pelo servidor;

III - que o histórico funcional do servidor lhe abone a conduta precedente.

Parágrafo único - Não se admitirá o ajustamento de conduta caso tenha sido o servidor beneficiado anteriormente, no prazo de 3 (três) anos, com a medida alternativa de procedimento disciplinar e de punição.

Art. 11 Exclusivamente para os fins do disposto no parágrafo único do artigo anterior, o termo de compromisso de ajuste de conduta deverá ser registrado nos assentamentos funcionais do servidor.

CAPÍTULO III**DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO**

Art. 12 Observar-se-á o procedimento sumário para a apuração e regularização das seguintes infrações disciplinares:

I - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

II - abandono de cargo; e

III – inassiduidade

Art. 13 O procedimento sumário se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por dois membros efetivos da procuradoria e um membro efetivo da Secretaria afeta a lotação do processado ou sindicado, designados pela Procuradoria-Geral, que indicará, dentre eles, o seu Presidente;

II - instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e

III - julgamento.

§ 1º No caso de acumulação ilegal de cargos, a indicação da autoria dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas ilegalmente acumulados, bem como dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 2º Quando for detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade administrativa notificará o servidor para apresentar opção por um deles, no prazo improrrogável de dez dias, condição em que será arquivado o procedimento administrativo, salvo má-fé.

§ 3º Na hipótese de abandono de cargo, que se caracteriza pela ausência do servidor ao serviço por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos, a materialidade dar-se-á pela indicação precisa desse lapso temporal.

§ 4º No caso de inassiduidade, a materialidade dar-se-á pela ausência ao serviço sem justa causa, por 30 (trinta) dias intercalados, no período de 12 (doze) meses.

Art. 14 A comissão lavrará em até 5 (cinco) dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indicição em que serão transcritas as informações de que tratam os parágrafos anteriores, bem como promoverá a citação do servidor acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar defesa técnica e juntar documentos, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição.

Art. 15 Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo no prazo de 5 (cinco) dias, quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre as supostas irregularidades, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo ao Chefe do Poder Executivo para julgamento.

§ 1º No prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 2º O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação somente em casos excepcionais devidamente justificados.

§ 3º O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições do Capítulo V desta Lei.

§ 4º Nas infrações previstas no art. 12, o servidor poderá requerer a exoneração do cargo desde que antes do julgamento.

CAPÍTULO IV

DA SINDICÂNCIA

Art. 16 A sindicância é o meio de que se utiliza a Administração Pública para, sigilosa ou publicamente, com sindicados ou não, proceder à apuração de ocorrências anômalas, ocorrentes no serviço público.

Art. 17 A sindicância se divide nas seguintes espécies:

I - investigativa ou preparatória;

II - acusatória ou punitiva com penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias.

§ 1º A sindicância investigativa será instaurada quando o fato ou a autoria não se mostrarem evidentes ou não estiver suficientemente caracterizada a infração.

§ 2º A sindicância será conduzida por comissão composta por dois membros efetivos da procuradoria e um membro efetivo da Secretaria afeta a lotação do processado ou sindicado, designados pela Procuradoria-Geral, que indicará, dentre eles, o seu Presidente.

§ 3º Na portaria de instauração da sindicância constará os membros que compõem a comissão e o prazo para conclusão dos trabalhos.

Art. 18. Instaurada a Sindicância, a comissão expedirá mandado de citação do indiciado em até 5 (cinco) dias, fazendo constar o resumo do fato a apurar, o direito de constituir defensor, apresentando defesa preliminar, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arrolar testemunhas em número não superior a três, por fato apurado;

§ 1º No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de (2) duas testemunhas.

§ 2º O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

§ 3º Não sendo encontrado o indiciado ou ignorando-se o seu paradeiro, a citação far-se-á por edital com prazo de 10 (dez) dias, inserto no Diário Oficial do Município;

§ 4º Achando-se o indiciado ausente do lugar em que corre o processo, será citado via postal com aviso de recebimento, juntando-se aos autos o comprovante;

§ 5º Não comparecendo o indiciado, o processo seguirá à revelia com defensor nomeado pelo Presidente da Comissão, devendo ser designado um servidor, de preferência bacharel em direito, como defensor do acusado.

§ 6º É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente, por intermédio de procurador ou mediante a representatividade do sindicato da categoria, arrolar testemunhas e produzir provas e contraprovas.

Art. 19 Recebida ou não a defesa, a comissão Sindicante designará dia e hora da audiência de instrução e julgamento.

§ 1º Aberta a audiência, serão ouvidas as testemunhas da Comissão, e em seguida as porventura arroladas pela defesa, interrogando-se o sindicado a seguir, se presente.

§ 2º Os depoimentos poderão, a critério da Comissão, ser gravados em áudio ou áudio e vídeo.

§ 3º Em caso de falta injustificada do defensor constituído, será nomeado um servidor ad hoc, para acompanhamento do interrogatório do acusado, podendo reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão, nas mesmas condições do defensor, salvo se o sindicado renunciar o direito ao defensor.

Art. 20 Após a audiência, será concedido o prazo de 10 dias para a apresentação das alegações finais escritas.

§ 1º Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum.

§ 2º Em seguida, a comissão elaborará relatório final no prazo de até 10 (dez) dias, quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor,

em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre as supostas irregularidades, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo ao Chefe do Poder Executivo para julgamento.

§ 3º Nos casos omissos, aplicam-se as normas do Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 21 Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo;

II - aplicação de penalidade de advertência verbal ou escrita, ou suspensão de até 30 (trinta) dias; e

III - instauração de processo administrativo disciplinar.

Art. 22 Na sindicância não há necessariamente defesa, salvo no caso de sindicância acusatória ou punitiva.

Art. 23 A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

Art. 24 Os autos de sindicância, como peça informativa, poderão integrar o processo disciplinar.

Parágrafo único - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 25 O prazo para a conclusão da sindicância não excederá 45 (quarenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado por igual período, se as circunstâncias assim exigirem.

Art. 26 Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Art. 27 Para o caso do servidor sindicado que for recolhido à prisão, não haverá suspensão do andamento da Sindicância.

CAPÍTULO V

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 28 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

§ 1º O período do estágio probatório ficará suspenso com a instauração de qualquer procedimento administrativo disciplinar.

§ 2º Será obrigatório o processo administrativo disciplinar sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, demissão, cassação de aposentadoria, disponibilidade e destituição de cargo em comissão.

Art. 29 Para o caso do servidor sindicado ou processado que for recolhido à prisão, não haverá suspensão do andamento do Processo Administrativo Disciplinar.

Parágrafo Único - Não havendo defensor constituído, lhe será designado um, pelo Presidente da Comissão, preferencialmente bacharel em direito.

Art. 30 No caso de o servidor estiver em gozo das licenças previstas no art. 185, I a IV e VI a IX da lei Complementar n. 129/12 e da Lei Complementar n. 130/12, será suspenso o procedimento disciplinar e o prazo prescricional, os quais retomarão seu curso após cessarem os motivos que ensejaram licença.

Art. 31 Verificando-se necessária a aplicação da penalidade, o processo disciplinar será instaurado independentemente de sindicância, quando houver confissão lógica ou forem evidentes a autoria e a materialidade da infração.

Art. 32 O processo disciplinar será conduzido por comissão composta por dois membros efetivos da procuradoria e um membro efetivo da Secretaria afeta a lotação do processado ou sindicado, designados pela Procuradoria-Geral, que indicará, dentre eles, o seu Presidente.

Art. 33 A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Parágrafo Único - As reuniões da comissão terão caráter reservado.

Art. 34 Constatando-se que um dos membros da comissão está em licença médica ou em caso de afastamento de extrema necessidade, o presidente solicitará à autoridade instauradora a imediata substituição, podendo, desde o início, ser nomeado membro suplente.

Parágrafo único - Os membros da comissão que derem motivo para a postergação ou não cumprimento de prazos poderão ser responsabilizados administrativamente.

Art. 35 Todas as autoridades administrativas, independentemente de grau hierárquico, assim como todos os funcionários, servidores e agentes públicos, dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, devem conferir prioridade ao atendimento das requisições das comissões de processo administrativo disciplinar.

§ 1º O atendimento às requisições das comissões processantes deve ocorrer dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias, se outro prazo nelas não houver sido fixado, levando-se em conta a preclusão dos atos processuais, assim como a natureza e o grau de complexidade do objeto da requisição.

§ 2º As repartições públicas poderão fornecer todos os documentos em meio eletrônico, certificando, pelo mesmo meio, que se trata de extrato fiel do que consta em seu banco de dados ou do documento digitalizado.

Seção I

Dos Impedimentos

Art. 36 É impedido de atuar em processo administrativo como presidente ou membro da comissão, o servidor ou autoridade que:

I - exerça exclusivamente cargo em comissão;

II - tenha participado como perito, testemunha ou representante da parte;

III - seja cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;

IV - esteja litigando judicialmente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

Art. 37 A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato àquela competente, abstendo-se de atuar.

Parágrafo único - A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

Art. 38 O interessado poderá arguir o impedimento de forma incidental em autos apartados e sem suspensão da causa.

Art. 39 O indeferimento do incidente de impedimento poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

Seção II

Fases do Processo

Art. 40 O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração e publicação do ato que constituir a comissão;

II - defesa;

III - instrução;
IV - relatório conclusivo; e
V - julgamento.

Subseção I

Da Instauração

Art. 41 O processo administrativo disciplinar será instaurado mediante a decisão da autoridade instauradora, que indicará:

I - a identificação dos membros da comissão;
II - a identificação dos prováveis servidores responsáveis;
III - o resumo dos fatos;
IV - a capitulação legal, caso seja possível;
V - a expedição de portaria de nomeação da comissão.

Parágrafo único - Na portaria poderá constar a identificação do provável servidor responsável de forma abreviada, para fins de publicação em diário oficial.

Art. 42 Na hipótese de conhecimento de infrações conexas supostamente cometidas pelo acusado que emergirem no decorrer dos trabalhos, estas serão apuradas no próprio processo disciplinar em andamento.

Parágrafo único - A portaria poderá ser aditada, notificando-se o acusado e, caso já tenha ocorrido o interrogatório, deverá ser designado novo depoimento sobre os fatos apresentados na adição.

Art. 43 Iniciar-se-ão os procedimentos processuais disciplinares no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da publicação da Portaria no Diário Oficial dos Municípios e encerrar-se-á no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, e em caso de força maior, por prazo determinado a critério da autoridade competente.

Art. 44 A instalação é formalizada pela ata de instalação dos trabalhos.

Art. 45 Quaisquer documentos, cuja juntada ao processo seja considerada necessária, deverão ser despachados, pelo presidente da comissão, com a expressão "junte-se aos autos" ou equivalente, seguida de data e assinatura, lavrando-se o competente termo de juntada.

Parágrafo único - A numeração das folhas nos diversos volumes do processo será contínua, porém, não se numerando, a capa e a contracapa, contendo em cada volume termo de encerramento e termo de abertura.

Subseção II

Da Defesa

Art. 46 O servidor será citado do processo e intimado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa escrita quanto aos fatos, bem como indicar as provas que pretende produzir, além de arrolar testemunhas, indicando o nome e o endereço, bem como se é ou não servidor público, assegurando-lhe vista do processo na repartição, ou sendo-lhe fornecida cópia integral dos autos.

§ 1º No caso de se achar o acusado ausente do lugar onde deveria ser encontrado, será citado por via postal, em carta registrada com aviso de recebimento - AR, juntando-se ao processo o comprovante do registro e do recebimento.

§ 2º O acusado que mudar de residência fica obrigado a comunicar imediatamente à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 47 Achando-se o acusado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no Diário Oficial dos Municípios, com prazo, nessa hipótese, de 10 (dez) dias para defesa, a contar da última publicação do edital.

Parágrafo Único - Será designado um servidor, de preferência bacharel em direito, como defensor do acusado, se não atendida a citação por edital.

Art. 48 É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente, por intermédio de procurador ou mediante a representatividade do sindicato da categoria, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1º Compete ao advogado que postular no processo administrativo disciplinar informar telefone de contato, endereço eletrônico e profissional no qual receberá as intimações e notificações, bem como comunicar à comissão processante qualquer mudança de endereço.

§ 2º No momento da citação inicial, em declarando o servidor não possuir advogado, deverá o presidente da comissão notificar o Sindicato para acompanhar o processo.

§ 3º Não havendo manifestação do Sindicato, no prazo de 05 (cinco) dias, o Presidente da Comissão, indicará servidor efetivo, de nível de escolaridade superior, para acompanhar todo o processo como defensor do servidor.

§ 4º As providências dos parágrafos antecedentes e do art. 4746, parágrafo único, serão dispensáveis, caso o servidor declare, por escrito, que não queira constituir defensor.

§ 5º Considerar-se-á revel o acusado que, regularmente intimado, não apresentar defesa no prazo legal, a qual será declarada por termo.

§ 6º Constituindo, o servidor, advogado no andamento do processo, este receberá o processo administrativo no estado em que se encontra.

Subseção III

Da Instrução

Art. 49 Na fase de instrução, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

§ 1º É permitido o uso de prova emprestada, desde que respeitado o contraditório.

§ 2º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

Art. 50 O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

Art. 51 A comissão poderá arrolar as testemunhas que achar necessário à elucidação dos fatos, bem como proceder a mais de um interrogatório do acusado.

Art. 52 Na instrução, proceder-se-á à inquirição das testemunhas arroladas pela comissão, seguindo-se à inquirição das testemunhas arroladas pela defesa, interrogando-se, depois, o acusado.

§ 1º No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, poderá ser promovida a acareação entre eles.

Art. 53 As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado ou outro meio hábil à notificação, expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do mesmo ser juntada aos autos.

§ 1º Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

§2º O acusado pode comprometer-se a levar à audiência a testemunha, independentemente de intimação, presumindo-se, caso não compareça, que desistiu de ouvi-la.

Art. 54 O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º A Comissão poderá optar por gravar os depoimentos em áudio ou áudio e vídeo, sendo, nestes casos, facultativa a degravação.

§ 2º As testemunhas serão inquiridas separadamente, o mesmo ocorrendo com os interrogatórios, quando houver mais de um indiciado.

§ 3º Caso a presença do réu possa vir a causar humilhação, temor ou sério constrangimento à testemunha ou ao ofendido, de modo a prejudicar a verdade do depoimento, poderá a Comissão determinar sua retirada da sala de audiência, prosseguindo-se na inquirição, com a presença do seu defensor, devendo tais providências e os motivos que as determinaram constar do termo de audiência.

§ 4º A testemunha sentará de frente para a Comissão, ficando o servidor processado e demais participantes às costas de quem estiver depondo.

Art. 55 A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor, salvo caso de proibição legal, nos termos do art. 207 do Código de Processo Penal.

§ 1º Quando a pessoa estranha ao serviço público se recuse a depor perante a comissão, o presidente poderá solicitar à autoridade policial a providência cabível, se assim entender, a fim de ser ouvida no departamento policial, caso se trate de apuração de possível prática de crime.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o presidente da comissão encaminhará à autoridade policial, as perguntas sobre o qual deverá ser ouvida a testemunha.

§ 3º O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 56 Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial.

Parágrafo Único - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art. 57 Havendo necessidade de prova pericial suspende-se o andamento do processo até a apresentação do laudo requerido.

Art. 58 Após a instrução, será concedido prazo de 10 (dez) dias à defesa do servidor, para alegações finais escritas.

Parágrafo Único - O prazo será comum havendo mais de um servidor.

Subseção IV

Do Relatório Conclusivo

Art. 59 Apresentadas ou não as alegações finais da defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

§ 3º São circunstâncias atenuantes:

I – o bom desempenho anterior aos deveres funcionais;

II – a confissão espontânea da infração;

III - a prestação de serviços considerados relevantes por lei;

IV – a provocação injusta de superior hierárquico ou terceiro.

§ 4º São circunstâncias agravantes:

I – a premeditação (intenção formada antes da prática da infração);

II – o concurso de pessoas;

III – a acumulação de infrações (prática de duas ou mais infrações, ou quando é cometida uma infração antes de ter sido apurada em procedimento disciplinar a anterior);

IV – a reincidência (prática de nova infração dentro do prazo de prescrição da anterior).

Art. 60 O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido ao Chefe do Poder Executivo para julgamento.

Subseção V

Do Julgamento

Art. 61 No prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, o Chefe do Poder Executivo proferirá a sua decisão.

§ 1º Proferido o julgamento serão notificados da decisão o servidor e seu defensor.

§ 2º Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento será individualizado.

§3º O acusado, no processo disciplinar, defende-se contra a imputação de fatos ilícitos, podendo a autoridade administrativa adotar capitulação legal diversa da que lhes deu a Comissão Processante, sem que implique cerceamento de defesa.

Art. 62 A extrapolação dos prazos previstos nesta Lei pela comissão ou pela autoridade julgadora não implica nulidade do processo.

Art. 63 A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Art. 64 O julgamento a ser efetuado pelo Chefe do Poder Executivo e dirigido pelo livre convencimento, a qual é facultado divergir das conclusões do relatório da comissão, podendo, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Parágrafo único - Reconhecida pela comissão a inocência do servidor ou a inexistência do fato, a autoridade instauradora do processo terminará o seu arquivamento, salvo se entender de forma diversa, frente à prova dos autos, quando aplicará a penalidade cabível.

Art. 65 Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.

Art. 66 Quando a infração estiver capitulada como crime será remetido cópia do processo disciplinar ao Ministério Público para, se for o entendimento, instaurar a ação penal competente.

CAPITULO VI

DOS RECURSOS

Art. 67 Das decisões proferidas caberá recurso.

Parágrafo Único - Erros materiais serão corrigidos de ofício.

Art. 68 A petição de recurso observará os seguintes requisitos:

I - será dirigida à autoridade com competência para decidir e protocolizada no órgão no qual tramita o processo principal, devendo neste ser juntada;

II - trará a indicação do número do processo, o nome, qualificação e endereço do recorrente;

III - conterá exposição, clara e completa, das razões da inconformidade; e

IV - conterá o pedido de reforma da decisão recorrida.

Art. 69 Os recursos serão recebidos no efeito meramente devolutivo, salvo se, a juízo da autoridade competente, for concedido efeito suspensivo.

Art. 70 O prazo para interposição do recurso é de 10 (dez) dias, a contar da publicação ou da ciência da decisão recorrida pelo interessado ou defensor.

Parágrafo Único - Os recursos serão julgados nos seguintes prazos:

I - em 10 (dez) dias nos casos de sindicância ou rito sumário;

II - em 20 (vinte) dias nos casos de processo administrativo disciplinar.

Art. 71 Havendo mais de um servidor sindicado ou processado, o prazo será comum de 20 (vinte) dias.

Art. 72 São peremptórios e improrrogáveis os prazos estabelecidos nesta seção, salvo motivo de força maior.

Art. 73 Ao decidir o recurso, a autoridade poderá provê-los total ou parcialmente, motivando as razões de decidir.

CAPÍTULO VII

DA REVISÃO

Art. 74 Caberá revisão da decisão que puniu o servidor com demissão ou cassação de aposentadoria, quando:

I - se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido;

II - quando a decisão revista for contrária a texto expresso em lei ou à evidência de fatos novos, modificativos e extintivos da punição; e

III - na hipótese da decisão proferida se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos ou eivados de vícios insanáveis.

Parágrafo único. O ônus da prova caberá ao requerente.

Art. 75 O direito de propor a revisão se extingue em 02 (dois) anos, contados do fim do prazo para interposição do recurso, observado o art. 69 70.

§ 1º Quando a revisão não se fundar nos casos contidos no elenco do artigo anterior será indeferida, desde logo, pela autoridade competente.

§ 2º A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos ainda não apreciados no processo.

Art. 76 O processo originário acompanhará, obrigatoriamente, a petição da revisão.

Parágrafo Único - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

CAPÍTULO VIII

DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 77 Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influenciar na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora ou a comissão processante do procedimento administrativo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de 90 (noventa) dias, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

§ 2º Deverá constar da decisão de afastamento a determinação de que o servidor afastado ficará à disposição do órgão ao qual é vinculado, bem como da Comissão Processante durante o horário normal do expediente, em local certo e conhecido.

§ 3º Da decisão de afastamento, será comunicado o secretário da área e o departamento de gestão de pessoas.

§ 4º O não atendimento pelo servidor acusado à determinação disposta no parágrafo anterior configura prática de nova irregularidade e impõe a instauração de novo procedimento administrativo disciplinar.

§ 5º O não cumprimento será informado ao departamento de gestão de pessoas e os dias ausentes serão descontados.

§ 6º Diante de sugestão fundamentada da Comissão, poderá a autoridade competente para o julgamento, dependendo da infração cometida, designar o servidor acusado para ter exercício em outro setor até o término do procedimento administrativo disciplinar.

§ 7º Entendendo, a Autoridade Competente, pela manutenção do servidor em outro setor, poderá fazê-lo, em decisão fundamentada.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 78 Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 79 Serão assegurados transporte e diárias nos termos da legislação específica, aos membros da comissão, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

Art. 80 O fato de o servidor se encontrar sob sindicância ou respondendo a processo disciplinar não impede a exoneração a pedido, ou aposentadoria. Neste último caso, o processo seguirá em andamento.

Art. 81 O Poder Executivo Municipal regulamentará, no que couber, a presente Lei.

Art. 82 Os prazos definidos nesta lei serão contados em dias úteis, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento, considerando o horário de funcionamento do expediente da Prefeitura Municipal de Videira.

Art. 83 As intimações das decisões da Autoridade Julgadora deverão ser feitas aos advogados nomeados ou constituídos, bem como ao servidor, por qualquer meio idôneo, inclusive por e-mail, pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Parágrafo Único - Após as comunicações dos atos, os autos dos procedimentos administrativos serão arquivados junto ao Departamento de Gestão de Pessoas.

Art. 84 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.078/08 e do Decreto nº 9098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 7 de novembro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

LEI Nº 3.735/19

Publicação Nº 2220914

LEI N.º 3.735/19, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 3.744.000,00 (Três milhões, setecentos e quarenta e quatro mil reais) à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação

01 – Gestão do Ensino Fundamental

2.027 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 684.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 37.000,00

3.3.90.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 23.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação

01 – Gestão do Ensino Fundamental

2.028 – Manutenção do FUNDEB - Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010 Aplicações Diretas 2.000.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0010 Aplicações Diretas 320.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0011 Aplicações Diretas 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.01.0011 Aplicações Diretas 360.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação

01 – Gestão do Ensino Fundamental

2.083 – Manutenção do FUNDEB – Educação Especial

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010 Aplicações Diretas 300.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 3.744.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação

01 – Gestão do Ensino Fundamental

2.028 – Manutenção do FUNDEB - Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0011 Aplicações Diretas 3.000.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação

02 – Gestão de Ensino Infantil

2.085 – Manutenção Educação Infantil – Pré-Escola

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 744.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 3.744.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 7 de novembro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

LEI Nº 3.736/19

Publicação Nº 2220913

LEI N.º 3.736/19, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 1.379.200,00 (Um milhão, trezentos e setenta e nove mil, e duzentos reais) à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

01 – Gabinete do Prefeito

01 – Assessoria de Gabinete

2.001 – Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 278.000,00

02 – Procuradoria Jurídica

01 – Procuradoria Jurídica

2.074 – Procuradoria Jurídica

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 18.500,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 8.700,00

03 – Secretaria Municipal de Administração

01 – Administração

2.006 – Manutenção da Secretaria de Administração

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 78.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 45.000,00

04 – Secretaria Municipal da Fazenda

01 – Ativ. Contabéis, Financeiras, Tributárias e Fiscais

2.022 – Gestão Contábil e Financeira

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 179.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 22.000,00

05 – Sec. M. Des. Econômico, Habitação e Projetos

01 – Desenv. Econômico, Hab. e Projetos

2.024 – Manutenção da Secretaria de Desenv.Econômico, Habitação e Projetos

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 364.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 23.000,00

09 – Sec. M. Des. Urbano, Agricultura e Meio Ambiente

01 – Desenvolvimento Urbano

2.041 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Urbano

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 180.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 62.000,00

10 – Secretaria de Turismo e Cultura

01 – Gestão de Turismo e Cultura

2.053 – Turismo e Cultura

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 121.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 1.379.200,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação dos recursos próprios.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 7 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

LEI Nº 3.737/19

Publicação Nº 2220908

LEI N.º 3.737/19, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais) à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira	
1.022 – Equipamentos, Mobiliários, Veículos e Outros - FMAS	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.00080.000286 – Material Permanente	50.000,00
16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira	
2.068 – Proteção Especial de Alta Complexidade - SUAS	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500.000000 – Pessoal	118.000,00
16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira	
2.069 – Gestão do FMAS e CMAS	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500.000000 – Custeio	47.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 215.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira	
1.021 – Construção/Ampliação e Melhoria de Centros de Ref. em Assistência Social	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500.000000 – Material Permanente	45.000,00
16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira	
1.022 – Equipamentos, Mobiliários, Veículos e Outros - FMAS	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500.000000 – Material Permanente	70.000,00
16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira	
2.066 – Proteção Social Básica - SUAS	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500.000000 – Custeio(FNAS)	50.000,00
16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira	
2.068 – Proteção Especial de Alta Complexidade - SUAS	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000286 – Custeio	50.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	R\$ 215.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 7 de novembro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

LEI Nº 3.738/19

Publicação Nº 2220905

LEI N.º 3.738/19, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dá denominação ao Centro de Convenções do Parque da Uva e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado como "Centro de Convenções Benjamim Chemello", o centro de convenções localizado no Parque da Uva.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 7 de novembro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

LEI Nº 3.739/19

Publicação Nº 2220902

LEI N.º 3.739/19, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dá denominação a Rodovia Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado como "Rodovia dos Manacás", a Rodovia VDR – 050, localizada no Bairro CETREVI, no Município de Videira/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 7 de novembro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

LEI Nº 3.740/19

Publicação Nº 2220901

LEI N.º 3.740/19, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal proceder a Concessão de Direito Real de Uso de imóveis públicos que especifica, à empresa SULFIBRA INDÚSTRIA e COMÉRCIO EIRELI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer a concessão de direito real de uso, à SULFIBRA INDÚSTRIA e COMÉRCIO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n. 08.285.458/0002-27, dos Lotes nº 13, 14, 15, 16, 17, e 18, da quadra "C", do Loteamento Condomínio Industrial Campina Bela, localizado na Estrada Municipal do Bairro Campina Bela, perímetro urbano desta cidade e Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, com áreas de 1.120 m², 1.120 m², 1.120 m², 1.120m², 1.161,40m² e 1.076,80m², respectivamente, matriculados sob os nº 32.252, 32.253 e 32.254, 32.255, 32.256 e 32.257, conforme planta arquivada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira – SC.

§ 1º A finalidade da concessão de direito real de uso é a transferência da sede da empresa da Cidade de Iomerê para Videira, com ampliação de seu espaço físico, expansão de seus investimentos e geração de novos empregos.

§ 2º A empresa terá prazo de 6 (seis) meses após a concessão para iniciar a efetivação do projeto, e prazo máximo de 12 (doze) meses para conclusão envolvendo construção e demais ações necessárias para o início ou expansão das atividades do empreendimento.

§ 3º Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a empresa beneficiada terá a prerrogativa de requerer dilação de prazo devidamente justificada, por no máximo de 12 (doze) meses, a qual será apreciada pela comissão de incentivos econômicos.

§ 4º No caso de não cumprimento das obrigações por parte da empresa beneficiada, poderá o imóvel ser revertido ao Município, sendo que a reversão agregará as benfeitorias não removíveis, sendo essas incorporadas ao erário, sem qualquer indenização, reservada a ampla defesa e o contraditório, nos termos da Lei.

Art. 2º À empresa beneficiada com incentivos econômicos, vedar-se-á:

I - alienar o imóvel;

II - gravar com ônus real de garantia;

III - dar destinação diversa da prevista no plano de negócio original, às áreas de terra obtidas por meio de concessão de direito real de uso do Município de Videira;

IV- É vedada a permuta ou qualquer outra forma de transferência de áreas de terra concedidas pelo Município entre empresas, salvo as operações deliberadas favoravelmente pela comissão de incentivos e autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

V – É proibido, em qualquer hipótese, o fracionamento dos imóveis.

VI – Fica proibida a construção de benfeitorias em madeira.

Art. 3º Após a inscrição da concessão, a concessionária fluirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos nesta lei e responderá por todos os encargos, civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas, bem como manter limpo, em condições de higiene sanitária e demais normas pertinentes à utilização do imóvel.

Art. 4º O interesse público resta demonstrado uma vez que a indústria a ser instalada no imóvel concedido, estimulará o crescimento deste município, gerando empregos diretos, acréscimo de renda para os beneficiários e para cidade, bem como geração de tributos e demais emolumentos para o município de Videira.

Art. 5º A concessionária deverá manter na área objeto da concessão, uma placa indicando que os imóveis foram concedidos pelo município de Videira, constando o número da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas.

Art. 6º Decorridos 10 (dez) anos de funcionamento ininterrupto do empreendimento e cumprida a sua função social, evolução da atividade e as obrigações estabelecidas na transmissão, a área, poderá ser transferida em definitivo à empresa beneficiada mediante autorização do Município.

Art. 7º O concedente no exercício regular do poder de polícia, poderá fazer a qualquer tempo levantamento, consulta, supervisão no imóvel,

quando achar necessário, visando o seu estado de conservação e utilização.

Art. 8º A concessionária arcará com quaisquer ônus existentes sobre esta concessão, inclusive a necessária inclusão no Cartório de Registro de Imóveis, não tendo o Poder Público quaisquer despesas sobre a mesma.

Art. 9º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, deverá cumprir integralmente as disposições desta Lei e da Lei Municipal nº 3.643/18, de 19 de dezembro de 2018.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 7 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

LEI Nº 3.741/19

Publicação Nº 2220898

LEI Nº 3.741/19, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

17 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA	
01 – Fundação Municipal de Esportes de Videira	
2.070 Gestão da FMEV	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0378.0 Aplicações Diretas	100.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	100.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação dos recursos próprios.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 7 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

LEI Nº 3.742/19

Publicação Nº 2220893

LEI N.º 3.742/19, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

15 – Fundo Municipal de Saúde de Videira	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.059 – Atenção Básica em Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas	130.500,00
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.060 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	388.000,00,00
15 – Fundo Municipal de Saúde de Videira	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.061 – Vigilância em Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0066.16 – Aplicações Diretas	12.000,00,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	530.500,00,00

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 530.500,00 (quinhentos e trinta mil e quinhentos reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde de Videira	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
1.018 – Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	262.800,00
15 – Fundo Municipal de Saúde de Videira	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
1.019 – Construção de Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	10.000,00,00

15 – Fundo Municipal de Saúde de Videira	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
1.020 – Aquisição de Terrenos	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	5.000,00,00

15 – Fundo Municipal de Saúde de Videira	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
1.020 – Aquisição de Terrenos	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	105.200,00,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas	130.500,00,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0066.16 – Aplicações Diretas	12.000,00,00

01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.060 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	5.000,00,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES	530.500,00,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 7 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1238/19

Publicação Nº 2220889

PORTARIA nº 1238/19

Designa Servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Designar ALFREDO FERMINO ROSSETE, Auxiliar de Serviços Gerais, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível V, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 2019.

Videira, 7 de novembro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

RESULTADO DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2019 - FMS

Publicação Nº 2221601

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2019 - FMS

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado da análise da documentação de habilitação do processo em epígrafe, cujo objeto é CREDENCIAR EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMA COMPLEMENTAR AO SUS, DE EXAMES COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA (LABORATÓRIO CLÍNICO), EXAMES BIOQUÍMICOS, HEMATOLÓGICOS E HEMOSTASIA, SOROLÓGICOS E IMUNOLÓGICOS, CROPOLÓGICOS, UROANÁLISES, HORMONAIS, TOXICOLÓGICOS OU DE MONITORIZAÇÃO TERAPÊUTICA, MICROBIOLÓGICOS, EM OUTROS LÍQUIDOS BIOLÓGICOS, DE GENÉTICA, PARA TRIAGEM NEO-NATALEIMUNO HEMATOLÓGICOS, A SEREM ATENDIDOS PELA REDE BÁSICA DE SAÚDE, DE ACORDO COM A TABELA DE PROCEDIMENTOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS. À vista das exigências constantes no item 05 do Ato Convocatório – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO - e seus subitens, constatou-se que a empresa Alida H R Ferraz apresentou pedido para prestação dos serviços constantes no item 02 do edital e que a mesma encontra-se HABILITADA E CREDENCIADA. Sendo que qualquer eventual recurso quanto ao procedimento efetuado deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 08 de novembro de 2019.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 179/2019 - FMS

Publicação Nº 2221506

Termo Aditivo nº 179/2019

Contrato/CT nº 104/2017

Processo: IL 05/2017 - FMS

Contratado: IEAS – HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 104/2017 por mais 03 (três) meses, com efeitos a partir de 16/11/2019 até 15/02/2020.

Valor total: R\$ 413.785,74.

Data: 08/11/2019.

TERMO ADITIVO Nº 180/2019 - PMV

Publicação Nº 2221863

Termo Aditivo nº 180/2019

Contrato/CT nº 71/2017

Processo: DL 09/2017 – PMV

Contratado: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato de prestação de serviços nº 71/2017 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 01/01/2020 à 31/12/2020.

Valor total: R\$ 24.103,56

Data: 08/11/2019.

TERMO ADITIVO Nº 181/2019 - PMV

Publicação Nº 2221895

Termo Aditivo nº 181/2019

Contrato/CT nº 188/2018

Processo: TP 15/2018-PMV

Contratado: MR CONCRETOS, ARGAMASSAS E PAVIMENTAÇÕES LTDA

Objeto: RETOMAR o prazo de execução do Contrato de Prestação de Serviços nº 188/2018, com efeitos a partir de 04/11/2019 até 11/11/2019.

Data: 08/09/2019.

ANEXO V DE GASTOS COM EDUCAÇÃO - JANEIRO A OUTUBRO 2019

Publicação Nº 2221121

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO – MÊS OUTUBRO/2019

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO			
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS			
Receitas Oriundas de Impostos			ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU			6.996.138,80
1.2 - ITBI			2.952.363,00
1.3 - ISS			12.312.853,63
1.5 - IRRF			3.939.298,95
1.6 - Dívida Ativa de Impostos			1.337.718,17
1.7 - Multas e Juros de Impostos			313.615,02
1.8 SOMA			27.851.987,57
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB			Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%			23.176.945,85
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson Export. (LC 87/96) -20%			0,00
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%			44.869.502,85
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%			570.975,00
1.14 - Cota- Parte do ITR - 20%			91.303,94
1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20%			8.219.581,37
1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20%			0,00
1.17 SOMA			76.928.309,01
1.18 TOTAL			104.780.296,58
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO			
Especificação			Até o Mês
Acumulado			
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)			26.195.074,15
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)			23.532.335,47
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB			142.583,41
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2			260.830,52
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação			2.100.242,75
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação			43.303,89
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4			484.949,02
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino			1.187.832,23
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7			169.670,03
3. APLICAÇÃO			
Especificação		Até o mês	
		Exigência Legal	Liquidada Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)		26.195.074,15	32.724.061,23 6.528.987,09
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental			15.932.156,79
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil			16.791.904,44
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)		23.674.918,88	21.986.580,89 -1.688.337,99
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)		14.204.951,33	16.163.686,57 1.958.735,24
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)		9.469.967,55	5.822.894,32 -3.647.073,23
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)		2.628.495,66	1.332.251,93 -1.296.243,73
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)		1.357.502,26	741.042,03 -616.460,23
4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)			
		MÍNIMO %	LIQUIDADO % DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)		25,00%	23,24% -1,76%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2)		60,00%	67,17% 7,17%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1)		40% (máximo)	24,60% -15,80%
5. GANHO/PERDA COM FUNDEB		Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB		23.532.335,47	15.154.556,45 8.377.779,02

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 08 de novembro de 2019.

Cristina Klock
Contadora CRC-SC 020534/0-0

Luiz Felipe Torcatto Zanella
Secretário Municipal de Educação

Dorival Carlos Borge
Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº 396/2019

Publicação Nº 2220831

DECRETO Nº 396/2019

DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS E PRAZOS RELATIVOS AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENIOIVAN MARQUES, Prefeito do Município de Xanxerê SC, em Exercício, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Os órgãos da administração direta e os fundos especiais obedecerão para o encerramento do exercício financeiro de 2019, as disposições de caráter orçamentário, financeiro, contábil e patrimonial contidas neste Decreto.

Art. 2º As unidades orçamentárias da administração direta e indireta utilizarão as disponibilidades de suas dotações orçamentárias, em conformidade com os valores estabelecidos para o 6º bimestre de 2019, devendo realizar seus atos nos seguintes prazos:

I – até 10 (terça-feira) de dezembro, realizar as anulações dos empenhos globais, por estimativa e notas de bloqueio, no valor dos saldos que não serão utilizados até o final do exercício; dos empenhos ordinários não liquidados, cujo implemento de condição não ocorra até a data prevista no inciso II deste artigo;

II – até 13 (sexta-feira) de dezembro emitir nota de empenho e liquidação.

§ 1º Os prazos de que tratam este artigo não se aplicam as despesas com pessoal e encargos, amortização e juros da dívida pública, convênios e contrapartidas, cuja movimentação financeira poderá ocorrer até 20 (sexta-feira) de dezembro de 2019.

§ 2º Até 31 (terça-feira) os saldos de rendimentos de aplicações financeiras das contas de convênios e recursos vinculados deverão ser registrados em cada conta bancária.

§ 3º Os recursos de adiantamentos poderão ser aplicados somente até o dia 20 de dezembro (sexta-feira).

Art. 3º Até 10 (sexta-feira) de janeiro de 2020, as unidades orçamentárias da Administração Direta e Indireta deverão estar com a conciliação bancária fechada do mês de dezembro de 2019.

Art. 4º A inscrição em Restos a Pagar das despesas empenhadas e não pagas no exercício de 2019 dar-se-á em conformidade com os seguintes critérios:

I - a inscrição distinguirá os Restos a Pagar Processados dos Restos a Pagar Não Processados;

II - os Restos a Pagar Processados e Não Processados de despesas não vinculadas, apenas serão inscritos até o limite das disponibilidades de caixa apuradas no encerramento do exercício financeiro, obedecida a indicação do recurso;

III - os Restos a Pagar Processados e Não Processados de despesas vinculadas, apenas serão inscritos até o limite das disponibilidades de caixa, por fonte, apuradas no encerramento do exercício financeiro, nas respectivas contas bancárias obedecidas a indicação dos recursos.

§ 1º Na determinação do Saldo da Disponibilidade de serão deduzidos os encargos e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, vinculados e não vinculados, até o final do exercício.

§ 2º Todos os empenhos Não Processados em 2019 até a data constante no inciso II do art. 2º deste Decreto, devem ser anulados, excetuando os casos especificados no § 1º do art. 2º do referido Decreto.

§ 3º Para efeito de inscrição de Restos a Pagar Processados, observando o princípio da competência da despesa, os compromissos assumidos, cujo implemento de condição tenha ocorrido no exercício de 2019, deverão ter seus empenhos liquidados até 20 de dezembro de 2019.

§ 4º Fica a Secretaria Municipal de Administração e Finanças autorizada a excepcionalizar apenas as despesas vinculadas ao atendimento das obrigações constitucionais e legais, no cumprimento dos critérios previstos neste artigo.

Art. 5º Para fins de elaboração do Balanço Geral do Município e visando ao cumprimento do prazo da publicação dos relatórios definidos pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, os respectivos responsáveis deverão encaminhar a correspondente documentação diretamente à Controladoria do Município conforme disposições deste Decreto:

I – pela Coordenação de Tributação até 20 (sexta-feira) de dezembro de 2019:

a) relação das baixas da Dívida Ativa ocorridas no exercício de 2019, segregadas da seguinte forma: baixas pelo recebimento; baixas pelos abatimentos ou anistias previstas legalmente; e baixas pelo cancelamento administrativo ou judicial da inscrição.

b) relação dos valores inscritos em dívida ativa que apresentam grande probabilidade de conterem em seu escopo créditos que não se realizarão, conforme o contido no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF Nº 06, de 18

de dezembro de 2018.

c) ofício informando o desempenho da arrecadação em relação à previsão de todos os tributos da competência do Município, destacando as providências adotadas para efeito de fiscalização das receitas de combate à sonegação, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições e as ações de recuperação de créditos na instância administrativa, nos termos do disposto no art. 58, da Lei Complementar nº 101/2000.

II – pela Coordenação de Patrimônio, até 13 (sexta-feira) de dezembro de 2019:

a) relação em 13 (sexta-feira) de dezembro de 2019 dos bens imóveis de propriedade do Município, fazendo ainda constar seus valores de avaliação ou reavaliação, impressa e em arquivo de texto.

b) relação em 13 (sexta-feira) de dezembro de 2019, dos bens móveis patrimoniais de propriedade do Município segregados por Secretarias, fazendo ainda constar seus valores de avaliação ou reavaliação, impressa e em arquivo de texto.

c) relação dos bens móveis públicos alienados e baixados, assim como dos incorporados ao patrimônio municipal, no decorrer do exercício de 2019.

Art. 6º Os prazos estabelecidos para o encerramento financeiro do exercício de 2019 não se aplicam à Secretaria Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Saúde, por força dos cumprimentos constitucionais, e às despesas decorrentes da execução de acordos judiciais, exclusivamente, cuja movimentação financeira poderá ocorrer até 31 (terça-feira) de dezembro de 2019.

Parágrafo único. Fica a Secretaria Municipal de Administração e Finanças até a data prevista no caput deste artigo, autorizada a excepcionalizar o pagamento das despesas condicionado ao comportamento da arrecadação.

Art. 7º As Unidades Orçamentárias da Administração Direta e Indireta que não cumprirem os prazos estabelecidos neste Decreto, não poderão empenhar em 2019 e terão suas contas bloqueadas até regularizarem todas as pendências, sem prejuízo de aplicação das sanções legais aos respectivos responsáveis.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 08 de novembro de 2019.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 397/2019

Publicação Nº 2222569

DECRETO Nº 397/2019

DESIGNA SERVIDOR COMO FISCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE OBRAS DE REVITALIZAÇÃO E REFORMA DAS COBERTURAS DOS PAVILHÕES NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES ROVILHO BORTOLUZZI, OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0106/2019, TP Nº 0004/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENIOIVAN MARQUES, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor LEANDRO MARZARI SILVA como fiscal da execução dos serviços de obras de Revitalização e Reforma das coberturas dos pavilhões no Parque de Exposições Rovilho Bortoluzzi, objeto do processo licitatório nº 0106/2019, tomada de preços nº 0004/2019, Contrato de prestação de serviços de engenharia nº 0073/2019, devendo realizar medições e proceder às anotações no Livro de Ocorrências (diário de obra) referentes ao andamento da obra, bem como, acompanhar o cumprimento, pela contratada, de todas as obrigações contratuais e legais referentes à obra, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Art. 2º Os trabalhos desenvolvidos não originarão nenhuma vantagem salarial ou de qualquer natureza, considerando-se atividade vinculada ao expediente normal de trabalho.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 08 de novembro de 2019.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO ATAS RP DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0105/2019

Publicação Nº 2221265

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0163/2019

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: ALCEMIR FRANCISCO NADALETI EIRELI ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais Elétricos, Hidráulicos, Tintas, Ferragens e Materiais e Construção, para atender as demandas de diversos Setores e Secretarias da Prefeitura Municipal de Xanxerê, conforme especificações constantes

no Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 143.302,95

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 04 de novembro de 2019. Enioivan Marques - Prefeito Municipal em Exercício.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0164/2019

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: ELTON LUIZ MADEIRA EPP

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Tintas, para atender as demandas de diversos Setores e Secretarias da Prefeitura Municipal de Xanxerê, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 17.000,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 04 de novembro de 2019. Enioivan Marques - Prefeito Municipal em Exercício.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0165/2019

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: TARCILA FERNANDA PACHECO MARTINS DE ANDRADE ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais Elétricos, para atender as demandas de diversos Setores e Secretarias da Prefeitura Municipal de Xanxerê, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 14.503,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 04 de novembro de 2019. Enioivan Marques - Prefeito Municipal em Exercício.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0166/2019

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: ELISAN REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais Elétricos, para atender as demandas de diversos Setores e Secretarias da Prefeitura Municipal de Xanxerê, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 16.101,80

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 04 de novembro de 2019. Enioivan Marques - Prefeito Municipal em Exercício.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0167/2019

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: JV COM. DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais Elétricos, para atender as demandas de diversos Setores e Secretarias da Prefeitura Municipal de Xanxerê, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 135.262,13

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 04 de novembro de 2019. Enioivan Marques - Prefeito Municipal em Exercício.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0168/2019

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: MULTILUZ COMERCIAL LTDA EPP

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais Elétricos, para atender as demandas de diversos Setores e Secretarias da Prefeitura Municipal de Xanxerê, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 40.560,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 04 de novembro de 2019. Enioivan Marques - Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO DE ADITIVOS DOS CONTRATOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0006/2018

Publicação Nº 2220841

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0148/2018

Contratante: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: PRÓ CIRURGICA CHAPECO PROD. PARA A SAUDE LTDA EPP.

Objeto: Aquisição de Um Veículo automotor novo, zero km, Aquisição de Móveis, Materiais e Equipamentos de Informática e Permanentes destinados as Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde de Xanxerê-SC, com recursos de emendas parlamentares.

Fica aditado o percentual de 25% no item 43 (Balança Digital) do Pregão eletrônico nº 0002/2018, de acordo com o Parecer do Comitê Gestor da Prefeitura sob nº 511/2019, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. àaditivar	Valor Uni. R\$	Valor Total R\$
43	Balança Digital Infantil	01 Unid	693,00	693,00
			Total	693,00

Xanxerê-SC, 08 de novembro de 2019. Irene S. Goralski— Secretária Municipal de Saúde

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0138/2018

Contratante: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI - ME.

Objeto: Aquisição de Um Veículo automotor novo, zero km, Aquisição de Móveis, Materiais e Equipamentos de Informática e Permanentes destinados as Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde de Xanxerê-SC, com recursos de emendas parlamentares.

Fica aditado o percentual de 25% nos itens 07 (armários) e 60 (cadeiras) do Pregão eletrônico nº 0002/2018, de acordo com o Parecer do Comitê Gestor da Prefeitura sob nº 511/2019, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. à aditar	Valor Uni. R\$	Valor Total R\$
07	Armário 02 Portas	06 und	290,00	1.740,00
60	Cadeiras de Aço/Ferro	06 und	79,00	474,00
			Total	2.214,00

Xanxerê-SC, 08 de novembro de 2019. Irene S. Goralski– Secretária Municipal de Saúde

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0140/2018

Contratante: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: JHONATAN BAGATOLI EPP.

Objeto: Aquisição de Um Veículo automotor novo, zero km, Aquisição de Móveis, Materiais e Equipamentos de Informática e Permanentes destinados as Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde de Xanxerê-SC, com recursos de emendas parlamentares.

Fica aditado o percentual de 25% nos itens 03, 06, 15, 20 e 36 do Pregão eletrônico nº 0002/2018, de acordo com o Parecer do Comitê Gestor da Prefeitura sob nº 511/2019, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. à aditar	Valor Uni. R\$	Valor Total R\$
03	Arquivo de Aço	07 und	440,85	3.085,95
06	Cadeira Poltroia	01 und	305,77	305,77
15	Cadeira Pé Palito	16 und	69,99	1.119,84
20	Estante de Aço	07 und	143,99	1.007,93
36	Armário em Aço	02 und	347,88	695,76
			TOTAL:	6.215,25

Xanxerê-SC, 08 de novembro de 2019. Irene S. Goralski– Secretária Municipal de Saúde

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0145/2018

Contratante: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: SOMA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME.

Objeto: Aquisição de Um Veículo automotor novo, zero km, Aquisição de Móveis, Materiais e Equipamentos de Informática e Permanentes destinados as Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde de Xanxerê-SC, com recursos de emendas parlamentares.

Fica aditado o percentual de 25% no item 40 (televisor) do Pregão eletrônico nº 0002/2018, de acordo com o Parecer do Comitê Gestor da Prefeitura sob nº 511/2019, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. à aditar	Valor Uni. R\$	Valor Total R\$
40	Televisor 32"	01 Unid	998,00	998,00
			Total	998,00

Xanxerê-SC, 08 de novembro de 2019. Irene S. Goralski– Secretária Municipal de Saúde

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0143/2018

Contratante: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: M.K.R COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP.

Objeto: Aquisição de Um Veículo automotor novo, zero km, Aquisição de Móveis, Materiais e Equipamentos de Informática e Permanentes destinados as Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde de Xanxerê-SC, com recursos de emendas parlamentares.

Fica aditado o percentual de 25% no item 44 (balança) do Pregão eletrônico nº 0002/2018, de acordo com o Parecer do Comitê Gestor da Prefeitura sob nº 511/2019, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. à aditar	Valor Uni. R\$	Valor Total R\$
44	Balança Digital Adulto	01 Unid	954,00	954,00
			Total	954,00

Xanxerê-SC, 08 de novembro de 2019. Irene S. Goralski– Secretária Municipal de Saúde

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0136/2018

Contratante: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES EIRELI.

Objeto: Aquisição de Um Veículo automotor novo, zero km, Aquisição de Móveis, Materiais e Equipamentos de Informática e Permanentes destinados as Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde de Xanxerê-SC, com recursos de emendas parlamentares.

Fica aditado o percentual de 25% nos itens 30 e 46 do Pregão eletrônico nº 0002/2018, de acordo com o Parecer do Comitê Gestor da Prefeitura sob nº 511/2019, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. à aditivar	Valor Uni. R\$	Valor Total R\$
30	Mesa Mayo	01 und	210,00	210,00
46	Escada 02 Degraus	01 und	130,00	130,00
			Total	340,00

Xanxerê-SC, 08 de novembro de 2019. Irene S. Goralski– Secretária Municipal de Saúde

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0137/2018

Contratante: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: GESUL COMERCIAL EIRELI.

Objeto: Aquisição de Um Veículo automotor novo, zero km, Aquisição de Móveis, Materiais e Equipamentos de Informática e Permanentes destinados as Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde de Xanxerê-SC, com recursos de emendas parlamentares.

Fica aditado o percentual de 25% no item 45 (armário) do Pregão eletrônico nº 0002/2018, de acordo com o Parecer do Comitê Gestor da Prefeitura sob nº 511/2019, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. à aditivar	Valor Uni. R\$	Valor Total R\$
45	Armário Vitrine	02 Unid	499,99	999,98
			Total	999,98

Xanxerê-SC, 08 de novembro de 2019. Irene S. Goralski– Secretária Municipal de Saúde

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0144/2018

Contratante: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: E & AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP.

Objeto: Aquisição de Um Veículo automotor novo, zero km, Aquisição de Móveis, Materiais e Equipamentos de Informática e Permanentes destinados as Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde de Xanxerê-SC, com recursos de emendas parlamentares.

Fica aditado o percentual de 25% nos itens 05 e 14, do Pregão eletrônico nº 0002/2018, de acordo com o Parecer do Comitê Gestor da Prefeitura sob nº 511/2019, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. à aditivar	Valor Uni. R\$	Valor Total R\$
05	Climatizador 9.000 Btus	03 Unid	1.560,00	4.680,00
14	Climatizador 12.000 Btus	01 Unid	2.100,00	2.100,00
			Total	6.780,00

Xanxerê-SC, 08 de novembro de 2019. Irene S. Goralski– Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0083/2015

Publicação Nº 2221253

Extrato 4º Aditivo ao Contrato nº 0083/2015

Locatário: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Locadora: IMOBILIÁRIA XANCASA LTDA

Objeto: Locação de uma sala comercial com área de aproximadamente 154m², localizada na Rua: Selistre de Campos nº 46, no Condomínio Santo André, na cidade de Xanxerê-SC, tendo 1 sala comercial, 2 banheiros, 1 vaga para garagem coberta. A qual será utilizada para acomodar o SINE.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 14 de dezembro de 2019, vigorando até 13 de dezembro de 2020. Fica reajustado o valor mensal do contrato conforme IGPM acumulado em 3,1665%, passando a ser de R\$ 1.774,00 (um mil e setecentos e setenta e quatro reais) mensal, conforme Ofício e Parecer do Comitê Gestor nº 513/2019, anexos ao presente Termo Aditivo.

Xanxerê-SC, 08 de novembro de 2019. Enioivan Marques – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0148/2019

Publicação Nº 2221148

Extrato de Contrato nº 0148/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: ECOZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Objeto: Exploração de Cascalheira localizada em imóvel rural nas adjacências do perímetro do Município de Xanxerê, Imóvel cadastrado sob matrícula nº 21.350 com 84.700m², com quantidades ilimitadas de retirada de material (cascalho) pelo período de 24 meses.

Valor mensal: R\$ 4.330,00

Prazo: 24 meses.

Xanxerê-SC, 06 de novembro de 2019. Enioivan Marques – Prefeito Municipal em Exercício.

LEI Nº 4120/2019

Publicação Nº 2220834

LEI Nº 4120 / 2019

(Origem Projeto de Lei nº 032/2019 – Executivo)

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PROJEÇÃO DO PROLONGAMENTO DE RUAS, CONFORME ESPECIFICA.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, Em exercício, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,
LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular a projeção do prolongamento das Ruas abaixo especificadas, todas aprovadas pelo Conselho do Plano Diretor:

I - Rua Sem Nome, localizada no Bairro Bortolon, no trecho que atravessa parte da chácara nº 01, com área de 11.606,20m², pertencente à matrícula nº 28.546, conforme croqui em anexo, parte integrante desta lei.

II – Rua Padre Pedro Dingenouts, localizada no Bairro Bortolon, no trecho que atravessa parte da chácara nº 01, com área de 11.606,20m², pertencente à matrícula nº 28.546, conforme croqui em anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

6 de Novembro de 2019

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 630/2019

Publicação Nº 2220884

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 630/2019

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC em exercício

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW nº 1.775/91 Art. 77 e Decreto nº AJG 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER 20 (vinte) dias de férias a partir de 02.12.2019 a 21.12.2019 ao Servidor Público Municipal o Sr. SADI GIBIKOSKI, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê SC, portador do RG nº 2.070.329-5 e CPF nº 647.476.899-15, nomeado pelo Decreto nº JB 423/94, para o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com 40 (quarenta) horas semanais, vinculado à Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:

12.06.2018 a 11.06.2019 = 20 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 08 de Novembro de 2019

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC em exercício

PORTARIA Nº 631/2019

Publicação Nº 2221125

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 631/2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC em exercício

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 60 (sessenta) dias a partir de 08.11.2019 a 06.01.2020 ao Servidor Público Municipal, o NEY ROBERTO ISOTON DAL'OLMO, brasileiro, residente e domiciliado neste Município de Xanxerê – SC., portador do RG nº 2.426.813-5 e CPF nº 892.886.889-00, nomeado conforme Decreto nº JB 224/95, no cargo de MECÂNICO DE MÁQUINA PESADA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, transportes e Serviços.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 0005460/2019 datado de 08.11.2019.

A licença premio concedida refere-se ao período abaixo especificado:

16.12.2005 a 24.07.2006= 10 dias;

25.07.2006 a 08.06.2009= 18 dias;

09.06.2009 a 08.06.2012= 30 dias;

09.06.2012 a 08.06.2015= 02 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 08.11.2019. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 08 de Novembro de 2019.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC em exercício

PORTARIA Nº 629/2019

Publicação Nº 2220715

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 629/2019

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC em exercício

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW nº 1.775/91 Art. 77 e Decreto nº AJG 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a partir de 02.12.2019 a 31.12.2019 ao Servidor Público Municipal o Sr. JOSÉ ALTEMIR DOS SANTOS, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador da CI nº 2.871.607-8 e CPF nº 803.715.579-15, nomeado conforme Decreto nº JB 236/94 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Agropecuário.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:

11.07.2018 a 10.07.2019 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 08 de Novembro de 2019.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê SC- em exercício

PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0024/2017

Publicação Nº 2222565

Retificação do Extrato 3º Aditivo ao Contrato nº 0024/2017

O Município de Xanxerê-SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. Enioivan Marques, retifica publicação realizada no dia 08/11/2019, no Diário Oficial dos Municípios (DOM), Edição nº 2974, página nº 1669, passando a ser:

Locatário: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Locadora: IMOBILIÁRIA XANCASA LTDA

Objeto: Locação de uma casa de alvenaria a qual será utilizada para acomodar o CRAS I.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 06 (seis) meses, contados a partir de 11 de novembro de 2019, vigorando até 10 de maio de 2020.

Fica reajustado o valor mensal do contrato conforme IGPM acumulado em 3,1665%, passando a ser de R\$ 1.341,00 (um mil e trezentos e quarenta e um reais) mensal. Xanxerê-SC, 11 de novembro de 2019. Enioivan Marques – Prefeito Municipal em Exercício

Xavantina

PREFEITURA

PP 059/2019 PMXV

Publicação Nº 2221099

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2019 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preço para a possível aquisição de Kit de Natal, para a entrega aos servidores municipais em comemoração ao Natal, conforme Lei Municipal 1102/2019, conforme especificações do Anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 08h30 do dia 25/11/2019.

Abertura: dia 25/11/2019, às 08h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 08 de novembro de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. Nº 122/2019 - PREGÃO Nº 069/2019

Publicação Nº 2220917

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 122/2019

EDITAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 069/2019

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Aquisição de brinquedos para ampliação de playground infantil na Praça Frei Bruno, centro de Xaxim

Entrega dos Envelopes: até às 14h do dia 22 de novembro de 2019.

Abertura dos Envelopes: às 14h30min do dia 22 de novembro de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 08 de novembro de 2019. Lírio Dagort. Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. Nº 123/2019 - PREGÃO Nº 070/2019

Publicação Nº 2220895

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 123/2019

EDITAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 070/2019

TIPO: Menor Preço por Lote

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual locação de tendas, som, estruturas e cerimonial, para a realização de eventos esportivos e culturais organizados pelo Município de Xaxim.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 22 de novembro de 2019.

Abertura dos Envelopes: às 09h do dia 22 de novembro de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 08 de novembro de 2019. Lírio Dagort. Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0097/2019

Publicação Nº 2221533

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA N. 0097/2019

VENDEDOR: MUNICÍPIO DE XAXIM

COMPRADOR: LEORI SANTO QUEROBIM

Objeto: Alienação de Bens Imóveis de propriedade do Município de Xaxim, Lote 01, matrícula nº 16.661.

Valor: R\$ 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais).

Vigência: 08 de novembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 100/2019, modalidade Concorrência Pública para Alienação de Bens Imóveis nº 003/2019.

Xaxim-SC, 08 de novembro de 2019. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0098/2019

Publicação Nº 2221796

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DE CONTRATO Nº 098/2019

Objeto: Concessão de benefício (aluguel social), previsto na Lei Municipal nº 3.889/2013, conforme estudo socioeconômico.

Locador: Carmelinda Lorenzetti Chiodi

Beneficiária: Maria Gessi Machado

Valor Total: R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).

Vigência: 08/11/2019 a 12/01/2020

Dotações: 3.3.90.36.15.00.00.00 (88/2019) - Manutenção do Fundo de Assistência Social

Xaxim/SC, 08 de novembro de 2019. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

DECRETO Nº 370/2019

Publicação Nº 2221199

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XAXIM****DECRETO Nº 370/19, de 16 de Outubro de 2019**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento Programa de 2019.

LIRIO DAGORT, PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, de acordo com as atribuições de seu cargo, conforme Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica e autorização contida na Lei Municipal nº 4370/18 de 11 de Dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 384.383,37 para as seguintes dotações orçamentárias:

06 - Secretaria da Educação e Cultura

06.01 - Departamento da Educação

06.01 - 12.361.1201 - 2.024 - 139/2019 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - 0.3.0036.000000 264.383,37

06.01 - 12.361.1201 - 1.018 - 129/2019 - 4.5.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0036.000000 120.000,00

Art 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

0.3.0036.000000 - Superávit financeiro 264.383,37

0.1.0036.000000 - Excesso de arrecadação 120.000,00

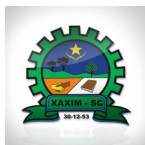
Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 16 de Outubro de 2019

LIRIO DAGORT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 384/2019

Publicação Nº 2220974

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XAXIM****DECRETO Nº 384/19, de 30 de Outubro de 2019**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento Programa de 2019.

LIRIO DAGORT, PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, de acordo com as atribuições de seu cargo, conforme Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica e autorização contida na Lei Municipal nº 4370/18 de 11 de Dezembro de 2018,

DECRETA:

Art 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 100.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

16 - Fundo Municipal da Saúde

16.01 - Fundo Municipal da Saúde

16.01 - 10.301.1001 - 2.042 - 009/2019 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0038.000000 100.000,00

Art 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

0.1.0038.000000 - Excesso de arrecadação 100.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 30 de Outubro de 2019

LIRIO DAGORT
Prefeito Municipal

Zortéa

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0053/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0096/2019 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA UTILIZAÇÃO DO DMAE- DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA/SC

Publicação Nº 2221103

Processo Licitatório Nº 0096/2019
Dispensa de Licitação Nº 0053/2019

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito de Zortéa-SC, Sr. Alcides Mantovani, tendo em vista a justificativa apresentada pelo Secretário de Infraestrutura do Município de Zortéa, bem como o parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação, fulcrada no inciso II, do art. 24 da Lei n. 8.666/93, com a empresa Master Transportes e Material de Construção Ltda., no valor total de R\$ 3.849,00 (três mil oitocentos e quarenta e nove reais) para aquisição de materiais hidráulicos para utilização do DMAE- Departamento de Meio Ambiente Água e Esgoto do Município de Zortéa/SC.

Resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação na imprensa oficial, como condição para eficácia dos atos, em cumprimento ao disposto no art. 26 da citada Lei n. 8.666/93.

Zortéa-SC, 08 de Novembro de 2019.
Alcides Mantovani
Prefeito de Zortéa

LEI ORDINÁRIA N.º 624/2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Publicação Nº 2221237

LEI ORDINÁRIA N.º 624/2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA - ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

LEI:

I. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de ZORTÉA, para o exercício de 2020, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais
- II - as prioridades e metas da administração municipal;
- III - a estrutura e organização do orçamento;
- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução do orçamento do Município;
- V - as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII - as disposições gerais.

II. DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos Anexos desta lei:

- I - Demonstrativo I – Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II – Demonstrativo da avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- III - Demonstrativo III – Metas Fiscais Anuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- IV - Demonstrativo IV - Evolução do patrimônio líquido;
- V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo VI - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VII - Demonstrativo VII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VIII - Demonstrativo VIII – Prioridades e Metas;

IX - Demonstrativo IX – Riscos Fiscais e Providências;
X - Demonstrativo X – Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público.
XI - Anexo I - Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;
XII - Anexo II - Memória de cálculo das Metas Fiscais da Despesa;
XIII - Anexo III - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
XIV - Anexo IV - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
XV - Anexo V - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020 são aquelas definidas e demonstradas nos Demonstrativos de que trata o art. 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei e identificadas no Demonstrativo VIII, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III. DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias STN nº 700/2014 e Conjunta STN/SOF nº 1/2014.

§ 2º A categoria de programação de que trata o art. 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

§ 1º Os orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA integrarão o orçamento do Poder Executivo como órgãos e unidades orçamentárias, respeitados na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS integrará o orçamento do Poder Executivo como Unidade Gestora, respeitadas na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2020 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, Portaria STN nº 700/2014, e Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2014, na forma dos seguintes Anexos:

- I - Demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo 1 da Lei 4.320/64);
- II - Demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (Anexo 2 da Lei 4.320/64);
- III - Resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo 2 da Lei 4.320/64);
- IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo 3 da Lei 4.320/64);
- V - Programa de trabalho (Anexo 6 da Lei 4.320/64);
- VI - Programa de Trabalho Consolidado (Anexo 7, da Lei 4.320/64);
- VII - Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções e programas, conforme o vínculo com os recursos (Anexo 8 da Lei 4.320/64);
- VIII - Demonstrativo da despesa por órgãos e funções (Anexo 9 da Lei 4.320/64);
- IX - Demonstrativo da evolução da receita por fontes (Art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal);
- X - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita (Art. 14 da LRF);

- XI - Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (Art. 5º, II da LRF);
- XII - Demonstrativo da evolução da despesa no mínimo por categoria econômica (Art. 22 da Lei 4.320/64);
- XIII - Demonstrativo dos riscos fiscais (Art. 5º, III);
- XIV - Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos derivados da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público (Art. 44 da LRF);
- XV - Demonstrativo da apuração do resultado primário e nominal previstos (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);
- XVI - Demonstrativo da origem e destinação dos recursos (Art. 8º e 50, I da LRF).

Parágrafo único - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 8th A mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2020 conterà o disposto no inciso I, art. 22 da Lei 4.320/64.

AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 9th Os Orçamentos para o exercício de 2020 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo (art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 10 O Poder Legislativo Municipal terá como limites das despesas correntes e de capital o previsto no art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 11 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2020 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios (art. 12 da LRF).

Art. 12 Se a receita estimada para 2020, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
- II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas, e aquisição de equipamentos, veículos e máquinas;
- III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14 A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo XII da LOA, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 15 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo IX desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1st Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2019.

§ 2nd Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16 Os orçamentos para o exercício de 2020 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e não superiores a 2% e não inferiores a 0,01% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício (Art. 5º, III da LRF).

§ 1st Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Demonstrativo IX (Art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2nd Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2020, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares para reforço de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 17 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 18 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 19 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2020 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Parágrafo único - Os recursos oriundos de transferências voluntárias não previstos nos orçamentos da receita ou a apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 20 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2020, constantes do Demonstrativo VI desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (Art. 4º, § 2º, V e 14, I da LRF).

Art. 21 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização legal e se submeterá aos critérios e condições dispostos na Lei Federal 13.019.

Parágrafo único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo que dispuser a legislação municipal, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade e controle interno (art. 70, parágrafo único da CF).

Art. 22 Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2020, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 23 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (art. 45 da LRF).

Parágrafo único - As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no Demonstrativo X desta lei (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 24 Despesas de competência de outros Entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (Art. 62 da LRF).

Art. 25 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2020 a preços correntes.

Art. 26 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Primeiro - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Unidade Gestora, não poderá ultrapassar 25% do total da despesa e será autorizado por Decreto (art. 167, VI da Constituição Federal combinado com art. 120, § 8º, I da Constituição Estadual).

Parágrafo Segundo - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica, podendo ser adicionado no Orçamento do Município através de créditos suplementares, efetivados por ato do Executivo Municipal.

Parágrafo Terceiro - O superávit financeiro do exercício 2019 será apurado por fonte de recursos e seu saldo poderá ser acrescido ao orçamento do exercício 2020 através de créditos suplementares efetivados por ato do Executivo Municipal.

Art. 27 Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2020 e constantes desta lei (Art. 167, I da CF).

Art. 28 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas desenvolvidos pelo Poder Público Municipal, conforme trata a Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4º, I, "e" e 50, § 3º da LRF).

Art. 29 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual, e contemplados na Lei Orçamentária para 2020, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e

Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 30 Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 A Lei Orçamentária de 2020 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000 (Art.s 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 32 A contratação de operações de crédito dependerá de existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica (Art. 32, § 1º, I da LRF).

Art. 33 Ultrapassado o limite de endividamento, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 13 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2020, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 169, § 1º, II da CF).

§ 1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2020 ou em créditos adicionais.

§ 2º Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 22, § único, V da LRF).

Art. 35 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art.s 19 e 20 da LRF).

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras.
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Zortéa, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização".

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 37 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (Art. 14 da LRF).

Parágrafo único - O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita.

Art. 38 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da LRF (Art. 14, § 3º da LRF).

Art. 39 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente (art. 14, § 2º da LRF).

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2020.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 41 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 42 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 43 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2020.

Art. 44 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Zortéa/SC, em 07 de novembro de 2019.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 07 de novembro de 2019.

BIRAJARA CÉSAR DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 019/2019 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

Mensagem

Encaminha Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Anexo estamos encaminhando nesta data para apreciação e aprovação o incluso Projeto de Lei nº 019/2019 dispondo sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020.

Nos termos do artigo 165 da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias é de iniciativa do Poder Executivo, e tratará basicamente sobre a orientação para a elaboração da lei orçamentária anual, do exercício seguinte, dispondo também sobre as alterações na legislação tributária e estabelecendo a política de aplicações das despesas. Algumas regras devem ser observadas na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme determina a Lei Complementar nº 101/2000, em seu artigo 4º.

Na certeza de vossa aprovação, agradecemos aos Nobres Edis, reiterando protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI ORDINÁRIA N.º 625/2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019 - RATIFICA A SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2221240

LEI ORDINÁRIA N.º 625/2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

RATIFICA A SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ratificado na íntegra a Segunda Alteração e Consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, em anexo, nos termos da Lei Federal n. 11.107/05 e Decreto Federal n. 6.017/07.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
Zortéa - SC, 07 de novembro de 2019.
ALCIDES MANTOVANI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei em 07 de novembro de 2019.

BIRAJARA CÉSAR DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI ORDINÁRIA Nº 626/2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019 - INSTITUI COTA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA.

Publicação Nº 2221241

LEI ORDINÁRIA Nº 626/2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019
INSTITUI COTA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA.

O Prefeito Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, nos termos da presente Lei, a cota mensal de participação comunitária com a finalidade de auxiliar na manutenção do Hospital Nossa Senhora das Dores, Associação privada inscrita no CNPJ sob o nº 33.789.850/0007-65, com sede à Rua Dr. Wilson Bordin, nº 48, na cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina, mantida pela congregação das servas de Maria Reparadoras, entidade filantrópica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 33.789.850/0001-70 e no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, com sede à Rua da Cascata, nº 47 – Bairro Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

Art. 2º A contribuição de que trata esta Lei, de caráter facultativo, objetiva estabelecer um sistema de cooperação financeira e será lançada e arrecadada mensalmente através do documento de recolhimento da fatura de água do Departamento de Meio Ambiente Água e Esgoto de Zortéa – DMAE e será devida na seguinte proporção.

I – Consumidor residencial pessoa física: R\$ 2,00 (dois reais); e

II – Consumidor comercial/industrial pessoas jurídicas: R\$ 5,40 (cinco reais e quarenta centavos).

§ 1º O valor da cota de contribuição poderá ser aumentado por interesse do usuário, manifestando por documento protocolado junto ao DMAE.

§ 2º Os contribuintes que não desejarem participar da conta comunitária durante a vigência desta Lei deverão dirigir-se à Prefeitura Municipal de Zortéa, munidos da última fatura de água e preencher o formulário próprio para esta finalidade, cuja exclusão dar-se à no mês subsequente ao do requerimento.

Art. 3º A receita resultante da contribuição referida no art. 1º será integralmente depositada pelo DMAE até o décimo dia do mês subsequente ao do recolhimento, em conta bancária específica do Hospital Nossa Senhora das Dores, veiculada ao instrumento de cooperação celebrado entre as partes, acompanhando do respectivo demonstrativo de arrecadação.

Art. 4º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas dos recursos recebidos em audiência pública especialmente convocada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º Fica autorizado o Município a efetuar o repasse de eventuais contribuições que tenham sido realizadas e não repassadas entre os anos de 2017 e 2019.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos até 31 de dezembro de 2020.

GABINETE DO PREFEITO
Zortéa - SC, 07 de novembro de 2019.
ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 07 de novembro de 2019.

BIRAJARA CÉSAR DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI ORDINÁRIA Nº 623/2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019 - CRIA O SEGUNDO CARGO EFETIVO DE CONTADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2221228

LEI ORDINÁRIA Nº 623/2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

CRIA O SEGUNDO CARGO EFETIVO DE CONTADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o segundo cargo efetivo de contador do Município de Zortéa com carga horária e vencimentos idênticos ao disposto no Anexo I da Lei Ordinária n.º 484/2014 de 04 de abril de 2014, observados os devidos reajustes do período de criação da lei até então.

Artigo 2º - Fica alterado o Anexo I da Lei Ordinária n. 484/2014 de 04 de abril de 2014, passando a quantidade de vagas do cargo de contador de "1" para "2".

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa, 07 de novembro de 2019.

ALCIDES MANTOVANI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 07 de novembro de 2019.

BIRAJARA CÉSAR DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

RESOLUÇÃO Nº 001 /2019 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019 - APROVA O RELATÓRIO DE GESTÃO – 2018 DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS

Publicação Nº 2221248

Resolução nº 001 /2019 de 08 de novembro de 2019.

Aprova o Relatório de Gestão – 2018 do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS

O CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE – CONCIDADE ZORTEA, em cumprimento a Lei nº0584/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Relatório de Gestão do exercício 2018 do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, nos termos em anexo.

Art, 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Birajara Cesar da Silva

Presidente do CONCIDADE ZORTEA

Associações

AMOSC

CONTRATO Nº 03/2019

Publicação Nº 2221111

CONTRATO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE

CONTRATO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE QUE ENTRE SI FAZEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA – AMOSC E A AMEOSC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA

A AMEOSC – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 83.829267/0001-13, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, 1628, Centro, CEP 89900-000, cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, representada por seu Presidente, Senhor Wilson Trevisan, doravante denominada CONTRATANTE, e a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA – AMOSC, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 82.805.961/0001-38, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 571-S, Centro, CEP 89812-000, cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representada por seu Presidente, Senhor MARIO AFONSO WOITEXEM, doravante denominado CONTRATADA, com amparo em seus respectivos Estatutos Sociais, celebram o presente instrumento de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato o fornecimento da licença de uso, não exclusiva, do Sistema de Inscrição de Eventos, conforme funcionalidades descritas no Anexo I, utilizando banco de dados relacional e a manutenção legal e corretiva durante o período contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 O presente instrumento terá prazo de duração de 48 (quarenta e oito) meses, com início no dia 01/11/2019 e termo no dia 31 de outubro de 2023.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, mediante depósito bancário, no Banco do Brasil, agência nº 0321-2, conta corrente nº 29.822-0.

3.2 O faturamento do licenciamento terá início a partir do dia 02 de janeiro de 2020 e o uso do sistema a partir da data de assinatura do presente instrumento, mediante a liberação do acesso.

3.3 O pagamento da licença de uso será efetuado todo dia cinco do mês subsequente ao licenciamento do sistema.

3.4 O valor contratado será corrigido automaticamente a cada 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do presente instrumento, com base no IGP-M (IBGE) apurado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DA LICENÇA DE USO DO APLICATIVO

4.1 O sistema é de propriedade da CONTRATADA que, por sua vez, concede à CONTRATANTE o direito de uso, objeto deste contrato.

4.2 É vedada a cópia do sistema, com fundamento nas leis nº 9.609/98 e lei nº 9.610/98.

4.3 É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do aplicativo contratado a outro usuário.

4.4 Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, o aplicativo deverá permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA QUINTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

5.1 Caberá à CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento pelo licenciamento do aplicativo, objeto do presente contrato, na forma e no prazo convencionado.
- b) assegurar a configuração adequada para fins de uso do Software;
- c) em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro do Software;
- d) comunicar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sobre o cancelamento do aplicativo contratado;
- e) utilizar o Software em proveito da Associação, vedada a comercialização ou cedência para outros entes ou entidades.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

6.1 Caberá a CONTRATADA:

- a) fornecer a licença de uso do Software à CONTRATANTE;
- b) prestar suporte aos usuários no tocante a operacionalização do Software, objeto deste contrato;
- c) manter informado o técnico da CONTRATANTE, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias;
- d) manter o Software em funcionamento permanentemente;
- e) prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias no aplicativo, causadas por problemas originados dos códigos-fontes de seus aplicativos;
- f) tratar como confidenciais as informações e dados contidos no Software da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros;
- g) orientar e prestar suporte online à CONTRATANTE para executar alterações na base de dados que se fizerem necessárias;
- h) realizar treinamento para utilização do sistema;
- i) repassar as atualizações das melhorias efetuadas no sistema;
- j) hospedar o Software em Datacenter contratado.
- k) avaliar os pedidos de alteração quando solicitadas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA MANUTENÇÃO DO SOFTWARE

7.1 As melhorias e novas funções introduzidas no aplicativo originalmente licenciado são distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir.

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7.

CLÁUSULA OITAVA - DO SUPORTE TÉCNICO

8. 8.1 O suporte técnico do(s) aplicativo(s) deverá ser realizado por meio digital, internet através de serviços de suporte remoto da CONTRATADA por técnico habilitado com o objetivo de:

a) esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do Software;

b) auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização do Software;

8.2 O suporte técnico deverá ser atendido por funcionários que possuam habilitação para a operação do aplicativo.

8.3 Não faz parte deste contrato a prestação de serviços de suporte técnico "in loco" na entidade.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas, via termo aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

9.2 A alteração proveniente do reajuste contratual poderá ser executado por simples apostilamento de acordo com o art. 65, § 8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10. 11. 12. 13. 10.1 O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, desde que a parte denunciante notifique formalmente a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e forma.

Chapecó, 01 de novembro de 2019.

AMEOSC – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA Wilson Trevisan Prefeito de São Miguel do Oeste Presidente da AMEOSC	ASSOCIAÇÃO DOS MUNIC. DO OESTE DE SANTA CATARINA – AMOSC Mario Afonso Woitexem Prefeito de Pinhalzinho Presidente da AMOSC
---	---

AMURES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL AMURES 14/11/2019

Publicação Nº 2221583

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL AMURES

O Presidente da Associação dos Municípios da Região Serrana – AMURES LUIZ CARLOS SCHMULER, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 29 do Estatuto Social, CONVOCA os prefeitos dos Municípios que constituem a AMURES para Assembleia Geral.

Data: 14 de NOVEMBRO de 2019 (quinta feira)

Horário: 09:00 h

Local: Câmara de Vereadores de Anita Garibaldi

Ordem do dia:

1 - Aprovação da ata da reunião anterior;

2 – Proposta Orçamentária para 2020;

3 – Comunicado das Discussões dos Planos Municipais de Educação dia 28/11 (Gerson Sicca-TCE) ;

4 – Comunicado de Reunião com CEF, Recursos Finisa no dia 28/11 (10:00 h);

5 – Programa SC Resiliente (atuação em prevenção de desastres com a participação dos municípios) – Marcelo Minussi, Coord. Regional da Defesa Civil;

6 – Informações do Pregão para aquisição de luminárias para iluminação pública;

7 – Convocação para a eleição da diretoria;

8 - Assuntos Gerais.

Lages, 06 de novembro de 2019.

LUIZ CARLOS SCHMULER

Presidente AMURES

Consórcios

AGIR

CONCURSO PÚBLICO AGIR Nº 001/2019 - RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA

Publicação Nº 2221429

RESULTADO DEFINITIVO PROVA DISCURSIVA

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR EDITAL Nº 01 DE 08 DE JULHO DE 2019

ANALISTA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO: ÁREA DE CONCENTRAÇÃO ADMINISTRAÇÃO

BLUMENAU (SC)

Inscrição	Nome	Nascimento	Prova Discursiva	Situação
950001030	Aline Da Rosa	07/01/1982	6	Aprovado
950001044	Ana Camila Nobre Xavier Nunes	13/08/1987	4,5	Reprovado
950000821	Bruna Terezinha Vieira	25/08/1994	7,5	Aprovado
950000689	Cinthia Wundervald Pimentel-Mafra	18/03/1995	6,5	Aprovado
950000929	Elisabeth De Andrade Germer	05/08/1977	7	Aprovado
950001185	Ewerton Santana Melo	09/08/1990	6,75	Aprovado
950000227	Kleber Alves Mariano	21/10/1970	6	Aprovado
950000777	Luísa Gonçalves Peres	05/01/1994	7,75	Aprovado
950000737	Luiz Eduardo De Holanda Bezerra Santos	21/10/1995	7,75	Aprovado
950001256	Marcelo Plates Betat	20/02/1975	7,25	Aprovado
950000619	Peterson Alves Balbinot	19/02/1983	7,5	Aprovado
950001212	Priscila Bernardini Milak	09/05/1988	6	Aprovado
950000131	Robson David	28/03/1980	5,75	Aprovado
950000868	Rochele Figueiredo Cardoso	15/10/1978	8,25	Aprovado
950001007	Sergio Roberto Ueckert	12/04/1975	7,75	Aprovado

CONTADOR

BLUMENAU (SC)

Inscrição	Nome	Nascimento	Prova Discursiva	Situação
950001281	Andrey Reis Da Silva	09/07/1976	6,5	Aprovado
950001261	Benhur Gomes Spessato	12/06/1974	6	Aprovado
950001248	Cirne Henrique Cancela Aragum	05/01/1972	5	Aprovado
950000297	Fábia Fernanda Curvelo Marques	05/11/1984	6	Aprovado
950000041	Jeverson Agostini Buzzi	02/10/1990	6	Aprovado
950000714	Luna Fabiana Roussenq Di Francesco	31/07/1991	6,75	Aprovado
950000567	Nicale Beatriz Pestana Polidoro	09/05/1983	6,25	Aprovado
950000557	Rafael Augusto Luchtenberg	12/08/1992	7	Aprovado
950000360	Suelen Osório	23/09/1991	6,5	Aprovado
950000137	Wilson De Souza	15/10/1993	7,75	Aprovado

ENGENHEIROS ANITARISTA

BLUMENAU (SC)

Inscrição	Nome	Nascimento	Prova Discursiva	Situação
950000371	Bruno Henrique Schappo Santos	27/06/1995	8,5	Aprovado
950000015	Camilla Maia Moritz	25/05/1983	7,25	Aprovado



950000144	CarolineGabrielaHoss	28/08/1994	6,75	Aprovado
950000411	CristianeGracieliKloth	15/03/1995	7,5	Aprovado
950000994	FelipeCaldart	31/05/1993	7,25	Aprovado
950000699	FrancieleDosSantos	26/04/1990	8,5	Aprovado
950000111	FrancineCaldart	15/12/1995	6,75	Aprovado
950000375	GabrielaKuehn	11/10/1983	7,5	Aprovado
950000670	GilbertoGoulartSouza	17/01/1995	7,75	Aprovado
950000138	GiovaneScardueliMartins	24/06/1989	6,75	Aprovado
950000966	GracielaRozza	09/02/1995	8	Aprovado
950000098	HenriqueGracianoNunes	26/02/1991	6,5	Aprovado
950000725	JacquelineAlexandreMartins	19/04/1980	7,25	Aprovado
950000750	JaquelineBottamelli	19/05/1989	8,5	Aprovado
950000623	KarenBarbosaAmarante	23/01/1991	8	Aprovado
950000376	LeonardoPestanaDantas	13/05/1991	7,75	Aprovado
950000867	LuízaKaschnyBorgesBurgardt	31/07/1990	7,75	Aprovado
950001082	MagnunMacielVieira	21/06/1984	6,25	Aprovado
950000130	SuélenFernandes	30/05/1985	6,75	Aprovado

OUVIDOR

BLUMENAU(SC)

Inscrição	Nome	Nascimento	Prova Discursiva	Situação
950001236	AlanaFrancieleNepomuceno	29/03/1991	7,5	Aprovado
950000064	AlyssonDouglasFernandes	28/09/1992	7,75	Aprovado
950000517	EmanuelaVolaniDaCruz	04/02/1982	8,75	Aprovado
950000126	FabricaoEsperandioLoz	01/05/1989	8,25	Aprovado
950000941	FrancieleLippellLaubenstein	18/06/1992	9,5	Aprovado
950000011	IsabellaOtavianoFurlanSana-da	20/10/1987	8,25	Aprovado
950000175	JacquelineMartins	23/12/1993	7,75	Aprovado
950000550	JenifferBuenoDeOliveira	02/05/1993	7	Aprovado
950000158	JéssicaDeOliveiraRech	14/08/1991	7,75	Aprovado
950001024	JuliaDaRosaBourscheid	01/09/1988	7,5	Aprovado
950000832	JulianeAntôniaPasinato	21/09/1987	8,5	Aprovado
950000575	LarissaFlausino	24/11/1993	8,5	Aprovado
950000802	LéiaTeixeiraLiberali	17/05/1991	8,5	Aprovado
950000014	LuizaSensWeise	01/07/1995	9,5	Aprovado
950000927	MaisaCarolinaDeMirandaDos-Santos	01/07/1987	8,25	Aprovado
950001255	MarceloPlatesBetat	20/02/1975	7,25	Aprovado
950001221	ThiagoMenezesDeSouza	26/04/1991	7,5	Aprovado
950000981	TonyLuizRamos	23/01/1975	7,5	Aprovado

CONCURSO PÚBLICO AGIR Nº 001/2019 - RESULTADO PRELIMINAR DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

Publicação Nº 2221442

RESULTADOPRELIMINARAVALIAÇÃODETÍTULOS

AGÊNCIAINTERMUNICIPALDEREGULAÇÃODOMÉDIOVALEDOITAJAÍ-AGIREEDITALNº01DE08DEJULHODE2019

ANALISTADEREGULAÇÃOE FISCALIZAÇÃO:ÁREADECONCENTRAÇÃOADMINISTRAÇÃO

BLUMENAU(SC)

Inscrição	Nome	Doutorado	Mestrado	Especialização	Avaliação de Títulos
950001030	AlineDaRosa	0	0	0	0
950000821	BrunaTerezinhaVieira	0	0	0	0
950000689	CinthiaWundervaldPimentelMafrá	0	0	0	0
950000929	ElisabethDeAndrade-Germer	0	0	0	0
950001185	EwertonSantanaMelo	0	0	0	0

950000227	KleberAlvesMariano	0	0	0	0
950000777	LuísaGonçalvesPeres	0	0	0	0
950000737	LuizEduardoDeHolanda-BezerraSantos	0	0	0	0
950001256	MarceloPlatesBetat	0	0	0	0
950000619	PetersonAlvesBalbinot	0	0	0	0
950001212	PriscilaBernardiniMilak	0	0	0	0
950000131	RobsonDavid	0	0	0	0
950000868	RocheleFigueiredoCardoso	0	0	0	0
950001007	SergioRobertoUeckert	0	0	0	0

CONTADOR

BLUMENAU(SC)

Inscrição	Nome	Doutorado	Mestrado	Especialização	Avaliação de Títulos
950001281	AndreyReisDaSilva	0	0	0	0
950001261	BenhurGomesSpessato	0	0	0	0
950001248	CirneHenriqueCancela-Arangurem	0	0	0	0
950000297	FábiaFernandaCurvelo-Marques	0	0	0	0
950000041	JeversonAgostiniBuzzi	0	0	0,5	0,5
950000714	LunaFabianaRoussenq-DiFrancesco	0	0	0,5	0,5
950000567	NicaleBeatrizPestana-Polidoro	0	0	0	0
950000557	RafaelAugustoLuchtenberg	0	0	0	0
950000360	SuelenOsório	0	0	0	0
950000137	WilsonDeSouza	0	0	0	0

ENGENHEIROSANITARISTA

BLUMENAU(SC)

Inscrição	Nome	Doutorado	Mestrado	Especialização	Avaliação de Títulos
950000371	BrunoHenriqueSchappoSantos	0	0	0	0
950000015	CamillaMaiaMoritz	0	0	0	0
950000144	CarolineGabrielaHoss	0	0	0	0
950000411	CristianeGracieliKloth	0	0	0	0
950000994	FelipeCaldart	0	0	0	0
950000699	FrancieleDosSantos	0	0	0	0
950000111	FrancineCaldart	0	0	0	0
950000375	GabrielaKuehn	0	0	0	0
950000670	GilbertoGoulartSouza	0	0	0	0
950000138	GiovaneScardueliMartins	0	0	0	0
950000966	GracielaRozza	0	0	0	0
950000098	HenriqueGracianoNunes	0	0	0	0
950000725	JacquelineAlexandre-Martins	0	0	0,5	0,5
950000750	JaquelineBottamelli	0	0	0	0
950000623	KarenBarbosaAmarante	0	0	0,5	0,5
950000376	LeonardoPestanaDantas	0	0	0	0
950000867	LuízaKaschnyBorges-Burgardt	0	1,5	0	1,5
950001082	MagnunMacielVieira	0	0	0	0
950000130	SuêlenFernandes	0	0	0	0

OUVIDOR

BLUMENAU(SC)

Inscrição	Nome	Doutorado	Mestrado	Especialização	Avaliação de Títulos
950001236	Alana Franciele Nepomuceno	0	0	0	0
950000064	Alysson Douglas Fernandes	0	0	0	0
950000517	Emanuella Volani Da Cruz	0	0	0,5	0,5
950000126	Fabricio Esperandio Loz	0	0	0	0
950000941	Franciele Lippel Laubenstein	0	0	0	0
950000011	Isabella Otaviano Furlan-Sanada	0	0	0	0
950000175	Jacqueline Martins	0	0	0	0
950000550	Jeniffer Bueno De Oliveira	0	0	0	0
950000158	Jéssica De Oliveira Rech	0	0	0	0
950001024	Julia Da Rosa Bourscheid	0	0	0	0
950000832	Juliane Antônia Pasinato	0	0	0,5	0,5
950000575	Larissa Flausino	0	0	0	0
950000802	Léia Teixeira Liberali	0	0	0	0
950000014	Luiza Sens Weise	0	0	0	0
950000927	Maisa Carolina De Miranda Dos Santos	0	0	0	0
950001255	Marcelo Plates Betat	0	0	0	0
950001221	Thiago Menezes De Souza	0	0	0	0
950000981	Tony Luiz Ramos	0	0	0	0

ARIS

CONTRATO Nº 20/2019, VINCULADO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2019, DISPENSA Nº 30/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – AMARP E A AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – ARIS.

Publicação Nº 2221603

CONTRATO Nº 20/2019, VINCULADO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2019, DISPENSA Nº 30/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – AMARP E A AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – ARIS.

Cláusula Primeira - IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

1.1. PRESTADORA DOS SERVIÇOS: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - AMARP, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob o nº 82.828.336/0001-01, com endereço na Av. Manoel Roque, nº 99, Alvorada, na cidade de Videira - SC, representada neste ato por seu presidente Sr. DORIVAL CARLOS BORGIA, Prefeito de Videira.

1.2. TOMADORA: AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – ARIS, associação pública, inscrita no CNPJ sob o nº 11.400.360/0001-05, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885-A, 12º andar, Canto, Florianópolis/SC, neste ato representado pelo Presidente Sr. Rudi Miguel Sander e o Diretor-geral, Sr. ADIR FACCIO.

Cláusula Segunda - DO OBJETO

2.1. O presente instrumento tem como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS de limpeza, copa, informática, cópias e impressões, uso de equipamentos a serem utilizados em reuniões e apresentações, uso de espaços comuns como auditório, sala de reuniões, serviços de segurança, utilizadas nas dependências da AMARP, situada na Av. Manoel Roque, nº 99, Alvorada, na cidade de Videira - SC, destinada ao funcionamento das atividades do Escritório Técnico Regional da região de Videira da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, sendo considerado como espaço público.

Cláusula Terceira - DO VALOR

3.1. O valor do pagamento do objeto contratado é de R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais, mediante depósito em conta corrente, junto ao Banco do Brasil, agência nº 0403-0, conta corrente nº 154.250-8 do Banco do Brasil, a ser efetuado até o dia 10 (dez) de cada mês.

Cláusula Quarta - DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo do presente contrato terá vigência de 01/11/2019 até 31/12/2020, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993, enquanto persistir a necessidade de utilização do espaço físico pela tomadora em prol do atendimento dos municípios da



região.

Cláusula Quinta - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. São obrigações da TOMADORA:

5.1.1. Utilizar o imóvel exclusivamente para a finalidade descrita na Cláusula Segunda do presente contrato, não podendo ceder o uso do bem em causa, mediante aluguel, subcontrato, arrendamento ou de qualquer outra forma;

5.1.2. Devolver o bem recebido, ao final da vigência deste termo, nas mesmas condições de uso e conservação, ressalvados os desgastes decorrentes do uso natural;

5.1.3. Responsabilizar-se pelos danos que causar em decorrência do uso do imóvel objeto do presente contrato;

5.1.4. Respeitar os direitos de vizinhança evitando a prática de quaisquer atos que venham a perturbar, respeitando o horário de silêncio, segurança, sossego e a saúde dos vizinhos.

5.2. São obrigações da PRESTADORA:

5.2.1. Abster-se de promover qualquer ação no sentido de reaver, para uso de terceiros, a qualquer título, o imóvel ocupado pela TOMADORA enquanto perdurar o objeto mencionado na cláusula segunda.

5.2.2. Responsabilizar-se pelo pagamento das despesas de energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, telefonia fixa, impressão de material, material de higiene, serviço de vigilância, bem como todos e quaisquer tributos que incidam sobre o imóvel objeto deste termo;

5.2.3. Responsabilizar-se pelos serviços de limpeza e manutenção do imóvel.

Cláusula Sexta - DA RESCISÃO E ALTERAÇÕES

6.1. As partes poderão rescindir o presente contrato nos moldes dos artigos 77 a 80 da lei de licitações (Lei nº 8.666/1993).

Cláusula Sétima – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: nº 3.3.90.39.99 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica - Prestação de Serviços.

Cláusula Oitava – DOS CASOS OMISSOS

8.1. Os casos omissos ou excepcionais, não previstos neste instrumento, deverão ser submetidos, com brevidade e por escrito, à apreciação das partes e serão resolvidos de acordo com a legislação aplicável.

Cláusula Nona - DO FORO

9.1. Fica eleito o foro da Comarca de Videira/SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões que derivem deste Contrato e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Videira, 14 de outubro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA Prefeito de Rio Negrinho
Prefeito de Videira
Presidente da AMARP

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito de São Carlos
Presidente da ARIS

ADIR FACCIO
Diretor Geral da ARIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2019

Publicação Nº 2221600

TERMO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº 53/2019
Dispensa de Licitação nº 30/2019

Respalado no artigo 24, inciso II c/c o parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, objeto do Processo Administrativo nº 53/2019, AUTORIZO a contratação direta, através de dispensa de licitação, visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS de limpeza, copa, informática, cópias e impressões, uso de equipamentos a serem utilizados em reuniões e apresentações, uso de espaços comuns como auditório, sala de reuniões, serviços de segurança, utilizadas nas dependências da AMARP, situada na Av. Manoel Roque, nº 99, Alvorada, na cidade de Videira - SC, destinada ao funcionamento das atividades do Escritório Técnico Regional da região de Videira da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, sendo considerado como espaço público, junto a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - AMARP, CNPJ (82.828.336/0001-01), no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) anuais, para atender as necessidades da agência. Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios, para que produza os efeitos legais.

Publique-se e cumpra-se.

Florianópolis, 14 de outubro de 2019.
Adir Faccio
Diretor Geral

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54/2019 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2019

Publicação Nº 2221593

TERMO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº 54/2019
Inexigibilidade de Licitação nº 17/2019

Respalado no artigo 25 da Lei nº 8.666/93, objeto do Processo Administrativo nº 54/2019, AUTORIZO a contratação direta, através de Inexigibilidade de licitação, visando o evento denominado " 2º Congresso de Municípios da Região da AMEOSC", que será realizado no período de 13 a 14 de novembro de 2019, na Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, junto a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, CNPJ (83.829.267/0001-13), no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para atender as necessidades da agência. Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios, para que produza os efeitos legais.

Publique-se e cumpra-se.

Florianópolis, 21 de outubro de 2019.
Adir Faccio
Diretor Geral da ARIS

CIGA

AVISO DE LICITAÇÃO N.º 07/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 52/2019

Publicação Nº 2221699

AVISO DE LICITAÇÃO N.º 07/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 52/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2019
REGISTRO DE PREÇOS

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), inscrito no CNPJ sob n.º 09.427.503/0001-12, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO.

CRONOGRAMA

1. Data de início do recebimento das propostas (proposta de preço e documentação de habilitação): 11/11/2019.
2. Último dia para o recebimento dos envelopes (proposta de preço e documentação de habilitação): 27/11/2019, às 14:50 horas.
3. Último dia para oferecimento de impugnação administrativa do Edital: 22/11/2019.

4. Data da sessão pública do Pregão Presencial: 27/11/2019, às 15:00 horas, à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.

OBJETO: Formação de registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para eventual contratação de empresa visando ao fornecimento parcelado de COMBUSTÍVEIS, dos tipos gasolina comum e etanol, para abastecer a frota de veículos oficiais do CIGA, durante o exercício de 2020, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante deste Edital, para todos os fins e efeitos.

EDITAL COMPLETO: À disposição dos interessados na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, no horário das 9 (nove) às 11:30 (onze e trinta) e das 13:30 (treze e trinta) às 17 (dezessete) horas. Edital disponível no site www.ciga.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente.

Florianópolis, 11 de novembro de 2019.

MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA
PREGOEIRO DO CIGA

CINCATARINA

AVISO DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0060/2019 - VEÍCULOS NOVOS, ZERO KM

Publicação Nº 2220041

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0060/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0074/2019

REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Veículos Novos, Zero KM para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados ao Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados no Anexo V, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços. VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de dezembro de 2019 a novembro de 2020. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 11/11/2019 até às 09:00 horas do dia 25/11/2019. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 25/11/2019. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 25/11/2019. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Sede do CINCATARINA, localizado na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Fone (48) 3380-1620. Site: www.cincatarina.sc.gov.br.

Florianópolis (SC), 7 de novembro de 2019.

Elói Rönna – Diretor Executivo do CINCATARINA

CIS/AMARP

ADITIVO 01 2019 DIAGMAX

Publicação Nº 2221225

1º TERMO ADITIVO 2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 158/2019 – DIAGMAX JOAÇABA CLÍNICA MÉDICA LTDA.

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque nº 99 Térreo, Alvorada, Videira/ SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Moises Diersmann, RG nº 3.427.769 e CPF nº 024.651.199-07 e de outro lado a – DIAGMAX JOAÇABA CLÍNICA MÉDICA LTDA, CNPJ 15.562.927/0002-73, situada na Rua XV de Novembro nº 355, sala 1, Centro – Lebon Régis/SC, neste ato representado pelo seu representante legal Rodolpho Luiz de Faria Marsico, RG nº 29.859.380-4 e CPF nº 304.309.528-64, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 158/2019, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato de Prestação de Serviço, passa a conter em sua relação os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
ULTRASSONOGRAFIA DE PAREDE ABDOMINAL	10.80.30.130-8	62,37
ULTRASSONOGRAFIA DE REGIÃO INGUINAL HERNIAS (UNILATERAL)	10.80.30.131-0	62,37
Ultrassonografia Obstétrica Morfológica	00.00.09.002-6	136,50

Ultrassonografia Pélvica (Ginecológica)	02.05.02.016-0	62,37
---	----------------	-------

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços 158/2019, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 01 de outubro de 2019.

Moises Diersmann Rodolpho Luiz de Faria Marsico
Presidente CISAMARP Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Monalisa Giazconi Marcelo José Borsatti
061.058.249-63 425.790.239-68

CIS/AMVI

20 ATA CIR 23.10.19 - ONCOLOGIA

Publicação Nº 2221107

ATA DA REUNIÃO SOBRE CIRURGIAS ONCOLÓGICAS NO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, com início às 13 horas e 30 minutos, foi realizada nas dependências do Centro Empresarial de Blumenau (CEB), sala 103 – térreo, na rua Antônio Treis, 607 – Vorstadt em Blumenau, reunião para tratar do andamento da solução de pendências relacionadas ao Processo SGPeSES nº27832/2017 que trata de solicitação de habilitação como Hospital Geral de Cirurgia de Câncer do Hospital Azambuja de Brusque (HACCR). A lista dos presentes na reunião, identificando a instituição que representam, consta ao final desta ata. A reunião foi aberta pela Coordenadora da CIR, Patrícia Heiderscheidt, secretária de saúde do município de Guabiruba. Dando boas-vindas aos presentes, lembrou o objetivo da reunião, demandada na reunião de CIR de 03/10/2019, e para tanto fez a leitura do Ofício CORMAS/BLUMENAU nº822/2019 datado de 16/08/2019, relatando o andamento da solução de pendências relacionadas ao Processo SGPeSES nº27832/2017. Na sequência Sabino da Coordenadoria Macrorregional de Saúde (Cormas) esclarece acerca da tramitação do processo de habilitação de serviços e que a SES apenas realiza a vistoria, sendo a habilitação, atribuição do Ministério da Saúde. Diz que esta reunião surge em função de não haver retorno acerca dos acertos dos encaminhamentos dos pacientes para cirurgia oncológica do HSA para o Hospital Azambuja em Brusque. Explica que não é a Cormas quem define quem é referência para quem ou quem será suporte pra quem e nem habilita serviços. Informa que pode apresentar a fila de espera de pacientes de cirurgia oncológica atualizados até o dia 28/10/2019. Apresentou a Drª Mônica, médica que atua na auditoria, controle e avaliação da Gerência Regional de Saúde que, explicou brevemente os critérios de habilitação e tipos de serviços constantes nas Portarias ministeriais. Em seguida, a enfermeira Carmem Lilian da Central de Regulação de Internação Hospitalar - CRIVALE apresentou a última lista de pacientes em fila de espera, totalizando 277 pessoas aguardando no Hospital Santo Antônio (HSA). Destes, tem 172 que já constam no mapa cirúrgico do HSA e, 37 em situação de 'em aberto' por motivo da falta de AIH, ou sem condições clínicas para realização do procedimento, entre outros. E, tem 75 'em observação' aguardando algum desfecho para entrar efetivamente no mapa ou sair. Em relação ao Hospital Santa Isabel (HSI) tem hoje 89 pacientes aguardando cirurgia oncológica, destacando que estas listas são importadas do que está registrado no SISREG. Carla da CRIVALE destaca que praticamente não há nada em branco nas listas e mapas, ou seja, que os pacientes ali listados estão dentro do prazo de realização da cirurgia e que realizaram a solicitação aos hospitais e, tanto HSA quanto HSI conseguiram melhorar o atendimento aos pacientes nos mapas. Em seguida a coordenadora da CIR abre a palavra aos secretários e secretárias presentes. Humberto Fornari, secretário de saúde de Brusque inicia a fala apontando que o Estado tem sido muito reticente em relação à determinação da solução para o problema apresentado. Que em se tratando de recursos, ninguém gosta de perder recursos e que esta problemática é comum à região, no entanto, é fato que os prazos regulamentados nas Portarias não estão sendo cumpridos pelos hospitais habilitados (HSA e HSI), assim como as deliberações de CIR e CIB pois os pacientes oncológicos tem ficado 6 a 8 meses aguardando acesso à cirurgia, e que o problema não está no diagnóstico e sim no acesso e seguimento para conclusão do tratamento. Enfatiza que se os hospitais habilitados hoje atenderem à demanda regional dentro do prazo previsto, o assunto se encerra. Recorda que em 2016 foi pensado que pudesse haver um 'braço' do HSA dentro do HACCR para diluir a demanda e promover celeridade nas cirurgias e que isto até o momento não aconteceu e a SES não pode ser omissa em relação a promover a solução, pois o Estado é gestor e coordenador do acesso à Alta Complexidade (AC). O problema é a falta de cumprimento dos prazos por parte dos Hospitais e que sempre que o MVI faz algum movimento no sentido de tomar medidas para solucionar os problemas, o HSA realiza mutirões e agiliza o atendimento às filas. o HSA precisa dos recursos, mas não tem capacidade técnica instalada para conseguir atender às necessidades que ultrapassam inclusive os limites regionais e o HACCR já demonstraram que tem capacidade técnica para oferecer o suporte necessário. Caso o posicionamento do HSA possa assegurar o atendimento às demandas de Oncologia, deve apresentar seu plano de expansão ou de incremento da capacidade para absorver os atendimentos necessários na região da AMVI no tempo determinado na legislação. Winnetou Krambeck, secretário de saúde de Blumenau, se manifesta lembrando que na reunião da CIR foi debatido que, para além da discussão dos mapas de cirurgia oncológica, deve-se organizar efetivamente a Linha de Cuidado em Onco, ou seja, temos um cenário que inclui atendimentos, desde acesso à consultas, exames, cirurgias e tratamentos complementares. Reforça que a SES deve assumir e efetivamente apresentar aos gestores como vai fazer nas referências regionais, porque a gestão da AC é atribuição e responsabilidade do Estado. Alfredo Berri, secretário de saúde de Timbó traz relatos de pacientes de Timbó que, em 14/09/19 completou um ano

aguardando a cirurgia e, no mês de outubro a situação foi judicializada e em dois dias foi agendado o procedimento. Relata seu descontentamento e exaustão em relação à pressão que os gestores enfrentam em relação às situações oncológicas, inclusive que se houver na região mais hospitais querendo assumir e habilitar para o serviço, é necessário encaminhar a solução para questão. E, se o hospital não consegue atender a demanda, gerará mais judicialização e, que a situação está insustentável. Patrícia reforça que este assunto tem sido pauta recorrente da CIR. Uiara Rautenberg e Rubia Hardt da Semus de Blumenau apresentaram uma análise/histórico de todo o processo de discussão e organização da oncologia na região da AMVI. Apresentaram as habilitações do HSA (UNACON) e HSI (UNACON com Radioterapia). Portarias nº 140 e 181, Deliberação CIB nº233/2016, que trata do Plano de Ação Regional da Onco, bem como a NT nº263/17 do MS que analisou o PAR. Menciona ofício do HSA tratando sobre a ampliação de serviços e reformas estruturais, assim como o Ofício da SES com destinação de mais recursos para tal expansão, com aprovação em CIR. Por fim apresenta o déficit financeiro regional de mais de 12 milhões, que deveriam ter sido aportados pela SES e que não foram recebidos, pois existem deliberações de CIB, mas o recurso efetivamente não chega para pagar o excedente da região. Destacam que tem que se levar em conta hoje os diversos acessos que os pacientes tem na oncologia conforme necessidade do tratamento, assim como existem os acessos via especialidade cirúrgicas, subespecialidades e os encaminhamentos de caráter de 'forte suspeita' mas que ainda não tem protocolo claro acerca de quando é e quando não é, assim como as pessoas podem constar no mapa e serem reagendados infinitas vezes. Izabel Casarin, Gerente geral do HSA diz que em 2016 houve uma reunião de CIR, realizada na ETSUS onde o HSA apresentou posicionamento de não ser favorável à criar um 'braço' para as cirurgias de oncologia no Hospital Azambuja. Que hoje existe um número significativo de pessoas aguardando cirurgia e que pelos Termos de Compromisso da AC, dos dois UNACONS, o HSI também precisa cumprir sua meta física de atendimentos, cujo problema maior hoje está relacionado aos cânceres de pele. Ressalta que a Regulação deve enviar os pacientes para o HSA, pois pela referência, tendo 2 UNACONS na região, é possível atender às demandas aqui. Também mencionou que tem hoje faturado mais de 650 mil de déficit, ou seja, recursos devidos pela SES e que não serão recebidos, assim como a determinação do MS orienta que habilitação só acontece quando o serviço estiver implantado e funcionando e as habilitações tem ido e vindo do MS, o que gerará até o final do ano déficit que ultrapassará 1 milhão de reais. Passou a palavra para Dr. Bruno que responde pelo serviço de oncologia clínica do HSA. Este informa que o serviço tem melhorado e se qualificado muito em função das reformas, ampliações, adequações realizadas, assim como já iniciaram as atividades em Radioterapia desde o começo do ano. Realizam mais de 1000 cirurgias/ano em oncologia e, que de acordo com as Portarias, o HSA é o serviço oncológico mais completo existente na região, inclusive para LC da Oncologia. Hoje recebem pacientes sem diagnóstico confirmado de câncer, o que tem sido feito pelo próprio HSA, com custeio de exames complementares para todos municípios da região. Fez apresentação de dados sobre o que o HSA tem produzido e o que ainda está no aguardo, afirmando que praticamente não tem fila de espera. Diz que de Brusque, Guabiruba e Botuverá tem hoje apenas 34 pacientes no aguardo e que destes, apenas 3 pacientes ainda não estavam na fila. Todos os demais já estão agendados, sendo que o mais antigo é datado de 2 de setembro de 2019. Pondera que, de todos os pacientes atendidos, apenas 1,5% são de Brusque, ou seja, há que se ponderar se vale o investimento de criar novo serviço num universo de demanda muito pequeno. Em seguida traz inúmeros dados percentuais acerca das filas atuais, considerando nível de complexidade, especialidade, tempo de espera, risco e necessidades, o que configura um cenário coberto, sem filas e nem pessoas aguardando, ou seja, estão capacitados para atender plenamente às demandas existentes, ressaltando que hoje é só encaminhar o paciente pra oncologia clínica e em 10 dias ele será atendido. Humberto menciona que os dados apresentados pelo médico Bruno do HSA não conferem com os diagnósticos e planilhas de acompanhamento da região e, que não é discussão se deve ser criado novo serviço ou não, mas sim fazer efetivamente funcionar o que já tem implantado. Winnetou lembra que o foco da reunião é a discussão de que a produção excedente do HSA, seria remetida para atendimento no Hospital Azambuja, mas isto não ocorre atualmente. Alessandra Maass, diretora da SMS Brusque, reforça que os problemas apresentados aqui não são fictícios e que a reunião está desvirtuada em função de que não tem por objetivo fazer avaliação de desempenho dos Hospitais mas sim, avaliar a agilidade no processo de acesso e atendimentos em Oncologia, ou seja, precisa avaliar em que data o paciente entrou na fila e quando efetivamente foi atendido. Dirceu Dias, Gerente do HSI fala que estão estruturando o processo para realização de cirurgia oncológica, assim como o próprio ambulatório ainda não está funcionando a pleno vapor, reconhecendo que poderiam fazer muito mais atendimentos. Informa que dos 85 pacientes na fila, tem 15 ainda sem agendamento, mas o serviço está em processo de estruturação. Jocinei Batista, coordenador do HSI destaca que estão identificando que existem muitos pacientes 'perdidos' na fila e que não são do ambulatório do HSI, que provem de outros serviços como FURB e de outros lugares. Fala do plano de ação com ampliação do quadro com contratação de novos profissionais especializados. Evandro Roza, Administrador do Hospital Azambuja (HACCR) fala que trabalha em função do paciente e que se o HSA afirma que está trabalhando no prejuízo, que divida o prejuízo com o Hospital Azambuja. Destaca que tentou inúmeras vezes contato com a Sr Izabel do HSA, mas que a mesma não retornou, nem telefonemas, nem mensagens de aplicativo. Lembra que quando conheceu a Central de Regulação ficou assustado com a desorganização do serviço, e resalta que não adianta trazer o MP, pois o mesmo está desacreditado e não vai resolver a questão. Solicita que conste em ata que o Hospital Azambuja se compromete publicamente em atender os pacientes de Brusque, Botuverá e Guabiruba que não forem atendidos no prazo pelo HSA. Elenca inúmeras críticas ao HSA e HSI. Reforça que a SES definiu no PAR da Oncologia que o Hospital Azambuja deve ser um 'braço' do HSA nas cirurgias oncológicas e assim precisa acontecer. E que os pleitos de habilitação do HACCR continuarão ocorrendo no serviço que o próprio Hospital definir, lembrando que hoje precisa mais vagas para oncologia ambulatorial, onde o município de origem solicita a vaga para Blumenau e a regulação faz o encaminhamento. Solicita que também conste em ata que a SEMUS de Blumenau deva fiscalizar junto com a SES o cumprimento dos termos de compromisso e deliberações de CIB e CIR. Winnetou: lembra que não dá pra sair fazendo serviço sem dados e informações acerca da necessidade existente e produtividade dos já habilitados, e que para tanto é necessário ter estudo técnico e apresentar os dados para a partir deles, se possa tomar decisões. E, baseado em dados constantes nas bases oficiais e não gerados individualmente por um ou outro serviço. Na sequência se compromete a fazer reunião com HSA e HSI e posteriormente com Brusque e Hospital Azambuja para buscar alinhar o cumprimento dos termos e avaliar as dificuldades existentes. Alessandra reforça que é necessário olhar o mapa cirúrgico com a data de entrada do paciente na fila, sem recorte por município de origem. Faltou efetivamente uma análise técnica, um estudo regional que pudesse ser apresentado nesta reunião, pois não resolve a Crivale apresentar os mapas de execução sem considerar a data de entrada na fila para dimensionar o tempo de espera. Alerta que não importa se a SES criou um plano, pois precisa ter estudo prévio acerca do que está em espera, lembrando também que precisa avaliar com muita franqueza a capacidade técnica instalada, considerando a série histórica do ano todo da produção, relacionando o período que decorreu desde a solicitação da consulta oncológica até o desfecho do tratamento. Humberto resgata a finalidade da reunião, onde o HSA precisa dizer o que falta pra enviar os pacientes para o Hospital Azambuja, assim como resolver os problemas que estão na regulação. Sugere então que a Cormas organize reunião entre responsáveis técnicos do HSA e Azambuja para que acordem como será o fluxo, assim como também converse com a Crivale, lembrando que os TC de AC devam ser cumpridos e que são de gestão estadual, inclusive a fiscalização é competência da SES. Sugere encaminhamento: que a Crivale identifique imediatamente nos mapas, a data de solicitação /entrada no paciente em fila de espera, para a partir daí se pode visualizar o tempo em fila. Alfredo

reforça que desta reunião deve sair uma solução definitiva para questão. Monica sugere encaminhamento: a solução é sentar os dois oncologistas dos 2 hospitais, e combinar o que vai ser encaminhado e o que não vai ser encaminhado. Rubia reforça que a regulação não é apenas colocar pacientes nos mapas cirúrgicos, mas também avaliar como os municípios tem acompanhado e higienizado suas filas e listas de pacientes. Izabel aponta que é necessário primeiramente conversarem os hospitais HSA e HSI junto com SEMUS de Blumenau, para posteriormente buscar outro prestador. Neste momento Evandro se manifesta enfaticamente, alterando a voz e dizendo à Sra. Izabel que ela não é administradora e sim apenas uma enfermeira. Que a mesma não pode responder pelo HSA, visto não ser a gestora do mesmo e sim, estar submetida às decisões do conselho administrativo do HSA, podendo inclusive ser trocada. Em seguida o médico Bruno solicita que o administrador do Hospital Azambuja, Evandro peça desculpas publicamente pelas ofensas dirigidas à Sr^a Izabel, o que o mesmo fez. Sabino registra que a SES disse pra cumprir as portarias e que agora precisa os estabelecimentos se entenderem. comemora que foi uma reunião importante para que se estude de fato os números e que a partir dali se repactue e reavalie o plano regional da oncologia. Encaminhamentos finais: 1) criar grupo de trabalho da CIR para realizar este estudo, tomando por base os registros no SISREG III e outras bases oficiais, apresentando na próxima reunião de CIR a parametrização de instrumento para análise. Grupo composto por Alessandra, Jaqueline, Rubia e Uíara, com reunião agendada para dia 01/11 às 8h na AMMVI. 2) a Crivale deve identificar imediatamente nos mapas cirúrgicos, a data da solicitação do paciente no sistema. 3) realizar reunião entre HSA, HSI e SEMUS de Blumenau para alinhamentos de atendimento às demandas. Sem mais, eu, Jaqueline Nehring registrei a presente ata, que segue com a lista de presenças anexada.

CONTRATO 065_2019 - CG RESTAURANTE E ESTACIONAMENTO LTDA.

Publicação Nº 2221500

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 065/2019

Contrato de fornecimento de alimentos (buffet tipo coffee break), em eventos/reuniões realizados pelo CISAMVI no Exercício de 2019/2020, que celebram entre si o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI e CG RESTAURANTE E ESTACIONAMENTO LTDA. (CONFEITARIA CAFEHAUS), mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA PREÂMBULO

1.1. CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominada CONTRATANTE.

1.2. CONTRATADA: CG RESTAURANTE E ESTACIONAMENTO LTDA. (CONFEITARIA CAFEHAUS), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.205.661/0001-30, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 928, bairro Centro, Blumenau/SC, neste ato representado por seu sócio administrador, Sr. Walter Henrique Klemz, inscrito no CPF sob o nº 033.144.499-25, doravante denominada CONTRATADA.

0.3 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993 e suas alterações (§1º do artigo 24), que regulamentam o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988; c/c o Parágrafo Único do Art. 17, da Lei Federal nº 11.107/2005; Dispensa de Licitação nº 036/2019, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

CLÁUSULA SEGUNDA OBJETO

2.1. O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de buffet tipo coffee break para aproximadamente 25 reuniões/eventos a serem organizadas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI no Exercício de 2019/2020, todas com no mínimo 20 (vinte) pessoas e no máximo 25 (vinte e cinco) pessoas, obedecendo às especificações constantes da Carta-Pesquisa preenchida e encaminhada pela CONTRATADA, na justificativa do Processo de Dispensa de Licitação nº 036/2019 e neste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

VALOR, PAGAMENTO, REAJUSTAMENTO E DOTAÇÃO

3.1. Dá-se como valor global para o presente contrato a importância de R\$ 7.175,00 (sete mil cento e setenta e cinco reais).

3.1.1. Os valores unitários para efeito de pagamento constam no demonstrativo abaixo:

Serviço	Itens – composição do coffee break	Quantidade estimada	Data	Valor Unitário	Valor Total (R\$)
Contratação de empresa especializada no fornecimento de buffet tipo coffee break para reuniões com no mínimo 20 (vinte) pessoas e no máximo 25 (vinte e cinco) pessoas por reunião/coffee break	4 (quatro) variedades de mini salgados (pão de queijo, sanduiche frio, croissant, pastel frito ou assado, empada, folhado ou similar) e 3 (três) variedades de mini doces (sonho, fatias de bolo, croissant, folhado ou similar)	25 (vinte e cinco) reuniões/ coffee breaks	Entre 08/11/2019 a 07/11/2020	R\$10,40	R\$ 6.500,00

Contratação de empresa especializada no fornecimento de térmicas com café/café com leite	Fornecimento de garrafas térmicas contendo café/café com leite	25 (vinte e cinco) reuniões/coffee break	Entre 08/11/2019 A 07/11/2020	R\$ 27,00 por litro de café/café com leite	R\$ 675,00
--	--	--	-------------------------------	--	------------

3.3 O pagamento do objeto será efetuado, após a conferência e aceite do objeto, mediante a apresentação e aceitação da nota fiscal correspondente, devendo constar no referido documento a descrição detalhada dos itens e quantidades fornecidos, não excluídos outros documentos fiscais que poderão ser exigidos pela CONTRATANTE.

3.4. O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias após a entrega/aceite do objeto, através de crédito bancário na conta corrente informada pela CONTRATADA ou boleto bancário a ser encaminhado pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

3.5. Os preços são fixos e irrevogáveis, podendo ser revistos quando comprovadas as situações descritas no artigo 65, inciso I, letra "b", inciso II, letra "d", da Lei nº 8.666/93.

3.6. O presente instrumento poderá ser aditado mediante justificativa e aceite das partes até o limite estabelecido no § 1º do artigo 24 da Lei nº 8.666/1997, através de Termo Aditivo.

3.7. As despesas pertinentes ao objeto do presente Contrato correrão à conta da Dotação Orçamentária: Projeto atividade 0010.0122.001.2004 – Manutenção das Atividades da Secretaria Administrativa Financeira. Elemento de despesa: 3.3.9.0.00 – Aplicação Direta do Orçamento da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA PRAZO E PRORROGAÇÃO

4.1. Dá-se ao presente contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura e 07/11/2020, podendo ser prorrogado e aditado para acréscimos ou supressões na forma da Lei.

CLÁUSULA QUINTA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O objeto do presente contrato deverá ser entregue de acordo com o prazo e as quantidades especificadas na autorização de fornecimento/ordem de serviço, seguindo as especificações da proposta e detalhamento deste contrato.

5.1.1. A data e as quantidades dos objetos requisitados serão definidas na autorização de fornecimento/ordem de serviço a ser emitida de acordo com os interesses e as solicitações (demanda) da CONTRATANTE.

5.1.2. O prazo para a entrega estará definido na autorização de fornecimento/ordem de serviço que será emitida com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do evento, na qual será estabelecido o horário em que deverá ser efetuada a entrega.

5.1.3. O objeto contratado deverá estar disponibilizado para fornecimento no horário indicado pela CONTRATANTE.

5.2. A CONTRATADA providenciará a efetiva entrega dos produtos requisitados no local definido junto às dependências do CISAMVI, ou fora deste, quando for o caso, mediante as especificações constantes na autorização de fornecimento/ordem de serviço emitida pela CONTRATANTE, que por sua vez disponibilizará um responsável que efetuará as averiguações finais de aceitação no local indicado.

5.3. Fica designada como responsável pelos atos de acompanhamento, controle e fiscalização do contrato a Gerente de Serviços do CISAMVI, ou servidor por ela designado.

5.3.1. Caso os produtos fornecidos apresentem alguma irregularidade (artigo 67, § 1º, da Lei nº 8.666/93), deverão ser imediatamente substituídos.

5.4. Os produtos serão recusados quando entregues com especificações diferentes daquelas contidas na Dispensa de Licitação nº 036/2019, na proposta da CONTRATADA e neste contrato.

5.5. O recebimento provisório dar-se-á mediante aceitação do responsável indicado pela CONTRATANTE, no termo de entrega, referente a autorização de fornecimento/ordem de serviço por evento (artigo 73, inciso I, letra "a", da Lei nº 8.666/93).

5.6. O recebimento definitivo será efetuado após o fornecimento do serviço e término do evento mediante termo de aceitação do responsável pelo recebimento (artigo 73, inciso I, letra "b", da Lei nº 8.666/93).

5.7. A entrega pura e simples não caracteriza recebimento, mesmo que atestado junto ou através de documento fiscal.

CLÁUSULA SEXTA RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. A CONTRATADA ficará obrigada a fornecer os produtos nas condições, no preço e no prazo estipulados no Processo de Dispensa de Licitação nº 036/2019, na proposta da CONTRATADA e neste contrato.

6.2. A CONTRATADA deverá substituir o material recusado imediatamente.

6.3. A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar direta ou indiretamente ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa sob quaisquer de suas formas quando do cumprimento da obrigação.

6.4. A CONTRATANTE ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a CONTRATADA e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

CLÁUSULA SÉTIMA DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O objeto será entregue de acordo com as especificações contidas no Processo de Dispensa de Licitação nº 036/2019, seus anexos e as condições consignadas na proposta apresentada pela CONTRATADA, sem prejuízo das demais exigências contidas neste contrato.

7.2. A fiscalização do objeto será feita pela Gerente de Serviços do CISAMVI ou servidor por ela designado, que por sua vez apontarão as deficiências verificadas, se houver, as quais deverão ser sanadas pela CONTRATADA, devendo esta proceder às correções e substituições dos produtos.

7.3. A fiscalização pela CONTRATANTE não exime a CONTRATADA, na forma da lei, da fiel execução do objeto contratado, ficando sob a responsabilidade da última todas as despesas diretas e indiretas cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA INEXECUÇÃO, ALTERAÇÃO CONTRATUAL E SANÇÕES

8.1. A inexecução total ou parcial do contrato terá procedimentos e consequências, assim como as hipóteses de rescisão, na forma estabelecida na Seção V - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos - Capítulo III, da Lei nº 8.666/93.

8.2. A CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, ainda, as seguintes penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, em caso de inexecução total ou parcial deste Contrato resultante do Processo de Dispensa de Licitação nº 036/2019:

8.2.1. Advertência;

8.2.2. Multa de 10% (dez por cento) do valor da requisição, por atraso superior ao estabelecido no item 5.1.3;

8.2.3. Multa de 10% (dez por cento) do valor remanescente em caso de desistência do fornecimento ou execução do presente instrumento.

8.3. Será considerado como desistência contratual, o não atendimento a qualquer evento, sem prévia justificativa devidamente aceita pela CONTRATANTE.

8.4. Sem prejuízo das sanções previstas no artigo 87, da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita ainda às seguintes penalidades:

8.4.1. 10% (dez por cento) do valor de cada requisição pelo fornecimento de produtos e serviços em desconformidade com o especificado;

8.5. Desde que devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Diretoria Executiva da CONTRATANTE, ou reconhecida força maior, as penalidades poderão deixar de ser aplicadas.

8.6. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções, não terão caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

8.7. As multas serão deduzidas pela CONTRATANTE por ocasião do pagamento da nota fiscal/fatura respectiva, cobradas administrativa ou judicialmente.

CLÁUSULA NONA DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Blumenau/SC para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com a renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.2. E, por estarem justos e acordes, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau/SC, 08 de novembro de 2019.

Cleones Hostins

Diretor Executivo do CISAMVI

Walter Henrique Klemz

CG RESTAURANTE E ESTACIONAMENTO LTDA.

CISNORDESTE**CONTRATO 38/2019**

Publicação Nº 2221568

Contrato n.º 38/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC (CONTRATANTE) E INSTITUTO DE OLHOS DR. CARLO WILLE S/S LTDA (CONTRATADA). Processo Administrativo Nº. 34/2018.

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, pessoa jurídica de direito público do tipo associação pública, com sede na Rua Max Colin, nº. 1843, Bairro América, cidade de Joinville/SC, CNPJ nº. 03.222.337/0001-31, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Júlio César Ronconi, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Rio Negrinho, inscrito no CPF nº 004.431.189-30 e RG nº 2.927.567 SSP/SC;

CONTRATADA: Instituto de Olhos Dr. Carlo Wille S/S Ltda, com sede na Rua Lages, nº 595, Bairro Centro, na cidade de Joinville (SC), CNPJ nº. 02.462.541/0001-67, neste ato representado pelo sócio, Dr. Carlo Gustavo de Castro Wille, brasileiro, divorciado, médico, inscrito no CPF nº 772.378.389-20, RG nº 3.929.878-3 SSP/PR e CRM/SC nº 7101 e RQE 1811.

Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal nº. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como na Lei nº. 8.666/93, Lei nº. 11.107/05; Decreto Federal nº. 6.017/07 e, ainda, no Edital de nº. 01/2014, Resolução nº. 01/2014 e Portaria 1.606/GM-MS, RESOLVEM celebrar o presente contrato de prestação de serviços em saúde, com base no Art. 25, caput da Lei nº. 8.666/93 – Inexigibilidade de Licitação e Credenciamento Universal, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação dos seguintes serviços de saúde:

- Consultas, exames e procedimentos em oftalmologia.

§ 1º Os serviços ora contratados serão realizados em favor da população dos municípios consorciados ao CONTRATANTE, conforme necessidades e disponibilidades financeiras de cada um dos entes consorciados.

§ 2º - Os serviços serão prestados pela CONTRATADA, nos termos desta cláusula, a pacientes/usuários que lhe sejam encaminhados pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios que integram o CONTRATANTE ou, excepcionalmente, pelo próprio CONTRATANTE.

§ 3º Os serviços somente serão prestados aos beneficiários mediante a apresentação da Requisição de consulta e/ou exame fornecida pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios consorciados, acompanhada de documento de identificação do usuário, ou, quando for o caso, de guia de autorização emitida pelo CONTRATANTE.

§ 4º Caso haja necessidade de complementação nos serviços inicialmente autorizados, tal complementação também precisará ser previamente autorizada, sob pena de ser inviabilizado o respectivo pagamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Os serviços ora contratados serão pagos de acordo com as especificações e valores constantes na presente cláusula:

Código	Descrição	Qtde Mensal	Valor Unitário	Valor Mensal
03.01.01.007-2	CONSULTA EM OFTALMOLOGIA	100	R\$ 54,65	R\$ 5.465,00
02.05.02.002-0	PAQUIMETRIA ULTRASSONICA (MONOCULAR)	50	R\$ 26,70	R\$ 1.335,00
02.11.06.003-8	CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA - CAMPO VISUAL (MONOCULAR)	50	R\$ 52,95	R\$ 2.647,50
02.11.06.006-2	CURVA DIÁRIA DE PRESSÃO OCULAR (MÍNIMO 3 MEDIDAS) (BINOCULAR)	50	R\$ 62,25	R\$ 3.112,50
02.11.06.014-3	MICROSCOPIA ESPECULAR (MONOCULAR)	200	R\$ 39,45	R\$ 7.890,00
02.11.06.017-8	RETINOGRAFIA COLORIDA (BINOCULAR)	300	R\$ 59,15	R\$ 17.745,00
02.11.06.018-6	RETINOGRAFIA FLUORESCENTE (ANGIOFLUORESCÊNCIA) (BINOCULAR)	300	R\$ 172,80	R\$ 51.840,00
11.02.11.066-6	TOMOGRAFIA MONOCULAR (OCT)	100	R\$ 163,15	R\$ 16.315,00

04.05.05.013-5	IMPLANTE DE PRÓTESE ANTI-GLAUCOMATOSA - MONOCULAR	5	R\$ 1.284,05	R\$ 6.420,25
04.05.04.013-0	INJEÇÃO INTRA-OCULAR (INCLUSA A MEDICAÇÃO) - AVASTIN- MONOCULAR	20	R\$ 3.559,45	R\$ 71.189,00
04.05.03.016-9	VITRECTOMIA POSTERIOR COM INFUSÃO DE PERFLUOCARBONO E ENDOLASER - MONOCULAR	4	R\$ 4.000,80	R\$ 16.003,20
04.05.03.017-7	VITRECTOMIA POSTERIOR COM INFUSÃO DE PERFLUOCARBONO ÓLEO - MONOCULAR	4	R\$ 1.363,85	R\$ 5.455,40
04.05.05.004-6	CICLOCRIOCOAGULAÇÃO (CRIOPEXIA) - MONOCULAR	5	R\$ 456,10	R\$ 2.280,50
04.05.01.007-9	EXERESE DE CALÁZIO E OUTRAS PEQ. LESÕES DA PÁLPEBRA E SUPERCÍLIOS	20	R\$ 1.160,45	R\$ 23.209,00
04.05.02.001-5	ESTRABISMO - ACIMA DE 2 MÚSCULOS	5	R\$ 25,00	R\$ 125,00
04.05.05.025-9	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CORNEA	50	R\$ 371,35	R\$ 18.567,50
04.05.05.036-4	TRATAMENTO CIRURGICO DE PTERÍGIO	10	R\$ 371,35	R\$ 3.713,50
04.05.05.032-1	TRABECULECTOMIA (GLAUCOMA SEM TUBO)	5	R\$ 1.527,45	R\$ 7.637,25
04.05.05.017-8	IRIDECTOMIA CIRÚRGICA	5	R\$ 297,46	R\$ 1.487,30
04.05.05.019-4	IRIDOTOMIA LASER	5	R\$ 308,95	R\$ 1.544,75
04.05.05.037-2	FACOEMULSIFICAÇÃO C/ IMPLANTE LENTE INTRA-OCULAR DOBRÁVEL	50	R\$ 1.093,60	R\$ 54.680,00
04.05.05.002-0	CAPSULOTOMIA A YAG LASER (MONOCULAR)	200	R\$ 106,80	R\$ 21.360,00
04.05.03.004-5	FOTOCOAGULAÇÃO A LASER (MONOCULAR)	200	R\$ 75,15	R\$ 15.030,00
04.05.03.019-3	PAN-FOTOCOAGULAÇÃO DE RETINA A LASER (MONOCULAR)	200	R\$ 305,10	R\$ 61.020,00
04.05.04.010-5	EXPLANAÇÃO E/OU SUBSTITUIÇÃO DE LENTE INTRAOCULAR	5	R\$ 846,19	R\$ 4.230,95
04.05.05.040-2	RADIAÇÃO PARA CROSS LINKING CORNEANO	20	R\$ 2.806,10	R\$ 56.122,00
04.05.05.022-4	RECONSTITUIÇÃO DE FORNIX CONJUNTIVAL	5	R\$ 436,44	R\$ 2.182,20
04.05.05.001-1	CAPSULECTOMIA POSTERIOR CIRURGICA	5	R\$ 249,84	R\$ 1.249,20
04.05.05.015-1	IMPLANTE SECUNDÁRIO DE LENTE INTRAOCULAR LIO	5	R\$ 1.112,83	R\$ 5.564,15
04.05.01.013-3	RECONSTITUIÇÃO TOTAL DE PÁLPEBRA	5	R\$ 1.138,66	R\$ 5.693,30
04.05.04.021-0	REPOSICIONAMENTO DE LENTE INTRAOCULAR	5	R\$ 453,60	R\$ 2.268,00
04.05.01.019-2	TRATAMENTO CIRURGICO DE TRIQUIASE C/ OU S/ENXERTO	5	R\$ 278,90	R\$ 1.394,50
04.05.01.011-7	RECONSTRUÇÃO CANAL LAGRIMAL	5	R\$ 689,66	R\$ 3.448,30
04.05.04.020-2	TRATAMENTO DE PTOSE DE PÁLPEBRA	10	R\$ 606,85	R\$ 6.068,50
04.05.05.008-9	EXERESE DE TUMOR DE CONJUNTIVA	10	R\$ 82,28	R\$ 822,80
04.05.03.021-5	RETINOPEXIA PNEUMÁTICA	1	R\$ 585,00	R\$ 585,00
04.05.04.019-9	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE XANTELASMA	15	R\$ 295,00	R\$ 4.425,00
04.05.05.007-0	CORREÇÃO CIRÚRGICA DE HÉRNIA DE ÍRIS	5	R\$ 390,00	R\$ 1.950,00

04.05.05.012-7	FOTOTRABECULOPLASTIA A LASER	1	R\$ 120,00	R\$ 120,00
04.05.05.026-7	SINEQUIOLISE YAG LASER	1	R\$ 120,00	R\$ 120,00

Valor médio contrato por mês: R\$ 512.316,55 (quinhentos e doze mil, trezentos e dezesseis reais e cinquenta e cinco centavos)

Valor médio por ano: R\$ 6.147.798,60 (seis milhões, cento e quarenta e sete mil, setecentos e noventa e oito reais e sessenta centavos)

§ 1º - O quantitativo mensal é estimativo, sendo que os valores serão pagos pelo CONTRATANTE exclusivamente com base no número de atendimentos efetivamente realizados pela CONTRATADA.

§ 2º - Caso seja necessário retorno (consultas) do paciente em até 30 dias, o mesmo poderá retornar quantas vezes for necessário dentro dos 30 dias sem cobrança de nova consulta. Se a CONTRATADA não tiver espaço na agenda para atender este paciente dentro dos 30 dias, a mesma deverá realizar o retorno em data posterior, porém sem cobrança de nova consulta. Será considerado retorno de até 60 dias (sem cobrança) para avaliação, tratamento e diagnóstico de exames solicitados durante a consulta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pela CONTRATADA, no seguinte endereço: Rua: Lages, nº 595, Bairro Centro, na cidade de Joinville (SC) de acordo com as seguintes disposições:

I- a CONTRATADA deverá manter atualizado junto ao CONTRATANTE o nome do responsável técnico pelos serviços ora contratados, encaminhando ao CONTRATANTE o respectivo documento de responsabilidade técnica;

II – os serviços contratados deverão ser solicitados por formulário específico fornecido pelo CONTRATANTE;

III - os atendimentos somente poderão ser realizados pela CONTRATADA se estiverem lançados no sistema CIS – WEB, com autorização do CONTRATANTE;

IV – O horário de atendimento da instituição será de 2ª feira a 6ª feira das 08:00h as 12:00h e das 13:30h as 17:00h.

CLÁUSULA QUARTA – DA RELAÇÃO JURÍDICA COM A CONTRATADA

A prestação dos serviços ora contratada não implica vínculo empregatício entre o CONTRATANTE e os profissionais da CONTRATADA, nem com a própria CONTRATADA no caso de empresa individual, tampouco exclusividade de colaboração entre as partes contratantes.

§ 1º - O CONTRATANTE ou agente público designado por município consorciado designado especialmente para esse fim terá direito a acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato. Caso haja superveniência de legislação na área da saúde expedida pelo gestor público (local, estadual ou federal), a mesma será aplicada ao presente contrato, quando pertinente.

§ 2º - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício ou prestação de serviços autônomos, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE ou para quaisquer de seus municípios integrantes.

§ 3º - A CONTRATADA fica exonerada da responsabilidade pelo não-atendimento do paciente encaminhado pelo CONTRATANTE na hipótese de atraso no pagamento superior a noventa (90) dias.

§ 4º O CONTRATANTE reserva-se o direito de contratar quantos prestadores julgar necessários para atendimento da demanda dos municípios consorciados.

§ 5º A CONTRATADA não terá direito adquirido à realização de quaisquer quantitativos físicos e financeiros mínimos mensais.

§ 6º O encaminhamento do paciente a outro prestador de serviços conforme exposto no § 4º desta Cláusula, não dará direito ao prestador de serviços ora contratado a cobrar do CONTRATANTE qualquer forma de ressarcimento.

CLÁUSULA QUINTA – DA REGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO

Toda a documentação apresentada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE quando de sua habilitação poderá, a qualquer momento, ser solicitada pelo CONTRATANTE para fins de averiguação de sua regularidade.

Parágrafo Único. A CONTRATADA fica obrigada a apresentar ao CONTRATANTE a qualquer tempo todas as informações, certidões negativas, alvarás e demais documentos que este lhe solicitar.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

I – cumprir as cláusulas do presente contrato;

II – manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o arquivo médico em questão;

III- não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

IV – atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;

V – justificar ao CONTRATANTE, ao paciente ou seu responsável, sempre que solicitado e por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto no contrato;

VI – manter o ambiente de atendimento dos pacientes em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;

VII – notificar o CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao CONTRATANTE, no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da junta comercial ou do cartório de registro de pessoas jurídicas;

VIII – apresentar a fatura/nota fiscal da forma que for solicitada pelo CONTRATANTE;

IX - fornecer ao CONTRATANTE as informações sobre os procedimentos realizados nos pacientes;

X - apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem quantitativa e qualitativamente o atendimento do objeto deste contrato;

XI- manter registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, inclusive quanto aos profissionais pertencentes ao quadro da CONTRATADA que executarão o objeto ora contratado;

XII - submeter-se à regulação instituída pelo gestor da área da saúde, quando houver;

XIII – submeter-se a todos os controles de prestação de serviços determinados pelo CONTRATANTE, seja de auditoria, controle, avaliação ou outros semelhantes;

XIV - manter contrato que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;
XV - garantir o acesso dos conselhos de saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização.
XVI - comunicar imediatamente ao CONTRATANTE eventual mudança de endereço, para que seja analisada a conveniência de manter os serviços ora contratados, podendo o CONTRATANTE rever as condições do contrato e, até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente, sem que disso lhe resulte ônus, e
XVII - Comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer irregularidade referente ao serviço contratado;
§1º - A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente/usuário ou seu acompanhante quaisquer valores pelos serviços prestados nos termos deste contrato.
§ 2º - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante em razão da execução deste contrato, independentemente da espécie de vínculo existente entre o profissional que realizou a cobrança e a CONTRATADA.
§ 3º - A CONTRATADA que ainda não possuir CNES ou que precisar atualizá-lo, deverá fazê-lo num prazo máximo de 60 (sessenta) dias da assinatura deste instrumento, sob pena de rescisão contratual justificada.
§ 4º - A CONTRATADA deverá realizar o agendamento das cotas ofertadas neste contrato no decorrer do mês, não podendo alegar agenda insuficiente, respeitando Instrução Normativa nº 01/2014 da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE se obriga a:

I - repassar à CONTRATADA até o 10º dia útil após a apresentação do comprovante dos serviços, o valor mensal faturado, de acordo com a solicitação dos serviços autorizados, sendo que o prazo de pagamento aqui mencionado fica condicionado à entrega da fatura e demais documentos pela CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;
II - acompanhar, fiscalizar e supervisionar a prestação dos serviços objeto deste contrato; e
III - providenciar a publicação da súmula do referido contrato no prazo da lei;

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A CONTRATADA é responsável por quaisquer danos causados ao paciente e a terceiros a eles vinculados decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, bem como pelas obrigações e indenizações decorrentes desses danos.

§ 1º - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do CONTRATANTE ou servidor designado não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 2º - Caso haja responsabilização do CONTRATANTE, solidária ou subsidiária, por danos causados pela CONTRATADA, seus prepostos ou profissionais a ele vinculados, a pacientes ou terceiros em razão dos serviços ora contratados, é garantido ao CONTRATANTE o direito de regresso integral contra a CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Araquari: 1.1001.10.302.0.2.2.0.339000
Bal. Barra do Sul: 1.1001.10.302.0.2.3.0.339000
Barra Velha: 1.1001.10.302.0.2.4.0.339000
Campo Alegre: 1.1001.10.302.0.2.5.0.339000
Corupá: 1.1001.10.302.0.2.6.0.339000
Garuva: 1.1001.10.302.0.2.7.0.339000
Guaramirim: 1.1001.10.302.0.2.8.0.339000
Itapoá: 1.1001.10.302.0.2.9.0.339000
Jaraguá do Sul: 1.1001.10.302.0.2.10.0.339000
Joinville: 1.1001.10.302.0.2.11.0.339000
Massaranduba: 1.1001.10.302.0.2.12.0.339000
Piên: 1.1001.10.302.0.2.13.0.339000
Rio Negrinho: 1.1001.10.302.0.2.14.0.339000
São Bento do Sul: 1.1001.10.302.0.2.15.0.339000
São Francisco do Sul: 1.1001.10.302.0.2.16.0.339000
São João do Itaperiú: 1.1001.10.302.0.2.17.0.339000
Schroeder: 1.1001.10.302.0.2.18.0.339000

CLÁUSULA DÉCIMA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os serviços estipulados neste contrato serão pagos mediante as seguintes condições:

I – Apresentação pela CONTRATADA de nota fiscal/fatura, relação discriminadora dos serviços prestados devidamente assinada e relatório dos atendimentos realizados, devidamente conferidos com o sistema CIS-WEB ou de forma manual, no caso de o sistema apresentar algum problema técnico;

II – A CONTRATADA apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, até o 5º dia útil de cada mês a documentação elencada no Inciso I, relativa aos serviços efetivamente prestados entre os dias 1º a 30 do mês anterior. Após a validação dos documentos, realizada pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA receberá até o décimo quinto (15º) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;

III - Se a documentação descrita no inciso I for entregue fora do prazo estabelecido no inciso II a CONTRATADA não terá direito ao recebimento de juros, multa ou atualizações financeiras sobre o valor da fatura, podendo o pagamento ser postergado para a próxima fatura;

IV – O pagamento está condicionado à validade e regularidade das Certidões Negativas de Débito do INSS, das Fazendas Federal, Estadual e Municipal e do Certificado de Regularidade do FGTS e CNDT.

V – Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATANTE, este garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando o CONTRATANTE exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras;

VI – As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise do CONTRATANTE;

VII - Somente serão pagos serviços previamente autorizados pelas Secretarias Municipais da Saúde dos municípios consorciados ou,

excepcionalmente, pelo CONTRATANTE;

VIII – Os atendimentos devem ser agendados e devidamente executados no sistema CIS-WEB para fins de faturamento;

VIX – A documentação elencada no Inciso I, com exceção da NF/Fatura, após análise e pagamento, serão devolvidas ao município de origem.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E DO REAJUSTE

O percentual de reajuste dos serviços de saúde especificados neste edital (anexo II) serão: a) os serviços que constam na tabela SUS, serão reajustados conforme a tabela SUS; b) os serviços que constam na tabela SUS e são pagos com complemento do CISNORDESTE/SC, o reajuste será aplicado sobre o complemento, do valor vigente em dezembro de cada ano, utilizando o índice - IPCA acumulado da data do último reajuste; c) os serviços que não constam na tabela SUS, serão reajustados aplicando o índice IPCA acumulado sobre o valor vigente em dezembro; d) por deliberação do Conselho Administrativo do CISNORDESTE/SC, em caso superveniente e excepcional que implique revisão para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parágrafo Único: Os novos valores terão vigência a partir do mês de janeiro subsequente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do presente contrato será avaliada e fiscalizada pelo CONTRATANTE, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

§ 1º - Em casos específicos, definidos pelo CONTRATANTE, poderá ser realizada auditoria especializada.

§ 2º - Anualmente, com antecedência mínima de trinta (30) dias da data do término deste contrato, se for do interesse do CONTRATANTE a sua prorrogação, este poderá vistoriar as instalações da CONTRATADA para verificar se persistem as mesmas condições básicas originais, comprovadas por ocasião da assinatura deste instrumento.

§ 3º - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a não-prorrogação deste acordo ou a revisão das condições ora estipuladas.

§ 4º - A fiscalização do CONTRATANTE sobre os serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato, perante o CONTRATANTE ou para com os pacientes e terceiros.

§ 5º - A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do CONTRATANTE designados para tal fim.

§ 6º - Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/83.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo de outras medidas legais aplicáveis à espécie, garantida a prévia e ampla defesa:

I – advertência;

II – suspensão temporária de participar de licitação ou contratar com o CONTRATANTE ou com qualquer de seus municípios consorciados por até dois anos;

III – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

Parágrafo Primeiro. As sanções previstas nos incisos II e III poderão também ser aplicadas à CONTRATADA nas seguintes hipóteses:

I – injustificadamente retardar a execução do objeto deste contrato;

II – injustificadamente, não mantiver as condições estabelecidas neste contrato;

III – fizer declaração falsa ao CONTRATANTE ou a qualquer de seus municípios consorciados;

IV – falhar ou fraudar na execução do presente contrato;

V – ter sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

VI – ter praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos desta contratação; e

VII – demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente instrumento vigorará por doze (12) meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério do CONTRATANTE, mediante a celebração de termo aditivo, pelo prazo de até sessenta (60) meses.

Parágrafo Único - Para a prorrogação do contrato deverão ser encaminhados ao CONTRATANTE os seguintes documentos vigentes, referentes ao local da prestação dos serviços:

I - Alvará Sanitário vigente ou seu protocolo junto ao órgão da vigilância sanitária competente;

II - Certidões negativas de débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

III - Certidões de regularidade do FGTS, CNDT e INSS; e,

IV – Certificado CRM do estabelecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

As alterações do presente contrato, desde que permitidas legalmente, somente vigorarão a partir da celebração do respectivo Termo Aditivo pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

Além das hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, são motivos para rescisão do presente contrato o não-cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento.

§ 1º - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação antes mencionada.

§ 2º - A rescisão contratual solicitada pela CONTRATADA deverá ser encaminhada com antecedência de trinta (30) dias;

§ 3º No caso de rescisão contratual administrativa, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, a critério do CONTRATANTE, será observado o prazo de trinta (30) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA não prestar os serviços de acordo com as disposições deste contrato, poderá ser aplicada alguma das penalidades deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Joinville (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E por estarem as partes mutuamente de acordo com as cláusulas do presente instrumento, firmam o presente contrato em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas (2) testemunhas, abaixo assinadas.

Joinville (SC), 07 de novembro de 2019

Testemunhas:

CODEPLAN

AVISO DE RETIFICAÇÃO - EDITAL PRESENCIAL Nº 02/2019

Publicação Nº 2221611

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2019

OBJETO: OBJETO DO CERTAME É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A MANUTENÇÃO ROTINEIRAS DAS RODOVIAS ESTADUAIS DE SANTA CATARINA, PREVISTAS NO PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL, LOCALIZADAS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO CODEPLAN, EXCLUSIVAMENTE PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS DECORRENTES DE CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA, LIMPEZA DE PLATAFORMA, SINALIZAÇÃO, APROVADOS PELO DECRETO ESTADUAL 759, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E IDENTIFICADAS NESTE EDITAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA QUE COMPÕE O ANEXO I DESTA EDITAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CODEPLAN. Tipo: Menor Preço – Por lote – Realiza-se alteração no Edital| Abertura/ Data/hora: 22/11/2019 às 14h00. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra/Local da Sessão Pública: Rua Prof. Maria do Espírito Santo – nº 400 / MAFRA/SC - www.amplanorte.org.br e/ou Email: administrativo@amplanorte.org.br / amplanorte@amplanorte.org.br Fone (47) 3642-0665. Diogo Mück de Oliveira – Pregoeiro, Mafra/SC 08/11/2019.

CVC

ATA DA COMISSAO PREGAO ELETRONICO 002 MATERIAL AMBULATORIAL E ODONTO.

Publicação Nº 2222497

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2019, PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELAIS, DE MATERIAL AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICO CONFORME TABELA DA CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA MENCIONADA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, FIRMADA ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, COMO ÓRGÃO GERENCIADOR E OS MUNICÍPIOS COMO ÓRGÃO PARTICIPANTE E SOMA/SC PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA COMO FORNECEDOR, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATORIO Nº 002/2019 - CVC.

SEGUNDO TERMO ADITIVO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, com sede à AVENIDA SANTA CATARINA, nº 346 SALA 2, Bairro CENTRO, na cidade de Coronel Freitas (SC), inscrita no CNPJ/MF 14.688.861/0001-19, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - neste ato representado por seu PRESIDENTE, Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e os seguinte municípios: MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA SANTA CATARINA, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua DUQUE DE CAXIAS 165, CENTRO, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.865/0001-61, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SILVANO DE PARIZ.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAO CASTILHO, S/N Bairro CENTRO - Tunápolis - SC CEP: 89.898-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RENATO PAULATA.

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, e a empresa SOMA/SC PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida ARY MIGUEL DA SILVEIRA Nº Nº 391 JARDIM ELDORADO CEP 88.130-001 - Palhoça/SC CEP: 88.130-001, inscrita no CNPJ sob o nº 05.531.725/0001-20, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. GILSON LUIS DAL MAS, doravante denominado FORNECEDOR, celebram o presente Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 035/2019, firmada em 28/05/2019 em decorrência do Pregão Eletrônico nº 002/2019 - CVC: Considerando a necessidade do Aditamento dos lotes identificados na Clausula Primeira da ata de Registro de Preços do FORNECEDOR REGISTRADO no processo licitatório 002/2019 – CVC, e com fundamento no art. 19 da Resolução 003/2015 CVC e clausula oitava item 8.1 e incisos da ata de registro de preços, resolvem as partes aditá-la, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA INCLUSÃO DO LOTE LISTADO NA TABELA ABAIXO À CLAUSULA DÉCIMA QUARTA:

Fica incluído o lote abaixo na Tabela da Cláusula Décima Quarta:

14.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
80	37.500	UN	FRALDAS GERIATRICAS TAMANHO M, MODELO UNISEX, COM BAREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ABSORÇÃO MÍNIMA DE 1600ML	MARDAM	0,97

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO

O presente aditamento complementa a Ata de Registro de Preços nº 035/2019 firmada em 28/05/2019, ratificando todas as cláusulas que não foram modificadas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o extrato do presente aditamento será publicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no Diário Oficial dos Municípios, disponível em www.diariomunicipal.sc.gov.br.

É por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor.

Coronel Freitas (SC), 08/11/2019

CARLOS A. TOZZO

PRESIDENTE

Órgão Gerenciador

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

Órgão Participante

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Órgão Participante

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Órgão Participante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO

Órgão Participante

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

Órgão Participante

SOMA/SC PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA

Fornecedor

MARCOS FERNADO ZANELA

Assessor Jurídico

Testemunha

Testemunha

TERMO ADITIVO ATA N35 SOMA PE 002

Publicação Nº 2222496

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2019, PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELAIS, DE MATERIAL AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICO CONFORME TABELA DA CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA MENCIONADA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, FIRMADA ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, COMO ÓRGÃO GERENCIADOR E OS MUNICÍPIOS COMO ÓRGÃO PARTICIPANTE E SOMA/SC PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA COMO FORNECEDOR, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATORIO Nº 002/2019 - CVC.

SEGUNDO TERMO ADITIVO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, com sede à AVENIDA SANTA CATARINA, nº 346 SALA 2, Bairro CENTRO, na cidade de Coronel Freitas (SC), inscrita no CNPJ/MF 14.688.861/0001-19, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - neste ato representado por seu PRESIDENTE, Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e os seguinte municípios: MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA SANTA CATARINA, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua DUQUE DE CAXIAS 165, CENTRO, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.865/0001-61, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SILVANO DE PARIZ.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAO CASTILHO, S/N Bairro CENTRO - Tunápolis - SC CEP: 89.898-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RENATO PAULATA.

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, e a empresa SOMA/SC PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida ARY MIGUEL DA SILVEIRA Nº Nº 391

JARDIM ELDORADO CEP 88.130-001 - Palhoça/SC CEP: 88.130-001, inscrita no CNPJ sob o nº 05.531.725/0001-20, neste ato

representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. GILSON LUIS DAL MAS, doravante denominado FORNECEDOR, celebram o presente Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 035/2019, firmada em 28/05/2019 em decorrência do Pregão Eletrônico nº 002/2019 - CVC:

Considerando a necessidade do Aditamento dos lotes identificados na Clausula Primeira da ata de Registro de Preços do FORNECEDOR REGISTRADO no processo licitatório 002/2019 – CVC, e com fundamento no art. 19 da Resolução 003/2015 CVC e clausula oitava item 8.1 e incisos da ata de registro de preços, resolvem as partes aditá-la, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA INCLUSÃO DO LOTE LISTADO NA TABELA ABAIXO À CLAUSULA DÉCIMA QUARTA:

Fica incluído o lote abaixo na Tabela da Cláusula Décima Quarta:

14.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
80	37.500	UN	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO M, MODELO UNISEX, COM BAREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ABSORÇÃO MÍNIMA DE 1600ML	MARDAM	0,97

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO

O presente aditamento complementa a Ata de Registro de Preços nº 035/2019 firmada em 28/05/2019, ratificando todas as cláusulas que não foram modificadas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o extrato do presente aditamento será publicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no Diário Oficial dos Municípios, disponível em www.diariomunicipal.sc.gov.br.

É por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor.

Coronel Freitas (SC), 08/11/2019

CARLOS A. TOZZO

PRESIDENTE

Órgão Gerenciador

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

Órgão Participante

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Órgão Participante

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Órgão Participante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO

Órgão Participante

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

Órgão Participante

SOMA/SC PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA

Fornecedor

MARCOS FERNADO ZANELA

Assessor Jurídico

Testemunha

Testemunha

CIS/AMERIOS**ATA N. 075/2019 - ASSEMBLEIA DO CIS/AMERIOS**

Publicação Nº 2220634

ATA Nº 075/2019

Ata da septuagésima quinta Assembleia Geral de Prefeitos do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS - CIS/AMERIOS, com sede na Avenida Euclides da Cunha, 160, Centro, CEP 89874-000, na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina. Aos sete dias do mês novembro de dois mil e dezenove, às dez horas, na sala de reuniões da AMERIOS, reuniram-se os Prefeitos e a Prefeita para Assembleia Geral Ordinária do ano de dois mil e dezenove, em atendimento ao Edital de Convocação nº 07/2019, do dia 16/10/2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM dia 18/10/2019, tendo como ordem do dia: Abertura da Assembleia; apresentação do orçamento de 2020; assuntos administrativos, contratos; prestação de contas referente os meses de setembro e outubro de 2019. Inicialmente o Presidente do CIS/AMERIOS, Sr. Daniel Kothe - Prefeito de Saudades fez a abertura da Assembleia Geral Ordinária, agradecendo a presença de todos, onde cumprimentou os presentes, falando de sua alegria em recebê-los. Dando início a pauta abriu o debate relacionado ao orçamento para 2020. Após ampla discussão, o Conselho Fiscal se manifestou favorável pela aprovação que em ato contínuo foi submetido à deliberação da Assembleia Geral, que por unanimidade aprovou o orçamento do CIS/AMERIOS para o exercício financeiro de 2020 no valor de R\$ 4.800.000,00 (Quatro milhões e oitocentos mil reais) o qual fixa a despesa, mais o investimento em igual importância. Concluído e aprovado o orçamento. Em seguida, foram apresentadas as Prestações de Contas referente os meses de setembro e outubro de 2019. O Presidente Daniel relatou que as mesmas possuem parecer favorável do Conselho Fiscal. Depois de minuciosamente analisadas e debatidas, ambas foram aprovadas por unanimidade da Assembleia Geral. Em última análise, também foi aprovado pela Assembleia Geral o aditamento dos contratos de credenciamento das clínicas, hospitais e profissionais liberais, bem como todos os prestadores de serviços de saúde e correlatos, que solicitarem e aceitarem as condições das cláusulas uniformes, referente o Processo Administrativo número 01/2018, Inexigibilidade número 01/2018, Edital de Chamamento Público número 02/2018. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão da Assembleia Geral. Mandou lavrar a presente ata, que após lida, foi aprovada por unanimidade, conforme segue assinada por todos os presentes. Maravilha/SC, 7 de novembro de 2019.

RESOLUÇÃO Nº 007- 2019 - ESTIMA ORÇAMENTO PARA 2020 CIS AMERIOS

Publicação Nº 2220638

RESOLUÇÃO Nº 007/2019/ CIS-AMERIOS

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO CIS-AMERIOS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020.

O Presidente do CIS-AMERIOS - Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Entre Rios, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e na forma de deliberação adotada pela Assembleia Geral;

RESOLVE:

DO ORÇAMENTO DO CIS-AMERIOS

Art. 1º - O Orçamento Geral do CIS-AMERIOS – Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Entre Rios, para o exercício de 2020 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Art. 2º - A Receita do Consórcio será realizada mediante contribuições recebidas dos entes consorciados e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	4.800.000,00
1.1 Receita Patrimonial	28.000,00
1.2 Transferências Correntes	4.772.000,00
T O T A L	4.800.000,00

Art. 3º - As Despesas do Consórcio serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta resolução, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	185.000,00
02 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	4.610.000,00
03 – OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	5.000,00
TOTAL	4.800.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DESPESAS CORRENTES	4.790.000,00
3.1.90.00 – Pessoal e Encargos Sociais	95.000,00
3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes	4.695.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.90.00 – Investimentos	10.000,00
TOTAL	4.800.000,00

Art. 4º - Fica o Presidente do Consórcio autorizado a remanejar dotações de uma modalidade de despesa para outra, dentro de cada atividade ou operação especial.

Art. 5º - O Presidente está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Receita estimada para o orçamento, utilizando como fontes de recursos desde que não:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício.

II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de resoluções específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º - As Atividades ou Operação Especial não previstas nesta Resolução advindas de recursos vinculados oriundos de transferências voluntárias da União, do Estado, Municípios e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o eu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita de Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LR nº 219/2004F e portaria STN.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF e Portaria STN nº 219/2004.

Art. 7º - Fica o Presidente autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 8º - A presente Resolução vigorará durante o exercício de 2020, a partir de 1º de janeiro.

Maravilha/SC, aos 07 de novembro de 2019.

DANIEL KOTHE

Presidente do CIS-AMERIOS

Prefeito de Saudades

ORÇAMENTO 2020 - CIS AMERIOS ANEXO 2 DEMONSTR. DA DESPESA

Publicação Nº 2220673

Estado de Santa Catarina
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude Segundo as Categorias Economicas
Exercicio de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CIS - Amerios
Orgao

Unidade Orcamentaria

CIS - AMERIOS
ADMINISTRACAO

----- Despesas Correntes -----					Total
	Pessoal	Juros e Encargos	Outras Despesas		
	e Encargos Sociais	da Divida	Correntes		
	95.000,00		4.695.000,00		4.790.000,00
Total	95.000,00		4.695.000,00		4.790.000,00

Estado de Santa Catarina
 CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude Segundo as Categorias Economicas
 Exercicio de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CIS - Amerios		Demonstracao da Despesa por Unidades Orcamentarias#			
Orgao		----- Despesas de Capital -----			
Unidade Orcamentaria		Investimentos	Inversoes Financeiras	Amortizacao da Divida	Total
CIS - AMERIOS					
ADMINISTRACAO		10.000,00			10.000,00
Total		10.000,00	0,00	0,00	10.000,00

Demonstracao da Despesa por Unidades Orcamentarias#
Estado de Santa Catarina
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude Segundo as Categorias Economicas
Exercicio de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CIS - Amerios

Orgao

Unidade Orcamentaria

----- T O T A L S -----

CIS - AMERIOS					
ADMINISTRACAO					
	4.790.000,00	Despesas	Despesas	Reserva	Total Geral
		Correntes	de Capital	de Contingencia	
Total	4.790.000,00	10.000,00			4.800.000,00
					4.800.000,00

DANIEL KOTHE

Presidente CIS AMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA

Contador CRC/SC 16887/O-4

CPF 526.184.719-20

ORÇAMENTO 2020 - CIS AMERIOS ANEXO 2 DESPESA

Publicação Nº 2220676

Estado de Santa Catarina
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude
Natureza da Despesa Segundo as Categorias Economicas#
Exercicio de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora.....: CIS - Amerios
Orgao.....: 01 CIS - AMERIOS
Unidade Orcamentaria: 01.01 ADMINISTRACAO

Codigo	Especificacao	Desdobramento	Grupo de Natureza da Despesa	Natureza da Despesa
3.0.00.00.00.0000	DESPESAS CORRENTES			4.790.000,00
3.1.00.00.00.0000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		95.000,00	
3.1.90.00.00.0000	APLICACOES DIRETAS		95.000,00	
3.3.00.00.00.0000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.695.000,00	
3.3.90.00.00.0000	APLICACOES DIRETAS		4.695.000,00	
4.0.00.00.00.0000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
4.4.00.00.00.0000	INVESTIMENTOS		10.000,00	
4.4.90.00.00.0000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
Total da Unidade Orcamentaria				4.800.000,00
Total do Orgao				4.800.000,00
Total Geral				4.800.000,00

DANIEL KOTHE
Presidente CIS AMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA
Contador CRC/SC 16887/O-4
CPF 526.184.719-20

ORÇAMENTO 2020 - CIS AMERIOS ANEXO 2 RECEITA

Publicação Nº 2220704

Estado de Santa Catarina

Resumo Geral da Receita#

CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Exercicio de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora: CIS - Amerios

Codigo	Especificacao	Desdobramento	Fonte	Natureza Da Receita
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			4.800.000,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		28.000,00	
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliarios		28.000,00	
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correcoes Monetarias	28.000,00		
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferencias Correntes		4.772.000,00	
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferencias dos Municipios e de suas Entidades		4.772.000,00	
1.7.3.8.00.0.0.00.00.00	Transf dos Municipios - Especificas de Estados, DF e Municip	4.772.000,00		
Total Geral				4.800.000,00
Total de Deducoes.....		0,00		
Total da Receita Liquida..		4.800.000,00		

Estado de Santa Catarina

Resumo Geral da Receita#

CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Exercicio de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora: CIS - Amerios

R e s u m o

Receita Patrimonial	28.000,00
Transferencias Correntes	4.772.000,00
Total Receitas Correntes	4.800.000,00
Total Geral	4.800.000,00

DANIEL KOTHE
Presidente CIS AMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA
Contador CRC/SC 16887/O-4
CPF 526.184.719-20

ORÇAMENTO 2020 - CIS AMERIOS ANEXO 6 PROG TRABALHO

Publicação Nº 2220678

Estado de Santa Catarina
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude
Programa de Trabalho#
Exercicio de 2020 - Anexo 6, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora.....: CIS - Amerios
Orgao.....: 01 CIS - AMERIOS
Unidade Orcamentaria: 01.01 ADMINISTRACAO

Codigo	Especificacao	Projetos	Atividades	Oper. Especiais	Total
10.000.0000.0.000.000 Saude			4.795.000,00		4.795.000,00
10.122.0000.0.000.000 Administracao Geral			185.000,00		185.000,00
10.122.0002.0.000.000 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS			185.000,00		185.000,00
10.122.0002.2.004.000 Administracao			185.000,00		185.000,00
10.302.0000.0.000.000 Assistencia Hospitalar e Ambulatorial			4.610.000,00		4.610.000,00
10.302.0002.0.000.000 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS			4.610.000,00		4.610.000,00
10.302.0002.2.002.000 Servicos Medicos/Hospitales/Laboratoriais e Especialidades dos Mun. Consorciados			4.610.000,00		4.610.000,00
28.000.0000.0.000.000 Encargos Especiais				5.000,00	5.000,00
28.846.0000.0.000.000 Outros Encargos Especiais				5.000,00	5.000,00
28.846.0002.0.000.000 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS				5.000,00	5.000,00
28.846.0002.0.001.000 Pagamento PASEP				5.000,00	5.000,00
Total Unidade Orcamentaria.....			4.795.000,00	5.000,00	4.800.000,00
Total do Orgao			4.795.000,00	5.000,00	4.800.000,00
Total Geral			4.795.000,00	5.000,00	4.800.000,00

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA
Contador CRC/SC 16887/O-4
CPF 526.184.719-20

DANIEL KOTHE
Presidente CIS AMERIOS

ORÇAMENTO 2020 - CIS AMERIOS ANEXO 7 PROG TRAB GOVERNO

Publicação Nº 2220682

Estado de Santa Catarina
 CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude Programa de Trabalho de Governo#
 Demonstrativo de Funcoes, Subfuncoes e Programas por Projetos, Atividades e O.E.
 Exercício de 2020 - Anexo 7, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CIS - Amerios

Codigo	Especificacao	Projetos	Atividades	Oper. Especiais	Total
10.000.0000	Saude		4.795.000,00		4.795.000,00
10.122.0000	Administracao Geral		185.000,00		185.000,00
10.122.0002	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS		185.000,00		185.000,00
10.302.0000	Assistencia Hospitalar e Ambulatorial		4.610.000,00		4.610.000,00
10.302.0002	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS		4.610.000,00		4.610.000,00
28.000.0000	Encargos Especiais			5.000,00	5.000,00
28.846.0000	Outros Encargos Especiais			5.000,00	5.000,00
28.846.0002	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS			5.000,00	5.000,00
Total		0,00	4.795.000,00	5.000,00	4.800.000,00

ORÇAMENTO 2020 - CIS AMERIOS ANEXO 9 DEM DESP. CFE VINCULO

Publicação Nº 2220685

Estado de Santa Catarina
 Subfuncoes e Programas
 CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Demonstrativo da Despesa por Funcoes, Programas e Subprogramas#
 Conforme o Vinculo com os Recursos

Unidade Gestora : CIS - Amerios

Codigo	Especificacao	Ordinario	Vinculado	Total
10.000.0000	Saude	4.795.000,00		4.795.000,00
10.122.0000	Administracao Geral	185.000,00		185.000,00
10.122.0002	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS	185.000,00		185.000,00
10.302.0000	Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	4.610.000,00		4.610.000,00
10.302.0002	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS	4.610.000,00		4.610.000,00
28.000.0000	Encargos Especiais	5.000,00		5.000,00
28.846.0000	Outros Encargos Especiais	5.000,00		5.000,00
28.846.0002	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS	5.000,00		5.000,00
Total		4.800.000,00		4.800.000,00

DANIEL KOTHE
 Presidente CIS AMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA
 Contador CRC/SC 16887/O-4
 CPF 526.184.719-20

ORÇAMENTO 2020 - CIS AMERIOS ANEXO 9 DEMONT DESP POR FUNÇÃO

Publicação Nº 2220708

Estado de Santa Catarina

Demonstrativo da Despesa por Funcoes#

CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Exercicio de 2020 - Anexo 9, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CIS - Amerios

Orgao	Funcao	Despesa Fixada	Total
01	CIS - AMERIOS		
	10 Saude	4.795.000,00	
	28 Encargos Especiais	5.000,00	4.800.000,00

Estado de Santa Catarina

Demonstrativo da Despesa por Funcoes#

CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Exercicio de 2020 - Anexo 9, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CIS - Amerios

----- Resumo -----

Funcao	Despesa Fixada
10 Saude	4.795.000,00
28 Encargos Especiais	5.000,00
Total Geral	4.800.000,00

DANIEL KOTHE
Presidente CIS AMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA
Contador CRC/SC 16887/O-4
CPF 526.184.719-20

ORÇAMENTO 2020 - CIS AMERIOS DET PROG TRABALHO

Publicação Nº 2220688

Estado de Santa Catarina

Detalhamento do Programa de Trabalho#

CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Exercicio de 2020 - Orcamento

Unidade Gestora : CIS - Amerios

Identificacao		----- A u t o r i z a d a -----		
Codigos	Titulos	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
01				
CIS - AMERIOS		4.790.000,00	10.000,00	4.800.000,00
01.01				
ADMINISTRACAO		4.790.000,00	10.000,00	4.800.000,00
01.01.10				
Saude		4.785.000,00	10.000,00	4.795.000,00
01.01.10122				
Administracao Geral		175.000,00	10.000,00	185.000,00
01.01.101220002				
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS		175.000,00	10.000,00	185.000,00
01.01.1012200022.004				
Adminitracao		175.000,00	10.000,00	185.000,00
319000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	95.000,00		95.000,00
339000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	80.000,00		80.000,00
449000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	10.000,00
01.01.10302				
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial		4.610.000,00		4.610.000,00
01.01.103020002				
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS		4.610.000,00		4.610.000,00
01.01.1030200022.002				
Servicos Medicos/Hospitalares/Laboratoriais e				
Especialidades dos Mun. Consorciado		4.610.000,00		4.610.000,00
339000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	4.610.000,00		4.610.000,00
01.01.28				
Encargos Especiais		5.000,00		5.000,00
01.01.28846				
Outros Encargos Especiais		5.000,00		5.000,00
01.01.288460002				
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS		5.000,00		5.000,00
01.01.2884600020.001				
Pagamento PASEP		5.000,00		5.000,00
339000.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	5.000,00		5.000,00
Total Unidade Orcamentaria		4.790.000,00	10.000,00	4.800.000,00
Total Orgao		4.790.000,00	10.000,00	4.800.000,00
Total Geral		4.790.000,00	10.000,00	4.800.000,00

DANIEL KOTHE
Presidente CIS AMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA
Contador CRC/SC 16887/O-4
CPF 526.184.719-20

ORÇAMENTO 2020 - CIS AMERIOS QUADRO DET DESPESA

Publicação Nº 2220691

Estado de Santa Catarina Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
 CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude Exercício de 2020

Unidade Gestora.....: CIS - Amerios
 Orgao.....: 01 CIS - AMERIOS
 Unidade Orcamentaria: 01.01 ADMINISTRACAO

						----- Importancia -----
Codigo	Especificacao	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada	Total da Aplicacao
10.122.0002.2.004.000	Adminitracao					185.000,00
3.1.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	1	Seguridade	100	95.000,00	
3.3.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	2	Seguridade	100	80.000,00	
4.4.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	3	Seguridade	100	10.000,00	
10.302.0002.2.002.000	Servicos Medicos/Hospitalares/Laboratoriais e Especialidades dos Mun. Consorciado					4.610.000,00
3.3.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	4	Seguridade	100	4.610.000,00	
28.846.0002.0.001.000	Pagamento PASEP					5.000,00
3.3.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	5	Fiscal	100	5.000,00	

	Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Divida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortizacao Divida
Fiscal	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	95.000,00	0,00	4.690.000,00	10.000,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	95.000,00	0,00	4.695.000,00	10.000,00	0,00	0,00
	Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
Segur.	0,00	4.795.000,00	0,00	4.785.000,00	10.000,00	4.795.000,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	4.795.000,00	5.000,00	4.790.000,00	10.000,00	4.800.000,00

Estado de Santa Catarina

Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Exercicio de 2020

DANIEL KOTHE

Presidente CIS AMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA

Contador CRC/SC 16887/O-4

CPF 526.184.719-20

ORÇAMENTO 2020 - CIS AMERIOS SUMARIO GERAL RECEITA E DESPESA

Publicação Nº 2220701

Estado de Santa Catarina

Sumario Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funcoes do Governo

CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Exercicio de 2020

Por Fontes**Por Funcoes de Governo**

Receitas Correntes

Receita Patrimonial	28.000,00	Saude	4.795.000,00
Transferencias Correntes	4.772.000,00	Encargos Especiais	5.000,00

Total Receitas Correntes	4.800.000,00		
--------------------------	--------------	--	--

Totais	4.800.000,00	Totais	4.800.000,00
--------------	--------------	--------------	--------------

DANIEL KOTHE
Presidente CIS AMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA
Contador CRC/SC 16887/O-4
CPF 526.184.719-20

ORÇAMENTO 2020 - CIS-AMERIOS - CIS AMERIOS ANEXO 01 RECEITA E DESPESA

Publicação Nº 2220670

Página: 1
07/11/2019 13:21

Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas
Exercício de 2020 - Anexo 01, da Lei 4.320/64

Estado de Santa Catarina
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saúde

Unidade Gestora: CIS - Amérios

Receita		Despesa	
Receitas Correntes		Despesas Correntes	
Receita Patrimonial	28.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAL	95.000,00
Transferências Correntes	4.772.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.695.000,00
		Superávit	10.000,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias		Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	
Totais		Totais	4.800.000,00
Receitas de Capital		Despesas de Capital	
		INVESTIMENTOS	10.000,00
Déficit			
Totais		Totais	10.000,00
			10.000,00

Resumo	Receita	Despesa
Receitas Correntes	4.800.000,00	Despesas Correntes
Receitas Correntes Intra-Orçamentária	-	Despesas Correntes Intra-Orçamentária
Receitas de Capital	-	Despesas de Capital
Receitas de Capital Intra-Orçamentária	-	Despesas de Capital Intra-Orçamentária
Total	4.800.000,00	Total
		4.800.000,00

PRONIM PL - Emissão: 07/11/2019 às 13h21min - Duração: 0h00m05seg (2)

Página: 2
07/11/2019 13:21

Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas
Exercício de 2020 - Anexo 01, da Lei 4.320/64

Estado de Santa Catarina
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saúde

Unidade Gestora: CIS - Amerios

Receita				Despesa			
---------	--	--	--	---------	--	--	--

DANIEL KOTHE Presidente CIS AMERIOS	FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA Contador CRC/SC 16887/O-4 CPF 526.184.719-20
--	---

PRONIM PL - Emissão: 07/11/2019 às 13h21min - Duração: 0h00m05seg (2)

CONDER**2º EDITAL DE CONVOCAÇÃO - DIRETORIA CONDER - 13.11.2019**

Publicação Nº 2221536

2º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA DIRETORIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, GENÉSIO BRESSIANI, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA, por meio do presente, os membros da Diretoria do consórcio - Vice Presidente: Roque Meneghini, prefeito de Guaraciaba, Secretário: Moacir Piroca, prefeito de Barra Bonita; Vice Secretário: Antônio Plínio de Castro Silva, prefeito de São José do Cedro; para REUNIÃO ORDINÁRIA, que será realizada no dia 13 de novembro de 2019, às 11 horas, na Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, para tratar dos seguintes assuntos:

- 1) Apresentação e deliberação acerca da ausência de pagamento da mensalidade do *Rateio Administrativo* do município de Anchieta (período set/2017 e out/2017) e do município de Tunápolis (período set/2017 a dez/2017)
- 2) Apresentação e deliberação acerca do pedido enviado pelo município de Dioniso Cerqueira para pagamento do aporte inicial e das parcelas de set/2019 a dez/2019 do programa *Gestão Ambiental*.

São Miguel do Oeste/SC, 07 de novembro de 2019.

GENÉSIO BRESSIANI

Presidente CONDER

Prefeito de Belmonte